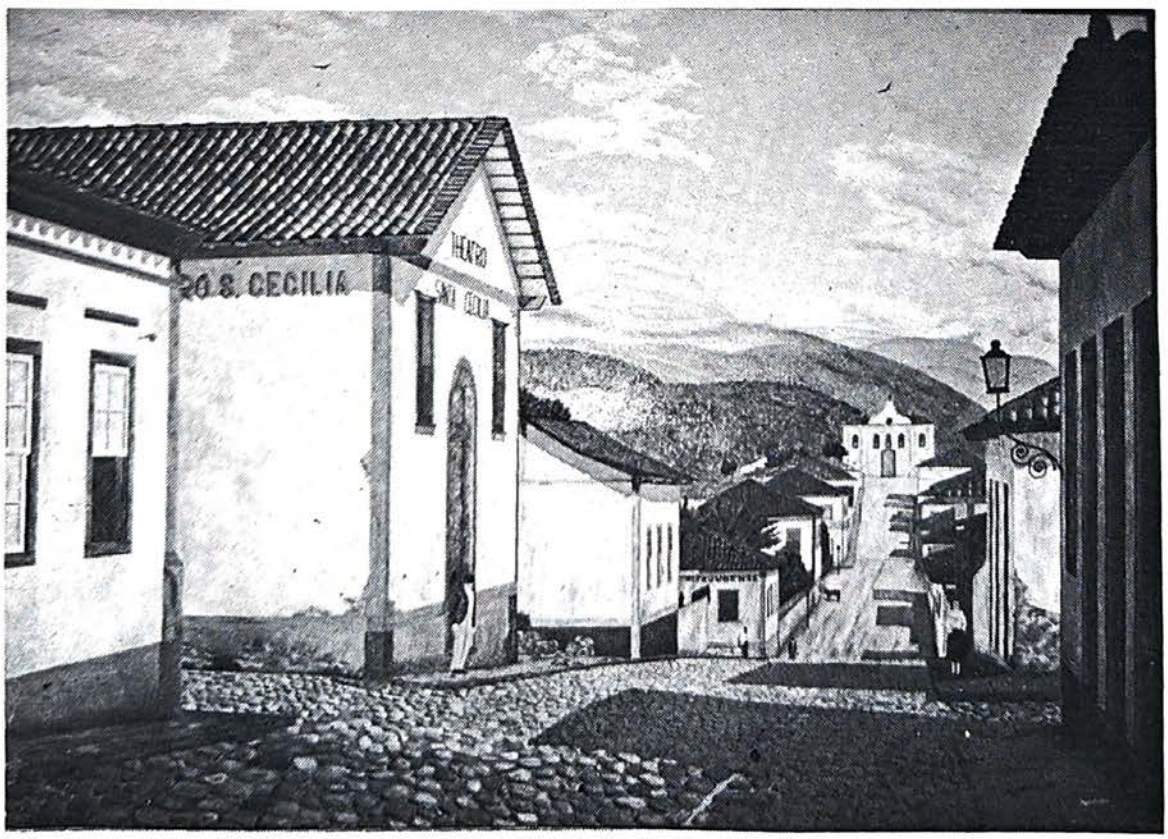
ARMELIM GUIMARÃES

HISTÓRIA DE ITAJUBÁ



Capa de Agostinho Nogueira Bernardo Guimarães, com sua tela da Rua Cel. Rennó no final do século XIX, fiel reprodução de uma fotografia de 1897.

ARMELIM GUIMARÃES

(Do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais)

HISTÓRIA DE ITAJUBÁ

BELO HORIZONTE

1987

FICHA CATALOGRÁFICA

Elab. Setor de Biblioteconomia da Imprensa Oficial

Guimarães, Armelim.
G963h História de Itajubá/Armelim Guimarães. — Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

Inclui Bibliografia.

1. Minas Gerais — História. 2. Municípios mineiros — História.

CDD; 981.5

Imprensa Oficial de Minas Gerais
Av. Augusto de Lima, 270
30190 — Belo Horizonte — MG

Ao Deputado
DR. EUCLIDES PEREIRA CINTRA
grande benemérito da hora presente
e incansável lidador do progresso
de Itajubá;

À memória do
PROF. PEDRO BERNARDO GUIMARÃES
o primeiro historiador de Itajubá,

O. D. C. o autor.

ERRATAS

PÁG.	LINHA	ONDE ESTÁ:	DEVE SER:
33	3	da fazenda	das fazendas
35	7	disposto	dispostos
50	22	havia vindo	havia vinho
67	24	decida	decidia
94	40	algergaria	albergaria
101	9	Fratuoso	Fructuoso
124	35	das vizinhanças	nas vizinhanças
149	16	Estado Belaco	Estero Belaco
151	29	preocupação como	preocupação de como
155	17	herdeiro do torno	herdeiro do trono
191	23	"barcas cragueiras"	"barcas cargueiras"
192	32	que já permitiria	que já nem permitiria
237	24	eram ainda sacrificados	era ainda sacrificado
286	24	pois Secretários	dois Secretários
358	18	apresentava	apresentavam
369	7	1827	1927
373	18	Leite Rodolfo	Leite e Rodolfo
384	27	capitalista	capitalistas
397	7	Club, Cemitério	Club, do Cemitério
416	26	convenientes	conveniente
420	39	meios artístico	meios artísticos
421	1	Nistiçó	Nisticó
424	10	mensão	menção
443	6	o centro	no centro
447	28	1949	1943
469	20	itajubense	itajubenses
480	44	encontra	encontram
485	2	maio,	maio),
510	39	o Dr. Antônio	do Dr. Antônio
525	25	Scumann	Schumann
556	9	Calazens	Calazans
558	39	tributos	tribunos

E ainda:

Na página 322, na relação dos prefeitos eleitos, ficou invertida a ordem cronológica, o que facilmente se vê pela enumeração.

Na página 387, na linha 43, a frase "foi construído nos terrenos do antigo Matadouro Municipal" está em duplicata, e deve, pois, ser omitida.

Na página 409 ficou omitida uma linha dos originais, e assim deve ficar:

40 - "Jornal do Povo". Apareceu em 16 de fevereiro de 1930.

41 - "O Espião". Sua circulação principiou em janeiro de 1930. Foram seus redatores J. Teixeira e José Petronilho. "O Labor", na edição de 31 de janeiro de 1939, saudava o seu aparecimento.

★ ★ ★

Outros senões ficam, que o leitor facilmente poderá perceber tratar-se de falhas tipográficas.

PREFACIO

Recebo de José Armelim Bernardo Guimarães a insigne honra de ler, em primeira mão, seu trabalho HISTÓRIA DE ITAJUBÁ, e de, ao mesmo tempo, apresentá-lo em prefácio.

Armelim Guimarães, de longa data, tem-se revelado autêntico e dedicado pesquisador da História de Itajubá, como, ademais, de toda a região sul-mineira. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas e do Instituto Histórico e Geográfico de Campanha, já nos deu duas excelentes obras, a saber, VENCESLAU BRÁS, O MINEIRO QUE DOBROU O CAUDILHO, editada, em 1966, pela Empresa Gráfica de "O Sul de Minas", e ASSIM NASCEU A ESCRAVA ISAURA, biografia do romancista Bernardo Guimarães, editada pela Imprensa do Senado Federal, em 1985. Do seu vasto cabedal cívico-cultural e histórico ainda constam quatro obras inéditas: EFEMÉRIDES ITAJUBENSES, COLMEIA ITAJUBENSE, FAMÍLIAS TRADICIONAIS DE ITAJUBÁ e ITAJUBÁ CONTEMPORÂNEO.

Como se isso não bastasse, mencione-se ainda sua intensa atividade, como jornalista, que há perto de quarenta anos, vem publicando semanalmente, em o "Sul de Minas", jornal de Itajubá, crônicas históricas sul-mineiras.

Hegel, o grande filósofo alemão, deixou lapidar pensamento, que nos leva a meditar seriamente: "Os povos, dizia ele, que não conhecem seu passado, estão condenados a repeti-lo". Em verdade, é grave a advertência do pensador germânico. Daí a razão por que, vez por outra, surgem homens, que, estimulados pelas comunidades onde vivem, se entregam ao esforço penoso de investigar e detectar a origem e a evolução histórica de cidades, regiões e gentes, para ali colherem as lições e ensinamentos que apontarão a governos, nações e gerações porvindouras os caminhos por onde passarão, na busca de seus destinos. Não teria sido por outro motivo que Cícero, em seus "Diálogos do Orador", foi peremptório ao afirmar, com ênfase, ser a história, a testemunha dos tempos, a mestra da vida (Testis temporum, magistra vitae).

Armelim Guimarães é um desses raros estudiosos mineiros, que, vivendo numa comunidade de alta cultura e elevado espírito cívico, recebeu dela incentivos e estímulos que o levaram a moralmente obrigar-se ao trabalho

de perquirir-lhe as linhas genéticas e evolutivas, no curso de sua história, até os dias de hoje. Dá-nos agora o livro que se intitula: HISTÓRIA DE ITAJUBÁ.

HISTÓRIA DE ITAJUBÁ, obra que o Autor dedica ao ínclito homem público, Deputado Euclides Pereira Cintra, e com que, ao mesmo tempo, reverencia a memória do Professor Pedro Bernardo Guimarães, é obra que, por seu vero e lídimo cunho científico, veio para ficar, permanecer, fugindo, assim, ao caráter episódico e efêmero de quantas outras.

O vocábulo «história", de origem grega, significa informação, conhecimento, pesquisa. Muito cedo se incorporou às línguas românticas através do latim, passando a designar a ciência que interpreta, no tempo, os eventos e acontecimentos da vida dos povos, dos homens e das idéias. Para atingir seus objetivos, busca as fontes, vai aos documentos, julga sua autenticidade, e recorre a ciências outras capazes de trazer-lhe subsídios e adminículos, podendo-se citar, entre diversas, a geografia, a sociologia, a etnografia, a genealogia, sem embargo de ter sempre, na sua exata posição, a filosofia, — indiscutivelmente a base sobre que se assentam as disciplinas humanas. Dentro dessas coordenadas de seriedade científica, é que Armelim realizou seu trabalho histórico sobre Itajubá.

Dividiu-o em oitenta e cinco capítulos, emprestando-lhe, assim, larga abrangência.

Nos primeiros capítulos, discute a geografia e o solo da região, para depois referir-se aos seus primeiros habitantes. Fala, a seguir, sobre a fundação da cidade, a cuja frente esteve um sacerdote católico, de vontade determinada, o Padre Lourenço, que "como um novo Moisés, conduziu seus fiéis paroquianos à procura de uma nova Canaã sul-mineira, para nela assentar a nova sede da freguesia", — a Freguesia de Nossa Senhora da Soledade da Boa Vista de Itajubá, marco inicial da mui nobre, culta e altiva cidade de Itajubá. Dá-nos conta de como aquela freguesia alcançou sua emancipação política, elevando-se, em 1848, à categoria de vila, com a denominação de Vila da Boa Vista de Itajubá, para logo depois, em 1862, alçar-se a foros de cidade.

Meticuloso nas suas informações, não se esqueceu o Autor de mostrar a participação itajubense em todos os movimentos cívicos de Minas e do Brasil, como foi entre os outros, a sua contribuição à Guerra do Paraguai, em homens e em recursos financeiros.

Capítulo dos mais empolgantes, assinale-se com ênfase, é o que se refere à luta, sem tréguas, dessa cidade sul-mineira, pela abolição, — feito que repercutiu em todo o país, pela razão de que Itajubá fora a primeira comuna mineira que extinguira dentro de seus muros a mácula da escravidão. Em 11 de março de 1888, já não havia escravos dentro de seus limites.

E os capítulos, na sua mais diversificada variedade, vão-se multiplicando na obra de Armelim Guimarães, para que possa o leitor inteirar-se da rica e fascinante história de uma cidade que, em Minas, ocupa

hoje posição de inegável destaque. Assim, fala-nos da sua expansão urbana; das suas estradas e meios de transporte; de seu comércio, ontem e hoje, assim como, do desenvolvimento de sua agricultura, pecuária e indústria.

Homem de inteligência e saber, Armelim Guimarães — alma cívica por todos os títulos — não lhe escapou o estudo da educação e cultura da gente itajubense, desde os primórdios da povoação, até nossos dias; educação e cultura que, sem favor, elevam e alcandoram Itajubá ao altiplano da inteligência mineira e brasileira, em meio às demais tantas cidades, disseminadas por estes vastos territórios pátrios.

Ao arguto pesquisador não refugiram as considerações e estudos da política municipal, tão do gosto dos mineiros. Destarte, desdobram-se os capítulos sobre o governo municipal na Monarquia e na República, — oportunidade em que se apontam as grandes figuras da política mineira e brasileira, que, tendo seu berço em Itajubá, brilharam, por sua vocação, talento e probidade.

Conhecido apotegma da sabedoria latina fala-nos do coroamento de uma obra: "Finis coronat opus". Essa coroa não faltou ao trabalho de Armelim Guimarães. Depois de dissertar sobre a história da vida material, política, social, educacional e cultural de Itajubá, trouxe-lhe a coroa que exorna sua obra, a saber, o estudo sobre a vida espiritual, a partir da fundação da gloriosa cidade mineira. Nesses capítulos, inteira-nos da vocação religiosa da família itajubense, com as minuciosas informações sobre suas irmandades, devoções e templos, sem excluir os demais credos.

No decurso de todo o seu trabalho, comporta-se Armelim Guimarães, como autêntico historiador, entendido o vocábulo no seu mais estrito sentido. Com efeito na condução de seus argumentos, usa os métodos e processos verdadeiramente científicos. Vai aos arquivos, aos documentos, aos registros, buscar as informações indispensáveis à construção da obra histórica. Faz referência a autores, transcrevendo-os e interpretando-os, aqui e ali.

Quanto à bibliografia, é indiscutivelmente a mais bem selecionada. São atlas, compêndios, enciclopédias, livros e revistas especializadas que foram consultados, para não se falar nas visitas a inúmeros arquivos e bibliotecas.

Como fontes subsidiárias, enumerem-se ainda as incontáveis informações colhidas de pessoas esclarecidas, idôneas e cultas, pelo espaço de largo e extenso tempo.

HISTÓRIA DE ITAJUBÁ consagra definitivamente seu autor. Homem simples, modesto e infenso aos fugazes lauréis da glória, Armelim Guimarães revela-se cientista sério e consciente, o que nos leva a confirmar a assertiva de Oscar Wilde, para quem "Todo mundo pode fazer história; só um grande homem pode escrevê-la".

Não seria possível encerrar essas considerações descoloridas, sem uma palavra, não mais sobre o historiador, mas a respeito do escritor. Historiógrafos, com efeito, muitos existem por aí. Poucos, entretanto, como Armelim Guimarães, têm o domínio do vernáculo. Na sua linha de descendência do celebrado e festejado autor de "A Escrava Isaura", é dono de estilo claro, simples, elegante e, sobretudo, escorreito. Frases, sentenças e períodos expungidos de máculas, mostra-se conhecedor profundo da língua de Camões.

Salve Itajubá, que tem, entre seus filhos, um Armelim Guimarães! Salve Itajubá, que tanto lhe fica a dever! Salve Itajubá, que se já era conhecida, mais ainda se projeta, no concerto das cidades mineiras e brasileiras! Seu filho Armelim Guimarães escreveu-lhe a história, que é plena e rica de feitos e glórias.

Salve Armelim Guimarães, o historiador de Itajubá! Salve Itajubá, cidade-luz das Gerais!

Belo Horizonte/Dezembro/1986

José Geraldo de Faria
Professor Catedrático da UFMG
Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

NOTAS PRELIMINARES

A monografia que estou apresentando é a safra obtida na seara documental de livros manuscritos de vários arquivos, de amarelecidos e carunchados papéis, de obras de velhos cronistas e historiadores, de coleções de jornais antigos e da memorização de idôneos e provectos conterrâneos, além do pouco que eu próprio testemunhei, já setuagenário, como itajubense atento aos fastos de meu torrão. Há mais de quarenta anos venho colecionando dados e material sobre o passado de minha cidade, e há mais de trinta venho colaborando semanalmente no jornal itajubense "O Sul de Minas", no qual já divulguei quase um milheiro de crônicas de assuntos históricos da região sulina de meu Estado natal. Essas publicações vêm-me propiciando ponderosas observações, retificações e avultadas achegas recebidas de meus nobres e obsequiosos leitores, levando-me, desta forma, durante tantos anos, no aconchego de meus conterrâneos, a uma espléndida comunhão de convicções, de bairrismo e de conscientização de tradições, cujo amálgama trouxe-me o amadurecimento que me anima a agora apresentar este volume.

E já faz 16 anos que elaborei uma História de Itajubá, *a qual encaminhei ao Dr. Dermeval Pimenta, então Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Este submeteu-a à crítica do consagrado historiador Augusto de Lima Júnior, que emitiu a seguinte apreciação:*

Belo Horizonte, 26 de novembro de 1969

Sr. Dr.

Dermeval Pimenta

Presidente do Instituto Histórico e Geográfico.

Ao devolver-lhe os originais da monumental obra História de Itajubá, *de Armelim Guimarães, desejo expressar o meu prazer de verificar nesse magnífico trabalho, não só o excepcional brilho de inteligência de seu autor, como ainda a honestidade como historiador que ele demonstra.*

A geografia da região, os primórdios do povoamento, a formação social e econômica do que se denominou na comunidade mineira Itajubá, *não só são apresentados de modo completo, como ainda com método de exposição didático e claro.*

Creio que nenhum município no Brasil teve ainda uma monografia tão completa e exata como a cidade de Itajubá. Essa glória pertence ao seu ilustre filho, descendente de um dos maiores filhos de Minas: Bernardo Guimarães.

Atenciosamente, subscrevo-me.
Augusto de Lima Júnior.

Apesar de tão honrosa, animadora e autorizada opinião, minha História de Itajubá *não foi então publicada, pois, o Parecer n.º 43, de 1.º de abril de 1970, de Odair de Oliveira, pessoa ligada à Imprensa Oficial do Estado, considerou excessivamente volumoso o trabalho apresentado. Pareceu-me, no entanto, judiciosa e aceitável a observação, e, refazendo inteiramente essa minha obra, procurei alijar todas as transcrições que, de fato, podem ser consideradas de menor importância, resumindo, ao máximo, alguns desses documentos transcritos, e omitindo totalmente tudo aquilo que menos falta possa fazer ao contexto histórico. Ocorre, contudo, que durante esses três lustros de reelaboração desta monografia, muitos foram os fatos que ignorava, e que foram encontrados em novas fontes documentárias, os quais, sem prejuízo da súmula preferida, ora vão acrescentados como matérias indeclináveis, de relevância nas tradições da cidade do Padre Lourenço.*

Assim procedi observando a máxima de Cícero dada por Leão III como divisa aos pesquisadores da história: "Ne quid falsi audeat, ne quid veri non audeat", *isto é, nada dizer que seja falso, nada omitir que seja verdadeiro.*

Já se pode nomear uma plêiade de pacientes e competentes pesquisadores da história do sul de Minas, autores de obras sobre cidades ou vultos da região. Tive ocasião de ler trabalhos de Alfredo Valladão, Alípio Veríssimo da Silva, Amadeu de Queirós, Cônego Augusto José de Carvalho, Benefredo de Sousa, Bernardo Saturnino da Veiga, Geraldino Campista, Henrique Monat, J. Palazzolo, João Lopes de Paiva, Dr. José Ernani de Lima, Dr. José Guimarães, José Alfredo Gomes, Monsenhor José do Patrocínio Lefort, José Alberto Pelúcio, José Wilson Serva, Júlio Bueno, Pedro Bernardo Guimarães, Pompeu Rossi, Thomaz de Aquino Araújo e de outros autores, além de muitos memorialistas autores de crônicas espersas, publicadas em periódicos mantiqueirenses, a maioria dos quais já viajores da Eternidade. Essa respeitável galeria de intelectuais vem assegurar que o passado sul-mineiro não está totalmente preterido, e que as belas tradições não estão obliteradas na cultura da gente deste canto das Alterosas.

É lamentável, contudo, haver aventureiros de outras bandas, que se metem a escrever sobre estes rincões serranos sem ter lido esses autores e, não raro, sem mesmo terem andado pelo sul das Gerais. Não vou citar os disparates que se têm divulgado pelos que não conhecem nem a geografia, nem o povo, nem as tradições, nem a história destas plagas alcantiladas da Mantiqueira. Com respeito a Itajubá, cumpre que preambularmente se advirta da existência, no século XIX, de duas localidades com o topônimo Itajubá: — Soledade de Itajubá, *ou simplesmente* Itajubá, *conforme aparece em alguns documentos e obras, e que é hoje a cidade de Delfim Moreira, e* Itajubá, *a atual cidade e município com esse nome, separada da primitiva Itajubá por cerca de seis léguas. Essa duplicidade toponímica tem originado muitos enganos por parte de cronistas inadvertidos, que laboram em deploráveis erros, tomando estes referências históricas da já quase trissecular Delfim Moreira, a Soledade de Itajubá dos velhos idos, como se fossem fastos, datas, vultos e ocorrências da Itajubá hodierna...*

Conquanto já relacionadas no final desta obra as principais fontes bibliográficas de que me vali na elaboração desta monografia, sinto-me no dever de, in limine, *sublinhar alguns desses mananciais documentários, junto aos quais os imperativos da gratidão pedem a menção de nomes. Sou efusivamente grato a Francisco Azevedo Toledo, quem, quando oficial de Gabinete do Prefeito Municipal, ajudou-me e favoreceu-me na procura dos livros da antiga Câmara Municipal e do velho Executivo itajubense, volumes estes, em número de mais de cem, que, na maioria, se encontravam mal arquivados, alguns já semi-apodrecidos, abandonados em porão, em meio de entulhos e caixas de papéis imprestáveis, embora preciosos documentos do passado, desde os primórdios do lugar, tais como as Atas da Câmara dos dias do Império, algumas escrituras e registros diversos; ao Padre Agostinho Picard que, como vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, me permitiu o exame dos Livros de Tombo; ao Padre João José de Almeida, vigário da mesma Paróquia, que posteriormente me franqueou todo o arquivo da Matriz, cedendo-me para consultas, os livros de batizados, casamentos e óbitos e outros livros mais que se encontram arquivados no Batistério do referido templo (cumpre que se saliente a boa vontade e a presteza do sacristão Achilles Salomon, que me ajudou a vasculhar todo o arquivo paroquial); ao Padre Arlindo Giacomelli, a quem devo a consulta dos livros de Tombo de Delfim Moreira; ao Padre Aluísio Pereira Pinto, que me propiciou o exame do Livro de Tombo e outros da Paróquia de Piranguçu; ao Monsenhor Oswaldo de Barros Bindão, Vigário da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, SP, a cuja gentileza devo os xerox de escritos que documentam a biografia do Padre Lourenço da Costa Moreira, o fundador de Itajubá; ao Padre Arquimedes Carvalho de Andrade, que pôs à minha disposição os livros do arquivo da Paróquia de São José; ao Monsenhor Kulay, secretário da Cúria Arquidiocesana de São Paulo, a cuja Diocese pertencia Itajubá no século passado, que, com cativante atenção, me remeteu cópias do que lá se encontra sobre a Paróquia de Itajubá; ao Cônego João Aristides de Oliveira, da Cúria Arquidiocesana de Pouso Alegre, que não pôs obstáculo em me dar informações do que necessitava;*

aos eméritos e consagrados historiadores Monsenhores Raimundo Trindade e José do Patrocinio Lefort, este de Campanha, os quais igualmente me obsequiaram com suas atenções; ao Dr. José Ernani de Lima, João Pinto de Sousa, José Ramos Argemiro da Silva, Francisco Cascardo, Dr. Gaspar Lisboa, Sebastião Cabral dos Santos, Ernesto Nascimento Moura Júnior e José Petronilho que me deixaram à disposição coleções de jornais dos velhos tempos de Itajubá; a João Aldano da Silva, que me proporcionou a leitura dos livros de Atas do Clube Itajubense; a João de Oliveira, que me confiou as Atas dos primórdios das Irmandades do Rosário e de São Benedito; ao Cel. Cláudio Moreira Bento, Comandante do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate e aplaudido historiador, que enriqueceu meu arquivo com dados históricos da brilhante Unidade sob seu comando; ao Sebastião Imar Martins Riera, Presidente da Câmara Municipal, a quem devo a pesquisa em todas as Atas do Legislativo Municipal desde a reversão da democracia, em 1947, até hoje.

E não disporia aqui de espaço se pretendesse mencionar as muitas centenas de cooperadores que me acudiram espontaneamente, durante essas quatro décadas de minhas pesquisas, com informações idôneas, livros, documentos, recortes, exemplares esparsos de jornais, fotografias (que em outra obra desejo reproduzir) ou que prontamente, como diretores ou presidentes de várias instituições, atenderam a consultas que lhes fiz.

Obviamente, nem tudo que logrei colher, nem todos os vultos que realizaram Itajubá, poderia eu incluir nesta súmula da história de Itajubá. Biografias, por exemplo, não figuram neste volume. Tenho em preparo outras obras sobre Itajubá que, volente Deo, *irão preencher as lacunas desta, e terão os seguintes títulos*: Efemérides Itajubenses, Famílias Tradicionais de Itajubá, Colmeia Itajubense (*neste volume se incluirão as biografias*) e Itajubá Contemporâneo.

Causa espécie o descaso e a apatia com que nossa gente brasileira, em grande maioria, cuida das coisas e dos acontecimentos do passado! Na Europa, e entre os outros povos adiantados, tal não ocorre. Veja-se só como os ingleses encaram, como sagradas deuteroses, as suas tradições. Assemelhamo-nos aos bugres, que nada registraram e nada sabem de seus ancestrais. Augusto Comte, que asseverava que "os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos", era porque reconhecia a imensa e pródiga lição que o pretérito nos dá. "L'Histoire n'est pas un problème; c'est une leçon" — lembra Sacy. "Beijemos a mão do passado, que é velho; a velhice é uma realeza" (Tobias Barreto, Discursos, *em* Obras Completas). *E realeza que só aos inscientes e frígidos caberia preterir. "Devemos viver a vida andando para a frente, mas só podemos compreender a vida voltando para trás" Soren Kierkegaard,* apud *"História", n.º 8, pág. 7). "O presente foge diante de nós como uma sombra ligeira. Só o passado nos pertence; nele é que verdadeiramente vivemos. No passado se encontram as raizes das nossas afeições; dele procedem as luzes do nosso espírito; dele correm as fontes da sabedoria que nos é dado alcançar na terra" (Lúcio José dos Santos,* A Inconfidência Mineira, *23).*

Não posso esquecer-me de que a imprensa itajubense nasceu com a sã consciência do culto dos fastos e dos vultos idos. Seu primeiro vagido foi uma acertada mensagem de acatamento à lição e à obra dos antepassados. O primeiro número do primeiro jornal itajubense, que circulou em 12 de maio de 1872, o "Itajubá", trazia, nas primeiras linhas de seu artigo de fundo, e que foram, pois, as primeiras palavras impressas em Itajubá, esta sábia advertência: "A experiência, que é filha do tempo e da razão, nos ensina a refletir e deliberar com prudência em todos os atos da vida, porque a recordação do passado é uma proveitosa lição no presente".

É deprimente e inaturável permanecermos, nós, brasileiros, mudos ante a pergunta que nos faz o cético poeta persa Omar Khayyam: "Onde estão as pétalas da rosa de ontem?"

Não posso encerrar essas ponderaçõs sem o registro do relevante empreendimento do jornalista João Aldano da Silva em minha cidade natal. Em 7 de novembro de 1984 fundou ele o Arquivo da Imprensa e de História de Itajubá já iniciado com valiosas coleções de jornais, de revistas, de obras diversas e enciclopédias. Visa essa organização a arquivar e preservar os periódicos já surgidos em Itajubá, bem como documentos, fotografias e publicações sobre a cidade de Itajubá. Para garantir a continuidade do Arquivo, e a conservação de todo esse material de pesquisa, de modo a poder chegar às gerações futuras como um precioso patrimônio cultural, João Aldano doou a duas entidades filantrópicas não só o imóvel em que se acha o acervo, situado no centro da cidade, bem como todos os objetos que nele se encontram, as coleções de jornais e revistas, obras, máquinas de escrever, telefone, estantes de aço e demais móveis Tais entidades herdeiras, conforme se registrou em Cartório, se comprometem a cuidar do Arquivo Histórico e garantir as suas finalidades.

Outra organização de relevante importância para a preservação do passado itajubense, é a Academia Brasileira de História, com a Delegacia local denominada Pedro Bernardo Guimarães, fundada pelo historiador militar Cel. Cláudio Moreira Bento, ora dirigida pelo Capitão José Sâmia, que muito vem fazendo para a continuidade dessa instituição.

Itajubá, novembro de 1985.

1 — ANTES DO PADRE LOURENÇO

No município de Itajubá e suas circunvizinhanças já se têm encontrado vestígios e testemunhos de civilizações remotas que, sem dúvida, precederam, de muito, ao evento cabralino de 1500.

O cronista brasopolense José Amaral Júnior, em 1926, em companhia de alguns parentes, visitou a *Toca do Salão,* estranha e curiosa gruta existente no cume de uma escarpada e ínvia montanha do município de Brasópolis, de acesso quase só possível a alpinistas ou por helicóptero. Conta ele em seu escrito:

"Pusemo-nos a caminho, fazendo o trecho da viagem, até ao meio da serra, em carro de bois e a cavalo, e, daí em diante, todos nós seguimos a pé até ao alto. Chegamos ao lugar onde fica a *Toca do Salão,* porém, em cima de uma das paredes de pedra maciça, do lado direito da referida *Toca,* para se penetrar no seu recinto foi preciso aplicarmos muita habilidade, porque, de cima da enorme parede de pedra, tínhamos que descer agarrados nas árvores e nos cipós e, dum certo ponto à entrada da caverna, por uma escada improvisada de paus roliços."

"Eis-nos na *Toca do Salão*. Na nossa frente um grande abismo que descia quase verticalmente até à raiz da serra; no entanto, as nossas vistas alegravam-se pelo lindo panorama que deparávamos: desaparecendo no horizonte, está situada a serra do Balaio, já no município de Santa Rita do Sapucaí. Além, a verdejante mata que se estende por muitas léguas de distância, e mais ainda uma faixa de águas cristalinas, como fita branca, dirigindo-se para Santa Rita do Sapucaí; era o Sapucaí." "Pelos meus apontamentos registrados na caderneta, fiz o cálculo aproximado das dimensões da *Toca,* sendo de 10 a 12 metros de entrada, por 2 a 2 e meio de altura e uns 15 metros de extensão. As paredes de pedra maciça, vão-se aproximando até se encontrarem com o teto, que também é uma laje de pedra côncava." "Logo na entrada da grande gruta está uma pedra em formato de sofá com seus encostos de cabeceira e espaldares, medindo, mais ou menos, 2 metros; do outro lado (direito), três tamboretes de pedra maciça. Na mesma direção está uma pedra em formato bem construído, como se fora feita por hábil escultor, uma tribuna em semicírculo na frente, e, em linha reta, na parte oposta, medindo mais ou menos 1 metro e 20 de altura por 1 e meio de extensão na frente, com meio metro de plano na parte de cima, do lado direito, em frente à tribuna de

pedra, está um bloco inteiriço de pedra em formato de mesa." "Uma advertência quero aqui deixar: é sobre o monstruoso teto da *Toca*, que é uma só pedra muito bem aparelhada, colocada habilmente sobre as laterais, muito bem ajustadas, tudo indicando que foi assim feita por mão de homem".

Que povo ou tribo teria sido essa que habitou o antigo distrito de Itajubá, São Caetano da Vargem Grande, hoje município de Brasópolis? Há quanto tempo ali foram feitas essas obras? Pelo que descreve José Amaral Júnior, tão perfeito trabalho arquitetônico não poderá ser obra de nossos silvícolas.

Outro indício interessante para o estudo das eras milenares, que precede a história de Itajubá, é o achado arqueológico nas escavações do morro de São Benedito, no bairro urbano do Morro Chique. Trata-se de valiosa peça numismática, soterrada a alguns metros de profundidade. Foi adquirida por João Barcelos de Toledo, funcionário da Fábrica de Armas de Itajubá. Foi examinada pelo Museu Histórico do Rio de Janeiro, que esclarece ser moeda usada pelos fenícios na cidade de Aradus, ou, mais provavelmente, na ilha desse mesmo nome.

"Os fenícios — diz João Ribeiro — foram os intermediários da civilização antiga, entre todos os povos. Eram colonizadores e comerciantes e suas naus enchiam de produtos e mercadores todos os povos". Empreendedores de arriscadas travessias oceânicas, fundaram os fenícios colônias em inúmeras e longínquas plagas do mundo. Arrojados exploradores, extraíam o cobre e a madeira de Chipre, ilha por eles povoada. Na Espanha, a quantidade de prata que exploravam era tão grande que chegaram a fabricar âncoras desse metal para os seus incontáveis navios. Das ilhas britânicas levavam o estanho. Favorecidos pela inteligência e audácia, os dinâmicos fundadores de Cartago lançavam ao mar suas esquadras numerosas, a pesquisar terras, como Sidon, Chipre, Sicília, Rodes, Cíclades, Cítera, Tiro, as colônias da Ásia Menor e do Mar Egeu e outros lugares em que pudessem introduzir a civilização e estabelecer a indústria e o comércio. Visitaram todas as costas até então conhecidas e cortaram todos os mares. Fundaram cidades desde o Líbano até à Península Ibérica, como Cádiz, onde se afirma que "los fenicios enseñaron a escribir a la humanidad", e edificaram povoações desde o sul da África até ao norte da Europa. Não é, pois, para admirar a conjetura de que os famosos produtores de vidro e de púrpura tivessem aportado a terras do Pindorama, e que pelas regiões sulinas das Alterosas houvessem andado no afã da colonização e exploração, e que perdessem objetos e moedas de seu país, depois sepultados por algum fenômeno geológico.

A importante moeda do Morro Chique traz no anverso o "busto com coroa mural da deusa Fortuna ou Tiché, à direita, cabelos suspensos", e no reverso a "Vitória, em pé, à esquerda, com uma palma. No campo à esquerda a data ZOP (ano 177)". O ano 177 do sistema fenício equivale a 56 anos antes de Cristo. Mede 24 milímetros de diâmetro e é de bronze.

Representa o *calco*, unidade monetária também usada pelos gregos, e que equivale aproximadamente a 4 centavos. Informa ainda Edgard de Araújo Romero, chefe da Seção de Identificação de Peças Numismáticas do Museu Histórico, conforme documento que me apresentou João Barcelos de Toledo, que é do "tipo de moedas de prata tetradracmas, descritas por Rabelon em seu catálogo sobre *Les Perses Achémenides, Cypres & Phenicies*".

É para acreditar, pois, que os fenícios estiveram em Itajubá.

Igualmente singular é a medalha de ouro, de 19 mm de diâmetro, encontrada em escavações feitas nas imediações do antigo cemitério, há poucos anos. Está em poder de José Seixas de Siqueira, alto funcionário do IBGE. De um lado apresenta a efígie de provavelmente um inca (talvez de algum Capac), com a inscrição: AMOR I DEVOCION — UNO INCA PESO. Do outro lado há um escudo heráldico e a inscrição: REPUBLICA INCA — 1097. Assemelha-se a uma moeda, porém, traz coladas, uma de cada lado, duas alçazinhas, o que indica ter pertencido a colar ou bracelete. De um lado traz INCA com *N;* do outro, IMCA com *M*. Veleidades de quíchua? Teriam os adoradores do Sol andado mesmo por estas terras sul-mineiras?

Ainda enterrado a alguns metros de profundidade, foi encontrado um belo alfanje bigúmeo na fazenda da Barra do Sabará, então pertencente a Antônio Bueno Siqueira (mais conhecido por Antônio Borges), no município itajubense. Contou-me Aldorino Siqueira Mendes, filho desse fazendeiro, que o curioso sabre, de cabo com placas de bronze e cruzeta do mesmo metal, fora achado em escavações feitas aproximadamente em 1925, e que não só oferecia a singularidade de se ter inexplicavelmente penetrado tanto no seio da terra, como ainda não apresentava o aço de sua lâmina nenhum sinal de oxidação, como se novo fosse, apesar de ali se encontrar havia, talvez, muitos séculos.

Um ídolo de bronze foi encontrado na serra de São João, nas proximidades de Itajubá, num dos cortes de morro que se faziam para a Estrada de Ferro do Vale do Sapucaí, durante a construção desta, em 1891. Ficou em poder de um dos engenheiros da referida ferrovia. Tenho outras informações de semelhantes achados.

Recentemente me chegaram às mãos duas valiosas peças de pedra negra, encontradas em escavações nas imediações de São José do Alegre. Uma tem a forma de flor-de-lis, de aproximadamente 28 cm de ponta a ponta de suas pétalas arqueadas, com um furo longitudinal no pedúnculo, pelo qual deve ter sido encaixada uma haste. A outra, em forma de meia-lua, assemelha-se à lâmina de uma alabarda dos tempos de Carlos V. Ambas essas peças são finos lavores de escultura, rigorosamente simétricas e regulares, perfeitamente polidas, o que afasta a possibilidade de terem sido obras de índios.

Há ainda informações de indecifráveis inscrições rupestres, formadas de triângulos, quadrados, ganchos, figuras de animais, etc., encontradas

em rochas nas proximidades do Campestre e Pedralva, e nas íngremes penhas dos Marins.

Ainda anteriores à chegada do Padre Lourenço, e dos sesmeiros das primeiras horas da povoação nas terras de Itajubá, são os aborígenes e o quilombo da Berta, que serão assuntos de outros capítulos.

* * *

2 — OS ABORÍGINES

Tenho em meu arquivo a atenciosa carta de 16 de maio de 1950, de Modesto Donatini Dias da Cruz, Diretor do então Serviço de Proteção aos Índios, do Ministério da Agricultura, na qual assim informa:

"*Índios da região de Itajubá* — Esta região está compreendida na área que hoje se considera como ocupada pelos índios Puri-Coroados até o início do século XIX. Nos mapas de localização das tribos indígenas do Brasil, elaborados por Curt Nimuendaju e por Loukotka, este é o grupo ali registrado.

"Informações sobre os Puri-Coroados podem ser encontradas em:

1) — Curt Nimuendaju, Mapa *in Handbook of South American Indians,* vol. 1, Washington, 1946.

2) — Alfredo Metraux, *The Puri-Coroado Linguistc Family,* vol. 1, págs. 523/530 (resume toda a bibliografia referente a eles).

3) — Chestmir Loukotka, *Línguas Indígenas do Brasil,* "Revista do Arquivo Público de São Paulo", vol. LIV, mapa, classificação lingüística e bibliográfica.

4) — Eschwege, *Journal von Brasilien Oder Uernish Nachrichten aus Brasilien,* Weimar, 1818, págs. 165/171; *Brasilien, Die Neue Welt,* Braunschwerg, 1830, págs. 233/243.

5) — G.W. Freireyss, *Viagem ao Interior do Brasil nos Anos de 1814/1815,* "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo", Vol. XI, 1906.

6) — C.F. von Martius, *Glossaria Linguarum Brasiliensium,* Erlange, 1863, págs. 194/206.

7) — Maximilian, Príncipe de Wied-Neuwied, *Viagem ao Brasil,* Coleção Brasiliana Gigante.

"Para mais amplas informações, consultar ainda Ayres do Casal, Debret, Rugendas, Ehrenreich, Saint-Hilaire, Guido Marliere, Nelson de Senna e Pedro Victor Renault".

Além da bibliografia indicada pelo Serviço de Proteção aos Índios (hoje transformado em FUNAI), e de notas encontradas em enciclopédias, colhi ainda valiosas informações sobre os aborigenes em Itajubá em "O Estado de São Paulo", edição comemorativa do 4.º Centenário da capital bandeirante (1954), pág. 8; em Victor Silveira, *Minas Gerais em 1925*, pág. 497, em Michael Haberlandt, *Etnografia*, Editorial Labor S/A, 1940, págs. 338/339, e, sobretudo, em Francisco de Paula Ferreira de Resende, magistrado campanhense, em *Minas Recordações*, edição de José Olympio, 1944, págs. 380/389.

Segundo esses autores, o grupo étnico Puri-Coroado, era, como a própria denominação indica, oriundo do caldeamento das duas grandes tribos autóctones, a nação dos Puris e a dos Coroados, estes últimos assim chamados por usarem rapar a cabeça, no alto, deixando em torno o cabelo em forma de coroa. Os Puri-Coroados não eram belicosos, mas, ao invés, muito mansos. Não faziam uso de suas armas senão quando encantoados pelo inimigo, ou nas caças de animais e aves de que se alimentavam. Viviam em completa nudez. Eram atrasadíssimos e, ao contrário dos seus ancestrais puris, esse povo miscigenado das plagas itajubenses não conhecia a cerâmica, nem o fabrico de redes e tinha por leito a própria terra.

Francisco de Paula Ferreira de Resende, que os conheceu, nos conta:

"Dava-se mesmo com eles uma circunstância que não deixa, quanto a mim, de ser um tanto curiosa. E essa circunstância, que não me consta tenha sido jamais observada entre os outros índios, vem a ser a seguinte: — que, em vez de altearem as suas camas, como é costume de quase toda a humanidade, estes índios, ao contrário, as tratavam, quanto podiam, de rebaixar; ou exatamente como fazem os porcos e alguns outros animais, as cavavam no chão, onde com o tempo ou com o uso mais ou menos prolongado, essas mesmas camas acabavam por ficar tão lisas, que se poderia dizer envernizadas". (*Op. cit.*)

Suas tabas eram ranchos muito toscos, formados de galhos encostados a uma cumeeira sustida por duas forquilhas, sem nenhuma amarração. Sobre os galhos prendiam folhas de palmito. "E essas cobertas, que eu não sei se eram simplesmente transitórias ou se tinham alguma coisa de mais ou menos permanentes, vinham a reduzir-se unicamente a isto: — em fincarem eles no chão algumas cabeças de palmito, cujas folhas, ficando bem juntas e todas mais ou menos inclinadas para um único lado, acabavam por lhes fornecer uma tal ou qual guarida, que, embora pouco sólida e nada tivesse de muito impermeável, nem por isso deixava de lhes servir para ali passarem algumas noites ou para ali se abrigarem durante o dia contra o rigor das intempéries" (Ferreira de Resende, *op. cit.*).

Viviam de frutas silvestres, de mel, da caça e da pesca. Se não fabricavam redes para dormir, teciam, contudo, as destinadas à pesca, de fios de tucum ou de embira, tiradas da umbaúba branca. Os arcos, faziam-nos de guaricanga ou de catiguá, enquanto que as flechas eram fabricadas de taboca ou ubá. Na pesca, além da rede, usavam o timbó e armadilhas de balaios e covos de taquara. Nada cultivavam. Desconheciam inteiramente a agricultura. Só aproveitavam o que a natureza lhes prodigalizava, sem outro trabalho senão o da colheita. Entre esses produtos da terra estavam as raízes, sobretudo a caratinga, então abundantes no Sul de Minas. É uma espécie de cará — elucida o autor de *Minhas Recordações* — porém mais duro. Tudo entre eles era de um primitivismo do éden adâmico. Inteiramente privados de qualquer espécie de ferramenta, "eles tinham por costume de arrancar, não só com o primeiro instrumento cavante que o acaso lhes deparava, porém até mesmo muitas vezes com as próprias unhas" — assim escreve o memorialista campanhense. "Assavam os alimentos em fornos subterrâneos ou cozinhavam-nos em internódios de taquaruçu ou, ainda, assavam a carne ao espeto" (Egon Schaden, "O Estado de São Paulo", edição de 25-01-1954).

Os exercícios venatórios, no que eram habilíssimos, praticavam-nos ainda como um mero divertimento. Amavam as danças de milenar tradição, realizadas nos terreiros da ocara iluminada pela lua, ao som dolente, senão lúgubre, do membi e do curimbó. Alguns desses índios furavam as orelhas, as faces e os lábios, e exibiam tatuagens bordadas por todo o corpo, feitas com tinta azul, fato que Ferreira de Resende, na sua já citada obra, achou sobremaneira curioso, pela razão de, no sul de Minas, não conhecer ele, "no mato, nenhuma substância que dê uma cor perfeitamente azul". Exímios nadadores e amantes das torrentes fluviais, navegavam o Sapucaí e o Lourenço Velho em jangadas e, nas cheias, montados em troncos de árvores.

Aqueles, nos quais predominavam os traços da casta dos Coroados, eram corpulentos, belos e de pele mais clara do que os outros nos quais mais se evidenciava o sangue puri, de menor estatura e mais medrosos. *Puri* significa "gente mansa ou tímida, e, com efeito, apenas observavam homens civilizados, deitavam a correr, mas não feriam nem matavam. Muito fácil de domesticar" (*Enciclopédia Jackson*).

Não há notícia de antropofagia entre os Puri-Coroados. Supersticiosos, temiam feitiços. Reconheciam a existência de Deus, autor de todas as coisas, e acreditavam na sobrevivência da alma. Por isso, "crentes de que todos iam para o céu, depositavam nos sepulcros uma escada, querendo significar com isto a subida das almas para o Empíreo" (*Enciclopédia Jackson*).

E essa tribo resultante dos dois grandes grupos étnicos desses nossos brasis não habitava somente o território sul-mineiro, onde mais permaneceu e mais numerosa era, mas também é assinalada sua presença em muitas outras localidades do Sudoeste e do Sul do País. "Entre o vale do Paraíba e a serra da Mantiqueira, e prolongando-se para o Nordeste

até o Alto do Rio Doce, estendia-se outrora o domínio das tribos da família lingüística puri-coroada. Hordas inteiras dessas tribos foram reduzidas a escravos nas zonas de mineiração. Em princípios do século passado contavam ainda umas duzentas aldeias, embora pouco populosas" (Egon Schaden, *op. cit.*). "La escuela histórico-cultural distingue en América del Sur: pueblos recolectores, gues o botocotudos y puri-coroados, habitantes del Gran Chaco, Pampas y Tierra del Fuego, además de los araucanos, antes de influir en ellos los incas hortelanos del Amazonas y Orinoco, araucos, caribes y guarani-tupo pueblos cultos de las mesetas y valles andinos, chibchas e imperio de los Incas" (Michael Haberlandt, *Etnografia*, Colección Labor, 338).

Até o final do século XIX ainda existiam índios no Município de Itajubá, bastante extenso naquele tempo. Numa notícia sobre a construção da capela do bairro da Rosetinha, a quase cinco léguas da cidade, assim informava o jornal "Itajubá", n.º 23, ano XVI, de 8 de setembro de 1889: "A capela da Rosetinha acha-se a 1400 metros acima do nível do mar; as terras são férteis e produzem todos os cereais e fumo, ou tabaco, principal lavoura do bairro. O povo é simples, eminentemente católico, sóbrio, laborioso, dócil, notando-se famílias inteiras de aborígines civilizados".

No começo deste século assim registrava o jornal "Gazeta de Itajubá" de 20 de novembro de 1904: "FREI CRISPIM — Esteve nesta cidade, tendo ontem de regressar a Pouso Alegre, este venerando congregado dos Capuchinhos, que atualmente percorre diversas localidades esmolando para a catequese dos índios Coroados, ao sul de São Paulo".

Conquanto a informação geral é de que os Puri-Coroados desconheciam a cerâmica, tem-se encontrado peças de barro cozido em Itajubá, de procedência indubitavelmente indígena. Nas escavações para a retificação do rio Sapucaí, na várzea do Pacatito, foi encontrada uma igaçaba, despedaçada, em parte, pela caçamba da máquina. Teria sido a de algum cacique ou pajé nela sepultado. No cume das altaneiras penhas do Morro Grande, junto à área urbana, já se encontraram urnas funerárias, que os roceiros, não conhecendo o costume dos nossos bugre, denominam *panelões*. Alguns rústicos machados de sílex tenho visto em casa de moradores de bairros rurais, guardados e tomados como *pedras-de-raio*, que os ingênuos possuidores acreditam descidas do céu com o relâmpago... Presumivelmente, esses e outros objetos que poderia citar são vestígios de outras tribos, de mais adiantada civilização, anteriores aos Puri-Coroados.

Benefredo de Sousa, em seu livro *Datas e Fatos da Terra do Rio Verde* (Três Corações), pág. 152, diz que entre 1893 e 1900 "os proprietários da Fazenda Campo Lindo, ancestrais de Alexandre Vilela, ao escavarem um pasto fronteiriço à sede da fazenda, descobriram vários camotins, ou igaçabas, sinais evidentes de tibacoera (cemitério de índios) naquele local. Alguns desses objetos são ainda conservados pela família", e foram emprestados para figurar no museu da Cidade de Três Corações, em 1960. Encontros semelhantes têm ocorrido em outras localidades sul-mineiras.

Assim eram os Puri-Coroados, os primitivos itajubenses.

E vestígios do índio no município são ainda alguns topônimos, nos quais prevaleceu sua fala genuína: *Itajubá, Jerivá, Juru, Anhumas, Sapucaí, Piranguçu, Capetinga...*

* * *

3 — DESCOBRIMENTO DO RIO SAPUCAÍ

O Sapucaí é o grande rio de Itajubá. Divide a cidade bem ao meio. É relevante sua importância no progresso e na vida da cidade, sobretudo no passado, com o favorecimento da navegação. É o fertilizador do grande vale pelo qual serpeia, recolhendo as águas de vários tributários menores, tão ligados às tradições itajubenses, entre os quais o piscoso Lourenço Velho e o Ribeirão José Pereira, que iluminou a cidade no início do século, e que também atravessa a cidade.

O primeiro civilizado que divisou o Sapucaí, afirma-se ter sido João Pereira Botafogo, em 1596. Não se tem notícia segura de outro sertanista que o tenha precedido nessa arrojada empresa. É ele quem, "costeando o Paraíba, transpõe os divisores de água e chega aos vales dos Rios Verde e Sapucaí, depois de se encontrar com Martim de Sá que, ao que se diz, viera do Rio de Janeiro, recalcando Tamoios" (M. Cavalcanti Proença, *Ribeira de São Francisco,* pág. 85). O descobrimento do Rio Sapucaí deve ter-se dado na altura de Paraguaçu ou pouco mais abaixo do Carmo do Rio Claro.

"Quando, e por onde se verificaram as primeiras entradas para as *Minas do Rio Verde*? Vinha de longe, de muito longe, o conhecimento do alto Rio Verde e do Alto Sapucaí. Já no último decênio do século XVI, haviam sido perlustradas essas regiões pela importante bandeira, no Rio de Janeiro organizada por Martim de Sá, em 1597 (e da qual fazia parte Antônio Knivet, o célebre marinheiro de Cavendish), para socorrer os Guaianases, que tinham sido acometidos pelos Tamoios. É o que se vê nas narrativas de Knivet sobre a mesma, interpretadas pelo alto saber de Teodoro Sampaio, no trabalho *Peregrinação de Antônio Knivet no Brasil do Século XVI.*

"Pondo-se a caminho, a bandeira — que do Rio de Janeiro seguiu para Paratí, transpôs a Serra do Mar, e atravessou o Paraíba — ascendeu, por fim, naturalmente pela garganta do Buquira, a Serra da Mantiqueira, e, por mais de uma vez, viajou no alto dos campos, pela região das cabeças do Sapucaí e do Rio Verde" (Alfredo Valladão, *Campanha da Princesa,* vol. I, págs. 39/40).

Houve vários e famosos sertanistas que se aproximaram do Sapucaí nos séculos XVI e XVII. Entre outros, mencionam os historiadores a Afonso Sardinha, que "havia descoberto as minas de Jaguamimbaba (Mantiqueira) pelos anos de 1597, alargando-se, portanto, o campo de atividades, em que ardia o Administrador Geral (D. Francisco de Sousa), que procurava empregar-se entabulando as explorações e promovendo a descoberta de outras jazidas. De fato, saindo corajosamente neste propósito, passou por Jaguamimbaba e daí desceu à região do Sapucaí, acompanhado do naturalista alemão Glimmer, que foi o primeiro homem de ciência que penetrou em nosso território" (Diogo de Vasconcelos, *História Antiga de Minas Gerais*, pág. 21).

No início do século XVII, "saíram Diogo Gonçalves Laço e Francisco Proença, moço fidalgo da Câmara do Infante D. Luís, os quais, tomando o rumo de Araraquara e Moji, vieram alcançar o leito do Sapucaí, por onde subiram, perlustrando o Rio Grande, e voltaram pelo Embaú" (Diogo de Vasconcelos, *op. cit.*, pág. 22). Embaú é hoje Cruzeiro, SP.

Na Biblioteca Nacional existe um roteiro, publicado por Orville Derby em *Os Primeiros Descobridores de Ouro em Minas Gerais*. Neste roteiro "se fazem referências a minas existentes no alto Sapucaí", "já conhecidas estas, anteriormente, por Bartolomeu da Cunha" (Alfredo Valladão, *op. cit.*, pág. 47).

"É positivamente certo que, pelos anos de 1692 a 1693, se achava perfeitamente conhecida a existência de ouro no Alto Sapucaí e no Alto Rio Verde (Alfredo Valladão, *op. cit.*, pág. 46).

Mas, conforme bem lembra o maior historiador da Campanha da Princesa, o douto Alfredo Valladão, até "1737, apenas vaga e atemorizadora notícia chegava à Vila Rica, das minas do Rio Verde, situadas no Sul da Capitania de Minas Gerais, entre o Rio Verde e o Sapucaí. No ano anterior, entretanto, assumia interinamente a governo da Capitania Martinho de Mendonça de Pina e Proença que, ia para mais de dois anos, já aqui se encontrava como alto comissário da Metrópole, trazendo um regimento com amplos poderes, para a severa fiscalização das minas, visada a máxima arrecadação" (*Op. cit.*, pág. 31).

É então que aparece o intrépido Cipriano José da Rocha, ouvidor de São João del-Rei, que, "com todo o destemor e máxima diligência", — diz Valladão — daria cumprimento à missão diretamente confiada a Martinho de Mendonça. Pois é esse bravo Cipriano, ouvidor são-joanense, quem, apesar da precedência de outros sertanistas e exploradores, se arvorou em descobridor do Rio Sapucaí...

O ofício histórico que esse Cipriano José da Rocha enviou ao Governador interino Martinho de Mendonça, dá conta de todas as diligências tomadas e das ocorrências verificadas no descobrimento do Sapucaí. Vem

transcrito, na íntegra, em suas obras, por Xavier da Veiga, Alfredo Valladão, Júlio Bueno e outros estudiosos do Sul de Minas. Declara Cipriano nesse documento que, "mal convalecido", partira de São João del-Rei em 23 de setembro de 1737 "para o descobrimento das minas do Rio Verde, só famigeradas por uma obscura notícia de alguma pessoa que ocultamente dava mantimentos aos criminosos que se refugiavam naqueles desertos"; que, por força de suas iniciativas, romperam-se "matas e sertões", franqueando a estrada a quaisquer pessoas, fazendo recuar todos os jagunços perigosos que "espalhavam vozes" e procuravam infundir terror aos que se aproximavam daqueles terrenos; que fora ele o descobridor do Rio Sapucaí, ajuntando a essa asserção as seguintes informações:

"O Rio Sapucaí, só conhecido pela tradição dos antigos paulistas, fiz descobrir pelos sertões destas minas por diligências e despesas minhas, até que pessoalmente fui às suas margens, e o passei em canoa que mandei fazer. É o rio abundante de águas, maior em muitas partes que o Rio Grande, porém, de vagarosa corrente. Mandei explorá-lo para as suas cabeceiras; acharam-se disposições de ouro e também me informaram que navegando três dias acima se comunicarão com as minas do Itajubá".

Observe-se que o Itajubá aqui mencionado é hoje o município e cidade de Delfim Moreira. A atual Itajubá ainda não existia.

Sapucaí quer dizer *rio das sapucaias,* isto é, *rio que canta, rio que grita*. O nome foi dado pelos índios em alusão às lecitidáceas que, quando fustigadas pelos ventos, freqüentes no vale, produziam silvos semelhantes a gemidos. Daí chamarem eles *sapucaia,* isto é, árvore que chora, árvore que geme, a essas lecitidáceas, então existentes com abundância em quase todo o vale, sobretudo nas margens e barrancas do rio, onde eram mais aglomeradas.

Poetas e romancistas muito se valeram da sapucaia para adornar suas composições. Gonçalves Dias nos *Timbiras,* José de Alencar em *Minas de Prata* e *O Guarani,* por exemplo. Os índios, quando, espantados, pela primeira vez viram galinhas, que eles desconheciam, as quais vieram a bordo da capitânia de Pedro Álvares Cabral, deram-lhes o nome de *sapucaia,* para designar a ave que cacareja alto, que grita... A informação é de Basílio de Magalhães *(História do Comércio, Indústria e Agricultura,* 3.ª edição, 308).

O maior rio itajubense emprestou o seu nome a um dos mais ilustres titulares do Império, o Marquês de Sapucaí (Cândido de Araújo Vianna), mineiro, nascido em Sabará (1793-1875). Foi deputado, senador, presidente de províncias, ministro, conselheiro de Estado e presidente do Instituto Histórico Brasileiro, por muitos anos. A rua dos desfiles carnavalescos, no Rio de Janeiro, tem o seu nome...

* * *

4 — GEOGRAFIA DE ITAJUBÁ

Itajubá, cidade e município do Sul do Estado de Minas Gerais, se acha a 22º 26' de latitude meridional, e 2º 33' de longitude oeste do meridiano do Rio de Janeiro. Ou, mais acertadamente, 22º 25' 30" de latitude sul, e 45º 27' 20" a oeste do meridiano de Greenwich.

O centro da cidade está, em média, a 848 m de altitude. Em junho de 1950 estiveram na cidade os técnicos da Seção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia, órgão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A referida equipe, chefiada pelo engenheiro Clóvis Mota de Alencar, apresentou as seguintes altitudes de Itajubá

Piso da ponte de cimento Randolfo Paiva ..	847,2707 m
Porta da Matriz de N.S. da Soledade	859,5373 m
Chapa do monumento de Venceslau Brás	846,4048 m
Trilho da Rede Mineira de Viação (RFFSA) ..	845,2099 m

Nas penhas e morros do município encontram-se alturas que vão de 1.000 a 1.800 metros. O cume da Serra da Água Limpa, nas divisas com Delfim Moreira, está a 1.900 metros de altitude, o ponto mais elevado do município.

O *Almanaque Sul-Mineiro,* de Bernardo Saturnino da Veiga, assim posicionava Itajubá, em 1874: "Dista esta cidade, da Corte, 60 léguas; de Ouro Preto, 73; de Pouso Alegre, sede da Comarca Eclesiástica, 11; da Vila do Paraíso, 7; da Cidade de Cristina, 7; da Campanha, 16; da estação da Boa Vista (SP), na Estrada de Ferro D. Pedro II, 20 léguas". Roberto Capri, em *Minas Gerais e Seus Municípios,* localizava a cidade a 427 quilômetros do Rio de Janeiro, 419 de São Paulo e 815 de Belo Horizonte. Agora, na era do asfalto, ficou Itajubá a 324 quilômetros do Rio de Janeiro, 284 de São Paulo, 448 de Belo Horizonte (em linha reta, 317) e 1.041 de Brasília. Está ligada à Rodovia Fernão Dias, a 70 km, no trevo de Pouso Alegre, e a 84 km, em Lorena, SP, com a Rodovia Presidente Dutra.

O Município de Itajubá limita-se, ao norte, com os Municípios de São José do Alegre e María da Fé; a leste, com Delfim Moreira; ao sul, com Venceslau Brás e Piranguçu; a oeste, com Piranguinho.

As terras itajubenses estão nas encostas da Mantiqueira, e o conjunto geográfico é formado das seguintes serras principais: do Juru, do Ano Bom, do Goiabal, do Lourenço Velho, ao norte; da Água Limpa e dos Toledos, a leste; do Pouso Frio, ao sul; o Morro da Piedade e outras elevações menores, a oeste.

Machado de Assis, em *A Semana* do Rio de Janeiro, edição de 17 de julho de 1892, discorrendo sobre a falsa aparência dos homens, dizia: "Há desses corações, nevados por cima, como estão agora as Serras de

Itatiaia e de Itajubá, e contendo em si as lavas que o Etna está cuspindo desde alguns dias" *(Obras Completas,* vol. 24, edição Jackson, pág. 82). Certamente o criador de *Dom Casmurro,* para essa sua comparação literária, tomou a Serra da Mantiqueira, onde está o Itajubá dos velhos tempos, hoje Delfim Moreira.

Junto à cidade estão os morros que, no século passado, tinham, alguns, denominações hoje desconhecidas: — morro do Reservatório (o da caixa dágua, que também já se chamou de Morro do Dr. Miguel Vianna, e Morro das Corujas), Morro da Batalha (o dos Canudos e do Bairro Oriente, Morro do Potreiro (o do cemitério), Morro de São Benedito (Morro Chique), Morro da Boa Vista (Morro do Zequinha Pereira), Morro do Cafezal (no qual, por muitos anos, esteve a torre da ZYI-5 Rádio Itajubá), Morro Grande, Morro de São Sebastião, de Santo Antônio, de Santa Rosa, do Pinheirinho e a longa cadeia de elevações que vai do morro que, ligada ao Bairro Oriente, se prolonga até atingir a rodovia asfaltada de Maria da Fé.

Parte do Morro de São Benedito foi, no princípio do século, retirada sob a direção técnica do Engenheiro Fritz Hoffmann, que removeu as terras por meio de jato de água bombeada do Ribeirão José Pereira. As terras levadas pela água corriam para o brejo e a grande depressão existentes onde ora está a Praça José Brás e imediações, nivelando-os, aterrando-os. O Morro de São Benedito ficou reduzido a pequena elevação, numa área hoje completamente urbanizada.

A bacia do Sapucaí é a principal do sistema potamográfico do Sul de Minas. Não vou aqui descrever todo o curso do importante e "remisso flúmen de minha terra" (verso de *Idilius,* poeta itajubense), desde sua nascente a quase mil metros de altitude, nas divisas com o Estado de São Paulo, até a sua união com o Rio Grande. Será assunto para uma ampla monografia da história e geografia do Sul de Minas. Há excelentes descriações de Franklin Massena, Geraldino Campista e Gerber sobre o Sapucaí e seus afluentes, as quais mencionarei na aludida obra. Restrinjo-me, por ora, à sua passagem pelo território Itajubense.

Depois de receber as águas do Rio de Bicas, e de, em longo percurso, servir de divisor entre os Municípios de Itajubá e Venceslau Brás, o Rio Sapucaí vai encontrar-se com o Rio Santo Antônio que chega das terras de Delfim Moreira logo depois de receber o córrego da Serra Clara e o Ribeirão do Salto. É exatamente na confluência com o Santo Antônio que o Sapucaí entra no Município de Itajubá, cortando-o ao meio, de este para o oeste, e, ao sair do território itajubense, une-se a um de seus maiores tributários, o Lourenço Velho, o qual atravessa o Distrito do Rio Manso e percorre longa distância servindo de divisa entre os Municípios de Maria da Fé, São José do Alegre e Itajubá, até despejar suas águas no Sapucaí no local em que exatamente deixa este o Município de Itajubá. O Lourenço Velho também já foi, no século passado, o divisor das dioceses de Mariana e de São Paulo.

O Sapucaí entra na cidade pelo bairro urbano Santa Rosa, e sai pelo da Boa Vista, dividindo-a em duas partes iguais. Dentro do município, o mais importante de seus afluentes, da margem direita, é o Ribeirão José Pereira, que tem origem na Serra da Água Limpa e que vai despejar-se no Sapucaí já dentro da cidade. Da margem esquerda, os mais notáveis desses afluentes são o Córrego da Estância, o Ribeirão das Anhumas (estes dois nascem na Serra do Pouso Frio), o Ribeirão Piranguçu e o Ribeirão dos Antunes, este já nas divisas com Piranguinho.

O Rio Sapucaí percorre, desde sua nascente até à barra com o Lourenço Velho, na saída do município, uma extensão de 48 km, num vale formado, lado a lado, de altíssimas e imensas vertentes da Mantiqueira. Essa conformação topográfica vem causando, durante as chuvas, sérios danos às populações ribeirinhas, sobretudo na cidade. As chuvas torrenciais e as trombas dáguas, despencadas nas cabeceiras e nas intermináveis escarpas, correm céleres para o Sapucaí e seus tributários, enchendo-os rapidamente com o desastroso volume de água, inundando as várzeas e a parte baixa da cidade, derrubando casas e desabrigando centenas de famílias.

Algumas dessas enchentes ficaram tristemente assinaladas na história de Itajubá, tais os danos vultosos e sinistros causados. Registrou nossa velha Câmara a de 20 de março de 1874, que chegou a atingir o Largo dos Passos (atual Praça Teodomiro Santiago). A "Gazeta Comercial", jornal itajubense. na edição de 16 de janeiro de 1881, noticiava uma inundação de assustadoras proporções, ocorrida a 9 daquele mês e ano. Ainda está na lembrança de muitos itajubenses a grande cheia de 2 de fevereiro de 1945, não só pela altura atingida, quase igualando a de 1874, como pela rapidez com que as águas subiram, pouco tempo permitindo para que se acudissem pessoas e objetos, e se abandonassem as casas da área justafluvial mais baixa.

A solução para o grave problema era, como já se projetava desde o século passado, a retificação do Rio Sapucaí. Na sessão de 13 de janeiro de 1864, já assim fazia constar em Ata o Governo Municipal:

"Reconhece a Câmara o quanto é necessária a mudança do curso das águas do Rio Sapucaí, e por isso nomeou uma comissão dos concidadãos Ten.-Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva e Major Joaquim Inácio Vilas-Boas da Gama, para que estes prestantes cidadãos confeccionassem uma planta e orçamentos necessários". Nessa mesma sessão deliberou-se solicitar da Assembléia Legislativa Provincial uma verba para essas obras. Porém, nada então se realizou em trabalhos de retificação do rio.

Dezoito anos mais tarde, a 28 de outubro de 1882, o "Itajubá" dava a notícia da aprovação, pela Assembléia Provincial, em 3.ª discussão, do projeto do Dr. Silvestre Dias Ferraz Júnior, que concedia a verba de 20 contos de réis para a mudança do leito do Sapucaí, junto à Cidade de Itajubá. Na edição de 30 de dezembro do mesmo ano, o referido jornal informava haver sido sancionada tal concessão. No entanto, a 1.º de fevereiro de 1883, lia-se na Câmara Municipal uma representação de mais

de cem ilustres itajubenses, que rogavam se expusesse à Presidência da Província a situação, pleiteando tornar-se "efetiva a quota de 20 contos de réis, votada pela Assembléia Provincial para a fatura do corte do Rio Sapucaí, nesta cidade". Mas, na sessão de 16 de agosto do mesmo ano, o Governo Municipal de Itajubá tomava conhecimento de um ofício do Presidente da Província, datado de 3 de agosto de 1883, "fazendo sentir à Câmara não poderem ser entregues as quotas votadas pela Assembléia Provincial, para mudança do leito do Rio Sapucaí e canalização de água potável nesta cidade, visto não haver na Lei do orçamento vigente rubrica própria onde seria classificada essa despesa"... Nessa mesma reunião, os Edis itajubenses decidiram enviar novo ofício ao Governo Provincial, suplicando providências no sentido de não fracassar a pleiteada quota.

Verdade é que, naquele tempo, nenhuma obra foi realizada para pôr cobro às desastrosas cheias do Sapucaí, que permanecia com suas inúmeras curvas, em longas e fechadas alças e costadas pelas várzeas de Santo Antônio, de Santa Rosa, do Pacatito da Varginha e das proximidades de Piranguinho, retendo as águas, impedindo-lhes o escoamento rápido, ocasionando os transbordamentos catastróficos por ocasião das chuvas de dezembro, janeiro e fevereiro.

Em 1949, pediu o Prefeito Dr. Sebastião Pereira Rennó, ao Departamento de Obras e Saneamento, a inclusão de Itajubá no programa de melhoramentos de cursos hidrográficos, conforme já vinha o referido Departamento procedendo com o Rio Verde, no Município de São Lourenço. Em resposta, em Ofício de 30 de agosto de 1949, o Dr. Camilo de Meneses, Diretor Geral do DNOS (Departamento Nacional de Obras e Saneamento), aquiescera na inclusão do Sapucaí no programa de estudos, e já no dia 7 de setembro um avião especial trazia a Itajubá o Dr. Camilo de Meneses, acompanhado de seus engenheiros auxiliares Drs. Eduardo Secades e Waldir Assad. Examinadas cuidadosamente todas as zonas inundáveis da cidade, o Dr. Camilo prometeu dar os primeiros passos para a premente e tão desejada retificação, assegurando que o problema das enchentes em Itajubá era muito mais grave do que ele poderia imaginar. Nada, contudo, então se realizou além desses entendimentos.

O Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra foi quem tomou a iniciativa de solucionar o problema do Sapucaí. Esse parlamentar, na reunião de 29 de setembro de 1953, da Assembléia Legislativa, expôs pormenorizadamente o perigo e os prejuízos que o Rio Sapucaí oferecia a Itajubá na ocasião das cheias, salientando a urgência de uma solução, procurando justificar o Requerimento de n.º 1.054, que então encaminhava ao Legislativo Estadual, no qual pedia o empenho da Casa junto às autoridades competentes para que se realizassem logo essas obras. Endereçou ele, em 2 de outubro de 1953, uma carta ao Dr. Camilo de Meneses, Diretor Geral do DNOS, reclamando a concretização dessas obras. A resposta veio em 12 do mesmo mês, prometendo providências. Em 11 de fevereiro de 1957 o Deputado Cintra dirigiu uma nova carta ao Dr. Camilo de Meneses, expondo uma vez mais a urgência que a situação exigia, sugerindo, além da retificação, a constru-

ção de barragens no Alto Sapucaí, nos Córregos do Paiol e do Serrote, no Ribeirão Marmelo e uma outra nos Ribeirões Jacuí, São Bernardo e Itererê. A carta topográfica, com a indicação dessas barragens, foi feita, a pedido do Deputado Cintra, pelo Dr. João Baptista Ricci.

Em 19 de março de 1957, em radiograma, recebia o Deputado Cintra a notificação de que o Presidente da República havia encaminhado o pedido ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Em 3 de maio do mesmo ano o referido Deputado recebia do Dr. Camilo de Meneses uma carta na qual se mostrava desfavorável às barragens e optava por uma "dragagem do Rio Sapucaí". Do Gabinete Civil da Presidência da República, em 18 de julho de 1975, o Cel. Afonso Heliodoro dos Santos dava ao Deputado Cintra informações sobre o andamento do pedido. Do DNOS, em 7 de junho de 1957, informava Cleantho de Paiva Leite ao Gabinete Civil da Presidência da República, que as obras reclamadas pelo Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra para solucionar o problema das inundações em Itajubá estavam em estudos, e falava da necessidade do levantamento topográfico de mais 5 km do Rio Sapucaí, e que. "quanto à execução das obras", o DNOS informava que "a única possibilidade, dada a carência de equipamentos", era "destacar-se para Itajubá, dentro de alguns meses, o *dragline* atualmente em serviço, de caráter mais urgente, na Cidade de Passa-Quatro".

Incansável que foi na luta para a retificação do Sapucaí, o Deputado Cintra, em 21 de agosto de 1957, endereçou uma carta ao Presidente Juscelino Kubitschek expondo o problema. Em 29 de outubro do mesmo ano, Oswaldo Maia Penido, Subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República, deu ao Deputado Cintra a seguinte informação:

"Em atenção à correspondência dirigida por V. Ex.ª ao Senhor Presidente da República, solicitando a canalização do Rio Sapucaí, em Itajubá, MG, cumpre-me comunicar-lhe que o Ministério da Viação e Obras Públicas, consultado a respeito, informou que o equipamento destinado ao serviço em causa já seguiu para o local de operação a fim de iniciá-lo".

Um estudo e traçado já se encontrava elaborado pelo competente Engenheiro Dr. Luís Goulart de Azevedo, Prefeito em 1955 e 1956. Foi graças aos esforços de seu sucessor Antônio Rennó Pereira (Tota Rennó), do Dr. Aureliano Chaves de Mendonça e do Deputado Euclides Cintra que, finalmente, em 11 de novembro de 1957, tiveram início os trabalhos de retificação do Rio Sapucaí. É de importância histórica o Ofício de n. 399, da Câmara Municipal de Itajubá, de 13 de setembro de 1957, endereçado ao Deputado Cintra:

"A Câmara Municipal de Itajubá, por requerimento do edil João Pereira de Andrade e Silva, apresentado na Sessão de 3 do corrente, aprovou seu reconhecido louvor a V. Excia., não só pelos excelentes serviços prestados a Itajubá e seu povo, como também pela sua valiosa ajuda quando da audiência concedida ao DD. Prefeito desta cidade, Sr. Antônio Rennó Pereira, e seus ilustre Engenheiro Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, pelo Exmo. Sr. Presidente da República, em que ficaram assentadas, com

segurança, as bases para a solução do angustioso problema das enchentes em Itajubá". É documento assinado por Cyrillo Rodrigues de Sousa, Secretário em exercício do cargo de Presidente da Câmara.

Os trabalhos foram iniciados com duas possantes dragas, a alguns quilômetros abaixo da cidade. Uma singela solenidade realizada no próprio local marcou o acontecimento, com a presença do Prefeito Tota Rennó, do Dr. Aureliano Chaves de Mendonça (então Engenheiro da Prefeitura), do Vigário Padre Agostinho Picard e de várias outras autoridades, quando falaram alguns oradores, entre os quais o Prefeito Tota, os Vereadores Dr. Vicente de Sales Dias Filho e Cyrillo Rodrigues de Sousa, e ainda o Ten.-Cel. Eduardo Congro, Comandante do 4.º BECmb.

Quase doze anos duraram os trabalhos de retificação, pois só em 1969 foi que as máquinas chegaram à ponte da Fábrica de Armas, ponto final da obra.

O Ribeirão José Pereira, que igualmente atravessa grande parte da cidade, também tem inundado a área urbana do centro e da baixada do Pinheirinho, sobretudo quando trombas dágua caem nas vertentes das Serras do Juru, dos Toledos, da Água Limpa e de outras encostas do grande vale. Também já está retificado no seu percurso urbano, mas uma vazão mais rápida, nas ocasiões dessas cheias, até despejar-se no Sapucaí — confluência que fica no centro da cidade — embora já muito favorecida, ainda se encontra sem solução definitiva e satisfatória, dada a inexeqüibilidade de alargamento e a dificuldade de abertura de canais auxiliares.

O nome desse segundo rio que atravessa a cidade, Ribeirão José Pereira, foi dado em alusão a José Manuel Pereira Guimarães. É asserção que deixo à vista de vários registros como este da página 40 do 2.º Livro de óbitos do arquivo paroquial de Nossa Senhora da Soledade onde consta o sepultamento em 29 de janeiro de 1877, de um recém-nascido encontrado "morto no Ribeirão de José Manuel Pereira Guimarães".

Outro rio de maior importância do município é o Lourenço Velho, abundante de mandis, curimbatás e dourados. Corre longe da cidade, nas divisas de Maria da Fé e São José do Alegre. Nasce no dorso da Mantiqueira, no Município de Passa-Quatro, corre nas divisas de Delfim Moreira e Maria da Fé e entra no Município de Itajubá pela Região Nordeste, logo depois de receber as águas do Ribeirão dos Pintos e do Arroio Claro. Já em território itajubense recebe tributários menores, como os Córregos do Varjão, Santa Rita, o do Ano Bom e o do Juru, o Ribeirão Sabará (ou das Posses) e o da Várzea da Capetinga.

Os principais bairros rurais do Município de Itajubá são os seguintes:

Ao Norte, Capetinga, Jerivá, Pinheirinho, Juru e Ano Bom; ao Nordeste, o Rio Manso, no Distrito de Lourenço Velho; ao Sul, a Pedra Preta,

São Pedro e Berta; a Oeste, Pessegueiros e Piedade; ao Centro, Estiva, Anhumas e Estância. E alguns outros, cujas denominações são tiradas do nome da fazenda neles existentes, ou mesmo do nome do fazendeiro.

Os principais bairros urbanos são: Santa Rosa, Pacatito, Varginha, Nossa Senhora de Fátima, São Sebastião, Santo Antônio, São Vicente, Avenida, Lourdes, Porto Velho, Centro, Boa Vista, Canudos, Floresta, Oriente, Biquinha, Cantina, Vila Neusa, Vila Isabel, Vila Rubens, Chácara das Moças, Morro Chique, Rebourgeon, Pinheirinho, Vila Poddis.

O clima de Itajubá é variado, ocorrendo, às vezes, no mesmo dia, pela manhã, o calor de verão e, à tarde e à noite, uma caída de temperatura que pede agasalho ou cobertor... Mas nunca o termômetro atinge a altas ou baixas excessivas, como ocorre na vizinha Maria da Fé, onde, no inverno, o frio chega a alguns graus abaixo de zero.

O Dr. Alfredo Moreira Pinto, em 1899, assim informava: "As geadas são freqüentes nos meses de junho, julho e agosto, mas não muito fortes e produzindo pouco dano. O grau máximo de frio atinge a 4° acima de zero e o calor a 30°, à sombra" (*Apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais*, 1909).

No mapa do município organizado em 1978 pela equipe técnica das Diretorias de Cartografia e Geografia do Instituto de Geociências Aplicadas da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (quando Secretário o Dr. José Israel Vargas e Diretor Geral do Instituto o Prof. David Márcio Santos Rodrigues), — trabalho lamentavelmente com vários enganos — estamparam-se as seguintes informações:

"O clima da região é do tipo tropical mesatérmico-brando úmido, de temperaturas amenas durante todo o ano (a média anual varia em torno de 18° C e 19.° C), o que se explica pela orografia. Trata-se de clima Cwb, de acordo com a classificação de Koeppen. A pluviosidade média é de cerca de 1.400 mm por ano".

O Dr. Augusto de Lacerda, Engenheiro-Chefe da Comissão de Geografia e Geologia de Minas Gerais, montou em Itajubá, em 1894, uma estação meteorológica, e nomeou para o cargo de observador dessa instalação o Prof. Jorge de Boucherville, fato este noticiado em "A Verdade" de 9 de junho de 1894. O Instituto Dom Bosco, ora inexistente, possuía, na década de 1920, instalações para previsões e observações meteorológicas, tendo-se muito empenhado na regularidade e eficiência desses serviços o Coronel Jarbas Guimarães, diretor do educandário.

A área total do Município de Itajubá é de 281 km².

A área urbana é de 20 km² aproximadamente.

* * *

5 — O SOLO ITAJUBENSE

As elevadas regiões Sul-Mineiras da Mantiqueira, segundo o historiador Rocha Pombo, são de formação arqueana superior, o que significa a ausência de fósseis, pois, a era azóica antecede o aparecimento dos seres organizados.

Contudo, tamanha antigüidade não impede de ser o solo itajubense classificado como um dos mais jovens *rebentos* geológicos, com *apenas* 60 milhões de anos de existência antes do aparecimento do homem sobre a face da Terra...

É esta a opinião de James Hulton, famoso cientista escocês do século XVIII, que, na sua *Teoria da Terra,* classfica a várzea do Sapucaí, no Sul de Minas Gerais, como produto do período eoceno, enquanto que os veios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, do período carbonífero, têm de 230 a 300 milhões de anos, e os itacolomitos de Minas Gerais, da era siluriana, possuem 500 milhões de anos, sendo que a mais antiga rocha conhecida é de mais de um bilhão e 500 milhões de anos antes do homem. Essas asserções de Hulton estão reproduzidas por **Ernest R. Trattner**, no seu livro *Arquitetos de Idéias* (Editora Globo, 5.ª edição, pág. 66).

Segundo o Mapa Geológico do Brasil, publicação oficial de Ministério da Agricultura, elaborado em 1938 por Avelino Inácio de Oliveira, o Município de Itajubá está classificado como terreno paleozóico devoniano, calendoniano (eruptivas ácidas) e arqueozóico, do complexo cristalino brasileiro (gnaisses, micaxistos, dolomitas, granitos, etc.).

O *Atlas Econômico de Minas Gerais,* organizado em 1938 por determinação de Israel Pinheiro da Silva, então Secretário de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, no mapa de Geologia, confirma a classificação de complexo cristalino arqueano do solo itajubense, que, por isso, não deve ser de interesse para a paleontologia. O Dr. Franklin de Massena, engenheiro, filho do Sul de Minas, apresenta-nos o estudo que passo a transcrever:

"A Mantiqueira, desde a Pedra do Baú até Jaguari, apresenta cadeias graníticas, com gnaisses em sua base do Norte, na ramificação que deita para Caldas; o granito diminui em Pedra Branca (Pedralva) e a Oeste encontra-se em abundância calcário e magnete. Entre a Pedra do Baú e o Órgão de Itajubá encontram-se as cabeceiras do Sapucaí; no planalto do Capivari abundam em camadas o quartzito, o feldspato e rochas xistosas. A turfa segue as margens do São Bernardo e avança em camadas para o centro tendo, ou dos lados ou em estado sobreposto, camadas de ocra e tabatinga. Nas vertentes deste planalto depara-se com o granito esverdinhado, alternando com o sienito e gnaisse na base. O quartzo e o sílex, desde Candelária (atual Luminosa), seguindo a Vargem Grande (Brasópolis), alternam-se com estas rochas na base do Norte.

"As margens do Sapucaí, desde Itajubá até sua confluência com o Rio Grande, são terrenos de aluvião moderno e, em geral, estas margens são de turfas compostas de *tissus* esponjosos, fragmentos vegetais, de ma-

deiras, muita terra detrítica e argila. O mesmo se observa nas margens do Lourenço Velho. O terreno calcário abunda no Sapucaí, e suas rochas compactas e azuladas são análogas às dos terrenos calcários da Formiga (São José das Formigas, atual Paraisópolis).

"Em Itajubá o ouro não é tão espalhado como na Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), onde os terrenos são de alta cristalização. A Serra da Bocaina oferece uma série de grupos graníticos disposto em ziguezagues em suas altas cadeias. No Sítio do Monte há granitos azulados com veios de quartzos dispostos em ordem simétrica, formando na superfície das rochas paralelogramos e rombos. Encontra-se aí a mica. A Serra do Despropósito, ao norte de Cristina, apresenta alguns cumes de granito e abunda em ametista.

"Uma zona de quartzo com alguma turmalina, feldspato e outras rochas primitivas, partindo de Pouso Alto atravessa a base da Bocaina, Cristina, Capituba (Pedralva), Campanha e extingue-se no Sapucaí. Na Cristina, o terreno granítico liga-se com gnaisses; os vales apresentam, no terreno secundário, uma espécie de transição, e a turfa concreta forma uma parte da falda da Bocaina.

"Este terreno é aurífero, e desde o Carmo (Carmo de Minas) se observa que o trabalho de mineração aí foi feito em grande escala. A Pedra Branca (que deu origem ao nome de Pedralva) é um granito compacto e bem assim o Pedrão, eminências que repousam em uma camada de quartzo bialino misturado ou confundido com sílex claro ondeado de negro".

Em *Minas Gerais e Seus Municípios,* de Roberto Capri, há mais a seguinte informação:

"Em Bicas do Meio, ao pé da majestosa cachoeira D. Ana Flausina, há jazidas de superior amianto e talco, assim como o caulim, o ferro e grandes pedreiras de granito".

Grande jazida de talco existe em Santo Antônio, em terras itajubenses da fazenda que pertenceu a Domingos Procópio.

Na reunião de 17 de abril de 1855, a Câmara Municipal de Itajubá tomava conhecimento de uma Circular de 28 de dezembro do ano anterior, do Governo da Província, que mandava tornar-se pública, por meio de editais, a Lei Provincial n.º 663, que concedia um prêmio de vinte contos de réis — tentadora quantia para a época — a quem descobrisse mina de carvão-de-pedra no município...

No seu n.º de 4 de dezembro de 1890, o jornal itajubense "A Verdade" (e em números seguintes) publicava o seguinte edital:

"Por esta Secretaria se faz público que o Barão da Bocaina requereu ao Ministro da Agricultura permissão para explorar ouro, ferro, carvão-de-pedra e outros minerais no Município de Itajubá, neste Estado.

"Convida-se, portanto, a todas as pessoas que se julgarem prejudicadas para, dentro do prazo de sessenta dias contados nesta data apresentarem seus protestos ou reclamações perante o respectivo Conselho de Intendência. — Secretaria do Governo do Estado de Minas Gerais — Ouro Preto, 6 de novembro de 1890 — O Secretário de Estado Francisco de Assis Barcellos Correia".

Idêntico requerimento foi feito por Luís Rodrigues Jardim em 19 de dezembro de 1890 ("A Verdade" de 10-1-1891). Houve protestos de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), então Distrito de Itajubá, em abaixo-assinado de 19 de dezembro de 1890, com 57 assinaturas ("A Verdade" de 10-1-1891).

O já referido Atlas Econômico de Minas Gerais, organizado pela Secretaria da Agricultura do Estado, no mapa de Agrologia, classifica o solo itajubense como terrenos arqueanos de grande fertilidade. O Dr. Franklin de Massena, no excelente estudo de que já transcrevi uma longa parte, afiança que "os terrenos mais adaptáveis à agricultura, e onde se encontra extraordinária vegetação são os que se estendem de Itajubá até adiante de Jaguari (Camanducaia), em virtude do húmus abundar em pouco sílex e apresentar o calcário, a turfa e argila em abundância". Geraldino Campista, no seu *Itajubá*, confirma essa informação. Unânimes são os competentes estudiosos do solo desta região ao proclamarem a ubertosidade do Vale do Sapucaí.

Integrante que é do "berço esplêndido" em que nossa Pátria está "deitada eternamente", não se conhece abalo sísmico que tenha ocasionado estragos ou vítimas na região sul-mineira. O solo itajubense tem sido preservado de semelhantes catástrofes. Apenas alguns sustos e apreensões.

Em 31 de julho de 1861 houve em toda a região sul-mineira um fenômeno que muito atemorizou o povo. O fato está assim registrado por José Pedro Xavier da Veiga, nas suas clássicas *Efemérides Mineiras*, vol. 3.º, págs. 190/191:

"Sente-se forte tremor de terra, à uma hora da madrugada, na Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), jogando todos os móveis, caindo muitos objetos de sobre as mesas e as telhas de várias casas, e despertanto bruscamente as pessoa que dormiam. Durou cerca de um minuto, e foi também sentido, com efeitos semelhantes, em Pouso Alto e outras localidades do Sul de Minas, assim como em algumas do norte de São Paulo e Sul do Rio de Janeiro. No Carmo de Pouso Alto o fenômeno manifestou-se na véspera, 30 de julho, pelas três horas da madrugada, conforme se lê no "Sul de Minas", periódico da Campanha, de 10 de agosto de 1861".

A "Gazeta de Itajubá" de 08-11-1903 assim registrava:

"TREMOR DE TERRA — Na noite de 4 para 5 do corrente, às 11 horas mais ou menos, por algumas pessoas foi sentido nesta cidade leve tremor de terra e ouvido forte ruído subterrâneo, que duraram cerca de dois minutos".

Na madrugada de 22 de janeiro de 1922 tremeu a terra em Itajubá, tendo o fenômeno durado alguns segundos, e foi sentido em várias outras localidades sul-mineiras, nas quais ocasionou rachaduras em paredes, dança macabra de garrafas em prateleiras e muito pânico.

* * *

6 — DELFIM MOREIRA, A NOSSA SENHORA DA SOLEDADE DO «ITAGYBÁ»

Não vou repetir aqui o fabuloso montante de ouro e de pedras preciosas que de Minas Gerais foram levados para Portugal nem tecer comentários sobre o destino dessas imensas riquezas, já sobejamente tudo isso analisado, criticado e zagunchado por eruditos historiadores, com estilhaçantes malhações na Coroa portuguesa. O que, por ora, importa salientar é que precisamente quando os sonhos dos flibusteiros ultramarinos atingiam o clímax e *clou* da cupidez com a auricídia despertada à vista dos tesouros das Gerais, foi que se descobriram as minas de Nossa Senhora da Soledade do *Itagybá*, no local onde se construiu a cidade de Delfim Moreira, na qual teve início a história da atual cidade de Itajubá.

A ambição transformou aventureiros em épicos desbravadores e sertanistas. "As façanhas dos heróis da Antigüidade e as proezas dos semideuses da Mitologia grega amesquinham-se diante dos gigantes da selva brasileira" — assim ajuizou Plínio Salgado (*Como Nasceram as Cidades do Brasil*, pág. 102).

Um apetite de ouro e de pedrarias que, contudo, não é para ser lamentado, censurado e estigmatizado com implacáveis exprobrações a nossos ancestrais portugueses, que nos deixaram, em troca, inúmeras cidades e benfeitorias, por eles efetivadas com a rapidez necessária. Se não houvesse nenhum engodo neste Pindorama imenso, nenhuma forte sedução que atraísse os destemidos lusos para defender valorosamente a grande Colônia, estaria de pé a integridade nacional?!

Entre esses bravos e arrojados povoadores do apogeu da auricídia estavam os Garcias Velhos.

Os Garcias e os Velhos são da estirpe de reis, e avulta o número de seus grandes feitos em várias partes do mundo lusitano. J.J. Nunes, falando de Pai Soares, trovador do século XII, registra que esse poeta da Galiza pertencia à nobre família dos Velhos, a qual mais tarde devia ilustrar ainda outro seu descendente, Frei Gonçalo Velho, o descobridor dos Açores, conforme a afirmação de Estêvão Cruz (*História Universal da Literatura*, 1939, 2.º vol., pág. 350). Domingos Jorge Velho está ligado ao trágico episódio das batalhas contra os escravos homiziados no celebérrimo quilombo dos Palmares, chefiado por Zumbi. Afonso d'Escragnolle Taunay,

em *São Paulo do Século XVI,* menciona, entre os maiores obreiros da capital bandeirante e notáveis sertanista, a Garcia Rodrigues Velho, "casado com Isabel Velho, ambos portuenses", tronco de "considerável descendência" (pág. 210). "Isabel Velho, mulher de Garcia Rodrigues e sogra de Jorge Moreira, avoenga dos Garcias Velhos e Jorges Velhos e por sua filha Isabel e as filhas desta, dos Godoys, Furquins, Saavedras e Oliveiras" (*Idem,* pág. 230). A menção dos intrépidos e famosos Garcias e Velhos iria longe, se quiséssemos ir à procura dessas duas linhagens dentro da História Pátria. Um deles daria o nome a um dos rios itajubenses, o Lourenço Velho.

Que se destaque, primeiramente, Manuel Garcia Velho. No final do século XVII, dera este a Salvador Fernandes Furtado duas índias, Célia e Aurora, mãe e filha, em troca de doze oitavas de ouro. Esse ouro, obtivera-o Salvador em troca de uma carabina, barganha realizada com Miguel de Almeida, da bandeira de Bartolomeu Bueno. As doze oitavas de ouro foram entregues por Manuel Garcia Velho, em Taubaté, em 1695, a seu parente Carlos Pedroso da Silveira que, imediatamente, seguiu para o Rio de Janeiro, a fim de mostrá-las ao Governador, do qual então obteve Pedroso a patente de capitão-mor das minas e autorização para estabelecer em Taubaté uma casa de fundição de ouro, que foi a primeira fundada no Brasil. É o que consta no "fundamento histórico" do poema *Vila Rica,* de Cláudio Manuel da Costa.

"A criação, entanto, da casa de fundição em Taubaté, escreve Southey, foi o toque de clarim a convocar os aventureiros de toda a parte para os sertões auríferos da Colônia" (Geraldino Campista, *Itajubá*).

Taubaté foi, assim, o trampolim dos bandeirantes para se chegar às minas das Gerais. "Era, por esse tempo, a Vila de Taubaté residência predileta de famosos sertanejos e ponto de partida de inúmeras bandeiras; aí residiam membros proeminentes das mais nobres e importantes famílias da Capitania de São Paulo, tais como os Cunha Gagos, os Garcia Velhos, os Cabrais, os Pires, os Portes d'El-Rei e tantos outros. Entre os mais próximos parentes do Capitão Manuel Garcia Velho sobressaía, como valente e experimentado sertanista, o seu sobrinho, o Sargento-mor Miguel Garcia Velho" (Geraldino Campista, *op. cit.*).

Miguel Garcia Velho tornou-se o fundador da primitiva Itajubá, hoje cidade e município de Delfim Moreira. Foi também, segundo o erudito historiador campanhense Monsenhor José do Patrocínio Lefort, no seu livro *O Sul de Minas e as Bandeiras,* pág. 35, o fundador de Caçapava.

Havia Miguel Garcia Velho transposto a Mantiqueira. Nas imediações de Passa-Quatro, seguiu pelos vales da Bocaina, afastando-se, pois, da rota já trilhada por outros exploradores, a qual ia dar no Rio Verde e Baependi. Transpôs a Serra dos Marins e o planalto do Capivari, no qual andou descobrindo algumas pintas de ouro. No Córrego Alegre e nas águas do Tabuão encontrou maiores indícios do cobiçado metal. Pretendia alcançar a Serra do Cubatão, mas a mina do *Itagybá* foi a que mais o seduziu, e onde permaneceu por mais tempo, dando início ao povoado. **Era 1703.**

Estavam aquelas extensíssimas terras sob a jurisdição do Rio de Janeiro. Seis anos mais tarde seria, em 1709, criada a nova Capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desligando-se da autoridade fluminense. O Alvará régio de 2 de dezembro de 1720 separou estas duas Capitanias, tornando-se Minas Gerais autônoma e com governo próprio, estabelecendo-se como principais linhas de limites interprovinciais os divisores de águas das cumeadas da Mantiqueira.

Quanto ao fato de ter sido Miguel Garcia Velho o descobridor das minas do *Itagybá*, atual Delfim Moreira, não pode haver, sobre isso, a menor dúvida em face dos valiosos e incontestáveis documentos do século XVIII. Entre estes está a *Justificação* de Inácio Caetano Vieira de Carvalho, transcrita por Geraldino Campista no seu *Itajubá*, na qual aparecem as declarações de Manuel Barbosa Maciel, Manuel Preto Pimentel, João Cabral da Silva, João Machado Fagundes e Inácio Correia Leme, confirmativas todas de ter sido o arrojado sargento-mor taubateano o descobridor das minas do *Itagybá*. Não tem fundamento atribuir-se ao Padre João de Faria ou ao Padre João da Silva Caualo o descobrimento dessas minas. Este ali chegou vinte anos depois, em 1723, conforme declaração por ele próprio lavrada. O Padre João de Faria esteve, com seu cunhado Antônio Gonçalves Vianna e o Capitão Manuel Borba, não em *Itagybá*, mas em Campos do Jordão.

Em Waldemar de Almeida Barbosa, no *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, pág. 227 — obra com erros de datas, inclusive a do ano da fundação da nova e atual Itajubá — encontro esta nota:

"A dar-se crédito às informações de Felício Moniz Pinto Coelho da Cunha, moço fidalgo da Casa Real, foi seu avô, Antônio Caetano Pinto Coelho, o descobridor das minas de Itajubá. Esse português, natural da Província do Minho, veio para o Brasil como capitão-mor da Capitania de Itanhaém, com patente datada de 17 de maio de 1717, e promoveu, segundo atesta o neto, à sua custa, o descobrimento das minas de Itajubá, para onde abriu caminho e ali promoveu a distribuição de datas. Esse Antônio Caetano Pinto Coelho foi o tronco de numerosa família que se espalhou por toda a Capitania".

Ainda bem que o próprio Waldemar de Almeida Barbosa, logo em seguida, lembra as "várias" provas apresentadas pelo provecto e criterioso pesquisador Geraldino Campista, de que, muitos anos antes, já estivera nas minas do *Itagybá* o desbravador Miguel Garcia Velho...

Conhecem-se vários roteiros para as minas de Cataguases, ou Cataguás (nome antes dado a Minas Gerais), com partida de Taubaté, passando pelo Embaú, localidade ora denominada Cruzeiro, SP, e pelas cabeceiras do Rio Verde. Dois meses eram gastos da Vila de São Paulo a Minas. O mais pormenorizado de todos, e mais acreditado, é o do célebre André João Antonil, na sua famosíssima e citadíssima obra *Cultura e Opulência do Brasil* (do início do século XVIII), estudo que ocupa todo o capítulo X da 3.ª parte do precioso livro. Era a rota trilhada pelos bandeirantes para transpor a Mantiqueira. Já ficou dito que Miguel Garcia Velho galgou a grande serra

interprovincial seguindo, até o alto, o roteiro descrito por Antonil, mas que, na altura do Passa-Quatro, fugiu dele, indo dar à cascata do *Itagybá*. Segundo a *História do Brasil* de F.T.D., Curso Superior, pág. 251, os bandeirantes partidos de Lorena "atravessavam a Mantiqueira, mais ou menos pelo leito onde a transpõe a estrada de ferro que vai de Cruzeiro a Soledade".

Próximas às minas do *Itagybá* houve também as minas do Caxambu, descobertas pelo mesmo Miguel Garcia Velho no Sítio da Tabatinga, entre Córrego Alegre e a *Itagybá*. Não vamos confundir esta Caxambu com a bela e aprazível estância hidromineral que hoje tem esse topônimo. *Caxambu*, na linguagem dos africanos de Benguela, significava barril tapado com uma pele esticada, para servir de instrumento de percussão. Aos morros elevados e pontiagudos (como tem a cidade sul-mineira de Caxambu, colado ao seu Parque das Águas) davam os escravos, pela semelhança com esse tambor, o nome de *caxambu*, extensivo à dança que se procedia ao som dessa zabumba. Pois foi um morro com essa forma que inspirou Garcia Velho a dar à sua mina do Córrego Alegre o nome de Caxambu.

"O Sargento-mor Miguel Garcia Velho, o descobridor das minas de Caxambu e de *Itagybá* e fundador do Arraial de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, pertencia a uma família da mais alta nobreza de Portugal.

"A nobre família dos Velhos, entrelaçada a dos Mellos e Cabrais, tinha direito a brasão de armas consistente num escudo posto ao balão esquartelado:

No 1.º — As armas dos Mellos, em campo vermelho seis besantes de prata entre doble cruz e uma bordadura de ouro;

No 2.º — As dos Velhos, em campo vermelho cinco viseiras de ouro em aspas;

No 3.º — As dos Cabrais, em campo de prata duas cabras pastantes de púrpura.

"Nasceu o Sargento-mor Miguel Garcia Velho em Taubaté; era o segundo filho de Jorge Dias Velho e de Sebastiana Unhatte; casou-se com D. Leonor Portes d'El-Rei, filha de Antônio de Godoy Pires e de Francisca Vieira de Almeida.

"Francisca Vieira de Almeida, sogra do Sargento-mor Miguel Garcia Velho, era filha de Antônio da Cunha Gago (seu tio) e de sua segunda mulher Marta de Miranda, e esta era filha de Maria do Prado e de Miguel de Almeida Miranda. E Maria do Prado era, finalmente, filha de João do Prado, chefe da família Prado da Capitania de São Paulo.

"Do seu casamento com D. Leonor Portes d'El-Rei teve o Sargento-mor Miguel Garcia Velho dos filhos: Isidora Portes d'El-Rei, casada com Francisco Godoy de Almeida, o escrivão nas minas do *Itagybá*" "e o Padre Francisco Homem d'El-Rei.

"Do irmão mais velho de Miguel Garcia, Antônio da Cunha Gago, casado com Margarida Antunes Cardoso, filha do Capitão Tomé Portes d'El-Rei, diversos filhos residiram em Itajubá, como João Portes da Cunha e Inácio Rodrigues, dos quais descendem os Portes da Cunha e Cunha Portes.

"Os Cabrais, Guedes e Arrudas, residentes no município e parentes do descobridor das minas de *Itagybá*, são legítimos descendentes, por Manuel da Costa Cabral, de Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil" (Geraldino Campista, *Itajubá)*.

Elucida-nos o Dr. José Guimarães, competente genealogista residente em Ouro Fino: "O Sargento-mor Miguel Garcia Velho tinha 5 irmãos: Antônio da Cunha Gago, Jorge Dias Velho, Padre Manuel Rodrigues Velho, Maria Velho (casada com Antônio Cabral da Silva), e Marta de Miranda (casada com João Barbosa)."

São famílias que, conforme lembra o historiador Campista, das minas do *Itagybá* "espalharam-se por todo o Sul de Minas".

Até 1762 o Arraial do *Itagybá* era oficialmente considerado "um *julgado*, isto é, uma povoação sem pelourinho nem privilégio de vila, mantendo justiça própria: — um juiz ordinário, um tabelião, um alcaide e meirinho" (Geraldino Campista, *op. cit.*).

Penosos e dispendiosos eram os sacramentos necessários à vida religiosa dos católicos da Soledade de Itajubá, pois, com a falta do sacerdote, os casamentos, batizados, desobriga pascal, etc., tinham de ser feitos em distantes vilas e cidades, sendo mais próximas Pindamonhangaba e Guaratinguetá, já no Vale do Paraíba. Em 8 de setembro de 1853 o bispado de São Paulo anexava à Mitra bandeirante a Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá tendo oficiado a posse o Padre Dr. José Alves Vilella, vigário da Vara Eclesiástica. Foi então concedido o pároco para a nova capela. Em 24 de novembro de 1762 era a capela curada elevada à Freguesia, com igreja Matriz, conforme a Portaria desta data de Dom Frei Antônio da Madre de Deus, "por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de São Paulo e do Conselho de S. Majestade Fedelíssima".

O garimpo nas minas do *Itagybá* foi efêmero. As catas e as gupiaras não compensavam o trabalho e não correspondiam à sede de riquezas de Miguel Garcia Velho e seus companheiros. Eram faisqueiras pobres, logo depois esgotadas. Os bandeirantes se retiraram, e quem ficou no povoado tratou de se arranjar com a agricultura e a pecuária. Povo laborioso, mas de minguados recursos, o arraial em desfavorável localização, e a Soledade do *Itagybá* não prosperou.

E a história da nova cidade de Itajubá começa na Soledade do *Itagybá* do Sargento-mor Miguel Garcia Velho.

* * *

7 — «ITAGYBÁ», A CASCATA HISTÓRICA

O topônimo *Itajubá* é uma explicável e indubitada corruptela de *Itagybá*, que, na língua indígena, significa cascata, cachoeira.

O nome foi dado em alusão à ravina junto às minas de Miguel Garcia Velho, sugerido pela denominção que alguns dos silvícolas de sua expedição deram àquela queda d'água, logo que a viram, a qual muito devia tê-los deleitado, depois de estafantes caminhadas por serras e despenhadeiros ínvios, quando todos, sequiosos, já andavam ávidos por prover seus corotes e cantis.

Como nunca faltava uma evocação religiosa católica no batismo com que os antigos povoadores logo denominavam os lugares por eles fundados, o topônimo que ocorreu ao explorador taubateano foi o de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, ou, segundo se dizia então, do *Itagybá*. O ermo serrano da Mantiqueira lembrava a soledade; a *Itagybá* ali estava à frente, para alegrar a vista de todos...

A cascata histórica que emprestou o nome a Itajubá está na área urbana da cidade de Delfim Moreira, a primitiva *Itagybá*, a cerca de meio quilômetro do centro e de sua igreja Matriz. O ribeiro do Tabuão cai de uma altura de mais de 40 metros, malhando suas águas, com espumantes escachôos, nas anfractuosidades da elevada penha, propiciando um quadro pictoresco e sobremaneira atraente. O volume de água, naqueles idos, era muito maior do que o que hoje ali se despeja.

Quem com bastante segurança e convincentes provas estudou corretamente a etimologia de *Itajubá* foi Geraldino Campista, em sua já citada monografia intitulada *Itajubá* (que discorre sobre a *Itagybá* de 1703 a 1832, hoje Delfim Moreira), trabalho este publicado na "Revista do Instituto Histórico Mineiro" e, em separata, pela Livraria J. Leite, do Rio de Janeiro. Entre outras obras dignas de apreço citadas pelo douto historiador do torrão delfinense, está o *Compêndio da Língua Indígena Brasílica*, de Correia de Faria, publicado no vol. II dos "Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará", no qual se fundamentou para nos ensinar que *ita*, pedra, "no princípio das palavras compostas e junto a outro substantivo, traduz-se como se estivesse em genitivo" (das pedras); *y*, de *gy* (*ju* por corruptela), significa água, rio, e *ba* (*abae*) é a forma do particípio presente do verbo *a*, cair de cima, do alto, com síncope do *a* na formação do vocábulo. Assim, *ita — gy — bá* (*ita — y — abae*) quer dizer lugar de onde o rio das pedras cai de cima, ou, em outros termos, cachoeira do rio das pedras. "No tupi, o particípio presente dos verbos forma-se pospondo-se às terceiras pessoas do presente do indicativo a dição *bae*"

Portanto, *Ita-gy-bá* significa o rio das pedras que do alto cai, isto é, em resumo cachoeira. É essa a versão histórica incontestável etimológica e tradicional do topônimo *Itajubá*.

Por lamentável confusão com a palavra *itajuba* (com a tônica no *u* — *itajúba*), muita gente acredita que *Itajubá* significa pedra amarela.

E a fantasia popular chegou a imaginar a existência de uma pedra amarela no município... E o nome de Pedra Amarela foi posto, por gente que assim acredita, num dos bairros rurais de Itajubá!...

Quem aceita essa errônea versão não conhece nada do linguajar de nossos índios, nada entende de prosódia, muito menos da história de Itajubá!...

É o que procurarei demonstrar.

Um dos responsáveis por esse erro, ou talvez o causador de tamanho disparate, foi Bernardo Saturnino da Veiga. No seu *Almanaque Sul-Mineiro*, do ano de 1874, assim fantasiou ele, falando da atual Itajubá:

"Nos primeiros anos do século que corre começou-se a fundação deste povoado. Por esse tempo já a Soledade de Itajubá era um curato importante da Capitania de Minas Gerais. Alguns de seus habitantes, pela maior parte paulistas de Taubaté e Guaratinguetá, margeando o ribeirão da serra ou do Santo Antônio desceram das altas montanhas onde fica aquele curato, hoje Freguesia, chegaram à margem do Sapucaí e descendo por este rio, cerca de 10 quilômetros, descobriram a Pedra Vermelha, formoso rochedo que, visto ao longe, tem aquela cor, mas que examinado de perto é todo listrado de uma linda cor amarela, pelo que mais propriamente a denominaram os indígenas Ita-jubá (pedra amarela)".

É flagrante a absurdez cometida pelo ilustre historiador campanhense. Nada mais falso e irreal. Os paulistas que ele menciona, teriam esquecido que saíram de uma localidade já denominada Itajubá, para, nos 10 quilômetros abaixo do Sapucaí, irem encontrar uma fantástica pedra amarela, que teria originado o mesmo topônimo do "curato" e freguesia", hoje Delfim Moreira, de onde haviam partido? O que causa espécie é que o próprio Saturnino da Veiga registra, no mesmo livro, logo em seguida ao histórico de Itajubá, as notícias de Delfim Moreira, ou seja, de Soledade de Itajubá. Se já existia o topônimo Itajubá, havia já mais de um século dado ao serrano povoado de Miguel Garcia Velho, fato que Saturnino demonstra não ignorar, como seria agora, em 1819, quando já decorridos 116 anos, que iria surgir tal e mesmo nome?!

Desmentindo a versão colhida por Saturnino da Veiga, o nome dado ao lugar recém-fundado não foi Itajubá, mas Boa Vista do Sapucaí. O nome Itajubá só mais de vinte anos mais tarde é que viria para o povoado do Padre Lourenço, quando este passou a ser chamado de Itajubá Novo, e a Soledade o Itajubá Velho. Não houve, pois, em 1819, nenhuma pedra para sugerir o nome do lugar. Em segundo lugar, lembre-se que a grande pedra vermelha, à qual a fantasia quer atribuir a sugestão do topônimo, os índios a chamavam de Itapiranga, ou abreviadamente Piranga, que quer dizer vermelho, donde originou Piranga-uçu, isto é, Piranguçu, que se traduz por pedra vermelha grande. Não houve, pois, nem civilizado e nem silvícola que lhe atribuísse cor amarela, essa é a verdade.

Nunca existiu pedra amarela em Itajubá. E se existisse, estaria no primitivo Itajubá, evidentemente. Para onde teria ido essa pedra, esse "formoso rochedo", "todo listrado de uma linda cor amarela", da fantasia de Bernardo Saturnino da Veiga? Deve ter tido a mesma sorte da fabulosa Ys, da mitologia bretã, e um dia foi tragada pelas águas do Sapucaí... O escritor Marques Rebelo, em *Cenas da Vida Brasileira* (pág. 63), diz ter avistado, do arco da ponte metálica (hoje substituída por uma de cimento), a famosa pedra amarela... Mentira. De Itajubá não se enxerga Delfim Moreira, que é onde deveria estar tal preciosidade histórica, essa loura de granito...

O *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, de Saturnino da Veiga, foi livro muito estimado e acreditado na região, época em que eram raríssimas as publicações sobre o Sul de Minas. Até os párocos, em vez de procederem a uma pesquisa histórica de suas paróquias, trasladavam para os livros de Tombo as informações de Saturnino, tomando-as como verídicas. E nas escolas se ensinava o que estava no venerando *Almanaque*: Itajubá quer dizer pedra amarela... E também já se ensinou que Itajubá foi fundada por bandeirantes paulistas...

O primeiro erro, um qüiprocó clamoroso com *itajuba* (ita-júba); o segundo, deplorável confusão com a história de Delfim Moreira...

Há quem, triunfante, argumente:

Pedra amarela era como os índios designavam o ouro.

Pode ser, mas não diriam os índios *itajubá,* isso nunca. Diriam, nesse caso, *itajuba,* com a tônica no *u,* e não no *a,* que indubitavelmente significa pedra amarela. Além disso, se alguma cidade deveria, em alusão ao ouro, receber o nome de *Itajubá,* não seria esta a terra que estou historiando, onde a extração de ouro não figura em suas tradições. Mesmo em Delfim Moreira, a *Itagybá* de ontem, os veiozinhos auríferos foram apenas fugazes engodos, que logo se extinguiram.

A pedra vermelha citada por Saturnino da Veiga, realmente existente no Município de Itajubá, é uma enorme penha, cujo pico, nas divisas com Piranguçu, está a 1.138 metros de altitude. Dessa gigantesca pedra originou-se, já disse, o topônimo, isto sim, de Piranguçu. Era a Itapiranga dos Puri-Coroados. Abreviadamente para os índios da região, qualquer pedra que lhes parecesse vermelha era uma *piranga*. Havia o Bairro da Piranga, o de Piranguinho e o do Piranga-uçu (pedra vermelha grande), estes dois últimos ora cidades (Piranguinho e Piranguçu). Mas a Piranga-uçu, em cujos sopés ficava a fazenda de Felizardo Ribeiro Cardoso no início do século XIX, nada tinha de fulvo ou amarelo. Nem com muito boa vontade, xantopsia aguda ou daltonismo, se divisará semelhante cor...

Antes de conhecer a monografia de Geraldino Campista, e de obter as informações exatas de alguns idôneos delfinenses, e baseando apenas no livro *Município* de Itajubá do Professor Pedro Bernardo Guimarães, que também, no tocante à etimologia de *Itajubá* laborou em erro, colaborei eu

com algumas páginas na obra *A Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950*, fazendo ali uma sinopse da história de Itajubá. Igualmente caí no mesmo equívoco, aprendido na escola: *Itajubá, pedra amarela...* Valho-me deste ensejo para aqui me penitenciar. Errei!...

Itajuba (ita-jú-ba), com a tônica no *u*, e que significa pedra amarela, é o nome de uma árvore do Paraná. Em os *Timbiras* de Gonçalves Dias, *Itajuba* (tajúba) é o destemido bugre, citado mais de trinta vezes no poema. Seu amor imortalizou a virgem Coema, "a doce amada de Itajuba", no dizer de Machado de Assis *(Poema a Gonçalves Dias)*. Há ainda o antropônimo *Itagiba*, que quer dizer *braço forte*. E neste caso o nome é paroxítono, e não oxítono como figura em Varnhagen, na sua *História do Brasil*, 2.º vol., pág. 179, talvez por erro de imprensa.

Ita, pedra, *juba* (júba), amarela. *Ita-juba*, palavra paroxítona, não padece dúvida, é pedra amarela. E todas as palavras, mais de cem existentes em nosso vocabulário e na toponomástica, formadas com o elemento *juba*, amarelo, são, sem exceção, paraxítonas: *aiurujuba, borajuba, camarajuba, cujuba, garajuba, guarijuba, gruijuba, guajuba, guarajuba, guarijuba, gurijuba, itajuba, Irajuba* (cidade da Bahia), *Ibirajuba* (cidade de Pernambuco), *jurujuba, Macajuba* (cidade da Bahia), *majuba, mandijuba, manjuba, maparajuba, marajuba, marapajuba, mijuba, Mocajuba* (cidade do Pará; há ainda, no mesmo Estado, *Nazaré de Mocajuba*, distrito de Curuçá, e *Nova Mocajuba*, distrito de Bragança), *muirajuba, murajuba, piracanjuba* (nome de peixe e de uma cidade de Goiás), *pirajuba* (nome que os índios davam ao dourado, peixe, e é também o topônimo de uma cidade mineira), *quijuba, sucurijuba, sucurujuba, tanajuba, tatajuba, tujuba...*

Por que só *Itajubá* seria oxítona?

"Os acentos, na língua tupi, com o fato de ser fechada, aberta ou nasal a vogal, muito importam, porque cada uma dessas circunstâncias pode alterar o sentido do vocábulo. Assim, *tupa* significa rede de dormir; *tupá*, raio; *tupã*, deus" (Couto de Magalhães, *O Selvagem*). *Itajuba* se tornar *Itajubá* seria, pois, hiperbibasmo injustificável, sem exemplo na língua tupi.

Quanto a *gy* transformar-se em *ju* não é, no entanto, corruptela isolada, para estranhar. Daltro Santos, na sua *Fundamentação da Grafia Simplificada*, nas págs. 27 e 28, fala da transformação do *Y* em *U*, mostrando ser fenômeno encontradiço no nosso *abaheenga*, por ser imprecisa a pronúncia que os tupinólogos desejaram grafar com *Y*, *I* ou *U*. Aponta, entre outros exemplos, *Butantã (Ybytantan), carnaúba (caranayba), macaúba (macayba), maçaranduba (moçarandiyba), Ubatuba (Ybatyba), Cabreúva (Cabureyba), Indaiatuba (Indaiatyba), Itaituba (Itaytyba), Catanduva (Caatãtyba)*.

Poder-se-ia acrescentar *Anhangabaú*, primitivamente *Anhangabay*, exemplo este suscitado por Afonso d'Escragnolle Taunay em *São Paulo no Século XVI*, pág. 74.

O Professor Daltro Santos lembra ainda a coexistência de formas encontradas com os dois sons, como *Araçatuba* e *Araçatiba, Aracati* e *Ara-*

catu, Acaraí e *Acaraú, boicininga* e *boiçununga, Guaratiba* e *Guaratuba, Narandiba* e *Naranduba, Piraçununga* e *Piracininga* e ainda *Piracinunga*.

Daí ser perfeitamente compreensível o topônimo *Itagybá* transformar-se em *Itajubá*, sem constituir isso nenhuma exceção, nenhum fenômeno inusitado, mas um fato comprovadamente normal.

A prova, contudo, mais convincente de que o topônimo *Itajubá* significa cascata, cachoeira, e para ela peço a atenção de meus cultos conterrâneos, é sua forma primitiva *Itagybá*, conforme se pode ver nos velhos documentos, entre os quais ocorreu a Geraldino Campista citar a carta escrita em 1723 pelo Padre João da Silva Caualo, e a Portaria expedida em 1724 por D. Rodrigo de Menezes, Governador de São Paulo, a Francisco de Almeida, escrivão das minas do *Itagybá*, documentos estes existentes no Arquivo Público de São Paulo e publicados no vol. XI de sua Revista. E é com *gy* que alguns alvarás da mesma época estão transcritos em alguns velhos livros de Nossa Senhora da Soledade do *Itagybá*.

A forma primitiva *Itagybá* é bastante para pôr cobro à dúvida, pois, à luz da etimologia, jamais *ita-gy-bá* poderia significar pedra amarela. E se caturra ainda houver, é passar os olhos pelo volume de 1858, com o rótulo "Registro de Terras" do então distrito de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), livro este existente no arquivo da Prefeitura da atual Itabá, que nele encontrará, na folha 36-verso, esta passagem elucidativa, lavrada pelo punho honrado de nossos antepassados, que aqui transcrevo conservando o erro de concordância verbal existente no original:

"... que altercou sobre as ditas terras que é de boa visão, clima muito próprio para lavouras e tem muitas quedas d'água, como bem assim indica o nome desta Freguesia".

Os antigos itajubenses sabiam, pois, que Itajubá quer dizer *queda d'água*.

* * *

8 — O FRACA-ROUPA

O primeiro grande bandeirante de que se tem notícia, que andou pelo Vale do Sapucaí, no Sul de Minas, foi o fidalgo espanhol Dom Rodrigo de Castel Blanco, em 1681. Segundo o Monsenhor José do Patrocínio Lefort, Chanceler do Bispado da Campanha, em *O Sul de Minas e as Bandeiras*, pág. 25, percorreu Dom Rodrigo o caminho de Atibaia, "em cujo arraial chegou a tropa a 24 de março. Dali, naturalmente procurou o curso do Ribeirão Camanducaia, por onde entrou em Minas. Em meados de abril, estava no Rio Sapucaí. Foi quando seus 27 índios que o acompanharam, valendo-se de uma ocasião propícia, conseguiram roubar-lhe as provisões e parte dos armamentos e fugir. Era o dia 20 de abril de 1681". O con-

sagrado historiador campanhense nos afirma, contudo, que "por esse mesmo caminho de Atibaia e Sapucaí tinha seguido, não fazia muito, Lucas de Camargo Ortiz, o almotacel paulista, que se pronunciou na Câmara de São Paulo poder ir, ele próprio, buscar remédio no sertão além de Atibaia". No *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, de Afonso d'Escragnolle Taunay, está Dom Rodrigo de Castel Blanco realmente presente no Sul de Minas em 1681. Diogo de Vasconcelos informa ter sido Dom Rodrigo o primeiro a introduzir animais de carga e de montaria em Minas Gerais (*História Antiga de Minas Gerais*, 49). Possivelmente, percorreu as terras do Município de Itajubá, mas não deixou nenhuma fundação. Foi assassinado, um ano depois, por Manuel Borba Gato.

O primeiro cientista que explorou a fauna, a flora e o solo desta região, e isto no final do século XVI, foi o naturalista holandês Wilhelm Jost ten Glimmer, que esteve na bandeira de André de Leão. Botânico, zoólogo, mineralogista e intelectual de grande erudição, chegou a elaborar estudos de monta, inclusive um roteiro, transcrito que foi por Marcgrave no 8.º vol. de sua *História Natural do Brasil*. Auguste de Saint-Hilaire esteve igualmente no Sul de Minas, mas não passou pela Região de Itajubá. E o famoso e primeiro pirata estrangeiro que perambulou pelas plagas sul-mineiras foi Anthony Knivet, de nacionalidade inglesa, em 1591. Era um dos companheiros e apaniguados do célebre corsário Thomas Cavendish...

Para a história de Itajubá, quanto a esses civilizados que andaram palmilhando a região antes da fundação da cidade do Padre Lourenço, o que mais de perto importa conhecer é Antônio de Oliveira Lopes, o Fraca-Roupa.

A Coroa ultramarina cuidou de regularizar a posse das sesmarias, com determinações assentadas no meado do século XVIII, no final do qual o Capitão-General Luís Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, deliberou pôr em prática a ordem régia. E exigiu mapas das regiões até então devolutas, que deveriam ser divididas em *datas* com as medidas determinadas pela Corte. Para o levantamento da carta das glebas itajubenses, então extensas naqueles idos, foi designado o Fraca-Roupa.

A disposição da Coroa Portuguesa de conceder sesmarias é anterior ao descobrimento do Brasil. Remonta a D. Fernando I, em 1375. Figuram tais doações nas *Ordenações Afonsinas*, de 1446, e nas *Manuelinas*, de 1512 a 1521, estas últimas já com aplicação no Brasil — assegura-nos Hélio Vianna (*História do Brasil*, 2.º, 31).

"A inexistência, no Brasil, de pessoas habilitadas a fazer seguras medições das sesmarias foi a causa da suspensão, em 1796, do alvará do ano anterior, que regulara a concessão de terras, sua confirmação, medição e processos nas causas que determinassem. Procurou atender a essa falta, a determinação, de 1798, para que em cada Capitania existissem, pelo menos, dois engenheiros topógrafos chamados geralmente *pilotos*" (Hélio Vianna, *op. cit.*, 2.º vol., pág. 34).

Dom João VI determinou que "os governadores e capitães generais das Capitanias deste Estado do Brasil" continuassem a dar sesmarias, para incremento da agricultura e povoamento — assim informa Luís Gonçalves dos Santos (Padre Perereca) nas suas *Memórias para Servir à História do Brasil* (Vol. 1.º, 266). Foi para a medição dessas sesmarias que muito se solicitaram os trabalhos do Fraca-Roupa. Era ele um experiente *piloto* (topógrafo).

"Nova resolução imperial, de 1827, proibiu a concessão de sesmarias" (Hélio Vianna, *op. cit.*).

Antônio de Oliveira Lopes era profissional de raras habilidades e de muitos ofícios, entre os quais o de *piloto,* que, conforme já ficou dito, era a designação que se dava ao medidor de terras. No desempenho dessa árdua profissão, o valoroso *piloto* se metia pelos matos, ali passando meses, levando consigo uma arma e os rústicos instrumentos de medição de que dispunha. Quase se identificava com os Puri-Coroados no uso apoucado de trajes, ficando-lhe, daí, a alcunha de Fraca-Roupa, ou Pouca-Roupa como outros cronistas preferiam chamar-lhe.

Terminados os trabalhos, o próprio Fraca-Roupa foi enviado a São José del-Rei (atual cidade de Tiradentes), com o mapa das sesmarias que seriam, por mercê real, distribuídas aos estancieiros da Soledade do *Itagybá* e redondezas, que se tornariam seus primeiros proprietários. Esperava lá encontrar-se com a autoridade competente, encarregada de fazer chegar às mãos do austero Visconde de Barbacena, o trabalho que realizara, o qual deveria receber a chancela do Governador da Capitania. E foi essa viagem que levou nosso *piloto* ao encontro do martírio e da História, atirando-o na galeria heróica dos pioneiros de nossa liberdade, que souberam escrever, com as tintas indeléveis do sacrifício e do arrojo, as páginas marcantes da Inconfidência Mineira.

A caminho, numa estalagem, no sítio denominado Varginha, encontrou-se Fraca-Roupa com Joaquim José da Silva Xavier, o glorioso Tiradentes, que o convenceu facilmente da grandiosidade da obra libertadora que encetava, tomando-o para completar os seus doze auxiliares diretos na perigosa e temerária empresa.

Em um dos depoimentos de Tiradentes assim se registrou:

"Passados alguns dias veio o respondente (Tiradentes) para o Rio de Janeiro, por causa de lhe terem chegado uns requerimentos de Lisboa a respeito de umas águas, e no caminho não deixou de falar, quando se lhe ofereceu ocasião, e se falava em derrama. Uma das pessoas a quem falou foi ao Capitão João Dias da Mota, o qual respondeu que o estabelecimento da República não seria mau; porém, que ele nem se metia nisso, nem tal queria saber. Também falou na derrama, e no modo por que a América se podia fazer República no Sítio da Varginha em casa do estalajadeiro João da Costa, estando presente um viandante Fraca-Roupa chamado Antônio de Oliveira Lopes, o qual pareceu abraçar o Sistema que o respondente seguia;

porque disse que ele respondente tendo onze que abraçassem o seu partido, fizesse conta com ele, que eram doze, e beberam à saúde dos novos governos; mas não sabe ele respondente se isto era com ânimo verdadeiro, ou se iria por convir com ele respondente em razão de este lhe ir pagando os gastos até Vila Rica, e é certo que o dito estalajadeiro ouviu toda a conversação, mas não lhe lembra a ele respondente coisa por onde possa dizer se ele abraçou o partido" (*Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 4.º, pág. 54).

Vítima da traição de Silvério dos Reis, preso e algemado, Antônio de Oliveira Lopes foi metido na enxovia, em Vila Rica (Ouro Preto). Dias depois, era conduzido à presença do implacável tribunal custeado pelo despotismo lusitano.

Do Auto n.º 14, passo a transcrever uma parte do depoimento do inconfidente de Itajubá (Delfim Moreira):

"Auto de perguntas feitas a Antônio de Oliveira Lopes. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e setecentos e oitenta e nove, em o primeiro dia do mês de agosto do dito ano nesta Vila Rica de Nossa Senhora do Pilar do Ouro Preto em a cadeia pública dela, onde foi vindo o Desembargador Pedro José Araújo de Saldanha, Ouvidor Geral e Corregedor desta Comarca, junto comigo o Bacharel José Caetano César Manitti, Ouvidor e Corregedor do Sabará, Escrivão nomeado, para efeito de se fezerem perguntas a Antônio de Oliveira Lopes, que se acha preso em segredo na referida cadeia à ordem do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Visconde de Barbacena, Governador e Capitão-General desta Capitania; e sendo aí pelo dito Ministro foi mandado vir à sua presença o mencionado preso, ao qual fez as seguintes perguntas:

"Foi perguntado a ele respondente, como se chamava, donde era natural, a sua residência, ocupação e idade. Respondeu que se chamava Antônio de Oliveira Lopes; que era natural da Vila de Abrantes, Comarca e Bispado da Guarda (Portugal); casado e residente em Itajubá, termo da Vila de São João, Comarca do Rio das Mortes; que era oficial de carpinteiro, e também piloto, que andava nas demarcações das sesmarias, e que tinha a idade de sessenta e três anos. Foi perguntado se sabia ou suspeitava a causa de sua prisão. Respondeu que totalmente ignorava o motivo por que fora preso. Foi mais perguntado se ele respondente sabia, ou tinha ouvido dizer, que nesta Capitania estava projetado fazer-se um levante, a quem o ouviu, em que tempo e lugar. Respondeu que, vindo ele entre vésperas do Natal do ano próximo passado buscar à Secretaria deste Governo a sua Provisão de medidor, passando pela Varginha do Lourenço, e pousando na estalagem de João da Costa Rodrigues, se achava também nela um Alferes do Regimento pago desta Capitania, cujo nome ignora, e só sabe que tem por alcunha o Tiradentes, o qual, conversando com o dito estalajadeiro, entrou a dizer que esta terra podia ser uma República; porque tinha em si muitos gêneros para a sua subsistência, como eram os algodões, muito ferro, ouro e diamantes; e depois desta conversação, pondo-se o dito Alferes a cear, fez naquele ato uma saudação, dizendo:

— Lá vai à saúde dos novos Governadores para o ano de mil e setecentos e oitenta e nove!

Ao que acudiu o dito estalajadeiro, dizendo:

— Como novos Governadores, se ainda agora chegou o Senhor Visconde?

Ao que respondeu o Alferes:

— Eu cá sei!.

E mais não se passou, nem ele respondente tornou depois deste encontro a ver mais o sobredito Alferes" (*Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, vol. 2, págs. 231/240).

Noutro depoimento, autenticado pelas assinaturas do Desembargador José Pedro Machado Coelho Torres, Juiz da Devassa, e do próprio declarante, documento este transcrito nos *Autos da Devassa*, vol. 3.º, págs. 360/361, Antônio de Oliveira Lopes confirma sua nacionalidade portguesa, sua profissão de *piloto* medidor de terras, sua idade (63 anos) e seu domicílio em Itajubá (Delfim Moreira), então Termo da Vila de São João del-Rei. Não nega ter estado com Tiradentes na estalagem de João da Costa Rodrigues, que com o valoroso Alferes ceara, com ele conversara sobre o estabelecimento da República, e que ele, Antônio de Oliveira Lopes, completara os doze epígonos do protomártir. Mas nega ter bebido à saúde dos novos governos que viriam em 1789, declarando que nem mesmo na estalagem havia vindo, aguardente ou outra bebida com que se pudesse levantar semelhante brinde.

Observe-se, no depoimento inicialmente transcrito, que o próprio Tiradentes mencionou o apelido de Fraca-Roupa, dado a Antônio de Oliveira Lopes.

Na *Setença da Alçada* lê-se que Antônio de Oliveira Lopes, o inconfidente de Itajubá, medidor das sesmarias da Freguesia da Soledade, foi condenado ao exílio em Caconda (Angola), com a ameaça de forca, caso voltasse ao Brasil. Depois, as penas foram aliviadas para todos os conjurados, menos para Tiradentes. Ao Fraca-Roupa foi amenizada a sentença com o degredo em Macua, por 10 anos (*Autos da Devassa*, vol. 7, pág. 7). E no dia 22 de maio de 1792, no navio *Nossa Senhora da Conceição Princesa de Portugal*, em que também seguiu o poeta Tomás Antônio Gonzaga (Varnhagen, *História do Brasil*, vol. 4, pág. 417), partiu ele para a África, de onde nunca mais voltou, pois, nascido em 1725 (Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, vol. 2, pág. 122), já tinha, na ocasião do desterro, 67 anos de idade.

Houve também um inconfidente de nome Francisco Antônio de Oliveira Lopes, coronel, que não deve ser confundido com o Fraca-Roupa.

E Fraca-Roupa estava radicado, desde decênios, à terra itajubense, onde se casara com senhora da família Alvarenga e Bicudo.

No antigo monumento dos Inconfidentes que se erigu em Ouro Preto, demolido em 1894, lá estava gravado o nome do imortal Antônio de Oliveira Lopes, o primeiro topógrafo do Sul de Minas, que, no desempenho da profissão, andou pelo atual Município de Itajubá. E, enquanto ele entrava na História Pátria como um dos vultos imortais da Inconfidência Mineira, as sesmarias por ele marcadas eram distribuídas aos primeiros estancieiros das terras do Itajubá, e as primeiras fazendas iam-se formando nas glebas da Boa Vista do Sapucaí, onde três decênios depois se fundaria a nova Itajubá.

"O pobre Fraca-Roupa, como lhe chamava Tiradentes, que só por haverem viajado juntos tinha sido preso e condenado ao degredo, vivera até 1794 como carpinteiro, mas agora seu corpo repousa na Capela de Porto Belo, no Zambese" (Marilusa Moreira Vasconcelos, *Confidências de Um Inconfidente*, 361).

O Itajubá que se encontra mencionado nos documentos e notícias referentes ao Fraca-Roupa, conforme já observei, não se trata da nova e atual Itajubá, mas da antiga Soledade de Itajubá, ou *Itagybá* segundo a forma e grafia primitiva, hoje cidade e Município de Delfim Moreira, onde residia o inconfidente. Mas, como o homem que levantou a primeira planta do atual Município de Itajubá, está também ele, Antônio de Oliveira Lopes, o Fraca-Roupa, na galeria dos grandes construtores da Cidade do Padre Lourenço, a nova Itajubá...

* * *

9 — O QUILOMBO DA BERTA

Ainda como acontecimentos anteriores à fundação da nova Itajubá, inclui-se o memorável mocambo da Berta.

Berta (ou Aberta, conforme aparece com outros velhos documentos) é um bairro do sul do atual Município de Itajubá, junto à Serra do Pouso Frio (1.387 m de altitude, nas divisas com Piranguçu) e à Pedra Vermelha (a Itapiranga, ou Piranga-uçu dos Puri-Coroados). Em suas imediações nasce o Ribeirão das Anhumas, um dos tributários do Sapucaí.

Por que o nome Berta? Não consegui informação segura. Provavelmente, o apelido, ou mesmo o nome de alguma proprietária ou matrona ligada ao passado ou às lendas do lugar. Assim chamava a mulher de Pepino o Breve, mãe de Carlos Magno, a Berta do Pé Grande...

Foi nas terras da Berta que se formou um temido quilombo do século XVIII e início do XIX. Era o Palmares do Sul de Minas... Escravos fugidos das senzalas e lavouras da Campanha, de Baependi, da Soledade do *Itagybá*, do Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina), de Jaguari (atual Camanducaia), da Aiuruoca, de São Gonçalo, do Bom Jesus do Mandu (Pouso

Alegre), do São José do Picu (Itamonte), da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Pouso Alto, do norte da Província de São Paulo e até de localidades mais distantes ali e se homiziavam, livrando-se dos rigores da chibata, do tronco e do trabalho forçado.

Organizados em bandos, percorriam os filhos da África as picadas e estradas da Mantiqueira, atocaiando-se traiçoeiramente em capões de mato e florestas quando sabiam da aproximação de tropas de burros cargueiros e de caravanas, às quais, sempre armados, surpreendiam com hábeis assaltos, tomando-lhes toda a carga e, não raro, assassinando impiedosamente os que tentavam reagir. Muito estimavam o sal, armas, munições, ferramentas, cutelarias, fazendas, fumo, bebidas, açúcar e cereais, que pilhavam e levavam para a Berta, onde tudo isso era repartido fraternalmente.

Perigosos e numerosos, a fama desses quilombolas espalhava-se por todo o Sul de Minas, por suas barbaridades e rapacidade, obrigando os viajores da Mantiqueira a só andarem em grupos e fortemente protegidos por contingentes armados, os quais nem sempre eram suficientes para resistir à sanha dos pretos do famigerado valhacouto. Nem os mais destemidos capitães-do-mato se arriscavam a aproximar-se da Berta, nem mesmo os destacamentos milicianos se prestariam a tanto. Os mucamaus mantinham no seu reduto, noite e dia, sentinelas em mangrulhos elevados, e, à vista de qualquer estranho pela periferia, o sinal de alarme seria dado, e todos os homens se movimentavam dispostos à luta.

Aliás, não só os quilombolas itajubenses praticavam, na Mantiqueira, esses crimes e roubos. Veja-se esta nota ao rodapé da página 21 da *História Antiga de Minas Gerais*, de Diogo de Vasconcelos:

"*Jaguamimbaba* quer dizer serra das vertentes. Por se chamar *Amantiquira* a região defronte a Guaratinguetá, que se tornou mais conhecida, o primeiro nome desapareceu, e o segundo generalizou-se a toda a serra, alterado pelos portugueses em *Mantiqueira*. Muitos têm pensado que o nome de *Mantiqueira* vem da quadrilha de ladrões, que lá houve; mas foi o inverso. O nome da serra vem dos primeiros tempos, e a quadrilha existiu em meados do século passado", isto é, do século XVIII.

O Capitão Inácio Xavier Eloy Pontes, em carta de 13 de junho de 1786, enviada a Luís da Cunha Meneses, Conde de Linhares, Governador da Capitania, falava dos perigosos escravos acoitados na Berta, "ameaça aos povos das minas do Itajubá" (hoje Delfim Moreira), e da necessidade de se organizar um "corpo de tropa" capaz de desbaratá-los e reconduzi-los ao cativeiro. Antônio Gomes Nogueira, de Baependi, por volta de 1800, oferecia duzentos mil réis e mais um cavalo a quem conseguisse retirar dessa cidadela odiosa o crioulo Adão. Do capanga Francisco Prudêncio, que, "a mando de Sebastião Boaventura do Prado, de Cambuí, ali tentara penetrar, ninguém nunca mais teve notícias"...

Quantos homens e mulheres de cor lá se escondiam? Não se tem idéia. Só se sabe que eram muitos, segundo se documentou.

Só uma peste grassante, no início do século XIX, pôs fim ao quilombo da Berta. Lá os escravos fugidos veneravam a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, sobre a qual existe arquivado na Matriz de Nossa Senhora da Soledade, dois livros, em boa caligrafia, ilustrados com dois excelentes desenhos, nos quais mãos anônimas nos deixaram narrado o longo epílogo dos homiziados negros da Berta.

Será assunto de um outro capítulo.

* * *

10 — PADRE LOURENÇO DA COSTA MOREIRA

Os bisavós paternos do Padre Lourenço da Costa Moreira foram Antônio da Costa Moreira e D. Maria de Araújo, nascida em Montalvão. Residiam no Lugar do Sarnado, Freguesia de São Tiago de Mouquim, Concelho de Vila Nova de Famalicão, Arcebispado de Braga, Portugal. Foram lavradores em Mouquim. Eram estes os pais de Antônio da Costa Moreira (portanto, o mesmo nome do pai), casado com Joana Rodrigues, filha de Domingos da Costa e de Maria Rodrigues, da Casa do Roqueixo. Antônio e Joana foram, pois, os avós paternos do Padre Lourenço. Foram os pais do Padre Francisco da Costa Moreira.

O Padre Francisco da Costa Moreira nasceu em 22 de fevereiro de 1764, no Lugar do Sarnado, Portugal, e faleceu em janeiro de 1819 em Guaratinguetá. Requereu sua habilitação para as ordens menores em 25 de fevereiro de 1778, e nessa época morava em Jesufrei, nas vizinhanças da Freguesia de São Tiago de Mouquim. Foi vigário colado da Paróquia de Guaratinguetá de 16 de setembro de 1801 até 18 de dezembro de 1817, e Comissário do Santo Ofício, com Provisão datada de 30 de novembro de 1808. Conquanto também sacerdote, foi o pai do Padre Lourenço.

"O Vigário (Francisco) Moreira, ao vir de Portugal, trouxe em sua companhia um primo-segundo, o futuro Capitão de Malta, João de Araújo Lima, e foi recenseado pela primeira vez em Guaratinguetá, em novembro de 1798, na Freguesia da Vila, tendo feito as seguintes declarações:

"Tem uma morada de casas. Vive na Paróquia em que ganha, por ano, 1:000$000 (um conto de réis). Compra açúcar, que manda para Lisboa, pelo porto da Vila de Parati, em que ganhou 300$000 (trezentos mil réis) e 3 escravos".

"Pouco tempo depois chegavam de Portugal seus sobrinhos Manuel da Costa Pinto (mais tarde vigário da Vara de Guaratinguetá, de 18 de janeiro de 1818 a 1847, nascido e batizado na Freguesia de Santa Maria de Nine, Concelho da Vila Nova de Famalicão, e condecorado com o Hábito de Cristo no grau de cavaleiro); Anacleta Teresa de Jesus, natural de Lisboa, governante de sua casa e de seu engenho; os dois filhos naturais, Lourenço (Padre Lourenço) e Madalena Teresa, havidos em Portugal.

"Causou grande impressão na Vila de Guaratinguetá a chegada desta família, desembarcada em Parati. Uma escrava, testemunha do acontecimento, não se cansava de relatar a sensação provocada pelos luxuosos trajes das jovens, trazendo na barra das saias bordados de renda de mais de dois palmos de altura e ataviadas com custosas correntes de ouro, em uma demonstração de opulência e requinte (depoimento de D. Hercília Rangel de Camargo, que o recolheu de uma escrava idosa da família).

"O Vigário Moreira (pai do Padre Lourenço) levantou engenho no Distrito da Vila de Guaratinguetá, e foi um dos mais abastados *engenheiros*, com escravaria de 43 almas (1816). Era provavelmente próximo parente de Antônio da Costa Pinto, natural da Vila Nova do Famalicão, emigrado para a Bahia, onde casou e teve os filhos Antônio da Costa Pinto, Conde com grandeza de Sergi-Mirim (este, pai do Visconde de Oliveira e avô da Baronesa de Geremoabo) e Manuel Lopes da Costa Pinto, Visconde Aramaré.

"No processo para Comissário do Santo Ofício a testemunha Teodósio Lopes declarou que o habilitando (Padre Francisco da Costa Moreira) fora infamado de tratar ilicitamente com Maria, solteira, filha legítima de Bento José da Silva, já falecido, alfaiate, e de sua mulher Rosa da Costa, de Ansariz e aquele da Gandra, e dela tivera um filho e uma menina, Lourenço e Madalena, que são vivos e o menino há poucos anos o fez reconduzir para o Rio de Janeiro e a menina a levou consigo para Lisboa... (*Familiares do Santo Ofício*, maço 13, diligência 1257, Torre do Tombo).

"Teve portanto o Vigário Francisco da Costa Moreira os dois seguintes filhos:

1 — PADRE LOURENÇO DA COSTA MOREIRA, nascido em 15 de maio de 1778, batizado no dia seguinte, na Freguesia de São Tiago de Mouquim, falecido em Itajubá Nova (sic), da qual foi o fundador". "Presbítero do Hábito de São Pedro, Promotor do Resíduo no Juízo Eclesiástico da Comarca de Guaratinguetá e coadjutor da Freguesia da Vila (Juízo de Órfãos da Capital — DAESP, Cx. 60). Ligou-se a Inês de Castro Silva (Gonçalves Franco, Depoimento escrito do Dr. Carlos da Silveira ao autor), e teve dela

a) — Delminda Moreira da Costa, nascida em Guaratinguetá, falecida em 6 de setembro de 1869, em Silveiras, aos 52 anos, mulher inteligente, de preparo muito superior à média e dotada de notáveis qualidades pedagógicas, o que revelou no bom ensino que deu na roça, sem outros estímulos além do seu desejo natural de espalhar a instrução, aos seus cunhados menores, e todos os seus filhos e a muitos sobrinhos e estranhos, para os quais preparou lições escritas, por causa da ausência absoluta

de livros e qualquer outro material escolar (Carlos da Silveira, *A Família Sene, de Silveiras e Algures: antes de tudo, pequenos lavradores*, Rev. Arq. Mun. 67:96, julho de 1940). Casou em 1837 em Itajubá com Juvêncio Alves de Sene, nascido em 1808 em Aiuruoca, Minas Gerais, falecido em 24 de fevereiro de 1888, Silveiras, filho do Cap. Manuel Alves de Sene (1786-1851) e de Rita Maria da Purificação (1782-1862). São os pais de Inês de Castro Sene, nascida em 13 de novembro de 1849 em Silveiras, falecida a 8 de junho de 1936 em São Paulo, casada em 27 de agosto de 1874, em Silveiras, com Francisco Carlos da Silveira (Carlos da Silveira, Rev. do Arq. Mun., 27-20 de julho de 1937, e Rev. do IHGSP, 23:254 e 25:122). Pais do Dr. Carlos da Silveira, nascido em 21 de junho de 1883, em Silveiras, falecido em São Paulo, grande conhecedor da história do povoamento do Vale do Paraíba, por ele divulgada em centenas de artigos publicados na imprensa da capital e em publicações periódicas, casado com Maria Clara Pires Martins;

b) — Dr. Domiciano da Costa Moreira, médico em Itajubá.

2 — MADALENA TERESA DE JESUS, nascida em 1781 em São Tiago de Mouquim, falecida em 22 de fevereiro de 1843 na sua Fazenda do Bom Jardim, Guaratinguetá".

O que relatei até aqui, neste capítulo, é a reprodução do que consta nos xerox que, em 1981, atenciosamente me enviou o Revmo. Monsenhor Oswaldo de Barros Bindão, Vigário da Matriz de Santo Antônio de Guaratinguetá, SP, e Vigário-geral da Arquidiocese de Aparecida, que, com a orientação do historiador e genealogista Helvécio Vasconcelos Coelho, da mesma cidade paulista, encontrou os dados que me faltavam sobre o Padre Lourenço da Costa Moreira. Esse meu provecto e estimado colaborador, Monsenhor Bindão, em dezembro de 1984 comemorou os 50 anos de sua ordenação sacerdotal, recebendo, festivamente, por ocasião desse seu jubileu de soldado de Cristo, grandes e merecidas homenagens.

Tanto o Padre Francisco, como seu filho Padre Lourenço, conforme se documentou, tiveram seus *romances* ilícitos, maculando, talvez, o voto de castidade e o celibato, fato que, infelizmente, não foi muito raro no século passado... Não se pode, contudo, sem risco de calúnia e de injustiça, apenas à vista das provas que se conhecem, atirar a pecha de amancebado ao Padre Lourenço quando sacerdote em Itajubá. Seus filhos nasceram

em Guaratinguetá antes de surgir, na História, o seu nome como padre: o Dr. Domiciano em 1814, e Dona Delminda em 1817. Vindo para Itajubá, que ele fundou em 1819, não é para censurar que trouxesse consigo a antiga companheira e os dois filhos para lhes garantir assistência e educá-los, como de fato educou, propiciando à moça os estudos de pedagogia, e ao moço o curso secundário em Congonhas e o médico na Corte. Não lhe nasceu nenhum filho em Itajubá, fato que nos remove o direito de imaginá-lo um pároco concubinário. É até muito provável que tenha mantido a família em domicílio separado da residência paroquial.

O Padre Francisco da Costa Moreira, pai do Padre Lourenço, figura em vários documentos históricos do Sul de Minas, como nos termos de posses da Capituba (Pedralva), do "bairro do Espírito Santo" (Cristina), do morro do Assobio e do Morro do Suador, nos quais ele figura como o Vigário da Vara Eclesiástica da Comarca, cuja sede era em Guaratinguetá.

Resumindo as informações já aqui transcritas, o Padre Lourenço da Costa Moreira, filho do Padre Francisco da Costa Moreira e de D. Maria da Silva, nasceu em São Tiago de Mouquim, do Concelho da Vila Nova do Famalicão, Arcebispado de Braga, Portugal, em 15 de maio de 1778. Veio para o Brasil ainda adolescente. Uniu-se maritalmente a D. Inês de Castro Silva, havendo dessa união dois filhos: Delminda Moreira da Costa, professora, casada em Itajubá em 1837 com Juvêncio Alves de Sene, e o Dr. Domiciano da Costa Moreira, o 2.º médico a clinicar em Itajubá, sobre o qual falarei em outros capítulos. Era o Padre Lourenço irmão de Madalena Teresa de Jesus, falecida em Guaratinguetá em 1843.

Nos assentamentos de óbitos do arquivo paroquial de Nossa Senhora da Soledade encontrei seu falecimento, assim anotado:

"Aos quatorze de junho de mil oitocentos e cinqüenta e cinco faleceu sem Sacramentos o Padre Lourenço da Costa Moreira e jaz em uma carneira de pedra dentro do cemitério desta Vila — O Vigário Pedro Celestino de Alcântara Pacheco".

Morreu, pois, aos 77 anos de idade. Não teve sepultura dentro da igreja, como, nos séculos anteriores, era costume conceder-se aos sacerdotes de muitos anos na Paróquia, e foi levado para o antigo e hoje inexistente cemitério do Rosário, conforme era denominado. Construída a nova necrópole em 1889, não tiveram os itajubenses o cuidado de transportar seus ossos para um jazigo condizente com a gratidão e a piedade cristã para com o grande obreiro máximo do lugar.

Dois anos depois era D. Inês de Castro Silva que também partia. Residia com seu filho médico. No livro de óbitos assim se anotou:

"Aos vinte e três de maio de mil oitocentos e cinqüenta e sete, munida com os Sacramentos da Penitência e Extrema-Unção, faleceu Inês, viúva, e mãe do Dr. Domiciano. Seu corpo jaz no cemitério desta Vila".

No capítulo seguinte é que se verá o dinamismo do notável realizador que foi o Padre Lourenço da Costa Moreira. Além de fundador, tornou-se o patriarca de uma das mais ilustres e prestigiadas famílias de Itajubá, à qual pertencia seu neto Dr. Aureliano Moreira Magalhães, notável realizador, fundador da Imprensa em Itajubá com o seu jornal pioneiro e com sua primeira tipografia trazida para a cidade que seu avô fundara.

Segundo informações de pessoas que conheceram o fundador, Padre Lourenço era um homem quieto mas enérgico e intransigente, corajoso e às vezes até ríspido, mas complacente e bom para com os humildes. Tinha escravos, que era, na época, a única maneira de se ter criados em casa, mas não os maltratava. Era coxo, à Lord Byron...

* * *

11 — O NOVO VIGÁRIO DE SOLEDADE DE ITAJUBÁ

A Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá (atual cidade e município de Delfim Moreira), a *Itagybá* de Miguel Garcia Velho, já no meado do século XVIII se encontrava sobremaneira abalada em seus recursos econômicos e sua vida social com a paralização completa das atividades auríferas. Fracassara ali muito logo a bateia. Já não compensava a abertura de catas. Os veiozinhos do cobiçado metal, encontrados entre 1703 e 1720, foram um malogro. Os aventureiros que, depois de Garcia Velho, lá estiveram, logo abandonaram aquelas minas. Os poucos habitantes do povoado, desde então, nem mais pensavam em ouro, que já não dava pão e comida a ninguém, de tão raro que ficou. Os antigos faisqueiros se tornaram agricultores, e a gente nova que surgia, muito pouca, não chegava com o menor interesse pela garimpagem. Só se cuidava, a partir de então, do plantio de cereais, do fabrico de rapaduras, queijos e manteiga, e da criação de aves, cabras, suínos, algumas poucas ovelhas e gado alto. O pouco que sobrava desses produtos depois de suprida a população local, era levado, em lombo de burros, serra abaixo, para o mercado de Guaratinguetá, da Piedade (atual Lorena, SP) e raramente para outros pontos comerciais do Vale do Paraíba.

A vida do povoado de então tornou-se, desde o último quartel do século XVIII, monótona, triste e modorrenta. Tudo ali era difícil e decadente. Até a lavoura andava pouca, um tanto desleixada, castigada pelas geadas hibernais. Eram os folguedos tradicionais e, sobretudo, as festas da Igreja que alegravam, de quando em quando, aquele povo laborioso e honesto. Nossa Senhora da Soledade, a padroeira, com imagem levada pelo primeiro bandeirante, era cercada da devoção dos fiéis, que lhe tributavam homenagens e solenidades em seu louvor. Com a morte do estimado pároco, Padre Joaquim José Ferreira, ocorrida em princípios de 1817, e que lá estava desde 1810, o desânimo e o marasmo mais se acentuaram em Soledade de Itajubá. Embora periodicamente ali comparecesse, para ministrar

os Santos Sacramentos e celebrar a missa conventual, o Padre José Geraldo de Sousa e Silva, da Paróquia de Guaratinguetá, o povo da extinta mina do *Itagybá* sentia-se, com o passamento de seu vigário, como que sem o elo de comunhão social, além da religiosa.

Vivia-se na época em que o poder civil interferia nas decisões eclesiásticas. A Igreja ainda estava de braços dados ao Estado. O monarca era quem decidia sobre nomeação de padres e prelados, e até sobre outras questões mais íntimas da Igreja. E o padroado, no Brasil, só terminaria quando extinto ficaria o regime monárquico. A nomeação, pois, do novo vigário de Soledade de Itajubá deveria partir de Dom João VI, que, escorraçado por Napoleão, ainda se encontrava no Rio de Janeiro. Esta "Apresentação Real" foi finalmente lavrada e assinada por Sua Majestade cerca de oito meses após a morte do Padre Ferreira, e teve a seguinte redação:

"DOM JOÃO, por graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, de aquém e de além mar, em África Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação, Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc., etc., etc. Como Governador e Perpétuo Administrador que sou do Mestrado, da Cavaleria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, faço saber a vós Reverendo Bispo de São Paulo do meu Conselho, que atendendo ao que me representastes sobre as boas qualidades que possui Lourenço da Costa Moreira, Presbítero Secular; Hei por bem nomeá-lo Vigário da Igreja de Itajubá, desse Bispado, que se acha vaga por morte do Padre Joaquim José Ferreira, como com efeito o apresento e Hei por apresentado com a pensão anual de vinte mil réis, para a Fábrica de minha Real Capela de Nossa Senhora do Monte Carmo, com cláusula de que se poderá dividir esta Igreja, quando se julgar necessário que ele provido o possa impedir na forma determinada na Resolução de dez de agosto de mil setecentos e cinqüenta e quatro, e servirá como convém ao serviço de Deus, e bem das almas de seus fregueses, e vos encomendo que nela o confirmeis, obrigando-se primeiro por termo a pagar anualmente a dita pensão, e lhe passareis vossas letras de Confirmação na forma costumada, em que se fará expressa menção de como nela o confirmastes por esta minha Apresentação, para guarda, e conservação do direito da dita Ordem, e com a mesma Igreja haverá o mantimento, e mais emolumentos, próis e percalços que diretamente lhe pertencerem. Esta se cumprirá, sendo passada pela Chancelaria da Ordem. — Rio de Janeiro, vinte e quatro de outubro de mil oitocentos e dezessete. — El Rei J."

Conforme se verá, a posse do novo vigário da Soledade de Itajubá só se daria mais de um ano depois dessa "Apresentação Real". Tudo era moroso e difícil naqueles idos sem recursos de comunicação, quando as viagens se faziam a cavalo, em péssimas estradas e precárias picadas.

Estando na Capital do Império, o Padre Lourenço passou a seguinte Carta de Procuração ao Padre Ramalho, a fim de que, em seu nome, tomasse posse junto ao Paço Diocesano de São Paulo, ao qual aclesiastica-

mente pertencia a Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), documento este que fez seguir acompanhado da "Apresentação" concedida por Dom João VI, que acabo de trasladar:

"Por esta mesma Procuração por mim feita, e assinada, constituo, e faço meu Procurador na Cidade de São Paulo, ao Revmo. Sr. João José Vieira Ramalho, para que em meu nome, e como se presente fosse, assista ao ato da Colação da Igreja de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, do Bispado de São Paulo, de que El-Rei Nosso Senhor me fez Mercê, e para este efeito lhe concedo todos os poderes que o Direito me permite, em semelhantes circunstâncias, podendo substabelecer esta em quem muito lhe parecer, e em testemunho da verdade passei esta nesta cidade do Rio de Janeiro, em 30 de agosto de 1818. — O Padre Lourenço da Costa Moreira".

Requerimento ao Ordinário:

"Exmo. e Revmo. Sr. — Diz Lourenço da Costa Moreira, Presbítero Secular desta Bispado, Pároco da Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá deste mesmo Bispado, que ele Suplicante se acha apresentado na dita Igreja pr. S. Maje. I., como consta da Apresen. jta., e pr. q. desa. colar-se: pr. to. suplica, e p. a V. Excia. Revma. seja servido admiti-lo a Colação, e posse judicial da mesma Igreja, pela Pessoa de seu bastante Procurador o Revmo. João José Vieira Ramalho. — E.R.M."

O Bispo Diocesano, D. Mateus de Abreu Pereira, concedeu, em 15 de setembro de 1818, a Colação Canônica ao Padre Lourenço, conforme assim se documentou:

"Aos quinze dias do mês de setembro do ano de mil oitocentos e dezoito, nesta Cidade de São Paulo, em o Paço do Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Bispo Diocesano Dom Mateus de Abreu Pereira, onde eu Escrivão Ajudante da Câmara Episcopal ao diante nomeado fui vindo, e sendo aí apareceu presente o Reverendo João José Vieira Ramalho, Presbítero Secular, Procurador, que mostrou ser do Reverendo Vigário da Freguesia de Itajubá Lourenço da Costa Moreira, apresentado na mesma Igreja por Sua Majestade Fidelíssima, e como depois de feitas as diligências do estilo não houvesse inconveniente, e depois de ter assinado Termo de pagar a Pensão anual para a Fábrica da Capela Real, se pôs de joelhos em Presença de Sua Excelência Reverendíssima, e em nome do seu Reverendo Constituinte fez a Profissão de Fé, e prestou juramento inserto no Capítulo — Ego N. de jurejurando, e pela imposição de Barrete, que sobre sua cabeça pôs Sua Excelência Reverendíssima colou, confirmou, e constituiu ao dito Reverendo Lourenço da Costa Moreira Vigário Colado da mesma Igreja de Itajubá em virtude da Carta de Apresentação de Sua Majestade Fidelíssima que foi presente a Sua Excelência Reverendíssima, a qual colação, e confirmação, ele Reverendo Procurador aceitou em nome do seu Reverendo Constituinte com todos os encargos, pensões, restrições e declarações da mesma Igreja, sendo a tudo testemunhas presentes, além de outros, que se achavam

presentes, os Reverendíssimos Cônego Francisco José Lobo, e o Vigário Colado Antônio Marques Rodrigues, que assinaram com Sua Excelência Reverendíssima, e o Reverendo Procurador; de que fiz este Termo; e eu o Padre Fernando Lopes de Camargo Escrivão Ajudante da Câmara de Sua Excelência o escrevi.

D. MATEUS Bispo
João José Vieira Ramalho
O Cônego Francisco José Lobo
Antônio Marques Henriques".

A posse do Padre Lourenço, como Vigário da Igreja de Soledade de Itajubá, foi assim lavrada:

"Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil, oitocentos e dezoito, aos dezenove dias do mês de setembro do dito ano nesta cidade de São Paulo em o Cartório da Câmara Episcopal dela, onde eu Escrivão Ajudante da Câmara Episcopal ao adiante nomeado me achava, e sendo aí apareceu presente o Reverendo João José Vieira Ramalho Presbítero Secular Procurador bastante, que mostrou ser do Reverendo Vigário da Freguesia de Itajubá Lourenço da Costa Moreira, e logo dei posse a este da referida Igreja, em que se acha colado em virtude da Carta de Apresentação de Sua Majestade Fidelíssima, e colado, e instituído Vigário Colado por Sua Excelência Reverendíssima Dom Mateus de Abreu Pereira, na pessoa do dito Reverendo Procurador, e de como este deu por empossado o seu Reverendo Constituinte da mencionada Igreja com todas as pensões, restrições, e declarações da dita Igreja, e encargos dela lavrei este Auto, em que se assinou o mencionado Reverendo Procurador, comigo, e as testemunhas presentes Capitão Antônio Safino da Fonseca e José Rodrigues Maia; e eu o Padre Fernando Lopes de Camargo o escrevi. — Como procurador João José Vieira Ramalho — Antônio Safino da Fonseca — José Rodrigues Maia".

Como se viu, achava-se o Padre Lourenço na Corte quando teve em mãos o documento régio que o indicava para o cargo de Vigário de Soledade de Itajubá. Ao Padre João José Vieira Ramalho, que se achava em São Paulo, então a sede da Diocese que abrangia as terras de Itajubá (hoje Delfim Moreira), enviou a Procuração, datada de 30 de agosto de 1818, a fim de que, em seu nome, se apresentasse ao Bispo D. Mateus de Abreu Pereira para a devida Colação canônica, a qual lhe foi concedida em 15 de setembro do mesmo ano. Quatro dias depois, 19 de setembro de 1818, dava-lhe a Câmara Episcopal paulista oficialmente a posse.

De regresso do Rio de Janeiro, o Padre Lourenço se deteve em Guaratinguetá. Deve ter partido daí o "próprio" com a Procuração ao Padre Ramalho, que se achava no Paço Episcopal de São Paulo. A razão dessa permanência de quatro meses em Guaratinguetá, sede da Vara Eclesiástica, deve ter sido a enfermidade de seu pai, Padre Francisco da Costa Moreira. Morto este em janeiro de 1819, imediatamente o novo vigário de Soledade de Itajubá subiu a Serra da Mantiqueira para assumir a Paróquia serrana.

Foi motivo de júbilo para o povoado da Soledade ver chegar o novo pároco, recebido com vivas manifestações de alegria e de curiosidade. O vigário vinha acompanhado de seus escravos, da senhora D. Inês de Castro Silva, do Domiciano, menino de 5 anos, e de Delminda, pequerrucha de apenas 2 anos, os quais estavam sob os cuidados de zelosas mucamas de sua comitiva.

Os sinos da Matriz e alguns foguetes anunciaram a presença do novo pároco.

* * *

12 — FUNDAÇÃO DA NOVA ITAJUBÁ

Diferentemente do que ocorreu com quase todas as cidades mineiras dos velhos idos, a fundação da nova Itajubá não foi obra de nenhum bandeirante, nem do estabelecimento de sesmeiros em suas terras. Nem foi baliza de sertanista atraído pelo ouro ou pelas gemas de suas terras. Ela teve origem na decisão terminante de um sacerdote de largas visões de progresso e da realidade das coisas, que, como um novo Moisés, conduziu seus fiéis paroquianos à procura de uma Canaã sul-mineira, para nela assentar a nova sede da Freguesia. Itajubá originou-se da confiança e do respeito depositados em seu pároco. Nasceu e cresceu em função da fé, ao chamado do púlpito.

Dois meses depois de sua chegada à Soledade de Itajubá, o Padre Lourenço da Costa Moreira, "inteligente e enérgico" no dizer do Bispo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho (Livro do Tombo), durante a missa conventual, usou da tribuna sagrada para expor aos seus paroquianos o que ele ajuizava do arraial de sua Paróquia. Lembrou às suas ovelhas que aquele "andurrial" já tinha mais de um século de existência e que, no entanto, nenhum progresso apresentava. Antes, era sensível sua decadência. A vida ali esfriava dia a dia. Uma rua principal, duas ou três outras menores e desalinhadas, ladeadas aqui e ali de casebres, a maioria em ruínas, e três ou quatro casas maiores, cobertas de telhas e com muros de adobe, mas tudo muito pobre e singelo. Expôs aos fiéis que a má localização da aldeia não era favorável ao desenvolvimento. Seu acesso às localidades vizinhas já em prosperidade, com as quais se poderia estabelecer um bom comércio, era penosíssimo, sobretudo na ocasião das chuvas. Deplorou a topografia e o clima do lugar, frio sempre e pouco recomendável à saúde e até à agricultura. A corrubiana fazia mal aos reumáticos e aos animais... Soledade de Itajubá, segundo observou o sacerdote, era realmente uma *soledade,* um povoado ermo, perdido nos cocurutos da Mantiqueira, fadado a extinguir-se. Observou aos seus honrados fregueses que pelas razões que expôs, os esforços deles seriam baldados para melhorar as condições de vida daquele lugarejo. Persistir naqueles píncaros inóspitos seria sacrificar

até as famílias e as crianças, que ficariam sem a instrução. E, do púlpito, convidou seus paroquianos a descer a serra, rumo ao Sapucaí, à procura de um lugar aprazível e bom, no qual se pudesse construir a nova sede da Freguesia. Permaneceria ali a Capela de Nossa Senhora da Soledade, enquanto a nova seria a Matriz dedicada a São José, cuja festa se celebraria dentro de poucos dias.

Tinha o vigário as melhores referências do Vale do Sapucaí, no qual já iam progredindo algumas fazendas dos sesmeiros, os primeiros povoadores. Mesmo antes das sesmarias já se falava bem da bacia do grande rio sul-mineiro. Num dos livros de assentamentos paroquiais pôde o padre verificar que, já fazia muitos anos, se conheciam a salubridade e a uberdade dos sopés da grande serra e das ribeiras do Sapucaí. Lá estava, no arquivo da Soledade, esta anotação do minerador Padre Caualo:

"Certifico em como entrei nestas minas novas de Itajubá (*Itagybá*) em adjunto com Geraldo Cubas Ferreira com ânimo de assistir nelas e daí a um mês, pouco mais ou menos, entrou Gaspar Vaz da Cunha e contou tanta grandeza do Sapucaí e, com promessas altas que me fizeram ele dito e outros mais, me seduziram a seguir viagem com eles e como depois de chegado ao lugar me achasse no engano, tornei para estas ditas minas donde estou assistente por nelas achar ouro de sobra e com conta pelo que tenho visto em algumas experiências que fiz; tem labrado (sic) o Guarda-Mor e seu genro e camaradas e o estarem estas minas em má opinião não vem gente a elas, foi causa de um cavalheiro escrever cartas a Taubaté dizendo não haver ouro nestas minas e que estavam bromadas (sic); falso grandioso, porque ao contrário tenho visto, e os mais que aqui se acham, não tiram sim de uma cata arrobas de ouro, mas tiram coisa que os agrade e por isso passar na realidade juro esta verdade *in verbo sacerdotis*. Novas minas de Itajubá, em novembro, 3 de 1723 anos — O Padre João da Silva Caualo".

Vê-se, por esse documento, que no distante 1723, quase cem anos antes do Padre Lourenço, já se propalava a decadência das minas do *Itagybá*. O Padre Caualo sentiu-se frustrado nas margens do Sapucaí porque o que o interessava eram os filões de ouro, somente a ganga amarela, as ricas pepitas, e ouro não havia nas baixadas acertadamente gabadas por Gaspar Vaz da Cunha, o primeiro enamorado dessas glebas ribeirinhas. E Padre Caualo jurara em falso, pois tanto era verdade que já muito minguava o ouro na *Itagybá*, que ele não permaneceu no lugar, indo logo procurar outras terras...

Cerca de oitenta homens aquiesceram à convocação do Senhor Vigário. Incluíam-se nesse número estancieiros das imediações, além de alguns habitantes de dentro do povoado. Os demais não se animaram a acompanhar o pároco, apegados às suas propriedades e roçados, ou por outras conveniências; outros, por não acharem razoáveis as ponderações do padre...

Na noite de 17 de março de 1819 reuniu o vigário, na Matriz, todos os fiéis que o seguiriam. Houve cânticos, orações e súplicas ao céu para o bom êxito da jornada. Na manhã do dia seguinte, após a missa, a caravana rumou para as bandas do Sapucaí. Alguns a cavalo — inclusive o padre, que era coxo e sem condições para longas caminhadas — e outros a pé, com suas mochilas e "algumas armas de corte", caminhavam tomados de auspiciosas esperanças. Os de maiores posses levavam alguns escravos, aos ombros dos quais iam os corotes da boa água da *Itagybá* e cabazes de alimentos. Eram os pioneiros da nova Matriz, que marchavam com a missão de fundar a nova Itajubá. À tarde, chegaram todos à confluência dos Rios Santo Antônio e Sapucaí, onde acamparam para o descanso e refeição. Escravos e brancos prepararam balsas para a descida do rio. Paus roliços e cipós não faltaram. Estrada não havia. Já era noite quando os homens partiram da barra do Santo Antônio, rio abaixo. Os menos afoitos lembravam ao vigário o perigo de um assalto dos quilombolas da Berta. Temiam a aproximação do famoso valhacouto. Os mocamaus podiam estar atocaiados entre os renques de sapucaias das barrancas, mas Padre Lourenço não parecia atemorizar-se com essa agourenta possibilidade, e as balsas seguiam deslizando vagarosamente dentro da noite. Enquanto isso, à luz frouxa do pouco luar, o sacerdote percorria, com os olhos atentos, as duas faixas justafluviais cobertas de velhas árvores e de copiosa variedade de vegetais. Ao longe, silhuetando contra o azul pálido do céu pouco enublado, iam surgindo os cimos de montanhas e de penhas colossais. Segundo fantasiou Saturnino da Veiga no seu *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, só então o Padre Lourenço divisou o rochedo fantástico, "listrado de uma linda cor amarela", que teria dado o nome ao lugar. Mentira. Um chute infeliz do historiador campanhense!... O topônimo *Itajubá* já tinha sido dado às minas da Soledade de Miguel Garcia Velho, já fazia então mais de século. O próprio Saturnino da Veiga, conforme se vê no seu famoso *Almanaque,* sabia disso; mas se esqueceu ao falar do novo Itajubá. E não ocorreu a ninguém, nem ao padre nem aos homens da caravana, dar ao lugar que então se descortinava o nome de Itajubá. Aquelas terras já tinham nome: era a Boa Vista do Sapucaí!...

Aos primeiros lampejos da alvorada, a caravana contornou o outeiro encimado de cabriúvas, barbatimões e candeias de troncos retorcidos. Padre Lourenço determinou o desembarque. Desejou examinar o lugar. O dia amanheceu. Rumaram todos para o alto do cômoro (o Ibitira, segundo a denominação dos Puri-Coroados). O vigário se deslumbrou com o que contemplava. Não era preciso prosseguir a viagem. O local lhe parecera excelente para a fundação do novo povoado e a sede da Freguesia. Os homens roçaram uma clareira ao alto, nela armaram, de paus toscos, um altar e o Cruzeiro, e o Padre Lourenço da Costa Moreira celebrou a primeira missa na aprazível paragem. Foi esse altar erguido exatamente onde hoje se encontra a Matriz da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, da atual Cidade de Itajubá.

Era 19 de março de 1819, dia de São José. Coincidia também com a data natalícia do estrênuo e glorioso apóstolo e evangelizador José de Anchieta.

Estava, assim, fundada a nova Itajubá.

Constatou-se que aqueles páramos chamavam-se Boa Vista do Sapucaí. Já existiam algumas fazendas nas imediações, bem distantes umas das outras, mas não é exato que já houvesse ali um arraial, ou início de povoado, conforme erradamente alguns cronistas informaram. Quatro ou cinco dos homens que acompanharam o Padre Lourenço nessa epopéica jornada, tiveram vida longa e, dotados de boa memória, narravam, no final do século findo, como foi a fundação de Itajubá. Estou reproduzindo o que contavam essas testemunhas, tal como me transmitiram idôneos e venerandos conterrâneos, que com elas privaram.

Uma dessas testemunhas foi José Custódio da Silva, falecido em avançada idade (110 anos) em 27 de outubro de 1880, em casa de Antônio Cândido Rennó. A "Gazeta Comercial", jornal de Itajubá, na edição de 31 de outubro daquele ano, registrou seu passamento, informando:

"MACRÓBIO — Foi enterrado no dia 27 do corrente José Custódio da Silva, que tinha a idade de 110 anos. Faleceu em casa do Sr. Antônio Cândido Rennó. O finado tinha sido militar em Ouro Preto, e de lá viera para este lugar, no tempo em que se começava a fundar esta povoação, tanto que ajudou a derrubar a mata da beira do Rio Sapucaí, justamente no lugar onde está a igreja Matriz. O finado sabia muitas particularidades da história pátria desde os tempos de Colônia até este Reinado".

No "Itajubá" de 7 de maio de 1876 (Ano IV, n.º 32) encontra-se esta outra notícia:

"Faleceu nesta cidade no dia 30 do corrente o cidadão mais velho desta Paróquia, o Sr. Lourenço Luís Gomes Nogueira. Desapareceu do mundo depois de ter vivido, ao que nos informam, 94 anos. Natural da Campanha, assistiu nesta cidade a primeira missa que, em um barracão, junto a nossa Matriz, foi dita em 19 de março de 1819.

"Conservou até sua morte o perfeito uso de suas faculdades, e com toda a naturalidade e interesse, muitas vezes nos referiu os fatos mais notáveis da edificação desta cidade. O finado era membro do Partido Liberal; morreu pobre".

Outro que narrava como foi a fundação de Itajubá foi o velho Mindello. Acompanhou o Padre Lourenço, participando de sua caravana fundadora, e ajudou a roçar o alto do outeiro, onde se improvisou o altar da primeira missa. Seu falecimento está noticiado na "Gazeta de Itajubá", de 5 de julho de 1903:

"Em avançada idade faleceu nesta cidade, a 28 do mês findo, o venerando cidadão José Gonçalves Coelho Mindello, que aqui residiu desde os tempos das primeiras habitações do lugar. Outrora comerciante e dispondo de recursos pecuniários, prestou muitos serviços à causa do

progresso de Itajubá, exercendo cargos de nomeação do governo e de eleição popular, sendo que foi um dos mais esforçados membros do Partido Liberal". Morreu paupérrimo.

Ao findar o século XIX ainda existia em Itajubá um ancião de nome José Gomes Arruda, conhecido por Zeca da Barra, que também participou da memorável expedição, e que reproduzia todos esses acontecimentos. Era lavrador. Um seu neto, Antônio Francisco Gomes, ferroviário, deu-me, por escrito, o que seu pai ouvia do velho Arruda.

Nada do que encontrei documentado contraria tais relatos; antes, confirma-os.

A caravana acampou em torno do outeiro. Padre Lourenço, após a missa, foi logo ao encontro dos fazendeiros mais próximos. Eram os sesmeiros que ocupavam as "datas" demarcadas pelo Fraca-Roupa, algumas já alienadas a abastados agricultores. Expôs-lhes o que desejava, e encontrou franco apoio desses estancieiros. Alegraram-se estes com o propósito do Senhor Vigário, de para ali transferir a sede da Freguesia e construir a capela. Acolheram aos homens da expedição, deram-lhes abrigo provisório e forneceram material e escravos para a construção de casas de pau-a-pique. Francisco Alves, o primeiro grande benfeitor que o padre encontrou, doou parte de suas terras à Paróquia, que abrangiam a faixa que ia do outeiro, no qual se celebrou a missa, até à baixada, deixando toda essa área à disposição do vigário.

No livro de rótulo "(Palavra ininteligível) do sesmo — 1821", do arquivo da Prefeitura, há referências a alguns sesmeiros já então estabelecidos. Nesse volume de textos quase indecifráveis, e de folhas atacadas de caruncho e semi-apodrecidas, ainda se distinguem os nomes de Antônio Fortes de Almeida, Alferes Manuel Pires de Meneses, Inácio Valério Rodrigues (Roiz), João Álvares Pereira Rodrigues (Roiz), José Gonçalves da Silva, Ricardo da Silva Bretanha, Capitão João Indalécio da Gama, Raphael Vallom (ou Vallum?) e outros nomes mutilados pela deterioração das páginas, vistos em parte: Afonso... ... Godoy, ... de Meneses, ... rto Camargo, Ma... ... eira, Antônio Fe... ..., e outros.

* * *

13 — INÍCIO DO POVOADO

Antes de cuidarem de qualquer atividade agrícola, os homens da caravana do Padre Lourenço da Costa Moreira deram início ao povoado, construindo casas de taipa e de pau-a-pique nas imediações do outeiro do altar. Uma rua estreita se abriu da beira do rio à clareira do altar. Uma outra, mais larga, descia do outeiro e ia até à baixada, onde o vigário improvisou uma praça. Era a Rua dos Passos, depois Rua Direita (ora Cel.

Rennó), e a praça recebeu a designação de Largo dos Passos. No advento da República ficou sendo a Praça Cesário Alvim, e hoje é a Praça Teodomiro Santiago.

Construídos os barracos, vieram as famílias que haviam ficado no povoado de Soledade de Itajubá, e o resto da escravaria. Ao pároco foi dada a acomodação numa fazenda. Pouco mais tarde, adquirida ele a casa de uma herdade, um sobrado com oito janelas no pavimento superior, no sopé do morro do atual bairro urbano da Boa Vista, no início da rua hoje denominada Miguel Braga. Essa residência foi depois adquirida por José Manuel Pereira, patriarca de uma das mais distintas e honradas famílias de Itajubá. Ainda cheguei a conhecer essa mansão. Foi ultimamente, quando já existindo a estrada de ferro, o Hotel da Estação.

No alto do cômoro, onde estava o altar inaugural, foi feita a ermida, de pau-a-pique, coberta de sapé, construída em poucos dias. Tendo ocorrido a fundação em dia de São José, 19 de março, deu-lhe o vigário, como patrono, o Esposo da Virgem Maria. A capela antiga seria a de Nossa Senhora da Soledade, e ficava junto à *Itagybá;* a nova, a sede da Freguesia, a de São José. E como o primeiro orago da atual Itajubá foi São José, e o lugar era chamado Boa Vista do Sapucaí, surgiu daí outro lamentável engano, divulgado por pessoas que mal ou nada conhecem da história de Itajubá, que é o de suporem que a fundação da cidade teria ocorrido no atual Bairro da Boa Vista, que é onde está a Matriz de São José... Esquecem-se até que a atual Matriz de São José foi instituição já do segundo quartel deste século!... Já ficou transcrito no capítulo anterior o necrológio de José Custódio da Silva, falecido com 110 anos, escrito este de 1880, no qual se informa que a derrubada do arvoredo para o início de Itajubá fora feita "justamente no lugar onde está a igreja Matriz" ("Gazeta Comercial", jornal de Itajubá, de 31-10-1880). As demais testemunhas foram acordes nessa informação.

Não só os escravos, mas também os brancos que morriam nas fazendas desse ermo de então eram enterrados em pastos. Padre Lourenço construiu um pequeno cemitério para o povoado nascente, "de dez braças por vinte e cinco ditas para nele se sepultar cadáveres sem distinção de povos", conforme se registrou em apontamentos da Freguesia. Essa pequena e provisória necrópole deve ter existido em local muito próximo ao em que hoje está a Caixa Econômica Federal, muito possivelmente na esquina oposta, ou um pouco mais para baixo. Desse minúsculo campo-santo à capelinha abriu-se uma rua que ia diagonalmente dar no templo, a qual os primeiros livros da Municipalidade mencionam como Rua do Capitão Arruda. Esse primeiro cemitério não deve ter existido mais do que uns dez anos, pois, em 1830 já estava prolongada a Rua Direita (Cel. Rennó), que da capela se ia a ele, já construído no alto. Também este segundo sepulcrário já não existe, e ficará historiado em outro capítulo.

Outras ruas foram-se abrindo, e o próprio fundador ia fazendo doações à Municipalidade nascente de faixas de terra doadas à Paróquia

por Francisco Alves. Veja-se, por exemplo, esta Ata, lavrada já nos seus últimos dias, quando Itajubá já era uma vila:

"Um Ofício do Padre Lourenço da Costa Moreira, datado de 10 de agosto pp., em que comunica a esta Câmara sobre a abertura da rua que segue da Cadeia desta Vila ao Esgoto e que cedia gratuitamente e que só queria a segurança dos fechos dos dois lados, e que a tudo anuía. Deliberou-se que se acuse a recepção agradecendo o seu bom patriotismo" (Sessão de 6 de setembro de 1851). Refere-se essa Ata a um trecho da atual Rua Dr. Américo de Oliveira.

A navegação pelo Rio Sapucaí começou logo assim desenvolveu o povoado. Era por meio de barcas que chegavam as mercadorias procedentes do Oeste. O ancoradouro ficava no local que é hoje conhecido por Porto Velho. Desta doca fluvial à capela abriu-se a Rua do Porto (ou Ladeira do Porto, como também se encontra escrito), trecho da qual, em 1843, se tornou a Rua dos Remédios (será assunto de outro capítulo). É hoje a Rua Xavier Lisboa.

Nada se fazia no arraial nascente sem a opinião e o beneplácito do Senhor Vigário, mesmo as pequenas coisas. Era ele quem demarcava o local para nova residência, para a construção de uma pocilga ou a abertura de uma cisterna. Apesar de reumático e manquitola, percorria, e com ligeireza, todo o povoado, examinando tudo, aprovando a altura ou o tamanho de um paiolzito ou reprovando a forma ou a posição de um novo forno para assar biscoitos de polvilho, pães e broas de fubá... E era ele quem, como juiz respeitado, decida sobre questões pessoais e acabava com rixas e questiúnculas que perturbavam a ordem e a paz. E mais ainda: entendido de tudo, e homem de sete ofícios, era quem dava instruções a pedreiros, a mestres de olaria e de carpintaria, a caiadores e a lavradores. Formou alguns artesãos e tecelões, ensinando-lhes preparar o fio, a manejar a roça, o tear e a roda acionada a pé.

A aldeia assim dirigida recebeu várias denominações segundo a preferência popular ou o talante de escrivães:

Boa Vista do Sapucaí, Capela Nova, Matriz Nova... Cerca de dois decênios mais tarde novas denominações iam surgindo: Boa Vista do Itajubá, Capela Nova de Itajubá, Itajubá Novo...

Assim, em Atas e registros oficiais, encontrados nos velhos livros, lê-se:

"Aos vinte e nove dias de dezembro de mil oitocentos e trinta e um anos, décimo da Independência do Império do Brasil neste curato de Nossa Senhora da Soledade da Boa Vista do Sapucaí, termo da Vila da Campanha do Rio Verde, Minas Gerais..."

"Curato da Matriz de Nossa Senhora da Boa Vista do Sapucaí, Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá..."

"Curato de Nossa Senhora da Boa Vista, Termo da Vila da Campanha do Rio Verde..."

"Curato da Matriz Nova, Termo da Vila da Campanha..."

Mais tarde:

"Freguesia de Nossa Senhora da Soledade da Boa Vista de Itajubá, Comarca do Rio das Mortes..."

Boa Vista do Sapucaí é o nome que aparece ainda em documentos posteriores ao meado do século XIX. E o povoado do Padre Lourenço ficou sendo, na designação popular, a Capela Nova, em alusão a Soledade de Itajubá, que ficou sendo a Capela Velha. Esses nomes permaneceram por muitos anos.

A prosperidade do novo povoado chegava ao conhecimento dos paroquianos que não acompanharam o fundador na caravana de março de 1819, mas alguns deles, posteriormente, com a mulher, filhos e trastes decidiram mudar-se para a Capela Nova. Eram recebidos, de braços abertos, pelo Padre Lourenço, que procurava boa acomodação para os novos moradores, auxiliando-os a montar uma rocinha ou pequeno estábulo. O vigário tinha recursos financeiros e podia fazê-lo. Possuía vários cativos. Nos livros de batizados de escravos da Paróquia encontram-se os nomes de Ambrosina, Faustino, Mariana, Vitalina, Catarina, Tibúrcio, Maurício, Henriqueta, Guilhermina, Esperança, Antônio, Juventino, Afonso, José, Osório, Porcidônio, Francisco, Francisca, Malaquias, Manuel, Fausta...

Outros de seus "fregueses" que lá ficaram na Soledade de Itajubá, contudo, obstinavam-se em permanecer junto à Capela Velha. Não abandonariam nunca o torrão serrano, o berço de muitos deles. Conforme se verá no capítulo seguinte, tornaram-se até mesmo inimigos do vigário, e lhe moveram guerras...

D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo de São Paulo, a cuja Diocese então Itajubá pertencia, visitando esta Paróquia nos idos do século passado, sentiu a falta da escritura comprovante da doação da larga faixa de terreno feita por Francisco Alves. Assim deixou ele escrito no Livro de Tombo:

"Em 19 de março de 1819, festa de São José, teve lugar a celebração da primeira missa na pequena ermida dedicada a essa invocação, cumprindo notar que, para isso, havia o finado cidadão Francisco Alves feito doação, no lugar, do terreno necessário para o patrimônio da Igreja, que deveria mais tarde ser paroquial.

"Temos razões para crer que esse patrimônio existe e pertence *ex vi* do direito à atual Igreja paroquial sob a invocação de Nossa Senhora da Soledade, desde que a ermida de São José, deixando de existir, foi substituída pela Matriz ora existente; diga-se embora que o patrimônio só compreende o local da Igreja, talvez porque o templo não pode ser arrancado do lugar em que está e alienado o terreno.

"Nem os religiosos sentimentos do benemérito cidadão que doou o terreno, nem o espírito de retidão e de justiça da Autoridade Superior Eclesiástica de então autorizam semelhante presunção.

"Admitir como dotação de uma igreja o pequeno terreno ocupado pelo templo, sem mais espaço para aforamentos e conseqüente fonte de rendas para a sustentação deste e do culto divino, máxime não existindo ainda, como não existia, Igreja paroquial, é absurdo que dispensa comentários.

"Infelizmente, não temos à vista escrituras ou documentos, e essa questão de rigorosa justiça e de interesse para a religião cabe ao Fabriqueiro por um lado como requerente, e por outro ao Juiz de capelas ou Provedoria, como julgador. Fique ao menos registrada como protesto esta nossa reclamação".

Observe-se que as palavras do Bispo corroboram a asserção de que a ermida de São José fora levantada no mesmo lugar da atual Matriz.

Assim nasceu Itajubá. Aquela palhoçazinha à guisa de templo foi a semente de urbanização, de gravitação demográfica e de fé, que logo depois se transformaria em um dos mais prósperos rincões da Mantiqueira.

Explica-nos o Dr. J. Felício dos Santos, na sua *Acaiaca* (edição de 1894, págs. 7/8):

"Era costume de nossos antepassados levantarem logo o pelourinho quando se fixavam em qualquer parte com intenção de fundarem um arraial. Desgraçadamente, os brasileiros não ignoram que o pelourinho é uma picota que se levanta em um lugar bem público, com uma argola de ferro presa ao alto, onde se amarram os escravos para serem surrados com *bacalhaus*".

Esse marco hediondo do despotismo era o instrumento da "justiça régia" e o símbolo da autonomia. Antes de qualquer outra edificação, o pelourinho devia ser ostentado na quadra destinada à praça central do novo povoado.

Em Itajubá, tal monstruoso aparato foi, porém, dispensado. Em seu lugar, ergueu-se o Santo Cruzeiro!...

Em 16 de maio de 1822, por decisão episcopal de D. Mateus de Abreu Pereira, o povoado da Boa Vista do Sapucaí foi considerado um curato. Eram os primeiros louros colhidos pelo padre fundador.

* * *

14 — A CAPELA NOVA TORNA-SE A SEDE DA FREGUESIA

Enquanto se alinhavam novas ruas, e novas casas se construíram, e outras eram melhoradas com material mais sólido e duradouro, ou substituídas por mansões maiores, o Padre Lourenço cuidava da nova capela. Sem desmanchar a ermida de pau-a-pique e coberta de sapé, ao redor levantou paredes de taipa e diligenciou madeiras de lei para as tesouras do teto e soalho. Nas matas muito próximas havia, em abundância, peroba, itaúba,

cedro, caviúna e outros lenhos recomendados. Com seus escravos fabricou telhas e transportou material para a obra. Houve mutirões de fiéis para os trabalhos do templo, e não faltou o concurso dos fazendeiros das imediações.

Em 1822, três anos, portanto, após a fundação da nova Itajubá, a nova capela do Padre Lourenço já estava em condições de servir ao culto, embora ainda não terminada. Já se pôde, então, desmanchar a ermida de sapé conservada em seu interior, e desobstruir a nave do novo templo. Que já servia para os sagrados misteres, prova-o a seguinte Petição do Capitão José Gonçalves da Silva, o imperador da festa do Divino Espírito Santo daquele ano:

"Petição — Exmo. e Revmo. Senhor. Diz o Capitão José Gonçalves da Silva, morador na Freguesia de Itajubá deste Bispado, e na mesma Imperador da Festa do Divino Espírito Santo neste presente ano, que, tendo de fazer anunciada festa transferida lhe é muito difícil fazê-la na Matriz Velha, pela distância de sete léguas, que dista de sua fazenda e morada, e não ter casas próprias no arraial, não assim fazendo-a na nova Matriz que se está adiantando, ereta por Provisão de V. Excia., e que tem distância da morada do Suplicante tão-somente três léguas, onde tem suas casas edificadas, e como se acha a mencionada Igreja nova com corpo coberto, e sua Capela-Mor preparada com altar decente como melhor consta da atestação de seu Revmo. Pároco, junto se recorre a V. Excia. para que seja servido facultar e benzer-se a nova Igreja, e nela fazer a sua festa ao Divino Espírito Santo, servindo isto de melhor fervorizar os povos no adiantamento de sua Igreja. Portanto peço a V. Excia. seja servido anuir à suplica do Suplicante e receberá mercê. — Despacho: Passe a Provisão — São Paulo, quatro de outubro de mil, oitocentos e vinte e dois. (a) Mateus, Bispo".

"Provisão — Dom Mateus de Abreu Pereira por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de São Paulo, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, etc. — Aos que esta nossa Provisão virem, Saúde e Bênção em o Senhor. Fazemos saber que, atendendo nós ao que por sua Provisão representou o Capitão José Gonçalves da Silva da Freguesia de Itajubá deste Bispado, havemos por bem pela presente ao seu M. Reverendíssimo Vigário Colado Lourenço da Costa Moreira para que elegendo Escrivão idôneo para esta diligência a quem deferirá os juramentos dos Santos Evangelhos em um livro deles na forma do estilo, e depois o receberá da mão do mesmo de que se fará termo por ambos assinado possa visitar a Matriz nova e achando-a decentemente ornada, e capaz de nela celebrarem-se os Ofícios Divinos a benzerá, e juntamente um cemitério competente para o que por esta mesma lhe concedemos faculdade, fazendo-se de tudo os termos necessários, e do estilo que com esta, e com as ordens com que foi ereta a referida Igreja fará remeter à Câmara Episcopal, ficando tudo lançado no 1.º Livro do Tombo da mesma Freguesia. Dada em São Paulo sob Nosso Sinal e selo das Nossas Armas aos 4 de outubro de mil oitocentos e vinte e dois. E eu o Padre Fernando Lopes de Carvalho, Escrivão Ajudante da Câmara de S. Excia. Revma. o escrevi — Mateus, Bispo". (Documentos transcritos no Livro de Tombo da Paróquia de Delfim Moreira).

Portanto, é de 4 de outubro de 1822 a Provisão do Bispo Dom Mateus de Abreu Pereira que concedia a bênção à nova Capela da Freguesia, o primeiro templo canonicamente construído na nova Itajubá. E com isso, cada vez mais recrudescia o despeito dos habitantes da Capela Velha contra os moradores da nova e contra o padre fundador, pois sentiam preterido o povoado da tradicional Soledade de Itajubá.

Não ficariam só nisso as atividades do diligente servo de Deus para com o progresso da Capela Nova. Graças à sua influência junto às autoridades da Campanha e de Ouro Preto, nove anos mais tarde conseguiu ele a elevação da Boa Vista do Sapucaí a Distrito de Paz, fato que se documentou com os seguintes dizeres:

"Termo de divisão, como nele se declara: Aos vinte e nove dias do mês de agosto de mil oitocentos e trinta e um anos, décimo da Independência e do Império do Brasil, neste Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, Termo da Vila da Campanha, Minas, e Comarca do Rio das Mortes, em casa de residência do Juiz de Paz suplente o cidadão Manuel José Pereira, onde eu Escrivão, do seu cargo, adiante nomeado me achava, e sendo aí compareceu presente o Fiscal da mesma Freguesia o cidadão Manuel Teixeira de Melo para efeito de fazerem uma divisa desta Freguesia para a Capela Nova da mesma, para se criar nela Juiz de Paz, e seu suplente na conformidade da Ordem da Câmara deste município datada de doze de agosto do corrente ano, e com efeito convencionando-se o Juiz de Paz, e o Fiscal de mãos dadas assentaram que ficasse a divisa pela serra do Piranguçu, de seu princípio até onde finda no rio Sapucaí que fica abaixo da barra do ribeirão de Santo Antônio, e passando de outro lado procurando a divisa da Água Limpa de que é proprietário Manuel Duarte Monteiro, e seguindo pelo alto da serra e por ela adiante até onde findar no rio Lourenço Velho defronte à fazenda da Barra. E de como assim se convencionaram, mandei lavrar este termo que assinaram sendo o Juiz de Paz morador na Capela Nova e o Fiscal morador desta. Eu José Correia de Oliveira Escrivão do Juiz de Paz que o escrevi. (aa) Manuel José Pereira — Manuel Teixeira de Melo. É o que consta no dito Termo de Divisão que bem e fielmente extraí de *verbo ad verbum* do livro primeiro de conciliação a folhas setenta e seis verso, e esta vai sem causa que dúvida faça para ler, correr e conferir com o próprio original" (Documento transcrito no 2.º Livro de Batizados de Escravos, do arquivo da Matriz. Esclareça-se que, no século passado, antes de se abrir o livro próprio do Tombo, tais registros eram lançados no de batizados de escravos).

Até 1829 o Padre Lourenço, de vez em quando, ainda aparecia na Capela Velha, para ali celebrar a missa ou promover alguma festa religiosa, e, sobretudo, para ministrar os sacramentos do batismo e do matrimônio. Desse ano em diante, contudo, decidiu o fundador, talvez por doença, a não mais subir o Sapucaí. Quem quisesse casar-se, e ficar de bem com o Senhor, ou participar das festas da Igreja, que procurasse a Capela Nova...

Como era natural, o procedimento do sacerdote motivou enérgico protesto do povo delfinense. Coube ao Capitão Custódio Manuel Rodrigues, em 1831, interpretar, conforme disse Pedro Bernardo Guimarães, "o nativismo ofendido de seus conterrâneos". Este cidadão, em requerimento endereçado ao Juiz de Paz suplente, exigia explicações das causas por que o Padre Lourenço "se ausentou desta sua Matriz há perto de dois anos, tendo sido colado nela", sendo que só se dedicava à assistência espiritual ao "arraial da Boa Vista na distância de cinco léguas"...

Vejamos, na íntegra, o que disse o Capitão Custódio:

"Ilustríssimo Senhor Juiz de Paz Suplente. Diz o Capitão Custódio Manuel Rodrigues, morador nesta Freguesia, que ele suplicante precisa que o Reverendo Vigário dela Lourenço da Costa Moreira venha perante Vossa Senhoria falar a uma reconciliação, para nela responder as causas, motivos por que se ausentou desta sua Matriz há perto de dois anos, tendo sido colado nela, para o arraial da Boa Vista na distância de cinco léguas, e responder se volta para ela, ou não, e quando assim aconteça fazer desistência para o Suplicante procurar o seu direito e recurso pela Autoridade competente, e de tudo se lavrar termo para com ele poder o Suplicante realizar este fato com a certidão da mesma. Pede a Vossa Senhoria seja servido mandar passar mandato para o Escrivão notificar ao Reverendo suplicado, para todo o requerido em dia, e hora certa. E. Rereber Mercê".

Foi o seguinte o despacho do Juiz de Paz:

"O Escrivão faça aviso para o dia cinco de setembro para as nove horas do dia. Itajubá, vinte e nove de agosto de mil oitocentos e trinta e um. (a) Pereira".

O que, na verdade, desejava o povo de Soledade de Itajubá era uma represália contra o Padre Lourenço, que andava a esconjurar o lugar da Capela Velha, e, para tanto, careciam os delfinenses de uma oportunidade e de um pretexto. Por isso, fizeram-se eles de muito zelosos para com as práticas da religião, e de muito prejudicados com a ausência do Vigário, situação deveras exagerada, pois, lá comparecia mensalmente, vindo de Guaratinguetá, o dedicado Coadjutor Padre José Geraldo de Sousa e Silva, para socorrer o povo com a assistência espiritual.

Mas, o fundador de Itajubá não recusou comparecer à presença da autoridade nem se humilhou diante do presunçoso Capitão. O documento que a seguir transcrevo *ad litteram* é um dos mais interessantes e curiosos do início da história de Itajubá, e que bem define a atitude do operante sacerdote. Acha-se transcrito no 2.º livro de batizados de escravos (que, *in illo tempore,* também servia de Tombo), do arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, págs. 166/168, e também no 3.º Livro de Tombo da Paróquia de Delfim Moreira, pags. 12/13 verso:

"Termo de reconciliação entre paroquianos de Soledade de Itajubá e seu respectivo pároco colado, Revmo. Padre Lourenço da Costa Moreira — Pública forma com o teor de um termo de reconciliação entre partes,

como autor o Capitão Custódio Manuel Rodrigues, e réu o Reverendo Vigário Lourenço da Costa Moreira — Aos cinco dias do mês de setembro de mil oitocentos e trinta e um anos, décimo da Independência e do Império do Brasil, nesta Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, Termo da Vila da Campanha da Princesa, Minas, Comarca do Rio das Mortes, na paragem denominada Boa Vista do Sapucaí, em casa da residência do Juiz de Paz suplente Manuel José Pereira, junto comigo Escrivão do seu cargo ao diante nomeado, e sendo aí presente o Capitão Custódio Manuel Rodrigues como autor, o qual trazia o réu avisado, o Vigário Lourenço da Costa Moreira, a fim de se reconciliarem nesta mesma audiência, e dar aquele Vigário as causas por que se retirou da Matriz de Itajubá, e sendo este requerimento lido ao dito Vigário, este requereu se copiasse o dito requerimento, o que assim foi determinado pelo Juiz: *Cópia (segue-se a cópia do requerimento do Capitão Custódio Manuel Rodrigues, já transcrita neste capítulo)*. Depois de escrito este requerimento passou o réu a dar sua resposta, que também requereu se escrevesse o que assim foi ordenado pelo dito Juiz. *Respostas*: — Disse que é falso o requerimento que apresenta o dito Capitão Custódio em dizer que me ausentei fora da Freguesia, talvez por ignorar quais sejam as obrigações do pároco, pois, se tivesse lido, ou tomado conselho que o pároco tem duas obrigações, a saber, material e formal. A material é que resida nos limites de sua Freguesia para bem cumprir com a sua obrigação; a formal é dar pasto espiritual aos seus fregueses sempre que lhes for necessário e racionavelmente lhe pedirem. E isto mesmo bem claro está Culiniati, tomo 2.º, página cento e quatro, parágrafo sexto, capítulo segundo, linhas vinte e seis, e em outros autores. É público, não só da Freguesia toda, como de outras, eu existir, não nos limites da Freguesia, mas sim no centro da mesma para bem servir a todos na administração dos sacramentos, o que tenho feito sem coadjuvação alguma por não achar quem queira. É verdade que me passei para este lugar da Igreja Nova que fica no centro da Freguesia, por cômodo aos povos e a mim, e deixei Clérigo suficiente na Igreja Velha administrando todos os sacramentos, e cedi de todos os emolumentos paroquiais que me pertenciam, o que é bem público. Quem obra dessa maneira quer a comodidade dos povos e não que pereça, isto vai indo para dois anos mais ou menos. É verdade que não posso voltar para o antigo lugar da Igreja Velha, primeiro, por ser frigidíssimo e a minha saúde padecer detrimento grave, e este na Igreja Nova ser cálido, e eu passar bem sem incômodo que me vexasse o viver e, como todo indivíduo tem direito forçoso à sua existência, claro fica não poder eu residir em semelhante lugar; mas sim neste onde me acho; segundo, o mencionado lugar é tão atroz, e falto de comércio que se não me acautelasse de longe de víveres para minha sustentação, quando lá existia, certamente pereceria, pois não se acha para comprar dentro da povoação víveres para honesta sustentação de uma família, o que é público e muito público; esta Igreja Velha de Itajubá foi situada pelos antigos no lugar onde se acha no meio de morros por causa da conveniência de lavras de ouro pelos córregos que os mesmos nesse tempo se ocupavam, o que hoje está extinta toda a laboriação deste gênero, e os

sertões que então eram despovoados como este onde está situada a nova, se acham hoje muito freqüentados com fábricas de tabaco, e mais gêneros de interesse. É tão útil esta Igreja Nova para o Público, que em poucos anos se tem feito as maiores festividades do ano com devoção e religião, que até de fora da Freguesia lhes parece impossível, o que na Velha nunca puderam fazer pelo lugar o não permitir e os povos daquela parte não terem as forças necessárias, e aqui claro está o aumento de edifícios feitos ou fazendo-se, que em breve tempo será uma das vilas de nome, o que tudo se pode atestar quando duvide. O padre que deixei não pôde continuar talvez por não ter os cômodos necessários para a sua existência como a mim sucedeu, que em cima fica relatado e isto mesmo tenho informado por várias vezes a Sua Majestade Imperial e a Sua Excia. Revma. quando era requisitado para dar alguma informação a este respeito, e não podendo eu obrigá-lo e tendo dado alguns passos de longe a ver se acho quem queira, não me tem sido possível conseguí-lo e nem para me ajudar tenho achado coadjutor, e assim o autor da petição o Capitão Custódio Manuel Rodrigues, se tem ou sabe de algum sacerdote aprovado neste Bispado, chame-o que eu cedo de todos os emolumentos paroquiais que me possam pertencer, de todos que ficaram para a parte da divisa, que se acabou de fazer há sete dias para a jurisdição de Juiz de Paz que me parece ser a mesma que já eu tinha feito para o padre que ficou; mas duvido que ache quem queira vir morar em semelhante sepultura dos vivos, onde quase diariamente está saindo gente, tudo pela miséria que há e sofrem, e só poderá existir nesse lugar o Revmo. Padre José Geraldo de Sousa e Silva por estar estabelecido no mesmo; apesar dos réditos serem quase nada depois da reforma das conhecenças virem para oitenta réis, e estas mal pagas e os povos entenderem que nada devem dar, e que os padres sejam obrigados a tudo fazer de graça, acrescentando a isto a grande falta de moradores na povoação, e por essa causa ver se um clérigo que existe em semelhante lugar com uma estrada pública para a Corte do Império, obrigado a ser hospitaleiro, e a gastar o que não tem ou ficar desacreditado, pois é sabido que na época em que estamos as casas dos vigários e clérigos são umas estalagens públicas para os viajantes com especialidade não tendo estes o caráter de faltar com a caridade hospitaleira aos seus semelhantes, como alguns praticam. É quanto posso responder à reconciliação a que fui chamado pelo dito Capitão, cujo termo, sendo por mim lido, mando o dito Juiz de Paz concluí-lo e assinou com as partes sendo testemunhas presentes Inácio Teodoro de Araújo e José Ribeiro de Carvalho, pessoas de mim Escrivão reconhecidas. E eu Vicente José Ferreira, Escrivão que o escrevi e o assinei — Pereira — Custódio Manuel Rodrigues — Lourenço da Costa Moreira — Inácio Teodoro de Araújo — José Ribeiro de Carvalho — O Escrivão Vicente José Ferreira — É o que consta deste termo de reconciliação que bem e fielmente aqui transcrevi *de verbo ad verbum* do Livro primeiro de Conciliação a folhas setenta e nove, verso e folhas oitenta e duas, e esta vai na verdade sem causa que dúvida faça por ler, correr e conferir com o próprio original".

Observe-se como o próprio Padre Lourenço se deslumbrou com o rápido progresso do novo Itajubá, antes, diz ele, "um sertão despovoado", mas, depois, com então apenas 12 anos de existência, o aumento de edifícios feitos e fazendo-se" era tal que o levou a prognosticar ser a Boa Vista do Sapucaí, "em breve tempo", "uma das vilas de nome". E não deixou o padre de falar do êxodo provocado pela mistéria do antigo Itajubá, onde nem comércio havia para a "sustentação" de um sacerdote, decadência que ele, mais de uma vez, relatou ao bispo diocesano e ao Imperador.

Diz o historiador de Delfim Moreira em *A Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de* 1950, pág. 289:

"O Padre Lourenço da Costa Moreira bem demonstrava a antipatia que havia tomado pela sede de sua Freguesia, que qualificava de *cemitério dos vivos*, contra ela dando, como confessa, repetidas informações aos governos civil e eclesiástico, e, embora declarasse ceder seus direitos, continuaria a trabalhar contra a velha povoação de Itajubá (Delfim Moreira). Sua atitude contribuiria de maneira eficaz para a formação de *uma das vilas de nome*, mas, tudo isso poderia ter feito sem menosprezar e sem procurar extinguir uma localidade que, se não tivesse outros méritos, era a célula máter do povoamento daquela região".

Padre Lourenço, com o seu prestígio e arrojo, realmente tudo conseguia. A Freguesia do velho Itajubá foi suprimida por Decreto de 8 de novembro de 1831 e, pelo Conselho Geral da Província de Minas, de 7 de março de 1832, ficou resolvida a transferência da sede da extinta paróquia para a povoação da Boa Vista. O Decreto imperial de 14 de julho de 1832 criava a nova Freguesia, efetivando a referida transferência. Rezava assim:

"A Regência, em Nome do Imperador e Senhor D. Pedro Segundo, tem sancionado, e manda que se execute a Resolução seguinte da Assembléja Geral, sobre a Proposta do Conselho Geral de Minas Gerais.

.. ..

"Art. 9.º — A Paróquia de Itajubá será trasladada para a nova Igreja situada na Povoação da Boa Vista, ficando reduzida a Curato a Aplicação da atual Matriz.

.. ..

"Art. 13.º — Ficam revogadas as Leis e Ordens em contrário.

"Diogo Antônio Feijó, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Justiça, o tenha assim entendido, e faça executar com os despachos necessários. Palácio do Rio de Janeiro em quatorze de julho de mil oitocentos e trinta e dois, undécimo da Independência, e do Império.

José da Costa Carvalho
João Bráulio Muniz
Diogo Antônio Feijó".

"Estava vitorioso o Padre Lourenço da Costa Moreira" — conclui o historiador de Delfim Moreira (*Op. cit.*, pág. 290).

Em 30 de novembro de 1842 (e não em 1844 conforme registra Saturnino da Veiga no *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874), pelo § 1.º do Art. 2.º da Lei Provincial n.º 239, Soledade de Itajubá (Delfim Moreira) voltaria à categoria de Freguesia, deixando novamente de ser um simples curato. É como consta no 3.º Livro do Tombo da Paróquia de Delfim Moreira, pág. 6.

Na realidade, conforme iremos ver no capítulo seguinte, ainda não estava vitorioso o Padre Lourenço, como quer o historiador de *A Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950*. Muito ainda teria de lutar o sacerdote pelo Itajubá Novo que ele fundou...

É exato ter o Bispo D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade transferido, em caráter definitivo, a sede da Fragueia serrana para a Boa Vista do Sapucaí, ficando a Matriz Velha com a "simples categoria de Capela Curada" (2.º Livro de batizados de escravos, pág. 168). Originou, assim, esta Portaria de Dom Manuel:

"Tendo nós em consideração ao que nos expõe o Juiz de Paz da Capela Curada do Itajubá (atual Delfim Moreira) e achar-se ela legitimamente Curada, desmembrada e isenta da Matriz da Boa Vista, cujo Revd. Viário Colado já cedeu todos os seus emolumentos, havemos por bem pela presente autorizar a qualquer sacerdote aprovado para administrar todos os sacramentos sem reserva alguma a todos compreendidos nos limites designados à mesma Capela com a cláusula de que dentro de um mês e meio será obrigado a tirar a competente Provisão sem o que ficará esta sem efeito. Dada em São Paulo aos quinze de novembro de mil oitocentos e trinta e dois — Manuel, Bispo Diocesano — É o que consta das ditas Portaria e Provisão que bem e fielmente aqui copiei *de verbo ad verbum* dos próprios originais, que tornei a entregar ao atual Vigário desta Freguesia em poder do qual me reporto" (2.º Livro de batizados de escravos, pág. 168).

Em vista do afastamento do Padre Lourenço da Costa Moreira da Matriz Velha, Dom Manuel nomeou para lá o Padre Encarnação, que ali permaneceria até outubro de 1840. É o seguinte o teor da designação do novo vigário de Itajubá Velho:

"Pública forma com o teor de uma Portaria de Sua Excia. o Senhor Bispo — Acuso recebido o seu ofício de três do corrente mês e ano e satisfazendo a sua justa Representação, envio a Portaria junta para em virtude da mesma o Padre Manuel Ferreira da Encarnação, se estiver aprovado neste Bispado, e não o sendo, qualquer outro sacerdote administrar todos os sacramentos aos compreendidos nos limites da dita Capela; mas dentro de um mês e meio o sacerdote que ficar Capelão será obrigado a tirar Provisão nossa sem o que esta será sem efeito e então aprontará os livros competentes para os assentos necessários — Deus guarde Vossa Mercê — São Paulo, quinze de novembro de mil oitocentos e trinta e dois — Manuel, Bispo Diocesano — Senhor Manuel Teixeira de Melo, Juiz de Paz da Capela Curada do Itajubá" (Livro 2.º de batizados de escravos, pág. 168).

O que aconteceu com o povoado de Soledade de Itajubá (ora Delfim Moreira) foi bem o que naquela época, observou Augusto de Saint-Hileire na sua *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* tomo 1.º, pág. 270:

"A história das povoações que tiveram origem na presença do ouro é sempre a mesma. Florescem enquanto as minas são ricas ou fáceis de explorar; quando se esgotam, os habitantes retiram-se para outra parte. Os mineiros só deveriam constituir população nômade; mas deixaram-se cegar a respeito da natureza de seus bens, e precipitaram sua ruína formando estabelecimentos fixos que deviam em pouco tempo abandonar. O ouro que retiram da terra só serve à prosperidade de estranhos, e seus descendentes ficam pobres".

Pelo Ofício do Conselho do Governo Provincial, cuja transcrição farei no capítulo seguinte, se vê que a Freguesia Nova de Itajubá, a essa altura (em 1832), já possuía uma população de mais de 5.000 habitantes, enquanto que o número de habitantes do velho *Itagybá* ia pouco além de mil almas, tudo isso por efeito do êxodo provocado pelo infatigável Padre Lourenço da Costa Moreira...

* * *

15 — O ENCONTRO

Quem, partindo de Itajubá, deixar a rodovia Itajubá — Lorena pouco além do km 10, e, tomando a esquerda, via Água Limpa, atravessar o Sapucaí e subir a serra pela rodovia recentemente asfaltada, e chegar à já quase trissecular Delfim Moreira, encontrará, logo na entrada da cidade, assim passar a ponte, a Avenida do Encontro. E o bairro urbano, onde está essa pequena ponte, tem igualmente o nome de *Encontro*.

Esse *Encontro* tem sua curiosa história, que passo a expor.

Saturnino da Veiga, no seu *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, pág. 291, traçando o esboço histórico da Freguesia da Soledade de Itajubá (hoje Delfim Moreira), assim nos conta:

"No ano de 1819 criando-se nas margens do Sapucaí, a 4 léguas da Soledade de Itajubá, uma capela dedicada a São José, e chamando-se também Itajubá o lugar onde foi ela ereta, começa-se a distingüir as duas capelas chamando-se à Soledade *Itajubá Velho,* em oposição à capela nova do Itajubá. Os habitantes deste povoado, que amavam o torrão que os viu nascer, previam que a nova capela vinha acabar com a primeira, e, por isso, empregaram os maiores esforços para que o novo núcleo de população não prosperasse com prejuízo do velho curato. Deu isso lugar a uma luta renhida que durou muitos anos e na qual chegou a haver o emprego de força por parte do povo, que resistiu a ordem superior que mandava transportar as imagens e ornamentos da igreja de Soledade para a nova de São José".

Realmente, tudo isso assim aconteceu. Os moradores da Soledade de Itajubá andavam vivamente agastados com o vigário que os abandonara, e que, agora, vivia a maldizer a velha aldeia, qualificando-a de "sepultura dos vivos", de lugar "frigidíssimo", "atroz", paupérrimo, enquanto que a nova seria, no seu vaticínio, "em breve tempo uma das vilas de nome"...

O Bispo Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, porém, não dera ouvidos às queixas hostis do povo de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), pois o sacerdote fundador tinha autorização não só eclesiástica como civil para a ereção da nova capela. Não satisfeitos com a disposição diocesana, os delfinenses, interpretados pelo Capitão Custódio Manuel Rodrigues, chegaram a apelar para o Presidente da Província, Dom Manuel Inácio de Melo e Sousa, pleiteando a volta do pároco ao velho Itajubá. O que desejavam era, na realidade conforme já se viu, menos a assistência religiosa que um castigo ou uma represália ao Padre Lourenço.

O documento que a seguir transcrevo é uma das muitas provas da indisposição do povo de Soledade de Itajubá contra o Padre Lourenço. Vê-se, mas uma vez, que a pendência judicialmente levantada pelos adversários do sacerdote foi tiro que saiu pela culatra...

Este outro documento assim diz:

"Cópia do Ofício do Exmo. Presidente da Província ao Exmo. Revmo. Bispo de São Paulo Dom Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade como abaixo se declara: Exmo. e Revmo. Sr. — O Conselho do Governo desta Província, à vista do Ofício de V. Excia. datado de cinco de fevereiro do corrente ano, sobre o requerimento de Custódio Manuel Rodrigues em que por si, e como procurador dos moradores da Paróquia de Itajubá *(atual Delfim Moreira)*, se queixou de que o Vigário da mesma Freguesia mudara sua residência para a nova Matriz construída no lugar da Boa Vista (*atual Cidade de Itajubá*), e que este procedimento arbitrário era em prejuízo da propriedade adquirida pelos representantes, tendo consideração e circunstâncias expostas por V. Excia., e pela Câmara Municipal, de que estando a antiga Igreja Matriz situada em uma extremidade da Paróquia, lugar montuoso e estéril, determinara o falecido antecessor de V. Excia. que se edificasse uma nova Matriz no referido lugar da Boa Vista, que era central, e muito populoso, e onde certifica o Juiz de Paz respectivo haver uma população de mais de cinco mil pessoas quando na antiga Igreja apenas existem mil e tantas que se iriam diminuindo por causa da improdução do terreno, *et-caetera*. De sete do corrente, de acordo com a deliberação do Conselho Geral em sessão de 20 de fevereiro pp., observando que a queixa contra o Revmo. Vigário é infundada, resolveu ser de grande utilidade e comodidade pública: 1.º, Que, em virtude do Decreto de 8 de novembro de 1831, se declare assento da Matriz da Paróquia de Itajubá a nova Igreja edificada na povoação da Boa Vista; 2.º, Que para a dita Nova Matriz sejam transferidas todas as alfaias, Fábricas, livros do Tombo, e os santos pertencentes à Paróquia, ficando na antiga Igreja do arraial velho unicamente

o paramento indispensável para a quotidiana celebração dos ofícios divinos; 3.º, Que fique reduzida à Capela Curada a antiga Igreja do Arraial Velho, ficando filial à mesma Paróquia, e conservando os atuais limites, que ora as dividem. E para a precisa inteligência e expediente, tudo isto comunico a V. Excia. Deus Guarde a V. Excia. — Ouro Preto, em 13 de março de 1832. — Exmo. e Revmo. Sr. Dom Manuel, Bispo de São Paulo — Manuel Inácio de Melo e Souza — Cumpra-se, registre-se, remeta-se oficialmente este Ofício ao Revmo. Vigário da Vara para fazer cumprir, e registrar. Remeter o original, e dar parte de todo o resultado. — Palácio Episcopal, 10 de abril de 1832, Manuel, Bispo. Registrado no Livro competente a fls. 147 v., São Paulo, 10 de abril de 1832, o Padre Fernando Lopes de Camargo. Cumpra-se. Registrado. — Guaratinguetá, 14 de abril de 1832 — Costa — Registrada no Livro competente a fls. 110 até fls. 111. — Guaratinguetá — 14 de abril de 1832 — Antônio José Teixeira — Nada mais se contém no dito Ofício que fielmente o copiei. — Freguesia Nova, 12 de maio de 1832 — Vicente José Ferreira".

O Ofício que acabo de transcrever, reproduzido do livro de rótulo "L.D.N. 1.º — 1832", do arquivo da Prefeitura de Itajubá, foi recebido pelo Padre Lourenço, acompanhado do seguinte documento, também transcrito no referido livro:

"Cópia do Ofício do Revmo. Vigário da Vara e Delegado da Vila de Guaratinguetá ao Vigário desta Freguesia Lourenço da Costa Moreira como abaixo se declara:

"Transmito a V. Rvma. o Ofício que me foi dirigido por Sua Exma. Revma. a fim de fazer dar o devido cumprimento em vista do qual dará a V. Revma. cabal execução em toda sua extenção como no mesmo se menciona, participando-me de tudo quanto se promover a tal respeito, e fazendo registrar o mencionado Ofício no Livro de Tombo dessa Matriz, tornando a remeter-me, para o enviar ao mesmo Exmo. Sr. Bispo na forma que me é requisitado. Deus guarde V. Revma. por muitos anos. — Guaratinguetá, 14 de abril de 1832. Ilmo. Sr. Revmo. Vigário Colado Lourenço da Costa Moreira — Manuel da Costa Pinto, Vigário da Vara e Delegado, e nada mais se continha no dito Ofício que bem e fielmente o copiei do próprio original. Freguesia de Nossa Senhora da Boa Vista, 12 de maio de 1832 — Vicente José Ferreira".

Como mais um passo para a vitória do Padre Lourenço, a Lei Imperial de 14 de julho de 1832 confirmava a elevação do Curato da Boa Vista à categoria de Freguesia, promoção esta já assentada por decisão eclesiástica de 8 de novembro de 1831.

O fundador, conquanto enérgico e, às vezes, até mesmo impulsivo, não era um arbitrário. Acatava as determinações civis e eclesiásticas e não tomava nunca atitudes e medidas que contrariassem as autoridades, sempre agindo com inatacável humildade evangélica. São falsas as acusações contrárias. Assim, foi cumprindo as ordens legais e episcopais, contidas nos documentos que acabo de transcrever, que o zeloso servo de Deus resolveu,

em princípios de agosto de 1832, ir buscar "as alfaias, Fábricas, livros do Tombo, e os santos pertencentes à Paróquia", que lá estavam no "arraial velho". Era uma ordem que tinha de cumprir.

O acontecimento exigia solenidades e pompas. Para tanto, o Padre Lourenço lançou um convite ao povo da Boa Vista do Sapucaí, convocando-o, do púlpito, para a histórica peregrinação à Capela Velha, pedindo a maior concorrência possível de fiéis. Porque era reumático e coxo — e, por isso, seus adversários o chamavam de *aleijado* —, e sofria de outros incômodos — ele próprio declara no *Termo de Reconciliação* transcrito, na íntegra, no capítulo anterior, que sua saúde padecia "detrimento grave" — estava, então, nas condições de coadjutor. O vigário, naqueles dias, era o Padre Fortunato Pereira de Castro, mas quem gozava de influência entre os fiéis ainda era o fundador.

Com os ânimos exaltados pelos recentes acontecimentos, conforme estavam os briosos delfinenses naqueles dias, cujo arraial o vigário procurava menoscabar, não lhe poupando qualificações insultuosas, é fácil imaginar quão arriscado e imprudente foi o empreendimento do Padre Lourenço, na maneira e com o aparato como o quis celebrar!...

Na madrugada de um domingo de agosto de 1832, depois da missa, pôs-se a caminho a memorável romaria. Uma pequena tropa levava os víveres. Os *senhores*, as mulheres e crianças foram a cavalo, estando alguns dos animais festivamente ajaezados. Alguns brancos e os escravos acompanhavam a pé. Nas proximidades da Capela Velha, apearam-se todos e organizou-se a procissão. Os homens da frente vestiram opas e empuharam tochas, as mulheres acenderam piedosamente as velas e colocaram as fitas da Irmandade. Algumas crianças trajaram-se de anjos. O Padre fundador paramentou-se com sobrepeliz vistosamente rendada e estola, e todos entoavam hinos, caminhando a caravana lentamente a caminho da entrada do arraial.

Houve, entretanto, um traidor ou espião que, alguns dias antes, ou na véspera, correra à Capela Velha para prevenir os seus moradores do que aconteceria no arraial, na tarde daquele dia, com a chegada do *Aleijado* e sua gente da Capela Nova...

Homens rústicos e farfantes existiam nas terras da extinta mina do *Itagybá*, que, instigados por alguns turunas e abastados capitães contra o padre, e julgando-se ofendidos e ultrajados com a transferência da sede da Freguesia para a Boa Vista, e, sobretudo, porque o sacerdote tanto menosprezava o torrão serrano em que nasceram e residiam, deliberaram receber belicamente a procissão da Capela Nova, e barrar-lhe hostilmente a aproximação do templo de Nossa Senhora da Soledade. Era um meio de vingar-se do fundador, de desabafar-se valentemente ante o desplante do pessoal da Boa Vista, de recalcitrar como homens aguerridos e "dignos". O Aleijado iria ver agora o que era a *sepultura dos vivos!*... Para tanto, armaram-se

de foices, clavinas, garruchas, varapaus, facas e chicotes. Ao primeiro sinal da vedeta postada ao alto, toda a horda se escondeu em depressões do terreno ou atrás de moitas de arbustos e capituvas, outros na valeta do córrego.

Quando os fiéis do Padre Lourenço alcançavam o pontilhão de madeira, viram, surpresos e atônitos, surgindo de todos os lados, jagunços e agressivos ferrabrases, que cercaram todo o solene préstito, dispostos à briga. Ai daquele boa-vistense que ousasse mais um passo à frente!...

Aconteceu que entre os "fregueses" da Boa Vista, componentes da procissão, mais exaltados e armados com as hastes das tochas, não se conformaram com recusar o desafio. Daí principiou a pugna. Enquanto os mais valentes pelejavam na luta, fazendo o que podiam na refrega, o resto da procissão fugia em debandada, em desabalada correria, escarpas abaixo...

O pânico fez todos os romeiros recuarem, sem mais ninguém se lembrar das alfaias, dos livros, dos paramentos, dos castiçais, dos sinos e das imagens do velho templo, que não chegaram a ser tocados por nenhum dos malogrados expedicionários do padre. As impiedosas cacetadas, os murros, as ameaças de foiçadas e facadas, os tiros para o ar puseram termo à histórica procissão. Os homens da Boa Vista, não preparados para aquele bangue-bangue, tiveram, afinal, de aceitar a derrota. O lugar da peleja recebeu o nome de *Encontro*. A Municipalidade de Delfim Moreira, preservando suas tradições, conserva até hoje a placa com essa designação, indicando o local do conflito, marco da bravura, da varonilidade e da "dignidade", dos sentimentos de bairrismo de sua gente honesta e laboriosa. É, aliás, designação que em tempo algum desapareceu. O jornal itajubense "A Verdade", no número de 22 de agosto de 1889, noticiando a chegada ali, naquele ano, do Bispo D. Lino Deodato de Carvalho, diz que o Pastor Diocesano fora recebido festivamente pelos delfinenses à entrada da Paróquia, no local denominado *Encontro* — assim diz o jornal —, onde João Henrique de Faria e Costa, que exatamente ali residia, levantou, em homenagem a S. Excia., um belo arco ornamentado. O mesmo ocorreu quando ali chegou o Padre Teófilo Guimarães, o novo vigário daquela paróquia de Delfim Moreira, em 19 de novembro de 1904, para tomar posse. O povo o recebeu festivamente no "pitoresco vale do *Encontro*" — assim o registrou ("Gazeta de Itajubá", de 27-11-1904).

Admitem alguns autores, entre os quais o eminente Geraldino Campista, que o *Encontro* se tenha dado pacificamente, e "na iminência de sangrentos conflitos, interveio o Vigário da Freguesia, Padre Lourenço da Costa Moreira, e, graças ao grande e merecido prestígio de que gozava entre seus fregueses, conseguiu harmonizar os contendores, resolvendo a pendência no sentido de deixar a imagem de Nossa Senhora da Soledade em sua primitiva Igreja e levar para a nova Freguesia apenas os paramentos sacerdotais. Feita a paz convencionou-se que os moradores da nova Freguesia, em procissão, se dirigiriam à velha Freguesia serrana, donde, ao mesmo tempo, sairiam ao encontro os moradores desta, conduzindo os paramentos para a solene entrega ao Padre Lourenço".

A tradição não reza assim, e tudo faz crer que ela está com a verdade. O exaltadíssimo ânimo do pessoal da Matriz Velha, a atitude posterior do Padre Lourenço, e o que se deduz dos escritos da época leva-me à convicção de que os fatos ocorreram como os narrei.

É irrisório pensar que o "grande e merecido prestígio" do padre fundador, assinalado por Geraldino Campista, teria tido, naquele momento, algum efeito apaziguador no meio daquela hoste enraivecida e instigada contra o próprio padre. Pois não era ele todo o motivo da querela?!...

Padre Lourenço, estopim de todos esses acontecimentos, não poderia ter sido o pacificador. Testemunhas desses fatos foram unânimes em asseverar ter havido renhida pancadaria. Seus depoimentos chegaram até nossos dias através de descendentes, e dos idôneos itajubenses que deles colheram todos os pormenores da memorável safarrascada. Antônio Francisco Gomes, que muito cheguei a conhecer já em avançada idade, dizia a rir galhofeiramente, confirmando o que o avô, José Gomes Arruda, participante do *Encontro*, transmitira ao pai dele Antônio:

— O pau quebrou feio! Deve ter gente correndo até hoje!...

Entre os documentos probatórios de que a pendência não se resolveu amigavelmente, está uma ordem do Presidente da Província, de 15 de maio de 1834, e cumprida a 25 de junho do mesmo ano, que determinava que os livros paroquiais pertencentes à Matriz Velha fossem remetidos ao Vigário da Boa Vista do Sapucaí, tendo-se feito naquela ocasião "um minucioso inventário dos bens da capela, assinado pelo Padre José Geraldo de Sousa e Silva, que permaneceu no velho arraial" (*A Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950*, pág. 290). Obviamente, se tudo tivesse sido resolvido pacificamente, tal entrega de livros não teria tido as *honras* de uma imposição oficial, oriunda da Presidência da Província, e isso dois anos depois do *Encontro*...

Bernardo Saturnino da Veiga, em 1874, no seu *Almanaque Sul-Mineiro*, cita-nos até os dois bairros mais exaltados da antiga Freguesia da Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), dando-nos ainda o nome do *capitão* que comandou o bando fanatizado. Diz ele:

"Em 1832 o Vigário da Capela Velha, Revmo. Padre Lourenço da Costa Moreira, homem de espírito superior, prevendo que muito mais lisonjeiro era o futuro da Capela Nova, tentou transferir para ela a sede do curato de que era digno pastor. Encontrou, porém, grande oposição por parte de suas ovelhas e especialmente das populações dos Marins e do Cubatão, que, capitaneados pelo finado Capitão João Antônio Dias, formalmente se opuseram àquela transferência. A idéia do Padre Lourenço, porém, tinha sido entusiasticamente abraçada pelos habitantes do novo povoado, e sua realização tornou-se uma aspiração unânime, aspiração que era avivada pela oposição dos montanhenses.

"Nos fins do ano de 1832, já tendo o novo povoado sido elevado à Freguesia pela Resolução de 14 de julho, tiveram seus habitantes com esse fato grande regozijo, pois, os seus rivais estavam humilhados, formando apenas uma capela curada dependente da nova Freguesia. Não contentes com esse triunfo, conseguiram do poder competente ordem para que se transferissem para a nova Freguesia os ornamentos (sic) e a própria imagem da Senhora da Soledade.

"Tão desumana ordem foi formalmente desobedecida pelos montanheses da Capela Velha, e quando seus rivais vieram em procissão buscar a imagem que eles desde a infância veneravam, encontraram tenaz resistência".

O Bispo Dom Lino confirma, no Livro do Tombo, a atitude belicosa dos homens dos Marins e do Cubatão.

Conta a tradição que os devotos, *anjos, virgens* e *irmãos,* homens de opa e tocheiros, desmantelados e alguns feridos, só pela madrugada do dia seguinte é que foram chegando ao arraial da Boa Vista do Sapucaí...

Enganou-se, porém, o comandante da sedição do Itajubá Velho em pensar que o *Encontro* teria sido a Waterloo da contenda. O bravo Capitão João Antônio Dias nem com as destemidas colunas dos Marins e do Cubatão conseguiria abater o ânimo dos fiéis da Boa Vista do Sapucaí...

Não seria o Padre Lourenço quem iria aceitar, qual um manso cordeiro, a afronta e o vexatório e insolente procedimento de seus antigos paroquianos. De índole voluntariosa mas inimigo da violência, ocorreu-lhe uma revindita que tratou de efetivar. Primeiramente, seu desejo fora de que a Paróquia da Soledade de Itajubá se estendesse até à Boa Vista do Sapucaí, e que existissem nela dois templos: — a Capela de Nossa Senhora da Soledade, a primitiva Matriz, e a Capela de São José, a nova Matriz, ficando aquela como filial desta. À vista, porém, da afrontosa hostilidade consumada no *Encontro,* o fundador mudou de idéia. Trabalharia, agora, para a completa extinção da Capela Velha!...

Conforme ele deixou documentado, com suas próprias palavras, no *Termo de Reconciliação* transcrito no capítulo anterior, da Soledade de Itajubá "quase diariamente" estava "saindo gente, tudo pela miséria que há". Além disso, o templo lá edificado, já então centenário, necessitava de reconstrução, pois, ameaçava desmoronar-se, com o seu madeiramento já apodrecido e paredes rachadas. Tudo isso levava-o a prever o desaparecimento do povoado das minas do *Itagybá.* Decidiu então oficializar, perante o Governo Provincial e o Diocesano, como única e só capela a de Nossa Senhora da Soledade.

— Já não haverá duas capelas! — teria dito, agastado, o Padre Lourenço. Nada de Boa Vista do Sapucaí! A da serra já não existe! Apenas uma, a de Nossa Senhora de Soledade de Itajubá, e sua capela é esta, que aqui está!

Adquiriu o padre uma imagem semelhante a da Capela Velha, desceu a São José do Orago, substituindo-o pela Virgem da Soledade, conforme até hoje se conserva. *Et Repulit tabernaculum Josph,* poder-se-ia assim dizer plagiando o versículo 67 do Salmo 77... A imagem de São José, primitivo padroeiro do lugar, levou-a o padre para sua casa junto ao outeiro do atual bairro urbano da Boa Vista, onde a colocou no altar que mandou construir, transformando uma sala em capela, na qual, nos seus últimos anos, já quase paralítico, celebrava missas e atendia aos fiéis que o procuravam em busca de assistência espiritual. Esse fato mais corrobora a falsa suposição de que a primeira missa e fundação de Itajubá se tenha dado no morro do atual bairro urbano da Boa Vista, como alguns itajubenses erradamente imaginaram. Boa Vista era a designação de toda Itajubá daqueles idos, e estando depois essa improvisada capela de São José, o primeiro padroeiro, ali arranjada pelo Padre Lourenço, surgiu daí a aludida confusão...

E para que se apagasse de vez a lembrança do antigo povoado serrano, o Padre Lourenço trabalhou para que o nome de *Itajubá* também viesse para a Boa Vista do Sapucaí, substituindo esta antiga e comprida designação. E por muitos anos, até o início do corrente século, ficou Soledade de Itajubá com a denominação popular de *Itajubá Velho,* e a Boa Vista simplesmente *Itajubá*...

Mas o Itajubá Velho não desapareceu, conforme conjecturava o Padre Lourenço. É hoje a Cidade e Município de Delfim Moreira, de clima muito propício à cultura do marmelo, amplamente industrializado por fábricas de doces lá instaladas.

O Pintor Luís Teixeira, talvez mal informado ou porque se deixou levar pela fantasia de artista, representou numa aquarela o clímax do *Encontro,* pintura em que aparece a imagem de Nossa Senhora da Soledade caindo do andor em meio a refrega. É duplamente falsa a concepção do grande pintor itajubense; primeiro, porque o séquito do padre não chegou até a igreja da Capela Velha e, portanto, ninguém tocou em imagem alguma; segundo, não era propósito do sacerdote retirar de lá a histórica relíquia, pois, até então, como já ficou dito, pretendia ele que o templo do povoado serrano permanecesse dedicado a Nossa Senhora da Soledade, conservando a tradição. Foi ele ali buscar, isto sim, os livros de assentamento, os vasos sagrados, os castiçais, a custódia, turíbulos, os pálios, os estandartes, os paramentos, toalhas e demais objetos do culto, e as outras imagens, sobretudo as que se destinavam às solenidades da Semana Santa, e talvez os sinos. A Senhora da Soledade permaneceria no seu trono, como na realidade até hoje permanece. O aludido quadro de Luís Teixeira encontra-se em poder do benemérito clínico Dr. Gaspar Lisboa.

E explicado fica, neste capítulo, porque as duas cidades vizinhas, Delfim Moreira e Itajubá, possuem a mesma Padroeira, Nossa Senhora da Soledade...

* * *

16 — PROSSEGUE A LUTA DO PADRE LOURENÇO

Extinta, conforme documentos transcritos no capítulo anterior, por força de leis civil e eclesiástica a Freguesia da Capela Velha, ficou esta rebaixada a simples condição de Curato, com obrigação de obediência à Capela Nova. Nesse sentido, os delfinenses mais piedosos e compreensivos assinaram compromissos, e alguns prestaram juramento, de religiosa e filial submissão à Estola boa-vistense. Os revoltados e mais inflamados, contudo, não estavam para se sujeitarem a essa imposição, para eles humilhante. O padre apeara a São José do trono de padroeiro da Capela Nova, e pusera, no lugar, a imagem de Nossa Senhora da Soledade, igual a da Capela Velha, supondo que, com isso, faria desaparecer o primitivo povoado. Que ficassem duas capelas sob a invocação da Virgem da Soledade numa mesma Freguesia, — disseram os paroquianos da antiga Itajubá, — e que lhes roubassem até o topônimo, mas ficarem eles debaixo da autoridade da Boa Vista do Sapucaí, do Aleijado, isso nunca!...

E aparece, então, outra prova de que os delfinenses não haviam tudo resolvido em paz com o Padre Lourenço. Leiamos o seguinte documento, que se acha registrado no 2.º Livro de batizados de escravos (aproveitado também para Livro de Tombo), do arquivo paroquial, págs. 168/170:

"*Reclamação de diversos moradores do bairro do Sapucaí Acima, pedindo para continuarem a pertencer à Igreja da Soledade de Itajubá*: — Pública forma com o teor de um termo de reclamação e protesto que fazem Manuel Lopes da Silva e mais cidadãos moradores do Bairro do Sapucaí Acima na forma abaixo: — Aos vinte e três dias do mês de junho de mil oitocentos e trinta e quatro anos, décimo terceiro da Independência e do Império, nesta Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, termo da Vila da Campanha do Rio Verde, Minas e Comarca do Sapucaí, em casa de morada do Juiz de Paz da mesma Freguesia, o Cidadão Brasileiro José Geraldo de Sousa e Silva, onde eu escrivão de seu cargo me achava, e sendo aí em audiência pública que os feitos partes (sic) em seus procuradores fazendo estava; ao mesmo Juiz compareceram presentes os Povos cabeças de casais (sic) moradores no Bairro do Sapucaí Acima reunidos em massa em número de sessenta e cinco, e pelos mesmos foi apresentada uma Procuração assinada pelo Juiz de Paz, como consta do requerimento dos mesmos Povos, e na qual constituía por seu Procurador nesta Freguesia e em toda e qualquer parte ao Fiscal na mesma Freguesia o Cidadão Brasileiro Bernardo José da Cruz Almada, que foi aceita por estar conforme. E por este Procurador foi entregue ao mesmo Juiz uma petição em nome de seus constituintes nela assinados com o mesmo número de sessenta e cinco, com o seu despacho, em cujo cumprimento fizeram a presente reunião requerendo que vinham reclamar neste Juízo um primeiro assinado que fizeram para o Distrito da Boa Vista por serem maliciosamente seduzidos falsos (sic), e aparentes por agentes interessados que como homens rústicos e faltos de discernimento, e debaixo de boa fé, uns livres de vontades, outros obrigados, pres-

taram seus consentimentos; e que na mesma forma vinham protestar mais nunca prestarem obediência ao Distrito e Freguesia da Boa Vista, tanto no Foro Civil, como no Eclesiástico, ficando todos desde já subordinados a esta de Itajubá (*ora Delfim Moreira*) pelas divisas feitas pelo Juiz de Paz Suplente Manuel José Pereira e Fiscal Manuel Teixeira de Melo de ordem da Câmara Municipal deste Termo, como consta do Termo de divisa que se lavrou neste Juízo. E pelo dito Procurador foi requerido mais em presença de todos dizendo que as Divisões feitas pela Câmara Municipal deste Distrito com o novo cercado para a da Boa Vista, conhecendo seus constituintes o dolo e a malícia com que atenciosamente foram convencidos, logo reclamaram, e fizeram por vezes representações à Mesma Câmara, da qual nunca mereceram a menor atenção, por cujo motivo vinham judicialmente reclamar as assinaturas que fizeram para a Boa Vista, protestando mais nunca prestarem obediência a ele; primeiro, porque o Arraial da Boa Vista é um lugar de muitas desordens, mortes e ferimentos, bebedices e furtos, e este de Itajubá (*Delfim Moreira*) quieto, pacífico e sossegado e onde alguns de seus constituintes têm suas propriedades e toda a comodidade para si e seus amigos; segundo, porque pela Igreja acham com prontidão a administração de todos os sacramentos e mais socorros espirituais, o que não tem acontecido na Freguesia da Boa Vista que por vezes lhe têm sido negadas, como aconteceu ao falecido João Vieira do Couto Filho, à mulher de Dionísio Francisco Teles, e a mulher de João Francisco Luz, oras (sic) por pretextos de enfermidade, oras dizendo que é homem aleijado, pelo que há muito tempo os seus constituintes abandonaram este pároco, e procuraram Pasto Espiritual nesta de Itajubá (*atual Delfim Moreira*), e que requeria ele Procurador em nome de seus constituintes, que o dito Juiz houvesse de levar esta reclamação e protestos e razões expendidas ao conhecimento da Câmara Municipal para lhes deferir com Justiça. E sendo tudo isso ouvido pelo dito Juiz e as testemunhas presentes, e atendendo as justas, e verificadas razões dos suplicantes, que como mansos e pacíficos agrícolas, procuraram o seu abrigo neste Distrito para onde com justiça devem pertencer, houve por bem aceitar a reclamação das assinaturas ilusoriamente feitas para o Distrito da Boa Vista, e o protesto que fazem de não prestarem mais obediência para o dito Distrito e Freguesia, tudo isto a bem da paz, tranqüilidade, e sossego público e para evitar rixas, e pendência entre povos irmãos, tão recomendados pelas leis do Império. E de como assim o disse e deu força de sentença, mandou lavrar este termo em que se assina com o Procurador dos Povos, e mais testemunhas presentes. — Miguel Francisco da Cunha — Salvador Dias da Cunha Silva — E eu José Correia de Oliveira, Escrivão que o escrevi e assino — Silva — Bernardo José da Cruz Almada — Miguel Francisco da Cunha — Salvador Dias da Silva — José Correia de Oliveira. — É o que consta do dito Termo de Reclamação e protesto, que bem e fielmente aqui transcrevo *de verbo ad verbum* do Livro segundo de Conciliação no Juízo de Paz de folhas trinta e quatro, verso, a folhas trinta e seis, cujo (sic) se acha em meu poder e cartório; e esta vai sem causa alguma que dúvida faça por ler, correr e conferir com o próprio original".

Percebe-se claramente no documento que acabo de transcrever que os habitantes do primitivo arraial ainda guardavam rancor com respeito ao "Aleijado", o qual procuravam desprestigiar e deprimir, pintando-o como negligente, a ponto de recusar assistência religiosa a seus paroquianos. E deram eles o novo Itajubá como "um lugar de muitas desordens, mortes e ferimentos, bebedices e furtos"!...

Era o troco da "sepultura dos vivos"...

Somente oito anos mais tarde é que o Governo Provincial, com a Lei n.º 239, de 30 de novembro de 1842, restauraria a antiga Freguesia do Itajubá Velho.

Mas ainda não ficaria parada a luta do sacerdote fundador.

Entre os delfinenses, gente honesta e afeita ao trabalho, havia contudo alguns e eternos despeitados, que não se conformavam com a prosperidade da Capela Nova, progresso este que lhes representava e acentuava a vitória do Padre Lourenço contra eles. Daí atravessarem decênios imaginando meios de se vingarem do pároco desbravador.

O Bispo Dom Mateus de Abreu Pereira foi sempre amigo do novo Itajubá, e depositava inteira confiança no Padre Lourenço. Assim sendo, os habitantes de Itajubá Velho nada conseguiriam do ilustre prelado contra a Boa Vista do Sapucaí, o Itajubá Novo. O substituto de Dom Mateus, Dom Manuel Gonçalves de Andrade, igualmente lusitano, deu, da mesma forma, todo o apoio ao fundador da Capela Nova. Enquanto isso, o povoado da Boa Vista crescia, e se ia tornando, conforme a profecia do próprio Padre Lourenço, "uma vila de nome", próspera e tranqüila, num desafio à sanha dos inimigos.

Em 1852, porém, empunhou o báculo da Diocese bandeirante, à qual pertenceria a Paróquia de Itajubá até expirar o século XIX, o novo Bispo Dom Antônio Joaquim de Melo.

Acontece que, por aquela época, o Padre Lourenço andava às voltas com outra séria dificuldade, incompreendida pelos paroquianos, sobretudo pelos seus adversários. Isto porque em algumas Freguesias do Sul de Minas, inclusive Santa Rita do Sapucaí, então Distrito de Itajubá, começou a reinar dúvida se pertenciam à Diocese de São Paulo, ou a de Mariana, criando-se, com essa confusão, graves pendências. As Atas de 19 de setembro de 1853 e de 12 de janeiro de 1858, da Câmara Municipal de Itajubá, são elucidativas dessa situação, criada pela dualidade pastoral, e embaraçosa para o Vigário de Itajubá, que se via, às vezes, sem saber como agir ante a interferência das duas Mitras, sobretudo numa época como aquela, em que a Igreja, apoiada pelo Estado, tinha muito mais dilatados os seus poderes sobre a organização municipal.

As divergências entre os próprios bispos quanto aos limites de seus governos pastorais agravavam ainda mais a conjuntura.

Uma das dificuldades era a cobrança de emolumentos. O povo recusava pagar pelo regulamento do bispo mineiro nos locais em que parecia dever prevalecer o episcopado de Mariana (Atas de 9 e de 10 de janeiro de 1854).

Não só o Padre Lourenço, mas também outros vigários de Itajubá, os Padres Joaquim José de Oliveira, José Lopes de Camargo, Pedro Celestino de Alcântara Pacheco, Flamínio Alves Machado do Nascimento e Benedito Teixeira da Silva Pinto estiveram às voltas com o problema.

Em 1854 o vicariato foi novamente entregue ao Padre Lourenço, sacerdote que, desde a fundação da cidade, jamais se afastara do lugar por ele escolhido para a sede da Freguesia de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá. Intimorato e enérgico, decidiu ele tomar uma resolução própria, com, evidentemente, atitudes que vieram descontentar alguns de seus paroquianos e ainda mais aos dois bispos. Pelo que se infere, suscitou ele a indicação de uma comissão composta de elementos de escol da sociedade de várias paróquias vizinhas, como ocorreu em Santa Rita do Sapucaí, que ficara encarregada de dividir os "fregueses" em duas classes opcionais, uma disposta a aceitar o báculo marianense, outra o bandeirante, "tudo debaixo de harmoniosas vontades", ficando garantida a cada uma "a inteira obediência, conciliação e respeito" ao pastor preferido, embora o vigário fosse "um só e o mesmo" para ambas as partes.

Na Soledade de Itajubá (Delfim Moreira) restavam alguns dos rancorosos inimigos do padre, que não perdiam azo para tentar tolher o progresso do Itajubá, e que ainda alimentavam esperanças, a título de revide, de que a Paróquia da florescente Boa Vista do Sapucaí, já então elevada à vila com o nome oficial de *Itajubá,* tivesse a sua sede voltada para o velho povoado do *Itagybá,* ou, pelo menos, que a ele ficasse inteiramente dependente. Agora um novo ensejo se lhes descortinava. Valeram-se da nova iniciativa do Padre Lourenço, também adotada pelo Padre Joaquim José de Oliveira, e apressaram-se em soprar tudo isso aos ouvidos do novo Bispo, indispondo-o assim contra a Matriz Nova. E não só isto, como também intencionalmente instigaram alguns fiéis a reclamar contra o vigário, a tal ponto que a Câmara Municipal, em sua reunião de 30 de janeiro de 1854, deliberou nomear a comissão composta dos vereadores Cândido Rebelo de Araújo Palhares, Manuel José Pereira Gomes e João Plácido de Miranda para deliberar sobre o caso.

O Padre Joaquim José de Oliveira necessitou de até utilizar o púlpito para acusar a municipalidade das indevidas atenções que ela andava dispensando aos insufladores da discórdia.

Diz a Ata de 30 de janeiro de 1854, da Câmara Municipal de Itajubá:

"Uma representação de várias pessoas desta Vila em que acusam o Revmo. Vigário Joaquim José de Oliveira por este não cumprir com os seus deveres paroquiais, e pedindo a esta Corporação para fazer sentir ao Exmo. Sr. Bispo a necessidade de um novo Pastor. O Sr. Vereador Sá propôs que se deveria enviar a uma comissão para dar o seu parecer, e posto em

discussão foi aprovado". "Um Ofício do Vigário desta Vila datado de 16 do corrente em o qual retratava-se de uma censura que havia feito publicamente na estação da Missa conventual a esta Corporação por causa de um atestado que havia requerido e que esta Câmara lhe tinha atestado a verdade. Deliberou-se que em vista da retratação que fez o dito Vigário pelo dito Ofício e a que em publicamente na Igreja fique arquivado, enquanto a resposta do mesmo o Sr. Presidente pôs em discussão se devia responder ou não, votaram para que não se responda os Srs. vereadores Plácido, Sá, Pereira Gomes e Gonçalves da Costa, e favor os Srs. vereadores Carvalho e Palhares"... Era a confusão.

A Comissão somente em 03 de abril daquele ano é que daria uma solução, opinando expor ao Bispo toda a pendência reinante, assegurando-lhe que o Vigário não queria submeter-se ao regulamento baixado pelo poder diocesano...

Dois dias depois, tomava a Câmara Municipal conhecimento de um Ofício do Vigário da Vara Eclesiástica de Guaratinguetá, em que comunicava a fusão das duas paróquias, a da Soledade e a do Itajubá Novo, o que representava a submissão da Capela Nova à Velha... (Ata de 05 de abril de 1854).

A esta altura devia estar exultante o povo do arraial serrano, adversário da antiga Boa Vista...

No dia seguinte o Padre Lourenço retomava o timão paroquial, e eram afixados editais da Municipalidade em torno do assunto (Ata de 06 de abril de 1854).

A mesma Câmara que havia dado ouvidos às reclamações de uma parte do povo, naquele mesmo ano, em 11 de setembro, decidira oficiar ao Bispo "fazendo-lhe sentir os inconvenientes que resultam da anexação desta Freguesia à da Soledade de Itajubá" *(Livro de Registro de Propostas e Pareceres de Comissões,* do arquivo da Prefeitura de Itajubá). Para tanto, julgaram dever apelar pelo "bom comportamento" do novo Vigário, conforme se lê na Ata de 11 de setembro de 1854:

"O Sr. vereador Sá (Guilherme Luís de Sá) propôs para que esta Corporação oficiasse ao Exmo. Governo digo ao Exmo. Bispo desta Diocese fazendo-se sentir os inconvenientes que resultam da anexação desta Freguesia à da Freguesia da Soledade de Itajubá, e bem assim significar-lhe as boas qualidades, e o bom comportamento do Revmo. Padre Pedro Celestino de Alcântara Pacheco, e posto em discussão assim se venceu".

Mas o Padre Pacheco foi esbarrar com as mesmas complicações já encontradas pelos seus antecessores quanto à obediência aos dois bispos, e agora tudo se agravava com a indisposição e a revolta dos itajubenses, que não se conformavam com o retorno da sede paroquial para a Soledade de Itajubá.

O Padre Lourenço, embora já muito doente, já quase impossibilitado de andar, ainda vivia. Com o assentimento do novo Vigário, prudente mas igualmente enérgico, conseguiu que a Câmara Municipal, por intermédio do

Vereador João Plácido de Miranda, mandasse à Comissão o pedido que deveria ser encaminhado ao Governo Episcopal, sobre a criação de uma Vara Eclesiástica na Vila do Itajubá Novo, medida que poria fim à intromissão da Vara de Guaratinguetá, prejudicial, segundo se pensava, ao bom andamento da vida religiosa de Itajubá, observando-se ainda que, criada a Vara de Itajubá, todas as paróquias sul-mineiras lhe ficariam sujeitas, inclusive a do Itajubá Velho...

Dizia o Vereador:

"Proponho à Câmara para que se represente ao Exmo. Sr. Bispo Diocesano para que se digne quanto antes criar uma Vara Eclesiástica nesta vila, assim como era antigamente, porque o estado atual, além de penosíssimo para os povos, pode motivar conseqüências funestas. Paço da Câmara, 04 de janeiro de 1855 — Plácido — O que foi aprovado".

Compreende-se, pelos termos do Edil João Plácido de Miranda, até que ponto atingiram as animosidades dos antigos itajubenses diante da volta da sede paroquial para a Soledade de Itajubá *(Livro de Registros e Propostas* e Ata de 04 de janeiro de 1855), prevendo-se até "conseqüências funestas".

A culpa, afinal, não cabia ao vigário, pois, toda a complicação era oriunda, conforme já se disse, do delicado dilema de ordem temporal, criado pela concomitante necessidade de submissão às duas dioceses; e não só isso, como também pela indisposição entre povos, alimentada pelos que desejavam a derrota do Itajubá Novo.

O pedido foi enviado. Em 22 de janeiro de 1855 respondia o Bispo que a pretendida criação de uma Vara Eclesiástica em Itajubá Novo seria por ele estudada, pessoalmente, quando a Itajubá Novo fosse em visita pastoral (Ata da Câmara Municipal de Itajubá, de 17 de abril de 1855).

Efetivamente, o Bispo esteve em Itajubá, e a Vila se preparou para recebê-lo condignamente, embora já fosse conhecida sua indisposição contra os fregueses do P. Lourenço, já falecido em 14 de junho do mesmo ano. (Ata da Câmara Municipal, de 13 de outubro de 1855). E visitou também Sua Revma. o Itajubá Velho...

"A 31 de outubro de 1855 recebe a Paróquia da Soledade de Itajubá a visita pastoral de Dom Antônio Joaquim de Melo, Bispo de São Paulo, que permanece no lugar até 13 de novembro. Não havia pároco, sendo encarregado dos atos paroquiais o Padre Joaquim José Gomes de Santana, Secretário da Visita. Ordenou o Bispo que o novo Pároco, que iria nomear, cuidasse de fixar as antigas divisas entre Itajubá (Soledade de Itajubá) e a Vila Nova. Ordenou mais a devolução à Paróquia da Soledade de Itajubá dos antigos livros paroquiais, que, por ordem do Governo Provincial, tinham sido levados para a Vila Nova, assim demonstrando que não aprovava as injustiças sofridas pela antiga Paróquia" *(Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950,* pág. 291).

O pessoal da Soledade de Itajubá (Delfim Moreira) delirou jubiloso. Teria motivos agora para uma festa memorável, com foguetório e banda de música! Só lamentavam já estar morto o *Aleijado*... Era preciso que ele visse a derrota!...

Cumpre observar que, *in illo tempore*, muito importava para o progresso material do lugar a assistência religiosa e a autonomia paroquial. Nossos antepassados, rígidos na sua crença e na tradição, não dispensavam a assistência permanente da Igreja. Onde estava o vigário, estavam os humildes em harmonia com os poderosos, os mandachuvas. E onde estavam os *coronéis*, estava a prosperidade... não era, pois, de todo sem razão o regozijo dos delfinenses...

O Bispo nomeou um novo vigário para o Itajubá Velho, que foi o Padre Flamínio Alves Machado e Vasconcelos. Este sacerdote encontrou completamente abandonada a paróquia serrana. Os fiéis de lá, se necessitavam de comunhões, de casamentos e de batizados, não tinham outra alternativa senão procurar os sacramentos na Matriz Nova, e, havia muito, estavam sem missa.

As atrapalhações já não eram só em decorrência da dualidade de Mitras, mas também de Estolas... E a irregularidade foi transmitida ao Bispo, do que resultou esta comunicação diocesana, registrada no Livro 2.º de batizados de escravos (que então servia de Tombo), do arquivo da Matriz, folha 150:

"Dom Antônio Joaquim de Melo, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de São Paulo, e do Conselho de S. M. o Imperador &,&.

"Tendo-nos sido apresentada pelo Revmo. Vigário atual da Freguesia de Itajubá *(Delfim Moreira)*, que enquanto as divisas desta Freguesia com a Vila Nova de Itajubá sejam muito explícitas, contudo muitos moradores que pertencem à mesma Freguesia, talvez pela contínua falta de pároco respectivo, tem mudado a Estola da dita Vila, e não têm procurado esta, apesar de preenchida. Nós em visita fomos informado deste estado anormal, e querendo providenciar como é do nosso dever, mandamos não só que se nos fizessem presentes essas divisas, como igualmente por nosso Mto. Reverendo Dor. Vig. Gal. mandamos que fosse ouvido o Reverendo Pároco Colado de São Bento do Sapucaí-Mirim, não só porque conhece muito os lugares, como por ser insuspeito. Tendo de tudo completo conhecimento, havemos por bem mandar que os dois Reverendos Párocos, de ora em diante, de nenhum modo aceitem fregueses, que não estiverem dentro de suas divisas, pena de nulidade nos casamentos a que procederem, além de sua direta responsabilidade. Se algum freguês por mais cômodos quiser sacramentos na Paróquia que lhe não pertence obterá licença de seu Pároco, sem prejuízos de seus direitos pecuniários. Esta será transcrita em ambas as Freguesias nos livros de Registros. Dada em nosso Palácio Episcopal de São Paulo, sob nosso sinal e selo de nossas Armas, aos 27 de setembro de 1856. — Antônio, Bispo Diocesano".

Quanto à coincidência de Mitras em Paróquias vizinhas, como ocorria no então distrito de Santa Rita do Sapucaí, as quais agravavam a situação na cobrança das prebendas, foi esta finalmente eliminada com a conferência realizada pelos dois bispos em São Gonçalo, em 15 de outubro de 1857, de que resultou o assentamento conciliatório das divisas diocesanas, agora tomadas pelo Rio Lourenço Velho.

Foi somente em 07 de janeiro de 1859 que, por nova determinação do Bispo, o vigário de Itajubá, Padre Guido Antônio de Paula e Silva, fez entrega ao Padre Benedito Teixeira da Silva Pinto, vigário de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), dos livros de "assentamentos de batizados, casamentos e óbitos" e demais objetos que pertenciam à Paróquia da Matriz Velha, ficando na Nova o que a esta de direito pertencia, conforme consta no livro de batizados de escravos, do arquivo da Matriz de Itajubá.

Cessava, assim, uma pendência alimentada havia 40 anos!...

Padre Lourenço, já morto, não pôde ver o final da peleja. Mas, como se viu até aqui, muito lutou ele para que vingasse o arraial da Boa Vista do Sapucaí, o qual, segundo profetizou, em breve tempo seria uma das vilas de nome.

Faço minhas as palavras que Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo de São Paulo, deixou no Livro de Tombo existente no arquivo da Matriz de Itajubá, quando de sua visita pastoral em 1889:

"Deste modo cessou a luta entre os dois povos vizinhos, concorrendo para isso os cidadãos mais influentes e estimados dos dois lugares, distinguindo-se entre estes o Vigário Lourenço da Costa Moreira, a cuja dedicação e sacrifícios muito deve a nova Freguesia, hoje cidade de Itajubá".

* * *

17 — O ARRAIAL QUE SURGE

Regressemos ao início da povoação.

Enquanto o Padre Lourenço da Costa Moreira erguia o templo de taipa e telha da nova Capela da Boa Vista do Sapucaí (hoje Cidade de Itajubá), e tomava muitas iniciativas para prosperidade do lugar, os paroquianos que o acompanharam na caravana pioneira, e os que logo depois foram atraídos pelo adiantamento do novo arraial que florescia à margem do Sapucaí, dedicavam-se, com seus escravos e alguns haveres que traziam, à formação de herdades, empenhados no desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Iam adquirindo terras, ocupando glebas e ubertosas ribeiras antes pertencentes a sesmeiros, e a formação urbana do vilarejo do Padre Lourenço rapidamente se realizava à margem direita do Sapucaí, crescendo e embelezando-se com boas e sólidas residências e mansões, pois todos os fazendeiros e lavradores queriam ter casa ou chácara na cidade. Os cereais e o gado, a

indústria de rapadura, queijos, manteiga e aguardente emprestaram o primeiro impulso ao progresso, muito favorecendo para isso o escoamento desses produtos que, muito cedo, se fazia pelas barcas pelo Sapucaí(documentos, desde 1829, fazem menção dessas barcas), os quais encontravam comércio nas localidades do Oeste; ou por meio de tropas que transportavam cargas para Pouso Alegre, Campanha, Baependi, Pouso Alto e outros pontos já populosos de Minas Gerais, sem os riscos dos salteadores da Mantiqueira e de outras dificuldades que a serra oferecia, entre as quais a dos péssimos caminhos, intransitáveis na ocasião das chuvas, com extensos atoleiros ou escarpas escorregadias à beira de precipícios penhascosos e altíssimos despenhadeiros. Além disso, era o excelente clima que propiciava o bom êxito na lavoura e melhores pastagens para os rebanhos.

As famílias construtoras de Itajubá, as primeiras chegadas com o sacerdote fundador, e tantas outras que depois vieram de Capivari, Pouso Alto, Aiuruoca, Guaratinguetá, São Bento do Sapucaí e de outras terras mineiras ou paulistas, e ainda os imigrantes, principalmente os portugueses e italianos, com a também notável participação do elemento alemão, espanhol e, mais tarde, o levantino (o japonês e o chinês só apareceram em Itajubá depois de 1919), completam esplendidamente a obra iniciada e sonhada pelo Padre Lourenço. Os livros paroquiais, o arquivo municipal, algumas velhas escrituras e jornais antigos, e os próprios descendentes dessas estirpes laboriosas e honradas, estão presentes para nos dizerem os nomes dos lidadores que, no século passado, uns de um modo, outros de outra maneira, edificaram a urbe itajubense, hoje uma das mais prósperas do sul de Minas.

Em monografia à parte, a que dou o título de *Famílias Tradicionais de Itajubá,* procuro traçar a árvore genealógica dessas linhagens pioneiras, integrantes da sociedade itajubense desde o Século XIX até à celebração do primeiro centenário de fundação da cidade, em 1919, acentuando seus patriarcas e descendentes, construtores de minha terra natal. Essas famílias pioneiras, de 1819 a 1919, foram:

Abreu, Afflalo, Aguiar, Aldano, Aleixo, Alencar, Alkmin, Almada, Almeida, Alvarenga, Alves, Amaral, Amores, Amorim, Andrade, Anjos, Antunes, Arantes, Araújo, Arruda, Arzão, Assis, Ataíde, Azevedo, Baião, Balzi, Barbato, Barbosa, Barreto, Bastos, Beckmann, Belini, Beraldo, Bernardes, Biagioni, Bianchi, Bicudo, Bittencourt, Boer, Bonaldi, Borges, Boucherville, Braga, Branco, Brandão, Brasil, Brás, Bressane, Bretanha, Brito, Bueno, Bustamante,, Cabral, Caetano, Caldas, Calderaro, Camacho, Camargo, Campista, Campos, Cantelmo, Cantuária, Capeli, Capelo, Capizzani, Capraro, Cardoso, Carelli, Carlini, Carmo, Carneiro, Carvalho, Cascardo, Castelani, Castilho, Castro, Chagas, Chavasco, Chiaradia, Chiavenato, Cintra, Cirino, Claro Cobra, Coelho, Coimbra, Coli, Comai, Consentino, Consoli, Correia, Cortez, Costa, Coura, Coutinho, Couto, Cruz, Cunha, Curcio, Custódio, Dalle, Damasceno, Del-Ducca, Delatorre, Dias, Diniz, Domingues, Dotta, Duarte, Dutra, Faria, Fava, Feichas, Félix, Fernandes, Ferraz, Ferreira, Ferrini, Figueiredo, Fittipaldi, Flor, Fogo, Fonseca, Fontes, Fortes, França, Francinelli, Franciuli, Freire Freitas, Furquim,

Furtado, Galdino, Galera, Galvão, Gama, Garcia, Gargaglioni, Gaudino, Generoso, Germano, Gesualdi, Giffoni, Godói, Gomes, Gonçalves, Goulart, Gouveia, Grilo, Guedes, Guerra, Guimarães, Gusmão, Imediato, Isidoro, Julião, Junqueira, Justiniano, Lacerda, Lamoglia, Lapa, Laurelli, Leal, Leandro, Leite, Lemes, Lemos, Lima, Lino, Lisboa, Lobo, Lombardi, Loredo, Lorena, Loureiro, Luigi, Luís, Luz, Macedo, Maceno, Machado, Maciel, Madruga, Maduro, Magalhães, Maia, Mandolesi, Manso, Marçal, Marcelino, Marcondes, Maria, Marinho, Marins, Marotti, Marques, Martins, Martucci, Marzullo, Masselli, Mateus, Matias, Matos, Máximo, Medeiros, Mello, Mendes, Mendonça, Meneses, Mengoli, Menicalli, Mesquita, Mindello, Mira, Miranda, Módena, Monfredine, Montalvão, Monteiro, Moraes, Morato, Moreira, Mostério, Motta, Moura, Müller, Muniz, Narciso, Nascimento, Neves, Nisticó, Nogueira, Nolasco, Nora, Noronha, Nunes, Olivas, Oliveira, Osório, Pacheco, Paes, Paiva, Paixão, Palhares, Palma, Passos, Passos e Silva, Paula, Paulista, Paz, Pedroso, Peixoto, Pena, Pereira, Perroni, Pianelli, Piazzarolli, Picorelli, Pimenta, Pimentel, Pinheiro, Pinho, Pinto, Pires, Pizutto, Poddis, Poleti, Pompeu, Pontes, Portela, Portes, Prado, Prudente, Pucinelli, Puliti, Queirós, Ramos, Rangel, Raposo, Reale, Rebelo, Reis, Rennó (Rennow), Resende, Ribeiro, Ricotta, Rocco, Rocha, Rodrigues, Roma, Romão, Romeiro, Rosa, Royo, Ruas, Sá, Sabóia, Saint-Amat, Saldanha, Sales, Salgado, Salgueiro, Salomon, Sampaio, Sanches, Santana, Santiago, Santos, Schiavoni, Schmith, Schumann, Sciam, Sciamarelli, Sciecola, Seabra, Secci, Seixas, Senna, Senne, Serapião, Serra, Serrano, Silva, Silveira, Simões, Siqueira, Soares, Sousa, Spolzino, Storino, Strutz, Tavares, Teixera, Teles, Teodoro, Teotônio, Tibiriçá, Toledo, Torres, Tostes, Tosta, Tribst, Trigo, Trivelato, Uchoas, Vale, Valim, Vasconcelos, Vasques, Veggi, Veiga, Veloso, Veríssimo, Vianna, Vidal, Vieira, Vila-Nova, Vilas-Boas, Vilela, Vitorino, Werdine, Werneck, Wood, Xavier e Zambiszuki.

Muitas foram as famílias que vieram residir em Itajubá depois de 1919, ano do 1.º centenário. O imigrante que, neste Século XX, em maior número veio cooperar, com sua experiência e tirocínio, sua capacidade de trabalho e atuação empreendedora, para o progresso de Itajubá, foi o italiano. Cerca de 400 dessas famílias peninsulares eu as cito em minha monografia *Famílias Tradicionais de Itajubá*.

E com essas famílias de obreiros do século passado, surgiram em Itajubá as primeiras casas comerciais, as primeiras boticas, as primeiras e modestas oficinas de profissionais, de "officiais" como se dizia, de selaria, ferraria, carpintaria, alfaiataria, serralheria, e tendas de pirotécnicos, latoeiros e de artesãos habilidosos, e não faltaram logo de início as quituteiras e doceiras exímias, as parteiras prestimosas e experientes, os mestres de primeiras letras e de música, as "tavernas de pouso e algergaria", os almocreves de tropas de aluguel e tantos outros profissionais mencionados nos carunchados livros de arquivos.

Quando o arraial contava com apenas sete anos de existência já era assistido por um clínico, o Dr. João Rennow (João Rennó de França, que se tornaria o patriarca de uma das maiores e mais tradicionais famílias itajubenses), que fora médico do exército prussiano. Em 13 de feveriro de 1826

já estava ele em Itajubá, pois nessa data era batizado seu filho Cândido, conforme registro autenticado pelo Padre Lourenço da Costa Moreira. Em 20 de abril de 1833 era sua filha Ana que recebia as águas do batismo. No ano seguinte foi o batizado de seu escravo Adão, em 21 de maio. Em 10 de abril de 1836, a escrava Eva. Em 1.º de outubro de 1837 ainda marcava ele sua presença em Itajubá com o batizado do escravo Jacinto. Em 1834 é um outro europeu que figurava na sociedade itajubense, John Andrew, estabelecido com uma selaria. John A. Schonfeh, ferrador, em 17 de junho de 1836 aparece no livro de rótulo *L.D.N. 1.º* — 1832, do arquivo da Prefeitura Municipal, na "escritura de perdão" a favor de Manuel Carlos da Motta Bastos, que o havia agredido com muitas pancadas. Por coincidência, três imigrantes com o nome John...

Assim, pois, não faltavam profissionais para tudo no arraial que nascia. Não havia falta de mercadorias, conforme era na Capela Velha, segundo lamentava o Padre Lourenço. Fazendas, ferragens, louças, o sal vinha da Corte, em lombo de burros.

O sal era uma das mercadorias mais visadas pela ganância dos *tubarões* daqueles dias. Sob pretexto de escassez no Rio de Janeiro e em Santos, era esse produto, no varejo, vendido a alto preço, à razão de 15 a 20 mil réis o alqueire. Já anos atrás "custava o alqueire de sal, em Santos ou no Rio de Janeiro, 800 réis e pagava de direitos de entrada em Minas 750 réis, ao que, adicionando-se as despesas de condução e avarias, ficava o gênero em Itajubá a 3.800 réis o alqueire. No varejo, porém, os consumidores o pagavam a 12.000 e 14.000 réis" (geraldino Campista, *Itajubá*). As ferragens, incluindo-se as ferramentas destinadas à lavoura, eram altamente taxadas no *Registro,* nome com que se designava o posto da recebedoria interprovincial, instalado no alto da serra da Mantiqueira.

No "pasto das cavalhadas" (área ora ocupada pela Praça Getúlio Vargas e Escola Estadual Cel. Carneiro Júnior) Manuel Pereira Machado vendia produtos da Corte e de outras procedências (Livro de rótulo *L.D.N. 1.º — 1832,* folha 153-verso). Bacalhau e vinhos podiam ser encontrados em casa do Tenente João Moura Machado (*Maxado,* segundo o original) na "rua de trás da igreja". Na chácara de João Inácio de Alvarenga havia cereais, açúcar e condimentos "para servir ao público", e já contribuia este, naquele início de Século XIX, com uma "taxa de licença" para esse comércio. No citado livro da Municipalidade consta que esse negociante se queixava de José Domingos Roiz, que também vendia "gêneros aos povos", e nada pagava ao "Sr. Coletor de rendas"...

Em tudo ainda prevalecia, na primeira metade do Século XIX, a palavra do Padre Lourenço. Era ele como um prefeito, todo um executivo, um juiz. Ainda havia uma só fé em Itajubá. Era ele quem arranjava professores, improvisava escolas, nomeava guardas municipais, ajeitava um governo distrital à sua moda, decidia sobre obras públicas, estipulava contribuições à guisa de impostos, arranjava o tribunal...

Vivia-se na época do absolutismo imperial, em que a centralização do poder era a causa do atraso em todo o País. As menores obras não podiam ser executadas sem o *placet* de Sua Majestade, conseguido através de embaraçosos e demorados expedientes protocolares. A nomeação de um simples tocador de fole dependia do augusto beneplácido, conforme se lê nas *Efemérides Mineiras* de Xavier da Veiga. O município não gozava da menor sombra de autonomia. Nenhum calçamento, nenhuma obra ou benefício público poderia ser feito sem a aprovação da Corte. Tavares Bastos, em *A Província*, nos fala longamente dessa situação.

Pois foi justamente nesse regime de obstáculos e de grilhetas administrativas que Itajubá nasceu, cresceu e muito prosperou. Não fosse a *ditadura* aplicada estrenuamente pelo Padre Lourenço da Costa Moreira, fazendo e desfazendo pela prosperidade local em franco rompimento com os moldes prejudiciais e estorvadores oriundos da centralização do poder, Itajubá não teria sido uma realidade em tão breve tempo.

* * *

18 — A REVOLUÇÃO DE 1842

Por motivo de três atos do Imperador, em 1842, sobremaneira exasperaram-se os liberais: — a reforma do Código de Processo Criminal, a criação do Conselho de Estado e a dissolução da Câmara dos Deputados. Em protesto, Minas Gerais e São Paulo levantaram-se em armas, com o apoio do ex-Regente Padre Diogo Antônio Feijó, do influente Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e do Deputado Teófilo Benedito Ottoni. Os mineiros tinham como chefe José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Barão de Cocais, e os paulistas, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar. São Paulo muito logo desistiu da luta, porém Minas Gerais persistiu, só capitulando com a derrota de Santa Luzia, a Waterloo mineira de 1842, que assinalava uma das vitórias do Duque de Caxias.

Várias localidades do sul de Minas estiveram ocupadas por tropas das duas facções — a dos liberais, apelidados de *ximangos*, ou, mais tarde, *luzias* (alcunha provocante, alusiva à refrega de Santa Luzia) e a dos conservadores, designados pelos liberais por *cascudos*, ou *saquaremas*, pois a fazenda de Monte Alegre, pertencente ao Visconde de Itaboraí, chefe desta facção, — ao qual, segundo a afirmação depreciativa dos liberais, os conservadores se submetiam como sabujos —, ficava no município fluminense de Saquarema...

A Cidade de Campanha, então sede do governo municipal da região na qual se incluía Itajubá, estava quase totalmente dominada pelos conservadores, não havendo ali, portanto, nenhum movimento de monta em prol da revolução. Uma comissão daquela cidade, presidida por Francisco de Paula Bueno da Costa, em nome da edilidade e de vários elementos *cascudos*,

apelando para os "bons sentimentos de ordem e ótimo patriotismo, bem como para o respeito à Lei", enviava ofício a Itajubá, concitando a Freguesia a não aderir ao movimetno "hostil ao trono", e a não reconhecer o governo provisório aclamado em Barbacena.

Das localidades sul-mineiras mais próximas de Itajubá, foi Baependi o maior cenário da revolução de 1842, onde se travaram os mais sangrentos encontros e onde as facções mais se manifestaram. A fazenda de Gabriel Francisco Junqueira, cidadão de largo prestígio, transformou-se num reduto de revolucionários, com mais de mil homens, na maioria cidadãos de boa situação social, muito bem armados. A própria Câmara Municipal baependiense e as maiores autoridades do lugar declaram-se solidárias ao Ten.-Cel Feliciano Pinto Coelho da Cunha.

Baependi tornara-se, pois, no Sul de Minas, o "núcleo rebelde" mais visado pelos legalistas. Contra essa cidade marcharam soldados e voluntários de toda a região, comandados por ardorosos e inflamados conservadores.

Em junho de 1842 chegava a Itajubá o Ten.-Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, acompanhado de cerca de cem homens a cavalo, bem armados e municiados, vindos de São Caetano da Vargem Grande. Esse bravo conservador promoveu uma reunião popular no Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago), quando, então, rodeado apartosamente de sua briosa centúria, expôs aos itajubenses a situação política reinante no País, o movimento belicoso que ia por Minas Gerais, e a atitude de fidelidade à Coroa por parte do Partido que ele representava, o qual resolvera empunhar armas contra os *ximangos* "perturbadores da paz". Após os vivas ao Imperador, e os morras ao presidente revolucionário, o Cel. Costa e Silva pediu a adesão dos intrépidos de Itajubá, para acompanhá-lo até ao campo da luta, devendo a tropa engrossar-se na Capituba (Pedralva) e nos Cumquibus (Cristina).

Não se conhece o número de combatentes itajubenses que se incorporaram na coluna legalista Costa e Silva, e pouco encontrei documentado com respeito a nomes envolvidos nessa peleja. Nem mesmo a tradição conservou a memória desses heróis. Sabe-se, pela biografia do Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, que esteve este em Itajubá, onde obteve numerosas adesões. O escravo João Congo e Antônio Salustiano de Miranda são os dois únicos nomes que consegui colher. Este último faleceu no Rio de Janeiro em 02 de setembro de 1888, e o jornal itajubense "A Verdade", de 27 de setembro daquele ano, noticiando seu passamento, informava:

Faleceu na Corte, "outrora residente nesta cidade". "Foi um dos heróis de 1842, época em que a nossa Província se convulsionou pela revolução a que o Sr. Miranda aderiu como liberal convencido". E sendo *ximango*, não poderia ter pertencido ao pelotão de Costa e Silva.

Essa coluna Costa e Silva, com a qual seguiram os legalistas de Itajubá, anexou-se à Legião de Pouso Alegre, comandada pelo Coronel Julião Florêncio Meyer.

Conta-nos José Alberto Pelúcio em seu livro *Baependi*:

"Após o trânsito das tropas legais pela Fazenda do Fajardo, mediante requisição do juiz Aleixo, seguiram elas, acompanhadas pelo Cel. Meyer, com destino a Baependi, cujas imediações deviam ser ocupadas, segundo deliberação do dia 12 de julho. Pretendia o dito juiz fazer a marcha de acordo com o delegado do termo, que já havia chegado ao Picu (Itamonte); mandaram dizer-lhe, porém, que esperasse a combinação do dia da marcha, o que não se fez, abreviando a partida. Precisava fazer reconhecimento da posição dos inimigos, pois, diziam uns, que estes ocupavam Baependi, outros, que diversas fazendas da vizinhança. Contavam os legalistas com 400 homens do Ten.-Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, os quais se encontravam na antiga Freguesia do Carmo".

Diz mais adiante o mesmo historiador:

"No dia 13 de julho de 1842, as tropas legais tomaram a direção da fazenda do Capitão José Pinto, duas léguas distantes de Baependi. Quando lá chegavam, também vinha uma parte das forças do Carmo, comandadas pelo Sargento-Mor José Ribeiro da Luz, que não desamparava os governistas, e deixara outra parte da 1.ª coluna sob o comando do Ten.-Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, a passar o Rio Verde. No dia 14, chegaram essas forças à mencionada fazenda, onde fizeram a junção de todas".

Os combatentes de Florêncio Meyer e de Costa e Silva, com os quais estavam os homens de Itajubá, espaventaram os revoltosos de Baependi, não obstante serem estes em grande número e muito bem armados e entrincheirados. A revolução teve o seu fim com a queda de Santa Luzia.

Em 31 de agosto daquele ano, em Baependi, agora já sufocada a rebelião, os poucos legalistas dessa cidade promoveram uma reunião da Câmara Municipal, sob a presidência do Ten.-Cel. Francisco de Paula Pereira de Sousa, com a finalidade de oficializarem sua inteira "fidelidade a S.M. o Imperador, e adesão à Constituição, leis do País, e legítimas autoridades", e, além de outros atos mais, enviaram ofícios de agradecimentos aos bravos arregimentadores de tropas legalistas, que defenderam Baependi contra os insurretos, e que foram, conforme a Ata ali então lavrada, os cidadãos Francisco de Paula Bueno da Costa, Cel. Julião Florêncio Meyer, Ten.-Cel Caetano Ferreira da Costa e Silva, Ten.-Cel. Manuel Ananias de Assis Junqueira e Sargento-Mor José Joaquim Correia.

Muito se deve, portanto, para a vitória final do Duque de Caxias e a segurança do trono de S.M. D. Pedro II, aos aguerridos homens de Itajubá, irmanados patrioticamente, na árdua peleja, com os impávidos filhos de Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, Brasópolis, Paraisópolis, Pedralva, Cristina, Carmo de Minas...

Julião Florêncio Meyer, e sua participação no movimento liberal de 1842 como o destemido comandante da Legião de Pouso Alegre, estão idoneamente salientados por José Alberto Pelúcio no seu *Baependi*. Seu ilustre

filho, Julião Florêncio Meyer Júnior, vamos encontrá-lo mais intimamente ligado à história de Itajubá no episódio da Proclamação da República, quando, junto com Xavier Lisboa e Luís Dias Pereira, integrava o triunvirato do governo provisório então estabelecido.

O Ten.-Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva era casado com D. Gertrudes Maria Vieira, os quais foram os bisavós maternos do eminente estadista Venceslau Brás Pereira Gomes. Homem dominador e de grande prestígio em todo o sul de Minas, Costa e Silva exigiu que se substituísse o orago da povoação da Capela da Laje, que era Santana, para São Caetano, o santo de seu nome. Daí ficar o arraial com o topônimo de São Caetano da Vargem Grande, hoje cidade de Brasópolis. Mais adiante se verá, em outro capítulo, que ele fez parte da primeira vereação de Itajubá e também Agente Executivo (Prefeito).

Do "Brasópolis", n.º de 29 de dezembro de 1940, colho estes dados:

"O Ten. Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva teve marcada atuação em todo o território do município de Itajubá, inclusive esta localidade, como Juiz de Paz, Delegado de Polícia, Vereador, Juiz de Capelas e Resíduos, e comandante de um batalhão da Guarda Nacional, que equipou, armou e fez marchar para a luta na revolução de 1842; criada a paróquia e distrito de São Caetano da Vargem Grande, escolheu o nome e forneceu a imagem do padroeiro, assim como foi eleito e sempre reeleito 1.º Juiz de Paz daqui. Homem voluntarioso e autoritário, gozava, entretanto, de estima pela bela alma e coração magnânimo de que era dotado".

E nos vários documentos que ele, como Juiz de Paz, lavrava em Itajubá, fazia preceder dos dizeres:

"Caetano Ferreira da Costa e Silva, cidadão brasileiro, Tenente-Coronel do 4.º Batalhão da 2.ª Legião da Guarda Nacional do Município da Vila da Campanha, &, ..."

* * *

19 — NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS

No Capítulo 9 ficou historiado o quilombo da Berta, que existiu nos Séculos XVIII e XIX junto à Pedra Vermelha, nas cabeceiras do Ribeirão das Anhumas. Os pretos ali homiziados, fugidos das senzalas do Sul de Minas, saíam em bandos pelos altos da Mantiqueira para assaltarem tropas e cavaleiros, a fim de tomar o que esses viajantes levavam. São acontecimentos que antecedem à fundação de Itajubá. Quer a tradição que, numa dessas cargas roubadas, encontraram tais escravos a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, que foi levada para a Berta, onde primeiramente lhe deram um nicho de pedras.

Foi depois essa imagem levada para as Anhumas, a pouca distância da Berta. Foi dado o nome de Anhumas ao lugar em virtude da grande quantidade da ave desse nome, lá outrora existente. A imagem da Virgem foi colocada numa ermidazinha de paus toscos, e isso antes de o Padre Lourenço fundar a Capela Nova. Era aquele o último local sob o domínio do temido quilombo, já então em fase de desmantelamento.

A história da imagem de Nossa Senhora dos Remédios, e de sua vinda para a cidade em 1843, está fartamente documentada em dois livros do arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, um dos quais tem o seguinte rótulo: "Livro de Receita e Despesa da Irmandade de N.S.D.B.M. — Setembro de 1889". Na realidade, muito pouco contém de anotações financeiras o referido livro, o qual foi aproveitado para a interessante narração dos acontecimentos em torno da imagem. Num deles se escreveu: "Este livro há de servir para os assentos de receitas e despesas da Igreja de Nossa Senhora dos Remédios nesta Vila da Boa Vista de Itajubá, que vai rubricado de fls. 1 a fls. 95 que contém o livro com a minha rubrica que costumo (sic) que é (q. he) Arº, e para constar faço este termo de abertura aos 06 de fevereiro de 1850 — Inácio Theodoro de Arº (Araújo)".

Um desses livros apresenta dois excelentes desenhos, feitos com arte e capricho: o da ermidazinha, e o do aspecto paisagístico das Anhumas, vendo-se neste, numa elevação, a referida capelinha.

Mãos piedosas aproveitaram esses livros, antes destinados a assentamentos outros, e lançaram neles as longas anotações históricas a que me reporto. A pessoa que anonimamente elaborou tais assentamentos, não sei se um sacerdote ou um devoto de cultura, ou porque ignorava a origem apresentada pela tradição, ou porque via em tal versão uma simples lenda, assim anotou:

"Até agora não pude achar a origem da devoção a Nossa Senhora dos Remédios. O que fica sem dúvida é a grande fama de milagrosa que tinha em 1819. Segundo averiguações bem fundadas nesta época honraram-na no arraial das Anhumas". E em outro local: "Pois nada certo da origem da imagem nem de seu culto no princípio. É provável que foi propriedade dos fazendeiros das Anhumas e que foi fabricada para ser vendida pela família e os escravos dela. Penso mesmo que acimava um altarzinho onde de quando em vez celebrava um padre vindo de Nossa Senhora de Itajubá *(ora Delfim Moreira)* ou mesmo duma paróquia mais afastada (para) visitar os fiéis, pregar, batizar e celebrar os santos mistérios".

E mais anotou o narrador:

"Dona (Inácia) Salomon, que fui visitar em 21 de setembro, contou-me que a imagem de Nossa Senhora dos Remédios pertencera a Antônia, agregada de seu pai Inácio Custódio Pereira, dono das terras confinando com a Pedra Vermelha chamado bairro dos Melos. Acrescentou-me que sua mãe, segunda mulher de Inácio, contava ter visto *adorar* a imagem pela po-

breza deste lugar, que muitos e grandes milagres fazia e que chorou muito a Antônia quando trouxeram a Santa para Itajubá. Dona Inácia veio para Itajubá com 5 ou 6 anos de idade estando já aí a imagem". *(O grifo em adorar* é do próprio autor do escrito). No segundo livro aparece essa mesma informação, acrescentando-se que a "entrevista" com Dona Inácia Salomon se dera em 1909.

Muito preocupado em determinar datas, acrescentou o autor anônimo, na página 13 de um desses livros, a seguinte anotação, feita à margem:

"Ana de Lima, esposa de Fratuoso de Lima, disse-me que ouvia sua mãe Maria Joana contar que o seu filho Feliciano nasceu no dia dezesseis de outubro de mil oitocentos e quarenta e três vindo oito dias mais tarde Nossa Senhora dos Remédios".

Pilhada por quilombolas da Berta em assaltos na Mantiqueira, ou não verídica essa origem, o que não padece dúvida é que existiu nas Anhumas uma imagem de Nossa Senhora dos Remédios no início do Século XIX, e que essa jóia torêutica deu azo a um culto abusivo, mais tendente a superstições e a umbanda do que precisamente a uma devoção católica, e tal era a fama propalada de curas fantásticas e favores sobrenaturais que junto a essa relíquia histórica se alcançava, que muitos paroquinos de Itajubá partiam em peregrinação à sua ermida, e faziam-se promessas de penoso cumprimento, e passavam a aceitar fenômenos inacreditáveis e práticas da crendice africana, com prejuízo do autêntico culto cristão e da límpida doutrina evangélica ensinada pela Igreja. E a insufladora de todo esse cego fanatismo era uma inescrupulosa senhora, Antônia da Silva Ribeiro, que convencera os pretos da Berta a colocar a imagem na ermida das Anhumas, por mãos devotas construída, e da qual capelinha existe ótimo desenho na Matriz de Nossa Senhora da Soledade. Para mais acentuar o aparato místico do santuário das Anhumas, Antônia confiara o zelo da imagem a dois ingênuos surdos-mudos, os irmãos Prados, que eram os encarregados de adornar a ermidazinha, de encher de flores silvestres o altarzito, de varrer o adro do pequeno templo e de receber donativos... "Chamavam-nos Prados porque foram encontrados num prado ou pastinho, abandonados — explica o autor do histórico de Nossa Senhora dos Remédios. E os dois mudinhos, desde então, eram envolvidos em lendas poéticas, criadas pela fertilidade da imaginação popular.

E Antônia tornou-se uma espécie de sacerdotiza. É esta a qualificação que lhe dá o historiador da imagem. Depois de relatar os milagres a esta atribuídos, registrou que a "fama" "despertou de uma maneira extraordinária a atenção do povo, e o vigário da Freguesia, o então Revmo. Padre Joaquim José de Oliveira, fez o necessário inquérito e resolveu trazer a *Santa* para Itajubá. Impunha-se esta medida porque só à autoridade eclesiástica compete o dever de velar sobre a santidade do culto e não pôde escapar à perspicácia do padre que se deveras Maria Santíssima operava maravilhas, Dona Antônia abusava da credulidade e da ingenuidade da povoação desempenhando o papel de sacerdotisa de Maria nas Anhumas".

Tais irregularidades levaram o vigário, Padre Joaquim José de Oliveira, em 1843, a retirar de lá a idolatrada escultura, e trazê-la para a cidade, onde, sob sua vigilância, sem uso da violência e da imprudência contra a mal orientada devoção popular, pudesse pouco a pouco tudo ir amenizando até conscientizar seus paroquianos do verdadeiro sentido de um símbolo ou mero retrato da Mãe do Salvador.

O historiador da imagem de Nossa Senhora dos Remédios, nos citados livros do arquivo paroquial, desenvolve, em longas páginas, tudo quanto pôde colher sobre o que se comentava a respeito desses acontecimentos. Estende-se em pormenorizar os milagres. Fala do véu de fantasia e superstição que envolvia não só a imagem, como os dois surdos-mudos e Dona Antônia, os quais aquele povo rústico da Berta tinha como seres divinizados e predestinados pela Virgem para operar prodígios. E conta como foi a procissão do Padre Oliveira, realizada no dia em que se comemorava a festa de Nossa Senhora do Rosário, venerada pelos humildes escravos, para festivamente retirar de lá a relíquia de que os antigos quilombolas se apossaram.

Joaquim José dos Reis ofereceu sua residência para ser transformada em capela. Ficava essa casa no meio da atual Praça João Martinho Moyē. "Pronta a capelinha — diz o livro do arquivo paroquial — e roçados os arredores, organizou-se o préstito que iria com todas as honras buscar a bendita imagem nas Anhumas, trazendo-a com grande cerimônia".

Temia-se, contudo, uma emboscada, ou outra reação hostil, por parte dos homens das Anhumas, tal como ocorrera em Soledade, no *Encontro*. E o séquito de cavaleiros chegou até lá prevenidos para isso, com sérios receios, cautelosos e armados. Felizmente, nada do que se receava ocorreu.

Conta o citado livro:

"Celebrada a missa, organizou-se uma comissão de cavalheiros, capitaneada pelo próprio vigário, acompanhando-a os fiés em quarto de légua. Tristes, os moradores da Pedra Vermelha esperavam desde a madrugada o Revmo. Vigário, e não foi sem grande diplomacia que o Revmo. Padre Joaquim de Oliveira persuadiu a esta porçãozinha do seu rebanho que a bendita imagem obençoaria o sacrifício dos seus devotos, mas que esse sacrifício era necessário pela mesma dignidade da religião, visto que o lugar verdadeiro de Maria era na sé, na sombra da matriz, e sob a guarda do pastor; e, entrando na capelinha, o Revmo. Vigário vestiu a sobrepeliz, deitando sobre os ombros o véu branco, envolveu piedosamente a imagem, montou a cavalo e tomou a testa com a maior dignidade, organizou-se o préstito para a cidade. Quieto, porém magoado, o povo das Anhumas caiu de joelhos à passagem da Mãe que durante anos partilhara o seu abandono e a sua pobreza".

Inconsoláveis ficaram todos os anhumaenses, sobretudo D. Antônia e os irmãos Prados.

"Logo desapareceu em uma nuvem de poeira a comitiva da veneranda imagem, correndo ligeiros os cavalos excitados pelas luzidas (sic) e alfinetados pelas esporas, pois, meio receosos, a rédea quase solta, o chicote castigando as virílhas dos animais, o corpo dobrado, os bons fazendeiros de Itajubá desconfiaram das numerosas e cerradas matas que bordavam o caminho não foi sem uma verdadeira satisfação que logo apontaram as massas dos fiéis que, ao avistarem a santa relíquia, entregaram-se a imoderados transportes de alegria, gritos, vivas, cantos, corridas, prostações contra o chão, risos, lágrimas, manifestações ingênuas e sinceras dum povo criança recebendo pela primeira vez para sempre a guardar a preciosa imagem de toda poderosa Mãe do Céu. Passado o primeiro momento de filial expansão, organizou-se a verdadeira procissão, desaparecendo os cavalos, e, pés descalços, os fiéis acompanharam Nossa Senhora sob um pálio de seda levado pelos principais varões da Freguesia, avançando a imagem nas mãos do sacerdote, precedendo-a a cruz paroquial, os andores de São José, carregados pelos irmãos vestidos de opas de cor azul, e de São Benedito, o santo querido dos pretos, vestidos de opas de cor roxa, acompanhando-a quase toda a população, cantando o tão monótono quão popular terço de estropiadas ave-marias, canto desafinado, surgindo a contratempo de todas as partes desta multidão disparadamente composta de homens de todas as cores, de todas as condições, de todas as idades, escravas carregando sobre a cabeça verdadeiras torres de pedras (... *palavra ininteligível no original*), mulheres livres, cântaros cheios de água, uns e outros como por milagre permanecendo em equilíbrio com o extraordinário vaivém duma multidão delirantemente apressurada. E assim é que Nossa Senhora dos Remédios chegou à sua nova capelinha de Itajubá, e não tardou a dar provas cabais de satisfação".

O arraial das Anhumas, formado de casebres de pau-a-pique e cobertos de sapé, já assim existia em 1810 — esclarece o histórico da Virgem dos Remédios. Antecede, pois, à fundação de Itajubá. É para crer que já se tivesse iniciado no século XVIII pelos escravos fugidos, homiziados na Berta. Vem daí, talvez, o engano de se pensar que, quando o Padre Lourenço, em 19 de março de 1819, celebrou a primeira missa na então Boa Vista do Sapucaí, já existia um povoado no local da cidade de hoje, o que comprovadamente não é verdade.

Quanto ao primeiro dono da Berta e Anhumas, encontro num dos livros a que me venho referindo neste capítulo, anotada possivelmente pelo vigário, a seguinte informação:

"Manuel Pinto parece ser este o primeiro senhor das Anhumas. Hoje, 22 de fevereiro de 1910, Joaquina Maria do Espírito Santo, que fui visitar numa casinha das Anhumas, declarou-me que conheceu a viúva de Manuel Pinto que se casou com João Antônio, parente de D. Antônia. Joaquina era muito criança neste *(naquele)* tempo, e hoje ela tem 93 para 94 anos. Os filhos de Manuel Pinto e de João Antônio morreram ou desapareceram sem deixar filhos, passando as terras a outros".

A imagem de Nossa Senhora dos Remédios veio para a cidade, conforme foi visto, em 07 de outubro de 1843. Foi colocada numa capelinha improvisada por Joaquim José dos Reis, "armada a capricho" — diz o documento. "Por uma engenhosa combinação de espelhos e luzes dava a ilusão aos muitos que a visitavam de possuir um belíssimo pavilhão enriquecido de preciocíssimas imagens. Qual não foi a satisfação de Joaquim ao ouvir anunciar pelo Revmo. Vigário que dentro de poucos dias chegaria a imagem milagrosa de Nossa Senhora dos Remédios!".

Mais de uma década depois foi concluída uma capela maior, coberta de telhas, no mesmo local. Segundo ficou anotado, deve ter sido terminada entre 1857 e 1861. A atual e bela capela dos Remédios foi erguida na mesma praça, porém bem mais recuada, já neste século. Está sob a custódia das Irmãs da Providência.

E desaparecia, assim, a rústica ermida de paus roliços erguida na Berta, no local hoje mais conhecido por Anhumas. Fora o primeiro templo construído em território itajubense, antes da capela do Padre Lourenço. Sobre ele fala o valioso livro do arquivo de Nossa Senhora da Soledade: "Logo a umas dez braças do ribeirãozinho que desce da Pedra Vermelha e vai risonho serpentear até ao Sapucaí, ergue-se a primeira capela de Nossa Senhora".

E para a capela provisória de Nossa Senhora dos Remédios, na vila, foram nomeados os primeiros zeladores, conforme o que assim se lavrou:

"Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de mil e oitocentos e cinqüenta, nesta Igreja de Nossa Senhora onde se achavam reunidos o Reverendo Vigário desta Freguesia Joaquim José de Oliveira e o Tesoureiro Joaquim Gonçalves Mendes comigo Escrivão e Procurador Joaquim José dos Reis, estando presentes mais senhores e pelo que representou o Tesoureiro, eu procurador dando as razões de inconveniência de não podermos continuar no exercício de nossos empregos e do andamento as obras de Nossa Senhora por isso que se fazia necessária a nomeação de novo Tesoureiro na pessoa de um cidadão que se dedicasse à construção da Igreja da mesma Senhora, nomeou o Reverendo Pároco para Tesoureiro ao cidadão Antônio Soares dos Santos Júnior a instâncias do mesmo Reverendo Pároco aceitou, e pediu ao mesmo que tomasse posse por ela, e ficou zelador da mesma Capela de Nossa Senhora e depositário das esmolas que os fiéis derem, o Senhor Joaquim Gonçalves Mendes que aceitou este emprego a instâncias do mesmo Reverendo Pároco a quem fica entregue a chave da Capela para abrir todas as horas que os fiéis exijam foi também nomeado para Sacristão da mesma Capela o Senhor Manuel José dos Santos cujo emprego aceitou e prestando-se a entrega das chaves e mais pertencentes a Nossa Senhora ao novo Tesoureiro apresentou o ex-Tesoureiro em dinheiro o senhor Joaquim Gonçalves Mendes a quantia de cento e noventa e quatro mil réis em notas, uma arroba e três libras de cera que ficou em poder do mesmo à disposição do novo Tesoureiro. Declara-se que a quantia dos cento e noventa e quatro mil réis foi recebida pelo Reverendo Pároco para entregar ao Tesoureiro nomeado foi tam-

bém presente pelo procurador uma relação de madeiras, telhas e tijolos cuja (sic) fica unida a este livro para tudo ser entregue ao novo Tesoureiro do que possa constar lavrou-se este termo em que assinamos — O Vigário Joaquim José de Oliveira — Joaquim Gonçalves Mendes — Joaquim José dos Reis".

E foi assim que se edificou na Freguesia da Boa Vista do Sapucaí, naquele arraial que tanto prosperava, hoje Cidade de Itajubá, o 2.º templo católico.

Uma coincidência notável deve aqui ficar assinalada: — O nicho de Nossa Senhora dos Remédios era, quando nas Anhumas, enfeitado com musgos, folhagens e flores pelos irmãos Prados, dois surdos-mudos zeladores da imagem. Pois o colégio edificado, na cidade, à sombra dessa relíquia histórica seria primeiramente dedicado ao ensino de surdas-mudas, fundado e dirigido pelas Irmãs da Providências, as pioneiras dessa Congregação no Brasil, as quais passaram a zelar da Capela dos Remédios!

O historiador de Nossa Senhora dos Remédios, nos referidos livros de Paróquia, atribui ao culto da Virgem sob essa invocação uma das causas do rápido desenvolvimento do povoado do Padre Lourenço. Que se transcrevam seus próprios argumentos:

"Como era de prever, os moradores da povoação da Boa Vista de Itajubá trataram com o maior carinho a imagem, e logo de todas as partes da Freguesia começaram romarias, não certo como esta concorrência extraordinária que podemos presenciar todos os dias para Nossa Senhora Aparecida; não existiam caminhos e principalmente um modo de propaganda eficaz que foram muitas vezes atendidos, e claramente, as súplicas dos devotos. que não se perderam e que estampamos aqui, provam sem dúvida nenhuma, que foram muitas vezes atendidos, e claramente, as súplicas dos devòtos. Como acontece, a fama sempre crescente da Virgem milagrosa fez que muitos fazendeiros quisessem possuir um prédio perto da capelinha dos Remédios, onde passariam alguns dias todos os meses com a sombra de Maria, rezando à vontade e apreciando o grande poder da imagem. Logo derivou-se uma verdadeira rua do morro da Matriz a Nossa Senhora dos Remédios, de sorte que da lagoa desapareceriam as altas ervas, transportava-se terra e fincavam-se paus, e logo sobre estes terrenos toscos erguiam-se casas. Cinco anos após a chegada da imagem de Nossa Senhora podia rivalizar este canto com o mais populoso da Freguesia. Não pouco contribuiu este desenvolvimento a dar maior importância que mereceu neste ano de 1848, por Lei n.º 355, o título de Vila Nova de Itajubá".

A rua mencionada nesta transcrição é a atual Rua Xavier Lisboa.

Em 03 de maio de 1926 nada menos de 14 bispos mineiros, entre os quais o saudoso Dom Otávio Chagas de Miranda, pastor diocesano de Itajubá, assinaram a Pastoral Coletiva que expunha o dever de cada paróquia custodiar todas as peças de arte e históricas das igrejas. As imagens de Nossa Senhora da Soledade, da Matriz, e a de Nossa Senhora dos Remédios, da capela dos Remédios, são duas dessas jóias evocativas do passado itajubense.

A pequena imagem de Nossa Senhora dos Remédios, a mais antiga e tradicional relíquia da história de Itajubá, até há alguns anos podia ser vista na sua capela no final da Rua Xavier Lisboa, templo desde o início do século entregue às Irmãs da Providência, em cujo poder ela se encontra. Em setembro de 1981, em informação por escrito, a Revma. Irmã Maria Marta, uma das pioneiras das Religiosas da Providência em Itajubá, esclarece que "a pequena imagem venerada pelo povo foi colocada dentro da nova imagem de Nossa Senhora dos Remédios, em ponto maior, que se acha presentemente na capela do Colégio".

* * *

20 — EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ITAJUBÁ

Em 1848 o arraial da Boa Vista do Sapucaí, com apenas 29 anos de existência, apresentava um progresso urbanístico e vida social que surpreendiam até os próprios moradores do lugar. Estava-se cumprindo a profecia do Padre Lourenço da Costa Moreira, que ainda era vivo, de que o povoado por ele fundado "em breve seria uma vila de nome"...

Era a aldeia de então uma Freguesia, criada por decreto imperial de 14 de julho de 1832 (Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras,* 3.º vol., 99). Elucida-nos Pompeu Rossi na sua *História de Ouro Fino,* pág. 109:

"No tempo do Brasil Colonial e monárquico, as unidades territoriais em que se dividiam, indistintamente, os Bispados e os Municípios, eram chamadas Freguesias. As eclesiásticas também Paróquias, e as administrativas Distritos, sendo certo que as respectivas divisas corriam geralmente pelos mesmos rumos. A Igreja era unida ao Estado. As atribuições várias, hoje exclusivas do Estado, pertenciam à Igreja, por isso que o povo não distinguia entre Freguesia Eclesiástica e Freguesia Administrativa. Há que considerar, pois, que na data da criação da Paróquia está implícita a da instituição da Freguesia Civil".

Boas casas residenciais, comércio já desenvolvido, uma escola primária funcionando, uma praça ajardinada, algumas chácaras e ricos pomares ao redor, dois templos católicos — a Matriz e a Capela de Nossa Senhora dos Remédios. Três, se se considerar a casa do Padre Lourenço, com um "puxado" transformado em Capela de São José, que era onde ultimamente ele celebrava missas, concessão especial do Bispo diocesano, quando o pároco fundador se encontrava bastante doente, tomado pelo reumatismo e já quase paralítico. Sua residência, conforme já ficou dito, era colada ao morro do atual bairro da Boa Vista, no local junto ao Hotel Sion, hoje ali existente, onde ora se encontram algumas casas comerciais. Era um sobrado, com 8 janelas no pavimento superior. Foi mais tarde adquirida por João José Pereira, que vendeu a José Manuel Pereira. Um filho deste, Antônio Rennó Pereira (Tota), — uma das mais consideradas e estimadas pessoas de Ita-

jubá, pelo muito que já fez pela cidade e o município, tendo sido seu Prefeito — nasceu nessa mansão histórica, depois transformada, com a chegada da estrada de ferro, em Hotel da Estação. Ficava no início da Rua da Estação, ora denominada Rua Miguel Braga.

Por motivo já comentado em capítulo anterior, era propósito do Padre Lourenço, ao fundar a nova sede paroquial, que ficassem duas capelas na Paróquia, uma de Nossa Senhora da Soledade, outra de São José, ficando esta na Boa Vista do Sapucaí. Em decorrência, porém, da atitude de violências e de hostilidades dos moradores do antigo arraial, tomou, como represália, a iniciativa de trabalhar para o desaparecimento total da já secular capela serrana, e para tanto, retirou São José do trono de padroeiro da nova sede, substituindo-o por Nossa Senhora da Soledade, a mesma padroeira da Capela Velha, enquanto que São José foi levado para essa sua casa, com as honras de orago da capela particular...

Não só o arraial se encontrava já "com muitos fogões" e se desenvolvia em sua sempre crescente urbanização, como também se enriquecia com elementos sociais que, desde muito cedo, iam integrando a comunidade itajubense, enobrecendo-a em suas tradições de cultura, de fé, de trabalho, de honradez e de dinamismo.

Na Freguesia da Boa Vista do Sapucaí, já também denominada Boa Vista do Itajubá, então pertencente à Campanha, residiam, desde aqueles dias, estrênuos lidadores da prosperidade. Nela se encontravam homens dignos e obreiros incansáveis, entre os quais o Dr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, então jovem advogado e recém-formado pela célebre Faculdade de São Paulo, que, chegando a Itajubá para um primeiro tirocínio nas lides de Têmis, admirou-se sobremaneira do adiantamento e do tamanho do arraial. Era ele do Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina), e só agora ficava conhecendo a nova Freguesia sul-mineira. Poucos anos mais tarde, deixando Itajubá, conservador da velha fibra que era, tornar-se-ia Conselheiro do Império, Ministro da Justiça (Gabinete Cotegipe), da Fazenda (mesmo Gabinete), da Marinha (Gabinete Rio Branco, de 1871) e da Guerra (1887), apesar de civil. Como Vice-Presidente, assumiria por três vezes o governo da Província de Minas Gerais, em 1857, 1859 e 1860. Entusiasmou-se a tal ponto com a prosperidade da Boa Vista do Itajubá, que elaborou o projeto da emancipação política da Freguesia, apontando as convincentes justificativas para ser elevada à categoria de vila. Não sendo parlamentar, incumbiu ao Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães, médico em Baependi e que freqüentemente vinha atender clientes seus em Itajubá, integrante que era da Assembléia Legislativa Provincial, de apresentar ao legislativo mineiro o projeto que concebera. Manuel Joaquim, também entusiasmado com a idéia, levou imediatamente para Ouro Preto a proposta tal como redigira o douto Conselheiro Joaquim Delfino.

Teve o projeto a aquiescência unânime da Assembléia, composta dos seguintes deputados: Dr. Antônio Dias Ferraz da Luz, Cônego Antônio Filipe de Araújo, Antônio Fernandes Moreira, Cônego Antônio José Ribeiro Bhering, Antônio José Rabelo e Campos, Antônio Joaquim César, Dr. Agos-

tinho J. Ferreira Brettas, Caetano Alves Rodrigues Horta, Coronel Carlos de Assis Figueiredo, Dr. Cândido Bueno da Costa, Comendador Carlos Baptista Machado, Dr. Carlos José Versianni, Dr. Eugênio Celso Nogueira, Francisco Alves de Mendonça, Padre Francisco Alves da Cunha Menezes, Dr. Francisco Álvares da Silva Campos, Padre Francisco da Anunciação Teixeira Coelho, Conselheiro Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos, Dr. Francisco José de Araújo e Oliveira, Padre Francisco Pereira de Assis, Monsenhor José Augusto Ferreira da Silva, Joaquim Bento Ferreira Carneiro, Dr. José Inocêncio de Campos, Dr. José Joaquim Ferreira da Veiga, João Joaquim da Silva Guimarães, Padre Jacinto José de Almeida, João Januário Fernandes Leão, Dr. Joaquim Mariano dos Santos, João Paulo Barbosa, José Pacífico Peregrino e Silva, José Venâncio de Godoy, Dr. Luís Carlos da Rocha, Luís Fortunato de Sousa Carvalho, Luís Maria da Silva Pinto, Manuel Alves Ferreira Prado, Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães, Dr. Manuel José Gomes Rabello Horta, Barão de Camargos e Tomás Antônio Teixeira de Gouveia.

Foi essa plêiade de obreiros ilustres que aprovou o seguinte projeto, tornado em lei pela Presidência da Província:

Lei n.º 355:

"Bernardino José de Queiroga, Presidente da Província de Minas Gerais:

"Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial Decreta, e eu sancionei a Lei seguinte:

"Art. 1.º — Fica elevada à Vila a Freguesia da Boa Vista de Itajubá, do Município da Campanha, com a denominação de Vila da Boa Vista de Itajubá, compreendendo a Freguesia do mesmo nome, as do Espírito Santo dos Cumquibus, e de S. Sebastião da Capituba, o distrito de São Caetano da Vargem Grande e Freguesia da Soledade de Itajubá.

"Art. 2.º — Os Habitantes do novo Município são obrigados a construir à sua custa as Casas para sessão da Câmara Municipal, e do Conselho de Jurados, e uma cadeia segura, conforme o plano que for dado pelo Governo, contanto que as façam no espaço de três anos.

"Art. 3.º — Enquanto os Habitantes do novo Município não puderem construir as Casas de que trata o Artigo 2.º servirão para o exercício das funções municipais e judiciárias, e para cadeia, quaisquer edifícios próprios ou arrendados pelos mesmos Habitantes para este fim, contanto que tenham as comodidades indispensáveis, e proceder-se-á a instalação da Vila logo que os seus Habitantes mostrem ter as ditas Casas.

"Art. 4.º — Esta Vila pertencerá à Comarca do Sapucaí.

"Art. 5.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

"Mando portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário desta Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio do Governo na Imperial Cidade de Ouro Preto aos vinte e sete dias do mês de setembro do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e oito, vigésimo sétimo da Independência e do Império. — Bernardino José de Queiroga".

O projeto desta lei saiu da Assembléia Legislativa com as assinaturas de Antônio José Ribeiro Bhering como Presidente; de Carlos de Assis Figueiredo, 1.º Secretário, e de João Januário Fernandes Leão, como 2.º Secretário.

27 de setembro de 1848 é, pois, o dia da emancipação política de Itajubá.

Como se sabe, naquele tempo a emancipação do município se dava com a elevação de sua sede à categoria intermediária de Vila. Quando a vila oferecia certa prosperidade e adiantada vida econômica, uma determinada população (número de "fogões"), progresso urbanístico, recursos e melhoramentos outros estipulados por lei, é que se elevava à cidade. Nos dias que correm, já não é assim. O Decreto-lei n.º 88, de 30 de março de 1938, determinou que as sedes dos municípios se denominem *cidades*, e para a sede dos demais distritos ficou a denominação de *vila* (Segundo *Atlas de Minas Gerais*, 1938, organizado por Israel Pinheiro da Silva, então Secretário da Agricultura de Minas Gerais). Assim sendo, Rio Manso, do distrito itajubense do Lourenço Velho, é, desde 1938, uma vila. Neste século, pois, a emancipação de um município se dá com a promoção direta de sua sede à categoria de cidade.

Curato, Freguesia, Vila e Cidade eram classificações dadas, nos idos coloniais, pela Igreja Católica, no tempo em que o poder civil reconhecia oficialmente as determinações eclesiásticas. Em rigor, *in illo tempore*, cidade só deveria ser a sede do bispado. "O bispo não convinha fosse vilão e sim cidadão, quanto mais que pelo cargo era nobre equiparado aos príncipes da casa real. Não podia ser Vassalo de vassalos. Quando, pois, o rei queria instituir um bispado no Brasil, emancipava a vila, e dava-lhe o título de cidade. Assim para dar a São Paulo, em 1712, o nome da cidade foi mister declarar que era para ter catedral com bispo", conforme documenta a carta de 08 de abril de 1712 a Antônio de Albuquerque (Diogo de Vasconcelos, *História Antiga de Minas Gerais*, pág. 399). As três primeiras municipalidades de Minas Gerais, cujas sedes foram elevadas a vila, foram a Vila do Ribeirá de Nossa Senhora do Carmo (hoje Mariana), Vila Rica de Albuquerque (Ouro Preto) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará (Sabará). E a primeira destas vilas elevadas à cidade, em Minas foi Mariana, porque passou à sede do primeiro bispado da Província. Só muito tempo depois é que essas classificações de vila e cidade perderam a ligação e o sentido eclesiásticos.

"A primeira vila e a primeira cidade da região sul-mineira" foi Campanha. A informação é de Carmegildo Filgueiras e Thomaz de Aquino Araújo em *Os Correios na História da Campanha,* 51.

Era de suma importância a elevação de um povoado à categoria de Vila, pois representava sua autonomia. A Vila era a sede de um município emancipado, com Câmara própria e demais autoridades.

Em 09 de dezembro de 1848 houve uma concentração popular no Largo dos Passos (hoje Praça Teodomiro Santiago) promovida pelos cristinenses Coronel João Carneiro Santiago e Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, o Capitão Inácio Teodoro de Araújo e o Padre Lourenço da Costa Moreira, a fim de ficarem os itajubenses cientificados da elevação da Freguesia da Boa Vista do Sapucaí à categoria de Vila de Itajubá. Foi então dado ao povo o conhecimento da necessidade de uma cotização para serem adquiridas as casas exigidas pela lei provincial e para acudir com outras despesas à instalação da vila e município.

Aliás, dias antes da sanção da lei que elevava a Boa Vista à vila, os itajubenses, em 12 de setembro de 1848, cientes que eram das condições legais, já haviam antecipado os primeiros passos para esse fim, conforme se pode ver no seguinte documento, lavrado no *Livro n.º 1,* destinado "para nele se lançar os Registros desta Vila", existente no arquivo da Prefeitura:

"Há muito que todos reconhecem a necessidade de elevar esta Freguesia à Vila, e alguns passos já foram dados a este respeito, mas a frouxidão de uns por uma parte, a falta de auxílio pecuniário por outros fizeram cair no abandono a realização de um tal projeto. Convindo pois novamente tratar-se com todo o empenho na futura Legislativa Provincial da criação da Vila, por se tornar cada vez mais palpitante esta necessidade, e não podendo-se levar a efeito sem a coadjuvação dos moradores desta Freguesia, por isso assim não autoriza semelhante criação sem casa de Câmara e Cadeia, faz-se preciso que todos os cidadãos subscrevam para tais obras aquela quantia que suas possibilidades permitirem, na certeza de que muito concorrerão por este meio não só para a prosperidade do lugar, como também para que a Justiça seja ministrada com mais autoridade, o que não é possível à vista da distância em que se acha a Cabeça do Termo, e se por fatalidade acontecer (o que não é de esperar) que por falta de filantropia dos cidadãos deste lugar não se possa conseguir a criação de Vila, teremos o pesar de ver nossos vizinhos mais compenetrados das vantagens, que resultam de uma tal criação saborearem os frutos dela no centro de suas habitações".

O mencionado *Livro n.º 1* registra para a História os nomes de todos os cidadãos que, ao primeiro convite, se incluíram na memorável e patriótica subscrição, tornando-se, assim, os primeiros beneméritos da Municipalidade itajubense.

Foram os seguintes (vai, entre parênteses, a indicação, em mil réis, da contribuição de cada um):

Dr. Domiciano da Costa Moreira (100), Inácio Teodoro de Araújo (100), Francisco Pereira de Magalhães (100), Francisco José Gomes (100), João Henriques Garnel (100), Francisco Gonçalves Vallin (100), Custódio José de Toledo (100), José Manuel dos Santos Pereira (100), Manuel José Pereira Gomes (100), Manuel José Pereira Júnior (100), Francisco José Pereira (100), Antônio Joaquim Nogueira (100), José Joaquim da Cunha Figueiredo (100), Francisco José Tavares (100), Joaquim Francisco Pereira (100), José Joaquim de Toledo (100), Manuel Duarte Monteiro (100), José Maria Macedo (100), Antônio Caetano Pereira da Costa e Silva (100), Antônio Dias Pereira (100), José Pereira da Rosa (100), Caetano Ferreira da Costa e Silva (100), Antônio Marques da Silva (100), Francisco Manuel dos Santos Pereira (100), João Martins Tosta (100), Antônio Baptista Pita (50), Joaquim Pinto da Fonseca (50), Beraldo José de Toledo (50), Antônio José Dias Pereira (50), Antônio Gonçalves da Silva Tavares (50), Félix Ribeiro da Silva (50), Antônio Manuel da Palma (50), João Carneiro Santiago (50), José Ribeiro Tavares (50), Joaquim Pinto de Noronha (50), Domiciano Domingues Pereira (50), José Caetano Grilo (50), Valério Fernandes (40), Francisco Ferreira de Almeida (30), José Gabriel da Costa (20), Antônio Pereira de Sousa (20), João Martins Tosta Sobrinho (20), Francisco Dias Brás (20), José Martins Ribeiro (20), Domingos José Riboca (Sic) da Palma (20), José Bernardino de Noronha (20), Domingos Gonçalves Mendes (20), Manuel Pereira Vilaça (20), Cândido Rebelo de Araújo Palhares (20), Joaquim José da Silva Maia (10), Domiciano José Pereira (10), José Vieira Pacheco (10), Francisco José do Amaral (10), Hipólito Francisco de Moraes (10), Joaquim Antônio de Jesus (10), Gregório Gonçalves da Silva (10), Francisco Manuel da Palma (10), João Bezerra de Mendonça (10), Bernardo José da Cruz Almada (10) e Antônio José Rennó (10).

Curioso é que somente quatro anos mais tarde, em janeiro de 1853, um dos encarregados dessa histórica subscrição, José Manuel dos Santos Pereira, que atuou como tesoureiro, apresentaria à Câmara a cobrança de 80 mil réis pelos seus serviços... (Ata de 13 de janeiro de 1853).

Com a importância obtida dessa subscrição popular, adquiriu a Comissão encarregada duas casas da "rua de Vicente José Pereira" (depois denominada Rua Tenente Viotti; é hoje a Rua Dr. Américo de Oliveira), sendo uma, conforme o citado *Livro n.º 1*, "fazendo fundos para o Largo das Cavalhadas (depois denominado Largo dos Curros, Largo dos Andradas, Praça Venceslau Brás e hoje Praça Getúlio Vargas), cuja divisão por um lado na Travessa que vem do Largo, e por outro lado com as casas de Inácio Teodoro de Araújo". Nessas casas foram provisoriamente instaladas a Câmara Municipal, a cadeia e o Conselho de Jurados.

Esses imóveis foram comprados de Antônio Alves dos Reis e sua esposa Dona Inácia Maria do Espírito Santo, em 04 de fevereiro de 1849, por um conto e 350 mil réis. Seus primeiros proprietários foram Fran-

cisco Ribeiro Tavares e sua esposa. A transferência dos referidos imóveis à Municipalidade foi testemunhada por Domiciano Domingues Pereira, Francisco Ribeiro e Domingos Rodrigues Carneiro.

Ficou assim preparada a sede da Freguesia da Boa Vista do Sapucaí para a instalação da Vila e a emancipação política.

Quanto a pelourinho, já não se falava nesse "indispensável símbolo municipal das instituições ibéricas", segundo a definição de Afonso d'Escragnolle Taunay (*Apud* Monsenhor Lefort, *Cidade da Campanha,* 84). A picota ou pelourinho representou, segundo Vieira Fazenda, "a autonomia do município e simbolizava que no lugar se fazia justiça, em nome do rei" (*Apud* Luís Gonçalves dos Santos, Padre Perereca, *Memórias Para Servir à História do Reino do Brasil,* I, 94). Consistia numa coluna de pedra ou um tronco de madeira, colocado em praça pública, junto do qual eram expostos e castigados a chicote os criminosos e todos os malfeitores. Esse símbolo de justiça e prepotência existiu em todas as vilas do Império, até "a promulgação da Constituinte de 1824, que aboliu os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis" (Luís Gonçalves dos Santos, *op. cit., ibidem*).

A Lei n.º 134, de 16 de março de 1839, do Presidente de Minas Bernardo Jacinto da Veiga, que criava as vilas de Caldas, Bonfim, Santa Bárbara, Presídio, Oliveira e Formiga, traz assim redigido o seu Artigo 5.º:

"A Freguesia de Itajubá fica desmembrada do Município da Vila da Campanha, e unida ao da Vila de Pouso Alegre".

Mas, segundo o texto do Decreto n.º 355, que transcrito fica neste capítulo e da Ata da instalação da vila, transcrita no capítulo seguinte, documenta-se explicitamente que as terras de Itajubá ainda pertenciam a Campanha, de cujo município só então foram desmembradas. Em documentos lavrados entre 1839 e 1848, o que consta é que a Freguesia da Boa Vista pertencia a Campanha, e não a Pouso Alegre. E foi a Municipalidade campanhense, na pessoa de seu Presidente Domingos Ferreira Lopes, que em Itajubá esteve, presente no ato da instalação da nova unidade municipal, para reconhecer e oficializar a instalação da Vila de Itajubá, até então distrito da Campanha.

E não poderia ficar no esquecimento, na história da emancipação política de Itajubá, o vulto do benemérito Alferes Antônio Dias Pereira, um dos maiores entusiastas da criação da vila e o maior cooperador do Conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz na exeqüibilidade do projeto de lei que deveria ser confiado ao Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães e, sobretudo, no agenciamento das condições urbanas do arraial de então para que não houvesse nenhum empecilho de ordem legal. "A sua atuação foi ainda mais longe: encabeçou com seu genro, o Capitão Manuel José Pereira Gomes, a subscrição pública que deveria custear a aquisição dos edifícios para funcionamento do Foro Judiciário, da Câmara Municipal e Cadeia Pública, possibilitando assim a instalação do município e Termo

Judiciário, que tinha então a sede em Pouso Alegre. Era uma condição imposta pela Constituição da Província de Minas Gerais". "Antônio Dias Pereira era o 1.º Juiz de Paz de Itajubá naquela época, e como tal, coube-lhe preparar os primeiros livros do novo Termo Judiciário, exercendo interinamente as funções de Juiz Municipal. Era bisavô do Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes" (Da *Justificativa* elaborada pelo historiador José Alfredo Gomes para denominação de rua no Loteamento Rennó Júnior).

* * *

21 — A INSTALAÇÃO DA VILA

Até que se adquirissem as casas exigidas pela Lei n.º 355, e que fossem as mesmas adaptadas e reformadas para servirem de cadeia, Câmara Municipal e Conselho de Jurados, e até que se melhorassem os alinhamentos de ruas, a pintura das residências, se construíssem muros e passeios, e se fizessem outros arranjos condizentes com a urbanização mais à altura de uma vila, e que se realizassem, sob a autoridade da Campanha, as eleições dos edis para a composição da Câmara pioneira, e que se nomeassem os primeiros empregados municipais, nove meses passaram, durante os quais as pessoas mais influentes do lugar sobremaneira se preocuparam com tais preparativos.

A instalação da vila se deu, afinal, em 21 de junho de 1849, sob invulgares festividades, não faltando bandas de música, bandeirolas, ruas adornadas, fogos, discursos, uma fogueira e danças no Largo das Cavalhadas.

Lavrou-se, então, o seguinte documento:

"Auto da instalação da Nova Vila da Boa Vista de Itajubá, criada pela Lei Provincial n.º 355 de 27 de setembro de 1848, e de juramento e posse dos vereadores eleitos conforme o Decreto de 13 de novembro de 1832 e ordem do Exmo. Presidente da Província: — Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e quarenta e nove, vigésimo oitavo da Independência e do Império, aos vinte e um dias do mês de junho do dito ano, nesta Paróquia da Boa Vista de Itajubá do município da cidade de Campanha, Comarca do Rio Verde, Província de Minas Gerais, elevada à categoria de Vila pela Lei Provincial número trezentos e cinqüenta e cinco de vinte e sete de setembro de mil oitocentos e quarenta e oito, na sala que se elegeu para as sessões da Câmara da mesma e onde foi vindo o cidadão Domingos Ferreira Lopes, Presidente da Câmara Municipal daquela cidade, comigo Secretário da mesma abaixo declarada, para em virtude do Decreto de treze de novembro de 1832 ser instalada a dita Vila, e juramentados e empossados os vereadores eleitos, por bem das Portarias do Excelentíssimo

Presidente desta Província o Doutor José Ildefonso de Sousa Ramos, de seis de fevereiro e dois de junho, e deliberação da Câmara daquela cidade, de 18 de junho do corrente ano, visto achar-se cumprida a condição do artigo da dita Provincial e tendo sido avisados oficialmente os vereadores eleitos pela sobredita Câmara para neste dia por ela fixado comparecerem para prestarem juramento e tomar posse, de fato compareceram, os quais pela ordem de votação são os seguintes cidadãos: João Carneiro Santiago, Doutor Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, José Manuel dos Santos Pereira, Antônio Dias Pereira, Caetano Ferreira da Costa e Silva, José Caetano Grilo e Cândido Ribeiro da Costa, aos quais e a cada um de per si foi pelo dito Presidente da Câmara deferido e juramento dos Santos Evangelhos em um livro deles que sendo por eles aceitos disseram que juravam desempenhar as obrigações de vereadores da dita Vila da Boa Vista de Itajubá e de promover os meios de sustentar a felicidade pública, depois do que tomaram posse dos lugares que lhes competiam; pelo que o sobredito Presidente houve aos ditos Vereadores por juramentados e empossados e por instalada esta nova Vila da Boa Vista de Itajubá, cujos limites segundo o artigo da dita Lei Provincial compreendem a Freguesia do mesmo nome, as do Espírito Santo dos Cumquibus e de São Sebastião da Capituba, o distrito de São Caetano da Vargem Grande e a Freguesia da Soledade de Itajubá, e passou a dar os vivas nacionais os quais foram correspondidos pelos ditos vereadores e mais cidadãos e espectadores tendo antes feito um discurso análogo a esse objeto, e concluindo o mesmo com uma saudosa despedida da parte da Câmara Municipal daquela cidade e de sua parte na qualidade de Delegado de Polícia daquele Termo e mandou que eu, Secretário, incorporasse neste Auto sobre a dita Lei Provincial e Portarias cujos teores são da maneira seguinte: *(Transcrição já feita no capítulo anterior)*. — Francisco Antônio Teixeira Ruas a fez. Selada na Secretaria do Governo da Província em 03 de outubro de 1848 — José Rodrigues Duarte — Registrada a folhas 112 verso do Livro segundo de Leis e Resoluções da Assembléia Legislativa Provincial, Ouro Preto, Secretaria do Governo em 06 de outubro de 1848 — José Malaquias Baptista Franco. Publicada avulsa em virtude da Resolução n.º 408 de 12 de outubro de 1848. José Rodrigues Duarte — Constando do Ofício que me dirigiu o Juiz de Paz da Freguesia da Boa Vista de Itajubá em 17 de janeiro de pp. que se acha já satisfeita a condição do Art. 3.º da Lei Provincial n.º 355 de 27 de setembro do ano passado para que aquele lugar possa gozar das vantagens de sua elevação à categoria de Vila, recomendo à Câmara Municipal de Campanha que expressa as necessárias ordens aos Juízes de Paz do novo Termo para que tenham lugar as eleições dos vereadores no dia 09 de abril próximo futuro observando as disposições da Lei de 19 de agosto de 1846 e para que se proceda posteriormente a instalação da Vila nos termos do Decreto de 13 de novembro de 1832 em vista do exemplar junto da sobredita Lei Provincial n.º 355 que criou a Vila em questão e designou os limites do seu Termo. Palácio do Governo de Minas Gerais, 06 de fevereiro de 1849 — José Ildefonso de Sousa Ramos. À Câmara Municipal da Cidade de Campanha. Em resposta ao Ofício que a Câmara Municipal da Cidade de Campanha dirigiu-me em data de sete do corrente mês a que acompanha-

ram cópias das Atas da Eleição de vercadores para a nova Vila de Itajubá tenho a dizer-lhe que pode marcar o dia para a instalação da dita Vila procedendo a respeito nos têrmos do Decreto de 13 de novembro de 1832 e 22 de julho de 1833 e dando-me aparte dos resultados. Palácio do Governo da Província de Minas Gerais, 30 de maio de 1849. — José Ildefonso de Sousa Ramos. — À Câmara Municipal da Cidade de Campanha. Nada mais continha na dita Lei mineira e Portarias que aqui transcrevi fielmente de que tudo lavrei este Auto em que se assinam o referido Presidente e vereadores depois de lido por mim Francisco Ferrão de Almeida Prant. Secretário da Câmara Municipal da Cidade de Campanha que o escrevi e assino. — O Presidente Domingos Ferreira Lopes — João Carneiro Santiago — Joaquim Delfino Ribeiro da Luz — José Manuel dos Santos Pereira — Antônio Dias Pereira — Caetano Ferreira da Costa e Silva — José Caetano Grilo — Cândido Ribeiro da Costa — O Secretário, Francisco Ferrão de Almeida Prant. Está conforme — O Secretário Francisco Ferrão de Almeida Prant. É o que constava do dito Auto que bem e fielmente copiei do próprio original ao que me reporto e assino. Secretaria da Câmara Municipal de Vila da Boa Vista do Itajubá, 10 de agosto de 1849, e Eu Luís Rodrigues de Miranda, Secretário que o escrevi. — Luís Rodrigues de Miranda."

Conforme se vê na longa Ata que acabo de transcrever, com todos os seus despachos e referências retroativas, a primeira eleição de vereadores em Itajubá ocorreu em 09 de abril de 1849, cuja posse se deu no ato da instalação da Vila. E foi em 30 de junho de 1849 que, pela primeira vez, se reuniu a Câmara Municipal de Itajubá. Eis o assunto constado na Ata dessa reunião inaugural do Legislativo itajubense:

Presidência: João Carneiro Santiago. Demais camaristas presentes: José Manuel dos Santos Pereira, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Cândido Ribeiro da Costa, José Caetano Grilo, Antônio Dias Pereira, Caetano Ferreira da Costa e Silva. Era, então, a Edilidade composta de 7 vereadores.

Tratou-se, entre os membros, da eleição da Mesa e dos funcionários, para Secretário, venceu Luís Rodrigues Miranda, com 6 votos, contra um voto para Manuel Teles de Alvarenga. Com as formalidades devidas, o Secretário, logo em seguida, tomou posse do seu cargo. Por unanimidade foi eleito Procurador da Câmara o cidadão João Plácido de Miranda. Também unânime votação obteve José Gonçalves Coelho Mindello para exercer o cargo de contínuo. Depois de estes funcionários terem tomado posse de seus cargos, e de prestarem o exigido juramento, passou a Câmara a examinar um ofício do Inspetor da Mesa das Rendas Provinciais, o Sr. Luís Fortunato de Sousa Carvalho; o título com que o Presidente da Província nomeara Antônio Dias Pereira para o lugar de 3.º substituto do Juiz Municipal do Termo "desta Vila de Itajubá"; o título de nomeação do Escrivão de Órfãos do Termo da Vila, o cidadão João Procidônio dos Reis. Procedeu-se, a seguir, à nomeação, em cumprimento ao Art. 56 da Lei de 1.º de outubro de 1828, da comissão que deveria visitar as prisões da Vila, ficando para isso eleitos Manuel José Pereira Júnior, Dr. Domiciano da Costa Moreira, Francisco José Pereira, Antônio Ribeiro Cardoso e Dr. Cândido Rebêlo de Araújo Palhares.

Por proposta do Vereador Antônio Dias Pereira, foram feitas as seguintes nomeações de Fiscais: — para o Distrito de São Caetano da Vargem Grande (Brasópolis), Antônio José Dias Pereira e Francisco José Dias Pereira; para o Distrito de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), Henrique João de Faria, este por proposta do Vereador Caetano Ferreira da Costa e Silva; para o Distrito de Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina), por proposta do edil José Manuel dos Santos Pereira, os cidadãos Flávio Antônio de Paiva e José Filipe dos Santos. "Resolveu-se mais que provisoriamente ficassem servindo neste município as Posturas da Câmara Municipal da Cidade de Campanha até se organizar as que têm de servir definitivamente neste Termo". Por indicação do Vereador Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, deliberou-se enviar ao Governo Provincial uma cópia do Auto da Instalação da Vila. Foram nomeados os camaristas Ferreira da Costa e Santos Pereira para constituírem a comissão que deveria organizar o orçamento da Receita e Despesa para aquele primeiro exercício da Municipalidade itajubense. A Ata dessa primeira reunião foi lavrada pelo Secretário Luís Rodrigues de Miranda.

Conforme reza o texto da Lei n.º 355, o Município de Itajubá então criado ficou constituído do distrito da Vila (Itajubá, Piranguçu e Venceslau Brás), Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina, Carmo de Minas, São Lourenço, Dom Viçoso e Olímpio Noronha), São Sebastião da Capituba (Pedralva, São José do Alegre e Maria da Fé), São Caetano da Vargem Grande (Brasópolis e Piranguinho) e Soledade de Itajubá (Delfim Moreira e Marmelópolis).

O Espírito Santo dos Cumquibus se desanexou de Itajubá no ano seguinte ao da instalação da Vila, pela Lei n.º 485, de 19 de junho de 1850; São Sebastião da Capituba, quando a Lei n.º 3.275, de 30 de outubro de 1884, emancipou esse município, encontrava-se então anexado ao de Cristina. O Município de São Caetano da Vargem Grande foi criado pela Lei n.º 319, de 16 de setembro de 1901. O jornal "Cidade de Itajubá", de 09 de fevereiro de 1902, publicou a seguinte "moção":

"A Assembléia Municipal de Itajubá, no mais elevado desempenho de seus deveres, como soberana e legítima representante do município, manda que se insira um voto de pesar, na Ata de sua sessão de hoje, pela separação do futuroso distrito de São Caetano da Vargem Grande, justamente erguido à categoria de vila, e de congratulações a seus habitantes pela instalação de sua autonomia, que, sagrada pela áurea Lei n.º 2 de 1891, virá poderosamente concorrer para o engrandecimento da pátria mineira.

"Sala das sessões, em 002 de fevereiro de 1902 — João Carneiro Santiago Júnior — José Verano da Silva — Francisco José de Faria Sobrinho — Francisco Rennó Pereira — Narciso José Brasil — José Antônio dos Santos Nora — Djalma Indiano Diamantino — Tarqüínio Ferreira Lopes — Joaquim Pinto de Noronha Júnior — Vivald Leite Ribeiro — Vicente Chiaradia — Paulo Chiaradia — Maurício Pereira dos Santos — José Maria Rodrigues — Fructuoso Ramos de Lima — Luís Dias Pereira — Antônio Joaquim Bonifácio".

Soledade de Itajubá, hoje cidade e município serrano de Delfim Moreira, desligou-se de Itajubá por força da Lei n.º 148, de 17 de dezembro de 1938. Piranguçu e Venceslau Brás emanciparam-se pela Lei n.º 2.764, de 30 de dezembro de 1962. A Lei n.º 575, de 04 de maio de 1852, desanexou de Pouso Alegre o território de Santa Rita do Sapucaí, a cujas terras chegaram a pertencer, além do próprio distrito santa-ritense, as Freguesias de São Sebastião da Bela Vista, Natércia, Conceição da Pedra e parte de Careaçu, e anexava-o a Itajubá (Bernardo Saturnino da Veiga, *Almanaque Sul-Mineiro* de 1974, pág. 301). "Posteriormente pertenceu de novo a Pouso Alegre, voltando em 1870, pelo Art. 1.º da Lei n.º 1.648, a fazer parte do Município de Itajubá" (*Idem*, pág. 302). A Lei n.º 2.673, de 30 de novembro de 1880, novamente desligou de Itajubá o território de Santa Rita do Sapucaí, anexando-o a São Gonçalo do Sapucaí. Houve, por isso, protesto da Edilidade itajubense junto ao Governo Provincial, ao qual foi pedida a reanexação daquela Freguesia a Itajubá. Na Ata de 15 de setembro de 1883 lê-se uma comunicação do deputado provincial Pedro Ribeiro da Luz, participando "ter passado em terceira discussão" o projeto do pleiteado retorno do torrão santa-ritense. Houve briga entre *ximangos* e *cascudos* por causa disso. No seu n.º de 12 de dezembro de 1880, dizia a "Gazeta Comercial", com insinuação:

"O Sr. Dr. Silviano Brandão, em discurso que fez perante a Assembléia Provincial, declarou que a passagem de Santa Rita para São Gonçalo foi a pedido de alguém desta cidade. Convém declararmos que semelhante pedido não partiu de membro do Partido Conservador".

No Congresso e na Cidade de Itajubá a "questão Santa Rita" estava sendo motivo de discórdias e de atitudes agressivas entre elementos mais influentes dos partidos Conservador e Liberal. Finalmente, a tão desejada e disputada Santa Rita do Sapucaí foi, como diz Nelson de Senna em um de seus *Anuários* (pág. 1.009), "talvez para se ver livre de tão repetidas transferências", elevada à categoria de vila, emancipando-se, o que se deu em 1.º de setembro de 1888, com a Lei n.º 3.658.

Do jornal "A Verdade" passo a transcrever o seguinte comentário, estampado na edição de 26 de dezembro de 1889:

"Há longos anos que um só pensamento sublime e grandioso predomina este povo (santa-ritense): elevar sua freguesia à categoria de Vila. Santa Rita do Sapucaí foi por muito tempo vítima da sanha de seus homens políticos, que fizeram dela uma verdadeira peteca...

"Elevado o lugar à Freguesia pela Lei n.º 138 de 03 de abril de 1839, e ficando então pertencente ao Município da Campanha; passou, pela Lei n.º 288, do ano de 1846, a fazer parte do termo de Pouso Alegre, do qual foi desmembrado pela Lei n.º 575 de 04 de maio de 1852, passando para Itajubá, e de novo para Pouso Alegre, voltando em 1870 para Itajubá, em virtude do Art. 1.º da Lei n.º 1.648. Pela Lei n.º 2.085 de 24 de dezembro de 1874, foi essa tão disputada Freguesia desmembrada do Termo de Itajubá e anexada ao de Pouso Alegre, voltando a pertencer a Itajubá pela Lei n.º

2.137. Depois de criado o Município de São Gonçalo, determinou a Lei n.º 2.673. de 30 de novembro de 1880, que a ele se anexasse a importante Freguesia de Santa Rita"...

Em 02 de maio de 1856 era a Lei n.º 766 que anexava a Itajubá, desmembrando-o de Pouso Alegre, o território de São José do Paraíso. A Lei n.º 1.587, de 24 de junho de 1868 devolvia-o ao Município de Pouso Alegre (Saturnino da Veiga, *op. cit.*, pág. 307). Ao extenso território de São José do Paraíso de então (hoje Paraisópolis) chegaram a pertencer as Freguesias de Cachoeira de Minas, Conceição dos Ouros, Sapucaí-Mirim, Consolação e Gonçalves, além evidentemente do distrito da sede.

Com todas essas desanexações, o Município de Itajubá ficou reduzido a uma pequena área, tornando-se hoje um dos menores de Minas Gerais. Chegou, no entanto, a abranger 25 dos atuais municípios.

Itajubá atualmente compreende dois distritos, o da cidade e o de Lourenço Velho, cuja sede é o Rio Manso.

O Rio Manso foi anexado ao território itajubense em 1882, desmembrando-se de Cristina. Era formado com as glebas das propriedades de João Rodrigues dos Santos. "O Itajubá" do Dr. Aureliano de Magalhães, em 28 de outubro de 1882, noticiava ter sido o Deputado Padre Antônio Ribeiro da Luz contrário a essa mudança, em desfavor da qual vivamente militou na Assembléia Provincial.

A Lei n.º 336, de 27 de setembro de 1948, criou o distrito do Lourenço Velho, cuja instalação oficial se deu em 29 de junho de 1949, com a presença de várias autoridades.

Em 27 e 28 de abril de 1907 ralizou-se em Itajubá o 1.º Congresso das Municipalidades do 5.º Distrito, iniciativa do Deputado Federal Dr. Francisco Álvaro Bueno de Paiva. Presente esteve o Dr. João Pinheiro da Silva, então Presidente de Minas Gerais, que chamou Itajubá de "formosa e progressista". Foi o Presidente João Pinheiro hospedado no palacete de D. Amélia Braga, na Praça Teodomiro Santiago.

Em 1.º de janeiro de 1944 foi solenemente comemorado em Itajubá o "Dia do Município". As cerimônias, realizadas no Fórum, foram presididas pelo Juiz de Direito da Comarca Dr. Paulo de Moraes Jardim.

Regressemos, contudo, aos primórdios da vila:

A segunda reunião da Câmara Municipal de Itajubá se deu em 02 de julho de 1849, sob a presidência de João Carneiro Santiago, e com a presença de todos os vereadores. Tomou-se então conhecimento de um "Ofício do Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Campanha, Domingos Ferreira Lopes, de 29 de junho próximo passado, transmitindo à Câmara por cópia o Auto da instalação desta Vila", e de um Ofício de felicitações do Fiscal de Soledade de Itajubá, João Dias de Toledo, pela instalação da vila. Para Fiscal da sede da Vila foi nomeado o cidadão Antônio Ribeiro Cardoso,

e seu suplente Francisco Tomás de Aquino Marinho. Também foi nomeado o Fiscal para o distrito de São Sebastião da Capituba (Pedralva), não nomeado na reunião anterior, recaindo a escolha em José Manuel da Silva Lopes e Pedro Lopes da Silva, este para suplente. Houve ainda outras nomeações.

Na sessão de 16 de janeiro de 1850, por proposta do vereador e grande entusiasta da nova Vila Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, foi nomeada a comissão composta dos edis Caetano Ferreira da Costa e Silva e José Caetano Grilo para estudar e assentar as marcações dos limites urbanos da Vila, comissão esta que, já no dia seguinte, apresentava o trabalho que a seguir se transcreve:

"A comissão encarregada de rever as demarcações desta Vila, e dar seu parecer, a mesma revendo, é de parecer que seja a demarcação na casa do (*palavra ininteligível no original*) donde mora Luís de Tal e desta seguir pelo esgoto da água abaixo até o Rio Sapucaí, e por este acima até entestar ou frontear o espigão da divisa do finado Justino Gonçalves da Silva até a Varginha, divisa esta que foi do finado Capitão Antônio José, subindo pelo cume do espião ao alto e voltando pelo cume espigão à esquerda até frontear o cemitério, seguindo pelos muros de trás do mesmo cemitério ao meio do brejo seguindo por eles abaixo até frontear o canto da casa do mesmo Luís de Tal donde principiou e findam estas divisas. Tudo quanto ficar dentro fica pertencendo às muralhas da Vila. Paço da Câmara Municipal da Vila da Boa Vista do Itajubá, dezessete de janeiro de mil oitocentos e cinqüenta. Ferreira da Costa — José Caetano Grilo. Foi aprovado".

Dez anos mais tarde, conforme se registrou em Ata de 09 de novembro de 1860, assim se estabeleceram as referidas demarcações da área urbana:

"Principiando na Rua da Varginha, vindo pela divisa do sítio de José de Sousa Arruda até o Rio Sapucaí, e por este abaixo até à barra do esgoto, por este acima até à ponte do mesmo antigo esgoto; desta pelos fundos dos quintais em direção até à ponte do valo que fecha a chácara e pasto de Antônio Soares dos Santos, e por este acima seguindo valos e chanfrados até frontear a antiga chácara conhecida dos Marins; e por esta divisa abaixo procurando um caminho que o público transita por ele, por terras do Dr. Domiciano da Costa Moreira seguindo por detrás de uma casinha onde morou o falecido Pai Domingos, sempre sufraldando (sic) o morro até encontrar na divisa já referida de Arruda onde tem princípio esta divisão de limites".

Não tendo havido nenhuma atividade extrativa em Itajubá, e não existindo nenhuma mina de ouro na Boa Vista do Sapucaí, agora município autônomo, não se registrou na Vila de então a presença do Guarda-mor nem do Fiel do Registro, autoridades dos distritos de mineração, nomeados pelo Governador da Capitania para fiscalizar o garimpo e arrecadar taxas e impostos. Eram estes "uma espécie de exatores atuais — elucida Pompeu Rossi na História de *Ouro Fino*, pág. 89. O Registro existiu em Soledade de Itajubá, que não deve ser confundida com a atual Cidade de Itajubá.

* * *

22 — VILA DA BOA VISTA DE ITAJUBÁ

A Câmara Municipal, durante o Império, e na República até 1930, era, ao mesmo tempo, legislativa e executiva. Seu Presidente tinha acumulativamente as atribuições que hoje são dadas aos prefeitos. O primeiro Agente Executivo de Itajubá, Comendador João Carneiro Santiago, dos mais ilustres filhos do antigo Espírito Santo dos Cumquibus, hoje Cristina, abastado fazendeiro e chefe político de largo prestígio, muito fez para que a nova Vila satisfizesse inteiramente às condições legais no tocante à urbanização, e para que se tornasse à altura de "uma Vila de nome", tal como queria o Padre Lourenço.

Uma das diligências prioritárias da Câmara pioneira foi a construção de um prédio definitivo e sólido para a sala das reuniões e para a cadeia pública, as quais estavam precariamente instaladas nas pequenas casas adquiridas com "enxovais sem segurança, de grades de madeira", tudo apenas improvisado em cumprimento das exigências legais para a instalação do município.

Na 4.ª sessão ordinária, de 04 de julho de 1849, propôs o Vereador Joaquim Delfino Ribeiro da Luz se solicitasse da Presidência da Província a planta regulamentar dos edifícios para essas instalações, sugerindo, ao mesmo tempo, uma nova subscrição entre o povo para as construções em vista, já que a primeira não alcançou o total necessário, o que se efetivou logo em seguida, conseguindo-se desta feita 3 contos e 580 mil réis.

Com o Ofício de 26 de março de 1850, o Presidente provincial enviou a planta solicitada, projeto do engenheiro Fernando Halfeld, conforme se lê na Ata de 30 de abril de 1850. Na reunião de 02 de maio, o Vereador Dr. Domiciano da Costa Moreira (suplente que logo entrou em exercício) apresentou, como lugar mais apropriado para a edificação do prédio (Câmara e cadeia deviam funcionar em um só prédio) o terreno que tinha sido de Joaquim Cardoso, "próximo à casa do Sr. Delegado". Nomeou-se, para esse estudo, uma comissão composta dos vereadores José Manuel dos Santos Pereira, Joaquim Carlos de Noronha e Antônio Soares dos Santos. Na Ata da sessão de 03 de maio de 1850 lê-se:

"O Sr. Presidente pôs em discussão o plano e a maneira como se devia principiar com a casa da cadeia, e depois de discutido, foi deliberado que devia ser de taipa com pranchões de peroba no meio e desencontrados uns dos outros e que seja feito a jornal".

Por proposta do Vereador Joaquim de Noronha, ele próprio e Santos Pereira foram encarregados de tratar operários para as obras, para as quais ficou designado como escrivão o secretário da Câmara, Luís Rodrigues de Miranda. E foi o seguinte o parecer da comissão encarregada de estudar o local para o prédio:

"A Comissão, ao depois de examinar alguns terrenos existentes, é de parecer que seja a mencionada casa construída no terreno que se acha em aberto na frente da casa que foi de Antônio Joaquim da Silva e Araújo, na esquina, pelo alinhamento da casa e muro de Antônio José de Carvalho, e pelo lado de baixo no alinhamento da casa do finado Veloso, ficando o frontispício para o resto do terreno e este deverá ficar para o Largo até à rua que segue da casa de José da Silva Machado para a Rua Direita, por nela oferecer todas as vantagens que a mesma obra exige. Vila da Boa Vista de Itajubá, 03 de maio de 1850 — José Manuel dos Santos Pereira — Antônio Soares dos Santos".

O terreno escolhido, fazendo esquina com a "rua que vai sair no rio" (depois denominada Rua Duque de Caxias, hoje Rua Cel. Francisco Brás) com a "rua que segue da casa de José da Silva Machado para a Rua Direita" (atual Cel. Rennó), é exatamente o local onde ora se encontra uma loja, ex-Casa Esperança de Humberto (Filhinho) Werdine, na esquina da Rua Dr. Américo de Oliveira com a Cel. Francisco Brás, prédio este ora pertencente à viúva de Humberto, D. Nair Viotti Nogueira Werdine.

Comprou-o a Municipalidade pela importância de um conto e 350 mil réis. Nele existia então uma casa rústica, que foi demolida para dar lugar ao sobrado da Câmara (em cima) e Cadeia (embaixo), "construído a custa dos habitantes desta Vila", como diz a Ata de 30 de abril de 1850. A inauguração ocorreu em 19 de março de 1851. Referindo-se a esse prédio, feito "a custa dos povos", assim registra Saturnino da Veiga em seu *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874: "A cadeia é asseada e oferece a necessária segurança. O pavimento térreo é ocupado pelas diversas prisões e o superior com a sala das audiências e o Paço da Câmara Municipal".

Cumprindo ordem da Presidência da Província, a Câmara deveria indicar os nomes das ruas da vila. Na falta de denominações oficiais, foram fornecidas as que se colhiam das designações populares. A Ata de 08 de janeiro de 1852 registra esses primeiros batismos de vias públicas:

"Rua da Igreja ou Rua Direita; a Rua da Casa da Câmara; Rua da Cadeia; a Rua do Paula; Rua do Porto; Rua do Júnior; Rua das Flores; a dos fundos da casa de Francisco dos Santos; Rua do Brejo; a Rua do Cemitério; Rua do Rosário; a Travessa de Antônio José Carvalho; Travessa da Cadeia; Travessa de Francisco Tomás de Aquino Marinho; Travessa da Câmara; a Travessa do Pereira; Travessa do Esgoto; a Travessa do Paula; Travessa do Senhor dos Passos; a Travessa do José Caetano Grilo; Travessa do Comércio; a Rua do Finado Joaquim Francisco; Rua do Esgoto; Rua da Biquinha; o Beco de Antônio Pinto; Beco do Pinto; a Rua Atrás do Morro; Rua de Nossa Senhora dos Remédios; a da Igreja para diante; Rua do Fogo até onde acaba o alinhamento e daí para diante; Rua da Varginha, por Detrás da Igreja, Travessa dos Remédios, da Esquina de Antônio Pedro; Rua da Ponte Velha; da Esquina de Antônio Cardoso; Rua da Ponte Nova".

Assim eram denominadas, segundo informação oficial, as ruas da Vila da Boa Vista de Itajubá...

O Ofício de 30 de setembro de 1851, de Ouro Preto, determinava a numeração das casas e o emplacamento de todas as ruas. Entretanto, tal serviço só seria realizado dez anos mais tarde, mesmo assim contra a vontade dos edis, como se depreende da resolução de 18 de abril de 1860:

Quanto à "inscrição e numeração das ruas e casas desta Vila", fica sustado, pois, a Câmara — diz a Ata desse dia — "não tem verba para isso, pois há outros serviços de mais urgência e necessidade".

Foi na sessão do dia seguinte que o Vereador Honório José de Oliveira lembrou a necessidade de cumprir a velha ordem, assentando-se, então, tornar em realidade o emplacamento, exigindo-se, a 20 do mesmo mês, dos habitantes da Vila, esses serviços em suas ruas e casas... Luís Rodrigues foi a "pessoa hábil" contratada para emplacar ruas e casas (Ata de 17 de abril de 1861), não obstante os protestos de Achilles Salomon, que considerava isso "uma obra de mero luxo" (Ata de 18 de abril de 1861)...

Existia, naquele tempo de Vila, o Largo dos Curros ou das Cavalhadas, local onde se exibiam esses divertidos torneios populares, uma das poucas diversões da época. Essa praça, bastante espaçosa naqueles dias, tomou depois a denominação oficial de Largos dos Andradas. É hoje, já muito diminuída, a Praça Getúlio Vargas, depois de também já ter sido Venceslau Brás. O Largo da Quitanda tomara posteriormente o nome de Praça do Mercado; é hoje a Praça Adolfo Olinto. O trecho da Rua José Joaquim que sai na praça da capela dos Remédios era a Rua do Miguel Horácio, cujo prolongamento recebeu o nome de Rua do Fogo; depois de retificada, ficou com a designação de Rua Conselheiro Alencar. O Largo dos Passos é a atual Praça Teodomiro Santiago, depois de ter sido também Cesário Alvim. A rua que da cadeia seguia até ao Esgoto (Rua Américo de Oliveira) foi aberta em terrenos doados à Municipalidade pelo Padre Lourenço da Costa Moreira (Ata de 06 de agosto de 1851). A Rua dos Passos, que, sinuosa, ia até ao Largo do mesmo nome, um decênio depois da fundação de Itajubá foi alargada, retificada e dobrada em comprimento, indo terminar no cemitério do Largo do Rosário, largo este fronteiro ao cemitério velho. Esta via ficou desde então com o nome de Rua Direita, e assim era conhecida no tempo de vila e nos primeiros trinta anos de cidade. Hoje é a Rua Cel. Rennó. Existiu também a Travessa dos Passos.

A propósito de Rua Direita, designação quase obrigatória em nossas primeiras vilas, fala Diogo de Vasconcelos, referindo-se a uma rua da Vila do Carmo (Mariana): — "Mudando-se a Matriz, *ipso facto*, mudou-se o nome de Rua Direita, conforme o piedoso costume antigo, nas povoações romanas, nas quais se recordava a Rua Direita de Damasco, onde se instruiu na fé o Apóstolo das Gentes *(Atos dos Apóstolos,* 9,11). Assim, Rua Direita era nos povoados toda aquela principal, que dava acesso aos neófitos, para a Matriz, onde se batizavam" *(História Antiga de Minas Gerais,* pág. 396). Na tradução que fez da *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais,* de Auguste de Saint-Hilaire, assim Clado Ribeiro Lessa retifica um engano do naturalista francês: — "Rua Direita não significava antigamente,

com supunha Saint-Hilaire, rua retilínea, regular, e sim, rua *direta*, rua principal, rua que levava ao centro da cidade. No Rio de Janeiro também a antiga Rua Direita (atualmente 1.º de Março) é bastante irregular. Deu-se na alteração de *direta* para *direita* um fenômeno de vocalização de que a língua portuguesa apresenta numerosos exemplos".

Existia ainda em Itajubá, naquele tempo, a Travessa do Comércio, que se encontra mencionada em Atas da Câmara, e que devia ser a atual Rua Santos Pereira. A denominação de Rua dos Remédios, via pública alinhada e aterrada em 1860, ainda sobreviveria neste século. Foi primitivamente Estrada do Porto, depois Rua do Porto e ainda Caminho do Porto. É hoje a Rua Xavier Lisboa. A primeira Rua da Palha, nos tempos de vila, era conhecida por Rua da Cadeia; na sessão de 17 de abril de 1857 decidiu a Câmara Municipal fazer o prolongamento dessa rua até ao rio, ligando o centro da vila ao Porto Novo (ou Porto de Baixo). Houve então desapropriação dos terrenos de Antônio José Pinto da Silva (sessão de 12 de janeiro de 1856), do Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior e sua esposa D. Mariana José Pereira dos Santos (deste casal, por doação, segundo Ata de 13 de dezembro de 1858) e de Antônio Caetano Ferreira da Costa (sessão de 28 de julho de 1860). Ante o requerimento do primeiro, Antônio José Pinto da Silva, que pedia a indenização "de uma parte de terreno que serve para rua que segue da Cadeia para o Porto", mandou a Câmara que lhe fosse paga a importância de 20 mil réis, tomando-se como base a "dádiva feita pelo Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior, que abrange maior parte de terreno" (sessão de 27 de julho de 1860). A Rua do Brejo, depois Rua das Flores, é a atual Avenida Cesário Alvim.

Como já ficou dito, o Padre Lourenço tinha sua residência nos pés do morro da Boa Vista, que já foi conhecido por morro do Zequinha Pereira. Nos primeiros tempos de vila ainda não havia a Avenida Cel. Carneiro Júnior, mas existia um caminho, denominado Estrada do Morro do Padre, que ia do Largo das Cavalhadas à casa do vigário fundador. Aberta e alinhada a rua que ia dar no morro de São Benedito, ficou esta denominada Rua Nova, ainda assim denominada até hoje, *apelido* dado a Avenida Cel. Carneiro Júnior.

O primeiro calçamento de que se tem notícia em Itajubá foi o da Rua Direita. Segue-se o retângulo que contornava o Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago), feito com enormes e irregulares pedras "sem esquadria". Vem depois a Rua do Comércio, por proposta do vereador José Caetano Grilo (Ata de 10 de janeiro de 1857). Alongaria fastidiosa e desnecessariamente estas referências a calçamentos de ruas se fosse eu reproduzir todas as providências nesse sentido encontradas em Atas e outros documentos da Câmara Municipal.

Naquele tempo de vila, havia dois brejos insalubres dentro da área urbana, que vinham preocupando os edis. Um desses pauis ficava ao poente, outro ao oriente. Este era conhecido por lagoa da Biquinha. Na sessão de 17 de abril de 1857, declarava a Câmara não dispor de verbas para o saneamento da vila. Mas, na reunião de 06 de julho de 1858, registrava-se o seguinte:

Solicitação "do senhor vereador Tosta Sobrinho em que pede que esta Câmara auxilie ao cidadão Joaquim Pinto de Noronha para este tratar do esgotamento do brejo contíguo a esta vila, da parte do poente". No *Livro de Propostas e Pareceres de Comissões*, do arquivo da Prefeitura, vem outro assentamento, da mesma data, que assinala o primeiro benfeitor do saneamento itajubense: — Propunha-se dar uma quota ao referido Joaquim Pinto de Noronha pelo fato de ter este cidadão extinguido um pântano pestífero das proximidades da Vila. Pagou-se a ele a importância de 200 mil réis (Ata de 08 de julho de 1858). Quanto ao sapal da Biquinha, onde hoje se encontram as Ruas Alcides Faria e demais artérias do antigo Estádio, não obstante os esforços de alguns camaristas, somente anos mais tarde, quando Itajubá se elevava à cidade, é que o governo municipal cuidaria de drenar, com algumas valas, a grande área pantanosa ali existente (Ata de 15 de julho de 1865). Em 1899, visitando a cidade, o Dr. Alfredo Moreira Pinto escreveu: — "São, porém, freqüentes os casos de febres palustres, devido aos charcos e brejos que cercam a cidade, e ao uso da água do Sapucaí, de que se utiliza parte da população" (*Apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais*, 1909).

Se a Municipalidade não se havia ainda preocupado com a arborização das vias públicas, era, contudo, cuidadosa com os pomares dos munícipes. Recomendava e auxiliava a formação de quintais arborizados, "disposta a mandar vir de lugares vizinhos mudas de fruteiras valiosas" (Reunião de 18 de julho de 1854). Na Ata de 12 de janeiro de 1861, consta que o vereador Tenente Francisco Vieira da Silva propôs a multa de 10 mil réis para "todos os proprietários que conservassem arvoredos em seus quintais com ervas-de-passarinho neste município".

Possuíam boas casas residenciais na vila o Dr. Domiciano da Costa Moreira (Rua Direita), Inácio Teodoro de Araújo, Antônio Dias Pereira, Rafael Ribeiro da Silva, José Maria de Macedo, D. Joaquina Ribeiro de Sousa, João Henrique Garnel, Constâncio José Mendes, João Augusto Rodrigues (estes três últimos na Rua dos Remédios), João Henrique Vieira, José Joaquim da Costa, José Rodrigues de Sousa, Manuel Pereira Vilaça (estes dois nas proximidades da Cadeia), Inácio Teodoro de Assis, Antônio Afonso de Carvalho, Major Joaquim Inácio Vilas-Boas da Gama, José Manuel Pereira Guimarães, José Francico da Conceição, Bernardino José de Faria, Francisco Tomás de Aquino (estes quatro tinham casas das vizinhanças da capela dos Remédios, sendo este último residente ao lado do templo), Maria Isabel da Conceição, Antônio Cardoso de Siqueira, João Evangelista de Lima (estes três, na Rua dos Remédios), José Antônio Milles (possuía ótima chácara para os lados dos Remédios), Major Francisco Pereira de Magalhães (residente na vila e abastado fazendeiro do Ano Bom), José de Sousa Vianna, Francisco Xavier dos Santos, Alferes Mendes Brito (Rua dos Remédios), Vicente Ferreira Damasceno Sales, José da Silva Machado, Francisco Vitoriano (estes três últimos, nas proximidades da casa da Câmara), José Caetano Grilo (possuía casa na vila, e era forte fazendeiro às margens do Lourenço Velho), Joaquim José dos Reis (proprietário de uma chácara nas proximidades da vila), Antônio Pedro da Silva (morava na vila e tinha fazenda em Piran-

guçu), D. Sofia da Silva Meireles (tinha residência no Largo dos Curros), Joaquim Fortunato do Carmo (residia no Largo dos Passos), além de alguns outros já mencionados em capítulo anterior.

Interessado pelo progresso de Itajubá, o Presidente da Província, em atencioso Ofício, consultava os fazendeiros do município, por intermédio da Câmara Municipal, sobre o interesse da "introdução de colonos da Europa" nos campos itajubenses (Sessão de 06 de outubro de 1858, da Câmara Municipal).

Logo depois da criação da vila, e até cinco anos depois, adotaram-se as Posturas da Câmara da Campanha. Em 1854, estabeleceram-se os impostos municipais:

"Art. 1.º — A Câmara Municipal da Vila de Itajubá fica autorizada a arrecadar em seu município o seguinte: — 1.º, de cada casa de negócio em que se vender fazendas, secos e molhados e outros gêneros tanto de fora como do País, e drogas medicinais, 14.000 réis; 2.º, da em que se vender fazendas, secos e molhados, 12.000 réis; 3.º, da em que se vender secos e gêneros do País e de fora, 12.000 réis; 4.º, da em que se vender molhados, gêneros de fora do País, 10.000 réis; 5.º, da em que se vender somente molhados, 8.000 réis; 6.º, da em que se vender somente gêneros do País, 6.000 réis; 7.º, de cada botica, 6.000 réis; de cada fazendeiro que possuir de dois escravos para cima, 1.500 réis.

"Art. 2.º — Estes impostos precedentes ficarão subsistindo, o imposto das aferições e... (palavras ininteligíveis no original)... que ficam abolidas, ficando entretanto em vigor as licenças marcadas nas posturas".

Estipularam-se ainda, na mesma época, as seguintes taxas:

1.º, de cada casco de aguardente, 500 réis; 2.º, de cada carro ou carretão que entrasse na vila, 200 réis; 3.º, de cada mascate de ouro, 50.000 réis; 4.º, de cada dentista, 20.000 réis; 5.º, de cada alfaiate, seleiro, sapatteiro, marceneiro, ferreiro ou outra qualquer oficina, 1.000 réis "a título de licença"; 6.º, "de todo rancheiro que tiver rancho nas estradas que cortam este município, 4.000 réis" (*Livro de Registro de Proposta e Pareceres de Comissões da Câmara*, em 05 de julho de 1854).

Em 06 de outubro de 1854 decidiu a Câmara submeter tais impostos à apreciação da Assembléia Provincial, com alguns acréscimos.

O Governo municipal, em resposta a uma ordem do Presidente da Província, informou a este, em 1.º de abril de 1852, não possuir a Câmara de Itajubá "dívida ativa nenhuma".

Durante os dias de vila até dois anos após a elevação à cidade, isto é, de 1849 a 1864, a receita e despesa da Municipalidade foi de 720 mil réis (em 1849) a 3 contos e 250 mil réis (1864). Numa época sem inflação, isso representa progresso.

Outra séria preocupação dos primeiros governos da vila foi a ligação, por meio de boas estradas, com as Freguesias das imediações, visando, sobretudo, ao intercâmbio comercial e ao escoamento dos produtos do município para os maiores centros consumidores não só da região como de São Paulo e da Corte.

Nas Atas da Câmara encontram-se registros de inúmeras iniciativas e medidas para a abertura ou melhoria de estradas para o Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina), que passava pelo alto do cemitério; para o Itajubá Velho (Delfim Moreira) e localidades do Vale do Paraíba e Rio de Janeiro, sem esquecer as localidades mais próximas, Piranguçu, Santa Rita, Pouso Alegre e as principais fazendas do município.

* * *

23 — CIDADE DE ITAJUBÁ

Moutier, importante centro relojoeiro da Suíça, segundo informava "A Noite" do Rio de Janeiro, de 18 de maio de 1951, só foi elevado à cidade depois de mil e trezentos anos de sua fundação. E mais ou menos assim ocorreu com várias outras cidades do Velho Mundo. Pois Itajubá, com muito menos de meio século, já apresentava o aspecto e o progresso de cidade...

Provectos deputados à Assembléia Provincial de Minas Gerais, entre os quais o campanhense Dr. João Bráulio Moinhos de Vilhena e o Cap. Cândido Inácio Ferreira Lopes, e outros ligados por parentesco a famílias de Baependi e de outras localidades sul-mineiras, parlamentares da envergadura cívica de um Dr. Francisco de Barros Lima Monte Raso, de um Dr. Jerônimo Máximo Nogueira Penido, de um Dr. Fidélis de Andrade Botelho, amigos todos do Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães e do Conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, grandes admiradores de Itajubá, não negaram o imediato apoio à aprovação do projeto de lei que elevava a vila à categoria de cidade, o que se deu em 04 de outubro de 1862, conforme assim se oficializou:

"Lei n.º 1.149:

"O Coronel Joaquim Camilo Teixeira da Motta, Cavaleiro da Ordem da Rosa e Vice-Presidente da Província de Minas Gerais: Faço saber a todos os seus Habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

"Art. 1.º — Fica elevada à categoria de cidade a Vila de Itajubá.

"Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

"Mando portanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém. O Secretário desta Província a faça

imprimir, publicar e correr. Dada no Palácio da Presidência da Província de Minas Gerais aos quatro dias do mês de outubro do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e dois, quadragésimo primeiro da Independência e do Império. — Joaquim Camilo Teixeira da Motta".

Na época atual a denominação de *cidade* é dada diretamente ao distrito que se emancipa, tenha ou não tamanho, condições urbanísticas, população, etc., para essa classificação, o que não ocorria nos velhos tempos. Daí já se ter confundido, atualmente, a data de 04 de outubro de 1862 com o da emancipação, ocorrida em 27 de setembro de 1848, conforme já se viu no capítulo anterior.

Já fazia, então, 7 anos que o Padre Lourenço estava sepultado.

Sendo difícil, naquele tempo, a comunicação com Ouro Preto, época em que os estafetas levavam, às vezes, no lombo de animal, mais de um mês para a ida e volta à capital da Província, compreende-se que o conhecimento da escensão à cidade tenha demorado. Porém, a participação oficial desse acontecimento parece ter-se demorado muito mais do que se poderia justificar. Conquanto, por meios particulares, já o soubesse a população itajubense, a Câmara Municipal de nada podia tomar conhecimento, pois, faltava-lhe o Ofício da Presidência provincial que concedia esta última promoção.

Na sessão de 30 de janeiro de 1863, o vereador D. Cândido Rebelo de Araújo Palhares fazia sentir tal irregularidade (e até março de 1863, nas Atas da Câmara, ainda aparecia a designação de *vila*). A 31 de janeiro daquele ano lançava-se em Ata a seguinte deliberação:

"O Sr. vereador Ferreira da Costa apresentou o parecer que deu sobre a proposta do Sr. vereador Palhares, propondo que se oficie ao Governo no sentido de ter sido esta vila elevada à categoria de cidade e até o presente momento esta Corporação não ter obtido participação oficial, e se achar na expectativa sem poder tomar posse por falta da referida participação, e que se consulte ao Governo se deve chamar dois suplentes, ou se deve proceder à nova eleição de vereadores. Foi aprovado".

Finalmente, debaixo de invulgares manifestações populares, com fogos e bandas de música, a Câmara Municipal, solenemente, a 8 de abril de 1863, deu conhecimento do Ofício de 28 de fevereiro daquele ano, do Presidente da Província, então Manuel Teixeira de Sousa, Barão de Camargos, que oficialmente participava à Municipalidade a concessão da última etapa da promoção de Itajubá.

Na reunião dessa data, a Câmara deliberou convocar os suplentes Antônio Luís Pinto e Domiciano José de Melo para integrar a Edilidade, que agora era de nove vereadores, em vez de sete.

Em 1874 assim descrevia a cidade o *Almanaque Sul-Mineiro* de Bernardo Saturnino da Veiga, pág. 282:

"A cidade conta já mais de 400 casas, todas habitadas e muitas de boa construção. As ruas principais, em número de 7, são mais ou menos bem alinhadas, tanto quanto permitem as curvas do terreno em que estão colocadas, e ultimamente a respectiva municipalidade tem promovido com bom resultado o calçamento e nivelamento de algumas. Há 4 praças, sem contar-se outras existentes nos subúrbios da cidade, mas ainda pouco povoadas. Existem três templos, a Matriz e duas capelas dedicadas a Nossa Senhora do Rosário e dos Remédios. Os dois últimos são modestos e de pequenas proporções".

Quanto à igrejinha de Nossa Senhora dos Remédios, já fiz referências a ela no capítulo 19. A capela de Nossa Senhora do Rosário ficava no Largo do Rosário, fronteiro ao cemitério antigo. Era uma singela ermida, com tosco altar de madeira, consagrada a Virgem do Rosário, da devoção, sobretudo, dos pretos escravos. Era da praça desse templo que, em 6 de janeiro, partia o congado para o centro da cidade. Ficava ao alto, no final da Rua Direita (atual Cel. Rennó), no encontro com a atual Rua Pedro Bernardo Guimarães. Com o desaparecimento do cemitério velho, também desapareceram o Largo do Rosário e a capela de mesmo nome.

Em 1873 foi construído o Teatro Santa Cecília, sobre o qual falarei em outro capítulo. Está também mencionado por Saturnino da Veiga na aludida publicação de 1874.

O Dr. Alfredo Moreira Pinto, que visitou a cidade no final do século, em 1899, não teve impressões muito lisonjeiras a respeito dela:

"A cidade, como todas as cidades antigas, é de aspecto desagradável e tristonho, principalmente a parte baixa. Suas ruas são quase todas retas, estreitas, sujas, em degraus espaçados, muitas calçadas e poucas com passeios.

"A rua mais importante é a do Cel. Rennó, antiga Direita, elevada nas extremidades e com uma depressão ao centro, calçada, comprida, limpa e perfeitamente reta. No seu começo fica a Igreja Matriz e no seu termo o cemitério velho.

"Tem 5 praças: Cap. Gomes, Cesário Alvim, da Estação, Municipal e Dr. Olinto; tem 4 largos: dos Remédios, dos Andradas, da Biquinha e do Rosário; 20 ruas, 700 prédios, dos quais 342 pagam imposto predial". "As casas são de gosto antigo e de feio exterior, destacando-se pela sua beleza, luxo e solidez de construção, as do Dr. Luís Rennó e Sr. Francisco Sanches. Tem um jardim na Praça Cesário Alvim, todo cercado de arame e com um prédio em construção destinado ao Clube Literário. Pena é que não estendessem todo o jardim, abrangendo todo o largo" (*Apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais*, 1909).

Oito anos mais tarde o "aspecto desagradável e tristonho" não devia ser o mesmo, à vista da seguinte descrição, publicada em 1907, na "Folha Popular" de São José do Paraíso (Paraisópolis):

"Quem, hoje, depois de alguns anos de ausência, volta a Itajubá, sente-se deveras impressionado ante os melhoramentos, ante o progresso, ante a transformação por que tem ultimamente passado a cidade.

"Suas ruas são limpas, macadamizadas, correndo entre prédios novos, elegantes, de estilo moderno, e ligando bairros distantes. De um lado, constituindo um arrabalde novo e movimentado, está a estação da Estrada de Ferro Sapucaí, junto da qual se ergue uma aprefeiçoada máquina de beneficiar café, que trabalha constantemente e não dá vazão ao rico produto do feracíssimo município.

"Prendendo o novo bairro à cidade, estende-se uma nova, larga e bem traçada avenida, onde estão sendo construídos bonitos prédios, e onde já se vê o belo edifício da Cadeia e Câmara Municipal. No centro da cidade, formando propriamente a urbe, estão as praças do Mercado e Cesário Alvim.

"Fora das praças, alinham-se as ruas, largas, limpas, arejadas, que se cruzam, serpenteiam pelos morros, estendendo-se pelas várzeas, havendo em todas uma agitação, em febre de reforma, de mudança para melhor.

"Uma boa igreja, casa de caridade, cemitério vasto e bem tratado, água potável em abundância, rede de esgoto, comércio ativo, lavoura desenvolvida, instrução desseminada, imprensa, vida social, tudo mostra que Itajubá é uma das mais prósperas cidades sul-mineiras.

"Faltavam-lhe indústrias que agora chegam com a força elétrica; e é incontestável que nova era ali se inicia agora, que Itajubá vai romper com mais vigor na estrada dos seus melhoramentos.

"Isso é a terra, e mais do que a terra, ali atrai, prende, seduz o afago hospitaleiro de seu povo. Sabe receber com tanta gentileza a quem o visita que ninguém sai dali sem saudades. É característica da população de Itajubá a fé inquebrantável que tem no grande porvir de sua terra".

A "Gazeta de Notícias" do Rio de Janeiro, em fins do mesmo ano de 1907, estampava um largo louvor a Itajubá, ressaltando o bom aspecto da cidade, seu promissor surto de progresso, seu povo, suas ruas, seus prédios, chegando mesmo a afirmar: "É difícil uma cidade do interior ser tão confortável como é esta".

No ano seguinte, 1908, dizia o preclaro parlamentar Fausto Ferraz no opúsculo *Maria da Fé*:

"... a bela cidade de Itajubá, linda entre as lindas cidades sul-mineiras, que as águas do Sapucaí banham submissas em lânguido caracolar pelos vales ubérrimos".

As divisas da zona urbana foram assentadas pela Câmara Municipal, na sua reunião de 1.º de junho de 1883. Diz a Ata:

"Até à porteira do alto do morro da Batalha, que divide com a chácara do Dr. José Pereira dos Santos e daí pelo alto do morro da chácara de Miguel Carlos da Silva Braga até à porteira da chácara de Benedito Antônio da Rocha na Varginha cuja porteira divide com as chácaras de

Luís José de Sousa Vianna e Alexandre Mendes de Brito. Até à porteira da Rua da Palha que divide com a chácara do Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior. Até à porteira da Boa Vista na chácara do Ten.-Cel. João José Pereira que divide com as portas da fazenda de D. Maria José Guimarães Pereira. Enquanto à outra parte da cidade, deve ser respeitada a mesma divisa antiga. O Rio Sapucaí desde a chácara do Ten.-Cel. João José Pereira até à Varginha e Ribeirão José Pereira até ao Esgoto e dali pela Rua Major Pereira até à chácara do mesmo Ten.-Cel. João José Pereira. É este o parecer que a Comissão sujeita à consideração da Câmara Municipal. Itajubá, 1.º de junho de 1883. A Comissão. João Baptista da Fonseca Júnior, Joaquim José Pereira dos Santos, Frederico Fernandes Schumann".

Depois de ter falado o vereador Dr. Aureliano Moreira Magalhães, "foi aprovado o parecer com o seguinte aditivo feito pelo Sr. Presidente: da porteira que divide com D. Maria José Guimarães Pereira ao alto da Cruz de São Benedito, daí em rumo direto à porteira que entra para a fazenda de Olímpio de Magalhães a cair no leito do ribeirão José Pereira pelos fundos dos pastos de João Gonçalves e José Manuel Pereira Guimarães por esse acima até à fronteira da chácara do Cel. Joaquim Francisco, e por outro lado até o Rio Sapucaí, e por este acima até frontear a já referida porteira da Varginha".

Excessivamente me alongaria se fosse mencionar as principais atividades da Câmara Municipal no sentido de melhorar e ampliar a urbanização, tais como calçamentos de ruas e praças centrais, pontes sobre córregos e Ribeirão José Pereira, que atravessam a cidade. Desapropriações foram feitas para alinhamentos de ruas, e registram-se doações espontâneas, durante todo o século passado, de faixas de terras à Municipalidade, conforme rezam as Atas, para alongamento ou abertura de novas ruas. Entre esses doadores estão José Bento Rodrigues da Gama, Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Padre Lourenço da Costa Moreira, Constâncio José Mendes, Major Joaquim Inácio Vilas-Boas da Gama, Alferes Luíz Francisco Rennó, Capitão Antônio José Rennó, Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Manuel dos Passos e Silva, Dr. Domiciano da Costa Moreira, Inácio Teodoro de Araújo e provavelmente alguns outros mais que não figuram em arquivos.

Foi a 24 de setembro de 1884 que a Câmara Municipal tomou conhecimento da proposta de Frederico Fernandes Schumann, que se oferecia para arborizar o Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago) e Praça do Mercado (Adolfo Olinto). Aliás, o plano de arborização do Largo dos Passos já era antigo. Na Ata de 31 de maio de 1879, da Câmara Municipal, assim se registrava:

"O Sr. Paiva e Luz apresentou para que esta Câmara mande quanto antes alinhar, nivelar e aperfeiçoar o Largo dos Passos e passeios desta cidade para que seja ele arborizado com árvores sanitárias conforme o plano que a mesma Comissão tem de apresentar a esta Câmara para ser resolvido". Na sessão de 02 de dezembro de 1884 registrava-se esta in-

dicação: "Indico que se solicite do Ministério da Agricultura algumas mudas de palmeira imperial para a arborização da Praça Dr. Olinto, isto independente de frete na Estrada de Ferro Dom Pedro II. Foi aprovado".

O jardim então formado foi cercado por colunas e fios de arame, com portões dos quatro lados, "trancados, às onze horas da noite, pelo Joaquim Urso". Os canteiros e roseirais eram cuidados pelo velho Domingos. Construiu-se, de um lado, o coreto, e, do outro, no local em que ora se encontra a herma de Teodomiro Santiago, o repuxo iluminado e contornado por canteiros artísticos. Antes a Rua Cel. Rennó dividia o jardim em duas partes. Agora, remodelado este, passou ele a ocupar o trecho dessa rua que o cortava, interceptando-a, separando-a em duas partes. O primeiro ato da Municipalidade, ao iniciar este século, a 1.º de janeiro de 1901, foi a nomeação de Olímpio Ribeiro da Silva para zelador do jardim público, já naquele ano florido e frondoso, com árvores a boa altura, muito bem cuidado e cultivado.

Em janeiro de 1907 dizia a "Folha Popular" de São José do Paraíso (Paraisópolis), depois de referir-se à Praça do Mercado:

"A outra, Praça Cesário Alvim, tem diverso aspecto: é uma sala de visitas elegante, é o lugar chique do *rendez-vous* itajubense. Não tem para circundarem-na grandes estabelecimentos de comércio, mas belas residências particulares, entre as quais se destaca, num tom aristocrático e fidalgo, o palacete da Exma. Sra. D. Amélia Braga. Ao pé dele está o edifício do Clube Literário e Recreativo, e em frente, o Ginásio de Itajubá, duas instituições que atestam a cultura intelectual da terra. Na Praça, tomando-lhe um lado, está o Jardim Público, artístico logradouro, que na noite de 12 de janeiro de 1907, tinha a refletirem-se no seu manso lago os raios pálidos dos focos elétricos, que lhe davam um aspecto de recanto carioca".

Segundo se lê no "Itajubá" de 04 de outubro de 1884, naquele ano ficou assentada também a arborização do Adro da Matriz.

Em 1940, na gestão do Prefeito Alcides Faria, foram derrubadas as últimas ávores do antigo vergel da Praça Teodomiro Santiago. O repuxo e o coreto, que já faziam parte do patrimônio de tradições itajubenses, foram destruídos, e, a 10 de novembro do mesmo ano, inaugurava-se o novo jardim público, tendo cortado a fita simbólica, a convite do Prefeito Alcides Faria, o Major Eloy da Câmara Catão, da Fábrica de Armas, falando então, em nome do Prefeito, o Dr. José de Lima Medeiros.

A 24 de abril de 1928, com a Lei n.º 145, sugerida pelo Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo em 15 de março do mesmo ano, sancionada por Severiano Ribeiro Cardoso, mandava a Câmara Municipal construir, na Praça Amélia Braga, um jardim de acordo com a planta traçada pelo belga Dr. Louis Saublens.

A Lei Municipal n.º 10, de 07 de março de 1911, continha a regulamentação de jardins públicos de Itajubá, e as disposições sobre a arborização das ruas e praças. Segundo Pedro Bernardo Guimarães (*Munici-*

pio de Itajubá, 1915, pág. 131), as espécies de árvores mais plantadas em jardins públicos e artérias itajubenses, naquele tempo, foram *Ficus, Magnolias, Flamboyants, Terminaria Catalpa, Dileneas* e *Grevilias*.

A Municipalidade chegou a fechar a grande área do antigo estádio do Itajubense F.C., dando início ali às arborizações e formação de jardins, desejosa de transformar toda aquela grande quadra num parque condigno ao progresso da cidade. A idéia era, aliás, antiga; fora projeto dos vereadores Fortunato Peixoto Filho e Thiago Carneiro Santiago, apresentado em 03 de março de 1925. O antigo Estádio foi, contudo, cortado por ruas, e vendido os seus lotes a particulares, estando hoje toda a área urbanizada.

A primeira instalação de rede de esgoto em Itajubá foi feita na administração do Cel. Francisco Brás, no final do século passado. Eram estas construções precárias, que serviam a uma pequena parte da população, pois a maioria dos habitantes ainda usava fossas secas, abertas nos quintais. A 15 de dezembro de 1916, o vereador Severiano Ribeiro Cardoso sugeria o empréstimo de 270 contos de réis para melhorar a instalação de rede de esgoto e água potável. A Lei n.º 28, de março de 1917, continha o regulamento das novas instalações que deveriam ser feitas, tendo a Lei n.º 35, de 15 de maio do mesmo ano, autorizado o Presidente da Câmara "a fazer por administração os serviços" dessas novas obras de canalização do esgoto da cidade, tendo sido utilizados então os serviços técnicos do engenheiro Fritz Hoffmann e a administração de Tomás Wood e Galdino Luís da Silva.

A Lei Municipal n.º 68, de 10 de março de 1950, mandava construir o "muro de arrimo ao redor do outeiro da Matriz". Esta obra sólida, com escadaria de pedra e balaustradas da então Rua Padre Marçal ao Adro da Matriz de Nossa Senhora da Soledade, ostentando um painel de azulejos que reproduz uma tela de Luís Teixeira, foi inaugurada seis anos depois, em 08 de dezembro de 1956, no governo municipal de Antônio Rennó Pereira. Como homenagem a uma das maiores benfeitoras dessa obra, D. Amélia Mokarzel Mauad, esposa do abastado proprietário sírio João Antônio, o mirante assim construído recebeu o seu nome, o qual ficou ali gravado em bronze. No ato inaugural, falou, em nome de Venceslau Brás, o Dr. Luís Pereira de Toledo, orando também o Prefeito Rennó Pereira (Tota). Esta obra havia mais de um século já era sonhada pelos itajubenses. Em 15 de abril de 1853 o camarista Guilherme Luís de Sá já lembrava a necessidade urgente de se "construir uma rampa ou outro qualquer meio de segurança que evite o desmoronamento do barranco perto da igreja e que faz face à rua que segue para atrás do morro".

Uma das grandes obras do passado, e que muito contribuiram para o embelezamento e o melhoramento topográfico da cidade de Itajubá, foi o desmonte do morro de São Benedito, que existiu entre a estação rodoviária e a Praça Pereira dos Santos, bem como parte do Morro Chique. Foi na reunião de 26 de fevereiro de 1920, que o Presidente da Câmara, Jorge de Oliveira Braga, declarou haver entregue ao competente engenheiro Fritz Hoffmann essas obras, as quais efetivamente foram realizadas pelo ilustre técnico por meio de jato de água bombeada do ribeirão José Pereira.

Assim a cidade crescia e se embelezava.

No século findo, foi em Itajubá representante e revendedora dos papéis artísticos com que se forravam as paredes das residências ricas, a firma João Rennó & Amaral, segundo anúncios no "Itajubá", em dezembro de 1884.

Em 1908, Júlio César do Nascimento, numa crônica transcrita por Nelson de Senna em seu *Anuário de Minas Gerais* de 1909, dizia da arquitetura itajubense:

"Os antigos casebres que existiam, não só nos subúrbios como mesmo no centro da cidade, foram substituídos por edifícios de construção moderna, notando-se uma admirável variedade entre três principais sistemas de arquitetura, tais como o jônio, o coríntio e o lombardo".

Na precisa conferência pronunciada em 25 de agosto de 1959, no *Rotary Club* de Itajubá, assim discorreu o preclaro Engenheiro Civil José Ernesto Coelho, ao qual a terra itajubense ficou devendo uma elevadíssima soma de bons serviços:

"A velha Itajubá ostentava prédios senhoriais e públicos de grande valor arquitetônico que o poder destruidor do tempo e a renovação modernista da cidade demoliram-nos, mas cuja lembrança se conserva na documentação fotográfica e na nossa memória. Eram obras de arquitetos anônimos em estilo colonial barroco, onde se admiram as disposições bem adequadas à vida senhoril e doméstica da época, os finos lavores da ornamentação, especialmente os trabalhos de talha da madeira e as composições de serralheria nas grades, das escadas e nos lambrequins.

"Depois, as obras de Maysés Luigi: Santa Casa, a torre da Matriz, anterior à atual; a casa de residência do Sr. Isaltino Ribeiro, depois sede da Prefeitura Municipal; o palacete de D. Amélia Braga, depois residência do Sr. Cel. Alcides Faria, e outras obras de menor realce. Seguiram-se os trabalhos arquitetônicos de Eduardo Piquet. São de sua autoria os projetos de grande número de residências e muitos edifícios monumentais, dentre eles se salientando o Clube Itajubense".

Hoje Itajubá cresce para os lados e "para cima", já com uma dezena de arranha-céus e incontáveis residências luxuosas, uma das mais prósperas urbes sul-mineiras, embelezada e melhorada sobretudo no atual governo do Prefeito Ambrósio Pinto, que construiu no centro o *calçadão*, remodelou algumas praças e construiu outras, realizou a construção de pontes sobre o Sapucaí e completou o calçamento e a iluminação a mercúrio das ruas, até mesmo as de bairros mais afastados.

As Atas de 20 de outubro de 1914 e de 22 de agosto de 1922, da Câmara Municipal, determinam as áreas consideradas urbanas naqueles anos.

José Gomes Arruda (Zeca da Barra), nas suas informações, estimava em cerca de 80 o número de famílias que concordaram em seguir o Padre Lourenço para a Boa Vista do Sapucaí. O próprio Gomes Arruda foi o chefe de uma dessas famílias pioneiras. Faleceu em avançada idade no

final do século XIX, porém com a memória lúcida. Relatava todos os pormenores do histórico feito de 19 de março de 1819, do qual fora testemunha. Com base nesse número de 80 famílias de sua informação, e tomando-se como 5 a quantidade média de integrantes de cada uma dessas famílias, inclusive escravos, a população inicial de Itajubá pode ser estimada em 400 pessoas.

Esse cômputo não é exagerado, pois, apenas 13 anos depois, o Conselho Provincial, em carta de 13 de março de 1832, informava sobre Itajubá:

"... que se edificasse uma nova Matriz no referido lugar da Boa Vista, que era central, e muito populoso, e onde certifica o Juiz de Paz respectivo haver uma população de mais de cinco mil pessoas...". Este documento está transcrito no Livro de rótulo *1832 — L.º D.N. 1.º*, do Arquivo da Prefeitura Municipal.

Considerando as estimativas demográficas encontradas nos *Anuários* de Nelson de Senna; no *Almanaque Sul-Mineiro* de Bernardo Saturnino da Veiga; em *Cidade da Campanha* do Monsenhor Lefort (pág. 103); em velhos jornais; no mapa censitário divulgado em 1898 pela "Revista do Arquivo Público Mineiro" (Ano III); No relatório do Dr. Alfredo Moreira Pinto; no *Município de Itajubá* do Prof. Pedro Bernardo Guimarães; em *Minas Gerais e Seus Municípios* de Roberto Capri; no Prospecto de 1926 do Ginásio de Itajubá; em *Minas Gerais e Seus Municípios* de Victor Silveira, e tomando-se as informações oficiais do IBGE, chega-se aos seguintes dados estatísticos de Itajubá:

Em 1819:	400	habitantes	Em 1915:	15.000	habitantes
" 1826:	3.839	"	" 1918:	16.000	"
" 1832:	5.000	"	" 1926:	23.500	"
" 1850:	6.000	"	" 1945:	36.779	"
" 1860:	7.500	"	" 1950:	40.465	"
" 1875:	7.870	"	" 1955:	43.251	"
" 1885:	8.000	"	" 1960:	51.245	"
" 1898:	9.178	"	" 1970:	57.353	"
" 1899:	12.000	"	" 1980:	63.839	"

Quando, em 1854 (Ata da Câmara Municipal, de 2 de janeiro) o Governo Provincial quis saber o número de nascimentos e de óbitos ocorridos em Itajubá, a Edilidade declarou nada poder informar, a apelou, para a elaboração de dados estatísticos, para a "coadjuvação dos Párocos e do Delegado"...

* * *

24 — MOVIMENTOS SEPARATISTAS

A aspiração dos sul-mineiros, de uma união de seus municípios para a formação de um novo Estado, quase remonta ao tempo da criação da própria Província de Minas Gerais, como unidade da Federação. Sebastião da Rocha Pita, na sua *História da América Portuguesa,* já falava em 1723, em *Minas do Sul*. A idéia, ou pelo menos, a denominação é, pois, muito antiga.

A primeira tentativa de que se tem notícia da criação de um novo Estado (Província, como se dizia), formado dos municípios sul-mineiros, foi a de José Marques da Rocha, em 1829. Referindo-se a este primeiro projeto, diz Melo Nogueira em *Rabiscos Genealógicos:*

"O projeto foi muito discutido e, afinal, abandonado, não porque repudiassem a idéia, mas devido a rivalidades, pois Baependi, Campanha, Lorena e Guaratinguetá reclamavam a honra de ser a sede da capital da nova província" *(Apud* José Alberto Pelúcio, *Baependi,* págs. 214/215).

Esclareça-se que algumas cidades de São Paulo desejavam integrar o novo Estado.

Em 1844 coube a Bernardo Jacinto da Veiga apresentar ao Legislativo provincial um projeto de lei nesse sentido, "procurando envolver, de novo, os destinos de Baependi" — diz José Alberto Pelúcio, *op. cit.*, pág. 215.

De um campanhense sincero temos a seguinte informação de 1853:

"Finalmente, no fim desse ano, tendo os meus colegas conterrâneos ido para Campanha a férias, lá apareceu a idéia de criar-se uma Província no sul de Minas que tivesse por capital aquela cidade. Embora abraçada geralmente e com muito entusiasmo, esta idéia, entretanto, não passava de um fruto apenas de bairrismo campanhense, pois, o que de fato se queria, não era tanto uma nova Província, mas que a Campanha fosse uma capital da Província; de sorte que, se a idéia tivesse de realizar-se sendo outra a capital, não haveria talvez um só dos seus iniciadores que a ela não renunciasse e que a não combatesse com todas as suas forças" (Francisco de Paula Ferreira de Resende, *Minhas Recordações,* pág. 273).

No ano seguinte, empolgados com a idéia, não só os campanhenses mas também os cidadãos influentes de outras localidades, esforçaram-se por concretizar-se a aspiração, chegando mesmo algumas Câmaras a enviar, nesse sentido, solicitações ao Legislativo Provincial. Realmente, em 3 de agosto de 1854, Francisco Otaviano de Almeida Rosa apresentava o desejada projeto, no qual dizia, em seu Art. 1.º:

"As comarcas do Sapucaí, Rio Verde e Três Pontas, e o Município de Lavras, pertencentes à Província de Minas, formarão uma nova Província tendo por capital provisória o lugar que o Governo designe, até definitiva resolução da Assembléia provincial respectiva".

Itajubá pertencia, então, à Comarca do Sapucaí.

Oito anos mais tarde, a 3 de agosto de 1862, o Dr. Evaristo Ferreira da Veiga e mais 46 deputados apresentavam o projeto da criação da Província Minas do Sul, tendo por capital a cidade da Campanha. Dizia o Art. 5.º:

"A Província de Minas do Sul fica dividida em dois distritos eleitorais: o 1.º compreendendo os municípios de Aiuruoca, Baependi, Cristina, Itajubá, Jaguari, Pouso Alegre, Caldas, Alfenas, Campanha, Três Pontas e Lavras; o 2.º, os de Passos, Jacuí, Uberaba, Desemboque, Araxá, Campo Grande, Prata, Bagagem e Patrocínio; continuando a ser apuradora do 1.º Distrito a Câmara Municipal da Campanha da Princesa, e será do 2.º a do Araxá".

Desta feita, à frente da idéia, além de Evaristo da Veiga, encontravam-se outros insignes parlamentares, tais como Agostinho Bretas, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Cândido Borges Monteiro (Visconde de Itaúna), o Conde de Baependi, Silveira da Mota e outros da mesma envergadura. E ainda jornalistas da têmpera de Bernardo Saturnino da Veiga e Antônio Dias Ferraz da Luz, chegando este último a publicar uma notável *memória* sobre a "necessidade da criação de uma nova Província no sul de Minas", e isto ainda em 1854.

A Câmara Municipal de Itajubá, na sessão de 26 de dezembro de 1862, tomava oficialmente conhecimento das pretensões de Campanha. Na reunião de 27 de janeiro do ano seguinte, lia-se a solicitação formulada pela Edilidade campanhense, que esperava pela adesão de Itajubá ao movimento, e a cooperação junto aos parlamentares, no sentido de ser aprovado o novo Estado, tendo Campanha por capital... Lê-se na Ata desse dia:

"A comissão encarregada do parecer sobre o Ofício da Câmara Municipal da cidade da Campanha, datado de 11 de outubro do ano findo, relativamente ao projeto de uma nova Província ao sul de Minas, é de parecer que esta Corporação represente à Câmara dos Senhores Senadores e Deputados envidando todos os esforços para que se converta em lei esse projeto e igualmente responder-se à Câmara Municipal daquela cidade manifestando-lhe o apreço em que esta toma essa idéia tão governamental. Paço da Câmara Municipal, 27 de janeiro de 1863".

No dia seguinte, lia-se o Parecer dado pelo vereador Antônio Luís Alves de Noronha, o qual, posto em discussão, foi aprovado.

Mas, tal projeto não teve a aquiescência da Assembléia Provincial.

Em 11 de julho de 1868 foi o deputado Américo Lobo Leite Pereira quem fez o projeto ir de novo à Assembléia. Pelo que este propunha, denominar-se-ia, então, Província do Sapucaí. Abrangeria as comarcas de Baependi, Jaguari (à qual, agora, pertencia Itajubá), Sapucaí e Rio Grande (menos o termo de Piuí).

Foi depois Antônio Cândido da Cruz Machado (Visconde do Serro Frio) quem se apresentou para defender a idéia, batendo-se com ardor e

entusiasmo pela sua concretização. Propunha este parlamentar, segundo o "Itajubá" de 12-7-1884, a designação de Província do Alto São Francisco

Em 1876 era dirigida à Princesa Isabel "um longo e trabalhado memorial pedindo-lhe concorresse para a realização de tão justa pretensão" (Júlio Bueno, *História da Campanha,* pág. 70).

A propósito, escreveu Nicolau Navarro:

"Em 1876, Bernardo da Veiga, paladino do separatismo, apresentou sobre o assunto, à Princesa Regente, um extenso memorial. Segundo este documento, a nova província teria por limites a vasta linha orográfica constituída pela serra da Mantiqueira, com as denominações locais de Picu, Itajubá, Bom Jardim e Passos, e as diferentes ramificações que separam as águas do Mojiguaçu das do Sapucaí; as serras da Campanha, Gamarra, São Tomé das Letras, Cananéia, Três Pontas, Divisa, Boa Esperança, Bocaina, Caracol e Anhamuns" (*Apud* José Alberto Pelúcio, *Baependi,* pág. 219).

Em 8 de julho de 1884, era o deputado Olímpio Valadão quem de novo trazia à deliberação do Legislativo provincial a desejada Província Minas do Sul.

No jornal itajubense "A Verdade", de 20 de outubro de 1887, encontra-se a seguinte notícia:

"NOVA PROVÍNCIA — O Sr. Senador Godoy ofereceu à consideração do Senado um projeto constituindo uma nova Província com denominação *Rio Sapucaí,* composta de territórios do norte de São Paulo e sul de Minas, designando para capital provisória a cidade de Taubaté. A idéia tem os seus prós e contras, e em tempo diremos o que a respeito pensamos".

O mesmo jornal, na edição de 17 de novembro do mesmo ano, acrescentava:

"O Senador paulista Dr. Joaquim Floriano de Godoy está escrevendo e publicando na imprensa do Rio de Janeiro uma série de artigos justificativos do seu projeto sobre a Província do Sapucaí".

O movimento, porém, realmente memorável de todas essas tentativas, "elevado" à importância de uma *revolução,* foi o de 1892, levantado na Campanha, que, já havia decênios, insistia no velho sonho de tornar-se uma capital...

Tendo à frente o Dr. Martiniano da Fonseca Reis Brandão, foi dado início, naquele ano, à nova tentativa separatista. Um manifesto por ele assinado, e por Manuel de Oliveira Andrade e José Luís Pompeu da Silva, foi remetido por "próprios" secretos a todos os líderes partidários e pessoas influentes do sul de Minas. Em 31 de janeiro o povo campanhense reuniu-se no antigo Largo das Dores para ouvir a palavra dos cabeças da denominada *revolução,* quando então, foi anunciado o novo Estado e aclamada a Junta governamental provisória, composta do Dr. Martiniano

Brandão, José Pompeu e o Coronel Francisco Bressane de Azevedo. Seguiram-se várias manifestações patrióticas, com profusão de foguetes, o Hino Nacional pela banda de música, vivas entusiásticos e passeatas pelas ruas da cidade.

Conta-nos o Prof. Júlio Bueno na sua *História da Campanha*, págs. 72/73:

"A Junta agiu e dominou na Campanha durante dois meses, sem que o Governo do Estado se movesse. É que o Presidente de Minas, Dr. Cesário Alvim, estava convencido, como declarou no seu manifesto de renúncia do cargo, que o Marechal Floriano Peixoto protegia a revolução separatista da Campanha, com o fim de obrigá-lo a deixar a Presidência do Estado.

"Finalmente, vendo que aquela anômala situação não podia continuar, renunciou de fato, o cargo de Presidente de Minas, encarregando ao Dr. Gama Cerqueira, Vice-Presidente, de enviar à Campanha as forças que tinha reunido a fim de abafar o movimento".

O 31.º Batalhão, que se encontrava em Ouro Preto, dirigiu-se para Campanha. Em 27 de fevereiro, segundo o referido historiador campanhense, "foi alçada a bandeira do novo Estado em presença de grande número de cidadãos e do batalhão patriótico, formado na Praça 13 de Maio". Ouviram-se vários oradores. Alguns chefes revolucionários foram presos em várias localidades sul-mineiras por onde andavam. Tomavam-se precauções temendo-se que fossem dinamitados os trens da *Minas and Rio Railway* (depois denominada Rede Sul-Mineira). E tudo acabou sem tiroteios, em paz, e com a anistia concedida pelo Vice-Presidente do Estado em 21 de abril de 1892, a todos os implicados na *revolução* malograda.

Itajubá, que, anteriormente, fora favorável à criação da nova Província, na República, contudo sua atitude foi outra tanto assim que reprovou os acontecimentos de 31 de janeiro de 1892, da Campanha, pela maneira sediciosa como o fez. Leia-se, a propósito, este registro inserido na Ata da Câmara Municipal itajubense:

"Exmo. Sr. — A Câmara Municipal da cidade de Itajubá, em sessão ordinária de hoje, por unanimidade de votos, deliberou congratular-se com V. Excia., Exmo. Dr. Chefe de Polícia, Senadores e Deputados, pelo modo patriótico com que destruíram o gérmen da desordem implantado na Cidade da Campanha, o que mais uma vez atesta o espírito ordeiro, patriótico e legal da nossa Pátria mineira. Saúde e fraternidade. Paço da Câmara Municipal da Cidade de Itajubá, 8 de março de 1892. — Francisco Brás Pereira Gomes, Presidente; Fructuoso Fortunato Rodrigues Júnior, Abel Pereira dos Santos, Joaquim Carlos da Silveira, José Manso Pereira Cabral, Cândido Pereira de Mendonça, Teófilo Alves Barroso, José Gaspar Pereira Leite, José Domingues Vila Nova. Ao Exmo. Dr. Eduardo Ernesto da Gama Cerqueira, DD. Presidente deste Estado".

O movimento sedicioso foi realmente sufocado, mas o velho ideal campanhense continuaria vivo por muitos anos. Chegaram os filhos da Campanha a fundar um jornal, o "Minas do Sul", destinado a acolher os aviltres, conclamações e alusões ao planejado Estado. A folha itajubense "A Verdade", no número de 24 de fevereiro de 1894, saudava o 2.º aniversário desse "órgão separatista"...

Em 1958, o candidato a deputado Sílvio Mahhallem, prometia, como uma de suas realizações parlamentares, tornar em realidade a secular aspiração, sugerindo a designação de Estado da Mantiqueira para a nova Unidade da Federação, que teria como capital a Cidade de Poços de Caldas, Varginha ou Itajubá...

* * *

25 — SÃO PAULO E A MARGEM ESQUERDA DO SAPUCAÍ

As terras que, mais de um século depois, constituiriam o município de Itajubá eram, até 9 de novembro de 1709, pertencentes à Capitania do Rio de Janeiro (Diogo de Vasconcelos, *História Antiga de Minas Gerais*, pág. 85). A Carta Régia dessa data criou a Província de São Paulo e Minas do Ouro, em uma única, separando-as do território fluminense, confiando o seu governo a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. As Minas de Cataguases (nome primitivo de todo o sul de Minas) e o solo piratiningano eram, pois, conforme já se viu, uma só Capitania.

Onze anos mais tarde, o Alvará de 2 de dezembro de 1720 separou a Capitania de São Paulo da de Minas Gerais. A 18 de agosto de 1721 tomou posse do torrão mineiro seu primeiro Governador D. Lourenço de Almeida (Diogo de Vasconcelos, *op. cit.*, pág. 86).

Os paulistas, porém, não satisfeitos com as divisas interprovinciais então estabelecidas, ambicionavam incluir a Mantiqueira toda em seus domínios, os quais se estenderiam por toda a vertente setentrional até o Sapucaí...

A primeira tentativa pareceu triunfar em 23 de fevereiro de 1731, dia em que a Coroa portuguesa, atendendo às solicitações de Antônio Caldeira Pimentel, Governador de São Paulo, determinou que se anexassem à Capitania bandeirante os termos do sul das Cataguases, entre os quais estavam as glebas que formariam, uma centúria mais tarde, o município de Itajubá.

Tal determinação nunca foi cumprida. Em 12 de outubro de 1765 foi efetivada uma segunda investida, com um ousado *Assento* celebrado no Rio de Janeiro, sobre o qual assim registra Xavier da Veiga:

"Assento sobre os limites entre Minas Gerais e São Paulo — Por um termo ou assento lavrado em Junta na cidade do Rio de Janeiro, são alteradas as divisas entre as Capitanias de Minas Gerais e de São Paulo, desmembrando-se daquela e incorporando-se a esta, vasto e ubérrimo território sito à margem esquerda do rio Sapucaí. Subscreveram o *Assento* o Vice-Rei Conde da Cunha, o Chanceler da Relação João Alberto de Castelo Branco, o Provedor da Real Fazenda Francisco Cordovil de Siqueira e Mello, o Desembargador Procurador da Coroa Miguel Ribeiro da Cruz, Desembargador Domingos Nunes Vieira, que havia ocupado igual cargo; o Guarda-Mor Geral das minas Pedro Dias Paes Leme, o Capitão-Mor Regente das minas do Rio Verde Bento Pereira de Sá, o Padre Antônio Gonçalves de Carvalho, o Coronel Bartolomeu Bueno da Silva e o Secretário de Estado Francisco de Almeida Figueiredo.

"O Guarda-Mor Geral das minas Pedro Dias Paes Leme, paulista, foi o inspirador do presente ato. Os outros membros da Junta, inclusive o Vice-Rei, nada conheciam do assunto e deixaram-se levar por ele. Mas a deliberação não prevaleceu, nem teve jamais execução. O Conde da Cunha guardou o referido termo na secretaria particular de seu gabinete, e aí ficou ele arquivado, de modo que do ato nem sequer notícia tiveram os Governadores de Minas e São Paulo. Isto revela que o Vice-Rei, reconsiderando a deliberação tomada, reconheceu-a injusta e inconveniente. Arquivado e em esquecimento o tal *Assento,* ficou ele nulo de fato e de direito" (*Efemérides Mineiras,* 4.º vol., págs. 47/48).

Tanto a determinação régia de 23 de janeiro de 1731 como o *Assento* de 12 de outubro de 1765, os quais nunca tiveram execução, "foram revogados e anulados pela Ordem de 22 de junho de 1743, Aviso de 25 de março de 1767, e inúmeros atos posteroreis do governo português", observando-se, no entanto, que, "ao contrário, sendo respeitados como devem ser os limites legais do nosso Estado, que são os mesmos da antiga Capitania, caberá a Minas Gerais a parte do território aquém da serra da Mantiqueira, onde se acha encravado o município paulista de São Bento do Sapucaí-Mirim, e os territórios a S.O., em que demoram os municípios paulistas de Franca, Batatais, etc." (Xavier da Veiga, *op. cit.*, 1.º vol., pág. 227).

E diz o mesmo historiador mais adiante, depois da citação de outros atos e resoluções a respeito dessa inaceitável e absurda pretensão dos paulistas: "Parece-nos ficar dito quanto basta para conhecer-se que o *Assento* nulo de 12 de outubro de 1765 não passou de uma malograda e odiosa tentativa de esbulho, sem nenhum valor jurídico e desprezada desde logo pelo próprio Vice-Rei que presidiu à elaboração daquele documento, consumado por iníquas sugestões do trêfego Guarda-Mor Geral Pedro Dias Paes Leme" *(Op. cit,* págs. 49/50)

O Conde da Cunha (Antônio Álvares da Cunha), o 10.º Vice-Rei do Brasil, e o 1.º a residir no Rio de Janeiro, havia sido Governador de Angola, por nomeação do famigerado Marquês de Pombal. Político de larga visão administrativa, foi o criador, no Rio, do Arsenal da Marinha e a Casa

do Trem de Artilharia, depois denominado Arsenal de Guerra. Devem-se-lhe o melhoramento de fortalezas, a fundação do Hospital dos Lázaros e a expulsão dos espanhóis que ocupavam o Rio Grande do Sul. E foi com a sua proteção que o Padre Ventura fundou a Casa da Ópera, o primeiro teatro do Rio de Janeiro, segundo informa o *Ensino Renovado de Biografias*, da Editora Formar. Fortificou o Exército, construiu o paiol na ilha das Pombas e determinou o levantamento topográfico de toda a Capitania do Rio de Janeiro. Era, como se depreende, um homem de ação e de objetivos engrandecedores. Examinando com segurança o caso das divisas de Minas com São Paulo, e conscientizando os sentimentos de domínio dos paulistas, e que tudo não passava de uma discricionária pretendença, deu-a por inexeqüível e improcedente. E "engavetou" os documentos... Por essa sua atitude de nobreza e justeza em suas decisões, os itajubenses ficam com uma dívida de gratidão para com o vulto do dinâmico e honrado Conde da Cunha!

Em 1764 percorreu os locais das discutidas divisas interprovinciais o Governador de Minas Gerais Luís Diogo Lobo da Silva. Palmilhou 400 léguas, procurando examinar, *in loco*, o problema, acompanhado de seu secretário, o então jovem e festejado poeta Dr. Cláudio Manuel da Costa, que cinco lustros mais tarde seria um dos imortais inconfidentes. Um dos principais divisores seria, conforme o desejo de São Paulo, o Rio Sapucaí, em cuja margem direita principiaria a Província de Minas Gerais.

Em 1846 a Assembléia Legislativa da Província de São Paulo fazia imprimir, pela Tipografia Laemmert, uma então já esquecida "Memória" reivindicativa do início do século XIX, reproduzida na íntegra pelo jornal "Itajubá", na edição de 12 de maio de 1889. Dizia esse documento, encaminhado a D. Pedro I:

"Senhor!

"Dignou-se V.M.I. honrar-me, permitindo que debaixo do seu sempre venerando patrocínio, eu faça imprimir a informação que a 9 de setembro de 1812 dei ao Marquês de Alegrete, Luís, Teles da Silva, sobre a renhida questão de limites que há entre as Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, limítrofes; questão que tendo sido mandada decidir há 11 anos pela Mesa do Desembargo do Paço, ainda não está hoje terminada, com gravíssimos prejuízos dos interesses das três Províncias; eu rogo a V.M.I. até como Magistrado, que vou ser da vila de Pindamonhangaba, uma das mais prejudicadas, Queira Mandar (sic) finalizar esta questão, dividindo-se a Província por meio de rios caudalosos, que impeçam a passagem a malfeitores e extravio de ouro e direitos nacionais. Suplico por fim a V.M.I. queira desculpar a pequenez da oferta, só grande para as minhas nenhumas forças literárias, e aceitar o bom ânimo com que há 23 anos sirvo à minha Pátria, pela Independência da qual e

em defesa de V.M.I. e de sua Augusta Dinastia, dará a vida seu muito fiel e muito reverente súdito — Manuel da Cunha Azevedo Coutinho Souza Chichorro — Rio de Janeiro, 20 de maio de 1823, 2.º da Independência e do Império".

Segue-se a essa solicitação dirigida ao Imperador a informação dada por Sousa Chichorro ao Marquês de Alegrete, das divisas que São Paulo julgava ideais, assim discorrendo inicialmente:

"É antiquíssima, Exmo. Sr., a disputa de limites entre esta Capitania de São Paulo com a de Minas Gerais, logo desde a sua primeira desmembração desta. Os Governadores e Capitães-Generais de São Paulo querem que o rio Sapucaí, que nasce na serra da Mantiqueira, no braço chamado Sapucaí-Guaçu até na entrada do rio Grande ou Paraná seja a divisa dos dois governos, mas os de Minas Gerais querem que principiando ela no alto da serra da Mantiqueira e seguindo a serra toda, se tire uma linha ao morro do Lobo, daí à serra do Mogi-Guaçu ou das Caldas e desta pela estrada que vai de São Paulo para Goiás até chegar ao dito rio Grande ou Paraná. Eu vou expor a V. Excia. os fundamentos de ambas as pretensões e então me parece que Sua Alteza Real se decidirá a favor desta Capitania de São Paulo".

Seguem-se "os fundamentos" a que se refere Chichorro, então Juiz de Fora da vila de Taubaté, os quais, como se sabe, não convenceram o Imperador e seus assessores.

Outras tentativas dos paulistas, no entanto, ocorreram nesse mesmo sentido.

D. Luís de Mascarenhas, Governador de São Paulo, em 1743, pretendeu a mesma coisa: anexar à sua Província as localidades mineiras em que havia atividades de mineração. Nomeou a Bartolomeu Correia Bueno Capitão-Mor e Superintendente dessas minas, "com jurisdição no cível e crime e cobranças da Intendência. Este ato provocou imediata repulsa por parte da população local" — diz Augusto de Lima, citado por Alfredo Valladão na Campanha da Princesa (I, 78). Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela, Governador de Minas, providenciou imediatamente "a destituição do funcionário intruso" e protestou, em carta de 13 de fevereiro daquele ano, a D. Luís de Mascarenhas. Terminado esse incidente, "outro se suscitou e de caráter mais agudo, em relação à posse da margem esquerda do Sapucaí" (*Idem, ibidem*, 81). Agora surgia Francisco Martins Lustosa, que tentou provar que a Comarca de São João del-Rei havia concedido como limite de sua Ouvidoria o Rio Sapucaí, no auto de ratificação da posse passado na Campanha. O Governador de São Paulo acatou as pretensões de Lustosa, mas Gomes Freire protestou novamente, e tudo desfez, mostrando, entre outras razões, "que havendo lavras de uma e de outra parte daquele rio seria prejudicial a administração de diferentes Justiças e Intendências, o que daria lugar à continuação de insolências e fraudes. Assim ficavam ambas as margens do Sapucai, compreendendo o Rio Verde, ou só para São Paulo, ou só para Minas" (*Idem, ibidem*, 84).

"E a resposta foi dada pela Provisão Régia de 30 de abril de 1747, que D. Luís de Mascarenhas não cumpriu, nem comunicou a Gomes Freire, pelos termos da qual ficava soberanamente reconhecido o Rio Sapucaí como pertencente em ambas as suas margens à Capitania de Minas Gerais, como já o fora no Governo de D. Brás Baltazar da Silveira, em virtude do Ajuste celebrado na Vila de Nossa Senhora do Carmo em 6 de abril de 1714.

"Afinal, pela Provisão de 9 de maio de 1748, foi Gomes Freire investido Governador das Capitanias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e encarregado de estabelecer os limites entre as de Minas e São Paulo". E pelo que ficou decidido, "compreendidas ficavam no território mineiro, como já era dantes, ambas as vertentes do Sapucaí" (Alfredo Valladão, *op. cit.*, I, 84/85).

Lustosa visava ter sob seu domínio, sobretudo, as minas de Ouro Fino e toda a grande área das imediações.

O Rio Sapucaí divide exatamente ao meio a cidade de Itajubá, atravessando-a em toda sua extensão, separando-a em duas partes em grande progresso. Se vingada fosse a pretensão bandeirante, e se não houvesse providencialmente a lucidez e o judicioso tato administrativo de um Governo sensato e provecto, o bairro urbano de Santa Rosa, a Fábrica de Armas, o 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, os hospitais, a Praça Teodomiro Santiago, a Escola Federal de Engenharia, as igrejas matrizes permaneceriam em Minas Gerais, enquanto a Fábrica de Relógios (HORA MINAS), a Escola de Medicina e a de Filosofia, o Mercado Municipal, o Instituto Padre Nicolau, o Colégio João Pereira, os bairros da Avenida e São Vicente, o Distrito Industrial, a fábrica de helicópteros (HELIBRÁS) hoje pertenceriam a São Paulo!...

A verdade é que, quase um século depois do Conde da Cunha, ainda não estavam definitivamente assentadas as fronteiras do sul de Minas com a Província de São Paulo, e ainda não haviam esfriado as velhas pretensões do povo bandeirante com relação à posse total da Mantiqueira. Uma das "vítimas" seria Itajubá, agora já um município emancipado. Tentou-se, então, "retirar" da "gaveta", fazendo chegar à tramitação parlamentar, a proposta da ambicionada anexação da margem esquerda do Sapucaí á Província paulista. O que causa espécie, é que, desta feita, a absurda reivindicação surgira dentro da própria Assembléia mineira! Fora iniciativa do deputado Dr. Agostinho José Ferreira Brettas. Na sesão de 6 de julho de 1858, da Câmara Municipal de Itajubá, salienta-se, por proposta do vereador Caetano Ferreira da Costa e Silva, a urgente necessidade de o povo itajubense, pelos seus representantes, rogar do aludido deputado a retirada de seu indesejado projeto da Assembléia Provincial, segundo o qual Itajubá perderia toda a região da margem esquerda do Sapucaí, que se anexaria a São Paulo.

Na Ata da reunião seguinte da Câmara itajubense, de 8 de julho de 1858, assim consta:

"Deliberou-se mais que se oficiasse ao Dr. João Dias Ferraz da Luz pedindo para este manifestar alguns esclarecimentos sobre a Representação que esta Câmara dirigiu à Assembléia Geral, expondo os limites que convinham entre esta Província e São Paulo, em vista de haver o Senhor Deputado Brettas feito uma proposta na Câmara Temporária pedindo por divisas o Sapucaí. Finalmente, pedindo-se a intervenção e coadjuvação do mesmo Doutor Luz para que as divisas sejam conformes as daquela Representação, e não as da referida Proposta, por serem prejudicialíssimas a esta Vila".

Na sessão de 26 de junho do ano seguinte (1859), a Câmara Municipal de Itajubá voltou a examinar o assunto, tomando a deliberação de solicitar da Assembléia Provincial a recusa de aprovação do infeliz projeto, fazendo sentir que as "divisas" sugeridas seriam "calamitosas aos habitantes" itajubenses. A Municipalidade dirigiu-se, nesse sentido, a vários deputados, alguns dos quais ligados às tradições sul-mineiras.

É sobremaneira surpreendente ter havido vereadores de Itajubá que estavam de acordo com a cessão das margens esquerdas do Sapucaí a São Paulo, como se infere das Atas de 5 de janeiro de 1854 e de 14 julho de 1857, da Câmara Municipal!...

Em 1869 correu um boato que muito inquietou os itajubenses. Alguém fez divulgar a notícia de que Itajubá seria mesmo, afinal, anexado a município bandeirante... A 1.º de junho daquele ano, sob a presidência do Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior, o Partido Conservador fazia lançar em Ata as iniciativas tomadas a respeito de tais rumores, tendo falado então o Dr. José Manuel Pereira Cabral, o qual ficou encarregado de "redigir os ofícios ao Exmo. Presidente da Província e bem assim os artigos da Imprensa", contra a sanção do projeto, se é que realmente aparecesse "semelhante idéia nos poderes governamentais". Para acudir às despesas das publicações e outras, abriu-se uma cotização, havendo contribuições de 2 a 10 mil réis.

Segundo se depreende da Lei n.º 66, de 26 de julho de 1893, naquele ano ainda não estavam totalmente assentados os limites de Minas Gerais...

Em 1893 era o deputado Almeida Vergueiro, filho da Vargem Grande (Brasópolis), quem apresentaria, em 29 de abril daquele ano, ao Congresso Legislativo de São Paulo, uma "indicação" para mudar a linha divisória de São Paulo e Minas. "A Verdade", jornal itajubense de Fructuoso Ramos de Lima, registrou o fato:

"É esta uma questão que já foi discutida pelo Sr. Dr. Prudente de Moraes, em 1879 e em 1882, e que havia preocupado, em 1876, a atenção da Câmara dos Deputados do Parlamento do Império, sem que tivesse, entretanto, solução alguma até hoje.

.. ..

"Indicação n.º 1 — Indico que esta Câmara represente ao Congresso Federal, solicitando a demarcação dos limites entre este Estado e o de Minas Gerais, no sentido de restabelecer as divisas que, partindo da serra da Mantiqueira, seguem pelos Rios Lourenço Velho, Sapucaí e Rio Grande, por serem essas as divisas naturais entre os dois Estados, e que já foram estabelecidas pelas provisões régias de 30 de abril de 1747 e de 9 de maio de 1748, pelo assento de 12 de outubro de 1765. — São Paulo, 29 de abirl de 1893 — Almeida Vergueiro".

O deputado apresenta as conveniências que via nessa nova divisão, para algumas cidades de São Paulo e de Minas. Mas, comenta "A Verdade":

"Abstemo-nos por agora de comentários a respeito, limitando-nos a estranhar que fosse um filho de Minas, natural deste Município, freguesia da Vargem Grande, o apresentante de semelhante indicação!

"Admiramos São Paulo pela sua iniciativa nos grandes empreendimentos, pelo seu progresso e riquezas, mas temos bastante amor ao torrão mineiro, e jamais poderíamos convir no desmembramento de qualquer porção do seu território.

"Seria a negação das tradições gloriosas que fazem o orgulho dos ilustres e patrióticos filhos de Minas. Alerta!".

Mas, "na Câmara dos Deputados de Minas, pelo nosso digno representante Dr. Venceslau Brás, foi apresentado solene protesto contra tão infundada pretensão. Ainda bem!" — assim comentou "A Verdade" de 27 de maio de 1893.

E foi deste modo que Venceslau Brás Pereira Gomes iniciava uma série de grandes serviços prestados a Itajubá e ao sul de Minas.

E Vergueiro, o autor de tão infeliz "Indicação", era conterrâneo de Venceslau. Tão vargem-grandense como ele mesmo...

* * *

26 — A GUERRA DO PARAGUAI

Logo aos primeiros arreganhos belicosos do ditador Francisco Solano Lopes, um Ofício de 04 de janeiro de 1865, do Secretário do Governo da Província, chegava a Itajubá, com o apelo da Pátria ao povo do lugar, suplicando-lhe auxílio de homens para as lutas no Sul.

Na sessão de 07 de fevereiro de 1865 a Edilidade itajubense tomava conhecimento da justa e cívica solicitação. Dois dias depois, a 09 de fevereiro, assim se lançava em Ata:

Lido o parecer que o Vereador Dr. Domiciano da Costa Moreira "deu sobre o Ofício da Presidência de 04 de janeiro do ano corrente, deliberou a Câmara responder ao Exmo. Sr. Presidente que esta Municipa-

lidade em nome de seus munícipes, que escudados com Bandeira Nacional, fará com que esta parte da Província de Minas, para a defesa da honra nacional, corra... (*palavras ininteligíveis no original*)... como também de suas irmãs. Entrou mais em discussão o Parecer que deu o mesmo Senhor Vereador Dr. Moreira em relação ao Ofício da Presidência de 04 de janeiro do corrente ano solicitando desta Municipalidade todos os recursos de que possa dispor a fim de que haja concorrência no alistamento dos voluntários da Pátria. A Câmara, aprovando o Parecer, deliberou que se oficiasse neste sentido aos Srs. Subdelegados de Polícia remetendo por cópia o Decreto Imperial a fim de que os mesmos Subdelegados empreguem os meios a seu alcance para o alistamento dos voluntários conforme as vistas do Governo, assim como se oficie aos Reverendos Vigários das Freguesias do Termo para que na Missa conventual exortem seus paroquianos ao pagamento de uma dívida de todos os brasileiros, como seja a afronta que acaba de sofrer o Brasil de duas vizinhas repúblicas. Uruguai e Paraguai".

Nessa mesma reunião propôs o Vereador Dr. Domiciano da Costa Moreira uma concentração popular para o dia 23, na sala da Câmara, a fim de resolver-se sobre a melhor maneira de atender a Municipalidade à convocação governamental, e sobre como mandaria os Voluntários da Pátria à capital do Império. E na Ata daquele histórico 23 de fevereiro de 1865, assim se lê:

"O Sr. Presidente disse que o motivo da presente reunião era para que a Câmara unificada pelo pensamento de patriotismo, resolva, de acordo com os seus munícipes, na conformidade das Circulares de 09 do corrente aos mesmos dirigidas, o melhor meio do alistamento dos Voluntários da Pátria e remessa destes à Capital, e que, por isso, achando-se a sala concorrida de muitos cidadãos para esse fim convocados, concedia aos mesmos senhores a palavra para conscienciosamente esclarecerem por meio de discurso, o objeto que foi hoje o motivo desta reunião popular. O Sr. Vereador Dr. Moreira, obtendo a palavra, na forma do estilo fez um brilhante e eloqüente discurso em o qual fez sentir as suas idéias patrióticas, e firme resolução em que está de empenhar os seus esforços para si e já por seus amigos para que haja um grande número de Voluntários alistados neste Termo. Oraram mais os Srs. Dr. Juiz Municipal Francisco Antônio da Luz, José Inácio Machado, Dr. Aureliano Moreira Magalhães; estes senhores demonstraram a força do patriotismo de que são adornados, e a força de vontade que incutiam no ânimo dos cidadãos para que estes se inscrevessem voluntariamente como defensores da Pátria nas lutas do Paraguai e Uruguai. O Sr. Ezequiel Correia de Melo, professor público, ofereceu dez mil réis mensais dos seus ordenados, em benefício dos Voluntários da Pátria. Finalmente foi adotado que se abrissem em benefício dos mesmos Voluntários subscrições, a fim de que com o produto das ditas subscrições, se fizesse remessa dos mesmos à Capital".

Secretariou essa reunião memorável o cidadão Francisco Vaz Pereira. Compareceram, dos membros da Edilidade, os senhores Manuel José

Pereira Gomes, Dr. Domiciano da Costa Moreira, Antônio Luís Pinto, Domiciano José Pereira Melo, Francisco de Paula Xavier Machado, Manuel Correia de Miranda e Caetano Ferreira da Costa e Silva.

Na reunião de 24 de abril daquele inquietante 1865, tomava a Câmara Municipal de Itajubá conhecimento de um "Ofício do Exmo. Sr. Presidente (Pedro de Alcântara Cerqueira Leite, Barão de São João Nepomuceno), datado de 18 de março p.p., comunicando que S.M. o Imperador, por Decreto de 1.º do corrente mês, sob n.º 3.409, resolveu prorrogar por mais um mês o prazo marcado pelo de n.º 3.371 para o alistamento de Voluntários".

A 12 de julho do mesmo ano, enviava a Câmara de Itajubá ao Desembargador Cerqueira Leite, Presidente da Província, "uma felicitação e um sinal de agradecimento pela maneira enérgica, ativa e animadora com que tem promovido os diferentes interesses da Província, e mais ainda pela solicitude e incansável zelo com que tem promovido a reunião da Guarda Nacional e Voluntários da Pátria para a defesa da Província de Mato Grosso e salvação da dignidade nacional".

A 07 de setembro de 1865 tomava a Edilidade itajubense conhecimento de um outro comunicado do Governo provincial, assim consignado em Ata:

"Um Ofício do Exmo. Governo datado de 22 de julho p.p. pedindo a esta Câmara coadjuvação a fim de angariar neste município o maior número possível de Voluntários para o serviço da guerra e autorizando as comissões a dar aos alistados o vestuário indispensável e a sua etapa na razão de 500 réis para a Corte, e 400 réis para o Centro da Província. O que foi deliberado para que nomeiem comissões nas Freguesias deste município, o que, sendo aprovado, recaiu as nomeações para membros das comissões, os Srs. a saber: na Freguesia de São José do Paraíso, o Padre João Evangelista Martins de Brito e o Capitão José Vieira Carneiro da Silva; na Freguesia de São Caetano da Vargem Grande, o Padre Feliciano José Teixeira e o Alferes João Martins Tosta Sobrinho; na Freguesia de Itajubá (*Delfim Moreira*), o Padre João Baptista Teixeira Monteiro e o cidadão João Rodrigues Pereira, e nesta cidade o Vigário (*Padre Pedro José da Veiga*) e o Sr. Vereador Alvarenga e Silva".

Na mesma data, 07 de setembro de 1865, por proposta do Vereador Antônio Luís da Silva Pinto, a Câmara itajubense promoveu uma grande concentração popular no Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago), com banda de música e estrugir de foguetes, tendo sido a população convidada para iluminar suas casas e para fazer presença na citada grande "manifestação pública, pelo glorioso triunfo obtido pelas nossas Armas em Uruguaiana". No dia 10 de outubro, renovaram-se as manifestações populares pela vitória de Uruguaiana, celebrando-se, então, sob contagiante regozijo, um solene *Te-Deum* na Matriz.

Outro interessante trecho de Ata da Câmara Municipal de Itajubá, que se registrou a 11 de janeiro de 1866, é o seguinte:

"Do vereador Alvarenga e Silva para que esta Câmara agradeça por modo bem significativo a consideração em que tomou o patriotismo e serviços prestados pelo Reverendo Vigário Pedro José da Veiga e outros por ocasião do *Te-Deum* que fez celebrar em ação de graças pela tomada de Uruguaiana e isto por intermédio do procurador desta Câmara. Outra proposta do Vereador suplente Dr. Américo (*Dr. Américo da Silva e Oliveira*) pedindo a esta Câmara que endereça um voto de agradecimentos ao cidadão José Baptista de Carvalho por ter o mesmo, como diretor duma corporação musical, se prestado gratuitamente com sua Corporação para os festejos do desenlace da questão de Montevidéu".

O Vereador Padre Antônio Caetano Ribeiro propôs, a 08 de janeiro de 1866, que a Municipalidade nomeasse, no Rio de Janeiro, uma Comissão para felicitar o Imperador "pelo feliz êxito no sítio de Uruguaiana e volta de S.M. à Corte".

No alistamento dos Voluntários da Pátria, partidos de Itajubá, salientaram-se pelos bons e patrióticos serviços prestados à grande causa, o Vigário Padre Pedro José da Veiga, o Padre João Evangelista Martins de Brito, o Dr. Domiciano da Costa Moreira, o Dr. Francisco Antônio da Luz, o Cel. Evaristo da Silva Campista, Caetano Ferreira da Costa e Silva e Vereador Manuel Félix de Alvarenga e Silva. Este último está destacadamente mencionado nos registros da Municipalidade itajubense como o maior agenciador de Voluntários. E foi sob seu comando, pelo que se lê na Ata de 12 de outubro de 1865, que os Voluntários de Itajubá partiram até à cidade da Campanha (a 1.º de outubro de 1865), onde foram entregues "ao Comando Superior". Da Campanha os itajubenses seguiram para o Rio de Janeiro, e dali para os campos da guerra.

Não nos é possível conhecer o número de itajubenses que partiram para a guerra do Paraguai. As Atas da Municipalidade mencionam as diligências para o alistamento de Voluntários, e falam de sua partida para a cidade da Campanha, e registram o nome de quem os acompanhou até essa cidade sul-mineira. Omitem, entretanto, lamentavelmente, os nomes dos bravos que empenharam suas vidas para a defesa da Pátria. Recorri, nessa emergência, à memória de pessoas idôneas e que, embora nem todas tenham sido contemporâneas do grande episódio de nossa História, conheceram, contudo, alguns desses veteranos combatentes do Sul, que alcançaram viver até mais avançada idade. Em velhos jornais a colheita foi insignificante. Grande auxiliar que encontrei na pesquisa de tão desejados nomes foi o Coronel Arlindo de Araújo Vianna. Junto aos arquivos do Ministério do Exército, no Palácio da Guerra do Rio de Janeiro, onde ultimamente servia, o prestimoso militar rebuscou-os em nada menos de 12 dependências, inclusive na seção do montepio dos herdeiros desses heróis, e muito pouca coisa conseguiu. Pussuo ainda, nesse sentido, atenciosa carta de 02 de abril de 1955, do Ten. Edgard Altino Machado, arquivista do Ministério do Exército, e honroso Ofício, de n.º 288, de 10 de maio de 1955, de E. Vilhena de Moraes, Diretor do Arquivo Nacional, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Como resultado de toda essa pesquisa logrei obter apenas os nomes de 15 desses bravos, e que são:

Belisário Penha da Silva. Era filho de escravos.

Benedito Rodrigues de Lemos. Conheci seu neto, José de Lemos.

Calisto Dias. Chegou ao posto de Sargento. Dois anos depois do término da guerra, a 17 de fevereiro de 1872, morreu assassinado nas imediações da Vargem Grande.

Claudino Manuel da Costa. Pelo que me informou seu enteado, o venerando Pedro Muniz, residente na Rua Oliveira Marques (Biquinha), era nascido em Parati, Estado do Rio, porém, vindo muito criança para Itajubá, considerava-se itajubense por radicação. Chamava-se seu pai Leôncio Manuel da Costa. Claudino está sepultado no campo-santo de Itajubá. Esteve cinco anos na guerra. Figura numa crônica do Tio Mironga: — "O velho Claudino, da Rua da Palha, que nos deliciava com suas narrativas da Guerra do Paraguai, na qual lutara bravamente" ("O Sul de Minas" de 27-05-1951).

Hilário Fernandes da Silva. Foi soldado de Osório em Estado Belaco.

João Luís Alves de Noronha. Depois de ter prestado alguns bons serviços na peleja, foi desertor, segundo nos elucida seu parente, o jornalista Oscar Noronha.

João Pereira Vilas-Boas. Era nascido em Piranguçu.

Joaquim Lopes Guimarães. Faleceu já bem idoso, e ainda bem o conheci. Na sua lápide tumular, na necrópole de Itajubá, há a seguinte inscrição:

> "VARÃO ILUSTRE, VETERANO DA GUERRA DO PARAGUAI, SOUBE SEMPRE HONRAR E DIGNIFICAR A FARDA QUE VESTIU NOS CAMPOS DA BATALHA. SUA MEMÓRIA IMPERECÍVEL SERÁ POIS LEMBRADA PELOS PÓSTEROS COMO EXEMPLO DE ABNEGAÇÃO E HEROÍSMO".

Nasceu esse bravo combatente em Pouso Alto, a 18 de agosto de 1846, e desde a adolescência residia em Itajubá. Desapareceu a 15 de julho de 1937. Foi vereador pela Câmara Municipal de sua terra, nos triênios 1892-94 e 1895-97. Desempenhou ainda outros cargos municipais. Tio Mironga dele fala longamente nas *Reminiscências* publicadas no "Sul de Minas", de 28-09-1952: "Dele ouvimos, muitas vezes, — diz esse apreciado cronista — os relatos de como viu a Rendição de Uruguaiana, de como tomou parte na ação do Passo da Pátria e de como foi ferido na grande batalha de Tuiuti. Contava-nos, também, sobre suas diversas *travessuras*, que lhe valeram alguns dias de *descanso*. Coitado do Tio Lopes!... As paraguaias deviam ser bonitas... e ele era muito jovem quando fugiu da família para incorporar-se aos Voluntários da Pátria"...

No dia 11 de junho de 1935, comemorando a Batalha de Riachuelo, o Ginásio de Itajubá prestou a Joaquim Lopes Guimarães, então com 89 anos de idade, uma homenagem tocantemente significativa, figurando o venerando ancião, ali presente, como a encarnação do heroísmo e do patriotismo, evocativa da grande página de nossa História Pátria. Falaram nessa solenidade o Dr. José Pinto Rennó e o diretor do Estabelecimento, Dr. Antônio Toledo.

Era Joaquim Lopes Guimarães casado com D. Maria Emília da Soledade. Foi avaliador do Estado e teve um sítio próximo à ponte de Santo Antônio. Em 1985 faleceu D. Brasilina Maria Guimarães (Dona Biloca), aos 90 anos de idade, a última filha a lhe sobreviver, casada com Sebastião Gonçalves Pereira. Contava essa sua filha que Joaquim Lopes Guimarães, aos 19 anos de idade roubou um cavalo do pai, e vendeu-o por 8 mil réis, e foi com esse dinheiro que fugiu para Campanha, onde ainda alcançou o Batalhão de Voluntários, e seguiu destemidamente para a guerra, da qual voltou com o posto de sargento, com 24 anos. A família possui um ótimo retrato desse herói, fardado, em cuja fronte se vê a cicatriz deixada por um golpe de espada inimiga recebido em Tuiuti, a maior e mais honrosa de suas condecorações... Deixou 9 filhos, todos já falecidos. Era irmão de José Lopes Guimarães e de Manuel Lopes Guimarães, ambos falecidos em Itajubá.

José Lopes. Alcançou o posto de sargento. Foi companheiro e parente de Joaquim Lopes Guimarães. Contava-me o velho Pedro Muniz, que muito conheceu a José Lopes, que este veterano da guerra do Paraguai era marido de uma tal Sá Rufina; que tinha uma filha de nome Benedita; que era pedreiro, e que morreu com 80 anos de idade. Como fato curioso, afirmava Pedro Muniz que, dois anos depois da morte de José Lopes, ainda este *recebeu* o soldo...

Julião Vieira Vilaça. Foi artilheiro de Emílio Mallet. Em 1908 ainda era vivo. Um de seus filhos, José da Silva Vilaça, em 1940 ainda residia em Itajubá.

Miguel Anunciação Peixoto. Tinha um primo em Cristina, parece-me que um seminarista, ao qual se sabe ter escrito, em 1865, de Itajubá, uma longa missiva, na qual mencionava os nomes dos itajubenses que com ele partiram para a guerra. Debalde tentei descobrir o paradeiro desse documento de tão relevante interesse histórico para Itajubá.

Pedro José Correia Nunes. Segundo D. Maria Ofélia Nunes, sua bisneta, faleceu na cidade de Muriaé em 23 de março de 1902.

Sebastião do Prado Gorgulho. Condecorado em 1867. Fez parte do serviço médico das linhas de combate.

Simplício Pereira Leite. Não voltou. Faleceu no ataque de Avaí, em 1868. Era filho de Itajubá, e ainda há parentes seus na cidade.

Vicente de Matos Vasconcelos. Sobre este combatente, encontrei a seguinte referência no jornal "Cidade de Itajubá", de 14-07-1901:

"HERÓI DO PARAGUAI — No dia 31 de julho pp., faleceu em sua residência no bairro do Sabará, deste distrito, o Sr. Antônio de Mattos Vasconcelos, lavrador, exemplar pai de família e conceituado cidadão que gozava de estima e consideração de todos que o conheciam.

"Sendo em 1867 designado como guarda nacional da 6.ª Companhia do Batalhão n.º 45 de São João del-Rei, para o serviço de guerra do Paraguai, foi substituído pelo crioulo de nome Vicente, libertado para esse fim pelo mesmo Sr. Vasconcelos, cujo crioulo tomou parte na campanha do Paraguai, com o nome de Vicente de Matos Vasconcelos".

O bairro do Sabará, onde residiam esse senhor e seu escravo, pertencia então a Itajubá. Foi onde nasceu Teodomiro Carneiro Santiago.

Os nomes desses 15 heróicos defensores da Pátria deveriam estar gravados em bronze, em monumento de praça pública.

Na reunião de 26 de abril de 1868, da Irmandade de São Benedito, fez-se constar em Ata a bênção da imagem do padroeiro, "que foi encarnada de novo pela quantia de trinta mil réis por uma subscrição promovida pelo coletor Inácio Teodoro de Araújo Júnior, a quem se deve a este Sr. ficar a Igreja possuindo uma imagem como ela merece muito, por este santo ter advogado perante Nosso Senhor Jesus Cristo a favor da Nação Brasileira todo o triunfo havido dela contra o Lopes, aquele aventureiro do Paraguai"...

* * *

27 — A VISITA DA PRINCESA ISABEL E DO CONDE D'EU

Um dia Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança — ou, resumidamente — a Princesa Isabel, resolveu visitar o sul de Minas. E veio em companhia de seu marido, o Príncipe Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orléans, Conde d'Eu, filho primogênito do Duque de Nemours, neto de Luís Filipe, rei da França.

O que motivou a vinda da Princesa Isabel ao sul de Minas foi a preocupação como deixar herdeiro para o trono do Império brasileiro. Sua Alteza já estava casada havia quatro anos sem conceber, esterilidade que a deixava profundamente amargurada e apreensiva. Era uma infecundidade que contrariava não só o interesse familiar — o ilustre casal desejava ter filhos — como o político. Um outro motivo talvez se pudesse acrescentar às razões da vinda de SS. Altezas ao sul de Minas: — uma aventura turística...

Aconselhada pelo Dr. Luís da Cunha Feijó, Visconde de Santa Isabel, médico da Imperial Câmara, cirurgião e obstetra, catedrático da Faculdade de Medicina da Corte (da qual seria diretor de 1872 a 1881), decidiu a Princesa vir a Caxambu, onde permaneceria alguns dias ou semanas, fazendo uso de certa água dessa estância hidromineral, que tinha a virtude de curar as "maninhas"...

Assim elucida Henrique Alexandre Monat, médico pela Faculdade da Bahia, em seu livro *Caxambu,* publicado em 1894, no Rio de Janeiro:

"As águas curavam a dispepsia, a anemia, as areias renais, biliares, vesicais, não havia dúvida; mas uma propriedade singular tinham elas também: senhoras, que nunca tinham concebido, outras, que pareciam já ter pago seu tributo à natureza, e descansavam desde longos anos, tornavam-se mãe depois de seu uso.

Chegou esta fama à Corte Imperial e a Princesa Isabel, ansiosa por perpetuar a dinastia dos Braganças, fez a viagem a Caxambu em 1868; não confiando, porém, bastante nas propriedades prolíferas das águas, dirigiu um voto a Santa Isabel da Hungria, prometendo-lhe construir um templo no morro da Cruz, onde em 1863, um dos moradores mais estimados de Baependi, Francisco Viotti, erigira o símbolo da Redenção, que ali existe ainda" (pág. 16).

E em outro capítulo do seu *Caxambu* comenta o Dr. Monat:

"Desde Hipócrates preconizam-se certas fontes como prolíferas; em todas elas observou-se que a fecundação seguia-se à cura de moléstias útero-ovarianas e outras". "Em outras mulheres estéreis encontram-se ingurgitamentos, atonia uterina, embaraços venosos, eczemas, dartros vaginais, etc. São essas mulheres que, curando-se, tornam-se fecundas."

"Não é de estranhar que em Caxambu se registrem esses fatos, fáceis de explicar, porque não há fonte mineral que não registre nascimentos ilustres em conseqüência do uso de suas águas", diz Constantin James. O nascimento de Luís XIV foi a recompensa de uma estação que fez Ana da Áustria em Forges. A fonte *La Sauvenière,* em SPA, é reputada prolífica e muito procurada como tal, assim como as de Schwalback; conta-se até que quando um habitante de Francfort redigia seu contrato antenupcial, impunha a cláusula: — que a mulher não iria mais de duas vezes em sua vida a Schwalback, com receio de que se tornasse fecunda demais.

"Por que negar essa propriedade às águas de Caxambu, se ela pode ser explicada fisiologicamente, e nada tem de sobrenatural, como supõe o vulgo?" (Págs. 211/212).

Pois aí está o porquê da visita da Princesa Isabel e do Conde d'Eu ao sul de Minas...

Nascendo anos depois o seu primogênito, D. Pedro de Alcântara, Príncipe do Grão Pará, a Princesa Isabel, tenha ou não sido por efeito das águas de Caxambu, mandou construir junto ao Cruzeiro, a suas expensas, no cimo do outeiro, a Capela de Santa Isabel da Hungria, tal como prometera...

Quando se soube que a augusta veranista — "aquática", como se diz em Caxambu — viria ao sul de Minas, e cientes todos de que, no seu regresso à Corte, não retornaria pela estrada de Pouso Alto e rio Verde, mas

que, a pedido do Conselheiro do Império Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, que era cristinense, passaria por Cristina, Itajubá e Soledade de Itajubá (o Itajubá Velho, hoje cidade de Delfim Moreira), toda Itajubá, exultante e pressurosa, se preparou para receber tão ilustre e alta visitante, o maior acontecimento social do século passado, em Itajubá.

Desde princípios de novembro de 1868 a Câmara Municipal de Itajubá, então sob a presidência do Padre Antônio Caetano Ribeiro, movimentava-se diligentemente a fim de oferecer condigna hospedagem aos augustos hóspedes. Ordenou-se uma faxina em regra nas ruas e nas fachadas das casas. Convocaram-se todas as doceiras e cozinheiras do município — e havia-as excelentes — que imediatamente se apressaram na preparação dos alfenins, dos quitutes, dos delicados acepipes, dos fios de ovos, das caldas e compotas, dos assados e pratos "ao sabor do reino". Os frangos e leitões do município foram rigorosamente requisitados...

Para receber SS.AA., e preparar-lhes uma acomodação condigna, o Padre Antônio Caetano Ribeiro, na qualidade de Agente Executivo municipal, nomeou uma comissão de algumas dezenas de autoridades locais e senhoras, que imediatamente tomaram as iniciativas para tanto.

Os pirotécnicos tiveram uma extraordinária encomenda de rojões, de bombas, de foguetes de lágrimas, de foguetes para girândolas e de engenhosos "quadros alusivos, com a demonstração da Régia Coroa e Armas da Casa Imperial do Brasil". As bandas de música principiaram por repassar os bons dobrados, marchas e trechos de óperas, uma empolgante Marcha Imperial, não faltando a *Marselhesa,* pois o senhor Conde d'Eu era francês... E, depois dos longos ensaios, a tarefa dos músicos era a de polir e lavar, com caldo de limão-rosa, os instrumentos de metal amarelo. Havia, então, duas "corporações musicais", a do maestro Joaquim Alves dos Reis e a do regente e compositor José Baptista de Carvalho, Mestre de Capela, título que lhe foi concedido pelo Bispo D. Sebastião Rego (Ata da Câmara Municipal, de 15 de janeiro de 1866 e outras). Os melhores cavaleiros da região foram convidados a oferecer aos ilustres visitantes uma "deslumbrante apresentação" de cavalhadas. As damas e mocinhas não se preocupavam com outra coisa senão imaginarem penteados e vestidos, enquanto escravos de confiança e os "próprios" iam à Corte, com a maior celeridade possível, para trazerem chamalotes, veludos, tecidos bordados, tarlatanas, brocados, passamanes, escumilhas, damascos e falbalás, bem como fitas rendas, adereços, jóias e perfumes, conhecidos por *Mil Flores, Sândalo, Essência de Rosas, Sonhos do Oriente, Phaon,...*

A caravana principesca, de volta para o Rio de Janeiro, passou por Cristina, tal como queria o Conselheiro Joaquim Delfino. Em Itajubá, todas as ruas pelas quais devia passar o séquito, estavam enfeitadas com artísticos arcos de bambu, nos quais, duas horas antes da chegada de SS. Altezas, se colocaram ramalhetes das mais variadas flores, em ricos festões, enquanto que o chão foi alfombrado com pétalas de rosas. As fachadas das residências se engalanaram com toalhas ricas nas janelas, galhardetes, guirlandas e escudos.

A chegada da Princesa Isabel e do Conde d'Eu a Itajubá se deu na tarde de 02 de dezembro de 1868, uma quarta-feira. Com o insigne casal vinham várias e altas autoridades e pessoas ligadas ao Paço, Alexandre Vieira de Carvalho, Conde de Lajes (Secretário de S. Alteza), a Condessa de Lajes, o médico Dr. Feijó, várias damas de honra, açafatas e inúmeros serviçais.

A cidade, esplendidamente adornada, com o júbilo manifestado a todo canto, com os sinos de suas igrejas a repicar triunfalmente, com seus fogos festivos, com seus vivas e suas bandas de música, recebeu apoteoticamente os augustos viajores. Os oficiais da Guarda Nacional do lugar e das imediações apresentaram-se corretamente fardados. A Câmara Municipal, incorporada, recebeu os grandes hóspedes na entrada da cidade, no alto do morro da Batalha (morro dos Canudos, na atual Rua Madre Raphael), que era por onde passava a estrada para Cristina, pois não havia ainda a saída pela Capetinga.

Nunca Itajubá, até então, havia ostentado tanto luxo, tantas pompas, tantas mesuras, tantas festas, tanta curiosidade, tanta satisfação...

No livro de Batizados de escravos, que então servia de Tombo, encontra-se o seguinte registro:

"*Princesa Imperial herdeira do Trono D. Isabel* — Pelas seis horas da tarde do dia dois de dezembro de mil e oitocentos e sessenta e oito, teve esta cidade de Itajubá a elevada honra de ser visitada pela Augusta Princesa Imperial D. Isabel, com seu Augusto Esposo o Príncipe Conde d'Eu os quais, depois de tomarem uma refeição, se dirigiram à Igreja Matriz (que de prevenção tive convenientemente adornada) e no adro foram recebidos debaixo do Pálio (ao som de uma salva de fogo artifical, que ali mandei colocar) a cujas varas se prestaram pessoas mais gradas desta cidade com seus uniformes de grande festa, e na porta do Templo os esperei, paramentado de estola, sobrepeliz, capa e barrete, com o Sacristão, e caldeira de água benta, e logo no seu ingresso os Augustos Hóspedes com a modéstia religiosa que os orna, de mim receberam a aspersão, e dirigindo-se ao Altar-Mor, depois de fazerem a oração, subiram para o lugar que lhes compete, e lhes estava preparado. Fiz a exposição do Santíssimo Sacramento no trono, levantei o *Te-Deum* que foi cantado pelo coro de música da Princesa, alternadamente por mim e o Reverendo Antônio Caetano Ribeiro, então Presidente da Câmara, e mais fiéis presentes. Foram incensados na ocasião competente, e recolhendo-se ao Palácio que lhes estava preparado, aí se dignaram receber as felicitações ao harmonioso som da banda de música, inúmeros fogos artificiais, iluminou-se a cidade nestas duas noites que aqui se demoraram, e depois de visitarem a Casa da Câmara e percorrerem as principais ruas desta cidade, e a ponte do Sapucaí, ao amanhecer do dia quatro seguiram viagem por Itajubá Velho acompanhados de sua comitiva que se compunha do Conselheiro Dr. Feijó (médico), Visconde de Lajes, Secretário, e suas esposas, e mais algumas Damas de Honra e os criados, grande massa de pessoas gradas desta cidade, e eu acompanhamos até à ponte de Santo Antônio, onde com saudades fomos despedidos pelas sete e meia da manhã, apesar

da estação ser a própria das águas, quis a Divina Providência conceder-nos dias brilhantes, e noites de claro luar, com temperatura agradável. Nesta ocasião temos dois coros de música, aos quais foi dado pelos Augustos Visitantes o título, de um o da Princesa, e de outro o do Conde d'Eu. Temos duas boticas, dois doutores em medicina, quatro doutores em direito, uma escola de instrução primária do sexo masculino, e duas ditas do sexo feminino. Só temos a lamentar o estado da Matriz, e da Capela de Nossa Senhora dos Remédios, onde também se celebra em deplorável estado. Temos em princípio de edificação a Capela de Nossa Senhora do Rosário, e a Casa da Câmara Municipal em estado pouco agradável. Este assento eu o fiz *ad perpetuam rei memoriam*. Cidade de Itajubá, era *ut supra*. O Vigário José Luís Coelho Pereira de Magalhães".

Como acabamos de ver, no dia 04 de dezembro de 1868 os egrégios visitantes partiram de Itajubá, tomando o caminho de Itajubá Velho (Delfim Moreira). Na tropa com os apetrechos do memorável séquito, alguns cargueiros levavam corotes com a desejada água de Caxambu, capaz de propiciar o herdeiro do torno do Brasil...

Em 16 de dezembro já estava a Princesa em Pindamonhangaba, na Província de São Paulo, onde foi oferecido um grande baile as SS.AA. Pedro Calmon, na *História do Brasil* (Vol. 5.º, pág. 1.696) estampa uma fotografia do majestoso palácio do Visconde de Palmeiras, onde ocorreu esse baile. Nesse mesmo e histórico prédio seria hospedado D. Pedro II em 10 de setembro de 1878.

Voltemos a Itajubá.

Ao se despedirem de Itajubá, os Príncipes do Brasil até longa distância ainda recebiam as homenagens e as reverências do povo da cidade. As bandas de música e uma comitiva composta de autoridades itajubenses acompanharam-os até certa distância da estrada. Cerca de uma légua além do bairro Santa Rosa, junto à rocha do Furado (a Pedra da Mamona, como também é conhecida), teve a Princesa o desejo de apanhar uma flor de rara beleza, que se via em cima da penha, preciosa peça da flora silvestre sul-mineira. Quis ela própria ir colhê-la, seguida apenas de algumas damas de honra. Dizem os gracejadores que a flor encaixada neste episódio histórico não passou de mero eufemismo, ou simples pretexto da Princesa, e que outro teria sido o motivo que a levou àquele capricho... Seja como for, o caso mereceu as atenções do Vigário, testemunha do acontecimento, que assim anotou no referido livro de batizados de escravos, utilizado como Tombo:

"O lugar do Furado, mudado em o nome de FLOR DA PRINCESA — Cópia da carta dirigida ao Visconde de Lajes, Secretário da Princesa Imperial D. Isabel:

"Ilmo. e Exmo. Sr. O misterioso acontecimento que se deu no dia quatro do corrente, pelas sete horas da manhã, dentro dos limites da Freguesia desta cidade, à distância de pouco mais de légua, por ocasião do se-

guimento dos Augustos Viajantes, no lugar denominado Furado, junto à laje que a natureza ali nos apresenta, onde S.A. Imperial parou atraída pela visão de uma linda flor que sob a influência dos brilhantes astros daquele risonho dia, sobre a laje se deixava ver, me impressionou, a ponto tal, que a mim se representou ver, e ouvir a Majestade Divina, circundada da Corte Celeste, dizer para a mesma natureza: — *Apresentai nessa laje, que como salva de prata a natureza oferece pelas mãos do Visconde do título do mesmo nome à Serenissima Princesa Herdeira do Trono, a brilhante flor, significativa do puro afeto que os moradores deste local sempre consagraram ao seu Monarca, que nesta hora é representado por Sua Primogênita.* E assim maravilhado, logo no regresso para esta cidade, por ocasião de administrar os socorros espirituais a uma pobre enferma, moradora quase fronteira ao lugar onde foi celebrado o sucesso, de viva voz publiquei àqueles moradores que de ora avante aquele lugar se denominaria *Flor da Princesa,* o que passo a escrever nos livros desta Igreja, nos assentos que ocorreram. Peço que em meu nome beije a mão A.S.Me. Imperador e V. Excia. me receba em o número dos seus respeitadores. De V. Excia. Reverente Capelão. Cidade de Itajubá, 22 de dezembro de 1868 — José Luís Coelho Pereira de Magalhães, Vigário desta cidade — E para que conste em todo o tempo lancei este assento que assino. Itajubá, era *ut supra.* O Vigário José Luís Coelho Pereira de Magalhães".

O Bispo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, a 02 de setembro de 1889, em visita pastoral a Itajubá, impressionou-se com as narrativas do Padre José Luís, tanto que, no Livro de Tombo da Matriz, assim deixou, de seu próprio punho, este comentário:

"Em viagem da Soledade (*Delfim Moreira*) para esta cidade vimos outro célebre rochedo, que não passa de uma grande rocha granítica de imponente e belíssimo aspecto. A cor não é natural, nem própria da pedra, mas de uma espécie de musgo ou erva criptogâmica, que adere a diversas partes de seu todo, dando-lhe em certa estação do ano a cor amarelada que se nota.

"Em um livro paroquial aberto em 02 de setembro de 1850 e destinado a servir, parte para assentos de batizados de escravos e parte para Tombo da Paróquia, está lançada pelo Vigário José Luís Coelho Pereira de Magalhães, de fls. 156 *usque* 157 v., uma longa notícia sobre a estada de S.A. Imperial, a senhora Dona Isabel e seu augusto esposo o Senhor Conde d'Eu nesta cidade de 2 a 4 de dezembro de 1868 e viagem destes para a Freguesia da Soledade. Diz o Vigário que, ao passar a Princesa no lugar da pedra, que então se chamava *Furado,* ficou este com a denominação de *Flor da Princesa,* por um ligeiro incidente que então ocorreu, sendo colhida do alto da pedra e entregue a S.A. Imperial uma linda flor que atraíra a sua atenção. Ignoramos qual a denominação que prevalece atualmente".

Não prevaleceu exatamente a denominação tal como queria o Padre José Luís, que seria, conforme sugeria, *Flor da Princesa.* Até hoje a rocha do Furado é conhecida por *Pedra da Princesa.* Está em terras da fazenda de Hugo Jannotti, que está disposto a doar a penha à Municipalidade, para

ser tombada como patrimônio histórico. Junto a essa pedra passava a estrada para a Província de São Paulo, assim como também passava, colada a ela, a estrada de ferro para Delfim Moreira, ora inexistente. Em vários assentamentos de batizados do arquivo paroquial, do século passado, encontra-se realmente a denominação de *Flor da Princesa,* referindo-se a batizandos residentes naquela localidade.

A Princesa Isabel e o Conde d'Eu ficaram, em Itajubá, hospedados num velho prédio então existente na esquina da Rua Cel. Rennó com a Praça Teodomiro Santiago, exatamente no local em que ora se encontra o Hotel Centenário. Com respeito a essa casa, o veterano e provecto jornalista Dr. José Ernani de Lima, pena brilhante que muito engrandece a imprensa sul-mineira, engenheiro itajubense que com justeza cultiva as tradições de sua terra natal, publicou uma excelente crônica no jornal "O Sul de Minas", números de 4 de 11 de março de 1962, da qual passo a trasladar alguns trechos:

"Havia ali, até há poucos anos passados, esse velho solar, que conheci e freqüentei assiduamente. Nele funcionou, por largo tempo, o Hotel Barbosa, de Dona Ambrosina Barbosa Pinto; ali se instalou depois, com uma pensão, a doceira Justina Augusta da Silva, figura popular de Itajubá, que acolhia em sua casa, como pensionistas, rapazes que vinham de fora para estudar, atraídos pelo Instituto Eletrotécnico de Itajubá, nos primórdios de sua existência.

"O antigo solar itajubense foi adquirido, mais tarde, pelo Major João Antônio Pereira, diretor da Companhia Industrial Sul-Mineira, que o mandou demolir, construindo em seu lugar o belo palacete que lhe serviu de residência durante largos anos.

"Este prédio foi comprado mais tarde por alguns itajubenses progressistas, que tiveram a idéia de erguer ali, em seu lugar, um edifício de lojas e apartamentos, digno da cidade.

"Devo a duas antigas itajubenses, de saudosa memória, contemporâneas da visita dos príncipes a Itajubá, várias informações sobre essa visita, inclusive aquela relativa ao prédio que teve a honra de abrigar os augustos visitantes.

"Chamavam-se elas: Dona Ana Maria de Jesus Lima, minha saudosa avó, esposa de Fructuoso Ramos de Lima, nascida em 1842 e falecida em 1922; Dona Minervina de Sousa, irmã do Sr. Henrique de Sousa, antigo oficial do Registro Civil de Itajubá, nascida em 1860 e falecida em 1943.

"Minha avó já era casada (casou-se em 1862) e Dona Minervina de Sousa já tinha 8 anos de idade quando aqui aportaram os príncipes imperiais.

"Dona Minervina foi uma das crianças destacadas para atirar flores nos príncipes, quando eles deram entrada no salão do prédio que os hospedou, entre alas de itajubenses ilustres e de muitos curiosos, entusiasmados todos com a honra daquela visita. Como era — e sempre foi — de pequena estatura, a menina Minervina teve até de subir a um tamborete para poder homenagear os príncipes com as flores que recebera para esse fim...

"Talvez devido à ausência de filhos, a Princesa Isabel gostava muito de crianças. Em Itajubá, segundo me informou Dona Minervina de Sousa, a Princesa manifestou acentuada predileção por uma linda criança, chamada Ernestina Campista. Quis mesmo levá-la para a Corte, idéia a que se opuseram vivamente os pais da menina.

"Outras meninas itajubenses tiveram muita inveja da pequena Ernestina; e uma delas, justamente a menina Minervina de Sousa, chegou até a chorar por não ter podido seguir com a Princesa para a Corte.

"Ernestina era filha de dois elementos de destaque da sociedade itajubense daquela época: Cel. Evaristo da Silva Campista, político prestigioso, filiado ao Partido Liberal; e sua esposa Dona Amélia de Magalhães Campista, irmã do Dr. Aureliano Moreira de Magalhães, brilhante e notável figura do passado itajubense, desde o Império até a República. Era também irmã de outro ilustre filho de Itajubá, o Dr. Geraldino Campista, advogado estudioso paciente do nosso passado, autor de uma notável monografia histórica, intitulada *Itajubá (1703-1832)*, apresentada ao Primeiro Congresso de História Nacional e estampada na Revista do Instituto Histórico Brasileiro".

* * *

28 — A ESCRAVATURA E A CIDADE LUZ

Já ficou dito no capítulo 9 que a presença do africano em Itajubá antecede à fundação da cidade. Já no século XVIII existiu no município o temido quilombo da Berta, valhacouto onde se homiziavam escravos fugidos das senzalas de localidades sul-mineiras e do norte de São Paulo.

A população servil de Itajubá, segundo dados estatísticos divulgados, era a seguinte:

Em 1825: 1.000 (cômputo estimativo)	Em 1879: 4.398
" 1835: 1.712	" 1881: 4.003
" 1848: 2.104	" 1883: 3.960
" 1860: 2.982	" 1884: 4.040
" 1868: 3.021	" 1885: 4.048
" 1872: 4.275	" 1886: 3.259
" 1876: 4.496	" 1887: 3.105

Fontes. "Gazeta de Itajubá" de 28-09-1910; Xavier da Veiga; *Efemérides Mineiras*, 1.º vol., pág. 20; 3.º vol., pág. 417; 4.º vol., pág. 290; "O Itajubá" de 28-02-1883 e de 26-04-1884; Victor Silveira, Minas Gerais em 1925, pág. 529 Arquivo da Prefeitura, sobretudo os livros de lançamentos de taxas; "A Verdade", n.º de 10-06-1886 e outros jornais antigos.

Numa Circular de 4 de novembro de 1853, mencionada na Ata da reunião de 2 de janeiro de 1854, da Câmara Municipal, o Governo Provincial indagava sobre a "população livre e escrava" do município de Itajubá. A Edilidade não soube nem mesmo presumir quantidades, alegando necessitar para isso da "coadjuvação dos párocos e do delegado" (Sessão de 3 de janeiro).

Nos livros de batizados de escravos do arquivo de Nossa Senhora da Soledade, encontram-se os nomes dos *senhores* de Itajubá que os possuíam, entre os quais o Padre Lourenço. Era a maneira de se ter criados em casa ou nos trabalhos da fazenda...

Itajubá, embora, como adiante se verá, tenha dado uma gloriosa e altissonante demonstração do altruísmo e da nobreza de seu povo no tocante à redenção da raça negra, não fica, contudo, à margem das desnaturadas práticas de sevícias na pessoa indefesa do negro, as quais durante séculos manchavam a história social do Brasil. Em jornais itajubenses do século passado, anteriores a 1888, encontram-se notícias de algumas dessas atrocidades com o desditoso cativo. Já no penúltimo ano do iníquo regime, o jornal "O Itajubá", de 13-03-1887, registrava o hediondo procedimento do fazendeiro Manuel Custódio dos Santos para com o preto Clemente, porque havia este comido um pedaço de cana "no eito" em que trabalhava. Apresentando-se ao Juiz Municipal, declarou o crioulo Clemente que o seu *senhor* era um "bárbaro", que castigava "sem razão os seus escravos", que os torturava, não lhes dava roupa nem alimento, "tendo em casa todos os instrumentos de suplício e tormentos". Por causa de um pedaço de cana, o impiedoso fazendeiro, "a porrete, o derrubou ao chão", e, chamando o feitor Francisco Ayres de Oliveira, que o subjugava, ele, Manuel Custódio dos Santos, "com uma torquês, com toda a brutalidade arrancou-lhe quatro dentes da frente, do queixo superior, e com a mesma torquês quebrou e cortou as pontas dos outros do queixo inferior". Assim documenta o jornal. E Clemente, depois disso, foi ainda metido no tronco depois de chicoteado com *bacalhau*. Após alguns dias esse escravo conseguiu fugir, arrastando-se, com "uma pesada pega de ferro" que lhe dilacerava os pés, a qual foi retirada pelo ferreiro Jacob Masselli, por ordem do Juiz, e com a boca chagada como estava, o infeliz Clemente nem mais conseguia mastigar os alimentos. O referido jornal reproduz, na íntegra, o "Auto do corpo de delito" a que mandou proceder o Juiz, do qual participaram o médico Dr. Américo da Silva Oliveira, o farmacêutico José Baptista de Carvalho Neto e algumas testemunhas, tendo sido assim oficialmente comprovadas todas as denúncias do escravo torturado. "O Itajubá" de 26-06-1887 noticia o júri a que responderam Manuel Custódio dos Santos e seu capataz Francisco Ayres de Oliveira, tendo sido defensor de Clemente o cidadão Liduardo de Sousa. Na edição de 19-08-1888 diz o mesmo jornal que os réus foram recolhidos à prisão, mas no segundo júri, presidido pelo Dr. Aureliano Moreira Magalhães, o fazendeiro e o feitor, agora defendidos pelo Dr. João Vieira da Cunha, foram absolvidos... ("O Itajubá" de 23-09-1888). E o implacável Manuel Custódio dos Santos andou planejando meios de se vingar de Liduardo Rodrigues de Sousa, que, no primeiro júri, defendera

o escravo Clemente, motivando ter sido ele, Manuel Custódio, levado para as grades... Estando no Rio de Janeiro, Liduardo comentou em um jornal carioca os bárbaros tratos infligidos pelo fero fazendeiro. Manuel Custódio dos Santos ajustou um advogado, o Dr. Paula Ramos, para processar a Liduardo por crime de "calúnias impressas". E Liduardo foi levado a tribunal, mas tornou-se muito fácil ao seu advogado, Dr. Barbosa Júnior, provar que longe se tratava de calúnias, e nenhuma penalidade sofreu o réu... ("O Itajubá" de 05-02-1888 e a "Gazeta de Notícias" do Rio de Janeiro, de 28-01-1888). Fatos como esse se repetiam.

Em outras feitas, era a própria Lei que se mostrava inclemente... Como exemplo de *atrocidade legal* podemos citar a pena "mínima" de 100 açoites, imposta ao escravo Florêncio, em 18 de dezembro de 1884, pelo *crime* de ter fugido de seu *senhor* e recebido, a capoeiradas, a dois policiais que o deviam capturar. Esse júri teve como Juiz o Dr. Adolfo Augusto Olinto; como Promotor, o Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior; como Escrivão o Cap. Joaquim Pinto de Noronha; como advogado do escravo o causídico Antônio Luís Pinto de Noronha Sobrinho, conforme notícia divulgada pelo "Itajubá" de 20-12-1884. A decisão desse tribunal, instalado quase nas vésperas da Lei Áurea, bem revela o espírito desumano das leis daquele tempo. Cem açoites de *bacalhau* por desejar a liberdade...

O Dr. José Pinto Rennó, em "A Verdade" de 24-12-1939, rememora um desses julgamentos desapiedados dos meados do século XIX, quando, em 15 de dezembro de 1852, o Bacharel Virgínio Henriques Costa condenava o negro Vitorino a 500 açoites, e a carregar, durante oito anos, um ferro ao pescoço. Funcionou como Promotor o austero João Carneiro Santiago. O escravo era propriedade do fazendeiro Francisco Manuel da Palma. O crime de Vitorino estava em não haver resistido à tentação lública despertada pela mulata Rita... No dia 09 de janeiro de 1853, o carcereiro Lourenço Luís Gomes Nogueira lavrava esta certidão:

"Certifico que, em virtude deste presente mandato, conduzi o preso Vitorino, acompanhado de guardas, à casa de Guilherme Strutz (ferreiro), onde foi posto um ferro no pescoço do mesmo preso e dou fé".

Estava feita a "justiça", tal como a entendiam os homens de então. Vitorino, durante dez dias consecutivos, recebeu 50 chibatadas de *bacalhau*, até completar as 500 previstas na sentença. Durante 8 anos os itajubenses viam-no passar pelas ruas, de ferro preso ao pescoço, a caminho do trabalho sem descanso...

Com esses e outros maus tratos, não é para estranhar que os escravos, humanos que também o eram, de vez em quando se revoltassem contra os *senhores*, os capatazes e os tribunais, e premeditassem vinditas. Às vezes, em alguma tocaia pelas estradas, ou em assalto à residência de seu dono, o preto cativo consumava sua vingança com ódio mortal. De outras feitas, era por meio do moleque caseiro da mansão senhorial, ou da mucama dos serviços da *sinhá*, que o homem da senzala perpetrava sua desforra, mandando praticar alguma malvadeza, que chegava, em alguns casos, a incêndios ou envenenamentos. Quando não encontrava cúmplice

para isso, recorria aos processos indiretos da superstição, realizando feitiçarias ou sessões de macumba, supondo com isso poder torturar seu algoz com doenças, dores lancinantes ou loucura... A tradição nos faz chegar o conhecimento de vários desses casos ocorridos em Itajubá.

Poderia ter sido o mais grave desses desforços, que teria abalado toda a cidade, uma sublevação maquinada por algumas dezenas de escravos estigmatizados pelas algemas, pelo chicote impiedoso, pelo tronco, pelos ferros da perversidade. Decidiram amotinar-se, e organizados, armados de varapaus, facas e foices, durante a noite, os pretos dominariam as ruas, arrebentariam portas, esbordoariam vidraças, e se vingariam dos *senhores* e feitores que lhes infligiam castigos. Mas, velhas escravas e mucamas fiéis houve que, sabedoras de todo o programado motim, e porque muito estimavam as *sinhazinhas* e as patroas, lacrimosas e trêmulas revelaram a estas o que se tramava entre os irmãos de cor. Os homens brancos prepararam, então, carabinas, garruchas e, alguns, até espadas, e ficaram de prontidão em suas casas, enquanto os "próprios", a todo galope, corriam a Ouro Preto e a São Paulo levando ofícios das autoridades, nos quais rogavam os itajubenses urgente socorro policial. As famílias, apavoradas, se trancavam nos quartos e acendiam velas nos oratórios. O momento era de pânico. Corriam boatos de que, nas imediações da cidade, já se encontravam alguns bandos metidos no mato, prontos para o assalto. As cubatas e senzalas realmente ficaram despovoadas, fato que confirmava o perigo de invasão e de atentados brutais.

Luís Luna, em *O Negro na Luta Contra a Escravidão* (Editora Leitura, Rio de Janeiro, 1968, pág. 103), assim registra o acontecimento:

"Em 1872, os escravos tentaram se levantar, em Itajubá, mas as autoridades foram inteiradas do plano e, imediatamente, tomaram providências para a repressão. A Guarda Nacional foi mobilizada e os fazendeiros, por intermédio do Juiz de Direito da Comarca (Dr. Adolfo Augusto Olinto), dirigiram-se ao Ministro da Justiça (Manuel Antônio Duarte de Azevedo) solicitando reforço de tropas. Um destacamento de 150 soldados de Infantaria e 50 de Cavalaria ocupara a cidade. Numerosas prisões foram efetuadas, os presos torturados e, assim, a insurreição fracassou".

Segundo "O Itajubá" de 15-12-1872, tal insurreição de escravos estava marcada para o dia 02 de dezembro. E noticiava esta folha:

"FORÇA — Chegou a esta cidade uma remetida pelo Exmo. Sr. Presidente da Província de São Paulo, comandada pelo Sr. Alferes Paulo Pinto A. Rangel, a qual veio para auxiliar a autoridade na insurreição de escravos que, segundo corria, tinha de rebentar no dia 02 do corrente. Felizmente, até esta data nada ocorreu. É S. Excia. digno de elogio por tão relevante serviço".

Não foram raros os casos de desespero de alguns escravos mais infelizes que, ou porque eram excessivamente torturados, ou porque eram vendidos a outros *senhores* temidos e famosos por suas crueldades, procuravam a fuga deste mundo. Que se mencione apenas um exemplo:

"SUICIDIO — Duas escravas do Sr. Eusébio Pereira, residente nesta cidade, vendidas ao Visconde de Moreira Lima, atiraram-se ao rio Sapucaí, tendo já boiado os cadáveres, em adiantada decomposição" (De "O Itajubá" de 20-06-1886).

Um dos volumes do arquivo da Prefeitura traz, no frontispício, esta indicação:

"Este livro há de servir neste Juízo para nele se lançarem as escrituras de venda de escravos".

Além das transmissões de posses de cativos, cujos preços iam de 50 mil réis (crianças ou velhos, ou crioulos defeituosos) a 3 contos de réis ou mais (para moços fortes e mulheres de grandes préstimos), encontram-se algumas doações, tais como a do Dr. João Rennó de França à sua neta Florentina, filha de sua filha Virgínia Emília Rennó e Oliveira, casada com o Dr. Américo da Silva e Oliveira, e que foi de uma crioulinha de nome Dorotéia; da quituteira Francisca, oferecida por João da Silva Bretanha à sua sogra D. Maria Duarte de Lemos; do negro "vimbunde" Fabiano ao alcijado Manuel Ribeiro, doado por D. Ana Correia de Carvalho como pagamento de uma promessa a São Benedito; da negra Manuela ao Sr. Vigário, doação feita por José Maria da Veiga, em virtude de uma graça alcançada... E muitas outras concedidas para comemorar datas natalícias, bodas ou festa de algum santo.

"O Itajubá", folha abolicionista, noticiava sempre as manumissões concedidas altruística e filantropicamente a escravos, nas ocasiões de júbilo, ou de algum acontecimento festivo ou marcante. Lia-se, então, que Agostinho Pereira Leite, por ocasião do aniversário de um seu filho, deu carta de alforria ao preto Quintiliano; que Ana Inácia de Macedo concedeu liberdade, sem nada exigir para tanto, à preta Rita, sua escrava; que, em regozijo por um acontecimento feliz, Mariana Ribeiro de Sousa, viúva de Cândido Pereira de Mendonça, libertou, sem nenhuma paga financeira, a cativa Antônia; que a mãe de Dr. Targino Ottoni de Carvalho, quando a Itajubá chegou esse seu filho recém-formado pela Faculdade de Medicina da Corte, para expressar seu vivo contentamento libertou os três escravos da casa, Domingos, Camilo e Benedita... Nem disporia de espaço neste livro se fosse eu mencionar todos esses gestos filantrópicos e tocantes encontrados também na "Gazeta Comercial" e em outras folhas itajubenses daqueles idos.

Pois até os registros da Câmara Municipal documentavam essas nobres cartas de liberdade. Que se transcreva apenas uma:

"Luís José de Sousa Vianna, tomando parte no regozijo que todo cidadão brasileiro experimenta neste glorioso dia de sua liberdade e Independência do País em que vive, vem comemorar com seu voto a mesma alegria que a todos assiste conferindo carta de liberdade à sua escrava Rosária, como se de ventre livre tivesse nascido. Pede à Ilma. Câmara mandar publicar e registrar esta sua vontade. Itajubá, 07 de setembro de 1887 — Luís José de Sousa Vianna".

"Todos os fatos de manumissão são honrosíssimos para o Brasil", dizia Joaquim Nabuco (*O Abolicionismo*, pág. 115). Os fatos que acabo de citar são, portanto, honrosíssimos para Itajubá!

A primeira alforria que se registrou em Itajubá é a que se encontra documentada no livro de rótulo *1832 — L.º D.N. 1.º*, do arquivo da Prefeitura. O histórico assentamento é datado de 06 de fevereiro de 1832, quando ainda Itajubá era denominada por *Matriz Nova*. Tem a seguinte redação:

"Digo eu Francisco José de Carvalho que entre os mais bens que possuo o bem assim um mulato de nome Adão, de vinte e dois anos mais ou menos, o qual muito de minha livre vontade e sem constrangimento de pessoa alguma o liberto como com efeito libertado tenho de hoje para todo o sempre o qual poderá da data deste gozar da sua alforria como se nascesse de ventre de sua mãe liberta, pois ao fazer desta recebi muito de minha vontade em valor do mesmo setecentos e cinqüenta mil réis da mão do Sr. Isidoro de Siqueira Pinto".

Para ilustrar ainda o que eram aqueles tempos de nefários negócios de peças humanas, que se transcreva, pelo menos, uma daquelas tristes escrituras:

"Escritura de compra e venda condicional que faz José Ribeiro da Costa de uma escrava ao Capitão Antônio José Rennó pela forma seguinte:

"Saibam quantos este público instrumento de compra e venda condicional ou como em direito melhor nome e lugar haja virem que sendo no ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta e dois, aos vinte dias do mês de outubro do mesmo ano, nesta vila da Boa Vista de Itajubá, Comarca de Jaguari, em meu Cartório, compareceram presentes partes entre si havidas justas e contratadas a saber: de um lado como outorgante vendedor faz José Ribeiro da Costa e do outro como outorgado comprador o Capitão Antônio José Rennó, ambos reconhecidos de mim, Escrivão, do que dou fé e das testemunhas presenciais que abaixo vão nomeadas perante as quais pelo outorgante vendedor me foi dito que ele é senhor e possuidor de uma escrava de nome Maria de nação, de idade de quarenta anos, e que cuja escrava de sua livre e espontânea vontade e sem coação alguma condicionalmente vende ao outorgado comprador, sendo com condição de no prazo de dez meses satisfazer ao outorgado vendedor a quantia de quatrocentos e dez mil e setecentos e dez réis e se no referido prazo não satisfizer a referida quantia receberá do outorgado comprador a quantia de oitenta e nove mil duzentos e noventa réis para perfazer a quantia de quinhentos mil réis, preço pelo qual havia vendido a referida escrava ao outorgado comprador e do dito prazo em diante haveria ao outorgado comprador por empossado na referida escrava para possuí-la ou vender como melhor lhe convier e pelo outorgado comprador me foi dito que aceitava a venda que lhe era feita pelo outorgante vendedor e se sujeitava às condições propostas pelo outorgante vendedor, sendo-me neste ato apresentado o conhecimento de haver pago os novos e velhos direitos cujo é (sic) de número duzentos e noventa e oito

o da quantia de mil e oitenta réis recebido nessa vila pelo coletor Antônio Pio Carlos de Mendonça em data de hoje os quais ficam em meu poder e cartório do que dou fé e por ser esta a forma de seus ajustes e contratos do que digo contratos me pediram que nesta nota a lançasse, aceitasse e estipulasse ao que satisfazendo-se nesta nota lancei, aceitei e estipulei em nome das partes e de quem mais deva de tocar ausente, e sendo-lhe lida esta ambos assinaram por a acharem conforme o bem assim assinaram as testemunhas Carolino Luís de Almeida e Joaquim Custódio da Silva comigo João Emílio Salomon, Escrivão Interino que a escrevi e assino". Seguem-se as assinaturas.

Uma simples mercadoria o pobre escravo...

Nomes de família não os tinham os pobres mancípios. Alguns deles adotavam os nomes da estirpe de seus *senhores*...

O primeiro escravo nascido e batizado em Itajubá foi a parda Joaquina. Seu batizado se deu no ano da fundação de Itajubá, isto é, em 1819, conforme documenta o seguinte apontamento, lavrado na folha 28, do 2.º livro de batizados de escravos, do arquivo paroquial:

"Aos vinte e dois de abril de 1847, nesta Freguesia, a requerimento do Tenente Francisco Fernandes da Silva, abri neste livro o assento da inocente Joaquina, parda, por não haver-se então lançado naquele tempo; e para isto inquiri verbalmente duas testemunhas, José, preto mina forro, e Maria Rita, parda forra, escravos que foram do Guarda-Mor Francisco Vieira Carneiro, as depuseram debaixo de juramento dos Santos Evangelhos, que em os meses do ano de mil oitocentos e dezenove, o Reverendo José Geraldo de Sousa batizou e pôs os Santos Óleos à inocente Joaquina, parda, filha de pai incógnito e de Rosa, preta de nação, escrava do Sr. Guarda-Mor Francisco Vieira Carneiro, e que elas testemunhas não se lembram então quem foram os padrinhos, e por isso não os referi aqui, de que faço este Termo que assino. — O Vigário Joaquim José de Oliveira".

Em 1854, segundo documenta o arquivo da Municipalidade, os *senhores* pagavam 200 réis anuais de imposto para cada escravo de idade entre 12 e 60 anos.

Também possuiu Itajubá os seus valentes capitães-do-mato, conforme se lê em escrituras de cativos e em *memórias*. Balbino Vicente, Bruno e Damião Querino foram três daqueles temidos batedores de quilombos e de matos, no cumprimento da missão de procurar negros fugidos, de recapturar o crioulo cabundá, o herífuga, e reconduzi-lo ao dono. Os senhores que não possuiam capitão-do-mato, ou nele não confiavam, tinham que, eles próprios, irem à procura do preto fugido. Na Ata da sessão de 1.º de maio de 1882, da Câmara Municipal, assim consta a justificativa de falta do vereador Cândido Pereira de Mendonça:

"Ilmos. Srs. Presidente e Vereadores da Câmara Municipal. Tendo eu recebido um Ofício de VV.SS. para comparecer nas sessões de 4 e 5 de maio, e não me sendo possível comparecer nos dias aprazados em vista

de me haver fugido uma escrava para a Província de São Paulo e tornar-se-me necessário ir buscá-la, espero pelo motivo alegado ser dispensado de qualquer multa por ser falta involuntária. Deus guarde VV.SS.".

Depois de 1872, já na era da imprensa em terras itajubenses, os escravos fugidos eram anunciados nas colunas dos jornais, em "O Itajubá", na "Gazeta Comercial", na "Época", no "Rio Branco". A epígrafe era sempre a mesma: "ESCRAVO FUGIDO". Geralmente tais anúncios eram encimados por um pequeno clichê, em que aparecia um pobre negro na sua fuga, de trouxa à cabeça, a caminho do mato. Nessas publicações os *senhores* davam os sinais da "peça" desaparecida (estatura, algum defeito físico, falta de dentes, as habilidades ou préstimos em que se especializaram), a idade e outras indicações para ajudar a identificação, e prometiam boas gratificações a quem a restituísse.

Nos diversos apontamentos, publicações e registros da Prefeitura e da Matriz, as regiões africanas mencionadas como pátria dos negros cativos existentes no município de Itajubá eram, com mais freqüência, o Congo, a Costa, o norte de Loanda, a Guiné e Benguela (Angola).

Curioso é observar que, na falta de nome de família, alguns escravos recebiam do povo apelidos tomados de suas terras de origem, conforme são encontrados nos livros de batizados, casamentos e óbitos. Em Itajubá existiram Francisco Africano, Antônio Africano, Rita Africana, Inácio Cabinda, Bento Benguela, José Congo, Miguel Cafre, Benedito Luanda, Pedro Guiné, João Moçambique, Teresa Mina, José Benguela da Costa da África... Este último sepultado em 09 de maio de 1893.

Com os movimentos nacionais tendentes a abolir a escravidão, e o surgimento das célebres leis que, pouco a pouco, foram limitando o domínio sobre o negro — extinção do tráfico (1853), a Lei do Ventre Livre (1871), a libertação compulsória dos sexagenários (1885) — foram-se reanimando muitos itajubenses para perfilhar o combate ao cativeiro. E foi luta que chegou a um epílogo altruístico da mais relevante importância na história da manumissão definitiva do negro no Brasil, e que coloca Itajubá em destacada posição nos acontecimentos humanitários que culminaram na Lei redentora de 13 de maio de 1888.

Em 28 de setembro de 1885, a Lei imperial n.º 3.270, conhecida por Lei Saraiva-Cotegipe, concedia a liberdade aos escravos sexagenários. Itajubá muito se entusiasmou com essa decisão manumissora. Foi imediatamente solicitada da Coletoria Municipal os nomes de todos os cativos compreendidos nessa faixa etária, com as indicações de seus respectivos proprietários. O número apresentado foi de 225. Descontados os já libertos ou falecidos, esse número ficou reduzido a 104 ("O Itajubá" de 04-04-1886). Os abolicionistas quiseram festejar ruidosamente o acontecimento. Assim noticiava "O Itajubá" de 28-03-1886:

"Realizou-se no dia 25 do corrente a solene audiência do Dr. Juiz de Orfãos para declaração de liberdade aos escravos sexagenários, matriculados neste Termo. Ao Paço municipal afluiu considerável número de

habitantes da cidade e de fora, autoridades, pároco, vereadores, enfim as pessoas gradas da cidade. Aberta a audiência, a composição musical *União dos Artistas*, com a coerência que em si guarda de comparecer e abrilhantar todos os atos para que é convidada, com a proficiência reconhecida em cada um dos seus sócios, executou as mais lindas peças do seu repertório". O Juiz procedeu à chamada dos escravos beneficiados pela referida Lei. "Instruídos uns e outros, quanto aos seus direitos e deveres, foram solenemente proclamados libertos pela Lei, lendo em seguida o Dr. Juiz de Órfãos um discurso análogo ao ato. Em seguida usaram da palavra e foram calorosamente aplaudidos pelos brilhantes discursos que proferiram, os senhores Dr. Pereira dos Santos, Sebastião Salomon, Dr. Geraldino Campista, Dr. Mattoso Ferraz, Dr. João de Faria, Dr. Targino Silva e Capitão Antônio José Leite.

"Terminada a audiência, grande número de cidadãos, seguidos da corporação *União dos Artistas*, acompanhou até sua residência ao Dr. Juiz de Órfãos, onde em brilhantes saudações, impulsionadas pela amizade e benevolência de oradores, foi o mesmo Juiz saudado, seguindo-se outros e diversos brindes a muitos presentes".

Houve, é bem verdade, alguns itajubenses adeptos do regime da ferropéia, e que só nos últimos meses aderiram à campanha pró alforria geral. Foram contudo tantos no município os paladinos da emancipação, que os escravocratas de outras plagas vigiavam os itajubenses com vivos temores. De Ouro Preto, esteve em Itajubá Onofre Carneiro Bustamante, a fim de "organizar um relatório do estado de ânimo dos adversários da escravatura", e, em 1884, o Clube de Lavoura e Comércio, da cidade de Barra Mansa, enviou à Câmara itajubense um ofício "pedindo a criação de um centro que reaja contra os excessos dos abolicionistas que querem levar esta questão por meios de insultos, injúrias, etc." Era o que se fez constar na Ata de 1.º de maio daquele ano. A Câmara de Itajubá, que, por certo, oficialmente não aderiu aos interesses dos escravistas, tomou, no entanto, em elevada consideração o ofício barra-mansense, e, na aludida Ata, assim fez lançar:

"Falou o Sr. Dr. Aureliano Magalhães indicando que fosse nomeada uma pessoa competente de cada Freguesia, sendo 2 pela cidade, para, em número de 5, em Comissão, no prazo de um mês, reunir-se e dar o seu parecer sobre o alvitre que deve tomar a Câmara. Foi aprovado. O Sr. Presidente nomeou pela cidade o Sr. Capitão Antônio José Rennó e o Vereador João Carneiro; pela Vargem Grande o Sr. Francisco Brás Pereira Gomes; pela Soledade, o Sr. Cândido Ribeiro da Costa, e pelo Piranguçu o Sr. José Domingues Vila-Nova".

A "Gazeta Comercial", jornal itajubense dos Drs. José Manuel Pereira Cabral e José Pereira dos Santos, era francamente escravista. Contrariamente, "O Itajubá", folha do Dr. Aureliano Moreira Magalhães, mostrava-se, sem temores, favorável à libertação.

Expunha, em 1880, a "Gazeta Comercial", o perigo que ameaçava a economia nacional a desejada emancipação do negro. A lavoura seria, segundo prognosticava, atingida em cheio com a supressão do braço escravo. Para estranhar, a "Gazeta", na edição de 31 de outubro de 1880, estampava um artigo abolicionista de Marcolino Guimarães, porém, no número seguinte, de 7 de novembro, publicava o referido jornal esta ressalva:

"OS ABOLICIONISTAS — Com este título saiu em o número passado da "Gazeta" um artigo do nosso inteligente colaborador Marcolino Guimarães, que corre por conta e risco de seu autor e cujas idéias não partilhamos, pois, somos francamente escravocratas, ou anti-abolicionistas no estado atual das coisas".

Na edição de 14 de novembro voltava a "Gazeta Comercial" com novo trabalho de Marcolino Guimarães, em desassombrada defesa da Abolição, sem se intimidar o autor com os argumentos do próprio jornal. Seu nome, só por isso, deveria figurar em uma das ruas da Cidade. Foi ele o Patrocínio de Itajubá!

Nas edições posteriores, a "Gazeta Comercial" prosseguiu implacável contra a Abolição. Em suas páginas só Marcolino Guimarães tinha a coragem de contrariar a opinião de seus redatores e donos.

Na história da Abolição em Itajubá cumpre que se mencione um precursor, o Ten.-Cel. Domiciano José Pereira, falecido em 1886, que deixou, em suas "últimas disposições", a liberdade a todos os seus escravos, em número de 23 ("O Itajubá" de 28-02-1886).

As próprias autoridades governamentais contribuiam financeiramente, já no último decênio da escravidão, para se ir, pouco a pouco, concedendo liberdade aos cativos. Além das medidas já concedidas por leis, entre as quais as de Eusébio de Queirós, Visconde do Rio Branco e Saraiva-Cotegipe, criou-se o Fundo de Emancipação, em obediência ao disposto no Art. 1.º do Decreto n.º 6.341, de 20 de setembro de 1876.

A primeira cota concedida pelo Governo Provincial a Itajubá foi de 6 contos e 686.014 réis. Foram então libertados os 9 primeiros escravos itajubenses favorecidos pelo Fundo de Emancipação, em solenidade realizada em 23 de dezembro de 1882. Em 1883, a cota foi de 8 contos e 946.513 réis, que permitiu a liberdade de mais 13 escravos de Itajubá. A cota maior foi a de 1884, de 19 contos e 885.760 réis. Em cumprimento ao Decreto n.º 5.135, de 13 de novembro de 1872, ficou designada a Comissão para proceder ao sorteio dos novos contemplados. O Edital de 2 de maio de 1884, lavrado pelo Escrivão de Paz Manuel Pereira de Castro, Secretário da Junta, e autenticado por José Pereira dos Santos, Presidente da Câmara e Agente Executivo municipal, marcava o dia 2 de junho para tais trabalhos. O Edital de 17 de junho do mesmo ano, validado pelas assinaturas de Manuel Pereira de Castro (Escrivão), João Carneiro Santiago Sobrinho (Vice-Presidente da Câmara), Joaquim Francisco Pereira Júnior (Promotor Público), Antônio José Leite (Promotor *ad-hoc*) e Manuel Correia de Miranda (Coletor), tornava públicos os nomes dos 39 agraciados. Na mesma

data, o Juiz de Órfãos, solenemente, no Paço da Câmara Municipal, proclava a alforria desses favorecidos pelo Fundo de Emancipação. A cota de 1885, destinada a Itajubá, caiu para pouco mais de 5 contos. Em 7 de setembro do mesmo ano, no Paço da Câmara, o Juiz de Órfãos, em tocante solenidade, fez a entrega de mais 12 cartas de libertação.

O jornal abolicionista "O Itajubá" publicava todas essas cotas do Fundo de Emancipação concedidas aos cativos itajubenses, bem como os nomes dos escravos beneficiados, e os de seus donos.

Os abolicionistas itajubenses, contudo, não confiavam somente nas providências governamentais, quanto às medidas tendentes à extinção do cativeiro. O Dr. Aureliano Moreira Magalhães, pelo seu "O Itajubá", combatia com ardor a servidão negra. Registrava na sua folha todas as manumissões concedidas, e incentivava tais gestos. É nas colunas dessa folha que se encontra a saudação de Itajubá a Acarape, da Província do Ceará, por ter sido esse o primeiro município brasileiro a libertar seus homens de cor ("O Itajubá", n.ºs de 28-01-1883 e 29-03-1884).

Em terras itajubenses as diligências emancipadoras não ficariam em palavras. Organizou-se uma Comissão Libertadora. A própria Câmara Municipal aderiu ao movimento pró redenção da raça escrava. Por proposta do Vereador Joaquim Francisco Pereira Júnior, criou a Municipalidade o *Livro da Liberdade,* histórico volume, encadernado em veludo vermelho, pertencente ao arquivo da Prefeitura. Tem gravado, em ouro, na capa, os dizeres:

"CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ
PROVÍNCIA DE MINAS
1888"

Seu termo de abertura assim se redigiu:

"Este é o *Livro de Honra* da Câmara Municipal de Itajubá. Servirá para o registro das liberdades de escravos deste Município, concedidas gratuitamente pelos respectivos senhores desde o dia 30 de março de 1887 em diante e também para perpetuar os atos de benemerência e patriotismo em prol da nossa sociedade local, salientando-se com justiça e imparcialidade o caso, o nome ou a memória do cidadão distinto ou pessoa que houver praticado o bem de qualquer modo; devendo-se igualmente consignar neste mesmo livro todos os fatos e acontecimentos públicos notáveis ocorridos nesta cidade e seu Termo. Vai tudo rubricado e numerado, e aberto por mim por designação do Sr. Presidente da Corporação, levando no fim o termo de encerramento. Itajubá, 15 de março de 1888. — O Vereador Joaquim Francisco Pereira Júnior".

Cumpre observar que quando esse livro foi organizado já não existia escravo em Itajubá. Sua finalidade era a de registrar para a História todos os nomes dos abolicionistas, os quais, naquela data, eram, afinal, todos os itajubenses.

Antes de se pensar na organização desse livro, já haviam alguns itajubenses libertado todos os seus servos negros. Está entre estes o proprietário da fazenda Morro Grande, Antônio Cândido Rennó, que espontânea e gratuitamente concedeu carta de alforria aos seus 9 escravos adultos e 13 menores ("O Itajubá" de 27-11-1887 e "A Verdade" de 24-11-1887). Foi um dos primeiros a fazê-lo. Em 18 de dezembro de 1887, com participação da banda de música *União Conservadora,* foi realizada uma solenidade para homenagear os Drs. Luís Matheus Maylasky, Cândido Alves Mourão do Vale e Américo Duarte de Viveiros, que se encontravam na cidade com a missão de marcar os locais por onde deveria passar a estrada de ferro. Toda a fina sociedade compareceu ao salão preparado pela Câmara Municipal para saudar os três engenheiros, pois os itajubenses se rejubilavam com a realização do grande melhoramento. Durante a festa, que terminou às 2 horas da madrugada, falaram os Drs. Adolfo Augusto Olinto (Juiz de Direito), Aureliano Moreira Magalhães, José Pereira dos Santos e José Manuel Pereira Cabral, e os Srs. José Gaspar Pereira Leite, Cel. Francisco Brás Pereira Gomes, Joaquim Francisco Pereira Júnior, João Ramos de Lima, Cyro Gonçalves e outros, e ainda os engenheiros Maylasky e Mourão. Para assinalar com uma apoteose altruística o acontecimento, foi declarada a espontânea libertação de 38 escravos de Itajubá, que seus senhores, naquele instante, acabavam de conceder ("A Verdade" de 22-12-1887). E de muitos outros desses gestos se têm notícias, ocorridos entre 1887 e 1888. Dia a dia o número de escravos de Itajubá ia consideravelmente diminuindo.

E foi ainda antes da organização do *Livro de Honra* que as mulheres itajubenses, unidas, decidiram também trabalhar em prol da Abolição. O jornal "A Verdade", em 22-12-1887, registrou esta grande iniciativa.

"LIBERTAÇÃO DA CIDADE — Por inspiração de pessoas gradas consta-nos que vai ser organizada uma comissão composta de senhoras para tratar de obter a liberdade de todos os escravos existentes dentro da cidade, isto até o dia em que for inaugurada aqui a estrada de ferro Sapucaí, ficando a cargo da Exma. Sra. D. Emiliana Cobra Olinto, digníssima esposa do Sr. Dr. Adolfo Olinto, levar a efeito esta simpática aspiração".

Felizmente, três anos antes da estrada de ferro em Itajubá já não havia escravos em parte alguma do território nacional...

Aberto o *Livro de Honra,* os adeptos do abolicionismo, que a essa altura já era todo o povo itajubense, apressaram-se em lançar-lhe a assinatura, com a qual ficava assegurada a liberdade de todos os escravos que possuíam. Os jornais "A Verdade" e o "O Itajubá" iam publicando os nomes desses libertadores.

Foi a seguinte a Comissão Libertadora, que diligenciou providências em todo o município, e concitou a todos os *senhores,* no sentido de extinguir imediatamente a escravidão em Itajubá:

Cap. Antônio José Rennó (Presidente), Dr. Adolfo Augusto Olinto, Dr. José Pereira dos Santos, Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, João Carneiro Santiago Sobrinho, Dr. Cristiano Brasil, Dr. Aureliano Moreira Magalhães e Ismael Pinto de Noronha (Secretário).

O Presidente, Cap. Antônio José Rennó, deu o seu exemplo de sincera adesão ao movimento, libertando todos os seus escravos, em número de 78, fato que, pela espontaneidade do gesto e pela elevada soma de seus mancípios, tem elevada posição nas grandiosas tradições de nobreza, de humanitarismo e de liberdade no torrão itajubense.

No dia 11 de março de 1888 já não existia escravo em Itajubá. É esta uma das mais gloriosas efemérides da história de Itajubá, que teve repercussão nacional, chegando o acontecimento a merecer de José do Patrocínio, no Rio de Janeiro, a denominação consagradora de CIDADE LUZ!

Tão notável feito emancipador foi oficialmente notificado ao povo da cidade, pela Câmara e pela Comissão Libertadora, durante a Semana Santa. Em 18 de março assim se lia em "O Itajubá":

"EMANCIPAÇÃO DE ESCRAVOS — É crescente e justo o entusiasmo que domina atualmente a todos os habitantes da cidade pelo compromisso de honra, em que todos, a bem da sagrada causa, se acham empenhados para no dia 30 do corente, consagrado pela religião à Sagrada Paixão de Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo, ser o município de Itajubá declarado livre, completamente, de escravos. Diariamente a Comissão Libertadora, criada neste município, registra as alforrias em grande número e no momento em que escrevemos, para honra da cidade de Itajubá, dentro de seus muros, já não há mais um só escravo. É a primeira cidade da briosa e libérrima Província de Minas que acontecimento tão importante se afirma. As horas estão marcadas para a completa e pacífica extinção da escravatura em nosso município. Honra aos seus habitantes, por tão nobre cometimento".

Mesmo estando marcada para o dia 30 a declaração oficial da abolição da escravatura em Itajubá, no dia 11 de março, quando a Câmara Municipal verificou a já não existência de escravos na cidade, foi ali improvisada uma reunião cívica, seguida de uma passeata pelas ruas da cidade, com as autoridades seguidas pela banda de música, memorável solenidade esta durante a qual se enalteceram os feitos dos grandes abolicionistas da cidade e do município, destacando-se o Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, João Carneiro Santiago Sobrinho, Dr. Aureliano Moreira Magalhães e o Cel. Francisco Brás Pereira Gomes. Este último publicou uma longa nota de agradecimento em "O Itajubá" de 25-03-1888, em que dizia modestamente:

"Não me cabem tantas glórias no acontecimento do dia 11. Elas cabem, de preferência, de direito e de justiça, ao meu amigo Cap. Rennó que, como o maior possuidor de escravos no município, não hesitou em

dar liberdade a todos os seus, oferecendo assim aos seus colegas um exemplo de abnegação pela idéia, exemplo que sabia, tinha de ser seguido pelos demais.

"Fez mais ainda: aceitou o encargo de, como Presidente da Comissão Libertadora, promover a emancipação de todo o município, encargo esse que desempenhou com o patriotismo acrisolado que o distingue".

Muitos foram os jornais que exaltaram o feito emancipador de Itajubá. Não vou transcrever as encomiásticas referências ao 11 de março itajubense, estampadas em periódicos do País. Apenas, para que se conheça o molde dessas alusões enaltecedoras, faço exceção ao "Pitangui", da cidade de mesmo nome, no seu número de 15 de abril de 1888. Dizia essa folha:

"ITAJUBÁ LIVRE!

"Primeira cidade de Minas, livre! Bravos!

"Como um nobre ensinamento, com um exemplo digno de milhares de imitadores, a cidade de Itajubá libertou os mil escravizados, que nela estavam domiciliados, e, em pouco, *extra muros*, dessa região da luz, o município estará inteiramente expurgado da mácula escravista.

"De coração, saudamos os filhos daquele centro, onde tão belamente se compreende o princípio da igualdade cristã e vemos a ousada guerrilheira, como se fora uma constelação, faulhando arrebóis, no negror do escravismo, no resto da Província.

"Hodiernamente, Itajubá fulgura calma e risonha, como um oásis bendito no deserto ardente, onde mourejam os míseros cativos nas demais regiões mineiras, regiões estas que não querem a liberdade, que não aceitam a igualdade, mentindo assim às tradições, que nos legou um passado de heróis na história de nossa Província, berço onde primeiro balbuciou o seu sagrado lema — a liberdade.

"Saudamos afetuosamente a esses valentes abolicionistas, que entendem ser chegada a hora de ruir a escravidão e pelejaram a causa sacratíssima, que espedaçando grilhões infamantes, forjados pela cobardia, enxugam as lágrimas de mil brasileiros de cor, vítimas da prepotência senhorial animalizando criaturas indefesas.

"E não esqueçamos que, ao irradiar essa alvorada sublime, de justificado e nobilíssimo orgulho se deverá encher a alma do nosso colega do "Itajubá", a quem vimos sempre batalhando e lutando, na tenacidade ferrenha e incansável, que distingue os heróis, em prol dos direitos postergados de irmãos cativos pela miséria moral de uma política de zulus e pela caturrice de uns levradores imbecis.

"Os nossos parabéns ao colega vencedor, os nossos bravos à CIDADE LUZ, à livre Itajubá! Hurra!"

Itajubá "foi a primeira cidade de Minas que extinguiu dentro de seus muros a mácula da escravidão" — ainda assim lembrava, seis anos

mais tarde, a "Gazeta de Cristina", de 01-07-1894, junto a uma rememoração exalçadora desse memorável gesto altruístico de Itajubá.

Noticiava "O Itajubá" de 18 de março de 1888 que a Comissão Libertadora de Escravos do município havia comunicado às redações do "País", da "Gazeta de Notícias" e da "Cidade do Rio", jornais da Corte, que em Itajubá, desde 11 de março, já não havia escravos dentro de suas divisas, e que todos os itajubenses se orgulhavam de assim proclamar.

Na edição de 20-05-1888 o jornal "O Itajubá", redigido pelo Dr. Aureliano Magalhães, trazia toda a primeira página dedicada à Lei Áurea. Afinal, agora era toda a Pátria que se tornava livre do impiedoso e desumano regime da escravidão. Ao centro da página vinha o brasão do Império, e em todo o redor eram dispostos 14 retângulos, trazendo cada um o nome de um dos grandes abolicionistas do Brasil, ou menção de instituições que mais se destacaram na luta da Abolição. O retângulo logo abaixo do brasão Imperial, trazia estes dizeres:

ITAJUBÁ

1.ª cidade de Minas Gerais, livre
11 de março de 1888

Mencionavam-se ainda, na mesma página, as leis que pouco a pouco foram reduzindo o cativeiro. O texto da Lei de 13 de maio, sancionada pela Princesa Isabel, reproduziu-se na íntegra.

Antes de "O Itajubá", em 17 de maio de 1888 "A Verdade", jornal itajubense de Fructuoso Ramos de Lima, também trazia toda a 1.ª página ocupada com a notícia da Abolição. E estampava o poema *Liberdade,* de Sebastião Maggy Salomon.

O grande acontecimento de 13 de maio de 1888 assim foi comemorado em Itajubá, segundo registrou "O Itajubá" de 20 de maio daquele ano:

"GRANDE REUNIÃO — Hoje à 1 hora da tarde, se reunirão no salão da Câmara Municipal todos os ex-possuidores de escravos, para deliberarem sobre assunto da maior importância, como sejam relações, direitos, deveres e contratos com os libertos. É de esperar que compareçam todos e não precisamos dizer mais, do que *res nostra agitur*.

"Este convite é feito em nome da Comissão Libertadora do município".

O Foro suspendeu os trabalhos para felicitar o Parlamento e Sua Alteza Regente pela lei da Abolição.

"FESTEJOS POPULARES — Na noite de 15 do corrente, à chegada do Correio, conhecida a sanção da diamantina lei da extinção da escravidão, a nossa cidade, a primeira da Província, que se emancipou da aviltante mácula, desde 11 de março, entregou-se ao entusiasmo delirante. De todos os pontos, estrugiram nos ares centenares de dúzias de foguetes, anunciando a boa nova e em menos de uma hora, reunido o povo, a Câmara Municipal, todas as autoridades e representações da imprensa local e do Foro, foram levantados vivas correspondentes e comemorativos ao grande feito nacional. Grande massa de povo, precedidas corporações *União dos Artistas* e a do Circo Pery, atualmente entre nós, percorreu as principais ruas da cidade, estando quase todas as casas iluminadas.

"A passeata desfilou do Paço Municipal, donde o Vereador Cel. Joaquim Francisco levantou vivas, e de suas residências proferiram discursos o Juiz de Direito Dr. Adolfo Augusto Olinto; o Promotor Público Dr. José Pereira dos Santos; o Sr. João Ramos de Lima, Coletor Agente; o Juiz Municipal do Termo e redator de "O Itajubá" Dr. Aureliano Moreira Magalhães; o Sr. Cap. Antônio José Leite, editor de "A Verdade" e Curador Geral de Órfãos; o Dr. Anônio Maximiano Xavier Lisboa, médico residente nesta cidade; o Sr. Major Frederico Schumann, como representante e Chefe do Partido Liberal no municipal de Itajubá; pelo Dr. Cristiano Brasil, que se encontrava enfermo, Diretor do Colégio São Paulo e redator de "A Verdade", falou o Sr. João Ramos de Lima; o Coronel Joaquim Francisco, como advogado; o Sr. Andrade, em nome da Campanhia Manuel Pery; o Sr. Cap. Luís Antônio Pinto, Escrivão de Órfãos do Termo; o Sr. Justino Olivas, Contador e Distribuidor; Sr. Sebastião Salomon, Escrivão do Júri, lendo no ato um brilhante soneto; o Sr. João Dias Pereira, negociante; o digno Vigário Dr. Martiniano de Oliveira Pinto Dias; por seu pai enfermo o Dr. Américo de Oliveira, José Maria de Oliveira; José Cabral, o Sr. Fructuoso Ramos, Subdelegado da cidade; pelo Sr. Barbosa de Matos, Agente Consular de Portugal; o Dr. Aureliano; e outros que em calorosos vivas à Bandeira Brasileira, uniram suas entusiásticas saudações ao festejado da noite, José do Patrocínio, que em si como homem do povo levantou e encaminhou a aspiração nacional até ao coração de uma Princesa".

Noticiou a mesma folha, na mesma data:

"TE-DEUM — Hoje às 5 horas da tarde haverá solene *Te-Deum* na Matriz desta cidade. Os promotores da festa são os nossos novos concidadãos, os escravos de ontem, que, incorporados, assistirão a essa solenidade, em ação de graças, pela extinção da escravidão, e depois, precedidos de banda de música e fogos, percorrerão as ruas da cidade, saudando ao glorioso dia 13 de maio, ouvindo os oradores que quiserem com seus discursos acompanhá-los em seus justos festejos".

Na edição seguinte, de 27-05-1888, "O Itajubá" trazia um tocante abaixo-assinado, subscrito por Job Rennó "em seu nome e de todos os

ex-escravizados", no de todos os libertos de Itajubá, "beijando, agradecidos" as mãos de seus ex-*senhores*, e agradeciam, com "sincera gratidão", ao "filantrópico e ilustrado público desta cidade".

Por proposta do ardoroso abolicionista e vereador Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, a Câmara Municipal e a Comissão Libertadora promoveram ainda uma festa especial aos homens de cor e suas famílias, realizada, com fogos e banda de música, em 20 de junho de 1888, no Largo dos Curros (Praça Getúlio Vargas). E, desta feita, com fartos comes e bebes, e catira e tambu até ao amanhecer do dia 21.

Assim acabou a escravidão do negro na cidade e município de Itajubá, a CIDADE LUZ!

* * *

29 — REVERÊNCIAS À CORTE, À PÁTRIA, AO POVO BRASILEIRO E A PORTUGAL

O Trono brasileiro e o Rio de Janeiro, como Capital que era do Império, sempre mereceram de Itajubá expressivas demonstrações de acatamento e de solidariedade.

Com apenas oito anos de existência quando, ainda não passava do pequeno povoado da Boa Vista do Sapucaí, já Itajubá era representada nas soleníssimas exéquias de D. Maria Leopoldina de Habsburgo, primeira Imperatriz do Brasil, falecida em 11 de dezembro de 1826 no Rio de Janeiro. Tais ofícios fúnebres foram celebrados na Campanha, em 14 de fevereiro de 1827.

É fato que ficou registrado na notícia do desastre ocorrido com o Cap. José Cândido de Almeida Cunha, vitimado por uma queda de cavalo quando regressava da Campanha, aonde fora, com outros companheiros de Itajubá, assistir à aparatosa solenidade. Com a morte de D. Leopoldina, foi decretado, para o nascente arraial da Boa Vista do Sapucaí (atual Itajubá), pelo Governo campanhense, o luto de seis meses, "sendo três rigoroso". É relato reproduzido numa pendência em torno de heranças, em 1846 e 1848, no livro de rótulo *L.D. — 1832*, do arquivo da Prefeitura, fls. 63 e 108 verso.

As Atas da Câmara Municipal nos falam de outras diferentes atenções de Itajubá para com o Paço Real. Que se lembrem algumas:

"Uma circular do Exmo. Presidente da Província, datada de 26 de janeiro pp., em que comunica a esta Câmara a morte do Sereníssimo Príncipe Imperial, o Sr. D. Pedro, que teve lugar no dia 10 do citado mês pelas quatro horas e vinte minutos da manhã e que esta Câmara faça

público em seu município tão desagradável acontecimento. Deliberou-se que se acuse a recepção e que se faça público por Edital" (Sessão de 29 de abril de 1850).

O "Sereníssimo" então falecido foi D. Pedro Afonso Cristino Leopoldino Miguel Gabriel Rafael, filho de D. Pedro II, falecido com dois anos de idade. A Câmara decretou luto por seis meses.

Na reunião do dia 3 de dezembro do mesmo ano, a Edilidade itajubense tomava conhecimento da Circular do Presidente da Província, de 10 de agosto de 1850, que acompanhava um exemplar do Decreto n.º 691, de 14 do mesmo mês, com o qual a Coroa reconhecia a Princesa Isabel como a sucessora do trono.

Foi dado ao povo itajubense o conhecimento desse fato.

"Uma Portaria do Exmo. Presidente desta Província, datado de 29 de março pp., na qual comunicava a esta Câmara que, tendo S.M. o Imperador, em demonstração da profunda mágoa com que recebeu a infausta notícia do falecimento de sua augusta irmã a Sra. Princesa Dona Maria Amélia, tomado luto com a Corte do Império por seis meses que começaram no dia 18 do mesmo mês, sendo três rigoroso e três abreviado, e que esta Câmara fará público neste município. Deliberou-se que se acuse a recepção e que se passe Edital" (Ata de 25 de abril de 1853).

Itajubá respeitou o decretado luto.

O nome todo da irmã do Imperador era D. Maria Amélia Augusta Eugênia Josefina Luísa Teolinda Heloísa Francisca Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga. Nascera em Paris a 1.º de dezembro de 1831, e falecera na Ilha da Madeira a 4 de fevereiro de 1853.

Quando faleceu S.M. "Fidelíssima", a Rainha de Portugal, a Câmara Municipal de Itajubá, segundo registra a Ata de 3 de abril de 1854, novo luto decretou em todo o município, por seis meses, sendo "três pesados e três aliviados". A extinta era irmã de D. Pedro II, D. Maria II da Glória Joana Carlota Leopoldina Isidora da Cruz Francisca Xavier de Paula Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga. Nascera em 1819. Casará-se em primeiras núpcias em 1835 com Augusto de Leuchtenberg, e em segundas em 1836, com Fernando Augusto Francisco Antônio, Príncipe de Saxe-Coburgo-Gotha, Duque de Saxe.

As exéquias de D. Pedro V foram, em Itajubá, celebradas com aparatosas solenidades. Ficaram bastante acentuadas nos registros públicos. O *Esperançoso,* conforme era denominado, foi o trigésimo rei de Portugal. Faleceu em 1861. Na sessão de 21 de janeiro de 1862, por proposta do Vereador Luís Achilles Salomon, deliberou a Câmara ir incorporada à Matriz, a fim de assistir ao ato litúrgico, que ali mandou celebrar no dia seguinte. Na sessão de 15 de fevereiro do mesmo ano, decidiu a Edilidade enviar pêsames a S.M. o Imperador D. Pedro II pela morte de D. Pedro V, seu sobrinho, o que fez por intermédio dos Drs.

Luís Carlos da Fonseca, Evaristo Ferreira da Veiga e Firmino Rodrigues da Silva, parlamentares junto à Corte brasileira.

A Edilidade itajubense muito se apressurou para inaugurar, na sede da Câmara, um retrato do Imperador. Na sessão de 14 de fevereiro de 1862 encontramo-la às voltas com o Vereador Francisco Vieira da Silva, que se prontificara a conseguir o desejado "óleo" de S. Majestade. Porém, só em fevereiro do ano seguinte, a 24, é que se inaugurava a "augusta efígie". Vinte anos mais tarde, conforme a Ata de 23 de julho de 1883, é que se providenciaria uma cortina para cobrir o referido quadro.

A 28 de janeiro de 1862 a Câmara Municipal, por proposta de seu Presidente, deliberou nomear a comissão composta dos três parlamentares que, em nome de Itajubá, estiveram presentes nas exéquias de D. Pedro V, Drs. Ferreira da Veiga, Firmino Rodrigues e Luís Fonseca, para, desta feita, representarem o povo itajubense nas cerimônias da inauguração da estátua eqüestre de D. Pedro I, no Rio de Janeiro. Na reunião de 4 de junho do mesmo ano, tomava a Câmara conhecimento de um ofício do Imperador D. Pedro II, em que agradecia a referida representação no ato inaugural daquele monumento erigido em homenagem ao seu pai.

Mas é preciso que se diga que Itajubá não só compareceu ao ato inaugural como também contribuiu financeiramente para a construção do referido monumento. Registrava a Câmara:

"Um Ofício do Dr. Luís Carlos da Fonseca remetendo por cópia o discurso que, em desempenho da Comissão por esta Câmara nomeada, entregou ao Exmo. Ministro do Império no dia da inauguração da estátua eqüestre de S.M. Imperador Sr. D. Pedro Primeiro" (Ata de 11 de abril de 1862). O Dr. Luís Carlos, no referido documento, fazia menção do dinheiro enviado por Itajubá.

No mesmo ano era o Instituto Histórico Brasileiro que pedia a Itajubá uma subscrição popular destinada à ereção de um monumento a José Bonifácio de Andrada e Silva, "benemérito da Independência brasileira" (Ata de 21 de janeiro de 1862, da Câmara Municipal). A coadjuvação solicitada, diligenciada pelo Vereador Joaquim Francisco Pereira Júnior, foi encaminhada à Corte (Atas de 15 de junho e 15 de julho de 1864).

A Ata de 29 de janeiro de 1863, da Câmara Municipal, registra as felicitações que Itajubá enviou a S.M. Imperador, por motivo de suas sábias decisões com respeito à questão anglo-brasileira, que passou à História com a denominação de *Questão Christie*, em alusão ao ministro inglês junto à nossa Corte, no Rio de Janeiro, William Dougal Christie.

O incidente principiara com o naufrágio da embarcação britânica *Prince of Wales*, nas costas do Rio Grande do Sul, em junho de 1861. Os ingleses atrevidamente atribuíram aos brasileiros o roubo dos restos salvos do navio. Christie, com atitudes hostis, exigiu rispidamente a indenização de 3.200 libras. Toda a Nação se revoltou com isso, inclusive Itajubá que, naquele mesmo ano, em documento firmado por Luís Achilles

Salomon, Caetano Ferreira da Costa e Silva e Antônio Luís Alves de Noronha (e o faziam em nome de todo o povo itajubense), externou a S. Majestade os protestos contra tão infundada denúncia e contra o procedimento ousado do ministro ânglico. A pendência recrudesceu quando, em 17 de junho de 1862, a polícia carioca meteu no xadrez três oficiais ingleses que, a paisano, visivelmente embriagados, se mostravam inconvenientes em certo local do Rio de Janeiro. A Inglaterra enviou ao Imperador brasileiro o ultimato de 5 de dezembro de 1862. Em 31 do mesmo mês e ano, Warren, almirante britânico, aprisionou os navios mercantes brasileiros que se encontravam no porto do Rio de Janeiro. Itajubá, revoltada, renovou ao nosso Monarca os protestos contra tão indignas atitudes, dispostos os itajubenses a oferecer seu sangue, se preciso fosse, "para preservar o brio nacional". Tudo, afinal, se resolveu pacificamente, embora, para tanto, houvesse o Imperador de curvar-se à imposição britânica, pagando a indenização exigida...

A 10 de outubro de 1963 registrava-se na Câmara Municipal a proposta do Vereador Antônio Luís Pinto, para que felicitasse "a S.M. Imperador pelo fato de haver sido preservada Sua Augusta pessoa da terrível catástrofe que se dera na Fortaleza de São João (por ocasião dos exercícios do dia 7 de julho" daquele ano.

Um ano depois, a 12 de outubro de 1864, era o mesmo Vereador Antônio Luís Pinto quem propunha nomear uma comissão na Corte, a fim de felicitar S.M. Imperador, "pelo feliz enlace da Sereníssima Princesa D. Isabel" com o Príncipe Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans, Conde d'Eu. Deliberou a Câmara nomear para tanto os Drs. Manuel de Melo Franco, Christiano Benedito Ottoni e Francisco Carlos Benedito Ottoni, parlamentares junto ao Paço de São Cristóvão.

O Rio de Janeiro, em 1865, pediu a Itajubá algum óbolo para a construção do Asilo dos Inválidos (Atas de 25 de abril e de 7 de setembro de 1865, da Câmara Municipal). O Dr. Domiciano da Costa Moreira e Antônio Luís Pinto encarregaram-se de enviar à Corte os donativos.

Em 1872 ajudava Itajubá a construção de um monumento a José Bonifácio, em São Paulo, inaugurado em 7 de setembro daquele ano. A Câmara Municipal arquivou o ofício dos promotores dessa homenagem, datado de 9 de outubro de 1872, no qual agradeciam ao povo itajubense a ajuda financeira.

Durante a guerra do Paraguai por várias vezes a Edilidade itajubense se manifestou junto ao Paço Imperial. A 8 de janeiro de 1866 o Vereador Antônio Luís Pinto propunha "a nomeação de uma comissão na Corte que felicitasse a S.M. o Imperador pelo feliz êxito do sítio de Uruguaiana e volta de S.M. à Corte". Em agosto do mesmo ano idênticas felicitações foram transmitidas ao Paço, por motivo da vitória de Tuiuti.

Na sessão de 8 de janeiro de 1866, tomou a Câmara Municipal de Itajubá conhecimento de um ofício de Ouro Preto, então capital da Província, em que se solicitava uma oferta pecuniária do povo itajubense, como

contribuição para a compra de uma espada de ouro, que seria ofertada ao Imperador. Os camaristas tomaram imediatamente providências para melhor desempenho dessa incumbência, porém, três dias depois, a 11 do mesmo mês, outro ofício de Ouro Preto vinha tornar sem efeito as diligências para a iniciada subscrição popular, em vista de o próprio Monarca, num gesto de desprendimento e modéstia, ter recusado semelhante homenagem.

A edilidade itajubense, cônscia do papel de representante do povo junto a outras comunidades, tornava-se intérprete do sentimento popular diante do passamento dos vultos ilustres do Império. Assim, na reunião de 15 de março de 1883 deliberou a Câmara Municipal de Itajubá enviar pêsames à viúva de Teófilo Ottoni, Presidente de Minas Gerais, falecido em 1.º de fevereiro daquele ano em Várzea Alegre (Estado do Rio). Assim também, "em fevereiro de 1889, liberais e conservadores, congraçados ante a grande perda nacional com a morte do Barão de Cotegipe, faziam celebrar na Matriz concorridas exéquias por sua alma, e a Câmara reunia-se em sessão extraordinária, nomeando uma comissão, de que fizeram parte o Visconde de Ouro Preto, Visconde do Serro Frio e Comendador Manuel José Soares, então membros da Câmara Alta, para apresentarem condolências do município à família do glorioso morto" (Pedro Bernardo Guimarães, *Município de Itajubá*).

Em 20 de fevereiro de 1886, foram celebradas na Matriz "solenes exéquias" de El-Rei, D. Fernando de Portugal, solicitadas pela comissão composta de Joaquim Barbosa de Matos, José Manuel da Costa e Manuel Francisco Pires da Cruz ("O Itajubá" de 7-2-1886).

Em 15 de julho de 1889, já, portanto, no final do Império, D. Pedro II, no Rio de Janeiro, ao deixar o Teatro de Santana, onde fora assistir ao recital da violinista italiana Giuleta Dionesi, fora vítima de um atentado, havendo o português Adriano Augusto do Vale contra ele descarregado uma garrucha, não o atingindo, felizmente. Vejamos o que, a propósito, se encontra nos arquivos da Câmara Municipal de Itajubá:

"Aos vinte de julho de 1889, nesta cidade de Itajubá, em a sala das sessões da Câmara Municipal, presentes os Srs. Vice-Presidente Alexandre Mendes de Brito, e os Vereadores Antônio Cândido, Ferreira de Magalhães, Major Santos, Cel. Pereira Júnior e Virgílio Salomon, sendo número legal, ao meio dia foi aberta a sessão. Pelo Sr. Presidente foi declarado que o fim da reunião era para a Câmara deliberar se devia dirigir um manifesto a S.M. o Imperador, felicitando-o por haver escapado do atentado imerecido da noite de 15 do corrente. Tomando a palavra, o Cel. Pereira Júnior fez diversas ponderações elevando o Chefe de Estado ao mais alto grau de merecimentos e disse que o atentado da noite de 15 do corrente não podia partir senão de um louco, pois que os principais jornais republicanos protestam contra semelhante fato e que desejam a República pela evolução e não pela revolução por meio de sangue. Tomando a palavra, o Vereador Antônio Cândido declarou que, sendo republicano, vota pela manifestação, porque deseja, como disse o seu colega em refe-

rência, a República pela evolução e não pela revolução. Não havendo quem mais falasse sobre o assunto, o Sr. Presidente pôs a votos e foi aprovado unanimemente, assinando a Câmara em seguida os ofícios de manifesto ao Ministro do Império e a S.M. o Imperador".

"O Itajubá" de 21 de julho de 1889 publicada uma reportagem sobre esse acontecimento, informando ter tudo ocorrido em frente a loja *Maison Moderne*, onde um moço de nacionalidade portuguesa, Adriano Augusto do Vale, disparara seu revólver contra o Imperador, sem, contudo, atingi-lo. E concluía a reportagem, lamentando haver "um homem no Brasil, embora um louco, que se lembrasse de tirar a preciosa vida do virtuoso Monarca". E "O Itajubá", "da humildade de sua posição, levanta-se para saudar ao ínclito Imperador congratulando com a Nação Brasileira por ver frustrada a covarde tentativa. Nesta cidade, liberais, conservadores e republicanos são unânimes nos sentimentos de reprovação a esse ato".

Pouco mais de dois anos depois a Parca inclemente consumava o desejo de Adriano do Vale...

O semanário itajubense "A Verdade", de 12 de dezembro de 1891, trazia a primeira página coberta de luto pelo falecimento de D. Pedro II, ocorrido em 5 daquele mês e ano. E estampava o convite do Cônego Augusto Leão Quartin, de José Manuel Pereira Cabral e José Gaspar Pereira Leite para a solene missa de *Réquiem* que seria celebrada em 14 do mesmo mês, na Matriz, pela alma de S. M. D. Pedro de Alcântara, "de saudosíssima memória".

Ainda como um elo da terra itajubense aos acontecimentos da Corte, deve ser lembrado o fato de que Itajubá guarda as cinzas de uma das testemunhas do episódio da emancipação política do Brasil, que, em 7 de setembro de 1822, estava ao lado de D. Pedro I, junto àquele carro de bois memorável, esplendidamente fixado pelas tintas magistrais de Pedro Américo. Chamava-se João Gonçalves da Cruz. "O Itajubá", na edição de 18 de novembro de 1882, assim noticiava seu passamento:

"No dia 8 do corrente, em a fazenda do Ten.-Cel. Domiciano Pereira, neste termo, aonde viera a passeio, foi surpreendido pela morte o octogenário Sr. João Gonçalves da Cruz, respeitável pai de nosso amigo Cyro Gonçalves. Era o finado um veterano da Independência. Por vezes admiramos as narrações, que fazia deste feito da História Pátria. Ouviu o grito do Ipiranga, e no meio desses amigos do povo que à noite compareceram aos teatros com a legenda *Independência ou Morte!* no braço e no chapéu, esteve o ilustre finado".

Em 1890 foi feita uma subscrição popular em Itajubá em benefício da construção de um monumento da Inconfidência Mineira, no Rio de Janeiro, com a estátua de Tiradentes ("A Verdade", n.º 23-01-1890).

Mesmo já nos dias da República, ainda assim o povo itajubense reverenciava a Corte portuguesa. O jornal "A Verdade", de 24 de outubro de 1889, trazia toda a 1.ª página tomada com a notícia do falecimento, em

Lisboa (Cascais), de S. M. El-Rei de Portugal D. Luís I (Nasceu em 31-10-1838, aclamado em 1861, casado em 1862, falecido em 19-10-1889). Na edição de 21 de novembro do mesmo ano, já na República, noticiava a referida folha:

"EXÉQUIAS — No dia 19 do atual, foram celebradas as exéquias solenes, que por alma do preclaro rei de Portugal, D. Luís I, manda celebrar o Sr. Joaquim Barbosa de Matos, representante, como agente consular, do governo português. Em um catafalco, levantado sob o arco cruzeiro (sic) da Matriz, adornado de grinaldas e emblemas mortuários, descansava a efígie do saudoso monarca e o escudo das armas da nação brasileira".

E mais: — Em 1890, a fim de socorrer Portugal, em via de entrar em guerra com os ingleses, o povo de Itajubá, a pedido de José Gaspar Pereira Leite e Luís de Almeida Cunha, deu sua contribuição financeira para auxiliar o exército lusitano... ("A Verdade" de 6 e de 13 de março e de 3 de abril de 1890).

No ano seguinte, concedia Itajubá, com os recursos de uma cotização popular, uma ajuda financeira às famílias das vítimas da revolução do Porto (Portugal). A relação desses contribuintes se encontra no arquivo da Prefeitura e, em parte, mencionados em "A Verdade" de 21-03-1891.

Em 1897 o "Monitor Sul-Mineiro", jornal da Campanha, levantava o projeto de construir-se, no Rio de Janeiro, a estátua e o túmulo do romancista José de Alencar. A contribuição de Itajubá foi imediatamente solicitada, e o que se apurou da cotização foi entregue à Comissão, na Campanha. Ficou arquivada na Prefeitura a lista dos contribuintes, em número de 186. A inauguração ocorreu em 1.º de maio do mesmo ano, com a presença do Presidente da República Prudente de Moraes, das maiores autoridades brasileiras, dos oficiais da Esquadra Chilena, e grande número de corporações e sociedades literárias e científicas. O monumento foi erguido na Praça Ferreira Vianna (hoje Praça José de Alencar) da então Capital da República. De Machado de Assis há uma excelente crônica sobre essa inauguração.

Seria ir muito longe se aqui fosse mencionar todos os gestos altruísticos, filantrópicos ou patrióticos de Itajubá com repercussão no cenário nacional. Que de passagem se lembrem alguns poucos desses fatos:

Já ficou historiado, no capítulo anterior, como Itajubá aboliu, *intra muros*, todos os seus escravos antes da Lei Áurea, tendo sido o primeiro lugar a fazê-lo em Minas Gerais.

A Ata de 15 de fevereiro de 1928 assinala a contribuição de Itajubá para socorrer as vítimas da inundação de Araçuaí.

Em 1930, atendendo a um convite do industrial Benedito Pereira, feito, a 4 de novembro daquele ano, na sede da Associação Comercial, o povo de Itajubá abriu uma subscrição para ajudar o pagamento da dívida externa do Brasil.

No mesmo ano, por sugestão do fotógrafo Numa Viallet, os itajubenses se cotizaram interessados em conseguir uma boa importância em dinheiro, destinada a auxiliar as famílias vitimadas pela revolução ("Jornal do Povo", de Itajubá, n.º de 09-11-1930).

Em 2 de março de 1931, reuniram-se no Fórum as autoridades e várias pessoas influentes do município. O objetivo foi a instalação da Campanha Econômica e Financeira de Minas Gerais. Foram nomeadas comissões e subcomissões, tendo à frente o ex-Presidente Venceslau Brás. Apelava-se para um empréstimo popular, a fim de acudir às finanças do Estado de Minas, que andavam periclitantes...

Em 1.º de maio de 1941, Itajubá cooperou para abrilhantar as festividades do Dia do Trabalho no Rio de Janeiro, no Estádio do Vasco da Gama, enviando para lá 400 atletas, servidores da Fábrica de Armas, os quais, com a presença de Getúlio Vargas, Presidente da República, exibiram evoluções ginásticas.

Em 7 de abril de 1951 abriu-se em Itajubá uma campanha financeira em benefício dos cancerosos, promovida por altruísticas pessoas da sociedade.

Em 1953 foram os nordestinos que precisaram da ajuda dos itajubenses, vitimados que eram pela seca. A cidade se movimentou e enviou sua contribuição generosa, tendo sido este gesto noticiado encomiasticamente por "A Noite", do Rio de Janeiro, de 24-03-1953.

Chegou 1960. Agora os homens do Norte não eram sacrificados pela seca, mas, pelo contrário, pelas desastrosas inundações. Todo o povo itajubense contribuiu para a humanitária campanha, acentuando-se que até o popular e humilde *Coronel* Estêvão ofereceu o seu óbolo! O 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, a Rádio Itajubá, a Fábrica de Armas, todos os estabelecimentos comerciais e industriais, ninguém, enfim, ficou indiferente à denominada Campanha de Orós.

Quatro anos após, em 1964, Itajubá patrioticamente contribuiu com o seu "ouro para o bem do Brasil". O venerando Venceslau Brás Pereira Gomes deu o seu exemplo oferecendo, à campanha de salvamento do Tesouro Nacional, a caneta de ouro com a qual assinara, em 1917, a declaração de guerra à Alemanha, peça de elevado valor histórico e material. Foi campanha iniciada em Itajubá em 19 de maio de 1964.

* * *

30 — A AUSTERIDADE DA VELHA CÂMARA MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Itajubá, nos dias do Império, era sempre constituída de chefes políticos locais, de abastados fazendeiros ou de cidadãos de comprovada experiência administrativa. Se nem todos eram portadores de diplomas, gozavam contudo, do justo prestígio, respeito e con-

sideração de homens honrados e de indiscutível idoneidade moral, condições que fartamente supriam quaisquer deficiências de ordem cultural. Eram enérgicos, severamente cumpridores de seus deveres, extremamente cônscios da responsabilidade assumida para com o povo e jamais se prestariam a transigir com favoritismos, deslizes ou conveniências de outrem, que pudessem prejudicar a cidade ou os munícipes, ou macular a probidade do governo municipal.

Vários registros nas Atas comprovam quão rigorosos e corretos eram eles. Chegavam os camaristas a convidar indivíduos de mau procedimento a abandonar a cidade, a sumir de Itajubá!...

Sobre o Fiscal Antônio José Máximo caiu a responsabilidade do desaparecimento de um aparelho de louças, pertencente à Câmara (Ata de 8 de julho de 1863). Pois o caso mereceu a "importância" de subir à consideração do Governo Provincial!...

Às vezes tal severidade levava a Câmara a medidas precipitadas. Foi o caso do carcereiro Manuel Caetano de Sousa Mota. O Agente Executivo (hoje se diz Prefeito) determinou ao meirinho Antônio Victor Ribeiro, em maio de 1854, que, acompanhado de milicianos, arrombasse a casa do carcereiro para tomar-lhe as chaves da cadeia, supostamente em poder deste funcionário. O ato foi consumado, mas as chaves estavam em poder do carcereiro então afastado do cargo "por incômodo de saúde", que as esquecera no bolso da calça...

A austeridade era, sim, por vezes exagerada e imprudente. Foi o que ocorreu com o Solicitador Manuel Féliz de Alvarenga e Silva. Tinha este sob sua responsabilidade quatro livros de escrituração de impostos, outros documentos e dinheiro, tudo pertencente à Municipalidade. Em princípios de dezembro de 1865, Alvarenga, tendo negócios particulares por resolver na capital da Província, para lá se dirigiu, sem imaginar na "tempestade em copo d'água" que se desencadearia, só por isso, dentro da Casa Legislativa e Executiva de Itajubá.

Na sessão de 14 de dezembro de 1865, a Edilidade interpretou "oficialmente" a viagem do Solicitador como uma fuga, já que a sua presença era esperada naquela reunião. O homem — supôs-se — havia dado "às de vila-diogo", carregando coisas do erário municipal, sem dar nenhuma satisfação à Câmara... Convencidos disso, os vereadores concordaram numa reunião especial para tratar do caso, o que efetivamente se deu a 21 de dezembro de 1865. Antes disso, deliberou-se oficiar, pela última vez, a Manuel Félix de Alvarenga e Silva, exigindo-lhe a entrega dos "livros e mais papéis da Procuradoria ao atual Procurador, fazendo-lhe sentir que esta Câmara não deseja lançar mãos de outros meios para obter a entrega dos livros e papéis referidos"...

Mas, a esta altura, a Câmara, escudada apenas em conjeturas, e sem ter ouvido o acusado, tomara medidas humilhantes e ofensivas contra Alvarenga, e, o que foi pior, levara o caso à Presidência da Província.

A Ata de 12 de janeiro de 1866 registra a atitude assim tomada a 14 de dezembro:

"Outra do Vereador Pinto (Antônio Luís Pinto) para que se restabelecesse a verdade dos fatos, sobre uma representação ou comunicação da Câmara, em sessão de 14 de dezembro, ao Exmo. Sr. Presidente e ao Inspetor da Tesouraria de Rendas Gerais a respeito dos cadernos e dinheiro entregues ao Sr. Vereador Alvarenga e Silva".

E foi a escandalosa providência da Câmara que motivou a vexatória ordem assim mencionada na Ata de 11 de janeiro de 1866:

"Um Ofício do Inspetor da Tesouraria da Fazenda, de 20 de novembro passado, participando ter anexado a Coletoria deste Município à da vila da Cristina, e que, em conseqüência desta Resolução, houvesse a Câmara de promover meios com urgência para que os dinheiros existentes em mãos de coletores interinos, nomeados por esta Câmara, fossem entregues ao Coletor daquela Vila, bem como todos os papéis inerentes ao arquivo da Coletoria desta cidade".

Isto significava vergonhosamente que Itajubá não tinha, junto ao Governo, idoneidade para custodiar suas próprias rendas municipais!...

Pois a 11 de janeiro daquele ano de 1866, o Vereador Alvarenga compareceu à reunião. Justificou-se plenamente. Não fugira nem imaginara lesar a Municipalidade. Se não participara sua viagem a Ouro Preto foi tão-somente porque não havia recebido aviso algum para a tumultuada reunião de 14 de dezembro do ano anterior. Ali estava com os cadernos, os papéis e os 320 mil réis do cofre municipal. Houve, então, por parte dos demais vereadores, longos discursos de justificativas das decisões tomadas, e de pálidas retratações...

E quanto à transferência da Coletoria para Cristina, assim se lançou na Ata da referida sessão de 11 de janeiro:

"Entrando em discussão o Ofício do Inspetor da Tesouraria da Fazenda, falou sobre o mesmo o Senhor Vereador Pinto, concluindo que a Câmara não devia de concorrer para que fosse transferida desta cidade para a Vila da Cristina a Coletoria Municipal, por isso que o gravame público sendo por demais sensível, quando tal hipótese realizasse e sendo certo que nesta cidade já havia um coletor competentemente habilitado, acreditava que o Inspetor da Tesouraria não levaria a mal o alvitre tomado por esta Câmara, cumprindo a esta Câmara fazer ao dito Inspetor minuciosa representação, para que sustado este expediente, se mostra habilitado perante o referido Inspetor, o dito Coletor Municipal, supondo que esta resolução da Câmara deve ser aceita e louvado pelo Inspetor, votava para que a Coletoria não fosse transferida. Sobre o mesmo assunto oraram os Senhores Vereadores Doutor Américo, Alvarenga e Silva e Padre Antônio. Finda a discussão o Senhor Presidente pôs a votos e passou pela maioria de quatro votos, que a Câmara não mandasse entregar por enquanto o arquivo pelas razões que expendeu o Vereador Pinto, tanto mais quanto é certo que o Coletor interino Inácio Teodoro de Araújo Júnior está pre-

parado com a competente fiança, e que nesse sentido a Câmara representasse ao Inspetor da Tesouraria. Votaram contra os Senhores Vereadores Padre Antônio, Alvarenga e Silva e o Dr. Moreira. Outrossim, na mesma discussão e votação passou que se oficiasse ao Coletor de Cristina comunicando a este o alvitre tomado pela Câmara".

E no dia seguinte, 12 de janeiro de 1866, deliberou a Câmara retratar-se inteiramente diante da Presidência da Província e do Inspetor da Tesouraria, desmentindo sua própria denúncia...

Em reunião de 7 de setembro de 1865 havia deliberado a Câmara mandar fazer um cofre, com duas chaves, "para na ocasião da sessão ordinária ser recolhida toda e qualquer quantia que conste das contas do procurador".

E com aqueles homens rigorosos, que chefiavam o município como integrantes da Câmara, ninguém abusava.

A Ata de 15 de junho de 1885, da Câmara Municipal, registra um voto de protesto contra o jornal "A Época", periódico de Manuel Levi de Magalhães, que atacara a Municipalidade, criticando e censurando sua tabela de impostos e seu Código de Posturas.

Levi Magalhães recebeu o protesto por escrito, e seu jornal não mais se intrometeu em negócios da Câmara. Ai dele, se assim não fosse!...

No último quartel do século, alguns ciganos armaram suas barracas longe do centro da cidade, na Capetinga. A Municipalidade não os quis perto da zona urbana, senão para vender seus tachos e proferirem predições de "sortes" com o auxílio de cartas e leitura das mãos... Não demorou para que ocorressem roubos de cavalos e invasão em plantações. E uma briga houve entre os zíngaros e alguns moços da sociedade local, resultando o ferimento de um deles. O Presidente da Câmara, o enérgico João Carneiro Santiago Sobrinho, mandou à horda de nômades uma determinação para retirar-se imediatamente de Itajubá. Mas, dois dias depois ainda eram vistos eles pelas ruas. Menosprezaram a intimação da autoridade municipal. Mas, o que os ciganos não esperavam aconteceu: — mais de 100 escravos, armados de paus e foices, por ordem do Presidente, desmontaram as barracas dos intrusos, obrigaram-nos a montar e os acompanharam ameaçadoramente até deixarem o município...

O Coronel Antônio José Rennó, quando Presidente da Câmara, obrigara a um fazendeiro, seu íntimo amigo e compadre, a indenizar os prejuízos verificados em uma ponte construída pela Municipalidade sobre um ribeirão, estragos estes causados pela imperícia do carreiro que ali atravessara com o carro de bois do referido fazendeiro. A ordem foi cumprida. No outro dia, colocando-se no lugar de amigo, e não no de administrador do município, mandou levar de presente ao fazendeiro uma novilha de fina raça, cujo valor muito excedia à indenização paga pelos estragos na ponte...

Assim era naquele tempo: de um lado a severidade e intransigência com autoridade; de outro, a amizade, que não podia ficar abalada...

Certo negociante de ferragens, que andava com bastante atraso no pagamento das taxas municipais, foi procurado pelo fiscal e arrecadador de impostos. O comerciante, grosseirão e dado a valentias, correu os olhos pelas prateleiras e disse zombeteiramente ao fiscal, com insinuante ofensa ao Chefe do Executivo Municipal:

— Só se eu mandar ao Sr. Chico Brás um bom par de ferraduras. É o que eu tenho agora!

A má-criação foi levada ao conhecimento do venerando Presidente da Câmara, Cel. Francisco Brás Pereira Gomes, que muito calmamente disse ao fiscal:

— Pois aceita as ferraduras. A Câmara tem muares e precisa delas. Cada um dá o que tem. Esse negociante tem ferraduras.

E a Edilidade cuidava com rigorosa parcimônia os gastos públicos.

As reuniões da Câmara eram feitas quase sempre à noite. Os honestos edis de então ficavam preocupados com o elevado gasto de velas. Na Ata de 29 de outubro de 1859 consignou-se uma determinação ao Fiscal, que o obrigava a lançar "mão de todos os meios possíveis a fim de conseguir uma iluminação mais econômica". Na Ata de 14 de janeiro de 1860 encontra-se isto:

"Parecer n.º 19 que trata do relatório do Fiscal da Vila, foi a Comissão de parecer que, quanto ao 1.º tópico, que a iluminação por azeite é mais econômica do que com velas, por isso que sejam proibidas as velas, salvo em caso de urgente necessidade, o que foi aprovado".

É para se ver o critério dos antigos dirigentes municipais. Para que não ficassem muito onerosas as reuniões da Câmara, preferiram estudar os projetos administrativos à incômoda e fraca luz das candeias...

E não havia ordenado, gratificação ou *jettons* para os integrantes da Câmara Municipal...

* * *

31 — ESTRADAS E MEIOS DE TRANSPORTE

Eram bastante deficientes e precários os caminhos do século passado. As estradas, mais transitadas por tropas, mal se prestavam para os carros. Se no estio davam passagem, na ocasião das chuvas se tornavam intransitáveis. As pontes sobre os rios maiores, de madeira e quase sempre semi-apodrecidas, eram poucas e perigosas. Nos rios menores a travessia era feita em vau, tornando-se impossível na época das cheias.

Seria por demais fastidioso se fôssemos mencionar todas as referências a estradas do município de Itajubá, que se encontram registradas nos velhos livros da Câmara Municipal e em jornais do século passado e

do início deste. Desde as primeiras picadas, abertas a foice, para a passagem das primeiras tropas e carros de bois, até às rodovias asfaltadas da hora presente, são sem conta as diligências da Edilidade e de particulares para a abertura de caminhos pelo município e imediações.

Quando Itajubá foi fundada, a estrada de maior importância em toda a região sul-mineira era a que partia da Soledade de Itajubá (Delfim Moreira) e ia dar no Rio de Janeiro. Para se ir de Itajubá à Corte, tinha-se de atingir Soledade (então a sede da Capela Velha), por onde se saía no posto de fiscalização, denominado *Registro da Mantiqueira*. De lá ia-se a Santana do Capivari e ao Itamonte (então Picu), por onde mais facilmente se tinha acesso ao Vale do Paraíba.

Quanto às estradas do município, vivia a Câmara às voltas com pedidos, reclamações e queixas de fazendeiros e autoridades distritais. Ora um abaixo-assinado do pessoal de São Caetano da Vargem Grande (Brasópolis), então distrito de Itajubá, que reclamava uma estrada (Ata de 15-07-1857); ora um pedido, como o de José Caetano Grilo e outros interessados, que desejavam a mudança de um "caminho" que passava pela Capetinga (Ata de 16-07-1857); de outras feitas eram medidas enérgicas que se deviam tomar, como a de 17 de julho de 1857, quando Cândido João Rennó teve de substituir a Evaristo da Silva Campista, como membro da comissão que decidiria sobre a *pirraça* de um fazendeiro, que se obstinava em não permitir trânsito no "caminho" aberto em suas terras; às vezes ainda era um pedido particular, como o do fazendeiro Alexandre Francisco Teixeira, que desejava uma estrada da cidade (então vila) à sua herdade (Ata de 10-01-1857), etc., etc.

"O Itajubá", na edição de 30-03-1873, estampou um longo artigo sobre o "deplorável estado" das estradas de Itajubá, cheias de atoleiros intransitáveis e enormes buracos provocados pela erosão causada pelas águas de longas chuvas.

O caminho que ligava Itajubá a Delfim Moreira foi objeto de decisões de inúmeras sessões da Câmara Municipal (Atas de 07-10-1851, 28-07-1854, 17-05-1855, 26-11-1855, 08-01-1856, 13-04-1857, 12-10-1857, 08-08-1857 e outras. Os engenheiros encarregados de traçá-la foram os Drs. Júlio Borel de Vimay e Henrique Drumont, tendo sido empreiteiro Cândido Inácio Ferreira Lopes (Ata de 15 de janeiro de 1866). O engenheiro Henrique Drumont foi também encarregado de esdudar outras estradas do município de Itajubá (Atas de 5, 6 e 7 de julho de 1858).

A primitiva estrada de Cristina passava pela serra dos Toledos e saía no morro da Batalha, nome que se dava então ao morro dos Canudos, no bairro do Cruzeiro, ao alto do Convento das Irmãs da Providência. Foi por essa estrada que passou a Princesa Isabel quando chegou a Itajubá. Era um péssimo caminho, quase intransitável até mesmo pelos "comboios de tropas" e cavaleiros. Em 13 de junho de 1857 tomava a Câmara conhecimento de um abaixo-assinado do povo cristinense, que pedia a cooperação de Itajubá no sentido de ser reparada aquela via. Onze anos depois, itajubenses e cristinenses empenharam-se em consertar às pressas essa es-

trada, para o que os fazendeiros e as municipalidades mandaram trabalhadores e diligenciaram todos os meios para aprontá-la em poucos dias. Isso porque por ela passariam "as augustas pessoas da Princesa Isabel e seu consorte o Conde d'Eu, e sua comitiva"... Estudou a Câmara de Itajubá a possibilidade de mudar a referida estrada, fazendo-a passar por São João e Capetinga (Atas de 12 e 15 de janeiro de 1866). Somente em 1875 é que se efetivariam tal construção, graças às iniciativas do Capitão José Manuel dos Santos Pereira, cidadão ilustre, pai do grande cientista Vital Brasil (Ata de 01-07-1885).

Nem vou ocupar aqui espaço para falar das estradas para o Ano Bom, Piranguçu, Juru, Canta Galo, Anhumas, Piranguinho, São Sebastião da Capituba (Pedralva) e outros lugares das imediações, caminhos estes que tanto preocupavam as edilidades de antanho. Já quase no fim do século, na edição de 4 de julho de 1894, o "Correio do Povo", jornal de Balduíno Salgado, culpava o Governo do Estado da precariedade em que se encontravam as estradas de Itajubá e as pontes, já apodrecidas e quase em ruínas, sobre os diversos rios do município.

Em 1914, em Itajubá, já se falava em estradas para automóveis. O primeiro caminho preparado para trânsito de veículos motorizados foi a estrada de Piranguçu, em 1915.

Na sessão de 17 de novembro de 1919 a Câmara Municipal discutiu o requerimento de Casemiro José Osório, pedindo à Municipalidade entrar em acordo com os fazendeiros Custódio Ribeiro de Campos Vieira, José Carlos Ribeiro Fortes e herdeiros de Pedro Gonçalves, para construção de uma estrada de automóveis a começar da estaca mil da Estrada de Ferro de Delfim Moreira até os Campos do Chora ou do Curralinho. Em 25 de maio de 1921 era o Vereador Paulino Gonçalves de Faria quem propunha o prolongamento da estrada de automóveis de Piranguçu, que chegaria até à vila de Jaguaribe, SP, "passando pelos bairros do Centro e Retiro do Serpa", do município de Itajubá.

No Congresso das Municipalidades, realizado em Itajubá, em 1907, com a presença do Presidente do Estado de Minas João Pinheiro da Silva, a 14.ª tese discutida tratou do importante problema das estradas.

Em 4 de agosto de 1909 a Lei Municipal n.º 6 proibia "o trânsito de veículos ferrados a cordão na estrada construída entre a cidade e Piranguçu, pelo Governo do Estado".

Várias leis municipais regulamentaram o trânsito nas estradas itajubenses, como as de números 67 e 90, respectivamente de 09-11-1921 e 13-11-1923.

De um velho relatório existente no arquivo da Prefeitura, elaborado por volta de 1930 ou pouco depois, extraí os seguintes dados das estradas então existentes no município de Itajubá:

Itajubá-Piranguçu, com prolongamento até à Vila Maria, 34,5 km; Itajubá-Ano Bom, com prolongamento ao Rio Manso, 19 km; Ano Bom-Goiabal, 9 km; Ano Bom-Juru, 9,5 km; Retiro-Serra dos Toledos, 6,5 km;

Itajubá-Cel. Mariano até Bicas do Meio (atual cidade de Venceslau Brás), 26 km; Cel. Mariano-Água Limpa, 3,5 km; Bicas de Baixo-Itererê, 13 km; Itajubá-Estância, 10 km; Itajubá-Anhumas até à Berta, 10 km; Piedade-Mouras, 9 km; Itajubá-Piranguinho, 9 km; Itajubá-Boa Vista, 4 km; Itajubá-Pedrão, 14 km; Pessegueiros-Martins, 9 km; Piranguinho-Mouras, 16 km; Antunes-Piranguçu, 16 km; Cel. Mariano-Piranguçu, 17,5 km; Jogo da Bola-Brasópolis, 6 km; Itererê-Rosetinha, 3 km; Rio Manso-Goiabal, 8 km; Rio Manso-Rio Claro, 7,5 km; Rosetinha-Centro, 19 km; Serraria-Borges, 14 km; Borges-Piranguçu, 7,5 km; Borges-Rosetinha, 6 km; Bicas de Baixo-Barreiro, 3 km; Zequinha Luís-Serra dos Toledos, 7 km; Serra dos Toledos-Ano Bom, 6,5 km; Usina Lourenço Velho-Maria da Fé, 4 km; Boa Vista-Martins até Pessegueiros, 9 km.

Em 17 de agosto de 1948, com a presença do Prefeito Municipal de Itajubá e do Visitador Diocesano foi, sob regozijo popular, inaugurada a estrada de automóvel entre a fazenda do Itererê e o bairro da Rosetinha.

A Municipalidade itajubense, por várias vezes, concedeu verbas a outras municipalidades, destinadas a melhorias das estradas de acesso a Itajubá, como a de 25 contos, concedida pela Lei n.º 33, de 10-02-1949, à Prefeitura de Maria da Fé, para auxiliar o reparo do trecho entre a ponte do Lourenço Velho e o rio Sabarazinho.

Antes do asfalto, para alguém percorrer, de automóvel ou — pior ainda — de caminhão, em tempo de chuva, a estrada Itajubá-Lorena, ligada com a Rio-São Paulo (atual Via Dutra), deveria preparar-se para enfrentar uma epopéica aventura, sobretudo no trecho da serra entre seu ponto mais alto e Piquete. Carros ali imergiam no barro até ao pára-lama, ou patinavam desobedientes à direção, embora com os pneus revestidos de correntes, e não raro careciam de juntas de bois para serem arrancados do lamaçal, permanecendo, às vezes, dois ou mais dias nessa operação. E isso à beira de precipícios.

Em meados de 1929 foi divulgada em Itajubá a auspiciosa notícia de que, por iniciativa de Júlio Prestes, Presidente de São Paulo, e dos deputados Teodomiro Carneiro Santiago e José Brás Pereira Gomes, já estava assentada a construção da Rodovia Itajubá-Lorena. Realmente, feitos os traçados e estudos pelo Engenheiro Dr. Luís Goulart de Azevedo, foram os trabalhos iniciados em 1931, os quais contaram com a cooperação dos Prefeitos de Itajubá e de Piquete, e do 4.º Batalhão de Engenharia de Cambate, Unidade que, em 27 de julho de 1936, ficou à disposição dessa obra. Essa rodovia já havia sido oficialmente inaugurada em 20 de outubro de 1934.

Em maio de 1952, na presença de Juscelino Kubitschek, então Governador do Estado, que visitava Itajubá onde foi homenageado com a inauguração de uma placa com o seu nome, no início da Rodovia Itajubá-Poços de Caldas, o Deputado José Rodrigues Seabra, em discurso, historiou a construção da Rodovia Itajubá-Lorena, salientando o trabalho técnico do Dr. Luís Goulart de Azevedo, e informando que as primeiras iniciativas para a construção da referida Itajubá-Lorena foram de Benedito Pereira, então Presidente da Associação Comercial de Itajubá. Cumpre ainda salientar

as providências tomadas pelo Prefeito Oliveira Marques. Os trabalhos dessa obra estiveram paralizados em 1932, por motivo da revolução antigetulista, quando tropas do Governo Federal ocuparam os trechos já preparados. Só em 1934 é que os trabalhos foram reiniciados, sempre sob a direção do Dr. Luís Goulart de Azevedo.

Em 1.º de maio de 1957 foi inaugurado o marco rodoviário que a Prefeitura mandou colocar no início da Rodovia Itajubá-Lorena, ou seja, no início da Avenida Padre Lourenço, que hoje compreende 4 km dessa rodovia, assim denominada no governo municipal do Dr. Pedro Mendes dos Santos.

Outra notável realização, de suma importância para Itajubá, foi a rodovia que liga a cidade à Rodovia Fernão Dias, ou seja, a Rodovia Itajubá-Poços de Caldas. O traçado foi igualmente realizado pelo Dr. Luís Goulart de Azevedo, por determinação do Cel. Ariel Barreto Leite, Chefe da Comissão Especial de Obras n.º 5 (CEO-5). Tais trabalhos foram iniciados em 1948. O Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, segundo informava o Deputado Gustavo Capanema em telegrama de 06-08-1948, interessou-se por ligar Itajubá a Poços de Caldas por moderna rodovia asfaltada. Na sessão de 1.º de setembro de 1951 a Câmara Municipal tomava conhecimento de um telegrama do Deputado Alcides Mascarenhas Lage participando "obtenção, por" seu "intermédio, de verbas no valor de 3 milhões de cruzeiros para a pavimentação da Rodovia Itajubá-Lorena e 2 milhões e 500 mil cruzeiros para a construção da Rodovia Itajubá-Poços de Caldas". Na reunião de 16 de outubro do mesmo ano, a Câmara deliberou enviar moção de aplauso ao Governador do Estado pelo início da Rodovia Itajubá-Poços de Caldas, e formular agradecimentos ao Deputado Alcides Lage e aos Senadores Alencastre Guimarães, Alberto Pasqualini, Bernardes Filho e Carlos Lindenberg pela emenda orçamentária do Ministério da Viação, que concedia dotação de verba de 5 milhões de cruzeiros para a construção da Rodovia Itajubá-São Lourenço.

Em 12 de outubro de 1951 chegavam a Itajubá as possantes máquinas que dariam início à estrada para Poços de Caldas, o que efetivamente aconteceu três dias depois, ficando os trabalhos entregues à Cia. CITOR (Companhia Internacional de Terraplenagens, Obras e Representações), sob a direção do DNER (19.ª Residência Regional), departamento então chefiado pelo Dr. Benedito de Assis Rennó Pereira.

O Projeto n.º 672/84 do Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, tornado em Lei n.º 8.678, de 27-09-1984, deu oficialmente a denominação de Rodovia "Venceslau Brás" ao trecho asfaltado que liga o Capote (bairro Santa Bárbara) à cidade de Carmo de Minas, rodovia esta que passa por São José do Alegre, Pedralva e trevo de Cristina. O Projeto n.º 670/84 do mesmo Deputado, transformado em Lei n.º 8.710 em 24-10-1984, deu o nome de Rodovia "Francisco Brás Pereira Gomes" ao trecho asfaltado de Piranguinho a Paraisópolis, rodovias estas que ficam na área da Grande Itajubá.

Em junho de 1977 foi o Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, recebido festivamente em Maria da Fé onde assinou, com a empresa responsável pela construção, o contrato para o asfaltamento da rodovia que ligou Itajubá àquela cidade, a qual passa pelo Juru e Ano Bom. Foi inaugurada em 4 de outubro de 1979, com a presença do Presidente da República João Baptista de Figueiredo. Tem seu trevo, em Itajubá, com acesso à Rua Duque de Caxias, no bairro da Varginha.

Piranguçu já se encontra também ligada por asfalto a Itajubá, com o trevo na Rodovia Itajubá-Poços de Caldas, nas proximidades do bairro da Piedade.

Em 1984 outra notável rodovia asfaltada tornou-se em realidade. É a que liga Itajubá a Delfim Moreira, passando pela Água Limpa, cujo trevo se encontra entre os km 10 e 11 da Rodovia Itajubá-Lorena, na ponte de Santo Antônio.

Ligada por asfalto às grandes cidades do País e às principais localidades do sul de Minas e norte de São Paulo, e sendo grande o número de ônibus lançados nessas linhas por diversas empresas, sentiu desde logo Itajubá a necessidade de uma estação rodoviária. Na reunião de 28 de agosto de 1952, da Câmara Municipal, o Vereador José Bonifácio Cardoso sugeria uma lei que autorizasse a construção dessa estação. Esta foi festivamente inaugurada em 1.º de agosto de 1959, construída pela firma Carnot-Hermeto. A bênção eclesiástica foi lançada pelo Padre Generoso Carvalho, Vigário da Matriz de São José. Teve inicialmente a administração de Antônio Martins.

Conforme documentou o telegrama n.º 357, de 13-04-1960, do Palácio da Liberdade, de José Francisco Bias Fortes (então Secretário Particular do Governador mineiro) e a notificação de 16-02-1959, de Belmiro de Medeiros Silva, Secretário de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, dirigidos ao Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, conseguiu este parlamentar a autorização e a verba de 3 milhões e 260 mil cruzeiros para a construção da estrada de Itajubá a Virgínia.

Falando-se de estradas, é preciso que se lembre, retornando-se aos velhos tempos, a figura do tropeiro, do homem sacrificado que, de noite e de dia, sob o sol causticante ou debaixo de chuvas torrenciais, cortava as estradas do município e redondezas com seus animais carregados de mercadorias.

Por certo, muladeiros de Itajubá, até o último quartel do século passado, existiram às centenas. Nos arquivos da Municipalidade e em publicações, apenas me foi possível colher um ou outro nome dos primeiros arrieiros, tais como José Ribeiro da Silva, Antônio Ribeiro de Sousa, Miguel de Sousa Pinto, Inácio Ferreira dos Santos, João Martins Braga, Custódio José Pereira e Manuel Nunes, todos estes quando Itajubá ainda não passava de pequena Freguesia. No tempo de vila, temos os nomes de Bibiano Pires, Horácio Arruda de Castro, Francisco Teodoro de Melo, José Vilas-Boas

da Silva, Manuel Pereira Rosa, Luís Vitalino de Lima e Joaquim Duarte Ribeiro Filho. Dos primeiros anos de cidade: João Ricardo de Meneses, Quitério da Gama, Paulino da Silva Oliveira, Antônio Zacarias de Brito, Feliciano Ferreira de Macedo, Rodolfo Melo e José Carvalho da Lavra Filho. E ainda os *rancheiros* citados por Bernardo Saturnino da Veiga no seu *Almanaque Sul-Mineiro*, de 1874: João José Rennó, Joaquim José dos Santos Pereira e Joaquim Custódio da Silva.

Mesmo há mais de um século já havia os problemas de trânsito... É só ver este trecho da Ata de 11 de outubro de 1861, da Câmara Municipal:

"Um Ofício de Cândido Inácio Ferreira Lopes pedindo providências sobre os rancheiros que servem-se (sic) do leito das estradas para amarrarem burros, e sobre as porteiras que não têm espaço necessário para passarem animais com caixões. Foi à Comissão".

Antes da estrada de ferro, as tropas iam receber cargas em Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo, estação da então Estrada de Ferro D. Pedro II. Com a inauguração da Estrada de Ferro *Minas and Rio Railway Company*, as mercadorias passaram a ser apanhadas na estação do Carmo, hoje denominada Américo Lobo, perto de Pouso Alto. E não vamos confundir esta Carmo com Carmo de Minas, que só teve estrada de ferro com a construção da Vale do Sapucaí, que será historiada no capítulo 33.

Antes das boas estradas no município, outro meio de transporte muito utilizado em Itajubá foi o da navegação pelo Rio Sapucaí. Há quem acredite, com algum fundamento, ter sido a utilização das "barcas cargueiras" pelo Sapucaí uma das causas de Itajubá, logo na sua fundação, ter progredido muito mais do que a antiga Itajubá, hoje a cidade de Delfim Moreira.

Eram barcas movidas a varejão ou zinga, que exigiam grande esforço humano na subida do rio, não só porque se lutava contra a correnteza como ainda era rio acima que esses batelões navegavam carregados de mercadorias apanhadas no baixo Sapucaí ou já em portos do rio Grande. Eram semicobertas por um toldo ou ladeadas de xalmas, e algumas possuiam um pequeno porão. Mais tarde surgiram as movidas a vapor. O ancoradouro primitivo ficava nas barrancas entre os términos das atuais Ruas Flamínco Miranda e Tomás Aldano. No penúltimo quartel do século passado foi construído o novo porto, mais próximo das casas comerciais, cerca de 150 a 180 metros abaixo da atual ponte Randolpho Paiva. Em alusão a este novo fundeadouro, o antigo passou a ser denominado Porto Velho, nome que passou ao bairro urbano ali desenvolvido, e que até hoje se conserva

Em 1858 já se falava em barca a vapor em Itajubá. Quatro anos antes, em resposta a um ofício do Presidente da Província, que indagava sobre o "estado da navegação fluvial" em Itajubá, informava a Municipalidade ser o rio Sapucaí então navegável desde a foz do rio Santo Antônio até ao rio Paraná, apesar de haver em certos pontos "alguns empecilhos",

que podiam ser destruídos (Atas de 2 e 3 de janeiro de 1854). A Ata de 28 de abril de 1862 registra outras informações que a Câmara enviou ao Governo provincial sobre os rios navegáveis do município de Itajubá.

Referindo-se a Itajubá, assim escreveu Bernardo Saturnino da Veiga, em 1874, no *Almanaque Sul-Mineiro*:

"As terras de que se compõe o distrito da cidade são férteis, como todas do vale do Sapucaí, rio que banha a povoação e em que ela deposita grandes esperanças, pois, de sua navegação a vapor provirão para todo o município grandes vantagens".

Naquele mesmo ano de 1874 dizia Franklin de Massena:

"Deste rio (Sapucaí), no futuro, Minas se utilizará para a navegação; então, quando raiar essa época no horizonte mineiro, a prosperidade, riqueza e agricultura muito florescerão para os municípios do sul desta Província. A navegação do Sapucaí não é um problema de intricada solução; atendendo nós à posição topográfica do solo, e estudando-se a natureza do Sapucaí, conhece-se que fácil é empreender-se a sua navegação. As vertentes do Sapucaí são, em geral, serras onde a agricultura floresce; matas virgens cheias de jequitibás, sobragis, paineiras, etc., bastam para o distintivo de terrenos produtivos" (*Apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais*, 5.º vol., ano de 1913).

Vê-se, por esses dois escritos do velho século, o quanto de esperanças se depositava na navegação do rio Sapucaí.

Nos velhos tempos, em virtude do maior número de florestas ribeirinhas, possuía o rio Sapucaí muito maior volume de água, o que mais possibilitava a navegação. Confirma-o a informação de 1737, do Ouvidor Cipriano José da Rocha ao Governador da Capitania, em carta na qual diz ser então esse rio "abundante de águas, maior em muitas partes que o rio Grande" (*Apud* Alfredo Valladão, *Campanha da Princesa*, 1.º vol., e Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*).

Atualmente, com a devastação das matas das cabeceiras e, sobretudo, com a retificação, o rio Sapucaí tornou-se raso, com tão pouco volume de águas que já permitiria a navegação nem às menores daquelas barcas a varejão...

A Lei mineira n.º 50, de 18 de julho de 1893, autorizava "o Presidente do Estado a contratar com Alberto Bressane Lopes ou com quem mais vantagens oferecer, a navegação a vapor no rio Sapucaí, entre Piranguinho e Pouca Massa, mediante privilégio até de 15 anos" (Xavier da Veiga, *op. cit.*, 3.º vol., pág. 120).

Alguns nomes de barqueiros são lembrados em velhos registros, como Fulgêncio Nogueira, Luís Almeida, Antônio Joaquim Bonifácio, Antônio Barbosa, João Heliodoro e Caetano Duarte Sobrinho.

Em Saturnino da Veiga (*Almanaque Sul-Mineiro* de 1874) encontra-se a informação de que as barcas do Sapucaí transportavam "o carregamento máximo de 8.000 quilogramas", "calando — termo médio — um metro" (pág. 24).

Conta-nos o Dr. Nelson de Senna no seu *Anuário* de 1909:

"Junto de Itajubá corre o Sapucaí, onde havia grande comércio de barcas, dali para Douradinho, conduzindo sal e cargas do Rio de Janeiro, e trazendo cal, rapaduras, mantimentos, etc., gastando mais ou menos um mês em viagem de ida e volta. As mais importantes dessas barcas tinham os nomes de *Santo Antônio, Exploradora* e *Novo Comerciante*".

Um desses carregamentos está assim discriminado em "O Itajubá" de 30 de março de 1873:

"Barca *Exploradora* — Esteve ancorada no porto, tendo trazido carregamento de peles, panelas, cal, batatas inglesas, polvilho, queijos, rapaduras, pedras de São Tomé e tábuas". Era "sócio gerente" dessa barca Luis José de Sousa Vianna ("O Itajubá" de 24-11-1872).

As barcas *Exploradora e Santo Antônio* estão também citadas por Bernardo Saturnino da Veiga, no *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874.

A Santo Antônio era propriedade de Antônio José de Sousa Vianna.

Uma notícia da "Gazeta Comercial", jornal itajubense, na edição de 30 de julho de 1880:

"Barca *Fonte Limpa* — Chegou ao porto do rio Sapucaí esta barca, de propriedade do Sr. Antônio José Gonçalves Barbosa. O seu carregamento é de rapaduras, aguardente e queijos. Que obtenham bom preço os seus gêneros é o que desejamos". O mesmo jornal, na edição de 12 de dezembro de 1880, trazia esta publicação com respeito à referida barca: — "Antônio José Gonçalves faz ciente a todos os que têm ações da barca *Fonte Limpa,* que fica de nenhum efeito o sorteio por ter resolvido a continuar na navegação com a mesma. Itajubá, 6 de dezembro de 1880".

Existiam ainda, por volta de 1860 a 1875, as barcas *Bom Comércio, Coimbra, Gaivota, Humaitá* e *Esperança,* estas duas últimas de propriedade de Hilário Fernandes da Silva. E ainda a *Lidador,* de Alexandre Pinto Pinheiro ("A Verdade" de 17-05-1889).

De "O Itajubá" de 18-08-1872 colho esta notícia:

"NAVEGAÇÃO — De Campo Belo chegaram a esta cidade 10 estrangeiros para se empregarem na navegação do rio Sapucaí, por meio de barcas que tratam de construir".

E de "A Verdade", semanário itajubense, de 14-11-1891:

"NAVEGAÇÃO DO SAPUCAÍ — Um importantíssimo melhoramento está em via de realização. Trata-se de estabelecer navegação regular no rio Sapucaí, entre esta cidade e Pouso Alegre, tanto para condução de cargas

como de passageiros. O serviço será feito por meio de barcas de fundo de prato, adaptadas às condições do rio, e movidas a vapor".

O mesmo jornal, na edição de 26-11-1892, assim registra:

"Pela estrada de ferro, chegou no dia 21 do corrente a esta cidade uma lancha a vapor, destinada à navegação do Sapucaí, daqui para baixo. No dia 22 foi lançada à água e fez excursão de experiência, vindo até à ponte, atraindo a atenção pública, manifestada por grande número de pessoas, que se aglomeraram nas margens para verem o novo e primeiro elemento de progresso, inaugurado nas águas do nosso rio. Denomina-se *Guapy* o vaporzinho, tem a força de 8 cavalos, 3 ½ palmos de calado e a velocidade de 10 milhas por hora (no mar), segundo nos informam. Pertence ao maquinista o Sr. Gaspar Nogueira, que vai iniciar o serviço de transportes por água, proporcionando grandes vantagens à lavoura e ao comércio das localidades ribeirinhas".

Também eram proprietários do *Guapy* um sobrinho de Gaspar Nogueira e Alberto Bressane Lopes, "sob a razão social de Alberto, Gaspar & Nogueira" ("A Verdade" de 03-12-1892).

Em 13 de maio de 1893 lia-se em "A Verdade" que Alberto Bressane Lopes, de Pouso Alegre, havia requerido ao Congresso Mineiro privilégio para estabelecer a navegação no rio Sapucaí.

"A Verdade" de 09-12-1893 publicou a seguinte comunicação ao público:

"NAVEGAÇÃO FLUVIAL — A empresa de navegação do Sapucaí, no intuito de bem servir ao público, estabeleceu horário certo para as viagens.

"A partida do vapor *Santa Rosa,* da estação fluvial (Porto Novo) para o Carmo do Rio Claro, será nos dias 4, 9, 14, 19, 24 e 29 de cada mês.

"O rebocador Caçador, que se ocupa em transportes de cargas, não tem dia certo, mas parte do mesmo ponto uma vez por semana".

Foi assim iniciada a navegação a vapor pelo Sapucaí. Outras barcas a vapor chegaram, e esses serviços em 1912 ainda eram mantidos, transportando mercadorias para o comércio e também passageiros.

E as barcas a varejão foram desaparecendo. Em 24 de maio de 1874 noticiava "O Itajubá" estar dissolvida a sociedade de transportes de mercadorias por navegação pelo Rio Sapucaí composta de Luís José de Sousa Vianna, Alexandre Pinto Pinheiro, Manuel Pinto Bonifácio, Albino Pinto de Brito, Antônio Pereira Cortez e José Vieira da Fonseca.

E muito se preocupavam as autoridades com os veículos que transitavam pelas ruas da cidade. A propósito dos pachorrentos carros de bois, que gemiam barulhentamente pelas ruas, com suas pesadas rodas ferradas a bater pelas enormes e irregulares pedras do antigo calçamento, lemos na "Gazeta de Itajubá", de 28-09-1910, esta reclamação:

"Cogita atualmente nossa Municipalidade, em vista de insistentes reclamações, de coibir esse chiar de carros de bois nas nossas ruas. Fazendo isso, não faz a Câmara mais do que seguir o exemplo das suas congêneres de outras cidades adiantadas onde expressamente é proibida a barulhada de tais veículos pelas ruas centrais. Aqui onde as ruas são estreitas, essa medida é deveras necessária, não só no que diz respeito ao conforto público, como também à eliminação desse ferrenho hábito alcaide. No Ginásio, por exemplo, quando passam os carros pela rua fronteira, torna-se precisa a interrupção das aulas que funcionam no pavimento inferior, pois não há voz de professor que possa superar a barulhada. Depois, Itajubá já é uma adiantada cidade. É muito bucólico, é verdade, mas o bucolismo deve ficar no campo. Dir-se-á que isso vai prejudicar os lavradores. Não há tal. A Câmara não vai proibir o trânsito de carros; vai exclusivamente evitar o chiado. Uma pequena modificação nos veículos e está arranjada a coisa. Transformem-se os eixos volantes em eixos fixos. O nosso apelo aos progressistas lavradores para que triunfem tais medidas".

Na Ata de 27-10-1926, da Câmara Municipal, encontra-se registrada a seguinte lei:

"Pelo Vereador Francisco José Pereira foi apresentado o seguinte: Proibe o trânsito de carros de bois de eixos móveis pelas ruas da cidade e estradas de automóveis conservadas pela Municipalidade e contém outras providências. Art. 1.º — Fica expressamente proibido o trânsito de carros de bois de eixo móvel pelas ruas da cidade e estradas de automóveis conservadas pela Câmara Municipal. Art. 2.º — A proibição contida no Art. 1.º não se estende aos carros de eixo fixo e rodas de raias, com chapas de 8 a 12 centímetros de largura, sendo exigido, porém, que os carros desta espécie que entrarem na cidade não sejam puxados por mais de duas juntas de bois. Art. 3.º — Os dispositivos desta Lei se referem também aos carros de bois de 4 rodas. Art. 4.º — Fica concedido um prazo de 90 dias a findar em 31 de março do ano próximo vindouro para os proprietários de carros de bois fazerem as modificações nos veículos em questão, de acordo com a presente Lei. Art. 5.º — Aos infratores serão impostas as multas de 50$000 (cinqüenta mil réis), dobradas na reincidência e com a apreensão do veículo. Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário. — Francisco José Pereira".

Foram, no século passado, proprietários de carros de bois de aluguel, conduzidos por hábeis e experientes carreiros e "possantes animais", o Dr. José Pereira dos Santos, Cap. Antônio José Rennó, Cândido Pereira dos Santos, Luís José de Sousa Vianna, Joaquim José de Santana, Severiano dos Passos e Silva, José Dias dos Santos, Manuel J. Ferreira e Manuel Francisco Pereira da Cruz.

Possuíam frotas de carroças para aluguel, no último quartel do século ido, José Luís de Sousa Vianna, Francisco Cascardo, Francisco Storino e Francisco Sanches Brinquinho. E no início deste século, Ângelo Marinelli, Filipe Pizzuto, Carmo Estêvão e Peregrino de Magalhães.

Proibiu-se ainda, no início do século, "a bem do silêncio", o uso de cincerros nas *madrinhas* das tropas que transitavam pela cidade, tal o barulho perturbador que faziam.

No primeiro quartel deste século existiam em Itajubá os carros de praça tirados a cavalo. Os tipos mais usados eram a caleça e a vitória, carruagens de 4 rodas.

Os cocheiros mais populares foram: — Antônio Martiniano, Benedito Silva, Benedito Flor, Antônio Bento e seu irmão José Bento, o preto Cipriano, os irmãos Bernardino e João Pequeno, o italiano Filipe Pizzuto, Virgílio Leite, Sebastião Pereira, Domiciano Gonçalves, Mário Inácio, Sixto Castelani, Miguel Gaudino (Miguel Gordo), o preto José Camilo, João Ribeiro de Faria, José Maria Rodrigues, Miquiça, José de Melo, Eugênio Consoli, Antônio Inácio, Sebastião Caxambu, Primo Castelani, Sebastião Patrício e Antônio de Paula.

Vários desses proprietários de carros de praça e seus boleeiros se encontram mencionados em "Termos de compromissos", registrados do *Livro de Juramentos e Posses,* do arquivo da Prefeitura Municipal.

Itajubá chegou até a possuir uma fábrica desses carros, de propriedade de Adriano Piazzaroli, conforme documenta a Ata de 28-04-1920, da Câmara Municipal.

O regulamento para o trânsito de carros de praça pelas ruas da cidade foi elaborado pelos vereadores Próspero Sanches e Augusto Salomon, e está transcrito na Ata da reunião de 27-03-1924, da Câmara Municipal. O Art. 1.º exigia que seus condutores (boleeiros) usassem obrigatoriamente "uniforme limpo, de blusa e calça de brim cáqui e chapéu mexicano de um só tipo, da cor do uniforme, e polainas pretas". Os preços de corridas então estipulados pela Municipalidade foram: — Da Praça Teodomiro Santiago à estação ferroviária, 1$000 (um mil réis, ou seja, dez tostões); do jardim público (Praça Teodomiro Santiago) ao Batalhão, 2$000 (dois mil réis); da Praça Teodomiro Santiago ao "fim da Rua Miguel Braga", 2$000; da estação à Rua Miguel Braga, 1$000; da estação ao Colégio das Irmãs, 2$000; da estação à Vila Lúcia, 1$000; "do jardim público às divisas dos Canudos", 2$000; do jardim da Praça Teodomiro Santiago ao Instituto Dom Bosco, 2$000; da Praça Teodomiro Santiago à Vila Lúcia, 2$000. A lotação máxima permitida para cada carro era "5 pessoas, excluídas as crianças de idade inferior a seis anos".

Por volta de 1912 apareceram os primeiros automóveis, os "revolucionários" *Fords de bigode*... Quem apareceu com o primeiro automóvel em Itajubá, naquele ano, foi um cidadão apelidado Quinquim. Veio depois o de Adriano Piazzaroli. Esses dois carros marcaram época, e figuram numa das *Reminiscências* do Tio Mironga (publicada em "O Sul de Minas" de 14-10-1951) e no *Poema a Itajubá,* de *Dão* (João Carneiro de Resende, de Pedralva).

O primeiro automóvel de aluguel de Itajubá foi o de Carmenutto Fitipaldi, que também exerceu a profissão de alfaiate.

José Fonseca da Cruz, de nacionalidade portuguesa, asseverava ter sido ele o primeiro *chauffeur* em Itajubá que se habilitou legalmente, isto é, o primeiro motorista a obter a carteira para exercer a profissão.

A bicicleta já era conhecida em Itajubá no final do século passado, quando ainda se dizia *bicyclette*... ("Cidade de Itajubá", de 22-12-1901).

A Câmara Municipal aprovou, em 20-03-1914, a lei elaborada por Frederico Teixeira de Magalhães Leite. Antônio Lúcio Borges e Narciso José Brasil, que proibia, depois das cinco horas da tarde, o trânsito de veículos na Praça Teodomiro Santiago (então Cesário Alvim), "no trecho compreendido pelo Clube Literário e Recreativo Itajubense até o prédio do Sr. João Ribeiro dos Santos", estipulando a multa de 5 mil réis para bicicletas, e 20 para outros veículos.

Em 7 de setembro de 1960 foram inaugurados sinaleiros luminosos nas principais esquinas da cidade.

A primeira empresa de transportes intermunicipais de Itajubá, com horários estabelecidos e serviço regular de viaturas, foi a Chiaradia, Genro & Filho, os quais "estabeleceram, três vezes por semana, um serviço de carros desta cidade para Piranguçu, cobrando o módico preço de 2$000 (dois mil réis) por passageiro. A viagem é cômoda e rapidamente feita em excelente caleça" ("Gazeta de Itajubá" de 04-06-1911).

E o primeiro ônibus, com horários regulares, estabelecido entre Itajubá e outras cidades, foi a *jardineira* para Paraisópolis, mencionada na Ata de 15 de maio de 1928, da Câmara Municipal. Pouco tempo depois, Sebastião Antunes Siqueira (Sebastião Valentim) manteve um ônibus para Piranguçu. A Empresa *Malerba*, em 1947, ligava Itajubá a Lorena, com dois horários. A primeira linha de ligação direta com o Rio de Janeiro e São Paulo deve-se à Empresa *Pássaro Marron*, inaugurada, em Itajubá, em 25 de março de 1949. A linha do Rio passou a ser feita, logo depois, pela *Cidade do Aço*. Em 1950, Joaquim Pereira, Sebastião José Pereira e José Tomé Pereira formaram a Empresa *Pereira*, que manteve coletivos na linha de Pouso Alegre. No mesmo ano, surgia também a Empresa *Santa Teresinha*, de Antônio Pereira Machado, com ônibus para São Lourenço. Em 15 de julho de 1955 era Américo Silveira Pereira quem inaugurava o seu *Rápido São José* para Varginha. Em 1.º de junho de 1956 Joaquim Faria, de Pedralva, lançou os ônibus que ligavam Itajubá a São Lourenço, passando por São José do Alegre, Pedralva, Cristina e Carmo de Minas.

Hoje grande número de empresas, além da já citada *Pássaro Marron*, ligam Itajubá às capitais e às maiores cidades de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, e localidades vizinhas, tais como a *Transul*, a *Viação Nacional*, a *Ensa*, a *Cometa*, a *Sartori*, a *Gardênia*, a *Unida*, a *Ritranstur*, a *Faria* e outras.

Já não se vêem os *paus-de-arara* das romarias à Aparecida, oriundos de várias localidades de Minas, que passavam por Itajubá para o acesso à Rodovia Itajubá-Lorena. Os ônibus dominaram, e desativaram até a estrada de ferro. É grande o movimento de ônibus na estação rodoviária de Itajubá, que partem ou que chegam durante todo o dia e à noite, nos diversos horários.

Os ônibus suburbanos, que corriam entre os bairros da Boa Vista e Pacatito, foram iniciados por Antônio Pereira Machado, que inaugurou a Empresa *Santa Teresinha* para esses serviços. Em 22 de setembro de 1950, Max Rudolf Herren inaugurou novos e modernos veículos nessa linha, sob a denominação de *Auto-Viação Itajubá,* depois pertencente a Manuel Correia. Tais serviços foram posteriormente explorados pela Empresa Malerba, que aumentou as linhas, criando a da Via-Rodovia e da Estiva-Pacatito. Desentendendo-se com as autoridades municipais, que exigiam o preço de 20 centavos para as passagens, foram suspensos os serviço dessa Empresa. Retirando a *Viação Malerba* os seus ônibus, Joaquim José do Carmo colocou nas ruas os seus, para servir a população até o contrato com outra empresa, que foi a *Sayonara,* com início em 04 de julho de 1968. A Ata de 23-04-1968, da Câmara Municipal, registra o histórico desses acontecimentos. Atualmente a cidade é servida satisfatoriamente por inúmeras linhas de ônibus que ligam os diversos pontos da cidade, pela Empresa *Valônia,* organizada pelo industrial Luís Rocha, que por muitos anos a dirigiu como proprietário.

As mais antigas bombas de gasolina que aparecem nas Atas da Câmara Municipal de Itajubá são as Raphael Bianchi e a da *Standart Oil Company of Brazil,* a primeira à Rua Minguel Braga, a segunda à Praça Adolfo Olinto, ambas com a licença de instalação concedida na reunião de 03 de março de 1925. Até então, a gasolina era comprada em latas de 18 litros ou em tambores.

Foi Dona Amélia Cândida Vianna Braga, senhora ilustre e inesquecível da passado itajubense, capitalista e destacada propulsora do progresso, que empregou suas largas posses em realizações industriais e em diversos outros empreendimentos, quem, pouco ante de seu falecimento, em 1925, havia imaginado a instalação de bondes elétricos em Itajubá, melhoramento que não se concretizou.

* * *

32 — PONTES

A construção de pontes em todo o município e na cidade foi uma das maiores preocupações do Governo municipal desde o século passado, *ab urbe condita.*

Logo no primeiro ano de vila, a 16 de outubro de 1849, o Vereador Joaquim Delfino Ribeiro da Luz já sugeria a construção de uma ponte sobre o Sapucaí, bem como uma no Ano Bom, "junto à fazenda do Major Francisco Pereira de Magalhães". Nada se fez então, pois, sete anos mais tarde punha-se o referido Major a reclamar a prometida ponte, alegando a grande falta que fazia na região (Ata de 08-01-1856). Em atenção, a Edilidade pediu ao Governo provincial uma verba para essa obra, o qual, no ano seguinte, mandou abrir concorrência para sua feitura (Ata de 13-06-1857). E como a ponte, sobre o Lourenço Velho, ligaria os dois municípios, determinou mais o Governo que a Câmara de Itajubá entrasse em entendimento com a de Cristina para a execução dessa obra, que foi confiada ao construtor Miguel Gonçalves da Costa (Ata de 24-09-1857). As Atas de 05-07-1854, 03-01-1854, 04-01-1854 (quando o carpinteiro Joaquim Pinto Estanislau orçou-a em dois contos de réis), 06-10-1854, 04-10-1854, 07-10-1854, 11-07-1855 e muitas outras mencionam providências relativas a Pontes sobre o Lourenço Velho.

Não vou trasladar as deliberações atinentes a construção ou reparo de pontes em Santo Antônio, nos Borges, nos Pintos, no Campinho, em Piranguinho, no Piranguçu, na Piedade, nas Anhumas, etc., não só pelo diminuto interesse histórico que tais atos significam, como pela extensão dessas providências. Que se mencionem apenas as pontes construídas na cidade.

Elevada à vila, quis Itajubá uma ponte sobre o Sapucaí (Atas de 16 e 19 de outubro de 1849 da Câmara Municipal). O Presidente da Província autorizou a Mesa das Rendas a entregar à Municipalidade a importância de um conto e oitocentos mil réis para essa obra (Ata de 30-04-1850), a qual, contudo, segundo o orçamento feito pelos Vereadores Manuel José Pereira Júnior e Antônio Soares dos Santos, foi calculada em 3 contos e 285 mil e 200 réis (Ata de 27-01-1851). Mas o Governo negou a concessão de verba maior (Ata de 30-06-1851). Nem por isso os itajubenses desistiriam de construir a ponte...

Julgou a comissão encarregada dos trabalhos que o "lugar mais apropriado e seguro para a construção da ponte era atrás da Matriz, vizinho ao pasto de Pedro Antônio, a sair pela rua da casa de Antônio Ribeiro Cardoso e fundos da de Francisco Luís" (Atas de 2 de maio e 9 de setembro de 1850). Foi confiada a construção a Joaquim Rodrigues Sampaio, devendo a Câmara pagar-lhe a importância orçada e combinada em três quotas (Ata de 07-10-1851).

No local onde Joaquim Rodrigues Sampaio construiu a ponte existiam então umas alpondras de altas pedras ali postas, que só podiam ser atravessadas quando o Sapucaí estava muito baixo. Dava-se também a isso o nome de *ponte*. Logo mais acima, no antigo Porto Velho, existiu, apoiada em cavaletes, uma *pinguela*, que, com esta denominação, aparece no contrato firmado pela Municipalidade e o carpinteiro João Carvalho da Silva. Pois era essa precária e perigosa passadeira que, naquele tempo, servia toda a população.

A primeira obra em Itajubá, a que realmente se podia dar o nome de ponte, foi a do empreteiro Sampaio, já mencionada. E não foi aceita pela Municipalidade, que a considerou construída fora do lugar conveniente (Atas de 27 de outubro e 10 de novembro de 1851). Em 09 de julho de 1852 estavam concluídos os trabalhos (Ata de 09-07-1852). Mas mestre Sampaio teve de fazer outra, que foi examinada pelos "carapinas" Lázaro Martins Pereira e Silvino Tomás de Sousa, nomeados para isso pela Câmara Municipal (Ata de 12-04-1853). E só assim a Municipalidade aceitou a referida ponte (Ata de 15-04-1853). Na Ata de 11-09-1854 vamos topar com o empreiteiro Joaquim Rodrigues Sampaio a reclamar os 700 mil réis que a Câmara lhe ficou devendo...

Três anos depois, a 18 de abril de 1857, Francisco José Pereira apresentava o orçamento de 330 mil réis para o conserto dessa ponte. Naquele mesmo ano pensou-se em reconstruí-la, tendo elaborado orçamentos os profissionais Francisco de Almeida Gama e Silvino Tomás de Sousa, recebendo cada um 5 mil réis por esses serviços (Atas de 14 e 17 de julho de 1857). A 13 de abril do mesmo ano esses dois "carapinas", por indicação do Presidente da Câmara, Guilherme Luís de Sá, integravam, junto com os Vereadores Caetano Ferreira da Costa e João Martins Tosta Sobrinho, a comissão incumbida dos trabalhos.

Reconstruída a ponte sobre o Sapucaí, ficou esta com a denominação de *ponte nova*, enquanto que a antiga *pinguela* dos Remédios era a *ponte velha*.

Antes da existência da "grande ponte de madeira, coberta de zinco", a passagem do Sapucaí se fazia por meio de barcas, mediante o pagamento de uma taxa de pedágio, serviços estes que ficavam sujeitos à fiscalização da Municipalidade, e tinham a aprovação do Governo Imperial, segundo a informação de Xavier da Veiga (*Efemérides Mineiras*, 4.º vol., pág. 309).

A ponte construída em 1852 por Joaquim Rodrigues Sampaio, vinte anos depois foi demolida, por estarem já apodrecidos os pegões. O barqueiro Francisco Sanches Brinquinho tornou-se o concessionário da travessia do Sapucaí. Seu nome figura na Ata de 08-01-1880, quando, então, a Câmara nomeou uma comissão para examinar a seguinte proposta do Vereador João Antônio Grilo:

"Proponho que esta Câmara, à vista do clamor público tanto desta cidade como das freguesias vizinhas, que têm de atravessar o Rio Sapucaí, queixando da pesada e exorbitante taxa de 40 réis por cada pessoa a pé e 200 réis por cavaleiro, taxa que não há exemplo de pagar-se em parte alguma, pois que em outras partes que são arrematadas o máximo que se paga é de 100 réis por cavaleiro e 20 réis por pessoa a pé; à vista do que proponho que esta Câmara compre a barca ou mande construir outra, caso seu dono queira vendê-la por preço exorbitante, e mande dar passagem ao público, grátis ou com uma pequena taxa, apenas para pagar-se ao indivíduo encarregado, de dar passagem, entende o abaixo assinado que com esta medida a Câmara prestará um grande serviço a seus munícipes".

A 27 de bril de 1865 concedeu a Câmara a licença a José Francisco Pimenta "para construir uma barca de passagem no porto de D. Leocádia, sujeitando-se o empresário a cobrar de passagem os preços constantes da tabela que se lhe remete por cópia".

O porto de D. Leocádia ficava pouco abaixo do local onde ora se encontra a Ponte Tancredo Neves.

Mas o barqueiro Brinquinho e outros *Carontes* continuaram a explorar a travessia do Sapucaí, passando pessoas, animais e cargas de uma para outra margem do rio, com suas barcas e jangadas, pelo preço que bem entendiam, não obstante os protestos. Essa situação levou a população a gritar pela construção de uma ponte, larga e sólida, condigna com a prosperidade do lugar.

Em Ouro Preto o deputado provincial Francisco Silviano Brandão, conforme Ofício que, a 19 de novembro de 1880, enviou à Câmara Municipal de Itajubá, deu entrada no Legislativo do projeto de lei que autorizaria a verba necessária para a construção da nova ponte.

O Dr. Adolfo Augusto Olinto e os senhores Antônio dos Santos Silva Júnior e Luís José de Sousa Vianna foram os membros da comissão encarregada de dar início aos trabalhos, o que se realizou na primeira semana de 1882. Gastou-se um ano na construção dos pegões de pedra ("O Itajubá" de 14-01-1883). Em 05 de agosto de 1883, dizia "O Itajubá": "Continuam com toda a atividade as obras da ponte sobre o rio Sapucai, nesta cidade. Podemos agora dizer que em breves dias cessará o vexame que tem sofrido o povo nas barcas particulares".

Era uma sólida construção "de madeira de lei derrubada em lua certa, de carlinas, longarinas, treliças e vigas alcatroadas", com cobertura "de duas águas". Como essa coberta era de zinco, ficou popularmente denominada "ponte de zinco".

Foi essa construção festivamente inaugurada em 07 de dezembro de 1883, com fogos, discursos e banda de música. O jornal "O Itajubá" noticiou o acontecimento. Na edição de 15 do mesmo mês estampou um curioso poema em 12 estrofes de 9 versos, falando da invulgar "festança graúda", das "boas peças" tocadas pela "filarmônica da terra" e da bebida farta, servida em "barris à torneira", "com honrosa fidalguia", a todos os presentes.

O projeto de Lei n.º 28, de 01-10-1880, apresentado à Assembléia Provincial por Silviano Brandão, Amaro Nogueira, Costa Senna, Zacarias Leonardo, Cornélio de Magalhães, Araújo Lobato e Torres Lima, que concederia a verba de 10 contos para essa obra ("Gazeta Comercial", de Itajubá, de 24-10-1880, e a "Atualidade", do Rio de Janeiro, de 11 do mesmo mês e ano), pelo que parece, não foi sancionado, pois, tudo só se conseguiu graças aos esforços e despreendimentos dos próprios itajubenses. Dois

anos depois, em 25 de setembro de 1882, é que, em cumprimento à ordem pronvicial n.º 867, o Ten. Cel. João José Pereira, administrador da "Barreira do Itajubá", entregava à Comissão das obras a importância de 7 contos e 920 mil réis, a qual não cobriria nem a metade da despesa orçada.

"O Itajubá" divulgou os nomes de todos os que contribuíram para a construção da ponte, com dinheiro, fornecimento de pedras e madeiras, empréstimo de carros e carroças, bem como de escravos, etc. Essa relação de nomes e de contribuições, que ficou histórica, já tive oportunidade de reproduzir no jornal "O Sul de Minas".

Essa sólida ponte de madeira, com coberta em forma de chalé, existiu até 1928, ano em que foi inaugurada, um pouco mais acima, a ponte de cimento Randolpho Paiva, de belos arcos, ora substituída por construção de cimento e aço, uma das grandes obras da administração admiravelmente profícua do Prefeito Ambrósio Pinto.

Os velhos livros da Municipalidade falam também de outras pontes "de dentro da cidade", como a da Rua do Esgoto, "em direção da Rua Senhor dos Passos, que ganha a frente da casa de José Baptista de Carvalho" (Atas de 08-10-1851 e 13-01-1864); a "dos Godóis", na então Rua dos Remédios (Rua Xavier Lisboa), que ficou em 165$440 (Ata de 17-04-1857); a ponte "D. Leocádia", que existiu "sobre o rio Sapucaí", na saída para Santa Rita (Ata de 26-07-1879); as das Ruas Cel. Carneiro Júnior e Tenente Viotti (Rua Américo de Oliveira), sobre o ribeirão José Pereira; a ponte ao lado do Instituto D. Bosco, sobre o ribeirão Anhumas (Lei n.º 37, de 20-06-1917)...

Em 1908 foi inaugurada a ponte metálica, de arcos, da Rua D. Maria Carneiro, na Boa Vista, construída pela firma Irmãos Almeida, montada sob a direção técnica de Jorge Marinelli, pondo, desse modo, fim à frágil passadeira com o nome de "ponte D. Leocádia", que existiu mais abaixo. Em 15 de julho de 1954, não suportando o peso de uma viatura, vergou espetacularmente a velha ponte metálica, depois de quase meio século de relevante utilidade pública. Nessa contingência, foram solicitados os serviços do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, então comandado pelo Cel. Arilo Osório de Sousa, que imediatamente atendeu ao apelo da população daquele bairro, montando, ao lado da ponte derruída, no dia seguinte, 16 de julho, uma ponte de emergência. Nessa árdua tarefa foi acidentado o soldado José Leopoldino Neto, que teve uma perna fraturada amputada dias depois no Hospital Central do Exército, no Rio de Janeiro. A 23 de abril de 1955 foi inaugurada a ponte provisória de madeira, construída também pelo 4.º BEC Cmb., que, em homenagem ao soldado acidentado, deu a ela o nome de ponte Soldado Leopoldino. Destruída parcialmente pela enchente de 1957, a 19 de setembro desse mesmo ano o Batalhão reconstruiu-a, ligando as Ruas Maurício Kaisermann e Prof. Carmo Cascardo. Também cooperaram para a construção dessa nova ponte provisória os Irmãos Ferrini, a Prefeitura Municipal, a Companhia Industrial

Sul-Mineira, a Cia. Sul-Mineira de Eletricidade, a Fábrica de Armas, a Rede Mineira de Viação, o D.N.E.R., as firmas Fornecedora Ltda., Mauad & Cia., Cerealista Itajubá Ltda. e outras, bem como Benedito Mendonça Chaves Adiano Piazzaroli, Luís Peixoto, Benedito Pintacuda, Álvaro Mandolesi, Dr. José Nogueira Leite, José Pereira Machado, José Carneiro, Geraldo Matos, Olinto dos Santos e Mário Braga, e ainda a Granja Santo Antônio.

Desabada a ponte metálica, o Deputado Dr. Euclides Cintra, sempre atento aos problemas da cidade, providenciou a construção de uma outra no mesmo local. Em radiograma de 22-02-1956 o Governador Bias Fortes prometia ao referido Deputado Cintra as solicitadas obras no segundo semestre daquele ano.

Em 04 de novembro de 1957 foi iniciada a construção da ponte de concreto armado da Rua D. Maria Carneiro, confiada à firma Carnot de Pádua Hermeto. Tais trabalhos estiveram paralizados por longo tempo, por falta de verba, apesar do clamor público pelo seu término. Várias iniciativas e movimentos populares ficaram assinalados nessa emergência, salientando-se a grande concentração no local das obras, em 09 de março de 1960, quando então falaram vários oradores, inclusive o Padre Generoso de Carvalho, vigário da Paróquia de São José.

O Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra já tomava, contudo, as providências para não sustar tão necessária obra. Em 15-01-1959 recebera ele a seguinte comunicação do Secretário de Viação e Obras Públicas de Minas Gerais:

"Ao prezado Deputado Euclides Cintra, Belmiro de Medeiros Silva cumprimenta e tem a satisfação de comunicar que, a seu pedido, o Sr. Governador do Estado autorizou as seguintes obras no Município de Itajubá:

"1) construção da ponte sobre o Rio Lourenço Velho, denominada "de zinco", na estrada Itajubá-Maria da Fé; 2) construção da ponte sobre o Rio Sapucai na Rua Maria Carneiro; 3) desmonte do morro existente na cabeceira da pista do campo de pouso".

Em 16 de fevereiro do mesmo ano, o mesmo Secretário comunicava ao Deputado Cintra o andamento das providências finais do Governo para tais obras.

E os trabalhos prosseguiram. Em 25 de setembro de 1960, com a presença do Prefeito Dr. Vicente Vilela Vianna, foi festivamente inaugurada esta nova ponte, que substituiu a metálica. Recebeu a designação de Ponte Tancredo Neves, por proposta do Vereador Marcos Rennó Grilo, conforme registra a Ata de 20-09-1960 da Câmara Municipal.

Na mesma data de 25 de setembro de 1960, foi ainda inaugurada uma outra ponte, esta sobre o Ribeirão das Anhumas.

A ponte de cimento sobre o Sapucai, que liga a Rodovia Itajubá-Lorena à Fábrica de Armas (bairro do Pacatito), foi inaugurada em 16 de julho de 1953. O projeto de sua construção foi lançado pelo Vereador

José Pereira de Oliveira (Zé Jó). Recebeu o nome de ponte Dr. José Rodrigues Seabra, que foi o parlamentar que conseguiu dos cofres públicos a verba necessária.

Grande melhoramento para o trânsito foi a construção da ponte Rui Gomes Braga, que ligou as Ruas Francisco Masselli e Prof. Cornélio de Faria, no centro da cidade. A idéia dessa construção já havia sido estudada pela Câmara Municipal na sessão de 15-06-1950. Pensou-se posteriormente em aproveitar o material da ponte metálica desabada, da Rua D. Maria Carneiro, para esta nova, o que não se concretizou. Conforme documentam as comunicações de Belmiro de Medeiros Silva, Secretário da Viação e Obras Públicas de Minas Gerais, de 15 de janeiro e de 16 de fevereiro de 1959, endereçada ao Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, a construção dessa obra foi uma vitória deste parlamentar junto ao Governo de Minas. Em 1977 estava ela concluída. A planta foi elaborada pelo Engenheiro Dr. Flávio José Lopes de Azambuja. Na sessão de 06 de abril de 1981, da Câmara Municipal, foi proposta para ela a denominação de Ponte Rui Gomes Braga.

O Prefeito D. Pedro Mendes dos Santos adquirira as longarinas de aço e chegara a construir os pegões de uma nova ponte de ligação da Avenida Padre Lourenço, na altura do km 1, com a nova rua que parte da José Joaquim em direção ao rio, no bairro urbano da Varginha. Assumindo o Governo da cidade, o Prefeito Ambrósio Pinto, imediatamente, com os recursos próprios da Prefeitura, terminou a referida construção sobre o Sapucaí, que recebeu a designação de Ponte Dr. João Baptista Cabral Rennó, inaugurada em 19 de março de 1984 com a honrosa presença do pranteado Tancredo Neves, então Governador do Estado.

A ponte Randolpho Paiva, já referida, de dois pares de arcos, projetada e construída pelo Engenheiro Dr. João Baptista Randolpho Paiva, teve construção iniciada em 1926. Em 1984 ameaçava ruir, apresentando sua estrutura já bastante avariada, sendo então interditada. O Prefeito Ambrósio Pinto demoliu-a inteiramente, construindo em seu lugar uma sólida e nova ponte de cimento e aço, inaugurada em 19 de março de 1985.

* * *

33 — A ESTRADA DE FERRO

Melhoramento que emprestou relevante impulso a Itajubá foi a construção da estrada de ferro. Com a facilidade de recebimento de mercadorias dos maiores centros produtores do País e de grandes atacadistas, e a possibilidade de maior escoamento de produtos da indústria local, muito desenvolveram o comércio, a pecuária e o movimento fabril da cidade.

Tão grande parecia aos itajubenses esse acontecimento que o olhavam como sonho de visionário. "O Itajubá" de 18-01-1874 assim noticiava:

"ESTRADA DE FERRO DO ITAJUBÁ — Igualmente nos consta que o Sr. Dr. Evaristo da Veiga cedera ao Barão de Mauá o privilégio que tinha para essa estrada, conforme o decreto de que o público já tem notícia. Se tal fato se realizar não duvidamos crer que em breve este município e os demais do sul da Província serão dotados de um melhoramento que já vai sendo tido por imaginário. O gênio empreendedor do Barão de Mauá assegura-nos, porém, que o decreto terá execução".

A Lei mineira n.º 1.827, de 10-10-1871, já cogitava de ligar Itajubá à primeira ferrovia brasileira, que foi a Pedro II, hoje Central do Brasil (Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, 4.º vol., pág. 42).

O Decreto n.º 4.693, de 14-02-1971, autorizava a construção de uma estrada de ferro que deveria ligar Itajubá à 4.ª seção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que compreendia "a parte que vai da Cachoeira a Lorena" (Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais*, 1909).

Outra lei mineira, esta de n.º 2.062, de 4-12-1874, autorizava o Governo a "contratar a construção de uma estrada de ferro que, partindo do ponto mais conveniente da 4.ª seção da de D. Pedro II", fosse "em direção à confluência do rio Verde com o Sapucaí" (Xavier da Veiga, *op. cit.*, 4.º vol., pág. 304).

"O Itajubá" de 09-05-1975 falava dos diversos traçados em projeto:

"Não menos de quatro opiniões disputam dos poderes competentes o seu assentimento e aprovação:

"Temos o traçado *Cristina*, já convertido em lei provincial, e contratado com os Srs. Visconde de Mauá e Dr. Couto de Magalhães, sonho dourado do atual Ministro da Marinha o Sr. Conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz.

"Em segundo lugar aparece o traçado *Santos*, defendido brilhantemente pelo Engenheiro Queirós.

"Em terceiro lugar vem a linha *Itajubá*, já em caduco privilégio do ex-Deputado Evaristo Ferreira da Veiga.

"E os últimos jornais dão-nos conhecimento do traçado de *Passa-Vinte*, estudado pelo brioso mineiro o Dr. José Jorge da Silva, cuja opinião autorizada e estudos vêm desafiar o interesse geral para o exame de alta questão".

Quanto à linha que deveria ligar a D. Pedro II "à confluência do Rio Verde com o Sapucaí", já mencionada, a construtora dessa projetada ferrovia foi a firma inglesa Waring Brothers, de Londres. Essa estrada recebeu a designação de *Minas and Rio Railway Company*, inaugurada festivamente em 14 de junho de 1884 com a presença do Conde d'Eu e a Princesa Isabel. Era um trecho de 170 km, que ia de Cruzeiro, no Estado de São Paulo, onde entroncava com a D. Pedro II (depois denominada Central do Brasil), até Três Corações. Foi a primeira estrada de ferro que

se construiu no sul de Minas. O túnel de Passa-Quatro, de quase 1 km de extensão, situado exatamente na divisa de Minas Gerais com São Paulo, no alto da Mantiqueira, já havia sido inaugurado em 5 de março de 1883, com a presença do Imperador D. Pedro II.

Em 1882, na Câmara dos Deputados, era apresentado o projeto de Lei n.º 197, que autorizaria a construção de uma estrada de ferro "de Pouso Alto ao Douradinho, passando pelas Cidades de Itajubá e Pouso Alegre" ("O Itajubá", edição de 28-10-1882). No ano seguinte, chegava a Itajubá o Engenheiro João Henrique Costard para estudar o traçado da projetada ferrovia ("O Itajubá" de 18-03-1883).

Também se pensou em ligar Itajubá por uma estrada de ferro passando por Piquete, SP, onde já se encontrava, para os devidos estudos, o Engenheiro Gustavo Adolfo Wurffbain ("O Itajubá" de 31-03-1883).

Com a construção da *Minas and Rio* tornou-se muito fácil uma ferrovia para Itajubá. Pensou-se primeiramente em fazer a bifurcação da linha para Itajubá na estação do Carmo (entre as estações de São Lourenço e Pouso Alto), ora denominada Américo Lobo. Resolveu-se, logo depois, a fazê-la em Soledade (Soledade de Minas), onde as condições topográficas mais favoreciam. Recebeu a denominação de Estrada de Ferro Vale do Sapucaí, logo depois simplesmente Estrada de Ferro Sapucaí.

O Comendador Francisco Eugênio de Azevedo, Agostinho Adolfo de Sousa Guimarães e o Engenheiro João Henrique Costard apresentaram vários outros traçados, e solicitaram privilégios ao Governo para a construção da Estrada, traçados estes que ocasionaram várias discussões e estudos, os quais não vou aqui trasladar.

O traçado Costard era o que mais favorecia Itajubá, porque era o que passava pela cidade. Quando estava na iminência de ser este reprovado no legislativo provincial, surge então a figura desassombrada do Deputado Dr. Silvestre Dias Ferraz Júnior, filho da cidade de Cristina, que estrenuamente defendeu a realização do melhoramento, apesar dos apartes irônicos e contrários de Xavier da Veiga, Manuel Fulgêncio e outros. Nesses debates (sessões de 12, 13, 14 e 18 de setembro de 1883), encontrou Silvestre Ferraz a colaboração, também corajosa e leal, do Deputado Padre Antônio Ribeiro da Luz. Mas, venceram os opositores, e o Presidente da Província, Dr. Antônio Gonçalves Chaves, vetou o projeto da Estrada de Ferro do Vale do Sapucaí. "O Itajubá", nas edições de 27 de outubro e 10 de novembro de 1883, lamentava a recusa governamental, dizendo entre outras coisas:

"Nesse momento atravessa pela rica região do sul de Minas a dolorosa e cruel notícia da não sanção da Lei, votada pela Assembléia Mineira, sobre a construção da Estrada de Ferro do Vale do Sapucaí. O Exmo. Sr. Presidente desta Província, o Conselheiro Ministro da Agricultura, ambos nascidos mineiros, acabam de patentear infelizmente o seu desamor ao engrandecimento da rica e ubérrima região sul-mineira".

Eis que, a esta altura dos acontecimentos, surge outro notável defensor da prosperidade da região, o Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, que faz retornar à consideração da Assembléia Legislativa o discutido projeto, cabendo-lhe a vez de ali contrariar as opiniões de seus pares ("O Itajubá", edição de 12-07-1884). Em Itajubá, mais de 300 pessoas endereçaram um abaixo-assinado aos parlamentares Drs. Silvestre Dias Ferraz Júnior e Américo Gomes Ribeiro da Luz, solicitando-lhes a ajuda na nova fase dos debates. A Câmara, na reunião de 24 de setembro de 1884, deliberou fazer o mesmo, pedindo a aprovação do traçado Costard "ou outro melhor".

Um dos traçados era inteiramente contrário aos interesses de Itajubá, pois determinava que os trilhos, partindo de Cristina, passassem por Pedralva e São José do Alegre, por onde atingiria Pouso Alegre, deixando à margem o município itajubense. Desejava-se, assim, evitar a serra do São João.

O traçado Costard foi modificado por Alfredo Hervay da Silva, engenheiro que chegou a Itajubá em meados de 1885 ("O Itajubá" de 20-06-1885). Previam-se, então, três seções: 1.ª de Soledade de Minas a Itajubá; 2.ª, Itajubá a Pouso Alegre; 3.ª, de Pouso Alegre a Poços de Caldas. O Dr. Jerônimo Penido Júnior oficiou à Câmara Municipal de Itajubá, pedindo o cálculo da produção, exportação e movimento de passageiros "com que poderá contar para o seu tráfego" a projetada estrada (Ata de 16-01-1885).

A "Gazeta de Notícias" do Rio publicou um telegrama de 07-06-1886, que dizia: "Foi aprovada por dois terços, na Assembléia Provincial, a Lei relativa à ferrovia do Vale do Sapucaí. Este resultado é devido aos esforços dos Deputados Domingos Viotti, Silvestre Ferraz e Américo Luz. Parabéns ao sul de Minas" (*Apud* "O Itajubá" de 13-06-1886).

O traçado final e defintivo ainda ficou dependendo de novas tramitações na Assembléia Provincial, e só chegou ao seu termo na 3.ª e última discussão, em 17 de agosto de 1887, segundo o telegrama enviado de Ouro Preto por Silvestre Ferraz ao Dr. Aureliano Moreira Magalhães ("O Itajubá" de 21-08-1887).

Finalmente, a Lei mineira n.º 3.384, de 15-06-1886, e a Resolução n.º 3.419, 29-08-1887, concederam a sonhada Estrada de Ferro do Vale do Sapucaí, declarando que o Presidente da Província poderia "conceder privilégio por 50 anos, abrangendo 30 km de cada lado do eixo da estrada". Concedia ainda ao concessionário a garantia de 3% sobre o capital máximo de 6.000 contos de réis, durante 30 anos (Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, 3.º vol., pág. 298).

"A Verdade" de 31-03-1887 publicou o seguinte convite:

"GRANDE REUNIÃO — Com o elevado intuito de manifestar as opiniões e a conveniência sobre a utilidade da Estrada de Ferro do Sapucaí, alguns cidadãos desta cidade promovem, para tal fim, uma importante

reunião popular, que terá lugar no dia 13 de abril próximo, nesta cidade, esperando o concurso de todos os homens que se interessam por esta medida de verdadeira justiça e necessidade públicas".

Realmente, houve a programada reunião, sobre a qual "A Verdade", nos números de 14, 21 e 28 de abril, e de 5 e 15 de maio de 1887, dá amplas notícias. À uma hora da tarde de 13 de abril, nas salas da Câmara Municipal, compareceram mais de 300 senhores. Os trabalhos foram presididos pelo Dr. Adolfo Augusto Olinto, servindo de secretários João Ramos de Lima e Simplício Villaça. Discutiram-se os diversos traçados. Foram lidos, sobre o assunto, ofícios do Dr. Silvestre Dias Ferraz Júnior, do Cel. Francisco Brás Pereira Gomes, do Barão de Camanducaia, de Manuel de Freitas Novaes, de Custódio José Leite da Silveira e dos habitantes de Pedra Branca (Pedralva), que se sentiram prejudicados com o Traçado Costard. Usaram da palavra o Dr. Christiano Brasil, o Dr. João de Faria, o Dr. Aureliano Moreira Magalhães, o Dr. Francisco Álvaro Bueno de Paiva, o Cônego José Luís de Mello, o Dr. José Pereira dos Santos, o Cap. Antônio José Leite, o Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, o Dr. Adolfo Augusto Olinto, Simplício Villaça e José Brás Pereira Gomes (filho do Cel. Francisco Brás Pereira Gomes).

Na reunião de 7 de setembro de 1887 deliberou a Câmara Municipal enviar também ao Senador Cristiano Carneiro Ribeiro da Luz as felicitações e as expressões de reconhecimento pelo muito que fez como parlamentar em prol do projeto do Dr. Silvestre Ferraz. Traçou ainda a Câmara, nessa mesma data, os programas dos pomposos festejos populares que deveria promover dali a dias, em regozijo pelo promissor acontecimento.

A todo o povo foi distribuído o programa desses festejos, artisticamente impresso pela tipografia de "O Itajubá". O dia 12 de setembro de 1887 foi dos mais solenes e festivos do século passado. Bandas de música pelas ruas e praças, fogos em profusão, discursos e uma representação teatral apoteótica no Teatro Santa Cecília bem diziam do júbilo e do entusiasmo que iam no coração de todos os itajubenses. Os nomes dos deputados que mais trabalharam por essa concretização foram inscritos em faixas e bandeirolas postas no Teatro e transportadas por inúmeras pessoas pelas ruas.

Em 18 de dezembro de 1887, debaixo de viva curiosidade e festividade popular e de carinhosa recepção com banda de música e fogos, chegaram a Itajubá os engenheiros Drs. Cândido Alves Mourão do Valle e Américo Duarte de Viveiros, chefiados pelo Dr. Luís Mateus Maylasky, membro da administração da ferrovia, da qual era Diretor-Presidente o Visconde do Sapucaí, e que também era um dos diretores e chefes Antônio Carneiro Santiago.

A Municipalidade promoveu uma reunião, "de caráter familiar", para receber os engenheiros da equipe de Maylasky. Falaram, apresentando-lhes cumprimentos em nome de todo o povo, o Dr. José Pereira dos Santos e o Vereador Antônio dos Santos Silva Júnior. Foram, então, estudados os recursos para completar o capital de seis mil contos de réis para a grande

obra, dividido que estava em duas partes de três mil contos, devendo a primeira ser dividida em 15 mil ações de 200 mil réis cada uma. A comissão encarregada de agenciar essas ações foi constituída dos seguintes itajubenses ilustres:

Dr. Adolfo Augusto Olinto, Cap. Antônio José Rennó, Dr. José Manuel Pereira Cabral, João Carneiro Santiago Sobrinho, Vigário Monsenhor Dr. Martiniano de Oliveira Pinto Dias, Joaquim Barbosa de Matos, Luís José de Sousa Vianna, Miguel Carlos da Silva Braga, Dr. José Pereira dos Santos, João Carneiro Santiago Júnior, José Martins Tosta do Amaral, Manuel Francisco Pires da Cruz, José Gaspar Pereira Leite, João Ribeiro de Paiva e Luz, Joaquim José Pereira dos Santos, João Rodrigues dos Santos, Major Antônio dos Santos Silva Júnior, Major Frederico Schumann, Dr. Américo da Silva e Oliveira, Alexandre Mendes de Brito, Antônio Cândido Rennó. José Francisco de Faria, Luís Antônio Pinto de Noronha, José Manuel Pereira e Dr. Aureliano Moreira Magalhães (De "O Itajubá" de 27-12-1887).

A folha itajubense "A Verdade", de 10-11-1887, informava que os engenheiros Carlos Euler Júnior e Raymundo de Castro Maya iriam assinar contrato para a construção da via férrea do Vale do Sapucaí. De fato, foi celebrado com o Presidente da Província, Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa e esses engenheiros, em 12-11-1887, o referido contrato ("A Verdade" de 01-12-1887 e "O Itajubá" de 04-12-1887). Euler e Maya tornaram-se, pois, os empreiteiros da empresa.

Em 25 de dezembro de 1887 reunia-se novamente a Edilidade de Itajubá, desta feita para receber, no Paço Municipal, o grande lidador e político Dr. Silvestre Ferraz, que a cidade hospedava, e que chegava especialmente para entregar à Câmara a pena de ouro com que, como Presidente da Assembléia Legislativa, assinara o projeto de lei que mandava construir a estrada até Itajubá. Essa relíquia histórica estava encerrada num estojo de veludo azul, com a seguinte inscrição gravada a ouro:

À CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ
E
E.F. VALE DO SAPUCAÍ
OFERECE O DR. SILVESTRE DIAS FERRAZ JÚNIOR
1887

Orou, agradecendo, o Vereador Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior. Em nome do povo itajubense falou o Dr. Américo da Silva e Oliveira, "e, encerrando a sessão magna, acompanhado pela banda musical *União Conservadora* e pela multidão que o aclamava, rodeado pelos membros da Câmara, seguiu o Dr. Silvestre Ferraz para a residência do Dr. Adolfo Olinto, em que se hospedara e onde se repetiram as manifestações de alegria e gratidão dos itajubenses" (Pedro Bernardo Guimarães, *Município de Itajubá*).

Silvestre Ferraz, grande benemérito do progresso sul-mineiro, está indelevelmente gravado nas páginas da história de Itajubá. Assim soube de seu passamento, a Câmara Municipal, em reunião extraordinária realizada em 5 de fevereiro de 1889, prestou à sua memória os tributos que lhe eram devidos, tendo então falado sobre sua personalidade e seus feitos, em nome da Edilidade, o Vereador Alexandre Mendes de Brito. Foram, em sufrágio de sua alma, celebradas, na Matriz local, as missas de 7.º e de 30.º dia, havendo ainda expressiva sessão cívica em sua homenagem, fazendo-se constar em Ata "que a Câmara devia fazer-se representar em todos esses atos de homenagens ao ilustre mineiro, visto que essas manifestações eram a justa recompensa de um povo grato a um concidadão geralmente estimado na Província, e devidamente considerado por todas as boas obras que praticou a bem da coletividade, tanto que o funeral que terá lugar a 2 de março está a cargo de uma comissão de cidadãos de todos os partidos e nacionalidades, para lhe dar o caráter de verdadeira manifestação popular".

Quis a Parca que o eminente deputado não chegasse a ouvir, pelo vale do Sapucaí, o apito e o resfolgar da locomotiva, pela qual tanto se empenhara, pois só alguns dias depois de sua morte é que se iniciaria o assentamento dos primeiros trilhos em direção a Itajubá. Quis ainda o destino que um outro parlamentar, o Padre Antônio Ribeiro da Luz, que também tanto lutara na Assembléia Provincial pela construção da Estrada de Ferro do Vale do Sapucaí, falecesse em Itajubá, a 15 de outubro de 1885, tendo sido sepultado no antigo cemitério do Rosário ora inexistente, justamente na época em que mais se acaloravam os debates no Legislativo Provincial para derrubarem os argumentos dos deputados que ardentemente almejavam a derrota do desejado projeto.

José Pedro Xavier da Veiga, nas suas célebres *Efemérides Mineiras* (vol. 1.º, pág. 125), deixou esta informação, referindo-se a Silvestre Ferraz: — "Sua morte prematura foi geralmente lamentada na Província, sendo unânime as manifestações de sentimento da Imprensa. Na cidade de Itajubá, além de pomposos funerais, consagraram-lhe os amigos soleníssima sessão cívico-funerária, na qual foi orador oficial o ilustrado Sr. Dr. Aureliano Moreira Magalhães".

"A Verdade" de 15-11-1888 notificava terem sido entregues a Luís Mateus Maylasky, em 14 do mesmo mês, "esforçado representante da futurosa via férrea do Sapucaí", as plantas e perfis dessa ferrovia, traçados estes que excederam "a expectativa dos próprios engenheiros em relação às suas excelentes condições técnicas". Tais plantas contudo ainda ficariam dependendo da aprovação do Governo da Província.

A planta geral da Via Férrea Sapucaí foi traçada pelos engenheiros Morsing e Bacelar. A marcação do leito e estaqueamento foram feitos pelo engenheiro Francisco Feio e auxiliares.

Segundo publicação em "A Verdade" de 22-12-1887, a Estrada de Ferro Vale do Sapucaí empregaria inicialmente o capital de 3.000 contos, e tinha como diretores o Visconde do Sapucaí, o Senador Antônio Cândido da

Cruz Machado, Ten.-Cel. Antônio Carneiro Santiago e Dr. Luís Rafael Vieira Souto. O Conselho Fiscal era formado do Comendador Ângelo Eloy da Câmara, José Eugênio de Azevedo e Adolpho Schmidt, sendo suplentes Francisco Brás Pereira Gomes, Comendador Antônio Nunes Pires e Barão de Cintra.

Foi em 23 de fevereiro de 1889, segundo Xavier da Veiga *(op. cit.)*, que se iniciaram oficialmente as obras da Estrada de Ferro do Vale do Sapucaí, em festiva solenidade que contou com a presença de grande massa popular, "muitos cavalheiros distintos, entre os quais o Presidente da Província, Dr. Antônio Gonçalves Ferreira", celebrações estas realizadas na estação de Soledade de Minas, então pertencente à *Minas and Rio Railway Company*, local então escolhido para o entroncamento das duas ferrovias. "A Verdade" de 28 de fevereiro de 1889 confirma essa informação.

De Cristina foi enviado para as páginas de "A Verdade", conforme publicação no número de 17-10-1889, o seguinte anúncio:

"Havendo contratado grande quantidade de dormentes para a Estrada de Ferro do Sapucaí, preciso de bons serradores e lavradores de madeira, munidos das competentes ferramentas, tendo urgência de efetuar ajustes para tais serviços. Fazenda do Pitangal, 14 de outubro de 1889. — José dos Reis Silva Resende".

O material metálico, segundo "O Itajubá" de 08-04-1888, para essa ferrovia, foi pedido da fábrica Krupp. "O Itajubá" de 29-12-1889 noticiava ter chegado da Europa, pelos vapores *Cintra e Holstein*, grande quantidade de trilhos para a E.F. Sapucaí. O mesmo jornal, em 13-04-1890 trazia mais essa notícia:

"Completamos hoje a notícia, que demos no n.º passado, informando aos nossos leitores que no vapor *Eeif Eriksen* chegou de Nova Iorque a primeira locomotiva, denominada *Cristina*, para a Estrada de Ferro Sapucaí, e acha-se em viagem um navio com mais 4 locomotivas, 6 carros de passageiros e 14 vagões de cargas para a mesma estrada. Pelos vapores *Phenix*, *Hampstead* e *De Bay* chegaram carregamentos de trilhos encomendados pela Companhia da Sapucaí, que espera, por estes dias, o vapor *Isleworth*, com igual carregamento".

Era com a mais viva satisfação que os itajubenses tomavam conhecimento dessas notícias.

Em 1890 foi inaugurado o primeiro trecho, entre Soledade e Carmo de Minas. Em 1.º de agosto do mesmo ano foi inaugurada a estação de Ribeiro; em 15 de março de 1891, a de Cristina; a de Maria da Fé, em 27 de junho de 1891; em julho os trilhos já estavam em Pedrão.

A inauguração oficial da ferrovia em Itajubá ocorreu em 25 de setembro de 1891, mas em 6 do mesmo mês já havia chegado a Itajubá a primeira locomotiva, conforme documentou "A Verdade" de 12-09-1891. Dizia esse jornal:

"E. F. SAPUCAÍ — Nos fastos honrosos de nossa terra, a data de 6 de setembro de 1891 figurará indelevelmente. Foi nesta data, vespera de um dia glorioso para o povo brasileiro, que pela primeira vez transpôs os limites da cidade a primeira máquina de lastro da via férrea Sapucaí. Foi nesta data, para sempre memorável, que o sibilo da locomotiva, atroando os ares, anunciou a esta importante população que uma nova era de progresso e de engrandecimento se iniciava, revolucionando completamente a nossa vida econômica.

"Foi nesta data, enfim, que a maioria dos habitantes desta cidade e seus contornos, viu pela primeira vez o vapor, esse agente poderosíssimo da riqueza e da civilização dos povos. Mais alguns dias e estará transformado em realidade o sonho dourado que por tantos anos nos embalou e que, afigurando-se uma utopia, era, para muitos descrentes, coisa irrealizável. Cerca de 2.000 pessoas foram ver a chegada desse inaugural trem de lastro".

E não foi sem festa que tal fato ocorreu. Diz o referido jornal, na mesma edição, que a chegada desse trem "de lastro" foi saudada "ao troar de foguetes e ao som de duas bandas de música, uma das quais conduzida no mesmo trem". Foram levantados brindes entusiásticos pelo Dr. José Pereira dos Santos. A locomotiva chegou "embandeirada e ornada de flores". O farmacêutico Frederico Schumann, o Dr. Aureliano Moreira Magalhães e Rodolfo Andrade proferiram eloqüentes e entusiásticos discursos. "Por parte do pessoal da linha falaram os chefes Srs. Raphael Barci e César Bracer".

Para a inauguração oficial, foi divulgado o seguinte "Edital":

"O Tenente-Coronel João Carneiro Santiago Júnior, Presidente da Intendência Municipal desta cidade, etc.

"Faz saber aos que o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que devendo ser brevemente inaugurado o tráfego da E. F. Sapucaí, nesta cidade, promoveram-se festejos populares em regozijo a tão importante acontecimento, cujo ato deverá ser honrado pelo Exmo. Presidente do Estado, Deputados, Senadores e outras pessoas gradas de fora do município, pede a todos os habitantes desta cidade que, para mais brilhantismo dos projetados festejos, mandem caiar as frentes de suas casas e muros que dão para as ruas e praças, fazendo também a limpeza de suas testadas, e bem assim iluminarem seus prédios na noite do dia em que se realizar essa festa do progresso.

"E para que chegue a notícia a todos mandou lavrar o presente, para ser lido e afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa.

"Cidade de Itajubá, 3 de setembro de 1891. — Eu, Ismael Pinto de Noronha, Secretário, que o escrevi. — João Carneiro Santiago Júnior". (De "A Verdade" de 05-09-1891).

Oficialmente, foi a 25 de setembro de 1891 que se inaugurou o tráfego até Itajubá. Toda a cidade exultou nesse dia. Quando se ouviu o apito da locomotiva, que logo depois surgia na curva toda adornada de flores e

artísticos festões, duas bandas de música, postadas de um e de outro lado da estação, fizeram romper entusiásticos dobrados, que eram delirantemente abafados pelas estrepitosas palmas, vivas e pipocar de bombas e foguetes, que se prolongaram até à chegada do trem à *gare*, às três horas da tarde.

Uma sessão cívica no Teatro Santa Cecília, passeatas pela cidade e inúmeros discursos completaram as solenidades daquele dia de invulgar regozijo público. Estava, assim, coroada de integral êxito, com as pompas da vitória, a grande campanha do inolvidável Silvestre Ferraz, infelizmente já então falecido. Presente a essas festas inaugurais estava o Presidente do Estado de Minas Gerais Cesário Alvim. A Diretoria da Estrada estava representada pelo Visconde de Sapucaí e pelo Ten.-Cel. Antônio Carneiro Santiago, os quais também chegaram no trem inaugural. "A Verdade" de 01-10-1891 oferecia ampla reportagem desse acontecimento, e assim noticiava:

"A aglomeração de gente na estação era enorme, calculando-se em mais de 5 mil pessoas. Os carros, em número de 5 (em número de 8, corrige a edição de 10-10-1891), vinham atopetados, e em um deles vinha a banda musical *União e Trabalho,* desta cidade, que os cristinenses haviam contratado para tocar ali à passagem do Exmo. Sr. Presidente e convidados, a qual durante a viagem executou lindas peças".

"Na estação achava-se a outra corporação deste lugar, a *União dos Artistas,* que também ali tocou durante o *copo d'água* oferecido aos itinerantes, ao desembarcar, em um barracão levantado no local, em frente do qual estavam os coretos para as músicas, todos enfeitados e embandeirados, bem como a estação e a Rua Nova, denominada Cesário Alvim, até à entrada da cidade".

"Ao estourar de numerosos foguetes e uma salva de 21 tiros, música e frenéticas ovações populares, foram obsequiados ali os visitantes, tendo sido proferidos diversos discursos e levantados muitos brindes, seguindo depois todos para a cidade, onde estavam preparados cômodos para o Exmo. Sr. Presidente, sua comitiva, repórteres da imprensa e mais pessoas gradas, na casa do Sr. Joaquim Barbosa de Matos, onde se alojou o Exmo. Presidente, e no edifício do Colégio Infantil".

"Às 7 horas da noite começou o banquete, que se prolongou até às 10 horas e durante o qual foram levantados muitos brindes, usando da palavra diversos cavalheiros do lugar e de fora, inclusive o Exmo. Presidente. Tocou durante o ato a banda *União dos Artistas*".

Segue-se um longo cardápio, em francês, não faltando *entrée* alusivas ao novo regime político, ao Presidente do Estado, ao Presidente da Companhia Vale do Sapucaí, cuja estrada era inaugurada, à data do acontecimento e à memória do batalhador do acontecimento:

"Bouchées à la Republicaine
Poulets à la Cesário Alvim
Filets de Boeuf à la Visconde de Sapucaí
Epigrammes à la 25 de septembre
Mayonnaise à la Silvestre Ferraz".

E também, entre os *entremets*, a *"Tarte à la Itajubá"*.

As locomotivas não tinham número, mas eram designadas por nomes. Silvestre Ferraz era cristinense, e, em sua homenagem, a primeira locomotiva foi designada por *Cristina*. E ainda em sua homenagem, foi a máquina *Cristina* que inaugurou a E.F. Sapucaí.

E comentava mais "A Verdade":

"Esteve iluminado e embandeirado o edifício da Municipalidade e muitas casas particulares, sobressaindo pelo brilhantismo a iluminação em arco, em frente à casa do Tenente José Gaspar Pereira Leite, onde tremulavam muitas bandeiras e galhardetes, em mastros e arcos de folhagens, de efeito surpreendente, tudo preparado pelo hábil cidadão Luís de Almeida Cunha.

"Na manhã seguinte saiu o 1.º trem às 6 e meia, em que partiu o Exmo. Presidente, repórteres e muitos convidados".

Presentes a todas as solenidades estavam repórteres ou representantes das seguintes folhas cariocas: Arriago Zakeri, do "Jornal do Comércio"; Dr. José Veríssimo, do "Jornal do Brasil"; Dr. Urbano Neves, do "Diário de Notícias"; Eugênio Pinto, do "Diário do Comércio"; Alferes Henrique Silva, da "Cidade do Rio"; João Senna, da "Gazeta da Tarde"; Artur de Miranda, da "Revista Ilustrada"; e Arinos Pimentel, de "Novidades" e "La Voce Del Populo".

Além da imprensa da Capital do País, compareceram inúmeros representantes de periódicos de Ouro Preto, São Paulo e várias localidades mineiras. "A Verdade" de 10-10-1891 registra os nomes das pessoas componentes das diversas comissões encarregadas dos festejos, arranjos, ornamentação, recepção, etc. Segundo essa folha, os oradores de Itajubá que mais se destacaram foram o Dr. José Manuel Pereira Cabral, Juiz de Direito; Dr. José Pereira dos Santos, Juiz Municipal; Dr. Miguel Arcanjo de Sousa Vianna; Promotor; Cônego Augusto Leão Quartin, Vigário; Frederico Schumann, farmacêutico.

Hospedaram os convidados (Presidente do Estado, Diretores da Estrada de Ferro, representantes da Imprensa, autoridades diversas, etc.) os seguintes cooperadores: Frederico Schumann, Dr. José Pereira dos Santos, Cap. Luís Antônio Pinto de Noronha, Olímpio Augusto de Magalhães, Sebastião Pereira Cabral, Joaquim Barbosa de Matos, Justino Paulistano de Olivas, Antônio Cândido Rennó e Francisco Brás Pereira Gomes ("A Verdade" de 10-10-1891).

Em homenagem ao Presidente (Governador) do Estado, que prestigiou os festejos da inauguração com a sua presença, a rua que ligava a estação provisória (um barracão de madeira) ao início da então Rua Major Pereira (Rua Dr. João de Azevedo) ficou denominada Rua Cesário Alvim ("A Verdade" de 01-10-1891). Depois foi esse nome passado para a Praça Central da cidade (antigo Largos dos Passos), logradouro este que hoje tem o nome de Teodomiro Santiago.

A estação seria construída longe da cidade. À vista de protestos e de um baixo-assinado enviado à direção da Estrada, foi finalmente edificada na atual Praça Pereira dos Santos, prédio ainda existente em 1985. Essa estação foi inaugurada em 22 de janeiro de 1893 ("A Verdade" de 28-01-1893). Em 5 de setembro de 1930 foi solenemente inaugurada a nova estação ferroviária, na Praça José Brás. Um dos oradores dessa festa inaugural foi o estrênuo missionário Padre Paulo Hartgers, coadjutor da Paróquia, que a todos empolgou com o improviso magnífico, em que esplendidamente salientou a importância daquele melhoramento e o mérito dos que o realizaram. Com a desativação da ferrovia, o Prefeito Ambrósio Pinto transformou esse prédio em Museu Municipal.

Deliberou a direção da Estrada instalar em Itajubá uma oficina de consertos e revisão que, pela Lei n.º 64, de 24 de julho de 1893, estava reservada para Cristina, conforme determinava uma lei anterior, de n.º 3.648, de 1.º de setembro de 1888.

As primeiras locomotivas, em vez de número, tinham nomes: *Cristina, Rio Branco, Visconde de Mauá, Evaristo da Veiga, Floriano Peixoto, Rio Verde...*

Na Ata de 11-02-1893, da Câmara Municipal, encontra-se registrado que Joaquim Rodrigues Pinto, chefe da estação da Estrada de Ferro do Vale do Sapucaí, de Itajubá, acompanhado de seu fiador José Manuel Pereira, negociante na praça de Itajubá, foi nomeado "exator das rendas municipais, especialmente para fazer arrecadações dos impostos de importações e exportações que transitarem pela mesma estação". E na Ata de 3 de março do mesmo ano, consta que Isidoro Miranda, chefe da Estação de Itajubá, tendo como fiador José Manso Pereira Cabral, farmacêutico residente na mesma cidade, era nomeado exator das rendas municipais, "especialmente para fazer as arrecadações dos impostos de importação e exportação que transitam pela mesma estação".

O primeiro agente da estação ferroviária de Itajubá seria um certo Aníbal, que não aceitou o cargo. Ocupou o lugar o cidadão Joaquim do Prado ("A Verdade" de 14-11-1891), no ano seguinte removido para a estação de Soledade, ocupando o seu cargo em Itajubá o ferroviário Baltasar Marques, que estava na estação de Maria da Fé ("A Verdade" de 05-03-1892). No mês seguinte foi este substituído por Eduardo Branco, tendo sido então nomeado conferente Honorato Soares ("A Verdade" de 16 e de 23-04-1892). Em 1894 o cargo de agente foi ocupado por Francisco Silveira Gomes ("A Verdade" de 24-02-1894). Foram estes os primeiros agentes da estação de Itajubá.

Em 1915 o agente era Luís Rennó Pereira; conferente, Marciliano Amaral; telegrafista, Antônio Prado.

A primeira designação de Estrada de Ferro do Vale do Sapucaí transformou-se depois em simplesmente Viação Férrea Sapucaí. Em 6 de abril de 1922 firmou-se o contrato entre os Governos Federal e Estadual para a encampação das ferrovias *Minas and Rio Railway Company*, a Estrada

de Ferro Muzambinho e a Viação Férrea Sapucaí, "arrendadas ao Estado de Minas Gerais sob a denominação de Rede Sul-Mineira" (Carneiro de Resende, *O Homem Público*, pág. 86). Logo depois também seria encampada a Oeste de Minas. Anos depois, a Estrada passou a denominar-se Rede Mineira de Viação. Uma vez federalizada, recebeu a denominação de Viação Férrea Centro-Oeste. Finalmente, integrou a rede nacional denominada Rede Ferroviária Federal S.A. (REFESA).

Em 25 de março de 1926 ocorreu o maior desastre ferroviário, de todos os tempos, no sul de Minas. O trem procedente de Soledade de Minas, que deveria chegar a Itajubá às 20 horas e poucos minutos, quando descia a serra de São João, a três quilômetros abaixo da cachoeira Véu de Noiva, na altura do quilômetro 62, caiu com quase toda a composição, rolando, junto com o alto aterro, a locomotiva de n.º 172 e quase todos os carros pela grande e íngreme rampa. O maquinista João Mariano e o foguista José Salviano ficaram gravemente feridos. O cadáver do chefe-de-trem Júlio Vieira, encontrado carbonizado entre os escombros, foi reconhecido pelo picotador de passagens cravado em seu corpo. Ficou na linha um carro, o de 1.ª classe.

Antes, em janeiro de 1900, conforme está registrado no livro de óbitos número 5 da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, houve um primeiro desastre também de grandes proporções. Os mortos registrados no referido livro, como "vítimas do desastre do quilômetro 95 da Estrada de Ferro Sapucaí", foram: José Galdino, Francisco Ribeiro da Luz, Germano Carlos (português, solteiro), Gaudêncio Rocha (40 anos, casado), Leonel da Silva (35 anos), Benedito Rios (30 anos) e José Cândido (25 anos).

No início do século estava projetado um ramal ferroviário que, passando por Piranguçu, ligaria Itajubá a Campos do Jordão, no Estado de São Paulo. Em 3 de fevereiro de 1902 chegava a Lorena, onde se quartelou na Fazenda Amarela, o 12.º Batalhão de Infantaria do Exército, que deveria construir essa linha ("Cidade de Itajubá", de 16-02-1902). Decisões contrárias fizeram com que esse projeto não se concretizasse.

Em julho de 1911 chegava a Itajubá o Dr. Adolfo Gomes de Albuquerque, engenheiro-chefe da 1.ª seção do ramal de Delfim Moreira. Vinha acompanhado do engenheiro-chefe da construção da estrada, Dr. José Clemente Gomes e dos auxiliares Dr. Leobino Castilho Daltri, engenheiro, José Serapião Palma, Nelson Pereira Pinto, Virgínio Carvalho e Caio Vaz de Albuquerque. Deram imediatamente início aos trabalhos de levantamento topográfico, à elaboração de plantas e projetos das obras de arte ("Gazeta de Itajubá", de 30-07-1911).

Em 1919 foi dado início à construção desse ramal, com a ajuda do pessoal do 4.º Batalhão de Engenharia, Unidade do Exército esta que somente dois anos depois é que se fixaria definitivamente em Itajubá. A 2.ª Companhia, vinda da Fazenda Amarela, de Lorena, SP, para esses trabalhos ficou alojada numa velha casa da Rua Xavier Lisboa, então existente no

local onde ora se encontra o Colégio de Itajubá. Em 23 de outubro de 1925, com a presença do Presidente do Estado, Fernando de Melo Vianna, eram inauguradas as estações de Trotil (Ponte de Santo Antônio) e Biguá, desse ramal. No ano eguinte começou a circular o trem até Delfim Moreira.

O desejo de ligar Itajubá a Delfim Moreira por estrada de ferro era muito antigo. Antes da construção da Viação Férrea Sapucaí já se pensava nisso. No livro *Para Registro de Portarias, Ofícios e mais Correspondência Oficial pela Câmara Municipal,* em arquivo na Prefeitura, assim se registrava:

"São Paulo, Piquete, 1.º de setembro de 1882 — Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Itajubá (Minas).

"Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que no dia 24 do mês de agosto último dei princípio aos trabalhos do levantamento das plantas, perfis, orçamentos e projetos de obras de arte para a via férrea concedida ao Tenente-Coronel Joaquim Ovídio Saraiva de Carvalho e ao Dr. Henrique da Ponte Ribeiro por contrato celebrado a 12 de janeiro de 1881 a fim de ligar a Estação da Cachoeira ao Registro de Itajubá (*atual Delfim Moreira*) na divisa da Província de Minas Gerais com a de São Paulo. A Comissão dos engenheiros é composta do seguinte pessoal: Victor Dosire Pujol, Superintendente; Gustavo Wurflaina, Engenheiro-Chefe; Hipólito Devret, Ajudante. Deus Guarde V. Excia. — Victor D. Pujol, Superintendente".

Em 2 de março de 1898 eram os engenheiros Arthur Thiré, J. Le Brun e outros que requeriam a concessão de uma estrada de ferro que ligaria Itajubá a Piquete, no Estado de São Paulo. Posteriormente, levantou traçado e elaborou projeto dessa ligação com Piquete o Dr. J. Clemente Gomes, calculando sua renda em 1.343 contos de réis. Menciona esse engenheiro os outros técnicos que o precederam nesses estudos, como Euler, Liberalli, Caramuru, Teodoro Sampaio e Pujol.

No jornal "Cidade de Itajubá" de 07-10-1900 lia-se que o Barão de Bocaina havia conseguido privilégio da construção de uma estrada de ferro de Lorena a Itajubá, "passando por São Francisco", e que seria de "tração elétrica".

A ligação de Itajubá com a Central do Brasil, pela linha sinuosa de Delfim Moreira, que tão amplas perspectivas ofereciam aos obreiros do século passado, hoje seria um empreendimento utópico. O progresso rodoviário reduziu consideravelmente o movimento dos ramais ferroviários. Esta linha de Delfim Moreira, com o advento do asfalto, passou a dar grandes prejuízos à Rede Mineira de Viação. Em 28 de março de 1957 correu o último trem para aquela cidade. Em maio de 1959 principiou-se a retirada dos trilhos desse ramal deficitário, sendo então conservados somente até o quilômetro 4, para os trens de subúrbio que serviam a Fábrica de Armas e o 4.º Batalhão de Engenharia de Combate. Estes trens suburbanos foram

inaugurados em 21 de novembro de 1934, e serviram o bairro do Pacatito até o dia 17 de abril de 1968, data em que correu o último desses comboios, tendo sido logo em seguida arrancada também essa linha, resto do hoje totalmente desaparecido ramal de Delfim Moreira.

Em 25 de agosto de 1959 o Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra dera entrada na Assembléia Legislativa do Estado a um requerimento em que solicitava da Casa a intervenção e interesse dela junto à direção da Rede Ferroviária Federal S.A. no sentido de que fosse "organizado, para funcionar na cidade de Itajubá, das 6 horas da manhã às 23 horas, diariamente, entre a estação local e a Fábrica de Armas, de hora em hora, um trem de subúrbio, com diversas paradas entre os dois pontos citados, para servir à população", para o que a Estrada "poderia utilizar-se de um de seus diversos automotrizes, que se acham parados, cujos meios de propulsão" iriam ser substituídos "por outros mais eficientes". A proposta não foi aceita, mas seria de bastante interesse para Itajubá.

Outro ramal construído logo depois do de Delfim Moreira, foi o de Paraisópolis, com bifurcação em Piranguinho. Passava pelos Dias, Brasópolis e Cruz Vera. Pouco durou essa linha vicinal, e teve a mesma sorte da de Delfim Moreira. Por deficitária, há muito já foram arrancados todos os seus trilhos. O último trem de Paraisópolis correu em 1963. Em 28 de maio desse ano foi suprimido esse ramal (eram os trens MZ1 e MZ2) e imediatamente seus trilhos foram retirados até Piranguinho (Conforme anotação lançada no 2.º Livro de Tombo da Paróquia de São José, pág. 48).

No momento em que termino a elaboração desta obra (novembro de 1985), desativada já está igualmente toda a linha de Sapucaí, nas divisas com o Estado de São Paulo, até Soledade de Minas. Já não há trens que serviam Ouro Fino, Jacutinga, Borda da Mata, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí, Piranguinho, Itajubá, Maria da Fé, Cristina e Carmo de Minas. Espera-se a decisão do Governo da Nova República, conduzida pelo Presidente José Sarney, as ordens quanto à retirada ou não dessa longa linha que tanto concorreu para o progresso da região, desde os idos da maria-fumaça...

* * *

34 — ITAJUBÁ E O SAPUCAÍ NA ONOMÁSTICA DE TITULARES DO IMPÉRIO

O topônimo Itajubá já brilhou na diplomacia brasileira pelo título que emprestou a uma das mais ilustres figuras dos dias da Monarquia. Houve, aliás, dois titulares do Império com o nome de Itajubá. Ambos tiveram a designação de Barão, com grandeza de Visconde.

O 1.º Barão de Itajubá, posteriormente Visconde de Itajubá, foi Marcos Antônio de Araújo. O 2.º Barão de Itajubá chamou-se Marcos Antônio de Araújo e Abreu. Eram ambos diamantinenses.

O primeiro foi uma das maiores glórias da diplomacia brasileira e uma das mais belas e fecundas inteligências de Minas Gerais. Quando Rui Barbosa, na celebérrima Segunda Conferência da Paz, celebrada em Haia na sessão de 9 de outubro de 1907, teve de mencionar a atuação de árbitros brasileiros nas pendências internacionais, citou, em primeiro lugar, ao Barão de Itajubá (Rui Barbosa, *O Brasil em Haia,* pág. 136). Entre os seus feitos, grandes e nobres, basta que se saliente ter ele, o Barão de Itajubá, evitado uma guerra entre os Estados Unidos e a Inglaterra.

Cidadão possuído do mais acendrado espírito de fraternidade e justiça, de elevada cultura e inequívoco patriotismo, soube projetar-se altaneiramente na diplomacia ultramarina, levando por todos os cantos do mundo, junto com o seu epíteto de honrarias, o nome sonante da cidade sul-mineira, fazendo multiplicar infinitamente o topônimo *Itajubá* na imprensa estrangeira e nas mais respeitadas tribunas e parlamentos da Europa e América do Norte, quando ali se repetia, com reverência e acatamento, e partido de aplausos das eruditas e eminentes figuras das nações civilizadas de então, o vocábulo que, num dia de 1703, para designar a bela cascata junto à cidade de Delfim Moreira, aflorou nos lábios selvagens e sequiosos do bugre mantiqueirense: — *Itagybá!*...

Marcos Antônio de Araújo, Barão agraciado com a grandeza de Visconde de Itajubá, nasceu no Tijuco, hoje cidade de Diamantina, em 25 de abril de 1805. Diplomou-se em Direito. Foi lente da Academia de Ciências Jurídicas de Olinda. Em 1834 o Governo Imperial, já conhecendo nele as elevadas qualidades e o brilho invulgar de sua inteligência, enviou-o como Cônsul geral do Brasil nas cidades hanseáticas.

De 1834 a 1867 o Visconde de Itajubá desempenhou delicadas missões diplomáticas, ocupando os seguintes e honrosos postos: — "Encarregado de negócios nos reinos do Hanôver, Oldemburgo, Meclemburgo-Schwerin e Meclemburgo-Strelitz (1837); ministro residente nos referidos países e na Prússia (1851); enviado extraordinário e ministro plenipotenciário nos mesmos países e na Dinamarca, Suécia e Noruega (1857), e ministro plenipotenciário, enviado extraordinário, em França (1867)" (Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras,* 1.º vol., 149).

O episódio, porém, que imortalizaria o nome do Visconde de Itajubá foi mesmo o da famosa pendência entre os ianques e o poder britânico.

"Terminada a guerra civil, houve o grande litígio entre a Inglaterra e os Estados Unidos, a célebre contenda conhecida pelo nome de *Questão Alabama*. O governo do Brasil foi escolhido pelas partes litigantes para ser um dos árbitros entre as duas grandes nações. Não podia ser mais solenemente reconhecida do que foi então a lealdade e a correção do governo do Rio de Janeiro. Anos mais tarde, surgiu um litígio derivado ainda da

guerra civil americana. O conflito era entre as duas grandes repúblicas do mundo, entre a França e os Estados Unidos. O árbitro único escolhido foi o Imperador do Brasil. No tribunal que funcionou em Washington, representou o soberano brasileiro o Sr. Barão de Arinos. No tribunal do *Alabama,* que funcionou em Genebra, o juiz brasileiro foi o falecido Barão, depois Visconde de Itajubá. Vê-se, por isso, qual não era o prestígio do Brasil" (Eduardo Prado, *A Ilusão Americana,* págs. 49/50).

Alabama foi o nome de um navio estadunidense, belonave famosa esta que sérias conseqüências ia provocando entre duas poderosas potências militares. O fato se deu durante a tão decantada campanha intestina norte-americana que passou à História com o nome de *Guerra de Secessão.*

Os confederados encomendaram à Inglaterra o sinistro *Alabama,* a fim de sustentarem as batalhas costeiras contra os homens do Norte. Terminada a guerra civil, os Estados Unidos formularam energicamente seu protesto contra a Inglaterra, por ter ela franqueado seus estaleiros a uma das regiões beligerantes, intrometendo-se assim, e com caráter partidário, numa peleja de portas fechadas, que nada tinha com a nação britânica. A Inglaterra, entretanto, não quis reconhecer seu delito. Nestas circunstâncias, a situação de hostilidade entre os dois países trazia as ameaças de uma lamentável guerra, já que os dois governos não se conciliavam com os próprios recursos diplomáticos.

As duas nações contendoras concordaram, afinal, com um critério para assentar-se, de uma vez, com qual delas estava a razão. A solução encontrada foi a de um interventor de país inteiramente imparcial e reconhecidamente idôneo. E foi nesta contingência, então, que se sublimou universalmente o nome do preclaro Visconde de Itajubá.

"Bem inspirados, — diz Xavier da Veiga — porém, os respectivos governos, apelaram ambos para um tribunal de arbitramento, constituído por diplomatas nomeados pelo Imperador do Brasil, pelo rei da Itália e pelo presidente da Confederação Suíça, e que se reuniu em Genebra (1871). A nomeação do árbitro brasileiro recaiu no Dr. Marcos de Araújo, então Barão de Itajubá" (*Op. cit.,* pág. 150).

O eminente titular do Império compenetrou-se profundamente da extensão de sua grande responsabilidade, e houve-se com tanta habilidade e perícia que os dois governos adversários se abraçaram fraternalmente, e tudo se resolveu em paz, sem se sacrificar uma só gota de sangue.

Por ocasião do passamento do ilustre diplomata diamantinense, o orador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro proferiu o seu necrológio, no qual dizia, referindo-se a esse marcante feito:

"Nunca uma nomeação para incumbência tão melindrosa foi mais acertada; nunca incumbência de tal melindre teve mais satisfatório desempenho. Elevando à grande altura o nome brasileiro, o Visconde de Itajubá demonstrou que a vida de diplomata não lhe oferecera somente dias de remanso conspícuo. Tomou a si todos os documentos, procedeu sobre eles

a rigoroso exame, viu todos os lados da melindrosa controvérsia, formou sua convicção, traçou o plano e formulou as conclusões, que sustentou perante os colegas com a frieza de ânimo de abalizado estadista. As opiniões divergentes mudam de direção. Orientados por luzes tão sãs, acostam-se ao mestre, senhor da rosa dos ventos da opinião e das conveniências internacionais. Lavra-se a sentença. A lide escabrosa está terminada. Ficam compostos os discordes. Os dois interessados revalidam com aplausos uníssonos a sábia decisão".

Segundo se lê na *História dos Estados Unidos* de André Maurois (Companhia Editora Nacional, 1946, pág. 401), os dois países litigantes concordaram com uma indenização (valor monetário este que teve maior expressão moral do que propriamente financeira), cabendo à Inglaterra pagar aos Estados Unidos a importância de 15 milhões e 500 mil dólares. A decisão do tribunal genebrino agradou inteiramente às duas nações, e o Visconde de Itajubá recebeu de Ulisses Simpson Grant, presidente dos Estados Unidos, e de D. Victoria I, rainha da Grã-Bretanha, as mais vivas expressões de louvores e de agradecimentos.

Luís Pinto de Oliveira, conterrâneo do Visconde de Itajubá, traçou-lhe um magnífico perfil na revista "Acaiaca" (n.º 31, de outubro de 1951, págs. 26/31), em que escreveu, entre outras asserções:

Marcos Antônio de Araújo, Visconde de Itajubá, foi "talvez o mais ilustre de todos, já não diremos dos diamantinenses, mas dos super-homens da Humanidade, por haver, somente com o poder de sua inteligência privilegiada e com a sua inexcedível argúcia política, evitado o derramamento de sangue entre aqueles países irmãos. Abençoado seja por esse feito singular o seu nome por todos os séculos".

O Barão e Visconde de Itajubá faleceu octogenário, em Paris, a 7 de fevereiro de 1884, "coberto de condecorações nacionais e estrangeiras".

O jornal "O Itajubá", de 23-02-1884, registrou o passamento do grande diplomata mineiro, que tanto e grandemente acentuou o nome de Itajubá.

O Sapucaí, o rio que divide a cidade de Itajubá bem ao meio, também figura como honraria de um outro titular do Império, — o Marquês de Sapucaí, nome dado a Cândido José de Araújo Vianna (1793 — 1875) nascido em Sabará, Minas Gerais, Deputado, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente do Senado, Ministro e Conselheiro de Estado, Governador de Alagoas e do Maranhão, professor de D. Pedro II e também, posteriormente, das filhas deste nosso Imperador. Foi ainda, durante muitos anos, o Presidente do Instituto Histórico Brasileiro. Seu nome tornou-se bastante popular por ser a designação de uma rua do Rio de Janeiro, pela qual desfilam as escolas de samba durante o carnaval, tornando-se a rua do "sambódromo", segundo o espírito humorístico dos cariocas...

* * *

35 — O COMÉRCIO NO SÉCULO PASSADO

No primeiro lustro de existência do povoado da Boa Vista do Sapucaí, hoje cidade de Itajubá, não parece ter existido casa comercial no lugar. Os gêneros alimentícios eram adquiridos entre as pessoas da nascente comunidade, por meio de trocas ou mesmo a dinheiro, e a aquisição de louças, ferramentas, calçados e fazendas só era possível além da serra, no vale do Paraíba. É o que se infere dos escritos da época e do testemunho dos pioneiros do arraial.

A primeira casa comercial de que se tem notícia em Itajubá foi o bazar do Capitão Antônio da Silva Soares, em 1823, o qual, pelo que se deduz dos velhos manuscritos, deve ter existido mais ou menos no local onde muito mais tarde se construiu o sobrado no qual se instalou o Ginásio, ou seja, onde hoje se encontra o Cine-Teatro Apolo. Era um misto de taberna, mercearia e albergue.

Em 1832 o Capitão José Manuel dos Santos Cabral foi sócio de uma loja e, em 1835 e 1836, Inácio Teodoro de Araújo, Manuel Fernandes do Nascimento e Inácio Gomes da Silva também foram proprietários de casas comerciais, de molhados, fazendas, louças e ferragens, conforme registro lançado no livro de rótulo *1.º D.N.* 1.º — *1832*, do arquivo da Prefeitura Municipal.

Em 1838, conforme o inventário lavrado em 15 de junho daquele ano (Livro de rótulo *D.N. 2.º*), tinha uma grande casa de "fazendas secas" na Ladeira do Porto (início da atual Rua Xavier Lisboa) o fazendeiro João de Oliveira Vilas-Boas. Em 1845 há referências da casa comercial de Jerônimo Bastos de Alvarenga, bem como da de "fazendas secas e bebidas do País e da Europa", de Joaquim Fonseca Rodrigues.

Desde o início da vila, já andava a Municipalidade às voltas com as aferições de pesos e de medidas usados nos balcões. Veja-se a curiosa deliberação de 10 de julho de 1852, em que o Vereador Joaquim Carlos de Noronha "pediu a palavra e declarou, como membro da Comissão para examinar o padrão desta Câmara, achar uma pequena diferença, mas que era melhor tornasse a conferir com o marco de Frederico Fernandes Schumann por ser este de botica e mais exato, e que o fiscal arrecade o padrão para conferir e acertar".

Na reunião de 5 de abril de 1854, tomou a Câmara Municipal a decisão de exigir do comércio local o cumprimento do que estipulava o Art. 187 do Código de Posturas, com respeito ao uso de balanças e "peso de arroba para baixo". Cinco anos mais tarde, a 31 de janeiro de 1859, fazia a Municipalidade constar em Ata o "Regulamento às Posturas", pelo qual se exigia na vila a aferição dos litros, as quartas, os quartilhos, as arrobas, as varas, os côvados e as libras em uso nas casas comerciais.

Enquanto vila, devia ter Itajubá, pelo menos, umas cinco boas casas comerciais, daquelas que vendiam de tudo, "secos, molhados e medicamentos".

De 1840 a 1870 grande era o número de negociantes ambulantes, os mascates, alguns dos quais cotrucos espertalhões, que imaginavam levar muito ouro em troca de bugigangas e pechisbeques que traziam da Corte. A Municipalidade itajubense, naquele tempo, vivia às voltas com tais bufarinheiros e gringos. Em 10 de janeiro de 1857, levantava-se a possibilidade de elevar-se para 20 mil réis mensais, em vez de por ano, as licenças que se concediam aos referidos mascates, enquanto que dos negociantes estabelecidos exigiam-se cartas-patentes, tiradas em janeiro de cada ano, "sob pena de multa". A 19 de abril de 1860 propunha-se a mensalidade de 30 mil réis para esses comerciantes ambulantes e, no dia seguinte, 20 de abril, assim se lançou em Ata:

"O Sr. Vereador Grilo (*José Caetano Grilo*) propôs para que esta Câmara altere o artigo sobre licenciados mascates de ouro, prata e jóias, que em vez de 30 mil réis por ano seja 200 mil réis e multa de 400 mil réis, sujeitos a uma fiança idônea de pessoas conhecidas, ou depositarem no cofre desta Câmara a quantia de dois contos de réis, não entrando nesta classe os negociantes estabelecidos neste município. Foi aprovado".

As Atas de 27 de janeiro, 30 de abril e 7 de julho de 1862 revelam a preocupação da Edilidade com esses "comerciantes nômades", muitos dos quais não passavam de refinados *vigaristas*, que trocavam jóias falsas, "ilusórios ouropéis", por legítimo ouro. Prova-o a deliberação de 22 de janeiro de 1862, da Câmara Municipal, tomada em virtude de aparecimento de tais mascates de ouro, "que continuamente transitam neste município, iludindo a muitos incautos com prata dourada em lugar de ouro, por preços excessivos".

Contudo, naqueles bons tempos, não eram somente os bufarinheiros "de fora" que operavam com trapaças no comércio itajubense. Em 27 de julho de 1860 — por exemplo — a Câmara determinava ao Fiscal toda a severidade contra os negociantes de bebidas, pois, estavam alguns deles vendendo "vinho branco por arnica"...

É preciso, porém, observar que nem sempre eram os negociantes os culpados das falsificações. Para não ser extenso, menciono apenas uma só referência, contida na Ata de 8 de janeiro de 1853, da Câmara Municipal:

"Uma circular do Exmo. Sr. Presidente desta Província, datada de 17 de setembro do ano pp., em que comunicava a esta Câmara que, tendo sido publicado no periódico "Bom Senso", n.º 66, de 9 do mesmo mês, a participação que o Ministro do Brasil em Portugal fez ao Exmo. Ministro do Estrangeiro da descoberta de uma fábrica em Aldeia Galega, em que se consentia a mais escandalosa falsificação na manufatura de paios e chouriços, entrando na sua composição carne de toda espécie de animais, e fazendo-se no Brasil grande consumo deste gênero vindo daquele Reino, e que neste município se desse toda a publicidade. Deliberou-se por unanimidade que se afixasse edital e que se proveria a todos os Fiscais, e que se acuse a recepção".

A *Quitanda* que se construiu antes da elevação à cidade, veio fazer forte concorrência com os negociantes estabelecidos porque ali se permitia ao lavrador e produtor a livre venda de seus produtos, diretamente ao povo, enquanto que, aos comerciantes de "casa aberta", não era permitido ter suas bancas no referido telheiro da Municipalidade, construído no Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago).

Pela Ata de 30 de janeiro de 1854, da Câmara Municipal, sabemos que as licenças tiradas pelos comerciantes itajubenses eram, no meado do século passado, de 400 réis. Em 1854, porém, já custavam 2 mil réis. Das casas que vendessem fazendas, "molhados" e drogas medicinais, cobrava-se o imposto de 14 mil réis anuais; das que não vendiam remédios, 12 mil réis; das casas que só vendiam "molhados", 8 mil réis; se só negociavam "gêneros do País", 6 mil réis; para cada casco de aguardente pagava-se 500 réis (Ata de 6 de outubro de 1854).

Quem examinar a luta pela subsistência desde as mais remotas eras, poderá concluir que as classes pobre e média sempre gritaram contra a carestia da vida, desde o tempo em que duas libras de toicinho custavam 30 réis, até estes nossos dias, em que se procura atribuir a alta *atômica* dos preços, a desvalorização do cruzeiro, a falhas do Governo e de seus assessores...

Em meados do século passado o Governo Municipal atirava aos comerciantes toda a culpa da carestia...

A 15 de janeiro de 1858 a Câmara Municipal procurava solução para pôr fim à "tão gigantesca" subida de preços dos gêneros alimentícios, tomando-se o milho por termômetro, chegando este produto até a 5 mil réis o alqueire!...

A Ata de 24 de maio de 1859, da Câmara, registra o longo discurso do Vereador Francisco Tomás de Aquino Marinho sobre o *vertiginoso* aumento dos preços dos gêneros alimentícios. Naquela época, pagava-se o milho a 200 réis o alqueire, o toicinho a 2.800 réis a arroba, a aguardente a 1700 réis o barril, o açúcar a 800 réis a arroba e o feijão a 400 réis o litro. Comprava-se terreno a 80 mil réis o alqueire (alqueire mineiro de 48.400 metros quadrados), e um burro a 50 mil réis.

Em 1890, a Câmara Municipal, sob a presidência do preclaro médico Dr. Xavier Lisboa, a 10 de fevereiro, tomou a iniciativa de adquirir 100 barris de banha americana, para ser cedida a preço de custo à população, a fim de pôr cobro à alta exagerada desse produto provocada pelos cortadores de capado.

Nos quarenta anos finais do século passado, sobretudo no último quartel, foi bastante desenvolvido o comércio itajubense, com cujo movimento e número de estabelecimentos poucas cidades mineiras podiam se emparelhar. O Dr. Alfredo Moreira Pinto, em 1899, informava existirem em Itajubá, naquele ano, noventa casas comerciais (*Apud* Nelson de Senna, *de Minas Gerais* de 1907).

Em 1893, segundo publicação feita por Francisco Brás Pereira Gomes no "Correio do Povo", pagava o comércio, de impostos, por quilograma, 3 réis para o milho, 5 para a farinha de milho, 5 para o fubá mimoso, 10 para o toicinho e, para suínos, 500 réis por cabeça.

Grande era a quantidade de vendolas e pequenos armazéns em todos os cantos da cidade e mesmo alguns fora da área urbana. E considerável foi igualmente o número de bem providos estabelecimentos comerciais, não só as boas mercearias como também grandes lojas de fazendas, calçados, chapéus, armarinho, louças, ferragens e miudezas de toda sorte.

Citem-se alguns poucos desses prósperos comerciantes do século passado, aos quais muito ficou devendo Itajubá de seu progresso:

Abel Pereira dos Santos, Afonso Henrique de Vasconcelos (proprietário da *Casa Mandolina,* onde se encontravam também brinquedos, papelaria e álbuns de músicas), Agostinho Pereira Leite (um dos maiores vultos do comércio itajubense do século passado. Seu rico estabelecimento foi uma das maiores casas comerciais do velho Itajubá, de fazendas, chapéus, "ditos do Chile finos, de lebre, enfeitados, e à Bismarck para senhoras", calçados, roupas feitas, brinquedos e grande sortimento de artigos carnavalescos, "bisnagas", "bolas de perfume", etc.; "vende ou aluga máscaras caricatas e fantasias". Oferecia máquinas *Singer* de costura e de outras marcas, com garantia de consertos), Ângelo Franciulli, Antônio Cândido Rennó & Cia. (Antônio Cândido Rennó, Sebastião Cabral, Mário Olinto e Horácio Ferreira Lopes), Antônio Francisco dos Santos Bretanha (anunciava ter à venda "sabão de cinza caseiro" ao preço de 50 réis o "pão"), Antônio José de Sousa Vianna, Antônio Luís Pinto de Noronha Sobrinho, Antônio Storino, Arlindo Barbosa de Matos, Dias & Emílio (Inácio Custódio Pereira Dias e João Emílio Salomon), Dias Pereira & Irmão (João Dias Pereira e Luís Dias Pereira), Domingos Del-Ducca, Domingos Storino, Eusébio Pereira, Francisco Braga & Irmão, Francisco Brás & Cia., Francisco Cascardo, Francisco Curcio (um dos mais antigos comerciantes de Itajubá), Francisco Mendes de Brito, Francisco Sanches Brinquinho (era assim conhecido o negociante italiano Francisco Ciancio — adaptado para *Sanches* —, porque usava brincos. Foi um dos maiores comerciantes de Itajubá no final do século XIX. Era proprietário do *Grande Empório,* onde se encontrava de tudo, inclusive queijos, bebidas, material para caça e pesca, manteiga, carne-seca, fazendas, roupas, etc. Seu estabelecimento ficava no porto novo das barcas), Francisco Storino, Fructuoso Ramos de Lima (português, homem empreendedor e de grande talento, causídico e jornalista, fundador do jornal "A Verdade". Em sua loja, além de ferragens, armarinho, fazendas e chapéus, encontravam-se máquinas de costura *Singer, Nothmann* e de outras marcas, e as legítimas espingardas *Laport* de um e de dois canos), Galdino Pereira de Almeida, Ismael Pinto de Noronha (proprietário da *Loja da Barateza,* João José Pereira, João Olegário Pereira Cabral, João Ramos de Lima (mantinha grande sortimento de botinas *Clark*), João Rennó & Amaral (João José Rennó e Tenente José Martins Tosta do Amaral, que anunciavam ter "fabuloso stock de papéis pintados, com ricas e artísticas fantasias",

para forrar paredes de salas, dormitórios, corredores, quartos e gabinetes, revendedores que eram de Luquet, Rocha & Comp., do Rio de Janeiro, que os importava da Europa), João Dias & Irmãos (firma proprietária do mais tradicional estabelecimento comercial de Itajubá, pois, fundado em 1.º de julho de 1883, já comemorou o centenário de fundação e ainda existe, ora com a designação de *Casa Dias*. A firma pioneira era composta dos irmãos João Dias Pereira, Luís Dias Pereira, Virgínio Dias Pereira e Joaquim Dias. O estabelecimento teve vários continuadores, destacando-se José Dias Coelho. Funcionou por muitos anos na Praça Adolfo Olinto, e hoje se encontra na Rua Dr. Antônio Salomon, sob a direção da Srta. Jandyra Coelho e Jair Coelho, filhos de José Dias Coelho. São os representantes da *Brahma* em Itajubá), Joaquim Barbosa de Matos (proprietário da *Loja América*), Joaquim da Costa Manso, Joaquim José dos Santos Pereira, Joaquim José Pereira dos Santos, Joaquim Pinto de Noronha Júnior, José de Almeida Cunha Júnior, José Benedito Leite, José Carlos da Costa e Silva (português. Passou depois a assinar José Carlos da Silva Braga. Seu armazém durou algumas décadas, desaparecendo neste século), José Gaspar Pereira Leite (um dos mais prósperos negociantes do século findo. No seu grande estabelecimento, o mais completo de outrora, denominado *Lojas da África,* havia de tudo. Era quase um *shopping center* do velho Itajubá... Primeiramente estabelecido na Rua Marquês do Herval, passou depois para o Largo dos Passos. Oferecia grande sortimento de fazendas, calçados, armarinho, chapéus, ferragens, louças e cristais. Vendia artigos para o carnaval e alugava fantasias e máscaras. Tinha também "limões de perfume para o entrudo" e cosméticos. Mantinha uma seção de adereços, jóias, "rica variedade de leques", objetos de toucador, extratos, brinquedos, "lindas e mimosas bonecas", bibelôs e "mimos para *souvenir*", instrumentos musicais, músicas e métodos para piano, livros de orações, imagens, terços, medalhas e santinhos. Também vendia armas, facas, foices e "material para o campo". Anexos estavam a charutaria, a mercearia, a quitanda e a confeitaria com caramelos, biscoitos e licores, onde também não faltavam frutas e verduras. Em 1890 ainda existia essa grande loja, que também esteve com a firma José Gaspar & Genro. Esse diligente homem de negócios foi ainda proprietário da *Casa Amarela,* no Largo dos Passos, especializada em artigos de couro, calçados, bolsas e arreios), José Luís Monteiro Chaves, José Manuel Pereira, José Marotti & Cia., José Teodoro de Araújo, José Verano da Silva, Luís Achilles Salomon, Luís de Almeida Cunha, Luís Chiaradia, Luís José de Sousa Vianna, Luís Vianna Júnior, Manuel Correia de Miranda, Manuel José Pereira Guimarães, Manuel Teotônio Pereira dos Santos, Martinho Correia de Miranda (proprietário de *A Barateza dos Preços)*, Martinho de Sousa Vianna (proprietário de *A Elegância do Porto*, junto ao porto das barcas), Miguel Masseli, Silvério Sanches (grande vulto do comércio itajubense, proprietário de uma das mais tradicionais mercearias, fundada em 1880 e que existiu durante alguns decênios deste século), Tristão Afonso de Azevedo e Vicente Lamoglia.

Além desses grandes obreiros do comércio do século passado, que sejam lembrados ainda alguns dos proprietários de açougues:

Joaquim Félix da Rocha, Manuel Baptista de Carvalho, Antônio Simplício Pereira Dias, Joaquim José dos Santos Pereira, Higino Baptista de Carvalho, João Pinto de Noronha, Joaquim Pinto de Noronha Sobrinho e João Emílio Salomon.

E padarias de:

Ângelo Franciulli, Manuel Clementino de Oliveira (*Confeitaria e Padaria Brasileira*), Francisco Storino (*Padaria Familiar*), Jacinto Alves Coutinho (*Padaria das Famílias*), Antônio Bretanha, Francisco Galvão de Siqueira França (proprietário de *A Delícia*), Antônio Citrolli, Alexandre Consentino e Francisco de Almeida Cunha.

E quitandas de:

Manuel Teotônio Pereira dos Santos, Luís José de Sousa Vianna, Auselino Pereira dos Santos Cabral e Manuel Félix da Silva.

Bares e confeitarias:

O bar mais freqüentado e bem montado do século XIX em Itajubá foi o *Café Retiro*, da Rua Silvestre Ferraz, de José Luís Monteiro Chaves, inaugurado em 24 de setembro de 1890. Encontravam-se ali doces finos, caramelos, café, leite, chocolate, "bebidas delicadas", refrescos, e também cigarros, charutos e fumos. Acresentem-se as confeitarias de Ana Rodrigues de Sales (famosa doceira e licorista da década de 1870), Manuel Clementino de Oliveira (confeiteiro e padeiro da década de 1870), Querubina Ribeiro (cujas saborosas roscas, broas e "pães folhados" eram um segredo seu. Tinha uma vendola na Rua Marquês do Herval, de petiscos de sua fabricação, pastéis de nata, bons-bocados, pudins, etc., na década de 1870) e Justina Augusta da Silva, uma das mais famosas cozinheiras e doceiras do final do século passado, e que foi também a maior perita no preparo de quindins, balas, salgados, pitéus e outros quitutes dos quatro primeiros decênios deste século. "Digna de um Brillat-Savarin! Os vatéis de Lúculo se humilhariam se a conhecessem!" — assim se expressou Mello Vianna, então Presidente de Minas, quando visitou Itajubá, em 1925, referindo-se à Justina da Silva.

Uma tabacaria bem provida existiu na Rua Major Pereira (atual Dr. João de Azevedo), de Almeida & Dias, com fábrica própria de charutos e cigarros. Vendia fumos, cachimbos, piteiras, "não faltando o famoso fumo *Veado*", rapés e simontes "bem moidinhos".

Nem poderiam ficar esquecidos os maiores fornecedores de lenha para os moradores da cidade. Eram possuidores de florestas com boa madeira para ser consumida nos fogões, em época em que nem ainda se sonhava com gás de cozinha. Também não se falava em metros cúbicos de lenha. As unidales comerciais eram o cargueiro ou carro de bois. Foram fornecedores, no século passado, Manuel Francisco Pires da Cruz, Miguel da Silva e Oliveira, João Caetano Ferreira, Máximiano Gomes da Silva e José Manuel Pereira (tinha um grande depósito na cidade).

Foram proprietários de tipografias, no século passado, o Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Antônio José Pinto da Silva, Antônio Pereira Baião Júnior e Artur Longobar de Salles.

Conhecem-se dois restaurantes itajubenses do século passado: o de José Luís Monteiro Chaves, e o *Restaurante Italiano,* de Ângelo Franciulli, inaugurado em 15 de setembro de 1889.

Os hotéis:

Foi relativamente grande o movimento hoteleiro no século findo, em Itajubá. A mais antiga hospedaria de que se tem notícia é a "estalagem" de Miguel Carvalho da Silva, existente em 1832 e 1835, segundo registra o livro de rótulo 1832 — *L.º D.N.* — pág. 48, do arquivo da Prefeitura. Antes disso, contudo, existiu, em 1823, a taberna do Capitão Antônio da Silva Soares, já mencionado no início deste capítulo, onde também se propiciava "albergaria". Vem depois a estalagem de Antônio Porto de Carvalho, em 1839, natural dos Reguengos de Monsarraz, de Évora, Portugal. Em 1851 existia a "Casa de Hospedagem" de Manuel Gonzaga Mendes, no Largo dos Curros (Praça Getúlio Vargas); O *Hotel Diniz,* da Rua dos Remédios, era de José Nunes da Silveira Diniz (década de 1870); *Hotel do Comércio* foi inaugurado em 1.º de março de 1874, na Travessa do Comércio, primeiramente de propriedade de Antônio Pereira Leite, ficando anos depois em poder de Manuel Francisco Pires da Cruz, que o transferiu para o Adro da Matriz em 1889; *Hotel Lima,* de José Ramos de Lima, na Rua Duque de Caxias, n.º 20, inaugurado em 1888; *Hotel Itajubá,* de José Pinto Júnior, da mesma época; *Hotel Itália,* de Ângelo Franciulli; *Hotel da Boa Vista,* que já tinha sido *Hotel da Estação,* de José Manuel Pereira & Cia. A "Gazeta de Itajubá", de 1.º de fevereiro de 1903, assim noticiava: "Será amanhã inaugurado nesta cidade, no prédio junto à estação da Estrada de Ferro, um bem montado hotel dirigido pelo nosso bom amigo Sr. José Manuel Pereira, seu proprietário". Esse prédio fora residência do Padre Lourenço da Costa Moreira. Ficava no início da Rua da Estação (atual Miguel Braga), na Boa Vista, tradicional sobrado este pertencente ao próprio José Manuel Pereira; *Hotel Mineiro,* na Rua Marquês do Herval; *Hotel da Estação,* o segundo com esse nome, de Artur Mattos e que também pertenceu a Evangelino José Barbosa, inaugurado em 6 de março de 1893; Pedro G.F. da Rocha e Miguel Masselli tiveram hotel nas décadas de 1880 e 1890; o *Hotel Barbosa,* da Praça Cesário Alvim (Teodomiro Santiago), de José Pedro Barbosa, foi inaugurado em 16 de outubro de 1892. Esteve também na Rua Major Pereira (Dr. João de Azevedo). Vendido para a firma Gonçalves & Chaves, tomou o nome de Hotel Central, administrado por José Luís Monteiro Chaves. Também com esse nome, já neste século, Cirilo Spolzino teve o seu hotel; *Hotel* Mendonça, inaugurado em 1.º de janeiro de 1885, de João Carlos de Mendonça Furtado, na Rua dos Remédios, transferido para Nicolau da Silva Wilhemens; *Novo Hotel,* da Rua dos Remédios, n.º 15, inaugurado em 1.º de julho de 1888, de José Pinto Júnior; *Hotel Correia,* de Antônio Correia de Mattos, inaugurado em 1.º de janeiro de 1885, na Rua do Comércio. Este hotel, já no presente século, então instalado na Rua Pereira Cabral, perten-

ceria a Francisco Correia de Sousa, e que, com a morte deste, passaria a pertencer ao português Albano de Almeida, que ali iniciara como garçon. Já neste século devem ser lembrados o *Hotel Paris*, de Eugênio Consoli; a *Pensão São José*, da exímia cozinheira e doceira Justina Augusta da Silva; a *Pensão Santo Antônio*, de Domingos Procópio de Andrade; o *Hotel Dias*, de Renato Alberto Dias; os hotéis de Francisca Grilo, de José A. dos Santos Nora, de Jovino Gonçalves de Alkmin, de Pedro Piazzaroli, de Leopoldina de Menezes, de Maria Paes Pontes, de Nicolau Masselli, de Mariano Barbosa Pinto (este em 1900 e 1901) e o de Ambrosina Barbosa Pinto, na Praça Cesário Alvim, no início do século.

A "Nação Brasileira", na sua edição de novembro de 1924, já registrava a existência do *Grande Hotel Itajubá*, da firma Brás, Osório & Cia. Ltda., o *Hotel Melo e a Pensão Americana*. Instalaram-se ainda, além de outros, os hotéis *Avenida, Mattos, Barbieri, Brasil, Americano, Boa Vista* e *da Estação* (3.º com esse nome). Hodiernamente possui Itajubá excelentes hotéis, entre os quais o *Sion, Centenário, Glória, Guanabara, Oriente, Novo Hotel, Real Hotel, Bramig* e o moderno *Hotel Coroados*, em aprazível local do bairro do Pinheirinho, a cavaleiro da cidade.

Em 12 de novembro de 1923 os Vereadores Eleardo Braga Mostério e Fortunato Peixoto Filho apresentaram o projeto de lei, que regulamentava o registro de hóspedes nos hotéis de Itajubá. A Municipalidade itajubense sempre se preocupou em dotar Itajubá com um hotel condigno. Assim é que, na reunião de 19 de janeiro de 1923, o Vereador Fortunato Peixoto Filho propunha a isenção de impostos a "um hotel molelo, construído com todas as regras higiênicas, com plantas e projetos aprovados pela Câmara Municipal, que viesse a ser construído".

Em cerimônia realizada no dia 8 de outubro de 1961, foi lançada a pedra fundamental de um grande e suntuoso *Itajubá Pálace Hotel*, que seria uma realização do Fundo de Desenvolvimento de Itajubá.

Acrescentem-se a este capítulo os maiores profissionais do século XIX em Itajubá:

Estabelecidos com alfaiatarias foram Antônio Fernandes da Silva, Amaro Campos, João & Osmin (estes três na década de 1870), Luís Vieira Pinto, Augusto Salomon, João F. Strutz e Antônio R. de Sousa (estes nas décadas de 1880 e 1890), Joaquim Xavier Ferreira (anunciava-se "o mais hábil em casacas"), Frederico Siecola (década de 1880), Higino Miranda (dos mais tradicionais alfaiates de Itajubá, desde 1880 até a terceira década deste século), Antônio Strutz (décadas de 1880 e 1890), Sousa & Miranda, proprietários de um rico salão de alfaiataria na Rua Direita, "habilitados para fazer uniformes da honrada Guarda Nacional" (décadas de 1880 e 1890).

Com salões de barbearia, Sebastião Gonçalves Grilo, proprietário do *Salão Popular Itajubense*, da Rua Direita, onde se encontravam sabonetes, loções para cabelo, perfumes e cosméticos "a preços vantajosos". Já em 1885 existia esse salão, o mais bem montado do século passado. Pelo jornal

"A Verdade", de 2 de janeiro de 1892, Sebastião Gonçalves Grilo declarava que, daquela data em diante, passaria a assinar Sebastião Barbosa. Também teve salão na Rua Silvestre Ferraz e foi cabeleireiro que alcançou este século. Igualmente tiveram bons salões nos velhos idos os profissionais Achilles Pereira Salomon, Policarpo Maria Nunes, Osmin de Abreu (década de 1870), Artur Domingues de Amorim (Rua Direita), Albertino Sérgio de Macedo (década de 1880), Francisco Antônio do Nascimento e João Baptista de Azeredo Coutinho (década de 1890), talvez o primeiro cabeleireiro que também se dedicou ao corte de cabelos e penteados de senhoras.

Com lojas de objetos de flandres e oficinas de caldeiraria estiveram estabelecidos Vicente Lamoglia, Irmão & Cia. (Rua Major Pereira, 22, nas décadas de 1880 e 1890), Jacob Masseli, Domingos Del-Ducca, Alexandre Consentino e José Marotti (década de 1870).

Tinham bem montadas ferrarias, para todos os trabalhos de forja, Jacob Masselli, Francisco Masselli, Salvador Masselli, José Monteiro da Cruz, Nicolau Marinho, Cornélio Fava e Saturnino Soares da Costa.

E ótimas serralherias, notabilizando-se a *Serralheria Artística* de Jacob Masselli & Irmão, da Rua Major Pereira e Largo dos Andradas (Praça Getúlio Vargas). Pelo jornal "A Verdade", de 30 de abril de 1886, informavam os sócios dessa firma estarem preparados para fazer "todas as obras concernentes a estas artes, bem como grades de ferro para sacadas, jardins, cemitérios, catacumbas e portões de ferro, de todos os modelos e gosto do freguês. Também fazem lampiões para iluminação pública e, finalmente, consertam máquinas de costura e caixas de música, tudo por preços resumidos, cumprindo advertir que as foices fabricadas nesta oficina serão marcadas com FM, sendo tudo afiançado pelos signatários — Itajubá, 26 de abril de 1886".

Também fazem parte da História os ferradores. Sendo o animal de sela o único meio de condução dos velhos tempos, eram muitos os itajubenses que tinham pastos de aluguel, e não foram poucos os que se estabeleceram com galpões de ferradores. Entre os principais destes, com tendas para esses trabalhos, citem-se Antônio Mulato, José Honório da Silva, Vicente Grilo, Firmino de Oliveira Lima (todos estes da década de 1870), Adão Arruda, Antônio M. da Costa Toledo, Antônio Grilo, Antônio Bernardes (estes, das décadas de 1880 e 1890) e João Mattos Mineiro, que manteve seu galpão de ferradores até o primeiro decênio deste século.

O comércio de leite, com entrega a domicílio ou a fabricantes de queijos e manteiga, era mantido por fazendeiros e chacareiros ou sitiantes entre os quais o Cap. Antônio José Rennó, José Manuel Pereira, Virgílio Achilles Salomon, Alexandre Mendes de Brito, Francisco José Pereira, Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Martinho Correia de Miranda, Joaquim José dos Santos Pereira, Joaquim José Pereira dos Santos, Achilles Pereira Salomon, Luís Antônio Pinto de Noronha, D. Antônia de Sousa, Dr. José

Pereira dos Santos, Antônio Cândido Rennó, Joaquim Pinto de Noronha Júnior, Manuel José Rebelo, Francisco Borges de Siqueira, Francisco Teodoro de Araújo, Ismael Pinto de Noronha e Olímpio Augusto de Magalhães.

Proprietários de oficinas de marcenaria, no século ido, foram Justino Paulistano de Olivas (décadas de 1870 e 1880), José Alves da Rocha Pereira (década de 1890), Valentim Rodrigues do Nascimento, Francisco Storino, Antônio Storino, Flamínco Miranda (década de 1890), Serafim Rodrigues do Nascimento, Cipriano Cardoso, Isaías José de Olivas (década de 1890), José Pinto Paulista, Arlindo Vieira Goulart, Silvério Tomás de Sousa, Antônio Prudêncio Mendes e Hermenegildo Pinto Paulista (estes dois últimos da década de 1870).

Foram ourives e joalheiros Liduíno Ferreira de Lima, da Rua dos Remédios (décadas de 1870 e 1880), Antônio Lemos da Silva, Fernando Martins de Siqueira (décadas de 1880 e 1890), Carlos A. Cuello, com grande sortimento de jóias de ouro e de prata (comprava ouro, prata e pedras preciosas; loja na Praça Adolfo Olinto), Francisco Campanella (agente consular italiano; fabricava anéis e alianças (década de 1900), Teodoro de Siqueira (década de 1900), Maurice Levy (hábil ourives, "cidadão francês", que, em 1884, comunicava "ter aberto nesta cidade uma joalheria, filial à sua na Corte". Oferecia ainda relógios de ouro, de prata e de níquel. Tinha montra de berloques, trancelins, chatelenes, brincos, pulseiras, anéis, broches e colares, "a preços módicos". Fazia gravações "com perfeição".

Relojoeiros com tendas de consertos e, alguns, com bazar de vendas de relógios, foram André Schimidt ("relojoeiro alemão", chegado em 1874 e hospedado em casa de Fructuoso Ramos de Lima), João Baptista Baur (estabelecido em 1886), José Maurício da Silva Júnior (com loja de relógios "de todos os tamanhos e tipos, novos ou usados, devidamente consertados"), Virgílio Leite Monteiro (vindo de Pindamonhangaba, estabelecido em 1883), Miguel Sarmento, que também consertava máquinas de costura e espingardas, em 1884), Jone Franco (técnico em relógios, hospedado em casa de Higino Miranda, em 1893), Antônio José Pinto da Silva e José M. de Carvalho, estes dois últimos nas décadas de 1870 e 1880.

Sapateiros, com tendas no centro da cidade, foram Nicolau Dambra, José Félix Correia Barbosa, Manuel José dos Santos, Paulino José da Silva, todos estes da década de 1870; Manuel Rabadão, João José dos Santos, Antônio Queirós, Antônio Espanhol, José Manuel da Costa, Antônio dos Santos, José Branco (com grande oficina de sapataria de consertos e fabricação de calçados "sob medida", na Rua dos Remédios, n.º 20, denominada *Sapataria Sul-Mineira*) e Rafael Masselli (década de 1900).

Foram hábeis seleiros, estabelecidos com oficinas e tendas, no século passado, Bernardino Ribeiro de Faria Carneiro, Manuel Carneiro de Faria, Henrique de Faria, Antônio Carneiro de Faria, Querubim Carneiro de Faria, Feliciano José Pinto da Silva, Honório José de Oliveira, Rosendo José de Oliveira, Adonirão José de Oliveira, Manuel Joaquim de Santana Júnior e Aureliano Vieira de Sousa.

Tintureiros foram Francisco Olivetti, estabelecido em 1886, que também era proprietário de uma lavanderia, a primeira de que se tem notícia no passado de Itajubá, e Carlos Califano, estabelecido com tinturaria em 1896. Retirou-se da cidade, e no início do século retornou a Itajubá, instalando sua tenda de alvejador e tintureiro na Rua Francisco Brás.

* * *

36 — MERCADO E MATADOURO MUNICIPAL

O primeiro ato da Municipalidade itajubense para a criação dos estabelecimentos de que trata a epígrafe do presente capítulo, encontra-se na deliberação de 5 de abril de 1854, assim constada em Ata:

"Para o cumprimento do Art. 72 e 177 (das Posturas) é de parecer a Comissão que a Câmara nomeie uma Comissão para indicar não só o lugar que melhor convenha para o estabelecimento tanto do Matadouro Público, como do depósito de gêneros que em tempo de fome tenham de vender-se a fim de serem vendidos com igualdade pelo povo, como também a quem mais convier fazer para o cumprimento exato destas disposições".

Decidiu-se, então, construir uma "Quitanda". Porém, somente cinco anos mais tarde é que realmente se daria início a essa obra, tendo-se antes levantado provisoriamente, na Praça Municipal (hoje Praça D. Amélia Braga), uma coberta rústica de sapé, exatamente no local onde ora se encontram os canteiros da praça fronteira à Prefeitura (antigo Fórum). Esse galpão foi franqueado aos produtores rurais. Foi o primeiro mercado de Itajubá... A Ata de 18 de julho de 1857, da Câmara Municipal, falava da necessidade de conserto dessa coberta improvisada. A Ata de 7 de outubro do ano seguinte já falava em "telheiro".

A 28 de outubro de 1859 determinava-se ao Fiscal a demarcação do lugar conveniente para a projetada Quitanda. O local escolhido foi uma esquina do Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago). O orçamento para essa obra, apresentado, em 26 de maio de 1859, pela Comissão composta de Joaquim Inácio Vilas-Boas da Gama, Francisco de Paula Xavier Machado e Aquino Marinho, foi de 190 mil e 200 mil réis. E a obra foi efetivamente realizada. A inauguração dessa Quitanda ocorreu em 24 de junho de 1860.

Em 12 de janeiro de 1861 tomava a Câmara várias deliberações com respeito à casa da Quitanda do Largo dos Passos. Pensou-se então em proibir alí o comércio de negociantes estabelecidos na cidade, "em virtude de serem eles os causadores da subida dos preços dos gêneros alimentícios em razão da combinação que fazem, e mesmo abuso de arrematarem os gêneros dos quitandeiros". Tal alvitre não foi aprovado, mas ficou decidido "proibir-se expressamente que os tropeiros façam da Casa da Quitanda

rancho, visto que nas entradas desta vila tem (sic) ranchos próprios onde eles podem arranchar-se, e conduzirem seus gêneros unicamente para a Quitanda e não tomarem o lugar para os roceiros".

Conforme se viu, já havia em Itajubá os atravessadores no comércio de gêneros alimentícios. O povo reclamava, no século passado, contra tais açambarcadores, conforme nota divulgada em "A Verdade" de 2 de julho de 1892. Havia negociantes que iam com suas tropas às casas dos pequenos lavradores, compravam-lhes o que produziam, "impedindo maior fartura na Quitanda"...

Inaugurada em junho, já em novembro do mesmo ano a Casa da Quitanda carecia de reparos (Ata de 09-11-1860). Suas grades de peroba foram feitas pelo carpinteiro Silvério Tomás de Sousa (Ata de 28-04-1862). Para o aterro e calçamento pagou-se 20 mil réis (Ata de 16-01-1866).

Segundo o que registra a Ata de 11-07-1861, aos produtores que vendiam na Quitanda não cobrava a Municipalidade nenhum imposto, visando a aumentar a abundância de gêneros alimentícios ali comercializados, e a barateá-los. Os comerciantes estabelecidos podiam também revender seus artigos na Quitanda, desde que não tomassem os lugares dos mercadores da roça. Não se permitiam animais estacionados em torno daquele estabelecimento público, devendo todos serem postos "no terreno entre Francisco Gomes e Dona Bibiana". A administração da "Casa" foi confiada a Joaquim Luís Gomes Nogueira (Bernardo Saturnino da Veiga, *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874).

Na edição de 25 de novembro de 1882, "O Itajubá" estampava uma pesada crítica à Quitanda e ao seu fiscal, salientando as péssimas condições higiênicas e o pouco espaço para acomodar o grande número de feirantes. Entre muitas outras coisas, dizia: — Na "nova babel existe apenas simulacro de balança, descansando sobre um estrado carcomido e untado. O sal que de domingo a domingo nela vai ficando depositado faz que uma das conchas pese mais que a outra".

O pintor Luís Teixeira, que chegou aconhecer esse telheiro, deixou uma excelente aquarela da Quitanda. "O Itajubá" de 8 de dezembro de 1872 assim reclamava: "BARRAÇÃO — Já é tempo da Ilustríssima Câmara mandar demolir o barracão da Quitanda. Semelhante obra já não condiz com o melhoramento da cidade". O condenado "barracão", porém, ainda existiu por mais de dez anos...

Em 15 de março de 1883 o Presidente da Câmara, Dr. José Pereira dos Santos, pôs em discussão o projeto de construção do Mercado Municipal, provocando uma das mais agitadas reuniões do Legislativo itajubense, nada então se resolvendo. Os debates prosseguiram nas sessões de 24 e 29 do mesmo mês e ano, tendo-se calculado uma despesa de 4 contos e 575 mil réis com desapropriações necessárias.

A Municipalidade adquiriu, para demolição e aproveitamento dos terrenos (que perfazem a atual Praça Adolfo Olinto), quatro velhas casas de pau-a-pique, pertencentes a Antônio José Ribeiro Simões, Simplício Pereira

Vilaça, Joaquim Barbosa de Matos e herdeiros de Antônio Lopes de Carvalho, respectivamente por 1 conto e 300 mil réis, 1 conto e 175 mil réis, 1 conto e 400 mil réis, e 700 mil réis (Atas 23-07-1883, 24-11-1883, 17-01-1884, e de 01-02-1884, bem como o *Livro do Juízo de Paz*).

O Cel. João Carneiro Santiago Júnior, já que o novo melhoramento não poderia realizar-se por falta de verba, ofereceu, de seu bolso, sem juros, o empréstimo para completar o valor orçado, o que foi aceito pela Câmara (Ata de 23-07-1883).

Uma comissão composta do Dr. Adolfo Augusto Olinto, Luís José de Sousa Vianna e João Carneiro Santiago Sobrinho apresentou o projeto do Mercado, com todos os pormenores e dados arquitetônicos e orçamento (Ata de 15-09-1883).

Seu construtor foi o empreiteiro Manuel Machado de Carvalho. As calhas foram feitas por Jacob Masselli. A pintura foi obra de Martinho Pereira da Silva e Alvarenga, executada por 600 mil réis (Ata de 15-07-1884). A Ata de 16-08-1884 registra o ofício do empreiteiro, em que comunicava estarem concluídas as obras que lhe foram confiadas. Mandava a Câmara, nessa mesma sessão, contratar, por 300 mil réis, o aterro da Praça do Mercado até sair na Travessa Municipal (atual Rua Comendador Schumann).

Garantia "O Itajubá" de 12-07-1884 que o Mercado de Itajubá, com a inauguração marcada para 7 de setembro, era, pela sua "elegância, solidez e extensão", o primeiro da Província.

Realmente, a 7 de setembro de 1884 foi inaugurado o amplo e sólido Mercado Municipal da Praça Adolfo Olinto. Toda a Edilidade estava presente, não faltando fogos e a banda de música. Oraram vibrantemente os Vereadores Joaquim Francisco Pereira Júnior, Dr. Américo da Silva e Oliveira e o Dr. Aureliano Moreira Magalhães, tendo lançado a bênção ao novo edifício o Padre Francisco Biondi, Vigário de Piranguçu, e o Dr. Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias. Falaram ainda João Ramos de Lima, representante do Clube Cruz de Malta; Joaquim Félix Barbosa, representante da Sociedade Recreio dos Artistas; Fructuoso Ramos de Lima, em nome da Sociedade Recreio Dramático; Antônio José Pinto da Silva, representante da Imprensa; Dr. Adolfo Augusto Olinto, em nome do povo, tendo ainda discursado o Capitão Luís Cristiano Pinto de Noronha, Escrivão de Órfãos do Termo. A Ata da Câmara, que registra todo esse histórico, está redigida por Sebastião Maggy Salomon, Secretário da Câmara.

"O Itajubá", na sua edição de 23 de agosto, já havia publicado o programa para esse acontecimento, salientando a salva de 21 tiros, as bandeiras, flores, galhardetes, festões, escudos e arcos preparados para adornar o novo edifício, a *marche-aux-flambeaux* que percorreu pomposamente as ruas da cidade, e o monumental espetáculo no Teatro Santa Cecília, assinalativo do acontecimento, com girândolas, salvas, fogos de bengala e vivas. A comissão encarregada desses festejos era composta de Olímpio Augusto de Magalhães, Carlos Schmidt, Juvêncio Pereira Rebelo, Sebastião Maggy

Salomon, Sebastião Sátiro Pereira Cabral, João Carlos de Mendonça Furtado, José Amaro Rangel Correia, Alberto Noronha, Martinho Ferreira de Sousa Araújo e algumas senhoras.

E "O Itajubá" de 13 de setembro trazia a reportagem da inauguração, relatando todo o invulgar brilhantismo e entusiasmo notado em todas as solenidades.

No ano seguinte, em 1.º de setembro, o Vereador Frederico Schumann requeria o fechamento do terreno do primitivo mercado do Largo dos Passos, denominado *Quitanda,* pois estava inteiramente desativado e o telheiro já estava demolido. O material aproveitável havia sido vendido a Fructuoso Ramos de Lima por 100 mil réis (Ata de 17-01-1884 e Decisão de 23 do mesmo mês e ano).

Bernardo Saturnino da Veiga, falando sobre o Mercado de Itajubá, construído em 1884, observou: "Sente o visitante agradável impressão assistindo àquele movimento febril e ativo das feiras semanais, ouvindo o marulhar da onda popular, que ali se agita compacta, na nobre, sadia, na animadora faina da vida. Por aí se vê como é rico o município, como são férteis as suas terras, como são trabalhadores os seus habitantes" (*Apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais,* de 1909).

Em 1900 sentiu a Municipalidade que o Mercado necessitava de reparos e de ampliação, bem como de melhores instalações. Ficou deliberada, naquele ano, a sua reconstrução. As novas plantas foram elaboradas pelos construtores Wilhens Brosenius e José Piffer Ventura. Foi aprovada a deste último, na reunião de 03-07-1900 da Câmara Municipal, presidida por João Gomes de Lima ("Cidade de Itajubá", n.º de 28-10-1900). Parece que nada então se fez, pois na reunião de 20-07-1903 é que a Câmara aprovava definitivamente a reconstrução do Mercado, destinando para essas obras a verba de 25 contos de réis ("Gazeta de Itajubá" de 26-07-1903). A mesma "Gazeta de Itajubá", na edição de 20 de setembro do mesmo ano, informava que os trabalhos do novo Mercado Municipal estavam adiantados, "a cargo do distinto artista Sr. José Piffer". Em 24 de dezembro de 1903 era finalmente inaugurado o novo Mercado, reconstruído e ampliado. Entre os melhoramentos, salientavam-se as grades de ferro que o contornavam. A bênção do edifício reformado foi solenemente lançada pelo Padre Marçal Ribeiro. Presente estava a banda de música com os seus festivos dobrados. Dúzias de foguetes saudavam o novo Mercado. Falaram os seguintes oradores: Teodomiro Carneiro Santiago, então segundanista de Direito; Dr. Augusto Cabral, Dr. Cristiano Brasil, Dr. Luís Rennó, Frederico Teixeira de Magalhães Leite, José Manso Pereira Cabral, Cel. Francisco Brás Pereira Gomes, que o fazia em nome da Câmara Municipal de Brasópolis; Bernardo Antônio dos Santos e o Cel. João Carneiro Santiago Júnior, em nome da Câmara Municipal e do povo de Itajubá. A "Gazeta de Itajubá", de 27 daquele mesmo mês e ano, estampou uma reportagem sobre o acontecimento.

O médico Dr. Vicente Vilela Vianna, assumindo o cargo de Prefeito Municipal em 31 de janeiro de 1951, tomou logo a iniciativa de retirar o Mercado do centro da cidade, e de construir outro mais amplo e de

instalações mais higiênicas e modernas. Na reunião de 17-08-1953 a Câmara Municipal examinou a viabilidade de empregar, na construção desse novo Mercado, já então iniciado, a verba obtida com a venda dos lotes do antigo Estádio Municipal, área hoje inteiramente urbanizada, cortada pelas Ruas Alcides Faria, Francisco Pereira e Comendador Schumann.

A 14 de fevereiro de 1954, com festas, vários discursos e fogos, banda de música e regozijo popular, foi inaugurado o novo e atual Mercado Municipal, ladeado pelas Ruas Paulo Chiaradia e São Vicente de Paulo, deixando, então de funcionar o antigo Mercado da Praça Adolfo Olinto, o qual foi demolido para a construção do novo jardim daquele logradouro. Entre as muitas autoridades presentes à inauguração do atual Mercado, acontecimento este que mais assinalou a gestão do Prefeito Dr. Vicente Vilela Vianna, destacavam-se os deputados federais Lúcio Bittencourt e Alcides Mascarenhas Lage, e o Dr. João Goulart, que representava o Ministro do Trabalho. Na sessão de 17 do mesmo mês e ano a Câmara Municipal congratulava-se com o Prefeito Dr. Vilela por essa concretização para o progresso de Itajubá.

Em julho de 1956 foi inaugurado um improvisado mercado na Boa Vista, na Rua D. Maria Carneiro, em prédio adaptado pela Companhia Industrial Sul-Mineira. Logo desapareceu...

A Câmara Municipal, em 1968, tomava conhecimento de que o Mercado estava sendo deficitário. Nas reuniões de 20 e 27 de agosto, e de 8 de outubro daquele ano o problema foi devidamente examinado pelo Legislativo Municipal. Ventilou-se ser do desejo do Executivo a venda do Mercado, que pesava nos cofres municipais... O Vereador José Ribeiro desejou uma confirmação dessa decisão do Executivo. O Vereador Dr. Walter Cabral, conforme os dizeres constantes em Ata, "expõe o problema da doação do terreno para o Mercado pelo Sr. Próspero Sanches. Salienta a tradição mineira do Mercado. Cita a Lei n.º 855, Art. 23, que compete ao Município, por ser de seu real interesse, a construção e exploração de mercados públicos, policiando-os e não permitindo monopólio. Diz ser contrário a se desfazer de um bem público deficitário, que mais tarde pode vir a dar lucro, ou pelo menos ser auto-suficiente". Examina-se a idéia de se transformar o Mercado em "condomínio para benefício dos mercadores". O problema foi debatido pelos Vereadores José Ribeiro e Sebastião Carvalho. O Presidente nomeou "o Vereador Sebastião Oswaldo da Silva para acompanhar os trâmites da alienação do Mercado" — assim ficou registrado na Ata de 8 de outubro. O caso da alienação do Mercado foi examinado e discutido em outras reuniões do Legislativo. E na reunião de 21-10-1969 a Câmara deliberou encaminhar um requerimento ao Prefeito, "referendado por todos os vereadores", pedindo revogar a lei da venda do Mercado...

Em 6 de janeiro de 1944 o Prefeito Alcides Faria inaugurou as feiras livres, que bissemanalmente passaram a realizar-se na Avenida São Vicente de Paulo. Posteriormente, foram transferidas para a Avenida João Antônio Pereira (aos sábados) e Rua Joaquina Dias (aos domingos). A feira do Pacatito, criada em 15 de junho de 1948, não teve prosseguimento...

Na sessão de 9 de novembro de 1981, da Câmara Municipal, houve protestos contra a presença de feirantes de artigos de artesanato na Praça Teodomiro Santiago, pois que ali "existe tudo, menos artesanato". Um dos vereadores chegou a asseverar a existência de elementos infiltrados entre tais feirantes, que praticavam "comércios obscuros que poderão comprometer nossos jovens". Também na Praça Venceslau Brás já estiveram estabelecidas as feiras de artesanatos e o comércio dos *hippies*...

Quanto ao Matadouro, sabe-se que, nos velhos tempos, era o gado "retalhado para o consumo público" "geralmente nos fundos do pasto do Cap. Francisco Caetano da Silva, lugar inconveniente e incômodo, e sem nenhum asseio" (Livro de Propostas e Pareceres das Comissões). Preocupado com isso, o vereador Caetano Ferreira da Costa e Silva lembrou a necessidade da construção de um Matadouro (Ata de 17-10-1849). Contudo, nada então se fez. Em 05-04-1854 e, dez anos após, em 13-01-1864, o assunto voltou à discussão e estudos, sem nada ainda poder ser resolvido.

Em "O Itajubá" de 31-05-1874 assim se estampou esta reclamação: "Os moradores da Rua Marquês do Herval e do Largo dos Passos pedem-nos que chamemos o Sr. Fiscal à sua intervenção para que jamais consinta que o logradouro público sirva de matadouro, onde os despojos das reses são deixados contra a higiene e salubridade pública. Tal prática deve ser coibida como essencialmente nociva a todos. Contamos que o Fiscal nos atenderá".

Mais 19 anos são decorridos e o Matadouro Municipal de Itajubá ainda não existia. O gado para os açougues eram ainda sacrificados em um canto de pasto ou um trecho de rua... Na Ata de 01-02-1883 se lê que João Pinto de Noronha pedia à Câmara permissão para continuar a abater reses "nos fundos do pasto de Joaquim dos Santos, na margem do Sapucaí, dentro dos limites desta cidade, obrigando-se a trazer o local, onde as abate, asseado e limpo, e sob a inspeção constante do Fiscal". Mais ou menos em 1890 foi feita uma coberta "no pasto da cidade, atrás do pasto de Joaquim Dias do Couto". Era lá que, desde então, se abatia "oficialmente" o gado para o consumo da população.

A "Gazeta de Itajubá" de 24-09-1911 noticiava:

"MATADOURO — Dentro de poucos dias vai o Sr. Presidente da Câmara iniciar a construção do Matadouro Municipal, para o que já tem a respectiva planta e já adquiriu o terreno otimamente apropriado num dos mais afastados arrabaldes da cidade, à extremidade da Rua José Joaquim dos Santos, ribeirinho ao Sapucaí".

O Presidente da Câmara, *in illo tempore*, eram também o Agente Executivo, isto é, o Prefeito, conforme hoje se diz.

Realmente, em 2 de junho de 1913 Jorge de Oliveira Braga, Agente Executivo Municipal, concretizou a velha aspiração nos munícipes, inaugurando festivamente, com banda de música e foguetes, o Matadouro Municipal, que foi confiado à administração de Arlindo Vieira Goulart. O primeiro

magarefe foi Juvenal Pereira, auxiliado por Sebastião Brás Guedes. A Lei n.º 16, de 9 de janeiro daquele ano, já regulamentava o funcionamento do Matadouro, e a Lei n.º 38, de junho de 1917, autorizava a Câmara a assentar ali uma bomba e uma caixa d'água.

Com o progresso surpreendente de Itajubá, e o aumento da população e urbanização, o Matadouro, além de se tornar deficiente, ficou mal localizado, rodeado de residências, em área inteiramente povoada. O Vereador Dr. Sebastião Osório, na reunião de 11 de março de 1948, fez sentir na Câmara a necessidade de mudar-se o Matadouro Municipal para local mais afastado da cidade, e que se atendesse ao que de mais moderno existia para estabelecimento dessa finalidade.

O Prefeito José Maria da Silveira Campos, que assumiu o leme municipal em 1963, examinando essa necessidade, construiu o novo e atual Matadouro Municipal no bairro do Açude, amplo, moderno e higiênico.

No local do antigo Matadouro, no bairro urbano da Varginha, hoje se encontra o Colégio Estadual João XXIII.

* * *

37 — O COMÉRCIO NO INÍCIO DESTE SÉCULO

O comércio do Itajubá hodierno, com o elevado número de grandes e abastecidas lojas, armazéns, supermercados, bazares, bares, lanchonetes, mercearias, *bonbonnières* e casas especializadas, um dos mais ricos e supridos do sul de Minas, atesta soberbamente a prosperidade da urbe plantada pelo Padre Lourenço da Costa Moreira.

Nesta monografia ficam lembrados apenas alguns dos grandes realizadores do início deste século, anteriores a 1950. Os maiores comerciantes dessa época para cá vão mencionados no volume *Itajubá Contemporâneo*. Nas primeiras décadas desta centúria destacaram-se os seguintes:

Abel Pereira dos Santos, Adnem Sâmia, Adolfo Pereira, Afonso Henrique de Vasconcelos, Alberto José Werdine (fundador da *Casa Reny*, ainda existente, na Praça Teodomiro Santiago, ora continuada pelos filhos, especializada em brinquedos e material para esportes), Álvaro Mendonça Chaves e seu irmão Benedito Mendonça Chaves (proprietários da grande loja, hoje inexistente, de fazendas, chapéus, armarinhos, calçados, *lingeries*, malharias, perfumaria, roupas feitas, eletrodomésticos, brinquedos e outros muitos artigos, denominada *A Liberty*, na Praça Venceslau Brás, o maior e mais completo estabelecimento comercial das primeiras décadas deste século, a casa pioneira na venda de discos e vitrolas, nos velhos idos das 78 rotações. Mantinha ainda seção de livros e de material fotográfico), Antenor Vianna Braga, Antônio Alvino Garcia Tavares (teve tradicional armazém nas proximidades do 4.º Batalhão de Engenharia), Antônio e Joaquim Ferreira

Lopes (proprietários da maior loja de ferragens de antanho), Antônio Picorelli (com o *Bazar Picorelli*, de relógios, bijuterias e jóias), Antônio Simão Mauad (fundador da firma Mauad & Cia. Ltda., em 1928, hoje proprietária do grande Supermercado Mauad, o pioneiro do sistema pegue-e-pague em Itajubá, continuado por seu filho Dr. Edson Mauad; o notável empreendedor Antônio Simão Mauad fora ainda o fundador da grande *Sociedade de Materiais Ltda.*, uma das maiores lojas de ferragens e materiais de construção já existentes em Itajubá), Antônio Vilas-Boas (fundador do armazém *Bom Gosto*, estabelecimento da Rua Dr. Américo de Oliveira, também tradicional e ainda existente, continuada por Joaquim Vilas-Boas, irmão do fundador), Aramis Ferreira de Almeida e seu irmão Geraldo de Almeida, Benedito Caldas, Brás & Brás (tradicional firma comercial), Brás & Cia. *(idem)*, Carmine Fittipaldi, Dario Moreira Gama (fundou em 1933 a *Casa das Linhas*, passada ano depois a Gabriel Chucre Filho), Domingos Del-Ducca, Eugênio Consoli, Filipe Jacob (talvez o primeiro levantino a estabelecer-se em Itajubá), Fortunato Sciamarelli, Fortunato Peixoto (continuador da grande loja *A Primavera*, que existiu na Praça Adolfo Olinto), Francisco de Assis Pantoja (Vice-Cônsul de Portugal e negociante), Francisco Campanella, Francisco Chagas Salomon (proprietário de uma famosa casa de calçados, denominada *Casa Rimon*, onde também vendia sapatos e botinas de sua própria fabricação), Francisco Lamoglia, Francisco Storino, Fructuoso Ramos de Lima (já mencionado no capítulo 35), Gabriel Rodrigues da Silva (o mais tradicional negociante de secos e molhados do alto dos Canudos, na Rua da Floresta, da metade deste século), Getúlio Silva, Henrique Beckmann, Horácio de Almeida (proprietário da *Loja do Povo*), Humberto Werdine (fundador da *Caça Esperança;* conhecido, na intimidade, por Filhinho Werdine), Jair Alvino Tavares (continuador da mercearia de seu pai), João da Cruz Fonseca (proprietário da *Casa Fonseca*), João Pinto de Sousa (proprietário da *Casa York*, de secos e molhados, e da *Casa Lucy*, especializada em papelaria e livraria), João da Silva Castro (no início do século, anunciava ser o maior revendedor de bebidas finas, sempre com grande sortimento de vinhos *Bordeaux, Clarette, Viúva Gomes, Moscatel, Chartreuse, Pippermint, Kümmel, Curaçao, Anizete e Cacau*, "a preços cômodos"), Joaquim Rodrigues Pinto, Joaquim dos Santos Nora, Joaquim Silva (proprietário da loja *Mercadinho*, na Praça Adolfo Olinto), Jorge J. Brada (com a *Casa das Noivas*), José Adami, José Bonafé, José Carlos da Silva Braga (já citado no capítulo 35), José Dias Coelho (continuador da centenária *Casa Dias*, já mencionada no capítulo 35), José Lino Caetano, José Minervino Sales, José Picorelli, João Rennó Pereira,, José Teotônio Pereira dos Santos Lerner & Goldbach (uma das firmas pioneiras do comércio de móveis), Luís Vianna Júnior, Manuel Correia, Manuel Joaquim Santana, Mário Xavier, Maurício Kaisermann, Mattos & Afflalo (Joaquim J. Mattos e José Maria Dalle Afflalo), Menotti Chiaradia, Miled Werdine, Nagib Mohallem Filho (com sua *Casa Rádio Rei)*, Nicanor Pereira, Otávio Fonseca, Otávio Pereira dos Santos Braga, Pedro Piazzarolli, Próspero Sanches, Rachid Mohallem, Reinaldo Bianchi, Rafael Bianchi, Sales Adnem, Sebastião Costa, Sebastião Egídio Rennó, Silvério Chiaradia, Silvério Sanches, Vianna Braga & Lima (a firma fundadora de *A Primavera*), Vianna,

Maia & Lima (Antenor Vianna Braga, Joaquim Gonçalves Maia e Luís Ramos de Lima. O primeiro destes, Antenor Vianna Braga, foi também proprietário de *A Favorita*, nas décadas de 1910 e 1920, sob a razão de Antenor Braga & Cia.), Vicente Lamoglia e Vicente Primo Feliciano.

Bares do velho Itajubá existiram às dezenas. Seria longa a citação de todos. Ficaram, contudo, assinalados na história de Itajubá, já num passado bem distante, o do João Paredão, o de Álvaro Santos, o de Armando Martinez, o de D. Maria Miranda e Silva (início deste século), o do Cap. José Francisco dos Santos Bretanha, o *Café* de José Mendes Leite, o de Antônio Cantelmo, o de Jerônimo de Lemos, o de João Arantes Cardoso, o de Benedito Balzi (bar e pastelaria), o bar e *bonbonnière* de Hermenegildo Pereira de Botelho e, destacadamente, o de Martiniano Vianna Júnior, de todos conhecido por Nenê Vianna.

O comércio de carnes no início do presente século começou com os açougues de Francisco Rodrigues Monteiro, José Maria da Silva e Oliveira, Manuel Francisco Villar, Manuel Baptista de Carvalho e José Cândido Rennó.

As padarias do passado foram as de Joaquim Rodrigues Pinto *(Padaria Pinto)*, a de Francisco de Sousa Vianna *(Padaria dos Operários*, inaugurada em 1.º de julho de 1903), a de Atílio Santello, a de Walter Engfer (*Padaria Alemã*), a de Jayme Martins Riera, a de Álvaro Mandolesi e a de Celso Pinto.

No século passado, a moagem de café era feita em pilão, por braço escravo. Vieram depois os moinhos caseiros, acionados a mão. A torrefação e a moagem industrializada do café em Itajubá têm como pioneiros, na década de 1910, Antônio Cantelmo e a Viúva Pacheco Pontes.

O memorável dos restaurantes do passado, neste século, foi a *Maison Itajubense*, de Manuel Antônio Dias, inaugurado em 8 de fevereiro de 1902. Depois, já nas décadas de 1910 e 1920, o de D. Luzia Pires.

No comércio de confecções (com os rogos de indulgências pelo popularizado galicismo...), avulta o número de alfaiatarias. São do início do século a de Higino Miranda, a de Augusto Salomon, a de Carmine Fittipaldi *(Alfaiataria Itália-Brasil)*, a de Benedito Abreu *(Alfaiataria* Abreu, "na ladeira do Teatro"), a de Francisco Ricca (*Alfaiataria Ricca*), a de Luís Monteiro Chaves, a de Vicente Sciamarelli, a de Euclides Miranda, a de José Honório Pereira, a de João Mendes Leite, chegando algumas até às décadas de 1920 e 1930, e ainda a do tradicional Quim (Joaquim) Miranda, a de Carlos de Sousa (*Alfaiataria Sousa*, especialista em fardas do Exército e uniformes) e a de José Saturnino Nogueira.

A mais antiga modista de que se tem conhecimento no passado itajubense é D. Maria Isabel Pinto, que, em "O Itajubá" de 08-03-1874, anunciava aprontar "com esmero e perfeição vestidos para casamentos, bailes e passeios, tudo por preço módico". Surgiu depois, ainda no século passado. D. Helena de Sousa Rocha, hábil costureira, "com mostruário de

figurinos das últimas modas". Já neste século, nas primeiras décadas, nomeiam-se D. Maria Gomes da Rocha, D. Edwiges Braga, D. Olga Schumann, D. Elisa Olivas, D. Minervina de Sousa, D. Maria I. Pereira dos Santos, D. Orlanda Santello, D. Ana de Brito Miranda, D. Beralda Strutz, D. Amélia Pinto, D. Ambrosina Nascimento, D. Etelvina Félix, D. Arminda Pimentel da Silva, D. Francisca Magalhães, D. Inácia de Almeida, D. Gertrudes Vieira, D. Amélia Mendonça Braga e D. Ana Dias de Carvalho. E ainda Amábile Carline, modista da Rua Miguel Braga, que, pela "Gazeta de Itajubá" de 09-04-1911, punha este anúncio: — "Recém-chegada de São Paulo, encarrega-se de lecionar bordados a mão e a máquina *Singer*".

Os salões de barbeiros do início deste século foram os de Sebastião Barbosa *(Salão Popular)*, de João José Narciso, de Fortunato Sciamarelli, de Francisco Gama, de Basílio Martins, de João Gonçalves da Silva, de João Schiavoni, de Manuel Ribeiro da Costa, de José Piazzaroli, de Lupercílio Cantuária e o de Vicente Gesualdi. Este último, que chegou até a década de 1940, foi o que instalou o maior salão de todos os tempos, chegando a possuir 6 cadeiras. E ainda o salão de José Chaves Salomon, falecido em avançada idade, e que foi o mais famoso cabeleireiro de senhoras, de Itajubá.

Foram negociantes de artefatos produzidos em suas próprias oficinas, tais como vasilhames, lampiões, lamparinas, alambiques, grades metálicas artísticas, regadores, peças de bronze, espetos, foices, tachos de cobre, ferraduras, etc., os seguintes ferreiros, funileiros e serralheiros estabelecidos com lojas no início deste século: Salvalor Masselli, Francisco Masselli & Filho, Pedro Rodrigues Monteiro, Francisco Lamoglia, José Claro Ferreira, Nicolau Masselli e Manuel Rodrigues Pinto. Nas décadas de 1910 e 1920, também tiveram oficinas de serralheria e ferraria os profissionais Vicente Lamoglia, Sabbato Del-Ducca, Alexandre Consentino, Francisco Immediato, Domingos Lamoglia, Antônio Laurelli e Salvador Rocco. O primeiro fundidor de que se tem notícia foi Ângelo Boer, na sua oficina denominada *Veneziana Mecânica*, no Largo dos Andradas (atual Praça Getúlio Vargas). Além de fundidor, Boer era hábil ferreiro e serralheiro. Fundia estatuetas e objetos para decoração. Teve também uma loja desses produtos e oficina na Rua da Varginha (atual Rua Joaquim Francisco), sob a razão de Ângelo Boer & Pinto, sociedade com Manuel Rodrigues Pinto. O portão da Santa Casa e várias grades que ainda existem em algumas casas residenciais e no cemitério foram obra de Ângelo Boer, que também se tornou mestre de seu ofício no Instituto Dom Bosco, educandário ora inexistente. *A Fundição Dastre*, iniciada pelo profissional italiano Antônio Deliame Dastre há alguns decênios, ainda é o estabelecimento mais acreditado nesse desempenho industrial, que atende a todo o sul de Minas. Foram negociantes de ferraduras, por eles próprios fabricadas e aplicadas nos seus galpões, os ferradores Antônio Ribeiro, José Maria Rodrigues e Samuel de Almeida Júnior, nas décadas de 1910 e 1920. Negociavam máquinas de costura usadas, por

eles recuperadas, e tinham oficinas de consertos os mecânicos Ernesto Timbau (década de 1910) e Miguel Sarmento, este último desde o século passado, em 1884. E vendia guarda-chuva consertados, e fazia consertos, na década de 1910, o lojista Alexandre Nilo.

Pipas, barris, tonéis de todos os tamanhos, dornas e corotes eram vendidos na tanoaria de Francisco Storino, no início do século, o mais famoso tanoeiro do sul de Minas de então. Marceneiros da mesma época foram Guilherme Pacheco Pontes, Justino Paulistano de Olivas, João Capistrano Paulista, José Marcolino da Silva Pinto e Augusto de Oliveira e Sousa. Vieram em seguida Benedito Félix, Luís Schmidt, Manuel Esteves Gonçalves, Eugênio Pinto Paulista, Fernando Pinto Paulista, Flamíneo Miranda, Francisco de Oliveira Salomon, Geraldo Storino e Benedito Miranda (Menino Miranda). O mais notável marceneiro de Itajubá, ofício transmitido aos filhos, foi José de Sousa Resende, ficando famosos os móveis por ele fabricados, pela perfeição de acabamento e habilidade artística.

Foram pioneiros no comércio de bicicletas, na década de 1910, Carmine Fittipaldi Filho e Joaquim Luís da Silva. Mais tarde, também Antônio Picorelli, já na década de 1920. Todos esses também alugavam bicicletas, e tinham oficina de consertos.

O pioneiro em trabalhos de encadernação foi assim anunciado na "Gazeta de Itajubá", de 24 de janeiro de 1904: "ENCADERNAÇÃO — Sabemos que o respeitável Sr. Major Ayres Dalle Afflalo se instalará brevemente com a sua oficina de encadernação, à Praça Dr. Olinto, nesta cidade". Segundo o mesmo jornal, na edição de 29-01-1911, ainda então existia essa oficina de encadernação. Nas décadas de 1940 a 1970, o encadernador de Itajubá foi Juvenal Ferreira de Araújo.

As principais tipografias deste século foram a de Francisco Araújo, das décadas de 1900 a 1920, que também integrou a firma Araújo & Dalle, tendo como sócio Luís Dalle Afflalo, proprietários que foram das oficinas da "Gazeta de Itajubá"; a de João Pinto de Sousa, de 1920 a 1970, continuada pelos filhos; a de Francisco Toledo, da década de 1930, e a de "O Sul de Minas", fundada em 1947 por João Aldano da Silva, ora de propriedade do Colégio de Itajubá.

A firma Narciso José & Lima foi das mais antigas no comércio de relógios, tanto de parede, com pêndulo, "modelo *Contoise*", ou de mesa, como de bolso. Na década de 1910 anunciavam-se os famosos *Patek Philippe*. Antes dessa época já havia excelentes relojeiros em Itajubá, tais como Joaquim Luís da Silva, primeiramente estabelecido na Rua dos Remédios, tendo-se mudado, em 1904, para a Praça Cesário Alvim; e Antônio Lemes da Silva, da Rua das Flores (atual Cesário Alvim). Estabeleceram-se depois Antônio Picorelli, na Praça Cesário Alvim (Teodomiro Santiago); Flausino Coelho Duarte, Thomaz Wood Filho, Benedito Rebelo e Dirceu Rocha Faria, quase todos também militando no comércio e no fabrico de jóias e alianças. E ourives também foram Joaquim Gomes de Lima, na década de 1910, e Roque B. da Costa, da década de 1900.

As mais antigas sapatarias de Itajubá, neste século, foram as de Rafael Masseli, de Vicente Fanello, de João Ribeiro dos Santos, todos estes da década de 1900. Também do início do século a de Francisco Nisticó *(A Bota Mineira)*, e de Francisco Sciamarelli. Nas décadas de 1910 e 1920 existiram também as de Antônio Pivato, de Generoso Rubini e a de Honório Gonçalves de Oliveira e, mais tarde, a de Victor Marzullo e a de Egídio Bonaldi.

Comerciavam com artigos de couro, malas e selins de fabricação própria, no início deste século, os seleiros Adonirão de Oliveira e Henrique de Faria. Mais tarde, Joaquim Silva, proprietário da loja *O Mercadinho.*

O tintureiro do primeiro quartel deste século foi Cornélio Catelli.

Foram notáveis construtores e mestres de obras arquitetônicas, no início deste século, José Piffer Ventura, Manuel Machado de Carvalho, Thomaz James Wood, Galdino Luís da Silva, José Leal Júnior, Jeremias Rennó, Saturnino Nogueira, Urbano de Matos, João Domingues Carvalho, Pedro Gonçalves Pereira e os famosos e competentes italianos Moisés Luigi e José Luigi, dos quais ainda existem muitas construções em Itajubá, tais como o antigo Fórum (hoje Prefeitura Municipal), a Santa Casa de Misericórdia, a residência do ex-Presidente Venceslau Brás, o palacete de D. Amélia Braga (ora demolido), o palacete de Isaltino Ribeiro (na Praça Adolfo Olinto, onde esteve instalada a Prefeitura Municipal, a cadeia (ora demolida), a torre da Matriz (anterior à que atualmente existe) e a residência do Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo. Na "Gazeta de Itajubá" de 15-05-1904 faziam este anúncio: "ARTISTAS — José Luigi e seu filho Moisés Luigi, peritos, pedreiros e estucadores, especialistas em construções de igrejas, torres e altares de estuque, trabalho sólido e garantido, quer em obras de tijolos ou granitos. Edificam prédios de qualquer estilo, bem como túmulos, jazigos, etc., etc."

A empresa funerária, a mais antiga de que se notícia, foi a de João Francisco Mattos, do início do século, que mantinha a venda de "mortalhas, diademas, palmas, galões, espiguilhas, alças, gregas, rendas, franjas de canutilhos e desfiadas, chuva de prata e coroas", e se encarregava de registrar o óbito na Igreja, de providenciar a guia de sepultamento, a assistência religiosa e a banda de música...

A toda essa movimentação comercial e profissional da cidade, prestaram relevantes serviços os escritórios de contabilidade e de escrituração, e de toda a documentação legal que regulavam tais atividades. O mais antigos desses escritórios, neste século, foi o de Manuel Domingues Pereira, estabelecido na Praça Cesário Alvim (ora Teodomiro Santiago) desde o século anterior. Pela "Gazeta de Itajubá", em 1903, anunciava aceitar "encargos de escrituração mercantil", e se oferecia para ensinar o ofício a quem quisesse aprendê-lo. Em 1900 também estava estabelecido José Francisco dos Santos Bretanha com o seu escritório de contabilidade na Rua Duque de Caxias (atual Cel. Francisco Brás) e, pelo jornal "O Itajubá" comunicava estar capacitado para cuidar de liqüidações e cobranças. Os guarda-livros

do primeiro quartel deste século foram Estêvão Macedo, Antônio de Sousa Maia, Fernando Máximo, João Pires de Oliveira Feichas, Luís Ferreira Vianna e Vicente Prudêncio da Silva.

O repouso dominical e o horário para o fechamento das casas comerciais foram assuntos discutidos e examinados longamente pela Municipalidade desde 1852. Seria fastidioso aqui relembrar todas as decisões da Câmara do século passado com respeito a essa regulamentação. O jornal "A Verdade", de 31 de dezembro de 1892, registra o grande regozijo popular, manifestado com banda de música, foguetes e discursos, tudo isso porque a Câmara Municipal mandava fechar o comércio, nos domingos e dias santos de guarda, às quatro horas da tarde. No início do século já se examinava a conveniência de não se abrir o comércio nesses dias, para repouso dominical completo.

Com a presença do Presidente do Estado, o Dr. João Pinheiro da Silva, que se achava em Itajubá presidindo o Congresso das Municipalidades do 5.º Distrito, na sessão de 27 de abril de 1907 o assunto foi examinado, mas nada resolvido, pois, quanto ao fechamento do comércio aos domingos, a comissão composta de Américo Correia Marzagão, Joaquim Inácio Ribeiro e Nicolino Rossi, julgou ser "problema" "mais do domínio religioso do que da legislação"... A Lei municipal n.º 29, de 15 de abril de 1917, determinava o fechamento das casas comerciais, nos domingos, dias santificados e feriados, às 16 horas. A Lei n.º 32, da mesma data, determinava o encerramento do comércio, nos dias úteis, às 20 horas. Em 12 de maio de 1933 o Prefeito Dr. José Rodrigues Seabra, com o Decreto n.º 16, determinou a abertura das casas comerciais às 7 horas e o fechamento, no dias úteis, às 18 horas, e nos domingos, dias santos e feriados às 13 horas.

Em 1929 e em 1934 recebeu a Câmara Municipal abaixo-assinados de diversos negociantes de Itajubá, que se dividiam em dois grupos, o que pedia a conservação do comércio nos dias santificados, inclusive nos domingos, e o outro que solicitava o fechamento completo das casas comerciais nesses dias. Venceu o segundo grupo.

Uma das mais assinaladas realizações de Itajubá foi a fundação da Associação Comercial. A convite do Major João Antônio Pereira, em reunião realizada a 12 de abril de 1925 no escritório da Cia. Industrial Sul-Mineira, ficou estabelecida a sua efetivação. Presentes a essa reunião histórica estavam, além do Major João Antônio Pereira, os comerciantes Francisco Brás Neto, Silvério Sanches, Martiniano Vianna Júnior, Bráulio Carneiro Santiago, José Eduardo Gonçalves, Joaquim dos Santos Gonçalves, Álvaro Mendonça Chaves, Fortunato José Carlos Peixoto, Antônio Ferreira Lopes, Joaquim Ferreira Lopes, Oscar Noronha, João Pires de Oliveira Feichas, Benedito Mendonça Chaves, Fortunato Peixoto Filho, José Dias Coelho, Josino Dias, Dr. Miguel Vianna, Mário Brás Pereira Gomes, Dr. José de Oliveira Marques, José Teotônio Pereira dos Santos, Miguel Carneiro Santiago e Olavo Bilac de Magalhães. A fundação se deu em 25 do mesmo mês e ano. A primeira Diretoria ficou assim aclamada:

Presidente: Major João Antônio Pereira; Vice-Presidente: Fortunato José Carlos Peixoto; 1.º Secretário: Francisco Brás Neto; 2.º Secretário: João Pires de Oliveira Feichas; Tesoureiro: Silvério Sanches; Procurador: Joaquim Ferreira Lopes; Conselheiros Fiscais: José Dias Coelho, Álvaro Mendonça Chaves e José Minervino Sales; Suplentes: Mário Brás Pereira Gomes, Thiago Carneiro Santiago e Eulálio Pinto; Membros da Comissão de Sindicância: Benedito Pereira, Dr. Sebastião Rennó e Dr. Miguel Vianna.

Com a Lei n.º 155, de 15-10-1929, a Câmara Municipal reconhecia a utilidade pública da Associação Comercial de Itajubá.

A 8 de dezembro de 1930 foi solenemente inaugurada a nova sede da instituição, na Avenida Cel. Carneiro Júnior, cuja planta fora traçada por Eduardo Piquet.

Em 16 de setembro de 1934 foi fundada em Itajubá o Sindicato Patronal dos Negociantes. Sua primeira Diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Fortunato José Carlos Peixoto; Secretário: Joaquim Ferreira Lopes; Tesoureiro: Álvaro Mendonça Chaves; Conselheiros: José Dias Coelho, Sebastião Egídio Rennó e Pedro Barbosa. A sessão inaugural foi secretariada pelo Dr. Sebastião Osório.

Atualmente também existe o Clube dos Diretores Lojistas de Itajubá, com reuniões em todas as últimas quarta-feiras do mês, na Avenida Cel. Carneiro Júnior.

O Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, sempre atento para os problemas e progresso de Itajubá, apresentou à Assembléia Legislativa, em 13 de setembro de 1956, o Requerimento de n.º 550, em que propunha, "ouvida a Casa", fossem enviadas ao Diretor Geral do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social), no Rio de Janeiro, mensagens no sentido de serem instalados em Itajubá uma Agência e um Armazém do referido SAPS, assim justificando: "Itajubá, grande centro industrial do sul de Minas, necessita dos órgãos solicitados na indicação supra, para atender aos milhares de segurados das várias autarquias da Previdência Social, ali residentes".

Em atenção, o Diretor Geral Gabriel Vivacqua, em 14 de dezembro de 1956, determinava a criação da Agência e do Armazém Distribuidor do SAPS em Itajubá, tal como pleiteava o Deputado Cintra.

* * *

38 — A GUARDA NACIONAL

A Guarda Nacional teve sua origem na Revolução Francesa, por iniciativa dos patriotas instigados por Camille Desmoulins, que se opunham à arregimentação militar forçada pela realeza, quando esta se sentia minada em sua estrutura absolutista. Foi criada por Jean Sylvain Bailly, em 14 de julho de 1789, em Paris. Outros países imitaram a célebre Instituição.

No Brasil, a iniciativa partiu de Diogo Antônio Feijó, então Ministro da Justiça, durante a Regência Trina. Foi quando se extinguiram os corpos de milícias, ordenanças e guardas municipais. Foi criada a Guarda Nacional, no Brasil, em 18 de agosto de 1831. Os antipatizantes dessa instituição apelidaram-na zombeteiramente de *Briosa*...

Os oficiais da Guarda Nacional do município de Itajubá integravam primeiramente o 39.º Batalhão. Posteriormente, o 66.º Batalhão e o 13.º Esquadrão de Cavalaria. E ainda o 46.º Batalhão de Reserva. Homens dos mais dignos e respeitados de Itajubá incluiram-se na memorável Guarda Nacional, e souberam honrar a farda que vestiram, desempenhando elevados cargos e realizando inúmeros feitos, com inatacável probidade, para a grandeza do torrão itajubense.

As reuniões, determinadas pelo Comandante, eram feitas periodicamente no Paço Municipal.

O Comandante do 39.º Batalhão foi o Tenente-Coronel Manuel José Pereira Júnior. Do 66.º foi o Tenente-Coronel João José Pereira. O 13.º Esquadrão de Cavalaria teve como Comandante o Major Antônio dos Santos Silva Júnior. O 46.º Batalhão esteve sob o comando, interinamente, do Tenente Manuel Baptista de Carvalho.

O Capitão Antônio José Rennó, da 3.ª Companhia do 39.º Batalhão, em 1891 foi promovido a Coronel e elevado a Comandante Superior da Guarda Nacional de Itajubá, conforme a notícia publicada em "A Verdade" de 19-09-1891, posto antes desempenhado pelo Coronel Joaquim Francisco Pereira Júnior.

Em 1888 o jornal "União", de Ouro Preto, publicava a seguinte relação de oficiais na Guarda Nacional de Itajubá até então registrados oficialmente:

2.ª Companhia do Esquadrão de Cavalaria: Alferes Antônio da Silva Passos.

66.º Batalhão da Ativa: Estado-Maior: Tenente-Ajudante e Secretário. José Martins Tosta do Amaral; Tenente-Quartel-Mestre: Cândido Pereira dos Santos; Tenente Cirurgião: Henrique Brás Pereira Gomes. Da 1.ª Companhia: Capitão João José Rennó, Tenente Victor Modesto R. de Carvalho e Alferes João Gonçalves da Costa. Da 2.ª Companhia: Capitão Francisco Joaquim de Santana, Tenente José Ribeiro de Sousa Pinto e Alferes José Luís da Silva Júnior. Da 3.ª Companhia: Capitão João Antônio Dias Pereira, Tenente José Ambrosino P. da Motta e Alferes Luís Carlos Rennó. Da 4.ª Companhia: Tenente Antônio José Rennó Júnior e Alferes Francisco Inácio de Oliveira Da 5.ª Companhia: Tenente Fructuoso F. Rodrigues Júnior e Alferes Joaquim José de Lima. Da 6.ª Companhia: Tenente Vicente Pereira da Rosa e Alferes Cândido João Rennó Sobrinho. Da 7.ª Companhia: Capitão José Maria Pereira de Carvalho e Alferes Antônio José Carneiro. Da 8.ª Companhia: Tenente Antônio Alves de Faria e Alferes Saturnino Soares da Costa

46.º Batalhão Reserva: Estado-Maior: Tenente Ajudante Secretário Manuel Baptista de Carvalho, Tenente-Quartel-Mestre José Gaspar Pereira Leite e Tenente Cirurgião José Bento R. Gama. Da 1.ª Companhia: Capitão João Caetano da Silva Vieira. Da 2.ª Companhia: Tenente Antônio Luís Alves de Noronha e Alferes José Luís Pedroso de Siqueira. Da 3.ª Companhia: Capitão José Martins Tosta e Alferes Manuel Martins Tosta do Amaral. Da 4.ª Companhia: Tenente José Filipe de Oliveira. Da 5.ª Companhia: Tenente Vicente Victorino de Lima e Alferes Manuel José de Toledo. Da 6.ª Companhia: Tenente Manuel Marcondes Faustino e Alferes José Romualdo da Costa Manso.

Os postos ocupados na Guarda Nacional eram incompatíveis com certos cargos, conforme se deduz deste registro estampado em "O Itajubá" de 11-11-1888:

"VAGAS — Por terem aceitado postos na Guarda Nacional, perderam os seus lugares de 2.º e 3.º Suplentes no Juízo municipal deste Termo, os cidadãos Cap. José Maria de Carvalho e Cap. João Ribeiro de Paiva e Luz".

Os jornais do século passado publicavam editais, avisos, etc. expedidos pelo comando da Guarda Nacional, como estes:

"GUARDA NACIONAL — Quartel do Comando Superior da Guarda Nacional da Comarca de Itajubá, Província de Minas Gerais, &.

"Ordem do Dia n.º 18 — O Coronel Comandante Superior da G.N. da Comarca de Itajubá, abaixo assinado, faz saber a todos os Oficiais deste Superior Comando e aos Comandantes dos Batalhões do serviço ativo e da Reserva e Esquadrão de Cavalaria desta Comarca, que, em execução do Aviso do Ministério da Justiça de 30 de dezembro p. findo e da Circular do Exmo. Presidente da Província de 12 do corrente mês, fica marcado o prazo de 6 meses, a contar da data do sobredito Aviso, para que todos os Oficiais se apresentem em seus quartéis fardados e prontos para o serviço, nos termos do Art. 20 do Decreto n.º 1.354 de 6 de abril de 1854, sob pena de serem privados dos respectivos postos, na forma do Art. 65 da Lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850, pena esta que também deverá ser aplicada àqueles que, nomeados de ora em diante, não cumprirem aquele preceito legal.

"Outrossim, ordena que, findo o mencionado prazo, deverão os Srs. Comandantes informar a este Comando Superior minuciosamente do resultado de suas ordens e diligências, enviando uma relação dos Oficiais que deixaram de as cumprir com declaração dos postos que ocuparem e companhias a que pertencerem, a fim de ser enviada à Exma. Presidência.

"Os fardamentos são os de que trata o Art. 22 do Decreto de 21 de março de 1874.

"Dada e passada nesta cidade de Itajubá, aos 29 de janeiro de 1887. — Eu Frederico Schumann, Major Ajudante de Ordens e Secretário

Geral que a escrevi — Joaquim Francisco Pereira Júnior, Coronel Comandante Superior".

Assim foi divulgado por "A Verdade" de 10-02-1887 e de 17 e 24 do mesmo mês. Esta outra Ordem do Dia é extraída do mesmo jornal, da edição de 10-03-1887 e números seguintes:

"O Major Comandante do 13.º Esquadrão de Cavalaria da G.N., de ordem do Cel. Comandante Superior, faz saber aos Oficiais do seu Estado-Maior, bem como aos Capitães, Tenentes e Alferes das respectivas Companhias que, em execução do aviso do Ministério da Justiça de 30 de dezembro pp. e da Circular do Exmo. Presidente da Província, datada de 12 de janeiro do corrente ano, fica marcado o prazo de 6 meses, a contar do sobredito aviso, para os mesmos Oficiais se fardarem e se mostrarem prontos para o serviço, nos termos do Art. 20 do Decreto de 6 de abril de 1854, sob pena de serem privados dos postos respectivos, segundo prescreve o Art. 65 da Lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850, pena esta que também será aplicada àqueles que, nomeados de ora em diante, não cumprirem o preceito legal. Os fardamentos são os de que trata o Art. 22 do Decreto de 21 de março de 1874. — Cidade de Itajubá, 5 de março de 1887. — Antônio dos Santos Silva Júnior, Major Comandante do 13.º Esquadrão de Cavalaria".

Também foram Oficiais do Comando Superior o Major Frederico Schumann e o Capitão José Francisco dos Santos Bretanha. O Tenente José Gaspar Pereira Leite, segundo noticiava "A Verdade" de 5 de dezembro de 1891, foi, naquele ano, promovido a Capitão.

Outros itajubenses ingressaram posteriormente na Guarda Nacional, alguns já neste século, devendo-se observar que surgiram uns tantos com títulos de oficiais, ostentados indevidamente, pois não eram reconhecidos pela *Briosa*... E também ingressaram alguns cidadãos na comunidade itajubense vindos de outros lugares já com os títulos de oficiais, com patentes legitimamente concedidas pelo Governo e ligados aos batalhões de suas cidades de origem. E não foram poucos os *Coronéis*, assim denominados pelo povo como título respeitoso ou bajulatório, que figuram na História só porque eram o potentado, o homem rico e influente, o fazendeiro, o industrial...

A instituição se apagou no Governo de Hermes da Fonseca.

Fundada a Fábrica de Armas do Exército, em 1934, nela ingressou o humilde obreiro Quirino Ribeiro da Luz, conhecido por Capitão Quirino, e que tinha realmente a patente da Guarda Nacional. Foi merecedor, por isso, de honras militares, que lhe eram prestadas por determinação da direção da Fábrica. O Capitão Quirino foi sepultado em 28 de abril de 1942, com 81 anos. Era filho de José da Costa Ribeiro e de Isabel Marques das Dores. Sua esposa chamava-se Claudina Ribeiro da Luz.

* * *

39 — A MAÇONARIA

Em 04 de outubro de 1874, sob os auspícios do Grande Oriente do Brasil, foi fundada em Itajubá a Loja Maçônica Deus e Humanidade, também reconhecida pelo Grande Oriente Estadual Tiradentes de Minas Gerais.

A Loja de Itajubá observa o rito escocês antigo, criado em Paris, em 1761, e proclamado em 09 de março de 1773 pelo Grande Oriente da França, quando Grão-Mestre Filipe de Orleans, Duque de Chartres.

A primeira Diretoria da Loja Maçônica de Itajubá foi assim constituída: Presidente: Dr. Domiciano da Costa Moreira; Vice-Presidente: Dr. Aureliano Moreira Magalhães; Secretário: Frederico Fernandes Schumann; Tesoureiro: Joaquim Barbosa de Matos; demais membros: Dr. José Manuel Pereira Cabral, Joaquim Francisco Pereira Júnior, Alexandre Mendes de Brito, Antônio Simplício Pereira Dias, João José Pereira e João Guilherme Ferreira da Costa.

Logo após a posse dessa primeira Diretoria, foi, pelo Presidente, proposta a designação de "Deus e Humanidade" para a Loja então fundada, o que foi aprovado.

Representava a Loja Maçônica de Itajubá, nos seus primórdios, junto ao Grande Oriente do Brasil, o maçom Rodrigo de Lemos Pinheiro.

A primeira Loja de Itajubá funcionou num antigo prédio da Rua Cel. Rennó, no Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago), numa esquina.

O segundo Presidente da Loja "Deus e Humanidade" foi o pedreiro-livre Frederico Fernandes Schumann, que, reeleito, presidiu essa instituição até 1903, quando, então, foi eleito o maçom Dr. Luís Rennó. O 4.º Presidente foi o maçom José Lino de Faria.

"O Itajubá", jornal fundado e dirigido pelo Venerável da Loja, Dr. Aureliano Moreira Magalhães, grande entusiasta dessa instituição, na edição de 17 de dezembro de 1882 dessa sua folha, trazia o necrológio de D. Cândida Silveira Schumann, mãe de Frederico Schumann, no qual mencionava os componentes de uma comissão de maçons que acompanhou o préstito fúnebre como representante da Loja, entre os quais estava o primeiro Juiz de Direito da Comarca de Itajubá, Dr. Adolfo Augusto Olinto.

Assim noticiava o jornal "O Itajubá" de 14-09-1873:

"GRANDE ORIENTE UNIDO DO BRASIL — Esta Corporação maçônica foi reconhecida pelo Supremo Conselho da Escócia como única legítima e regular no Império do Brasil".

Nas colunas dos jornais da época se encontram os nomes de alguns outros pioneiros da Maçonaria em Itajubá, integrantes da sociedade itajubense do século passado, entre os quais estão Olímpio Augusto de Magalhães (que serviu como Secretário), Luís Ramos de Lima, José Dias Coelho (serviu como Tesoureiro), João da Silva Castro, José Verano da Silva e Balduíno Vieira Salgado.

A Loja Maçônica de Itajubá possui sua sede própria, construída na Rua Alcides Faria. Foi inaugurada em 21 de abril de 1962.

Na reunião de 15 de fevereiro de 1979 da Câmara Municipal, era colocada em primeira discussão o Projeto de Lei n.º 1.535, apresentado pelo Vereador Sebastião Imar Martins Riera, que reconhecia a Loja Maçônica de Itajubá como instituição de utilidade pública. Na ocasião, foi enaltecida a iniciativa do Vereador Riera pelo Vereador Ari Montalvão, que lhe agradecia em nome da Maçonaria itajubense, salientando os trabalhos da Loja na cidade do decorrer de mais um século de sua instalação. Também se mostraram favoráveis à aprovação do projeto em pauta, com elogios à obra assistencial da Maçonaria, os Vereadores Lourenço Silveira Campos e Sílvio José da Silva. Na sessão seguinte teve também a aprovação do Vereador João Mauro de Moraes. Nessa reunião de 16 de fevereiro de 1979, que contou com a presença de José Monteiro Chaves Neto, um dos representantes da Loja, o Vereador Ari Montalvão, na qualidade de Delegado Regional de Grão-Mestre, fazia sentir a necessidade de acrescentar mais alguma coisa a tudo o que se disse sobre a Loja Maçônica de Itajubá, e, após as elucidações que julgou necessárias, agradeceu a presença do Delegado Regional Litúrgico da 28.ª Região Sul do Grande Oriente de Minas Gerais, e o fazia também em nome do Grão-Mestre Dr. Acácio Paulino de Paiva, do Grande Oriente de Minas Gerais. E prometeu, para a reunião seguinte do Legislativo Municipal, a leitura da Ata histórica de 04 de outubro de 1874, da fundação da Loja em Itajubá. Na reunião de 19-02-1979 a Câmara Municipal reconheceu a utilidade pública da Loja Maçônica de Itajubá.

Três anos depois foi o PRONAUS que também pleiteou igual reconhecimento por parte da Municipalidade. Assim se encontra documentado na Ata de 23 de agosto de 1982, da Câmara Municipal:

"O Vereador Sebastião Imar Martins Riera disse que a oposição jamais precisou de porta-voz, contudo solicitou ao Vereador Ari Baptista Montalvão que fizesse pronunciamento a respeito do PRONAUS itajubense. O Vereador Ari Baptista Montalvão disse que fazia uso da palavra por ele e atendendo também à solicitação do Vereador Sebastião Imar Martins Riera pela afinidade que existe entre Maçonaria e PRONAUS, é com satisfação que o faz. Acompanha de há muito tempo o trabalho desta obra em Itajubá e pode notar o caráter e o espírito elevado de seus membros, os objetivos de alto cunho filosófico. Inclusive o templo da Maçonaria serviu, durante algum tempo, para a reunião do PRONAUS. Espera que o PRONAUS, em prédio próprio, possa desenvolver com mais tranqüilidade e amplitude seus trabalhos, conduzindo o homem para uma vida mais serena, altamente espiritual. Pede a toda a Casa aprovação unânime" do Projeto de Lei n.º 1.712/82. 'O Vereador José Isidoro solicitou que o Sr. Presidente suspendesse a sessão por 10 minutos, para que um representante da obra pudesse dar melhores explicações, o que, submetido à apreciação do plenário, teve observação do Vereador Ari B. Montalvão ressaltando que o PRONAUS, como a Maçonaria, é sociedade secreta, o que dificultará qualquer pronunciamento".

* * *

40 — A VELHA POLÍTICA

Nas áreas da política, as lutas partidárias e ideológicas, em Itajubá, assinalam ocorrências e vultos desde as primeiras horas do então arraial da Boa Vista do Sapucaí. Foram manifestações e fatos que salientam, *ab urbe condita*, o civismo já estuante na vida do povo itajubense. Até adeptos do Partido Restaurador de José Bonifácio, *caramurus* ou *corcundas* conforme se apelidavam, parece estarem presentes nos primórdios da povoação, pois o Capitão Antônio Gonçalves dos Santos, chegado da Corte nos princípios de 1833, assegurava a volta de D. Pedro I para o trono do Brasil, conforme consta na carta endereçada ao Capitão Joaquim Antônio da Cruz Almada, então residente em Soledade de Itajubá (atual Delfim Moreira).

Mas, as duas facções políticas predominantes nos tempos do Império foram os Partidos Liberal e Conservador. Os conservadores eram apelidados de *cascudos*, enquanto que aos liberais reservava-se a designação de *ximangos*.

A caída ou a ascensão do prestígio de um desses dois partidos predominantes, situação de que era termômetro a organização ministerial, refletia nos municípios de maneira acentuada, às vezes tumultuosa. De 1837 a 1840 os conservadores eram os maiorais. Dos meados de 1840 a meados de 1841 estavam de cima os liberais. De 1841 a 1843 os ministérios eram *cascudos*. Em 02 de fevereiro de 1844 os liberais retomavam a liderança, que manteriam até 1848. A 22 de setembro de 1848 eram os conservadores que arriavam o estandarte *ximango*, para subir a bandeira *cascuda*. Em 1862 retornavam os liberais com a vitória de Zacarias, do Visconde de Caravelas e de José Bonifácio, mas muito depressa voltavam as rédeas do Governo às mãos de Sinimbu e de Lamare. E liberais e conservadores iam-se revezando, ora um, ora outro, no domínio da política. E isto assim aconteceu até a queda da Monarquia.

Em Itajubá, em 1868, eram os Drs. José Manuel Pereira Cabral, Américo da Silva e Oliveira e Manuel José Pereira Júnior, bem como Cândido José Rennó, João da Costa Manso e Antônio Silva de Lemos que mandavam soltar foguetes com a vitória do Gabinete do Visconde de Itaboraí. Dez anos depois, eram os Drs. Aureliano Moreira Magalhães e Domiciano da Costa Moreira, e ainda o Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, o Major Frederico Schumann, Olímpio de Magalhães e Joaquim Pinto de Noronha que punham na rua a banda de música para anunciar a subida do Gabinete Sinimbu. Em 1885 vamos topar com Fructuoso Ramos de Lima, Antônio José Rennó e Bernardo de Araújo Guimarães festejando a posse do Ministério Cotegipe. Os adeptos liberais, com os aplausos ao Gabinete do Visconde de Ouro Preto, em 1889, foram os últimos abencerrages dessa fase política.

O Dr. Domiciano, o Dr. Aureliano, o Comendador Schumann e o Cel. Joaquim Francisco eram os chefes principais do Partido Liberal. Do outro lado, isto é, na liderança do Partido Conservador, estavam, além de

outros fazendeiros influentes e estimados, comerciantes e industriais, o Dr. José Manuel, o Dr. Américo de Oliveira e o Cap. Antônio José Rennó. Era o partido que contava com maior número de adeptos.

A influência conservadora entre os edis itajubenses era tanta que a Câmara, tomando cor partidária, por proposta do Vereador Francisco de Paula Xavier Machado, a 27 de dezembro de 1858, deliberou formular oficialmente suas felicitações ao Gabinete do Visconde de Abaeté, pela sua ascensão a 12 daquele mesmo mês e ano, e que era composto, além do próprio Abaeté (Antônio Paulino Limpo de Abreu), de Sérgio Teixeira de Macedo, José Tomás Nabuco de Araújo (Visconde de Muritiba), Rio Branco, Francisco de Sales Torres Homem (Visconde de Inhomirim) e Manuel Felizardo.

Muito perto de Itajubá, em Pouso Alegre, estava ateada uma enorme pira de idealismo cívico, atiçada, com reflexos em todo o País, pelo verbo incandescente do Partido Liberal, saído do arrojo e do ardor patriótico do Padre e Senador José Bento Leite Ferreira de Melo, o homem que insuflou os expoentes liberais para se efetivar prematuramente a maioridade política de D. Pedro II; que antecipou a publicação, na pioneira oficina gráfica pouso-alegrense, de uma Constituição brasileira, e que fundou o primeiro jornal sul-mineiro, "O Pregoeiro Constitucional", em 1830, e ainda o "Recopilador Mineiro", órgãos abertamente *ximangos,* e que tombaria assassinado, dando o seu sangue à causa liberal. O pistoleiro que apagou essa intensa chama de idealismo nacionalista esteve preso na cadeia de Itajubá. Chamava-se Dionísio Tavares da Silva (segundo publicou o jornal itajubense "A Verdade", de 09-02-1888). Tombou o Senador José Bento, mas o calor da fogueira de brasilidade que ele ateou aquecia, de maneira acentuada, o ânimo dos itajubenses.

Para ilustrar o ambiente partidário daqueles velhos tempos imperiais, aqui transcrevo, na íntegra, a Ata das eleições para Vereadores, realizadas a 09 de setembro de 1868, que se encontra arquivada na Prefeitura. Percebe-se, por este documento, até onde iam as animosidades então reinantes, bem como se tem idéia das trapaças e falsificações, das violências e arbitrariedades que se cometiam na disputa de posições políticas. Lê-se que os *cascudos* itajubenses julgavam ser "tempo das vacas gordas" a época do domínio liberal de Zacarias, e que se gloriavam com a vitória de 16 de julho de 1863, que punha para trás os adversários, com a ascensão do Gabinete conservador do Visconde de Itaboraí. Documenta ainda a referida Ata que, em época anterior a 1868, em Itajubá "os Caetanos e os Pintos e outros" eram os turunas do bacamarte e do cacete, que impunham o prestígio *ximango* a poder de faca e de chumbo...

Foi assim lavrado o referido documento:

"O Sr. Presidente (*Manuel Correia de Miranda, Presidente da Assembléia Paroquial, a maior autoridade da Mesa escrutinadora daquele tempo*) sujeitou à consideração da Mesa o protesto apresentado ontem pelo Cel.

Evaristo da Silva Campista e passou para que fosse o mesmo transcrito na Ata contra os votos dos mesários Dr. Pereira Cabral e Dias Pereira; o teor do Protesto é o seguinte:

"Ilustríssimos Senhores Presidente e mais membros da Mesa Paroquial desta cidade. Dizem os cidadãos brasileiros abaixo assinados no gozo de todos os seus direitos políticos que não podendo consentir no sacrifício das liberdades pátrias ante o altar da reação conservadora nestes últimos dias e especialmente na postergação da Lei em referência à presente eleição, querem perante Vossas Senhorias protestar contra os abusos cometidos namesma a fim de que tomada na respectiva Ata o seu protesto, surta afinal os devidos efeitos assinalando-se todo o processo eleitoral. Os seus fundamentos são os seguintes: — Primeiro, violência desde o dia doze do mês passado em que as novas autoridades policiais apareceram em cena, um pânico geral se apoderou da população ao ponto de muitos cidadãos envolverem-se no manto de suas convicções e entregarem-se à sorte dos acontecimentos, e todos irem às urnas comprar o sossego de sua vida à custa do sacrifício da consciência. Na expressão da moda a derrubada começou pela polícia. Inspetores e Escrivães foram todos num momento demitidos e substituídos pela gente da confiança. As prisões, por desobediências, sem culpa formada, foram cruel realidade. Nem o inofensivo e velho Funchal escapou a elas. O recrutamento abriu-se cego e sem lei alguma. Negociantes, oficiais da Guarda Nacional, velhos, doentes, casados e menores, enfim, não foram poupados. Manuel Mariano da Silva, Antônio Pereira Pinto, Antônio Francisco de Freitas e muitos outros são tristes, mas eloqüentes exemplos. As devassas abriram-se, as averiguações policiais, as citações odiosas, os processos caprichosos, sem respeito e posição alguma foram armas manejadas a propósito. Manuel Félix de Alvarenga e Silva, João da Rosa Góis, Francisco Vaz Pereira e mais alguns, são sem dúvida a prova disso. Tais fatos transtornando a ordem, senão mesmo entorpecendo o curso livre das idéias, obrigaram o Partido Liberal quase em peso a retirar-se. Desse corpo, aliás respeitável no município, só votaram aqueles que não tiveram coragem de encarar a tormenta. Era doloroso ver as pobres vítimas quase chorando irem depositar na arca da liberdade o eloqüente documento da sua escravidão. O Major Francisco José Pereira, Delegado em exercício, ufanava-se publicamente de impor sua cédula aos pobres votantes. José Dias Chaves Neves, indiciado em tentativa de morte, recebeu-a de suas próprias mãos. E o artigo cento e um do Código Criminal lá estava calcado aos pés como a ossada de um cadáver a sumir-se na poeira das delirantes paixões!!! Segundo: — Ostentação de forças. Todos os dias, duas, três vezes, a certas e determinadas horas, soava a corneta no quartel (*policial*) chamando a gente a postos como se estivessem em praça de armas. Municipais permanentes mandados vir de propósito, policiais encomendados em alta escala, escoltas percorrendo a cidade e outras demonstrações iguais serviram perfeitamente à causa do terror elevando bem alto o prestígio deslumbrante das autoridades policiais... O artigo cento e três da Lei, digo e oito da Lei de dezenove de agosto de mil oitocentos e quarenta e seis uma vez ainda foi frágil brinquedo nas mãos sacrílegas dos homens do poder. Terceiro: — Urna a urna

em que se guardavam os papéis e livros relativos à eleição, bem que aparentemente tivesse três chaves, não era na realidade senão uma, porque com qualquer delas podiam-se abrir todas as outras fechaduras. Semelhante fato foi publicamente verificado e importa sem dúvida alguma à violação manifesta do artigo 61 da Lei citada de 19 de agosto de 1846. Quarto: — falta da lista autêntica. No referido dia doze, constituída a Câmara Municipal de um modo clandestino com os suplentes Doutor José Manuel Pereira Cabral, Doutor Américo da Silva e Oliveira, Joaquim José Pereira Dias, Galdino Pereira de Almeida e José Bento Rodrigues Gama, na ausência dos verdadeiros vereadores que se haviam retirado obedecendo à ordem de adiamento dos trabalhos expendida pelo Tenente-Coronel Antônio Luís Pinto de Noronha e tendo no dia anterior sido demitido o Secretário João Alves dos Reis, apareceu assinado pelo Vereador Joaquim Francisco Pereira Júnior um protesto perante o Doutor Juiz Municipal contra aquela usurpação de poder fundado em que semelhante ato importava em desprestígio da Corporação a que pertencia, em desautorizamento próprio, e, enfim, sem receio de sumir-se ou o descaminhamento de quaisquer papéis ou livros do arquivo respectivo, com cuja responsabilidade não quisera jamais carregar. Intimado aos suplentes aquele protesto, nenhum caso fizeram. No entanto, mau grado seu, aquelas previsões realizaram-se. Procurando-se o livro da qualificação dos votantes, não estava no arquivo como era de esperar-se à vista do artigo quarenta e sete, digo artigo trinta e sete da referida Lei de mil oitocentos e quarenta e seis. Eis aí a razão. A qualificação deste ano fez-se incluir no primeiro 431 votantes, depois, a requerimento do referido Pereira Júnior, elevou-se ao total de 521 pela inclusão de mais noventa segundo consta da Ata da segunda reunião. Destes saíram também trinta, ficando afinal aquele número reduzido a 491 somente, mais tarde declarou igualmente o Doutor José Manuel Pereira Cabral pela inclusão de 257 indivíduos, e obtendo deferimento para 223 apenas em razão de 34 já se acharem uns qualificados, outros mudados e outros, enfim, do mesmo modo reclamados pelo referido Pereira Júnior, ficou o total elevado a 174 votantes. É o que se prova com o documento de folhas seis dos autos que em original se oferece. No entanto, por parte de Antônio Vieira de Sousa Primo, também reclamava-se contra aquela inclusão dos 223 indivíduos e não merecendo atenções da junta, ele recorreu para o Conselho Municipal de Recursos, onde obtendo provimento, conseguiu reduzir aquele total ao líquido de 491 votantes. O referido documento prova a verdade exposta. Assim sendo, vê-se claramente que aquele resultado, bem que de muita justiça, havia desagradado ao partido oposto hoje ao Governo. Não obstante, cumpriu-se o provimento fazendo-se no livro competente as necessárias modificações. Daí facilmente se pode inferir para o interesse que teria aquele Partido em momentaneamente... (*palavra ininteligível no original*)... ocultar o dito livro, para apresentar a seus votantes um grande número e chamá-los pela primeira lista, não modificadas pelas decisões do Conselho porque tudo seria aprovado. E tanto pareceu ser assim que, na formação da Mesa, querendo-se obrigar com ameaças e opressões ao próprio Juiz de Paz Presidente, um dos mesários liberais pediu a palavra e declarando não convir na pressão ilegal que se fazia àquela autoridade a ponto de ameaçá-la

com busca de em sua própria casa e optando por sua retirada a ser testemunha dum tal vexame e preferindo em todo o caso que a busca a dar-se fosse em todas as casas suspeitas, houve que lado conservador desistisse daquele propósito para que continuasse os trabalhos, achando melhor que a chamada fosse feita pela lista presente que devia ser autêntica... que engano! Semelhante lista, bem que estivesse assinada pela Junta qualificadora, nem por isso se poderia considerar a autêntica de que fala o artigo 21 da Lei, porque dela não se fez a exclusão dos indivíduos excluídos pelo Conselho em número de 223, vindo assim a haver chamada de pessoas não qualificadas que votaram contra as disposições do artigo 13 das instruções de 28 de junho de 1849. Tal omissão é sem dúvida nulidade insanável como já foi declarado pelo Aviso de 1.º de janeiro de 1861 . e mais disposições legais. Quinto: — Falta de convocação; os votantes não foram notificados pelos inspetores nos termos legais para virem à presente eleição como expressamente exige o artigo 94 da citada Lei e Aviso de 18 de outubro de 1956, § 4.º; mas sim coagidos e ameaçados por eles à ordem das autoridades policiais. Nestes termos os abaixo-assinados requerem e pedem a Vossas Senhorias que mandem tomar no livro competente o seu protesto como determina o artigo 9 do Decreto n.º 2.621 de 22 de agosto de 1860 acompanhando-o as provas seguintes extraídas do documento original que para isso oferecem: primeiro, a petição de fls. 2; 2.º, o termo de recurso a fls. 4, e 3.º finalmente o provimento de fls. 21 a fim de que pelos poderes competentes sendo tomado em consideração se decrete a nulidade da presente eleição, e receberá justiça. Evaristo da Silva Campista e José Gonçalves Coelho Mindello. Sendo admitido o mesário Doutor José Manuel Pereira Cabral a contraprotestar por ele foi dito que, se é admirável que a parvoice de mãos dadas com a insolência tivesse a estulta coragem de invadir este recinto onde se acha o depósito sacro da vontade popular, cobrindo-se para isso com esfarrapado manto da calúnia, mas estranhável é que a maioria da Mesa, obedecendo só os impulsos da conveniência política mesmo com quebra da dignidade própria, e deixando desprestigiar-se autoridade que não lhe pertence, por isso que lhe foi confiado pelo povo, abraçar-se com risos nos lábios, com cumprimentos e continências como última tábua de salvação a ousadia ou antes o calendário de falsas asserções apresentadas pelos protestantes. Alegando estes em primeiro lugar violência feitas pelas autoridades policiais novamente nomeadas, nada mais fizeram do que ferir de frente a raiz da moralidade que ensina a referir-se somente à verdade; portanto é inexato que aquelas autoridades fizessem recrutamento ilegal, citações odiosas, processos caprichosos, prisões ilegais, como tudo se protesta provar com documentos perante o poder competente; assim como é falso que o Partido Liberal se retirasse das urnas deste município por temor às autoridades policiais ou porque estas empregasse violência porquanto não só tais asserções, digo, porquanto tais asserções são desmentidas pelo limitadíssimo número de liberais ou antiprogressistas deste município, como tão bem porque nenhuma violência ou coação empregaram aquelas autoridades, antes e durante o processo eleitoral. Deixando de lado o tópico que ameaça — ERA DOLOROSO — em que o patético confunde-se com o ridículo, porque o bom senso repele uma tal as-

serção, cumpre recordar aos protestantes que já não estamos no tempo das vacas gordas, cujo curso expirou felizmente para o Brasil no dia dezesseis de julho do corrente ano; tempo aquele em que o assassino das brenhas, o garoto das praças, o reconhecido idiota eram julgados aptos para administrar justiça e por isso é incrível e de fato é inexato que o Delegado de Polícia desta cidade se ufanasse de impor cédulas aos votantes, pois que todos os votos trazidos à urna foram depositados por livre vontade dos votantes sem que para isso fossem coagidos ou ameaçados. O fato que se alega em referência a José Dias Chaves Neves, isto é, que este recebera do Delegado as cédulas com que tinha de votar, é uma dessas calúnias em que as almas puras e sãs não podem acreditar. Segundo ponto de protesto, ostentação de forças. Tudo quanto reza este período é a manifestação mais vergonhosa de haverem os protestantes divorciado do ditame da verdade, porque nenhuma só palavra contida nesse período encerra verdade alguma, como se mostrará em tempo com documentos; sendo de igual calibre asserções do terceiro ponto de protesto sobre a epígrafe — URNA. Quarto ponto, falta de lista autêntica. Deixando de parte a história contada neste período relativamente a negócio da Câmara Municipal, por estar ela, digo, Municipal, por não estar conforme a verdade como se mostrará oportunamente com documentos perante o poder competente, ocupar-se-á contraprotestante exclusivamente com a história do Conselho de Recurso, e daí tirará a ilação de que é autêntica a lista pela qual se fez a primeira chamada no presente processo eleitoral. Antes, porém, de estudar o desenvolvimento desta questão, dirá que é falso achar-se no arquivo da Câmara o livro da qualificação na forma alegada no protesto como abaixo se verá. Funcionando o Conselho de Qualificação do corrente ano, aí, digo Conselho de Reclamação do corrente ano apareceram duas reclamações feitas, uma, pelo contraprotestante para incluir votantes, e outra por Joaquim Francisco Pereira Júnior para incluir uns e excluir outros. Ninguém mais compareceu reclamando perante aquele Conselho como se provará perante o poder competente com documentos; no entanto, ficando-se o primeiro Juiz de Paz o Cel. Evaristo da Silva Campista com o livro de qualificação, e não havendo no Conselho de Recurso modificação alguma na qualificação, mandou o mesmo Coronel tirar do livro a lista autêntica pela qual foi feita a primeira chamada no presente processo eleitoral, e depois disto, tomando aquele Coronel posse do comando superior, passou aquele livro e a lista autêntica às mãos do segundo Juiz de Paz que preside a Mesa em cujo poder se acha até hoje o dito livro como se provará com documentos irrecusáveis. A procederem as alegações neste sentido feita no protesto, isto é, que Antônio Vieira de Sousa Primo, perante o Conselho Municipal de Recurso obtivera a exclusão dos indivíduos qualificados ou por bem da reclamação do contraprotestante (o que se nega), de duas uma, ou é verdadeiro esse recurso interposto por Vieira e devia assim surtir todos os seus efeitos necessariamente teria sido lançado no livro de qualificação da mesma ou não; se é verdadeiro o Juiz de Paz Presidente que devia ter conhecimento da modificação feita na qualificação não podia, a menos que não quisesse incorrer num crime, trazer à Mesa como autêntica uma lista que não o era. No segundo caso, nenhum efeito pode produzir um tal recur-

so. Mas sendo presunção legal que o Juiz de Paz Presidente não pudesse apresentar como autêntica uma lista que não tivesse esse valor, é evidente e nenhuma dúvida deve restar de que a lista pela qual se fez a primeira chamada é autêntica. Quinto ponto: — Falta de convocação. Sendo inexatas as alegações contidas neste período como se protesta mostrar perante o poder competente com documentos, conclui-se contraprotestando, certo de que as banalidades, alegadas no protesto, nenhuma consideração deve merecer para o fim de modificar a presente eleição, pois que, além de não conterem uma só verdade, são elas filhas do desespero daqueles que depois de usurpar à ponta de baionetas, com a ameaça do bacamarte e do cacete, com processos e pressões acintosas as eleições passadas ao Partido Conservador, grande e fortemente o município, desprezando a Lei, a vontade popular, hoje julgam que a vontade do povo deve ser objeto de sua exclusiva prosperidade. Mas, como os Caetanos, os Pintos e outros, já não existem para empregarem aqueles meios e foi-se o poder que tão adorado era pelos protestantes, resta-lhes o consolo único, o pretender ter sócios ou antes imitadores de seus atos passados e de tristes recordações".

Quanto a "Caetanos" e "Pintos", referia-se o escrito aos discricionários e respeitados chefes políticos Caetano Ferreira da Costa e Silva (o homem que exigiu o santo seu homônimo para padroeiro de São Caetano da Vargem Grande, hoje Brasópolis, e que armou, às suas expensas, um batalhão para combater, em Baependi, os revoltosos de 1842) e Antônio Luís Pinto, e os sequazes destes dois líderes.

Arbitrariedades havia-as sempre. Vejamos esta, registrada em Ata de 8 de julho de 1863, da Câmara Municipal:

O Vereador Antônio Luís Pinto pediu a "esta Câmara leve ao conhecimento do Governo o procedimento escandaloso do Juiz de Paz desta Paróquia Antônio Ribeiro Cardoso, relativamente a não querer entregar o livro de qualificação de votantes à Câmara, para examiná-lo em conseqüência da queixa a que perante esta Câmara apresentou o cidadão Evaristo da Silva Campista, juntando-se a esta representação os documentos oferecidos pelo dito cidadão".

Dezenas destes exemplos poderia eu citar, comprovantes todos das fortes animosidades daquele tempo, aquecidas que eram pelo partidarismo político entre liberais e conservadores, malquerenças estas existentes desde as primeiras horas da instalação da vila da Boa Vista de Itajubá até ao advento da República. Alguns desses velhos documentos chegam a retratar aquelas pendências com palavras e referências até indecorosas, que a pudicícia proíbe transcrever...

Faço apenas mais esta transcrição:

"Um Ofício do Governo da Província com data de 4 de agosto último, acompanhado por cópia uma representação que a S.M. o Imperador dirigiram diversos cidadãos residentes nesta cidade, queixando-se da opressão que exerce o respectivo Delegado e Subdelegado desta Freguesia sobre os povos com fim de coagir a liberdade de voto. Depois de orar o Sr. Ve-

reador Pinto, mostrando a futilidade de tal queixa, por ser filha unicamente da perseguição e vingança de certos espíritos frenéticos e turbulentos, que só procuram desacatar as autoridades, com boatos subversivos da ordem e tranqüilidade pública, inoculando no espírito da população, ainda seria que tal representação era subscritas assinaturas (sic) de pessoas inteiramente suspeitas, e outras de menor idade que não podem representar um direito como o que se trata". E foi denunciando a falsidade da acusação que a Câmara resolveu oficiar ao Governo (Ata de 10 de setembro de 1863).

Em outras ocasiões saíam brigas corporais e graves atentados, chegando mesmo a desrespeitos ao sagrado templo católico, onde então se realizavam as votações.

Na reunião do dia 8 de outubro do mesmo ano, a pedido do "Sargento do Corpo Policial Augusto dos Reis Teixeira", atestou a Câmara que esse "militar" prestou bons serviços por ocasião das últimas eleições, fazendo manter a ordem...

Conta o Professor Cornélio de Faria em crônica publicada na revista "F.I.", de junho e de julho de 1940, com a epígrafe *A Imprensa em Itajubá*:

"O Dr. Aureliano Moreira Magalhães, de saudosa memória, dileto filho desta terra, era homem de grande talento e servido por uma bela cultura jurídica, por isso mesmo que galgou as mais elevadas posições na magistratura mineira".

"Em 1872, chefe do antigo Partido Liberal, e homem muito progressista, comprou de Jesuíno Pereira Baião, de Baependi, as oficinas, cuja tipografia foi colocada num antigo prédio de Manuel Félix de Alvarenga, onde reside atualmente o Tenente Balduíno Salgado (*em lugar desse prédio hoje se ergue um edifício de vários andares*). Tinha eu 12 anos quando assisti à chegada do *Gutenberg*, despertando esse grande acontecimento natural regozijo popular.

"Não obstante ser uma tipografia um tanto velha, o Baião era caprichoso e sabia zelar pela sua oficina. Bem impresso, bem redigido, e tendo ótimos colaboradores o antigo *Pica-pau* era ansiosamente esperado aos domingos pela manhã; seu entregador, o Adão, escravo de Aureliano, que sabia ler, não deixava um assinante sem a folha. O vulgo batizou a folha de *Pica-pau* pelo fato de, no rebater a composição, o tipógrafo imitar a ave a bater com o bico na árvore em que pousa...

"Pertencente à facção liberal, não tinha, entretanto, cor política aparentemente falando, mas isto não demorou... Aureliano Magalhães sabia morder e assoprar; era astucioso. Quem visse Aureliano Magalhães em palestra com os chefes conservadores, não podia supor que ali se achava um adversário perigoso, aquele que, naqueles tempos, com o seu grupo de *ximangos*, assaltou, na calada da noite, a Matriz, onde a urna dos *cascudos* estava guardada por um célebre Serrador; este, não obedecendo à intimação para que a entregasse, do meio do grupo assaltante, Matias Miranda, com a sua taquari, fez correr toda aquela gente, só ficando agarrado à urna o Serrador, fiel amigo do Coronel Rennó.

"Ferido, porém sem gravidade, foi levado para uma casa antiga para lá da ponte de madeira, onde morava o Cap. João Rennó. Um caso interessante, digno de registro: não havendo aqui, naquele tempo, um médico, foi chamado incontinenti o Major Frederico Schumann, pertencente ao Partido Liberal. Coração nobre e bondoso, Frederico Schumann, ótimo farmacêutico fazendo as vezes de médico, lá foi curar o Serrador, que daí a dias estava completamente bom". E o Serrador, esclarece o Professor Cornélio de Faria, nunca mais quis saber de política. O jornal do Dr. Aureliano era "O Itajubá", o *Pica-pau*, a primeira folha editada em Itajubá, surgida em 1872.

E no número seguinte da excelente revista "F.I." (Fábrica de Itajubá, que possui oficina gráfica própria), prosseguia a mesma crônica, falando de um outro jornal itajubense do século passado, a "Gazeta Comercial", dos Drs. José Pereira dos Santos e José Manuel Pereira Cabral, que surgia em 1880 como semanário "sem cor política", "mas os seus redatores começaram a terçar armas contra Aureliano Magalhães, que havia 7 anos vinha achincalhando a política dos *cascudos*. Os correligionários, principalmente Chico Pereira, Rennó e tantos outros, estavam bastante satisfeitos com o desenrolar dos acontecimentos".

O "célebre Serrador" mencionado por Cornélio de Faria, que, dentro da Igreja Matriz, foi ferido a tiro por um dos homens do grupo *ximango* do Dr. Aureliano, quando, fiel ao Cel. Rennó, vigiava a urna dos *cascudos*, era o apelido dado a Antônio Luís, assassinado anos depois por Aprígio Camargo na Fazenda do Paiol. É o que noticiava o "Gazeta de Itajubá" de 22 de janeiro de 1911. O pistoleiro do Dr. Aureliano, que, não respeitando o recinto sagrado do templo, atirou contra o Serrador para arrebatar-lhe a urna, foi Matias Correia de Miranda, casado com D. Ana Francisca da Rocha, falecido ainda moço, com 34 anos, em 7 de junho de 1879.

Conforme o Professor Cornélio de Faria bem perfilou o temperamento do fundador da imprensa em Itajubá, o Dr. Aureliano era matreiro e discricionário, embora soubesse simular o que na verdade lhe ia na alma e no coração. Foi inegavelmente um benemérito, mas não agüentava provocação sem um desabafo, mormente quando tocado em seus sentimentos liberais. E quando estava em jogo o seu Partido, não media conseqüências nem as pessoas...

Em maio de 1885, depois de muitas vitórias consecutivas desde 1878, o Gabinete liberal, com Saraiva e Paranaguá à frente, mais uma vez se aninhava no leme ministerial. Para comemorar o feito de maneira ruidosa e festiva, e, sobretudo, para provocar o Cel. Antônio José Rennó, o Dr. Pereira Cabral, o Dr. Américo da Silva e Oliveira e seus adeptos, o Dr. Aureliano Moreira Magalhães ofereceu aos seus apaniguados uns comes e bebes, após os quais, todos na rua, dariam início a uma passeata pela cidade, com banda de música e muitos fogos. Terminado o rega-bofe, foram os musicos retomar os instrumentos deixados no galpão. Surpresos, encontraram eles os de percussão com a pele cortada, e os de sopro sem os bocais... E quando os fogueteiros deviam mandar às alturas as dúzias de rojões, foi outra decepção: alguém os substituíra por falsos foguetes, muito bem preparados, com

os tubos socados de terra... E a passeata se fez em silêncio, sem os dobrados e sem estrondos no céu... O Dr. Aureliano não demonstrou rancor nem proferiu ameaças, decidido a aguardar o momento oportuno para o revide. E este não tardou. Em agosto do mesmo ano subia ao poleiro o Gabinete conservador de Cotegipe. A banda foi contratada para uma passeata em frente às residências do Dr. Aureliano, de Frederico Schumann e do Cel. Joaquim Francisco. No momento em que a filarmônica iniciava entusiasticamente a primeira peça, e em que o primeiro foguete riscou o céu, um bando de escravos, habilíssimos em capoeira, enfiou-se no meio dos músicos, dos fogueteiros e dos acompanhantes da banda com rasteiras e rabos-de-arraia certeiros, e a refrega foi geral, com pistons, clarinetas e bombardinos que voavam a grande altura, com pândega correria de músicos e dos cupinchas dos *cascudos*... Assim era naquele tempo.

Mesmo quando na República, já dissolvidos os partidos monárquicos, ainda se registravam algumas ocorrências tumultuadas e incidentes motivados por aferros políticos. Frederico Schumann, por exemplo, que aderira ao regime republicano, não se divorciara nunca da extinta corrente *ximanga*. Tanto assim que, nomeado delegado de polícia, demitiu todos os que exerciam cargos na Delegacia porque não eram liberais... E o que isso ocasionou assim está noticiado em "A Verdade" de 10 de janeiro de 1890:

"BOMBAS — Nas noites de 24 para 25, e 29 para 30 do mês findo, a horas mortas, ouviu-se em toda a cidade o enorme estampido de bombas de dinamite, a primeira lançada no Largo dos Andradas (*atual Praça Getúlio Vargas*) e a segunda nas proximidades da casa do Comendador Frederico Schumann, à Rua Direita" (*atual Cel. Rennó*). E dizia mais o jornal: "Não hão de ser certamente com semelhantes meios combatidos os atos políticos do desagrado da população; há recursos legítimos e legais, que a seu tempo produzirão resultados satisfatórios a bem da Justiça e dos direitos individuais ofendidos". E prosseguia "A Verdade" examinando o ato do Delegado de Polícia, dizendo a certa altura: "Há portanto, fundo de descontentamento público contra tão brusca destituição de autoridades que nem tinham ainda exercido suas funções! Confessamos surpreendidos diante de tais ocorrências, porque sempre entendemos que o Comendador Schumann era um cidadão calmo e desapaixonado. Infelizmente as coisas locais contrariam de frente o nosso juízo!"

No mesmo número de "A Verdade", Luís Dias Pereira assim comentava:

"Depois, a viagem que S.S. acaba de fazer ao Rio de Janeiro e Ouro Preto, para tratar de negócios políticos da nossa localidade, indica que o Sr. Comendador não transige com seus princípios, tanto que propôs de preferência a exoneração das autoridades republicanas e a nomeação de liberais de sua confiança para os respectivos lugares, esquecendo-se que *a responsabilidade do Governo cabe exclusivamente aos republicanos antigos, àqueles que lutaram na adversidade, dando exemplo de patriotismo, abnegação e sacrifício*". Os grifos são do próprio Luís Dias Pereira.

Quatro dias antes da ascensão do Gabinete Itaboraí, em Itajubá organizava-se a Junta Municipal do forte Partido Conservador, de cujo livro de Atas, em arquivo na Prefeitura, extraí o seguinte documento:

"Ata da instalação da Junta Municipal Conservadora do Município de Itajubá.

"Aos doze dias de julho de mil oitocentos e sessenta e oito, em casa de residência do Dr. José Manuel Pereira Cabral, comparecendo os abaixo assinados, depois de aclamarem Presidente interino o Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior e este convidar Manuel José Dias Pereira para Secretário interino, e depois de ser pelo Dr. José Manuel Pereira Cabral recitado em discurso análogo, fazendo sentir qual o fim da reunião para a qual foram convidados os Conservadores do Município e o Dr. José Inácio de Macedo como Juiz Municipal e Delegado de Polícia, declarou o Presidente que se ia proceder a eleição do Conselho Diretor dos Conselheiros e de um deputado perante o Grêmio Ouro-Pretano, e assim foram eleitos: Para Presidente, Tenente-Coronel Manuel José Pereira Júnior; Primeiro Vice-Presidente, Capitão José Manuel dos Santos Pereira; Segundo dito, Capitão Manuel José Ribeiro; Primeiro Secretário, Manuel José Dias Pereira; Segundo dito, Manuel Luís Machado; Tesoureiro, Manuel José Pereira Guimarães; Deputado perante o Grêmio, Dr. Camilo da Cunha Figueiredo; Conselheiros, Dr. José Manuel Pereira Cabral, Dr. Américo da Silva e Oliveira, José Bento Rodrigues Gama, Capitão José Antônio de Sousa Pinto, Capitão Antônio José Rennó, Constâncio José Mendes, Alferes Cândido João Rennó, Major Francisco Jose Pereira, Tenente Antônio Ribeiro Cardoso e Cândido Pereira de Mendonça. Depois do que nomeando o Presidente os sócios José Manuel Pereira Cabral, Dr. Américo da Silva e Oliveira e Joaquim Custódio da Silva para organizarem os Estatutos, marcou-lhes o dia oito de agosto próximo futuro para apresentá-los em Assembléia e serem sujeitos à discussão, e, tomando os empregados assentos na Mesa, ordenou-me o Presidente que extraísse cópia desta para remeter acompanhada de um ofício ao Grêmio Ouro-Pretano, assim como que se oficiasse ao Dr. Camilo da Cunha Figueiredo conferindo-lhe mandato desta Associação, e que se mandasse publicar no "Mercantil" a instalação da presente Sociedade. Deliberando a Assembléia que se sufragassem os restos mortais do finado Conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Matoso da Câmara, marcou o Presidente o dia oito de agosto próximo futuro, e nomeou para disso tratar uma comissão composta dos Senhores Doutor Américo da Silva e Oliveira, Capitão Antônio José Rennó e José Manuel Pereira Guimarães. E não havendo nada mais a tratar mandou lavrar esta em que se assinam todos os presentes na reunião. Eu, Manuel José Dias Pereira, Secretário que a escrevi e assino. — Manuel José Pereira Júnior (Presidente), José Manuel dos Santos Pereira (Primeiro Vice-Presidente), Manuel José Ribeiro (Segundo Vice-Presidente), José Manuel Pereira Guimarães (Tesoureiro), Manuel José Dias Pereira (Primeiro Secretário), Manuel Luís Machado (Segundo Secretário), José Manuel Pereira Cabral, Dr. Américo da Silva e Oliveira, José Bento Rodrigues Gama, José Antônio de Sousa Pinto, Antônio José Rennó, Constâncio José Mendes, Cândido João Rennó, Francisco José

Pereira, Antônio Ribeiro Cardoso, Cândido Pereira de Mendonça (todos estes Conselheiros), Manuel Joaquim de Santana, Bernardino José de Faria Carneiro, Francisco Joaquim de Santana, Manuel Pereira de Mendonça, João da Costa Manso, João Inácio Ribeiro, Manuel Vieira da Silva, Marcelino Ribeiro da Costa, Joaquim Costa da Silva, Antônio Cândido de Toledo, Custódio Gonçalves da Silva, José Arruda de Carvalho, Alcixo José Fernandes, José Justino Gonçalves da Silva, Francisco Vieira Pinto, João Francisco de ... (?) ... José Francisco de Carvalho, Fermiano Caetano Ferreira, Joaquim José Pereira dos Santos, Cândido Alves da Silva, José Francisco de Faria, Manuel Pereira Machado, Urias Alves da Silva, João da Mata Pereira, Manuel Agostinho Mendes, Joaquim Gonçalves da Silva, José Justino Pereira, João Vieira Pinto, Joaquim Rodrigues Ferraz, Bernardo José Carneiro, João de Sousa Melo, Francisco de Sousa Melo, João Emílio Salomon, Bonifácio Ribeiro da Costa, Pedro Veloso da Silva Júnior, João Vieira da Silva Pinto, Luís Vieira Pinto, Manuel Vieira Pinto, Marcos Antônio Grilo, Raul Borges de Oliveira, Marcelino Lemos da Silva, Rafael Pereira da Silva, Pedro Veloso da Silva, Francisco Pereira da Silva, Joaquim Pereira da Silva, José Pereira da Silva, João Gonçalves da Silva, Antônio Veloso da Silva, Joaquim Agostinho Mendes, Francisco José Gomes Júnior, Manuel ... (?) ... da Silva, Hilário Vieira Pinto, Cândido Bernardo dos Santos, José Luís Pedroso de Siqueira, Joaquim José dos Santos Pereira, Antônio Gonçalves da Silva, Marcelino Domingues da Silva, Bernardo de Araújo Guimarães, Joaquim José Pereira Dias, Antônio José Gomes, Antônio dos Santos Silva Júnior, José Rodrigues dos Santos, Benedito ... (?) ... Pereira, Antônio Dias Pereira, Pedro Gonçalves da Silva, João Baptista Braga, Marcelino José de Toledo, Luís Gomes Ribeiro, Joaquim Ribeiro dos Anjos, Luís José Ribeiro Tavares, Manuel Gomes Ribeiro, Galdino Pereira da Almeida, Joaquim ... (?) ... Ribeiro, Joaquim Xavier Teixeira, Antônio Alves de Faria, Henrique João de Faria Costa e Anselmo Pereira dos Santos Cabral".

Logo depois filiaram-se ainda ao Partido Conservador o Tenente José Baptista de Carvalho, Eusébio José Gonzaga, Antônio Caetano Ribeiro, Olímpio Paulino Augusto Ribeiro, Manuel Baptista de Carvalho, Francisco Fernandes da Silva, Guilherme Luís de Sá, Francisco Teodoro de Araújo, Ezequiel Augusto Nunes Bandeira, Antônio Cândido Rennó, Virgílio Achilles Salomon, João Carneiro Santiago Júnior, João Carneiro Santiago Sobrinho, Fructuoso Ramos de Lima, José Pereira dos Santos e José Antônio Pereira da Rosa.

A 16 de agosto de 1868 houve reunião da Assembléia *cascuda*, realizada na residência do Dr. José Manuel Pereira Cabral, casa que se tornou como um templo das idéias conservadoras. Naquela data ficou aprovado o Estatuto do Partido. A 13 de setembro do mesmo ano nova reunião se efetivou, a fim de que se tomasse uma solução contra a dissidência que se fazia sentir no seio do Partido. Registravam-se algumas desarmonias perturbadoras.

Os próceres do Partido Conservador em Itajubá foram o Dr. José Manuel Pereira Cabral, Capitão (depois Coronel) Antônio José Rennó, Ten.-

-Cel. Manuel José Pereira Júnior e Dr. Américo da Silva e Oliveira (médico). Foram Presidentes do Diretório, em várias épocas.

Alegravam-se vivamente os *cascudos* com o retorno à grei de uma "ovelha tresmalhada", fugida por algum tempo do aprisco conservador, conforme bem se sente com esta notícia estampada em "O Itajubá" de 27-10-1889:

"Em regozijo pelo regresso do chefe do Partido Republicano desta cidade, o Sr. Antônio Cândido Rennó, às fileiras do Partido Conservador, os seus novos correligionários e os seus dignos parentes oferecem-lhe durante a semana dois pomposos bailes". "A Verdade" de 24 de outubro do mesmo ano confirma o fato.

Em 1880 apareceu o segundo jornal de Itajubá, a "Gazeta Comercial", redigida pelos Drs. José Manuel Pereira Cabral e José Pereira dos Santos. Era órgão conservador, enquanto que "O Itajubá" era francamente liberal.

Nos primeiros números da "Gazeta Comercial" encontramos uma séria discussão de cor partidária, travada por Liduardo Rodrigues de Sousa (conservador), oficial do Registro de Hipotecas da Câmara, contra o Alferes Luís Antônio Pinto de Noronha, um dos fortes *ximangos* de então. A briga foi longe, ocupou outras edições dos jornais da terra, com trocas de muitas ironias, provocações e alegações. Finda a contenda, ainda continuaram, de parte a parte, achincalhações redigidas pelos próprios diretores dos jornais, como estas encontradas na "Gazeta Comercial", nos seus números de 19-09-1880 e 05-06-1881:

"INJUSTIÇA — Não foi só o nosso amigo Liduardo Rodrigues de Sousa uma das vítimas dos liberais. E também nosso amigo, o Sr. Domiciano José Pereira que tinha incontestável direito ao posto de Comandante Superior da G.N. (*Guarda Nacional*) desta Comarca, foi preterido, e agora foi declarado sem efeito o Decreto que o nomeou para o Batalhão n.º 66 desta Comarca porque S.S. não quis aceitar o posto de Tenente-Coronel".

"Apareceu no "O Itajubá" n.º 45 uma apresentação de meu nome para a próxima eleição provincial como candidato, em a qual põe em relevo serviços por mim prestados ao País e ao Partido Conservador. É verdade que tenho essa aspiração, mas não desejava que essa apresentação partisse de pessoas estranhas ao Partido Conservador, e mormente sendo publicada no "O Itajubá", para onde nenhum conservador, que eu saiba, dirige seus escritos. Essa apresentação, além de importar péssima recomendação para minha candidatura, também se vê que o seu autor só visou levantar a cizânia no Partido a que pertenço. — Paulino A. dos Santos".

Antes do aparecimento da imprensa na cidade, isto é, antes de 1872, as provocações, ofensas e polêmicas de liberais e conservadores eram publicadas ou instigadas por meio de escritos afixados em lugares públicos. Conta-se que, em algumas vezes, esses escritos foram lidos em praças e esquinas da cidade, por indivíduos valentes e escoltados por escravos e capangas armados, o que ocasionou, por duas ou três vezes, sérios conflitos e pelejas a faca e armas de fogo, entre facínoras para isso assalariados...

De um lado, o mando dos chefes Antônio José Rennó, José Pereira dos Santos, Alexandre Mendes de Brito, Dr. José Manuel Pereira Cabral, José Bento Rodrigues Gama, Bernardo de Araújo Guimarães, Dr. Américo da Silva e Oliveira, Cândido João Rennó, Manuel José Pereira Guimarães, ... Do outro lado, não menos poderosos e influentes, Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Frederico Schumann, Dr. Domiciano da Costa Moreira, Manuel Augusto da Silva, Joaquim Francisco Pereira Júnior, Joaquim Pinto de Noronha, Olímpio de Magalhães, ...

O outro Partido, o Liberal, teve primeiramente no médico Dr. Domiciano da Costa Moreira o seu principal esteio. Com sua morte, ocorrida em 13 de novembro de 1881, assumiu a liderança *ximanga*, em Itajubá, o seu filho Dr. Aureliano Moreira Magalhães, e posteriormente o Comendador Frederico Schumann. Em 1884 o principal timoneiro liberal era o Cel. Joaquim Francisco, conforme se lê na seguinte notícia de 29-11-1884, em "O Itajubá":

"REUNIÃO LIBERAL — O Partido Liberal, na sua última reunião, julgando atendíveis as razões, concedeu ao Dr. Aureliano Magalhães a demissão de membro do Diretório do Partido Liberal, e vencendo-se que se procedesse a eleição do novo Diretório e que este se compusesse de cinco membros, foram eleitos e proclamados membros do Diretório os Srs. Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Capitão Manuel Correia de Miranda, Major Frederico Schumann, Olímpio de Magalhães e Joaquim Pinto de Noronha Júnior. Louvamos o Partido por tão acertada e digna escolha". Essa reunião ocorreu em 19 de novembro de 1884.

O Partido Liberal contava com menor número de adeptos, mas todos homens de elevado civismo e influentes, da têmpera de um Dr. Domiciano, de um Dr. Aureliano ou de um respeitado e preclaro chefe, que foi o Cel. Joaquim Francisco, um dos maiores vultos do Itajubá de ontem. Pertenceram ainda ao bloco liberal o Cap. Antônio José Leite, Antônio Luís Pinto de Noronha Sobrinho, Cap. Luís Antônio Pinto de Noronha, Honório de Oliveira, Dr. Adolfo Augusto Olinto, Dr. Christiano Pereira Brasil, Antônio Joaquim Bonifácio, Martinho Correia de Miranda, Manuel Luís Ferreira de Magalhães, João José da Silva e alguns outros dignos representantes da sociedade itajubense.

Pelo jornal "O Itajubá", de 14-01-1883, Antônio Salustiano Rebelo protestava quanto a boatos em torno de sua posição na política, declarando não ser exata a notícia de que ele se tinha "baldeado para o Partido Conservador", pois, era liberal "por convicção, por família, índole e costumes"...

Os conservadores eram adeptos ferrenhos do Trono, do absolutismo monárquico, enquanto que os liberais defendiam o predomínio da vontade popular e se batiam por uma constituição democrática. Nem por isso os *ximangos* itajubenses procediam de maneira descortês ou irreverente para com a Corte. Leia-se esta notícia publicada em "O Itajubá" de 25-08-1889:

"Do ilustre Presidente do Conselho de Ministros, recebeu o Sr. Major Frederico Schumann, digno Chefe do Partido Liberal deste Município, o seguinte Ofício: — "Presidência do Conselho de Ministros, Rio de Janeiro, em 30 de julho de 1889. Ilmo. Sr. Major Frederico Schumann. Em nome de S.M. o Imperador, agradeço ao Partido Liberal do Município de Itajubá a manifestação de profundo desgosto que lhe causou o execrando atentado da noite de 15 do corrente mês e assim as felicitações à Pátria e a toda a Família Imperial por nada ter sucedido ao mesmo Augusto Senhor. — Deus guarde a V.S. — Visconde de Ouro Preto".

No último quartel do século uma nova facção surgiu em Itajubá — O Partido Republicano, já estabelecido no Rio de Janeiro em 03 de novembro de 1870, com elementos vindos de uma ala avançada do Partido Liberal, acalorada com o célebre Manifesto de 03 de dezembro daquele ano, assinado por 58 destemidos repúblicos, entre os quais Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho, Aristides Lobo e Lopes Trovão.

Para o surto da nova falange patriótica em Itajubá, muito contribuiu o jornal "Colombo", editado na cidade da Campanha. Os republicanos, a princípio temerosos, anos depois manifestaram-se publicamente partidários da nova corrente política. O Capitão José Dias de Almeida é o primeiro nome que logrei encontrar como incentivador estrênuo da arriscada peleja, ainda nos idos de 1874.

O ano de 1888 amanheceu dominado por ideais democráticos. Logo no início, fundou-se o Clube Republicano de Itajubá, com Bernardino Ribeiro de Faria, José Justino Carneiro de Faria, José Maria de Oliveira, José Joaquim de Macedo Eloy e muitos outros itajubenses entusiastas, atuando como Secretário João Dias Pereira. Em 11 de novembro de 1888 a nova Diretoria do Clube, para o ano de 1889, ficou composta do Dr. Christiano Pereira Brasil (Presidente), José Francisco de Faria (Vice-Presidente), Benedito Antônio da Rocha (Tesoureiro), João Dias Pereira (Secretário), Antônio Cândido Rennó (Chefe da Comissão Executiva), José Baptista de Carvalho Neto (Delegado) e Dr. Artur Itabirano (Suplente). E muitos foram os republicanos anônimos, que não quiseram manifestar-se temerosos de prisões e de perseguições. Alguns destes só se revelaram, quase às vésperas da vitória do novo Partido, quando então se encorajaram ante a participação afoita do preclaro médico Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, que se tornou, então, como uma bandeira de segurança e garantias.

Xavier Lisboa liderou, com acrisolado espírito de civismo, a nova doutrina, fazendo, com a força de seu prestígio e com as luzes de sua opulenta erudição, a ela aderirem as figuras mais representativas da sociedade local. Contou ainda o Partido Republicano com a coadjuvação de José Francisco de Faria, Luís Dias Pereira, João Dias Pereira, Julião Florêncio Mayer Júnior e de outros ilustres itajubenses.

Em julho de 1886 o médico Dr. Targino Silva reuniu vários adeptos da falange republicana em sua casa, e ficou constituída uma comissão para resolver os problemas do Partido, composta dos seguintes membros: Dr.

Targino Silva (Presidente), José Baptista de Carvalho Neto (Secretário), José Francisco de Faria Júnior, Francisco José de Faria Sobrinho e Alberto de Noronha.

No início de 1889 os republicanos de Itajubá faziam propaganda do nome de Antero Pereira de Magalhães, residente em Caxambu, indicando-o para deputado provincial, candidato que também era dos republicanos de Cristina, Baependi, Pouso Alto e redondezas.

O Dr. Alexandre Stockler, ilustre médico, chegou a Itajubá para fazer propaganda do Partido Republicano, chegando a realizar duas conferências no Teatro Santa Cecília. Noticiava "A Verdade" de 29-03-1889: "O ilustre mineiro chegou no dia 23, acompanhado por cerca de 40 cavaleiros que foram encontrá-lo, e entrou na cidade saudado pela *Marselhesa*, tocada pela Corporação Musical União dos Artistas, e ao atroar de rojões e inúmeros foguetes".

O Dr. Christiano Pereira Brasil, um dos primeiros a abandonar as fileiras do Partido Liberal, tornou-se logo o Presidente da Comissão Executiva do Partido Republicano, da qual era Secretário Martinho Correia de Miranda, que, pela folha "O Itajubá" de 06-05-1888, transmitia o convite "a todos os republicanos desta cidade e do município a se reunirem", naquela data, "em o sótão da casa n.º 24 da Rua Duque de Caxias (*atual Cel. Francisco Brás*), para se deliberar sobre importantes medidas que interessam a disciplina e desenvolvimento do Partido".

O Diretório do Partido Republicano, de Itajubá, na reunião de 29 de novembro de 1889, elegeu os seguintes membros para sua composição:

Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, João Dias Pereira, Luís Dias Pereira, José Francisco de Faria, Coronel Joaquim Francisco Pereira Júnior e Capitão Antônio José Rennó.

Em junho do ano seguinte, o Diretório do Partido Republicano era composto do Capitão Antônio Rennó, Joaquim Francisco Pereira Júnior, Benedito Rocha, Luís Dias Pereira e João Dias Pereira.

* * *

41 — A REPÚBLICA

A idéia da abolição do Império era antiga. Já em 1870 era ressumbrada no manifesto republicano de 03 de dezembro, segundo nos conta Pandiá Calógeras (*Formação Histórica do Brasil*, 346). Vinha de uma ala avançada do Partido Liberal. Um dos maiores propagandistas e entusiastas da República, no sul de Minas, foi o Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães, cujos serviços médicos eram sempre reclamados em Itajubá. Residia em Baependi e a fama de sua elevada competência de clínico corria toda a região. Policarpo Rodrigues Viotti foi outra notabilidade médica do sul

de Minas que muito trabalhou para a aceitação do regime, tornando-se fundador de clubes republicanos em várias localidades. Residia igualmente em Baependi.

Em 1883 foi fundado o Clube Republicano Mineiro. Victor Silveira, na sua obra, de grande formato, *Minas Gerais em 1925*, estampa, ocupando toda a página 505, o quadro com os retratos de todos os fundadores desse Clube, de diversas cidades mineiras. De Itajubá figuram Christiano Brasil, João de Faria, Antônio Ribeiro e Cornélio de Faria.

Surdiu muito cedo em Minas Gerais o movimento republicano. Em abril de 1889 Benjamin Constant esteve pelas bandas montanhesas da então Província, e declarou "que nunca supôs que o Partido Republicano estivesse tão bem arregimentado, como o encontrou no sul de Minas, e que levava desse fato auspicioso uma profunda e agradável impressão" (*Apud* Júlio Bueno, *História da Campanha*). Fundaram-se em Minas nada menos de 56 clubes republicanos, entre os quais se inclui o de Itajubá, que muito fez pela causa.

Ainda não existiam telefones e telégrafo em Itajubá, nem estrada de ferro, nem outro meio rápido de comunicação. A notícia da Proclamação da República só chegou à cidade dois dias depois, na tarde de 17 de novembro. Imediatamente o Partido Republicano aclamou os correligionários Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Julião Florêncio Meyer Júnior e Luís Dias Pereira para constituírem o Governo Trino provisório do município.

Do jornal "O Itajubá", de 27 de novembro de 1889, traslado a seguinte reportagem:

"Na tarde de 17 do corrente, nesta cidade, à chegada do Correio, o Partido Republicano fez queimar, no Largo dos Passos (*atual Praça Teodomiro Santiago*), grande quantidade de foguetes, assumindo o Governo Provisório do Município os Drs. Lisboa, Luís Dias e Julião Meyer Júnior. No dia seguinte, içando no Paço Municipal a flâmula republicana, confirmou em suas atribuições todas as autoridades policiais que até então serviam, proclamando a República e distribuindo em avulsos a seguinte conclamação:

CONCIDADÃOS

O glorioso movimento político, em que o povo, consorciado ao Exército e à Armada, depôs a Monarquia brasileira, constituindo na capital do antigo Império o Governo Provisório, tendo por chefe o preclaro cidadão o patriota Marechal Manuel Deodoro da Fonseca e estendendo-se a todas as Províncias e lugares, levou o povo a constituir nesta cidade um Governo Republicano Provisório, composto dos seguintes cidadãos: Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Luís Dias Pereira e Julião Florêncio Meyer Júnior.

Esse Governo Municipal Provisório, exprimindo o sentimento nacional, é um Governo de Paz, fraternidade, liberdade e ordem, e como tal espera o concurso de todo o povo, sem distinção de partidos para que a República se constitua definitivamente para felicidade de nossa Pátria.

O Governo Municipal Provisório, enquanto pelo Governador do Estado de Minas não forem definitivamente nomeados os funcionários que devem encarregar-se da administração policial, resolveu e confiou a vigilância e a Força Pública aos cidadãos Frederico Schumann e Joaquim Pinto de Noronha Júnior, na cidade; Alfredo Augusto Gama, no Piranguçu; João Rodrigues Ramos, na Soledade de Itajubá (*atual Delfim Moreira*); José Lourenço de Faria e Sousa, na Vargem Grande (*ora Brasópolis*), Delegado e Subdelegados que estavam exercendo idênticas funções no antigo regímen.

Cidade de Itajubá, 18 de novembro de 1889.

Os Membros do Governo Provisório.

"À noite, iluminado e embandeirado o Paço da Câmara, cujas chaves, desde pela manhã, ficaram sob a guarda do Governo local, saiu este e o povo, acompanhados de uma banda de música e ao som de foguetes e altos vivas, a percorrerem todas as ruas da cidade, parando o povo em frente de muitas casas, donde foram proferidos discursos, dando-se, durante o dia, muitas adesões ao novo regímen. Na mesma noite o Partido Liberal, previamente convocado, em plena reunião, deliberou que, atendendo-se à deposição assinada por D. Pedro de Alcântara, sendo o estabelecimento da República um fato consumado, o Partido Liberal devia aderir à nova forma de governo, confiado na promessa de que simples agente temporário da soberania nacional, seria o Governo da Paz, da fraternidade, da liberdade e da ordem, aguardando a voz soberana da Nação para a eleição e consolidação do novo regímen.

"Proclamada a adesão do Partido Liberal, foram o Comendador Schumann e o Dr. Aureliano Magalhães incumbidos de redigir um manifesto, que é hoje publicado, das causas e termos de sua adesão".

E assim ficou redigido o histórico documento do Partido Liberal;

"*MANIFESTO* — O PARTIDO LIBERAL DE ITAJUBÁ AO PAÍS:

"Os extraordinários e inesperados acontecimentos que determinaram, a 15 do mês vigente, no Rio de Janeiro, a proclamação da República Federal nos Estados Unidos do Brasil, obrigaram aos partidos constitucionais do regímen deposto, a definirem a sua posição perante à nova ordem de coisas políticas.

"Considerando o Partido Liberal de Itajubá que a transformação completa de vida política do Brasil demanda, para a pronta garantia da ordem e segurança públicas, o apoio de todos os brasileiros, com esquecimento de seus antigos matizes políticos;

"Considerando que é dever de patriotismo toda a cooperação para a definitiva reorganização da política e do renascimento de uma Pátria livre;

"Considerando que, perante o fato consumado, perderam a razão de existência os antigos partidos monárquicos, que só devem visar nas especialíssimas condições atuais a manutenção da ordem pública, do respeito à lei e da garantia aos cidadãos;

"Considerando que a vontade nacional se tem manifestado favorável ao novo regímen, felizmente sem grande alteração da ordem pública, e que, portanto, para a sua confirmação é lamentável que exigências de ordem política tornassem, embora momentaneamente, suspeitos os dignos comprovincianos Senadores Visconde de Ouro Preto e Cândido de Oliveira como infensos à felicidade da Pátria, a que tem servido, há largos anos, com acendrado patriotismo, glória ao nome mineiro, honra e dignidade para o Brasil, resolve:

"Que nas atuais e difíceis circunstâncias que atravessa a Nação, é dever de cada um dos membros do Partido Liberal de Itajubá respeitar e reconhecer como proclamada e aceita a nova forma de Governo e concorrer, com lealdade, desinteresse e esforço para que se reorganizem as novas instituições, que espera, sejam garantidoras da felicidade, tranqüilidade e prosperidade da Pátria comum, protestando como brasileiros sua adesão ao Governo Provisório de Minas Gerais e seu apoio moral ao Governo Central e Provisório dos Estados Unidos do Brasil, na Capital Federal, para que este leve a efeito as promessas e os solenes compromissos contraídos com a Nação.

"Itajubá, 19 de novembro de 1889.

"Como representante e Chefe do Partido Liberal: — Frederico Schumann".

Semelhante declaração foi feita pelo Partido Conservador.

A Câmara Municipal se reuniu em 19 do mesmo mês, lavrando-se dessa reunião a seguinte Ata:

"Aos dezenove dias do mês de novembro de 1889, nesta cidade de Itajubá, no Paço Municipal, presentes os Srs. Vereadores Cap. Antônio José, Presidente; Alexandre Mendes de Brito, Vice-Presidente; Virgílio Salomon, Antônio Cândido Rennó e Tosta do Amaral, às duas horas da tarde foi declarada aberta a sessão e declarou em seguida o Sr. Presidente que, tendo recebido um Ofício do Governo Provisório Republicano desta cidade, comunicando que ontem, por aclamação do povo, em vista dos fatos consumados a 15 do corrente declarando este País República Federativa Brasileira, constituía-se o Governo Provisório Municipal nesta cidade, composto dos cidadãos Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Julião Florêncio Meyer Jú-

nior e Luís Dias Pereira e que, exigindo o mesmo Governo todos os papéis, livros, arquivo e cofre esta Câmara, convocou os Srs. Vereadores para deliberar-se sobre o assunto e ordenou ao Secretário a leitura do Ofício, depois da qual o Vereador Amaral, tomando a palavra, indicou para nomear-se uma comissão para convidar o Governo Provisório a fim de assistir à presente sessão, suspendendo o Sr. Presidente os trabalhos por um quarto de hora. Posta a votos, a indicação foi aprovada, sendo nomeados em comissão os Vereadores Salomon e Amaral. Recebido o Governo Provisório, com as formalidades do estilo, acompanhado da comissão respectiva, tomou assento, e reabriu o Sr. Presidente de novo a sessão e indicou que fosse comunicado ao mesmo Governo para este marcar dia e hora a fim de receber todos os papéis, livros e arquivo desta Câmara e consultou à Corporação se em sua maioria está resolvida a aderir ao regímen republicano. Posto a votos, a indicação foi aprovada e assinou em seguida a Câmara o Ofício franqueando a entrega de todo o seu arquivo, cofre e papéis e comunicando que adere ao novo sistema do Governo, depois do que o cidadão Julião Florêncio Meyer Júnior, membro do Governo Provisório Municipal, declarou que, em vista de a Câmara, em sua maioria, haver declarado aderir ao novo regímen de Governo, dispensa o Governo Provisório a entrega de papéis, livros, arquivo e cofre, visto que se tornou da confiança do atual Governo e que então requeria à Câmara uma sessão extraordinária para o Governo Municipal tomar posse, sendo designado o dia de amanhã, às onze horas, para esse fim. Finalmente, tomando a palavra, o Sr. Antônio Cândido saudou o Governo Provisório desta cidade e concluiu dando vivas à República Federativa Brasileira".

Na manhã do dia seguinte a Câmara Municipal recebeu o seguinte Ofício:

"Cidadão Presidente e mais membros da Câmara Municipal. Ao vosso Ofício datado de ontem, declarando que a Câmara Municipal adere à República Federativa, que é a nova forma de Governo, e pondo à nossa disposição os livros, papéis, arquivo e cofre da mesma Câmara, os abaixo assinados, membros do Governo Provisório Municipal, respondem que, em vista da adesão franca e leal da mesma Câmara, fica sem efeito a requisição feita em Ofício de 18 e designada a sessão extraordinária de hoje, às 11 horas da manhã, para posse do Governo Provisório e da Câmara, que continuará a funcionar sob a responsabilidade do Governo Republicano Provisório. Saúde e Fraternidade. Os membros do Governo Republicano Municipal: — Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Julião Florêncio Meyer Júnior, Luís Dias Pereira".

Deliberada a posição que deveria tomar nessa transição de regimes, a Câmara Municipal tornou público o seguinte "Edital":

"A Câmara Municipal de Itajubá, na forma da Lei, faz saber a todos os seus munícipes que, em sessão extraordinária de ontem, declarou aceitar a nova forma de Governo Provisório da cidade do Rio de Janeiro, aderindo à República Federativa Brasileira.

"Declara mais que na sessão extraordinária de hoje prestou juramento o Governo Provisório desta cidade, composto dos cidadãos Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Julião Florêncio Meyer Júnior e Luís Dias Pereira, bem como a Corporação, que perante o mesmo Governo lhe foi deferido o juramento do costume federativo.

"E para que chegue a notícia a todos os cidadãos do município, mandou lavrar o presente, para ser lido, afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa.

"Paço Municipal de Itajubá, aos 20 de novembro de 1889. Eu, Ismael Pinto de Noronha, Secretário, o escrevi. — Antônio José Rennó (Presidente), Virgílio Achilles Salomon, Antônio Cândido Rennó, Antônio dos Santos Silva Júnior, José Martins Tosta do Amaral, Joaquim Francisco Pereira Júnior". (Publicado em "A Verdade" de 21 de novembro de 1889).

O *Termo de Juramento*, a que se refere o Edital acima transcrito, teve a seguinte redação:

"Aos vinte dias do mês de novembro de 1889, compareceu ao Paço Municipal desta cidade de Itajubá o Governo Provisório Republicano, composto dos cidadãos Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Julião Florêncio Meyer Júnior e Luís Dias Pereira, que declararam perante a Ilma. Câmara Municipal, reunida em sessão extraordinária, prestar juramento de sob sua honra manter a paz, as liberdades públicas, os direitos dos cidadãos, respeitar e fazer respeitar as obrigações da Nação de conformidade com as leis que forem estabelecidas, em presença do que assinam os ditos cidadãos espontaneamente com os Vereadores da mesma Câmara compromissos de reciprocamente aderir e sustentar novo sistema de Governo inaugurado no País, promovendo a felicidade nacional e o engrandecimento da Pátria. E para constar mandou-se lavrar a presente. Eu, Ismael Pinto de Noronha, Secretário da Câmara, que escrevi. — Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Julião Florêncio Meyer Júnior, Luís Dias Pereira, Antônio José Rennó, Antônio Cândido Rennó, Antônio dos Santos Silva Júnior, Virgílio Achilles Salomon, José Martins Tosta do Amaral, Joaquim Francisco Pereira Júnior.

O Clube Republicano de Itajubá, em 29 de novembro de 1889, elegeu um novo Diretório, composto de seis membros: Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, José Francisco de Faria, Luís Dias Pereira, João Dias Pereira, Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior e Cap. Antônio José Rennó. E declarou dissolvido o Governo Provisório Trino.

Dois membros desse Governo Provisório Trino, porém, não aceitavam a dissolução dessa triarquia, e pelo jornal "O Itajubá" de 8-12-1889 fizeram a seguinte declaração:

"GOVERNO PROVISÓRIO MUNICIPAL — Os abaixo assinados, membros do Governo Provisório Municipal, proclamado e aceito pelo povo desta cidade a 18 do mês findo, declaram para os fins convenientes, que declinam da competência de quem quer que seja para exonerá-los dos cargos que as-

sumiram, pois ainda não receberam sua exoneração do Governador do Estado de Minas, o único que reconhecem com poderes para sua dispensa. — Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Julião Florêncio Meyer Júnior".

Luís Dias Pereira, não concordando com seus ex-colegas do extinto triunvirato, replicou pelas colunas de "A Verdade" de 12 de dezembro do mesmo ano, assim ponderando:

"GOVERNO PROVISÓRIO MUNICIPAL — Com esta epígrafe os Srs. Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa e Julião Florêncio Meyer Júnior declaram em "O Itajubá", de 8 do corrente que se consideram membros do Governo Provisório Municipal proclamado e aceito pelo povo, e que declinavam da competência de quem quer que seja para exonerá-los dos cargos que assumiram, pois ainda não foram dispensados pelo Governador do Estado de Minas, único que reconhecem com poderes para destituí-los.

"Não contesto a SS.SS. o direito de pensarem que ainda são Governadores do Município; o que nego é que isso seja exato.

"É certo que SS.SS. e eu fomos conjuntamente nomeados pelo povo do Clube Republicano desta cidade, membros do Governo Municipal no dia 18 de novembro próximo passado. Mas também é verdade que em vista da franca adesão da população, da Câmara Municipal e autoridades constituídas ao regimen da República inaugurado no Brasil, ficou sem razão de ser o Governo Provisório Municipal, tanto que o Partido Republicano, reconhecendo isso, reuniu-se no dia 29 e nomeou um Diretório de 6 membros para gerir os negócios públicos sob as regras da ordem, paz e justiça, sendo o Sr. Dr. Lisboa e eu eleitos para fazermos parte do mesmo, acrescentando que SS. e o Sr. Meyer Júnior estiveram na aludida reunião, votaram para a constituição do novo Diretório e assinaram a respectiva ata *sem reclamação ou protesto!*

"Surpreendeu-me, pois, a declaração tardia e sem a menor procedência dos ilustres cidadãos, porquanto se foi o Partido Republicano que os nomeou Governo, provisoriamente, é o mesmo Partido quem os dispensou legítima e legalmente de funções inúteis, elegendo regularmente um Diretório para os substituir.

"Não quero com isso excluir a competência do Governador do Estado mineiro para demitir oficialmente os governos provisórios, o que já sucedeu no Estado de São Paulo, mas também é certo que os distintos cavalheiros estão completamente enganados em suporem-se ainda investidos de atribuições e faculdades que SS.SS. mesmo cooperaram para extinguir, e de fato ficaram extintas desde 29 do pretérito.

"É só o que tenho a ponderar.

"Itajubá, 9 de dezembro de 1889. — Luís Dias Pereira".

Pelo semanário "O Itajubá", de 17 de dezembro, Julião Florêncio Meyer Júnior informava não responder logo ao artigo de Luís Dias Pereira porque o Dr. Xavier Lisboa estava ausente. Havia o ilustre clínico ido ao Rio de Janeiro em companhia do Comendador Schumann.

Essa polêmica deixa bem esclarecido e reafirmado que o Governo Trino foi instituído provisoriamente em 18 de novembro de 1889 e extinto em 29 do mesmo mês. Embora subordinada ao Diretório do Partido Republicano, que a moldava segundo os ditames do novo regime, a Câmara Municipal prosseguiu em suas atividades. Seus Editais, publicados em datas posteriores, continuaram a apresentar o Cel. Antônio José Rennó como Presidente e Agente Executivo Municipal e Ismael Pinto de Noronha como Secretário, o que ocorreu até a instituição da Intendência Municipal. Luís Dias Pereira estava certo: em 29 de novembro já estava extinto o triunvirato...

O advento da República em Itajubá trouxe alguma perturbação da ordem pública, motivada por descontentes com o novo regime. Dizia "A Verdade" de 16 de janeiro de 1890:

"É inegável que nesta cidade gozávamos tranqüilamente e vivíamos em sossego nos últimos dias do antigo regímen, embora existissem entre alguns concidadãos ressentimentos que se esperavam e impediam relações pessoais e convivência social entre eles. Depois, porém, da Proclamação da República, parece que as opiniões políticas contrárias ao novo sistema se exaltaram.

"Daqui um certo movimento de controvérsia entre republicanos e alguns homens que pertenceram aos extintos partidos monárquicos, sendo todavia certo que muitos cidadãos destes aderiram à nova ordem de coisas, sem a menor reserva, ao passo que outros o fizeram sem restrições!"

Os jornais da época noticiavam graves conflitos e pendências, notadamente os que envolveram os engenheiros que, em 1890, dirigiam a construção da estrada de ferro, e que se hospedavam na cidade. Hostes inteiras, dezenas de homens armados de varapaus se digladiavam por motivos aparentemente outros, mas que, na realidade, eram insuflados pelo respeito ou vinganças de políticos.

Depois de explodidas as dinamites em frente a residência de Frederico Schumann, fato este muito comentado pelas folhas daquele tempo, os principais próceres políticos mantiveram em casa, alguns durante meses, homens armados e vigias diligentes, que não admitiam a aproximação de desordeiros de andantes noturnos à mansão de seus chefes.

Escudada pelo Clube Republicano, a Câmara Municipal teve o seu mandato garantido até fevereiro de 1890. Em 1.º de março daquele ano o Governo Estadual criou a Intendência Municipal, com mandato anual. Assim comentava "A Verdade" de 13-03-1890:

"Por ato de 1.º do corrente mês foi dissolvida a nossa Câmara Municipal e nomeada a Intendência para substituí-la.

"Posto que a municipalidade desta cidade cumprisse regularmente os seus deveres e merecesse a confiança pública. que enxergava em cada um dos seus ex-vereadores o cidadão patriota, probo e prestante, não podia permanecer a Corporação como exceção. por isso que o pensamento do Governo Provisório, externado no Decreto número 107, de 30 de dezembro do

ano passado, foi a dissolução de todas as câmaras municipais da República como medida geral de nova e adiantada administração local, cujas limitadas atribuições eram, no regímen decaído, aguarentadas ou anuladas pelo discricionário poder centralizador dos presidentes de Província".

Com mandato anual, atuou a Intendência em 1890 e 1891. Veio, em seguida, o regime da Câmara com Conselho Distrital, que era trienal, e que assim foi até 1903, quando se restabeleceu a Câmara Municipal dos velhos moldes.

* * *

42 — A POLÍTICA NOS PRIMEIROS DECÊNIOS DA REPÚBLICA

Proclamada a República, e arrefecidos os ânimos combativos de *cascudos* e *ximangos*, não se conhece em Itajubá o aparecimento de novas ideologias políticas até o início do século, embora se pudessem apontar fracos resquícios de inconformismo tanto do lado liberal como do conservador, daqueles que pareciam ansiar por uma forma republicana mais harmoniosa com as arraigadas aspirações partidárias dos dias da Monarquia.

Sentindo essa dispersão de objetivos doutrinários e certa desconfiança para com o novo regime, manifestada mesmo entre aqueles que se diziam coesos em torno da situação imperante, foi que os repúblicos convictos e esclarecidos fundaram a União Republicana, com o fito de elucidar o povo e de arregimentar, junto ao novo sistema, um maior número de adeptos conscientes, fazendo com que todos os itajubenses hipotecassem francamente sua solidariedade ao Governo, depositando-lhe inteira confiança, esperançados todos no porvir de uma Pátria mais próspera, tanto materialmente como socialmente. Pregava-se a consolidação da mentalidade republicana.

Assim registrou "A Verdade" de 06-02-1892:

"UNIÃO REPUBLICANA — No dia 1.º do corrente, em casa do Tenente-Coronel João Carneiro Santiago Júnior, a convite deste, reuniram-se muitos eleitores com o fim de criarem um partido político, o que se efetivou, tendo apresentado as razões e motivos que aconselham este procedimento o Dr. José Pereira dos Santos. Por aclamação unânime ficou assim composto o Diretório:

"Tenente-Coronel João Carneiro Santiago Júnior, João Carneiro Santiago Sobrinho, Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Comendador Frederico Schumann e Luís José de Sousa Vianna.

"Foi nomeada a seguinte Comissão para apresentar o projeto de estatutos:

"Dr. Miguel Arcanjo de Sousa Vianna, Ismael Pinto de Noronha e Fructuoso Ramos de Lima.

"O Partido, com a denominação de União Republicana, terá por norma moderação e justiça, pugnando pelo progresso local, sob a bandeira federativa e as leis constitucionais da União e do Estado, conforme ficou resolvido na referida reunião".

Em fevereiro de 1894 a União Republicana indicava aos seus adeptos os nomes que deveriam ser votados para os cargos de senador, deputado e Presidente do Estado.

No começo do século era grande o número dos filiados ao PRM (Partido Republicano Mineiro), graças ao prestígio do Cel. João Carneiro Santiago Júnior, um dos mais estimados e respeitados chefes políticos do Itajubá de então. O Diretório desse Partido, em maio de 1902, em Itajubá, era constituído do Ten.-Cel. João Carneiro Santiago Júnior, Francisco José de Faria Sobrinho, José Manso Pereira Cabral, Manuel Ribeiro dos Santos e Comendador Frederico Schumann. Foi de longa tradição o Partido Republicano Mineiro em Itajubá.

Muito se comentou na cidade o movimento civilista e a memorável campanha oposicionista de Rui Barbosa, que supunha poder derrotar o Marechal Hermes da Fonseca. O tenentismo teve os seus adeptos, bem como simpatizantes houve em Itajubá do governo de Arthur Bernardes e de sua resistência aos revoltosos que, desde 1924, perturbavam a ordem em todo o território nacional. Estes e outros eventos políticos eram assuntos de tertúlias domésticas ou de cavaqueiras amigas nos bares, no jardim público e no Clube Itajubense, mas sem partidarismos. E todo o período da Primeira República foram decênios de tranqüilidade e de uníssona vontade popular, consolidada que era pela inteira solidariedade e confiança ao chefe da terra, Venceslau Brás Pereira Gomes, venerando oráculo e benemérito estadista, preclaro líder ouvido e seguido em todas as horas de decisão política e ideológica, por todo o povo do torrão itajubense.

Em meados de 1929, a Associação Comercial de Itajubá, presidida por Benedito (Didi) Pereira, promoveu uma reunião de todos os seus filiados, a fim de tomar uma atitude em face da sucessão presidencial. Por proposta do Dr. Francisco Sanches, deliberou a Casa endereçar ao Presidente Antônio Carlos sua solidariedade à Aliança Liberal. A Associação Comercial, auxiliada pela redação de "O Itajubá" e outros meios de comunicação da cidade, intensificou o serviço de alistamento eleitoral, tendo o Colégio Nossa Senhora da Glória aderido ao movimento, prontificando-se a ministrar gratuitamente o ensino de primeiras letras a todos os analfabetos adultos que quisessem qualificar-se.

A 21 de outubro de 1929, pela Rede Mineira de Viação, acompanhado do Dr. José de Oliveira Marques, regressou de Belo Horizonte o Dr.

Venceslau Brás, onde tomara parte, como provecto e esclarecido orientador, na grande reunião do PRM, na qual ficaram indicados os nomes de Olegário Maciel e Pedro de Almeida respectivamente para a Presidência e Vice-Presidência do Estado.

A 30 de outubro do mesmo ano era a Edilidade itajubense que se manifestava aos chefes do PRM com o seguinte telegrama:

"Itajubá, 30 — Em nome Diretório e Câmara Municipal Itajubá solidários atitude Dr. Venceslau Brás manifestamos nossa solidariedade indicação ilustres mineiros Drs. Olegário Maciel e Pedro Marques Almeida para Presidente e Vice-Presidente Estado à qual daremos franco e leal apoio pt Afetuosas saudações — Carneiro Júnior — Severiano Cardoso — Dr. João Azevedo — Ribeiro Santos — Rennó Pereira — Fortunato Peixoto — Carlos Ribeiro — Álvaro Chaves — Eduardo Silva — Vicente Sanches — Albino Alves — Paulino Faria".

A 03 de novembro o Partido Republicano Mineiro celebrou sua grande assembléia para homologação das desejadas candidaturas. Dos 215 municípios então existentes em Minas Gerais, 210 se fizeram representar. Itajubá ali esteve presente na pessoa de João Beraldo, para reafirmar sua adesão à chapa apresentada pela grande instituição partidária. Nessa memorável convenção ficou eleito membro da Comissão Executiva do PRM o conspícuo Dr. Teodomiro Carneiro Santiago.

Em 1930, a 06 de fevereiro, o Diretório do Partido Republicano Mineiro e a Câmara Municipal de Itajubá lançavam pelas ruas da cidade um Boletim Eleitoral, no qual pediam o voto, no pleito de 1.º de março, para os seguintes candidatos:

Para Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas; para Vice-Presidente da República, João Pessoa; para Senador, Olegário Dias Maciel; para deputados Federais, Teodomiro Carneiro Santiago, José Brás Pereira Gomes, José Carneiro de Resende, Júlio Bueno Brandão Filho e Eduardo Carlos Vilhena do Amaral.

Essa solicitação aos eleitores itajubenses vinha assinada pelo Cel. João Carneiro Santiago Júnior, como Presidente do Diretório do PRM; por Severiano Ribeiro Cardoso, como Agente Executivo Municipal; por Manuel Ribeiro dos Santos, Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, José Rennó Pereira, Fortunado José Carlos Peixoto, Vicente Sanches, Álvaro Mendonça Chaves, Eduardo Luís da Silva, Dr. Albino Alves Filho e Paulino Gonçalves de Faria.

Do candidato à Presidência da República recebia o Dr. Venceslau Brás o seguinte telegrama:

"Dr. Venceslau Brás — Itajubá — Não me sendo possível vg como seria de meu desejo vg visitar agora o grande Estado de Minas Gerais vg que conta em Vossa Excelência um dos seus filhos mais gloriosos vg rogo a Vossa Excelência receba as homenagens da minha cívica admiração e

transmita à gente laboriosa e progressista do sul de Minas as seguranças do meu apreço e da minha inabalável confiança na vitória eleitoral do 1.º de março pt Afetuosas saudações — Getúlio Vargas".

Realizaram-se as eleições. Em Itajubá Getúlio Vargas teve 1.854 votos, o mesmo número alcançando João Pessoa, candidato à Vice-Presidência. Júlio Prestes teve, nas urnas itajubenses, apenas 22 votos, conseguindo a mesma contagem o seu Vice, Vital Soares. O resultado das urnas em todo o território nacional, contudo, concedia a vitória a Júlio Prestes, que era o candidato imposto por Washington Luís.

A 11 de maio do mesmo ano de 1930 os itajubenses voltaram às urnas, desta feita para a escolha dos dirigentes do Estado. O Partido Republicano Mineiro e a Câmara Municipal puseram nas ruas novo Boletim Eleitoral, sob a responsabilidade dos mesmos subscritores do anterior, a 20 de abril, pedindo votos para Olegário Maciel e Pedro Marques de Almeida, candidatos à Presidência e Vice-Presidência do Estado, respectivamente. Em Itajubá, ambos atingiram a contagem de 1.202 votos, cada um.

Naquele ano de 1930, que tantas agitações trouxe para o cenário político nacional, os itajubenses sobremaneira se comoveram diante da bala assassina que prostara João Pessoa. Os possuidores de vitrolas exigiam de *A Liberty*, única firma comercial que vendia discos fonográficos, a gravação de Francisco Alves do hino ao desditoso estadista do Norte. Todos entoavam, com unção cívica, a bela composição de Eduardo Souto. No ano seguinte, a 26 de julho, o 4.º Batalhão de Engenharia mandou celebrar missa, na Matriz, pela alma do pranteado presidente da Paraíba.

A revolução de 1930 frustrou a vitória de Prestes e os desígnios de Washington Luís, e Getúlio Vargas se impôs com o sangue imolado de milhares de brasileiros.

Raiou 1931 com novas perspectivas. Confiava-se numa redenção nacional. Em Minas, Olegário Maciel ainda empunhava a bandeira de esperanças. Foi o Dr. José de Oliveira Marques quem, em nome de Itajubá, integrou a comissão de prefeitos que deveria prestar uma expressiva homenagem ao Presidente mineiro, por ocasião de sua passagem pela região sul-mineira.

Fundou-se, a 25 de fevereiro daquele mesmo ano de 1931, a Legião de Outubro. A idéia partira de Francisco de Campos, Amaro Lanari, Gustavo Capanema e de outros líderes. A 04 de abril circulava o manifesto do Núcleo Legionário de Itajubá, com o objetivo de expor a necessidade da regeneração nacional, com apelos para novas adesões de legionários, dispostos a lutar para o bem do Brasil, numa incruenta revolução social, política e econômica. Trazia o referido Manifesto os nomes dos dirigentes do Núcleo de Itajubá, e que eram Teodomiro Carneiro Santiago, José de Oliveira Marques, José Rodrigues Seabra, Severiano Ribeiro Cardoso, João Antônio Pereira, Alcides Faria, José Rennó Pereira, Manuel Ribeiro dos Santos, Jorge de Oliveira Braga, Silvério Sanches, Luís Francisco Ribeiro.

A 21 do mesmo mês e ano, houve em Belo Horizonte a grande parada da Legião de Outubro. Itajubá enviou, para esse empolgante desfile, 60 milicianos.

Logo depois, a Legião de Outubro tomava o caráter de um novo partido político, com a designação da Legião Liberal Mineira, conforme ficou resolvido em assembléia de 1.º e 2 de julho de 1931, celebrada na Capital mineira. O programa se consubstanciava nos princípios da Aliança Liberal e na plataforma de Getúlio Vargas, lançada quando candidato à Presidência da República. Foi ao encerramento dessa assembléia que o Dr. Venceslau Brás, que a presidiu, pronunciou memorável oração, repassada de fé cívica e de acendrado amor à terra mineira.

1.º de julho de 1931 o PRM declarava-se extinto, em virtude de seus adeptos se filiarem a Legião Liberal Mineira.

Em 1.º de abril de 1932 reuniram-se na residência do Dr. Teodomiro Carneiro Santiago, em Itajubá, a pedido seu, os chefes políticos itajubenses, Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Manuel Ribeiro dos Santos, Jorge de Oliveira Braga, Dr. José Rodrigues Seabra, Dr. José de Oliveira Marques, Alcides Faria, Major Severiano Ribeiro Cardoso, José Rennó Pereira, Silvério Sanches, Dr. Albino Alves Filho, Paulino Gonçalves de Faria, Euclides José Alves, Clementino Baptista da Cunha, Bernardes Domingues e Alfredo Antunes da Silva, com o fim de estudarem um telegrama enviado por Venceslau Brás e Artur Bernardes, da Capital mineira, em que comunicavam deliberações tomadas pela Legião, e pediam o apoio do Diretório de Itajubá.

Em 1932, quando ainda mal desaparecia o cheiro de pólvora gasta havia apenas dois anos, repetiram-se, em tempo mais prolongado e com maiores conseqüências funestas para os lares brasileiros, os acontecimentos bélicos que enlutaram o País. O momento era, pois, de intranqüilidade e de vivas apreensões. Tanta era a insegurança em que todos se encontravam que até a Igreja sentiu a necessidade de orientar o povo, procurando definir ideologias políticas e esclarecer posições à luz do Evangelho e da moral cristã. Realizaram-se, com esse objetivo, algumas palestras na Matriz. A 1.º de novembro de 1932, por promoção dos Padres Paulo Hartgers e João Baptista van Rooyen, o principal templo da cidade transformou-se em ampla sala de conferências. Após o canto do *Queremos Deus*, entoado entusiasticamente por toda a multidão ali presente, falaram os dois sacerdotes, esclarecendo sobre o desiderato daquela reunião. O Engenheiro Dr. José Ernesto Coelho discursou explanando os objetivos patrióticos da Liga Eleitoral Católica, então recentemente instituída. A frutuosa reunião foi encerrada com a alocução do Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima, que salientou a pesada responsabilidade das opções nas urnas.

Realmente, havia razões, e sérias, para esse movimento esclarecedor. Entrava-se num lustro pesado e inquietador da História de Itajubá, durante o qual o comunismo abriu sem temores e ousadamente uma cerrada campanha da doutrina de Marx, com palestras em público, distribuição de volantes pelas ruas, ativação de motins, pichação de muros e paredes com *slogans* soviéticos ou o escudo da foice e o martelo.

Em 26 de junho de 1932 os operários da Cia. Industrial Sul-Mineira decidiram promover uma homenagem ao diretor dessa empresa, Major João Antônio Pereira. E o fizeram com uma passeata e banda de música. O séquito proletário, após o desfile, postou-se em frente a residência do homenageado, o palacete então existente na esquina na qual hoje se encontra o Hotel Centenário, na Rua Cel. Rennó. Ali usou da palavra o culto Dr. José Ernesto Coelho, que, interpretando o sentimento daquela massa de trabalhadores, ressaltou o mérito do Major Pereira e o propósito daquela manifestação. Valendo-se do ensejo, salientou o orador o perigo social e político pelo qual todos passavam ante a ameaça do regime russo e do "terrível olho de Moscou". A esta altura, um dos agentes vermelhos, que ali aguardava o momento azado para implantar o tumulto, interrompeu o discurso com "Fora o orador!", "Abaixo o capitalismo!", "Viva o proletário!", "Morra o fanatismo religioso!", tudo isso proferido aos berros, enquanto de entre os operários houve quem retrucasse com "Continue o orador!". Banido dali o indesejado apartista, e serenados os ânimos, concluiu o Dr. José Ernesto sua oportuna oração, falando ainda em seguida o advogado Dr. José Pinto Rennó e o homenageado.

Estava, assim, manifestada a epidemia bolchevista, grassante em Itajubá.

A 16 de abril de 1933 o comunismo, ostensivamente, nomeou o seu Diretório de Itajubá, com o rótulo de Centro Trabalhista Itajubense. Antes, a 09 do mesmo mês, o agente vermelho atuante na cidade, o ex-sargento do Exército e fotógrafo Francisco Gonçalves Moura, fez distribuir pela cidade um manifesto, concitando o operariado a dar-lhe o apoio para a instalação da sede de seu Partido. Em colaboração com Benedito Justino dos Santos, José Costa Neto e Quintino Lemos, fundou Moura o jornal "A Tribuna Proletária", como órgão do Partido Trabalhista Mineiro. Uma outra folha surgia na mesma época na cidade, "O Trabalhista", que parecia não doutrinar por cartilha diferente, embora de maneira mais camuflada e receosa. A pele de ovelha era sempre o *trabalhismo*.

A 1.º de janeiro de 1933 fundou-se o Diretório Político-Social de Itajubá. A instalação foi celebrada solenemente no salão de festas do Clube Itajubense. Era uma útil, necessária e oportunissima instituição, chefiada por cidadãos de reconhecida idoneidade e discernimento, e que vinha guiar, com elevação cívica e critério, o povo tão exposto, como estava, às influências de doutrinas incompatíveis com os sentimentos de liberdade e de democracia de nossa gente. A histórica sessão foi aberta pelo Prefeito Dr. José Rodrigues Seabra. O Diretório ficou assim constituído:

Bráulio Carneiro Santiago, Presidente; Silvério Sanches, Vice-Presidente; José Rennó Pereira, Secretário; Jorge de Oliveira Braga, Manuel Ribeiro dos Santos, Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz e José Martiniano da Silva, membros.

Por proposta do Dr. Sebastião Osório, a Comissão de Arregimentação Eleitoral ficou composta de José Rennó Pereira, Presidente; Paulino

Gonçalves de Faria, Vice-Presidente; Silvério Sanches, Secretário; José Martiniano da Silva e outros, membros auxiliares.

Por proposta do Dr. Carlos Ribeiro Filho, a Comissão Central foi composta do Cel. Jorge de Oliveira Braga, Presidente; Severiano Ribeiro Cardoso, Vice-Presidente; Dr. Albino Alves Filho, Secretário; Bráulio Carneiro Santiago e outros, membros auxiliares.

Essa momentosa reunião foi, a convite do Prefeito Municipal, presidida por Jorge de Oliveira Braga, depois de cujas palavras levantou-se o Dr. Albino Alves Filho para propor que se enviasse ao Presidente Olegário Maciel um telegrama, a fim de notificar-lhe aquela fundação. Falaram ainda os Drs. João Baptista Randolpho Paiva, Luís de Lima Vianna, José de Oliveira Marques e Xavier Lisboa.

Enquanto isso, o ex-Sargento Moura ia doutrinando, a seu modo, os simpatizantes do credo marxista. As tipografias de Itajubá recusaram imprimir sua "Tribuna Proletária". Mandou-a ele para oficinas de cidades vizinhas. Como a polícia, para interceptar-lhe a circulação, passou a esperar a folha na estação ferroviária, o cupincha do Moura, que ia buscar o pacote, ao aproximar o trem da cidade, atirava, da janela do carro, o maço ao parceiro que já o esperava em combinado ponto. Assim, quando o trem chegava à *gare*, e a polícia vasculhava os carros do comboio, já o proibido jornal estava sendo distribuído em toda a cidade...

Em 1934 já se divulgava pela cidade uma outra doutrina política — o Integralismo. Entusiastas do novo partido, representantes da melhor sociedade da terra, velhos e moços, acadêmicos e profissionais liberais, de ambos os sexos, empolgados todos pela revolucionária falange, se denunciavam pela aparatosa camisa verde, pelo sigma no meio do braço, e pelos *anauês* trocados entre os adeptos, à guisa de mesuras e de penhor de solidariedade. A época era a da influência do nazismo de Hitler e do fascismo de Mussolini.

Em 25 de outubro de 1934 o novo credo político foi, na cidade, pregado por um dos mais ardorosos epígonos de Plínio Salgado, o Dr. Miguel Reale. Sua palestra doutrinária foi realizada no Cine Apolo. Alguns antipatizantes do Integralismo pretenderam, ali, impedir a realização do comício, porém, restaurada energicamente a ordem pelos próprios prosélitos do sigma, o orador expôs, sem mais incidentes, os objetivos e as conveniências do sistema.

No ano seguinte, a 28 de abril de 1935, era o próprio líder verde, Plínio Salgado, quem, no Cine-Teatro Apolo, acompanhado do aplaudido escritor Gustavo Barroso, falava aos seus seguidores. No dia seguinte, Plínio e Barroso fizeram conferências no Instituto Eletrotécnico e em vários outros estabelecimentos da cidade.

Nos dias 26, 27 e 28 de julho de 1935, Itajubá foi teatro das celebrações de um grande Congresso Integralista. O encerramento, a 28, se efetivou aparatosamente no Apolo. Estiveram presentes, além do *Chefe nacional*

do novo credo político, Plínio Salgado, as delegações de todas as cidades do sul de Minas. Falaram, então, vários conferencistas, entre os quais o líder Plínio e os Drs. J. Venceslau Júnior, Miranda Neto e José Sanches, este último na qualidade de Diretor do Núcleo de Itajubá.

De mistura com homens bem intencionados e de erguidos propósitos patrióticos, se punham nocivamente alguns anarquistas. Aquele ano de 1935 havia amanhecido de maneira trágica para os itajubenses. Já no final de 1934, os extremistas, chefiados pelo ex-Sargento Francisco Gonçalves Moura, procuravam indispor os operários de fábricas contra seus patrões e, sobretudo, contra o Governo e outras autoridades. Moura, que já havia promovido um comício de caráter abertamente bolchevista, preparava-se para a celebração do segundo. O Cel. Pedro Paulo Ferreira de Menezes, Comandante do 4.º Batalhão de Engenharia, tendo conhecimento das atividades terroristas de seu ex-comandado, procurou apurar o fundamento das denúncias que envolviam Moura e seus sequazes, e, com a coadjuvação do Delegado Regional Amynthas Gomes, prendeu-os e os remeteu para o Rio de Janeiro. Alguns dos implicados conseguiram fugir da cidade. Uma vez em liberdade, Moura e seus companheiros de *complot* regressaram a Itajubá, e retomaram os trabalhos extremistas. O ex-Sargento, para o ganha-pão, valeu-se da profissão de fotógrafo. Pela "Tribuna Proletária" os vermelhos atacavam pessoas respeitáveis da sociedade, com insolentes acusações, e injuriavam autoridades, com o fim de provocar a confusão, bem como antipatia contra os homens de bem. Eis que na manhã de 31 de dezembro de 1934 foi distribuído pela cidade um convite ao povo para um "grande comício socialista" no antigo Estádio, quando seria apresentado "pela primeira vez o distintivo do Partido Socialista e o programa político municipal para a próxima campanha eleitoral". Além da palavra do Moura, anunciava-se o discurso do advogado Antônio Benedito, que o fazia — dizia o referido convite — em nome do Partido Republicano Mineiro, "propondo a formação de uma Frente Única de Oposição".

À vista da exaltação de ânimos então reinante em toda a cidade, e diante da iminência de graves acontecimentos, pessoas prudentes e sensatas, bem como as autoridades policiais, procuravam impedir a realização de semelhante comício. De nada valeram medidas e advertências. Obstinadamente o ex-Sargento Moura queria, de qualquer forma, sem medir conseqüências, realizar a anunciada aglomeração de populares.

Na tarde do dia 31, tendo Moura insultado, na Avenida Cel. Carneiro Júnior, um grupo de operários, e como estes reagissem com algumas pancadas, a polícia removeu agressores e agredidos para a cadeia. Postos, momentos depois, em liberdade, Moura com seus adeptos retomaram os maços de boletins de propaganda marxista, e prosseguiram a sua distribuição pela cidade.

A notícia da prisão do perigoso agente comunista foi logo divulgada, fato que motivou grande concentração de curiosos no centro da cidade. Diante dessa confusão, e da manifestação de revolta por parte de alguns, situação que punha em desassossego a sociedade local, foi improvisado um

comício na Praça Venceslau Brás, em frente a residência do venerando chefe e ex-Presidente da República, para onde as autoridades procuraram atrair o povo. Usando de seu verbo respeitado e orientador, o Dr. José Ernesto Coelho concitou a enorme massa de populares a ouvi-lo naquele instante, sobre a maneira cristã e patriótica de todos se comportarem em tão delicada e perigosa circunstância, e sobre a opção política mais condizente com os sentimentos de brasilidade, procurando mostrar a verdadeira atitude que os homens de bem deveriam então tomar, para preservar a sociedade, a Pátria, a democracia, a liberdade e a família. Quando o orador era delirantemente aplaudido, ouviram-se os primeiros tiros, disparados pelos vermelhos contra o povo ali aglomerado. Naquele instante Moura já se aproximava da Praça Venceslau Brás, ladeado de seus pistoleiros, que o defendiam fanaticamente. Com a chegada do grupo agitador, recrudesceu o tumulto. Foi quando, vindo da Avenida Cel. Carneiro Júnior, um sedan preto, de estores arriados, atravessou a praça, e dele partiu uma sinistra rajada de metralhadora contra os agitadores, ferindo muitos e matando o esperançoso e jovem acadêmico de Engenharia Joaquim Rodrigues Pinto Filho, de tradicional família itajubense. Também bastante ferido ficou o líder comunista local, ex-Sargento Moura, que recebeu os primeiros curativos na Farmácia Xavier, para a qual foi transportado por dois militares. Na Santa Casa de Misericórdia foram recolhidos vários feridos, entre os quais, em estado grave, Francelino Ferreira, José Crispim, José Teófilo e Mário Pereira Lima. No mesmo nosocômio foi internado o agitador Moura.

Valendo-se do tumulto, alguns pistoleiros procuraram aumentar o pânico, atirando para aterrorizar, disparando a esmo armas pelas ruas. Imediatamente o Cel. Pedro Paulo Ferreira de Menezes, Comandante do 4.º Batalhão de Engenharia, fez deslocar para a cidade várias patrulhas, que puseram fim à desordem.

O Interventor mineiro, Benedito Valadares, assim teve conhecimento do grave conflito, enviou para Itajubá um contingente de policiais da Força Pública, do Batalhão aquartelado em Lavras.

No Rio de Janeiro, o Ministro da Guerra, General Goes Monteiro, assim se referiu à imprensa carioca, referindo-se aos acontecimentos de Itajubá:

"Trata-se de um conflito provocado por um agitador já conhecido das autoridades militares, um ex-cantineiro expulso das fileiras do Exército, a bem da disciplina e da ordem".

Pedro Bernardo Guimarães, numa crônica publicada no "Araguari" de 20 de janeiro de 1935, jornal da cidade de mesmo nome, comentava:

"O Sr. Venceslau Brás, temperamento conhecido de conciliação e paz, o maior amigo de seus operários, estadista desambicioso e democrata que se encaneceu no serviço da Pátria, vive ainda porque a mercê de Deus permitiu que fracassasse o plano eliminador que a vertigem sangüinária do ex-Sargento Moura arquitetara. Vingassem as sinistras intenções da cons-

piração moscovita, voariam fábricas dinamitadas, e a noite de 31 de dezembro, consagrada a São Silvestre, seria a reprodução da chacina de São Bartolomeu"...

Quase um ano depois, em 24 de novembro de 1935, um grande préstito de operários percorreu as ruas da cidade, no intuito de dar uma pública demonstração de obediência e acatamento aos chefes e patrões, o que significava ainda um protesto contra as atividades comunistas. Defronte da residência de Venceslau Brás vários oradores se fizeram ouvir, depois do que a massa de trabalhadores se dirigiu para o Clube Itajubense, onde falou o Presidente do Sindicato dos Ferroviários.

E não se falou mais em comunismo em Itajubá. Morto Teodomiro Santiago, foi reorganizado o Diretório político de Itajubá, filiado ao Partido Progressista, que em março de 1937 ficou assim constituído:

Presidente: Deputado Dr. José Brás Pereira Gomes; Vice-Presidente: Deputado Dr. José Rodrigues Seabra; Secretário: Major Severiano Ribeiro Cardoso; Tesoureiro: Bráulio Carneiro Santiago; Membros: Alcides Faria, Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz, Jorge de Oliveira Braga, José Rennó Pereira, Manuel Ribeiro dos Santos, Silvério Sanches e Euclides J. Alves.

As reuniões do Partido Progressista eram realizadas numa sala da antiga Fábrica de Chapéus, na Praça Venceslau Brás.

Do idealismo sadio de esteios cívicos surgiram patrióticas correntes partidárias, a que se filiaram os dignos e esclarecidos itajubenses. E se impuseram as falanges do Partido Social Democrático (PSD), da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Democrata Cristão (PDC), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e de outras arregimentações partidárias, dispostos todos a lutar em prol de uma Pátria livre, democrática e cristã. Anos depois, extintas essas fileiras, seus adptos itajubenses se reuniram em torno do Movimento Democrático Brasileiro (MBD) e da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), instituições estas que se dissolveram em novembro de 1979 para darem lugar às novas e atuais correntes partidárias.

Nas décadas de 1940 e 1950, em Itajubá, nenhum outro Partido tanto fez vibrar as massas populares como o PTB. Getúlio Vargas, o Presidente que amparou o trabalhador, era uma bandeira firmemente norteadora, em torno da qual os trabalhadores se uniam confiantes no destino da Pátria e da justiça social. Por ocasião da restauração das câmaras municipais democráticas, em 1947, os numerosos adeptos do Partido Trabalhista Brasileiro tiveram uma atuação marcante na vida política de Itajubá. Nas vésperas das eleições, organizaram-se em procissão, com grande massa de trabalhadores das diversas indústrias e engrossada com os demais elementos filiados ao Partido, e, partindo do Pacatito, cerca de dois mil homens, entusiasticamente, desfilaram até o centro da cidade, proferindo vivas a Getúlio e aos paredros da facção local.

A prova do predomínio do PTB de então está no resultado das eleições de 23 de novembro de 1947, quando, em Itajubá, o candidato do Partido, Cel. Alcides Faria, saiu vitorioso como Prefeito. Não tomou posse

porque o candidato adversário foi favorecido pelos votos de Piranguçu, então distrito de Itajubá, hoje cidade, onde não existia a influência trabalhista e em que os eleitores, em grande maioria humildes homens do campo, acatavam, sem recalcitrar, as determinações dos respeitados chefes políticos locais, infensos à política getulista.

Dos comícios mais concorridos e memoráveis realizados em Itajubá por figuras de projeção nacional, citem-se:

O de 11 de janeiro de 1947, por Milton Campos, candidato ao Governo de Minas Gerais, quando falaram ainda, da sacada da residência do venerando Dr. Venceslau Brás, o próprio Venceslau e o Dr. Olinto Carneiro Vilela; o de 11 de agosto de 1950, de Juscelino Kubitschek de Oliveira, então candidato ao Governo do Estado; o de setembro de 1950, de Gabriel de Resende Passos, igualmente candidato ao leme estadual; o de 09 de setembro de 1950, de Adhemar de Barros, então Governador de São Paulo; o de 14 de setembro de 1950, do Brigadeiro Eduardo Gomes e Odilon Braga, candidatos à Presidência e Vice-Presidência da República; o de 16 de fevereiro de 1954, dos deputados Alcides Mascarenhas Lage e Lúcio Bittencourt; o de 12 de novembro de 1953, do Jornalista Carlos de Lacerda; o de 2 de junho de 1955, de Francisco José Bias Fortes, candidato ao Governo Estadual; o de 9 de junho de 1955, de Plínio Salgado, candidato à Presidência da República; o de 1.º de setembro de 1955, de Juarez Távora, Milton Campos, Bilac Pinto, Osvaldo Pierucetti, Jânio Quadros, Juracy Magalhães, Tenório Cavalcanti, Oscar Correia e outros; o de 14 de setembro de 1958, de Gabriel de Resende Passos; o de 16 de agosto de 1959, de José de Magalhães Pinto, Olavo Bilac Pinto, Osvaldo Pierucetti, José Bonifácio de Andrada Filho, Paulo Campos e José Bonifácio de Andrada Neto; o de 25 de junho de 1960, realizado pelo General Teixeira Lott, Baptista Luzardo e Tancredo Neves; o de 3 de julho de 1960, de Adhemar de Barros; o de 9 de julho de 1960, de Jânio Quadros; o de 9 de setembro de 1960, de Edna Lott, filha do Marechal Teixeira Lott, candidato à Presidência da República.

* * *

43 — O GOVERNO MUNICIPAL NA MONARQUIA

Nos velhos tempos, — explica Francisco de Paula Ferreira de Resende em *Minas Recordações*, pág. 220 — era o Juiz de Paz quem presidia as eleições, "pela razão muito plausível de que é ele o verdadeiro representante da maioria". As Mesas para as votações se instalavam nas igrejas. Não raro, no interior dos templos, os adversários se agarravam em lutas corporais, com agressões e atentados a faca ou a tiro. Na transcrição feita no capítulo 40, de um escrito do Professor Cornélio de Faria, já se viu que

Matias Correia de Miranda, pistoleiro do Dr. Aureliano Magalhães, chefe dos liberais, durante a madrugada, no assalto que os *ximangos* praticaram na Matriz de Itajubá, atirou contra Serrador, que vigiava a urna por ordem do Cel. Rennó, o chefe dos conservadores...

Quando o movimento era maior, também se votava na Casa da Câmara, conforme se pode ver na Circular de 20 de julho de 1881, de Ouro Preto. Raramente se permitiam tais atos em casas residenciais.

A Igreja se opunha, no entanto, a que os templos católicos servissem para essas tumultuosas reuniões profanas. Nos seus *Estudos de História do Brasil*, págs. 118/119, Basílio de Magalhães informa que D. Pedro Maria de Lacerda, Bispo diocesano do Rio de Janeiro, em 1872, dirigiu ao Governo Imperial o pedido para que não mais se efetuassem nos templos católicos as eleições políticas, não logrando deferimento.

A primeira Mesa eleitoral instalada em Itajubá, sob a custódia e presidência das autoridades itajubenses, foi a de 7 de setembro de 1852. A de 1849, quando foram eleitos os primeiros vereadores da vila então criada, foi um ato presidido pela Câmara da Campanha, município do qual Itajubá ia desligar-se naquele ano.

Para que se tenha idéia de como se processam, *in illo tempore*, as eleições, vejamos um trecho da Ata então lavrada em 8 de setembro de 1852:

"Declarou o Presidente estar instalada a Assembléia Paroquial, e por conseguinte vai proceder ao recebimento das cédulas que cada um votante deve trazer à Mesa, a saber uma para vereadores, outra para juízes de paz, eu rogo aos Srs. votantes quando forem chamados pela lista geral e suplementar venham entregar as suas cédulas a fim de serem recolhidas na urna que se acha colocada sobre a Mesa para depois de concluído o recebimento se separarem umas das outras, contar e apurar nomeio para Secretário ao eleitor João Antônio Dias que irá fazendo a chamada pelas listas e servirá até à conclusão da presente eleição, incontinenti o Secretário principiou a fazer a chamada pela lista geral, e o Presidente foi recebendo as cédulas, e pondo na urna. Às 4 horas e 20 minutos mandou o Juiz de Paz contar as cédulas recebidas, e acharam-se ser o seu número 153 para vereadores, outras tantas para juízes de paz, foram recolhidas à urna, e fechadas com 3 chaves ficando uma com o Presidente, outra com o Secretário, e outra com o Eleitor Suplente Joaquim Cândido Vilela, e levantou-se a sessão declarando o Presidente que no dia seguinte se continuaria no recebimento das cédulas dos votantes às 9 horas da manhã, ficando a urna sobre a Mesa no corpo da Igreja para quem quiser guardar. Aos 8 dias do mês de setembro do corrente ano pelas 9 horas da manhã reunido o Presidente, e mais membros da Mesa, declarou o Presidente estar aberta a sessão, e por conseqüência vai-se fazer a chamada do resto dos votantes e assim se observou concluída a chamada, e recebimento das cédulas mandou o Presidente contar todas as cédulas, e acharam-se ser seu número 215 para vereadores e 215 para juízes de paz. Declarou o Presidente que se ia dar à apuração e que nomeava ao Eleitor Suplente Fermiano José Botelho para

fazer a leitura dos nomes das cédulas para vereadores, e assim se cumpriu". Segue-se a lista dos candidatos votados, com a indicação do número de votos. "Apareceram algumas cédulas de vereadores com falta de nomes que não estavam nas circunstâncias de ser admitidos, e consultando o Presidente da Mesa este foi de opinião que fossem inutilizadas, e assim se observou. Vieram a faltar 55 votantes a saber: 4 falecidos, 16 com parte de doentes, 25 ausentes e 10 mudados, sendo proposto pelo Presidente se deveriam os que faltaram ser ou não relevados da multa, decidiu a Mesa unanimemente que fossem relevados da multa, e por esta forma se deu por concluída a presente eleição, inutilizadas as cédulas e para constar mandou o Juiz de Paz Presidente lavrar a presente Ata que depois de aprovada foi assinada pelo Presidente e Mesários depois de lida por mim João Antônio Dias, Secretário que escrevi e assino". Seguem-se as assinaturas. O Presidente da Mesa era o Juiz de Paz Custódio Ribeiro Pereira.

Em *As primeiras eleições do Brasil, no século passado,* publicado em "O Estado de São Paulo", de 26-11-1972, assim explica Manuel de Figueiredo Ferraz:

"No dia aprazado para as Eleições Paroquiais, terminada a cerimônia religiosa, o Presidente da Câmara, o Pároco e o Povo se dirigirão à Casa do Conselho, ou às que melhor convier, e aprovarão, dentre os circunstantes, os Secretário e Escrutinadores, que serão aprovados ou rejeitados por aclamações populares. Quando a Freguesia até 400 fogos, inclusive, haverá um Secretário e dois Escrutinadores; e nas que tiverem daí para cima, pois Secretários e três Escrutinadores.

"Lavrar-se-á a Ata da nomeação da Junta Paroquial, composta do Presidente, Pároco, Secretários e Escrutinadores, quando o Presidente perguntará se algum dos circunstantes sabe e tem que denunciar suborno ou conluio para que a Eleição recaia sobre pessoa ou pessoas determinadas. Toda a dúvida sobre o fato argüido será decidida pela Mesa em ato sucessivo, perdendo o incurso o direito ativo e passivo do voto e sofrendo o caluniador a mesma pena".

Os eleitores, naquele tempo, eram escolhidos pelos representantes do povo e seu número era proporcional à quantidade de "fogos" (casas). A Lei determinava 1 eleitor para cada 100 "fogos", contados em todo o município. Nas primeiras eleições, pois, em Itajubá, verificava-se o número de "fogos" da sede, de Delfim Moreira (então Soledade de Itajubá), de Brasópolis (São Caetano da Vargem Grande), de Piranguçu e de Pedralva (então São Sebastião da Capituba). O Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina) se desmembraria de Itajubá logo em 1850. A soma dos "fogos", dividida por 100, dava o número de eleitores.

De início, elucida João Ribeiro na sua *História do Brasil,* pág. 388, "não se conhecia ainda processo regular de eleições e adotou-se o da constituição espanhola, segundo a qual a escolha se fazia por muitos graus diferentes: o povo elegia comissários; estes, os eleitores paroquais, que escolhiam os da Província; afinal, os eleitores provinciais nomeavam os deputados".

Durante todo o período do Império até 1930 o Presidente da Câmara era, ao mesmo tempo, o Agente Executivo Municipal, que hoje se denomina Prefeito. A Municipalidade se unificava, tornando-se, pois, em uma só Casa. O desdobramento em duas Casas, a Legislativa e a Executiva, ou seja, a Câmara e Prefeitura, é de 1947 para cá.

Enquanto vila, a Câmara Municipal era composta de 7 vereadores.

Foram as seguintes os Corporações governamentais do município de Itajubá durante a Monarquia:

— I —

Quatriênio 1849-1852

Comendador João Carneiro Santiago, José Manuel dos Santos Pereira (pai do célebre cientista Dr. Vital Brasil), Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (deixando Itajubá, seria Conselheiro do Império, Governador da Província, Ministro da Fazenda, da Justiça, da Marinha e da Guerra), Caetano Ferreira da Costa e Silva (bisavô materno de Venceslau Brás Pereira Gomes), Cândido Ribeiro da Costa, José Caetano Grilo e Antônio Dias Pereira (bisavô paterno de Venceslau Brás Pereira Gomes).

Posse em 21 de junho de 1849.

Suplentes que também desempenharam o cargo de vereador:

Dr. Domiciano da Costa Moreira, Joaquim Carlos de Noronha, Antônio Soares dos Santos, Manuel Alves dos Reis e Francisco José Pereira.

Desempenharam a função de Presidente:

João Carneiro Santiago, José Manuel dos Santos Pereira, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, Caetano Ferreira da Costa e Silva e Antônio Dias Pereira.

Foi Secretário: Luís Rodrigues de Miranda.

Uma vez emancipado o território cristinense, coube à Câmara Municipal de Itajubá, conforme determinava o Ofício de 30 de outubro de 1851, providenciar as eleições de vereadores da nova vila, o que realmente foi feito (Ata de 17 de novembro de 1851). Um desses vereadores eleitos em Cristina fazia parte da Edilidade itajubense, o Comendador João Carneiro Santiago, que, aliás, era filho de Cristina, como também o era Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Na Ata da sessão de 31 de março de 1852 ficou registrada a despedida do venerando João Carneiro:

"Um Ofício do Vereador João Carneiro Santiago, datado de 16 de fevereiro p.p., em que comunicava ter tomado posse de vereador na Vila Cristina e que, por isso, se despedia desta Corporação manifestando os sen-

timentos de gratidão com que sempre foi acolhido nesta Câmara. Deliberou-se que se acuse a recepção e que se agradeçam os relevantes serviços por ele prestados em prol deste município".

O Comendador João Carneiro Santiago, pai do Cel. Carneiro Júnior, foi, pois, o primeiro Agente Executivo (Prefeito) de Itajubá.

— II —

Quatriênio 1853-1856

Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior, Cândido Rebelo de Araújo Palhares, Manuel José Pereira Gomes, João Plácido de Miranda, Vitor Modesto Ribeiro de Carvalho, Manuel Gonçalves da Costa e Guilherme Luís de Sá.

Eleições em 7 de outubro de 1852. As eleições de 7 de setembro foram anuladas, por constatação de fraude. Posse em 7 de janeiro de 1853.

Suplentes que também exerceram a vereança:

Dr. Domiciano da Costa Moreira, Antônio Soares dos Santos, Joaquim Pinto de Noronha e José Caetano Grilo.

Foram Presidentes efetivos:

Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior e Manuel José Pereira Gomes.

O Secretário desse período foi Luís Rodrigues de Miranda.

Durante esse período do Governo municipal, os itajubenses foram às urnas em 27 de fevereiro de 1853 para a escolha do senador que deveria preencher a vaga deixada pelo Padre Marcos Antônio Teixeira de Barros; em 30 de outubro do mesmo ano, para a eleição do deputado à Assembléia Geral, para preencher a vaga deixada pelo Dr. Luís Antônio Barbosa, que se afastava da curul legislativa para assumir a pasta da Justiça.

A Lei Provincial n.º 842, de 19 de setembro de 1855, dividiu a Província de Minas Gerais em 20 distritos eleitorais. Itajubá passou a integrar o 14.º Distrito, cuja sede era a cidade da Campanha.

— III —

Quatriênio 1857-1860

Guilherme Luís de Sá, José Vieira Carneiro e Silva, Francisco José Pereira, Caetano Ferreira da Costa e Silva, José Caetano Grilo, Joaquim Pinto de Noronha e José Martins Tosta Sobrinho.

Eleições em 29 de outubro de 1856; posse em 7 de janeiro de 1857.

Suplentes que exerceram a vereação:

Joaquim Inácio Vilas-Boas da Gama, Joaquim Francisco Pereira Júnior, Francisco de Paula Xavier Machado, Francisco Tomás de Aquino Marinho, Luís Achilles Salomon, Evaristo da Silva Campista, Honório José de Oliveira, José Bernardino de Noronha, José Maria Ribeiro de Carvalho, Dr. Domiciano da Costa Moreira e Dr. Cândido Rebelo de Araújo Palhares.

Presidentes efetivos desse período:

Guilherme Luís de Sá, Francisco José Pereira, José Vieira Carneiro e Silva e José Caetano Grilo.

Secretários: Luís Rodrigues de Miranda, Joaquim Monteiro de Brito, Joaquim José dos Reis Oliveira e João Alves dos Reis.

A Lei provincial de 18 de agosto de 1860 reduziu Minas Gerais a somente 7 Distritos eleitorais, anulando a antiga divisão em 20. Itajubá ficou incluída no 5.º Distrito Eleitoral, cuja sede permanecia na Campanha. Tal divisão permaneceria até 1875.

— IV —

Quatriênio 1861-1864

Padre Antônio Caetano Ribeiro, Manuel José Pereira Gomes, Antônio Luís Alves de Noronha, Luís Achilles Salomon, Tenente Francisco Vieira da Silva, Dr. Cândido Rebelo de Araújo Palhares e José Manuel dos Santos Pereira Júnior.

Eleições em 9 de novembro de 1860; posse em 7 de janeiro de 1861.

Em 8 de abril de 1863 tomaram posse os Suplentes Antônio Luís Pinto e Domiciano José de Melo para completar a Casa Legislativa, que passava a ser de 9 vereadores por motivo da elevação da vila à categoria de cidade, em 4 de outubro de 1862. Era o cumprimento da velha Lei de 1.º de outubro de 1828.

Suplentes que exerceram a vereação:

Dr. Domiciano da Costa Moreira, Honório José de Oliveira, Francisco Tomás de Aquino Marinho, Caetano Ferreira da Costa e Silva, Manuel Correia de Miranda, Francisco Pereira de Magalhães, José Maria Ribeiro de Carvalho, Antônio José Rennó, Francisco Xavier dos Santos, Francisco de Paula Xavier Machado, Evaristo da Silva Campista e Joaquim Francisco Pereira Júnior.

Presidentes efetivos desse período:

Padre Antônio Caetano Ribeiro, Antônio Luís Alves de Noronha, Manuel José Pereira Gomes, Honório José de Oliveira, Caetano Ferreira da Costa e Silva e Dr. Cândido Rebelo de Araújo Palhares.

Secretários: João Alves dos Reis, Liduardo Rodrigues de Sousa, Francisco Vaz Pereira, Manuel Francisco Rocha Filho, Joaquim Custódio da Silva e Camilo de Lelis.

— V —

Quatriênio 1865-1868

Dr. Domiciano da Costa Moreira, Ten.-Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, Antônio Luís Pinto, Manuel Gomes de Oliveira, Padre Antônio Caetano Ribeiro, Manuel Correia de Miranda, Honório José de Oliveira, Manuel Félix de Alvarenga e Silva e Dr. José Manuel Pereira Cabral.

Eleições em 8 de outubro de 1864; posse em 7 de abril de 1865.

Realizaram-se essas eleições na igreja Matriz. Foram também tomados votos em casa de Francisco José Pereira, fato que levou os edis a entrar em discussão, a fim de decidir-se se a Mesa deveria ou não apurar tais votos, tendo-se declarado contrários à apuração os Vereadores Dr. Domiciano da Costa Moreira e Antônio Luís Pinto. O Secretário que atuou em casa de Francisco José Pereira foi José Bento Rodrigues Gama.

Deliberou "a Câmara não apurar os votos da eleição — diz a Ata — feita em casa particular de Francisco José Pereira por nelas conhecer nulidades, como seja além de ser feita em uma casa particular onde se acham arregimentadas mais de trezentas pessoas armadas provocando desordem pública, foi presidida por um Juiz de Paz que se achava com pronúncia sustentada pelo crime de estelionato, e mais também despida de formalidades como fosse o livro que nem todo numerado e rubricado foi".

Os votos tomados em separado, da referida eleição, foram para os seguintes candidatos: Padre Antônio Caetano Ribeiro, Dr. Américo da Silva e Oliveira, Dr. José Manuel Pereira Cabral, José Baptista de Carvalho, Joaquim José Pereira Dias, José Bento Rodrigues Gama, Luís Achilles Salomon, Manuel Pereira Vilaça, Galdino Pereira de Almeida, todos estes com 400 votos cada um, e Manuel José Pereira Júnior, com 9 votos (Ata da reunião de 8 de outubro de 1864).

A eleição realizada ilegalmente em casa de Francisco José Pereira foi anulada pelo Governo Provincial, conforme seu Ofício de 14 de março de 1865, do qual a Câmara Municipal de Itajubá tomou conhecimento na sessão de 7 de abril do mesmo ano, quando então se deu posse à nova Edilidade.

Suplentes que exerceram a vereação:

Dr. Américo da Silva e Oliveira, José Baptista de Carvalho, José Bento Rodrigues Gama, João Rodrigues Ramos e Joaquim Francisco Pereira Júnior.

Presidentes efetivos desse período:

Dr. Domiciano da Costa Moreira, Antônio Luís Pinto e Padre Antônio Caetano Ribeiro.

Secretários: Francisco Vaz Pereira, João Alves dos Reis, Manuel Félix de Alvarenga e Silva, José Manuel Pereira Cabral, Manuel José Vaz Pereira e Joaquim Francisco Pereira Júnior.

— VI —

Quatriênio 1869-1872

Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior, Dr. Américo da Silva e Oliveira, Bernardo de Araújo Guimarães, Antônio Vaz Santos Silva Júnior, José Arruda de Carvalho, Joaquim José Pereira Dias, Manuel José de Toledo, Galdino Pereira de Almeida e Fermiano Caetano Ferreira.

Eleições em 9 de setembro de 1868; posse em 9 de outubro do mesmo ano.

As eleições de vereadores e juízes de paz para esse quatriênio marcaram um dos mais renhidos e tumultuados pleitos dos velhos tempos, de cujos protestos e reclamações se lavrou a longa Ata, transcrita no capítulo 40. Por motivo da renúncia de quase toda a Edilidade do quatriênio anterior, foi antecipada a posse para 9 de outubro de 1868, o que normalmente deveria ocorrer em janeiro do ano seguinte.

Suplentes que desempenharam a vereança:

José Bento Rodrigues Gama, Manuel José Dias Pereira e Francisco Pereira da Silva.

Presidentes efetivos desse período:

Manuel José Pereira Júnior, Dr. Américo da Silva e Oliveira e Bernardo de Araújo Guimarães.

Secretários: Francisco Vaz Pereira e João Alves dos Reis.

— VII —

Quatriênio 1873-1876

João Gonçalves da Silva, Cap. Antônio José Rennó, Cel. João Carneiro Santiago Sobrinho, José Antônio da Silva Pinto, Francisco Brás Pereira Gomes, João Baptista Braga, Joaquim José dos Santos Pereira, Francisco Fernandes da Silva e Tenente Manuel Ribeiro de Carvalho.

Eleições em 9 de setembro de 1872; posse em 7 de janeiro de 1873.

Em 1874 criaram-se os Colégios Eleitorais. O 3.º Distrito Compunha-se de 4 Colégios, o de Baependi, o de Cristina, e de Aiuruoca e o de Itajubá.

O de Itajubá, num total de 42 eleitores, era formado das Paróquias de Itajubá (13 eleitores, sendo 3 por Piranguçu), Soledade de Itajubá (8 eleitores), Vargem Grande, atual Brasópolis (10 eleitores) e São José do Paraíso, atual Paraisópolis (11 eleitores), então distritos de Itajubá.

Com exceção das eleições municipais, os votos, então, se processavam indiretamente, isto é, elegiam-se os eleitores, e estes, em número, portanto, muito reduzido, é que optavam nas urnas pelos membros das assembléias legislativas provinciais e gerais. Fazia-se, pois, naquele tempo, diferença entre *votantes* e *eleitores*. Itajubá tinha, em 1874, na sua sede, conforme já se disse, 10 eleitores, e mais ainda os 10 eleitores especiais (suplentes) e 406 votantes.

Os eleitores itajubenses eram, então, os seguintes:

Eleitores gerais: — Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior, Cap. José Manuel dos Santos Pereira, Cap. Antônio José Rennó, João Baptista Braga, José Bento Rodrigues Gama, João Carneiro Santiago Sobrinho, Joaquim Mariano Ribeiro, José Arruda de Carvalho, Dr. Américo da Silva e Oliveira e Alferes Luís Francisco Rennó.

Eleitores especiais: — Dr. José Manuel Pereira Cabral, Major Francisco José Pereira, Tenente José Baptista de Carvalho, Manuel Teotônio Pereira dos Santos, Anselmo Pereira dos Santos Cabral, Marcos Antônio Grilo, Cândido Caetano Ferreira, João Caetano da Silva Vieira, Alferes Cândido José Rennó e Alferes Joaquim José Pereira Dias.

Era esse o Colégio Eleitoral de Itajubá (distrito da sede).

É de 20 de outubro de 1875 a Lei Imperial n.º 2.675, "suprimindo os distritos eleitorais e restabelecendo as eleições por províncias, mas em listas incompletas, votando o eleitor em dois terços do número total dos deputados designados para cada província. Em Minas Gerais, que dava 20 deputados à Assembléia Geral e 40 à Assembléia Provincial, o eleitor votaria em 14 nomes nas eleições dos primeiros e em 27 nas dos segundos. Esta reforma, destinada a garantir a representação das minorias, ficou conhecida pelo nome de *Lei do Terço*. Seja por efeito do sistema, seja pelos abusos que o desvirtuaram, a experiência da Lei deixou de corresponder ao que dela se esperava. Por isso não tardou a ser decretada nova reforma eleitoral" (Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, 4.º vol., pág. 92).

Em 1880 o número de *eleitores eleitos* da cidade era de 12.

Durante esse VII período governamental do município, os suplentes posteriormente convocados foram:

Antônio Simplício Pereira Dias, José Joaquim da Silva Fortes, José Justino Cândido de Faria, José Martins Tosta Sobrinho, Inácio Custódio Pe-

reira Dias, Antônio Dias Pereira, João Pinto de Noronha, Joaquim Custódio da Silva, Antônio Alves de Faria e Dr. Aureliano Moreira Magalhães.

Foram Presidentes da Câmara durante esse período:

Cap. Antônio José Rennó, João Carneiro Santiago Sobrinho e José Antônio de Sousa Pinto.

Secretário: José Joaquim da Silva Fortes.

— VIII —

Quatriênio 1877-1880

Dr. José Manuel Pereira Cabral, Dr. José Pereira dos Santos, Manuel Baptista de Carvalho, João José Rennó, José Martins Tosta, João Gonçalves da Silva, Francisco Borges de Siqueira, Francisco Joaquim de Santana e José Ribeiro de Paiva e Luz.

Eleições em 9 de setembro de 1876; posse em 7 de janeiro de 1877.

Suplentes convocados durante esse período:

José Gomes Vieira da Silva, João Antônio Grilo, Manuel Custódio dos Santos e José Teodoro de Araújo.

Foram Presidentes:

Dr. José Manuel Pereira Cabral e Dr. José Pereira dos Santos.

Secretário: José Joaquim da Silva Fortes.

— IX —

Biênio 1881-1882

Dr. José Manuel Pereira Guimarães, Dr. Américo da Silva Oliveira, Dr. José Manuel Pereira Cabral, João Gonçalves da Silva, Francisco Antônio Tito Grilo, Luís Achilles Salomon Júnior, Francisco Joaquim de Santana, Pedro Gomes e Bernardo de Araújo Guimarães.

Eleições em 1.º e 2 de julho de 1880; posse em 7 de janeiro de 1881.

Suplentes que chegaram a exercer a vereação:

Cândido Pereira de Mendonça, João Carneiro Santiago Sobrinho e Dr. José Pereira dos Santos.

Presidentes durante esse exercício:

Dr. Américo da Silva e Oliveira, Pedro Gomes, Luís Achilles Salomon Júnior, Dr. José Manuel Pereira Cabral e João Carneiro Santiago Sobrinho.

Secretários: João Baptista da Fonseca Júnior, Sebastião Maggy Salomon, José Joaquim da Silva Fortes e Manuel Teotônio Pereira dos Santos.

Em decorrência de renúncias, inconformismos e desentendimentos entre liberais e conservadores com respeito às inovações na legislação eleitoral, esse período, que deveria estender-se até 1884, encerrou-se em 1882.

Durante esse período governamental municipal os itajubenses foram às urnas, em 7 de novembro de 1881, para escolher um senador; em 11 de dezembro do mesmo ano para eleição de deputados provinciais; em 19 de janeiro de 1882 para a escolha de dois deputados à Assembléia Provincial.

A Lei Imperial n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881, do Conselheiro Saraiva, reformou a legislação eleitoral, estabelecendo, pela primeira vez no Brasil, o sistema do voto direto para a eleição dos membros das assembléias legislativas provinciais e gerais. Pela Lei n.º 8.117, de 21 de maio do mesmo ano, Minas se dividiu novamente em 20 distritos eleitorais, passando Itajubá a pertencer ao 11.º, com sede em Pouso Alto, e que abrangia ainda os municípios de Paraisópolis, Brasópolis, Cristina, Baependi e Aiuruoca.

Foi a 31 de outubro de 1881 que se realizaram em Itajubá, bem como em toda Minas Gerais, pela primeira vez, as eleições diretas de representantes na Assembléia Legislativa e Geral. Já então as votações se faziam na casa da Câmara, e não mais nos templos católicos, conforme se infere do seguinte Edital:

"O Cap. Antônio José Rennó, Primeiro Juiz de Paz em exercício da Paróquia desta cidade &, faz saber a todas as pessoas que o presente Edital lerem ou dele notícia tiverem, que, em virtude da Circular do Exmo. Presidente da Província, fica designada na Paróquia desta cidade a casa da Câmara Municipal da mesma, para nela serem feitas as eleições de senadores, deputados à Assembléia Geral, à Assembléia Provincial, vereadores e juízes de paz. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou lavrar o presente Edital que será lido, publicado pela imprensa e afixado no lugar do costume. Dado e passado aos 20 de agosto de 1881 nesta cidade de Itajubá. Eu Manuel Pereira de Castro Júnior, Escrivão que o escrevi. — Rennó" ("Gazeta Comercial" n.º 51, de 11-09-1881).

Para deputados gerais foram então sufragados em Itajubá os nomes do Dr. José Manuel Pereira Cabral, Dr. Aureliano Moreira Magalhães e Liduardo Rodrigues de Sousa.

As últimas eleições pelo antigo processo dos colégios eleitorais haviam sido realizadas vinte dias antes, isto é, a 11 de outubro de 1881.

Por ocasião do aparecimento do voto direto, com o qual todos poderiam escolher democraticamente os nomes de suas preferências para o parlamento, houve em Itajubá fortes polêmicas entre conservadores, liberais e republicanos. O Dr. José Pereira dos Santos, pela "Gazeta Comercial", folha itajubense de 1881, deixou seu protesto contra o novo método. Dizia, entre outras coisas:

"Neste pressuposto, entendemos que a eleição direta devia ser lançada aos quatro ventos do Brasil quando houvesse uma colonização dos próprios nacionais, e não agora, porque sem núcleos, nem lei que obrigue os indivíduos ao trabalho, sem bases consolidadas de uma verdadeira locação de serviços que tornem os agregados aptos para os cargos públicos, e que os apanham ao abrigo da dependência, é a eleição direta um fruto podre sem sazão".

Pelo outro jornal, "O Itajubá", era um tal *Torquato* quem defendia a excelência do novo processo, e refutava as palavras combativas do jornalista conservador. A 13 de março de 1881, aparecia Paulino dos Santos com os seus argumentos em defesa de Pereira dos Santos. Para os conservadores, só os grandes e ilustrados teriam condições de escolher seus representantes no legislativo provincial e no federal, no que tinham as suas razões.

Em cumprimento à revolucionária Lei de 09 de janeiro de 1881, foi divulgado em Itajubá o seguinte Edital:

"O cidadão José Teodoro de Araújo, Juiz Municipal substituto em pleno exercício da cidade de Itajubá e seu Termo: — Faço saber aos que virem este Edital, ou que tiverem notícia dele, que pela Ilma. Presidência da Província foi designado o dia 06 de março deste ano para ter lugar o 1.º alistamento dos cidadãos que devem ser considerados eleitores nesta Comarca, em virtude do Decreto n.º 3.092, de 09 de janeiro do corrente ano. Convida, pois, a todos os cidadãos brasileiros residentes nesta Comarca, que se acharem nos termos dos Arts. 61, 91 e 92 da Constituição do Império a apresentarem os seus requerimentos neste Juízo, assinados por próprio punho, ou por especial procurador, dentro do prazo de 30 dias contados do dia 06 de março, Art. 6, §§ 4.º e 6.º do Decreto. Estes requerimentos, salvo os dos cidadãos compreendidos no Art. 4.º n.º 1 a 12, que serão acompanhados de diplomas, certidões ou documentos que os supram, devem ser instruídos de documentos que provem ter o pretendente a renda líquida anual não inferior a 200$000 (200 mil réis) em bens de raiz, indústria, comércio ou emprego, Art. 2.º, 3.º e 5.º, e em geral devem conter a declaração da idade do pretendente, sua filiação, Estado, profissão, paróquia, distrito e quarteirão em que residir, ficando designada a sala das audiências deste Juízo para todos os atos do alistamento. Cidade de Itajubá, 12 de fevereiro de 1881. Eu, Evaristo da Silva Campista, Escrivão, o escrevi. — José Teodoro de Araújo".

O Dr. José Pereira dos Santos, pela "Gazeta Comercial", também não se mostrava favorável à divisão distrital eleitoral então estabelecida, dada à desigualdade demográfica e da extensão territorial dos distritos.

— X —

Quatriênio 1883-1886

João Baptista da Fonseca Júnior, João Carneiro Santiago Sobrinho, Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Cap. Antônio José Leite, Manuel José Veloso, Dr. Américo da Silva e Oliveira, Dr. José Pereira dos Santos, Joaquim José Pereira dos Santos e Major Frederico Schumann.

Esta Edilidade foi eleita a 1.º de julho de 1882; tomou posse em 07 de janeiro de 1883.

A 13 de abril de 1885 fez-se uma eleição especial para suprir a falta de dois vereadores. Foram eleitos José Gaspar Pereira Leite e Joaquim Pinto de Noronha Júnior. Tendo sido anulados os votos do primeiro, em seu lugar empossou-se Tristão Gonçalves Pereira. Uma outra eleição especial foi feita a 27 de fevereiro de 1886, para preencher a falta de Frederico Schumann, que renunciou ao cargo. Foi então eleito Joaquim Antônio da Silva. Na sessão de 02 de março de 1885 a Câmara Municipal tomou conhecimento do pedido de exoneração de João Baptista da Fonseca Júnior, que o fazia por motivo de sua mudança para Cristina.

Outros suplentes que chegaram a exercer o mandato:

João Antônio Grilo, José Gaspar Pereira Leite, Joaquim Antônio Grilo, José Manuel Pereira, João Caetano da Silva Vieira e Joaquim Pinto de Noronha.

Exerceram a Presidência da Câmara, durante esse período, os seguintes vereadores:

Dr. José Pereira dos Santos e Dr. Américo da Silva e Oliveira.

Foram Secretários: João Baptista da Fonseca Júnior e Sebastião Maggy Salomon.

Durante esse período do Governo Municipal os eleitores de Itajubá também votaram em 1.º de outubro de 1883 para a eleição de um senador para preencher a vaga deixada por José Ildefonso de Sousa Ramos, Visconde de Jaguari, falecido em 23 de julho do mesmo ano em sua fazenda das Três Barras, na Província do Rio de Janeiro.

E votaram ainda os itajubenses nesse interregno:

Em 05-11-1883 para deputados provinciais; em 14-12-1883 para a escolha de um deputado provincial; em 14-04-1884, na eleição de um senador para preencher a vaga deixada por Antônio Paulino Limpo de Abreu, Visconde de Abaeté, falecido no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1883; em 01-12-1884, nas eleições de deputados gerais; em 13-04-1885, nas eleições de vereadores para preenchimento das vagas deixadas por João Baptista da Fonseca Júnior e o Dr. Aureliano Moreira Magalhães.

Pelo jornal "O Itajubá", José Gaspar Pereira Leite lançava uma satisfação aos seus eleitores, ao mesmo tempo um protesto, em torno do fato de terem sido anulados os 80 votos a ele dados, porque as cédulas eram de papel xadrez... A arbitrariedade da Mesa escrutinadora estava, segundo alegava José Gaspar, em que as cédulas apuradas dos demais candidatos também estavam em papel xadrez, fato que o prejudicado levou aos tribunais, enquanto a Câmara proclamava eleitos os cidadãos Joaquim Pinto de Noronha Júnior e Tristão Gonçalves Pereira, empossados em 13 de maio.

Em "O Itajubá" de 09-05-1885, assim se estampava:

"*A Câmara Municipal e o Sr.. José Leite* — Quando SS. tiver esgotado seus últimos recursos sobre a validade de sua eleição, então terá a resposta conveniente à sua aleivosia, inserta em "O Itajubá", de 02 do corrente. Por agora só me cumpre dizer-lhe: — SS. é *baixo* mesmo, muito *baixinho* para medir os outros pelo seu estalão. O Vereador Antônio José Leite".

O negociante José Gaspar Pereira Leite, que tinha dois nomes iguais aos de seu ofensor, assim respondeu com insinuação:

"Ao Ilmo. Sr. Antônio José Leite, Vereador da Câmara e Curador Geral de Órfãos.

"O seu artigo de 09 do corrente, estou em dúvida se é dirigido ao abaixo assinado ou ao José Leite que mora para os lados da Cepetinga. Peço-lhe responder para eu e alguns de seus discípulos do sistema métrico e escola noturna lhe darmos a devida resposta, e se os seus colegas da Câmara, que estiveram na sessão da apuração dos votos, lhe passaram procuração. Espero que satisfaça o que é com todo o acatamento seu admirador José Gaspar Pereira Leite. Itajubá, 15 de maio de 1885".

Coisas do tempo, que retratam a época...

Durante esse período, os itajubenses votaram ainda:

Em 30-11-1885, nas eleições de deputados à Assembléia Provincial; em 15-01-1885, nas eleições de deputados à Assembléia Geral; em 27-02-1886, na eleição de um Vereador para preencher a vaga deixada pelo Major Frederico Schumann; em 01-07-1886, nas eleições de Juízes de Paz; em 26-07-1886, nas eleições de Senadores.

— XI —

Quatriênio 1887-1890

Cel. Antônio José Rennó, Alexandre Mendes de Brito, Antônio Ferreira de Castro Gouveia, Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Virgílio Achilles Salomon, Manuel Luís Ferreira de Magalhães, Antônio Cândido Rennó, José Martins Tosta do Amaral e Major Antônio dos Santos Silva Júnior.

Eleições em 1.º de julho de 1886; posse em 07 de janeiro de 1887.

Suplente convocado posteriormente: Dr. Targino Ottoni de Carvalho e Silva.

Presidentes efetivos durante esse quatriênio:

Alexandre Mendes de Brito e Cel. Antônio José Rennó.

Secretários: Sebastião Maggy Salomon, Virgílio Salomon e Ismael Pinto de Noronha.

Observe-se que o cargo de Secretário, naquele tempo, era dado a um funcionário nomeado, e não a um dos vereadores, conforme ocorre presentemente.

Teve Itajubá um vereador sacerdote que, por duas vezes, desempenhou o múnus de Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal. Foi ele o Padre Antônio Caetano Ribeiro, Vigário de 1861 a 1864, e de 1869 a 1870. Quando a Princesa Isabel e o Conde d'Eu visitaram a cidade, era ele o Agente Executivo Municipal. Na sua função sacerdotal, desempenhava então apenas o cargo de coadjutor do Vigário, Padre José Luís Coelho Pereira de Magalhães. Como Vigário o Padre Caetano não poderia tomar o timão do Governo municipal, segundo elucida a seguinte nota inserida na Ata de 15 de abril de 1853:

"A Comissão encarregada de examinar a Portaria do Exmo. Governo da Província, de 03 do mês pp. que ordena a esta Câmara o disposto nos Avisos números 89, de 04 de junho de 1847, e 74, de 09 de julho de 1850, que julgam incompatíveis os cargos de vereador com o de Pároco, é de parecer que se responda que nesta Câmara não existe Pároco algum, e bem assim que também não existe vereador que exerça algum outro emprego incompatível por lei".

Essa 11.ª Edilidade não chegou ao término do mandato, em face da implantação da República.

Durante esse interregno, os itajubenses estiveram nas urnas nas seguintes datas:

Em 27-06-1887, e 26-11 do mesmo ano, para a escolha de senadores; em 28-12-1887, para as eleições de deputados provinciais; em 26-04-1888, e 04-10 do mesmo ano, para a eleição de senadores; em 07-04-1889, para a eleição de deputados provinciais; em 27-05-1889, para a eleição de senadores; em 31-08-1889, para a escolha de um deputado geral. Foram as últimas eleições realizadas em Itajubá sob o regime monárquico.

Para que se tenha uma idéia da organização da Câmara dos tempos na Monarquia, com sua distribuição de encargos, tomo como exemplo apenas esta, eleita para o quatriênio 1883-1886:

Presidente: Dr. José Pereira dos Santos.

Vice-Presidente: João Carneiro Santiago Sobrinho.

Redação e Orçamento: Dr. Aureliano Moreira Magalhães.

Comissão de Contas: João Baptista da Fonseca Júnior e Major Frederico Schumann.

Asseio Público: Dr. Américo da Silva e Oliveira.

Petições e Infrações: Joaquim José Pereira dos Santos.

Obras Públicas: Cap. Antônio José Leite.

Indústria e Agricultura: Major Frederico Schumann.

Estradas: Manuel José Veloso.

Propostas dos Fiscais: Cel. João Carneiro Santiago Sobrinho.

* * *

44 — A INTENDÊNCIA E A CÂMARA COM CONSELHOS DISTRITAIS

Conforme já ficou dito no capítulo 41, com a queda do regime monárquico, foi, nessa memorabilíssima transição histórica de sistemas governamentais do País, criado em Itajubá, pelo Clube Republicano, o Governo Provisório do Município, composto de três membros. Esse Governo trino provisório, estabelecido em 18 de novembro de 1889, permaneceu até o dia 29 do mesmo mês, data em que o Partido Republicano, uma vez que a Câmara Municipal aderia à nova forma de Governo, a ela restituía o leme da Municipalidade até que a Presidência do Estado deliberasse sobre uma nova e definitiva organização do Governo municipal. Na edição de 02 de fevereiro de 1890 já noticiava "O Itajubá":

"É, em breves dias, esperada a dissolução da Câmara Municipal e a nomeação de intendentes, tendo o Dr. Governador nomeado para todos os municípios 3 intendentes e 2 adjuntos".

O Governo trino, exercido pelo Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Julião Florêncio Meyer Júnior e Luís Dias Pereira, foi, pois, a XII Corporação governamental do município de Itajubá, pois, conforme foi visto no capítulo anterior, foram em número de onze as da Monarquia.

Realmente, em 1.º de março de 1890, Cesário Alvim, Presidente do Estado de Minas Gerais, dissolveu as Câmaras municipais e instituiu a Intendência Municipal, com o seu Conselho de Intendência, com mandato de um ano.

A primeira Intendência Municipal de Itajubá ficou assim nomeada:

Presidente: Benedito Antônio da Rocha.

Intendentes Conselheiros: Luís Dias Pereira e Manuel José Veloso.

Adjuntos: João Carneiro Santiago Júnior e Cap. Antônio José Leite.

Não tendo o Cel. João Carneiro aceitado o cargo, foi substituído por Manuel Teotônio Pereira dos Santos, nomeado em 1.º de abril de 1890.

A posse ocorreu em 15 de março de 1890.

Do jornal itajubense "A Verdade", de 27-03-1890 colho a seguinte reportagem:

"INTENDÊNCIA MUNICIPAL — No dia 15 do corrente a nossa Intendência tomou posse da administração perante a Câmara reunida.

"Diversas pessoas assistiram ao ato, que começou pela aprovação e assinatura da Ata, feitas pelos Vereadores cidadãos Capitão Antônio José Rennó, José Martins Tosta do Amaral, Antônio Cândido Rennó, Virgílio Salomon e Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior.

"Em seguida declarou o Presidente que tendo sido dissolvida a Câmara e nomeada a Intendência, composta dos ilustres senhores Benedito Antônio da Rocha, Luís Dias Pereira e Manuel José Veloso, ia ter lugar a posse dos mesmos e do Adjunto Cap. Antônio José Leite, os quais, achando-se na ante-sala, foram por uma comissão convidados e acompanhados até ao salão das sessões, onde tomaram assento e ouviram a leitura do extenso e minucioso relatório apresentado pelo digno Presidente da extinta Corporação.

"Imediatamente, depois os Intendentes prestaram o juramento e tomaram o seu posto, convidando-se a acompanharem os ex-Vereadores até à porta do edifício. Nesse momento o Dr. Américo da Silva e Oliveira pediu a palavra e proferiu um eloqüente discurso, rememorando os serviços prestados pela Câmara dissolvida e levantando vivas aos seus membros e aos da Intendência. Respondeu-lhe o Cel. Pereira Júnior, agradecendo por si, por seus ex-colegas e pelo povo que representavam, as bondosas palavras do orador, erguendo saudações aos distintos cavalheiros que vinham ocupar a Municipalidade. Finalmente, o Capitão Antônio José Leite usou da palavra por parte da Intendência e fez um grande elogio à administração que se retirava, terminando por vitoriá-la com entusiasmo".

O Cel. Carneiro Júnior deveria ser empossado com o Capitão Leite, ambos adjuntos, mas recusou a fazê-lo, não aceitando o cargo para o qual fora nomeado.

O Secretário da Intendência foi Ismael Pinto de Noronha.

O Presidente do Conselho de Intendência, Benedito Antônio da Rocha, nomeou os seguintes membros das Comissões Distritais:

Achilles Pereira Salomon (da sede), Capitão Antônio de Almeida Vergueiro (da Vargem Grande), Alferes Cândido Ribeiro da Costa (de Piranguçu) e Joaquim Lopes Guimarães (de Soledade de Itajubá, hoje Delfim Moreira).

Esta foi, pois, a XIII Corporação governamental do município de Itajubá.

A segunda Intendência Municipal tomou posse em 02 de março de 1891. Era assim constituída:

Presidente: João Carneiro Santiago Júnior.

Intendentes Conselheiros: José Manuel da Costa e João Antônio Grilo.

Adjuntos: Cap. Joaquim José Ferreira dos Santos e José Francisco de Faria Júnior (substituídos posteriormente por Arlindo Barbosa de Matos e Manuel Barbosa de Brito Júnior).

Foi esta a XIV Corporação governamental municipal de Itajubá.

Extintas as Intendências, a Lei Estadual n.º 2, de 14 de setembro de 1891 estabeleceu a Câmara Municipal com Conselho Distrital, cujo mandato tinha a duração de 3 anos.

A Lei n.º 20, daquele mesmo ano, determinou o dia 31 de janeiro de 1892 para a realização das primeiras eleições sob o regime republicano. Foi, então, reorganizada, de acordo com a opção popular, a Casa administrativa de Itajubá com Conselho Distrital, com as quatro seguintes Corporações governamentais municipais trienais:

— XV —

Triênio 1892-1894

Presidente e Agente Executivo: Cel. Francisco Brás Pereira Gomes.

Vereadores Gerais: Cândido Pereira de Mendonça, Fructuoso Fortunato Rodrigues Júnior, Antônio Cândido Rennó, Joaquim Carlos da Silveira, Abel Pereira dos Santos e João Dias Pereira.

Vereador Especial: José Manso Pereira Cabral (e mais três pelos distritos de então).

Conselho Distrital da cidade: Cap. João José Rennó (Presidente), Fructuoso Ramos de Lima, Joaquim Pinto de Noronha Luz, Adonirão José de Oliveira e Francisco Antônio Tito Grilo (Conselheiros).

Deixo de mencionar os Conselhos dos demais distritos (Vargem Grande, hoje Brasópolis; Soledade de Itajubá, hoje Delfim Moreira; e Piranguçu) porque já não pertencem à história de Itajubá, mas a dessas localidades, ora emancipadas.

As eleições dos componentes dessa Edilidade, as primeiras realizadas em Itajubá na República, ocorreram em 31 de janeiro de 1892. A posse se deu em 15 de fevereiro do mesmo ano.

O Cap. João José Rennó, em 03 de novembro de 1893, renunciou ao cargo. Realizada uma eleição especial, saiu vencedor Manuel Correia de

Miranda, que o substituiu. José Gaspar Pereira Leite também desempenhou o cargo de vereador geral, como substituto.

Durante esse triênio, também foram Presidentes da Câmara e Agentes Executivos municipais de Itajubá o Cap. João José Rennó e Manuel Correia de Miranda.

O jornal itajubense "A Verdade", de 05-12-1891, trazia a nova *Organização Municipal*. O § 5.º do Art. 91 das *Disposições Transitórias*, foi, segundo a referida folha, assim redigido: "O número de vereadores a eleger na primeira eleição é o seguinte: — 15 para os municípios da Capital, Barbacena, Juiz de Fora, São João del-Rei, Diamantina e Uberaba; 11 para os das outras cidades, e 9 para os das vilas".

O mesmo jornal, no n.º de 02 de janeiro de 1892, confirma que a Câmara deveria compor-se de 11 vereadores, dos quais 4 deveriam ser eleitos pelos distritos.

— XVI —

Triênio 1895-1897

Presidente e Agente Executivo: Cel. Francisco Brás Pereira Gomes.

Vereadores Gerais: Olímpio Augusto de Magalhães, Major Antônio dos Santos Silva Júnior, Antônio Luís Pinto de Noronha Sobrinho, Manuel Pereira Machado Júnior, Manuel Barbosa de Brito Júnior e José Carlos da Costa e Silva (que passou a assinar José Carlos da Silva Braga).

Vereador Especial: Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, que respondia pelo distrito da cidade (houve mais três Especiais, dos então distritos da Vargem Grande, Soledade de Itajubá e Piranguçu).

Conselho Distrital da cidade: Fructuoso Ramos de Lima (Presidente), Francisco Mendes Brito, Jorge Boucher de Boucherville, Adonirão José de Oliveira e Silvério Sanches (Conselheiros).

Esse triênio foi assinalado por várias renúncias. Resignaram os mandatos os Vereadores Olímpio de Magalhães, Major Antônio dos Santos Silva Júnior, José Carlos da Silva Braga e Antônio Luís Pinto de Noronha Sobrinho. Substituiram-nos o Dr. José Carneiro de Resende, Joaquim Gonçalves dos Santos, Antônio Cândido Rennó e Cornélio de Faria, empossando-se também João Gomes de Lima, Augusto Salomon e Júlio Alves de Noronha, este último em substituição ao Dr. José Carneiro de Resende, que também se afastou da Câmara.

Fructuoso Ramos de Lima também desempenhou o cargo de Presidente da Câmara e Agente Executivo municipal durante esse triênio.

— XVII —

Triênio 1898-1900

Presidente e Agente Executivo: Dr. José Carneiro de Resende.

Vereadores Gerais: Dr. Luís Rennó, Manuel Luís Ferreira de Magalhães, Alfredo Monteiro Chaves, Silvério Sanches, Francisco Carneiro Santiago Sobrinho e João Ribeiro dos Santos.

Vereador Especial: João Gomes de Lima, pelo distrito da cidade (e outros três pelos então distritos da Vargem Grande, Soledade de Itajubá e Piranguçu).

O Vereador Alfredo Monteiro Chaves foi substituído por Severiano Ribeiro Cardoso, e Alfredo Gonçalves de Oliveira, que deveria substituir um dos vereadores que renunciou, e que se recusara a tomar posse, teve em seu lugar o Vereador José Carlos Ribeiro Fortes.

A 03 de fevereiro de 1898 o Dr. José Carneiro de Resende renunciou o múnus sendo substituído pelo Dr. Luís Rennó.

A posse dessa Edilidade ocorreu em 1.º de janeiro de 1898.

Foram também, durante esse período trienal, Presidente e Agente Executivo Municipal o Dr. Luís Rennó, já referido, e João Gomes de Lima.

O Conselho Distrital funcionava num prédio então existente na Rua Dr. Américo de Oliveira, com frente para a Praça Teodomiro Santiago.

Nesse triênio e no seguinte não houve o Conselho Distrital da sede. A Lei n.º 224, de 16 de setembro de 1897, o suprimiu, permanecendo, contudo, os Conselhos dos demais distritos, sendo, todavia, os seus membros empossados na sede.

Durante esse 3.º Triênio houve eleição especial de dois vereadores, em 1898, sendo sufragados Joaquim Gonçalves dos Santos e o Tenente Fructuoso Fortunato Rodrigues Júnior, que chegaram a desempenhar o cargo como substitutos.

— XVIII —

Triênio 1901-1903

Presidente e Agente Executivo: Cel. João Carneiro Santiago Júnior.

Vereadores Gerais: Tarqüínio Ferreira Lopes, Joaquim Pinto de Noronha Júnior, João dos Santos Silva, Francisco Rennó Pereira, Inácio Gonçalves de Oliveira, José Verano da Silva, Severiano Ribeiro Cardoso, Tenente Henrique Brás Pereira Gomes e Francisco José de Faria Sobrinho.

Vereador Especial: Joaquim Rodrigues Pinto.

Renunciaram, logo depois, os Vereadores Tarqüínio Ferreira Lopes, José Verano da Silva e Tenente Henrique Brás Pereira Gomes. Houve ainda uma quarta renúncia, vagas estas preenchidas por José Manso Pereira Cabral, Maurício Pereira dos Santos, Júlio Martins do Amaral e Próspero Sanches.

A posse desse triênio ocorreu em 24 de dezembro de 1900.

Durante esse período da Intendência e das Câmaras com Conselhos Distritais, além das votações para a escolha dos dirigentes municipais, os itajubenses foram às urnas nas seguintes datas:

30 de junho de 1892, para escolha de senadores e deputados federais. Essas eleições foram realizadas na residência do Tenente José Martins Tosta do Amaral, por determinação do Presidente da Câmara. A Mesa eleitoral ficou assim constituída:

Presidente: Ayres Dalle Afflalo; Secretário: Justino Paulistano de Olivas; Mesário encarregado da chamada: Luís de Almeida Cunha; Mesários auxiliares: Cap. Joaquim José Pereira dos Santos e Ten. José Martins Tosta do Amaral.

O decreto federal de 03 de agosto de 1892 estabeleceu nova divisão distrital eleitoral nos Estados da União. Minas Gerais foi, então, dividida em 12 distritos, incluindo Itajubá no 5.º distrito, com sede em Baependi, e que abrangia, além de Baependi e Itajubá, os municípios de Aiuruoca, Turvo, Cristina, Pouso Alto, Paraisópolis, Ouro Fino, Jaguari (Camanducaia), Passa-Quatro, Cambuí, Santa Rita do Sapucaí, Brasópolis e Pedralva.

Em 15 de novembro de 1892, para eleição de um deputado federal.

Em 1.º de março de 1894, para eleições gerais. A Mesa destes trabalhos, instalada na residência de Francisco José de Faria Sobrinho, foi presidida por Ayres Dalle Afflalo. Teve como Secretário Justino Paulistano de Olivas, e como Mesários José Martins Tosta do Amaral (encarregado das chamadas), Francisco José de Faria Sobrinho e Joaquim José Pereira dos Santos. Os itajubenses foram às urnas para a escolha de Presidente e Vice-Presidente da República, e deram 49 votos para Prudente de Moraes e o mesmo número para Manuel Vitorino Pereira, o Vice.

A Lei mineira n.º 100, de 23 de julho de 1894, dividiu o Estado em 6 Circunscrições eleitorais. Itajubá foi incluída na 3.ª, com sede em Pouso Alegre, e que abrangia os municípios de Pouso Alegre, Itajubá, Baependi, Aiuruoca, Cristina, Pouso Alto, São José do Paraíso (Paraisópolis), Ouro Fino, Jaguari (Camanducaia), Passa-Quatro, Cambuí, Santa Rita do Sapucaí, Brasópolis, Pedra Branca (Pedralva), Campanha, São Gonçalo do Sapucaí, Três Corações, Lavras, Três Pontas, Varginha, Cabo Verde, Carmo do Rio Claro, Dores da Boa Esperança, Caldas, Caracol e Poços de Caldas.

Em 15 de novembro de 1894, nas eleições de deputados e senadores. O candidato mais votado em Itajubá foi Venceslau Brás Pereira Gomes.

Em 12 de janeiro de 1896, para a escolha de apenas um senador. A Mesa eleitoral foi então instalada em casa de Antônio Luís Pinto de Noronha.

Em 30 de novembro de 1896, para a escolha de um senador e deputados federais. A Mesa dos trabalhos estava na residência de Antônio Luís Pinto de Noronha e foi presidida por Jorge Tibiriçá de Boucherville.

Em 06 de agosto de 1896, para eleição de um senador federal (havia, naquele tempo, também senadores estaduais).

Em 31 de dezembro de 1899, para eleição de senadores e deputados federais. A Mesa dos trabalhos foi instalada em casa de Abel Pereira dos Santos, sob a presidência de Júlio Martins do Amaral.

Em 1.º de março de 1902, para a escolha de Presidente e Vice-Presidente da República. Os trabalhos foram realizados na sala da Câmara Municipal sob a presidência de Júlio Martins do Amaral. O candidato a Presidente mais votado foi Rodrigues Alves, e o Vice, o Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão.

Em 18 de fevereiro de 1903, nas eleições de deputados federais e senadores. Os trabalhos foram presididos por José Manuel da Costa.

O caso mais curioso desse período de eleições foi o de 15 de novembro de 1892, para a escolha de um deputado federal, pois a votação foi unânime para o Dr. Antônio Torquato Fortes Junqueira, fazendeiro em Baependi, o único então contemplado pelas urnas itajubenses, não havendo nem mesmo voto em branco. Esse pleito, realizado na residência do Tenente José Martins Tosta do Amaral, que o presidiu, foi secretariado por Justino Paulistano de Olivas, tendo como Mesário Miguel Augusto de Oliveira Vasconcelos, Martiniano de Sousa Vianna e Manuel Pereira Goulart Júnior.

* * *

45 — A CÂMARA MUNICIPAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA

A Lei n.º 371, de 17 de setembro de 1903, suprimiu totalmente os Conselhos Distritais, voltando as Câmaras Municipais à sua antiga e total autonomia, e novamente com mandato quadrienal. Ficou mantido o número de onze camaristas.

Até 1930 as Câmaras Municipais tiveram a dupla atribuição de legislativa e executiva, tornando-se o seu Presidente também o Agente Executivo Municipal. Não havia, pois, a Prefeitura.

No período da Monarquia houve, em Itajubá, onze Corporações governamentais do município, isto é, onze períodos de Governo. O Governo trino foi o 12.º. Dois foram os períodos da Intendência e quatro os da Câmara com Conselho Distrital, totalizando dezoito períodos de Governo do município. Prosseguindo essa enumeração, passo a mencionar as Corporações governamentais da Velha República:

— XIX —

Quatriênio 1904-1907

José Manso Pereira Cabral, Luís Dias Pereira, Francisco Ribeiro dos Santos, Egídio José Rennó, Paulo Chiaradia, Luís Dalle Afflalo, Júlio Martins do Amaral, Vicente Curcio, Jorge de Oliveira Braga, Tenente Cândido Pereira dos Santos e Gaspar Mendes Leite.

Eleições em 17 de outubro de 1903; posse em 23 de dezembro do mesmo ano.

Suplentes convocados durante o quatriênio:

João Cândido Pereira Rennó e Francisco Borges de Siqueira, que substituiram Egídio José Rennó e Vicente Curcio, que renunciaram.

Durante todo o quatriênio foi Presidente José Manso Pereira Cabral, e Vice-Presidente Luís Dias Pereira.

E durante esse período governamental do município, os itajubenses participaram das seguintes eleições:

Em 1.º de novembro de 1904, para escolha de senadores e deputados. O candidato a deputado Frederico Schumann recebeu, em Itajubá, sua terra, 564 votos. Essas eleições foram realizadas na sala da Câmara Municipal. A Mesa dos trabalhos foi composta de José Manuel Pereira (Presidente), Júlio Martins do Amaral (Secretário), Aureliano Schumann, Flamíneo Miranda e Henrique de Sousa (Mesários).

Em 19 de fevereiro de 1905, para a escolha de um senador. A Mesa eleitoral foi composta por Eusébio Pereira (Presidente), Francisco de Araújo (Secretário), José Manuel da Costa, Alexandre Ferreira da Silva e Maurício Pereira dos Santos (Mesários).

Em 07 de março de 1906, em eleições de Presidente e Vice-Presidente do Estado. O Juiz de Direito designou o edifício da Câmara Municipal, na sala onde funcionava a Escola Pública do sexo feminino regida pela Professora Dona Presciliana Schumann. Composição da Mesa Eleitoral: Cândido Pereira dos Santos (Presidente), Sebastião Sátiro Pereira Cabral (Secretário), João Cândido Pereira Rennó, Aureliano Schumann e Antônio Pereira Rennó (Mesários).

Em 10 de março de 1907, para a escolha de senadores e deputados estaduais. A Mesa Eleitoral, instalada na sala superior da Cadeia Pública, foi assim constituída: Henrique de Sousa (Presidente), Sebastião Sátiro Pereira Cabral (Secretário), Flamíneo Miranda, João Cândido Pereira Rennó e Luís Dalle Afflalo (Mesários).

O candidato mais votado foi o itajubense Major Frederico Schumann, com 990 votos.

— XX —

Quatriênio 1908-1911

José Manso Pereira Cabral, Jorge de Oliveira Braga, Paulo Chiaradia, Bráulio Carneiro Santiago, Padre Teófilo Guimarães, Saturnino Soares da Costa, Antônio Lúcio Borges, Alcides Faria, João Rodrigues dos Santos Júnior, Bernardo Domingues Pereira da Silva e João Cândido Pereira Rennó.

Eleições em 1.º de novembro de 1907. Posse em janeiro de 1908.

No ano seguinte ao da posse, 1909, renunciou o Vereador Alcides Faria.

José Manso Pereira Cabral, por ter sido nomeado para um cargo federal, passou a Presidência da Câmara ao Vice-Presidente Jorge de Oliveira Braga.

Chegaram a desempenhar o cargo de vereador, como substitutos, os suplentes Henrique de Faria, Antônio Joaquim Bonifácio e João da Costa Machado.

Além das eleições de vereadores e juízes de paz, os itajubenses participaram ainda, durante esse quatriênio, dos seguintes pleitos:

De 26 de janeiro de 1908, para a escolha de um deputado e de um senador estadual, cargo então existente;

De 2 de julho de 1908, eleição especial para preenchimento da vaga deixada pelo 3.º Juiz de Paz. Foi eleito Cândido Pereira dos Santos;

De 10 de janeiro de 1909, para escolha do Presidente do Estado. O candidato triunfante em Itajubá foi Venceslau Brás Pereira Gomes;

De 27 de março de 1910, para a escolha de dirigentes do Estado de Minas Gerais e seus parlamentares;

De 12 de março de 1911, nas eleições de senadores e deputados estaduais.

— XXI —

Quatriênio 1912-1915

Jorge de Oliveira Braga, José Rennó Pereira, Frederico Teixeira de Magalhães Leite, Francisco Rodrigues Pereira, Marcolino Ribeiro de Carvalho, José Carlos da Costa e Silva (que é o mesmo José Carlos da Silva Braga), Narciso José Brasil, Paulo Chiaradia, Antônio Lúcio Borges, Bernardo Domingues Pereira da Silva e Severiano Ribeiro Cardoso.

Eleições realizadas em 31 de março de 1912.

Suplentes convocados: Getúlio Silva e Henrique de Faria.

Presidente da Câmara em todo esse quatriênio: Jorge de Oliveira Braga; Vice-Presidente: José Rennó Pereira.

Atuou como Secretário o Vereador Frederico Teixeira de Magalhães Leite.

No decurso dessa gestão municipal realizaram-se em Itajubá eleições nas seguintes datas:

Em 22 de dezembro de 1912, para a escolha de um senador ao Congresso Estadual, cargo então existente;

Em 6 de abril de 1913, de juízes de paz, tendo sido eleitos Balduíno Vieira Salgado (1.º) e José Dias Coelho (2.º);

Em 7 de março de 1914, nas eleições de Presidente e Vice-Presidente do Estado. Os mais votados em Itajubá foram, respectivamente, Delfim Moreira da Costa Ribeiro e Levino Ferreira Lopes;

Em 14 de março de 1915, para a escolha de senadores e deputados estaduais. O candidato a deputado ao Congresso Mineiro mais votado em Itajubá foi o historiador e Professor Pedro Bernardo Guimarães, que alcançou 908 votos.

— XXII —

Triênio 1916-1918

Jorge de Oliveira Braga, José Rennó Pereira, Thiago Carneiro Santiago, Tenente Balduíno Vieira Salgado, Próspero Sanches, Narciso José Brasil, Francisco José Pereira, Antônio Lúcio Barges, Paulino Gonçalves de Faria, Severiano Ribeiro Cardoso e Bernardo Domingues Pereira da Silva.

Eleições realizadas em 21 de novembro de 1915.

Suplentes que chegaram a ocupar o cargo: José Carlos da Silva Braga, Henrique de Faria, José Minervino Sales, Custódio Gonçalves de Oliveira, Miguel Chiaradia Sobrinho e Flamíneo Miranda.

Exerceram a Presidência Jorge de Oliveira Braga e Francisco José Pereira. O Vice-Presidente foi José Rennó Pereira.

Foi Secretário o Vereador Thiago Carneiro Santiago .

No período dessa gestão os itajubenses foram às urnas nas seguintes datas:

Em 28 de outubro de 1916, para a escolha de um senador estadual, cargo ainda existente;

Em 18 de dezembro de 1916, em retorno às urnas para a mesma escolha anterior, por terem sido invalidadas as eleições de 28 de outubro;

Em 7 de outubro de 1917, na escolha especial de um senador ao Congresso Mineiro, cargo existente na Velha República.

— XXIII —

Quatriênio 1919-1922

Jorge de Oliveira Braga, José Rennó Pereira, Francisco José Pereira, Severiano Ribeiro Cardoso, Próspero Sanches, Thiago Carneiro Santiago, Virgílio Pereira Gomes, José Martiniano da Silva, Antônio Pereira de Alkmin, Paulino Gonçalves de Faria e Josino Dias.

A posse dessa Edilidade ocorreu em 1.º de janeiro de 1919.

Em 26 de fevereiro de 1920 José Martiniano da Silva resignou o cargo de vereador. A Ata de 28 de abril do mesmo ano registrava, por proposta do Vereador Josino Dias, um voto de pesar pelo falecimento do companheiro Antônio Pereira de Alkmin.

Suplentes convocados: José Carlos da Silva Braga e José Minervino Sales.

Presidente durante todo o período: Jorge de Oliveira Braga. O Vice-Presidente foi José Rennó Pereira.

— XXIV —

Quatriênio 1923-1926

Jorge de Oliveira Braga, Severiano Ribeiro Cardoso, Francisco José Pereira, Virgílio Pereira Gomes, Próspero Sanches, Thiago Carneiro Santiago, Paulino Gonçalves de Faria, Augusto Salomon, Joaquim Dias da Silva, Eleardo Braga Mostério e Fortunato Peixoto Filho.

A posse dessa Edilidade ocorreu em 1.º de janeiro de 1923.

Foram Presidentes e Agentes Executivos durante esse período Jorge de Oliveira Braga e Severiano Ribeiro Cardoso.

— XXV —

Quatriênio 1927-1930

Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, José Rennó Pereira, Dr. Vicente Sanches, Dr. Albino José Alves Filho, Dr. Eduardo Luís da Silva, Fortunato José Carlos Peixoto, Álvaro Mendonça Chaves, Manuel Ribeiro dos Santos, Dr. José Brás Pereira Gomes, Dr. Carlos Ribeiro Filho e Severiano Ribeiro Cardoso.

Também desempenharam o cargo de Vereador os Suplentes Luís Francisco Ribeiro e Paulino Gonçalves de Faria.

Durante esse período do Governo Municipal exerceram o cargo de Presidente da Câmara e Agente Executivo os Vereadores Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, Dr. José Brás Pereira Gomes e Severiano Ribeiro Cardoso.

Foi esta a última Edilidade na República Velha. Teve o seu mandato interrompido em conseqüência da revolução triunfante e implantação da ditadura no País.

A eleição dessa Edilidade ocorreu a 17 de abril de 1927, dando-se a posse em 11 de maio seguinte. Na sessão de 17 do mesmo mês e ano foi eleito Presidente e Agente Executivo o Vereador Dr. José Brás Pereira Gomes. Lê-se na Ata da referida reunião:

"O Dr. José Brás Pereira Gomes agradeceu bastante comovido a sua eleição, declarando que de acordo com a legislação em vigor cumpria-lhe comunicar à Camara Municipal que, durante o funcionamento do Congresso Nacional do qual faz parte como deputado por este 5.º Distrito Eleitoral, o mandato legislativo é incompatível com o exercício de outra qualquer função pública. Assim, enquanto estiver funcionando a Câmara Federal não poderá exercer o mandato de Presidente da Câmara Municipal de Itajubá, que tão generosamente lhe foi conferido agora, razão pela qual, de acordo com a Lei, convidava para assumir a Presidência o Sr. Vice-Presidente, a fim de exercer o referido cargo durante o seu impedimento. Em seguida o Dr. José Brás Pereira Gomes deixou a cadeira da Presidência, retirando-se do recinto da sessão, tendo a mesma sido ocupada pelo Sr. Severiano Ribeiro Cardoso que, em ligeiras palavras, agradeceu a sua eleição, prometendo tudo fazer para a prosperidade de Itajubá e bem-estar de seus habitantes".

Uma vez desimpedido do Parlamento, o Dr. José Brás efetivamente reassumiu a Presidência da Câmara Municipal. Nesse período governamental do município também exerceu a Presidência da Câmara o Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo.

Realizadas as eleições de 1.º de março de 1930, os candidatos da Aliança Liberal à Presidência e Vice-Presidência da República, Getúlio Vargas e João Pessoa, tiveram nas urnas itajubenses 1.854 votos cada um, enquanto que seus adversários Júlio Prestes e Victal Soares apenas 22. Como se sabe, se Getúlio foi vitorioso em Itajubá, não o foi no cômputo nacional, o que ocasionou a bernarda contra os propósitos sucessórios de Washington Luís. O sangue correu e Getúlio apoderou-se do leme do País.

Em 11 de maio do mesmo ano, os itajubenses estiveram junto às urnas, desta feita para escolher o Presidente e Vice-Presidente do Estado, tendo sido Olegário Maciel e Pedro Marques de Almeida os mais favorecidos em Itajubá.

Em 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas ao supremo poder do País, dissolveu-se a Câmara Municipal. Somente 17 anos mais tarde é que se teria de novo no Palácio 26 de Fevereiro um Governador municipal escolhido democraticamente pelo povo.

Em pleno regime do totalitarismo dominante houve, contudo, uma tentativa de democratização do timão municipal. Eram as perspectivas de uma nova aurora nas esferas políticas, conforme o próprio Vargas acenava a Nação. Realizaram-se, então, as eleições de 7 de junho de 1936, para a escolha de vereadores (estranhamente em número de 9), tendo o Partido Progressista feito 8, a Ação Integralista 1 e o Partido Republicano nenhum... Os vereadores eleitos foram os seguintes:

José Severiano Ribeiro, Fortunato Pereira, Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira, Sebastião Egydio Rennó, Silvestre Ferraz, Alcides Faria, Alexandre Benedito, Miguel Cortez e Dr. Vicente Sanches.

As cerimônias de posse dessa Câmara, realizada em 20 de junho de 1936, no salão do Fórum repleto de assistentes, dos quais 80% eram integralistas, com seus uniformes e o sigma da falange verde ostentado no braço, assinalaram um incidente curioso: — o Vereador Dr. Vicente Sanches propôs que entoassem todos o Hino Nacional. Levantou-se o Vereador Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira para apoiar a idéia, desde que fosse o Hino cantado na íntegra, e não pela metade, como era de praxe entre os integralistas. Travou-se uma discussão, tendo o Presidente dos trabalhos deliberado que o Hino Nacional fosse cantado no final da reunião, o que realmente se deu, tendo os prosélitos de Plínio Salgado cantado mesmo somente a primeira parte, encerrada com três vibrantes *anauês* acentuados com arremessos de braços para cima, entoando os demais, entusiasticamente, alheios a tais manifestações facciosas, a segunda parte até o final.

Elegeu-se Presidente da Câmara o Dr. Antônio de Oliveira. O Secretário escolhido foi Fortunato Pereira.

E foi essa a Câmara malograda de 1936. Coube a essa Edilidade frustrada indicar ao Interventor do Estado o novo Prefeito, recaindo a escolha no Dr. Luís Pereira de Toledo, empossado em 25 de julho daquele ano. Meses depois renunciou o Dr. Luís de Toledo. Substituiu-o o Cel. Alcides Faria.

Em 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas impôs ao Brasil a Carta Constitucional do Estado Novo, elaborada pelo mineiro Francisco Campos, que tomou para modelo a fascista *Carta del Lavoro* e a constituição polonesa do Marechal Josef Pilsudsky, razão por que ficou apelidada de *A Polaca*. Em 3 de dezembro do mesmo ano era a dissolução dos partidos políticos que se decretava, inclusive a Ação Integralista Brasileira. Com o continuísmo varguista desmoronaram-se os castelos políticos de Armando Sales de Oliveira e de José Américo de Almeida, candidatos à Presidência da República, bem como o de Plínio Salgado, que igualmente ambicionava o Palácio do Catete. E gorada também ficou a Câmara Municipal de Itajubá de 1936...

A XXVI Corporação governamental do município de Itajubá é a da fase dos Prefeitos nomeados durante a ditadura getulista, e que foram os seguintes:

1.º — Dr. José de Oliveira Marques. Nomeado em 5 de dezembro de 1930. Tomou posse em 1.º de janeiro de 1931.

2.º — Dr. José Rodrigues Seabra. Assinou seu 1.º decreto em 31 de dezembro de 1932, fixando o orçamento municipal.

3.º — Jorge de Oliveira Braga. Seu 1.º decreto foi assinado em 16 de março de 1935.

4.º — Dr. Luís Pereira de Toledo. Tomou posse a 25 de julho de 1936. Assinou sua primeira lei em 30 de setembro do mesmo ano.

5.º — Cel. Alcides Faria. Sua primeira lei foi a de 16 de abril de 1937, que estabelecia um regulamento para registro e inspeção de veículos na cidade.

6.º — Dr. Carlos Ribeiro Filho. Tomou posse em 12 de junho de 1945.

7.º — Dr. Carlos Alberto de Campos Mota. Nomeado em 19 de novembro de 1945. Tomou posse em 27 do mesmo mês.

8.º — Dr. Luís de Lima Vianna. Nomeado em 17 de janeiro de 1946. Tomou posse a 25 do mesmo mês.

9.º — Dr. Carlos Ribeiro Filho. Nomeado em 9 de fevereiro de 1946, novamente assumia o múnus de Prefeito municipal, em 11 do mesmo mês.

10.º — Dr. André Martins de Andrade Filho. Nomeado a 31 de dezembro de 1946. Tomou posse em 2 de janeiro de 1947.

11.º — Jaime Wood. Nomeado a 12 de abril de 1947. Tomou posse em 14 de abril.

Durante esses anos de absolutismo estiveram os itajubenses um encontro com as urnas em 14 de outubro de 1934 para sufragarem as candidaturas dos constituintes Drs. Teodomiro Carneiro Santiago e José Rodrigues Seabra. E em 2 de dezembro de 1945 votaram os eleitores de Itajubá para a escolha do Presidente da República (o mais votado em Itajubá foi Eurico Gaspar Dutra, com 4.751 votos) e senadores. Em 19 de janeiro de 1947 para elegerem Milton Campos ao Governo do Estado.

* * *

46 — O GOVERNO MUNICIPAL COM A DEMOCRACIA RESTABELECIDA

Em 1947 uma nova fase principia para o Governo municipal, que então se dividiu em duas Casas, — a Legislativa e a Executiva, isto é, a Câmara e a Prefeitura. Durante o período ditatorial, conforme ficou elucidado no capítulo anterior, teve Itajubá onze Prefeitos, nomeados pelo Governo do Estado, que já não era Presidente ou Governador, mas Interventor. E a Câmara, nesse interregno de 17 anos, ficou desativada.

Com as eleições de 23 de novembro de 1947, restabeleceu-se integralmente a democracia e permitiu-se a volta dos itajubenses às urnas para a escolha dos dirigentes municipais. Passou então a Câmara a integrar-se com 13 vereadores.

São os seguintes os períodos governamentais do Município de Itajubá nesta nova fase histórica, cuja enumeração é o prosseguimento das Corporações citadas em capítulos anteriores:

— XXVII —

Quatriênio 1947-1950

Prefeito: Dr. Sebastião Pereira Rennó
Vice-Prefeito: Dr. Luís Goulart de Azevedo
Posse em 15 de dezembro de 1947.

Câmara Municipal: Dr. Gaspar Lisboa, Paulo Carneiro Santiago, Vicente de Sales Dias Filho, Alfredo de Oliveira, Carlos Olney Pinto, Domingos Marcaccini, Euclides Pereira Cintra, João de Oliveira, Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, José Pereira de Oliveira, José Piazzaroli, Dr. Vicente Vilela Vianna e José Severiano Ribeiro.

Posse em 12 de dezembro de 1947.

Foram Presidentes da Câmara durante esse período os seguintes vereadores: Dr. Gaspar Lisboa (1947 e 1948), Paulo Carneiro Santiago (1949) e Dr. Vicente de Sales Dias Filho.

Vice-Presidente durante todo o quatriênio: Alfredo de Oliveira.

Alfredo de Oliveira assumiu interinamente a Presidência no período de licença concedido ao Dr. Gaspar Lisboa, em 1948, e no concedido a Paulo Carneiro Santiago, em 1949.

Foram Secretários os Vereadores Dr. Vicente de Sales Dias Filho, João Luís da Silva e João de Oliveira.

Suplentes convocados, que chegaram a desempenhar a vereança: Dr. Sebastião Osório, João Luís da Silva, José Antunes Sobrinho e Joaquim Flausino de Paiva.

— XXVIII —

Quatriênio 1951-1954

Prefeito: Dr. Vicente Vilela Vianna
Vice-Prefeito: Décio Junqueira Ferraz
Posse em 31 de janeiro de 1951.

Câmara Municipal: Joaquim Faria, Augusto Ferreira de Almeida Júnior, Benedito Macedo, Geraldo Piazzaroli, João Antunes Siqueira, João Pereira de Andrade e Silva, José Bonifácio Cardoso, José Chiaradia, José Maria da Silveira Campos, José Rocha Faria, José Teófilo, Paulo Carneiro Santiago e Dr. Vicente de Sales Dias.

Posse em 31 de janeiro de 1951.

O Presidente da Câmara em todo esse período legislativo foi o Vereador Joaquim Faria.

Foram Vice-Presidentes: Geraldo Piazzaroli (1951), José Bonifácio Cardoso (1952) e José Teófilo (1953 e 1954).

Foram Secretários: Benedito Macedo, Auzelino de Castro Gama e José Maria da Silveira Campos.

Suplentes que chegaram a desempenhar a vereança: Auzelino de Castro Gama, Homero Gaudino, Gabriel Ferreira Leite, Sebastião Almendagna e Joaquim Pereira da Silva Júnior.

— XXIX —

Quatriênio 1955-1958

Prefeitos: Dr. Luís Goulart de Azevedo (1955 e 1956)
Antônio Rennó Pereira (1956 e 1957)
Dr. Vicente de Sales Dias Filho (1958)
Vice-Prefeito: Dr. Gaspar Lisboa

Os Drs. Luís Goulart de Azevedo e Gaspar Lisboa, respectivamente Prefeito e Vice-Prefeito eleitos diretamente pelo povo, tomaram posse, perante a Câmara Municipal, em 31 de janeiro de 1955.

Houve, contudo, alterações no Executivo durante esse período. Com as licenças concedidas pela Câmara Municipal ao Prefeito Dr. Goulart e, ao mesmo tempo, ao Vice-Prefeito Dr. Gaspar (sessão de 05-04-1956), assumiu o múnus de Prefeito, com posse em 25-04-1956, o Presidente da Câmara Vereador Antônio Rennó Pereira (Tota Rennó), que desempenhou o cargo até o início de 1958. Com a prorrogação das aludidas licenças concedidas aos Drs. Goulart e Gaspar, e, logo em seguida, com a renúncia destes (da qual a Câmara Municipal tomou conhecimento na reunião de

16-04-1958), o Presidente da Câmara, eleito pelos vereadores para o exercício de 1958, Dr. Vicente de Sales Dias Filho, assumiu as funções de Prefeito, em substituição a Antônio Rennó Pereira, e cuja posse ocorreu em 01-02-1958.

Câmara Municipal: (a partir de então em número de 15 vereadores): Antônio Rennó Pereira, Dr. Vicente Sanches, Nagib Mohallem Filho, Cyrillo Rodrigues de Sousa, Augusto Ferreira de Almeida Júnior, Auzelino de Castro Gama, Benedito Macedo, Cândido Pereira de Mendonça, João Pereira de Andrade e Silva, José Lino da Costa, Luís Gomes da Silva, Paulo Carneiro Santiago, Sebastião Marciano de Farias, Dr. Vicente de Sales Dias Filho e João Antunes de Siqueira.

Posse em 31 de janeiro de 1955.

Foram Presidentes da Câmara durante esse período os Vereadores Antônio Rennó Pereira (1955), Dr. Vicente Sanches (1956), Nagib Mohallem Filho (1957), Cyrillo Rodrigues de Sousa (1958) e Dr. Vicente de Sales Dias Filho (1958).

Vice-Presidentes: Dr. Vicente Sanches (1955 e 1956), Nagib Mohallem Filho (1957) e Cyrillo Rodrigues de Sousa (1958).

Secretários efetivos: Cyrillo Rodrigues de Sousa e Luís Gomes da Silva.

Também desempenharam a vereação os Suplentes José Teófilo, Zeferino Antônio Ferreira, José Machado Filho, Dr. Estácio Tavares de Mello, Antônio de Pádua Teixeira, Homero Gaudino e Marcílio Bastos.

— XXX —

Quatriênio 1959-1962

Prefeito: Dr. Vicente Vilela Vianna
Vice-Prefeito: Álvaro Chaves Salomon
Posse em 31 de janeiro de 1959.

Câmara Municipal: Cyrillo Rodrigues de Sousa, Linneu Alves, Dr. Luís Fernando Faria de Azevedo, Augusto Ferreira de Almeida Júnior, Afonso Costa, Benedito Macedo, José Bonifácio Cardoso, José Correa de Sousa, João Pereira de Andrade e Silva, Dr. Luís Faria, Dr. Luís Gonzaga Salomon, Luís Martins Riera, Marcos Rennó Grilo, Olyntho Marques e Rosário Amaral da Silva.

Posse em 31 de janeiro de 1959.

Foram Presidentes da Câmara durante esse quatriênio os Vereadores Cyrillo Rodrigues de Sousa (1959), Linneu Alves (1960), Dr. Luís Fernando Faria de Azevedo (1961) e Augusto Ferreira de Almeida Júnior (1962).

Vice-Presidentes: Augusto Ferreira de Almeida Júnior (1959 a 1961) e Luís Martins Riera (1962).

Foram Secretários efetivos: Dr. Luís Gonzaga Salomon, Luís Martins Riera e Olyntho Marques.

Suplentes convocados e que chegaram a desempenhar a vereança: José de Paula Giffoni Júnior, Sebastião Simões, Zeferino Antônio Ferreira, Sebastião Gonçalves, Dr. Adolfo Pereira Filho, Moacyr de Oliveira, João Aldano da Silva e Dr. Antenor Costa.

O Suplente Sebastião Herculano da Costa, que seria convocado para uma das substituições, não chegou a exercer o mandato porque renunciou em 11 de março de 1960.

— XXXI —

Quatriênio 1963-1966

Prefeito: José Maria da Silveira Campos
Vice-Prefeito: Nagib Mohallem Filho
Posse em 31 de janeiro de 1963.

Câmara Municipal: Paulo Paulistano de Faria, Afonso Brito Filho, Eduardo Salles Paiva, João Prudenciano da Silva, Joaquim Vieira Miranda, José Aldano Santana, José Geraldo Maciel, Maria de Lourdes Sanches Coelho (primeira mulher que, em Itajubá, desempenhou o cargo de vereadora), Murilo Mohallem, Olavo Bilac Miranda, Olyntho Marques, Oswaldo Reynaldo, Pompeu José Antônio, Sebastião Simões e Vicente Ribeiro Sobrinho.

Posse em 31 de janeiro de 1963.

O Presidente da Câmara, durante todo esse período do Legislativo, foi Paulo Paulistano de Faria.

Foram Vice-Presidentes: João Prudenciano da Silva (1963) Joaquim Vieira Miranda (1964), Eduardo Salles Paiva (1965) e Olavo Bilac Miranda (1966).

Foram Secretários: Sebastião Simões, Dr. Luís Rennó Chaves e Olyntho Marques.

Durante esse quatriênio também exerceram o cargo de vereador os seguintes Suplentes: Dr. Luís Rennó Chaves, Dr. Estácio Tavares de Mello, Antônio Tirelli, Zeferino Antônio Ferreira, José Bonifácio Cardoso, Moacir de Oliveira, José Lino da Costa, Agenor Arantes e José Carvalho.

O Suplente José de Sales Dias, que seria convocado, não chegou a exercer o mandato porque renunciou em 23 de julho de 1963.

— XXXII —

Quatriênio 1967-1970

Prefeitos: Capitão Luís Carlos Tigre Maia (de 1967 a 1969)
Dr. Luís Rennó Chaves (1970)
Vice-Prefeito: Dr. Luís Rennó Chaves (1967 a 1969)
Posse em 31 de janeiro de 1967.

Em desastre de automóvel, ocorrido em 5 de fevereiro de 1970, na Via Dutra, faleceu o Prefeito Luís Carlos Tigre Maia, ex-Capitão do Exército. Assumiu o cargo o Vice-Prefeito Dr. Luís Rennó Chaves.

Câmara Municipal: Olavo Bilac de Miranda, Dr. Jansen Pinto Nogueira, Dr. Sebastião Oswaldo Silva, José Sebastião de Carvalho, Benedito Eusébio Ribeiro, Domício Guedes, Dr. Erasmo Cardoso, José Carvalho, José Cláudio Dias Osório, José Isidoro, José Ribeiro Filho, Moacyr de Oliveira, Sebastião Gonçalves, Sebastião Marciano de Farias e Dr. Walter Cabral.

Posse em 31 de janeiro de 1967.

Foram Presidentes da Câmara durante esse período os Vereadores Olavo Bilac Miranda (1967 e 1968), Dr. Jansen Pinto Nogueira (1969), Dr. Sebastião Oswaldo Silva (fevereiro a maio de 1970) e José Sebastião de Carvalho (1970).

Vice-Presidentes: Dr. Jansen Pinto Nogueira (1967), Sebastião Marciano de Farias (1968), Olavo Bilac Miranda (1969) e Moacyr de Oliveira (1970).

Foram Secretários: Dr. Sebastião Oswaldo Silva, Sebastião Gonçalves, José Sebastião de Carvalho, Domício Guedes e José Carvalho.

Também chegou a desempenhar o cargo de vereador o Suplente Clayton Carlos Rodrigues de Sousa.

— XXXIII —

Biênio 1971-1972

Prefeito: Paulo Paulistano de Faria
Vice-Prefeito: Dr. Erasmo Cardoso

Câmara Municipal: Dr. José Chaiben Mauad, Ari Baptista Montalvão, Adílio Sales Paiva, Dr. Celso Mendes Braga, Clemente César da Silva, Francisco Pinto de Carvalho, Dr. Gilberto Maria de Azevedo, Dr. Jansen Pinto Nogueira, João Tarcísio de Oliveira, José Aldano Santana, José Isidoro, José Lauro Dias, Lourenço Silveira Campos, Moacyr de Oliveira e Sebastião Imar Martins Riera.

Foi Presidente da Câmara durante esse período o Dr. José Chaiben Mauad, e Vice-Presidente, José Aldano Santana.

Foram Secretários: Ari Baptista Montalvão e Francisco Pinto de Carvalho.

— XXXIV —

Quatriênio 1973-1976

Prefeito: Dr. Rosemburgo Romano
Vice-Prefeito: Dr. José Alves de Sene

Câmara Municipal: Francisco Mota Júnior, Adílio Sales Paiva, Sebastião Imar Martins Riera, José Isidoro, Álvaro Brás Mendonça Chaves, Antônio Poddis, Benedito Raimundo Tibiriçá, Dr. Erasmo Cardoso, Felipe Deliani Dastre, Dr. Gilberto Faria Azevedo, Hertor Ribeiro dos Santos, João José de Sousa Filho, Dr. José Chaiben Mauad, Lourenço Silveira Campos e Luís Carlos Gonçalves Correa.

Foram Presidentes durante esse período: Francisco Mota Júnior (1973), Adílio Sales Paiva (1974), Sebastião Imar Martins Riera (1975) e José Isidoro (1976).

Foram Vice-Presidentes: Sebastião Imar Martins Riera (1973), Heitor Ribeiro dos Santos (1974), João José de Sousa Filho (1975) e Felipe Deliani Dastre (1976).

Desempenharam a função de Secretário os Vereadores João José de Sousa Filho, José Aldano Santana, Lourenço da Silveira Campos e vários outros interinamente.

Durante esse quatriênio exerceram o mandato de Vereador os seguintes Suplentes: José Aldano Santana, Sebastião Marciano de Farias, Antônio Vítor da Silva, Dr. Celso Mendes Braga, Benedito Paes e Aureliano Luís do Prado.

— XXXV —

Sexênio 1977-1982

Prefeito: Dr. Pedro Mendes dos Santos
Vice-Prefeito: Dr. Luís Rennó Chaves
Posse em 31 de janeiro de 1977

Câmara Municipal: José Gonçalves, Dra. Márcia Elizabeth Gonçalves Corrêa Nogueira, Geraldo Figueiredo Monteiro Filho, José Aldano Santana, Ari Baptista Montalvão, Lourenço Silveira Campos, João Mauro Moraes, José de Azevedo, José Grilo da Silva, José Isidoro, Laércio Tenório da Silva, Dr. Mânio Pereira Brito, Sebastião Imar Martins Riera, Silvio José da Silva e Vicente de Paula Mattos.

Foram Presidentes da Câmara durante esse sexênio os seguintes Edis: José Gonçalves (1977), Dra. Márcia Elizabeth Gonçalves Corrêa Nogueira (1978 — Segunda mulher, em Itajubá, a desempenhar o cargo de vereadora, e a primeira a assumir a Presidência da Câmara Municipal) Geraldo Figueiredo Monteiro Filho (1979), José Aldano Santana (1980), Ari Baptista Montalvão (1981) e Lourenço Silveira Campos (1982).

Foram Vice-Presidentes: Dr. Mânio Pereira Brito (1977), Sílvio José da Silva (1978 e 1981), José de Azevedo (1979), Ari Baptista Montalvão (1980), Sebastião Imar Martins Riera (1982) e José Grilo da Silva (1982).

Desempenharam a função de Secretário os seguintes Vereadores: Dra. Márcia Elizabeth Gonçalves Corrêa Nogueira, Geraldo Figueiredo Monteiro Filho, Ari Baptista Montalvão, Lourenço Silveira Campos, João Mauro Moraes, Laércio Tenório da Silva, Heitor Ribeiro dos Santos, José Isidoro e José de Azevedo.

Exerceram o mandato de Vereador os seguintes Suplentes: Dr. Gilberto Faria de Azevedo, Maria José Teixeira, Heitor Ribeiro dos Santos, Adenir Pereira, Moacir de Oliveira e Benjamim Firmo Mariano.

— XXXVI —

Sexênio 1983-1988

Prefeito: Ambrósio Pinto
Vice-Prefeito: Dr. Ítalo Mandolesi Filho

Câmara Municipal: Sebastião Imar Martins Riera, Antônio Benedito Rosa, Ari Baptista Montalvão, Geraldo José Canha, Dr. Gilberto Faria de Azevedo, Heitor Ribeiro dos Santos, José Aldano Santana, José Deanos de Sales, José Isidoro, José Maria da Costa Ovídio, José Raimundo Pereira, Dra. Márcia Elizabeth Gonçalves Nogueira, Paulo César Guimarães, Saulo Germiniani e Sílvio José da Silva.

É esta a Corporação Governamental do Município de Itajubá ao terminar a elaboração deste trabalho histórico. Já exerceram a Presidência da Câmara nesse último sexênio, os Vereadores Sebastião Imar Martins Riera e Heitor Ribeiro dos Santos, e a Vice-Presidência Heitor Ribeiro dos Santos e Antônio Benedito Rosa. E já foram Secretários a Dra. Márcia Elizabeth Gonçalves Corrêa Nogueira, José Raimundo Pereira e José Deanos de Sales.

Recapitulando o que já ficou expendido neste capítulo e em anteriores (43, 44 e 45), foram os seguintes os Chefes do Governo Municipal de Itajubá, desde a emancipação política do município:

NA MONARQUIA:

1.º — Comendador João Carneiro Santiago	No quatriênio	1849-1852
2.º — José Manuel Pereira dos Santos	"	" "
3.º — Conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz	"	" "
4.º — Caetano Ferreira da Costa e Silva	"	" "
5.º — Alferes Antônio Dias Pereira	"	" "
6.º — Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior	No quatriênio	1853-1856
7.º — Manuel José Pereira Gomes	"	" "
8.º — Guilherme Luís de Sá	No quatriênio	1857-1860
9.º — Francisco José Pereira	"	" "
10 — José Vieira Carneiro e Silva	"	" "
11 — José Caetano Grilo	"	" "
12 — Padre Antônio Caetano Ribeiro	No quatriênio	1861-1864
13 — Antônio Luís Alves de Noronha	"	" "
14 — Manuel José Pereira Gomes (2.ª vez)	"	" "
15 — Honório José de Oliveira	"	" "
16 — Caetano Ferreira da Costa e Silva (2.ª vez)	"	" "
17 — Dr. Cândido Rebelo de Araújo Palhares	"	" "
18 — Dr. Domiciano da Costa Moreira	No quatriênio	1865-1868
19 — Antônio Luís Pinto	"	" "
20 — Padre Antônio Caetano Ribeiro (2.ª vez)	"	" "
21 — Ten.-cel. Manuel José Pereira Júnior (2.ª vez)	No quatriênio	1869-1872
22 — Dr. Américo da Silva e Oliveira	"	" "
23 — Bernardo de Araújo Guimarães	"	" "
24 — Cel. Antônio José Rennó	No quatriênio	1873-1876
25 — João Carneiro Santiago Sobrinho	"	" "
26 — José Antônio de Sousa Pinto	"	" "
27 — Dr. José Manuel Pereira Cabral	No quatriênio	1877-1880
28 — Dr. José Pereira dos Santos	"	" "
29 — Dr. Américo da Silva e Oliveira (2.ª vez)	No biênio	1881-1882
30 — Pedro Gomes	"	" "
31 — Luís Achiles Salomon Júnior	"	" "
32 — Dr. José Manuel Pereira Cabral (2.ª vez)	"	" "

33 — João Carneiro Santiago Sobrinho (2.ª vez)	"	" "
34 — Dr. José Pereira dos Santos (2.ª vez)	No quatriênio	1883-1886
35 — Dr. Américo da Silva e Oliveira (3.ª vez)	"	" "
36 — Alexandre Mendes de Brito	No triênio	1887-1889
37 — Cel. Antônio José Rennó (2.ª vez)	"	" "

NA REPÚBLICA:

38 — Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa	Governo trino provisório,	1889
Luís Dias Pereira	"	" " "
Julião Florêncio Meyer Júnior	"	" " "
39 — Benedito Antônio da Rocha	Intendência Municipal,	1890
40 — João Carneiro Santiago Júnior	"	" 1891
41 — Cel. Francisco Brás Pereira Gomes	No triênio	1892-1894
42 — Cap. João José Rennó	"	" "
43 — Manuel Correa de Miranda	"	" "
44 — Cel. Francisco Brás Pereira Gomes (2.ª vez)	No triênio	1895-1897
45 — Fructuoso Ramos de Lima	"	" "
46 — Dr. José Carneiro de Resende	No triênio	1898-1900
47 — Dr. Luís Rennó	"	" "
48 — João Gomes de Lima	"	" "
49 — João Carneiro Santiago Júnior (2.ª vez)	No triênio	1901-1903
50 — José Manso Pereira Cabral	No quatriênio	1904-1907
51 — José Manso Pereira Cabral (2.ª vez)	No quatriênio	1908-1911
52 — Jorge de Oliveira Braga	"	" "
53 — Jorge de Oliveira Braga (2.ª vez)	No quatriênio	1912-1915
54 — Francisco José Pereira	No triênio	1916-1918
55 — Jorge de Oliveira Braga (3.ª vez)	"	" "
56 — Jorge de Oliveira Braga (4.ª vez)	No quatriênio	1919-1922
57 — Jorge de Oliveira Braga (5.ª vez)	No quatriênio	1923-1926
58 — Severiano Ribeiro Cardoso	"	" "
59 — Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo	No quatriênio	1927-1930
60 — Dr. José Brás Pereira Gomes	"	" "
61 — Severiano Ribeiro Cardoso (2.ª vez)	"	" "

PREFEITOS NOMEADOS:

62	— Dr. José de Oliveira Marques	1930/1932
63	— Dr. José Rodrigues Seabra	1932/1934
64	— Jorge de Oliveira Braga (6.ª vez)	1935
65	— Dr. Luís Pereira de Toledo	1936
66	— Alcides Faria	1937/1945
67	— Dr. Carlos Ribeiro Filho	1945
68	— Carlos Alberto de Campos Mota	1945
69	— Dr. Luís de Lima Vianna	1946
70	— Dr. Carlos Ribeiro Filho (2.ª vez)	1946
71	— Dr. André Martins de Andrade Filho	1947
72	— Jayme Wood	1947

PREFEITOS ELEITOS:

81	— Dr. Luís Rennó Chaves	1970
82	— Paulo Paulistano de Faria	1971/1972
83	— Dr. Rosemburgo Romano	1973/1976
84	— Dr. Pedro Mendes dos Santos	1977/1982
85	— Ambrósio Pinto	Desde 1983
73	— Dr. Sebastião Pereira Rennó	1947/1950
74	— Dr. Vicente Vilela Vianna	1951/1954
75	— Dr. Luís Goulart de Azevedo	1955/1956
76	— Antônio Rennó Pereira (Tota)	1956/1957
77	— Dr. Vicente de Sales Dias Filho	1958
78	— Dr. Vicente Vilela Vianna (2.ª vez)	1959/1962
79	— José Maria da Silveira Campos	1963/1966
80	— Capitão Luís Carlos Tigre Maia	1967/1969

Com a democracia restabelecida, de 1947 para cá os itajubenses votaram nas seguintes datas:

23 de novembro de 1947 para a eleição dos dirigentes municipais.

3 de outubro de 1950, em eleições gerais. O candidato à Presidência da República mais votado em Itajubá foi Getúlio Vargas, com 4.198 votos, ficando em 2.º lugar o Brigadeiro Eduardo Gomes, com 2.065. Para Governador do Estado o mais votado foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, com 5.188 votos. Foram também escolhidos os dirigentes do município.

3 de outubro de 1954, para a escolha de senadores, deputados e vereadores.

3 de outubro de 1955, para a escolha do Presidente da República e Governador do Estado. Os candidatos para o Governo Federal mais votados em Itajubá foram Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros. Também Juarez Távora e Plínio Salgado obtiveram boa votação. Para o Governo de Minas os itajubenses preferiram Bias Fortes, ficando Bilac Pinto em 2.º lugar.

3 de outubro de 1958, em eleições de parlamentares e de autoridades municipais.

3 de outubro de 1960, para a escolha de Presidente e Vice-Presidente da República bem como de senadores e Governador do Estado. O mais votado para o timão federal foi Adhemar de Barros, com 4.171 votos. Em segundo lugar, Jânio Quadros com 2.529. O Marechal Teixeira Lott ficou em 3.º lugar. Para Governador do Estado os itajubenses deram maior apoio a Tancredo Neves, ficando Magalhães Pinto em 2.º lugar.

7 de outubro de 1962, para a escolha de senadores, deputados federais e estaduais, bem como das autoridades municipais. Os candidatos a Prefeito foram José Maria da Silveira Campos, Dr. Luís Mauad, José Teófilo e Jair Dias Coelho.

6 de janeiro de 1963, quando os itajubenses foram às urnas para atender a um plebiscito, e decidir sobre a manutenção ou não do Parlamentarismo federal, criado por Ato Adicional. Em Itajubá, 7.643 eleitores disseram NÃO; e 2.052, SIM.

3 de outubro de 1965, nas eleições de autoridades estaduais. Para Governador, o mais votado em Itajubá foi Israel Pinheiro.

15 de novembro de 1966, para a escolha de deputados, senadores e autoridades municipais. O Dr. Antônio Aureliano Chaves foi o candidato a deputado federal mais votado em Itajubá. O candidato a deputado estadual mais votado foi o dinâmico e benemérito Dr. Euclides Pereira Cintra. O prefeito escolhido foi o Capitão do Exército Luís Carlos Tigre Maia.

15 de novembro de 1970, nas eleições das autoridades municipais e senadores. O Prefeito eleito foi Paulo Paulistano de Faria. Também concorreram o Dr. Dárcio Pereira, José Teófilo, Fuad Gabriel Chucre, Dr. Vicente Vilela Vianna e o Cel. Darcy Carneiro de Oliveira, oficial da Fábrica de Armas.

15 de novembro de 1972, na escolha de prefeito, tendo sido o mais votado o Dr. Rosemburgo Romano. Também concorreu o Dr. Pedro Fonseca Paiva.

15 de novembro de 1976, quando os itajubenses votaram para a escolha de seu novo prefeito. O mais votado foi o Dr. Pedro Mendes dos Santos. Também concorreram Domício Cardoso, Dr. Vicente Vilela Vianna, José Alves de Sene e Ambrósio Pinto.

15 de novembro de 1978, nas eleições de parlamentares.

15 de novembro de 1982, nas eleições de autoridades do governo municipal. O mais votado foi Ambrósio Pinto. Também concorreram Geraldo Monteiro, Dr. Edson Fábio Mauad, Benedito Pereira dos Santos, Nagib Mohallem Filho e Athaíde Eva.

Com a Lei n.º 1.237, de 4 de junho de 1980, o Prefeito Dr. Pedro Mendes dos Santos dava a designação de "Palácio Padre Lourenço da Costa Moreira" ao prédio onde funcionava a Câmara Municipal de Itajubá. O prédio da Prefeitura tem a denominação de "Palácio 26 de Fevereiro", homenagem ao ex-Presidente da República Venceslau Brás, nascido nesse dia.

* * *

47 — A AGRICULTURA

Nunca se registrou, no atual município de Itajubá, trabalho de mineração, por menor que fosse, pois não existe, e nunca existiu, em toda sua área, lugar propício à bateia ou à abertura de catas. Suas ricas arrotéias, no entanto, em compensação, ofereciam a fecundidade pródiga atestada pela luxuriante vegetação e pelas glebas cultivadas daquelas primeiras fazendas, já então existentes na Boa Vista do Sapucí, quando o Padre Lourenço aí chegou naquela madrugada de 19 de março de 1819. Além da cativante paisagem que se descortinava aos olhos perscrutadores do sacerdote fundador, o que mais o seduziu e fascinou, e que o levou a ficar no lugar, foi a fertilidade do abençoado solo, lugar que julgou logo ideal para nele fundar a Capela Nova.

Quase um século depois do Padre Lourenço, foi o engenheiro francês Dr. Lucien Le Coin quem chegava a Itajubá, em trem especial, no dia 21 de julho de 1911, comissionado pelo ministério da agricultura da França para estudar as condições econômicas de alguns Estados do Brasil. Acompanhado do Dr. Teodomiro Santiago e Jorge de Oliveira Braga, o Dr. Coin visitou fazendas e a Colônia Agrícola. Ficou vivamente impressionado com a fertilidade do solo itajubense, e incluiu em seu relatório os mais altos louvores à uberdade das terras que acabava de visitar. A "Gazeta de Itajubá", de 23 de julho de 1911, registrou esse acontecimento.

As lavouras iniciais foram as do milho, do arroz e do feijão. No Itajubá já emancipado, sentiu a Câmara Municipal a necessidade de incentivar a cultura de outros cereais e de tubérculos próprios para as terras da região e seu clima, para o que recorreu até ao Governo. As primeiras sementes recebidas da Europa foram enviadas pelo Presidente da Província (Ata de Câmara, de 3 de janeiro de 1855). Os lavradores itajubenses não se interessavam, porém, por novas experiências, e a Câmara, por proposta do Vereador Francisco de Paula Xavier Machado, tentou obrigar

os fazendeiros a plantarem mandioca e batatas, "visto ser uma fartura", "ordenando aos juízes de paz e inspetores" a darem "informações exatas" sobre o cumprimento ou não dessa ordem (Ata de 15 de janeiro de 1858). Naquele mesmo ano recebia a Câmara, do Presidente da Província, sementes de trigo de "Jerez de la Frontera" e de fumo de Havana "para serem distribuídas pelos principais fazendeiros deste município" (Ata de 24 de setembro de 1858). Três anos mais tarde, insistia o Governo provincial no plantio do algodão e do trigo em Itajubá (Ata de 7 de outubro de 1861).

Até 1861 não havia cafezais em terras itajubenses. É esta uma informação oficial, pois consta da Ata de 11 de janeiro daquele ano, da Câmara Municipal, quando, então, se dava uma resposta a um ofício do Inspetor da Mesa das Rendas, assegurando não existir em todo o município nenhuma cultura da apreciada Rubiácea.

Quem primeiro plantou café em Itajubá foi o médico Dr. Domiciano da Costa Moreira. É o que afirma Xavier da Veiga nas *Efemérides Mineiras* (4.º vol. pág. 194, edição de 1897), assim informando:

"Estendeu (o Dr. Domiciano) sua atividade não vulgar aos labores mercantis e agrícolas, tendo sido um fazendeiro dos mais adiantados do seu tempo no sul de Minas. Deve-se-lhe a introdução, em Itajubá, do plantio do café, que é atualmente a base principal da opulenta lavoura nesse próspero município".

Na reunião de 1.º de fevereiro de 1883 da Câmara Municipal, o Dr. Aureliano Moreira de Magalhães sugeria à Casa o pedido de "alguns quilos de grãos de café Maragogipe", ao Ministro da Agricultura, "a fim de serem distribuídos e ensaiada a sua produção neste município, pelos Srs. fazendeiros" — diz a Ata dessa sessão.

A cafeicultura alcançou grande desenvolvimento em Itajubá. O sul de Minas, presentemente, é uma das regiões de maior relevo na produção do café, em todo o Brasil, e isto é devido não só à qualidade da terra como ao favorecimento do clima, onde as geadas são menos freqüentes e menos nocivas.

O jornal "A Verdade", em 25 de julho de 1891, já falava da avultada produção de café em Itajubá. Os cafezais ocupavam até os morros adjacentes à cidade. O mesmo jornal, a 10 de março de 1887, noticiava que o fazendeiro José Martins Tosta instalara "uma importante máquina para beneficiar café, da marca *Lidgerwood*. "*Informam-nos* — dizia a folha — que o mecanismo é perfeito e se presta, não só ao descascamento como à abanação, separação e escolha do café em tamanhos e qualidades". Máquina igual mandou o Barão de Camanducaia instalar em sua fazenda da Chapada, na Freguesia de Ouros ("A Verdade", de 22-09-1887). Dois anos depois foi o progressista Cel. Antônio José Rennó quem montou uma *Lidgerwood* em sua fazenda ("A Verdade" de 21-03-1889 e "O Itajubá" de 17 do mesmo mês e ano). E a *Lidgerwood Manufacturing Co.*

Limited anunciava pelo jornal itajubense "A Verdade", de 15-04-1893, que também fabricava outras máquinas para os trabalhos agrícolas, tais como descascadores, moinhos, moendas para cana, debulhadores, etc. E as atividades rurais, em Itajubá, iam-se modernizando com essas e outras máquinas. A firma Carvalho, Dias & Cia. instalou máquina de beneficiar café movida por energia hidráulica. A folha "Cidade de Itajubá", de 10-11-1901, noticiava a instalação, na cidade, da grande máquina de café do Cel. João Carneiro Santiago Júnior, movimentada a vapor. No início do século começaram a surgir as casas de torrefação e moagem de café, sendo pioneiras as de Antônio Cantelmo, a da viúva Pacheco Pontes e a de Linneu Carneiro Santiago.

No final do século passado, grande parte da produção do café itajubense ia para a Corte, adquirido por grandes firmas exportadoras, entre as quais Ferraz, Soares & Graça, da Rua Teófilo Ottoni, 20, e Raymund Neff & Camp., que também esteve sob a razão de Neff, Ayrosa & Juvenal, da Rua São Pedro, 65 e 74, das quais era representante, em Itajubá, Antônio Luís Pinto de Noronha.

Quem trouxe o chá e a videira para o sul de Minas foi o Padre José de Sousa Lima, vigário da Campanha, falecido em 1842 (Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, 4.º vol. pág. 405).

Informava o Dr. Alfredo Moreira Pinto, em 1899, sobre a agricultura itajubense:

"Foi iniciado o plantio da uva, não tendo tido infelizmente o desenvolvimento esperado, não só porque o espírito rotineiro dos agricultores é um empecilho a esse tentamento, como também a lavoura do café, há pouco tentada, absorve toda a atividade, energia e força dos lavradores, sendo essa lavoura de resultado muito lisonjeiro" (*Apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais* de 1909).

Quanto ao trigo, já ficou lembrado que em 1858 a Câmara forneceu aos lavradores itajubenses sementes do legítimo "*Jerez de la Frontera*". Cinco anos mais tarde, o Governo Provincial remetia aos lavradores de Itajubá sementes não só de trigo, como também de algodão, vindas da Inglaterra (Ata de 8 de maio de 1863 da Câmara). Os fazendeiros Honório José de Oliveira, Antônio Luís Pinto, Ten.-Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva e Domiciano José Pereira de Melo também receberam sementes de trigo *Sarraceno* (Ata de 09-10-1863). Em 1864, conforme Ata de 15 de maio desse ano, a Câmara solicitava do Ministro da Agricultura mais sementes de trigo para os plantadores itajubenses.

Com o fim de fomentar o cultivo do trigo no município de Itajubá, a Câmara, em 1884, destinou 800 mil réis de sua arrecadação para gratificar, com 100 mil réis, cada lavrador que plantasse mais de 25 alqueires da desejada gramínea (Ata de 15-01-1884).

Nos últimos tempos, os melhores resultados na cultura do trigo em Itajubá foram obtidos pela firma agrícola Xavier & Mauad, na fazenda São João, no Pinheirinho, e pelos Irmãos Chiaradia, no bairro das Anhumas. O fazendeiro Antônio Simão Mauad, em 1949, plantou 300 kg de trigo, sendo que, naquele ano, em todo o município se plantaram 4.000 kg de sementes de trigo *Kênia* e *Barbado*.

Vem de longa data as experiências com o cultivo do algodão em Itajubá. A Ata de 09-07-1863 já registrava o envio, pelo Governo, de sementes de algodão de "longa seda, vindas da República do Peru" para os fazendeiros itajubenses. Os fazendeiros Antônio Luís Pinto, Ten.-Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, Domiciano José Pereira de Melo e Honório José de Oliveira naquele mesmo ano receberam sementes do valioso vegetal (Ata de 9 de outubro de 1963). Posso, contudo, afirmar que a primeira vez que se cultivou realmente o algodão em Itajubá foi no ano de 1865. É asserção que faço à vista dos termos da Ata de 7 de janeiro daquele ano, da Câmara Municipal, na qual se encontra o seguinte registro:

"Sobre a Portaria do Exmo. Governo da Província, de 10 de outubro do ano pp., exigindo informações à cerca da plantação do algodão, respondeu-se que, por enquanto, nada pode informar a respeito, por isso que é este o primeiro ano que os lavradores deste lugar se dedicam à cultura desta planta, apesar de que os terrenos parecem ser apropriados para tal planta".

Em realidade, os fazendeiros itajubenses nunca se preocuparam seriamente com o algodão, não passando as tentativas de meras experiências, em reduzidas escalas.

Já neste século, em 27 de março de 1934, solenemente, com grandes esperanças no *ouro branco* cultivado no município, foi descaroçado o primeiro fardo de algodão itajubense, plantado com bom êxito pela Companhia Industrial Sul-Mineira, na Fazenda da Boa Vista, de propriedade do Major João Antônio Pereira. A amostra então enviada à Diretoria de Plantas Têxteis obteve a classificação máxima: — Tipo I, Fibra 30.

O produto agrícola, porém, de maior importância nas atividades do campo, em Itajubá, e que propiciou relevante impulso no progresso do município, foi o fumo. Já o Padre Lourenço da Costa Moreira, no *Termo de Reconciliação entre Paroquianos de Soledade de Itajubá*, de 1831, documento já transcrito em capítulo anterior, informava que no arraial por ele fundado havia "fábricas de tabaco". Registros do arquivo da Prefeitura documentam o desenvolvimento do plantio do tabaco no município e a grande produção de fumo em corda, a maior atividade agrícola e econômica de Itajubá no século passado. Foi a maior fonte de riquezas daquele tempo (Ata de 28-01-1863, lançada no *Livro de Registros de Propostas e Pareceres de Comissões da Câmara Municipal de Itajubá*, do arquivo da Prefeitura).

Por volta de 1860 a 1890 a lavoura do tabaco quase chegou a ser uma monocultura em terras itajubenses, a ponto de escassear os gêneros alimentícios, sendo então muito fraca a produção de cereais, fato que levou a Câmara Municipal a se preocupar com isso. Veja-se, por exemplo, a Ata de 12-01-1858. O arroz e o feijão sumiam do comércio, e nas fazendas a produção de cereais era quase exclusivamente "para o gasto". Nem se pensava em plantação de chá (Ata de 23-01-1862). Pelo que documenta ainda a Ata de 28-01-1863, e pelo que informava o Dr. Alfredo Moreira Pinto no seu *Dicionário Geográfico*, de 1894, vê-se que em todo o século passado o itajubense não pensava em plantar em grande quantidade outra coisa senão o fumo. No presente século, em janeiro de 1907, informava a "Folha Popular", jornal de São José do Paraíso, que a produção do fumo, em Itajubá, era naquele ano, "extraordinária" (*apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais*, de 1909). A Lei n.º 23, de 24-11-1914, isentava "os negociantes estabelecidos do pagamento do imposto sobre compradores do fumo, do ano de 1911 em diante".

Antônio Luís Pinto, Ten.-Cel. Caetano Ferreira da Costa e Silva, Horácio José de Oliveira e Joaquim Francisco Pereira Júnior foram, nos velhos tempos, plantadores de fumo de Havana (Ata de 09-10-1863, da Câmara Municipal).

O comércio do fumo em corda era, na verdade, muito lucrativo, mais compensador do que o de cereais. O produto encontrava franca aceitação por parte dos exportadores e as terras itajubenses se prestavam magnificamente para o seu cultivo. Nelson de Senna, no seu *Anuário de Minas Gerais* de 1907, acentua que, até o final do século, a principal exportação do município de Itajubá ainda era o fumo, tendo, em 1899, só o distrito da sede, exportado nada menos de 600 contos de réis desse produto.

Os jornais itajubenses do século passado, que noticiavam enormidades em produtos das terras sul-mineiras, como as abóboras de 1,66 m de circunferência e de 45 a 60 kg de peso produzidas na herdade de Domingos Franqueira, no Carmo ("A Verdade" de 23-01-1892); os inhames colossais, de 1,60 m de comprimento e 65 cm de grossura e 39 kg, colhidos na fazenda do Cel. Antônio José Rennó ("O Itajubá" de 28-01-1883), falavam de pés de tabaco, como este:

"FUMO — O Sr. José Bernardino, residente no bairro do Cubatão, distrito da Soledade (terras então pertencentes ao município de Itajubá), mandou ao Sr. Albino José Alves um pé de fumo, produzido em suas terras, que mede 3,60 metros de altura, com a correspondente grossura. Esta árvore, como se lhe pode chamar, *Nicotiana tabacum*, é um fenômeno curioso, visto como o tamanho comum dos pés de tal Erva Santa, em seu maior desenvolvimento, não excede de 1,50 m" ("A Verdade" de 17-01-1889). Aí está o atestado da fertilidade do solo da região, e do quanto se presta para a cultura do tabaco. A "Gazeta de Itajubá", de 09-07-1911, traz uma longa reportagem sobre a presença de Leôn-

cio Blanco Miranda em Itajubá, enviado por M. Senim, industrial do Rio de Janeiro, onde tinha uma fábrica de cigarros e charutos. Leôncio Blanco, espanhol, era técnico especializado no preparo do fumo, e sua viagem a Itajubá foi motivada pela fama da superioridade do fumo sul-mineiro, então conhecida na Corte. Comentava o referido jornal:

"Em Cuba, a terra clássica de afamados charutos, esteve ele 11 anos, todos empregados em conhecer, até as suas mais circunstanciadas minúcias, a cultura do fumo em folha e o seu emprego no fabrico de charutos. Trabalhou nos centros onde mais intensamente se cultiva essa nicociana. Informa-nos o ativo moço espanhol, que o fumo aqui produzido é tão bom, ou mesmo melhor do que o de Cuba, prestando-se, portanto, a charutos sem competidores". E Leôncio Blanco de Miranda comprou, em Itajubá, fumais inteiros para M. Senim.

O Cap. Antônio Luis Pinto de Noronha foi, no final do século passado, o representante de Castro & Cia., grande firma carioca exportadora de fumo. No último quartel do século ido houve uma baixa no preço do fumo, mas em 1889 já o mercado se mostrava mais favorável aos produtores. Por isso, aconselhava "A Verdade" de 2 de maio daquele ano: "FUMO — Este ramo principal da lavoura sul-mineira, há tanto tempo depreciado, parece que vai melhorar, devendo aqueles que têm por aqui seus depósitos não se afoitarem nas remessas".

Antes da estrada de ferro em Itajubá, filas de gementes carros de bois e tropas transpunham a Mantiqueira à procura da estação ferroviária mais próxima, da Estrada D. Pedro II (Central do Brasil), para deixar os carregamentos de rolos de fumo em corda. A partir de 1884, já não era preciso transpor a serra. A mercadoria era levada para a estação do Carmo (hoje Américo Lobo) da então *Minas and Rio Railway Co.* Inaugurada a Estrada de Ferro Sapucaí em 1891, eram vagões inteiros carregados de fumo que partiam de Itajubá.

Foram grandes atacadistas, exportadores e produtores de fumo em corda no século passado em Itajubá, o Cel. Antônio José, Joaquim José de Santana, Miguel Carlos da Silva Braga, Joaquim José Pereira dos Santos, João Carneiro Santiago Sobrinho, Luís José de Sousa Vianna, José Gaspar Pereira Leite, Martinho Correa de Miranda, João Rennó & Amaral, Alexandre Mendes de Brito (teve este, inclusive, em 1888, uma fábrica de mel de fumo), Major Antônio Ribeiro da Luz, Luís Dias Pereira, Antônio Cândido Rennó, Martiniano José de Sousa Vianna, Anselmo Pereira dos Santos Cabral, José Manuel Pereira, Tenente Antônio Alves de Faria, João Carneiro Santiago Júnior, Cap. João Ribeiro de Paiva e Luz, Antônio Francisco dos Santos Bretanha, João Ribeiro dos Santos e alguns outros de menores participações nesse comércio.

No seu *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, pág. 283, Saturnino da Veiga informava, referindo-se a Itajubá: "A cultura principal da Freguesia e mesmo do município é o fumo, cultivando-se também, mas em pequena escala, a cana e o café".

Foi exato o escritor campanhense na sua asserção. A maior produção agrícola de Itajubá, depois do tabaco, foi precisamente a cana-de-açúcar. O município nunca produziu açúcar, mas a rapadura, o álcool e a aguardente. No século ido, Antônio dos Santos Silva Júnior e Manuel José de Toledo chegaram a possuir engenhos movidos a água. Os demais engenhos eram acionados por tração animal. Alguns mais primitivos, a braços de escravos. E naqueles tempos foram grandes produtores de álcool, cachaça e rapadura, e possuiam canaviais, o Dr. José Pereira dos Santos, Antônio Estevão de Amorim, João Dias Chaves, Manuel dos Passos e Silva, Severiano dos Passos e Silva, Joaquim José de Santana, Manuel José Pereira dos Santos, Fructuoso Ramos de Lima, José Domingues Vila-Nova, Manuel Teotônio Pereira dos Santos, Cel. Manuel José Pereira Júnior, Luís José Rennó, Cap. José Manuel dos Santos Pereira, João Vilas-Boas Simões, João José Pereira, Inácio Teodoro de Araújo, Major Francisco José Pereira, Cândido José Rennó, Cap. Antônio José Rennó, José Luis Pedroso de Siqueira, Francisco Lobato Uchoa e José Martiniano da Silva.

Muito se falou, nos velhos tempos, num auspicioso Engenho Central. Encontro várias notícias e comentários sobre esse projetado estabelecimento na folha itajubense "A Verdade". No número de 28-08-1890 anunciava:

"Um grandioso projeto está em via de realização. Uma idéia benéfica revoluciona os espíritos e congrega as opiniões para a consecução de um importante cometimento, que virá marcar nova e fecunda era aos destinos de nossa terra. Trata-se do estabelecimento de um Engenho Central nesta cidade". "Acham-se entre nós os distintos cavalheiros os Srs. Ananias Barbosa e João Carlos de Mendonça Furtado, no intuito de compulsar os elementos existentes em nosso município, e em face deles resolverem sobre a possibilidade de levar avante o referido projeto".

O convite para a reunião do dia 31 de agosto daquele ano de 1890 era assinado, além dos promotores da idéia, pelos itajubenses Cel. Antônio José Rennó, João Carneiro Santiago Júnior e Fructuoso Ramos de Lima. Era para cuidar do empreendimento. Os fazendeiros que se associassem à empresa comprometer-se-iam a fornecer anualmente 20.000 toneladas de cana.

"Estão, pois, — dizia "A Verdade" de 06-11-1890 — lançadas as bases do nosso progresso, porque um estabelecimento industrial desta ordem, vem revolucionar, animar, incrementar a nossa lavoura, transformando-a grandemente e assegurando-lhe vantagens permanentes, que serão tanto mais lucrativas quanto maior for o esforço dos nossos agricultores dedicados exclusivamente ao plantio de cana-de-açúcar".

E o projetado Engenho Central de Itajubá mereceu até as honras de um decreto assinado por Deodoro da Fonseca. É de 24 de outubro de 1890 e teve o número 927. Dizia:

"O Generalíssimo Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, atendendo ao que requereram os cidadãos João Carlos de Mendonça Furtado e Ananias Barbosa, resolve conceder-lhes garantia de juros de 6% ao ano sobre o capital de 750:000$000 (750 contos de réis) para, por si ou companhia que organizarem, estabelecerem um Engenho Central de açúcar e álcool de cana no município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, de conformidade com os Decretos números 10.393 de 9 de outubro de 1889 e 525 de 26 de junho do corrente ano e de acordo com as cláusulas com que esta baixam, assinadas por Francisco Glicério, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que assim o faça executar.

"Palácio do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, 24 de outubro de 1890, 2.º da República — Manuel Deodoro da Fonseca — Francisco Glicério".

Em julho de 1891 esteve em Itajubá o "distinto cavalheiro" — noticiava a folha "A Verdade" de 01-08-1891 — Sebastião Paz de Sousa, "encarregado pelo Banco Central Mineiro de explorar as condições e elementos necessários ao estabelecimento do Engenho Central nesta cidade, empresa de que é concessionário o dito Banco, bem como obter a subscrição de ações para a companhia, que se organizou oficialmente para a referida empresa".

É que Ananias Barbosa e João Carlos de Mendonça Furtado cederam o privilégio ao Banco Central Mineiro, e este instituiu a Companhia Engenho Central de Itajubá, instalada em 30 de julho de 1891, com a seguinte diretoria:

Cel. João Lopes Carneiro Fontoura, Presidente; Dr. Augusto Eugênio de Lemos, Secretário; Alfredo Luís Del Porto, Tesoureiro; José Coelho Barbosa (Presidente do Banco), Dr. Pereira e Sousa, Luís Carlos Franco e Luís Alves da Silva Carvalho (Conselheiros). E os Suplentes entre os quais estava Rui Barbosa.

Em 12 de setembro de 1891 "A Verdade" dava a notícia da presença, na cidade, de autoridades que chegavam para instalar o Engenho Central, e que, além da usina de cana, iria "a Companhia adicionar um engenho para beneficiar café, uma fábrica de papel e qualquer outro estabelecimento industrial, cuja utilidade pareça conveniente. Ainda mais: estabelecerá aqui um burgo agrícola, cujos resultados atingirão a uma cifra importantíssima, como intuitamente se compreende. A imigração para o burgo será alemã; e sobre a aquisição dela já a Companhia providenciou por intermédio de um importante banco da Alemanha".

No número seguinte do jornal, explicava-se que, para a fabricação de papel aproveitar-se-iam os bagaços de cana, "matéria-prima reconhecidamente superior para tal mister".

"A Verdade" de 31-10-1891 noticiava mais que, por Decreto n.º 620, haviam sido aprovados "plano e orçamento das obras projetadas, desenho dos aparelhos e descrição dos métodos de fabricação do Engenho Central de Itajubá, de que é concessionário o Banco Central Mineiro".

Não consta nas referidas publicações nome algum de itajubense que se tenha comprometido com esse fantasmogórico Engenho Central. Nem se falou mais nisso... Um fato, contudo, permanece positivo na história de Itajubá: — a importância e as possibilidades de sua indústria canavieira daqueles idos, que chegaram a atrair investidores estranhos ao lugar, dispostos a tamanho empreendimento.

Moreira Pinto, em estudo transcrito por Nelson Senna em um de seus *Anuários*, fala ter encontrado em Itajubá, em 1899, uma refinaria de açúcar. E industrial de açúcar foi também J. Gonçalves Pinto. Tais atividades açucareiras não foram realizadas no atual município de Itajubá, hoje bastante diminuído com as desanexações de suas terras

O braço principal da lavoura, no século da fundação de Itajubá, foi o do escravo. Até 1854, pelo menos, não havia ainda no município nenhuma colônia de imigrantes, segundo informava a Câmara Municipal em 6 de julho daquele ano. Trinta anos mais tarde o Presidente da Província solicitava dos fazendeiros de Itajubá "todos os seus esforços", a fim de que fossem "introduzidos em suas indústrias colonos procedentes das Ilhas das Canárias e dos Açores" (Ata de 02-10-1883). O eminente parlamentar Dr. Silvestre Dias Ferraz Júnior, em 1888, foi o autor de uma lei que estabelecia o financiamento para a introdução de 25.000 imigrantes no sul de Minas (Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, vol. 1.º, pág. 125, edição de 1897). No entanto, já na passagem do século, em 1899, dava o Dr. Alfredo Moreira Pinto esta informação sobre Itajubá: "Não há trabalhadores agrícolas estrangeiros. Os italianos ou portugueses, que têm entrado no distrito, ou são comerciantes ou oficiais latoeiros, caldereiros e ferreiros" (*Apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais*, 1909). Em 1907, com a honrosa presença do Presidente do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva, realizou-se em Itajubá o memorável Congresso das Municipalidades. Na sessão de 28 de abril o problema do imigrante na lavoura sul-mineira constituiu o tema da 16.ª tese, ficando deliberado que todos os presidentes de Câmaras tomassem "o solene compromisso de envidar todos os esforços" para darem "terras saudáveis com abundância de água, aráveis e próximas das sedes municipais, vias férreas ou rios navegáveis" aos "agricultores constituídos em família, de origem européia". A "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro, comentou essa "sábia resolução", dizendo a certa altura:

"Não é preciso mostrar, porque é intuitivo, quantas vantagens vai trazer essa colônia para a lavoura de Itajubá, que só precisa de braços e direção profissional para assombrosamente aumentar, tal é a superioridade patente das suas terras de cultura" (*Apud* Nelson de Senna, *op. cit.*)

Realmente, foi então instalada em Itajubá a Colônia Agrícola, com aproveitamento da fazenda do Cap. João José Rennó, onde se ensinou o fabrico de açúcar, de rapadura, da farinha de milho e de mandioca, do óleo de mamona e de outros produtos, com máquinas, engenhos e petrechos ali postos pelo Governo do Estado. Transformou-se logo depois em Instituto Dom Bosco. Posteriormente foi a Escola de Horticultura. Parte de suas terras está hoje ocupada pelo Golégio Agrícola Venceslau Brás, o qual, aliás, presentemente já perdeu sua denominação de Agrícola. O Dr. Nelson de Senna, no *Anuário* de 1913, informava haver na Colônia Itajubá, além de brasileiros, 8 famílias portuguesas, 12 italianas, 3 alemãs, 2 polacas, 3 russas, 1 suíça e 1 francesa, num total de 30 famílias estrangeiras.

Em 15 de setembro de 1929, com o apoio da Câmara Municipal, no Fórum, reuniram-se os fazendeiros de Itajubá, por convocação da Associação Comercial, para examinar a situação causada pelo êxodo da população rural, e estudar a maneira de impedi-lo, pois os homens do campo então se retiravam à procura de um fabuloso e promissor *sertão* do Paraná, ou atraídos por empregos mais lucrativos na cidade, deixando, deste modo, a lavoura sem braços. Os promotores dessa reunião foram o Major Severiano Ribeiro Cardoso, Padre João Baptista van Rooyen, Francisco Brás Neto e o Dr. Eduardo Luís da Silva.

Roberto Capri, em *Minas Gerais e Seus Municípios,* publicação de 1918, informava ter sido, então, de 700.000 kg a exportação de café, e de 120.000 arrobas a de fumo em corda, em Itajubá.

A produção agrícola de Itajubá, em 1924, foi a seguinte, segundo Victor Silveira em *Minas Gerais em* 1925; (indicações em quilogramas):

Arroz: 964.000; feijão: 781.300; milho: 8.400.000; fumo em corda: 750.000; batatinhas: 184.000; café: 300.000; cana-de-açucar: 13.000.000; rapadura: 602.400; batata doce: 90.000; alho: 4.000; cebola: 100.000; farinha de mandioca: 47.000; farinha de milho: 1.505.000; polvilho: 60.000; fubá: 352.000; aguardente: 35.000 (litros).

Foi grande o auxílio que aos agricultores prestou a instalação das primeiras máquinas de beneficiar arroz, logo no início deste século. As pioneiras em Itajubá foram as de Oswaldo Carneiro & Cia., a de Carvalho & Dias, a de Rennó Pereira & Cia. e a do Cel. João Carneiro Santiago Júnior, montada, em 1902, pelo mecânico Cristóvão Eggersglüss, que também montou uma por sua conta na Rua dos Remédios (Xavier Lisboa), a qual confiou à administração de João Capistrano Paulista.

Em 1930 realizou-se em Itajubá o 3.º Congresso Comercial, Industrial e Agrícola do Estado de Minas Gerais.

Em 12 de julho de 1931 inaugurou-se, no salão da Associação Comercial de Itajubá, a 1.ª Exposição Agrícola de Frutas do Gênero Citrus. Foram então premiados os seguintes expositores: Jorge de Oliveira Braga (1.º lugar), Jerônimo Guedes Fernandes (2.º lugar), Irmãos Vilela (3.º

lugar), Arlindo Guimarães, José Martiniano da Silva (Zequinha Luís), Sebastião Vieira, Mário Brás Pereira Gomes, Dr. João Luís Carneiro Rennó, Francisco Maduro, Dr. H. Lindenbein, Fructuoso Osório, François Rebourgeon, Clemente T. da Silva, José Clemente dos Santos, D. Onésia Pereira, Benedito Pereira e João Luís da Silva.

A 2.ª Exposição de Citricultura foi inaugurada em 15 de junho de 1933, no mesmo local. Foram expostos vários produtos da pomicultura itajubense, notabilizando-se, desta feita, as laranjas, nas suas variedades de *baiana, pera, natal, campista, coroa, imperial, ouro, seleta, seleta branca, setúbal açoriana, pele-de-moça, sangüínea, crava, mandarim, crava-do-rio, mexerica* e outras, e mais ainda limões, nas suas variedades de *doce, galego, imperial, siciliano* e *seda*, e limas da *Pércia* e *umbigo, cidras* e muitas outras frutas.

Foram premiados os seguintes expositores: Jorge de Oliveira Braga, Adriano Piazzaroli, Major Severiano Ribeiro Cardoso, José Martiniano da Silva, François Rebourgeon, Ângelo Módena, José Pereira Maduro, Mário Brás Pereira Gomes, Ambrósio Pinto, Irmãos Vilela, Clemente Teodoro da Silva, Sebastião Gomes, Antíoco Poddis, Fortunato Peixoto, Dr. Eduardo Luís da Silva e Dr. Conrado Zepff.

A 3.ª Exposição de Citricultura, igualmente organizada no salão da Associação Comercial de Itajubá, foi inaugurada em 29 de junho de 1934. Distinguiram-se então os seguintes pomicultores: — Irmãos Vilela (1.º lugar), Jorge de Oliveira Braga (2.º lugar), Antíoco Poddis (3.º lugar), Chácara Maria da Glória, Jerônimo Fernandes, Mário Brás Pereira Gomes, Fortunato Peixoto Filho, François Rebourgeon, Antônio Marques Félix, Chácara do Barro Branco, José Pinto de Carvalho, Dr. João Luís Carneiro Rennó, Ângelo Modena, Ribeiro & Cia., Clemente Teodoro da Silva e Antônio Picorelli.

Das chácaras ao redor da cidade, existentes no primeiro quartel do século nas quais sobretudo a pomicultura era carinhosamente cuidada, citem-se as de propriedade do Dr. Miguel Vianna, Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Oswaldo Carneiro, Dr. Luís Rennó, Dr. Venceslau Brás, Luís José de Sousa Vianna, Dr. Xavier Lisboa, Abel dos Santos, Jorge de Oliveira Braga, Joaquim Gonçalves, Ismael Noronha, Cristiano Pereira Brasil, José Rennó Pereira, José Francisco de Faria Júnior, Bráulio Cândido Pereira dos Santos, Antônio José Rennó Júnior, Adonirão de Oliveira, Viúva D. Ana Rocha, José Maria Rodrigues, José Maria de Oliveira, Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, François Rebourgeon, João Ribeiro da Silva, Antíoco Poddis e outras menores.

Em 16 de setembro de 1934 foi fundado, em reunião realizada na sede da Associação Comercial, o Sindicato Patronal dos Lavradores de Itajubá. Sua primeira diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Major João Antônio Pereira; Secretário: Dr. Luís de Lima Vianna; Tesoureiro: José Rennó Pereira; Conselheiros Fiscais: Major

Severiano Ribeiro Cardoso, Bráulio Carneiro Santiago e Chaiben Antônio Mauad.

Notável certame foi a exposição de produtos agrícolas inaugurada em 9 de agosto de 1936 na sede da Associação Comercial, por ocasião da *Semana da Semente*. Foram então premiados os seguintes expositores:

Jarbas Guimarães, José Alfredo Gomes, João da Silva Costa, Brás & Pereira, herdeiros de José Martiniano da Silva, Pereira Osório & Mauad Ltda. José Pinto de Carvalho, Mário Brás Pereira Gomes, Ormeu Junqueira Ferraz, Antíoco Poddis, Manuel Marques dos Santos, Júlio Dias e João dos Santos Barbosa. Foram, desta feita, expostos nada menos de 368 produtos diferentes.

Durante essa memorável *Semana da Semente* foram proferidas proveitosas palestras pelos Drs. Manuel Mendes da Fonseca, Joaquim da Costa Santos, Isaías Deslandes, Américo Lopes da Silva, José Augusto da Rocha, Geraldo Machado, Silviano Alqueres Baptista, Isidoro Cavalcanti, Eduardo Luís da Silva, J. Castelo Branco, Victor Mallmann, Dirceu Braga, Victor Barbosa, Amaury Poggy de Figueiredo, Paulo de Oliveira Lima e Henriquetto Cardinalli, os quais abordaram os principais assuntos de interesse para os agricultores.

Outra série de palestras foram proferidas de 26 a 28 de agosto de 1935, quando Itajubá recebeu todos os visitantes para a grande *Concentração Ruralista,* promovida pelo Núcleo Mineiro, sob os auspícios da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres.

Em 1956 já se falava, em Itajubá, na ACAR, isto é, na Associação de Crédito e Assistência Rural.

Uma das celebrações interessantes dos lavoristas itajubenses foi a *Festa do Milho,* realizada em 29 de junho de 1955 no bairro da Capetinga.

Paulo Paulistano de Faria, João Roberto Puliti, Édson Fábio Mauad, Dr. José Benedito Pedrosa, Dr. Jerson Dias, José Cláudio Dias Osório, Benedito Pereira dos Santos, Alcides Faria, Dr. Carlos Ribeiro Filho, Antônio Mauad, Olinto dos Santos, Hugo Jannotti, Benedito Pereira de Mendonça, João Faria, Sebastião Lisboa, Dr. Amarílio Barreto Costa, Dr. Eduardo Luís da Silva, Dr. José Mendonça Chaves, Dr. Salvador de Oliveira, José Machado Filho e outros entusiastas do progresso itajubense realizaram a Associação Rural de Itajubá, a qual conseguiu, em 1959, em Belo Horizonte, a criação, com sede em Itajubá, de uma Inspetoria do Serviço Especial da Cultura do Café, que supervisiona os municípios de Itajubá, Brasópolis, Paraisópolis, Pedralva, São José do Alegre, Maria da Fé e Cristina.

De 16 a 20 de julho de 1961 foi realizada a 1.ª Exposição Agropecuária de Itajubá, com *stands* de expositores de todo o sul de Minas.

Em nenhuma outra cidade sul-mineira a Floricultura foi tão tecnicamente cuidada como em Itajubá. Não só na Escola de Horticultura, como também graças a iniciativas particulares, têm-se realizado cursos de grande

proveito e interesse, como o de Floricultura Doméstica, patrocinado pela Associação Rural Regional do Alto Sapucaí, ministrado que foi, em janeiro de 1956, pelo agrônomo Dr. José Benedito Pedrosa. E foram muitas, e todas de deslumbrante beleza, as exposições de flores realizadas em Itajubá, como a de 9 de fevereiro de 1956, na sede da Associação Comercial; a de 3 de novembro de 1958, promovida pelas senhoras Maria Poddis Ribeiro, Etelvina Poddis, Palmira Silva Poddis, Maria Helena Fontenelle, Amélia Duarte e Maximina L. Silva; a de 16 a 20 de julho de 1961, por ocasião da 1.ª Exposição Agropecuária e Industrial de Itajubá, realizada sob os auspícios da Associação Rural de Itajubá. Em todos esses certames, os diversos *stands* encantavam pela variedade de cores, de formas e de perfumes, esplendidamente ostentadas pelas orquídeas, pelas begônias, pelos antúrios, pelas samambaias, pelas avencas, pelas violetas africanas, pelas rosas raras, pelas gérberas dobradas, pelas camélias, pelas paperônias e uma infinidade de plantas ornamentais.

A Escola de Horticultura também chegou a realizar exposições de produtos agrícolas e de flores e folhagens, no salão do Clube Itajubense.

Algumas catástrofes nas searas itajubenses do século findo ficaram registradas em Atas da Câmara e em jornais da época, tais como as geadas de 1869, 1870 e 1883, esta última caída na noite de 26 de junho, e que foi a maior daqueles tempos, tendo inutilizado plantações de cana, de tabaco e de café, cujos prejuízos, segundo estimava "O Itajubá" de 05-07-1883, eram superiores a 600 contos de réis, enorme importância para aqueles dias. Em 1876 foi um vendaval, com chuva de granizo, que causou prejuízos à lavoura.

Nagib Mohallem Filho vem-se ultimamente dedicando, em Itajubá, à indústria de fertilizantes, com a marca comercial de *Adubos Mãe da Terra*.

Já se discutiu muito em nossa Câmara Municipal sobre a eficácia ou não da EMATER MG (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais), conforme ocorreu nas reuniões de 12 de fevereiro de 1979 e de 8 de setembro de 1980, reclamando-se, nesta última, contra o afastamento de um técnico dessa instituição.

A CAMIG (Companhia Agrícola de Minas Gerais) teve sua Superintendência e o Entreposto Regional de Itajubá inaugurados em 18 e 19 de março de 1978. Em maio do mesmo ano, no Clube Itajubense, a Prefeitura e o Sindicato Rural prestaram uma homenagem ao Dr. João Roberto Puliti, Presidente da CAMIG.

Incluo neste capítulo o Parque Florestal Estadual de Itajubá, criado pela Lei n.º 7.660, de 27 de dezembro de 1979, por proposta do Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, autor do Projeto 131/79, que o originou.

* * *

48 — A PECUÁRIA

A pecuária foi relativamente pouco desenvolvida no município de Itajubá. Grandes eram as searas e as atividades agrícolas, mas nem tanto numerosos eram, nos velhos tempos, os pastos enriquecido de gramínea e de plantas forrageiras. Não havia, em todo o século passado, rebanhos que mereçam ficar na história. Os fazendeiros, os granjeiros e sitiantes tinham o seu reduzido gado, suas vacas leiteiras, seus porcos, seus cavalos, os bois para puxar o carro, mas tudo limitado ao estritamente necessário à vida na roça, para a carne, o leite e a manteiga do consumo doméstico, muares para a tração e os recursos do transporte, aves e algumas ovelhas.

Em 1862, ano em que Itajubá se elevou à cidade, ainda não deviam ser grandes as suas manadas de bovinos, tanto assim que, atendendo a uma consulta do Governo Imperial, a Câmara enviou à Corte informação de que o município não possuía gado de corte para fornecer à Capital do País (Ata de 28 de abril de 1862, da Câmara Municipal).

Também não eram grandes os plantéis itajubenses do meado do século que passou. É a própria Câmara Municipal que no-lo assegura. Respondendo a uma consulta do Governo Provincial sobre a existência de criadores de cavalos no município, informava ela em 1858:

"Não existe neste Termo um criador de cavalos propriamente dito, porém que a maior parte dos fazendeiros conserva éguas, tendo por conseguinte alguma produção de cavalos e burros" (Ata de 13 de abril de 1858).

Contudo, já em 1840 Manuel Antônio Rodrigues da Mota havia trazido para Itajubá "animais reprodutores de raça", oriundos de Ouro Preto, conforme inventário lançado no livro de rótulo *D.N. 2.º — 1832 — 1841*, do arquivo da Prefeitura, pág. 52. No final do século já se falava em touros importados da Suíça, em cabras do Tibete, em carneiros merinós e de Leicester, em reprodutores Alter, etc.

Criavam-se algumas ovelhas e havia as rodas de fiar e rústicos teares de madeira. A lã era para o próprio consumo, e as escravas fabricavam em casa os pesados cobertores, para uso da família. Em circular de 4 de outubro de 1853, o Governo da Província quis conhecer o interesse dos criadores itajubenses, e as possibilidades locais para a introdução de boas raças de carneiros e o desenvolvimento dos rebanhos laníferos no município. A Câmara, para responder a essa consulta oficial, nomeou a comissão composta dos Vereadores Cândido Rebelo de Araújo Palhares, Manuel José Pereira Gomes e Manuel Gonçalves da Costa, a qual, na reunião do dia seguinte, apresentou a resposta que deveria ser dada ao Governo, na qual informava que o município de Itajubá, "só tendo matas e poucos campos, não se presta à criação desses animais".

De 1880 para cá foi relevante o crescimento dos rebanhos itajubenses.

Durante o andamento do projeto para a construção da estrada de ferro, pensou-se em solicitar do Governo Geral a construção de carros frigoríficos, "para conservação da carne do gado que for abatido", "destinado ao mercado da Corte" (Ata de 7 de janeiro de 1885, da Câmara Municipal). A feira de gado mais importante era a de Três Corações, para a qual muitos criadores itajubenses enviavam seus rebanhos.

Desde o início do presente século a pecuária itajubense vem progredindo satisfatoriamente. Sentiram-se as vantagens do gado suíço e holandês, bem como do zebu, que se adaptam muito bem ao clima da região. Desenvolveram-se as pastagens de capim *gordura* e *jaraguá*. Desde 1905 vêm-se importando reprodutores de boas raças, notadamente *Simmenthal* e *Jersey*. Do gado suíno, as raças mais reproduzidas no passado foram a *Berkshire*, a *Yorkshire* e *Canastrão*.

As primeiras estatísticas pecuárias de Itajubá assim se apresentavam:

1904: — Bovinos: 7.500; Suínos: 12.000; Muares: 950; Cavalares: 2.400; Lanígeros: 400; Caprinos: 600.

1915: — Bovinos: 10.000; Suínos: 20.000; Muares: 2.000; Cavalares: 3.000; Lanígeros e Caprinos: 1.500.

1918: (Segundo Roberto Capri): — Bovinos: 27.000; Suínos: 50.000; Muares: 5.000; Cavalares: 6.000; Lanígeros e Caprinos: 3.000.

Pedro Bernardo Guimarães, no *Município de Itajubá*, de 1915, dava esta informação:

"Os Governos Estadual e Federal mantêm, nos arredores da cidade, e anexo à Colônia Agrícola, postos zootécnicos de grande proveito, para os quais remetem continuadamente garanhões e reprodutores de raças puras e recomendáveis na seleção dos bovinos, cavalares e suínos. A criação de aves está bastante desenvolvida, encontrando-se na cidade e nos distritos tipos de galináceos mais cotados nas *basses-cours*, exportando-se com abundância para os centros consumidores".

Em 24 de setembro de 1911 lia-se esta notícia na "Gazeta de Itajubá":

"Esteve nesta cidade, em dias da semana finda, o Sr. N. Attanassoff, prendendo-se sua vinda à instalação aqui de um posto zootécnico do Governo Federal. O ilustre visitante percorreu a cidade e a Fazenda Modelo em companhia do Sr. Jorge Braga, digno Agente Executivo".

Eqüinos de raças *Campolina, Manga-Larga, Bretão, Percheron, Árabe* e *crioula* (como o *Pingo-d'Água*, de José de Paula Giffoni Júnior, premiado na XIII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, inaugurada em Belo Horizonte em 10-08-1947), exemplares bovinos da raça *Holandesa, Guernesey, Jersey, Simenthal, Schwyz, Gyr* e *Guzerat*, Galináceos da raça *Leghorn, Rhodes Island, Light Sussex e Combatentes*, e outros mais animais e raças, produzidos em Itajubá, têm figurado em inúmeros *stands* desde já

alguns decênios, salientando-se então criadores e expositores como Antônio Mauad, Alcides Faria, Hugo Jannotti, Celso F. Azevedo, Sebastião Egídio Rennó, Adriano Piazzaroli, Manuel J. Gorgulho, José Chaves Salomon, Mansueto Piazzaroli, João Faria, Machado & Fortes, José Mendonça Chaves, Antônio Magalhães Lisboa, José Arlindo Puliti, Oscar A. Sarmento, Roberto César Magalhães, Paulo Carneiro Santiago, Dr. Vicente Vilela Vianna, Isaltino Faria e outros. Ficou famosa a vaca *Jarrinha*, de propriedade do Cel. Alcides Faria, com produção diária de 50 litros de leite.

Nos velhos tempos, a criação de cabras, porcos e cavalos não ficava restrita às pocilgas, apriscos e pastos das fazendas e chácaras, e havia proprietários de animais que os criavam dentro da vila, e mesmo já nos tempos de cidade, deixando-os soltos pelas ruas e praças. E os chiqueiros nem sempre eram convenientemente asseados. No final do século, houve um *pigsty* na Praça Adolfo Olinto, grande viveiro de moscas e do qual exalava a fedentina que exigiu do Fiscal enérgicas providências para ser removido do lugar... E o povo dos meados do século passado, como era natural, reclamava contra essas irregularidades, conforme registram as Atas da Câmara de 14-05-1857, 08-10-1861, 24-01-1862 e outras. A Municipalidade não só se preocupava com a limpeza e bom aspecto do lugar, como também pelo decoro e pudicícia, não respeitados pelos animais no cio. Por isso, na sessão de 31 de janeiro de 1863, determinava ao Fiscal uma providência contra os garanhões que andavam em liberdade pelas ruas, e que se dirigisse "a todas as pessoas que têm éguas soltas dentro da vila para que as retirem a bem da moralidade"...

E os Fiscais eram obrigados a recolher no Curral do Conselho os porcos, cavalos, cabras e outros animais encontrados pelas ruas (Atas de 09-04-1862 e 13-01-1864). Cobrava-se a multa de 400 réis por égua, porco, cabrito ou cão capturado. Vinham de 1857 as reclamações contra os cabritos que invadiam os quintais e ruas da vila (Ata de 07-10-1857). Oito anos mais tarde fazia-se uma exceção a João Francisco de Sousa Melo, que, sendo aleijado, necessitava dos cabritos para puxarem o seu carro (Atas de 7 e 11-10-1865).

Quanto as vacas, no *Livro de Registro das Decisões das Comissões*, da Câmara Municipal, há esta determinação:

"Aos que tiverem vacas de leite dentro das povoações desta vila e seus distritos serão obrigados a tê-las com umas bolas na ponta das armas. Os contraventores sofrerão a multa de 5 mil réis e na reincidência 10 mil réis e assim por diante. Paço da Câmara Municipal, 18 de julho de 1859. — Francisco de Paulo Xavier Machado — Luís Achilles Salomon".

No presente século várias providências foram tomadas pela Municipalidade a fim proibir a passagem de boiadas pela cidade. A Lei n.º 30, de 15 de abril de 1917, continha proibições contra esse procedimento dos fazendeiros e marchantes. Trinta anos depois, em maio de 1947, o Prefeito Jayme Wood reiterava tal proibição, mas os boiadeiros não a res-

peitavam. Em 26 de abril de 1960 a Municipalidade voltava a proibir terminantemente a passagem de gado pelas ruas, tomando medidas e estipulando condições de modo a não criar dificuldades para os pecuaristas do município.

E o problema de boiadas pelas ruas centrais da cidade foi objeto de muitos debates na Câmara Municipal, até a década de 1960. A solução era mesmo retirar o matadouro da área urbana, conforme foi feito no Governo municipal de José Maria da Silveira Campos.

Em 16 de setembro de 1934, por iniciativa do Major João Antônio Pereira, em reunião na sede da Associação Comercial, foi fundado o Sindicato dos Criadores de Itajubá, ficando assim constituída sua primeira diretoria:

Presidente: Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz; Secretário: Dr. Eduardo Luís da Silva; Tesoureiro: José Martiniano da Silva; Conselheiros Fiscais: Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Francisco T. Correa e João Luís da Silva.

Itajubá tem participado dos maiores certames agropecuários realizados em várias cidades do Brasil, sempre logrando grandes êxitos, atestados por honrosas medalhas e diplomas, fato que bem alto diz do elevado adiantamento da indústria pastoril no município da atualidade.

Galinhas e frangos sempre houve em Itajubá, mas a criação técnica de aves para o corte e a postura teve como pioneiro o Professor Jorge de Boucherville, que em 1911 instalou um aviário de *Leghorn* branca, conforme noticiava a "Gazeta de Itajubá" de 7 de maio daquele ano. Em novembro assim registrava o mesmo jornal:

"Consta-nos que o grande estabelecimento de avicultura do Sr. Dr. Reynaldo de Carvalho, do Rio de Janeiro, terá brevemente nesta cidade uma filial a cargo do Sr. Jorge de Boucherville, proprietário da *Basse-Cour Itajubá*, para a venda de ovos e aves de puras raças importadas diretamente dos melhores criadores europeus e americanos".

Hoje está muito desenvolvida a avicultura itajubense, com vários aviários.

A sericicultura, em Itajubá, teve início no começo deste século com Narciso Brasil. A "Gazeta de Itajubá" de 11-10-1903 assim noticiava:

"BICHO-DA-SEDA — O operoso negociante desta praça, Sr. Narciso José Brasil, acaba de iniciar a cultura do bicho-da-seda e está conseguindo extraordinários resultados".

A criação de coelhos foi tentada, com bom êxito, pelo Dr. Herbert Lindenbein, nos idos de 1950.

A apicultura teve entusiastas no século passado. Assim noticiava o jornal itajubense "A Verdade", de 02-05-1891:

"APICULTURA ITAJUBENSE — Assim se denomina uma Associação que acaba de ser criada, e tem por fim a indústria cerífera por um sistema moderno, adotado nos Estados Unidos do Norte, no qual se emprega um maquinismo adotado na extração do mel e preparo da cera, colhendo-se resultados extraordinariamente superiores aos que se obtêm pelo processo antigo".

"É iniciador deste melhoramento industrial o Sr. Pedro de Bucherville, auxiliado pelos Srs. Cônego Quartin, Presidente da Associação, e João Carneiro Santiago Júnior, tesoureiro, e fazem parte da referida Associação diversas pessoas gradas deste lugar. As ações são de 200$000 (duzentos mil réis) e o capital de 10 contos, parte do qual já está subscrito".

E na edição de 06-06-1891 do mesmo jornal, falava-se nos Estatutos da Sociedade de Apicultura Itajubense, aprovados em 1.º de junho de 1891, e divulgavam-se os nomes dos componentes da diretoria, que eram os seguintes:

Cônego Augusto Leão Quartin, Presidente; João Carneiro Santiago Júnior, Tesoureiro; Pedro Boucher de Boucherville, Gerente; Ayres Dalle Afflalo, Secretário; Frederico Schumann, Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Sebastião Pereira Cabral, Henrique Boldrini, Honorato Fernandes de Castro, Jorge Boucher de Boucherville e João Rodrigues dos Santos, Auxiliares.

* * *

49 — A INDÚSTRIA

A primeira atividade industrial de Itajubá foi aquela assinalada pelo Padre Lourenço em 1831, quando se defendia do processo movido contra ele pelos delfinenses, que o incriminavam de ter abandonado a Capela Velha: "fábricas de tabaco" — informava o fundador. E a produção de fumo em corda, já ficou dito no capítulo 47, foi o maior e principal esteio da economia itajubense em todo o século passado e início deste. E o tabaco dava o ganha-pão a inúmeras mulheres, que desenvolviam a indústria caseira de cigarros e pacotinhos de palha alisada para os fumantes, e os nomes dessas cigarreiras são encontrados em documentos e antigos jornais, em todo o século ido. E houve, por essa época, fabriquetas de cigarros, charutos, fumo picado para cachimbos e simonte, o rapé tão usado nos velhos tempos, como a Fábrica de Charutos de Almeida & Dias (anunciada em "A Verdade" de 14-05-1892), a de cigarros de Jovino Gonçalves de Alkmin (já neste século), a de José Luís Monteiro Chaves, que, pela "Gazeta de Itajubá" de 08-11-1903, anunciava a produção de fumo picado, "picado grosso, picado fino e picadinho", de fumo "desfiado" de 1.ª e 2.ª, "desfiado caldeado e desfiado alcatrão" e cigarros, e a fábrica de cigarros de Atanásio de Castro, "com fumo em flor, produto do município", conforme anúncio

na "Gazeta de Itajubá" de 28-09-1910. Também a Companhia Industrial Sul-Mineira manteve uma fábrica de cigarros e charutos, dispondo de "maquinismos aperfeiçoados para a preparação e aproveitamento de fumo em corda", segundo registrava Pedro Bernardo Guimarães em seu *Município de Itajubá*. Mas o grande trabalho na indústria do fumo estava no seu cultivo, no destalo das folhas e seu preparo em varais, e na fabricação das cordas nas *cambotas*.

Outro produto de exportação itajubense dos velhos tempos foi a de couros, não obstante não possuir o município, até 1879, nenhum curtume (Ata de 07-11-1879). Entretanto, muitos anos antes, em resposta ao Ofício de 04-11-1853 do Presidente da Província, no qual indagava sobre a indústria em Itajubá, informava a Câmara Municipal que, além do que se explorava no campo, com as atividades agropecuárias, Itajubá oferecia quatro produtos de exportação fabricados "dentro da Vila": — queijos, fumo em corda, couros e adobes (Ata da Câmara Municipal, de 02-01-1854). Em 6 de outubro de 1882, Teófilo Ottoni, Presidente de Minas Gerais, enviava a Itajubá uma Circular, advertindo os fazendeiros a não marcarem os seus gados no meio, mas nas extremidades do corpo do animal, a fim de que os ferros em fogo não diminuíssem o valor dos couros, conforme reclamava a Sociedade Comercial, Industrial e Marítima de Antuérpia (Livro *Para Registro das Portarias, Ofícios e mais Correspondência Oficial Recebidos pela Câmara Municipal*, do arquivo da Prefeitura).

Em 1861 já se encontra o nome de Jerônimo K. Anderson como curtidor. O primeiro estabelecimento industrial de que se tem notícia na história de Itajubá é o de um artífice do couro, John Andrew (e não João André, conforme está num dos apontamentos no livro de rótulo 1832 — *L.º D.N. — 1.º do* arquivo da Prefeitura). Sua oficina era designada por Fábrica de Selas, e seus produtos, finos selins e silhões, cangalhas e canastras de couro cru para viagens, alcançaram fama em toda a região. Viveu em Itajubá quase nos dias da fundação do arraial da Boa Vista do Sapucaí, por volta de 1829 e 1833, ou talvez até pouco depois. Já no último quartel do século passado foram hábeis seleiros o músico e pintor Feliciano José Pinto da Silva, Bernardino José Faria Carneiro, José Justino Carneiro de Faria e Querubim Carneiro de Faria. Estes três últimos, os Farias, além de arreios e "todos os artigos para montaria", eram também fabricantes de malas, canastras e bruacas. Também Manuel Osório Pinto teve uma fábrica de malas e canastrões, conforme noticiava "A Verdade" de 06-01-1887.

Outra velha indústria mencionada em Atas da Municipalidade foi a de fogos de artifício, bombas, foguetes e pólvora para caça. Foram muitos os pirotécnicos do século passado e início do presente, alguns até famosos, como João Vieira Cortez, Antônio José Gonçalves Barbosa, Joaquim Félix Barbosa, Manuel José de Lorena e Sousa, Saturnino Barbosa (uma grande explosão ocorreu na fábrica deste, conforme reportagem em "O Itajubá" de 12-06-1887), Bento Vieira Cortez e Antônio Rodrigues Pereira, os quais recebiam grandes encomendas de todo o sul de Minas.

Não menos antiga foi a produção de artefatos de cerâmica e de olaria. Foram inúmeros os produtores de tijolos, adobes, telhas, vasilhames e até peças de estatuárias. Joaquim Rodrigues Pinto, o Major João Antônio Pereira e o Cel. Jorge de Oliveira Braga constituíram a firma Pinto, Braga & Cia., proprietária da fábrica de telhas francesas, mosaicos, azulejos, ladrilhos, lajotas, balaústres e manilhas, com oficina à Rua Santos Pereira, equipada com máquinas alemãs, do sistema Knichebelgresse e Schlagglatten. Foram os pioneiros dessa indústria, iniciada em agosto de 1911. Pouco depois fundou-se a Cerâmica Itajubá, de propriedade de B. Pereira & Cia., com direção técnica de João Sicala. Com seus 90 operários e modernas instalações, produzia diariamente 5 mil telhas francesas tipo *Marselha*, 10 mil tijolos furados e comuns, e 800 a 1.000 manilhas. Até obras de fino lavor artístico de lá saíam, bastando que se citem os belos quadros da Via Sacra da Matriz de Nossa Senhora da Soledade, em má hora arrancandos de lá para darem lugar a pinturas de um artista holandês. Atualmente há na cidade a fábrica de ladrilhos do grego Elias Atanásio Sarlas, e a Cerâmica Santa Mônica, fundada pelo Dr. José Chaves (atualmente denominada Cerâmica Itajubá Ltda.), com larga produção de tijolos furados, telhas e manilhas.

O número de olarias foi tão grande nas imediações da cidade, que a Câmara Municipal, em 15 de março de 1916, proibiu o estabelecimento delas no perímetro urbano, sob pena de multas, pois, os enormes buracos que deixavam ocasionavam "a estagnação de águas pluviais", constituindo "um perigo à salubridade pública pela formação de germes e viveiros de moscas que são as maiores propagadoras das moléstias infecciosas", segundo rezava a lei elaborada por Thiago Carneiro Santiago, Balduíno Vieira Salgado, Bernardo Domingues Pereira, Francisco José Pereira, Próspero Sanches, Severiano Ribeiro Cardoso e Narciso José Brasil.

Ilustres itajubenses dos velhos idos foram proprietários de olarias, entre os quais Alexandre Mendes de Brito, José Luís Ferreira de Magalhães e o Dr. Aureliano Moreira de Magalhães, com a grande fábrica de tijolos e telhas na chácara das Paineiras, conforme a propaganda em "O Itajubá" de 17-10-1885. Parece-me que a mais completa fábrica de artefatos de barro do século passado foi a Olaria Italiana, de Estêvão Donato Carelli, notável artista cerâmico, que produzia, além de tijolos e telhas, também colunas artísticas, capitéis, balaustradas, peças ornamentais diversas, ladrilhos e canos. Era instalada na Rua Major Pereira (atual Dr. João Azevedo).

O capim-membeca, muito encontradiço nos campos itajubenses, se prestava para a indústria de colchões, época em que ainda não se pensava em molas, e em que até a palha de milho era utilizada em enxergões mais ordinários. Foram fabricantes desses colchões, nas décadas de 1870 e 1890, Antônio José Gonçalves Barbosa, Belisário Carneiro, Abílio Augusto C. de Oliveira e Alexandre Nilo, este último na primeira década deste século.

Das grandes fábricas de móveis do passado, indústria essa ora muito desenvolvida em Itajubá, lembrem-se a da firma Capello & Baroni, com oficina na Rua Eugênio Sales; a de Carmelo Fava; a da firma Pereira Rennó & Cia., e a de Antônio Custódio da Silva. Merecem menção ainda as serrarias de ontem. Bernardo Saturnino da Veiga, no seu *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, registra dois "engenhos de serra", o de D. Maria Delminda de Melo e o de Antônio dos Santos Silva Júnior. Da mesma época é a desdobradeira de Paulo Chiaradia, com produção de tábuas, caibros, pranchões e sarrafos. A "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro, em fins de 1907 (*Apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais,* de 1909), falava da existência, em Itajubá, de uma serraria a vapor. Os industriais Luís Dias Pereira, Joaquim Dias, Virgínio Dias Pereira, Marcolino Carvalho, José Verano da Silva, José Dias Coelho e Josino Dias constituíram, em 1914, a firma Carvalho, Dias & Cia., proprietária de uma grande serraria existente na esquina da Avenida Cel. Carneiro Júnior com a Praça Pereira dos Santos. Foram ainda industriais de móveis Manuel Machado de Carvalho, Joaquim Félix Barbosa, Flamíneo Miranda e Justino Paulistano de Olivas. O mais famoso fabricante de móveis finos, nos primeiros decênios deste século, foi José de Sousa Resende. Também sobressaíram-se os irmãos Storino.

Produziam vasilhames de flandres, alambiques, tachos, lampiões, espetos, candeias, suportes para bacias de quarto, artefatos diversos de ferro, obras de serralheria os caldeireiros e ferreiros Jacob Masselli, Salvador Masselli, Francisco Masselli, Domingos Del-Ducca, Ângelo Boer, Alexandre Consentino, Brás Marotti, Francisco Antônio Immediato, Brás Antônio Lamoglia, Francisco Lamoglia e Salvador Rocco.

A "Gazeta de Itajubá" de 3 de setembro de 1911, anunciava a fábrica de Ferraduras de Manuel Rodrigues Pinto. Antes deste, ainda no século passado, Jacob Masselli também fabricava ferraduras, foices, machados e puxavantes.

O italiano Ângelo Marzullo, empreendedor que era, fundou em 1913, uma fábrica de camas de ferro, que durou alguns anos, tendo sido um dos primeiros, em Itajubá, a instalar oficina mecânica movida a eletricidade, como também o foi a Oficina Eletro-Mecânica Modelo, montada com capital superior a 80 contos de réis, por Paula Freitas, Wood & Cia.

Desde o final do século passado e início deste, em Itajubá muitas fábricas de bebidas foram fundadas. Joaquim Inácio Vilas-Boas da Gama e Manuel Teotônio Pereira dos Santos, nas décadas de 1880 e 1890 fabricavam vinagre, vinhos de mesa e cerveja. Luís José de Sousa Vianna, proprietário de grandes parrerais na Varginha, foi o maior produtor de vinhos de Itajubá, nos velhos tempos. Henrique Beckmann teve fábrica de bebidas no primeiro quartel deste século, na Rua Major Pereira (atual Dr. João Azevedo), continuada que foi pela Viúva Beckmann. Nas décadas de 1910 e 1920, Ana S. Hartig, Lippe & Rossini, Getúlio Silva, João Carlini & Irmão, Luís Vianna Júnior e Piazzaroli & Cia. (firma especializada em cerveja) eram grandes fabricantes de bebidas, de exccelentes gasosas, cervejas, gro-

selhas, licores e refrigerantes. Foi instalada, naquele tempo, também a Destilaria Itajubense, da firma João Antônio & Cia., da qual foram sócios Anacleto Perez Calmenero e Henrique Beckmann. O Cel. Jorge de Oliveira Braga fabricava excelentes vinhos de laranja, com a marca *Jaó*, do tipo Moscatel (doce) e de mesa (seco), premiados na Exposição Centenário Farroupilha do Estado do Rio Grande do Sul (1936), e pelo Instituto Técnico Comercial e Industrial do Brasil, em 1935, que lhe conferiu "Le Grand Prix et Medaille d'Or". Outras fábricas de bebidas já existiram em Itajubá, tais como a Destilaria Itajubá, a Fábrica de Bebidas Marly, de G. Rigote, e a Destilaria Laurita, do belga Polidoro Pierre Rowan.

Dos antigos e pachorrentos monjolos e moinhos hidráulicos das velhas fazendas do sul de Minas às modernas fecularias itajubenses, ora existentes em vários pontos da cidade, pode-se sentir o grande progresso dessas atividades industriais, no fabrico do fubá, do creme de milho e da farinha de milho. A mais antiga fecularia itajubense parece-me ter sido a da Colônia Itajubá, que também mantinha o fabrico de óleos vegetais.

Outra indústria iniciada modestamente nas fazendas itajubenses foi a de laticínios, e que também pasou para a cidade, com oficinas modernizadas e tecnicamente equipadas. Fez tradição em Itajubá a firma Laticínios Tangará Ltda., fundada pelo empreendedor Otávio Fonseca, o pioneiro da pasteurização do leite em Itajubá, tendo para tanto importado caras aparelhagens da Dinamarca. Foi seu sucessor outro dinâmico industrial, Salvador Lavorato. Muitas foram as fábricas de manteiga e queijos. Desde muito, pasteurização do leite está a cargo da Fábrica de Produtos Alimentícios Vigor. A Câmara Municipal vem se preocupando com a entrega domiciliar do leite em carrocinhas e bagageiras, nem sempre em condições higiênicas recomendadas, e com a fiscalização rigorosa do gado leiteiro do município, visando à saúde pública.

O pioneiro da indústria de macarrão em Itajubá foi Antônio Citrolli, já no final do século passado. Fabricava-o "sob encomenda". No presente século, cabe a Francisco Nisticó a fundação da primeira fábrica de macarrão, em 1908 instalada num prédio da Praça Adolfo Olinto. Essa fábrica foi vendida aos irmãos Maurício e José Acácio Pereira dos Santos, que a continuaram sob a razão de Maurício & Irmão. Pouco tempo depois comprou Francisco Nisticó outras máquinas, mais aperfeiçoadas e de maior capacidade, que instalou em prédio de sua propriedade, na Avenida Cel. Carneiro Júnior, fundando, assim, outra fábrica de massas alimentícias, esta sob a orientação técnica de Pedro Menghi. Vendeu Nisticó essa fábrica a Ângelo Marzullo. Em 1913 Próspero Sanches e Silvério Chiaradia constituíram a firma Chiaradia & Sanches, e fundaram a grande Fábrica de Massas Alimentícias, que funcionou em prédio da Travessa Santos Pereira.

A "Tribuna Mineira", jornal do consagrado periodista João Pinto de Sousa, anunciava em 1924:

"FABRICA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS — Pompílio Ferrini, sucessor de Ângelo Marzullo, à Avenida Cel. Carneiro Júnior, esmerada fabrica-

ção de massas de todas as qualidades. Especialidade em massa branca, sistema Nápoles e Roma, e amarela, sistema Gênova".

Conforme elucida o anúncio, Pompílio Ferrini foi o continuador de Ângelo Marzullo. Hoje a Fábrica de Macarrão Ferrini, continuada pelos filhos do fundador, é um dos estabelecimentos que mais engrandecem a indústria itajubense. A Fábrica de Macarrão de Silvério Chiaradia foi vendida a José Teotônio. Em 1930 Vicente Chiaradia e Genarino Del-Ducca também foram fabricantes de macarrão, devendo ainda ser lembrado o Pastifício Naná, com produção de "massas finas de ovos".

Na Ata de 13-01-1917, da Câmara Municipal, aparece Casimiro José Osório pedindo isenção de impostos, na forma da lei municipal, "para uma fábrica de produtos suínos, sem similar no município, que acabava de fundar" no bairro da Boa Vista. Em 1923 registrou-se também a Fábrica de Banha de José Joaquim da Silva. Foi indústria que, posteriormente, muito se desenvolveu em Itajubá.

Quanto à isenção de impostos, realmente a 15 de abril de 1917 aprovava a Câmara a Lei n.º 13, que concedia tal privilégio, por 10 anos, aos estabelecimentos industriais que então se instalassem no município.

Bernardo Engelmann Júnior teve, durante muitos anos, a sua Fábrica de Salsichas e Mortadelas.

Desde o primeiro decênio deste século, tinha Itajubá suas fábricas de balas, caramelos e bombons, citando-se, do passado mais distante, a Fábrica de Bombons de P. Piazzaroli, e a tradicional Fábrica de Balas, *A Mineira*, dos irmãos Capello, fundada pelo industrial Primo Capello. Há pouco desaparecida foi a grande fábrica de Doces Vera Cruz Ltda.

A indústria do sabão teve em Bráulio Carneiro Santiago um dos pioneiros. Logo depois foi também instalada a Fábrica de Sabão de Carmenot Suzana.

Nos velhos tempos não havia homem que não usasse chapéu, e esse produto, de palha, de pano ou de feltro, teve vários fabricantes, iniciando-se em 1870 com a Fábrica de Chapéus de Agostinho Pereira Leite, que também fabricava cartolas e bonés. Instalou-se, já neste século, a fábrica de Eduardo Osino, ou Ursini, como também se encontra escrito. Mas a indústria de chapéus em Itatajubá cresceu promissoramente com a fundação da Companhia Manufatora Progresso de Itajubá, em 24 de agosto de 1913, pelos industriais Cel. José Francisco de Faria Júnior, João Gomes de Lima e Narciso José Brasil. Tinha a direção técnica de Antônio Schmutzer e Carlos Müller. Fabricavam-se ali, em larga produção, chapéus de feltro, de pêlo de castor e de lebre, de lã e de palha, e chapéus de sol. Na exposição de 1922 foi conferido à importante fábrica o *Grande Prêmio*. Posteriormente foram seus diretores os Drs. José Brás e João Brás Pereira Gomes, bem como foram ainda membros de sua diretoria Isaltino R. Caldas, Severiano Ribeiro Cardoso e José Teotônio.

Roberto Capri, em *Minas Gerais e Seus Municípios*, menciona, em 1918, a existência, em Itajubá, de uma fábrica de calçados. Certamente se refere à grande Fábrica da firma Mendonça Chaves & Cia., que produzia finos calçados de todos os tipos e modelos. Também existiu a Fábrica de Calçados de Ribeiro, Melo & Cia., de que foi gerente o Dr. José de Oliveira Marques. No início do século foi Francisco Nisticó quem manteve uma indústria de calçados, na sua *A Bota Mineira*. Anos depois notabilizou-se nessa indústria o comerciante Francisco das Chagas Salomon, com a *Casa Rimon*. Atualmente produzem calçados em Itajubá a Âncora S.A. (*Verlon*) e *Calçados Marra*.

Victor Silveira, em *Minas Gerais em* 1925, pág. 1.348, informa haver em Itajubá, naquele ano, 161 estabelecimentos comerciais, 11 fábricas de bebidas, 6 de calçados, 3 de conservas, 1 de vinagre, 1 de tecidos, 2 de chapéus, 2 máquinas de moagem de café, 31 de lacticínios, 5 de móveis e outras.

Itajubá sempre contou com fortes capitalistas e investidores que, desde o último quartel deste século e no início deste, promoveram e financiaram empreendimentos industriais de relevante atuação do progresso da cidade. Entre estes estavam Miguel Carlos da Silva Braga, Luís José de Sousa Vainna, José Manuel Pereira Guimarães, José Joaquim dos Santos, Manuel José de Toledo, Cel. João Carneiro Santiago Júnior, D. Amélia Cândida Vianna Braga, João Rodrigues dos Santos, Francisco Ribeiro dos Santos, Venceslau Brás Pereira Gomes, Dr. Antnio Maximiano Xavier Lisboa e alguns outros.

E várias fábricas foram surgindo, não mais simples indústrias manufatureiras ou galpões de artesanatos, mas também estabelecimentos de maior importância para Itajubá, sobretudo depois de 1907, ano em que se inaugurou a energia elétrica na cidade.

Instalou-se a Fábrica de Chinelos, da Indústria Chineleira Wood Ltda. E também a Fábrica de Tamancos, de Benedito Storino.

Sales Adnem fundou a Fábrica de Malas São José, e Antônio Deliami Dastre inaugurou sua oficina de fundição, até hoje existente, continuada pelos filhos.

São memoráveis em Itajubá a Fábrica de Veículos Brasil, de Belisário Silva, e a Fábrica de Carros e Veículos de Adriano Piazzaroli, o pioneiro em fabricação de vitórias, caleças, tílburis e todos os carros então usados com tração animal.

A época das grandes indústrias em Itajubá principiou mesmo com as fábricas de tecidos. Foi em 1914 que a Companhia Industrial Sul-Mineira, fundada em 22 de fevereiro de 1908, inaugurou a primeira grande Fábrica de Tecidos de Itajubá, a *Codorna*, uma das grandes realizações de Vesceslau Brás, João Antônio Pereira, João Carneiro Santiago Júnior, Xavier Lisboa, Luís Dias Pereira e Miguel Arcanjo de Sousa Vianna.

Em 1925 a firma Alcides Faria & Cia. Ltda. fundou a Fábrica de Tecidos *Dona Maria Carneiro*. Na Ata de 20-05-1926, da Câmara Municipal, aparece como proprietária a firma Faria, Brás & Amaral Ltda. Produz algodôezinhos e morins, e é um dos grandes estabelecimentos fabris do Itajubá de hoje, continuada pela Companhia Têxtil Oliveira Industrial A terceira fábrica de tecidos de Itajubá, ora desativada, foi a City-Halo, fundada pelos irmãos Neif e Anísio Haddad. Produzia tecidos de seda. Atualmente acha-se instalada a Vicunha S.A. — Indústrias Reunidas de Fiação e Tecelagem.

Em 2 de junho de 1921 foi inaugurada a Fábrica de Meias, de propriedade da Companhia Itajubá de Tecidos de Malha, de J. Brás & Cia. Ltda. Tinha como diretor técnico o Dr. Carlos Ribeiro Filho. Sua produção diária era de 100 dúzias de meias de seda.

A "Gazeta de Itajubá", de 11-06-1911, transcrevia um trecho da Ata de 6 de março do mesmo ano, que assim registrava:

Vivaldi & Cia. requereu "isenção dos impostos municipais pelo prazo de 15 anos para fundação, nesta cidade, de uma fábrica de fósforos. Para ordem do dia". O requerimento foi deferido, mas para 10 anos. Em 1927 foi instalada em Itajubá uma fábrica de fósforos. Segundo registra a Ata de 08-11-1927, da Câmara Municipal, era de propriedade da firma J. A. Dias Braga & Cia. Ltda. (João Antônio, Antenor Braga e José Dias). Os fósforos itajubenses não encontravam rivais, e sua aceitação se estendeu em todo o País, sem maiores propagandas. Infelizmente, durou pouco tão promissor estabelecimento. Foi vendida esta Fábrica à firma Hime & Cia., que ainda a fez funcionar por algum tempo.

A mesma "Gazeta de Itajubá", na edição que acabo de citar, registrava mais o seguinte requerimento também constante da Ata mencionada:

"... de Dias, Irmãos & Cia., e Sebastião Mendes de Brito, no mesmo sentido, por 10 anos, para fundação de uma serraria e de fábrica de gelo, nesta cidade". Requerimento deferido.

A Fábrica que maior impulso e importância propiciou a Itajubá foi a Fábrica de Armas do Ministério do Exército. O Presidente Getúlio Vargas, com o Decreto n.º 23.624, de 20 de dezembro de 1933, criou a Fábrica de Canos e Sabres Para Armas Portáteis, e Itajubá foi a cidade escolhida para a instalação desse grande estabelecimento fabril do Exército. Em 16 de julho de 1934, com a presença do General Deschamps Cavalcantil, foi lançada a pedra fundamental, no bairro urbano do Pacatito. No ano seguinte, em 16 de julho de 1935, era inaugurada sua primeira oficina, que foi a de canos. Pelo Aviso ministerial n.º 328, de 25 de abril de 1939, o Estabelecimento tomou a designação de Fábrica de Itajubá, isto por que já não se destinava somente ao fabrico de canos e sabres, mas das armas completas, fuzis, metralhadoras e pistolas. Em 27 de outubro de 1945 foi solenemente, com um alegre churrasco e concurso de tiros, festejada a fabricação do primeiro mosquetão inteiramente feito na Fábrica de Itajubá, e com matéria prima 100% nacional. Reaparelhada com grande número de má-

quinas operatrizes e equipamentos modernos, a F.I. vem produzindo, em série, todos os tipos de armas leves, automáticas e de precisão, segundo os mais recentes modelos adotados na guerra hodierna. Além de armas para uso militar, a F.I. produz armas para caça, vendidas a civis pela sua Seção Comercial, além de facas e cutelaria em geral. Até 30 de dezembro de 1976 foi a F.I. dirigida por oficiais do Exército, mantendo cerca de 1.500 funcionários e operários civis. Foi então, naquela data, incorporada ao patrimônio da Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). O primeiro diretor da F.I. foi o Coronel Aventino Ribeiro.

Outra grande fábrica, instalada nas proximidades da Fábrica de Armas, na margem oposta do Sapucaí, é a *Horasa,* isto é, a Hora Minas Relógios e Instrumentos S.A. produtora de diversos tipos de relógios e cronômetros de precisão.

Instalada em Itajubá, no Distrito Industrial, está a *Helibrás* (Helicópteros do Brasil S.A.), a primeira fábrica de helicópteros da América do Sul.

E outras fábricas foram-se instalando, entre as quais a *Ducarsil,* de peças para automóveis, caminhões e tratores, de Josué Duarte e Orlando Carneiro; a *Fânia* (Fábrica Nacional de Instrumentos para Auto Veículos Ltda.), da qual o Dr. Albert Ernest Starke foi um dos fundadores; a *Balteau* Produtos Elétricos Ltda., inaugurada em agosto de 1978, agora com novas instalações; as malogradas *Standard Elétrica.* para fabricar aparelhos de telefone, e *Flygt do Brasil,* fábrica de bombas hidráulicas inauguradas no Distrito Industrial em novembro de 1977 com a presença do Governador do Estado Aureliano Chaves; a *Itaconex* (Conexões Elétricas Especiais Ltda.); a *Ericson* do Brasil, que chegou a funcionar por algum tempo; a *Módulo,* para usinagem de precisão de peças; a *Petrasul* (Indústria de Peças Ltda.); a *Triel S.A.* (Engenharia Elétrica); a Mecânica de Precisão *Altec* Ltda. E uma dezena de outras indústrias menores, de obras mecânicas, em vários pontos da cidade.

No século passado, o Presidente da Província desejou conhecer a causa do pouco desenvolvimento industrial da região. A Edilidade Itajubense apontou-lhe a escassez de estradas (Ata de 15-05-1883). A estrada de ferro só viria em 1891. A causa atual da retirada de Itajubá, de algumas dessas indústrias, se já não é a escassez de estradas, é talvez a distância dos maiores centros industriais, ou do eixo industrial Rio de Janeiro-São Paulo, propiciado pela Via Dutra. O que não lhes tem faltado é o apoio da Municipalidade, que lhes tem facultado auxílios, tais como isenção de impostos, doação de terrenos, etc.

Em 1862, conforme a Ata de 4 de junho daquele ano, era Itajubá convidada pela Câmara Municipal de Ouro Preto para figurar, com seus produtos, na exposição que se realizaria naquela cidade, então a capital da Província.

No "Itajubá" de 15-03-1874 lia-se esta notícia:

"Por ato da Presidência desta Província, de 19 de fevereiro pp., foram nomeados os Srs. Major Francisco José Pereira, Cap. Antônio José Rennó e o Dr. Aureliano Moreira Magalhães, membros da Comissão encarregada, neste município de promover a remessa de espécimens destinados à grande Exposição Industrial que tem de efetuar-se em Fairmont-Park, na cidade de Filadélfia".

Em 19 de junho de 1930 abriu-se em Itajubá o 3.º Congresso Comercial, Industrial e Agrícola do Estado de Minas Gerais, com extraordinária afluência de congressistas de todos os cantos das Alterosas. As solenidades se realizaram no Clube Itajubense, com a presença do ex-Presidente Venceslau Brás e outras grandes autoridades e figuras da indústria e comércio mineiros.

Em 14 de junho de 1934, a Rede Mineira de Viação, para acentuar o seu cinqüentenário, inaugurou em Cruzeiro, SP, a Grande Exposição, na qual Itajubá figurou com seu *stand*. Foram então agraciados com Medalha de Ouro e Medalha de Prata os seguintes expositores itajubenses:

Companhia Industrial Sul-Mineira, Escola de Horticultura, Adriano Piazzaroli, João Puliti, Joaquim Silva, A. Xavier & Cia., José Piazzaroli, Alcides Faria & Cia. Ltda., J. Braga & Cia., Fábrica de Doces Mantiqueira, Pereira Osório & Cia., François Rebourgeon, Pereira Ribeiro & Cia., Lourenço Menicalli, J. Gonçalves & Cia., Primo Capello e Fábrica de Chapéus Cruzeiro do Sul.

A 9 de agosto de 1933 a Associação Comercial de Itajubá organizou, em sua sede, uma completa e magnífica exposição de produtos itajubenses, onde figurava um tear inteiramente construído na cidade, o que já era muito para uma indústria que apenas nascia em todo o País, — a indústria mecânica.

Na sessão de 18 de agosto de 1959, tomava a Câmara Municipal conhecimento de um telegrama do Deputado Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, com o qual solicitava o apoio à iniciativa que acabava de encetar para a criação da Cidade Industrial de Itajubá. Em 8 de novembro de 1974 transitava pelo Legislativo municipal o Decreto 1.371/74 que autorizava a Prefeitura a celebrar convênio para a implantação do Distrito Industrial. Na reunião de 9 de novembro de 1981, da Câmara Municipal, pedia-se a criação do Parque Industrial, "de preferência na Rodovia Itajubá-Maria da Fé".

O Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra foi o autor da Lei n.º 3.172, sancionada em 9 de julho de 1964, que autorizava a reversão de imóvel para a ampliação da área do Distrito Industrial de Itajubá. Foi o mesmo Deputado quem apresentou à Assembléia Legislativa de Minas Gerais o projeto que, transformado em Lei n.º 3.683, criou a Cidade Industrial de Itajubá, com a sanção, em 6 de dezembro de 1965, do Governador Magalhães Pinto.

* * *

50 — A ÁGUA POTÁVEL

No final do século passado os itajubenses ainda usavam a água de cisternas, que variavam, segundo o Dr. Alfredo Moreira Pinto, de 20 a 60 palmos de profundidade (estudo transcrito no *Anuário de Minas Gerais*, de 1907, de Nelson de Senna). Atribuía o referido autor os "freqüentes casos de febres palustres" "aos charcos e brejos" que cercavam a cidade, e "ao uso da água do Sapucaí, de que se utiliza parte da população".

A primeira providência da Municipalidade para a canalização de água potável foi a 12 de janeiro de 1857, quando o Vereador Francisco José Pereira apresentava a proposta de captação da água da "grota do morro da fazenda de José Maria de Macedo, que segue para a fazenda do Ano Bom", e sugeria a construção de um chafariz "no largo ou em outro lugar qualquer". No dia seguinte, deliberou a Câmara abrir uma subscrição pública para essa obra, já que a Municipalidade não tinha verba para isso... E nada se fez então.

A 13 de abril de 1858 ficou Joaquim Inácio Vilas-Boas da Gama contratado como empreiteiro das obras da "fonte denominada Biquinha", trabalho este que só se concluiria cinco anos depois. Esse chafariz seria coberto por uma abóbada de pedra (Ata de 14-01-1860, da Câmara Municipal). Contudo, a 17 de abril do mesmo ano Francisco José Pereira propunha a nomeação de uma comissão para dizer "qual é a água mais conveniente para a servidão desta vila". Dois anos depois era o Vereador Joaquim Pinto de Noronha quem voltava com o pedido dessa comissão, tendo sido, a 21 do mesmo mês e ano, deliberada a construção do referido chafariz. O exame da água e as decisões relativas à desapropriação necessária estão exarados na Ata de 10-07-1861, da Câmara Municipal.

O Dr. Domiciano da Costa Moreira, por motivos que se não esclarecem perfeitamente nas Atas, tentou impedir a construção desse primeiro chafariz itajubense, mas a 27 de julho de 1860 a Edilidade foi de parecer que se continuasse a obra, "não importando com oposições", nomeando então a comissão composta dos Vereadores José Maria de Carvalho, Evaristo Campista e Francisco José Pereira para estudar o caso. As Atas de 07-10-1861 e 30-01-1863 registram outros fatos ligados ao chafariz da Biquinha, cujo construtor fora Antônio Pedro da Silva (Ata de 25-01-1864). Os Vereadores Manuel Correa de Miranda, Antônio Luís Pinto e José Maria Ribeiro de Carvalho constituíram a Comissão encarregada de examinar aquelas obras (Ata de 12-10-1864). Já no ano seguinte, a 11 de julho de 1865, registrava-se o pensamento de se demolir o discutido chafariz da Biquinha, visto haver secado sua água, isto — segundo opinava o Camarista Dr. José Manuel Pereira Cabral — por causa da deficiência de sua construção.

Três ou quatro anos depois de instalada a vila, construiu a Municipalidade, entre as casas de Vicente Ferreira Damasceno Sales e José da Silva Machado, um beco que ia dar no Ribeirão José Pereira, a fim de

facilitar ao povo o carregamento da água, que se fazia ordinariamente em barris (quintos), corotes, jarros e outros vasilhames de uso doméstico. A 13 de julho de 1863 registrava a Câmara a multa lançada a um indivíduo que obstruíra maldosamente aquela viela, determinando o imediato desimpedimento, a fim de que novamente fosse "franqueada ao público a água do ribeirão que passa pelos fundos do mencionado beco". Reaberta a quelha, nomeou a Câmara a comissão para examinar a salubridade da água e do local assim "franqueados ao público" (Ata de 12 de outubro de 1863).

No jornal "O Itajubá" de 04-08-1872 lia-se esta notícia:

"CHAFARIZ — No orçamento votado pela Assembléia Provincial para o futuro exercício, foi concedida uma quota de 4:000$000 (quatro contos de réis) para auxílio da Câmara Municipal desta cidade na canalização de água potável e construção dum chafariz". No número de 6 de outubro do mesmo ano, o referido jornal comentava o caso da água na cidade, e salientava: "É altamente sensível a necessidade de um chafariz no largo desta cidade, que proporcione aos seus habitantes boa água potável".

Em 1883, a Assembléia Provincial aprovou o crédito de 10:000$000 (dez contos de réis) para essas obras ("O Itajubá" de 20-01-1883).

Concedeu o Presidente da Província, cinco anos depois, 4:000$000 (quatro contos de réis) para a instalação da água potável em Itajubá ("O Itajubá" de 21-10-1888). Pelo que se infere, tais verbas não chegaram aos cofres da Municipalidade itajubense, ou foram desviadas para outras obras, pois até então nada se fez...

No ano seguinte ficou a Câmara Municipal de Itajubá autorizada pela Assembléia Provincial a contrair um empréstimo de 20:000$000 (vinte contos de réis) para o abastecimento de água potável para o povo ("O Itajubá", de 25-08-1889).

Até 1884 ainda se apanhava água no Ribeirão José Pereira ou em cisternas. Nessa época também se colhia o "precioso líquido" na *Barrinha*, denominação dada pelo povo à confluência do referido ribeirão com o Sapucaí, em terreno então pertencente a João Antônio Grilo, fundos da casa de Luís Pinto Bonifácio, onde depois se construiu o pontilhão do hoje inexistente ramal da estrada de ferro para Delfim Moreira. Ia-se até lá por uma azinhaga aberta em terrenos de Francisco Sanches (Chico Brinquinho, como era conhecido), que principiava na Rua do Paraná (que ligava a Praça Venceslau Brás à Travessa Santos Pereira), conforme Atas da Câmara, entre outras a de 01-10-1884.

"O Itajubá" de 28-10-1882 noticiava estar em discussão, naqueles dias, na Assembléia Legislativa Provincial, o projeto de lei que concederia a verba de 10 contos de réis para a canalização de água potável em Itajubá. Tal numerário, pelo que parece, não foi concedido. No ano seguinte assim fazia a Câmara constar em Ata:

"Indico que a Câmara represente à Assembléia Provincial a precisão de uma quota de 6:000$000 (seis contos de réis) para encanamento de água potável e bem assim para esta Câmara contratar um empréstimo de 12:000$000 réis para ir amortecendo com o imposto sobre fogão para conclusão do mesmo serviço. Paço da Câmara, 1.º de agosto de 1883. Pereira dos Santos".

A 6 do mesmo mês e ano solicitava a Câmara ao Dr. Silvestre Dias Ferraz Júnior e ao Padre Antônio Ribeiro da Luz, parlamentares de largo prestígio, o empenho no sentido de que fosse aprovado o desejado projeto. E o foi realmente, mas, a 16 de agosto de 1883, tomava a Câmara conhecimento de um ofício de 3 do mesmo mês, do Presidente da Província, que comunicava não poder ser entregue a quota votada pela Assembléia, "visto não haver na Lei do Orçamento vigente rubrica própria onde seja classificada essa despesa"...

A 15 de janeiro de 1884 a Câmara lançava em Ata as providências do Vereador Dr. Aureliano Moreira Magalhães, no sentido de ser levantado o projeto da canalização da água potável em Itajubá, com estudos e orçamentos completos.

E a cidade, apesar dos esforços da Câmara, continuava sem água potável. O jornal itajubense "A Verdade", de 17-06-1886, estampava mais esta notícia:

"CHAFARIZ — À Assembléia Mineira foi apresentado um projeto sob n.º 152, assinado pelos Deputados Viotti, Teixeira de Castro e S. Barroso Filho, consignando 5:000$000 (cinco contos de réis) para canalização de água potável e edificação de chafarizes nesta cidade. É uma medida de necessidade urgente, pois que não obstante termos à porta o grande Rio Sapucaí, suas águas não são próprias para uso quotidiano".

O mesmo jornal, em 18-11-1886, trazia esta reclamação:

"BIQUINHA — Consta que está fechado o terreno onde se acha a fonte chamada Biquinha, de que o povo estava de posse há mais de 30 anos, onde, em tempo, a Câmara, em atenção à utilidade pública dessa fonte, gastou dinheiro beneficiando-a. Aquela água, a mais pura que temos na cidade, não só aproveita aos moradores do bairro, como a todos, quando a do rio fica imprestável e suja em tempo das chuvas. Parece-nos que não se pode tolher a servidão da dita fonte, e convém liqüidar isso garantindo os direitos legais, com justiça e razão, o que compete à Municipalidade. Sempre conhecemos a água da Biquinha franca ao gozo público".

Vê-se o quanto era estimada e procurada a tradicional fonte da Biquinha, que ficava no final da atual Rua Oliveira Marques, um pouco abaixo do local onde principia a Avenida Miminda Vianna.

"A Verdade" de 15-11-1888 informava estar na cidade o Dr. Paulo Bachmann, representante da casa Arens & Irmãos, de Campinas, com propostas de instalação de água potável em Itajubá. O mesmo jornal, quatro anos depois, em 6 de agosto de 1892, assim registrava:

"Água POTÁVEL — No empenho de abastecer de água a cidade, o digno Presidente da Câmara, o Sr. Francisco Brás Pereira Gomes, convidou o Dr. Carlos Lindgren, engenheiro, e o Comendador Frederico Schumann, para irem, como foram, verificar a corrente existente na fazenda do Major Antônio dos Santos Silva Júnior, na serra. Reconhecida a abundância e boa qualidade da água, conseguiram daquele proprietário a cedência dela em benefício público, pelo que é digno de encômios".

Na edição de 24 de dezembro do mesmo ano, o mesmo jornal informava que Antônio Ribeiro da Luz Junqueira propunha "tomar a si o compromisso de abastecer de água a cidade, mediante condições razoáveis".

O problema da água em Itajubá, com o crescimento cada vez maior da população, ia-se agravando a cada ano, sem solução. Em 18 de dezembro de 1892 o Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal Cel. Francisco Brás Pereira Gomes, promoveu uma reunião popular no Paço da Câmara para se estudarem medidas para o abastecimento de água potável ("A Verdade" de 24-12-1892).

E o Cel. Francisco Brás contratou os Drs. Carlos Lindgren e Luís de Andrade Sobrinho para a instalação da água potável em Itajubá ("A Verdade" de 05-08-1893). O Dr. Lindgren examinou primeiramente as nascentes da serra dos Toledos ("A Verdade" de 19-08-1893). Mas, a captação na serra dos Toledos exigia um orçamento muito elevado. O engenheiro Dr. Cappellacho propôs, então, "fazer a obra, por um processo que ele garante, não inferior a quaisquer outros, em todos os sentidos, e que custa menos uns dois terços da quantia orçada" ("A Verdade" de 23-12-1893).

Somente em 1896, graças aos esforços do mesmo Cel. Francisco Brás Pereira Gomes, é que realmente se fez alguma coisa para o abastecimento da boa água à cidade. No manancial a 1.200 metros de altitude, nas proximidades do morro Grande, junto à cidade, foi então feita a captação de pura e límpida água, que era levada, por tubulação metálica, pelo princípio dos vasos comunicantes, para o alto do morro de propriedade do Dr. Miguel Arcanjo de Sousa Vianna, onde se construiu o reservatório, do qual partia a canalização para a cidade. Foram, então, adquiridos 12 chafarizes de ferro, obras de fundição que mais se assemelhavam a hidrantes para o uso de bombeiros do fogo. Tinham a forma de uma baixa coluna, que ostentava, em relevo, junto ao capitel, uma feia cara humana. A água era jorrada mediante a pressão no botão. Presa por uma corrente, existia uma caneca metálica. Foram tais aparelhos fontanários instalados em diversos locais da cidade, na Praça do Mercado (Praça Adolfo Olinto), no adro da Matriz, nos Canudos, no Beco do Goiabal (Rua Justino Paulistano de Olivas), na Varginha, na Biquinha (Rua Oliveira Marques), no Porto Velho, na praça fronteira à capela dos Remédios, na Boa Vista e na Rua da Palha. O jornal "Cidade de Itajubá", de 29 de dezembro de 1901, falava também de um chafariz junto ao Teatro Santa Cecília. Na praça do Mercado foram instalados 2. O número de 12 chafarizes está confirmado

pelo Dr. Alfredo Moreira Pinto, no seu trabalho de 1899, publicado do *Anuário* de 1907, de Nelson de Senna. Foi o Cap. João José Rennó quem, de boa vontade, cedeu gratuitamente o manancial. A instalação dos chafarizes foi dirigida por Thomaz James Wood, auxiliado que foi pelos empreiteiros José Piffer Ventura e Carlos Bello Lisboa. Muito trabalharam para a realização desse melhoramento, além dos nomes já citados, Cândido Pereira dos Santos, Antônio José Rennó Júnior e José Joaquim dos Santos. Foi ainda Thomaz James Wood quem instalou a primeira rede de esgoto da cidade, pondo fim às fossas abertas em quintais.

A inauguração dos chafarizes de Itajubá foi solene e festivamente realizada em 6 de dezembro de 1896, debaixo de grande regozijo popular, com fogos e banda de música. Houve passeatas e inflamados discursos.

Conta-nos Pedro Bernardo Guimarães no seu *Município de Itajubá*:

"À noite, no templo iluminado profusamente, o Revmo. Vigário, Cônego Antônio de Sousa Almeida, cantou o *Te-Deum Laudamus*, assistido pelas altas autoridades do município e da Comarca, representante das classes sociais e imensa concorrência popular. Findas as cerimônias religiosas feérica *marche-aux-flambeaux*, seguida da corporação musical *União dos Artistas*, sob a regência de Antônio Cândido Rennó, percorreu a cidade engalanada, partindo do edifício do Clube Literário e dirigindo-se às residências do empreiteiro Thomaz Wood, do Presidente da Câmara, de Heliodoro Monteiro, onde se achava hospedado o Cel. Júlio Bueno Brandão, deputado estadual e Presidente da Câmara de Ouro Fino; do Dr. Luís Rennó, do Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Promotor da Comarca; do Revmo. Cônego Almeida; do Dr. Pereira Cabral, Juiz de Direito, e do Vereador José Manso Cabral, falando, nesses diversos pontos, oradores que enalteceram os grandes serviços dos homenageados e aclamavam os governos municipal, estadual e da República".

Três anos depois, a Lei n.º 96, de 06-02-1900, da Câmara Municipal, sancionada pelo Agente Executivo Dr. Luís Rennó, autorizava a desapropriação dos terrenos situados junto às nascentes do abastecimento de água à cidade, de propriedade de João José Rennó.

Dizem os antigos que o chafariz do Porto Velho existiu em frente à casa de um tal Camilo, ao lado de um grande portão. O da Boa Vista era ao lado da casa de Sebastião Pereira. Nestes havia brigas de mulheres, que disputavam a vez de encher os seus cântaros. Não havia ainda o regime das filas...

Itajubá muito cresceu, e o manancial que primeiramente abastecia os chafarizes tornou-se deficiente. Urgia um novo estudo, e a solução era mesmo a captação na serra dos Toledos. A "Gazeta de Itajubá", nos números de 12 de abril, 31 de maio e de 26 de julho de 1903 noticiava o andamento do projeto das novas instalações, elaborado por Thomaz Wood. Oito anos mais tarde, o mesmo Thomaz Wood traçava projeto de novas instalações, agora para levar a água às residências ("Gazeta de Itajubá"

de 18-06-1911). No mesmo ano chegavam à cidade, em 16 de agosto de 1911, o engenheiro Caio Guimarães e seus auxiliares Dr. Laurindo Macedo, engenheiro, Antônio Macedo Guimarães, Francisco de Paula Machado, Afonso Taurinho e Artur Fernandes, contratados pela Municipalidade para o levantamento completo de novas instalações da água potável e do esgoto ("Gazeta de Itajubá", de 27-08-1911).

A Ata de 25 de outubro de 1923, da Câmara Municipal, registra o pedido do povo do bairro do Pau d'Alho, de que ali fosse instalado um chafariz.

Foram zeladores e fiscais do abastecimento de água potável, nos velhos tempos, além de Thomaz James Wood, que iniciou os serviços, João Borges da Silva, Antônio de Brito Gonçalves (posse em 03-04-1906), João Mendes de Brito (posse em 08-01-1909) e novamente Thomaz James Wood, em 04-01-1910, conforme registra o *Livro de Juramentos e Posses*, do arquivo da Prefeitura.

A Lei municipal n.º 8, de 16/12/1909, regulamentava o abastecimento de água potável da cidade.

A areia empregada no filtro era fornecida por Adonirão de Oliveira (Ata da Câmara, sessão de 28-04-1920).

A Ata de 02-01-1918, da Câmara Municipal, registra este louvável gesto de cooperação:

"Tomando a palavra, o Vereador José Rennó Pereira propôs que fique o Sr. Presidente da Câmara e Agente Executivo municipal autorizado a transformar em chafariz público uma torneira d'água existente numa rua em construção, paralela à Rua da Fábrica, junto ao morro (*Rua 6, depois denominada Santa Rita de Cássia*), a qual foi ali posta a expensas suas e do Sr. Pedro Piazzaroli para servidão dos primeiros habitantes, ficando desde já sabido que desiste do que despendeu com a canalização daquela água em benefício do povo".

Em 1914, a 20 de outubro, o Vereador Frederico Leite apresentou o projeto de Lei, que tomou o número 56, com concedia ao Dr. Fritz Hoffmann, catedrático do Instituto Eletrotécnico (ora EFEI), a gratificação de um conto de réis pelo "levantamento de plantas para a captação de águas". Em março do mesmo ano, no dia 20, já havia o referido engenheiro apresentado os estudos para a instalação da rede de esgoto, orçada então em 77 contos de réis. Foi quando Frederico Leite, na qualidade de vereador, requereu que se inserisse em Ata um voto de louvor ao Dr. Hoffmann, "pela proficiência revelada nos referidos trabalhos".

O líquido era abundante nos chafarizes, mas urgia que as casas residenciais fossem servidas por canalizações diretas. Para atender a esse melhoramento, pediu a Câmara a verba de 270 contos de réis, incluindo-se os serviços do esgoto (Ata de 15-12-1916). O serviço foi executado, mas com deficiências por falta de material. Na reunião de 01-08-1917, depois

de ouvir uma longa exposição técnica do Dr. Fritz Hoffmann, deliberou a Câmara não mais conceder penas às casas residenciais, enquanto não se renovasse e ampliasse a rede da instalação da água e esgoto.

No ano seguinte, em 2 de fevereiro de 1918, a Câmara historiava toda a situação de Itajubá com respeito ao abastecimento da água potável. A conflagração mundial dificultava a aquisição de canos, orçados então de 180 a 200 contos de réis. O Brasil ainda não os fabricava. Desejava-se aproveitar os mananciais da serra dos Toledos, água límpida e excelente. A desapropriação das terras do Canta Galo ficaria em 30 contos para a Municipalidade, incluindo-se os trabalhos de preparo dos mananciais ali existentes. Pensou-se, a essa altura, em aproveitar a água do Rio Sapucaí, cujas instalações não iriam além de 100 contos, segundo os cálculos de Fritz Hoffmann. Para tanto, fez a Câmara uma consulta ao competente médico Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, interessada em ouvi-lo quanto à salubridade das referidas águas. O eminente clínico opinou da seguinte maneira:

"Exmo. Sr. na qualidade de médico municipal e cumprindo um dever cívico e social, venho responder à vossa consulta sobre a utilização da água do Rio Sapucaí para o abastecimento público desta cidade, declarando-vos que não me parece haver inconveniente de ordem higiênica, para que a Câmara que tão dignamente presidis adote essa medida, uma vez verificada a impossibilidade de se obterem outros mananciais". "A água do Sapucaí, antes do atual abastecimento, sempre serviu para as nossas necessidades, sem que por isso tivéssemos de lamentar qualquer desgraça ou calamidade. É exato que não vão longe grassavam entre nós, em certas épocas do ano, com caráter epidêmico, febres do grupo tífico (denominadas então palustres), mas, os germes dessas moléstias não tinham por veículo as águas do Sapucaí, naquele tempo inominável de cevas de porcos em domicílio; e uma vez expurgada a cidade desses focos de infecção, desapareceu a referida epidemia, surgindo hoje esporadicamente lá um ou outro caso do referido grupo. A população de 30 anos a esta parte deve lembrar-se que quando se apetecia um bom copo d'água procurava-se a casa comercial de Francisco Sanches, de saudosa memória, o qual sempre amável mandava servir, mas em copo de litro, do precioso líquido, depositado, por 15 ou mais dias, em pipas, encontrando-se a água em excelentes condições. Sendo a água do Sapucaí pura e boa não se pode recear qualquer epidemia para o futuro, uma vez expurgada pelos processos modernos de germes que acidentalmente venham possuir. Muitas cidades da Europa, da América do Norte e do Sul se abastecem com águas de rios, depois de convenientemente filtradas, não havendo portanto prejuízo à população de abastecer-se do Sapucaí desde que sejam satisfeitas essas condições. O Sapucaí, de suas nascentes até esta cidade, tem um percurso de 36 quilômetros, mais ou menos, não passa em terrenos alagadiços, suas margens são desabrigadas, não sendo suas águas poluídas por aglomerações humanas, de correnteza pequena sobre suas poucas cachoeiras, recebendo em sua superfície muito ar e sol, tendo, enfim, todas as condições para auto-purificação,

inclusive a diluição das águas por afluentes de nascentes altas". E prosseguia o competente clínico esclarecendo a Câmara Municipal sobre a necessidade de análises e do emprego de filtros.

Realmente, foi instalado o filtro no Sapucaí, de onde era a água purificada bombeada para o reservatório construído no alto do morro das Corujas, passando o encanamento pela chácara do Dr. Miguel Arcanjo de Sousa Vianna, que para tanto não apresentou nenhum obstáculo, conforme entendimento havido com a comissão para isso designada, composta dos vereadores José Rennó Pereira, Thiago Carneiro Santiago e Balduíno Vieira Salgado.

Anos depois, Jorge de Oliveira Braga rotomava o caso da água do Sapucai, pois cresciam os escoamentos de esgotos no rio, acima do local de captação. E falava-se de animais mortos, em estado de putrefação, dentro do rio, e de outras sujidades nocivas à saúde. Foram então aproveitados os mananciais da serra dos Toledos, cessando, portanto, o bombeamento da água do Sapucaí. Na sessão de 27-03-1924, da Câmara Municipal, os vereadores Augusto Salomon, Próspero Sanches, Francisco José Pereira e Paulino Gonçalves de Faria apresentava o projeto de lei para a alienação do terreno, filtro e motores elétricos utilizados na captação da água do rio, bem como se propunha ceder ao Ministério do Exército as nascentes e canalização da água da fazenda de José Martiniano da Silva até ao Quartel novo (4.º Batalhão de Engenharia), em troca de dez mil metros de tubos de seis polegadas, tipo *Manesmann* ou galvanizados, necessários à conclusão das obras da serra dos Toledos.

Com o aumento rápido da população de Itajubá, tais instalações se tornaram logo deficientes. A Lei municipal n.º 45, de 30 de abril de 1949, autorizava a construção da linha adutora suplementar, bem como a ampliação da rede de distribuição do abastecimento da cidade, para o que estipulava a verba de 2.829 cruzeiros e 34 centavos, recorrendo para isso a Câmara ao empréstimo de 2.600 cruzeiros contraído com a Caixa Econômica Federal, o qual se obteve graças à intervenção do Dr. Venceslau Brás e Dr. Noraldino de Lima, então um dos diretores dessa organização crediária. As iniciativas para tal empréstimo tiveram início na administração do Prefeito Carlos Ribeiro Filho.

Os trabalhos da nova adutora foram confiados à Empresa Brasileira de Solda Elétrica Ltda., que instalou a linha de 4.861 metros com tubos de chapas de aço, de 10 polegadas de diâmetros na extensão de dois terços da linha total, sendo os 2.639 metros restantes em linha tríplice, com tubos de 6 polegadas. Foi então construído o novo reservatório, no alto do bairro Oriente. Essas novas obras, realizadas sob a direção técnica do engenheiro Antônio Rennó Pereira Filho, permitiram o fornecimento de 7.500.000 litros de água puríssima da serra dos Toledos, em vez dos 2.500.000 de antigamente. Foi melhoramento inaugurado festivamente em 20 de janeiro de

1951, tendo sido a bênção litúrgica lançada pelo Padre Ildefonso Sigrist, depois do que usaram da palavra os Drs. José de Lima Medeiros e Vicente de Sales Dias Filho, bem como Hugo Jannotti, e, finalmente, o Prefeito Municipal, Dr. Sebastião Pereira Rennó.

A 2 de setembro de 1956 o Prefeito Antônio Rennó Pereira inaugurou o serviço de abastecimento de água potável no bairro urbano de São Sebastião, no quilômetro 2 da Avenida Padre Lourenço. Esse melhoramento teve a coadjuvação dos moradores daquele bairro e a administração técnica do Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, então engenheiro de obras da Prefeitura Municipal.

O novo reservatório do Pacatito, construído pela Fábrica de Armas, foi inaugurado em 16 de julho de 1949, com completa e moderna instalação para o tratamento da água bombeada do Sapucaí.

O Prefeito Luís Carlos Tigre Maia muito se preocupou com o problema da água potável em Itajubá, e era seu propósito abastecer a cidade com maior captação na serra dos Toledos ou por meio de poços artesianos. Não admitia que os lares itajubenses usassem da água bombeada do poluído Sapucaí. A morte o colheu antes de dar início a essas obras.

Na reunião de 18 de dezembro de 1962, da Câmara Municipal, o Vereador Luís Martins Riera usou da palavra para expor a necessidade da modificação e da ampliação da rede de esgoto da cidade, bem como de um nova e suficiente instalação da água potável. Na reunião de 10 de dezembro de 1968 o assunto voltou à baila, discutindo-se a viabilidade de abertura de poços artesianos. Em 8 de junho de 1971 o Legislativo Municipal retornava ao problema, mas, agora, com uma solução, que era o de confiar tais serviços à COPASA (então COMAG). Em 7 de outubro de 1971 era, realmente, celebrado o contrato com a COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais), confiando-lhe a Municipalidade o abastecimento de água potável à cidade. Infelizmente, apesar da existência de límpidos mananciais na serra dos Toledos, a captação se faz no rio Sapucaí, na altura do bairro urbano Santa Rosa...

Na sessão de 1.º de dezembro de 1975, a Edilidade ainda voltou ao caso da água potável, mas o Vereador José Isidoro, tomando a palavra, salientou "que o assunto água está liqüidado: chama-se COPASA". Em 12 de maio de 1976 o Vereador Antônio Poddis asseverava na Câmara que a instalação da COPASA, então já bem adiantados os trabalhos, devia-se ao Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra. Enquanto essas obras não se completavam, a cidade toda padecia a falta de água potável. Para remediar a si-

tuação, a Municipalidade fazia carros-pipa percorrerem as ruas para abastecer as residências. E houve exploradores que, em caminhões, nos bairros mais afastados, levavam pipas e tambores de água para ser vendida à população! É o que se afirmou na Câmara Municipal, na reunião de 29 de agosto de 1977.

Já se encontrou água mineral em Itajubá. Ainda não houve quem se interessasse em beneficiá-la, construindo-lhe fontes e um parque, de modo a incluir a cidade entre as estâncias hidrominerais sul-mineiras, emprestando-lhe maior interesse turístico.

"O Itajubá" de 2/7/1883 assim noticiava:

"Somos informados de que o Sr. Cap. Antônio Pereira Leite descobriu em terras de sua fazenda, na Água Limpa, uma fonte de excelente água férrea, a qual tem sido visitada por pessoas entendidas, que a julgam de superior qualidade pela quantidade de princípios ferruginosos que encerra. Consta-nos que o Cap. Leite vai mandar examinar cuidadosamente este manancial, e será para nós uma grande vantagem se aquela água for proveitosa às pessoas que sofrem, as quais aqui mesmo terão para seus males o lenitivo que estão acostumados a procurar em lugares afastados".

Posteriormente foi "A Verdade", jornal itajubense, de 18-10-1888, que registrava a existência de água mineral nas imediações da cidade, assim noticiando:

"ÁGUA MINERAL — Na chácara do Sr. Cel. Evaristo da Silva Campista, a um quilômetro mais ou menos deste lugar, existe uma fonte cuja água parece conter sulfato de sódio. De momento a momento nota-se que a água ferve, emergindo do fundo, em forma de bolhas, jatos mais ou menos fortes. Afirmam as pessoas que têm usado desta água que ela produz benefícios ao estômago e que efetivamente se percebe ao beber um gosto salino, apanhando-se na ocasião da efervescência. Diversas nascentes d'água comum jorram para a fonte, por isso a parte em que possa predominar aquele sal deve ser grandemente prejudicada, não se podendo, assim, confirmar se realmente existe ali a rica água magnesiana, tão útil à saúde. Falta-nos competência para tratar desta matéria, que aliás merece a maior atenção, e apenas nos limitamos a dar esta simples notícia. Verificando-se que a água é medicinal, e demorando ela nos subúrbios da cidade, passeio agradável e higiênico, muito utilizará a esta população, que já se dirige de preferência para ali em suas excursões recreativas".

O mesmo jornal, em 1.º de novembro do mesmo ano, informava que as águas minerais de Itajubá estavam sendo noticiadas em vários jornais da Corte.

Há outras referências à presença de água mineral nas imediações da cidade.

* * *

51 — A JUSTIÇA

Foi a 6 de abril de 1714 que o Governador de Minas Gerais, Capitão-General D. Brás Baltasar da Silveira, dividiu, pela primeira vez, a Capitania em Comarcas, determinando-lhes as demarcações. Minas ficou, então dividida em três regiões judiciárias: — Comarca do Rio das Velhas, com sede na Vila Real do Sabará; Comarca de Vila Rica, com sede na vila de mesmo nome (atual Ouro Preto); Comarca do Rio das Mortes, com sede em São João del-Rei, à qual o sul de Minas passou a pertencer. Abrangia esta, segundo José Alberto Pelúcio (*Baependi*, pág. 175), as vilas de São João del-Rei e São José del-Rei (hoje Tiradentes), e os julgados da Campanha do Rio Verde, Aiuruoca, Sapucaí, Jacuí e Soledade de Itajubá (atual Delfim Moreira).

A Provisão Régia de 26 de novembro de 1758 havia criado um Juiz Ordinário e respectivo Escrivão para Itajubá, ou seja, Delfim Moreira. O Aviso do Governador, de 20 de abril de 1763, estabeleceu um Julgado na Barra do Rio das Velhas, "com Juiz Ordinário e um Tabelião, a exemplo dos de Itajubá e Aiuruoca" Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*).

Bernardo Saturnino da Veiga, no *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, pág. 50, registrou esta informação: "Criada a vila (da Campanha), o Alvará de 19 de julho de 1814 deu-lhe por Termo todo o território que, além do que ora lhe pertence, constitui atualmente (1874) os Termos da Aiuruoca, Baependi, Cristina, Itajubá (isto é, Soledade de Itajubá, hoje Delfim Moreira), Pouso Alegre, Jaguari, Caldas, Cabo Verde, Jacuí, Passos, Alfenas, Dores da Boa Esperança e Três Pontas".

A Lei n.º 134, de 16-03-1839, instituiu a Comarca do Rio Verde, composta dos municípios da Campanha, Baependi e Aiuruoca, depois, de acordo com a Lei n.º 202, de 01-04-1841, acrescida da Vila de Três Pontas. Quando se menciona o município da Campanha daquele tempo, inclui-se-lhe o Termo do atual Itajubá, que lhe pertencia como distrito.

Quando Itajubá, emancipando-se politicamente, foi elevada à vila por força da Lei n.º 355, de 27-09-1848, passou a pertencer o Termo à Comarca do Sapucaí, conforme rezava o Art. 4.º dessa referida Lei.

A Lei n.º 719, de 16-05-1855, passou o Termo de Itajubá para a Comarca de Jaguari (Camanducaia). A Lei Mineira n.º 1.740, de 08-10-1870, dividiu a Província em 25 Comarcas. Itajubá permaneceu então na de Jaguari, colocada como a 17.ª, que abrangia os Termos de Pouso Alegre, Jaguari, Itajubá e Ouro Fino.

O Dr. José Pereira dos Santos, advogado itajubense e Deputado à Assembléia Provincial, foi quem levou para o Congresso Mineiro o Projeto da criação da Comarca de Itajubá. Contra esse Projeto se bateu o parlamentar Dr. Nominato José de Sousa Lima, que por pouco o teria feito fracassar. "O Itajubá" de 14 de julho de 1972 assim comentou:

"COMARCA — A criação da Comarca de Itajubá sofreu a impugnação do Sr. Dr. Nominato, mas o nosso colega Dr. Pereira dos Santos sustentou a sua proposta com razões e argumentos irrespondíveis, como verão os leitores no seu discurso que vai transcrito em outra parte deste periódico".

Finalmente, a 15 de julho de 1872, o Art. 1.º da Lei n.º 1.867 criava a Comarca de Itajubá, de 1.ª entrância, que abrangia os Termos de Itajubá (sede) e São José do Paraíso, compreendendo o primeiro os distritos de Itajubá, Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), Santa Rita do Sapucaí, Piranguçu e São Caetano da Vargem Grande (Brasópolis), e o último São José do Paraíso (Paraisópolis), Capivari e São João Batista das Cachoeiras.

A 24-12-1889 a Câmara Municipal pedia a elevação da Comarca de Itajubá à 2.ª entrância, salientando a Edilidade o progresso de Itajubá. Endereçaram-se as pretensões ao Ministro da Justiça (Ata de 01-04-1890). A Comarca, na classificação de 2.ª entrância, foi instalada em 07-03-1892 ("A Verdade" de 05-03-1892). Pelo que parece, essa promoção foi revogada, pois a 29-09-1922, pelo Art. 2.º da Lei n.º 840, é que Itajubá seria elevada à categoria de 2.ª entrância. Na tabela "A", anexa à Lei n.º 912, de 23-09-1925, a Comarca de Itajubá figura como de 3.ª entrância. E como de 4.ª pelo Decreto-lei n.º 667, de 14-03-1940. Extintas as de 4.ª, voltou a Comarca itajubense à categoria de 3.ª entrância.

Segundo Moreira Pinto (*Dicionário Histórico e Geográfico*) e Nelson de Senna (*Anuário de Minas Gerais*, 1909), houve ainda as seguintes leis e decretos referentes à classificação da Comarca de Itajubá: n.º 2.617, de 08-10-1880; n.º 8.763, de 18-11-1882; n.º 1.279, de 10-01-1891, e Ato de 22-02-1892.

A Lei Mineira n.º 11, de 13-11-1891, estabelecia uma nova divisão judiciária do Estado, ficando, então, 115 Comarcas, sendo a de Itajubá a 43.ª. A Lei Mineira n.º 18, de 28-11-1891 estabelecia uma reorganização na referida divisão.

Foram os seguintes os Juízes de Direito efetivos da Comarca de Itajubá:

1.º — Dr. Adolfo Augusto Olinto (1872 a 1890)
2.º — Dr. José Machado Pinheiro Lima (1890)
3.º — Dr. José Manuel Pereira Cabral (1891 a 1903)
4.º — Dr. Luís Rennó (1903 a 1916)
5.º — Dr. José Pereira dos Santos (1917 a 1920)
6.º — Dr. Antônio Salomon (1920 a 1940)
7.º — Dr. Dráuzio Vilhena de Alcântara (1940 e 1941)
8.º — Dr. Paulo de Moraes Jardim (1941 a 1946)
9.º — Dr. Merolino Raimundo de Lima Correa (1946)
10 — Dr. Francisco Pereira Rosa (1946 a 1953)
11 — Dr. Pio Pontes (1953 a 1955)
12 — Dr. Walter Cabral (1955 a 1965)
13 — Dr. Luís Renault Apocalipse (1965 a 1967)
14 — Dr. Mário Carneiro Vilela (1968 a 1971)
15 — Dra. Branca Maria Margarida Rennó (1971 e 1972)
16 — Dr. José Brandão Resende Filho (1972 a 1978)
17 — Dr. Aloysio Pereira Nogueira (1978 a 1984) — 2.ª Vara
18 — Dr. Fábio José Seixas de Siqueira (1980 a 1982) — 1.ª Vara
19 — Dr. Alcides Fernandes Gorgulho (desde 1982) — 1.ª Vara
20 — Dr. Teodoro Ferreira Neto (desde 1984) — 2.ª Vara

O Dr. José Machado Pinheiro Lima foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Itajubá em substituição ao Dr. Adolfo Augusto Olinto, que havia sido transferido para a Comarca de Pirapitinga, Minas ("A Verdade" de 17-04-1890). O Dr. Pinheiro Lima tomou posse em 18 de abril de 1890, e dias depois entrou em gozo de licença, regressando logo em seguida para Itatiba, SP, onde residia ("A Verdade" de 24-04-1890). O jornal "O Itajubá" de 23-04-1890 confirma sua posse. Em 22-05-1890 assim registrava "A Verdade": "Foram removidos, a seu pedido, o Dr. José Manuel Pereira Cabral, da Comarca de Caconde, Estado de São Paulo, para a de Itajubá, e desta para aquela o Dr. José Machado Pinheiro Lima".

Foram Juízes de Direito substitutos, no século passado, além de outros, os Bacharéis Drs. Antônio Augusto dos Reis Serapião (1880), Pedro Gomes Pereira Moraes (1880), Alexandre José da Costa Valente (1892) e Nicolau Antônio de Barros (final do século).

A Lei Estadual n.º 1.906, de 23-01-1959, criou dois juizados na Comarca de Itajubá, tendo sido nomeado 2.º Juiz de Direito o Dr. Francisco Barbosa de Resende.

É grande o número de causídicos que desempenharam a Promotoria da Comarca de Itajubá ou que advogaram no Fórum Venceslau Brás. No volume *Colmeia Itajubense* seus nomes estão lembrados, bem como os de funcionários da Justiça. Muitos também foram os que, sem serem formados, advogaram como solicitadores, aos quais, igualmente, muito ficou devendo o foro itajubense.

Que lembrados fiquem, no entanto, alguns nomes de Promotores dos velhos tempos:

Dr. Aureliano Moreira Magalhães (1872), Dr. Joaquim Carlos de Campos (1873), Dr. Antônio Ferreira de Castilho (1874 a 1878), Dr. Antônio Silvestre de Pinho (1884 a 1886), Dr. José Pereira dos Santos (1886 a 1888), Dr. Miguel Arcanjo de Sousa Vianna (1889 a 1891), Dr. Benjamin Soares de Azevedo (1892), Dr. José Bessom de Oliveira Andrade (1893), Dr. José Carneiro de Resende (1894 a 1896), Dr. Augusto Cabral de Vasconcelos (1907), Dr. Antônio Salomon (1914), Dr. Adolfo Gonçalves do Nascimento (1931), Dr. José Pinto Rennó (1935 a 1945), Dr. Evaristo Cabral Rennó, e, recentemente, Dr. Luís Vilela Vianna, Dr. Pedro Monti Neto (1.ª Vara), Dr. José Renato Moura Resende (2.ª Vara) e Dr. Luís Irineu Bittencourt (1.ª Vara).

Alguns nomes de Promotores interinos: Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Frederico Sachumann, João Dias Pereira, Francisco Araújo, Frederico Teixeira de Magalhães Leite, Antônio Luís Pinto de Noronha, Liduardo Rodrigues de Sousa, Antônio Luís Pinto de Noronha Sobrinho, Honório José de Oliveira, Sebastião Sátiro Pereira Cabral, Cap. Antônio Gonçalves da Costa, Dr. Américo da Silva e Oliveira, Antônio José Leite e Fructuoso Ramos de Lima.

O cargo de Juiz Municipal e de Órfãos de Itajubá foi criado pelo Decreto n.º 1.321, de 3 de fevereiro de 1854 (Ata de 04-07-1854 da Câmara Municipal).

Alguns dos Juízes Municipais e de Órfãos, ou suplentes (bacharéis, na maioria):

Antônio Dias Pereira (1854), Manuel de Andrade Ribeiro (1854), Joaquim Delfino Ribeiro da Luz (1849), Carlos de Macedo Xavier Filho (1854), José Antônio Alves Brito (1855), Vítor Modesto Ribeiro de Carvalho (1856), João José Rodrigues (1860), Francisco de Assis de Oliveira Braga (1862), Antônio Ribeiro Cardoso (1862), Domiciano da Costa Moreira (1862), Francisco Antônio da Luz (1863), Manuel José Pereira Gomes (1865), Manuel Gonçalves da Costa (1865), José Inácio de Macedo (1866), Aureliano Moreira Magalhães (1866), Joaquim Francisco Pereira Júnior (1866), Manuel Félix de Alvarenga e Silva (1866), José Manuel Pereira Cabral (1862 e em outras ocasiões), Américo da Silva e Oliveira (1870),

Antônio Luís Alves de Noronha (1870), José Manuel dos Santos Pereira (1870), Francisco Brás Pereira Gomes (1870), José Bento Rodrigues Gama (1870), João Vieira da Cunha (1870), Bernardo de Araújo Guimarães (1873), Evaristo Norberto Duarte (1874), José Gomes Vieira da Silva (1875), Major Francisco José Pereira (1875), Nicolau da Silva Willemens (1876), Pedro Gomes Pereira de Moraes (1880), Júlio Carmos de Menezes (1882), José Teodoro de Araújo (1884), Frederico Schumann (1885), João Dalle Afflalo (1885), José Maria Pereira de Carvalho (1889), João Ribeiro de Paiva e Luz (1889), Alexandre José da Costa Valente (1895), Miguel Arcanjo de Sousa Vianna (1896 a 1919), Orestes Esteves (1930) José Pinto Rennó (1932), Ulisses Pinto Gonçalves (1950) e Francisco Barbosa de Resende (1957).

Quando a Princesa Isabel e o Conde d'Eu visitaram Itajubá (1868), residiam na cidade "quatro doutores em Direito", segundo anotação lançada no Livro de Tombo pelo Padre José Luís Coelho Pereira de Magalhães.

Alguns Oficiais de Justiça do passado:

Pedro Xavier da Fonseca (1865), José da Silva Matos (1867), José da Silva Castro (1870), Antônio Gonçalves da Silveira (1870), Antônio Marciano Maia (1874), Liberato de Paiva Paixão (1874), Manuel Vitorino de Paiva (1874), José Horácio da Silva (1874), Luís Egídio Nogueira de Paiva (1874), João Carrara Leite Júnior (1878), Luís Ferreira de Sousa Gama (1880), Antônio da Silva Miranda (1882), Domingos Correa de Miranda (1914) e José Maria Alves (1914).

Escrivães do Júri. Alguns nomes do século passado:

Joaquim Inácio Vilas-Boas da Gama, Honório Cardoso da Luz, Liduardo Rodrigues de Sousa, Joaquim Pinto de Castilho, Luís Antônio Pinto de Noronha, Evaristo da Silva Campista, Henrique de Sousa, Próspero Paolielo, Ladislau Gomes Ribeiro e Benedito José Lemes.

Acrescento neste capítulo a lembrança dos Juízes de Paz, aos quais muito deve o exercício da Justiça em Itajubá. Parece-me impraticável a menção de todos os que desempenharam esse cargo, desde as primeiras horas da fundação de Itajubá, já que foram muitos, com seus vários suplentes, mas o desempenho desse mister está acrescentado no *curriculum* de cada um, no volume denominado *Colmeia Itajubense*. O mais antigo Juiz de Paz que encontrei em toda a documentação sobre Itajubá, foi Manuel José Pereira, citado em 1831, no histórico *Termo de Reconciliação*, no qual ficaram documentadas as justificativas do Padre Lourenço da Costa Moreira, relativamente a ter ele abandonado a Capela Velha, deixando seus fiéis sem a assistência religiosa, documento este já transcrito, na íntegra, em capítulo anterior.

O edifício do Fórum teve sua construção iniciada em 1910, levantada com a verba de 54 contos de réis concedida pelo Governo do Estado, então o preclaro Dr. Venceslau Brás, conforme reportagem estampada na

"Gazeta de Itajubá" de 28-09-1910. Seu construtor foi o consagrado arquiteto Moisés Luigi, que dirigiu toda a obra, terminada em 1911. Em 20 de outubro de 1952 mãos criminosas deitaram fogo neste grande edifício, que ardeu dantescamente durante toda a madrugada. A 7 de outubro de 1953, o Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra deu entrada na Assembléia Legislativa Estadual do Projeto de Lei que concederia a verba para sua reconstrução. Em 20 de dezembro do ano seguinte, era o próprio Governador Juscelino Kubitschek quem telegrafava ao Dr. Venceslau Brás, comunicando haver autorizado a referida reconstrução, orçada em 666 mil cruzeiros. Os serviços do Fórum, durante esse período, ficaram funcionando no prédio n.º 165 da Rua Dr. Pereira Cabral, ao lado do Cine-Teatro Apolo, até que, em 29 de novembro de 1960, voltaram os trabalhos para sede própria, agora reconstruída, ou, melhor dizendo, recuperada, sendo que essas obras só finalizaram em 28 de janeiro de 1961.

Em 10 de março de 1961, o Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra apresentou à Assembléia Legislativa do Estado o Projeto de Lei n.º 1.288, que mandava dar a denominação de *Venceslau Brás* ao Fórum de Itajubá, o que foi aprovado em 10 de julho do mesmo ano.

Atualmente o Judiciário itajubense está instalado em novo e modernizado edifício, inaugurado em 4 de outubro de 1979, ficando o antigo Fórum ocupado pela Câmara Municipal e a Prefeitura, iniciativa do Prefeito Ambrósio Pinto.

Em 2 e 3 de dezembro de 1949 realizou-se em Itajubá o Terceiro Congresso Regional do Ministério Público, com a presença de altos magistrados e juristas ilustres de diversos lugares, entre os quais os Drs. Onofre Mendes Júnior, Procurador Geral do Estado de Minas Gerais; José Pinto Rennó, Sub-Procurador Geral e ex-Promotor de Itajubá; Joaquim Ferreira Gonçalves, Promotor de Justiça adido à Procuradoria Geral; Francisco Pereira Rosa, Juiz de Direito da Comarca de Itajubá; inúmeros promotores de Justiça e causídicos de Itajubá e de várias cidades do sul de Minas. As solenidades foram realizadas na sede da Associação Comercial de Itajubá.

* * *

52 — A POLÍCIA

Uma crônica de Cornélio de Faria, publicada em "A Verdade" de 17 de março de 1940, mostra como eram os velhos tempos de Itajubá, relativamente à polícia. Os facínoras desafiavam a Força miliciana, e era penosíssima a captura desses temidos turunas. O Capitão Soares, lá pelos idos de 1850, residia no prédio do Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago), casa esta onde ultimamente residiu o Major Severiano Ribeiro Cardoso, no local onde ora existe a Caixa Econômica Federal. Os Dutras e os Cabellos eram então os mais valentões da cidade. Para prendê-los, Soares teve de

improvisar um destacamento de bravos voluntários, e só se conseguiu alguma coisa depois de um tiroteio na casa do Dutra, que residia num prédio de Joaquim Mariano, na Rua Xavier Lisboa, no qual depois morou D. Candinha Rennó. Dessa fuzilaria, informa o Prof. Cornélio de Faria na aludida crônica, ficaram estendidos no chão, no meio da rua, "uns oito ou dez cadáveres, entre homens e mulheres, que foram transportados em um carro de bois para o antigo cemitério"...

A primeira cadeia de Itajubá, conforme se viu em capítulo anterior, foi adaptada em casa adquirida por subscrição popular. Esse presídio improvisado em 1849, existiu no local onde logo depois se abriu a Rua Tenente Viotti (hoje Américo de Oliveira). Mais tarde é que se ultimou o prédio próprio para a cadeia, na esquina onde hoje se encontra uma loja comercial, na qual esteve instalada a Casa Esperança de Humberto Werdine, conforme já ficou explanado.

Um dos célebres assassinos que estiveram presos nessa cadeia da esquina das Ruas Cel. Francisco Brás com a Dr. Américo de Oliveira, recapturado pelo destacamento local depois de alguns anos de sua fuga de cárcere sul-mineiro, está assim noticiado em "A Verdade", jornal itajubense, de 09-02-1888:

"CRIMINOSO — À requisição do delegado de polícia de Pouso Alegre, seguiu escoltado daqui para aquela cidade o criminoso Dionísio Tavares da Silva, pronunciado ali como um dos autores da morte do Senador José Bento Leite Ferreira de Mello, assassinado a 4 de fevereiro de 1844".

O primeiro carcereiro de Itajubá foi Lourenço Luís Gomes Nogueira (Ata de 01-05-1850). Primeiramente 100 réis, depois 240, era o preço que esse funcionário exigia para fornecer alimento aos presos (Atas de 16 e 18-04-1853).

O Dr. Domiciano da Costa Moreira achava que a cadeia deveria ser construída nos terrenos de Joaquim Cardoso (Ata de 02-05-1850). Além de uma subscrição popular, esperava-se também do Governo Provincial uma verba para isso (Ata de 18-07-1857). As Atas da Câmara, de 14 e 15-10-1857 dão pormenores arquitetônicos da nova cadeia, e o número de enxovias.

A Ata de 11-01-1858 registrava a informação do carcereiro José Honório da Silva com respeito ao mau estado do presídio. Os presos precisavam ser transportados para Campanha, em virtude da falta de segurança das enxovias (Ata de 07-10-1858). Muitos presos fugiram, e a Municipalidade nada mais podia fazer senão pedir ao Presidente da Província a verba para reparar e reforçar os cárceres (*Livro de Registro de Propostas e Pareceres de Comissões*, 28-10-1859). Além de buracos por onde escapavam os detentos, o mau cheiro do presídio era insuportável (Atas de 13-01-1860 e de 09-05-1863). Em 1864 o estado da cadeia ainda era o mesmo (Ata de 10-07-1864). Em 20 de maio de 1864 o Delegado do Termo havia pedido uma reunião extraordinária da Edilidade a fim de estudar o caso, pois as paredes do casarão ameaçavam desabar sobre os presos e os guardas.

Em 17-12-1892 assim registrava "A Verdade":

"CADEIA — Em data de 6 do corrente, pela Secretaria da Agricultura deste Estado, foi recomendado ao engenheiro da 3.ª Circunscrição que organize, com máxima urgência, a planta e orçamento das obras para construção de um prédio destinado a servir de cadeia na cidade de Itajubá, o qual deverá conter os cômodos necessários para a Câmara Municipal poder celebrar suas sessões, e uma sala onde possa funcionar o tribunal do júri".

O mesmo jornal itajubense "A Verdade", meses depois, em 02-06-1894, voltava com esta outra notícia:

"CADEIA — O Sr. Dr. Venceslau Brás, nosso digno representante no Congresso Mineiro, apresentou na Câmara dos Deputados um Projeto, sob n.º 45, autorizando a venda, em hasta pública, do prédio onde funcionam a Cadeia e o tribunal do júri, nesta cidade. Na verdade, já é tempo de substituir-se o referido edifício por outro mais decente e cômodo".

Somente em 1898, no Governo Estadual de Bias Fortes, é que se construiria a sólida cadeia da Avenida Cel. Carneiro Júnior. Em seu lugar hoje se encontra a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais. A nova cadeia foi edificada no bairro da Boa Vista. Na reunião de 23-02-1981, da Câmara Municipal, registrou-se em Ata a necessidade de uma nova cadeia pública, "mais condizente com a dignidade humana dos presos".

As Atas de 14-04-1864 e 13-10-1865 registram as providências da Municipalidade relativamente à iluminação da cadeia. Como se vê, cabia à Câmara tomar todas as decisões para a conservção e manutenção da cadeia, até providenciar caldos de galinha para detentos com dieta prescrita por médico (Ata de 26-07-1879)... E mesmo de providências de ordem estritamente policial devia a Câmara cuidar, como se infere deste tópico da Ata de 09-07-1862:

"Entretanto em discussão o Ofício do Dr. Juiz Municipal do Termo, em que pede para esta Câmara, em face do Art. 299 do Código Penal, faça declarar por Editais quais sejam as armas ofensivs e defensivas. A Câmara resolveu considerar como armas ofensivas, e como tais proibidas, que serão publicadas por Editais nesta vila e suas Freguesias, as seguintes: pistola, bacamarte, faca de ponta, punhal, sovelões, bengalas e chicotes de estoque, canivete de mola. Podendo usar os carreiros e tropeiros das facas de sua serventia, em ocasião do trabalho".

No Largo dos Andradas, agora Praça Getúlio Vargas, lado da atual Rua Américo de Oliveira, próximo à ponte sobre o ribeirão José Pereira, existiu o Quartel Policial. A Delegacia funcionou por muito tempo num prédio existente no adro da Matriz de Nossa Senhora da Soledade, onde ora se encontra a Casa Paroquial. Em cima da cadeia ficava a sala da Câmara Municipal.

Incluo neste capítulo algumas referências à guarda municipal, já tentada em várias épocas. No século passado já existia a Guarda Municipal, mas a "Gazeta Comercial", bem como "O Itajubá", freqüentemente traziam notícias de crimes e distúrbios provocados por seus próprios homens... Aliás, tais fatos também aconteciam com soldados da Força Pública, e até com sargentos...

Na reunião de 08-11-1827, da Câmara Municipal, foi apresentado o projeto da criação de uma Guarda Civil, para o que a Municipalidade deveria despender anualmente 12 contos de réis. Durou pouco essa corporação miliciana municipal.

Em 27 de janeiro de 1949, em reunião realizada na sede da Associação Comercial, presidida pelo Dr. Francisco Pereira Rosa, então Juiz de Direito da Comarca, foi criada, mais uma vez, a Guarda Municipal, agora com a denominação de Guarda Noturna de Itajubá. A iniciativa partiu do Delegado de Polícia Dr. Darwin Leão Teixeira. Para dirigir a nova Corporação foi aclamada a diretoria assim composta:

Dr. Luís Pereira de Toledo, Presidente; Jayme Wood, Tesoureiro; Dr. Luís de Lima Vianna, Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, Paulo Carneiro Santiago e José Piazzaroli, Diretores.

Seria a Guarda Noturna mantida por contribuições do povo, das casa comarciais, indústrias e residências, variando as contribuições de 10 a 100 mil réis. Também a Municipalidade, com a Lei n.º 55, de 29 de setembro de 1949, prontificou-se a cooperar, concedendo a subvenção de 24 contos de réis.

A inauguração dessa Guarda Noturna foi solenizada com uma reunião no Fórum, em 16 de março de 1949, quando, então, se ouviram vários oradores. Mas a promissora Corporação teve, como outras, curta duração.

Quatro anos mais tarde era o Prefeito Dr. Vicente Vilela Vianna que, com a Lei n.º 199, de 27-10-1953, criava a nova Guarda Municipal, composta de um fiscal, com ordenado de 2.500 cruzeiros, e 12 elementos iniciais, com o ordenado de 1.500 cruzeiros. Foi também organização efémera.

Em junho de 1960, na Associação Comercial, numa reunião presidida pelo Dr. Vicente Vilela Vianna, e secretariada por Ariovaldo Mendonça de Sousa, foi, com a presença de várias autoridades, discutida a nova criação de uma Guarda Noturna Municipal...

Na reunião de 18 de fevereiro de 1976, da Câmara Municipal, o Vereador Sebastião Imar Martins Riera solicitava a "implantação da Polícia Florestal em Itajubá, bem como a construção da sede da mesma". Na realidade, hoje o município possui esses serviços, que se estendem a toda a região, com eficiente proteção à flora e à fauna sul-mineira.

Na Ata de 09-02-1981, da Câmara Municipal, registrou-se a necessidade da Polícia Federal: "O Vereador João Mauro usou da palavra pa-

ra pedir à Casa, no sentido de se criar em Itajubá um órgão da Polícia Federal, a fim de sanar os problemas existentes, inclusive o uso de tóxico que está alastrando na cidade".

Alguns dos Delegados de Polícia dos velhos tempos:

Manuel José Pereira Júnior (nomeado em 24 de julho e empossado em 6 de setembro do mesmo ano. Também em 1868 seu nome aparece no desempenho dessa função), José Manuel dos Santos Pereira (1850), Cap. Antônio Soares dos Santos (1850 a 1851), Francisco Cardoso de Siqueira (1854), Manuel Borges do Prado (1858), Cap. José Pereira da Silva Gomes (1861), Dr. Domiciano da Costa Moreira (posse em 1.º de dezembro de 1862), Major Francisco José Pereira (1867), Dr. José Inácio de Macedo (1868), Dr. Américo da Silva e Oliveira (1872), Cap. José Manuel Pereira Cabral (1874), Ten.-Cel. João Carneiro Santiago Sobrinho (1877), Inácio Valério de Sousa (1880), Antônio Cândido Rennó (1886), Ten.-Cel. João Carneiro Santiago Júnior (1893), Joaquim Gonçalves dos Santos (1880), Dr. Aureliano Moreira Magalhães (nomeado em 26 de abril de 1883), Olímpio Augusto de Magalhães (1885), João José Rennó (1885), Joaquim José Pereira dos Santos (1886), Cap. José Francisco dos Santos Bretanha (1885), José Rennó Pereira (1907 e em outras ocasiões), Dr. Amadeu Chiaradia (1915), Pedro Brant (1928), Carmo Cascardo, João Baptista Miranda, Bráulio Carneiro Santiago, Balduíno Vieira Salgado, Sebastião Egídio Rennó, José Benedito Uchoa, Carmo Benedito Curcio, Sebastião Lino Caetano (Tota Lino), Dr. Carlos Sebastião Ribeiro de Azevedo, Dr. Gastão Soares de Moura Filho, Dr. Amintas Vidal Gomes, Dr. Humberto Sanches, Dr. Almansor Doyle Silva, Dr. Darwin Leão Teixeira (de 1947 a 1957), Ten. Alcides de Sousa (1957), Cel. Melquiades Líbano Horta (1957), Dr. José Hermeto de Pádua Costa (1957 a outubro de 1959)), Dr. Oswaldo Lima (1959) e Dr. João Arantes. As mais recentes autoridades policiais são citadas no volume *Itajubá Contemporâneo*.

E muito ficou devendo Itajubá ao seu Delegado Municipal e Delegado Substituto José Chaves Salomon.

* * *

53 — A INSTRUÇÃO NO SÉCULO PASSADO

A primeira escola pública de Itajubá, quando ainda Boa Vista do Sapucaí, foi criada pelo Conselho do Governo da Província, em ato de 27 de março de 1828, quando o torrão itajubense não passava de minúsculo povoado, com apenas nove anos de existência (Xavier da Veiga, *Efemérides Mineiras*, 1.º vol., Ouro Preto, pág. 402, edição de 1897).

Para essa escola foi nomeado Felisberto Francisco de Azevedo, que foi, assim, o primeiro professor público de Itajubá. Em 1831 ainda

estava ele no exercício dessa função conforme o livro de rótulo *L.º D.N.* 1.º, do arquivo da Prefeitura Municipal.

Em seguida aparece o nome de João Camargo da Silva como professor "da aula pública primária". Não havia, até então, aulas públicas para o sexo feminino.

Em 1852 achava-se a cidade sem escola, tanto assim que José Manuel dos Santos Pereira, pai do imortal cientista Vital Brasil e camarista, pedia, naquele ano, a criação de uma cadeira de instrução primária (Ata de 01-03-1852, da Câmara Municipal). O Presidente da Província atendeu ao pedido, e, em Ofício de 23 de abril do mesmo ano, comunicava a nomeação do Professor João Pedro Xavier de Sales (Ata de 06-07-1852). Em 01-07-1852 esse mestre já havia dado início às aulas (Ata de 07-07-1852).

Em 1853 parece que Itajubá já possuía prédio próprio para escola, pois o professor, naquele ano, pedia carapina para consertá-lo (Ata de 18-04-1853). O efetivo era de 50 alunos, segundo a referida Ata.

Quem primeiro propôs a criação de aula pública para o sexo feminino foi o Vereador Guilherme Luís de Sá (Ata de 05-07-1854). O pedido foi atendido (Ata de 07-10-1856). A primeira professora então nomeada foi D. Ana dos Santos Leite. Durou pouco a escola de D. Ana. Na reunião de 13-01-1864, da Câmara, o Vereador Antônio Luís Pinto sugeria se pedisse ao Governo a "restauração da aula de instrução primária do sexo feminino" da cidade.

A Ata de 12-10-1855 menciona o nome de um outro professor, Antônio José Pinto da Silva. No dia seguinte, 13 de outubro, pela primeira vez a Municipalidade fazia constar em Ata a visita de um inspetor escolar na cidade (ainda então vila), o Dr. João Dias Ferraz da Luz, Delegado do 15.º Círculo Literário.

Minas Gerais era dividido em Círculos Literários. O Regulamento n.º 44, relativo ao ensino público, de 21-04-1859, dividia a Província em 20 Círculos Literários, 44 Agências e 3 Delegacias, Itajubá pertencia ao 15.º Círculo Literário. Posteriormente passou para o 17.º. Foram inspetores desses Círculos Literários, além do já Mencionado, Miguel dos Santos Gonçalves (1868), Dr. José Manuel Pereira Cabral (1870), José Bento Rodrigues Gama (1873), Dr. Aureliano Moreira Magalhães (1882), Antônio Cândido Rennó (1886), Monsenhor Augusto Leão Quartin (1892), Dr. Américo da Silva e Oliveira (1886 a 1890), Dr. José Pereira dos Santos (1891) e Fructuoso Ramos de Lima (1892).

Em 12 de janeiro de 1857 o Vereador João Tosta Sobrinho sugeria que se solicitasse da Assembléia Provincial a criação de uma outra aula Pública.

Nos *Livros de Registros de Propostas e Pareceres de Comissões* da Câmara Municipal de Itajubá consignava-se, a 12-01-1858, que o Diretor

do 15.º Círculo Literário comunicava "achar-se nesta vila para examinar o estado da aula pública de instrução primária e significando que esta se acha fechada há algum tempo por falta de casas"...

O primeiro professor particular de que se tem notícia em Itajubá foi Jorge Matias do Amaral, português, contratado no meado do século pelo Cap. Luís Antônio de Sousa Miranda e outros, para lecionar aos filhos.

Em 1865 lecionou em Itajubá o Professor Ezequiel Correa de Melo. Na Ata de 23 de fevereiro daquele ano, da Câmara Municipal, vamos encontrá-lo dando uma bela e eloqüente lição de civismo aos seus discípulos, ao povo e à posteridade, com a oferta de "10 mil réis mensais dos seus ordenados, em benefício dos Voluntários da Pátria". Mudando-se para a Vargem Grande (Brasópolis), tornou-se o Prof. Ezequiel o mestre de primeiras letras do grande estadista Venceslau Brás Pereira Gomes.

Por essa época também se registrava a presença de D. Ambrosina Gomes de Queirós, que ensinava a domicílio "cartilha e piano".

Em 1872 lecionavam em Itajubá João Solomon e D. Antônia de Sousa. Em 1873 foram nomeados os seguintes professores de instrução primária: Joaquim Emerenciano Gustavo, D. Clotilde Adélia de Oliveira e Ayres Dalle Afflalo ("O Itajubá" de 28-09-1873).

O *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, de Bernardo Saturnino da Veiga, dá esta informação relativa àquele ano, referindo-se a Itajubá:

"Há na cidade 4 aulas de instrução primária, sendo duas pagas pelos cofres públicos e duas mantidas pelos chefes de famílias. Todas essas aulas têm grande freqüência, e lamenta-se que a cadeira de Latim e Francês existente esteja vaga há tempos, pois tinha também freqüência regular".

E o mesmo *Almanaque* cita os mestres de 1874: os dois professores públicos Ayres Dalle Afflalo e D. Antônia do Nascimento e Sousa, e os dois mestres particulares João Maria Salomon e D. Carolina Salomon.

Quando a Princesa Isabel e o Conde d'Eu visitaram a cidade, em 1868, havia então em Itajubá, segundo documentou o Padre José Luís Coelho Pereira de Magalhães, vigário de então, "uma escola de instrução primária do sexo masculino, e duas ditas do sexo feminino".

O Governo de Minas Gerais criou, no último quartel do século passado, quatro cadeiras de instrução pública primária, as quais foram regidas pelos seguintes mestres:

1.ª cadeira do sexo masculino: Professor Ayres Dalle Afflalo. Aposentando-se este em 14-04-1890, tomou posse, no mesmo ano, seu substituto Professor Artur Longobardo de Sales. Afastando-se Longobardo do magistério, substituiu-o a Professora D. Adelaide Dalle Boucherville, em 1891. Foi depois a cadeira ocupada por D. Antônia Alexandrina de Araújo, em 1894.

1.ª cadeira do sexo feminino: Professora D. Belisária Belmira Lisboa Dalle, aposentada em 1891. Foi substituída pela Professora D. Presciliana Schumann Afflalo, que vinha regendo a 2.ª cadeira do sexo feminino.

2.ª cadeira do sexo masculino: Professora D. Maria Sophia Schumann de Araújo e, posteriormente, D. Mariana Isabel Grilo Salomon.

2.ª cadeira do sexo feminino: Professora D. Presciliana Schumann Afflalo, transferida em 1891 para a 1.ª cadeira do sexo feminino. Foi substituída pela Professora D. Maria Carmelita Salgado. Também ocupou esta cadeira D. Maria Sophia Schumann.

Foram igualmente professores primários nomeados pelo Governo do Estado João Maria Salomon (1874), D. Carolina Salomon (1874), Lavínia Venturelli (1904), D. Eulália Mendes Schumann e D. Lucília Silva Schumann (1911).

No último decênio do século ido foi criada pelo Governo Municipal, na gestão do Cel. Francisco Brás Pereira Gomes, a escola primária noturna para adultos, da qual foram professores Artur Longobardo de Sales, Ramiro Campista, Antônio José Leite Rodolfo de Andrade.

Segundo consta no *Relatório Sobre a Escola Normal* fundada, em 1894, pelo Coronel Francisco Brás, elaborado por Luís Pessanha (pág. 45), no século passado houve uma escola de instrução primária mantida pelo Dr. Luís Rennó, cujo professor foi Jeremias Otaviano.

Foram professores particulares, no século passado, e início deste, alguns com "coleginhos" em suas próprias residências, os mestres Ramiro Campista, José Ramos de Lima, João Dalle Afflalo, Albertina Magalhães, José Gonçalves do Nascimento Mota, Cornélio de Faria, Eulália Mendes Schumann, Antônio Bueno do Prado Pinheiro, José Arruda de Carvalho, Pedro de Almeida Rabelo, João Emílio Salomon, Claudina Luísa de H. Araújo, Virgílio Achilles Salomon, Francisco Lemes da Costa, Urias Carvalho de Rossi, José Verano da Silva, Martinho Ferreira de Sousa Araújo, Álvaro Esteves Chaves, José Paulino da Silva, Jeremias Otaviano, Francisco Pedro Nolasco Ribeiro, Joaquim Francisco de Sousa, Diógenes José de Sousa, Leopoldina Ribeiro da Silva, Francisco Ferreira da Silva, Francisco de Paula Pinto, José Luís Pires Rodrigues, José Joaquim Bento, Francisco B. de Paula Cândido, Astolfo da Silva Resende, Francisca de Paula e Sousa (seu marido era conhecido por Manuel Carioca), Francisco Correa S. de Matos, Lauro de Araújo (com 26 de magistério, com escola no Largo da Matriz, segundo anunciava a "Gazeta de Itajubá" de 29-10-1911), José Araújo, Carmo Cascardo, Manuel Aristides da Silva e Antônio José Leite (nomeado professor público em 1890. Em 1894 foi removido para Santa Rita do Sapucaí).

Preceptores particulares de línguas foram: Cândido Antônio Malaquias (do qual foram alunos, segundo "O Itajubá" de 08-12-1872, e números seguintes, Geraldino da Silva Campista, Alfredo Augusto Vilas-Boas da Gama, Targino Ottoni de Carvalho Silva e Antônio Cornélio de Faria.

Lecionava Latim e Francês), Júlio Olinto (professor de Latim e Francês. Transferido de Cabo Verde para Itajubá, segundo "O Itajubá" n.º 3, de 1873), José Amaro Rangel Correa (Francês e Inglês), Henry O'Dornell (Francês e Inglês) e Miss Mary Beaver (inglesa, contratada em São Paulo por diversos chefes de família de Itajubá. Ensinava Inglês, Francês e Alemão, e também Desenho, Música e Trabalhos de Agulha). Na hora atual, com muito eficiência, há na cidade o curso de línguas do Instituto de Idiomas YAZIGI.

Trabalhos de agulhas, bem como trabalhos manuais (flores, "aplicações domésticas", etc.) também eram ensinados na escola especializada de Maria Sophia Schumann, na Rua Cel. Rennó.

Até o final do século passado, os preparatorianos tinham de procurar outras cidades para a freqüência do curso secundário, ordinariamente em Ouro Preto e Campanha, raramente em Pouso Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

O primeiro colégio itajubense que se encontra nos arquivos e em antigos jornais, e no qual já se aprendiam, "na própria terra", Francês, Latim, Inglês, Gramática Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais e até Grego, foi o Liceu Itajubense, fundado em 1871, do qual foram professores o Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias, D. Antônia de Melo, Virgílio Achilles Salomon e Geraldo Silva. Parece ter durado pouco, pois, em 1880 já a "Gazeta Comercial", jornal itajubense, lamentava estar a cidade, havia seis anos, sem nenhum colégio...

Depois do Liceu, vamos encontrar o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, dirigido por Francisca de Paula e Sousa. "O Itajubá" de 20-12-1874 publicava o anúncio desse estabelecimento, com informações sobre anuidades para alunos internos e externos, as matérias dos cursos, etc.

Fundou-se, em seguida, o promissor Colégio São Paulo, uma realização do Dr. Christiano Pereira Brasil, Fructuoso Ramos de Lima e João Dalle Afflalo, no qual também lecionavam João Inácio de Melo e Sousa, o Tenente Juvêncio Elias de Sousa, Antônio José Leite, Antônio José de Castro, Joaquim Luís Lebroto e José Silva. Conforme anúncio publicado na "Gazeta Comercial" de 12-12-1880, esse colégio cobrava, por ano, 300 mil réis por aluno interno, 200 por semi-interno e 100 por externo. Teve como fiscais os Drs. José Manuel Pereira Cabral e José Pereira dos Santos. O Colégio São Paulo chegou a ter filial em Piranguçu, dirigida pelo Padre Francisco Biondi.

Durou muito pouco o Colégio São Paulo, apesar de tão bem instalado, de ótimo corpo docente e de grande número de alunos matriculados.

Seguiram-se os seguintes estabelecimentos de ensino primário e secundário:

Externato São Luís, inaugurado em 7 de janeiro de 1884, fundado e dirigido pelos irmãos João e Ayres Dalle Afflalo, no qual também lecionavam D. Belizária Belmira Lisboa Dalle e José Amaro Rangel Correa;

Externato Correa, inaugurado em 10 de janeiro de 1885, de José Amaro Rangel Correa, que se afastou do Externato São Luís.

O jornal itajubense "A Verdade", no seu número de 12-05-1887, publicou um longo abaixo-assinado dirigido ao Coronel Joaquim Francisco Pereira Júnior e Dr. Christiano Pereira Brasil, assinado pelas autoridades locais, chefes de famílias e grande número de pessoas gradas da sociedade itajubense, no qual todos lamentavam que esses dois grandes itajubenses, decididos que estavam de fundarem um grande colégio, se preparavam, no entanto, para realizá-lo na cidade do Paraíso!... Pedia-se ao Cel. Pereira Júnior e ao Dr. Brasil que esse estabelecimento fosse fundado, não em outra localidade, mas em Itajubá. Em atenção, esses dois beneméritos do torrão itajubense concordaram em instalar em Itajubá o referido estabelecimento, e reabriram o Colégio São Paulo, com internato e externato, tendo como diretor o Dr. Christiano Brasil, e professores o Dr. Adolfo Augusto Olinto, Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Cap. Antônio José Leite, José Ramos de Lima e o próprio diretor. Sua reabertura se deu em 24 de julho de 1887, com a presença da banda de música *União Conservadora*, quando se ouviu a palavra eloqüente do Dr. Christiano Brasil, do Cap. Antônio José Leite, de Sebastião Maggy Salomon, do Cap. Luís Antônio Pinto de Noronha, do Cel. Joaquim Francisco e do Dr. Adolfo Olinto. Como representante de "A Verdade" falou João Ramos de Lima. "A Verdade" de 08-12-1887 e de 07-12-1888, publicou os nomes dos alunos do Colégio São Paulo, e as bancas examinadoras.

Horácio Ferreira Lopes, em 1887, era o professor da Escola Noturna para adultos, que funcionou no Teatro Santa Cecília.

O jornal "A Verdade" noticiava, em 21-08-1890, que viriam de Mococa os professores Rodolfo Andrade e sua esposa D. Rita A. de Andrade para fundarem um colégio em Itajubá. Realmente, instalaram na cidade o Colégio Infantil, inaugurado em 15 de setembro de 1890. Oraram nesse ato inaugural os Drs. José Manuel Pereira Cabral, José Pereira dos Santos, Miguel Arcanjo de Sousa Vianna, Aureliano Moreira Magalhães, Américo da Silva e Oliveira, o Cap. Antônio José Leite e o Professor João Ramos de Lima. O Subdiretor desse colégio foi Ayres Dalle Afflalo. Conquanto designado por Colégio Infantil, incluía Francês e Italiano nas matérias nele lecionadas. "A Verdade" de 06-11-1890 publicava uma enaltecedora referência a esse estabelecimento, assinada pelos mais ilustres senhores da sociedade itajubense. O mesmo jornal, em 10-01-1891, fazia estampar a longa relação de seus alunos, entre os quais estão, em quase totalidade, nomes que viriam ocupar altos cargos e destacada posição social e nas tradições de cultura e de operosidade do torrão itajubense. Em 1891 a gerência do Colégio Infantil ficou a cargo de Sebastião Sátiro Pereira Cabral. Nele lecionavam Sebastião Cabral, Rodolfo Andrade, Dr. José Manuel Pereira Cabral, Dr. José Pereira dos Santos, Jorge de Boucherville, José Ramos de Lima (Música) e José Manso Pereira Cabral. Também durou pouco esse estabelecimento de ensino. Em "A Verdade" de 07-11-1891 lia-se esta notícia, que muito descontentou os itajujbenses:

"COLÉGIO INFANTIL — Inesperadamente foi fechado este estabelecimento de instrução primária e secundária, dirigido por Sebastião Cabral. Lastimamos o fato, que bastante depõe contra o lugar, se bem que não se deu ele por falta de alunos, sendo para nós desconhecidos os motivos que o originaram. Se fosse uma casa de jogo, havia de progredir, como sucede às que existem; como era um colégio, teve de fechar..."

Ateneu Itajubense, dirigido por Rita A. de Andrade. Além da diretora, lecionavam no Ateneu o Prof. Rodolfo Andrade e Júlia do Amaral. Mantinha internato e externato. Teve curta duração. O jornal itajubense "A Verdade", no seu n.º de 26-08-1893, lamentava o seu desaparecimento. Um de seus mais ilustres alunos foi Teodomiro Carneiro Santiago.

Externato Progresso, fundado e dirigido por Jorge Tibiriçá de Boucherville. As aulas para o sexo feminino eram dirigidas por Carolina de Boucherville, esposa de Pedro Boucher de Boucherville. Foi inaugurado em 1.º de julho de 1891;

Externato São Pedro, fundado em 1892 por Pedro Boucher de Boucherville;

Colégio João de Deus, de Rodolfo Andrade. Anos mais tarde o Prof. Cornélio de Faria fundava uma escola com esse mesmo nome.

O Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Inspetor da Instrução Pública no Termo (que sucedeu, nesse cargo, ao Dr. José Manuel Pereira Cabral), tendo às mãos os mapas enviados pelos professores, salientava, pelo seu jornal "O Itajubá" (n.º de 30-08-1884), a diminuta freqüência escolar na cidade, observando que as aulas para o sexo masculino contavam com apenas 113 alunos, e as do sexo feminino com 59 meninas, num total de apenas 172 discípulos, concluindo: "É lamentável semelhante estatística, atendendo-se à população do município".

No tocante ao ensino, a realização de maior relevância no século passado em Itajubá foi a primeira Escola Normal, fundada em 11 de julho de 1894 no Governo municipal de Francisco Brás Pereira Gomes.

Foram professores desse estabelecimento os seguintes educadores:

Tomás Pereira de Sousa, Antônio José de Paiva, Luís Antônio Pinto de Noronha, Pedro Barbosa, Francisca Rosa de Araújo, João Emílio Salomon, Mariana Isabel Grilo Salomon, Dr. José Carneiro de Resende, Custódio Leite de Araújo, José Manso Pereira Cabral, Pedro Boucher de Boucherville, Jorge Tibiriçá de Boucherville, Francisco Pinto Ribeiro, Francisco Cardoso de Moura Brasil, Jerônimo Guedes Fernandes, Cândido Prado, Filinto Elísio Nogueira, Alberto da Silva Braga, Olga Pereira Fernandes, José Luís Monteiro Chaves, Dr. Américo da Silva e Oliveira e Maria Rodrigues Silva.

Em 11 de fevereiro de 1897, com o Decreto. n.º 1.007, o Governo de Minas concedia a oficialização da Escola Normal de Itajubá.

Essa Escola foi instalada no prédio pertencente à D. Lúcia Pereira dos Santos Rennó, viúva do Coronel Antônio José Rennó, casa essa ainda existente, na esquina das atuais Ruas Francisco Pereira e Pereira Cabral, oposta à Caixa Econômica Federal. Foi seu diretor o farmacêutico José Manso Pereira Cabral.

Duas grandes festas se realizaram, com banda de música, fogos e passeatas, comes e bebes e muitos discursos, por motivo da Escola Normal, em 1897. A primeira a 15 de março, com a inauguração oficial; a segunda, a 21 do mesmo mês, em regozijo da oficialização governamental de 11 de fevereiro.

O Dr. Alfredo Moreira Pinto, em 1899, visitou esse estabelecimento, do qual teve excelente impressão, sobretudo pela riqueza do material didático existente, inclusive completo laboratório (Trabalho inserto do *Anuário de Minas Gerais*, de 1909, de Nelson de Senna). Foi pena não ter essa promissora Escola alcançado nem o presente século!...

A Lei municipal n.º 114, de 1.º de agosto de 1901, sancionada pelo Agente Executivo Cel. João Carneiro Santiago Júnior, autorizava a venda de todo o "material técnico" dessa Escola Normal, "inclusive o laboratório de Ciências Físicas e Naturais". Dizia o Art. 3.º dessa Lei: "A importância da venda será recolhida ao cofre para que a Câmara oportunamente a aplique como melhor convier aos interesses municipais".

No *Relatório Sobre a Escola Normal de Itajubá*, elaborado por Luis Gonçalves da Silva Pessanha, obra referente à Escola Normal do Cel. Francisco Brás, impressa em 1897, em Ouro Preto, consta a existência, naquele ano, no município de Itajubá, de 27 escolas, com o total de 740 alunos.

* * *

54 — A INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA NESTE SÉCULO

No primeiro quartel deste século o Estado mantinha 6 cadeiras públicas primárias, assim distribuídas:

1.ª cadeira do sexo masculino: Professoras D. Evangelina Dias de Oliveira e D. Maria Henriqueta de Sousa Grell. Funcionava na Praça da Matriz de Nossa Senhora da Soledade.

2.ª cadeira do sexo masculino: Professoras D. Joaquina Cabral dos Santos e D. Maria da Silva Ribeiro. Funcionava na Rua Cel. Rennó.

3.ª cadeira do sexo masculino: Professora D. Hermínia de Oliveira Costa. Funcionava na Rua Silvestre Ferraz.

1.ª cadeira do sexo feminino: Professoras D. Presciliana Schumann Afflalo, D. Hermantina Schumann e D. Benedita Fonseca. Funcionava na Praça D. Amélia Braga.

2.ª cadeira do sexo feminino: Professora D. Maria Carmelita Salgado (Dona Mariquinha) e D. Francisca Resende. Funcionava na Rua Santos Pereira.

3.ª cadeira do sexo feminino: Professora D. Lucília da Silva Schumann. Funcionava na Rua Dr. Pereira Cabral.

A Lei Municipal n.º 18, de 09 de janeiro de 1913, autorizou o Governo da cidade a doar ao Estado o terreno da atual Praça Getúlio Vargas, para nele ser construído o primeiro Grupo Escolar de Itajubá, criado em 1.º de janeiro de 1911. Quatro anos depois estavam concluídas as obras, e, na reunião de 16 de julho de 1917, os Vereadores Antônio Lúcio Borges, Próspero Sanches e José Rennó Pereira sugeriam o nome do Cel. Carneiro Júnior para denominar o Grupo, o que foi aprovado. Foi seu primeiro diretor Jorge Tibiriçá de Boucherville.

O 2.º Grupo Escolar, com a denominação de Grupo Escolar Teodomiro Santiago, foi criado em 22 de março de 1932, e inaugurado em 13 de maio de 1933. Funcionou primeiramente em prédio do Morro Chique, que logo ameaçou ruir, transferindo-se então para a sede atual, em frente ao Colégio Sagrado Coração, das Irmãs da Providência. O 3.º Grupo Escolar, inaugurado em 07 de setembro de 1946 no bairro do Pacatito, foi o Barão do Rio Branco, criado em 06 de agosto de 1946. O ensino primário nesse bairro foi iniciado em 1937, pela Professora D. Aspásia Gomes Braga. De início, foi escola mantida pela Fábrica de Armas, e funcionava em pavilhão da própria Fábrica. Vem em seguida o Grupo Escolar Professor Rafael Magalhães, criado em 05 de setembro de 1946, e inaugurado em 02 de fevereiro de 1948. O 5º Grupo Escolar de Itajubá foi o Casimiro Osório, criado em 14 de setembro de 1949. O 6.º, o Venceslau Neto, em 29 de janeiro de 1955. O 7.º, o São Sebastião, no bairro do mesmo nome, em 08 de maio de 1958. O 8º, o Dr. Antônio Salomon, em 10 de julho de 1961. O 9.º, o Ana Laura Pereira, no bairro urbano da Piedade, em 08 de janeiro de 1962. O 10.º, o Prof. Jorge Tibiriçá de Boucherville, em 11 de maio de 1962. O 11.º, o Prof. Carmo Cascardo, em 31 de dezembro de 1963. O 12.º, Xavier Lisboa, em 22 de março de 1965. O 13.º, o Silvério Sanches, em 05 de maio de 1970 (Prédio novo inaugurado em 05 de outubro de 1985, com a presença de Otávio Elísio Alves de Brito, Secretário de Estado da Educação). O 14.º, o Florival Xavier, em 17 de junho de 1982. O 15.º, o Professora Isaura Pereira dos Santos, em 27 de julho de 1983. O 16.º, o

Santa Rosa, no bairro urbano de mesmo nome, em 29 de setembro de 1983. Com a transformação dos antigos colégios Polivalentes (Escola Estadual Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira), Venceslau Brás, João XXIII e Major João Antônio Pereira em Escolas Estaduais, são estas presentemente em número de 20, dentro da área urbana, pois desaparecida também foi a denominação de Grupo Escolar, que se tornou em Escola Estadual.

Há ainda a Escola Estadual Alcides Faria, no distrito de Lourenço Velho, no Rio Manso, e as Escolas Estaduais rurais, nos bairros de Anhumas, da Capetinga, a do km 8 da Rodovia Itajubá — Lorena (E. E. Ivo Rocha de Oliveira), a de São Pedro, a do Retiro (E. E. Teodomiro Ribeiro dos Santos), de Santa Cruz e a da Ponte Santo Antônio.

Além dessas escolas mantidas pelo Estado, há ainda no município as custeadas pela Prefeitura. Neste ano de 1985, são em número de 13 as escolas municipais existentes nos seguintes bairros rurais:

Porto Velho (E. M. Alcides Faria), Ano Bom (E. M. Ana Junqueira Ferraz), Pessegueiros (E. M. Ana Pereira de Faria), Rancho Grande (E. M. Albertina Pinto de Faria), Usina Luís Dias (E. M. Luís Dias), Juru (E. M. Francisco Florêncio da Silva), Fazendinha (E. M. José Chaibem Mauad), Serra dos Toledos (E. M. Manuel Ribeiro dos Santos), Berta (E. M. Luís Rennó Chaves), Sertãozinho (E. M. Santa Rita), Pinheirinho (E. M. São Benedito), Cantagalo (E. M. Zequinha Luís) e Sabará (E. M. Cel. Silvestre).

Na reunião de 15-05-1923 da Câmara Municipal, o Vereador Eleardo Braga Mostério apresentou projeto de lei que tornaria obrigatório o ensino primário em todo o município de Itajubá. A comissão encarregada de estudar tão louvável proposta declarou, na sessão de 25 de outubro do mesmo ano, ser inoportuna tal medida, embora lhe parecesse "magnífica"...

Em 1949 e 1950 foram proporcionados às professoras rurais do município de Itajubá Cursos Intensivos, determinados e mantidos pelo Governo Estadual, e dirigidos pela competente Técnica Nenzinha Melo. Foram administrados no Grupo Escolar Cel. Carneiro Júnior.

Em 1948, por proposta do Vereador Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, foi instituído no município o *Dia da Instrução*, tendo sido designado para isso o dia 30 de novembro, supostamente a data natalícia do grande realizador e educador Teodomiro Carneiro Santiago (na realidade nascido em 1.º de dezembro).

Nos dias 29, 30 e 31 de outubro de 1957 foi Itajubá teatro de invulgar concentração de educadores e pedagogos da Região, como sede da 25.ª Circunscrição Regional do Ensino Primário. As palestras foram realizadas no Clube Itajubense. Presentes estavam as diretoras e professoras das escolas da cidade e das localidades da 25.ª Circunscrição, Brasópolis, Paraisópolis, Piranguinho, Pirangução, Pedralva, Venceslau Brás, Maria da Fé, São José do Alegre, Dias, Olegário Maciel, Luminosa, Conceição da Pedra e outras.

São incontáveis as diversas escolas que existiram neste século, de iniciativa particular.

A primeira foi o Externato Itajubense, em atividade desde 1900, fundado e dirigido pelo normalista Dr. Antônio Salomon (normalista, mais tarde diplomado em Direito).

Em 1901 fundava-se o Externato Mineiro, uma realização do Prof. Francisco Cardoso de Moura Brasil. Funcionou na Rua dos Remédios (atual Xavier Lisboa). Esse educador mudou-se, em 1904, para o Rio de Janeiro.

No ano seguinte, 1902, eram Francisca Cabral e Joaquina Cabral dos Santos que reabririam o Externato São José, na Rua Cel. Rennó.

Segue-se o Colégio Antônio Moreira, também fundado em 1902 (suas aulas principiaram em 3 de março de 1902, para o ensino de Humanidades. Parece-me ter funcionado em prédio da Rua Américo de Oliveira. Cobrava 30 mil réis por ano. Também manteve um curso de piano, com aulas administradas pela Professora Adelina Moreira).

Em 1903 vamos encontrar, na Rua Major Pereira (hoje Dr. João de Azevedo) o freqüentado Externato Itajubense do Professor e normalista Carmo Cascardo, grande e incansável obreiro do ensino em Itajubá.

Ainda em 1903, na Rua Silvestre Ferraz, era a normalista Carlinda Salomon quem inaugurava seu colégio de instrução primária.

Também nesse mesmo ano instalou-se o Externato do Clube Itajubense, fundado em 25 de agosto de 1903 pelo Presidente da Agremiação, Joaquim Rodrigues Pinto, destinado a ambos os sexos, para filhos de associados, às expensas do Clube.

Em 1910 fundava o Professor Cornélio de Faria o Instituto João de Deus. Era a segunda escola com esse nome. Mantinha internato e externato.

Em 1912 fundou a notável educadora D. Isaura Santos o seu Colégio Nossa Senhora da Glória, notável estabelecimento de ensino dos velhos tempos, não só pela sua duração, que foi de longos anos, como também pela elevada competência e dedicação de sua realizadora.

Também daquele tempo foi a escola de D. Evangelina Dias de Oliveira, uma das pioneiras do ensino primário em Itajubá, e uma das professoras fundadoras do Grupo Escolar Cel. Carneiro Júnior, o primeiro da cidade.

O Liceu Nossa Senhora Auxiliadora foi fundado em 1915 por Joaquim Severino de Paiva Azevedo. Foi um dos mais tradicionais estabelecimentos de ensino do início do século. Funcionou em prédio da Rua Cel. Francisco Brás. Seu corpo docente, além do fundador, era constituído dos mestres Padre Vicente Pivatto, Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, Dr. Carlos Sebastião Ribeiro de Azevedo, Dr. Antônio Salomon, Cornélio de Faria e Ricardo de Lima.

O Instituto de Surdas-Mudas, então o único em todo o Brasil, foi fundado pelas Irmãs da Providência. Era dirigido pela abnegada realizadora e mestra Madre Maria Raphael, a fundadora de sua Congregação no Brasil, auxiliada pela Irmã Martha, outra dedicada mestra dos velhos tempos, a quem Itajubá deve uma elevada soma de bons serviços nos terrenos da educação. Somente no Rio de Janeiro havia então um educandário similar, para o sexo masculino, mas empregava o obsoleto método do ensino pela mímica, enquanto que o de Itajubá empregava o revolucionário método oral, aprovado pelo Congresso de Milão. Um dos visitantes desse Instituto especializado de Itajubá foi o eminente escritor Carlos de Laet, que ficou vivamente impressionado com a eficiência do método. A Lei Municipal n.º 20, de 28 de abril de 1913, autorizava a Municipalidade a construir um prédio para o funcionamento do Instituto de Surdas-Mudas. A Lei n.º 42, de 19 de outubro de 1917, autorizava o Agente Executivo Municipal Jorge de Oliveira Braga a vender, por 50 contos de réis, às Irmãs da Providência, o prédio no qual já funcionavam o referido Instituto e a Escola Normal das mesmas religiosas. Por notável coincidência, a imagem de Nossa Senhora dos Remédios era guardada, com inexcedível devoção e carinho, por dois surdos-mudos, os irmãos Prado, na sua antiga capelinha das Anhumas, conforme já ficou historiado no capítulo 19. Quis a Providência que a referida imagem fosse conduzida para a cidade, e que, setenta anos mais tarde, se tornasse padroeira da capela a cuja sombra se instituiu um educandário modelar para surdas-mudas!

Em 1914 foi o Professor Veggi quem fundou uma Escola Noturna, que funcionou em prédio próximo à Fábrica de Tecidos *Codorna*.

Em 9 de março de 1951 foi fundado o Instituto Padre Nicolau (o nome é uma justa homenagem ao saudoso missionário Padre Nicolau Ruyter, grande e devotado amigo das crianças), iniciativa do Padre Agostinho Picard, vigário da Paróquia. Está instalado em prédio próprio, soberbo e amplo edifício.

O Externato Maria Imaculada foi fundado pelas Irmãs da Providência no bairro da Boa Vista, inaugurado em 4 de abril de 1954.

No bairro urbano do Pacatito, em 19 de fevereiro de 1959, foi inaugurado o Instituto Menino Jesus, fundado pelo Cel. Moacyr Nery Costa, Diretor da Fábrica de Armas, por iniciativa da educadora D. Maria Aparecida Simões Azevedo.

Mais ou menos por essa época, teve início a Escola Dom Bosco, regida pela Professora Maria de Lourdes Guimarães, uma das mais dedicadas mestras de Itajubá, que também lecionou na Escola Estadual Teodomiro Santiago.

Existiu ainda a Cadeira Rural Mista, regida pela Professora D. Carmelinda Salomon. Funcionava na então Colônia Itajubá, onde depois se instalou o Instituto D. Bosco, que se transformaria em Escola de Horticultura (hoje Escola Estadual Venceslau Brás).

A professora de uma escola que existiu na Boa Vista, conforme a Ata de 15 de dezembro de 1927, da Câmara Municipal, foi D. Orminda Goulart de Azevedo.

Houve ainda, em épocas diversas, algumas outras escolas primárias, dirigidas por excelentes mestras, tais como a de D. Ana Magalhães Leite, a de D. Francisca do Amaral, a de D. Maria José Godinho e outras mais.

Na menção dos mestres do ensino primário das primeiras escolas, saliente-se ainda a provecta educadora D. Gasparina Maia, já aposentada, a cujos esforços, competência e dedicação muito fica devendo a instrução em Itajubá, o mesmo devendo-se dizer com respeito a D. Nair Prado.

Dignas obreiras do ensino, desde o início do século até a hora presente, têm sido as laboriosas Irmãs da Providência, as quais, além do Curso Normal, sempre mantiveram também o ensino primário.

Cuidou-se, com bastante eficiência, em Itajubá, do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), extinto, em 1985, pelo Presidente Sarney, e que tão grandes benefícios vinha trazendo a adultos, desde 1968. Citem-se ainda o Curso de Alfabetização do Diretório Acadêmico do Instituto Eletrotécnico, a Escola Regimental do 4º Batalhão de Engenharia de Combate (da qual foi professora a Normalista Maria de Lourdes Guimarães), a Escola 1.º de Maio, o Recanto Infantil 19 de Março, a Escola Rui Barbosa (dirigida por Enedir Emídio Gomes, incansável mestra), o Curso de Alfabetização mantido pelo Clube Nova Aurora (criado em 15 de janeiro de 1958) e outros cursos mais de iniciativa particular.

Segundo registra a Ata de 04-02-1969, da Câmara Municipal, a Professora Solange Aurora Cavalcanti, naquela data, solicitava do Legislativo Municipal o apoio para a fundação de uma escola para crianças excepcionais. Na reunião de 22-05-1978 da Câmara, compareceram Vitória Pinelli e Airton Rennó para darem esclarecimentos sobre a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), instituição a que se vêm dedicando educadores movidos por nobres a altruísticos sentimentos de solidariedade humana. Por iniciativa do Deputado Euclides Pereira Cintra, a Assembléia Legislativa Estadual declarava de utilidade pública a APAE de Itajubá, em Lei n.º 6.220, sancionada em 06-12-1973.

Relativamente ao ensino secundário, o velho sonho dos itajubenses era a criação de um ginásio oficializado e condignamente instalado, de modo a propiciar, na própria terra, os preparativos a todos os moços que aspiravam ao curso superior. As primeiras providências para essa concretização estão documentadas na seguinte circular, publicada pela "Gazeta de Itajubá" de 19-06-1904:

"Os abaixo assinados, desejando a fundação, nesta cidade, de um estabelecimento de ensino secundário para instrução da mocidade, convidam a todos os pais de família para uma reunião no Clube Literário e

Recreativo Itajubense no dia 19, às 6:00 horas da tarde, a fim de se deliberar sobre o assunto da maneira mais conveniente a tão útil e necessário desideratum.

"Itajubá, 17 de junho de 1904. — João Carneiro Santiago Júnior — Luís Rennó — Miguel Archanjo de Sousa Vianna — José Manso Pereira Cabral — Frederico Schumann".

A reportagem sobre essa histórica reunião assim está estampada na "Gazeta de Itajubá" de 26-06-1904:

"COLÉGIO — Conforme estava convocada, em o salão nobre do Clube Literário, na noite de 19 do fluente, realizou-se a reunião dos Srs. pais de família para ser combinada a fundação de um estabelecimento de instrução primária e secundária nesta cidade.

"Presidida a sessão pelo Sr. Tenente-Coronel João Carneiro Santiago Júnior, secretariada pelos Srs. Comendador Frederico Schumann e José Manso Pereira Cabral, a assembléia, após a exposição que fez o Sr. Comendador Schumann dos fins que motivaram a sua convocação, deliberou, unanimemente, a necessidade da fundação aqui de um colégio de primeira ordem, que vinha interessar vivamente a instrução e a educação da mocidade.

"Tendo o Revmo. Monsenhor José Paulino de Andrade proposto os seus serviços junto à congregação dos padres maristas no Rio, para dois desses educacionistas virem dirigir o estabelecimento, e havendo da parte de alguns pais de família certo compromisso com o Sr. Dr. Belarmino de Menezes, a assembléia elegeu uma comissão composta dos Exmos. Srs. Drs. Luís Rennó e Xavier Lisboa, Tenente-Coronel João Carneiro Santiago Júnior, Luís Dias Pereira e Fructuoso Ramos de Lima, com poderes amplos, para estudar as bases da fundação do colégio e resolver por quem deva o mesmo ser dirigido, ficando sempre efetivo o concurso harmônico de todos os itajubenses, inclusive o do Monsenhor José Paulino, qualquer que seja a sua resolução.

"A discussão sobre o momentoso assunto correu muito animada e oraram durante ela os Exmos. Srs. Drs. Luís Rennó, Xavier Lisboa e Augusto Cabral, e Revmo. Monsenhor José Paulino de Andrade, Frederico Leite, Abel dos Santos e José Cabral. Em uma das salas do edifício do Clube, a apreciada corporação musical *Euterpe Mineira* executou diversas peças durante a reunião".

O Dr. Belarmino Martins de Menezes, que fora convidado para dirigir o Ginásio de Itajubá, lecionou, de 1886 a 1888, em Pedra Branca (Pedralva). De 1887 chegava a notícia de que, em Pedralva, estava para ser fundado um colégio sob a direção do Vigário Padre Joaquim Inácio Vianna, Joaquim Lopes Vianna a Belarmino Martins de Azevedo ("A Verdade" de 26-05-1887). Em 1891 vamos encontrar o Dr. Belarmino

como professor em São Caetano da Vargem Grande (Brasópolis), de cuja população recebia o apoio para a fundação ali de um colégio ("A Verdade" de 04-04-1891). Em 04-09-1904 noticiava a "Gazeta de Itajubá":

"O COLÉGIO — Esteve nesta cidade assentando as bases para a fundação de um estabelecimento de ensino primário e secundário, a convite de ilustres e respeitáveis conterrâneos, o distinto educacionista Sr. Dr. Belarmino de Menezes, ilustrado engenheiro do Estado".

No número seguinte do mesmo jornal, lia-se que o Dr. Belarmino já estava autorizado, pela já citada plêiade de empreendedores, a contratar professores, a adquirir os móveis e material didático necessário, e que havia excedido "a expectativa o empréstimo particular lançado pela distinta comissão, porquanto foi ele prontamente coberto e em quantia superior à restritamente necessária".

E assim nasceu o histórico Ginásio de Itajubá. Foi instalado no espaçoso sobrado então existente na esquina da Rua Cel. Rennó com a Praça Teodomiro Santiago. Esse prédio, demolido em 1924, em seu lugar se construiu o Cine-Teatro Apolo. Quando, em 1921, o 4.º Batalhão de Engenharia chegava a Itajubá, transferido que vinha definitivamente de Lorena (Fazenda Amarela), a Casa das Ordens ficou provisoriamente instalada nesse velho sobrado do Ginásio de Itajubá.

Em 10 de setembro de 1906 foi o colégio equiparado ao Ginásio Nacional.

O Professor Belarmino pouco sobreviveu a esse estabelecimento, do qual era diretor. Faleceu em 1906. O Ginásio era então custeado por uma sociedade composta de D. Amélia Cândida Vianna Braga, Cap. Luís Dias Pereira, José Joaquim dos Santos e dois ou três outros capitalista. Em 1910 tinha a seguinte diretoria e corpo docente:

Diretor: Dr. Teodomiro Carneiro Santiago; Vice-Diretor: Dr. Olinto Carneiro Vilela; Secretário: Jorge Tibiriçá de Boucherville, todos estes também professores; Delegado Fiscal do Governo Federal: Frederico Teixeira de Magalhães Leite, nomeado em 20 de novembro de 1906 Professores: Dr. Antônio Salomon, Padre Luís Donato, Padre José Salomon, Pedro Bernardo Guimarães, José Benício de Paiva e Carmo Cascardo ("Gazeta de Itajubá", de 04-12-1910). Foram também professores, posteriormente, Victor von Helleputte (também catedrático do Instituto Eletrotécnico de Itajubá, ora EFEI), Cônego Lauro de Castro, José de Sá Barreto, Padre João P. Lafforgue, John Oswald Crawford, Dr. Francisco Pereira Rosa e maestro Francisco Nisticó, professor de música, que chegou a organizar uma banda de música com os alunos do Ginásio. A instrução militar estava a cargo, primeiramente, do Aspirante Antero Ramalho (1910). Depois, do Tenente J. Novaes e, ultimamente, do Aspirante Alberto Masson Jacques.

Era grande o número de alunos do Ginásio de Itajubá, não só de preparatorianos itajubenses como de adolescentes de diversas cidades do Brasil. O jornal "Folha do Dia", de 05-03-1911, de Belo Horizonte, sob o título "Um Ginásio Modelo", enaltecia o Ginásio de Itajubá. Por iniciativa do Professor Pedro Bernardo Guimarães, foi criado, no Ginásio, o Grêmio Joaquim Nabuco, em reunião realizada no colégio, em 14 de maio de 1911, secretariada pelo estudante João Beraldo. Teve a seguinte diretoria:

Presidente: Prof. Pedro Bernardo Guimarães. Vice-Presidente: Dr. Francisco Pereira Rosa; 1.º Secretário: José Ernesto Coelho (aluno); 2.º Secretário: José Ernani de Lima (aluno); Tesoureiro e Procurador: Olavo Senra de Oliveira: Orador Oficial: João Beraldo; Bibliotecário: Alfredo Guedes de Carvalho; Membros da Comissão Permanente: Delfim Pinho, Alfredo Carneiro Santiago, Joaquim Ernesto e Guilherme d'Alessandro, todos igualmente alunos.

Muito contribuiu esse Grêmio para o aprimoramento artístico e intelectual dos alunos, e para a cultura itajubense, pois semanalmente oferecia à sociedade recitais, representações dramáticas, cantos, execução de músicas, palestras, etc., tudo isso realizado no Teatro Santa Cecília.

A primeira dessas exibições ocorreu em 14 de julho de 1911, data comemorativa da queda da Bastilha. Houve primeiramente um desfile dos alunos do Ginásio, devidamente uniformizados, de armas aos ombros, comandados pelo Aspirante Alberto Masson Jacques. A banda de música era a do próprio Ginásio, regida pelo maestro Francisco Nisticó, executando composições de Luís Ramos de Lima. Houve também números de cantos pelo Dr. Miguel Vianna e a Senhorita Anita Pinto. Presente a essa solenidade estava o Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes e as autoridades locais.

Em 24 de julho de 1918 a comissão composta de Carlos de Laet e Raja Gabaglia deu o parecer favorável à concessão de bancas examinadoras ao Ginásio de Itajubá. Recebia esse colégio, dos cofres municipais, a subvenção anual de 3 contos e 600 mil réis (Ata de 30 de setembro de 1926, da Câmara Municipal).

Depois de passado pela direção de Assis Cintra, o Ginásio de Itajubá, em 1925, foi entregue à direção do farmacêutico campanhense José Antônio Dias Neto. Foram então professores, além de alguns outros:

Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira, Dr. José Benedito de Oliveira (Dr. Celico), Dr. Lauro Ribeiro, Dr. João Pereira de Sousa, conhecido por *Baiano* (estes dois ainda acadêmicos de Engenharia); Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima, Dr. Olinto Carneiro Vilela, Dr. João Luís Carneiro Rennó, Dr. Tito Tavares de Melo, Dr. Henrique Klaus, Dr. Newton de Castro Belleza, Dr. Basílio Rodrigues Taborda, Dr. Orestes Esteves, Dr. Luís Verano da Silva, Dr. José Nogueira Leite, Oswaldo de Paula Dias, D. Maria Henriqueta de Sousa Grell e D. Lavínia Rennó.

Já então o Ginásio de Itajubá se achava instalado no velho prédio da esquina das Ruas Santos Pereira e Cel. Rennó, com os fundos para a Rua Pereira Cabral, casarão este outrora pertencente a D. Amélia Cândida Vianna Braga. Demolido esse prédio, hoje, em seu lugar, se encontram casas residenciais.

Em 21 de junho de 1932 fundou o Dr. Antônio de Oliveira, com a colaboração de outros professores, a Escola de Comércio de Itajubá, tendo anexos os cursos primário e secundário. Foram professores do estabelecimento o próprio fundador e grande matemático Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira e seu irmão, outro notável matemático, Dr. José Benedito de Oliveira (Celico), Dr. Henrique Klaus, Dr. João Luís Carneiro Rennó, Dr. João Pereira de Sousa, Dr. Basílio Rodrigues Taborda, Dr. Lauro Ribeiro, Normalista Conceição Peixoto, Herbert Lindenbein e outros.

No século passado já se falava em Escola de Comércio em Itajubá, conforme se pode verificar nas *Efemérides Mineiras* de Xavier da Veiga (vol. 4.º pág. 78), onde se lê que o Governo de Minas, com a Lei n.º 3.417, de 17 de outubro de 1883, ficava autorizado a criar uma escola de "ensino comercial prático" em algumas cidades, entre as quais Itajubá. Como se sabe, jamais se deu outro passo para a efetivação desse curso em Itajubá, a não ser neste século, primeiramente com o curso de comércio anexo ao Colégio São Vicente de Paulo.

A Escola de Comércio do Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira, oficializada em fevereiro de 1933, funcionou primeiramente num velho prédio da Rua Silvestre Ferraz, passando-se depois para o belo palacete ao lado do Fórum (ora Prefeitura Municipal), prédio hoje de propriedade do Dr. Luís Salomon.

Com a criação do curso secundário anexo à Escola de Comércio, extinguiu-se o Ginásio dirigido por Dias Neto.

Em 1925 o Dr. Geraldino Medeiros fundou outro excelente estabelecimento de ensino secundário, o Colégio São Vicente de Paulo, instalado no prédio ora ocupado pelo Convento das Irmãs da Providência. Teve duração de poucos anos. Mantinha o Colégio São Vicente de Paulo o Grêmio Santo Tomás de Aquino, para aprimoramento cultural e espiritual dos alunos. Segundo os Estatutos desse Colégio, seu Diretor-Geral era o Padre João Baptista van Rooyen, Missionário do Sagrado Coração de Jesus, fundador da Escola Normal e da Escola de Farmácia de Alfenas; o Diretor-Gerente, Dr. José Ernesto Coelho, que residia no próprio estabelecimento; o Diretor-Secretário, Dr. Luís Gonzaga de Noronha Luz. Esteve também esse Colégio sob a direção de seu fundador Dr. Geraldino Furtado de Medeiros, advogado e jornalista.

Além dos diretores, fizeram parte do corpo docente do Colégio São Vicente de Paulo os Drs. Antônio Salomon, Humberto Sanches, Francisco Sanches, José Sanches, José Ernani de Lima, Padre Paulo Hartgers, Eduardo Piquet, D. Dalila Mendonça de Araújo, D. Emília Sanches Coelho, Geraldo Chaves Salomon, Carmo Cascardo e Antônio Alves Ferreira.

Em 27 de outubro de 1926 o Vereador Augusto Salomon apresentou o projeto de lei que concedia a subvenção anual de 3 contos e 600 mil réis ao Colégio São Vicente de Paulo.

No dia 16 de março de 1935 foi fundado o Colégio de Itajubá, sob a direção do Dr. Antônio Toledo. A 25 de outubro do mesmo ano lançava-se a pedra fundamental de seu edifício próprio. Excelentes professores integraram logo seu corpo docente, tais como, além de outros, o notável jesuíta português Dr. Manuel de Sousa Perez, mestre de respeitada erudição, o Dr. Olavo Bilac Miranda, Samuel Moura, Dr. José Otaviano de Azevedo, Gabriel Ferreira Leite, Francisco Júlio dos Santos, Henrique Marques da Silva (Surica), Conceição Peixoto, Noêmia Peixoto, Esmeralda Del-Ducca, Filadelfo de Sousa Nilo, Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira, Dr. Estácio Tavares de Melo, os quais se tornaram assim os pioneiros dessa nova fase do ensino secundário em Itajubá.

O Colégio de Itajubá ainda existe, e é atualmente propriedade da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, dirigido pelos padres do Sagrado Coração de Jesus.

Em 1950, o Deputado Dr. José Rémusat Rennó apresentou à Assembléia Legislativa Estadual um projeto de lei que criaria um curso secundário noturno em Itajubá, o que não se realizou. O Instituto Padre Nicolau, dirigido pelos Missionários do Sagrado Coração de Jesus, foi o primeiro estabelecimento itajubense a proporcionar o ensino secundário noturno, com a criação do curso Artigo 91.

O Projeto de Lei n.º 588, de 9 de setembro de 1953, do Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, propunha a criação do Colégio Estadual de Itajubá, o que de fato se concretizou em 14 de fevereiro de 1955, com a Lei n.º 1.238. Iniciou esse Colégio as suas atividades em 1.º de março de 1956, primeiramente no prédio do Grupo Escolar Cel. Carneiro Júnior, até que se construisse sua sede própria, no extremo da Avenida Paulo Chiaradia, tendo sido sua pedra fundamental lançada festivamente em 23 de dezembro de 1960. Foi seu primeiro diretor o Dr. Públio Horácio Mourão. Tem atualmente a designação de Escola Estadual Major João Pereira.

O curso secundário do 2.º Ciclo da Escola Estadual Major João Pereira foi concedido pela Lei n.º 4.269, de 21 de outubro de 1966, de autoria do Deputado Cintra, sancionada pelo Governador Israel Pinheiro da Silva. E foi ainda por intervenção do incansável parlamentar Dr. Euclides Cintra que se conseguiu a construção do amplo prédio modelar desse estabelecimento de ensino, e outros melhoramentos, inclusive a criação do curso de Magistério.

O Colégio fundado no Pacatito pela Normalista D. Maria Aparecida Simões Azevedo em 1960, transformou-se logo depois em um novo Colégio Estadual foi cosntruído nos terrenos do antigo Matadouro Municipal, Foi criado pela Lei n.º 2.839, de 26 de março de 1963, do Governador

Magalhães Pinto. A direção foi confiada ao Dr. Afonso Brito, moço possuído de fibra empreendedora, que conseguiu levantar o prédio, e fazer funcionar o colégio em salas amplas e bem aparelhadas. Este segundo Colégio Estadual foi construído nos terrenos do antigo Matadouro Municipal, doados pela Municipalidade. O Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, a quem muito deve o ensino em Itajubá, conseguiu 162 carteiras para o João XXIII, conforme informação de seu próprio diretor Dr. Afonso Brito Filho (segunda Ata de 19-09-1964, da Câmara Municipal).

Foram ainda fundados em Itajubá mais dois colégios, o 7 de Setembro e o 19 de Março. O antigo Colégio Agrícola Venceslau Brás, que já fora Escola de Horticultura e Instituto D. Bosco, se transformou em 3 de dezembro de 1965, em Escola Estadual Venceslau Brás. Também está em funcionamento o excelente Colégio Sagrado Coração de Jesus, das Irmãs da Providência, que mantém o curso primário e secundário, além do de Magistério.

A Municipalidade se interessou pela criação do Ginásio Polivalente (Ata de 07-12-1971, da Câmara Municipal). Em 5 de setembro de 1973 foi assinado, pelo Governador do Estado, o Convênio para a construção, em Itajubá, do referido Ginásio (Ata de 04-09-1973, da Câmara Municipal). A Lei n.º 6.002, de autoria do Deputado Dr. Euclides Cintra, sancionada pelo Governador do Estado em 2 de outubro de 1972, deu ao Polivalente o nome de Prof. Antônio Rodrigues de Oliveira, uma justa homenagem ao grande matemático e abnegado educador itajubense. Era esse Ginásio criado em cumprimento ao PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino de Minas). Foi transformado em 15 de outubro de 1974 em Escola Estadual Prof. Antônio Rodrigues de Oliveira.

Além dos diversos colégios da cidade, têm igualmente prestado relevantes serviços ao ensino secundário em Itajubá as escolas de preparação de candidatos ao curso superior, as quais os habilitam para o vestibular. Entre estas vem-se notabilizando o CARO (Curso Antônio Rodrigues de Oliveira), instalado em prédio próprio, cuja pedra fundamental, com a presença do Governador do Estado, foi lançada em 1976. Mencione-se ainda o Curso ANGLO. Também existiu o SUPER-CURSO, especializado na preparação de candidatos à Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI). Houve outros cursinhos menores.

Em 1983 foi fundada a Associação dos Professores Estaduais de Itajubá, a APEI.

Os professores atuais, da década de 1940 para cá, dos diversos colégios de Itajubá, estão lembrados na obra *Itajubá Contemporâneo*.

* * *

55 — O CURSO MÉDIO, PROFISSIONALIZANTE E NORMAL NESTE SÉCULO

O curso de formação de professores já foi tentado, no século passado, com a Escola Normal fundada no Governo Municipal de Francisco Brás Pereira Gomes. Sobre ela já deixei algumas referências no capítulo 53. Teve apenas um lustro de duração.

Neste século foram as Irmãs da Providência as realizadoras de uma Escola Normal duradoura e eficiente, bem instalada e com ótimo corpo docente, a qual fez tradição no sul de Minas. Durante algumas décadas manteve também o internato.

Foi em 1904 que as abnegadas Irmãs da Providência chegaram ao Brasil, vindas de Gap, França. Instalaram-se em Carmo do Rio Claro. Em 1907 vieram para Itajubá. Imediatamente Madre Maria Raphael, a pioneira e introdutora da grande Congregação no Brasil, fundou a Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, que funcionou inicialmente no velho prédio existente da esquina da Rua Cel. Rennó com a Rua Santos Pereira, onde primeiramente residiu D. Amélia Braga e no qual, em 1925, se instalou o Ginásio do Dias Neto. A Lei n.º 20, de 28 de abril de 1913, autorizou a Municipalidade a construir o prédio, para o qual as Irmãs passaram a Escola Normal e o Instituto de Surdas-Mudas. A Ata de 24 de agosto de 1915, da Câmara Municipal, registra o pedido de Otávia de Paiva, que na vida religiosa tinha o nome de Irmã Maria Ângela, para construir um novo prédio junto ao já existente, no qual deveriam as Irmãs despender 25 contos de réis. Dois anos depois, a Câmara Municipal vendeu às Irmãs da Providência o prédio no qual já funcionava a Escola Normal, pelo preço de 50 contos de réis, conforme rezava a Lei Municipal n.º 42, de 19 de outubro de 1917.

Foi a Escola Normal Sagrado Coração de Jesus, pelo Decreto n.º 3.733, de 22 de outubro de 1912, do Presidente Júlio Bueno Brandão, equiparada à Escola Normal Modelo de Minas Gerais. Foi, durante muitos anos, Fiscal do curso o Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima.

Além das Irmãs da Providência, teve a Escola Normal, no início do século, como professores o Dr. Antônio Salomon e Pedro Bernardo Guimarães.

Registre-se ainda o curso de Magistério, mantido por algumas Escolas Estaduais.

São diversos, na hora atual, os cursos técnicos mantidos em Itajubá, com equivalência do 2.º grau de instrução secundária: o de Química Industrial (Escola Técnica de Química Industrial de Itajubá), instalado em prédio próprio e supervisionado pelos professores do Colégio de Itajubá, fundado por José Benedito Vilela. Foi iniciado o curso em 2 de maio de 1963, com autorização do Governo Federal,

conforme a Portaria n.º 229, de 16 de outubro de 1964, do Diretor do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura. Em 1966 concluiu o curso a primeira turma; o de prática de Enfermagem, em funcionamento no Colégio Sagrado Coração de Jesus, das Irmãs da Providência; o de Eletrotécnica, instalado no Colégio de Itajubá, pertencente à Paróquia de Nossa Senhora da Soledade; e o de Contabilidade, que funciona no Colégio 7 de Setembro.

O ensino profissionalizante para educandos teve início em Itajubá com a fundação do Instituto Dom Bosco, instalado que fora em terrenos da fazenda do Cel. João José Rennó, onde estivera o Núcleo Colonial de Itajubá.

Esse educandário foi criado no Governo estadual de Venceslau Brás, com o Decreto n.º 2.826, de 14 de maio de 1910.

A reforma do prédio da velha herdade foi confiada ao construtor Francisco Beltrão. O Instituto Dom Bosco foi inaugurado em 11 de setembro de 1910, com a presença de Venceslau Brás, Presidente do Estado, e do Secretário do Interior Estêvão Leite de Magalhães Pinto, além de muitas outras autoridades.

Foram diretores do Instituto Dom Bosco os seguintes educadores:

Dr. Sócrates Brasileiro, nomeado em 14 de maio de 1910 e empossado a 30 do mesmo mês; Joaquim Lopes Vianna, até 12 de outubro de 1916; Cel. Jarbas Guimarães, de 12 de outubro de 1916 a 23 de junho de 1927; Prof. Carmo Cascardo, de 23 de junho de 1927, a 7 de julho de 1933. Foi durante a direção deste último que se deu a transformação do Instituto em Escola de Horticultura.

O Dom Bosco proporcionou inestimáveis serviços à educação dos meninos pobres de Itajubá. Amparando-os na orfandade ou na indigência, deu-lhes a instrução e a subsistência, e, mais ainda, fez de cada educando um profissional capaz, segundo a vocação de cada um, tal como realmente idealizava o fundador dos Salesianos, patrono do estabelecimento. Os educandos eram internos.

Os mestres de oficina foram: de Alfaiataria, Higino Miranda; de Sapataria, Francisco Nisticó; de Carpintaria, Antônio Augusto de Oliveira Sousa; de Marcenaria, Fernando Pinto Paulista; de Ferraria, José Capelli; de Serralheria, Ângelo Boer; de Selaria, Sebastião de Faria.

Além da aprendizagem nas oficinas, recebiam os meninos aulas práticas de Agricultura com o técnico Luís Eugênio de Carvalho; a instrução primária com D. Carlinda Salomon, D. Francisca Salomon e Prof. Cornélio de Faria; instrução militar, com o Tenente Franklin Barbosa Lima e Sgt. Antônio da Silva Costa; Desenho e Pintura, com o artista Luís Teixeira; Música, com o maestro Francisco Nisticó, que organizou uma excelente banda de música com os educandos, que fez

tradição em Itajubá. Compôs Nisticó o Hino do Instituto Dom Bosco, cuja letra é de autoria do Prof. Pedro Bernardo Guimarães. Destes mesmos autores é o Hino do Colégio Sagrado Coração de Jesus.

A 19 de julho de 1929 era lançada a pedra fundamental do novo edifício do educandário, cuja planta fora traçada pelo arquiteto Eduardo Piquet, diplomado pela *École des Arts et Metier*, de Angers (França). A inauguração desse novo prédio se deu em 13 de maio de 1931, festivamente, com a presença de Venceslau Brás, Gustavo Capanema, Carlos Drummond de Andrade, Guerino Casassanta, Teodomiro Carneiro Santiago, João Beraldo e muitas outras autoridades do Estado e da cidade.

Por iniciativa do Dr. Teodomiro Carneiro Santiago foi esse educandário transformado em Escola de Horticultura. Sentia-se a falta de técnicos agrícolas no Brasil, e o objetivo do Dr. Teodomiro era dos melhores possíveis. Aliás, já havia muitos anos que se desejava uma escola agrícola em Minas. Muitas providências foram tomadas nesse sentido desde o meado do século passado.

Em 1854 o Governo de Minas desejou saber da Câmara Municipal de Itajubá qual o lugar mais apropriado no município "para o estabelecimento de Escola Normal de Agricultura". Os Vereadores Guilherme Luís de Sá, Manuel José Pereira Gomes e João Plácido de Miranda informavam haver em Itajubá várias fazendas, cujos proprietários "não duvidariam vender" para esse fim as suas terras (Atas de 2 de janeiro e de 7 de abril de 1854).

Mais tarde, com a Lei n.º 1.067, de 5 de outubro de 1860, o Governo voltou a preocupar-se com o assunto, e mandou criar colégios agrícolas no Estado, para menores pobres de 14 a 16 anos. Tal lei, comenta Xavier da Veiga (*Efemérides Mineiras*, 4.º vol., pág. 23), "ficou letra morta e esquecida nas coleções"...

Mesmo nada realizando até então, voltou o Governo de Minas, em 1883, a perguntar se Itajubá possuía algum colégio agrícola... (Ata de 15-05-1883, da Câmara Municipal).

Foi o Presidente João Pinheiro quem melhor examinou a velha idéia, por ocasião das celebrações do Congresso das Municipalidades, realizado em Itajubá, em abril de 1907. Constituiu o assunto da 2.ª tese, cujas conclusões foram elaboradas pela comissão composta de Manuel Eustáquio Martins de Andrade, Francisco José Barbosa e Frederico Schumann.

Em 7 de julho de 1933, com o Decreto n.º 10.954, o Presidente do Estado Olegário Maciel transformava o Instituto Dom Bosco em Escola de Horticultura de Itajubá. Aliás, o curso agrícola já estava ali iniciado fazia dois anos, desde 1.º de junho de 1931, sob a orientação técnica do belga Louis Saublens e do Prof. português Américo Lopes da Silva.

No dia 15 de janeiro de 1934 já a Escola de Horticultura demonstrava sua eficiência, inaugurando, no Salão do Clube Itajubense, uma grande e belíssima exposição de plantas ornamentais e de flores.

Outros professores teve o estabelecimento, como o Dr. Eduardo Luís, Ernesto Nascimento Júnior, Oscar Noronha e Antônio Pereira Rennó, e outros, aos quais muito ficou devendo a escola, cumprindo ressaltar ainda dois grandes auxiliares, que ali trabalhavam desde o antigo Dom Bosco, que foram Francisco Salomon e Mozart Guimarães.

Foram diretores da Escola de Horticultura os Drs. Henriquetto Cardinalli, de 7 de julho de 1933 a 1º de fevereiro de 1949, e o Prof. Dr. José Otaviano de Azevedo, consagrado mestre da Língua Portuguesa, que também vem lecionando em outros colégios.

Com a Lei n.ª 3.650, de 3 de dezembro de 1965, de iniciativa do Deputado Luís Fernando de Azevedo, o Governador Israel Pinheiro transformou a Escola de Horticultura em Colégio Agrícola Venceslau Brás, regulamentado que foi pela Lei n.º 4.571, de 25 de setembro de 1967. É hoje a Escola Estadual Venceslau Brás.

Outro notável empreendimento destinado à formação de profissionais foi a Escola Industrial da Fábrica de Armas, do Ministério do Exército. Nela se inaugurou em Itajubá, em 1944, o ensino metódico de mecânica prática e de usinagem de precisão, com amplo conhecimento tecnológico. Foi seu primeiro diretor o então Capitão José Carlos Leal Jourdan. Além da intensa prática de oficina, os alunos, nos quatro anos do curso, tinham aulas de Matemática, Português, Ciências, Geografia, História do Brasil, Tecnologia Mecânica, Moral e Cívica e Desenho Industrial. Além da oficina da própria Escola, provida de boa quantidade de máquinas para todos as operações mecânicas, faziam ainda os alunos estágios nas diversas oficinas da Fábrica, formando-se, assim, torneiros, fresadores e ajustadores de precisão, com completa experiência, e com prática também no manejo de furadeiras, retificadoras, serras, plainas, prensas, forjas e aparelhos de solda. Teve duração de mais de 30 anos. Em 31 de dezembro de 1947 era diplomada a primeira turma de mecânicos por essa excelente escola, em má hora desaparecida.

O SENAI foi a organziação educacional que veio ampliar o ensino industrial em Itajubá.

Em maio de 1947 estiveram na cidade os Drs. Roberto Hermeto Correia da Costa, Oswaldo Machado Couto e Alfredo Cannann, respectivamente Diretor Regional, Engenheiro e Advogado do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Departamento de Minas Gerais, para receberem a escritura do terreno em que se ergueria o prédio da nova Escola, no final da Avenida Dr. Luís Rennó, nas proximidades do Colégio Estadual Venceslau Brás.

O Prefeito Municipal Dr. André Martins de Andrade Filho, com o Decreto-Lei n.º 116, de 6 de março de 1947, concedeu isenção de impostos e taxas municipais aos estabelecimentos instalados na cidade pelo SENAI.

O prédio do SENAI foi iniciado em outubro de 1949, na Praça Dom Bosco, n.º 2. As atividades escolares tiveram início em 1.º de janeiro de 1951. Foi seu primeiro diretor o Prof. Antônio de Pádua Teixeira, que no posto permaneceu até 1959, quando se empossou o Prof. Wladimir Henrique Scheid.

Em junho de 1956 foi diplomada a primeira turma de mecânicos pelo SENAI de Itajubá.

Fundaram-se na cidade várias escolas de dactilografia e de corte e costura.

Na reunião de 9 de maio de 1977, a Câmara Municipal fazia constar em Ata uma carta do Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, na qual dava ciência de suas providências para a instalação dos trabalhos do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) em Itajubá. Foi mais um dos grandes serviços prestados pelo ilustre parlamentar à educação em Itajubá.

* * *

56 — O CURSO SUPERIOR

Antes de Itajubá possuir o curso superior teve, no entanto, as suas bolsas abertas para ajudar faculdades de Minas Gerais. Em 26 de abril de 1893 foi nomeada a comissão composta do Dr. José Manuel Pereira Cabral, Comendador Frederico Schumann, Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes, Cel. Antônio José Rennó, João Carneiro Santiago Sobrinho e Cel. Francisco Brás Pereira Gomes, para angariar donativos para o patrimônio da Faculdade Livre de Minas, que acabava de ser fundada em Ouro Preto, então a capital do Estado ("A Verdade" de 29-04-1893).

O curso superior foi iniciado em Itajubá com a inauguração do Instituto Eletrotécnico e Mecânico de Itajubá, em 1913. É hoje a EFEI. O pioneiro dessa promoção do ensino em Itajubá foi o preclaro e arrojado educador Dr. Teodomiro Carneiro Santiago, do qual elaborei a biografia que fica incluída na obra *Colmeia Itajubense*.

Em 15 de junho de 1912 inaugurou o Dr. Teodomiro Carneiro Santiago o Curso de Eletricidade, anexo ao Ginásio de Itajubá. Animou-se com a idéia o grande realizador, e decidiu imediatamente ampliar o curso, criando uma escola superior de eletricidade e mecânica.

Com o apoio de seu venerando pai, Cel. João Carneiro Santiago Júnior, que lhe concedeu recursos financeiros para tanto, Teodomiro partiu para a Europa com o propósito de verificar o que havia de mais moderno para a escola que ambicionava realizar em benefício da mocidade estudiosa do Brasil. Visitou escolas da Itália, de Londres, de Paris, de Berna e

de outros lugares do Velho Mundo, observou criteriosamente o que havia de melhor, e procurou na Bélgica a orientação competente e segura de Omer Beyeuse, fundador da Universidade de Trabalho de Charleroi.

Trouxe o Dr. Teodomiro para o Brasil, a fim de fundar o seu Eletrotécnico, os seguintes catedráticos:

Victor van Helleppute, formado pela Universidade de Charleroi, Bélgica; Armand Bertholet, formado pela Universidade de Liège, Bélgica; Arthur Tholbecq, formado pela Universidade de Charleroi; Arthur Spirgi, suíço; Pierre François Objois, francês; Fritz Hoffmann, suíço, falecido em Itajubá.

E não só trouxe Teodomiro o corpo docente, como também o aparelhamento para as primeiras instalações de aulas práticas e de laboratório.

São ainda considerados professores fundadores os Drs. José Procópio Fernandes Monteiro e Mário Albergaria Santos.

Comprou o Dr. Teodomiro Santiago o prédio do início da Rua Cel. Rennó, no alto da Matriz, na esquina com a Rua Dr. José Sanches, nele instalando as primeiras salas de aulas e a secretaria. As aulas tiveram início em 1.º de março de 1913, mas a inauguração oficial só foi possível em 23 de novembro do mesmo ano.

Foi dia marcante para o progresso de Itajubá o 23 de novembro de 1913. Presentes às solenidades estavam as mais altas autoridades do País, o Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da República; Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes, Vice-Presidente da República; General Pinheiro Machado, Vice-Presidente do Senado; Dr. Sabino Barroso, Presidente da Câmara dos Deputados; Dr. Rivadávia Correa, Ministro da Fazenda; Dr. Barbosa Gonçalves, Ministro da Viação; Dr. Paulo Frontin, Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, além de muitos senadores, deputados federais e estaduais, várias outras autoridades e representantes dos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo.

Teodomiro Santiago sustentava a opinião de que os engenheiros até então diplomados pelas escolas brasileiras eram simplesmente teóricos, inabilitados portanto para, de imediato, exercerem proficientemente a carreira. Por isso, no Instituto que oficialmente então se inaugurava, além das aulas teóricas, teriam os alunos a prática suficiente para que, uma vez formados, pudessem, devidamente capacitados, entrar imediatamente no desempenho da profissão. Interpretando essa acertada opinião e orientação do eminente fundador do Estabelecimento, discursava, nesse ato inaugural, o aluno Bernardino José da Costa Filho, quando se levantou Paulo Frontin, que dirigia a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, para energicamente protestar contra essa asserção. Teodomiro Santiago, sem se intimidar, ergueu-se igualmente e, alteando a voz, rechaçou os argumentos de Frontin. Travou-se a discussão. Houve apartes dos simpatizantes de Teodomiro como também de Frontin. O Presidente Hermes da Fonseca

suspendeu a tumultuada sessão. Paulo Frontin, acompanhado de seus engenheiros auxiliares, retirou-se da sala, rumando para a estação ferroviária, onde tomou um trem especial que o levou de volta ao Rio de Janeiro.

Foi fornecida pela Sociedade Suíça, então sob a direção do Dr. J. R. Constantin, parte do material do Laboratório do IEMI.

O Instituo Eletrotécnico de Itajubá foi oficializado pelo Art. 9.º da Lei n.º 3.232, de 5 de janeiro de 1917. Em fevereiro de 1938 um Decreto-lei dava-lhe as regalias de Instituto Livre de Ensino Superior, equiparando-o à antiga Escola Politécnica, que se transformaria em Escola Nacional de Engenharia. O Decreto n.º 2.264, de 25 de janeiro de 1938, concedia ao IEI a fiscalização permanente. Em 24 de maio de 1947 era o IEI transformado em Fundação Instituto Eletrotécnico de Itajubá.

Em 30 de janeiro de 1956 foi o Instituto Eletrotécnico de Itajubá federalizado pela Lei n.º 2.721, com a designação Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI), designação esta só oficializada pelo Decreto Federal n.º 62.567, de 16 de abril de 1968.

Inicialmente, o curso do Eletrotécnico tinha a duração de 3 anos; depois, passou para 4. Hoje a duração de cada curso é de 5 anos, e mantém dois cursos, o de Eletricidade e o de Mecânica, e ainda os cursos de pós-graduação.

A 7 de novembro de 1932 instalou-se no IEI o curso de Radiotelegrafia, cadeira do Prof. Dr. João Luís Carneiro Rennó.

Com a Lei n.º 226, de 29 de setembro de 1948, o Governador Milton Campos concedia ao Estabelecimento 20.000 cruzeiros em apólices da Dívida Interna Fundada de Minas Gerais, com vencimentos anuais de juros de 5%. O projeto dessa lei fora apresentado, com o n.º 714, em 6 de setembro de 1948, pelo Deputado José Rémuzat Rennó. Em 4 de agosto de 1952 teve entrada no Congresso Nacional a mensagem de 25 do mês anterior, de Getúlio Vargas, acompanhada de projeto de lei, que incluía o Instituto Eletrotécnico de Itajubá entre os estabelecimentos de ensino subvencionados pelo Governo Federal, com a quota anual de 2.500 cruzeiros. Essa lei, que tomou o número 1.786, foi sancionada pelo Presidente da República em 30 de dezembro de 1952. É de 3 de março de 1953 o Projeto de lei n.º 2.889, apresentado à Câmara dos Deputados por Jaeder Albergaria, que mandava abrir, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial para atender ao pagamento da referida subvenção, o qual, sancionado e transformado em lei a 16 de outubro de 1953, tomou o n.º 2.028.

O Instituto Eletrotécnico de Itajubá foi inicialmente dirigido pelo seu fundador, Dr. Teodomiro Carneiro Santiago. Com a morte deste, ocorrida em 1936, assumiu a direção do Instituto o Dr. José Rodrigues Seabra, um dos que mais trabalharam para salvar a Escola, no momento em que ela atravessada uma séria crise financeira, crise essa só desaparecida

totalmente com a federalização do Estabelecimento, em 1956, que subordinou o IEI à Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Muito trabalharam igualmente para essa vitória, continuando a obra de Teodomiro Santiago, o Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira, o Dr. Luís Goulart de Azevedo e Dr. Pedro Mendes dos Santos. E ainda os Drs. Vidal Dias e João Brás Pereira Gomes, os quais, em 1945, no momento em que mais perigava a sobrevivência da Escola, adquiriram-na do espólio de Teodomiro, pela Companhia Industrial Sul-Mineira, salvando-a da extinção.

Em 23 de novembro de 1960, em solenidade realizada no Cine Presidente, foi instalada a Fundação Teodomiro Santiago. Em 23 de julho de 1963 era extinta a Fundação Instituto Eletrotécnico de Itajubá, cujos bens foram incorporados à Fundação Teodomiro Santiago.

Foi em 4 de abril de 1963 que se oficializou o desdobramento dos cursos em Curso de Engenharia Elétrica e Curso de Engenharia Mecânica. Em 1969 diplomou-se a primeira turma de Engenheiros Eletricistas (22 de fevereiro) e a primeira turma de Engenheiros Mecânicos (1.º de março).

Ocorreu em 16 de julho de 1917 a solenidade de formatura da primeira turma de Engenheiros do Instituto Eletrotécnico de Itajubá, em número de 16 diplomandos.

Foram Diretores do Estabelecimento os seguintes Drs.:

Teodomiro Carneiro Santiago, José Rodrigues Seabra, Antônio Rodrigues de Oliveira, João Luís Carneiro Rennó, Pedro Mendes dos Santos (4 vezes). Fredmarck Gonçalves Leão (2 vezes, Zulcy de Sousa e José Abel Royo dos Santos.

E Vice-Diretores, que estiveram em exercício, os Drs.:

Olinto Carneiro Vilela, José Benício de Paiva, José Rodrigues Seabra, Luís Goulart de Azevedo, Antônio Rodrigues de Oliveira, Álvaro Pereira Rizzi, José Abel Royo dos Santos, Ulderico Mandolesi e Marcílio de Sousa.

Foram Secretários:

Jorge Tibiriça de Boucherville, Carmo Cascardo, Dr. Luís Goulart de Azevedo, Dr. João Pereira de Sousa, Manuel Pereira dos Santos e Maria José Resende (Advogada).

Com o Decreto n.º 70.686, de 7 de junho de 1972, o Presidente Médice colocou a Escola Federal de Engenharia de Itajubá na condição de Autarquia de Regime Especial.

As amplas e modernizadas instalações da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, instalada desde 1972 em seus novos prédios erguidos em seu Campus Universitário Dr. José Rodrigues Seabra, concluem a obra implantada pelo inolvidável educador Dr. Teodomiro Carneiro Santiago.

O velho prédio no centro da cidade, no qual ocorreu o incidente Teodomiro-Frontin, é conservado pela EFEI como patrimônio histórico. Na sala dessa ocorrência memorável está instalado o Museu Teodomiro Santiago. Em outra dependência desse prédio, na parte substituída por moderna construção, estão depositados os restos mortais do inesquecível fundador, ali colocados em 21 de junho de 1964, trasladados, por iniciativa do Rotary Club, Cemitério de São João Batista, do Rio de Janeiro, onde fora sepultado em 1936.

Possuem os estudantes de Engenharia o seu jornal, "O Dínamo", e uma estação de rádio, a Rádio Universitária.

Em 4 de novembro de 1976 foi fundada a Associaçãço dos Servidores da Escola Federal de Engenharia de Itajubá (ASSEFEI). É de autoria do Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra a Lei n.º 7.627, sancionada pelo Governador do Estado em 21 de dezembro de 1979, que declara a utilidade pública a ASSEFEI.

Em 23 de novembro de 1935 fundaram os acadêmicos de Engenharia a Associação Acadêmica, que anos mais tarde se tornou em Diretório Acadêmico. Com a escritura passada em 27 de novembro de 1947, Próspero Sanches doou ao Diretório o terreno no Bairro São Vicente, para nele ser construída a sede própria da Agremiação, cuja pedra fundamental foi solenemente lançada em 25 de setembro de 1948. Em 3 de novembro de 1951 foram festivamente inauguradas essas obras. A Lei Municipal n.º 19, de 29 de setembro de 1948, concedeu à instituição a subvenção de 20 cruzeiros.

Em 11 de novembro de 1956 foi fundada a Casa do Estudante Eletrotécnico, estando já então projetado o prédio, que teria 4 andares, para a instalação de dormitórios, refeitório, biblioteca, lavanderia, cozinha, salas de estudos, etc. Com essa nova organização deveriam desaparecer da cidade as tradicionais *repúblicas,* existentes em várias ruas. Tinham essas *repúblicas* nomes curiosos, criados pela índole gaiata e divertida de alguns estudantes, como *República dos Diabos, Arca de Noé, Antro dos Inocentes, República Pé de Anjo, Covil dos Puritanos,* etc.

A Câmara Municipal, com o Decreto-Lei n.º 120, de 25 de agosto de 1947, doou o terreno de 3.630 metros quadrados, situado entre as Avenidas Umbelina Chiaradia e Paulo Chiaradia, "para a construção de casas para estudantes".

Diplomando competentes engenheiros desde 1917, a EFEI vem prestando relevantíssimos serviços à cultura técnica e ao engrandecimento do Brasil, e são incontáveis os seus ex-alunos que tanto se projetaram em diversas atividades da vida do País, entre os quais está o Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, ex-Governador de Minas Gerais, Vice-Presidente da República no Governo de João Figueiredo e Ministro de Minas e Energia do Presidente José Sarney.

Em 6 de março de 1955 inaugurava-se festivamente a Escola de Enfermagem Venceslau Brás, tendo proferido a aula inaugural o humanitário e competente médico Dr. Gaspar Lisboa, ao qual muito deve o Estabelecimento.

Seu funcionamento, e a devida fiscalização federal, foram concedidos pela Portaria n.º 853, de 23 de setembro de 1954, do Ministro da Educação. O Decreto n.º 40.572, de 18 de dezembro de 1956, oficializou-a, finalmente.

Principiou a funcionar em salas da Santa Casa de Misericórdia. No dia 1.º de maio de 1957 foi lançada a pedra fundamental de seu edifício próprio, da Escola que é hoje uma realidade para satisfação de todos os Itajubenses.

Os alunos do curso superior de Enfermagem complementam as aulas teóricas com intensa prática, desde o 1.º ano (o curso é de 4 anos), em enfermarias, salas de cirurgia e ambulatórios da Santa Casa e do Hospital das Clínicas.

Em 9 de março de 1958 era diplomada a primeira turma de enfermeiros pela Escola de Enfermagem Venceslau Brás, tendo sido paraninfo o benemérito Dr. Gaspar Lisboa.

A Lei Estadual n.º 3.009, de 17 de dezembro de 1963, criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Itajubá. Funcionou esse estabelecimento provisoriamente em salas do Colégio de Itajubá, na Rua Xavier Lisboa. Iniciou com os cursos de Matemática, Pedagogia, Letras e História.

Foram idealizadores da Faculdade de Filosofia, os quais muito trabalharam para sua realização, o Cônego Augusto José de Carvalho e Sebastião Moacir Moraes. Posteriormente, o Padre José Aquilino, Marcílio de Sousa, Antônio Eduardo Hermeto e Abigail Léa da Silva empenharam-se ardorosamente pelo prosseguimento da iniciativa, o que hoje é uma feliz realidade.

Também muito deve a Faculdade de Filosofia de Itajubá à consagrada mestra Irmã Emiliana, pelo seu espírito de luta, de cooperação e de realização e estímulo, a qual também é uma das abnegadas obreiras da Escola de Enfermagem.

A primeira turma de alunos da Faculdade concluiu o curso em 1968, cujas solenidades de diplomação se realizaram em 8 de março de 1969, tendo sido paraninfo o Presidente da República Marechal Costa e Silva.

Hoje a Faculdade de Filosofia possui prédio próprio.

Outro lidador do ensino superior em Itajubá foi o médico Dr. Rosemburgo Romano. Idealizou a Faculdade de Medicina, lutou e venceu. Já havia dado início ao Hospital das Clínicas, em terrenos cedidos por José Gomes Bustamante, inaugurado em 3 de dezembro de 1967. Os bons

auxiliares foram aparecendo, inclusive os parlamentares Drs. Aureliano Chaves de Mendonça e Luís Fernando de Azevedo, bem como o Prefeito Luís Carlos Tigre Maia. Em 19 de abril de 1967 entrava no Ministério da Educação o pedido de autorização de funcionamento da Faculdade de Medicina de Itajubá. Principiam as doações de terrenos e a edificação de prédios necessários. O Dr. Sebastião Oswaldo da Silva participou da luta, ao lado de Rosemburgo. Os terrenos (48 lotes) no bairro São Vicente, nos quais se ergueu o prédio da Faculdade, foram doados por Luís Carlos de Moraes Carneiro e José Frederico Guilherme Sampaio.

Em 6 de fevereiro de 1968 o Conselho Federal de Educação expediu a necessária autorização ministerial para o funcionamento. No dia seguinte, Itajubá recebeu festivamente a caravana que regressava da Capital com o desejado documento, e naquele mesmo ano iniciou-se o curso médico em Itajubá.

Com o Decreto n.º 62.498, de 1.º de abril de 1968, o Presidente Costa e Silva homologou a decisão ministerial, autorizando o funcionamento da Faculdade de Medicina de Itajubá, e, em 26 de agosto de 1974, sancionou o Decreto n.º 74.457, que oficializava definitivamente o estabelecimento.

Na reunião de 2 de abril de 1968, a Câmara Municipal tomava conhecimento de um Ofício da Câmara Municipal de Niterói, com o qual transmitia em voto de louvor aos Drs. Rosemburgo Romano e Sebastião Oswaldo da Silva pela fundação da Faculdade de Medicina de Itajubá. Na sessão de 23 de maio de 1977 a Câmara Municipal de Itajubá acentuava também a pessoa de Lauro Natel, ex-Governador de São Paulo, como um dos maiores cooperadores de Rosemburgo para a concretização dessa Faculdade.

Em 9 de dezembro de 1973, em solenidade no Cine Presidente, era diplomada a primeira turma de médicos pela Faculdade de Medicina de Itajubá. Essa Faculdade, e seu grande e modelar Hospital, são duas relevantes realidades que emprestam saliente prestígio e progresso a Itajubá.

A Faculdade de Ciências Econômicas do Sul de Minas foi outra notável realização para a vida universitária de Itajubá.

Foi seu realizador e iniciador o dinâmico José Benedito Vilela.

Está oficializada pelo Decreto n.º 69.794, de 15 de dezembro de 1971, do Presidente da República. Acha-se instalada em edifício da Avenida Poços de Caldas.

Outra escola de nível superior, que muito engrandece o ensino em Itajubá, é a Faculdade de Engenharia Civil.

Seu histórico assim está resumido no 2.º Livro de Tombo da Paróquia de São José:

"Criada em 25 de maio de 1973". Pelo Decreto n.º 72.297, dessa data, "o Presidente Garrastazu Médici autorizou o funcionamento da nova Faculdade de Engenharia Civil em Itajubá (FECI), pertencente à Fundação Universidade de Itajubá, à qual já pertence a nossa Faculdade de Filosofia. É o 6.º estabelecimento de ensino superior da cidade. Foi nomeado diretor o Prof. Marcílio de Sousa, um dos idealizadores da Escola".

Possui prédio próprio e modernizadas instalações.

No passado, possuiu Itajubá sua excelente Escola de Farmácia e de Odontologia. Foi fundada em 8 de outubro de 1925 por iniciativa do Dr. José Brás Pereira Gomes, então deputado federal. Contou com o auxílio financeiro do Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Major Severiano Ribeiro Cardoso, Cel. Jarbas Guimarães e Major João Antônio Pereira. Era reconhecida e fiscalizada pelo Governo Federal. Sua direção foi confiada ao Dr. José Antônio Dias Neto, e teve como professores o benemérito Dr. Gaspar Lisboa, que muito fez pelo estabelecimento, Dr. José Sanches, Dr. Henrique Klaus, Florival Xavier, Euclides Rodrigues da Silva, Eurico Vianna, Dr. José Procópio Fernandes Monteiro, Dr. Vicente Sanches, Dr. Newton Beleza, Dr. Eduardo Luís da Silva, Dr. Guálter Gonçalves, J. Matias de Paiva, Balduíno Vieira Salgado, José Faria Pereira e Dr. Estácio Tavares de Melo.

O Fiscal estadual junto a essa Escola foi o Dr. Sebastião Pereira Rennó.

Funcionou no prédio então existente na esquina da Avenida Cel. Carneiro Júnior com a Praça Venceslau Brás, edifício este posteriormente transformado em Hotel Avenida. Em seu lugar hoje existe uma rica mansão.

A última turma diplomada teve sua colação de grau realizada em 2 de dezembro de 1930, tendo sido paraninfo dos farmacêuticos o humanitário médico Dr. Gaspar Lisboa, e dos dentistas o Dr. Dias Neto, diretor da Escola.

O Art. 313 do Decreto Federal n.º 19.852, de 11 de abril de 1931, extinguiu a Escola de Farmácia e Odontologia de Itajubá.

Em Circular de 12 de maio de 1931, o Dr. Gaspar Lisboa, no desempenho de Secretário do estabelecimento, comunicava que os pedidos de transferência para outras faculdades do País deveriam ser imediatamente endereçados à Secretaria da recém-extinta Escola. Em despacho de 8 de agosto do mesmo ano o Ministro da Educação prorrogava por mais 30 dias o prazo para essas transferências.

Um sonho, já passado por várias tentativas de concretização em Itajubá, mas até o momento não realizado, foi a fundação de uma Faculdade de Direito. Na reunião de 2 de fevereiro de 1965 da Câmara Municipal, houve congratulações ao Dr. Adolfo Pereira Filho "pelo trabalho — assim diz a Ata — na fundação e organização da Faculdade de Direito em nossa cidade". O Vereador Afonso Brito Filho manifestou-se grande entusiasta

da ideia. Salientaram-se então os esforços já despendidos para essa concretização pelo Desembargador Dr. Francisco Rosa e Dr. Walter Cabral, Juiz de Direito da Comarca. Oito anos depois, na reunião de 30 de outubro de 1973, da Câmara, o Vereador Lourenço Campos informava achar-se na Assembléia Legislativa Estadual o Projeto n.º 811/73 da criação da Faculdade de Direito de Itajubá...

Outra aspiração tem sido a criação da Universidade. O Decreto Estadual n.º 9.016, de 22-11-1965, instituía a Fundação Universidade de Itajubá (O texto está contido na folha oficial "Minas Gerais", de 23-11-1965), e Decreto n.º 10.974, de 08-02-1968, dava nova redação do Art. 24 do citado Decreto n.º 9.016 (Texto completo no "Minas Gerais" de 09-02-1968).

Na sessão de 8 de agosto de 1977, da Câmara Municipal, assim se registrava em Ata: "Ofício do Deputado Luís Fernando Faria de Azevedo encaminhando a esta Casa cópia de um pedido que fez para o Exmo. Sr. Presidente da República Ernesto Geisel solicitando a criação da Universidade Federal de Itajubá".

* * *

57 — AS LETRAS

Itajubá sempre deu elevado apreço ao cultivo da literatura, e, em todas as épocas, rendeu tributo aos belos talentos que se distinguiram no reino das grandes revelações do engenho humano.

Poderia citar dezenas de provas dessa asserção. Para não ser longo, transcrevo apenas este trecho de Ata da velha Câmara Municipal dos dias do Império:

"Considerando que o passamento de Victor Hugo não foi só uma calamidade para a França como também para o mundo inteiro; considerando que Victor Hugo foi um apóstolo da Humanidade e mártir pela liberdade dos povos, indico que esta Câmara lavre em sua Ata um voto de pesar pelo falecimento de tão grande cidadão. Sala das Sessões, 1.º de junho de 1885. O Vereador Antônio José Leite".

Teve e tem a cidade brilhantes inteligências, prosadores, poetas, dramauturgos e jornalistas de valor. Do que se produziu no passado, no entanto, quase tudo se perdeu em conseqüência da modéstia de seus autores e, sobretudo, da falta da imprensa local. Magníficas páginas, belas composições que enriqueceriam o Parnaso e as estantes itajubenses, ficaram esquecidas nos baús e gavetas, à mercê dos ratos e das traças...

Torna-se, pois, impossível hoje mencionar os beletristas dos velhos idos de Itajubá. O ineditismo os subtraiu às tradições culturais da Cidade das Armas. Com a inauguração da Imprensa em Itajubá, o que ocorreu

em 1872, e com o aparecimento de jornais e revistas, foram muitos os cultores das letras que se revelaram aos seus conterrâneos como admiráveis cronistas e inspirados versejadores. Lamentavelmente, porém, a maioria desses colaboradores de periódicos se esconderam sob pseudônimos, ou surgiam com as simples iniciais de seus nomes, impossibilitando-nos hoje de vê-los na galeria dos intelectuais de ontem. E ocorre ainda que, entre os poucos que não usavam de onomatóposes, alguns não parecem ser filhos da terra, nem mesmo, talvez, moradores de Itajubá, como é o caso de Trajano Pires e de sua filha Áurea Pires, que tantas e belas páginas em prosa e excelentes poemas deixaram nas colunas de "A Verdade".

Dos tempos que já se foram, não podem ficar esquecidos os nomes de Fructuoso Ramos de Lima (notável jornalista e realizador da imprensa itajubense), do Dr. Aureliano Moreira Magalhães (o pioneiro do jornalismo itajubense, fundador do primeiro jornal da cidade), do Dr. José Manuel Pereira Cabral (orador e jornalista), do Dr. José Pereira dos Santos (cronista, orador e jornalista), de Antônio Domingues Pereira Filho (notável poeta e repentista, português e radicado às tradições itajubenses), de Antônio Francisco da Costa e Silva (nascido em Amarante, Província do Piauí, mas igualmente ligado às tradições culturais de Itajubá, onde residiu por alguns anos, e se casou com uma itajubense. É autor de vários livros de poesias, entre os quais *Sangue, Zodíaco, Pandora, Verônica e Alhambra*), de Sebastião Maggy Salomon (autor do livro *Peregrinas,* editado em 1888, em Ouro Preto, com prefácio de Augusto de Lima), de Antônio de Sousa Vianna (grande pintor e primoroso sonetista), de Roberto de Lima Medeiros (talentoso jovem e fino poeta, desaparecido em 1942), do Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima (erudito jornalista e prosador), de Josefina de Caldas Campos (aplaudida poetisa), de Cornélio de Faria (cronista e poeta), de Artur Loureiro (contista e cronista radicado em Itajubá, autor do livro *Conselho às Minhas Filhas,* editado postumamente em 1926 pela Seção de Obras de "O Estado de São Paulo"), de João Pinto de Sousa (notável realizador da imprensa itajubense, cronista e aplaudido sonetista, autor de um volume de poemas), de Antônio Martins (radicado em Itajubá e falecido em Piranguçu. Chegou a publicar vários opúsculos de poesias e a *Poliantéia* de Teodomiro Santiago), do Dr. José Benedito de Oliveira (mais conhecido por *Cetico,* dado ao humorismo, publicou inúmeros trabalhos em diversos periódicos, sob os mais diversos, pseudônimos), do Dr. Vicente Sanches (poeta e engenheiro), de Benedito Nascimento (músico, cronista e poeta), do Dr. Geraldino Campista (historiador e provecto pesquisador, autor de uma história antiga de Delfim Moreira), do Dr. Antônio Salomon (filólogo, cronista e dramaturgo), do Dr. Olinto Carneiro Vilela (orador e jornalista), do Dr. Luís Pereira de Toledo (cronista e jornalista), do Dr. José de Lima Medeiros (orador, cronista e jornalista), de M. Medeiros (assim assinava suas crônicas e poemas em jornais do século passado), do Dr. Luís de Lima Vianna (jornalista), de Francisco Amândio de Aguiar (historiador, cronista e poeta), de José Amaral Júnior (radicado em Itajubá, poeta, cronista e dramaturgo), do Dr. José Ernesto Coelho (engenheiro

civil e sólida cultura, publicou crônicas, conferências, artigos doutrinários e polêmicos, e poesias), de João Pires de Oliveira Feichas (belo talento radicado em Itajubá, jornalista e cronista), de Joaquim Ramos de Lima (cronista, jornalista e autor de livros) e do Prof. Júlio dos Santos (historiador e cronista). Todos estes, já desaparecidos, estão biografados no volume *Colméia Itajubense*.

Entre os vivos, é grande o número de prosadores e poetas, jornalistas e dramaturgos que vêm editando livros ou que publicam suas crônicas e versos em jornais itajubenses. Seus nomes estão lembrados no volume *Itajubá Contemporâneo*.

Várias bibliotecas públicas já se organizaram em Itajubá. A mais antiga, e de maior importância daquele tempo, foi a Biblioteca Municipal Machado de Assis, fundada em 25 de janeiro de 1883 por quatro nobres idealistas e obreiros do progresso cultural de Itajubá. Foram eles: João Dalle Afflalo, Dr. Christiano Pereira Brasil, Frederico Schumann Sobrinho e Dr. Geraldino Campista.

Cada sócio fundador cedeu, para iniciar, uma certa quantidade de volumes de sua biblioteca particular. A partir de 1.º de fevereiro daquele ano foi franqueada ao público. No seu estatuto rezava que os sócios fundadores eram os proprietários da biblioteca, e que qualquer pessoa poderia ingressar-se como sócio, pagando um mil réis, de mensalidade, para o que deveria entender-se com o Secretário Frederico Schumann Sobrinho.

A promissora organização iniciou-se com 150 volumes. A "Gazeta de Notícias", do Rio de Janeiro de 31-01-1883, assim informava:

"O nosso colega e amigo Machado de Assis acaba de receber de Itajubá, Província de Minas, um Ofício em que diversos cavalheiros daquela cidade lhe participam ter feito escolha de seu nome para o título de uma biblioteca pública que ali fundaram".

O consagrado autor de *Quincas Borba* e *Dom Casmurro*, logo assim recebeu a comunicação de Itajubá, imediatamente remeteu aos fundadores da biblioteca uma coleção de suas obras, acompanhada de um honroso ofício, conforme noticiou a folha "O Itajubá" de 03-03-1883.

Em março do mesmo ano a Biblioteca Machado de Assis já estava com 250 volumes e 61 sócios. E foi crescendo o acervo de livros, conforme noticiava várias edições de "O Itajubá". Com um ano de existência já atingia quase um milheiro de volumes. Até o editor Garnier, do Rio de Janeiro, ofereceu livros, nada menos de 100 volumes. O famoso poeta satírico Padre José Joaquim Correa de Almeida mandou três obras de sua autoria, sendo 7 volumes das *Sátiras e Epigramas*, 1 da *República dos Tolos* e 1 da *Notícia da Cidade de Barbacena*.

E foi-se, em pouco tempo, tornando famosa a Biblioteca dos quatro fundadores itajubenses. Bernardo Saturnino da Veiga, que a visitou em 1883, incluiu-a no *Almanaque Sul-Mineiro* de 1885. A escritora Lúcia

Miguel Pereira, no seu livro *Machado de Assis* (Companhia Editora Nacional, pág. 202, edição de 1936), oferece esta nota:

"De toda parte lhe chegavam os elos dos seus triunfos; basta, para mostrar a sua consagração literária, dizer que em 1883 já funcionava em Itajubá uma biblioteca pública com o seu nome. Aplausos anônimos, ou desconhecidos, lhe vinham de todos os quadrantes".

Foi baseando-se na informação que acabo de transcrever, que a Biblioteca Pública Machado de Assis, de Itajubá, foi há poucos anos, comentada pelo apresentador J. Silvestre, no seu programa das segundas-feiras da Televisão Tupi do Rio de Janeiro, quando interrogava uma graciosa garota que respondia sobre a vida do imortal criador das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

Supondo melhor custodiar a Biblioteca, de modo a garantir a sua preservação e continuidade (e nisso se enganaram...), seus fundadores decidiram doá-la à Municipalidade, o que solenemente fizeram em 25 de janeiro de 1884, quando a organização completava um ano de existência ("O Itajubá", edições de 19 de janeiro e 2 de fevereiro de 1884, a Ata da Câmara Municipal, de 15 de janeiro do mesmo ano). Pediam apenas os doadores que se conservasse o nome do patrono que escolheram, tendo a Câmara apenas acrescentado a palavra *Municipal,* ficando Biblioteca Municipal Machado de Assis. O bibliotecário eleito foi Sebastião Maggy Salomon, que competira, na votação, com João Dalle Afflalo, um dos fundadores da Biblioteca, e que havia proposto desempenhar o cargo por 5% menos do que qualquer proposta... (Atas da Câmara Municipal, de 01-08-1884 e de 16-02-1885). E foi assim que desapareceu logo, sem deixar nenhum vestígio de seu acervo, a famosa Biblioteca...

O Clube Itajubense também formou sua biblioteca, com obras consagradas e em ricas encadernações. O Dr. Alfredo Moreira Pinto informava já haver ali, em 1899, mais de 800 volumes *(apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais,* 1909). Marques Rebelo, no seu livro *Cenas da Vida Brasileira,* no desejo de fazer humorismo, menciona zombeteiramente a biblioteca do Clube Itajubense.

Na reunião de 8 de novembro de 1927, a Câmara Municipal cogitou da organização de uma hemeroteca pública, deliberando, entre outras resoluções, providenciar a encadernação do periódico "O Itajubá", na sua nova fase, então dirigida por João Pinto de Sousa.

Em 12 de fevereiro de 1948 voltou a Câmara a preocupar-se com o problema, fazendo sentir a necessidade da criação de uma Biblioteca Pública. E esta se tornou em realidade, regulamentada que foi pela Portaria n.º 17, de 11 de agosto de 1949. Na reunião de 06-08-1968, da Câmara Municipal, o Vereador José Carvalho solicitava que se desse à Biblioteca Pública Municipal o nome de Antoninho Lisboa, uma homenagem à memória de Antônio Magalhães Lisboa, dedicado cultor das tradições itajubenses. o que foi aprovado.

Há ainda na cidade a Biblioteca Comunitária Guiomar Schmidt Sanches instalada em salas superiores do edifício da Escola Estadual Venceslau Brás, da qual são bibliotecárias Clara Maria Moreira Rennó, Teresinha de Oliveira e Telma Teixeira de Andrade Sousa, sempre solícitas e amáveis ao atender os consulentes. O nome da instituição é uma homenagem à esposa do Dr. Humberto Sanches, falecida em 15 de julho de 1930. O Dr. Humberto e D. Guiomar são os pais de D. Minervina (D. Vivi), esposa do político Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça.

Quanto a museu, já houve várias tentativas, por parte da Municipalidade, de sua criação. A Lei n.º 11, de 08-05-1948, do Prefeito Dr. Sebastião Pereira Rennó, criou o Museu Histórico de Itajubá, o qual nunca chegou a existir efetivamente. A idéia partira do Vereador José Piazzaroli, conforme documenta a Ata de 03-03-1948 da Câmara Municipal.

O Museu de Itajubá foi novamente criado no Governo Municipal do Dr. Pedro Mendes dos Santos. O dinâmico Prefeito Ambrósio Pinto está organizando o desejado estabelecimento cultural, tendo ocupado, para sua instalação, o prédio da estação ferroviária, ora desativada.

No *Relatório Sobre a Escola Normal de Itajubá*, elaborado por Luís Gonçalves da Silva Pessanha (Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ouro Preto, 1897, pág. 126), encontro a seguinte informação:

"É de recente criação a Sociedade Artística Literária, instalada com 50 sócios fundadores, sendo esta a sua diretoria: Presidente e Orador, cidadão Cândido Prado; Vice-Presidente, Aureliano Schumann; Secretário, Augusto Leite; Tesoureiro, Adolfo Schumann; Procurador, Francisco Almeida; Arquivista, Miguel Ramos".

Foi esta uma das louváveis iniciativas culturais do século passado em Itajubá, da qual, porém, nunca mais se ouviu falar...

Por iniciativa do Professor Gabriel Ferreira Leite e do trovador Waldemar Rocha Vianna, grande entusiasta da cultura literária, em solenidade realizada no Colégio de Itajubá em 15 de agosto de 1964, foi fundada a Academia Itajubense de Letras. Morto o fundador Waldemar Vianna, a instituição prosseguiu sob a direção do Prof. Francisco Júlio dos Santos. No momento em que elaboro esta *História,* seu Presidente é o jornalista Wilson Ribeiro de Sá.

A Lei n.º 5.120, sancionada em 10 de dezembro de 1968 pelo Governador do Estado, de autoria do Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, declara de utilidade pública a Academia Itajubense de Letras.

* * *

58 — A IMPRENSA

O Dr. Aureliano Moreira Magalhães brilhante advogado, foi o *Gutenberg itajubense*. Comprou ele de Jesuíno Pereira Baião, em Baependi, uma velha tipografia, e montou-a na casa que pertenceu a Manuel Félix Alvarenga, da Rua Cel. Francisco Brás, onde depois residiu o dentista Balduíno Vieira Salgado, prédio posteriormente adquirido pela Escola Federal de Engenharia. Essa casa já não existe e, em seu lugar, ergue-se um edifício de vários pavimentos. E foi o próprio Jesuíno Baião quem, contratado pelo Dr. Aureliano, iniciou os trabalhos de imprensa em Itajubá e ensinou o ofício aos tipógrafos pioneiros dos serviços gráficos da cidade. E nessa tipografia nasceu o primeiro jornal do lugar, "O Itajubá", cujo n.º 1 é de 12 de maio de 1872. Teve a brilhante duração de cerca de 18 anos. Xavier da Veiga, nas suas *Efemérides Mineiras*, registra o acontecimento. Seguem-se os seguintes periódicos, quase todos de efêmera existência:

2.º — "Gazeta Comercial", o segundo jornal de Itajubá. O 1.º número apareceu em 9 de julho de 1880. Foram seus fundadores e redatores os advogados Drs. José Manuel Pereira Cabral e José Pereira dos Santos. O editor responsável foi Bernardino Ribeiro de Faria. Pouco depois desapareciam do cabeçalho os fundadores, para figurar o de Júlio César de Sales, como redator e editor responsável. A tipografia da "Gazeta Comercial" foi comprada na Campanha, na oficina do "Monitor Sul-Mineiro", e montada, em Itajubá, num prédio de José Justino de Faria.

3.º — "Rio Branco". Primeiro número em 6 de janeiro de 1882. Seu primeiro redator foi o Tenente José Baptista de Carvalho, substituído logo depois por Paulino Augusto dos Santos. Figura nas *Efemérides Mineiras* de Xavier da Veiga. Esse jornal publicava todos os editais da Câmara Municipal por 50 mil réis por trimestre (Ata de 12-04-1882). "O Itajubá", seu adversário político, propôs fazer as mesmas publicações a 40 mil réis. A direção do "Rio Branco" ofereceu, então, os mesmos trabalhos a 10 mil réis por mês (Ata de 22-01-1883, da Câmara Municipal). É aí que "O Itajubá" franqueou, gratuitamente, suas colunas à Municipalidade (Ata da Câmara, de 01-02-1883)...

4.º — "A Época". Primeiro número em 14 de maio de 1885. Figura na honrosa relação de Xavier da Veiga. Foi seu editor Manuel Luís Ferreira de Magalhães. A Câmara Municipal (Ata de 15-05-1885) também assinalava o seu aparecimento.

5.º — "O Agulha". Existiu em 1885, segundo o Prof. Cornélio de Faria (Revista "F.I.", de agosto de 1940).

6.º — "A Verdade". Primeiro número em 4 de março de 1886. Figura na relação apresentada nas *Efemérides Mineiras*. Foram seus fundadores Fructuoso Ramos de Lima, Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Cap. Antônio José Leite e Antônio José Pinto da Silva. Teve longa e brilhante duração, em três fases: a primeira foi do n.º 1, ano I, a 25 de junho de 1896. Após 21 anos, em 5 de agosto de 1917, reaparecia "A

Verdade", por iniciativa de seu fundador Fructuoso Ramos de Lima. Menos de dois meses depois, nos seus 75 anos de idade, desaparecia esse grande realizador da imprensa itajubense em 2 de outubro de 1917. Seu neto, o preclaro historiador e jornalista Dr. José Ernani de Lima, tomou a incumbencia de dar prosseguimento a "A Verdade" nessa segunda fase, que tambem teve como continuadores o maestro Luís Ramos de Lima e o Dr. Geraldino Furtado de Medeiros. Essa 2.ª fase encerrou-se em 25 de julho de 1920. Em 8 de janeiro de 1939 ressurgia "A Verdade" sob a direção do Dr. José de Lima Medeiros, bisneto do fundador da folha, Fructuoso Ramos de Lima. Essa 3.ª e última fase encerrou-se em 5 de agosto de 1945, estando, nos seus seis últimos meses, sob a direção dos Drs." Antônio Salomon e Manuel Cintra Barbosa Lima. O editor era então o jornalista João Pinto de Sousa.

7 — "A Lira". Primeiro número em 6 de janeiro de 1889. Também figura nas *Efemérides Mineiras* de Xavier da Veiga. Foi seu realizador o notável maestro e compositor Luís Ramos de Lima. "O Itajubá" de 13-01-1889, saudou o aparecimento desse novo colega.

8 — "Cruz de Malta". Apareceu em 1890. Seu redator foi João de Mendonça Furtado. Está incluído nas célebres *Efemérides* de Xavier da Veiga.

9 — "Correio do Povo". Surgiu em 1890, segundo "A Verdade" de 27-08-1892. Seu editor foi Balduíno Vieira Salgado, e redator José Manso Pereira Cabral. Em 1904, segundo registrava a "Gazeta de Itajubá" de 28-08-1904, seu editor era Américo Conrado Grilo.

10 — "O Serelepe". Nasceu em 1896. Está nas *Efemérides*. Foi seu editor Justino Paulistano de Olivas.

11 — "Cidade de Itajubá". Principiou em 1897. Teve como editores Francisco Araújo e Francisco Moura Brasil.

12 — "A Evolução". Surgiu em 14 de outubro de 1901. Primeiro jornal itajubense deste século. Tiveram como redatores o Padre Marçal Pereira Ribeiro, o Prof. Cornélio de Faria e o Dr. Antônio Salomon.

13 — "Gazeta de Itajubá". Começou a circular em 1.º de fevereiro de 1903. Inicialmente seu editor foi Francisco de Araújo (conhecido por *Chichico*). Foram seus redatores José Manso Pereira Cabral e Pedro Bernardo Guimarães.

14 — "O Operário". Primeiro número em 1.º de maio de 1903. Era seu redator James William Fabris. O aparecimento dessa folha está noticiado na "Gazeta de Itajubá", de 03-05-1903 e 14-06-1903. Era impresso na oficina da própria "Gazeta".

15 — "O Clarim". Primeiro número em 29 de fevereiro em 1904. Seus redatores foram Sebastião Mendes de Carvalho e José Manuel Vilas-Boas. Teve curta duração.

16 — "O Progresso". Deve ter aparecido mais ou menos em 1906. Em 1908, segundo uma Ata desse ano do Clube Itajubense (3.º Livro), esta folha ainda existia.

17 — "O Colibri". Surgiu em 1906 ou 1907. Era dirigido por Luís Ramos de Lima e editado por Luís Dalle Afflalo.

18 — "Folha do Povo". Deve ter aparecido mais ou menos em 1908.

19 — "O Lictor". Seu primeiro número circulou em 20 de março de 1908. Não trazia no cabeçalho o nome de Itajubá nem de outra cidade, nem indicava o redator responsável, mas os assuntos de suas colunas traíam a origem, entre os quais os comentários de *Romano do Capitólio*, que achincalhava sem dó as moças que passeavam, às tardes, no jardim público da Praça Cesário Alvim (atual Praça Teodomiro Santiago).

20 — "A Cidade". Apareceu mais ou menos em 1910. Pouco sei sobre esse jornal. Figura na relação publicada na "Gazeta de Itajubá", n.º 52, de 28-09-1910.

21 — "O Coruja". Suponho ter aparecido em 1911. Era redigido por um grupo de preparatorianos do Ginásio de Itajubá. Trazia caricaturas do pintor Luís Teixeira.

22 — "A Marreta". Seu primeiro número circulou em 1912. Tinha como diretor o jornalista João Pires de Oliveira Feichas. Era ilustrado por Luís Teixeira.

23 — "O Águia". Surgiu mais ou menos em 1912. Era folha humoristica dirigida por José Lebroto Chaves.

24 — "O Carapuça". Periódico humorístico, aparecido em 1911 ou 1912, também redigido pelos alunos do Ginásio de Itajubá, pertencentes ao Grêmio Joaquim Nabuco.

25 — "Século XX". Primeira revista itajubense, fundada em 1913. Publicavam-na os alunos do Instituto Eletrotécnico, sob a direção de Ligório Santos. Era ilustrada com caricaturas de Bernardino José da Costa Filho, então acadêmico, diplomado com a 1.ª turma de engenheiros do IEI.

26 — "Folha Oficial". Principiou em 1914, ou pouco antes. Era editada sob os auspícios da Municipalidade.

27 — "Monstra te Esse Matrem" *(Mostra-te que és Nossa Mãe)*. O titulo é uma frase de São Bernardo, pronunciada na Igreja de Espira (segundo o Padre Antônio Vieira, *Sermões*, vol. 12, pág. 405, edição de 1948, aproveitada para um dos versos do hino *Ave Maris Stella*. Existiu em 1914. Era periódico religioso da Pia União das Filhas de Maria, orientado pelas Irmãs da Providência e Impresso na tipografia de Francisco Araújo.

28 — "A Notícia". Apareceu em 1914, sob a direção de José Lebroto Chaves. Era jornal impresso na tipografia de Sousa Pinto & Filho.

29 — "Mocidade". Revista surgida em 1915. Redigida por acadêmicos e ginasianos, e ilustrada por Luís Teixeira.

30 — "O Comércio". Primeiro número em 28 de novembro de 1920. Seu editor responsável era J. Cardoso. Órgão dos balconistas de Itajubá.

31 — "A Pelota". Apareceu em 19 de maio de 1921. Era órgão oficial do Itajubense Futebol Clube.

32 — "O Bisturi". Deve ter surgido em 1921 ou 1922. Era jornal dos Sargentos Espírito Santo, Saturnino e Salustiano, militares do 4.º Batalhão de Engenharia, então recentemente sediado em Itajubá.

33 — "O Itajubá". Apareceu em 1921. Era o segundo jornal com esse nome. Depois de dois anos, reapareceria em 1.º de dezembro de 1923, com o Número 1, Ano III. Seu diretor foi F. Brás Neto, e proprietária a firma Brás & Brás. Sua 3.ª fase se iniciou em 19 de maio de 1929, tendo como diretor responsável José Maria Afflalo e diretor-gerente Jayme Wood. Nessa fase também foi dirigido pelo Dr. Luis de Lima Vianna. Teve uma 4.ª e última fase, iniciada em 1945, agora sob a direção de João Pinto de Sousa, tendo como um de seus redatores o Prof. Francisco Júlio dos Santos.

34 — "Tribuna Mineira". Principiou a editar-se em 1929. Foi uma das mais assinaladas realizações jornalísticas do grande empreendedor da imprensa itajubense, que foi João Pinto de Sousa.

35 — "O Papagaio". Nasceu em 1923. Foi seu diretor João Mendes Leite.

36 — "O Labor". Seu primeiro número traz a data de 24 de outubro de 1926. Era dirigido por Benedito Pereira (Didi Pereira) e redigido por João Pires de Oliveira Feichas. Também esteve sob a direção de Brás Neto. Era órgão da Associação Comercial. Reapareceria, em 2.ª fase, em 26 de abril de 1959, sob a direção de Florival Xavier, tendo como redatores Adolfo Pereira Filho e D. Gusmão de Almeida.

37 — "O Ginásio". Existiu em 1927. Está mencionado no prospecto do Ginásio de Itajubá, de José Antônio Dias Neto.

38 — "O Estudante". Fundado em 1928 pelos alunos do Instituto Eletrotécnico.

39 — "A Brasa". Primeiro número em 13 de agosto de 1929. Diretor: K. Valette. Redatores: Pierre Lord e M. Barata. Folha humorística e satírica.

40 — "Jornal do Povo". Apareceu em 16 de fevereiro de 1930. Foram seus redatores J. Teixeira de Carvalho e José Petronilho. "O Labor", na edição de 31 de janeiro de 1930, saudava o seu aparecimento.

42 — "Tripanozoma Cruzi". Surgiu em 1.º de maio de 1931. Era folha redigida pelos alunos do Colégio São Vicente de Paulo. "O Itajubá", de 3 de maio do mesmo ano, registrou o nascimento do novo colega.

43 — "O Arrebol". Seu primeiro número é de 7 de junho de 1931, e também pertencia aos alunos do Colégio São Vicente de Paulo.

44 — "O Trabalhista". Apareceu em novembro de 1932. Era dirigido pelo farmacêutico Antônio Toledo de Azevedo.

45 — "21 de junho". Surgiu em 1932. Era folha dos alunos da Escola de Comércio de Itajubá (do curso ginasial anexo), componentes do Centro 21 de junho.

46 — "Faísca". Principiou em 1932. Foi mais uma realização dos alunos do Instituto Eletrotécnico de Itajubá. Era dirigido pelo Dr. João Pereira de Sousa (conhecido por *Baiano*), então aluno da mesma Escola.

47 — "Tribuna Proletária". Fundada em abril de 1933 pelo Sargento Francisco Gonçalves Moura, para divulgação da doutrina comunista.

48 — "O Semeador". Seu número de estréia traz a data de 16 de abril de 1933. Foi uma iniciativa da Congregação Mariana, e era redigido pelos esclarecidos católicos Drs. José Ernesto Coelho e Manuel Cintra Barbosa Lima.

49 — "Quarta Humanidade". Apareceu em 25 de agosto de 1935 para a divulgação da doutrina integralista. Foram seus diretores os acadêmicos de Engenharia Luís Bouchardet e Luís Petribu.

50 — "O Resumo". Primeiro número em 2 de fevereiro de 1936. Fundado e dirigido pelo poeta Antônio Martins.

51 — "G. I.". Fundado em 1936. Era órgão do Grêmio Castro Alves, do Ginásio de Itajubá.

52 — "Correio dos Viajantes". Apareceu em 1939. Era uma publicação do Sindicato dos Viajantes do Sul de Minas.

53 — "F.I." (Revista). Seu primeiro número é de junho de 1939. Era órgão da Fábrica de Armas de Itajubá, do Ministério do Exército.

54 — "Jornal de Itajubá". Surgiu em 1937. Teve como redator o Dr. Walter Cabral; diretor responsável, Dr. José de Lima Medeiros; secretario, Ruy Braga.

55 — "O Itajubense". Primeiro número em 5 de outubro de 1940. Foram seus diretores e redatores os Drs. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, Luís Evora, Albino Alves Filho e Fortunato Pereira.

56 — "Sentinela". Primeiro número em 20 de julho de 1941. Fundado e dirigido por José Ribeiro da Costa.

57 — "O Espeto". Primeiro número em 12 de julho de 1945. Foram seus diretores Renato Bianchi e o autor desta *História*.

58 — "F.I." (Jornal). Seu primeiro número é de 16 de setembro de 1945. É órgão do Centro Social da Fábrica de Itajubá, do Ministério do Exército.

59 — Atualidades". Primeiro número em 10 de junho de 1945. Redigido por Antônio Martins, José Amaral Júnior e Benedito Nascimento.

60 — "A Voz do Estudante". Apareceu em 1945. Teve como diretor J. A. do Nascimento Júnior, e redatores Paulo de Castro Resende, B. Gonçalves Ribeiro e Paulo Medeiros.

61 — "Notícias Escolares". Fundado em 26 de setembro de 1946. Órgão do Grugo Escolar Barão do Rio Branco.

62 — "Teodomiro Santiago". Folha da Escola Estadual do mesmo nome.

63.º — "Voz Escolar". Órgão da Escola Estadual Cel. Carneiro Júnior.

64.º — "O Carijó". Jornal da Escola Estadual Rafael Magalhães.

65.º — "O Sul de Minas". Seu primeiro número é de 1.º de junho de 1947. Sendo esta folha ainda existente neste ano em que elaboro este trabalho (1985), e não tendo havido, durante esses 38 anos, nenhuma interrupção, nem deixado de circular uma só semana, é esse jornal, hoje linotipado, o de maior duração em Itajubá. Sempre teve oficina própria. Seu fundador é o jornalista João Aldano da Silva, que contou com o apoio do Dr. Venceslau Brás, do Dr. José Brás Pereira Gomes e de outros progressistas, os quais sentiam então a falta de um jornal em Itajubá. É desde 1962 propriedade da Sociedade Colégio de Itajubá, e, depois de ter ficado sob a direção do Dr. José de Lima Medeiros e do Prof. Gabriel Ferreira Leite, é hoje dirigido por Sebastião Inocêncio Pereira.

66.º — "Vale do Sapucaí". Seu primeiro número é de 9 de novembro de 1947. Foram seus diretores e redatores o Prof. Renato Bianchi e o autor desta *História*.

67.º — "O Esporte". Teve o número de estréia em 3 de julho de 1948. Era dirigido por Renato Bianchi e Machado Neto.

68.º — "A Chuteira". Jornal esportivo. Primeiro número em 10 de junho de 1948. Foram redatores Santos Filho e M. Tavares.

69.º — "O Mosquito". Número de estréia em 16 de julho de 1948. Era composto e impresso pelo aprendizes de tipografia da Escola Industrial da Fábrica de Armas. "O Sul de Minas", em 18 de julho de 1948, noticiou o seu aparecimento.

70.º — "Correio de Itajubá". Primeiro número em 9 de janeiro de 1949. Foi seu fundador e diretor o Dr. Euclides Pereira Cintra, hoje deputado estadual. Teve esse jornal uma 2.ª fase, reaparecendo em 6 de março de 1960, tendo como redator o Prof. Gabriel Ferreira Leite.

71.º — "A Voz do Povo". Estréia em 16 de abril de 1950. Realização do Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, seu diretor e redator.

72.º — "Providência". Principiou em junho de 1950. Revista dirigida pelas Irmãs da Providência.

73.º — "Avante". Apareceu em setembro de 1950. Folha dos alunos do Colégio de Itajubá, dirigida por Hamilton Altivo e Srta. Sílvia M. de Almeida.

74.º — "Futebol". Primeiro número em 5 de abril de 1951. Órgão oficial da Liga Itajubense de Futebol, dirigido por Alberto J. Pereira.

75.º — "A Reação". Folha política. O nº 1 traz a data de 15 de fevereiro de 1953. Teve como diretores Geraldo Aldano Matos e Dr. Santos Pupim Neto.

76.º — "O Dínamo". Seu reaparecimento é de 14 de maio de 1953. É dirigido pelos alunos da Escola Federal de Engenharia de Itajubá.

77.º — "A Mocidade". Seu primeiro número é de 7 de junho de 1953. É jornal dos alunos do Colégio 7 de Setembro. Já ficou anotado que em 1915 existiu em Itajubá uma revista com o título "Mocidade", a 29ª realização jornalística da cidade.

78 — "O Ceci". Primeiro número em 17 de setembro de 1953. Órgão do Centro Estudantil do Colégio de Itajubá (C.E.C.I.).

79 — "O Progresso". Apareceu em março de 1954. É publicação dos alunos do SENAI. Em 1906 existiu uma folha com o mesmo título, o 16.º jornal de Itajubá.

80 — "O Pê-Tê-Bê". Primeiro número em 8 de agosto de 1954. Era seu diretor o Dr. Vicente Vilela Vianna, e redatores Dejarmo S. Henriques, Auzelino de Castro Gama e Alberto J. Pereira.

81 — "Flama". Primeiro número em 14 de maio de 1955. Foram seus diretores Rubens Fonseca e Glauco Medeiros.

82 — "A Granja". Seu primeiro número circulou em maio de 1955. É órgão dos alunos das Escolas Reunidas Venceslau Neto.

83 — "A Voz do Povo". Primeiro número em 27 de novembro de 1955. É o segundo jornal itajubense com esse nome. Foi seu diretor Nagib Mohallem Filho.

84 — "Folha Itajubense". Primeiro número em 15 de abril de 1956. Uma realização do Vereador Sebastião Marciano de Farias.

85 — "O Centavo". Apareceu em 1956. É órgão do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Itajubá.

86 — "Trabalhismo em Marcha". Primeiro número em 2 de março de 1858. Foram seus diretores e redatores João Pereira de Andrade e Silva e Martinho de Mendonça.

87 — "Rotary". Órgão Oficial do Rotary Club de Itajubá.

88 — "O Crack". Primeiro número em 6 de agosto de 1963: Redigido por Machado Neto, Gino Scalzo e José Ribeiro da Costa.

89 — "O Líder". Seu número de estréia é de outubro de 1963. É órgão oficial da UMESI (União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Itajubá), dirigido por Roberto Reis Saleh e Jaime Petit.

90 — "O Noturno". Primeiro número em 2 de fevereiro de 1965. Foi seu redator o Prof. Wilson Ribeiro de Sá.

91 — "Ponto 50". O número de estréia é de 25 de agosto de 1965. É órgão do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate. Teve inicialmente como diretor o Capitão Padre Cássio Ferreira, capelão militar.

92 — "A Voz do Sul". Primeiro número em 8 de abril de 1966. Foi seu fundador e redator Hélio Gil de Sousa, e seus continuadores Maria Aparecida Garrido Silva, Dr. Antônio F. C. Toscano e Dr. J. V. Cortez.

93 — "Correio Popular". Apareceu em abril de 1968. Apresentava-se como "Órgão de Divulgação da Associação dos Amigos da Boa Vista e Avenida". Teve como redatores Geraldo Simões e Vicente Campos.

94 — "Correio Sul-Mineiro". N.º 1 de 7 a 20 de agosto de 1976. Foram seus diretores Cláudio J. Barbosa Vander Velden e Francisco J. Vilela Pinto.

95 — "O Clarim". Seu primeiro número circulou em 9 de março de 1978, tendo como diretor responsável Mário Martins Riera Filho, e diretor e redator-chefe Victor Correa de Oliveira. É o segundo jornal itajubense com esse título.

96 — "A Voz do Estudante". O primeiro número é de 31 de agosto de 1978. Seu diretor e redator-chefe era Luís Gonzaga Costa. É o segundo jornal itajubense desse título.

97 — "Gazeta Intermunicipal". Aparecimento em junho de 1981. Seu diretor foi Hélio Joaquim da Costa, e redator-chefe Afrânio Carvalho.

98 — "Folha do Sul". Primeiro número lançado em 31 de outubro de 1981, tendo como diretor responsável Antônio Benedito Rosa.

99 — "O Fato". Circulou o n.º 1 em 8 de abril de 1983, tendo como editor e redator-chefe Magno Baião e redatora Djanira D. M. Cunha.

100 — "A Tribuna". O primeiro número traz a data de 17 a 23 de abril de 1983. Seu editor é Sérgio Leal, e secretário de redação Alaor Barbosa Júnior.

101 — "Boletim Informativo". Órgão oficial da Fundação Teodomiro Santiago, vinculada à Escola Federal de Engenharia de Itajubá. O número 1 é de agosto de 1979. Tem como diretor o jornalista Sérgio Leal.

102 — "Sul em Notícias". O número de estréia abrange as datas de 10 a 16 de fevereiro de 1984. Tem como diretor responsável Maurício Sampaio Diniz.

Através dessas 102 realizações do periodismo itajubense, quanta literatura boa se fez, quanta genialidade revelada, quanto idealismo sadio se implantou, quantas jóias dignas de Castália saíram do ineditismo, quantos estudos e ficções engenhosas se divulgaram, quantas informações de interesse público se transmitiram, quantos fastos se registraram para a História, para revelar, com mais de um século de letras jornalísticas, a pujança cultural e a intelectualidade itajubense!

O século XX começou com apenas uma tipografia em Itajubá, a de Francisco Araújo. A revista "Mocidade" (n.º 6, de 23 de novembro de 1915) anunciava a fundação da Sociedade Anônima Impressora, que tratava da instalação de completa oficina gráfica, uma realização de José Hilário de Sousa Pinto, José Carlos da Costa e Silva, José Rennó Pereira, Joaquim Rodrigues Pinto, João Feichas e Geraldino Medeiros. Instalou-se, naquela época, a bem montada tipografia de Sousa Pinto & Filho. Um pouco mais tarde foi João Pinto de Sousa quem instalou uma oficina gráfica que fez tradição em Itajubá. Já no segundo quartel deste século muitas outras tipografias foram inauguradas. A pioneira do linotipo é a Sociedade Colégio de Itajubá, proprietária de "O Sul de Minas", o maior jornal da região.

A primeira agência de jornais de Itajubá foi fundada em 1912 por Antônio Bueno Caldas, comerciante que prestou bons serviços à cidade, distribuindo os melhores e mais conceituados jornais e revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo. Em 1914 Antônio Bueno Caldas passou sua agência a Nicandro Dias Coelho, que a manteve até 1922. Durante esse tempo, assinale-se também José Luís Monteiro Chaves (José Lebroto), como representante de "A Noite" e de outras folhas do Rio de Janeiro. Mais tarde João Mendes Leite, alfaiate, entre 1919 e 1923, se tornou representante e revendedor de algumas publicações. João Francisco de Matos, em 1916, instalou uma agência lotérica (segundo Ata de 16 de novembro de 1922, da Câmara Municipal), no prédio hoje substituído pelo edifício da Casa Vera Cruz, no qual também vendia "A Noite", a revista humorística "D. Quixote" e outras revistas cariocas.

Com o afastamento de Nicandro Dias Coelho, em 1922, José Caldas de Campos tornou-se proprietário de sua agência de jornais e revistas, mantendo-a até 1928, quando, então, teve como sucessores Caruso & Rotela, proprietários da Casa Del Prete, no térreo do Grande Hotel. A Casa Del Prete é hoje contínuada por Gino Scalzo, em outro local da mesma Praça Teodomiro Santiago.

O primeiro jornaleiro de Itajubá, cuja figura simples e bondosa marcou época no comércio de periódicos, foi Joaquim Silvério Pinto de Noronha, apelidado *Major*, ou *Major do Pintinho*, como todos o conheciam. Principiou como revendedor ambulante de Antônio Bueno Caldas.

* * *

59 — A MÚSICA

A arte musical madrugou em Itajubá. Desde o tempo de simples arraial e freguesia, já a primitiva Boa Vista do Sapucaí, nas noites de luar, tinha pelas ruas os bandos românticos de boêmios seresteiros. Naqueles bons tempos os conhecimentos de música e a execução do piano faziam parte da educação de uma sinhá-moça, e os pais tomavam para as moças professores particulares.

Fora do lar, eram outrora muito admiradas as bandas de música, a mais atraente manifestação artística na apreciação popular. A mais antiga filarmônica de que se tem notícia em Itajubá é a *Lira do Povo*, fundada pelo cristinense Licurgo Mineiro de Sousa Nogueira, autor do dobrado *Boa Vista*. Licurgo residiu em Itajubá durante muitos anos. Tinha dois escravos de estimação, Amâncio e Jerônimo, que foram notáveis instrumentistas, integrantes da *Lira do Povo*.

Um dos primeiros nomes que, depois de Licurgo Mineiro, aparecem na história da música em Itajubá é o do maestro e compositor José Baptista de Carvalho. Em 1849, nas festas da instalação da vila, figurava ele com sua banda de música. Viveu muitos anos, e na Ata de 11 de janeiro de 1866, da Câmara Municipal, encontra-se a proposta do Dr. Américo da Silva e Oliveira, então vereador, de "um voto de agradecimento ao cidadão José Baptista de Carvalho, por ter o mesmo, como diretor de uma corporação musical, se prestado gratuitamente com a corporação para os festejos do desenlace da questão de Montevidéu", e, em 1871, ainda estava ele presente com sua banda para abrilhantar os festejos de 7 de setembro.

A Sociedade Musical de que José Baptista de Carvalho foi diretor, era a *Concórdia Itajubense* ("O Itajubá", de 19-05-1872). Por essa época também existia a *União Musical Itajubense* regida pelo consagrado maestro Honório José de Oliveira ("O Itajubá", de 15-09-1872).

Em 1886, vindo a público o inventário dos bens deixados pelo maestro Ten. José Baptista de Carvalho, fez-se constar em seu espólio uma grande quantidade de músicas, discriminadas que foram pelo Juiz Municipal Dr. Aureliano Moreira Magalhães ("O Itajubá", de 29-08-1886).

Nos meados do século passado havia em Itajubá duas bandas de música, e o povo se dividia em facções, segundo a preferência por esta ou aquela *Corporação*. Com isso, cada filarmônica mais se esforçava por manter sua superioridade, não decepcionando os seus fãs mais exigentes. Empenhava-se, assim, em conseguir sempre os mais afamados solistas, em dobrar os ensaios, os quais eram invariavelmente feitos longe da cidade, a fim de aumentar a expectativa da surpresa das novas peças, e para que a banda rival lhe não roubasse a novidade. E compunham ou adquiriam sempre novos dobrados, valsas, choros, mazurcas, polcas e fantasias...

Charanga — era a denominação depreciativa com que se mencionava a banda adversária...

Numa época em que não havia cinema, rádio, televisão, disco, futebol ou qualquer diversão que pudesse dividir a paixão das massas populares, toda a atenção do povo se voltava para esta única instituição recreativa que as empolgava, que era a banda de música. Daí o fanatismo que, não raro, provocava agressões, violências, insultos, brigas e até mortes...

Um vestígio documental daquelas memoráveis contendas, — e isso para nem precisar reproduzir o que nos diz a tradição — encontramo-lo numa Ata da Câmara Municipal, e que envolve o nome do já referido maestro José Baptista de Carvalho, ao qual o Bispo de São Paulo, D. Sebastião Pinto Rego, havia concedido o título de Mestre de Capela, privilégio e honrarias estas que puseram em hostilidades o regente da outra banda, o maestro Joaquim Alves dos Reis, situação que trazia grave perigo para a segurança e tranqüilidade do lugar...

Diz o seguinte o curioso documento:

"Proponho que esta Câmara represente ao Exmo. Bispo de São Paulo, com o devido respeito e acatamento, sobre a grande e palpitante necessidade de ser cassada um privilégio que S. Exa. Rev. concedeu a José Baptista de Carvalho, com o título de Mestre de Capela, pois que havendo nesta cidade duas corporações de música, ambas aptas para as solenidades do culto, e achando-se a povoação da cidade sacrificada desde janeiro de 1861 a uma inimizade terrível e perigosa, tem o dito privilégio contido na Provisão de Mestre de Capela conferido àquele Baptista servido para agravar a desoladora situação em que nos achamos, e que não deve ser estranha a S. Excia. Revma. que na cidade de Itajubá não é convenientes, por forma alguma, a conferência de tal privilégio a nenhum dos regentes das duas bandas de música, enquanto o povo não se compenetrar por um modo sério e robusto de seus deveres para com Deus e a sociedade. Paço da Câmara, 15 de janeiro de 1866 — Alvarenga e Sá".

Com referência a este outro maestro Joaquim Alves dos Reis, há no arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo também um despacho, este de 26 de novembro de 1866, "para o Revdo. Vigário fazer constar a Joaquim Alves dos Reis, diretor de uma corporação musical dessa Paróquia, que é permitido o exercício desta arte a qualquer, nos atos religiosos, uma vez que se responsabilize perante o Pároco sobre a conveniência das músicas para tais atos".

Os ciumentos adversários mais se indignavam porque o Sr. Bispo diocesano havia distinguido o outro maestro com o título de Mestre de Capelas, e não parecia disposto a retirar o título!...

Pois quase vinte anos mais tarde ainda havia em Itajubá, as mesmas rixas e animosidades por motivo de bandas de música, por parte do povo que se dividia em duas facções, segundo as preferências. Vejamos, a propósito, este trecho de Ata da Câmara Municipal:

"Propomos que esta Câmara oficie com brevidade ao Dr. Juiz de Direito e Promotor Público da Comarca, e bem assim ao Dr. Juiz Municipal e Delegado de Polícia do Termo, para providenciarem de modo que sejam eficazmente restabelecida a paz das famílias e a segurança individual na cidade, infelizmente atacada por grupos armados que cursam as ruas da cidade e ameaçam com palavras, ações e gestos ofensivos a todos quantos não esposam suas idéias anarquistas, e provocações aos que se conservam neutros e indiferentes aos seus desmandos, visto como o estado anormal da nossa comunidade social pode dar lugar a conflitos e desordens lamentáveis, por isso que a excitação dos ânimos é intensa até entre alguns cidadãos que se imiscuem por intrigas que minam as duas bandas de música existentes na cidade como é público e notório. Paço da Câmara, 2 de março de 1885. — Antônio José Leite, Manuel José Veloso".

O Delegado de Polícia do Termo, Capitão José Francisco dos Santos Bretanha, respondeu à Câmara que a cidade "há oito dias que se acha em paz não incomodada pelos grupos, tendo assim cessado as agitações externas e movimentos de ruas" (Ata de 14-03-1885, da Câmara Municipal). Nas ações policiais para o restabelecimento da ordem, muito se destacou o Sargento Emílio José das Neves, o que lhe valeu uma promoção (Atas de 15-04 e de 01-06-1885, da Câmara Municipal).

Família de músicos itajubenses do passado foi a de Valentim Rodrigues do Nascimento, pai de três notáveis compositores, Serafim, João Baptista e Júlio César Rodrigues do Nascimento, autores de valsas e dobrados de real valor artístico.

De Júlio César Rodrigues do Nascimento é o dobrado sinfônico *Itajubá*. Houve outros compositores que também deixaram dobrados com o mesmo nome. Em 1894 editou esse itajubense, pela Buschmann & Guimarães, do Rio de Janeiro, o tango *Os Federalistas* ("A Verdade", de 03-02-1894). Em 1889, com José de Castro, abriu uma aula de música em Itajubá. Seu irmão João Baptista Rodrigues do Nascimento, autor de *Saudade de Iguapé* e do dobrado *Manuel Rabelo*, é o verdadeiro compositor do popular, e já muitas vezes gravado por diversas bandas de música, dobrado *Saudade de Minha Terra* (e *minha terra é, aqui, a saudosa Itajubá...*) e da valsa *Laura*, conhecida em todo o Brasil, que o músico de um circo, passando por Itajubá no início do século, tendo obtido uma cópia, levou-a para bem longe, trocando o título para *Saudade de Ouro Preto*, substituindo o nome do autêntico autor... *Laura*, uma beldade de há um século, a inspiradora dessa belíssima valsa, viveu seus últimos dias paupérrima, pedindo esmolas. Segundo "O Itajubá" de 06-06-1886, Júlio César Rodrigues do Nascimento e Serafim Rodrigues do Nascimento fizeram parte da Corporação Musical *União dos Artistas*.

O Almanaque Sul-Mineiro, de Saturnino da Veiga, de 1874, pág. 288, registra a existência, naquele ano, da Corporação Musical *União Itajubense*, dirigida por Antônio Simplício Pereira Dias e regida pelo notável maestro e compositor Honório José de Oliveira.

Em 1885 o mesmo Bernardo Saturnino da Veiga (*apud* Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais*, 1909) assinala a existência em Itajubá de uma banda de música dirigida por Joaquim Pinto de Noronha Júnior, época em que, segundo o mesmo informante, toda Itajubá possuía 7 pianos... Trata-se da banda de música *Santa Cecília.*

O Leonardo da Vinci de Itajubá foi Feliciano José Pinto da Silva, pois, além de pintor e escultor, poeta e entalhador, era músico de elevado mérito. Seu instrumento preferido foi o violoncelo, que também tinha a preferência de seu irmão José Maria Pinto da Silva, outro grande nome da música itajubense. Foi Feliciano o diretor da banda de música *União e Trabalho*, da qual faziam parte, além dele, Olímpio Ribeiro da Silva, Achielles Pereira Salomon, Cornélio de Faria, Antônio Luís Alves de Noronha Júnior, Manuel L. Ribeiro, Manuel Correa de Faria, Antônio Luís Alves de Noronha, Ernesto Alves de Noronha, José Ramos de Lima, Luís Ramos de Lima, Antônio Salustiano Rebelo, Júlio Alves de Noronha, Henrique João de Faria e João Ramos de Lima. Essa banda teve longa duração e foi estreada no Teatro Santa Cecília, sob a regência de Feliciano José Pinto da Silva, em 12 de outubro de 1884, segundo noticiava "O Itajubá" na sua edição de 11-10-1884. O jornal itajubense "A Verdade", de 06-02-1892, noticiava a extinção da *União e Trabalho* e a organização de uma nova banda de música, a *União Democrata*, com a seguinte diretoria, eleita em 3 de fevereiro daquele ano: Antônio Luís Alves de Noronha, diretor; Joaquim Pinto de Noronha Júnior, Vice-Diretor; Feliciano José Pinto da Silva, Regente; Luís Ramos de Lima, Secretário; Olímpio Ribeiro da Silva, Avisador. E esclarecia o referido jornal:

"UNIÃO DEMOCRATA — É este o título da nova corporação musical, criada com o mesmo pessoal da *União e Trabalho*, que foi dissolvida. Desejamos que essa associação tenha prolongada existência, seguindo sempre a trilha da sua antecessora, que tantas glórias registrou durante 7 anos".

Pelo que se infere diante dos noticiários da época, o que parece ter havido foi uma dissidência entre os músicos, pois a *União e Trabalho* continuou a existir... Em 1901 estava sob a direção de Adonirão de Oliveira ("Cidade de Itajubá", de 18-08-1901). Em 1903 ficou sob a batuta do maestro Luís Ramos de Lima ("Gazeta de Itajubá", de 21-06-1903).

Artista completo como disse, Feliciano José Pinto da Silva era seleiro, e, nas selas que fabricava admirava-se a perfeição dos desenhos que puncionava no couro, produzindo lavores em relevo que muito valorizavam suas obras.

E também sua banda de música teve adversários, conforme documentava o seguinte protesto, estampado em "A Verdade" de 04-04-1891:

"A Corporação Musical *União e Trabalho* foi desacatada na noite de 29 do passado, quando seguia para o Teatro, no exercício de suas

funções. Este fato, perturbador da ordem e dos legítimos direitos do cidadão, reclama a atenção das autoridades competentes. Peço providências. Itajubá, 1.º de abril de 1891. O Diretor — Feliciano José Pinto da Silva".

Essa banda de música *União e Trabalho* foi a de maior importância do século passado, pois, verdadeiramente era uma reunião de exímios artistas. Seus fundadores, segundo "A Verdade" de 01-04-1886. foram Antônio Luís Alves de Noronha, Antônio Luís Alves de Noronha Júnior, Ernesto Luís Alves de Noronha e Júlio Luís Alves de Noronha. Naquele ano de 1886, o Diretor era Antônio Luís Alves de Noronha; o Regente e Vice-Diretor, Feliciano José Pinto da Silva, e Secretário João Ramos de Lima ("A Verdade" de 02-09-1886).

Alguns desses músicos da *União e Trabalho,* e outros bons instrumentistas da sociedade itajubense, entre os quais José Rennó Pereira (Zequinha Pereira), pistonista; Francisco Rennó Pereira (Chiquinho Pereira), requintista; Nenê Noronha, requintista e clarinetista; Antônio Pereira Rennó (Totó Rennó) e outros, formaram outras excelentes bandas de música do início deste século, época em que também existiu a histórica *Mulamba,* corporação musical formada com elementos dessas diversas bandas.

Em 1886 existiu, em Itajubá, a Corporação Musical *União Conservadora,* dirigida por Antônio Luís Alves de Noronha ("A Verdade" de 23-12-1886). E foi essa *União Conservadora* que se dissolvia para fazer renascer a *União e Trabalho,* segundo seus próprios organizadores tornavam público em notificação de 3 de fevereiro de 1889 ("A Verdade" de 14-02-1889).

Houve ainda a banda *União dos Artistas,* dirigida pelo Capitão Antônio Cândido Rennó e Tenente Juvêncio Pereira Rebelo, e regida pelos irmãos Serafim e Júlio do Nascimento, a qual foi reorganizada com a denominação nada própria de *Atletas do Futuro* ("A Verdade" de 13-02-1892). E "A Verdade" de 20 de fevereiro de 1892 assim noticiava:

"*União dos Artistas* — Para os fins convenientes, e de ordem do Sr. Diretor, declaro que, em reunião efetivada no dia 8 do corrente, a Corporação Musical *União dos Artistas* resolveu dissolver-se, criando-se uma nova associação, denominada Corporação Musical *Atletas do Futuro,* sendo sua diretoria composta da seguinte forma: Diretor: Arlindo Barbosa de Mattos; Vice-Diretor: Calixto de Paula César; Regente: José de Castro; Secretário: Artur Grilo; Andador: Mário Grilo.

"Outrossim, previno também ao respeitável público que na aula de música, criada por esta Corporação, aceita-se a matrícula de doze alunos que queiram aprender, sem retribuição alguma, estando para esse fim contratado pela mesma Corporação o Sr. Valentim do Nascimento. A aula abrir-se-á em primeiro de março p. f. — O Secretário: Artur Grilo".

É também do século passado a *Euterpe Itajubense,* regida por Feliciano José Pinto da Silva. Teve curta duração.

Em 1880 surgiu na cidade o exímio trombonista e professor de música de nome Antônio Joaquim Ramos, que fazia os seus anúncios, e oferecimento de seus préstimos, pelas colunas da "Gazeta Comercial". Fundou ele a Sociedade Musical *Concórdia Itajubense*, cuja banda estreou em 23 de janeiro de 1881, com seus componentes todos "uniformizados de calça branca, paletó preto e chapéu de uma só qualidade".

Neste século, surgiram em Itajubá outras notáveis bandas de música. Em 1903 organizou-se a *Juventude Itajubense*, tendo Oscar Faria como diretor, e como maestro e regente Francisco Nisticó ("Gazeta de Itajubá" de 10-05-1903). E foram as duas corporações *União e Trabalho* e *Juvetude Itajubense*, que tocaram na apoteótica recepção dos Bispos D. João Nery e D. Júlio Tonti, Arcebispo de Ancira e Núncio Apostólico no Brasil, em 22 de abril de 1903.

Da "Gazeta de Itajubá", de 3 de janeiro de 1904, extraio este registro histórico:

"*Euterpe Mineira* — É o título de uma nova Corporação Musical, composta dos membros da Corporação *União e Trabalho*, e de acordo com os da extinta Corporação *União dos Artistas*, que, debaixo da regência do festejado maestro Luís Ramos de Lima, nos deleitará em breve, fazendo retretas no jardim público. Ficou assim composta a sua Diretoria:

"Diretor: Adonirão de Oliveira; Vice-Diretor: José Rennó Pereira; Regente e Orador: Luís Ramos de Lima; Substituto do Regente: Francisco Nisticó; Tesoureiro: Joaquim Pinto de Noronha Júnior; 1.º Secretário: Francisco Rennó Pereira; 2º Secretário: Antônio Pereira Rennó; Avisador: Paulo Dalle Afflalo; Fiscal: Djalma Indiano Diamantino".

Em 1905 era a Liga Operária que apresentava sua banda de música, regida pelo Prof. Cândido Cesarino de Almeida ("Gazeta de Itajubá", de 22-01-1905).

Assumindo a direção do Ginásio de Itajubá em 1906, introduziu o Dr. Teodomiro Carneiro Santiago nesse colégio as aulas de música, que foram confiadas ao maestro Francisco Nisticó, e foi esse talentoso compositor e regente que organizou a banda de música com os alunos. E foi o mesmo maestro Nisticó quem organizou a memorável banda de música do Instituto Dom Bosco, que teve duração de mais de vinte anos. Transmitindo a cada educando o perfeito conhecimento da divina arte, Francisco Nisticó formou uma plêiade de admiráveis instrumentistas e compositores. Entre estes notabilizou-se Luís Melgaço, *virtuose* da clarineta, que se tornou grande maestro e compositor, catedrático de conservatórios e destacado elemento dos meios artístico de Belo Horizonte. É o autor de inúmeras peças de estilo clássico. É de sua autoria o *Hino de Brasília.*

Surgem as filarmônicas do maestro José Martins e do Nenê Brito.

Na década de 1920, Victo Nistiçó, filho de Francisco Nistiçó, então soldado do 4º Batalhão de Engenharia, organizou uma banda com os militares dessa Unidade do Exército.

Em 1934, sob a direção do maestro Antônio Venturelli Ferrer (Juju), foi organizada a banda de música da Fábrica de Armas, do Ministério do Exército, da qual fizeram parte notáveis musicistas, tais como João Ribeiro Mendes, Avelino Gomes Pinto, Rafael Afflísio, Geraldo Pinto, Vicente Gonçalves da Silva, Anselmo Fausto, Assis Inocêncio dos Santos, Adésio Alves Teixeira, Ciro Ferreira dos Santos, Vasco Flaschen Sandy, Jair Sales, Ismael Galvão, Zoroastro Martins, José Benedito da Costa e uma dezena de outros servidores da Fábrica. Foi uma das corporações musicais que maior duração tiveram em Itajubá.

Vem, finalmente, a *Lira São José*, fundada em 1º de maio de 1957. A Ata da fundação é assinada pelo Padre Adão von Bach, Luís Martins Riera, José Almeida e Henrique Barbosa dos Santos. Carlos Galvão foi o Presidente fundador, e o Regente o maestro José Cândido da Rocha (Juca Rocha). O "Correio Sul-Mineiro" n.º 6, de 16 a 29 de outubro de 1976, trazia uma notícia dessa fundação. A pedra fundamental da sede da Lira foi lançada em 8 de outubro de 1967, conforme registro no 2.º Livro de Tombo da Paróquia de São José.

O velho Egydio Bonaldi referia-se sempre à *Banda Invisível*, que era a denominação humorística dada a um grupo de musicistas existentes na cidade, no início do século, em anos em que não havia corporação musical na cidade. Quanto a sociedade precisava da banda, esses amantes da música surgiam com seus instrumentos, espontaneamente e sem ensaios, para tocar numa solenidade, numa procissão, num enterro, numa manifestação popular, finda a qual novamente desaparecia a banda, que não existia... Era *invisível!* Dela participaram o próprio Bonaldi, Cornélio de Faria, o exímio músico que foi Joaquim Miranda (Quim Miranda), Francisco Nisticó, Antônio Pereira Rennó, José Rennó Pereira e muitos outros.

Além das bandas de música, foram muitos os conjuntos seresteiros e orquestrais já existentes em Itajubá.

Em 1918 o bandolinista Menino Miranda (Benedito Miranda) formou o *Choro das Batutas*, do qual fizeram parte Augusto de Oliveira e Sousa (contrabaixista), Joubert Guimarães (violinista), João Martiniano Maldonado (bandolinista), Menino Miranda (bandolinista), Protógenes Pinto de Almeida (violonista) e Romeu Venturelli (flautista). Foi esse o primeiro conjunto contratado por José Martin Garcia para tocar no cinema *Bijou*, a 3 mil réis por noite...

D. Emília Sanches Coelho (pianista) também participou do conjunto orquestral do *Bijou*.

Ana Venina Schwaiger, exímia pianista; Benedito Nascimento, flautista; Menino Miranda, consagrado bandolinista; João Costa e Nelson Costa, ambos violinistas, e mais dois ou três outros artistas do violão e

do cavaquinho compunham o conjunto de Mozart Correia, que acompanhava os filmes mudos do Apolo, antes de 1930. Mozart Correia, na década de 1930, também teve sua Orquestra Carlos Gomes, que figura numa fotografia estampada por Victor Silveira em *Minas Gerais em 1925*. E foi essa mesma orquestra que tocou durante o jantar e o baile oferecido a Melo Vianna, Presidente do Estado, na sua visita a Itajubá.

O cinema Edson também teve o seu conjunto, ao qual não faltaram pianistas, flautistas, violinistas e bandolinistas de mérito.

Antônio Venturelli Ferrer (Juju), notável artista do violino, organizou o conjunto seresteiro que executava valsas sentimentais, tangos, mazurcas e polcas dos velhos tempos, fazendo semanalmente o programa *Melodias do Coração, pela* ZYI-5, Rádio Itajubá. Naíldo Resende (violinista), Pedro Feichas (violinista), Menino Miranda (bandolinista) e José de Olivas (violinista) também participaram desse conjunto de *Melodias do Coração*. Também teve Juju o seu *jazz*, denominado *Venturelli* e *Seu Ritmo*.

O Conjunto Serenata Serra da Mantiqueira, de longa existência, foi fundado por seis artistas: Menino Miranda (ao bandolim), Pedro Feichas (violino), José de Olivas (violão), Antônio Francisco de Paula Júnior (flauta), Naildo Rasende (violino) e Afonso Campos (violão). É conjunto especializado em músicas sentimentais de serestas. Em datas diversas, um ou outro musicista, esporadicamente, tem participado desse conjunto, às vezes ficando ele acrescido de um violão, de um cavaquinho, de mais um violino, de uma flauta, um acordeom, uma guitarra. Já se exibiu, com grande êxito, em várias localidades do Brasil, e tem sido agraciado com medalhas, inclusive as de ouro. Exibiu-se na capital paulista, fazendo lá gravações por iniciativa do cantor Francisco Petrônio, seu grande admirador.

E não foram poucos professores de música que abriram suas escolas em Itajubá, ou que lecionavam em domicílio. Além de alguns maestros já citados, nomeiem-se os seguintes:

Antônio Marciano Maia, em 1870; Sabino Pereira de Castro, em 1872, Jesuíno Soares da Silva, em 1875 José Ramos de Lima, com aulas noturnas desde 1881; Calisto de Paula César, em 1884; Marieta Bressane de Lima, com escola no Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago), em 1885, e nessa época também estava na cidade a *Miss* Mary Beaver, que, além de idiomas, ensinava música; José Ramos de Lima e Cornélio de Faria, em 1886; em 1887, Calisto de Paula César e José Pereira de Castro Júnior inauguraram sua escola de música na Rua Duque de Caxias (atual Cel. Francisco Brás), n.º 9; em 1889, José Ramos de Lima abria com sua esposa uma escola de canto e piano.

Em 1900 chegava a Itajubá a consagrada mestra de piano D. Antonina Bourret, a primeira professora do famoso pianista e compositor clássico itajubense Fructuoso Vianna. Hábeis artistas do teclado formou

D. Antonina, educando toda uma geração de moças, realizando uma grandiosa contribuição à cultura itajubense. No início do século, também o maestro e compositor Luís Ramos de Lima manteve uma escola de piano. Em 1904 era também Cândido Cesarino de Almeida quem dava aulas de música na sede da Liga Operária. Hábil mestra de piano, há pouco falecida, foi Francisca (Chiquita) Pereira Rennó.

Vultos inesquecíveis da música em Itajubá, alguns não itajubenses mas radicados, com longos decênios, nas tradições da cidade, são os seguintes, aqui recapitulados nomes já lembrados neste capítulo:

José Baptista de Carvalho e Joaquim Alves dos Reis, dois notáveis regentes de banda de música do meado do século passado; Honório José de Oliveira, compositor, regente e professor de música no século passado. *Populus*, em "O Itajubá", de 20-03-1887, enaltece o grande mérito de Honório, como notável artista que foi; Feliciano José Pinto da Silva, grande alma de artista, poeta, pintor e músico; os irmãos Rodrigues do Nascimento (Serafim, João e Júlio), e o pai Valentim Rodrigues do Nascimento, uma família inteira de geniais cultores das pautas; José Ramos de Lima, violinista exímio e professor de sua arte; Antônio Pereira Rennó (Totó), inspirado compositor e pianista; Maria José Braga, pianista itajubense, laureada pela Escola Nacional de Música; Antonina Bourret, consagrada mestra do teclado; Georgina de Boucherville, pianista aplaudida em inúmeros consertos, em várias cidades brasileiras; os jovens pianistas irmãos Francisco de Assis Rennó e Jeaninne Rennó, precose *virtuose* do teclado; Francisco Nisticó, compositor e regente de reconhecido talento, italiano de berço mas de mais de 60 anos dedicados ao aprimoramento de sua arte em Itajubá; Victo Nisticó, itajubense, filho de Francisco Nisticó; Luís Melgaço, aluno de Nisticó e que se projetou como maestro, compositor e catedrático de conservatório; Luís Ramos de Lima, compositor, professor e maestro de posição saliente nas tradições culturais de Itajubá, com inúmeros tangos, valsas, xotes, mazurcas, marchas e fox editados nas capitais; Fructuoso Vianna, vulto consagrado da música brasileira, talvez o único compositor clássico mineiro, pianista magistral, cujas composições já estão sendo divulgadas em todo o território nacional e no exterior através de discos.

As biografias desses geniais representantes da música itajubense estão incluídas no volume *Colmeia Itajubense*.

Na Vargem Grande (hoje Brasópolis), então distrito de Itajubá, revelou-se até um compositor de óperas, o maestro José Lino de Almeida Fleming ("O Itajubá", de 02-05-1986).

Em 1953 esteve em Itajubá a Profª. Antonieta de Sousa, Diretora do Conservatório Brasileiro de Música, com o fim de lançar as bases para a fundação do Departamento local ligado àquela organização cultural, sob a chefia da Srta. Isaura Carneiro. Graças aos esforços desta, bem como da Profa. Mariana Marques Machado, em 21 de agosto de 1954, na sede do Diretório Acadêmico do Instituto Eletrônico, foi realizada a primeira

audição dos alunos do Conservatório. Além das mestras citadas, muito concorreram para o bom êxito dessa estréia, as Professoras Dalva Elisa Goulart, Geralda Cerávolo Rodrigues e Maria Assunção Gomes Melo.

O canto popular tem tido inúmeros cultores e algumas revelações notáveis, desde os primórdios da então Freguesia da Boa Vista do Sapucaí. No tempo da ponte de madeira, a "ponte de zinco" como era conhecida, no último quartel do século passado e início deste, reuniam-se ali vários seresteiros nas noites de luar para interpretar canções sentimentais daqueles bons tempos. Já neste século são incontáveis os cantores populares de Itajubá. Seria impraticável a mensão de seus nomes, tal a quantidade. Faço exceção à Jovem Myrthes Feichas, já falecida, que, pela ZYI-5, Rádio Itajubá, interpretava as mais recentes peças do repertório nacional. Já se ia projetando nas gravadoras quando a morte a ceifou em plena mocidade.

A propósito de vozes, não se poderia omitir o Coral Itajubense, organizado e regido pela Profª. Glícia Rennó, conjunto este composto de 40 elementos, com quatro vozes, que muito contribuiu, com suas apresentações em outras cidades, para a maior notoriedade da cultura itajubense.

Já com LP gravado é o Coral da FEPI (Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá), regido por Amaury Vieira.

No canto erudito, destacaram-se o Dr. Miguel Arcanjo de Sousa Vianna, D. Anita Pinto Santiago, Dr. Luís de Lima Vianna, Amélia Ramos de Lima e Annette Vianna. Esta última, no dia 8 de junho de 1949, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, arrancou vibrantes palmas da culta platéia, com a interpretação de difíceis números clássicos. A música lírica tem ainda como intérpretes as itajubenses Elza Chiaradia, Eunice Chiaradia, Lourdes Miranda e Nair Cunha Silva, possuidoras de belíssima voz.

No século passado, quando a música e o piano faziam parte da educação dos jovens, sobretudo das moças, os pais abastados não só contratavam mestres competentes para seus filhos, como também faziam vir consagrados afinadores de piano, entre os quais deve ser lembrados Jacques Drouwaly, que muitas vezes esteve em Itajubá para esse fim, e se casou com a viúva do itajubense João José de Lima ("O Itajubá", de 01-04-1890).

Nem caberia num acanhado espaço de capítulo de uma *História* a citação dos memoráveis concertos realizados em Itajubá, não só por artistas da cidade como de musicistas de outras terras. No Teatro Santa Cecília, no século passado e início deste, não só se apresentaram notáveis companhias dramáticas e grupos de amadores, como também *virtuoses* dos mais aplaudidos pela gente de bom gosto e cultura daqueles idos, que propiciaram à platéia itajubense recitais e encantadoras horas de arte fina.

Para se ter uma idéia do que eram essas horas de arte musical no Santa Cecília, tomo, como exemplo, esta realização de 15 de novembro de 1890, noticiada em "A Verdade" de 20-11-1890. O solista era Henrique

O'Donnell, grande pianista clássico. Antes de seu concerto, a banda *União dos Artistas* executou o *Hino da Proclamação da República*. Seguiu-se a "*romànza* para tenor" *Il Lago*, interpretada pelo Dr. Miguel Vianna, e uma fantasia sobre o *Trovador*, para violino, por José Ramos de Lima. Na flauta apresentou-se João Ramos de Lima com uma fantasia de *O Guarani* e o galope de Popp *La Chasse*. O Dr. Miguel Vianna, aplaudido tenor, cantou ainda uma ária da ópera inédita de João Gomes de Araújo (maestro de São Paulo, autor da ópera *Carmosina*, representada no Teatro Dalverne, de Milão, em 1888), *Edméia*, e a *romànza Ricordati di Me*, de P. Tosti. O concertista O'Donnell executou *Oberon*, de Weber, *Sonâmbula*, de S. Thalberg, e *Tarantelle*, de Gottschalk. O pianista tocou ainda, com João Ramos de Lima, flautista, e José Ramos de Lima, violinista, os dois trios de R. Galli sobre as óperas *Ernani* e *Anna Bolena*. Assim eram as representações no Santa Cecília.

De outras feitas, eram musicistas de outras terras que chegavam a Itajubá para realização de concertos, e improvisavam, com elementos do próprio lugar, uma excelente orquestra, como foi o caso do Tenente João Luiz do Prado Mineiro, herói da *Retirada da Laguna*, filho de Cristina, que, em 30 de maio de 1875, improvisou a orquestra com os seguintes músicos: Tte. João Mineiro, Antônio Simplício Pereira Dias, José Justino Carneiro de Faria, Joaquim Pinto de Noronha Júnior, Joaquim José de Oliveira, Liberato de Paiva Paixão, Valentim Rodrigues do Nascimento, Manuel José de Sousa Lorena, Manuel Ribeiro Machado, Cândido Augusto do Carmo, Ovídio Trigueirinho de Oliveira, Feliciano José Pinto da Silva, Ismael Pinto de Noronha, Achilles Pereira Salomon, João Capistrano Ribeiro de Alkmin e José Manuel Pereira Cabral. A regência foi confiada ao maestro Francisco Florduardo da Veiga. Foi concerto noticiado pelo jornal "O Itajubá" de 06-06-1875.

Um dos últimos concertistas do século XIX foi o violoncelista Manuel Acosta y Oliveira.) O jornal "Cidade de Itajubá", de 16-09-1900, registrou seu recital.

Já neste século, Carlos Victor Barrouin, em 13 de julho de 1902, extasiou os itajubenses com seu concerto de piano no Clube Itajubense ("Cidade de Itajubá", 13-07-1902). No mesmo salão, em 17 de maio de 1903, apresentaram-se Luís Ramos de Lima, Severo Dantas e o tenor Miguel Vianna ("Gazeta de Itajubá", de 24-05-1903). E outros grandes momentos de encontro com a arte musical ocorreram no mesmo Clube, na noite de 15 de junho de 1903, quando finas peças do repertório clássico foram ali executadas. "Dentre elas, — noticiava a "Gazeta de Itajubá" de 21-06-1903 — revele-se-nos citar, pelo vivo entusiasmo que nos despertou, aliado ao nobre orgulho de ouvirmos a inimitável inspiração de um gênio, filho desta terra, o querido maestro Luís Ramos de Lima, na execução da opereta *Fidalguinha da Granja*, uma composição de valor artístico." E seguiram-se outras muitas apresentações no Clube Itajubense, que seria longo

enumerar, com a participação de Francisca Cabral, do tenor Miguel Arcanjo de Sousa Vianna, de D. Maria Guilhermina de Lima Vianna, de Francisco Nisticó, de D. Antonina Bourret e de Luís Ramos de Lima. Em fevereiro de 1905, foi ainda no Clube Itajubense que Antônio Franzoso e sua esposa Maria Franzoso realizaram aplaudidos concertos, coma apresentação de variadas peças líricas, das quais também participaram Frederico Teixeira de Magalhães Leite, ao violino, e de D. Laurinha Pinto.

Às vezes eram saraus artísticos em casa de Miguel Carlos da Silva Braga, grande entusiasta da música, como o de 10 de novembro de 1901 no qual tomaram parte o tenor Joaquim Tavares, a senhorita Francisca Cabral e Djalma Indiano Diamantino.

Não poderiam ficar esquecidos os admiráveis concertos do consagrado pianista e compositor Fructuoso Vianna, glória das tradições itajubenses, de Georgina de Boucherville e de D. Antonina Bourret com suas alunas, realizados no Clube Itajubense e no Cine-Teatro Apolo.

Dois notáveis solistas de violão dos velhos tempos em Itajubá foram José Francisco Pereira, muito conhecido por Zequinha Machado, dentista, e o Prof. Jorge de Boucherville, que executava magistralmente peças clássicas no pinho. Eram ambos também compositores. "A Verdade" de 1.º e de 10-10-1891 anunciava a valsa para piano, intitulada *Misteriosa,* de autoria de Jorge de Boucherville, posta à venda.

Era costume, nos velhos tempos, suspender quaisquer recreações, espetáculos ou reuniões programadas quando havia luto na sociedade, ou mesmo pelo desaparecimento de vultos ilustres não itajubenses. Foi o que ocorreu por ocasião dos passamentos do Barão de Camanducaia e de Silvestre Ferraz. Em respeito à memória desses dois estimados chefes políticos, um de Conceição dos Ouros, outro de Cristina, em 1889 não houve carnaval em Itajubá... Assim registrou "O Itajubá" de 17 de março daquele ano. Pois foi por essa razão que o célebre flautista Patápio Silva, muito conhecido através dos discos de gramofone, não pôde ser ouvido em Itajubá. Seu recital estava marcado para o dia 29 de novembro de 1905, e dois dias antes já se encontrava na cidade o famoso artista, chegando o Teatro Santa Cecília a ser ornamentado para o seu recital.

Quem trouxe o gramofone para Itajubá foi o negociante português José de Almeida Cunha. Montara ele o *Salão Japonês,* na Rua Cel. Francisco Brás, esquina com a Praça Adolfo Olinto, onde os freqüentadores encontravam vários divertimentos, vistas de cidades européias, bonecos que engenhosamente se movimentavam por meio de molas, lanternas de projeção, e muitas outras curiosidades e atrações. Em 1901 a novidade foi o gramofone, então denominado *Zonofono.* As primeiras gravações em disco ouvidas em Itajubá foram as do *Hino Nacional Brasileiro,* pela banda de música de Londres; da *Marcha Brasileira,* pela Orquestra de Londres; da *Cavalaria Rusticana,* interpretada pelo cantor Carlos Cafeta; do *Fado do Hilário,* pelo barítono Duarte Silva; de *Jota del Certamen Nacional,* pelo Soprano Martinez, e das *Papillons,* solo de flauta, por Foutbonne (Ver

"Cidade de Itajubá", de 28-07-1901). Segundo noticiava a "Cidade de Itajubá". em números seguintes, o gramofone causou profunda admiração nos itajubenses, extasiados todos com a "extraordinária maravilha", com a máquina que falava...

Na história da música em Itajubá, cumpre que se saliente a grande contribuição cultural propiciada à cidade pela instituição denominada Cultura Artística. A Srta. Jandira Coelho, D. Salô Vianna Braga, os então acadêmicos Hélcio Marcelo do Amaral, José Gabino Júnior e Cícero Portella Filho, o Dr. Álvaro Pereira Rizzi, a Srta. Maria Inês Rennó e Dirceu Rocha Pereira, destacadas inteligências e belas culturas estas postas a serviço da arte, em reunião realizada na sede da Associação Comercial, em 15 de abril de 1958, deliberaram fundar a Cultura Artística de Itajubá. Na reunião seguinte, em 20 de maio do mesmo ano, ficou definitivamente fundada a nova sociedade.

A Lei municipal n.º 437, de 25 de maio de 1960, considerou a Cultura Artística de Itajubá uma instituição de utilidade pública

Graças às promoções da Cultura Artística e aos esforços da Srta. Jandira Coelho, Itajubá já teve oportunidade de admirar e aplaudir consagrados *virtuoses* e renomeados expoentes da arte, nacionais e estrangeiros, tais como o flautista austríaco Esteban Eitler, o trompista Alfredo Richter, a pianista húngara Eva Deutsch, o cantor Klaus Dieter Walff, a harpista Leda Guimarães Natal, o pianista Arnaldo Marchesotti, o violinista Joseph Biro, a pianista George Geszti, o Coral Paulistano sob a regência do maestro Miguel Arquerons, os famosos Canarinhos de Petrópolis, a soprano Maria Sylvia Pinto, o flautista Spártaco Rossi, a pianista Judith Cabett, o Quarteto de Cordas do Municipal de São Paulo, e tantas outras notabilidades da música erudita. E mais ainda, têm sido apresentadas bailarinas, como Aída Slon, o *ballet* das artistas do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, sob a direção de Eugênia Feodórova.

Salô Vianna Braga, de família de notáveis artistas, além do estímulo que vem dando a jovens musicistas, também muito tem contribuído para o aprimoramento cultural de Itajubá com suas aulas de declamação e os memoráveis recitais poéticos que vem realizando com suas encantadoras *diseuses*.

* * *

60 — AS ARTES PLÁSTICAS

O mais antigo pintor de Itajubá de que se tem notícia foi Domingos da Costa, preto escravo. Revelava "em seus trabalhos grande talento artístico" — assim sobre ele fala Pedro Bernardo Guimarães em seu ***Município de Itajubá***, **pág. 28**. Nasceu no início do século passado e talvez tenha vindo para Itajubá com o Dr. João Rennó de França. Por ter sido criado pela família Rennó, passou a assinar Domingos da Costa Rennó.

O jornal itajubense "A Verdade", de 13-11-1890, assim noticiava: "Em São Bento, finou-se o africano Domingos da Costa Rennó, de 90 anos de idade, pai do Sr. Job de Oliveira Rennó, desta cidade". Job de Oliveira Rennó faleceu em 1900, e seu filho Job Pereira de Oliveira foi pai de Higino, Job e José Pereira de Oliveira, todos pintores, sobretudo este último, muito conhecido por Zé Jó, autor de algumas telas, paisagista de algum mérito. O pendor para a pintura vem-se revelando em todos os descendentes de Domingos Costa.

Houve também um artista de nome Domingos José de Sousa, falecido com apenas 20 anos de idade. Seu óbito está anotado no livro 2-A do arquivo paroquial de N. S. da Soledade, em 11 de agosto de 1880, e o anotador deste registro deixou a informação: "Pintor".

Outro dos mais antigos pintores de Itajubá é Feliciano José Pinto da Silva. Já ficou dito, no capítulo anterior, que, além de pintor, foi poeta e músico dos mais competentes e escultor, e que, por isso mesmo, bem lhe cabe a denominação de Leonardo da Vinci itajubense. Esculpiu algumas imagens religiosas, que ele próprio encarnava e pintou estandartes para procissões. É autor de várias telas, uma das quais cheguei a conhecer, um grande painel com a vista total da cidade, colhida do alto do morro de São Benedito (ora inexistente, demolido para dar lugar ao Morro Chique). Esse valioso quadro se encontrava em poder da família Puliti. O pintor Luís Teixeira fez uma reprodução dessa tela, cópia esta reproduzida no livro *Município de Itajubá*, de Pedro Bernardo Guimarães, e que por algum tempo esteve no gabinete do Prefeito Municipal. Nesta réplica de Luís Teixeira aparece o antigo cemitério e a capela do Rosário, a ele contigua.

O *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, de Bernardo Saturnino da Veiga, registra, nequele ano, três pintores em Itajubá: — Feliciano José Pinto da Silva, Ernesto Henrique Richter e Gabriel Paes Rebelo. Entre 1880 e 1890 também estava na cidade o "pintor e dourador" Manuel Rémusat de Saint Amat, que fazia anúncios em "O Itajubá" do Dr. Aureliano Magalhães, e que foi habilíssimo "traçador de guilhochês para recortes de cimalhas, e desenhista de retábulos, iluminuras, vinhetas, *encadrements* e *culs-de-lampes*, em álbuns, paredes e altares".

Estiveram por algum tempo em Itajubá vários artistas do pincel, como Agnelo Correa, com *atelier* na Rua Marquês do Herval (ora Dr. Pereira Cabral); João Bonito, com escola de pintura e desenho em 1872; Martinho Teixeira de Araújo, outro artista plástico do século passado, e Antônio Domingos Pimenta, notável pintor e escultor, autor de uma imagem de São João, da Matriz de N. S. da Soledade, de um Sudário conservado na mesma igreja e de afrescos ainda bem conservados na sala de visitas da mansão de D. Maria Helena Lisboa, na Rua Cel. Rennó, pinturas estas feitas em 1892 por encomenda do Cônego Augusto Leão Quartin, Vigário da Paróquia, quando essa casa era então a residência paroquial. Nela também morou por muitos anos, até o seu falecimento, o benemérito

clínico Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa. Essas pinturas de Antônio Domingos Pimenta, feitas nas quatro paredes da sala histórica, estão carinhosamente conservadas e podem até tornar-se uma atração turística.

Outro grande pintor que, como A. D. Pimenta, passando por Itajubá, aí deixou o talento artístico patenteado em obras ainda conservadas, foi Henk Asperslagh, pintor holandês diplomado pela Escola de Belas-Artes de Haia. Foi o autor das pinturas da Matriz de Nossa Senhora da Soledade. Volto a falar sobre ele ao tratar dos templos de Itajubá.

Incluo neste capítulo os nomes de alguns fotógrafos dos velhos tempos, aqueles que, além dos trabalhos feitos a máquina, também faziam retratos a óleo e a lápis, notáveis todos pela grande habilidade artística, e que igualmente prestaram bons serviços ao povo itajubense admitindo aprendizes no *atelier*. Foram eles:

Carlos James, norte-americano, em 1873; Ernesto Henrique Richter, na década de 1870, também excelente paisagista; Alexandre Charles Bierry, com *atelier* no Hotel do Comércio, na Travessa do Comércio (atual Rua Santos Pereira), em 1875, especialista em retratos a óleo e a pincel; João Passig, com sua Fotografia Alemã, no Largo dos Andradas (atual Praça Getúlio Vargas), que em 1886 se mudou para Guaratinguetá, SP; Antônio de Sousa Bentim, com seus retratos a óleo, em 1887; João Marcondes Fortes, "retratista a *crayon*", de 1886 a 1889; Francisco Corrêa de Sousa, com a Fotografia Melpomene; Afonso Picarelli, com *atelier* no Largo da Matriz, em 1891; Francisco Carelli, retratista a óleo e *crayon*, em 1904.

"O Itajubá" de 28-07-1883 anunciava: "Chegou a esta cidade, e estabeleceu-se à Rua dos Remédios, n.º 15, o Sr. M. Barbosa de Sá Vasconcelos, bacharel em Ciências Naturais e Belas-Artes, com seu grande *atelier* de fotografia pelos mais aperfeiçoados sistemas de retratos a óleo". Seu *atelier* denominava-se Incania Fotogênica. Há na cidade alguns trabalhos desse artista.

Não pintores ou retratistas a óleo ou a lápis, mas simplesmente fotógrafos, porém notáveis artistas em retoques de chapas, foram, neste século, Eutychio de Oliver, na década de 1900, hospedado no Hotel Barbosa, na Rua Cel. Rennó, com mostruário no salão de barbeiro de João José Narciso, "junto ao hotel" — dizia a propaganda; Arthur Silva, em 1903, com exposição na Farmácia Schumann; Francisco Soucasaux, João Douat, Numa Viallet, Hubert Viallet, Pedro Rabelo e Mandri.

O mais notável dos pintores itajubenses foi Antônio de Sousa Vianna. Diplomou-se pela Escola de Belas-Artes do Rio de Janeiro, obteve prêmio de aperfeiçoamento em Munique, e suas telas estão conservadas em ricas pinacotecas, inclusive na da Escola Nacional de Belas-Artes, onde estudou.

Grande talento para as artes plásticas foi revelado em Luís Teixeira. Seus quadros são bastante conhecidos na cidade, e chegou ele a

realizar mais de trinta exposições, em Itajubá, em Belo Horizonte e em outras grandes cidades. Além de pintor, foi exímio escultor. Deixou alguns Crucifixos e diversas obras de cerâmica.

Exímio escultor, autor de obras em mármore, foi o italiano Gonippo Puliti, radicado em Itajubá. Sua primeira marmoraria, em 1908, foi instalada na Praça Capitão Gomes (hoje Venceslau Brás), mudando-se logo depois para a Rua Major Pereira (atual Dr. João de Azevedo).

Outro artista de nacionalidade italiana foi Peppino Cantazariti Perrone, hábil imitador de mármore e madeira.

Pintor de elevada cultura e de técnica admirável, itajubense por longa radicação, foi o Dr. José Ernesto Coelho, Engenheiro Civil e catedrático da Escola Federal de Engenharia. Esteta completo, era também escultor e arquiteto.

Na atualidade, conta Itajubá com talentosos artistas plásticos, destacando-se os seguintes:

João Luís Gonçalves Filho, Gabriela Gama, Maria Rennó Cunha, Ricardo Carvalho Lamoglia, Teresa Rocha, Cyro José Gonçalves, José de Melo, Gioconda Sanches, Naná Venturelli Rennó, Esmeralda Del-Duca, Miriam Ricetto Duarte, Jurandira Gonçalves, Eliana Lizete Chaves, Elisa Faria Cunha, Mariza Coli Mohallem, Suzette Teixeira Lamoglia, Cleusa M. Gonçalves Sallum, Julita Rocha, Eunice Faria Rodrigues, Marta Faria Rodrigues, Maria do Carmo Bawden Paula, Vitória Machado Pinelli, Wilma Fortes, Ruth de Sousa Nilo Araújo, Benedito Rennó Pereira, Maria Lica Pereira, Gabriela Piazzaroli e Profa. Maria de Lourdes Guimarães, autora de admiráveis quadros, premiada no I Salão Poços-Caldense de Belas-Artes em 1984, com a primorosa tela *Rio Manso,* adquirida pela Alcoa Alumínio S.A.

Na caricatura, no passado, revelaram-se Luís Teixeira e Bernardino José da Costa Filho.

As biografias dos principais pintores de Itajubá figuram no volume *Colmeia Itajubense,* do autor desta ***História***

Em 23 de janeiro de 1955 foi fundado o Clube de Pintura Luís Teixeira. Sua primeira diretoria ficou assim composta:

Presidente de Honra: Dr. José Ernesto Coelho; Presidente: Maria Aparecida Goulart Machado; Vice-Presidente: José Abel Royo Santos; Secretário: Fernando A. Brandão; Tesoureiro: João Luís Gonçalves.

De 9 a 19 de junho de 1955 essa Sociedade promoveu sua 1.ª exposição de quadros.

Genial escultor em madeira, da atualidade, é João Sales de Melo, toreuta notável, autor de imagens, lavores de entalhaduras, canéforas, baixos-relevos, lambrequins e inúmeras outras criações esculturais.

* * *

61 — O TEATRO

Até o século passado, quando o cinema, a televisão, o rádio, o disco ainda eram sonhos mitológicos, e não havia estádios futebolísticos nem autódromos, o teatro se tornava uma grande atração e a mais cultural das diversões, não se esquecendo dos circos, das touradas (as quais não encontravam grandes adeptos em Itajubá) e as cavalhadas, praticadas estas últimas na atual Praça Getúlio Vargas, que tomava toda a área hoje ocupada pela Escola Estadual Cel. Carneiro Júnior, e que, naqueles idos, em alusão às corridas de touros ali praticadas, era conhecida por Largo dos Curros.

Em Atas da velha Câmara Municipal há referências vagas a realizações teatrais representadas em praças públicas nas décadas de 1850 e 1860.

Os Drs. Aureliano Moreira Magalhães, Américo da Silva e Oliveira, Domiciano da Costa Moreira e José Manuel Pereira Cabral, sob a presidência do primeiro, formaram uma sociedade com a denominação de União Auxiliadora do Teatro, que, em 9 de dezembro de 1868, propiciou uma apresentação de estréia no "largo do centro", depois denominado Praça Municipal, hoje Praça D. Amélia Braga. Era o local preferido para a improvisação de palcos, armados no local onde, em 1910, se construiria o Fórum, hoje Prefeitura Municipal. A Câmara contribuiu com 500 mil réis para esse espetáculo de estréia do Grupo Dramático Santa Cecília.

Em 6 de janeiro de 1873 foi festivamente inaugurado o edifício do Teatro Santa Cecília, com a ópera cômica intitulada O *Primo da Califórnia,* de Joaquim Manuel de Macedo, com música do itajubense Honório José de Oliveira, representada pela Sociedade Recreio Dramático, e mais a "jocosa comédia de costumes" intitulada *A Homeopatia*. O jornal "O Itajubá", de 05-01-1873, publicou o programa dessa representação inaugural. A edição seguinte desse jornal assim noticiava:

"Foi, como estava noticiado, inaugurado no dia 6 do corrente, com toda a solenidade, o Teatro Santa Cecília. A concorrência foi grande. Ao subir o pano, apresentaram-se todos os sócios da Sociedade Recreio Dramático, tendo à frente seu digno e ilustrado presidente o Sr. Pereira Júnior (Joaquim Francisco Pereira Júnior), e em cena aberta foi cantado o hino da Sociedade".

A reportagem prossegue fazendo referências aos discursos do Cel. Joaquim Francisco, do Dr. Aureliano Magalhães e de Antônio José Leite, e à excelente apresentação do elenco, no qual tomaram parte Fructuoso Ramos de Lima no papel de Adriano, D. Mariana Fleming no de Celestina, Florduardo da Veiga no de Beatriz. Moças no palco só mais tarde é que seriam admitidas.

As duas grandes épocas do teatro em Itajubá são assinaladas pelo Teatro Santa Cecília e pelo Apolo, este com menos freqüência, pois o palco já estava então superado pelo cinema, enquanto que o Santa Cecília, durante seus quarenta anos de existência, apesar de existir num Itajubá muito

menor, não passava semana sem uma representação, e companhias dramáticas famosas, como a de Serafim dos Santos Lima e a de Henrique Baldrini, faziam nele longas temporadas em Itajubá. Esta última permaneceu na cidade cerca de quatro meses, conforme assinalava "A Verdade" de 09-05-1891.

Antes, porém, da inauguração oficial do Santa Cecília, a companhia dramática dirigida por A. Carrara apresentou ali seus dramas em 15 de agosto e em 22 de setembro de 1872, estando o prédio ainda em construção. É o que registrou "O Itajubá" nas edições de 25/8 e 1/9 daquele ano.

A pintura do Teatro, inclusive o pano de boca e cenários, foi confiada ao pintor João Bonito, artista também contratado para pintar a Câmara Municipal.

"O Itajubá" de 01-11-1893 publicou a relação de todos os acionistas do Teatro Santa Cecília. Os que maior número de ações adquiriram (a 10 mil réis cada) foram:

Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Miguel Carlos da Silva Braga, Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Dr. José Manuel Pereira Cabral, Luís José de Sousa Vianna, Major Francisco José Pereira, Fructuoso Ramos de Lima Cel. Antônio José Rennó, João José Pereira, José Gaspar Pereira Leite, Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior, João Carneiro Santiago Sobrinho, Antônio José de Sousa Vianna, D. Maria Delminda de Melo, José Maria Macedo, José Maria Ribeiro de Carvalho, Major Joaquim Inácio Vilas-Boas da Gama e mais 120 outros com menos de 10 ações.

Essa memorável casa de diversões, que tantas e notáveis horas de arte proporcionou a várias gerações de itajubenses, existiu na Rua Direita (atual Cel. Rennó), na esquina com a Travessa Santa Cecília (atual Rua Olavo Bilac), pouco acima do Fórum antigo, no local onde ora se encontra a resistência do Dr. Vicente Vilela Vianna.

E foram várias as sociedades dramáticas, de amadores, surgidas com o Santa Cecília, como o Recreio Dramático, fundado no terceiro quartel do século passado, citado por Bernardo Saturnino da Veiga, em 1874, no *Almanaque Sul-Mineiro,* com a seguinte referência:

"No Itajubá há muito gosto pela arte dramática. A Sociedade Recreio Dramático, composta de amadores, promove ordinariamente representações para o que já tem a cidade um elegante Teatro, o Santa Cecília, construído pela sociedade União Auxiliadora, de que foi iniciador e é presidente o mui distinto Dr. Aureliano Moreira Magalhães. Este edifício, embora modesto, está de acordo com as necessidades locais, presta excelentes serviços, e, bem decorado e decente como é, dá um testemunho honroso de amor que vota este povo à civilização, de que o teatro é uma escola".

"O Itajubá" de 12-01-1884 dá como tendo sido o Recreio Dramático fundado em .84, o que é evidentemente erro tipográfico, pois, conforme já vimos, dez anos antes já Saturnino da Veiga assinalava sua existência. Na realidade, essa sociedade artística foi fundada em 1.º de janeiro de 1874 por Fructuoso Ramos de Lima, dia em que foi aclamada a seguinte diretoria:

Presidente: Fructuoso Ramos de Lima; Vice-Presidente: Major Frederico Schumann; Secretário: Joaquim Antônio da Silva; Diretores sociais: Cap. José Gaspar Pereira Leite e Francisco da Costa de Oliveira Braga; Ensaiador: João Carlos Mendonça Furtado.

Logo depois, no mesmo ano, a presidência do Recreio Dramático foi confiada a Joaquim Francisco Pereira Júnior, tornando-se Secretário Francisco Florduardo da Veiga, e Tesoureiro Francisco da Costa Oliveira. A União Auxiliadora do Teatro, conforme registra Saturnino da Veiga no aludido *Almanaque*, era em 1874, assim constituída: Presidente: Dr. Aureliano Moreira Magalhães; Secretário: Frederico Schumann; Tesoureiro: José Gaspar Pereira Leite. "O Itajubá" de 16-01-1888 apresenta essa mesma diretoria.

O entusiasmo para o teatro era geral, e todos os elementos da melhor sociedade contribuiam, de uma ou de outra maneira, para melhor êxito do Santa Cecília, esquecidos todos de cor política, de partidarismo e de condições sociais...

O Dr. Alfredo Moreira Pinto, que visitou Itajubá em 1899, achava o Santa Cecília inferior ao teatro de Pouso Alegre "em beleza e tamanho", e informava possuir o de Itajubá "duas ordens de camarotes" (Trabalho transcrito por Nelson de Senna no *Anuário de Minas Gerais*). Quatorze anos antes, Saturnino da Veiga, no *Almanaque Sul-Mineiro* de 1885, opinava possuir o referido teatro "excelente platéia, havendo gosto e ordem nas representações.

Uma nota curiosa: — Nos programas daquele tempo, ou nos anúncios estampados nos jornais, como o foi em "O Itajubá" de 15-03-1884, vinha esta observação:

"N.B. — As cadeiras para os camarotes devem estar no Teatro até às 6 horas da tarde conforme o regulamento".

Isto significa que os espectadores é que tinham de enviar, de casa, as cadeiras para as frisas!...

São incontáveis as representações teatrais realizadas no palco do Teatro Santa Cecília. Dramas, comédias, recitais, operetas, *sketchs*, memoráveis concertos, declamações, etc., foram ali apresentados em cerca de 45 anos de sua existência. Os antigos jornais itajubenses dão conta de todos esses espetáculos, todos de alto nível cultural. Foram muitas as peças líricas que ali se representaram, e que reuniam a gente culta e chique da melhor sociedade, quando os itajubenses se sentiam como que transportados para os grandes teatros da Corte e de Paris, cercados de admiradores da arte e espectadoras de espartilhos, elegantes todas, de *lorgnons*, que exibiam leques finos, perfumes caros, jóias e indumentárias de gala, gente que lá estava para aplaudir um tenor, uma cena de ópera, um solista.

Essa notável casa de diversões, segundo a revista "Século XX" (n.º 1), em 1913, já era um "velho pardieiro em ruínas, sempre fechado"...

Em 14 de dezembro de 1891 era inaugurado o Clube Dramático Culto À Arte, com a seguinte diretoria:

Prof. Rodolfo de Andrade, Presidente; José de Almeida Cunha, Vice-Presidente; Sebastião Cabral, 1.º Secretário; Antônio de Sousa Dias, 2.º Secretário; Luís de Almeida Cunha, Tesoureiro; José Manso Pereira Cabral, Orador; Antônio Domingues Pimenta, Diretor Cênico.

Em janeiro de 1892, com as comédias *O Financeiro* e *Atribulações de Estudantes*, e outras pequenas peças, estreava-se o Clube Dramático Culto À Arte, no Santa Cecília, fazendo-se ouvir, antes das representações, o Hino do Clube, composição do maestro Luís Ramos de Lima.

Desde o início do presente século foram surgindo outros bons grupos de amadores itajubenses. O Ginásio de Itajubá mantinha o Grêmio Literário Joaquim Nabuco, que promovia, com os próprios alunos, aplaudidas representações no Santa Cecília e no *Bijou Salon*. Tenho informações de que Baptista Júnior, pai da famosa cantora Dircinha Baptista, conhecida em todo o País, cidadão que, em Itajubá, exercia a profissão de barbeiro, fundou o Teatro São Luís Gonzaga, que funcionou no térreo da casa residencial de Silvério Sanches, onde também um elenco de adolescentes e jovens itajubenses promovia representações teatrais, entre os quais estavam Vicente Sanches, José Sanches (depois médico), Clóvis Brasil, Francisco Rimon, Eulálio Pinto, José de Sousa Nogueira, Benedito Cabral, José Acácio Cabral, José Teixeira (filho de Luís Teixeira) e o popular Chico Mata-Sapo.

Vem depois, já com sua grande experiência do palco, o pintor Luís Teixeira, que fundou o Grupo Dramático Santos Lima, com estréia no *Bijou Salon* em 21 de julho de 1923.

Igualmente grandes idealistas e incentivadores da arte cênica em Itajubá foram Sebastião Pereira Cabral e Júlio do Amaral. Saliente-se ainda o culto Dr. Antônio Salomon, autor de peças dramáticas e um destacado realizador do palco amador. Segundo noticiava a "Gazeta de Itajubá" de 18-06-1911, naquele ano um grupo de amadores cuidava da formação de um novo grupo dramático, que estrearia com "uma revistinha de costumes locais", escrita por Pedro Bernardo Guimarães, Prof. do Ginásio de Itajubá e da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus e redator da "Gazeta de Itajubá".

O aparecimento do cinema, do rádio e da televisão enfraqueceu sobremaneira o teatro. Desde então, apenas lá um ou outro grupo amador, muito esporadicamente, vem realizando alguma montagem cênica. No período de 1925 a 1945 destacaram-se, nessas poucas realizações, os alunos do Instituto Eletrotécnico (ainda deve estar na lembrança dos velhos itajubenses a revista *Juju na Balangadolândia*, apresentada no Apolo em 18 de maio de 1949), que tinha sempre a coadjuvação de senhoritas da sociedade local. Em 24 de dezembro de 1940 foi inaugurado, com uma representação, o Grêmio Teatral Cel. Bello Lisboa, que não teve longa duração. Veio depois o grupo Arautos do Rei, fundado por Alberto de Freitas Filho, do qual fazia parte o ator e grande entusiasta da ribalta Juca Rocha. O decênio 1940-1950 ficou assinalado pelas representações, no salão paroquial da Matriz Nossa Senhora da Soledade, do Clube Dramático Mariano. Nesse época tam-

bém surgiu o Grêmio Dramático de Itajubá, iniciativa do Dr. Antônio Salomon, fulgurante inteligência do passado itajubense. Vem depois o grupo Filhos de Talma, animado por José Pinto Paulista e outros amantes do palco. Em 1.º de agosto de 1948 foi fundada mais uma sociedade artistica que muito prometia, — o Grêmio Lítero-Teatral Apolônio Pinto, iniciativa de Cleôncio Borges, Fábio Goulart, Adésio Alves Teixeira, João Mancilha da Fonseca, Omar Marins da Silva, José Rocha e outros. Nos anos de 1948 a 1952, foi o acadêmico de Engenharia Quintiliano Avelar Blumenschein, com a cooperação de José Raimundo Rennó, que proporcionou à sociedade itajubense boas apresentações teatrais. Entre 1946 e 1950 destacou-se ainda a Embaixada de Mefistófeles com apresentações no Cine-Auditório F.I. e em cidades vizinhas, *troupe* esta especializada em números de mágicas, prestidigitação e sainetes, de que fizeram parte os irmãos José e Roberto Martins, a cantora Dalma de Castro, os músicos Vicente Gonçalves e Francisco Sales.

Em 30 de abril de 1960, sob os auspícios da Cultura Artística de Itajubá, foi fundado o GAP (Grupo Artístico Permanente), constituído de três "setores", — de orquestra, de canto coral e de teatro, este último sob a direção de D. Salô Vianna Braga.

Demolido o Teatro Santa Cecília, tornaram-se difíceis as representações dramáticas, pois, nos salões, nos quais os grupos passaram a exibir-se, nem sempre era fácil a improvização de palco e camarins. Em 1924 Eulálio Pinto adquiriu e demoliu o antigo sobrado da Praça Teodomiro Santiago, que havia sido residência, Ginásio de Itajubá e Casa das Ordens do 4.º Batalhão de Engenharia, fazendo erguer em seu lugar o Cine-Teatro Apolo, com amplo e excelente palco, frisas e torrinhas. Marcou o Apolo uma segunda grande época do teatro em Itajubá. Pelo seu palco passaram várias das excelentes companhias dramáticas do País, tais como, além de muitas outras, Roland e Seus Comediantes, em 1928; *Tournée* Scala, em 1929; Companhia Dramática Louis Chevalier, em 1931; Grupo Dramático Racine, em 1933; Companhia Carlos Roma, em 1934; Grupo Dias Júnior, em 1935; Companhia Dramática de Margarida Sper, em 1936; Mazzaropi e sua Companhia de Comédias, em 1936; *Tournée* Martins Pena, em 1940; *Troupe* de Genésio Arruda, em 1938; Companhia de Procópio Ferreira, em 1952, e Companhia Dramática Luís Iglésias. E o palco do Apolo vinha servindo para tudo, para exibição de orquestras, como a do Cassino de Sevilha; de corais, como o dos Canarinhos de Petrópolis, em 1957; de humoristas e folcloristas, como Cornélio Pires, em 1935; de ilusionistas, como o famoso Conde de Richemond, em 1934; de cantores populares, como Vicente Celestino, Carlos Galhardo e tantos outros; de conferencistas, entre os quais Plínio Salgado, Carlos Lacerda, Gustavo Barroso e alguns itajubenses. Para concertos, recitais, solenidades de formatura, e até para ringue de luta livre e de boxe o palco do Apolo se prestou...

Recentemente se tem feito algum esforço para reativar o Apolo, e o Prefeito Ambrósio Pinto, renovador dinâmico da cidade, tem dado o seu apoio nesse sentido. Já em 1948 a Câmara Municipal, na reunião de 5 de

março de 1948, havia discutido a concessão de auxílio ao teatro, mas não se pode negar a existência de certa frieza para com o palco, mesmo nos meios culturais. A arte cênica, pelo menos a decente e digna, já se sente abalada nesta época evoluída em que até o cinema já está superado pela Televisão...

* * *

62 — O CINEMA

A "Gazeta de Itajubá", de 24-05-1903, trazia esta notícia:

"ANIMATÓGRAFO — Realizou-se a 22 do corrente, no Salão Japonês, de nosso amigo Sr. José de Almeida Cunha Júnior, a experiência de esplendorosas vistas desse engenhoso aparelho, que vem trazer diversões às exmas. famílias".

Essa sessão histórica foi a inauguração do cinema em Itajubá. Foi quando, pela primeira vez, os itajubenses viram imagens projetadas com movimento. Até então só se conhecia a projeção fixa.

O português José de Almeida Cunha Júnior era então o proprietário do Salão Japonês, casa de diversões existente na Praça Adolfo Olinto, onde se encontravam várias atrações, como bonecos movidos engenhosamente por molas, vistas de cidades européias, o gramofone, lanterna mágica e outras curiosidades mais que podiam ser vistas mediante pequena contribuição monetária. Tendo ido Cunha ao Rio de Janeiro, de lá trouxe o *animatógrafo,* que foi o primeiro nome dado ao cinema, também chamado *biógrafo,* designação com que era, pela imprensa itajubense, denominada a nova invenção. Aliás, são nomes confirmados por Adhemar Gonzaga e P. E. Salles em *70 Anos de Cinema Brasileiro,* pág. 15 (Editora Expressão e Cultura S.A., Rio de Janeiro), que elucidam:

"A partir das primeiras semanas de 1897, aparelhos denominados *animatógrafo, cineógrafo, vidamotógrafo, biógrafo, vitascópio* ou mesmo *cinematógrafo* são apresentados no Rio, em Petrópolis e logo em seguida em São Paulo e outras cidades importantes".

Pois em Itajubá tal "maravilha" foi vista, pela primeira vez, em 22 de maio de 1903. Os primeiros filmes exibidos em Itajubá (bobinas de curta metragem) foram:

1.º — Dom Carlos e seu estado-maior passando revista às tropas; 2.º — Uma carga de cavalaria cubana; 3.º — Monitor *Chicago* entrando em Santiago; 4.º — Carros de verão, de Lisboa a Cintra; 5.º — O distraído e o garoto; 6.º — Combate de artilharia no Transvaal; 7.º — Cavalaria cubana em marcha; 8.º — Cruzador espanhol *Viscaya;* 9.º — Um batalhão de voluntários com banda de música; 10 — Dança de soldados espanhóis depois de uma vitória (É o que documentou a "Gazeta de Itajubá", de 07-06-1903).

Foi tão grande o número de pessoas interessadas em assistir às sessões do *animatógrafo* ou *biógrafo* que o proprietário do aparelho levou-o para o Teatro Santa Cecília.

A "Gazeta de Itajubá", de 12-07-1903 assim noticiava:

"Acha-se em exposição no Teatro desta cidade um *biógrafo*, excelente aparelho que faz as delícias do público com a exibição de vistas coloridas e esplêndidas. No próximo número daremos detalhada notícia sobre esse importante invento".

No ano seguinte eram dois exibidores ambulantes que surgiam com o *biógrafo*, Grolero e Pecchioni, e agora com mais uma novidade: a projeção era feita com luz elétrica, coisa essa desconhecida dos itajubenses de então, gerada por aparelhos dos próprios exibidores, pois a cidade só três anos mais tarde teria energia elétrica. Essas sessões também eram realizadas no Teatro Santa Cecília ("Gazeta de Itajubá", de 3-1-1904).

Logo depois que Itajubá foi iluminada pela sua usina pioneira da serra dos Toledos (1907), surgia o Lila, um ambulante que chegava com um aparelho mais aperfeiçoado e três filmes mais longos, um com vistas da serra de Santos, outro com o drama *O Salteador da Calábria* e um terceiro com cenas da *Vida de Cristo*. Esses filmes não traziam letreiros, e as explicações eram dadas de viva voz, por meio de um megafone. As sessões começavam às 9 horas da noite e terminavam à 1 hora da madrugada. A projeção era feita por trás da tela, e esta tinha de ser molhada, a baldes de água, para dar perfeita transparência...

Retirando-se o Lila, o espanhol José Martins Garcia mandou vir um aparelho de projeção, instalando-o no mesmo Teatro Santa Cecília. A projeção continuava a ser feita por trás da tela. Os filmes lhe eram enviados por Francisco Serrador, da Rua Brigadeiro Tobias, 52, São Paulo, do qual Martins (*Martin*, era como ele assinava) se tornou agente para todo o sul de Minas, para aluguel de filmes ou venda de projetores, conforme anúncio feito na "Gazeta de Itajubá", de 28-11-1910. Essas sessões no Santa Cecília, em 1910, eram denominadas Cinema Recreio Itajubense ("Gazeta de Itajubá", de 11-12-1910). Associando-se aos filhos, sob a razão de J. M. Garcia & Filhos, fundou Martins Garcia, na Praça Cesário Alvim (hoje Teodomiro Santiago), o seu cinema, que recebia o nome de *Bijou-Salon* ("Gazeta de Itajubá, de 26-2-1911). Esse prédio próprio, que existiu entre o Clube Itajubense e a Caixa Econômica Federal, foi construído pela progressista D. Amélia Braga, em terreno adquirido da Paróquia, antes destinado à construção da Capela do Senhor dos Passos. Anos depois, extinto o Bijou de José Martins Garcia, o prédio foi transformado no Bar Acadêmico, demolido em 1984.

A "Gazeta de Itajubá", de 25-6-1911 assim noticiava:

"CINEMA — À empresa J. M. Garcia & Filho inaugurará a 29 do corrente o novo salão, à Praça Cesário Alvim. Em ótima posição, em frente ao belo jardim local, no centro da cidade, o teatrinho ultimamente

erguido oferece comodidades reais aos freqüentadores. Dispõe de um ótimo salão, vasto, seguro e arejado, com mobília elegante, para 1.ª e 2.ª classe, tendo sido modificada a disposição do aparelho que, em vez de funcionar no palco (atrás da tela), projetará as fitas da platéia, obtendo assim mais nitidez e maior descanso à vista dos espectadores não sujeitos aos raios diretos da objetiva cinematográfica. Penetra-se no edifício por uma vasta ante-sala de espera, havendo sobre a mesma um pavimento superior, reservado, e cujos lugares serão de preços mais elevados. A iluminação está profundamente distribuída".

O número seguinte da "Gazeta" confirmava a inauguração:

"BIJOU-SALON — Com extrordinária concorrência, a empresa cinematográfica J. M. Garcia & Filhos, que trabalhava no Teatro (Santa Cecília), inaugurou o seu novo salão à Praça Cesário Alvim". Seguem-se outros comentários.

O Clube Itajubense também se interessou, naquele tempo, pela instalação de um *cinematógrafo* — era como na época se dizia — em sua sede, conforme se pode ver na Ata de 28 de junho de 1910 (3.º livro, pág. 65, verso) dessa associação, para cujas providências foi nomeada a comissão composta dos sócios Jorge de Oliveira Braga, Frederico Teixeira de Magalhães Leite e Sebastião Mendes de Brito.

Mais tarde, em 1914, Joaquim Rodrigues Pinto também adquiriu um cinema, a que deu o nome de *Édson*, que funcionou no prédio da Praça Venceslau Brás depois ocupado pela casa comercial *A Liberty*, ora inexistente. Fora instalado pela empresa Salgado, Lisboa & Braga, e já havia sido inaugurado em 10 de agosto de 1913, e ficaria com o nome de Molière-Cinema, mas se tornou Édson Cinema, aceitando-se a sugestão levantada pela revista "Século XX", nos seus números 1 e 2, de abril e maio de 1913.

Anos depois, José Piazzaroli construiu o Cine-Paratodos, na Boa Vista, que também passou a Joaquim Rodrigues Pinto. Esse cinema seria mais tarde reaberto por Pedro Rennó em julho de 1934, modernizado e reaparelhado.

O dinâmico moço Eulálio da Gama Pinto (Lalinho, como era conhecido), filho de Joaquim Rodrigues Pinto, em 1924 adquiriu e mandou demolir o velho sobrado do primitivo Ginásio de Itajubá, e levantou em seu lugar o Apolo, na época uma das melhores casas de diversões do sul de Minas.

O *Bijou-Salon*, o Édson, o Paratodos e o Apolo foram, assim, as velhas casas do cinema mudo de Itajubá, com sessões animadas por orquestras e solistas, alguns dos quais já ficaram mencionados no capítulo 59. Mencione-se também o cinema do Instituto Dom Bosco, instalado a expensas do diretor do Estabelecimento, Cel. Jarbas Guimarães, para diversão dos educandos.

Lalinho Pinto, em 13 de setembro de 1930, inaugurou o cinema falado em Itajubá, com um aparelho *Radio Corporation of America* do primitivo processo *vitafone* (por meio de discos), que instalou no Apolo. O filme inaugural foi *Folies* 1929. Seguiu-se-lhe *Um Sonho Que Viveu,* com Charles Ferrel e Janet Gayner, fita que permaneceu em cartaz durante três dias.

Em 2 de fevereiro de 1932 foi pela primeira vez exibido em Itajubá um filme nacional falado, a *Alvorada de Glória,* com os atores Nilo Fortes e Lígia Sarmento, feito com aproveitamento de cenas naturais da revolução de 1924, no qual aparecia o seresteiro apaixonado com a *Lua Branca* da Chiquinha Gonzaga, com a voz de Paraguaçu, filme este realizado em São Paulo por Menotti, Victor e José Del-Picchia.

Sucederam-se outras estréias históricas: — Primeiro filme falado pelo processo *moviefone* (gravação feita na própria fita), em 2 de janeiro de 1934, com *Espera-me, Coração!;* primeiro filme nacional em cores: *O Destino em Apuros,* em 30 de maio de 1954; primeiro filme em terceira dimensão: *Metroscospes,* em 30 de junho de 1955, exigindo-se dos espectadores o uso de óculos bicolores; primeiro *cinemascope,* exibido em 6 de outubro de 1955, e que foi o *O Príncipe Valente,* em cores, com Janet Leigh e James Mason; primeiro desenho animado nacional, de longa metragem: *Sinfonia Amazônica,* trabalho de Mário Latini Filho, em 27 de abril de 1955; primeiro filme nacional em *cinemascope*: *O Capanga,* com Fada Santoro, em 16 de março de 1959; primeiro filme nacional em *cinemascope* em cores: *Meus Amores no Rio,* com Catalano, Fábio Cardoso, Jardel Filho e Ataúlfo Alves e suas Pastoras, em 28 de agosto de 1960.

Em 1941 principiou a funcionar o cinema da Fábrica de Armas, primeiramente numa das salas do Contingente de Segurança, depois num dos pavilhões de oficinas ainda em construção, até que, em 1942, se construiu o prédio próprio, em frente à Capela de Santa Teresinha, hoje transformado em bar. Atualmente o Cine-Auditório F.I. está instalado em prédio moderno e grande, inaugurado em 7 de fevereiro de 1953, construção do Dr. José Ernesto Coelho, realização do Cel. Frederico Josetti Nunes Dias.

Em 10 de outubro de 1951 foi inaugurado o Cine-Teatro-Edna, em prédio da Rua D. Maria Carneiro, com o filme *Se Eu Fora Rei.* Há muito já não existe este cinema. Era propriedade do industrial Álvaro Mandolesi.

Itajubá muito cresceu e prosperou. Os cinemas até então existentes já não estavam satisfazendo o adiantamento do lugar. Compreendendo essa eficiência, Ailton Rennó Pinto, filho de Lalinho Pinto, construiu, na Praça Venceslau Brás, o Cine-Presidente, luxuoso e rico, inaugurado em 10 de junho de 1959 com o filme *Viva o Palhaço, cinemascope* em cores, com Danny Kaya e Pier Angeli. A Câmara Municipal, em 9 de junho de 1959, fazia constar em Ata as congratulações pela inauguração do Cine-Presidente.

O último cinema de Itajubá, luxuoso e moderno, foi o Cine-Alvorada, inaugurado em 4 de outubro de 1962, na Rua Francisco Masselli, esquina com a Rua Major Bello Lisboa. Foi uma realização de Geraldo Storino.

No momento em que elaboro esta *História,* só estão em atividade o Cine-Presidente e o Cine-Auditório F.I.

* * *

63 — DIVERSÕES

Todos os povos, em todos os tempos, procuravam diversões em sociedade, além do passatempo ou do *hobby* que cada um sempre encontrava quando só. As danças, as serestas ao luar, as caçadas, a pesca, os esportes e as lucubrações intelectuais preenchem as horas que sobram dos afazeres profissionais e do dia-a-dia do ganha-pão. O progresso traria, neste século, aos itajubenses, o gramofone, o cinema, o rádio, a televisão, os estádios de futebol, o fliperama...

Nos velhos tempos, as pessoas mais cultas divertiam-se em tertúlias alegres, nos saraus entre íntimos, com parceiros junto ao tabuleiro de xadrez ou do gamão, ou extasiavam-se à roda de um piano ou liam poemas e romances. Os demais, encontravam no baralho, nas conversas frívolas dos botequins ou nos antros de perversão o meio de matar o tempo disponível...

Quanto aos jogos de azar e tavolagem em Itajubá, praticados no século passado, falam muitas vezes as Atas da Câmara Municipal em lansquenê. Sugeria-se o imposto de 4 mil réis para as casas desses jogos, conforme a Ata de 10 de julho de 1861 e o livro de *Registro de Propostas e Pareceres de Comissões da Câmara Municipal de Itajubá,* em anotação de 13 de julho de 1861. Segundo o Edital publicado em "O Itajubá" de 7-11-1885, lavrado pelo escrivão Antônio Ferreira Strutz, e autenticado pelo Delegado de Polícia Antônio Cândido Rennó, além do lansquenê jogavam também os itajubenses o trinta-e-dois, roleta, vinte-e-um, pacau, bugiu, estrada-de-ferro, vermelhinha e pinta. Outros jornais faziam também menção ao jogo denominado ronda. Em 3 de agosto de 1897, a diretoria do Clube Itajubense aprovou a tabela de jogos, em que aparecia também o voltarete (a 10 mil réis o tento), o selo (a 50 réis o tento) e a manilha (a 20 réis o tento).

"O Itajubá" de 26-05-1872 publicava o protesto de Galdino Sebastião Lopes, no qual assegurava serem jogos proibidos em Itajubá, mas praticado em algumas residências, até pelo Fiscal, o lansquenê, a estrada-de-ferro e o pacau. Na edição de 14-07-1872, do mesmo jornal, Joaquim Luís Gomes Nogueira, Fiscal da Câmara, negava ter praticado semelhantes jogos, mas apenas aceitava "divertimentos simples e familiares, como sejam víspora e carimbo".

José Teixeira Portes, em "A Verdade" de 3-11-1887, publicava esta reclamação:

"JOGOS — Chamamos a atenção das autoridades policiais para o escândalo das jogatinas na cidade, para a qual são atraídos menores, moços inexperientes e escravos.

"Em nossa *Seção Livre* publicamos hoje o artigo de um honrado pai de família, justamente indignado com o procedimento reprovado dos donos desses estabelecimentos de perdição, em um dos quais foi buscar um filho imberbe, que lá se encontrava jogando o buzo. E não é o primeiro que se exaspera contra esse "edificante" método de educação da mocidade!

"Achamos uma depravação dos bons costumes e da moral social e profissão de *barateiro*, que, em última análise, é um corruptor digno da maldição das famílias e dos cidadãos honestos. Pedimos providências sérias e austeras".

Em 1883, Francisco José Maia Júnior instalava uma "casa de jogos lícitos". Os itajubenses do século passado muito apreciavam a víspora, e Abílio Augusto Cardoso de Oliveira, morador da Rua dos Remédios, tinha uma casa especializada nesse jogo "inocente", conforme anunciava em 1872. O mesmo fez José Francisco dos Santos Bretanha em 1888. Também tiveram casa de víspora Feliciano José Pinto da Silva e Joaquim José dos Santos Pereira.

Antigo divertimento itajubense, até hoje muito apreciado, é o bilhar. Já a "Gazeta Comercial", de 5-12-1880, fazia referência a Cândido da Silva Porto, que, fazia cerca de 20 anos, portanto em 1860, tivera na cidade "uma casa de bilhar". Bernardo Saturnino da Veiga, no *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, cita, naquele ano, a existência, em Itajubá, do bilhar de Pereira & Araújo. "O Itajubá" do Dr. Aureliano Magalhães trazia anúncio, entre 1884 e 1885, do Bilhar do Comércio, do Cap. José Francisco dos Santos Bretanha, no Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago) n.º 2. havia ainda a casa de bilhares de Francisco da Costa de Oliveira Braga, na Rua Duque de Caxias (ora Cel. Francisco Brás) n.º 12; o bilhar de José de Almeida Cunha Júnior, na mesma rua; o de José Rosendo de Oliveira, no Largo dos Passos, em 1888; os de Salomon & Noronha (Luís Achilles Salomon e Ismael Pinto de Noronha), na esquina com a Praça Adolfo Olinto; o de Joaquim Pinto de Noronha Júnior, que chegou a este século; o de João Guilherme Ferreira de Castro; o salão de bilhares de Portes & Irmão (Inácio Marcondes Portes e João Marcondes Portes), no Adro da Matriz, em 1887.

Já no início deste século os itajubenses se divertiam no bilhar de João Mendes Leite, em 1904, na Praça Cesário Alvim (Teodomiro Santiago); no salão, com várias mesas de bilhar, de Antônio Cantelmo, na década de 1910; os de Alexandre Niclo, em 1915. Seguiram-se tantos outros que não caberiam neste capítulo.

E eram rigorosos os velhos itajubenses quanto às diversões públicas. Veja-se só este aviso estampado em "O Itajubá" de 14-6-1884:

"DANÇAS — Julgamos oportuno, já que se aproximam as festas de São João, São Pedro e Santana, dar conhecimento do que a respeito de danças e caterctês, dispõe a atual tabela de impostos deste município: Art. 1.º, § 107: são proibidas as danças e cateretês nas povoações; nas roças, obtida a licença da autoridade policial, será pago o imposto de 6$000 (seis mil réis)".

E o mesmo jornal, em 7-9-1884 noticiava terem sido multados Jesuíno Baptista e Cândido Ribeiro, "por terem dado cateretê sem haverem pago os respectivos impostos"...

Além das casas de jogo e de bilhar, o mais antigo estabelecimento de diversões de que se tem notícia em Itajubá é o Bazar de Cosmorama de Afonso Henrique de Vasconcelos no Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago). "A Verdade" de 7-11-1889 informava: "Sua coleção de vistas é variadíssima e importante, constando de lindos quadros sacros, panoramas das principais cidades do mundo, batalhas, etc., tudo digno de ser visto". No início deste século ainda existia o Cosmorama, agora montado com outros divertimentos na Praça do Mercado (Praça Adolfo Olinto). O jornal "Cidade de Itajubá", de 18-5-1902, noticiava o reaparecimento deste Cosmorama.

Em 1901 foi José de Almeida Cunha Júnior quem fundou o Salão Japonês, rico de atrações, na Praça Adolfo Olinto, ao qual já deixei referências nos capítulos sobre a música e o cinema. Foi esse histórico Salão o primeiro a exibir o gramofone e o cinema em Itajubá. Vistas de cidades da Europa, bilhar, tiro ao alvo, bonecos que se movimentavam etc., atraiam, todas as tardes, os itajubenses que desejavam um bom divertimento.

Pedro Bernardo Guimarães, no seu *Município de Itajubá,* editado em 1915, registra a existência, naquele ano, do *Smart-Rinck,* de Martiniano Vianna Júnior, que era um parque de diversões com patinação, tiro ao alvo, trapézios, balanços e outras instalações mais, para divertimento de pessoa de qualquer idade. Segundo ficou registrado na revista "Século XX", nº 6, de 30-6-1913, o *Smart-Rink* antes pertencera à empresa Adolfo Pereira & Cia.

Muitos têm sido os parques de diversões volantes que, como ocorre com os circos, depois de alguma permanência no lugar, deslocam-se para outra cidade. Um, porém, pretendeu ficar estabelecido definitivamente em Itajubá. Foi montado no antigo Estádio (área hoje inteiramente urbanizada e que compreendia todo o quarteirão contornado pela Avenida Cesário Alvim, Rua Joaquim Francisco, Avenida João Antônio Pereira e Rua Comendador Schumann). No princípio, ia tudo muito bem. Lá estavam as barraquinhas diversas, de jogos e atrações, a roda-gigante, o carrossel, um pequeno tobogã, gangorras, balanços e outros divertimentos lícitos, tudo animado por alto-falates que alegravam com discos de apreciados cantores. Mas, em 1936, seu proprietário, o europeu Hermano Haug, decidiu transformar esse caça-

-níquel no Cassino-Parque Itajubá, que foi instalado à margem esquerda do Sapucaí, aproveitando-se o prédio da cabeceira da ponte Randolfo Paiva, casa esta em que residiu o Dr. Amadeu Chiaradia. E como tal Cassino nada mais era que um misto de *boite* e *bas-fond*, o povo passou a denominar o estabelecimento por *cabaré do alemão*. A sociedade protestou contra esse Cassino-Parque o centro da cidade, a Imprensa malhou-o, e o *alemão* teve de abandonar a cidade...

Muitas foram as outras casas de diversões que se instalaram em Itajubá, e hoje (1985) o *hall* do desativado Cine-Apolo está transformado em uma sala de fliperamas, com sofisticados aparelhos eletrônicos muito apreciados pelas crianças e adolescentes.

* * *

64 — TELEFONE, TELÉGRAFO, RÁDIO E TELEVISÃO

A primeira cogitação em torno de um meio de comunicação à distância, em Itajubá, foi em 1883, quando a Edilidade propunha endereçar ao Governo provincial o pedido de autorização para procurar meios de instalar uma linha telefônica entre Itajubá e o Vale do Paraíba.

Em 25 de março de 1884 tomava a Câmara Municipal conhecimento de um ofício do Presidente da Província, "cientificando que a concessão de linhas telefônicas, tanto para uso público como particular, é somente da competência do Governo"...

Meses depois, nas sessões de 16 de agosto e 1º de setembro do mesmo ano, registrava-se em Ata a "petição de José Mariano Ribeiro da Silva pedindo concessão para estabelecer entre esta cidade e a de Lorena e Vila da Bocaina uma linha telefônica".

"Na hora dos pareceres da Comissão o Sr. Dr. Aureliano declarou que a Comissão encarregada de dar parecer sobre a linha telefônica projetada para desta cidade ir a Lorena e Cachoeira, não teve necessidade de trabalhar, visto como o Sr. José Mariano Ribeiro da Silva, agente da Companhia, havia-se incumbido de agenciar apoio entre particulares para o estabelecimento da referida linha".

A Comissão a que se refere esta Ata era composta do Dr. Adolfo Augusto Olinto, Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Dr. Joaquim José Pereira dos Santos e Dr. Aureliano Moreira Magalhães.

"O Itajubá", na edição de 16 de agosto de 1884, noticiava a chegada a Itajubá do Tenente José Mariano Ribeiro da Silva, "morador no Piquete", que o fazia com o fim de "angariar assinantes para o assentamento" do projetado "fio telefônico", desejando-lhe este jornal "o melhor êxito em sua patriótica pretensão".

Creio, contudo, que, naquela época, nada se tenha realizado em instalações telefônicas em Itajubá.

Em 19 de maio de 1887 dizia "A Verdade":

"TELEFONE — Consta-nos que há idéia de se estabelecer uma linha telefônica desta cidade à freguesia da Vargem Grande (Brasópolis). E' um importante melhoramento de que nos ocuparemos proximamente". "O Itajubá", de 19-6-1887, confirmava a notícia.

Um quarto de século mais tarde, a Lei n.º 7, de 14-10-1909, concedia privilégio à Companhia Força e Luz de Itajubá para a instalação de uma rede telefônica do município. Efetivamente, esta foi a empresa que tomou em realidade os telefones em Itajubá, cujas linhas se estenderam até algumas propriedades agrícolas das redondezas da cidade.

Na "Gazeta de Itajubá", de 28-5-1911, se lia:

"O Sr. Sebastião Mendes de Brito, o moço empreendedor que todos nós conhecemos, trabalha ativamente em uma empresa de reais vantagens pra esta zona. É uma empresa telefônica que tem sua sede na capital de São Paulo, e que pretende estender os seus fios ligando diversos municípios mineiros". "A empresa acha-se amparada por fortes capitais da Paulicéia e, segundo ouvimos dizer, ampliar-se-á mais tarde ligando o Sul (de Minas) a Belo Horizonte".

No número de 29 de outubro de 1911, a "Gazeta de Itajubá" trazia a informação de que a Empresa Bragantina adquirira a rede telefônica de Itajubá, e procedia "a novas instalações, reformando o material e ampliando o número de aparelhos existentes". O Centro da Companhia foi instalado na Praça Cesário Alvim (atual Teodomiro Santiago).

A Companhia Bragantina realmente ligou Itajubá às localidades sul-mineiras e a várias cidades de São Paulo.

Na reunião de 19 de janeiro de 1923, da Câmara Municipal, o Vereador Eleardo Braga Mostério pedia esclarecimentos sobre a situação dos serviços telefônicos no município, então prejudicados — disse ele — pelo "descaso" da Companhia, e desejava saber se havia ou não a Municipalidade firmado contrato com a "Rio de Janeiro-São Paulo Telephone Company". Realmente, a Câmara esteve em vias de confiar a esta empresa os serviços telefônicos de Itajubá, pelo que se deduz das Atas de 15 de maio e de 23 de julho de 1923.

A Companhia Bragantina mudou o Centro para a Praça Presidente Vargas, sendo então seu encarregado o servidor Sebastião Ribeiro Sobrinho. Funcionou também no prédio da esquina da Rua Santos Pereira com a Francisco Brás.

Victor Silveira, em *Minas Gerais em 1925*, pág. 1228, assinala a existência, em Itajubá, naquele ano, de uma "estação radiotelefônica".

A antiga Companhia Bragantina desapareceu para dar lugar à Companhia Telefônica Brasileira.

Em 28 de dezembro de 1929 foi inaugurado o serviço interurbano em Itajubá, com possibilidades de ligações para todos os grandes centros do País. "O Itajubá" do dia seguinte trazia uma boa reportagem sobre o grande melhoramento, salientando a ação do deputado José Brás Pereira Gomes, "prestigioso Agente Executivo Municipal", a cujos esforços se devia o acontecimento. A primeira pessoa a usar a ligação direta com o Rio de Janeiro foi o estadista Dr. Venceslau Brás, que falou, a título de experiência, com o seu filho Dr. José Brás Pereira Gomes. A Cia. Telefônica instalou, na Praça Teodomiro Santiago, três alto-falantes, a fim de que todo o povo pudesse ouvir as comunicações inaugurais. Na sede do Clube Itajubense realizaram-se as cerimônias inaugurais, com a presença de altas autoridades e dos representantes da Companhia Telefônica Brasileira, tendo abrilhantado essas festividades as bandas de música da Fábrica de Tecidos Codorna e do Instituto Dom Bosco.

Em 20 de setembro de 1931 foi inaugurada a nova sede do Centro Telefônico, na Rua Francisco Brás, com a presença do Dr. Venceslau Brás, do Prefeito Dr. José de Oliveira Marques e outras autoridades.

Em 3 de julho de 1933 foi celebrado o contrato entre a Companhia Telefônica Brasileira e o Estado de Minas Gerais para a exploração do serviço telefônico intermunicipal no Estado, contrato este transferido à Companhia Telefônica de Minas Gerais.

A Associação Comercial de Itajubá, nas reuniões de 5 de junho e 21 de agosto de 1956, estudou as possibilidades da instalação de telefones automáticos na cidade, estando presentes elementos da Companhia Telefônica de Minas Gerais, entre os quais o Dr. Jayme Figueiredo, superintendente da empresa. A Companhia propunha então construir em Itajubá um prédio de três pavimentos, para instalar imediatamente 1.500 aparelhos automáticos, com possibilidades de ampliações até 20.000 terminais. O Prefeito Antônio Rennó Pereira, em 18 de outubro do mesmo ano, sancionou a Lei nº 291, que autorizava a Municipalidade a celebrar o contrato para esse melhoramento, o que de fato se efetivou em 26 do mesmo mês.

Em 14 de julho de 1962 foi finalmente inaugurado, com festividades, o telefone automático em Itajubá. A nova sede foi construída no final da mesma Rua Cel. Francisco Brás. A fita simbólica foi cortada pelo Prefeito Dr. Vicente Vilela Vianna. O Padre Agostinho Picard, vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, deu a bênção litúrgica do novo edifício em que se instalou o moderno sistema. Falaram os Drs. Augusto de Lima Neto, Superintendente Geral da Companhia Telefônica de Minas Gerais; Vicente Vilela Vianna, Prefeito Municipal; Everardo Perlingeiro, Presidente da Associação Comercial de Itajubá; Luís Fernando Faria de Azevedo, em nome da Câmara Municipal e, finalmente, o Vereador Benedito Macedo.

A Câmara Municipal, na reunião de 7 de agosto de 1962, fazia constar em Ata o telegrama do Deputado Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, com o qual se congratulava com a Municipalidade pela inauguração do telefone automático em Itajubá.

Em setembro de 1974 inaugurava-se o sistema de Discagem Direta à Distância (DDD).

Os serviços de telefone ora estão confiados a Telecomunicações de Minas Gerais S.A. (TELEMIG).

Quanto a telégrafo, a mais antiga instalação de que se tem notícia em Itajubá é a da Estrada de Ferro Sapucaí, inaugurada em 1891.

Em 1918 ainda era pelo telégrafo da estrada de ferro que se fazia ligação com o posto telegráfico da Repartição Geral dos Telégrafos, em Soledade, criada pela Lei n.º 3.313. Logo depois, em 1919, o Governo dividiu Minas Gerais em três distritos telegráficos, ficando Itajubá incluída no 1.º Distrito, ligada então por um sub-ramal. Só mais tarde é que os serviços telegráficos para uso público foram instalados, e, por muitos anos, funcionou na casa logo em seguida ao Apolo, na Rua Cel. Rennó, hoje (1985) pertencente aos irmãos Giffoni. Era telegrafista Willer Guimarães.

Em 26 de dezembro de 1931 o Telégrafo Nacional foi unido aos serviços de Correios, tornando-se uma só repartição.

Uma publicação de 1965 dava esta informação:

"Itajubá tem ainda comunicação com todas as localidades do País por meio dos serviços telegráficos da REFESA; pelo serviço radiotelegráfico do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate; por instalações telefônicas da Cia. Sul-Mineira de Eletricidade; pelo serviço de radiocomunicação da 19.ª Residência do Departamento de Estradas de Rodagem, e ainda pelas instalações dos radioamadores, filiados à LABRE".

Antes de 1930 as recepções radiofônicas em Itajubá ainda muito pouco prometiam de sua eficiência. Apanhava-se uma ou outra palavra inteligível no meio de estalos e de chiados pouco convidativos. Por volta de 1926 e 1927 havia no Instituto Dom Bosco um receptor de rádio, excessivamente volumoso pela profusão de baterias, bobinas, ligações e acessórios complicados, e que ainda era um sonho de eletrônica, tal a exigüidade de seus resultados... Mesmo durante a revolução de 1932, quando toda a curiosidade popular se voltava para São Paulo, mal se ouviam as notícias de lá transmitidas. E pouca gente possuía então receptores.

Em 1941, o jornal "O Itajubense", n.º 15, ainda reclamava energicamente contra o ruído nos aparelhos, dizendo, entre outras coisas:

"Ter-se um aparelho de rádio, em Itajubá, é possuir em casa um autêntico aparelho transmissor de tempestade, trovões, canhoneiros, matraquear de metralhadoras, etc. Mas, por quê? É possível que só a nossa cidade tenha este odioso privilégio de não permitir a nenhum radioamador e radiouvinte a sua recepçãozinha?"

E a referida folha fazia ameaças, transcrevendo integralmente o Decreto n.º 1.383, que estabelecia penas para os possuidores de máquinas e motores elétricos que produziam ruídos nos receptores. Amaldiçoava todos os dentistas, as costureiras e alfaiates...

Desde 1935, contudo, em Itajubá já se sentia o progresso do rádio. Os aparelhos receptores foram-se, desde então, espalhando por toda a cidade, e, pouco depois, até lares mais pobres os possuíam.

Dá-nos o Dr. José Nogueira Leite estas valiosas informações históricas, publicadas em "O Sul de Minas", de 4-3-1956, depois de informar que as experiências com a radioeletricidade em Itajubá datam de 1926:

"Os pioneiros do rádio em Itajubá foram: Dr. Luís de Lima Vianna, com as suas recepções feitas no morro da caixa-d'água; José Carneiro Santiago, com os seus supereterodinos de 8 e 10 válvulas; Dr. Fernando Lavrador, Francisco Venceslau Brás e o Dr. João Brás Pereira Gomes, com o seu primeiro transmissor construído no porão da casa do Exmo. Sr. seu pai".

O "Jornal do Povo", na edição de 16 de março de 1930, anunciava a fundação, em Itajubá, de uma "sociedade radioeducadora", decidida em reunião realizada na sede do Clube Itajubense em 10 daquele mês e ano, por iniciativa do Dr. Luís de Lima Vianna, quando então falaram sobre o assunto, apresentando sugestões, e explanações, o Dr. José Rodrigues Seabra, o Capitão Wlademir Aranha Meira de Vasconcelos e Brás Neto. "O Itajubá", nas edições de 2 e de 29 de março, de 6 e de 27 de abril, de 11 e de 16 de novembro de 1930, estampou amplas e animadoras notícias sobre a projetada Rádio Educadora de Itajubá. Seus idealizadores, os quais acabo de citar, procuraram, em 13 de novembro de 1930, o apoio do eminente chefe Dr. Venceslau Brás. Mas, apesar dos esforços, nada se realizou naquele ano.

Passaram-se 13 anos, e em 9 de maio de 1949, graças aos esforços de alguns itajubenses e do Dr. José Rodrigues Seabra, foi finalmente inaugurada a ZYI-5, Rádio Itajubá, que relevantíssimos serviços vem prestando a todo o sul de Minas. Funcionou primeiramente em salas do Colégio de Itajubá, na Rua Xavier Lisboa, mudando-se tempos depois para a Praça Teodomiro Santiago, ocupando o pavimento superior do prédio do Bar Acadêmico, ora demolido. Atualmente, com a designação de Rádio Itajubá Limitada, tem seus estúdios instalados na Rua Geraldino Campista.

Além da Rádio Itajubá possui Itajubá a Rádio Universitária, realização da Escola Federal de Engenharia de Itajubá.

Na reunião de 21 de novembro de 1963, da Câmara Municipal, o Vereador José Geraldo Maciel solicitava que fosse enviado um "Ofício de congratulações ao Dr. José Nogueira Leite pelo brilhante trabalho alcançado em montar uma emissora de rádio, dentro do Instituto Eletrotécnico de Itajubá".

Do "Boletim Informativo", da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, n.º 32, ano III, de setembro e outubro de 1983, passo a transcrever o seguinte histórico da Rádio Universitária:

"Numa acanhada sala localizada no terceiro andar do então prédio central do I.E.I., perto da Igreja Matriz da cidade, no dia 22 de novembro de 1963 foram para o ar os primeiros sinais emitidos pelas antenas da Rádio Instituto Eletrotécnico de Itajubá — assim denominada à época, a nossa Rádio Universitária". "Era um transmissor de 100 Watts, que operava na freqüência de 1.490 KHZ, ainda sem prefixo de identificação.

"A inauguração da emissora coincidiu propositadamente com as festividades dos 50 anos de fundação da Escola (23-11-1963). Além de diretores do Instituto, a festividade contou com a participação de autoridades, quando foi prestada significativa homenagem ao Prof. José Nogueira Leite, responsável pela montagem do transmissor e estúdio.

"Mas a história da Universitária começou bem antes, em 1959, quando o Diretor do I.E.I., Prof. Pedro Mendes dos Santos, requereu licença para funcionamento "de um canal de rádio para fins de estudos como Laboratório de Ondas Eletromagnéticas. Durante o tempo em que não estivesse funcionando para fins didáticos, seria permitida sua utilização para programação cultural".

"Nos anos seguintes foram trocados inúmeros expedientes burocráticos, que culminaram com a inauguração da Rádio, nos primeiros anos denominada, em alguns documentos, Rádio Universidade Theodomiro Santiago, que gerou a sigla RUTS.

"Nos primeiros tempos a Rádio funcionou com equipamentos técnicos, já usados, doados pela Marinha do Brasil. Posteriormente este material foi desmontado, e, aproveitando algumas peças, o Prof. Nogueira Leite, então Chefe do Laboratório Básico, projetou novo transmissor. O que faltava foi adquirido na firma EASA, com a colaboração do Prof. Alberto Pereira Cardoso.

"Poucos meses depois da inauguração, logo no início de 1964, a Rádio foi entregue ao Diretório Acadêmico, que através do seu Departamento de Imprensa, passou a operar a emissora.

"Inicialmente coube aos alunos Rolf Bukman e Ivan Sabatella Filho a tarefa de administrá-la. Com a saída destes estudantes, a emissora foi decaindo, administrativamente, tendo a direção da Escola resolvido a assumir o seu controle, nomeando para Diretor o Prof. Nogueira Leite, logo depois substituído pelo Prof. Calistrato Borges de Muros. Estes foram os primeiros diretores-funcionários nomeados pela EFEI.

"Em 1970 a Rádio passou à responsabilidade direta do Diretor-Geral da EFEI, Prof. Fredmarck Gonçalves Leão, que lutou pelo seu soerguimento.

"No final de 1974 a Universitária passou a operar com um transmissor de 0,25 KW, na freqüência de 1.570 KHZ, com prefixo ZYL-242, características que mantém até hoje, para operação em ondas médias.

"Com o Prof. Zulcy de Sousa na Direção da Escola, final de 74, a emissora foi ligada à Divisão de Divulgação e Documentação (DDD), chefiada pelo Prof. Marino Francisco de Macedo, que passou a responder pela Rádio, até 1977, quando foi designado para chefiá-la o Prof. Luís Antônio Cury, mas ainda ligada à DDD. Em março de 1978, por aprovação da Congregação, a Universitária voltou a ser subordinada à Diretoria, dentro do novo organograma da EFEI, ligada à Chefia de Gabinete. Nestas condições foi designado Diretor da RAU o Prof. Paulo Magalhães.

"Em fins de 1978 assumiu a Direção-Geral da EFEI o Prof. José Abel Royo dos Santos que manteve o Diretor da RAU até princípios de 1980, quando foi designado Diretor da Emissora o Jornalista Sérgio Leal, que ocupa o cargo até hoje.

"A UNIVERSITÁRIA DE HOJE — A Rádio Universitária, ligada ao Gabinete do Diretor-Geral da Escola, é uma emissora sem fins comerciais, com produção e locução basicamente a cargo de alunos.

"Funciona diariamente de 8 às 24 horas, com uma programação eclética, com ênfase à música popular brasileira, complementada com seleções da música clássica e popular internacional, além de programas educativos-culturais. Mantém noticiário geral diário, incluindo o esporte local, nacional e internacional.

"A Rádio Universitária está hoje inteiramente integrada à vida da cidade, não só por oferecer o rádio como lazer, como por integral apoio às manifestações comunitárias, com noticiário, chamadas, entrevistas e cobertura de acontecimentos em transmissão direta, em cadeia ou gravada.

"Atualmente a Universitária vem abrindo espaço para incentivar e divulgar a música popular regional que vem sendo produzida por compositores cantores e instrumentistas locais, através de *shows* promovidos em ação conjunta com o Diretório Acadêmico".

Com o auxílio dos pioneiros de Brasópolis, que instalaram o primeiro repetidor de TV no sul de Minas, os técnicos itajubenses, tendo à frente o Dr. José Nogueira Leite, conseguiram, em 25 de julho de 1956, pela primeira vez, receber em Itajubá imagens pela televisão, da Tupi, Canal 3, de São Paulo, iniciando-se, assim, uma nova era de progresso para a cidade. Em 13 de janeiro de 1957 recebia-se em Itajubá, pela primeira vez, a imagem do Canal 5, de São Paulo. Bons resultados também se obtiveram com o Canal 7, TV Record.

Além do Dr. José Nogueira Leite e de Márcio Brás de Oliveira Marques, bem como de João Brito e outros, a televisão em Itajubá muito ficou devendo aos empreendimentos de Nagib Mohallem Filho, que muito já se esforçou para melhorar a recepção em toda a cidade, tendo mesmo montado, no alto do Bairro Oriente, uma estação transmissora de TV.

Várias Atas da Câmara Municipal registram as providências tomadas pela Municipalidade junto ao Conselho Estadual de Telecomunicações (COETEL) e à Associação Sul-Mineira de Telecomunicações (ASSUMITEL) no sentido de se conseguir novos e mais aperfeiçoados repetidores de TV.

As imagens em cores pela TV, em Itajubá, tiveram início em meados de 1972.

* * *

65 — O CORREIO

Quase todo o serviço de correios no sul de Minas, até à época da elevação de Itajubá à categoria de vila, era feito por particulares, os *próprios*, como se dizia. O postilhão do Governo, naquele tempo, passava pela então Capela Nova da Boa Vista uma vez ou outra, num longo espaço de tempo, a cavalo ou a pé, no cumprimento da tarefa estafante e penosa, e isto de maneira irregular e nem sempre honesta.

O primeiro estafeta público intermunicipal que passava por Itajubá, então Freguesia, tinha por missão fazer a linha de Pouso Alegre a Campanha, onde apanhava a correspondência que vinha da Corte ou de Ouro Preto.

Na reunião do dia 4 de julho de 1849, da Câmara Municipal, o Vereador Joaquim Delfino Ribeiro da Luz propunha oficiar-se ao Presidente da Província, rogando-lhe estafetas de Itajubá para o Carmo (Carmo de Minas), passando por Cristina, bem como que o postilhão da linha já estabelecida fizesse escala na Vargem Grande (Brasópolis), então distrito de Itajubá. Três meses depois, em Ofício de 3-10-1849, o Administrador interino dos Correios, Luís Antônio Tassara da Paixão, informava que, para o estabelecimento dos desejados estafetas e linhas, necessitava da informação sobre o provável rendimento das pleiteadas agências em Carmo de Minas, Cristina e Brasópolis. Nomeou a Câmara uma comissão para apresentar as informações solicitadas (Ata de 17-10-1849). O Vereador Joaquim Delfino Ribeiro da Luz adiantava ainda que José Felipe dos Santos se oferecia para fazer gratuitamente a linha do Espírito Santo dos Cumquibus (Cristina) a Itajubá, e julgava serem bastantes dois dos postilhões para todos os serviços pedidos (Ata de 18-10-1849). Mas o Governo nada então concedeu.

Dois anos depois, o Comendador João Carneiro Santiago, Presidente da Câmara, reiterava o pedido de um estafeta de Itajubá para o Carmo e Baependi (Ata de 1.º-7-1851). O Governo, no entanto, em Ofício de 16-8-1851, declarava não conceder a linha solicitada, em face das informações desfavoráveis do Administrador Geral dos Correios. Deliberou então a Câmara Municipal oficiar ao Governo, pedindo a criação de uma Administração na vila de Itajubá (Ata de 7-10-1851). O Presidente da Província não concedeu

a Administração de Correios, mas determinou que, em vez de simples escala que o estafeta fazia em Itajubá, que se criasse então uma agência postal nesta vila, para o que já havia oficiado ao Ministro do Império, José da Costa Carvalho, Visconde de Monte Alegre (Atas de 7-1-1852 e de 6-7-1852). Realmente, no ano seguinte, 1853, foi instalada em Itajubá a agência do Correio.

Antes disso, o estafeta da linha Campanha-Pouso Alegre, ao passar por Itajubá, deixava ou pegava a correspondência na casa do Fiscal da vila, conforme revela a Ata de 7-10-1853 e outras. Também os boticários da época, amigos de toda gente, se prestavam, de boa vontade, a esse serviço, tornando-se suas farmácias agências de Correio...

Na reunião de 9 de abril de 1856, e mais tarde ainda, em 12 de abril de 1864, reiterou a Câmara o pedido da criação em Itajubá de uma Administração dos Correios, bem como de uma agência na Vargem Grande (Brasópolis) e em Santa Rita do Vintém (Santa Rita do Sapucaí).

Na reunião de 17 de abril de 1857 deliberava a Câmara sobre a necessidade de um estafeta para Brasópolis e Paraisópolis só concedido cinco anos mais tarde. Em 15 de maio de 1883 pedia-se que o postilhão da linha de Paraisópolis passasse por Piranguçu. Naquele mesmo ano, o Vereador Frederico Schumann, na reunião de 1.º de agosto, lembrava a necessidade de um estafeta de Pouso Alegre a Lorena, de dois em dois dias, passando por Itajubá.

Inaugurada a Estrada de Ferro D. Pedro II, as correspondências vindas do Rio de Janeiro eram apanhadas pelos estafetas em Lorena. Pouco depois era construída a *Minas and Rio Railway,* que é o trecho ferroviário entre Cruzeiro, SP, e Três Corações, MG, ora da REFESA. Apressou-se então a Câmara em solicitar do Administrador Geral dos Correios, de Ouro Preto, que, em vez de Lorena fosse a correspondência para Itajubá apanhada na estação do Carmo do Pouso Alto, existente entre São Lourenço e Pouso Alto (depois denominada Américo Lobo, a qual não deve ser confundida com Carmo de Minas), conforme registrou a Ata de 15-5-1884. "O Itajubá", também apelava para esse melhoramento, informando, na edição de 17 de maio do mesmo ano: "Em 36 horas teremos aqui a correspondência e os jornais da Corte, quando atualmente recebemos o correio com demora de 48 horas".

Inaugurada a Estrada de Ferro Sapucaí, em 1891, cessou a utilização dos postilhões para Itajubá. Hoje, na era do petróleo, do asfalto, tudo ficou mais rápido e mais fácil...

O mais antigo funcionário do Correio da agência de Itajubá de que se tem registro, é Antônio Manuel da Cunha, em 1855. Vem depois José Manuel Pereira Guimarães, conforme Ata da Câmara, de 12-10-1863. Nessa mesma época trabalhou na agência de Itajubá o Tenente Honório José da Gama, depois de ter sido estafeta da linha Pouso Alegre-Itajubá, entre 1850 e 1860. Bernardo Saturnino da Veiga, no *Almanaque Sul-Mineiro* de

1874, indica João Baptista Braga como agente do Correio de Itajubá naquele ano, cargo que, em 6 de setembro de 1883, foi ocupado por Feliciano José Pinto da Silva, em substituição a Antônio Luís Pinto de Noronha Sobrinho ("O Itajubá", edição de 7-9-1883).

Foram posteriormente agentes dos Correios de Itajubá, além de outros, os seguintes funcionários:

José Francisco Pereira de Magalhães, Achilles Salomon (empossado em 5 de agosto de 1889, segundo o livro de *Juramentos e Posses,* do arquivo da Prefeitura)), João José Rennó (1886 e 1887), Antônio José Pinto da Silva (1887 a 1889), Cornélio de Faria (1889 a 1893), Antônio da Silva Pinto (Mestre Pinto)), Luís Dalle Afflalo (Lula), de 1908 a 1912, José Acácio Pereira dos Santos (época em que foram carteiros Olímpio Ribeiro da Silva e Francisco Lopes), José Pedro de Carvalho Faria, Ernâni Rocha, Bolivar Siqueira, José de Lima, Waldemar Rocha Costa, Lino Carvalho, Antônio Fernandes Ribeiro (empossado em 11 de agosto de 1948), Diva Melo, Vitorino Pereira Baptista e Vicente Pereira da Silva.

Os mais recentes funcionários dos Correios e Telégrafos de Itajubá estão citados na obra *Itajubá Contemporâneo*.

Um dos mais antigos e abnegados postilhões, que conduziam as malas postais de Pouso Alegre a Lorena, de nome Joaquim Botica (sic), foi morto por um raio, em trabalho, no princípio de 1883, nas proximidades de Pouso Alegre ("O Itajubá", de 17-2-1883). Na Ata de 1-5-1890, da Câmara Municipal consta ter sido Cândido Pereira dos Santos quem conduzia as malas do Correio para Cristina e Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), a 10 mil réis por dia.

Em diversas edições de "O Itajubá", e em várias Atas da Câmara, encontram-se muitas providências tomadas pela Municipalidade ainda com respeito a estafetas e criações de linhas para os distritos de então, o que seria longo enumerar.

Um dos mais dedicados funcionários da Agência dos Correios de Itajubá, componentes da antiga equipe do serviço postal, é José Acácio Cabral, Tesoureiro, há muito já aposentado e que, em diversas épocas, substituiu interinamente o agente local.

Os primeiros carteiros são de 1904, quando foram concedidos dois desses funcionários para Itajubá, com o ordenado de 360 mil réis por ano. Comentando o acontecimento, assim concluía a "Gazeta de Itajubá", de 20-11-1904: "Essa medida vem satisfazer uma necessidade que tínhamos em virtude da extensão da cidade e da sua crescente população".

Em 1901, Olímpio Ribeiro da Silva foi nomeado estafeta, com a missão de conduzir as malas postais entre a estação ferroviária e a agência.

Em 20 de julho de 1960 a agência de Itajubá inaugurou o serviço motorizado de transporte das malas entre as estações ferroviárias e rodoviária e a agência.

Dos antigos funcionários dos Correios além dos nomes já citados, mencionem-se ainda: — Mariana Schumann, Eusébio Pereira (foi, por muitos anos, Tesoureiro. Aposentou-se em 1935), o mais popular carteiro dos velhos tempos José Teixeira (filho do pintor Luís Teixeira) e José Miranda Matos, também carteiro por muitos anos, de todos conhecido por Musa.

O Decreto n.º 20.859, de 26 de dezembro de 1931, fundiu os serviços postais com os telegráficos, extinguindo as repartições do Telégrafo Nacional, e criou o Departamento dos Correios e Telégrafos.

A agência de Itajubá é subordinada à Diretoria Regional de Campanha.

A primitiva agência do Correio de Itajubá, em 1853, esteve instalada num prédio da Rua dos Remédios (ora Xavier Lisboa), de propriedade do Alferes José Manuel Pereira Lima. Esteve depois, por alguns anos, numa casa da Rua Marquês do Herval (atual Pereira Cabral), de propriedade de Antônio Ribeiro de Faria. Achilles Salomon, ao assumir o cargo de agente do Correio, em 1889, em substituição a Antônio José Pinto da Silva, passou a ter "sua repartição funcionando em casa de sua residência, à Rua Dr. Silvestre Ferraz" — assim noticiava "O Itajubá" de 04-08-1889. Depois de estar na Rua Cel. Rennó, foi instalada numa casa da esquina das Ruas Pereira Cabral e Comendador Schumann, prédio ainda existente, onde esteve por muitos anos. Passou para a esquina das Ruas Américo de Oliveira e Silvestre Ferraz. Esteve na Rua Dr. João de Azevedo e ficou por algum tempo num velho casarão, ora inexistente, da Avenida Cesário Alvim, de propriedade de D. Isidra Santana.

Em 29 de março de 1939 esteve em Itajubá o Ministro da Viação, General Mendonça Lima. Sentiu, *de visu*, a precariedade das instalações da agência local, que andava de déu em déu, em casas velhas e alugadas, sem acomodações necessárias. Prometeu tomar as iniciativas para a construção de um edifício próprio e condizente com a prosperidade de Itajubá. Nove anos mais tarde, com a presença do Cel. Raul de Albuquerque, Diretor dos Correios e Telégrafos, e do Dr. Milton Xavier de Carvalho, Diretor Regional dos Correios e Telégrafos, e de várias autoridades e pessoas da alta sociedade local, foi, em 11 de setembro de 1948, finalmente inaugurada, à Avenida Cel. Carneiro Júnior, ampla e definitiva Agência dos Correios e Telégrafos de Itajubá.

Em 1.º de dezembro de 1940 foi inaugurada a agência dos Correios e Telégrafos da Fábrica de Armas (ora IMBEL), empossando-se então ali, como agente, o funcionário José Antônio do Nascimento.

* * *

66 — CLUBES E ORGANIZAÇÕES RECREATIVAS OU CULTURAIS DIVERSAS

Foram muitas as associações que se fundaram em Itajubá, em várias épocas, *ab urbe condita*, com objetivo de comunhão social, cultural ou recreativa. As que mais assinaladamente ficaram na história da cidade foram as seguintes:

1.º — Clube X — O mais antigo de que se tem notícia. Fundado em 1879. Era uma sociedade carnavalesca. Seu fundador e primeiro presidente foi Martinho Teixeira da Silva Araújo. A "Gazeta Comercial", em várias edições de 1880, trazia notícias desse Clube, bem como seus programas de festividades. Em 1884 o presidente era Antônio José Pinto da Silva.

2.º — Clube Literário e Recreativo Itajubense — Em 19 de agosto de 1880 realizava-se a reunião que fundou esse Clube. Sua diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Padre Martiniano de Oliveira Pinto Dias; Vice-Presidente: Fructuoso Ramos de Lima; 1.º Secretário: Marcolino Pereira Guimarães; 2.º Secretário: Manoel Rodrigues Pereira; Tesoureiro: Cel. Antônio José Rennó; Procurador: Agostinho Pereira Leite; Comissão de Sindicâncias: Valério Arantes de Carvalho, Joaquim Antônio da Silva e Alferes Luís Antônio Pinto de Noronha; Comissão de Redação: Dr. José Manuel Pereira Cabral, Paulino Augusto dos Santos e Liduardo Rodrigues de Sousa; Comissão de Finanças: Francisco da Costa Oliveira Braga, Joaquim Pinto de Noronha Júnior e Antônio José Pinto da Silva.

A "Gazeta Comercial" estampava várias notícias dessa sociedade, que teve a curta existência de um ano. O referido jornal, nas edições de 24-10-1880 e de 07-11-1880 faz, com humorismo, mofas da malograda agremiação, e Heráclito Júnior, no seu *Folhetim*, estampado neste último n.º, deixa provocantes insinuações sobre o motivo da extinção desse Clube...

Conforme adiante se verá, somente 17 anos mais tarde é que se fundaria o almejado Clube Itajubense, hoje uma realidade já de profundas tradições.

3.º — Clube Cruz de Malta — Fundado no carnaval de 1884, com a seguinte diretoria:

Dr. Aureliano Moreira Magalhães, Presidente; Major Frederico Schumann, Vice-Presidente; Antônio José Pinto da Silva, Tesoureiro; Francisco da Costa de Oliveira Braga, Diretor; João Carlos de Mendonça Furtado, Procurador; Justino Paulistano de Olivas, Vice-Procurador; João Ramos de Lima, 1.º Secretário; José Amaro Rangel Correa, 2.º Secretário.

4.º — Clube Recreio dos Artistas — Também fundado no carnaval de 1884, por Martinho Teixeira da Silva Araújo. Em 1911 ainda existia essa agremiação, e tinha, então a seguinte diretoria:

João Cândido Rennó, Presidente; Sebastião Miranda, Vice-Presidente; João Carvalho, Secretário; Dr. Antônio Salomon, Orador; Virgílio Salomon, Tesoureiro; José Salomon, Procurador; Euclides Miranda, Diretor; Benedito Miranda, Vice-Diretor. Os componentes do Conselho Fiscal eram: José de Castro (Presidente), Francisco Salomon, José Gomes Braga, Francisco José Pereira, Joaquim Gomes de Lima e Joaquim Carvalho,

5.º — Clube Carnavalesco Paladinos do Progresso — Fundado em 1888 por Antônio José Pinto da Silva e Joaquim Antônio da Silva.

6.º — Sociedade Carnavalesca — Era assim denominado um clube de foliões fundado em 1888, com seguinte diretoria:

Antônio Cândido Rennó, Presidente; Sebastião Cabral, Vice-Presidente; Antônio José Pinto da Silva, Diretor; Joaquim Antônio da Silva, Secretário; João Dias Pereira, Tesoureiro; Agnelo Cabral, Procurador; Sebastião Maggy Salomon, Orador; Comissão encarregada da elaboração dos estatutos: Olímpio Augusto de Magalhães, José Cabral, Horácio Ferreira Lopes, João Ramos de Lima e Luís Rennó.

7.º — Sociedade Artístico-Literária — No Relatório sobre a primeira Escola Normal de Itajubá, impresso em Ouro Preto pela Imprensa Oficial do Estado, informava Luís Gonçalves Pessanha, em 1897:

"É de recente criação a Sociedade Artístico-Literária, instalada com 50 sócios fundadores, sendo esta a sua diretoria: Presidente: cidadão Cândido Prado; Vice-Presidente: Aureliano Schumann; Secretário: Augusto Leite; Tesoureiro: Adolfo Schumann; Procurador: Francisco Almeida; Arquivista: Miguel Ramos".

8.º — Clube Literário e Recreativo Itajubense — O mais importante e mais tradicional de todos os clubes já fundados em Itajubá. É a única agremiação do século passado que ainda existe.

A revista "Nação Brasileira", de novembro de 1924, ano II, n.º 15, traz a seguinte informação:

"O Clube Literário e Recreativo de Itajubá constitui verdadeiramente o eixo de toda a vida literária e cultural de Itajubá. Nele se reúnem as maiores mentalidades da cidade, num cenáculo de gente de espírito e de idéias alevantadas, para as quais a alegria do coração vem a ser o pão complementar do espírito — segundo queria Anatole France, na sua adorável bonomia de otimista".

Foi fundado em 17 de maio de 1897. Nasceu junto com a Sociedade Literária, criada na mesma data por um grupo de intelectuais e pessoas gradas da cidade, numa reunião na sala da Câmara Municipal, em assembléia também presidida pelo Dr. Luís Rennó.

A Ata inaugural do Clube Itajubense foi assim lavrada:

"Aos dezessete dias do mês de maio de mil oitocentos e noventa e sete, às oito horas da noite, nesta cidade de Itajubá, Minas Gerais, na sala da Câmara Municipal, aí presentes os abaixo assinados, digo, os cidadãos

subscritos no termo da fundação do Clube, resolveram a fundação de um Clube Literário e Recreativo. Aclamado foi o cidadão Dr. Luís Rennó para presidir os trabalhos preparatórios da sessão, que convidou, em seguida, o cidadão Cândido Prado para servir de Secretário, tomando aquele assento no topo da mesa, e este a sua esquerda. O sr. Presidente, dando a palavra ao Sr. Secretário, este expôs, em breves palavras, os fins da Sociedade e disse que, para se acompanhar a marcha da civilização, o povo ali achava-se presente a fim de criar um Clube Literário e Recreativo, onde se possa instruir e deleitar o espírito, concluindo felicitando-o. Em seguida, o Sr. Persidente declarou fundado o Clube, e que, sendo necessária uma comissão para elaborar os Estatutos do mesmo, anunciava em discussão o modo mais fácil de constituí-la. O Sr. Henrique de Sousa pede a palavra e diz que essa comissão deve ser composta de cinco membros e nomeada pelo Sr. Presidente. Pelo Sr. Presidente foi essa proposta posta a votação e aprovada. O Sr. Presidente, à vista dessa aprovação, nomeou a comissão composta dos cidadãos: — Oswaldo Carneiro Santiago, Capitão Luís Antônio Pinto de Noronha, Antônio Mendes de Brito, Jorge Tibiriçá de Boucherville e Cândido Prado. Os sócios fundadores estão assinados em um termo especial no princípio deste livro. Nada mais havendo a tratar-se, o Dr. Presidente determinou o dia vinte e sete do corrente mês para ter lugar, às sete horas da noite, a segunda sessão extraordinária de preparatórios, onde serão discutidos os Estatutos do Clube apresentados pela comissão, levantando em seguida a presente sessão. Para constar, eu, Cândido Prado, Secretário que a escrevi e assino com o Sr. Presidente e sócios fundadores".

Os sócios fundadores do Clube Itajubense foram os seguintes, em número de 60:

Abel Pereira dos Santos, Antônio Mendes de Brito, Aureliano Schumann, Alberto da Silveira Braga, Antônio Cândido Rennó, Alberto de Noronha, Antônio Maximiano Xavier Lisboa (Dr.), Antônio A. Rennó, Balduino Vieira Salgado, Calisto de Paula César, Custódio Leite de Araújo, Cândido Pereira dos Santos, Cônego Antônio Moreira de Sousa e Almeida, Cândido Prado, Eusébio Pereira, Francisco José Ribeiro, Francisco Cardoso de Moura Brasil, Francisco Brás Pereira Gomes, Frederico Schumann, Henrique de Sousa, Higino Miranda, Horácio Ferreira Lopes, João Strutz, João Baptista de Miranda, João Pereira Rennó, João Dias Pereira, João José Rennó, Joaquim Severino de Paiva Azevedo, Jorge Tibiriçá de Boucherville, Jorge de Oliveira Braga, Jerônimo Guedes Fernandes, Joaquim de A. Campos e Silva, José Manso Pereira Cabral, José de Almeida Cunha Júnior, José Francisco Pereira Júnior, José Luís Monteiro Chaves, José Manuel Pereira Cabral (Dr.), José Martins Tosta do Amaral, José Carneiro de Resende,, Júlio Martins do Amaral, José Bráulio Pinto, Luís Rennó (Dr.), Luís Antônio Pinto de Noronha, Luís de Almeida Cunha, Luís Ramos de Lima, Miguel Ramos de Lima, Melquíades Pinto, Narciso José Brasil, Oswaldo Carneiro Santiago, Olímpio Augusto de Magalhães, Plínio Brasil, Pedro Mendes de Sousa, Paulino

Gonçalves de Faria, Sebastião Cabral, Serafim M. dos Santos Lima, Tristão Afonso de Azevedo, Tarqüínio Ferreira Lopes e Venceslau Brás Pereira Gomes. E ainda Arlindo Vieira Goulart e Antônio Joaquim Bonifácio.

A redação final do Estatuto foi confiada a uma outra comissão, composta dos sócios Custódio Leite de Araújo, Antônio Cândido Rennó, Olímpio de Magalhães, Alberto Braga e Calisto de Paula César. Na reunião de 30 de maio de 1897 essa comissão apresentou o Estatuto, tendo sido então aprovado. E nessa mesma reunião foi eleita a primeira diretoria, assim constituída:

Presidente: Dr. Luís Rennó; Vice-Presidente: Olímpio Augusto Pereira de Magalhães; 1.º Secretário: Cândido Prado; 2.º Secretário: Serafim dos Santos Lima; Tesoureiro: Eusébio Pereira; Procurador: Higino Miranda; Orador: José Manso Pereira Cabral; Membros da Comissão de Sindicância: Henrique de Sousa, Antônio Cândido Rennó e Balduíno Vieira Salgado. A posse se deu em 15 de junho do mesmo ano.

Uma outra comissão foi nomeada para elaborar o Regimento Interno, composta dos sócios Custódio Leite de Araújo, Dr. José Manuel Pereira Cabral, Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Comendador Frederico Schumann, Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, Cônego Antônio de Almeida e Cel. Luís Antônio Pinto de Noronha.

A 29 de junho do mesmo ano, Antônio dos Santos Bretanha foi nomeado Bibliotecário.

No início deste século adquiriu o Clube Itajubense um piano *Pleyel* ("Cidade de Itajubá", de 22-12-1901).

A primeira reunião cultural se deu logo depois da fundação, quando Cândido Prado proferiu uma conferência sobre a "Educação e a Instrução".

A 10 de novembro de 1902 inaugurava-se, nas diversas dependências da sede, a iluminação a gás acetileno, que vinha substituir os antigos e fumarentos lampiões a querosene. Foi um dia festivo para o povo e a Agremiação, admirando-se todos do "moderno sistema" da luz "revolucionária"... Todo o aparelhamento foi fornecido por Dionísio Tolomei, comerciante estabelecido no Rio de Janeiro.

Até o início do século o Clube Itajubense não tinha sede própria. Funcionava num prédio alugado, de propriedade do Dr. Luís Rennó, existente no mesmo local em que hoje se ergue o suntuoso edifício da Agremiação. Pagava-se ao Dr. Luís Rennó a mensalidade de 60 mil réis. A 4 de fevereiro de 1906 houve uma reunião geral, secretariada pelo Professor Carmo Cascardo, a fim de decidir-se sobre a aquisição da sede própria. Foi para isso nomeada uma comissão, da qual fizeram parte Luís Dias Pereira e o próprio Dr. Luís Rennó. Examinadas as possibilidades e efetivados os entendimentos necessários, a 15 de dezembro de 1906 deliberou o Clube comprar do Dr. Luís Rennó, por 12 contos de réis, o prédio no qual já se achava instalado.

A sede do Clube Itajubense, entre 1911 e 1924, passou por algumas reformas. Em 30 de janeiro de 1912, em assembléia geral, resolveu-se modificá-la inteiramente segundo uma planta apresentada pelo construtor Moisés Luigi. A Lei Municipal n.º 22, de 30 de janeiro de 1914, autorizava a Câmara a subscrever dez ações do Clube, no valor de 100 mil réis cada uma. Auxiliada ainda por uma subscrição entre os sócios, a Agremiação fez executar as desejadas modificações.

A 20 de janeiro de 1920 era solicitada do engenheiro Dr. Fritz Hoffmann uma planta para uma nova modificação do prédio, no que foi a Sociedade, prontamente atendida pelo ilustre catedrático.

Em 23 de maio de 1924 José Maria Afflalo, então Presidente declarava haver convocado a reunião "a fim de expor aos Srs. membros da Diretoria a idéia da construção do 2.º pavimento" da sede. "Por proposta dos Srs. Silvério Sanches, Dr. Geraldino Medeiros e Eustáquio Carneiro Santiago, ficou resolvido que o Sr. Presidente ficasse autorizado a mandar levantar a respectiva planta e convocar uma assembléia geral a fim de tratar das medidas propostas, agindo como melhor entender nesse sentido".

Foi na reunião de 14 de junho de 1924 que, em assembléia geral, ficou definitivamente deliberada a construção do 2.º pavimento e a remodelação total da sede. A nova planta foi traçada por Eduardo Piquet, artista francês, que o fizera segundo o modelo então trazido de Versalhes pelo Dr. José Brás Pereira Gomes. A fachada é cópia do famoso *Petit-Trianon,* construído em 1755, na França de Luís XV, no parque de Versalhes. Pelo mesmo modelo havia sido construído o prédio da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro. A reconstrução do Clube foi confiada ao competente construtor Moisés Luigi.

No dia 15 de novembro de 1927 era inaugurada a nova sede do Clube Itajubense, de amplas janelas e artísticas balaustradas, de colunas helênicas e soberbas, um dos mais suntuosos monumentos arquitetônicos do sul de Minas. O rico mobiliário fora adquirido na Europa pelo Dr. José Brás Pereira Gomes, então Presidente do Clube.

Em 3 de fevereiro de 1946, o Presidente, então o Cel. Antônio Carlos Bello Lisboa, propôs transformar o Clube em uma Sociedade Anônima, denominada Clube Itajubense S/A, "com finalidade mercantil e, ao mesmo tempo, social". A sugestão foi aprovada, mas, em 30 de junho de 1947, o sócio Luís Gomes da Silva apresentava um memorial, lido que foi por Valdomiro Verano, que continha o protesto de 190 sócios contra tal transformação, o qual ocasionou uma agitação na assembléia, com longos debates, entremeados de enérgicos e nervosos apartes e contra-apartes. Revogada a Sociedade Anônima do Cel. Bello, tudo voltou ao que era antes...

O Clube Itajubense, além das reuniões regulamentares propiciadas aos seus sócios, tem franqueado, em quase um século de sua existência, os seus salões às mais diversas ocorrências sociais, tais como solenidades, bailes de formatura, banquetes, representações artísticas, exposições, conferências, etc.

9.º — Recreação da Mocidade Itajubense — Assim noticiava o jornal "Cidade de Itajubá", de 27-01-1901:

"Distintos moços de nossa sociedade acabam de fundar um grupo dançante, sob a denominação de Recreação da Mocidade Itajubense, com o exclusivo fim de ser proporcionada às Exmas. Famílias uma *soirée* mensal.

"A diretoria eleita compõe-se dos cidadãos: Adolfo Schumann, Presidente; Francisco Araújo, Vice-Presidente; João da Silva Castro, 1.º Secretário; José Acácio Pereira dos Santos, 2.º Secretário; Maurício Pereira dos Santos, Tesoureiro; Leonino Schumann, Orador; Augusto José de Carvalho, Procurador".

10.º — Centro Operário Dom João Nery — Fundado em 1.º de novembro de 1901, por ocasião da visita do Bispo D. João Baptista Correa Nery a Itajubá. Sua primeira diretoria, por aclamação, foi a seguinte:

José Manso Pereira Cabral, Presidente; Arlindo Vieira Goulart, Vice-Presidente; João Strutz, Tesoureiro; Justino Paulistano de Olivas, 1.º Secretário; Manuel Antônio Dias, 2.º Secretário; Fernando Pinto Paulista, Procurador; Urbano Matos, Avisador; Tenente Balduíno Vieira Salgado, José de Almeida Cunha Júnior e Antônio Storino, membros do Conselho Fiscal.

Em 02-02-1902 foi aprovado seu Estatuto. Sua sede ficava na Rua Comendador Schumann. Arlindo Vieira Goulart também desempenhou posteriormente a função de Tesoureiro. Em 1903 o 1.º Secretário era Próspero Sanches.

O Centro Operário era ainda existente em 1917, quando foi seu Diretor o Sr. José Rennó Pereira, Secretário o Major Frederico Teixeira de Magalhães Leite, e Orador oficial o Dr. José Benedito de Oliveira (Dr. Celico). Foi grande animador dessa instituição o Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo.

Houve ainda a Liga Operária, fundada em 1903, tendo Rosendo de Oliveira como Diretor e James William Fabris como Secretário. Esta Liga manteve uma escola primária a cargo do Prof. Carmo Cascardo, e uma banda de música, sob a regência de Cândido Cesarino de Almeida.

A diretoria do Centro Operário Dom Nery, de 1904, era a seguinte:

José Manso Pereira Cabral, Presidente (reeleito); Luís Vieira Pinto, Vice-Presidente; Gaspar Mendes Leite, 1.º Secretário, José Rennó Pereira, 2.º Secretário; João Capistrano Paulista, Tesoureiro; Benedito Félix, Procurador; Benedito José de Abreu, Avisador; Francisco Gama Júnior, Major José Antônio dos Santos Nora e João José Narciso, Membros do Conselho Fiscal.

A Ata de 23-07-1923, da Câmara Municipal, ainda fazia referência a esse Clube Operário.

11.º — Clube dos Espoletas — Fundado em janeiro de 1902 pelos seguintes foliões carnavalescos: José Maria Afflalo, Presidente; Joaquim Ma-

tos, Vice-Presidente; João Ramos de Lima, 1.º Secretário; José Conrado Chaves, 2.º Secretário; Nestor Grilo, Tesoureiro; Benedito Félix, Procurador.

12.º — Clube Artur Azevedo — Agremiação Cultural, fundada em 1909, conforme documenta, sem mais indicações, a Ata de 07 de fevereiro daquele ano, do Clube Itajubense.

13.º — Grupo do Avança — Fundado em janeiro de 1911 com a seguinte diretoria: Basílio Martins, Presidente; Adolfo Toledo, Vice-Presidente; Benedito Miranda, Tesoureiro; João Araújo, Procurador; Miguel Olivas, Secretário.

14.º — Clube da Chaleira — Fundado em 1911, com a seguinte diretoria:

João Baptista de Miranda, Presidente; Francisco Correa de Sousa, Vice-Presidente; Arlindo Vieira Goulart, Tesoureiro; Frederico Teixeira de Magalhães Leite, Orador; Oscar Pinto Ribeiro, Secretário; Sebastião Cabral, Diretor; Luís Teixeira, Vice-Diretor.

15.º — Clube Carnavalesco Democráticos de Itajubá — Fundado em 23 de dezembro de 1912. Seu livro de Atas se encontra no arquivo do Clube Itajubense. Presentes à assembléia da fundação estavam todas as autoridades e as mais altas personalidades do lugar, inclusive o Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes, Dr. Teodomiro Carneiro Santiago, Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Dr. José Brás Pereira Gomes, Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, Antônio Pereira Rennó, Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima, Frederico Teixeira de Magalhães Leite, Prof. Carmo Cascardo, Luís Teixeira, Jorge de Oliveira Braga, José Manso Pereira Cabral, Luís Dias Pereira, Tiago Carneiro Santiago, Eurico Vianna, Dr. Sebastião Pereira Rennó, José Verano da Silva, Dr. Luís Pereira de Toledo, José Dias Coelho, Dr. José Ernani de Lima, Luís Ramos de Lima, Dr. João Baptista Randolpho Paiva, Comendador Frederico Schumann, Cel. João Carneiro Júnior, Francisco Nisticó, Jorge Tibiriçá de Boucherville, Fructuoso Ramos de Lima, Dr. Irineu Lisboa, Dr. Olinto Carneiro Vilela, Dr. Cristiano Pereira Brasil, José Francisco Pereira Júnior, Bráulio Carneiro Santiago, Vivaldi Leite Ribeiro e uma centena de outros ilustres componentes da alta sociedade itajubense.

16.º — Grêmio Carnavalesco Súditos de Momo — Figurou nos desfiles dos carnavais de 1919, 1920 e 1922.

17.º — Sociedade Proletária de Itajubá — Fundada em 9 de julho de 1922, sob a orientação do Dr. João Gambetta Périssé. Foi esta sua primeira diretoria:

Presidente: João Miguel da Silva; Vice-Presidente: Anésio João Ribeiro; Orador oficial: José Maria da Silva Oliveira; 1.º Secretário: Cristino Guimarães; 2.º Secretário: João Pinto Ribeiro; Tesoureiro: Teodoro José Maia; Procurador: João Evaristo.

18.º — Clube 13 de Maio — Fundado aproximadamente em 1927, por João Tigório.

19.º — Grêmio Regina Coelis — Inaugurado em 1.º de maio de 1933. Foi instalado na Praça Venceslau Brás. Era uma instituição das Filhas de Maria, tendo à frente a Srta. Laurinha Pinto.

20.º — Grêmio Português Sul-Mineiro — Inaugurado em 1.º de janeiro de 1934, em prédio da Praça Venceslau Brás. Um de seus maiores animadores foi o culto filólogo e respeitado tribuno lusitano Prof. Manuel de Sousa Perez.

21.º — Clube Operário da Fábrica de Tecidos Codorna — Fundado em 1925. Foi assim constituída sua primeira diretoria:

Presidente: Rui Gomes Braga; 1.º Vice-Presidente: Venino Soares; 2.º Vice-Presidente: Alfredo de Oliveira; 1.º Secretário: José Sousa; 2.º Secretário: Francisco Pereira Pinto; Tesoureiro: Manuel Pereira; Orador: Joaquim Modesto; Zelador: José Bento Siqueira; Conselho Fiscal: João Menicalli Humberto Sousa e João Hilário; Comissão de Festas: Oscar Costa, Benedito Ferreira e Benedito Duarte. A parte artística sempre esteve a cargo do Dr. Luís de Lima Vianna. Foi esse clube fundado por Fortunato Pereira (Nato Pereira).

22.º — Clube Itajubense de Caça e Pesca — Fundado em 14 de agosto de 1945. Foi um de seus realizadores Mário Fittipladi. É organização filiada à Confederação Brasileira de Caça e Tiro.

23.º — Associação da Mocidade Itajubense — Foi fundada em 12 de junho de 1948, sendo sua sede (prédio em que outrora funcionou a Fábrica de Chapéus, na Praça Venceslau Brás) inaugurada festivamente em 22 de outubro do mesmo ano, com a presença do Governador Milton Campos. A primeira diretoria da AMI ficou assim constituída:

Presidente: Prof. Francisco Júlio dos Santos; Vice-Presidente: B. Amaral de Aguiar; Diretor Geral: Dr. José de Lima Medeiros; Diretor: Márcio Brás de Oliveira Marques; Diretora: D. Isaura Carneiro; 1.º Secretário: Júlio Henrique Pereira; 2.º Secretário: Nelson José Mauad; 1.º Tesoureiro: Homero Gaudino; 2.º Tesoureiro: Iaradi Aguiar; Supervisor Geral dos Esportes: Prof. Henrique Marques da Silva (Surica).

Das sociedades recreativas de Itajubá, ora desaparecidas, a AMI — e todos a conheciam apenas por esta sigla — foi uma das que mais ficaram assinaladas na história da cidade, pelas memoráveis e animadas festividades que promoveu em sua sede.

24.º — Círculo Militar de Itajubá — Instituição criada pela Guarnição Militar em 22 de julho de 1948.

25.º — Clube Nova Aurora — Fundado em 29 de janeiro de 1950. É um dos maiores clubes da cidade. Foi seu fundador o funcionário Mário Garcia, com a colaboração de Eliseu Pereira, José Paulino Inácio, Aquiles dos Santos, Arlindo Ribeiro, Benedito Salomon, Benedito Araújo, Mário Inácio, Oscar de Sousa, Agrimensor Amaro (Mangueira), José Joaquim

Ramos e alguns outros. Seus estatutos foram publicados no "Minas Gerais" de Belo Horizonte, em 06-07-1950. É agremiação ainda existente, e tem sede própria no centro da cidade, na Rua Francisco Masselli.

26.º — Clube Recreativo 16 de Julho — Fundado pelo Cel. Frederico Josetti Nunes Dias, Diretor da F.I. (ora IMBEL), em 27 de abril de 1951. É uma agremiação dos funcionários da Fábrica de Armas do Exército. 16 de julho é a data da fundação da Fábrica. Sua primeira diretoria foi a seguinte:

Presidente: Ageu Cardoso Ribeiro; Vice-Presidente: Sebastião Ernesto Coelho; Diretor Social: Aurélio Correali; 1.º Secretário: José Armelim Bernardo Guimarães; 2.º Secretário: Nilo Martins; Tesoureiro: José Calipso Pereira; Conselho Deliberativo: Ismael Galvão, José Biajoni, César Saback, Sargento Joaquim Pedro Milagres e José Senna.

Sua sede própria foi inaugurada em 09 de maio de 1951.

27.º — Associação dos Bancários de Itajubá — Fundada em 04 de junho de 1951, em reunião na Associação Comercial de Itajubá, promovida pelos bancários Célio Rangel de Andrade, Orestes Dias Damasceno, Alfredo Gabrich, Geraldo Martins Riera, Iro Machado, Benedito Vilela de Paiva e Geraldo Gonçalves.

Primeira diretoria:

Presidente de Honra: Valdomiro Verano; Presidente: Gabriel Ferreira Leite; Vice-Presidente: Geraldo Martins Riera; 1.º Secretário: Iro Machado; 2.º Secretário: Sebastião Celso Salomon; Tesoureiro: Waldemar Gargaglioni; Procuradora: Teresinha Rennó; Bibliotecário: Antônio Carlos Abranches; Conselho Fiscal: Benedito Vilela de Paiva, Antônio Tejo e Luís Gomes Vianna.

Sua sede foi instalada em 1.º de novembro de 1951.

28.º — Itajubá Esperanto Klubo — Fundado em 14 de julho de 1952. Primeira diretoria:

Presidente: Haroldo Leite Pinto; Vice-Presidente: Silah Mazzoni; 1.º Secretário: Ariovaldo Mendonça de Sousa; 2.º Secretário: Waldemar Gargaglioni; 1.º Tesoureiro: Bernardo Engelmann; 2.º Tesoureiro: Jairo Carvalho; Bibliotecário: José Valentino de Faria; Diretor de Divulgação: Moisés Sveiter; Conselheiros Fiscais: Iro Machado e Gilberto Waldemar Bortoni. Foi aclamado Presidente de Honra o Dr. José Ernesto Coelho, pioneiro do movimento esperantista em Itajubá.

29.º — Centro Cultural Teodomiro Santiago — Fundado em 1954.

30.º — União dos Servidores Públicos de Itajubá (USPI) — Fundada em 28 de setembro de 1956, em reunião presidida por Sebastião Marciano de Farias.

31.º — Grêmio Recreativo dos Subtenentes e Sargentos da Guarnição Militar de Itajubá — Fundado em 05 de dezembro de 1956. Sua primeira diretoria ficou assim formada:

Presidente: 1.º Sgt. José Julião Simões; Vice-Presidente: 2.º Sgt. Luís Vasconcelos; Secretário: 2.º Sgt. José de Assis Resende Costa; 1.º Tesoureiro: 2.º Sgt. José Caetano da Silva Campos; 2.º Tesoureiro: 2.º Sgt. Ney Pinto Teixeira; Diretor Cultural e Artístico: 3.º Sgt. Sílvio Schultz Cochlar; Diretor Esportivo: 2.º Sgt. Antenor Guedes; Conselho Fiscal: Subtenente José Sâmia (Relator), Subtenente Agostinho Antônio da Silva (Secretário), 2.º Sgt. Antão Lourenço (1.º Vogal), 3.º Sgt. Kléber Silvério (2.º Vogal) e 3.º Sgt. Antônio Vilela Vieira (3.º Vogal).

32.º — Academia Literária Tristão de Ataíde — Fundada em 31 de maio de 1956. Foi presidida primeiramente pela Srta. Eliana Maria Lisboa, secretariada por Celina Goulart e Cora Maria Leal de Abreu, tendo como Tesoureira a Srta. Maria da Glória Barros.

33.º — *Rotary Club* — Foi instalado em Itajubá em 24 de outubro de 1957. Seu primeiro Conselho Diretor foi o seguinte:

Presidente: Jair Dias Coelho; 1.º Vice-Presidente: Dr. Antônio Braga Filho; 2.º Vice-Presidente: Hugo Jannotti; 1.º Secretário: Ney Pereira; 2.º Secretário: Celso Junqueira; 1.º Tesoureiro: Ailton Rennó Pinto; 2.º Tesoureiro: Linneu Alves; Diretor de Protocolo: Dr. José de Lima Medeiros; "Diretores sem Pasta": Dr. Vicente Vilela Vianna e Antenor Braga de Farias.

34.º — Associação de Pais e Mestres — Fundada em 19 de setembro de 1959. Foi uma iniciativa das Irmãs da Providência. Sua primeira diretoria foi a seguinte:

Presidente: Dr. Álvaro Pereira Rizzi; Vice-Presidente: Irmã Maria de Pádua; 1.ª Secretária: Irmã Maria Estanislau; 2.º Secretário: Dr. João Severiano Ribeiro; 1.º Tesoureiro: Celso Junqueira; 2.º Tesoureiro: Matias Marques; Assistente: Irmã Marie Ange.

Foi essa associação instalada solenemente em 18 de outubro do mesmo ano, com a honrosa presença do consagrado filólogo Gladstone Chaves de Melo.

35.º — Associação de Escoteiros Venceslau Brás — Fundada por Benedito Macedo, grande entusiasta do escoteirismo.

O primeiro epígono de Robert Baden-Powell em Itajubá foi um sargento do 4.º Batalhão de Engenharia, logo assim esta Unidade do Exército se transferiu para a cidade, em 1921. A revista "Nação Brasileira", de setembro de 1924 (ano 11, n.º 15) estampou uma reportagem ilustrada dessa primeira organização de escoteirismo itajubense.

36.º — Associação dos Engraxates de Itajubá — Instalada em 21 de abril de 1961. Foi iniciativa de Benedito Macedo.

37.º — Associação dos Servidores Públicos de Itajubá (ASPI) — Fundada em 14 de abril de 1961. Iniciativa dos servidores da Fábrica de Itajubá, entre os quais estiveram à frente João José de Sousa Filho,

Sebastião Simões, Adésio Alves Teixeira, Antônio Carlos da Silva, Júlio Pedroso, Ernesto Tomé da Silva, Mário de Oliveira Guerra, Clarismundo Dias de Moura, Luís Salviano da Silva e Lauro Mendes.

38.º — Associação dos Subtenentes e Sargentos de Itajubá (ASSI) — Fundada em 21 de abril de 1962 por sargentos e subtenentes da Guarnição Militar. Tem sua sede própria.

39.º — *Lions Club* — Instalado na cidade por destacados elementos da sociedade.

40.º — *Country Club* — Está instalado nas proximidades do Distrito Industrial.

41.º — Associação dos Amigos de Itajubá — Fundada em 06 de fevereiro de 1962.

42.º — Clube de Diretores Lojistas de Itajubá — Sede na Av. Cel. Carneiro Júnior.

43.º — Clube Libanês de Itajubá — Igualmente com sede na Avenida Cel. Carneiro Júnior.

* * *

67 — ESPORTES

O mais antigo dos esportes de que se tem notícia na história de Itajubá são as cavalhadas, praticadas no Largo dos Curros (atual Praça Getúlio Vargas), onde também se faziam exibições de touradas, já mencionadas em capítulo anterior.

A patinação teve seus apreciadores desde o início do século, já havendo, naquele tempo, o *Smart-Rink*, casa de diversões de Martiniano Vianna Júnior, que proporcionava, além da patinação, tiro ao alvo, trapézios, balanços, barras, paralelas, etc.

O que a Municipalidade não poderia tolerar era o uso de patins fora do ringue. A "Gazeta de Itajubá", de 21-05-1911, assim informava: "O Cel. Jorge de Oliveira Braga sancionou a Lei n.º 206, de 16 de maio de 1911, que proíbe a patinação nos passeios públicos e particulares desta cidade, sob pena de multa de 20 mil réis".

O pugilismo teve poucos amadores em Itajubá, e só esporadicamente, e mesmo assim sempre com adversários forasteiros, se assinala, no passado, uma ou outra disputa de luta livre, de boxe, de *jiu-jitsu*, de *catch-as-catch-can* ou capoeira. Ultimamente o que se vem praticando é o caratê. Tio Mironga, numa interessante crônica publicada em "O Sul de Minas" de 29-01-1956, relembra o encontro de Segala com o forte lutador itajubense Nestor Marinho, época em que também havia na cidade o pugilista itajubense Benedito Gutenberg e o acadêmico de Engenharia Alex Pinheiro,

entusiasta do ringue. E Tio Mironga nos fala de alguns lutadores que passaram por Itajubá, naqueles idos, como o uruguaio Cáceres e o peruano Dario Letona. Também daquele tempo era o forte José Goldmann, comerciante em Itajubá. Mais tarde sobressaiu-se o campeão Francisco de Assis Borges, funcionário da Fábrica de Armas, ex-aluno de Hélio Gracie e vencedor de Joe Budu, do vice-campeão mineiro Titá, do temido Moisés e do perigoso estrangulador japonês Miak.

O Rio Sapucaí tem servido para outro esporte há mais de um século praticado em Itajubá, — a natação...

A primeira piscina construída na cidade foi a do 4.º Batalhão de Engenharia, inaugurada festivamente em 31 de janeiro de 1932. A da Fábrica de Itajubá foi inaugurada em 21 de setembro de 1956. Fundou-se depois, em 1959, o Itajubá Tênis Clube, que também construiu sua piscina, além de proporcionar outros esportes, tais como voleibol, tênis, basquetebol, etc. Foi a seguinte a primeira diretoria dessa sociedade esportiva:

Presidente: Álvaro Mandolesi; 1.º Vice-Presidente: Dr. Cláudio Silvério Sanches; 2.º Vice-Presidente: Linneu Alves; 1.º Secretário: José Seixas de Siqueira; 2.º Secretário: José Gama; 1.º Tesoureiro: Alcheste Marotti; 2.º Tesoureiro: Ten. Prudente Reis; Diretores Gerais: Álvaro Brás Mendonça Chaves e Noel Amaral Coelho.

Em julho de 1948 o Comandante do 4.º Batalhão de Engenharia, Ten.-Cel. Haroldo do Paço Matoso Maia, criou a Olimpíada de Itajubá, com competições de atletismo, voleibol, basquetebol, natação, tiro, futebol, tênis, ciclismo e xadrez. A 29 de agosto iniciou-se a primeira Olimpíada, terminada em 2 de outubro do mesmo ano. A segunda Olimpíada foi iniciada em 31 de agosto de 1952. De tais competições têm participado não só militares como civis, inclusive acadêmicos de Engenharia.

Em 25 de outubro de 1953, promovida pelo Aero-Clube, realizou-se a prova denominada Primeira Grande Gincana Automobilística.

Já no início do século se conhecia a bicicleta em Itajubá. Em 1915 já existiam duas bicicletarias de aluguel, a de Antônio Picorelli e a de Joaquim Luís da Silva. E o ciclismo passou a ser uma das mais estimadas diversões.

O bilhar foi um dos mais apreciados divertimentos desde o século passado, e as partidas competitivas de *snooker* têm assinalado autênticos campeões. Vem depois o baralho, com bambambãs em truque, cacheta, canastra, pôquer...

O aristocrático xadrez teve em Itajubá notáveis cultores desde o século XIX. Em 26 de dezembro de 1957, J. Batista Santiago e Alberto Pereira organizaram o regulamento do Torneio Zonal de Itajubá, realizado sob o patrocínio do Clube Itajubense e do *Itajubá Country Club*, oficializado que foi pela Federação de Xadrez de Minas Gerais.

Mário Fittipaldi de Oliveira e Abílio Ottoni G. Sarmento foram os campeões de Itajubá que participaram do grande certame de Tiro ao Vôo realizado no Rio de Janeiro em 16 e 17 de novembro de 1957, no *stand* do

Clube de Tiro Guanabara, por ocasião do XXV Campeonato Metropolitano de Tiro ao Vôo. Já se vê que o tiro ao alvo e, portanto, a caça, são esportes bastante praticados pelos itajubenses.

Possui a cidade, na Avenida Paulo Chiaradia, a área coberta para futebol de salão, basquetebol, voleibol e tênis de mesa, tendo ao lado quadra para tênis e a piscina. Em homenagem ao operoso Prefeito Luís Carlos Tigre Maia, desaparecido tragicamente em acidente de automóvel, essa casa de esportes ficou denominada Ginásio Poliesportivo Tigre Maia, conhecido popularmente por *Tigrão*. Pertence ao Itajubá Tênis Clube.

A mais modernizada e ampla das quadras cobertas de Itajubá é a do Ginásio Poliesportivo da Escola Federal de Engenharia de Itajubá, no Campus Universitário Dr. José Rodrigues Seabra.

O esporte que, desde o início do século XX, vem mesmo apaixonando as massas populares é o futebol. A primeira informação que encontrei sobre esse esporte em Itajubá foi esta notícia estampada na "Gazeta de Itajubá", de 20 de novembro de 1904:

"CLUBE DE FOOTBALL — Consta-nos que vai ser fundado nesta cidade um clube de *football*, destinado não só ao desenvolvimento físico da mocidade, como também a proporcionar diversões às Exmas. Famílias. Estamos incumbidos por alguns distintos organizadores do referido clube a convidar todas as pessoas que quiserem tomar parte no mesmo para se reunirem amanhã, às 8 horas da noite, no Teatro Santa Cecília".

Portanto, a história do futebol em Itajubá começa em 21 de novembro de 1904, com a memorável reunião no Santa Cecília. As mais antigas competições futebolísticas itajubenses realizaram-se entre os alunos do Ginásio de Itajubá. Mais tarde, entre estes e os acadêmicos de Engenharia do Instituto Eletrotécnico, os quais, em 1913, fundaram o Atlético Acadêmico. No livro *Município de Itajubá*, impresso em 1915, do Prof. Pedro Bernardo Guimarães, há, ocupando toda a página 74, uma fotografia desses dois times pioneiros.

A revista itajubense "Século XX", n.º 1, de 20 de abril de 1913, registrava, naquele ano, a existência do *Athletic Foot-Ball Club*, do qual era Presidente Rubens Lage, Secretário Ildeu Ramos de Lima, e Capitão do time Natividade Coelho, e o *Externato Foot-Ball Club*, tendo por Presidente Justino Lisboa, e Capitão do time Francisco Martins Maldonado.

Memorabilíssimo na história de Itajubá é o Itajubense Futebol Clube, o famoso e temido *Tigre Negro*, apelido dado em alusão à invencibilidade do time e à cor da camisa, que era negra. Mereceu ser citado pelo consagrado escritor Escragnolle Doria na revista "Eu Sei Tudo" (agosto de 1931), como o campeão sul-mineiro. Era integrado por jogadores que fizeram vibrar os itajubenses: Jovita, Brasilino Menicalli, Humberto, Germano, Celso Pinto, Luís Amaral, Chico Preto, Tiãozinho, Câncio, Manuel Paiva, Artur Paiva, Nélson Godói, Levi, Olinto Santos, Reis, Nenê Paiva,

Mário Leal, José Lemos, Ralph Jordão, José Mandolesi, Maldonado Garcia, Mário Brás Pereira Gomes... Mais tarde incluiram-se Scambito (Mário Almeida), Petronilho, Vilaça, Júlio Lecione, Idílio, Zé Pedro e alguns outros *cracks*.

O Itajubense Futebol Clube foi fundado em 7 de outubro de 1917 por Artur Oscar Paiva (filho do Dr. João Baptista Randolpho Paiva), Antônio de Aguiar Dias e Adhemar Ribeiro. Chegou a jogar com vários times do Rio de Janeiro, entre os quais o América, o São Cristóvão e o Fluminense, e, com time de São Paulo, a mais assinalada disputa foi com o Selecionado Paulista, integrado por famosos jogadores bandeirantes, entre os quais Maxambomba, Lo Schiavo, Filó, Feitiço e o celebérrimo Arthur Friedenreich, o maior vulto do futebol brasileiro, de todos os tempos.

Artur Paiva foi o capitão do Itajubense durante cinco anos. As madrinhas do time, no início, foram Conceição Pinto e, depois, Leleda Nisticó. O campo do Itajubense F.C. ocupava a área, ora inteiramente urbanizada, compreendida entre a Rua Joaquim Francisco, e as atuais Ruas Alcides Faria e Américo de Oliveira e Avenida João Antônio Pereira. Quem não dispunha de dinheiro para entrar no campo, ia assistir aos jogos do morro da caixa d'água, ocupado que ficava por espectadores... Invariavelmente as partidas eram animadas pela banda de música do Instituto Dom Bosco, comandada pelo maestro Francisco Nisticó, a qual, meia hora antes de iniciar o jogo, desfilava pela cidade, desde a Boa Vista executando entusiásticos dobrados e marchas, nunca faltando o *Le Regiment de Sambre et Meuse*.

O projeto de lei apresentado em 27 de outubro de 1926, pelo Vereador Severiano Ribeiro Cardoso, autorizava a Câmara Municipal a doar o terreno do antigo campo de futebol do Itajubense.

Benefredo de Sousa, em seu livro *Datas e Fatos da Terra do Rio Verde* (Três Corações), pág. 72, incluiu, nas efemérides citadas, este registro de 7 de setembro de 1926: "O Atlético *(de Três Corações)* é derrotado espetacularmente em seu próprio campo, pelo Itajubense, por 6x0". Goleadas semelhantes estão citadas em vários jornais daqueles idos, ocorridas em várias localidades sul-mineiras, região onde o *Tigre Negro* era bastante temido.

Dos times ainda existentes, o mais antigo é o Smart F.C., denominado o Leão da Boa Vista, fundado em 28 de junho de 1928. De um histórico publicado em "O Sul de Minas" de 30-06-1979, transcrevo as seguintes informações:

O Smart F.C. "nasceu dentro do âmbito da Fábrica de Tecidos Codorna, após o desaparecimento do Esporte Clube que se denominava Codorna Esporte Clube. Usava camisa vermelha e calção branco. Nessa época, houve um homem que se destinou a fundar o nosso atual Smart Futebol Clube. Era ele Manuel Pereira de Toledo, chefe de serviços da

Tinturaria da Fábrica Codorna, e, porque lidava muito com tintas, ele, o próprio Manuel Pereira de Toledo, organizando um novo time, achou que o nome *Esmalte,* que é tinta, daria um bom nome. Assim sendo, foi o nosso time batizado de *Esmalte,* mas como as pronúncias sempre são falhas, as mesmas se estabeleceram em *Ismarte,* ou *Smart.* Mais tarde, sob a presidência do Sr. Didi Pereira, então gerente da Fábrica Codorna, se oficializou o nome de *Smart* F.C., em 1933. Esse nome *Smart* criou muitas polêmicas, inclusive "da própria Federação Mineira de Futebol, que pediu uma justificativa do título, mas cabeças do Smart conseguiram assim a justificativa: que *Smart* é vida, é gosto, força e vivacidade, em dicionário inglês"...

Outro time que ficou na história do futebol itajubense foi o Esporte Clube Brasil, fundado em 1929. Teve curta duração. Seu campo ficava na Avenida Paulo Chiaradia, área depois ocupada pelo Itajubá Tênis Clube (Tigrão).

Em 3 de maio de 1934 era fundado o Yuracan, o time que ultimamente mais se vem afirmando nas tradições esportivas de Itajubá, pois já é profissional e já tem disputado o campeonato mineiro. Seu nome é uma adaptação de *huracán,* que, em espanhol, significa furacão. Foram seus idealizadores Mário Almeida (Scambito), Edmundo Giffoni, Mozart Sales, Joaquim Almeida, Pereira Júnior, Júlio Paiva, Filipe Dastri, Luís Rocha, João Barcelos Toledo e Benedito Caldas.

No ano seguinte, em 5 de maio de 1935, no Pacatito, fundava-se a Fábrica de Armas F.C., também ainda existente. Foram seus idealizadores o Capitão Walfrido Antônio dos Santos e Cel. Antônio Carlos Bello Lisboa, que tudo faziam para atrair ao seio da Fábrica de Armas os bons jogadores das redondezas, entre os quais o Dondinha, pai do famoso Pelé. Outros times mais, alguns com nomes de agremiações esportivas do Rio de Janeiro, fazem parte da história da cidade, destacando-se o Fortaleza, o Atlético, o Estrela Azul, o Vasco, o Flamengo, o Ferroviário, o Independente, o Sol, o Botafogo, o Guaicurus o Novo Horizonte o Santa Cruz, o Floresta, o Vila Nova, o Vila Isabel, o Ipiranga, o Piedade, o Oriente, o Bangu, o Guarani, o Cruzeiro do Sul, o Rio Branco e a equipe do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate. Grande parte desses times já não existe.

A LIF, isto é, a Liga Itajubense de Futebol, foi fundada em 17 de junho de 1937, por iniciativa de Luís Gomes da Silva. Sua primeira diretoria foi assim constituída:

Presidente: Luís Gomes da Silva; Vice-Presidente: Augusto de Almeida Júnior; Secretário: Mário Geraldo Piquet; Tesoureiro: Antônio Pulhez.

A Seleção da Liga Itajubense de Futebol foi, em 1958, a campeã de amadores do Estado de Minas Gerais.

Várias associações esportivas de capitais já pisaram os gramados itajubenses. Entre estas, o Botafogo F.C., do Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1939, contra o selecionado itajubense; o Fluminense A.C., de Niterói, contra o Smart F.C., em 13 de julho de 1947; o Bonsucesso F.C., do Rio de Janeiro, contra o Yuracan F.C., em 20 de julho de 1947; novamente o Bonsucesso guanabarino em 30 de abril e em 1.º de maio de 1955, em disputa com o Yuracan e o Vasco F.C. de Itajubá; o Fluminense do Rio de Janeiro, em 4 de junho de 1967.

O primeiro time estrangeiro que visitou Itajubá foi o Dínamo de Bucareste (Romênia), que jogou contra o Yuracan em 12 de fevereiro de 1961.

O Estádio Esperança, depois denominado Estádio Cel. Bello Lisboa, foi inaugurado em 6 de julho de 1939 com o encontro do Botafogo do Rio de Janeiro e a seleção de Itajubá.

No Pacatito, a Fábrica de Armas construiu igualmente um modernizado campo de futebol.

* * *

68 — FOLCLORE, FESTAS TRADICIONAIS E TIPOS POPULARES

Das manifestações folclóricas observadas na cidade e no município, muito poucas se podem destacar como caracteristicamente itajubense. Brinquedos infantis, cantigas, crendices, superstições, danças (destacadamente a catira e o tambu, ainda praticadas na roça), as lendas, os duendes fantásticos, as trovinhas, o congado, as fogueiras e danças juninas (de Santo Antônio, São João e São Pedro), os casos entre bichos (o sapo que foi à festa no céu, o do gambá com a raposa, etc.), e os contos transmitidos de pais para filhos, os jogos de prenda, etc., são comuns a outros lugares do Brasil, elementos já apresentados por Luís da Câmara Cascudo, Melo Moraes Filho, Cornélio Pires, Lindolfo Gomes, Joaquim Ribeiro e muitos outros folcloristas de elevado mérito.

Há, contudo, entre as cantigas de roda, uma peça legítima itajubense, cantada pelas moças dos velhos tempos, em reuniões familiares do século passado. A reprodução da música e da letra dessa modinha folclórica devo à memória e à gentileza do venerando maestro Antônio Pereira Rennó (Totó), e é assim:

Sou bela e morena
E já sei amar.
Me acham bonita
O posso afirmar!

Mas, vivo solteira,
Que triste viver!
Meu Deus, que penar!
Mas, antes morrer...

Com minha boneca
Não quero brincar;
O meu canarinho
Já o vou soltar...

Só quero a casinha
P'ra eu governar,
E um bom maridinho
Que me saiba amar!...

Do velho Agenor Goulart colhi muitas quadrinhas interessantes, que ele dizia ter "ouvido dos antigos", versos esses que fazem parte do genuíno folclore itajubense, como a *Moda da Bicharada*, publicada no jornal "F.I." (da Fábrica de Armas, n.º 139, de junho a agosto de 1966).

Outras quadrinhas mais eram repetidas pelas sinhás-moças, pelos sinhozinhos e pelos escravos de Itajubá, como estas:

Quem passa por esta ponte
Que Sá Mariquinha fez,
Vê que catita ela é,
Vai e volta todo mês...

Nêgo que cuietê d'água
Bebe do Sapucaí,
Fica preso nesta terra,
Sempre fica por aqui...

Nhá Rosinha é moça fina,
Que mora dentro de mim.
Tem olhos da cor do céu
E dentes que nem marfim...

Nhô Tonico foi p'ra guerra
Deixou dor na Soledade.
Não há vez que ela não chore
P'ra matar sua saudade...

Na arte culinária, há um petisco do folclore itajubense, o pastel de farinha de milho. Há quem aponte também o mocotó e o pato com arroz vermelho...

Festa tradicional itajubense é a de 15 de agosto, data consagrada à Nossa Senhora da Piedade, a Padroeira de Minas Gerais, quando ao redor de seu templo, erguido no bairro do mesmo nome, se armam barracas de leilão, de guloseimas e assados, e outras para a venda de objetos de *souvenir* ou de devoção. Grande é o número de fiéis que, nesse dia, vão participar da Missa e de outras solenidades religiosas e festejos no bairro da Piedade.

Quanto a tipos populares, existentes em todas as cidades, não os considero elementos de folclore, pois fogem à definição e ao abrangimento dessa atraente ciência, mas, pela participação que tomam na sedução popular pelas casquinadas à custa de figuras simplórias ou truanescas de rua (e os reis, na antigüidade, sempre os tiveram no sodalício das cortes, e com eles também se divertiam!...), e como assim satisfazem a psique do povo, os incluo neste capítulo, lembrando a asserção de Rabelais: "Riez! Riez! Car le rire est le propre de l'homme!" Isto, porém, sem se esquecer da advertência de Olavo Bilac: "Não riamos da celebridade dos tipos de rua! É uma celebridade de motejo e assuada, mas, essencialmente, vale tanto quanto as outras de entusiasmo e aplauso. Todas nascem de um capricho e todas morrem por outro capricho do acaso". *(Ironia e Piedade, 223/224)*.

Tipos populares Itajubá sempre os teve.

Tio Mironga, nas suas *Reminiscências* publicadas em "O Sul de Minas" de 18 de março de 1951, lembra, do passado, o Briguela, o Catumbi, o Zé Pires, a Anália Louca, o Antônio Camões, o Zé Bertolino, o Benedito Machado, o Policarpo, o Miguel da Chata, o Antônio Garrafeiro e o Zico Andrade. Deste último dá estas informações:

"Na galeria itajubense o Zico Andrade teve lugar destacado. Chapelão de abas largas com jugular de couro, lenços de cores berrantes em volta do pescoço, roupas à moda gaúcha, botas de cano curto e cinto largo com cartucheiras — eis a figura imponente do Zico Andrade. Megalomaníacos sempre existirão, com certeza, mas tipo igual ao do Zico Andrade nunca mais veremos. O seu mundo, criado pela sua imaginação e no qual vivia, era cheio de façanhas, brigas, valentias e aventuras das mais arriscadas. Logo que ele apareceu por aqui, vindo não sabemos de onde, houve natural curiosidade em torno de sua pessoa. Pouco tempo depois, sabedores de que era inofensivo, dele tomamos conta. E a rapaziada daquele tempo costumava ficar até tarde da noite, sentada nos velhos bancos de madeira do Jardim Público, a ouvi-lo contar os seus *causos*. Ele sempre repetia com sua voz sossegada, meio cantada, quase todas as suas intermináveis histórias de tiros, facadas e proezas, passadas *lá no sertão de Guaiais*. Trabalhar não era com ele. Vivia em casa de uns seus parentes e dava *facadinhas* na rapaziada".

E quantas outras dessas figuras histrianescas de rua podem ser citadas!

Sá Rosinha, a pobre velha andarilha; O Chico Mata-Sapo, encarregado de soltar foguetes nas solenidades, no que era muito hábil; o Pílula, gorduchão e corado, que sabia recitar trechos em francês e em latim, e que repetia passagens de obras célebres da literatura; o Peru, que dizia não ligar a insultos, mas corria atrás dos moleques, e lhes atirava pedras quando proferiam seu apelido; o Clóvis, que divertia os outros com a fala tatibitate; o Coronel Estevão, que exibia dezenas de medalhas penduradas no paletó, e que afirmava ser dono de todos os estabelecimentos bancários de Itajubá, da Fábrica de Armas e do Batalhão, e que ia casar uma filha de Getúlio Vargas; o Botija (Juvenal Botija), que andava pelas ruas a dizer impropérios, de garrucha em riste, mas que não assustava ninguém pois todos sabiam que a arma nem gatilhos tinha...; o Tobias, que vivia a cantar pelas ruas; o Major do Pintinho (Joaquim Silvério Pinto de Noronha), gago e tatibitate, mas homem honrado e trabalhador, e que fora o primeiro jornaleiro de Itajubá. Sobre esse memorável *Major* do início do século há uma interessante crônica publicada na revista "Século XX" (n.º 6, de 30-06-1913), e ainda uma outra excelente crônica do Dr. José Ernani de Lima.

* * *

69 — ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ENERGIA ELÉTRICA

O primeiro ato da Municipalidade itajubense para iluminação pública foi a 25 de julho de 1860, quando o Vereador Evaristo da Silva Campista pedia "um lampião na esquina da cadeia desta vila, autorizando o Fiscal a acendê-lo em noites em que falte o luar". Tal melhoramento foi concedido, ficando os serviços afetos ao encarregado da iluminação interna da cadeia, o cidadão Galdino Pereira de Almeida (Ata de 11 de outubro de 1862).

Em 19 de dezembro de 1879 o Vereador Dr. José Pereira dos Santos sugeria o pedido de dois contos de réis à Assembléia Provincial, que seriam empregados na iluminação a gás da cidade. Foi aceito o alvitre, e o Projeto de Lei n.º 28, submetido à aprovação da Assembléia Provincial a 1.º de outubro de 1880, mandava conceder, não dois, mas três contos de réis a Itajubá, para sua iluminação pública, conforme propunham os parlamentares Silviano Brandão, Amaro Nogueira, Costa Senna, Zacarias, Leonardo, Cornélio de Magalhães, Araújo Lobato, Evêncio, J. Vieira e Torres Lima. Entretanto, naqueles dias nada foi concretizado.

Três anos depois, conforme a Ata de 06-08-1883, o camarista Major Frederico Schumann sugeria "que se oficiasse ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura pedindo a doação de 70 lampiões dos que serviam para a antiga iluminação da Corte, visto constar-lhe que existe na Corte um grande número daqueles lampiões ainda em bom estado". A Ata de 15-10-1883 registra a resposta do Ministro, então o Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, informando não existir na capital do Império nenhum lampião...

O Vereador Capitão Antônio José Leite propunha que se fizessem 24 "lanternas de folha de flandres, com vidros, pelo preço mais módico possível, para iluminação do Paço Municipal nos dias de festas nacionais" (Ata de 16-08-1883).

Em 1.º de agosto de 1883 a Municipalidade designava a verba de um conto de réis para a aquisição de lampiões. No mesmo ano, o Presidente da Província sancionava a Lei n.º 3.117 que, em seu Art. 2.º, § 6.º, consignava a quota de 600 mil réis para esse fim. Realmente, o dinheiro apareceu, e a Câmara firmou contrato com o funileiro Jacó Masselli para a fabricação e instalação desses lampiões (Ata de 15-09-1883).

Diz a Ata de 16-09-1883, da Câmara, que o italiano Jacó Masselli se comprometia a dar instalados lampiões de folha de Flandres, marca *Três Cruzes,* envidraçados e pintados com duas mãos de piche, "bojo ou folha dobrada com 4 centímetros de altura com capacidade para nunca menos de 1 garrafa de querozene sendo o bojo para lampião com a respectiva chaminé medindo o superior bocal para luz de 14 linhas. Fornece mais 20 metros de torcida apropriada para bocal deste sistema assim como 20 chaminés sobressalentes".

Determinou a Municipalidade que devia "a iluminação começar a ser feita em toda a cidade desde o dia 1.º de janeiro de 1884 e seguidamente em todas as vezes, nas noites que não forem de luar, deixando todos os lampiões ser acesos ao escurecer e apagarão às 11 horas da noite" (Ata de 15-11-1883).

O secretário da Câmara, Sebastião Maggy Salomon, por determinação do Agente Executivo Municipal Dr. José Pereira dos Santos, lavrou, a 2 de abril de 1884, o Edital de concorrência para os serviços de manutenção, conservação, zelo e abastecimento dos lampiões, e de acender e apagar nas horas determinadas todos os combustores da cidade, tudo de acordo com o Parecer n.º 4 da Comissão da Câmara, de 1.º de abril daquele ano, Edital este publicado em "O Itajubá" de 5 de abril e afixado nos lugares do costume. O arrematante desses serviços foi Antônio José Pinto da Silva ("O Itajubá", de 14-07-1884), que se sujeitava aos riscos de pesadas multas caso os lampiões não funcionassem bem.

Inicialmente, foram instalados 50 combustores, colocados em diversos pontos da cidade, número este aumentado logo depois. A Ata de 1.º de abril de 1884 já registrava o total de 72 lampiões. O Dr. Aureliano de Magalhães ficou nomeado fiscal dos serviços de iluminação pública.

A inauguração da iluminação pública a querosene se celebrou festivamente na noite de 1.º de janeiro de 1884. De "O Itajubá" de 5 daquele mesmo mês e ano transcrevo a reportagem desse acontecimento, um dos maiores daquele século em Itajubá:

"ILUMINAÇÃO PÚBLICA — Como noticiamos em o número passado, e apesar do mau tempo devido a copiosa chuva, foi inaugurada a iluminação pública desta cidade, a cargo da Câmara Municipal, servida por 61 lampiões a querosene, o que é um grande e real acontecimento para esta cidade.

"Ao anoitecer de 1.º do corrente, reunidos no Paço da Câmara, os Srs. Vereadores, grande número de cidadãos de todas as classes sociais e nacionalidades compareceram precedidas da banda de música ao Paço Municipal e aí, pelo Presidente da Câmara Dr. José Pereira dos Santos, em sucintas palavras em nome da Câmara ao povo, deu por inaugurada a iluminação pública, pedindo-lhe o apoio e concurso para outros melhoramentos que empreende a Câmara.

"Por parte do povo, falou o negociante Dr. Fructuoso Ramos de Lima, felicitando a Câmara de Itajubá pelos serviços que no 1.º ano de seu mandato já tem prestado ao público com geral aceitação. Respondendo a este orador, o Vereador Dr. Américo de Oliveira saudou ao Dr. Aureliano Magalhães, como o iniciador da iluminação pública, já propondo e advogando a idéia como vereador e já prestando-se como membro da comissão a entregar o serviço hoje funcionando. Alguns outros cidadãos, bem como o Dr. Aureliano, usaram da palavra, terminando o festejo em regozijo público, sob inúmeros foguetes que estrugiram nos ares".

A 29 de agosto de 1885 noticiava "O Itajubá" que a Câmara Municipal, por falta de dinheiro, mandava suspender temporariamente esses serviços...

Na Ata de 15-03-1884, da Câmara Municipal, vamos encontrar Joaquim Pinto de Noronha Júnior solicitando da Municipalidade o pagamento de 12 mil réis, pelas três dúzias de foguetes que forneceu para as festividades inaugurais da iluminação pública...

Havia sérias reclamações contra os serviços da iluminação da cidade. Veja-se, por exemplo, esta, estampada em "O Itajubá" de 23-04-1890:

"Atendendo a reclamações do público vamos interceder perante o cidadão arrematante da iluminação pública desta cidade para que seja melhorado o serviço que não se recomenda nem pela limpeza dos lampiões e nem pela intensidade da luz, que, além de fraca, se extingue antes da hora do contrato, convindo saber-se que há, em ruas desertas, lampiões que já não se acendem e em outras as chaminés estão quebradas e reduzidas a 10 e 12 centímetros! Fazemos a reclamação e esperamos que o público será atendido".

Em 1893 os serviços da iluminação pública passaram a ser feitos por Miguel Arcanjo de Oliveira ("A Verdade", de 04-03-1893).

Havia espertalhões que, na calada da noite, roubavam o querosene dos combustores da iluminação pública... ("A Verdade", de 20-01-1890).

A novidade do princípio deste século, em Itajubá, foi a iluminação da Matriz, feita a gás acetileno, conforme noticiário estampado em "A Evolução", jornal do Padre Marçal Ribeiro, de Cornélio de Faria e do Dr. Antônio Salomon, no n.º 43, de 13-09-1902. E o próprio Padre Marçal, vigário de então, deixou historiado no Livro de Tombo esse melhoramento, de sua inteira iniciativa. O fornecedor dos aparelhos foi Dionísio Tolomei, comerciante do Rio de Janeiro, e o instalador do gás foi Antônio Crispim. O jornal "Cidade de Itajubá", de 14-09-1902, confirmava o fato, noticiando que o Padre Marçal Ribeiro, "acompanhado do hábil artista" Antônio Crispim, havia ido ao Rio para adquirir aparelhos para a iluminação a gás acetileno da Matriz. Custou à Paróquia 4 contos de réis. A inauguração se deu no dia 8 de dezembro de 1902, às 7 horas da noite, "perante enorme concurso de fiéis".

A 10 de novembro de 1902 já havia o Clube Itajubense inaugurado, em sua sede, o "moderno" sistema de iluminação por meio de gás acetileno. Os aparelhos foram também fornecidos por Dionísio Tolomei, pelo preço de 2 contos e 100 mil réis, conforme registra a Ata de 8 de dezembro daquele ano, do referido Clube.

O gás acetileno era então a novidade. O jornal "Cidade de Itajubá", de 20-04-1902, noticiava que Thomaz Wood passava a iluminar sua casa com esse processo, em aparelho de sua invenção".

A "Gazeta de Itajubá", de 08-03-1903 informava que João Mendes de Brito tornava-se fabricante de aparelhos para gás acetileno, que iam

sendo empregados em várias residências e casas comerciais em substituição aos lampiões, às lamparinas, às candeias e velas.

A Lei municipal n.º 5, de 17-06-1905, concedia privilégio à Companhia Paulista de Eletricidade, com sede na cidade de Limeira, para a instalação de uma rede elétrica em Itajubá, cabendo à referida Empresa o direito de explorar a luz e o fornecimento de energia elétrica no município, por vinte anos.

José Manso Pereira Cabral foi o paladino da iluminação elétrica em Itajubá. Dono de brilhante oratória e dilatado prestígio, espírito enriquecido por claro descortino progressista e inequívoco amor às grandes causas, trabalhou incansavelmente para dar à cidade o grande melhoramento. Encontrou no Dr. João de Faria seu grande auxiliar nessa obra, a cujas iniciativas muito se deve sua concretização.

A "Gazeta de Itajubá", de 26-02-1905, assim publicava:

"INSTALAÇÃO ELÉTRICA — Em proveito das idéias consignadas no manifesto do nosso chefe Manso Cabral ao município, por ocasião da sua eleição ao elevado cargo de Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal, estiveram nesta cidade, há dias, os ilustres cavalheiros Srs. Dr. Maurício Rodrigues Pereira, engenheiro da importante casa comercial dos Srs. Guinle & Cia., do Rio de Janeiro, e Cap. Arthur Haas, representante da firma neste Estado.

"Examinaram atentamente a esplêndida cachoeira do ribeirão da serra, em terras de propriedade do Sr. Francisco Lobato Uchoas, cujo volume e queda julgaram mais que suficientes para a instalação elétrica nesta cidade com o fornecimento de força e luz, e, levando todos os dados para a casa dos Srs. Guinle & Cia., mediante eles, esta ilustre e conceituada firma ofereceu ao Sr. Agente Executivo Municipal uma planta e orçamento, acompanhados de circunstanciada exposição.

"Demonstrando com a proficiência do distinto engenheiro, que aqui esteve em exploração da queda e volume do manancial da serra, as grandes vantagens para o aproveitamento em Itajubá dessa força, a exposição feita pelos Srs. Guinle & Cia., afirma que ela poderá ser aumentada duas ou três vezes mais, futuramente, com o desenvolvimento da cidade e conclui por propor toda a instalação, inclusive a casa da usina, pela soma de 58:350$000 (cinqüenta e oito contos e trezentos e cinqüenta mil réis)".

Continua a reportagem falando das iniciativas de José Manso Cabral para conseguir essa verba, assegurando que um dos mais entusiasmados capitalistas para essa obra era o Cel. João Carneiro Santiago Júnior. Também contribuiram financeiramente o Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Manuel Rodrigues dos Santos, Horácio Ferreira Lopes, Joaquim Dias, Virgínio Dias Pereira e Luís Dias Pereira.

A 12 de janeiro de 1907 coroavam-se os esforços de José Manso Pereira Cabral com a inauguração festiva da luz elétrica em Itajubá, for-

necida pela usina construída na serra dos Toledos, com a queda d'água cedida gratuitamente pelo benemérito fazendeiro Francisco Lobato Uchoas. Lavrou-se, então, o seguinte documento:

"Ata da sessão magna da instalação da luz elétrica na cidade de Itajubá — Presidente: José Manso Pereira Cabral; Secretário: Cândido Pereira dos Santos.

"Aos doze dias do mês de janeiro de mil novecentos e sete, nesta cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais, República dos Estados Unidos do Brasil, às seis horas da tarde, no edifício do Mercado Municipal, presentes os Vereadores José Manso Pereira Cabral, Luís Dias Pereira, Jorge de Oliveira Braga, Gaspar Mendes Leite, Cândido Pereira dos Santos, Luís Dalle Afflalo, Júlio Martins do Amaral, Francisco Ribeiro dos Santos, Paulo Chiaradia, Francisco Borges de Siqueira e João Cândido Pereira Rennó; o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca, Luiz Rennó; os deputados federais Exmos. Srs. Drs. Venceslau Brás Pereira Gomes, Christiano Brasil e Francisco Álvaro Bueno de Paiva; o deputado estadual Comendador Frederico Schumann, representante desta Circunscrição e do Distrito Federal deste Estado, o primeiro nomeado; Coronel Francisco Brás Pereira Gomes, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal da vila de São Caetano da Vargem Grande; Coronéis João Carneiro Santiago Júnior e João Carneiro Santiago Sobrinho; Exmo. Sr. Dr. Miguel Arcanjo de Sousa Vianna, Juiz Municipal do Termo; Dr. Augusto Cabral, Promotor de Justiça da Comarca; José Rennó Pereira, Delegado de Polícia; o Revmo. Padre Marçal Ribeiro, Vigário desta Paróquia, por si e representando o Exmo. Sr. Bispo Diocesano, D. João Nery; Dr. João de Faria e Inácio Silvério Ignarra, presidente e gerente da Companhia Paulista de Eletricidade; Dr. Teodomiro Carneiro Santiago, advogado; Drs. Antônio Maximiano Xavier Lisboa e Manuel Cintra Barbosa Lima, médicos; Dr. Fausto Ferraz, advogado; Fructuoso Ramos de Lima e Paulino de Araújo, advogados; José Manuel Pereira, 1.º Juiz de Paz; Olímpio Augusto de Magalhães e Ismael Pinto de Noronha, tabeliães; Ladislau Gomes Ribeiro, escrivão de Órfãos; Antônio Ferreira Strutz, escrivão de paz; José Baptista de Carvalho Neto e Pedro de Carvalho, farmacêuticos; Francisco de Araújo, representante da "Gazeta de Itajubá"; Frederico Teixeira de Magalhães Leite, fiscal do Ginásio de Itajubá; Antônio Salomon e Omar Magalhães, acadêmicos de Direito; a Exma. Sra. D. Amélia Braga e outras Exmas. Senhoras representando a elite da sociedade itajubense e de diversas localidades vizinhas, distintos cavalheiros cujos nomes é difícil mencionar, formando massa compacta de povo que, pressuroso, satisfeito e possuído de vivo entusiasmo espontaneamente concorreu a abrilhantar a grandiosa solenidade que ora se vai inaugurar, o Presidente, declarando aberta a sessão, levanta-se e congratula-se com os habitantes do município pela auspiciosa data da instalação da força e luz elétricas e da iluminação pública da cidade, e com a Companhia Paulista de Eletricidade pela importante empresa e brilhante execução que soube dar a todos os serviços técnicos e agradece o comparecimento à

sessão magna da Câmara Municipal, do povo, dos Srs. vereadores, da corporação musical *Euterpe Itajubense* e todos os mais ilustres cidadãos e Exmas. famílias; e exaltando a dedicação e esforço dos Srs. Dr. João de Faria e Inácio Silvério Ignarra, presidente e gerente da Companhia Paulista de Eletricidade, manda por sua autoridade, em nome da Câmara, que se consigne na presente Ata um voto de louvor aos mesmos senhores. Em seguida, abrindo espaço e dando permissão a todas as manifestações condignas do ato, o Presidente convida ao cidadão Frederico Leite a fazer entrega de diplomas de sócios beneméritos da Santa Casa de Misericórdia desta cidade aos Exmos. Srs. Dr. João de Faria e Inácio Silvério Ignarra em significação dos grandes serviços que, como representantes da Companhia Paulista de Eletricidade, se dignaram prestar a essa pia instituição, o que foi feito pelo mesmo cidadão. Ato contínuo o Sr. Presidente convida o Dr. Fausto Ferraz a fazer experiência do seu invento autotermoelétrico, *sistema Ferraz,* para aviso de fogo, que patrioticamente ofereceu à Marinha Brasileira, cuja experiência foi muito aplaudida. Por esse ato, o Sr. Presidente convida o Exmo. Sr. Dr. Luís Rennó, Juiz de Direito da Comarca, para declarar instalada a força e luz elétricas deste município e iluminação pública da cidade. O Exmo. magistrado, acedendo ao honroso convite, e declarando inaugurada a referida instalação, fez-se a luz, fixa e brilhante, em poucos momentos, tudo de acordo com as cláusulas do contrato, estabelecidas pela Câmara municipal com a Companhia Paulista de Eletricidade, notando-se nesse momento espontâneo e grande entusiasmo por parte do povo ali reunido, lendo-se na fisionomia de cada um verdadeira satisfação e alegria patriótica. O Vereador Luís Dias Pereira pede então a palavra e propõe, interpretando os sentimentos da Câmara e do povo, como relação aos grandes serviços prestados pela Exma. Sra. D. Amélia Cândida Vianna Braga, Dr. Aureliano Moreira Magalhães e José Joaquim dos Santos à causa do progresso deste município e especialmente desta cidade, que a Praça da Misericórdia seja denominada Praça D. Amélia Braga; a Praça do novo jardim, extremo da Rua Cel. Rennó, se chame Praça Dr. Aureliano Magalhães, finalmente, que a Rua da Varginha se intitule Rua José Joaquim, cuja proposta foi unanimemente aprovada pela Câmara e geralmente aplaudida. Em seguida o Sr. Presidente concede a palavra ao orador oficial, o Exmo. Sr. Dr. Christiano Brasil, distinto deputado federal, que, em inspirado e brilhante discurso análogo ao ato, felicitou a Câmara e ao povo e ergueu entusiásticos vivas ao progresso de Itajubá, aos Exmos. Presidente da República e do Estado, à República Brasileira e ao Estado de Minas. Ao encerrar a sessão, o Sr. Presidente agradece o comparecimento do povo, do representante do eminente Dr. Bispo Diocesano, diversos deputados federais e estaduais, dos representantes dos vizinhos municípios e dos seus presidentes e vereadores, dos representantes da imprensa sul-mineira, das autoridades judiciárias, policiais e militares, fazendo considerações sobre as aspirações que animam a Câmara que preside para o progresso deste município e assegurando que na inauguração de hoje não está o término de seu programa de administração".

Itajubá foi, assim, a primeira cidade sul-mineira a possuir iluminação elétrica.

Foi realmente um notabilíssimo empreendimento para Itajubá e para aquela época. A pioneira, no Brasil, desse melhoramento foi a cidade de Campos, do Estado do Rio de Janeiro, que teve a iluminação elétrica inaugurada em 24 de julho de 1883. O Rio de Janeiro, porém, só muito mais tarde é que veria a luz elétrica. Em 13 de maio de 1891 inaugurava-se ali, a título de experiência, a iluminação de apenas um trecho da Rua da Quitanda e dos Ourives. Somente em junho de 1906, 6 meses apenas antes de Itajubá, é que a Rua do Ouvidor foi iluminada em toda sua extensão. São essas as informações que se encontram nas *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil,* de Luís Gonçalves dos Santos, vol. I, pág. 132, com notas acrescentadas por Noronha Santos.

A instalação de uma usina hidrelétrica em Itajubá, à vista das dificuldades encontradas até na capital da República, parecia um sonho, uma temeridade, um plano de visionário... Daí as dúvidas e pessimismo quanto à exeqüibilidade de tal projeto.

Olímpio de Magalhães foi um dos que não acreditaram no bom êxito de José Manso Pereira Cabral, chegando mesmo, numa roda de amigos a declarar que, se Itajubá fosse então iluminada por lâmpadas elétricas, ele, Olímpio, seria bispo de Piranguçu! O pintor Luís Teixeira, que aliava seu pincel genial à veia humorística, no festivo dia do *fiat lux* na cidade, apresentou um quadro, no qual aparecia o Olímpio de Magalhães de batina episcopal e mitra, com o báculo pastoral à mão, em cujo castão se via a lâmpada elétrica, tendo escrito por baixo: — "O Exmo. Sr. Bispo de Piranguçu"... Foi uma brincadeira que ficou na história da cidade.

O Dr. José Ernani de Lima, engenheiro da primeira turma do Instituto Eletrotécnico (ora EFEI), veterano jornalista e que, em 12 de janeiro de 1907, aos 12 anos de idade, presenciou a inauguração desse melhoramento, publicou, nas edições de 27 de janeiro e 31 de março de 1957 de "O Sul de Minas", valiosa crônica intitulada *Uma Data Memorável,* em que nos dá informações seguras e interessantes sobre a instalação da luz elétrica em Itajubá, como estas:

"Os trabalhos da construção da usina elétrica da serra dos Toledos e das demais instalações necessárias, dentro e fora da cidade, foram dirigidos pelo engenheiro alemão Emílio Klinger, auxiliado diretamente pelos irmãos Franz e Aldolfo Tribst. Só mais tarde, em setembro de 1906, aportou a esta cidade Joaquim da Silva, que trabalhou, a princípio, em instalações externas, dedicando-se depois, juntamente com Ernesto Pavani, aos serviços de instalações elétricas domiciliares".

Joaquim da Silva, em alusão aos seus misteres, ganhou o apelido de Joaquim da Luz.

As "lâmpadas alemãs do fabricante Nerst eram dotadas de um dispositivo de amianto, o que as tornava de acendimento retardado. Atravessadas pela corrente elétrica, ficavam apenas avermelhadas, e só depois de algum tempo, cerca de um minuto, acendiam completamente, produzindo uma luz solar muito intensa. Iluminada a cidade, as atenções dos garotos e até dos adultos se voltavam para essas lâmpadas, esperando que elas produzissem a máxima intensidade luminosa".

"A Rua Cel. Francisco Brás, — continua o Dr. Ernani de Lima — no trecho compreendido entre as atuais residências dos Drs. João de Azevedo e Ítalo Dotto, havia outrora um casarão medonho, felizmente em boa hora demolido. Foi em uma das dependências desse prédio horroroso que se instalou o *Escritório da Luz,* denominação que todos davam a essa subestação receptora e distribuidora da energia elétrica produzida na pequena usina da serra dos Toledos".

Posteriormente os serviços de luz e energia elétrica de Itajubá foram confiados à Companhia Industrial Sul-Mineira, transformada em 1938 em Companhia Força e Luz. Hoje os serviços pertencem à CEMIG. Foi na reunião de 12 de janeiro de 1967, da Câmara Municipal, que o Vereador Agenor Arantes "usou da palavra para transmitir à Casa a notícia, para alguns alvissareira, da encampação da CSME (Companhia Sul-Mineira de Eletricidade) pela CEMIG (Companhia Energética de Minas Gerais), conforme registra a Ata dessa sessão.

A pequena usina da serra dos Toledos, de apenas 250 HP, foi insuficiente para o que exigia o progresso de Itajubá, daí a construção imediata da usina do Rio Manso, com aproveitamento de uma cachoeira do rio Lourenço Velho, a quase 4 léguas da cidade. Passou então esta a fornecer luz e energia a outras cidades além de Itajubá, tais como Brasópolis, Piranguçu, Piranguinho, Maria da Fé e Delfim Moreira. Tem hoje a denominação de Usina Luís Dias.

A luz elétrica em Brasópolis (então Vila Brás) foi inaugurada em 17 de janeiro de 1911, instalada pela Companhia Força e Luz de Itajubá, da qual era gerente o industrial Luís Dias Pereira ("Gazeta de Itajubá" de 22-01-1911), e presidente o Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes ("Gazeta de Itajubá", de 03-09-1911).

Da pequena e histórica usina hidrelétrica da serra dos Toledos restam apenas ruínas, mas a barragem está quase intacta, saltando sobre ela o ribeirão José Pereira, que, represado, movimentava, no início do século, o gerador pioneiro da luz elétrica em Itajubá. Pouco abaixo ainda se vêem restos dos pilares da casa das máquinas. Essas máquinas e demais instalações foram compradas pela Companhia Santa Fé, cujo presidente era o Dr. Teodomiro Carneiro Santiago. O Dr. Luís Goulart de Azevedo foi encarregado de desmontar essa memorável geradora e de montá-la novamente no Estado do Rio, perto de Friburgo. O proprietário das terras onde se encontra os restos dessa usininha, neste ano de 1985, é o fazendeiro Adelino Costa, de nacionalidade portuguesa.

A 29 de junho de 1930 foi inaugurado o novo prédio da então Companhia Força e Luz, construído na Avenida Cel. Carneiro Júnior, ora ainda mantido pela CEMIG.

Dois anos depois, a 29 de junho de 1932, com a presença de várias autoridades, era inaugurada a iluminação do bairro do Rio Manso.

A antiga Companhia Industrial Força e Luz, com a devida autorização do Conselho de Águas e Energia Elétrica, exarada na resolução n.º 398, de 16 de janeiro de 1945, foi, a 19 de junho do mesmo ano encampada pela Companhia Sul-Mineira de Eletricidade, grande empresa esta fundada em 11 de agosto de 1922, por Joaquim Dias, Silvério Ignarra Sobrinho, Dr. Vidal Dias, Luís Dias Pereira, Virgínio Dias Pereira, José Camilo da Costa, Dr. Múcio Consentino, Artur Lacerda Pinheiro, Ricardo Xavier da Silva, Osvaldo Costa e Dr. Gabriel Pessoa. Essa empresa construiu em 1947 a usina de São Bernardo, com capacidade de 8.000 HP, aumentada, em 1959, para 14.000 HP. A 29 de fevereiro de 1960 foi inaugurada a 3.ª máquina dessa usina de São Bernardo, hoje denominada Usinal Vidal Dias.

O bairro de São Sebastião teve sua instalação elétrica inaugurada em 19 de setembro de 1953.

Itajubá é também servida pela usina hidrelétrica da cidade de Vencaslau Brás (antiga Bicas do Meio), denominada REPI (Rede Elétrica Piquete-Itajubá), inaugurada em 08 de dezembro de 1932, construída pelo Ministério do Exército, para fornecimento de energia à Fábrica Presidente Vargas (Piquete, SP), à Fábrica de Armas de Itajubá e ao 4.º Batalhão de Engenharia de Combate.

* * *

70 — ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO

Nos velhos tempos, quando ainda não se falava em organizações bancárias em Itajubá, as pessoas mais humildes, e de menores posses, tinham por costume confiar suas economias aos respeitados e abastados senhores, que se tornavam, assim, em *bancos* entre o povo da terra. Em regra, nem documento se lavrava nessas operações, e os depósitos e retiradas, se processavam na base da confiança e do respeito. Vivia-se na época em que um fio de barba valia mais do que papéis, rubricas, autenticações e carimbos...

E havia também os capitalistas que emprestavam dinheiro. Pelo jornal "O Itajubá" de 04-02-1883, Luís José de Sousa Vianna declarava não mais desejar emprestar dinheiro a juros...

"A Verdade", jornal itajubense, em 24-10-1889 assim publicava:

"Dias Pereira & Irmão, subagente do Banco do Minho nesta cidade, sacam sobre os mesmos, suas Caixas Filiais e Agências estabelecidas nas

cidades, vilas e freguesias de Portugal; assim mais, nas Ilhas e Espanha, mediante módica porcentagem. Também promovem saques para a Itália, nas mesmas condições. — Itajubá, 16 de outubro de 1889".

O mesmo jornal, em 23-10-1890, informava ainda:

"BANCO DO COMÉRCIO — José Gaspar Pereira Leite, residente nesta cidade de Itajubá, faz público que é agente do Banco do Comércio, cuja sede é na Capital Federal, e que faz saques para todas as cidades, vilas e povoações no estrangeiro, como sejam: Portugal, Itália, Alemanha, Espanha e França, para o que chama a atenção de todos que precisarem de tais transações, dirigindo-se a ele ou ao seu genro Luís de Almeida Cunha. — Itajubá, 16 de outubro de 1890".

A primeira organização depositária de que se tem notícia, neste século, em Itajubá, é a Seção Bancária da Companhia Industrial Sul-Mineira, que começou a operar em 1.º de janeiro de 1912. Principiou com o capital de 100 contos de réis, atingindo os depósitos, no primeiro ano de seu funcionamento, a 297:168$930.

Seus realizadores, diretores da Cia. Industrial, foram os grandes beneméritos do progresso itajubense Dr. Vanceslau Brás Pereira Gomes, Dr. Miguel Vianna, Cap. Luís Dias Pereira, Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa e Major João Antônio Pereira. Outros sócios eminentes e de largo prestígio emprestaram logo à Empresa o seu valioso concurso, os capitalistas Cel. João Carneiro Santiago Júnior, Joaquim Dias e Dr. José Brás Pereira Gomes.

Pouco tempo depois, aquela modesta Seção Bancária, com o aumento do capital e da segurança oriunda da experiência, se transformou no Banco de Itajubá S.A., que muito contribuiu para a prosperidade de Itajubá.

O novo edifício do Banco de Itajubá foi inaugurado em 08 de novembro de 1931. Manteve agências no Rio de Janeiro, São Paulo e em várias cidades mineiras e paulistas.

O tradicional Banco de Itajubá S.A. (Banita), depois de 45 anos de tantos e bons serviços prestados ao povo, foi, em 1957, encampado pelo Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A.

Entre os grandes empreendedores do passado, inteiramente ligados ao Banco de Itajubá, citem-se o Major João Antônio Pereira, Benedito Pereira (Didi), Dr. Luís de Lima Vianna e Venceslau Brás. Entre os gerentes da agência matriz destaca-se o fazendeiro Hugo Jannotti. Dos primeiros funcionários, foram pioneiros João Pires de Oliveira Feichas, José Conrado Chaves e Joaquim Serapião.

A agência do Banco da Lavoura foi primeiramente instalada, em 16 de agosto de 1950, no prédio onde funcionava o Banco do Comércio S.A., na Praça Getúlio Vargas, estabelecimento de crédito este também

encampado pelo Banco da Lavoura. Com a apropiação do Banco de Itajubá, o Banco da Lavoura passou a ocupar o prédio deste. Hoje, também desaparecido o Banlavoura, esse prédio está ocupado pelo Banco Real.

A Casa Dias, o mais tradicional estabelecimento comercial de Itajubá, já secular, também manteve, em tempos idos, uma seção bancária, realização do operoso José Dias Coelho.

Instalaram-se posteriormente outras agências bancárias em Itajubá, a do Banco Nacional da Produção, das Caixas Econômicas Estadual e Federal, do Banco Comércio e Crédito de Minas Gerais, do Banco Industrial Brasileiro, do Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais, do Banco Nacional de Minas Gerais, do Banco do Brasil, do Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco), do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, do Banco Itaú, do Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE), do Banco Econômico e do Unibanco, este último com a agência inaugurada em 20 de maio de 1985.

Alguns desses bancos estão extintos ou não mais operam em Itajubá.

* * *

71 — O 4.º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE

Em 1875 as mulheres saíram às ruas para protestar contra a obrigatoriedade do serviço militar. A Lei de 26 de setembro de 1874 havia caído como uma bomba sobre a rapaziada ociosa e comodista, e sobre os pais que ainda não se haviam compenetrado desse sagrado dever. Em agosto de 1875, quando o Governo mandou energicamente proceder ao recrutamento, houve reação em muitos lugares da Província. Conta-se que em Itajubá um numeroso grupo de mulheres, esposas, mães e irmãs dos prováveis convocados, invadiu a igreja onde funcionava a Junta de Alistamento, e, num assomo de impatriotismo e rancor, desmantelou a mesa dos trabalhos, arrebatou os papéis e inutilizou toda a documentação das autoridades, impedindo que se executassem aqueles trabalhos, nada podendo contra a horda das revoltadas senhoras e moças o improvisado destacamento policial do Cap. Dr. José Manuel Pereira Cabral...

Atitude, por certo condenável e deprimente, que contraria as tradições de civismo de Itajubá, desse Itajubá que deu seus filhos para lutar bravamente em 1842, em 1865/1870, em 1924/1926, em 1930, em 1932, em 1944/1945!

Não agiriam assim as mulheres itajubenses deste século!

Alegava-se, então, que maus tratos e crueldades eram infligidos aos recrutados, daí lamentarem as mães a partida de seus moços para a caserna. Até a imprensa itajubense deplorava a conscrição. Veja-se este trecho de um protesto estampado em "O Itajubá" de 29-07-1888:

"O RECRUTAMENTO — A população do Império mostra-se assaltada de justo receio, com a ordem de recrutamento forçado, para o preenchimento dos claros do Exército. Desde 1874 que o povo julgava-se a salvo da caçada de homens, que na história do País, deixou triste recordação pelas vinganças e perseguições cometidas, em tempos que lá se foram.

"Lamentamos com os nossos dignos colegas da imprensa que o Ministro da Guerra tenha tido necessidade de pôr em atividade o recrutamento forçado, arma terrível que ao Governo deixou a Lei da conscrição, no seu Art. 9.º, § 3.º e de data de 26 de setembro de 1874.

"Parece-nos porém que iam desaparecer os justos terrores do povo, crendo-se que o Ministro da Guerra, em vista dos abusos e vexames com que na Corte foi iniciado o recrutamento, mandaria suspender tal serviço. Tal, porém, não se deu".

E prossegue o artigo no mesmo tom de protesto. Na edição de 14 de outubro do mesmo ano, o referido jornal trazia o Edital do Juiz de Direito da Comarca de Itajubá, Dr. Adolfo Augusto Olinto, que, na qualidade de Presidente da Junta Revisora do Alistamento Militar, notificava que, a 10 de novembro, iria proceder ao alistamento de todos "os cidadãos aptos para o serviço do Exército e da Armada". O Edital tinha a data de 08 de outubro de 1888 e foi lavrado por Antônio Mendes de Brito, Escrivão do Júri e Secretário da Junta de Alistamento.

Tal aviso deve ter trazido pânico entre os jovens e suas mamães... E, de fato, em 10 de novembro de 1888 foi instalada a Junta do Alistamento Militar ("O Itajubá", 18-11-1888). O "Itajubá" de 25 de novembro do mesmo ano saiu com novas queixas e protestos contra "a caçada de homens". "Causa-nos horror — dizia a folha — a recordação das cenas selvagens de outrora em que as prisões para o recrutamento formavam a melhor arma de vingança nas mãos de autoridades pouco escrupulosas de sua missão".

Conforme se lê em "A Verdade" de 29-07-1886 e de 10-11-1887, nestes dois anos também houve alistamento de homens para o Exército e Armada, tendo sido instaladas as juntas, em Itajubá, nos dias 01-08-1886 e 10-11-1887. Isso para desespero dos tíbios e poltrões.

Mas, em compensação, se houve no passado tal nódoa impatriótica por parte de itajubenses, seria neste século que, por iniciativa de um itajubense de coração, Venceslau Brás Pereira Gomes, se daria no Brasil o cumprimento da obrigatoriedade do serviço militar e a formação de reservas para as Forças Armadas, essa nobre e gloriosa tarefa cívica tão exaltada por Bilac!

Mesmo antes de assumir a Presidência da República, já Venceslau Brás muito se preocupava com a preterição da lei que daria à Pátria o reservista. Ele o declarou em Itajubá, e sempre incentivou movimentos e instituições tendentes a formar o soldado. Para não ser extenso, comprovo essa assertiva com apenas esta transcrição de notícia publicada na "Gazeta de Itajubá" de 21-05-1911:

"Conforme noticiamos em o nosso último número, realizou-se domingo passado (14 de maio, no salão nobre do Clube Literário e Recreativo Itajubense, a reunião dos sócios da Linha de Tiro. Aclamado presidente da assembléia o Sr. Comendador Frederico Schumann, convidou para seus secretários os Srs. Josino Dias e João Ramos de Lima.

Pedindo a palavra, o Exmo. Dr. Venceslau Brás manifestou, em conceituada oração, o seu franco apoio à criação de uma instituição de tiro nesta cidade, congratulando-se com os presentes por essa patriótica idéia.

"Em seguida, o Sr. Jorge Braga apresentou a proposta de denominar-se a sociedade Linha de Tiro Venceslau Brás, proposta essa que foi unanimemente aprovada com uma prolongada salva de palmas. Achando-se presente a maioria dos sócios, procedeu-se a eleição da diretoria, que ficou assim composta:

"Dr. Teodomiro Carneiro Santiago, Presidente; Cap. Balduíno Vieira Salgado, Vice-Presidente; Aspirante Alberto Basson Jacques, Diretor de Tiro; José Maria Afflalo, Secretário; Joaquim Dias, Tesoureiro; Antônio Pereira Rennó, Vogal; Humberto Sanches, Vogal; José Rocha Camargo, Vogal, Carmo Mascardo, Vogal; José Conrado Chaves, Vogal; Dr. Christiano Pereira Brasil, Dr. Olinto Carneiro Vilela e Dr. Antônio Salomon, estes três últimos, Membros da Comissão de Contas.

"Sabemos que essa diretoria brevemente reunir-se-á a fim de tratar da incorporação da Sociedade à Confederação do Tiro Brasileiro".

Foram instalados em Itajubá os Tiros de Guerra 111 (do Ginásio de Itajubá, até 1934), o 170 e o 285.

Assumindo o Governo do País, Venceslau Brás tratou de fazer cumprir a Lei, já existente mas não posta em execução, que determinava a obrigatoriedade do serviço militar. Ao deixar a Presidência da República, com o prestígio conquistado entre autoridades militares, conseguiu que uma Unidade do Exército fosse sediada no torrão que ele tanto amou e engrandeceu. E essa Unidade, que passou a ser "a menina de seus olhos" conforme se dizia em Itajubá, foi o 4.º Batalhão de Engenharia.

O 4.º Batalhão de Engenharia foi organizado no dia 25 de janeiro de 1910, em Rio Pardo (Rio Grande do Sul), por determinação do General de Divisão Manuel Joaquim Godolphim, então Inspetor Permanente da 12.ª Região Militar.

Esse 4.º BE do Rio Pardo foi formado com praças oriundas de diversas Unidades e, em maior parte, com o pessoal do Contingente do 4.º Regimento de Artilharia Montada. O comando foi assumido interinamente pelo Major Marciano de Oliveira e Ávila.

No ano seguinte, a 23 de novembro de 1911, sob o comando do Cel. José Ferreira Maciel Miranda, nessa data empossado, o Batalhão

seguiu para as margens do Taquari, lá aquartelando-se no edifício da antiga estação da Estrada de Ferro Porto Alegre-Uruguaiana. Progredindo aquela localidade, é hoje a cidade de General Câmara.

No dia 30 de abril de 1915 foi o 4.º BE dissolvido provisoriamente, para reaparecer três anos depois, a 2 de janeiro de 1918, na cidade de Lorena, no Estado de São Paulo, sob o comando do Ten. Cel. Emílio Sarmento, ocupando as dependências do 13.º Batalhão de Caçadores, até transferir-se, a 24 de maio do mesmo ano, para a Fazenda Amarela, no mesmo município.

Foi quando ainda estava em Lorena que, a 20 de maio de 1918, o 4.º BE teve a oportunidade de prestar as continências de estilo e as homenagens ao Presidente da República, o eminente Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes, que o visitava.

A 12 de julho de 1918 foi o 4.º Batalhão de Engenharia posto à disposição do Ministério da Viação e Obras Públicas para construir a Estrada de Ferro Piquete-Itajubá. Deslocou-se, para esse fim, para Itajubá, em 1919, a 2.ª Companhia que se alojou num velho prédio da Rua Xavier Lisboa, existente no local onde ora se encontra o Colégio de Itajubá, de propriedade da Paróquia.

A 2 de agosto do mesmo ano (1919), foi o 4.º BE desligado da Guarnição de Lorena, e a 15 de janeiro de 1921 desligado da 2.ª Região Militar, passando-se para a 4.ª Região.

Tendo sido essa Unidade designada para Itajubá, a Câmara Municipal, em 16 de agosto de 1920, deu as primeiras providências para a aquisição do terreno para a construção do quartel, encetando entendimentos com a firma Gomes & Santos, proprietária de terrenos na Vila Lúcia. O que se decidiu, porém, foi a cessão do prédio ali recém-construído para Asilo de desamparados, o qual foi ocupado pelo Batalhão.

Foi a 31 de janeiro de 1921, então sob o comando do Cel. Raymundo Arthur de Vasconcelos, que o 4.º Batalhão de Engenharia se transferiu definitivamente para Itajubá, alojando-se no referido prédio da Vila Lúcia, ficando a Intendência Geral e a Casa das Ordens acomodados no sobrado do antigo Ginásio de Itajubá, existente no local onde ora se ergue o Cine-Teatro Apolo, na Praça Teodomiro Santiago.

O atual quartel teve início, logo depois, a 12 de outubro de 1922, com o lançamento da pedra fundamental, cerimônia que contou com a presença honrosa de Venceslau Brás Pereira Gomes e de várias autoridades. Tais obras, determinadas pelo Ministro da Guerra João Pandiá Calógeras, foram confiadas à Companhia Construtora de Santos, presidida pelo Dr. Roberto Simonsen. Os trabalhos iniciais dessa construção foram examinados pelo General Eduardo Sócrates, Inspetor da Região Militar, que ali compareceu acompanhado do Dr. Venceslau Brás, do Deputado José Brás, do Agente Executivo Municipal Jorge de Oliveira Braga e de várias outras

autoridades. Quatro dias após o lançamento da pedra fundamental, a 16 de outubro de 1922, foram essas obras visitadas ainda pelo Diretor de Engenharia, então o famoso indianista e consagrado sertanista General Cândido Mariano da Silva Rondon.

A 8 de fevereiro de 1925 foi oficialmente entregue o novo Quartel pela Companhia de Santos. A 1.º de abril do mesmo ano se fez a transferência para a sede definitiva.

A 16 de abril de 1931 foi o 4.º BE encarregado da construção de uma estrada de rodagem entre Bicas do Meio (atual Venceslau Brás) e Piquete.

A 1.º de julho de 1934 foi a Unidade provisoriamente desligada da 4.ª Região Militar para ficar à disposição do Diretor de Engenharia. No dia 4 do mesmo mês e ano houve a comunicação de que seguiria para a Bahia, para construir a rodovia de Montes Claros a Contendas.

A 14 de março de 1935 passou o 4.º Batalhão de Engenharia a denominar-se 1.º Batalhão de Pontoneiros. A 10 de junho de 1947 foi-lhe retornada a antiga e tradicional denominação de 4.º Batalhão de Engenharia. A 17 de novembro de 1954 recebeu a denominação de 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, que até hoje se conserva.

Além do desempenho de seus misteres militares, tem o 4.º BECmb. prestado à população itajubense, e de outras localidades, relevantes serviços no desempenho de brilhante participação comunitária. Em 1931 e em abril de 1942 auxiliou o preparo do campo de aviação. Em 22 de dezembro de 1948 embarcava, com destino a Piratininga, sua Equipe de Purificação d'Água, para atender aos flagelados daquele lugar. Em fins de 1935 teve Itajubá a colaboração pronta e eficiente do Batalhão na terraplenagem e acabamento da praça fronteira ao cemitério. Em 22 de dezembro de 1956 vamos encontrar a Unidade em Passa-Quatro, acudindo as numerosas famílias vítimas da catástrofe ali produzida por invulgar e colossal tromba d'água desprendida à noite sobre aquela cidade. Em 1955 e 1957 foi a diligente Unidade que proporcionou à cidade a Ponte Soldado Leopoldino, que vinha suprir a falta deixada pela ponte Tancredo Neves (então ponte metálica), que desabara ao peso de uma viatura. Quando não possuía Itajubá seu corpo de bombeiros, era o BE que acudia prontamente em casos de incêndio. Socorreu, em 1979, a cidade de Cristina, atingida por enorme tromba d'água. Cooperou com Paraisópolis na construção de sua rede de abastecimento. Ajudou a construção do Observatório Astrofísico do Pico dos Dias, em Brasópolis. Em 1960 executou a Operação Itumbiara, que consistiu na travessia do rio Paranaíba de dois transformadores de 77 toneladas cada, destinados à iluminação de Brasília. Em 1961 executou a Operação Rio da Prata, em João Pinheiro, MG, restabelecendo o tráfego interrompido na BR-040, com a queda de uma ponte. Em fevereiro de 1961, em Varginha, construiu a ponte de 50 toneladas para possibilitar a retirada da torre destinada à Petrobrás. Em 5 de outubro de 1973 construiu a ponte sobre o riacho Santo Antônio, possibilitando o acesso a Delfim Moreira. Em tantas

outras obras esteve presente o 4.º BE Cmb., em Belo Horizonte, em Sapucaí-Mirim (ponte sobre o rio Baú), em Santa Rita do Sapucaí (resgate das vítimas da queda da ponte), em trabalhos na Helibrás, na INATEL, em Maria da Fé, etc. E quanto não é Itajubá devedora ao Batalhão pelos socorros que sempre lhe prestou nos dias de enchente, quando o Sapucaí inunda todas as regiões ribeirinhas e a cidade, fazendo vítimas e causando sérios prejuízos!

Em 31 de janeiro de 1932 foi inaugurada festivamente a piscina do Batalhão.

Em 21 de março de 1957 eram as novas instalações do Rancho e o Pavilhão de Viaturas que ali se inauguravam.

O CPOR (Centro de Preparação dos Oficiais da Reserva) diplomou sua primeira turma de aspirantes, acadêmicos do Instituto Eletrotécnico de Itajubá (ora EFEI), em 1939. O CPOR foi, em 1942, substituído pelo NPOR (Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva), que é o único na Arma de Engenharia.

O 4.º Batalhão de Engenharia participou de todas as revoluções. Em resumo, teve as seguintes atuações:

1924 — A 6 de julho daquele agitado 1924, a brilhante Unidade, então sob o comando do Cel. Gustavo Lebon Regis, ficou de prontidão. A 7 embarcou para Cruzeiro, como tropa de Infantaria, onde foi incorporada à Brigada do General Florindo Ramos. De Cruzeiro seguiu para Caçapava. Passando por Lorena, ali deixou um contingente de 80 homens, sob o comando do 1.º Ten. de Engenharia Hildebrando de Albuquerque, para segurança da Fábrica Presidente Vargas.

De Caçapava rumou o 4.º BE para Mogi das Cruzes, onde estacionou para guarnecer a cidade, então sede do Quartel-General. E foi naquela cidade paulista que o Cel. Gustavo Lebon Regis assumiu o comando geral das forças legalistas ali aquarteladas. Fez a Unidade itajubense o policiamento de Mogi das Cruzes e manteve uma guarnição em Santo Ângelo, e outra na serra de Santos.

Principiava assim para o 4.º Batalhão de Engenharia, ou seja, para os soldados de Itajubá, sua primeira grande epopéia, assinalada com bravura, com sangue, com estoicismo próprio dos intrépidos, com sacrifícios, com devotamento em defesa da legalidade, da ordem e da segurança da Pátria.

O 4.º BE esteve presente nas horas mais difíceis da insurreição de Isidoro Dias Lopes, tomando parte nas suas mais variadas atividades. Em Taubaté, sob o comando do Ten. Raul Guimarães Regadas, um seu contingente deu guarda aos prisioneiros revoltosos para ali conduzidos. Em Itaqüera um outro contingente seu custodiou o local, considerado estratégico. Ainda um outro contingente itajubense se encarregou de levar prisioneiros para São Paulo. A 3.ª Companhia, três meses depois, tomava o caminho do Sul, comandada pelo Cap. João Tavares de Melo. A 2.ª rumou

para Juiz de Fora, e a 1.ª, incorporada ao 12.º Batalhão de Caçadores, foi para Mato Grosso, sob o comando do Ten.-Cel. Manuel Alves Correa. Comandava a 4.ª Região Militar o General Estanislau Vieira Pamplona. Em Mato Grosso foram árduas e múltiplas as tarefas confiadas ao 4.º BE, e várias patrulhas suas se dispersaram por Goiás e São Paulo, para guarnecer trens de tropas e material, prestar socorros, conduzir prisioneiros, transportar feridos e municiamentos, e outras missões mais, sempre a serviço da legalidade. A guarda do QG de Guaiúna, SP, lhe foi honrosamente confiada. No final da revolução, em 1926, ainda em Goiás se encontrava o destacamento volante de homens do BE, comandado pelo Cel. Paes Lemes.

No combate sustentado pelo 4.º BE na serra de Santos foi ferido o Cabo Nestor Silva, corajoso militar itajubense que, embora atravessado por uma baioneta, conseguiu prender o agressor. Socorrido em tempo, o Cabo Nestor logrou curar-se, tendo sido então, por esse ato de bravura, promovido a 3.º Sargento. O primeiro morto de Itajubá na revolução do Isidoro foi o soldado Noronha, que sucumbiu esmagado num desastre de trem, em Mogi das Cruzes.

A 3 de setembro de 1924 retornaram a Itajubá alguns homens do 4.º BE. A 17 de outubro do mesmo ano uma seção de telefonistas, composta de 70 homens, seguiu para Ponta Grossa, Paraná, onde se incorporou às forças legalistas, ali em francas operações de guerra contra os revolucionários de 5 de julho.

1930 — A 5 de outubro ficou o 4.º Batalhão de Engenharia de prontidão rigorosa. A 14 desse mês um destacamento seu foi para Delfim Moreira, comandado pelo 3.º Sgt. José Lucas dos Santos, para manter comunicação com a Fábrica Presidente Vargas, então dirigida pelo Cel. José Pompeu Monte. Outra patrulha foi para o Lourenço Velho. Uma outra para Piranguinho, ali entrando em fogo com soldados da Polícia Mineira. Houve ainda uma patrulha volante entre Itajubá e Piranguçu.

Em Itajubá se reuniram várias tropas de outras Guarnições. Em poucos dias de hostilidades a cidade transformou-se em movimentada praça de guerra. No prédio do Asilo dos Velhos aquartelou-se o 5.º Batalhão da Força Pública de São Paulo. Nas imediações do referido Asilo acampou-se o 4.º Regimento de Infantaria, de Quitaúna, SP. Na várzea, ora transformada em Distrito Industrial, acamparam-se o 2.º Regimento de Cavalaria Divisionária, de Pirassununga, SP, e uma Brigada Gaúcha, sob o comando do Cel. Monte. Junto ao 4.º Batalhão de Engenharia aquartelou-se o 8.º Regimento de Artilharia Montada, de Pouso Alegre. Em Piranguçu estava o 2.º Batalhão do 5.º Regimento de Infantaria, de Pindamonhangaba, SP. Persistia o trem militar até Delfim Moreira, diariamente, para o serviço de comunicação e correspondência, chefiado pelo Sgt. Eduardo Domingues dos Santos (depois oficial do Batalhão e da Fábrica de Armas, muito conhecido por Capitão Santinho).

As forças assim aquarteladas chegaram a colocar minas e abrir trincheiras em vários lugares, ao redor da cidade. É fácil imaginar como

a gente itajubense, pacata e ordeira, se sentiu sobressaltada com tamanho aparato belicoso, acontecimentos perturbadores estes que vinham sustar as atividades de trabalho em todo o município.

Um teco-teco revolucionário, que, em alusão à sua cor, recebeu a denominação de *Vermelhinho*, sobrevoava ameaçadoramente Itajubá, vindo de São Paulo, procurando intimidar as tropas fiéis ao Governo, atirando-lhe bombas e boletins que continham instigações altissonantes e informações tendenciosas, quase sempre mentirosas ou exageradas. De uma feita o apavorante *Vermelhinho* lançou, apesar de metralhado, algumas granadas sobre a cidade, atingindo uma o quartel do 4.º BE, que não aderira à revolução, destruindo ali uma parte das baias, outra atingiu a Boa Vista, que não chegou a explodir, e uma terceira, que caiu nas proximidades do Rebourgeon.

Os garotos saiam às ruas, invadiam quintais, subiam nos telhados e corriam pelos campos para apanhar esses volantes atirados pelo avião, impressos que vendiam a 2, a 10 e até 20 mil réis aos curiosos ou desejosos de um *souvenir* da revolução...

Muitas famílias, atemorizadas com a perspectiva de bombardeios, se refugiavam nas cidades vizinhas e nas fazendas, chegando algumas pessoas a dormir ao relento, em lugares afastados... Por todos os lados perambulavam os agentes da "guerra fria", divulgadores de boatos e previsões pessimistas. Propalava-se que a cidade seria bombardeada, porque o 4.º Batalhão de Engenharia persistia em não render-se. Temia-se que essa Unidade tivesse sorte igual a do 12.º RI de Belo Horizonte. Os possuidores de veículos, sobretudo de automóveis e caminhões, sobressaltavam-se a toda hora com a possibilidade da requisição de suas viaturas, as quais procuravam eles esconder como podiam.

Washington Luís foi deposto. A 25 de outubro cessaram as hostilidades, e dissolvido ficou o Destacamento Sul de Minas. Intimado pelas tropas revolucionárias, e não encontrando apoio na oficialidade sob seu comando, ardoroso legalista que era, o Ten.-Cel. Raul Correa Bandeira de Mello declarou-se destituído do comando do 4.º BE, passando ao Cap. Wlademir Aranha Meira de Vasconcelos que, em Boletim Interno do Quartel, expôs a situação e analisou a atitude dos oficiais e praças da Unidade, dizendo "terem sido mal informados e, mesmo, enganados pelo Governo que se obstinava em esconder a realidade dos fatos". Foi só aí então que o 4.º BE se identificou com os ideais revolucionários, conseguindo, entretanto, ser "o único Corpo a permanecer incólume de ocupação militar e desarmamento".

Recebeu a Unidade a visita de cordialidade dos "representantes da causa ganha", Tenentes Oswaldo Cordeiro de Faria e Ary Parreiras.

O Ten.-Cel. Bandeira de Mello, pela sua disciplinada fidelidade à Lei e ao Chefe do Governo, era antipatizado pelo povo itajubense, pois

todos desejavam a vitória da revolução. Por isso, o correto oficial recebia denominações satíricas e alusões irônicas, entre outras muitas a de "capacho do cavanhacudo", "espião-mór do General Sezefredo dos Passos", etc.

Patrulhas de diversas unidades militares e policiais cortavam incessantemente a cidade, em caminhões, a cavalo ou a pé, nos dias de beligerância. As carretas e os canhões rodavam pelas ruas, e soldados fanfarrões exigiam tudo, ameaçavam, às vezes, arrombar casas comerciais, dirigiam gracejos pesados às mulheres, tornando-se inconvenientes e indesejaveis no meio da sociedade. A 24 de outubro, porém toda Itajubá exultou, e ninguém mais teve receio ou reservas para misturar-se com os soldados das ruas, com aqueles homens estranhos, ousados, sujos e famintos, para darem todos vivas é revolução triunfante!

Merecem destaque os civis Reinaldo Bianchi e Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, que organizaram pelotões de voluntários, e os comandaram para a defesa de Maria da Fé, por onde se supunha entrar o reforço para o 4.º BE... Também muito cooperaram para isso os componentes da Guarda-Civil.

Em 26 de outubro chegaram a Itajubá, de regresso do túnel de Passa-Quatro, onde os combates foram mais violentos, os soldados da Força Pública Mineira, comandados pelo Cel. Luís Fonseca. Com eles chegavam também s pelotões de civis comandados pelo Dr. João de Azevedo e Reinado Bianchi, os quais foram delirantemente ovacionados pelo povo, que os carregou aos ombros, pelas ruas, entoando todos, entusiasticamente, o *Hino a João Pessoa*. Houve discursos, *lunch* aos soldados milicianos, homenagens à Força Pública e uma concentração em frente à residência do Dr. João de Azevedo, que foi então homenageado pelo povo itajubense, tendo falado ali vários oradores, entre os quais o Dr. José Ernesto Coelho e o Padre Paulo Hartgers. Também o Dr. Humberto Sanches, Delegado Regional de Polícia, foi alvo de significativas manifestações populares pelo muito que fez pela manutenção da ordem na cidade.

Em 28 do mesmo mês retornava a Itajubá, vindo de Belo Horizonte, o Dr. Venceslau Brás, que, no dia seguinte, foi igualmente homenageado pelo povo, repetindo-se aquele mesmo delírio cívico de três dias antes, com o canto do *Hino a João Pessoa*, discursos e vivas. Acabava o ex-Presidente da República de receber telegrama de Getúlio Vargas, com os agradecimentos pelo apoio dado à revolução.

Em 18 de novembro de 1930, ainda sob o entusiasmo da vitória, fundava-se em Itajubá a Legião Revolucionária, numa solenidade realizada na Praça Teodomiro Santiago, onde se ouviu a palavra esclarecedora do Dr. José Ernesto Coelho, terminando a solenidade no salão de festas do Clube Itajubense, sob a presidência do eminente Venceslau Brás.

1932 — Passaram-se dois anos. A 9 de julho de 1932 Itajubá principiava a transformar-se novamente em praça de guerra. Agora era São Paulo que se levantava contra o governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Comandava a 4.ª Região Militar o General de Divisão Jorge Pinheiro, que instalou primeiramente o seu QG em Caxambu, para onde imediatamente partiu a 3.ª Companhia do 4.º Batalhão de Engenharia.

A serra da Mantiqueira, no início da nova revolução, foi guardada pelo 12.º Regimento de Infantaria, de Belo Horizonte, e o 29.º Batalhão de Caçadores, de Natal. Uma Companhia do 12.º RI, porém, aderiu aos revoltosos, enfraquecendo, assim, a resistência legalista daquele setor. Acudiu imediatamente o 4.º Regimento de Cavalaria Divisionária, sediado em Três Corações, comandado pelo então Cel. Eurico Gaspar Dutra, que seria, anos depois, Ministro da Guerra e Presidente da República. E uma parte do 4.º RCD esteve por alguns dias aquartelada em Itajubá, antes de seguir para a Mantiqueira.

Não havia, então, temor na cidade, como em 1930, porque o 4.º BE, também legalista, como aliás sempre o foi, estava coeso com todas as tropas que chegavam, fiéis todas ao Governo. Não havia, pois, em Itajubá, como em 30, divisão entre as tropas aquarteladas na cidade e imediações.

Estiveram aquartelados no 4.º BE o 10.º Regimento de Infantaria, de Juiz de Fora; o 11.º Regimento de Infantaria, de São João del-Rei, e várias tropas policiais do Norte do País. A 2.ª Companhia do 4.º Batalhão de Engenharia, quando se iniciou a insurreição, se encontrava em manobras em Pinheiros, sob o comando do Cel. Raul de Albuquerque.

Em litorina da Leopoldina passou várias vezes por Itajubá o Major Juarez Távora. Muitas foram as tropas que pela cidade passavam a caminho do *front,* inclusive uma companhia de carros de assalto, que se dirigia ao sangrento e temido túnel de Passa-Quatro. Com destino a Mogi-Mirim, por Itajubá também passou, adaptado numa prancha da Estrada de Ferro Leopoldina, um canhão do couraçado *Minas Gerais*.

O QG do General Francisco Jorge Pinheiro, que se achava em Caxambu, veio algumas semanas depois para Itajubá, instalando-se no prédio do Grupo Escolar Teodomiro Santiago, edifício então existente no Morro Chique (sede primitiva dessa Escola).

O 4.º Batalhão de Engenharia entrou em fogo cerrado em Pouso Alegre, com os revoltosos que ali chegaram, bem como com os sediciosos de Jacutinga. Terminados os combates, que duraram uma noite toda, seguiu a 3.ª Companhia para Mogi-Mirim, e a 1.ª e a 2.ª rumaram para Itapira, SP. Entre Mogi-Mirim e Campinas, num desastre de caminhão, morreram 4 homens do 4.º BE, saindo outros gravemente feridos, entre os quais o Sargento Joaquim Alves de Carvalho.

Como Capelão, seguiu com o 4.º Batalhão de Engenharia o dedicado missionário Padre Paulo Hartgers, que bons serviços prestou, não só com a assistência religiosa, como ainda com o seu verbo eloqüente e encorajador. Chegou a organizar um jornalzinho diário para os soldados do *front,* feito a mão, com incentivos cívicos e orientação espiritual, e alguma coisa para recrear a tropa.

Os aviões que sobrevoavam a cidade repetiam as cenas de 1930, atirando sobre a cidade boletins assinados pelos próceres do movimento. Os itajubenses, curiosos, examinavam troféus trazidos pelos soldados, colhidos nas trincheiras tomadas aos revoltosos ou tirados de cadáveres de insurretos. Eram capacetes de aço fabricados pelos paulistas, mochilas de papelão com víveres, carteiras de cigarros com frases de incentivo, etc.

Católico convicto e culto, o General Jorge Pinheiro deixou sua passagem assinalada em Itajubá como vicentino ardoroso, conforme se pode ver na Ata da 448.ª sessão ordinária da Conferência Vicentina de Nossa Senhora dos Remédios.

O 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, sediado em Itajubá, é uma das poucas Unidades do Exército que podem gloriar-se de nunca se terem tornado revolucionárias, de jamais se terem insubordinado. Em todas as horas de sua história, se honrou pela disciplina, mantendo-se bravamente fiel à legalidade, muito embora não lhe tivesse faltado, às vezes, a coação dos que se insurgem contra o poder legitimamente constituído, como ocorreu em 1930.

Página das mais gloriosas para o 4.º BECmb. estava reservada para 1944/1945, com sua brilhante participação na 2.ª Grande Guerra.

O Brasil era insultado pelos sequazes de Hitler, com afundamento de navios desarmados da marinha mercante, covardemente torpedeados por submarinsos tedescos.

Em 5 de maio de 1942, na Praça Teodomiro Santiago, grande massa popular foi ouvir os oradores que ali acentuavam a ofensa dos países do Eixo, notadamente a Alemanha, que reiterava o insulto ao Brasil, com novas afrontas pelo mar.

Em 22 de agosto do mesmo ano, com a declaração de guerra assinada por Getúlio Vargas contra a Alemanha, a Itália e o Japão, aquele quadro cívico da Praça Teodomiro Santiago se repetiu, agora empolgados todos os itajubenses com a certeza de se poder revidar o agravo à altura do brio nacional. Realmente, em 16 de julho de 1944 desembarcavam em Nápoles os primeiros "Pracinhas" do Exército Brasileiro. Outros quatro Escalões se seguiram. E com a Força Expedicionária Brasileira estavam os destemidos combatentes do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, de Itajubá. Foram eles:

Major Romeu Santana; Capitães Francisco Ferreira Passos, José Monteiro Chaves Neto, José Dias e José Ribeiro Sobrinho; Tenentes Irineu Ribeiro Cardoso, José Garcia de Castro e Vicente José Vieira; Sargentos Alfredo de Lemos Vasconcelos, Deusdedith Rocha de Assis, Domício Cardoso de Faria, Geraldo Lino, Guilherme Cardoso, José Luís, Joaquim Vieira Pinto, Léo de Oliveira e Mário de Oliveira; Cabos Alfredo Amorim, Antônio Ferreira Chiaradia, Armando Ramos de Carvalho, Ernani de Albuquerque, João Vitalino, Joaquim José Pereira, José Galdino, José Arlindo da

Silva, José Pereira Cintra, José Rodrigues Sobrinho, Thiago Rebelo e Mário Antunes Pereira; Soldados José Raimundo da Silva, Pedro Cândido Filho, Sebastião Pinto Ribeiro, Antônio Domingos de Carvalho, Antônio Gomes Rennó, Agenor José dos Santos, Alfredo Passos Filho, Avelino Baptista, Benedito Pinto de Almeida, Benedito Capraro Fogo, Elpídio Andrade, Elpídio Domingos Fernandes, Geraldo Ribeiro da Silva, João Pedro da Silva, Joaquim Cintra Pereira, Joaquim Luís Filho, José Amâncio, José Luís Maria, José Gonçalves Peixoto, José Luís da Silva, Manuel Vilas-Boas, Noé Gomes Ferreira, Oziel Gonçalves, Paulo Luís dos Santos, Benedito Cruz Filho, Roberto Anselmo de Oliveira e Vicente Máximo.

Esses heróis de Camaiore, Monte Castello, Monte Prano, Castelnuovo, Montese, Zocca, Collecchio e Fornovo foram condecorados em campo de batalha, agraciados com honrosas medalhas e citações enaltecedoras expedidas pelas autoridades brasileiras do alto comando e do 5.º Exército Americano, ao lado do qual lutaram os Expedicionários itajubenses.

Rubem Braga, no seu livro *Com a FEB na Itália,* menciona soldados de Itajubá nos combates que presenciou, salientando o destemor do Soldado Geraldo Ribeiro da Silva, do 4.º BECmb.

Em Valpromaro, no *front* italiano, o então Coronel José Machado Lopes construiu a ponte *Bailey* de painéis de aço, de 90 pés, à qual deu o nome de Ponte Itajubá.

No dia 28 de abril de 1945 Itajubá vibrou entusiasticamente com a falsa notícia da capitulação incondicional da Alemanha, ocorrência que teria posto fim à Segunda Grande Guerra. As sirenas das fábricas prolongaram festivamente seus toques, os fogos pipocavam, bombas explodiam por todos os cantos da cidade e os sinos dos templos repicavam exultantes. A Matriz abriu suas portas para acolher o grande número de fiéis que desejaram agradecer a Deus o término da conflagração. A cidade, horas depois, se entristecia, contudo, quando soube que a notícia não era verdadeira...

A 7 de maio do mesmo ano, porém, toda Itajubá novamente delirou com mesmo e justo júbilo. Agora era efetivamente confirmada a rendição das forças nazistas, celebrada em Reims. Todos se lembravam dos Expedicionários de Itajubá, aos quais pertencia uma acentuada parte dos louros da vitória. À noite, com o entusiasmo acalorado pela banda de música, realizou-se grande comício na Praça Teodomiro Santiago, quando então salientaram a importância e a significação daquele acontecimento vários oradores, entre os quais o Dr. José Ernesto Coelho, Dr. Luís de Lima Vianna, Dr. Luís Pereira de Toledo, o acadêmico Jorge, um oficial do Exército paraguaio, o Cel Felipe Nery e o Dr. José de Lima Medeiros.

Regressados da Itália, os Expedicionários itajubenses foram recebidos festivamente, tendo a sociedade a eles prestado bela homenagem em 28 de outubro de 1945.

No Dia do Reservista, 16 de dezembro de 1957, a Guarnição Militar de Itajubá e a Municipalidade inauguraram o Monumento do Expedicionário Itajubense, na Praça Adolfo Olinto, obra esta que ora se encontra na Praça Pereira dos Santos. A construção desse monumento partiu da iniciativa de Murilo Teixeira, funcionário da Prefeitura, que muito trabalhou para sua concretização.

Durante a Segunda Grande Guerra, o 4.º Batalhão de Engenharia de Combate prestou ainda relevantes serviços à Pátria, enviando grande parte de seus homens para guarnecer a ilha de Fernando de Noronha, em três Destacamentos, o 1.º, de 06-04-1942 a 01-02-1943; o 2.º, de 01-02-1943 a 03-04-1944; o 3.º, de 13-08-1944 a 16-05-1945. Entre os oficiais que tomaram parte nesses Destacamentos estão os Capitães José Sâmia, Jaime Lemos de Vasconcelos, José Aldano da Silva, Rubens de Carvalho Vasques, Agostinho Antônio da Silva e Pedro Augusto Guedes.

Foram Comandantes efetivos do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate os seguintes Oficiais:

1.º — Cel. Manuel Gonçalves Campello França, de 17-03-1910 a 14-08-1911;

2.º — Cel. José Ferreira Maciel de Miranda, de 22-02-1912 a 04-04-1912;

3.º — Cel. Coriolano de Carvalho da Silva, de 20-08-1912 a 12-08-1914;

4.º — Cel. Osório de Azambuja Cidade, de 19-08-1914 a 30-04-1915;

5.º — Ten.-Cel. Emílio Sarmento, de 02-01-1918 a 26-04-1920 (De 01-05-1915 a 01-01-1918 não houve Comandante efetivo);

6.º — Cel. Alexandre Henriques Vieira Real, de 11-05-1920 a 14-09-1920.

Comandantes do 4.º Batalhão de Engenharia já sediado em Itajubá:

7.º — Cel. Raymundo Arthur de Vasconcelos, de 06-10-1920 a 08-11-1921;

8.º — Cel. João Baptista da Conceição Monte, de 22-11-1921 a 06-05-1922;

9.º — Cel. Theotônio Toscano de Brito, de 03-01-1923 a 20-02-1923;

10 — Cel. Gustavo Lebon Regis, de 01-06-1923 a 07-11-1924;

11 — Cel. Felício Paes Ribeiro, de 16-01-1925 a 26-04-1926;

12 — Ten.-Cel. Manuel Araripe de Faria, de 07-05-1926 a 16-06-1927;

13 — Cel. Oscar Saturnino de Paiva, de 16-07-1927 a 16-04-1929;

14 — Ten.-Cel. Raul Correa Bandeira de Mello, de 19-04-1929 a 26-10-1930;

15 — Ten.-Cel. José Vicente de Araújo e Silva, de 05-02-1931 a 11-08-1932;

16 — Ten.-Cel. Arnoldo da Silveira Hautz, de 07-04-1933 a 21-04-1933;

17 — Ten.-Cel. Pedro Paulo Ferreira de Menezes, de 21-11-1933 a 19-03-1935;

18 — Cel. Eduardo Ulhoa Cavalcanti de Albuquerque, de 18-05-1935 a 11-05-1936;

19 — Cel. Manuel Araripe de Faria (2.ª vez), de 18-06-1936 a 20-10-1937;

20 — Ten.-Cel. Luís Silvestre Gomes Coelho, de 10-01-1938 a 07-02-1939;

21 — Ten.-Cel. João Valdetaro de Amorim, de 01-04-1939 a 15-04-1940;

22 — Ten.-Cel. Octacílio Terra Ururahy, de 04-04-1940 a 09-09-1941;

23 — Ten.-Cel. José Machado Lopes, de 23-02-1942 a 16-06-1943 (Destacou-se sobremaneira este bravo militar nas pelejas da 2.ª Grande Guerra. Foi ele quem, na Itália, durante as lutas, construiu a Ponte Itajubá, já referida. Em 1961, já General, tornar-se-ia notável no cenário político nacional, quando, como Comandante do Terceiro Exército, levantou em armas todas as Unidades sob suas ordens, fazendo respeitar a Constituição Federal, da qual se tornou denodado defensor, garantindo a posse do Vice-Presidente João Goulart na Presidência da República, em substituição a Jânio Quadros, que renunciara);

24 — Ten.-Cel. Olímpio Ferraz de Carvalho, de 16-06-1943 a 17-08-1943;

25 — Ten.-Cel. Herculano Antônio Pereira da Cunha, de 12-10-1943 a 11-11-1944;

26 — Cel. Eduardo Gomes Kuhner, de 14-02-1945 a 21-02-1947;

27 — Cel. Haroldo do Paço Matoso Maia, de 29-05-1947 a 11-05-1949;

28 — Ten.-Cel. Ladislau Netto de Azevedo, de 10-06-1949 a 03-06-1950;

29 — Cel. Zenito Schueler Reis, de 01-08-1950 a 11-09-1951;

30 — Ten.-Cel. Clóvis Rosas Pinto Pessoa, de 11-09-1951 a 25-03-1952;

31 — Ten.-Cel. Affonso Canettiere Filho, de 22-01-1953 a 02-04-1954;

32 — Ten.-Cel. Arilo Osório de Sousa, de 02-04-1954 a 02-04-1956;

33 — Cel. Rubens Noronha de Miranda, de 25-04-1956 a 21-03-1957;

34 — Ten.-Cel. Eduardo Congro, de 21-03-1957 a 02-04-1959;

35 — Ten.-Cel. José Sotero de Menezes, de 11-05-1959 a 26-06-1962;

36 — Ten.-Cel. Joffre Sampaio, de 20-01-1964 a 25-03-1966;

37 — Ten.-Cel. Márcio Vieira Marques, de 26-04-1966 a 19-07-1968;

38 — Ten.-Cel. Dalnio Teixeira Starling, de 10-03-1969 a 18-03-1971;

39 — Ten.-Cel. Edwald Antônio Moura da Trindade, de 19-03-1971 a 17-12-1973;

40 — Ten.-Cel. Paulo Filgueiras Tavares, de 01-04-1974 a 06-07-1976;

41 — Ten.-Cel. Paulo Sérgio Rutowitsch Horta Rodrigues, de 06-07-1976 a 16-01-1979;

42 — Cel. Ney Correa da Silva, de 16-01-1979 a 28-01-1981;

43 — Cel. Cláudio Moreira Bento, de 28-01-1981 a 25-01-1983 (Notável historiador militar, autor de várias obras de pesquisas, e culto Oficial dotado de nobre visão comunitária. Fundou, em Itajubá, a Delegacia da Academia Brasileira de História, a que deu a denominação de Delegacia Pedro Bernardo Guimarães, homenagem ao primeiro historiador de Itajubá, e também fundou, no 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, o Museu Juarez Távora. Pertence a várias instituições culturais, de todo o País);

44 — Ten.-Cel. Antônio Paulo de Almeida, de 25-01-1983 a 25-01-1985;

45 — Cel. João Otero Diniz, desde 25-01-1985.

Entre os mais ilustres oficiais que serviram no 4.º BECmb. está o Marechal Juarez Távora, que, em sua obra *Uma Vida e Muitas Lutas*, no vol. 1.º, págs. 105/108, faz referências à sua permanência em Itajubá, narrando passagens ocorridas com ele quando tenente. Assim nos conta:

"Em começos de maio (de 1921), tendo sido promovido a 1.º Tenente, fui classificado no 4.º Batalhão de Engenharia, em Itajubá, Minas, onde me apresentei, pronto para o serviço, em começos de julho.

"Era, então, Comandante do Batalhão o Coronel Raymundo Arthur de Vasconcelos, ex-deputado federal e soldado de requintada educação. Morava com os tenentes num casarão da cidade, creio que cedido, para isso, pela Prefeitura de Itajubá.

"Vivíamos aí, como numa disciplinada república, presidida pelo Coronel. Eram, então, meus colegas de república os Tenentes Raul Miranda Leal, Bernardino Correa de Matos Neto, Paulo Bittencourt Amarante e Bransildes Cavalcante Barcelos — o primeiro dos quais havia sido meu colega de turma na Escola Militar do Realengo, sendo os outros mais modernos".

O "casarão da cidade" a que se refere Juarez era o sobrado do antigo Ginásio de Itajubá, que existiu no local onde hoje se encontra o Cine-Teatro Apolo. Depois de queixar-se de um certo Capitão B.M., com quem não se deu bem, continua o ilustre Juarez Távora suas memórias:

"Entrosei-me rapidamente com a vida social de Itajubá. Quando para lá segui, levara recomendação de meu tio Belisário Távora, para o ex-Presidente da República Venceslau Brás — figura exponencial da cidade e de Minas. Pude, assim, aproximar-me de sua família, ficando amigo de seus filhos José, João, Mário e Francisco, e de sua filha solteira Isabel (Besita). Por intermédio da família Brás, fiz relações com a família do Major Pereira, amigo e sócio do Dr. Venceslau e diretor do Banco de Itajubá, cujo filho Fortunato foi um dos meus melhores amigos, na cidade, ao lado de João Brás."

Mais adiante prossegue o provecto e famoso militar:

"Recordo, entre as moças com as quais mais nos dávamos: as Sanches — Betina, Miloca, Ana e Laurita; Besita Brás; as Pereira — Adelina (já casada com o Dr. Sebastião Rennó), Lourdes (então apenas um botãozinho, a entreabrir-se em moça, que despertara forte paixão no Tenente Bransildes, vindo a casar-se, mais tarde, com João Brás), Mirtes e Nair, que eram ainda meninas; Zezé Pontes (de cujo casamento, em 1923, com o Tenente Paulo Amarante, fui padrinho); Odete Pinto; as Reale — Ida e Regina (cujo irmão, Miguel Reale, é hoje o Reitor da Universidade de São Paulo); Alzira Masselli (com quem andei tendo namoro cerimonioso). Sentia-me realmente feliz naquela ambiência simples e hospitaleira de Minas".

E continua o Marechal Juarez Távora sua referência a Itajubá e ao Batalhão, sempre queixoso do Capitão, do qual não quis revelar o nome, indicando-o apenas por B.M., ao qual retrucava também "em altas vozes, pouco faltando para que o incidente degenerasse em desforço pessoal, diante da tropa — o que seria grave quebra de disciplina"...

* * *

72 — A AVIAÇÃO

Foi durante a revolução de 1930 que, pela primeira vez, um avião sobrevoou a cidade de Itajubá.

No ano seguinte, Adriano Piazzaroli cedeu a várzea de sua propriedade (ora ocupada com o Distrito Industrial, do morro à Helibrás) para a improvisação de um aeroporto, preparado que foi pelos homens do 4.º Batalhão de Engenharia e da Prefeitura Municipal, com o concurso de trabalhadores cedidos por algumas indústrias do lugar.

Em 17 de maio de 1931 toda a cidade, sob intensa curiosidade popular, esperou a chegada de três aviões (teco-tecos) pilotados por militares, que seriam os primeiros aviadores a descer ao solo itajubense. Incalculável foi o número de pessoas de Itajubá e de cidades vizinhas que compareceram ao campo para assistir ao programado espetáculo. O trecho da estrada de rodagem que marginava o aeroporto ficou inteiramente cheio de populares, de vendedores de frutas, doces, salgadinhos, pipocas e sorvete. Não faltaram os foguetes, a banda de música e os fotógrafos amadores. Todos se impacientavam por divisar, entre os pequenos flocos de nuvens, as máquinas aladas que, em outubro do ano anterior, tanto pânico causaram à população... Contudo, para descontentamento geral, nenhum avião apareceu naquele dia.

A 23 do mesmo mês e ano, porém, novo movimento e nova aglomeração se repetiram no improvisado campo de aviação. Desta feita realmente a curiosidade popular foi satisfeita. Pela primeira vez as rodas de avião tocaram o solo de Itajubá. Às 16,20 horas, sob calorosa ovação, desceram os três aviões procedentes do Rio de Janeiro. Neles vieram o Major Eduardo Gomes, comandante, um dos 18 heróis do Forte de Copacabana, e que tanto se projetaria no cenário político do País; Tenentes Lemos Cunha, Casimiro Montenegro, Clóvis Tavares e Denarco Reis, e o Brigada Medella. O jornal "O Itajubá" do dia seguinte, 24 de maio de 1931, saudava entusiasticamente os pilotos, terminando o artigo de fundo com estas palavras: "Denodados aviadores! Heróis da revolução de outubro! Sede benvindos!".

No dia seguinte despediram-se os aviadores, depois de sobrevoarem a cidade com algumas pessoas do lugar, entre as quais o Dr. Venceslau Brás e Fortunato Pereira.

No dia 19 de abril de 1942 um concorrido mutirão, composto de homens da Fábrica de Armas, do 4.º Batalhão de Engenharia e da Prefeitura Municipal, preparou novamente o campo de pouso de Itajubá, tendo sido o acontecimento noticiado para todo o território nacional pela "Hora do Brasil", de 8 de maio de 1942, transmitida do Rio de Janeiro. Mereceu ainda esse fato as honras de ser comentado pelo dinâmico jornalista Assis Chateaubriand, em "O Jornal" do Rio, de 9 de outubro de 1951, que atribuia o evento à "inúbia" do "santo varão" Venceslau Brás, e lamentava não possuir ainda Itajubá um aeroporto decente e condigno, "para o pouso dos seus velívolos"...

Em 1951 ficou terminada uma pista do aeroporto de Itajubá, agora terraplenado e preparado tecnicamente. Para inaugurá-la, dois aviões da Força Aérea Brasileira, comandados pelo Brigadeiro do Ar Newton Braga, um dos heróis da gloriosa travessia do Jaú, e pelo Capitão Renato Rodrigues, nela aterraram em 1.º de maio do mesmo ano, colaborando ainda para o brilhantismo da solenidade outros aviões, entre os quais o *Barão de Jaguará,* do Aero-Clube de Ouro Fino, pilotado pelo Dr. Letício Luís Licarião; o da Srta. Joana M. Castilho, de Taubaté, então a aviadora mais jovem do Brasil; o do industrial Alcides Lage, de São Lourenço; o do Aero-Clube de Taubaté, pilotado pelo Comandante Astério Braga.

O Aero-Clube de Itajubá foi inaugurado em 27 de agosto de 1941. Sua primeira diretoria ficou assim constituída:

Presidente de Honra: Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes; Presidente: Alcides Faria; Vice-Presidente: Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo; 1.º Secretário: Dr. José de Lima Medeiros; 2.º Secretário: Moacir Pereira; Tesoureiro: Dr. Luís de Lima Vianna; Diretores: Ten.-Cel. Antônio Carlos Bello Lisboa, Dr. José Rodrigues Seabra e Fortunato Pereira.

Sob a gestão municipal do Prefeito Alcides Faria foi construído o hangar. Alguns aviões foram ofertados ao Aero-Clube de Itajubá, como o *Venceslau Brás*, o *Externato São José*, o *Visconde de Uruguai* e o *David Campista*, devendo-se salientar então a "Campanha para a Aviação Nacional", movimento patriótico patrocinado pelos Diários Associados, sob a direção de Assis Chateaubriand.

O Aero-Clube de Itajubá iniciou, logo nos dias da sua inauguração, o curso de pilotagem, dirigido por José Francisco Pereira Filho, diplomado pela Escola de Monitores do Aero-Clube de São Paulo, e vários pilotos itajubenses receberam o *brevet*.

O Governador do Estado, Dr. Benedito Valadares, visitando o campo de aviação de Itajubá em 17 de julho de 1939, declarou ser "o melhor do Estado de Minas Gerais".

A várzea de Adriano Piazzaroli foi adquirida pela Municipalidade, que, em 20 de agosto de 1949, doou-a ao Estado, destinada à construção do aeroporto. Em 14 de dezembro de 1951 os deputados Alcides Lage e Jaime Araújo apresentaram ao Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 1.550, que autorizaria o Poder Executivo a conceder o crédito especial, pelo Ministério da Aeronáutica, de Cr$ 400.000,00, para a construção do aeroporto de Itajubá. Apelou ainda Alcides Lage para um financiamento pelo Plano Salte para essa obra, iniciada que foi em 19 de junho de 1953. O novo hangar foi iniciado em 1.º de julho do mesmo ano. Anunciava-se que comportaria "quinze aviões do tipo turismo, ou um grande, do tipo *Constelation*", e que seria "dotado de dependências para oficina mecânica, escritório, depósito para combustível, almoxarifado, sala de espera, instalações e tudo o mais necessário ao seu funcionamento". A Lei n.º 177, de 17 de julho de 1953, do Prefeito Dr. Vicente Vilela Vianna, concedia a subvenção de 20 mil cruzeiros para a construção do hangar, abrindo-se ainda, para essa obra, uma subscrição popular.

Um dos maiores entusiastas da aviação em Itajubá foi Antônio Pereira Machado. São bem precisas estas referências publicadas no jornal "O Sul de Minas", de 15-03-1953:

"Dentre os categorizados membros da Diretoria do Aero-Clube de Itajubá, destaca-se a figura inconfundível de Antônio Pereira Machado, eterno batalhador pela sustentação do movimento aeronáutico em nossa terra, o qual sempre esteve à testa de tudo, quer como organizador, quer como instrutor ou treinador de pilotos, sendo numerosos os itajubenses que, sob sua tutela, conquistaram os nossos ares".

Várias festas aviatórias vêm-se realizando em Itajubá, constituindo grandes espetáculos para todo o público. Saliento a de 24 de maio de 1953, com a participação da aviadora Ada Rogato, que trazia a imagem de Nossa Senhora de Loreto, padroeira dos aviadores, e mais 15 outros teco-tecos de vários aero-clubes. Digno de registro foi ainda o es-

petáculo proporcionado pela Esquadrilha da Fumaça, com evoluções sobre a cidade, por ocasião das celebrações do centenário de nascimento do ex-Presidente da República Venceslau Brás, em 1968. Houve ainda exibições de pára-quedismo.

Em 8 de janeiro de 1960, pela primeira vez, desceu um helicóptero a Itajubá, pousando no campo de esportes da Fábrica de Armas (IMBEL).

Em outubro de 1947 foi inaugurada a primeira linha aérea que ligava Itajubá a outras cidades. A empresa estreante foi a Organização Mineira de Transportes Aéreos Ltda. (OMTA), que não teve longa duração.

Em 26 de fevereiro de 1948 chegava a Itajubá um bimotor *Lodestar* para 12 passageiros, da Universal Transportes Aéreos, que inaugurava linhas para o Rio de Janeiro, São Paulo, São Lourenço e Taubaté. Não passou de alguns dias o funcionamento dessa empresa em Itajubá.

O campo de aviação de Itajubá, cercado de morros como era, não oferecia as condições de segurança exigidas para as perfeitas aterragens e decolagens. Ficou muitos anos inteiramente desativado, e a Municipalidade decidiu transformá-lo em área industrial, doando lotes para fábricas, decisão que a muitos pareceu desacertada. Nele se encontram edifícios de fábricas ora desativadas (Standard Electric, Flygt do Brasil) e a fábrica de helicópteros da Helibrás. Na reunião de 21 de maio de 1974 da Câmara Municipal, o Vereador José Isidoro "dá uma explicação sobre o campo de aviação, dizendo que de fato houve impasse na transferência daquela área em área industrial. Que houve denúncia ao DCA dizendo que o Prefeito estava invadindo o campo. Este foi ao Rio e fez com que vissem que o campo nada oferecia à cidade e que inclusive tinha sido condenado por eles. Como em 15 anos não cumpriram a finalidade, foi o mesmo revertido ao Estado que o doou à Prefeitura". Assim está textualmente na Ata dessa reunião.

A lamentável realidade para Itajubá é que ora não possuiu a cidade um aeroporto.

* * *

73 — INSTITUIÇÕES ASSISTENCIAIS

Na sessão de 8 de abril de 1864 a Câmara Municipal de Itajubá tomava conhecimento de um Ofício do Governo da Província, de 30 de janeiro daquele ano, "reconsiderando a criação neste lugar de uma casa de caridade". Na sessão de 10 do mesmo mês e ano, os edis itajubenses reexaminaram o problema, e deliberaram apelar para o Pároco. Que o Sr. Vigário tomasse providências, para o que, por certo, teria a coadjuvação dos fiéis...

No passado, eram freqüentes, em Itajubá, as subscrições públicas em favor de pessoas necessitadas, ou espetáculos do Teatro Santa Cecília em benefício de carentes, ou ainda tômbolas para socorro de um enfermo na indigencia, uma viúva inteiramente desamparada ou um menor na orfandade.

Uma grande realização em benefício dos pobres de Itajubá foi a fundação da Sociedade de São Vicente de Paulo, em 19 de julho de 1897, iniciativa do Cônego Antônio Moreira de Sousa Almeida, vigário da Paróquia. Foi assim constituída sua primeira diretoria:

Presidente: Cônego Antônio Moreira de Sousa e Almeida; 1.º Vice-Presidente: Custódio Leite de Araújo; 2.º Vice-Presidente: Capitão João José Rennó; Tesoureiro: Ayres Dalle Afflalo; Secretário: Alberto da Silveira Braga.

O Congresso das Municipalidades, efetivado em Itajubá em 1907 sob a presidência de João Pinheiro, Presidente do Estado, tratou de orientar as câmaras nas organizações e manutenção das casas de caridade e assistência hospitalar gratuita.

Na sessão de 12 de novembro de 1923, os Vereadores Thiago Carneiro Santiago e Eleardo Braga Mostério apresentaram o projeto de Lei que permitiria e regulamentaria a mendicância pelas ruas da cidade, Lei esta sancionada em 13 do mesmo mês pelo Agente Executivo Municipal Jorge de Oliveira Braga. Em 3 de maio de 1931 foi fundada a Liga Beneficente de Itajubá, com o fim de afastar das ruas os mendigos, dando-lhes mais conforto e evitando-lhes a vergonha de implorar de porta em porta a migalha de pão.

Em 25 de dezembro de 1931 foi instalada a Assistência aos Mendigos, em reunião do Conselho Particular Vicentino, presidida pelo Dr. Antônio Salomon, tendo sido então nomeada a seguinte diretoria:

Presidente: Dr. Henrique Menezes; Vice-Presidente: Ten.-Cel. Francisco Teixeira da Silva; Tesoureiro: Humberto Werdine; Secretário: Menotti Venturelli.

A 19 de maio de 1934, por iniciativa do Dr. Antônio Salomon, e com a coadjuvação do Prefeito Dr. José Rodrigues Seabra, foi solenemente instalada em Itajubá uma nova instituição de caridade, a Sociedade Protetora dos Pobres. Foi a seguinte a primeira diretoria:

Presidente: Major João Antônio Pereira; Vice-Presidente: Dr. José Pinto Rennó; Secretário: Mário Carvalho; Tesoureiro: Otávio Fonseca; Conselheiros Fiscais: Dr. José Rodrigues Seabra, Major Severiano Ribeiro Cardoso e Dr. Jorge de Boucherville Filho.

Foi a Sociedade Protetora dos Pobres, tendo à frente o Major João Antônio Pereira, Otávio Fonseca, Laura Ribeiro Pinto, João da Costa Machado e outros, que, em 26 de fevereiro de 1940, segundo deliberação tomada em 9 de julho do ano anterior, fez inaugurar o Asilo Nossa Se-

nhora da Soledade, para abrigo dos velhos desamparados. Foi quando a SPP havia conseguido então das autoridades militares o retorno do prédio do Asilo, que estivera à disposição do 4.º BE. A direção dessa casa de amparo a velhice foi confiada às Irmãs da Providência.

Graças à iniciativa e aos esforços dos continuadores da Sociedade Protetora dos Pobres, entre os quais se destacou Fortunato Pereira (Nato), a humanitária organização conseguiu construir 20 casas para residências de mendigos, além de mais 10 outras adquiridas de Maurício Kaisermann, entregues que foram as viúvas desamparadas.

Em 15 de agosto de 1940 foi inaugurada a Casa de São Vicente de Paulo, construída pelas Conferências Vicentinas, ao lado da matriz de Nossa Senhora da Soledade, no local onde existiu a casa doada filantropicamente a essas Conferências pelo Vicentino Joaquim Gomes de Lima.

Em 29 de janeiro de 1956 foi realizada, no Salão Paroquial, uma reunião de autoridades e pessoas de elevados sentimentos cristãos, sob a presidência do Dr. Walter Cabral, Juiz de Direito da Comarca, a fim de estudarem todos a situação dos pedintes de Itajubá, cujo número aumentava pelas ruas da cidade. Falaram, apresentando sugestões, o Dr. Darwin Leão Teixeira, Delegado de Polícia; Dr. Antônio Braga Filho, Chefe do Centro de Saúde; Padre Agostinho Picard, Vigário da Paróquia; Dr. Vicente Sanches, Dr. Francisco Pereira Rosa, Florival Xavier, Sebastião Inocêncio Pereira, Dr. Carlos Vitor Rennó Ribeiro, Valdomiro Verano e Dr. Carlos Ribeiro Filho.

As Irmãs da Providência, em 1958, decidiram cooperar diretamente com o Conselho Particular Vicentino de Itajubá, no sentido de se efetivar uma assistência tanto quanto possível completa aos socorridos, por elas fichados e investigados. Sob a direção das Irmãs Teresa e Maria Sérvula foram fichados 197 pedintes, sendo 40 da Boa Vista, 39 do bairro São Vicente, 29 dos Canudos, 16 da Capetinga e Vila Isabel, 11 do Asilo dos Velhos, 8 da Estiva, 7 das redondezas do Campo de Aviação, 8 da Vila Poddis, 6 das Anhumas, 4 do Morro Santo Antônio, 2 de Piranguçu, 2 de Piranguinho e 25 de diversos outros lugares.

O Vereador Dr. Vicente Sanches, na reunião de 8 de julho de 1958, apresentou um projeto de lei, que criaria a Taxa de Mendicância, que seria de 10% sobre os impostos arrecadados no município.

Já estava fundada naquela época a Associação das Antigas Alunas da Providência (AAAP), que vem trabalhando incansavelmente para dar aos necessitados gêneros alimentícios, roupas, remédios, objetos de uso pessoal e até brinquedos. Abençoada e grandiosa obra filantrópica e assistencial vem realizando essa notável instituição, nascida e movida pelo Amor evangélico e pelo ardor cristão da fraternidade. Maria da Glória Pinheiro, uma das fundadoras dessa benemérita equipe de moças e senhoras, nos elucida sobre o histórico e as finalidades da AAAP.

"A Associação das Antigas Alunas da Providência nasceu de um ideal de servir o irmão". "O movimento explodiu fora do Colégio e algumas alunas iam de porta em porta arranjando sócios que, com suas contribuições mensais, proporcionavam os recursos financeiros para o trabalho". "Num encontro de formandas dos Colégios de Itajubá, Passa Quatro e Caxambu nasceu, em 1950, uma Associação de Antigas Alunas. Baseado na idéia, foi elaborado um Estatuto que, aprovado e registrado, deu origem à AAAP, que passou a existir oficialmente, a partir de 27 de dezembro de 1957, com sede em Itajubá". Essa data é considerada como a da fundação da AAAP. Tudo de início foi muito difícil, mas os óbices, com a perseverança, o ardor da caridade e a fé das ex-alunas das Irmãs da Providência, foram totalmente superados. Venceram as filhas espirituais do Padre João Martinho Moye. Sua ação se estende até onde falta o pão, o agasalho, o remédio, a assistência, o calor humano, a instrução, o material escolar, a aptidão profissional, procurando eliminar, com os recursos que possuem a carência, o desemprego, a ociosidade, a marginalização, a fome, a nudez, a orfandade, a poluição.

A diretoria fundadora da AAAP foi constituída das seguintes obreiras:

Presidente: Maria Nogueira de Oliveira Marques; Secretária: Maria da Glória Pinheiro; Tesoureira: Nilza Faria Azevedo.

Foram posteriormente presidentes: Jandyra Coelho (1961-1964), Marizinha Rémusat Rennó Salomon (1964-1967), Maria Emília Coelho Azambuja (1967-1972) e Lila Pedroso Correa (Desde 1972).

Construiu a AAAP um Centro Comunitário no bairro Nossa Senhora de Lourdes, inaugurado em 17 de julho de 1979, com o auxílio financeiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em terreno de 200 metros quadrados doado por Antônio Poddis. Outro Centro Comunitário, o de Santa Luzia, foi construído em terreno doado pelo Dr. Rosemburgo Romano, com auxílio financeiro do Projeto de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM) e da Prefeitura Municipal. Foi este inaugurado em 15 de maio de 1983. Possui ainda a AAAP um posto no bairro do Cruzeiro, onde executa um trabalho integrado com o Conselho Particular Vicentino e a Prefeitura Municipal, com equipamento doado pelo CEBEMO-Holanda.

A AAAP foi registrada sob n.º 0725, de 12 de junho de 1973, na Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social. Em 24 de agosto de 1977 o Governo Estadual sancionou a Lei n.º 7.061, de autoria do Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, que considerava de utilidade pública tão nobre instituição.

A sede própria da Entidade foi inaugurada em 4 de outubro de 1979 com a presença do então Vice-Presidente da República Dr. Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, do Governador de Minas Gerais, Dr. Francelino Pereira, do Prefeito Dr. Pedro Mendes dos Santos e de muitas outras

autoridades. O terreno para essa obra, de 5.020 metros quadrados, foi doado a AAAP pelo Governador de Minas Gerais, Dr. Aureliano Chaves de Mendonça, em Decreto n.º 7.223, de 5 de maio de 1978.

Os pedintes que perambulavam pela cidade, ou que batem de porta em porta, sempre muito preocuparam as autoridades municipais desde o século passado. Livros da velha Câmara fazem menção de uma Sociedade Filantrópica Itajubense, e já neste século louváveis tentativas, além das mencionadas neste capítulo, foram tomadas para a formação de uma instituição capaz de tirar das ruas, e sanar suas necessidades, todos os pobres de Itajubá.

Assinala-se ainda a grande reunião de 22 de fevereiro de 1959, presidida pelo Dr. Walter Cabral, Juiz de Direito, com o fim de se encontrar uma solução para a mendicância em Itajubá, criando-se, então, a COMASP (Comissão Municipal de Assistência aos Pobres). A comissão nomeada nessa reunião, para fichar os pedintes e organizar os serviços de angariação de donativos e distribuição aos pobres, ficou assim composta: Dr. Walter Cabral, Dr. Vicente Vilela Vianna (Prefeito Municipal), Cirilo Rodrigues de Sousa (Presidente da Câmara Municipal), José Hermeto de Pádua Costa (Delegado de Polícia), Florival Xavier (Juiz de Paz), Henrique Menezes (Presidente do Conselho Particular Vicentino) e João Aldano da Silva (Diretor do jornal "O Sul de Minas").

Nem se poderia esquecer a obra grandiosa da Legião Brasileira de Assistência (LBA). E é sentida na cidade uma assistência que vá além da dádiva da esmola material, do alimento, do agasalho e do remédio. Observa-se também a necessidade de órgãos assistências mais amplos, de organizações que atuem em todas as carências da sociedade, sobretudo a menos favorecida pela educação e formação moral. Na reunião de 27 de agosto de 1979, da Câmara Municipal, o Vereador João Mauro de Moraes apresentou o Projeto de Lei n.º 1.556, que criava o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (COMDEMA). Cumpre que se proteja o meio ambiente não só sob o ponto de vista ecológico como também social. Em 16 de fevereiro de 1977 já havia a Câmara deliberado sobre a utilidade pública do Consórcio de Entidades de Assistência e Promoção Social (CEAPS). Em 21 de junho de 1979 o Governador do Estado sancionava a Lei n.º 7.500, de autoria do Deputado Dr. Euclides Cintra, que declara de utilidade pública o CEAPS, com sede em Itajubá.

O amparo à infância, ao menor desprotegido, eis aí outro problema sério e que vem sendo alvo dos cuidados de pessoas operosas e bem intencionadas de Itajubá.

O primeiro problema da Municipalidade itajubense, com respeito ao amparo à infância desvalida, foi o dos expostos.

No meado do século passado existiu, ao lado da Matriz, um telheiro ou abrigo que, durante algum tempo, servia de campanário, pois a igre-

ja ainda não tinha torre. Conta-se que era ali que se deixavam as crianças enjeitadas, das quais o vigário devia cuidar até que se descobrissem famílias caridosas que as adotassem. O problema era do pároco...

Na sessão de 13 de janeiro de 1859 deliberou a Câmara Municipal endereçar ao Governo Provincial a solicitação de uma verba suficiente para a "criação de expostos". Pois já neste século, por ocasião do Congresso das Municipalidades, celebrado em Itajubá com a presença de João Pinheiro, Presidente do Estado, em 27 de abril de 1907, ainda se cuidou do amparo aos expostos.

O Decreto-Lei n.º 123, de 7 de novembro de 1947, do Prefeito Jayme Wood, autorizava a Municipalidade a despender a importância de 10.000 cruzeiros com a assistência aos menores desamparados.

Entre 10 e 17 de outubro de 1948 celebrou-se em Itajubá a Semana da Criança, durante a qual o sério problema do menor desamparado chegou a ser tocado por competentes conferencistas. Pronunciaram proveitosas palestras pela ZYI-5, Rádio Itajubá, de 11 a 17, respectivamente, o Dr. Gaspar Lisboa, Prof.ª Nenzinha Melo, Dr. Luís Pereira de Toledo, Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima, Dr. Evaristo Cabral Rennó, Profª Nair Prado e Dr. Francisco Pereira Rosa. Este último na sessão de encerramento, realizada no Cine Apolo.

Em 19 de outubro do mesmo ano foi fundada a Associação Itajubense de Proteção aos Menores Desamparados. Sua primeira diretoria ficou assim formada:

Presidente de Honra: Venceslau Brás Pereira Gomes; Presidente: Dr. Francisco Pereira Rosa; Vice-Presidente: Fortunato Pereira; Tesoureiro: Hugo Jannotti; Secretário: Augusto de Almeida Filho; Comissão Fiscal: Dr. Antônio de Sales Dias, Jayme Wood e Iro Machado; Comissão de Sindicância: Dr. Gaspar Lisboa, Dr. Antônio Braga Filho e Sebastião Inocêncio Pereira.

O Instituto Dom Bosco, depois transformado em Escola de Horticultura (hoje Colégio Estadual Venceslau Brás), foi um dos educandários modelares do velho Itajubá, para recuperação de meninos pobres, que ali recebiam sadia educação e habilitação profissional, tornando-se úteis à sociedade e à família. Em capítulo anterior deixei mencionada essa escola.

Educandário que copiosíssimos benefícios vinha trazendo à orfandade pobre, em Itajubá, foi o Asilo Santa Isabel, dirigido pelas Irmãs da Providência. Eram ali recolhidas meninas desvalidas, algumas desde tenra idade, e só deixavam o Estabelecimento quando encontravam a custódia de senhora de reconhecida probidade e recursos materiais suficientes para ampará-las convenientemente. Foi fundado por D. Maria Carneiro Pereira Gomes, esposa de Venceslau Brás. Sua instalação se deu em 20 de junho de 1921. Para a construção do prédio, contou a ilustre fundadora com a ajuda financeira de industriais da cidade e das capitais, entre estes o Conde

Francisco Matarazzo, Geraldo Rocha, Jorge Streff, Jorge Lage, Antônio Lage, Cândido Gaffré, G. Martinelli, Visconde de Moraes, Solto Mayor, A. Rocha Miranda, Antônio dos Santos, Cel. Pereira Carneiro, Cel. Modesto Leal e Afonso Vizeu.

Se as meninas desvalidas tinham, assim, o Asilo Santa Isabel para as recolher, sentiu-se na cidade a falta de educandário semelhante para os meninos. Nasceu então a idéia da criação de um orfanato, à frente do qual se pos o Dr. Francisco Pereira Rosa. Enquanto se cuidava de tão necessário empreendimento, falecia no Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1948, com a idade de 14 anos, o menino Venceslau Brás Neto, filho do Dr. João Brás Pereira Gomes e de D. Maria de Lourdes Pereira Brás. Em sua homenagem, foi dado ao novo asilo o nome de Granja-Escola Venceslau Neto, a qual vem contando com a generosidade de várias firmas e pessoas caridosas da cidade, que a sustentam. A Companhia Industrial Sul-Mineira doou, conforme deliberação tomada em 19 de março de 1949, a chácara de 143.410 metros quadrados, na Vila Poddis, para a construção da Granja Venceslau Neto, cuja pedra fundamental foi solenemente lançada em 2 de maio de 1949, com a presença do eminente Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes, do Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, que lançou a bênção litúrgica, e de várias outras autoridades e pessoas gradas. A inauguração da sede se deu em 30 de abril de 1951. O primeiro diretor desse educandário foi o Padre Afonso van de Graaf, que foi substituído pelo notável poliglota e sacerdote de respeitada cultura Padre Donato van Hest, ambos missionários do Sagrado Coração. Assim, muitos meninos desvalidos que, pelas ruas e na mendicância, poderiam tornar-se homens viciados e nocivos à sociedade, recebem ali a educação completa e cristã, bem como a formação profissional. Em assembléia geral, realizada em 27 de janeiro de 1953, a Associação Itajubense de Proteção aos Menores Desamparados deliberou doar os bens patrimoniais da Granja ao Instituto Missionário do Coração de Jesus. Por ato do Governo Estadual, publicado no "Minas Gerais" de 29-01-1955, foram criadas as Escolas Reunidas Venceslau Neto, tendo sido nomeada diretora a normalista Maria Nazaré Paiva. O "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, de 16-07-1955, estampou esta asserção, referindo-se à Granja-Escola Venceslau Neto: "Itajubá deu o exemplo, resolvendo o problema da infância desamparada". O *Rotary Club* tem ajudado a Granja, como os donativos entregues em 10 de janeiro de 1961 ao Padre Donato van Hest para a construção do refeitório desse educandário.

Outra instituição notável e louvável existente em Itajubá é a Associação de Nossa Senhora da Soledade, fundada e dirigida pela abnegada D. Maria de Lourdes Pinto, que relevantes e altruísticos serviços vem prestando à assistência caritativa em Itajubá. A Associação por ela idealizada teve início em 14 de julho de 1979. Mantém, em sua sede, na Avenida Cel. Carneiro Júnior, cerca de 50 crianças pobres. Essa instituição mantém ainda mais duas Casas: o Lar de Nazareth, para acolhimento de mulheres grávidas e desamparadas, e a Casa de Magdala, destinada a recolhimento de meretrizes afastadas da prostituição e desamparadas, que ali encontram abrigo até conseguirem uma profissão honesta.

Empreendimento em benefício da criança itajubense é o Posto de Puericultura, que mereceu os aplausos entusiásticos de Assis Chateaubriand, pela imprensa, em outubro de 1951. Salientem-se, nesta realização, as iniciativas do Dr. Antônio Braga Filho. Em 7 de setembro de 1947 foi lançada a pedra fundamental de seu edifício, em terreno doado pela Municipalidade, em 8 de abril de 1948. Em 22 de outubro do mesmo ano, festivamente, com as presenças de Venceslau Brás e Milton Campos, então Governador do Estado; de Assis Chateaubriand, Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco e do Dr. Hermes Bartolomeu, que representava o Presidente da Legião Brasileira de Assistência, foi o Posto inaugurado.

Em 24 de março de 1930, em prédio da Praça Venceslau Brás, foi inaugurado o Dispensário Escolar, entregue à direção dos médicos Drs. Gaspar Lisboa e José Sanches. Os serviços dentários foram confiados aos Drs. Ivo Martins de Menezes e José Francisco Pereira. As duas primeiras enfermeiras foram as Srtas. Amelinha Braga e Maria José Pereira.

Em 12 de abril de 1935, por iniciativa do Dr. Armando Ribeiro dos Santos, fundou-se a Sociedade Protetora da Maternidade e Infância de Itajubá. A cerimônia inaugural realizou-se na sede da Associação Comercial. A primeira diretoria ficou assim constituída:

Presidente: Amélia Vianna; Secretária: Jandyra Coelho; Tesoureira: Reny Werdine.

Em 14 de agosto de 1936 foi instalado o Lactário dessa Sociedade.

Presentemente se instalaram algumas creches na cidade.

* * *

74 — A SAÚDE PÚBLICA, HOSPITAIS E POSTOS DE ATENDIMENTO

Por volta de 1860 apareceram em Itajubá alguns casos de demência, cujo número alarmou a população, atribuindo-se então a causa às mordidas de "cães danados". Na sessão de 11 de maio de 1861, da Câmara, o Vereador Luís Achilles Salomon propunha a matança de todos os cães capturados pelas ruas. Vinte anos mais tarde, era a "Gazeta Comercial", jornal itajubense, que, em 11 de setembro de 1881, estampava uma reclamação contra os cães vadios, que terminava com esta exortação: "Bola nos bichos!". Acentuava, então, a Câmara a gravidade "das mordidas desses perigosos animais", lembrando não haver na cidade, nem nas imediações, "casas para esses tratamentos".

Algumas epidemias marcaram época no século passado, em Itajubá. Elas tiveram vários nomes, que eram, no dizer de Machado de Assis, os "pseudônimos com que a morte despovoa a cidade" (Crônicas, 3.º vol.,

pág. 253). Naquele tempo, as autoridades municipais ficavam desorientadas quanto à medicação a adotar em tais casos, e quando às medidas profiláticas mais aconselháveis, pois, eram raros os clínicos no País que procuravam seriamente tomar conhecimento das causas dos calamitosos *andaços*.

Em 1854 o Governo Provincial desejou notícias do "estado sanitário de Itajubá (Ata de 2 de janeiro de 1854). Na reunião de 11 de outubro do mesmo ano, da Câmara Municipal, o Vereador Cândido Rebelo de Araújo Palhares lembrava a necessidade de se tomarem urgentes medidas profiláticas contra a cólera-morbo grassante no País. Na sessão seguinte lia-se um Ofício da Campanha, acompanhado de um Edital, que alertava a cidade de Itajubá sobre a terrível epidemia. A Ata de 26 de novembro de 1855 também trata dessa "peste", registrando, entre outros assuntos, o Ofício do Presidente da Província que nomeava o Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães para prestar assistência ao Município de Itajubá, se "por ventura" fosse alguém atacado de cólera no lugar. Mas, como este clínico, e um tal Dr. Balduino, também nomeado pelo Governo, residiam muito longe, a Edilidade itajubense fez sentir ao Presidente da Província a inutilidade dessas nomeações, já que tais esculápios estavam a 18 léguas!...

A primeira medida preventiva adotada foi exigir de todos os forasteiros chegados da Corte, ou de lugares do Vale do Paraíba, que, ao passarem pelo "Registro da Mantiqueira", se submetessem "a banho e desinfecção das roupas".

Na reunião de 26 de novembro de 1855, a Comissão de Higiene da Câmara Municipal pedia que se solicitasse do Governo Provincial um "auxílio pecuniário a fim de esgotar um brejo contíguo a esta vila e para se assear as ruas, o que foi aprovado". "Deliberou-se mais que o Sr. Presidente mandasse vir do Rio de Janeiro os remédios que há falta deles neste lugar para quando apareça a epidemia, a custa desta Corporação". O livro de *Registro de Propostas e Pareceres de Comissões da Câmara* (13-10-1855) e a Ata de 26-11-1855, da Câmara, registram várias medidas e determinações com respeito ao possível aparecimento de cólera-morbo, inclusive que a sepultura do "morto pelo mal" deveria ter dez palmos de profundidade.

Felizmente, a cólera não apareceu em Itajubá em 1855, e a Edilidade vendeu os medicamentos que havia adquirido preventivamente (Ata de 29-10-1856).

Se em 1855 a temida cólera-morbo não atingiu a população itajubense, no ano seguinte, contudo, graves sintomas epidêmicos muito inquietaram toda gente do município, pois o mal grassante chegou mesmo a fazer muitas vítimas. A Câmara Municipal historiou o acontecimento, explicando que "depois que começaram as águas desenvolveu-se uma colite aguda, vulgarmente desintérica, caráter epidêmico, que tem acometido grande número de pessoas, e alguns têm sido vítimas, apesar do tratamento racional. Atribui a Comissão a causa do aparecimento desta epidemia ao calor e à umidade que tem havido, desenvolvida pela muita chuva e pela emanação da mesma, que exala um grande brejo, que existe contíguo a esta povoação pelo lado

de noroeste. Tem sido tão aterradora esta epidemia, que muitas pessoas julgam ser uma verdadeira colerina; mas como nem um só caso de cólera confirmado tem graças às providências, até agora aparecido, entende a Comissão não ser outra mais do que acima foi diagnosticado". (Ata da reunião de 13 de janeiro de 1856).

Dez anos depois, em 1866, nova calamidade epidêmica ameaçou Itajubá. Agora era a varíola. Na sessão de 1.º de fevereiro daquele ano deliberou a Câmara mandar vir da Corte "lâminas de pus vacínico para ser empregado pela população, visto o estrago que estão fazendo as bexigas nos municípios vizinhos".

"O Itajubá" de 28-09-1873, na notícia sobre a varíola (ou bexiga, como também se dizia) que então começava a grassar, trazia esta nota histórica:

"Quando em 1867 esta cidade foi afetada de epidemia reinante, a Câmara de então criou fora dos muros da cidade um lazareto, onde eram ministrados aos afetados todos os medicamentos, e mais comodidades indispensáveis". Um apontamento no livro e rótulo *1832 — L.º D. N. 1.º*, do arquivo da Prefeitura, confirma esse surto epidêmico, registrando que naquele ano de 1867 improvisou-se um cemitério "no pasto da saída para a Cachoeira", onde foram inumados centenas de "bexiguentos". Há ainda referência ao "cemitério dos bexiguentos, no Pau d'Alho", que não sei se é o mesmo.

Em 1874 e 1875 a varíola voltou a vitimar uma parte da população itajubense. Christiano Brasil, em artigo publicado em "O Itajubá" de 08-12-1883, assim comentou:

"Há 8 anos que esta cidade foi atacada de epidemia da varíola e está bem recente ainda em nosso pensamento a crise aflitiva e financeira por que se passou nessa época, pois, com aquele mal, sofreu horrivelmente a agricultura e por conseqüência o comércio que tem como fonte principal aquela. O mal podia ter sido menor se a Câmara Municipal de então envidasse todos os esforços, se guiasse por preceitos higiênicos estabelecendo a vacina, que incontestavelmente é um preventivo contra aquela moléstia e criando fora da cidade, bem distante, um lazareto onde fossem recolhidas as pessoas acometidas das bexigas".

Essa peste desde 1874 vinha ceifando muitas vidas em Itajubá. No Projeto n.º 14, de 1.º de julho de 1902, apresentado à Câmara Municipal, o Vereador José Manso Pereira Cabral propunha utilizar o terreno do antigo cemitério para prolongamento da Rua Cel. Rennó, e pedia a palavra o Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa "sobre a possibilidade de abrir aquele campo-santo sem perigo para a saúde pública, atento aí acharem-se os restos das vítimas da varíola de 1874, nesta cidade".

O Dr. Américo de Oliveira e os farmacêuticos Frederico Schumann e o Coronel Evaristo Campista, desde 1873, punham-se à disposição do povo para vacinar contra a bexiga ("O Itajubá" de 23-11-1873). Antes ainda, em 1872, "O Itajubá" de 21 de julho trazia esta notificação:

"VACINA — O Sr. Frederico Fernandes Schumann, vacinador paroquial nesta cidade, aplicará todas as quartas-feiras e sábados em sua casa o pus vacínico a todas as pessoas que o procurarem para tal fim".

Também em 1883 apareceram muitos casos de varíola na cidade, segundo registra "O Itajubá", do Dr. Aureliano Magalhães.

Em 1.º de fevereiro de 1885 foi realizada uma procissão solene pelas ruas de Itajubá, promovida pedo Padre Martiniano de Oliveira Pinto Dias, como expressão pública de uma súplica a Deus, a fim de que, por mercê divina, tivessem fim as "febres de mau caráter" que assolavam Itajubá, contra as quais eram ineficazes os medicamentos adotados. "O Itajubá" de 24 e de 31 de janeiro daquele ano comentou o acontecimento.

Surgiu em 1918 a *gripe espanhola*, a calamitosa *influenza* que invadiu todos os lares itajubenses. Saliente-se então o evangélico altruísmo da Sociedade de São Vicente de Paulo, dos médicos Drs. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, João Sebastião Ribeiro de Azevedo e Manuel Cintra Barbosa Lima, e dos farmacêuticos José Manso Pereira Cabral, Jorge de Oliveira Braga e Eurico Vianna, aos quais muito se deve da minoração de sofrimento, de salvamento de vidas e dos auxílios outros prestados à população pobre de todo o município.

Até quase o final do século passado não havia nenhuma casa hospitalar em Itajubá. A própria Câmara chegou a reclamar essa falta. Em 1849 a vizinha cidade de Pouso Alegre convidou Itajubá para associar-se ao nosocômio ali fundado. A Ata de 17 de outubro daquele ano assim documenta:

"Um Ofício da Câmara Municipal da cidade de Pouso Alegre participando a esta Câmara haver-se criado na dita cidade um hospital de caridade e convidando esta Câmara a fazer parte da Irmandade fundadora do mesmo. Deliberou-se congratular-se com a dita Câmara pela criação de tão pio estabelecimento e agradecendo a honra que fez convidando esta Câmara para fazer parte da Irmandade".

Há informações de já ter existido em Itajubá, mais ou menos entre 1860 e 1870, uma casa de caridade, composta de duas seções: — uma cantinazinha para distribuição de gêneros alimentícios aos necessitados, e uma enfermaria para indigentes, cuidada por escravas, sob a orientação de uma diretoria composta de pessoas piedosas do lugar. Não encontrei, contudo, nenhum documento comprovante de tão louvável empreendimento, nem tenho maiores dados sobre ele.

A primeira intervenção cirúrgica de que se tem notícia na história de Itajubá é a que assim vem noticiada em "O Itajubá" de 28-10-1882:

"Pelo ilustrado médico Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães, foi, no dia 16 do corrente, nesta cidade, praticada na pessoa de João Vicente de Sousa, a operação da extirpação de um lipoma nas costas. O volumoso tumor pesou 550 gramas. O estado do operado é satisfatório. Nossos parabéns ao digno operador".

No século passado foram Delegados de Higiene o Dr. Américo da Silva e Oliveira e o Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, este nomeado em Ofício de 16-09-1892 do Dr. Francisco P. Barbosa, determinado pelo Secretário de Estado de Negócios do Interior, segundo "A Verdade" de 24-09-1892. No mesmo jornal, na edição de 17-12-1892, assim se registrava:

"Por ato de 29 do passado, do diretor do Instituto Vacínico deste Estado, Dr. Francisco de Paula Ferreira Veloso", foi o Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa nomeado Delegado Vacinador deste município.

Em 2 de maio de 1887, por iniciativa de Arlindo Vieira Goulart (Sr. Rolindo, na intimidade), foi fundada a Sociedade Beneficente Itajubense. A reunião inaugural foi realizada na residência do próprio fundador. Compareceram 32 sócios, entre os quais o Dr. Luís Rennó, o Dr. Antônio Salomon, os Srs. Augusto Salomon, Luís Vieira Pinto e outros abnegados itajubenses, além do piedoso Sr. Rolindo. Foi a seguinte a primeira diretoria então eleita:

Presidente: Cel. Antônio Cândido Rennó; Vice-Presidente: Henrique de Sousa; Secretário: Sebastião Cabral; Tesoureiro: Arlindo Vieira Goulart; Zelador: João Emílio Salomon; Procurador: Manuel Baptista de Carvalho; Orador: Cândido Prado; Conselheiros: José Manso Pereira Cabral, Olímpio de Magalhães, João Baptista de Miranda e Ismael Pinto de Noronha.

A Sociedade Beneficente Itajubense funcionou num prédio existente na esquina das atuais Ruas Cel. Rennó e Comendador Schumann, na Praça D. Amélia Braga. Instalaram-se então ali, custeadas pela caridade pública, as primeiras enfermarias, destinadas todas a doentes pobres, e um modesto serviço de ambulatório. Funcionou também uma sua dependência num prédio então existente no final da Rua das Flores (atual Avenida Cesário Alvim), na subida para a atual Santa Casa. O orago eleito foi São José, logo entronizado num singelo nicho. Posteriormente, a imagem maior, vinda do Rio de Janeiro, foi doada por D. Ana Maria de Jesus Lima, esposa de Fructuoso Ramos de Lima ("Gazeta de Itajubá" de 01-11-1903 e 17-04-1904), e foi o Dr. José Manuel Pereira Cabral quem sugeriu esse patrono para o estabelecimento, segundo a "Gazeta de Itajubá", de 08-05-1904. Já era ele falecido quando foi benta a nova imagem.

Em 10 de outubro de 1900, comprovados os imensos benefícios da Sociedade, foi esta remodelada e ampliada, recebendo a designação de Santa Casa de Misericórdia. Ficava, assim, extinta a Sociedade Beneficente Itajubense. A primeira diretoria da Santa Casa ficou constituída dos seguintes benfeitores:

Provedor: Cel. João Carneiro Santiago Júnior; Tesoureiro: Cap. João José Rennó; Procurador: Manuel Baptista de Carvalho; Fiscal: Arlindo Vieira Goulart; Secretário: Olímpio de Magalhães.

Com o dinheiro legado em testamento à filantrópica instituição hospitalar pelo Dr. Domiciano da Costa Moreira, e com o auxílio de uma verba conseguida por subscrição popular, foi adquirido pela Santa Casa o prédio da esquina das Ruas Marquês do Herval (atual Dr. Pereira Cabral) e

Comendador Schumann, na mesma Praça D. Amélia Braga, primitivamente chamada Largo Municipal e que, posteriormente, em alusão à Santa Casa de Misericórdia, ficou denominada por Praça da Misericórdia. Esse prédio, segundo a "Gazeta de Itajubá" de 20 de setembro de 1903, foi comprado do Dr. Aureliano Moreira Magalhães por 10 contos de réis, com escritura passada em 16 de dezembro de 1901.

A propósito de Sociedade Beneficente Itajubense que se transformou em Santa Casa, passo a transcrever alguns trechos de um longo comentário publicado no jornal "Cidade de Itajubá", de 22-12-1901:

"CASA DE CARIDADE — Uma nova fase, feliz e de amparo à pobreza sofredora, acaba de ser aberta entre nós". "Mãos fortes de caridade, corações aninhados de puros sentimentos, almas generosas, eis o baluarte erguido à custa dos mais santos sacrifícios à crueldade do destino, à avareza da sorte!"

"A consciência em Itajubá se abalou pelos deveres de humanidade; o pranto ecoou dolorido, copioso, em todos os corações; a fé cristã exultou do cimento sagrado do Evangelho, que liga o homem a Deus pela prática ampla, incondicional da caridade, e um raio de divinal luz iluminou a miséria, o martírio em vida de tantos humanos, no meio da negridão, do orgulho, do egoísmo, da opulência! Aura santa que se ergueu num arrebol de piedade!"

"Itajubá já possui uma Casa de Misericórdia. De longa data, de um passado remoto, todos os habitantes desta terra cogitavam de uma tão útil instituição. Os projetos se levantavam de todos os lados, os planos se delineavam, porém a obra perecia na delonga de seus promotores. Quantos donativos, quantas verbas testamentárias por aí atestam esta verdade, que também diz eloqüente dos sentimentos piedosos de nossos conterrâneos!"

"Mas, entre centenas de homens, de cidadãos ilustres, que se empenhavam por essa meritória obra, surgiu, animado pela convicção, firme pela energia da crença, inabalável ao quotidiano socorro à indigência, o benfeitor Arlindo Vieira Goulart, pobre e modesto de nascimento, e em torno de amigos pessoais, vencendo obstáculos terríveis, fundou a Sociedade Beneficente Itajubense, um dos centros mais dedicados à caridade, que foi nesta terra."

"Decidido, firmemente convicto de que a querida pátria natal abriria de futuro um asilo ao pobre sofredor, Arlindo Goulart, já auxiliado com os companheiros de fundação de tão bela Sociedade, de dia para dia se esmerou pelo seu progresso e incansável, persistente, levou a associação às mais severas economias, que se acumulavam por mensalidades de mil réis a cada sócio".

"A Beneficente era a alma, o coração de Arlindo Goulart. Idólatra, apaixonado pelas grandes idéias pregoeiras do amor ao próximo, o benemérito da Sociedade de Beneficência jamais recuou ante as dificuldades que soem aparecer, chamando a si a odiosidade dos indiferentes a

ela e redobrando de seus afetos àqueles que a abraçavam. Tanto lutou, tantos esforços dedicou à consecução de seu ideal nobre e sublime, que venceu glorioso para si e seus companheiros, enobrecido pelas bênçãos, pelos elogios dos afortunados.

"A Beneficente, de mil réis em mil réis, conseguiu um fundo de reserva superior a nove contos e, convertendo-se em associação de Santa Casa de Misericórdia, acaba de adquirir um prédio superior, onde em breve prazo se instalará. A nossa população rejubilou-se por esse faustoso acontecimento, de todos os antros de miséria mãos esmoleres se ergueram à piedade divina".

Os primeiros companheiros de fundação da Sociedade Beneficente Itajubense, que atenderam à convocação filantrópica do pioneiro, foram os seguintes, conforme relação estampada no citado jornal:

José Manso Pereira Cabral, Sebastião Cabral, João Emílio Salomon, Antônio Salomon, Job Pereira de Oliveira, Filinto Nogueira, Cândido Prado, Dr. Luís Rennó, Antônio Cândido Rennó, Henrique de Faria, Luís Vieira Pinto, João Baptista de Miranda, João Strutz, Higino Miranda, José Benedito de Moraes, Olímpio Augusto de Magalhães, Henrique de Sousa, Ismael Pinto de Noronha, Manuel Baptista de Carvalho, José Alves da Rocha Pereira, Inácio Teodoro de Araújo, Luís Teixeira, Miguel Ramos de Lima, Rosendo de Oliveira, Diogo José Lobato Uchoa Júnior, Manuel Carneiro de Faria, Francisco Leite de Queiroz, José Francisco dos Santos Bretanha e Lourenço Nogueira.

Ainda no mesmo jornal, e na mesma edição, vinha esta publicação:

"CONVOCAÇÃO — Aos senhores membros da Mesa da Santa Casa de Misericórdia, de ordem do senhor Provedor, convoco para uma reunião no dia 25 do corrente, às 5 horas da tarde, em sala da Câmara Municipal desta cidade, a fim de serem tomadas as contas da diretoria da extinta Sociedade Beneficente Itajubense. — Itajubá, 16 de dezembro de 1901. — O Secretário: Olímpio Augusto de Magalhães".

E no número de 29 de dezembro de 1901 trazia ainda a "Cidade de Itajubá" esta outra notícia:

"SANTA CASA DE MISERICÓRDIA — A 25 do corrente, em a sala da Câmara Municipal, reuniu-se a Mesa desta pia associação, sob a presidência do seu respeitável Provedor, Sr. Ten.-Cel. João Carneiro Santiago Júnior, a fim de receber todo o arquivo da extinta Sociedade Beneficente Itajubense, e entre outras medidas de que se ocupou, nomeou uma comissão composta dos Srs. Arlindo Vieira Goulart, Narciso José Brasil, Manuel Baptista de Carvalho e Sebastião Cabral, para angariar associados de ambos os sexos para essa instituição".

A Santa Casa de Misericórdia foi registrada em 26 de fevereiro de 1902, segundo determinava a Lei Federal n.º 173, de 10 de setembro de 1893.

Em 23 de agosto de 1903 foi eleita a nova diretoria, a qual relevantes serviços prestou à Santa Casa, promovendo melhoramentos e ampliando as possibilidades de atendimento. Ficou assim constituída:

Provedor: José Manuel Pereira; Tesoureiro: Arlindo Vieira Goulart; Secretário: Sebastião Cabral; Conselheiros: José Francisco de Faria Júnior e Luís Ramos de Lima; encarregado de receber as mensalidades dos "irmãos" residentes em Piranguçu: Francisco Antônio Tito Grilo.

Em 23 de agosto de 1904 foi empossada a seguinte Mesa diretora:

Provedor: Luís Dias Pereira; Secretário: Sebastião Cabral; Tesoureiro: João Gomes de Lima; Conselheiros: Frederico Teixeira de Magalhães Leite e Gaspar Mendes Leite.

Dona Amélia Cândida Vianna Braga ofertou um relógio à Santa Casa, e Dona Ana Maria de Jesus Lima uma cômoda "em memória da Exma. Sra. D. Marieta Bressane de Lima" ("Gazeta de Itajubá", de 04-10-1903). Outras muitas doações de objetos foram feitas, de cadeiras, mesas, louças, roupas de cama e até vassouras e baldes.

A "Gazeta de Itajubá" de 20-09-1903, publicou um longo relatório sobre a Santa Casa de Misericórdia, o qual salienta a pessoa do fundador, Arlindo Vieira Goulart, como o grande benemérito e abnegado pioneiro, e, referindo-se aos bens deixados em testamento pelo Dr. Domiciano da Costa Moreira, observa que à sua "memória santa deve a pobreza de Itajubá render homenagens de gratidão por ter sido ele o berço do sublime instituto" e o primeiro a idealizar um nosocômio para os pobres de Itajubá, instituição que, em vida, não pôde ver realizada. O mencionado relatório fala ainda da verba testamentária deixada pelo fazendeiro espanhol Manuel Maria Alvarez, de mais de cinco contos de réis. Miguel Carlos da Silva Braga igualmente deixou, em testamento, uma boa soma para a Santa Casa, que ele não chegou a ver inaugurada.

A inauguração oficial da Santa Casa de Misericórdia de Itajubá ocorreu em 3 de maio de 1904. A "Gazeta de Itajubá", de 08-05-1904 publicou a seguinte reportagem, de grande valor histórico:

"Abalado o município inteiro por esse acontecimento, brilhante concurso fizeram todas as classes à inauguração solene da Santa Casa, que, embora em começo, representa o esforço dos itajubenses, o zelo com que sabem impulsionar o progresso em todos os seus ramos.

"Engalanou-se Itajubá nesse dia memorável, que a sua história há de registrar com os brilhos que refulgem a caridade, e enorme massa popular, à hora aprazada, reuniu-se para assistir ao coroamento do seu feito de santa piedade.

Às 4 horas da tarde, processionalmente, foi conduzida da igreja matriz ao edifício da Santa Casa, ao som da música e do estrugir de girândolas, a rica imagem de São José, mandada vir especialmente para seu orago que, dentro de uma elegante capela, em adornado altar foi colocada.

"Ao chegar o préstito ao edifício do instituto, o Revmo. Vigário da cidade procedeu a bênção do estabelecimento, e o povo, em compacta massa, ocupou suas divisões. Terminadas as cerimônias religiosas, a ilustre Mesa administrativa reuniu-se no salão nobre, sob a presidência do seu humanitário provedor o Sr. José Manuel Pereira, que perante seleto auditório, abrindo a sessão magna de inauguração do instituto, o declarou instalado para todos os seus fins.

"As corporações musicais romperam em alegres harmonias e ao ar subiram, então, inúmeros foguetes".

Falou então José Manso Pereira Cabral, que "invocou a memória do Dr. Domiciano da Costa Moreira, o berço da grandiosa idéia de um instituto de caridade nesta terra, do qual sempre seria um benemérito com os finados Miguel Carlos da Silva Braga e Manuel Maria Alvarez, por somas boas que lhe haviam consignado em verbas testamentárias". Não ficou esquecida a pessoa de Arlindo Vieira Goulart, "o baluarte inexpugnável da prática da idéia santa do asilo aos infelizes da dor, e que, apesar das adversidades, nem um só instante esmoreceu e a levou a efeito".

Falou ainda Frederico Leite, que enalteceu também a veneranda D. Ana Maria de Jesus Lima "pelos abnegados esforços que empregou, promovendo uma subscrição entre os devotos, para a aquisição da formosa imagem de São José, que ali havia sido postada em suntuoso altar". Lembrou ainda que havia sido o "saudoso" Dr. Pereira Cabral quem sugerira S. José para o orago da instituição. Foi inaugurado, naquele ato, o retrato de Arlindo Vieira Goulart, que, comovido, agradeceu.

Falou Fructuoso Ramos de Lima, seguindo-se-lhe o Comendador Frederico Schumann, que falou em nome da Maçonaria.

Tocaram as bandas de música *Euterpe Mineira* e a *Santa Cecília*.

"Na manhã seguinte, às 9 horas, foi solenemente celebrada uma missa pelo Vigário da Paróquia, acompanhada de boa música feita pela festejada banda *Euterpe Mineira,* junto ao altar de São José, a pedido do Sr. Tte. José Martins Tosta do Amaral".

Em agosto do mesmo ano foram ali inaugurados mais dois retratos, — o do Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, o primeiro médico do nosocômio, e que nunca aceitou remuneração alguma pelos relevantes serviços naquela Casa ("Gazeta de Itajubá", de 14-08-1904), e o de D. Maria Pinto Paulista (muito conhecida por *Sá* Marica Luísa, ou *Sá* Marica da Santa Casa), a primeira enfermeira, a Ana Néri de Itajubá.

Os Estatutos da Santa Casa foram aprovados em reunião de 15 de agosto de 1905.

A 20 de janeiro de 1909 inaugurou-se o Pavilhão de Tuberculosos, com a presença do Dr. Venceslau Brás, que pronunciou um discurso enaltecendo a gestão do Provedor Luís Dias Pereira, a dedicação do administrador Arlindo Vieira Goulart e da enfermeira pioneira D. Maria Pinto

Paulista. Também usou da palavra o Dr. Luís Renno, para salientar o elevado mérito e o humanitário desprendimento do Dr. Xavier Lisboa, o primeiro clínico da Santa Casa.

Além do benemérito Dr. Xavier Lisboa, contou a Santa Casa, naqueles velhos tempos, posteriormente, com a dedicação e abnegação do Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo e do Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima.

Entre os primeiros e maiores benfeitores da Santa Casa de Misericórdia, que muito auxiliaram financeiramente o nosocômio, estão Venceslau Brás Pereira Gomes, Miguel Carlos da Silva Braga, D. Amélia Cândida Vianna Braga, Miguel Arcanjo de Sousa Vianna, Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Cel. João Carneiro Santiago Júnior, Cap. Luís Dias Pereira, Dr. Luís Rennó, Cel. José Francisco de Faria Júnior, Dr. João de Faria, Silvério Sanches, Silvério Ignarra Sobrinho, José Dias Coelho, João Gomes de Lima, Severiano Ribeiro Cardoso, Jorge de Oliveira Braga, José Verano da Silva, João Dias, Virgínio Dias, Joaquim Dias, Major João Antônio Pereira, Cel. Jarbas Guimarães, Manuel Rodrigues Pinto e Jayme Wood.

Ao fundador Arlindo Vieira Goulart assim se referiu o Dr. Luís Pereira de Toledo, também grande benfeitor da Santa Casa, em discurso pronunciado em 29 de junho de 1954, por ocasião do lançamento da pedra fundamental da nova Capela do hospital:

"O trabalho que lhe consumia todas as horas não o impedia de dedicar-se aos doentes e, assim, todas as manhãs, ao vasto casarão da Santa Casa velha, era o primeiro a chegar, após estafante caminhada a cavalo. Tal era o devotamento que imprimia a esses seus misteres caritativos que a todos comovia, tornando-se, na sua modéstia, figura respeitável da população".

Assim era Arlindo Goulart, o dedicado e incansável Sr. Rolindo.

A Santa Casa de Misericórdia conta com o zelo das Irmãs da Providência, que vêm dando as maiores provas de dedicação evangélica e de acrisolado altruismo para que os serviços ali não sejam em nada prejudicados, e para que nada falte aos inúmeros assistidos.

Os Vereadores Thiago Carneiro Santiago, Próspero Sanches, Virgílio Pereira Gomes e Francisco José Pereira, em 26 de fevereiro de 1920, apresentaram o Projeto de lei que concederia a subvenção anual de 5 contos de réis à Santa Casa, levando-se em consideração a necessidade da construção de um novo prédio.

A pedra fundamental desse novo e atual edifício foi lançada a 28 de novembro de 1920. A planta foi traçada pelo artista francês Eduardo Piquet, e a construção foi administrada pelo experiente e competente Moisés Luigi. A inauguração ocorreu em 24 de outubro de 1925, com as honrosas presenças de Venceslau Brás Pereira Gomes, do Presidente do Estado Melo Vianna e de D Otávio Chagas de Miranda, Bispo diocesano.

Em agosto de 1931 foi instalado, na Santa Casa de Misericórdia de Itajubá, o Instituto Pasteur de Itajubá, que foi confiado à direção do Dr. Guálter Gonçalves. Destinava-se ao tratamento anti-rábico, incumbindo-se da vacinação preventiva de mordidas de cães hidrófobos, como meio de profilaxia da raiva, pelo processo Umeno e Doy, e devia então prestar assistência a 30 municípios circunvizinhos.

Graças aos esforços de pessoas piedosas e de elevado propósito de humanitarismo, a Santa Casa vem sendo ampliada e melhorada em suas instalações. Em fevereiro de 1949 foi inaugurada a primeira instalação da Lavanderia. Em 19 de março de 1950 davam-se solenemente por concluídos novos e amplos pavilhões. Em 25 de setembro de 1960 eram as novas instalações da Lavanderia que se inauguravam.

Com a presença do Ministro da Viação, General Juarez Távora, que representava o Presidente da República, Marechal Castelo Branco, em 15 de novembro de 1964 foi solenemente lançada a pedra fundamental do arranha-céu contíguo à Santa Casa, destinado ao Hospital de Cirurgia e Pediatria, isto porque a Santa Casa de Misericórdia de Itajubá já não é simplesmente um nosocômio para doentes pobres, mas também tem anexo um amplo e equipado hospital para atendimento a todas as classes sociais.

Foi o Vereador Severiano Ribeiro Cardoso quem, em 16 de maio de 1922, apresentou o projeto de Lei, que foi aprovado, que criou em Itajubá o Serviço Permanente de Higiene Municipal.

A Lei Estadual n.º 961, de 10 de abril de 1932, dividiu Minas Gerais em 10 Distritos Sanitários. Itajubá foi designada para a sede do 8.º Distrito, que abrangia os municípios de Brasópolis, Paraisópolis, Borda da Mata, Cambuí, Cachoeiras, Camanducaia, Extrema, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre, Ouro Fino, Silvianópolis, Jacutinga, Andradas, Pedralva, Cristina, Pouso Alto, Virgínia, Itanhandu, Passa-Quatro, São Lourenço, Carmo de Minas, Maria da Fé e Natércia.

Uma das mais benéficas instituições sanitárias de Itajubá é o seu Centro de Saúde. Foi criado em 1921, com o nome de Posto de Higiene de Itajubá. A instalação se deu no ano seguinte, em 31 de dezembro de 1922, como Posto de Higiene Municipal, custeado pela Municipalidade, por uma subvenção do Governo Estadual e pela *Rockfeller Fondation*. Foram seus chefes os Drs. João Alfredo, Jair Ferreira, Mário Campos, Antônio Werneck, Irineu Lisboa, Guálter Gonçalves, Armando Ribeiro dos Santos e Antônio Braga Filho, o qual, depois de 22 anos na direção do Posto, passou o cargo ao Dr. Jerson Dias.

O Dr. Antônio Braga Filho envidou esforços para dar ao Centro de Saúde sua sede própria. Antônio Simão Mauad foi um dos primeiros a contribuir para a louvável campanha do Dr. Braguinha, oferecendo 200 mil cruzeiros, em 1953. Em 5 de agosto de 1955, no Rio de Janeiro, no Gabinete do Ministro da Saúde, foi assinado o convênio entre a União e o Município de Itajubá para a conclusão do prédio, que passou a denominar-se Centro de Saúde Amílcar Pellon, inaugurado em 18 de novembro de 1956.

Por iniciativa do Posto de Higiene, quando ainda sob a chefia do Dr. Guálter Gonçalves, foi fundada, em dezembro de 1931, a filial da Sociedade Mineira de Proteção aos Lázaros, ficando assim constituída a primeira diretoria:

Presidentes de Honra: Drs. Venceslau Brás Pereira Gomes e Antônio Salomon; Presidente: D. Laura Ribeiro Pinto; 1.º Vice-Presidente: Dr. Guálter Gonçalves; 2.º Vice-Presidente: Padre João Baptista van Rooyen; 1.º Secretário: José Trocolli Masselli; 2.º Secretário: Professor Benedito J. dos Santos; Tesoureiro: Eusébio Pereira.

Um quarto de século mais tarde, em 13 de novembro de 1956, no salão do Clube Itajubense, D. Eunice Weave, Presidente da Federação das Associações Brasileiras de Combate à Lepra, pronunciou elucidativa conferência sobre a organização das sociedades de combate ao mal de Hansen, ficando então fundada na cidade a Sociedade de Defesa e Assistência aos Leprosos, cuja primeira diretoria foi a seguinte:

Presidente de Honra: Antônio Rennó Pereira; Presidente: D. Adelina Pereira Rennó; 1.ª Vice-Presidente: D. Rita Silva Pereira; 2.ª Vice-Presidente: D. Salô Vianna Braga; 1.ª Tesoureira: D. Maria Florência Noronha; 2.ª Tesoureira: D. Noêmia Paiva Goulart; 1.ª Secretária: Srta. Jandyra Coelho; 2.ª Secretária: Maria de Lourdes Guimarães.

Em 17 de novembro de 1939 foi inaugurado o pavilhão do Posto Médico da Fábrica de Armas de Itajubá, do Ministério do Exército, com completa instalação de salas de curativos, de cirurgia, de Raio X, gabinete dentário, de salas para fisioterapia, otorrinolaringologia, oftalmologia e outras, e ainda o laboratório de análises.

Grande empreendimento hospitalar de Itajubá é a Maternidade Xavier Lisboa, inaugurada em 25 de dezembro de 1944. Sua pedra fundamental fora lançada em 8 de setembro de 1941. Entre os grandes benfeitores, salientem-se os Drs. Venceslau Brás Pereira Gomes, Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Gaspar Lisboa (ao qual se deve a iniciativa da construção) e Carlos Ribeiro Filho, tendo igualmente muito contribuído para sua realização o Cel. Alcides Faria, Dr. José de Lima Medeiros, Hugo Jannotti, Antônio Simão Mauad, Maurício Kaisermann, Dr. José de Azevedo e várias senhoras da sociedade local. Contou ainda a Maternidade Xavier Lisboa com um auxílio do Governo Federal, da Prefeitura Municipal e da Legião Brasileira de Assistência, de respectivamente 50 mil, 5 mil e 25 mil cruzeiros.

E que não fiquem no esquecimento as antigas obstetras, que assistiam domiciliarmente as parturientes antes da fundação da Maternidade Xavier Lisboa, às quais muito ficou devendo a sociedade dos velhos tempos. Bernardo Saturnino da Veiga, no seu *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, registra a existência, na cidade, das parteiras Inácia Arruda e Maria Genebra. No final do século XIX também foram famosas obstetrizes as senhoras Ana Flausina, Joana Soares e Maria da Glória Funchal. Já neste século tenho conhecimento de D. Emerenciana Penido, D. Anita de Sousa, D. Aninha Mulata, D. Maria dos Santos, D. Teresinha Rocha, D. Maria Cunha, D. Luisinha Miranda, D. Beatriz

de Tal, D. Elza da Silva e D. Maria Pinto Paulista (Sá Marica Luísa.) Nas mãos honradas dessas dedicadas profissionais nasceram os itajubenses dos velhos idos...

Conta atualmente Itajubá também com a Maternidade do Hospital das Clínicas.

Em 14 e 15 de junho de 1952 foi realizada em Itajubá a primeira jornada médica organizada pela Associação Médica de Minas Gerais, reunindo então na cidade muitas das notabilidades médicas de Minas, tendo sido então desenvolvidos vários temas, nas várias palestras proferidas por eminentes catedráticos e especialistas.

A primeira ambulância do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Hospitalar de Urgência) chegou festivamente a Itajubá no dia 9 de abril de 1958. A inauguração desse Serviço ocorreu em 19 do mesmo mês, ficando a chefia desse posto entregue ao Dr. Erasmo Cardoso.

O SAMDU em Itajubá é uma exclusiva vitória do Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra. Foi ele quem o solicitou das autoridades competentes. Do Palácio do Catete, do Rio de Janeiro, um telegrama lhe vinha com este texto: "Tenho prazer comunicar lhe Senhor Presidente República recomendou seja processado e informado seu pedido a respeito instalação posto SAMDU Itajubá pt Cordiais saudações Victor Nunes Leal Chefe do Gabinete Civil". Realmente, o Ministro do Trabalho, Parsifal Barroso, prontamente atendeu à solicitação do Deputado Cintra, encaminhando, sem demora, o que lhe estava afeto, e, em carta de 8 de abril de 1957 ao referido Deputado, notificava haver nomeado três médicos para esse serviço (Drs. Erasmo Cardoso, José Sebastião Resende Monti e Joaquim Lima Coelho), um auxiliar de escritório (Sebastião Vilas-Boa Sousa), dois motoristas (Sebastião Roberti e Antônio Campos Alves, dois atendentes (João Mauro Moraes e Rafael Gabriel Nassar) e um servente (Alfeu Rodrigues de Oliveira).

Itajubá hoje possui o grande Hospital das Clínicas, da Faculdade de Medicina, modernamente equipado e servido pela mais ampla assistência clínica em todas as especialidades. Foi inaugurado em 3 de dezembro de 1967, e entre os seus realizadores à frente estava o Dr. Rosemburgo Romano.

A mais recente instituição hospitalar de Itajubá é a CLIMED, onde estão reunidos vários consultórios de médicos especializados. Conforme documentaram as Atas de 22-10, 29-10 e 28-11 de 1975, da Câmara Municipal, a Prefeitura doou o terreno para a construção da CLIMED, no Bairro das Nações, com a condição de também favorecer os pobres. O Dr. Issao Imanishi informou que essa Clínica teria 100 leitos, sendo 5 gratuitos, à disposição da Prefeitura.

As autoridades sanitárias de Itajubá vêm combatendo a esquistossomose, procurando eliminar focos e alertar a população quanto ao perigo dos "caramujos". A Câmara Municipal, na reunião de 09-06-1980, também cuidou desse problema.

Na administração do Prefeito Ambrósio Pinto (1983-1988), que se vem destacando como o mais operoso Prefeito de Itajubá de todos os tempos, estão sendo criados vários postos de saúde na cidade, em diversos bairros urbanos, já estando funcionando, em 1985, com serviços de atendimento médico e ambulatório, o de Santa Rosa, do Rebourgeon, de São Sebastião e o do Cruzeiro.

* * *

75 — MÉDICOS, FARMACÊUTICOS E DENTISTAS

Estou, neste capítulo, citando apenas nomes dos primeiros médicos, farmacêuticos e odontólogos dos velhos tempos. Suas biografias estão no volume *Colmeia Itajubense*. Os profissionais dos dias hodiernos figuram no volume *Itajubá Contemporâneo*.

O primeiro médico de Itajubá foi João Rennow de França. O sobrenome alemão *Rennow* os itajubenses adaptaram para *Rennó*. Em suas assinaturas ele acrescentava a informação: "Doutor em Medicina". Foi clínico do exército prussiano. Tornou-se o patriarca de uma das mais numerosas e tradicionais famílias de Itajubá. Em 1826 já estava ele em Itajubá, pois em 13 de fevereiro daquele ano era batizado na Matriz, pelo Padre Lourenço, seu filho Cândido.

O segundo médico foi o Dr. Domiciano da Costa Moreira, filho do Padre Lourenço da Costa Moreira, fundador de Itajubá. Iniciou sua clínica em 1840.

O terceiro médico a clinicar em Itajubá foi o Dr. Manuel Joaquim Pereira de Magalhães, tio do consagrado gramático Eduardo Carlos Pereira e do sempre lembrado Dr. Xavier Lisboa. O Dr. Manuel Joaquim residia em Baependi, mas freqüentemente vinha a Itajubá, a chamado de seus clientes, onde permanecia vários dias. Os jornais da época noticiavam sua presença em Itajubá. O Governo Provincial nomeou-o para prestar assistência aos itajubenses, caso fossem atacados de cólera-morbo (Ata de 26-11-1855, da Câmara Municipal).

O quarto, segundo o que se encontra registrado nos velhos documentos, foi o Dr. Manuel Martins Alves. No livro n.º 1, *Para nele se Lançar os Registros desta Vila,* do arquivo da Prefeitura, fls. 29 e 30, consta o registro de seu diploma, concedido pela Faculdade da Bahia, em 1853. Também no *Livro de Registro de Propostas e Pareceres das Comissões,* da Câmara Municipal, aberto em 12 de julho de 1854, se encontra o registro do diploma do referido médico, em anotação de 13 de janeiro de 1860.

O quinto, foi o Dr. Américo da Silva e Oliveira, diplomado em 1860 pela faculdade do Rio de Janeiro. Era baiano.

Dos médicos que ficaram nas tradições itajubenses, o sexto foi um francês, de nome Charles Claudi Barrouin. Seu diploma foi registrado na Câmara Municipal de Itajubá em 13 de maio de 1872. No Livro n.º 1, *Para nele se Lançar os Registros desta Vila,* do arquivo da Prefeitura, estão transcritos os dizeres do referido documento:

"Université de France. DIPLOME DE DOCTEUR EN MEDECIN. Au nom du Roi, Nous, Narcisse Achille de Salvandy, de l'Academie Française, Ministre Secretaire d'Etat au department de Instruction Publique, Grand-Maitre de l'Université, ..." etc., etc.

"O Itajubá" de 16-02-1872 informava que o Dr. Barrouin era formado em Medicina pela Faculdade de Paris, e que residia em Itajubá.

O sétimo médico que encontrei, com clínica em Itajubá, foi o Dr. João Baptista Capelli Camarano, italiano, que deve ter instalado o seu consultório em Itajubá em 1880, ano em que aparecem seus anúncios na "Gazeta Comercial", jornal itajubense, a principiar do n.º de 19 de setembro daquele ano, no qual assim se estampava:

"CONSULTÓRIO MÉDICO-CIRÚRGICO — O Dr. Camarano, formado pela Universidade de Nápoles, e residente neste Império há 13 anos, tendo deliberado mudar-se para esta cidade, põe à disposição do público os seus serviços e acha-se sempre pronto a acudir a qualquer chamado de dia ou de noite, bem como para fora. Cobrará: Por visita simples e receita verbal ou escrita, 2 mil réis; por visita com exame, receita, diretórios, etc., 5 mil réis (de noite o duplo); consultas por escrito para fora, com receitas, diretórios, etc.. 10 mil réis; viagens por dia, por légua, 15 mil réis; exames e etc., o mesmo estabelecido para a cidade. Estada, por dia, 30 mil réis; excedendo de três dias, o que se combinar. Aos que possuirem poucos meios se fará eqüidade, segundo suas circunstâncias. Aos pobres, grátis".

O Dr. Capelli Camarano era homem de talento. Colaborou assiduamente na "Gazeta Comercial", em prosa e em verso, salientando-se a série de artigos materialistas sobre "Religião Natural", trabalho dedicado "ao ilustrado Dr. Pereira Cabral".

O oitavo doutor em Medicina estabelecido com seu consultório em Itajubá foi o Dr. Targino Ottoni de Carvalho e Silva, diplomado em 1884 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. "O Itajubá" de 24-01-1885 publicou a reportagem sobre sua chegada da Corte, festejada com foguetes, banda de música, bailes e banquetes, pois acabava de concluir o curso médico e vinha com o "canudo" de doutor... Seu consultório foi aberto na Rua Silvestre Ferraz, n.º 1.

O nono foi o Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, um dos maiores construtores de Itajubá.

O décimo clínico do século passado, em Itajubá, foi o Dr. Domiciano da Costa Moreira Filho, itajubense e falecido no final do século ainda moço. O Domicianinho, como era conhecido.

No século passado, clinicaram ainda alguns especialistas de passagem pela cidade, com permanência de apenas alguns dias no lugar, como foi o caso do oculista Dr. David Ottoni ("A Verdade", de 12-09-1891).

Quando a Princesa Isabel e o Conde d'Eu visitaram Itajubá, em 1868, segundo o histórico dessa visita lançado no Livro do Tombo da Paróquia, havia então na cidade "duas boticas e dois Doutores em Medicina".

Mais de 30 anos depois, o Dr. Alfredo Moreira Pinto, quando visitou Itajubá em 1899, também encontrou apenas dois médicos na cidade (Nelson de Senna, *Anuário de Minas Gerais*, 1909). Devem ter sido os dois existentes em Itajubá em 1891, Drs. Antônio Maximiano Xavier Lisboa e Américo de Oliveira, conforme registra "A Verdade", jornal itajubense, de 10-01-1891.

Em 1915 havia quatro médicos em Itajubá, segundo o *Município de Itajubá* de Pedro Bernardo Guimarães. Eram eles os Drs. Xavier Lisboa, Brás Reale (com consultório na Praça Venceslau Brás, diplomado pela Faculdade de Nápoles), Manuel Cintra Barbosa Lima (então médico de Higiene do Estado, com consultório na Farmácia Meneses) e João Sebastião Ribeiro de Azevedo.

O Dr. José Brás Pereira Gomes, filho do ex-Presidente Venceslau Brás, foi Agente Executivo Municipal (Prefeito), deputado e ultimamente residia no Rio de Janeiro. Era médico, mas nunca clinicou. O Dr. Luís Pereira de Toledo, filho do capitalista Major João Antônio Pereira, também médico, notabilizou-se pela sua erudição e como orador.

Grande benemérito, que faz da Medicina um caridoso apostolado, é o boníssimo Dr. Gaspar Lisboa, hoje afastado de suas atividades clínicas mas que vai deixando um longo e abençoado passado de incansável e eficiente operosidade junto aos enfermos, em desambicioso desempenho de sua profissão, concedendo atendimento gratuito aos menos favorecidos da sorte, seguindo o exemplo de seu pai, Dr. Xavier Lisboa, outro lidador da caridade.

Também benemérito e caritativo clínico é o Dr. Carlos Victor Rennó Ribeiro, a quem igualmente Itajubá muito deve.

Entre os mais antigos médicos que ainda clinicam neste ano de 1985, citem-se: Drs. José Faria de Azevedo, João Severiano Ribeiro, Rosemburgo Romano, José Vilela Vianna, Vicente Vilela Vianna, Orlando Sanches, José de Araújo Barbosa, Jerson Dias, Antônio Edilberto Lisboa, Armando Ribeiro dos Santos, José Sebastião Resende Monti, Erasmo Cardoso e Basílio Pinto Filho.

Entre os falecidos, além dos já citados, que se nomeiem os Drs. José Sanches, Antônio Braga Filho, Adílio Guimarães Dias, José Resek, Sebastião Pereira Rennó, Álvaro Rodrigues Seabra, Paulo Valeriano de Araújo, Luís Gonzaga Mauad e Eduardo Adami.

Uma plêiade de médicos novos ora clinicam em Itajubá, e seus nomes estão lembrados no volume *Itajubá Contemporâneo*. O mesmo se diga dos novos farmacêuticos e dentistas.

Segundo a "Carta à Redação", publicada em "O Sul de Minas" de 31 de dezembro de 1967, pelo Sr. João da Costa Machado, a primeira médica de Itajubá é a Dra. Júnia Machado Peixoto, filha do engenheiro Francisco Peixo-

to e de D. Maria Isabel Peixoto. É formada pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e trabalha como pesquisadora no Instituto Oswaldo Cruz, de Manguinhos.

Em 1929 foi fundada em Itajubá a Sociedade de Medicina Sul-Mineira, que teve curta existência.

Em 3 de outubro de 1951, em solenidade realizada na sede da Associação Comercial de Itajubá, foi instalada a Seção Regional de Itajubá da Associação Médica de Minas Gerais. Por proposta do Dr. Luís Pereira de Toledo foi aclamada a primeira diretoria, assim constituída:

Presidente: Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo; Secretário: Dr. José de Araújo Barbosa; Tesoureiro: Dr. Antônio Braga Filho; Presidente de Honra: Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa.

Nos velhos tempos, os farmacêuticos também clinicavam, e alguns houve em Itajubá que adquiriram dilatado conceito no sul de Minas. Entre estes salientou-se, no século passado, o Comendador Frederico Schumann, que recebia clientes de todos os municípios vizinhos, e ia atender a chamados em distantes localidades. Na "Gazeta Comercial" de 09-01-1881 encontra-se esta sua *Declaração:*

"Por incômodos de saúde que há tempos sofro, e em virtude de conselhos médicos, não me é possível continuar a prestar os serviços que até aqui dispensava aos meus amigos, atendendo a chamados. Limitar-me-ei d'ora em diante aos misteres de minha profissão. Além disto, acresce a circunstância de haver atualmente nesta cidade médicos em número suficiente para atender a todas as precisões. Na ausência deles, e somente em casos urgentíssimos, dispensarei os meus limitados serviços às pessoas que os reclamarem até que se ache presente qualquer dos facultativos. — Itajubá, 1.º de janeiro de 1881 — O farmacêutico Frederico Fernandes Schumann".

O mais antigo farmacêutico de que se tem notícia em Itajubá é Jerônimo de Sousa Reis. que aparece citado como "boticário" na escritura de terrenos lavrada em 16 de fevereiro de 1843, conforme documenta o livro aberto em 1831, fls. 105, do arquivo da Prefeitura.

Vêm depois os farmacêuticos Bartolomeu Almagro, displomado em 8 de agosto de 1840 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e Bráulio Muniz Dias da Cruz, diplomado em 15 de novembro de 1861, pela mesma Faculdade. Ambos estão registrados no Livro n.º 1, "Para nele se lançar os Registros desta Vila", aberto de 30-06-1849, do arquivo da Prefeitura.

Almagro obteve licença da Municipalidade para montar farmácia em 1861, conforme documenta o 2.º Livro de Atas da Câmara Municipal do século passado:

"Cartas do Doutor Américo da Silva e Oliveira e Farmacêutico Bartolomeu Almagro, pelas quais mostram habilidades para exercer a Medicina nesta vila" (Ata de 09-01-1861).

"Entrou em discussão o parecer n.º 4 dado sobre as cartas do Médico, e do Farmacêutico, o qual foi aprovado com emenda do vereador Marinho para

se oficiar ao Instituto de Saúde que se acham residindo nesta Vila, o Médico Dr. Américo da Silva e Oliveira e o Boticário Bartolomeu Almagro, este com uma botica suficientemente bem montada" (Ata de 11-07-1861).

A Câmara Municipal, na reunião de 21-01-1862, tomava conhecimento do pedido do farmacêutico Bráulio Muniz Dias da Cruz, para que fosse registrado seu diploma, e fosse comunicado à Junta de Higiene de Ouro Preto sua residência e estabelecimento em Itajubá, então vila.

Na reunião de 04-06-1862, a Câmara Municipal registrou em Ata uma complicação com Bráulio Muniz Dias da Cruz, por motivo de umas bolas para cães, preparadas por esse boticário...

Havia naquele tempo também uma farmácia do Vereador Francisco Tomás de Aquino Marinho. Assim registrava em Ata, em 10-10-1861, a Câmara Municipal:

"Um requerimento de José Manuel Pereira Guimarães pedindo providências sobre a conservação da botica do cidadão Francisco Tomás de Aquino Marinho. Ficou adiada por não haver número suficiente, visto como este cidadão também faz parte da Câmara".

"O Vereador Correa de Miranda apresentou parecer que deu sobre a denúncia de José Manuel Pereira Guimarães contra a botica do cidadão Francisco Tomás de Aquino Marinho" (Ata de 14-02-1862).

A denúncia de José Manuel Pereira Guimarães contra o Vereador Marinho baseava-se no fato de "o mesmo conservar uma botica aberta sem as formalidades precisas". A Câmara não levou em conta tal acusação, por estar a referida "botica provida por um farmacêutico formado" (Ata de 12-07-1862).

Frederico Fernandes Scumann, em 1862, já tinha sua farmácia montada em Itajubá. Pelo que se infere, não era ele um boticário diplomado. Na Ata de 13 de outubro de 1862, na qual se registrou a intimação aos farmacêuticos Bráulio Muniz Dias da Cruz e Bartolomeu Almagro para que apresentassem, sem tardar, seus diplomas ao Inspetor de Saúde, anotou-se o seguinte:

"Quanto ao boticário Frederico Fernandes Shumann, a Câmara deliberou para que fosse o mesmo intimado para incontinente fechar a sua botica, debaixo das penas do Art. 25 do já referido Regulamento".

Trata-se aqui de Frederico Fernandes Schumann pai, o alemão, e não do Major Frederico Fernandes Schumann, filho do primeiro, que depois passou a assinar simplesmente Frederico Schumann. Tais homônimos podem trazer confusão à pesquisa histórica, pois, além do mesmo nome, eram ambos farmacêuticos.

Na reunião de 14-10-1862 deliberou a Câmara que o fechamento da farmácia de Frederico Fernandes Schumann deveria permanecer até que se obtivesse a resposta de uma consulta que seria feita ao Governo da Província, a respeito do caso.

Frederico Schumann, o filho, onze anos mais tarde apresentava sua *Carta* de farmacêutico, conforme registrava em Ata a Câmara Municipal, na

sessão de 13 de fevereiro de 1873, conforme se pode comprovar com o registro no Livro n.º 1 "Para nele se lançar os Registros desta Vila", do arquivo da Prefeitura.

Documento interessante com respeito ao velho e honrado profissional Frederico Schumann (filho), comendador e itajubense, é o que se encontra assim lavrado na Ata de 1.º de agosto de 1885, da Câmara Municipal:

"Falou o Sr. Major Schumann em explicação pessoal, defendendo-se de uma proposição do Sr. Dr. Américo quando apresentou as suas indicações, em que diz não cumprirem os empregados das farmácias desta cidade com seus deveres, estando às vezes as boticas fechadas depois das 9 horas da manhã. O Sr. Major Schumann explica-se, dizendo que quanto à sua farmácia, se de fato alguma vez se deu, embora caiba-lhe dele toda a responsabilidade por ser o proprietário da mesma, e não ter um empregado conforme determina a Junta de Higiene Pública, todavia não pode ser acusado pois que se vê na obrigação de atender a chamados de amigos e pessoas pobres que o procuram, chamados estes que atende, para poder ter serviço em sua farmácia, porque como é sabido há três boticas nesta cidade, duas das quais protegidas pelos médicos formados, concorrendo as suas receitas deles somente as destinadas aos remédios às pessoas que não podem pagar por sua grande pobreza, serviços estes que presta tirando-o algumas vezes do trabalho de sua farmácia da qual precisa ausentar-se quando é procurado".

O Dr. Américo de Oliveira desdisse o Major Schumann quanto ao fato de médicos protegerem farmacêuticos...

As especialidades mais anunciadas por Frederico Schumann, à venda em sua farmácia, eram os "bálsamos homogêneos simpáticos, creme de bismuto de Guesneville, cápsulas de copaíba de Raquim, confeitos de cubelina Labellonye, pós purgativos de Rogéa, elixir antibáquico"...

Schumann teve várias farmácias, com nomes diferentes e em vários pontos da cidade, no Largo dos Passos, na Rua Conde d'Eu, na Rua Gonçalves Dias...

Também participou de várias sociedades, como Schumann, Carneiro & Braga, em 1901 (da qual participaram também Oswaldo Carneiro Santiago e Jorge de Oliveira Braga). Pela "Gazeta de Itajubá", 03-01-1904, tornava público haver desaparecido a firma Schumann, Carneiro & Braga, que se tornava Schumann & J. Braga. Seu estabelecimento era a Farmácia Central, mas quando sócio do farmacêutico Julião Florêncio Meyer Júnior, em 1889 e 1890, sob a razão de Schumann & Meyer, passou a ser Farmácia Scheele.

Julião Florêncio Meyer Júnior, farmacêutico pouso-alegrense que em Itajubá residiu no século passado, conforme já ficou historiado no capítulo 41, foi um dos componentes do governo trino republicano de Itajubá, que tomou o leme do Município por ocasião da queda da Monarquia, em 15-11-1889.

Pela "Gazeta Comercial" de 24-04-1881, o Major Frederico Schumann, alegando ter de ir ao Rio de Janeiro a negócios, e satisfazer os seus "compromissos pecuniários naquela praça", rogava a todas as pessoas em débito com o seu "estabelecimento farmacêutico, o favor de saldarem suas contas"...

Era sua a Farmácia Central, no Largo dos Passos (Praça Teodomiro Santiago).

Frederico Schumann velho, o pai, natural da Alemanha, naturalizou-se brasileiro em 19 de setembro de 1859.

Outro dos mais eminentes e conceituados farmacêuticos do século passado em Itajubá, e que também clinicava, foi o Cel. Evaristo da Silva Campista. Teve primeiramente farmácia em Embaú (Cruzeiro, SP), transferindo-se para Itajubá em 1871.

No Livro n.º 1 de Registro, do arquivo da Prefeitura, já mencionado neste capítulo, encontram-se os termos da Licença que D. Pedro II concedeu a Campista para instalar em Itajubá sua botica. Diz o documento:

"Sua Majestade o Imperador, atendendo ao que representou Evaristo da Silva Campista, e ao que informou a Junta Central de Higiene Pública, há por bem conceder-lhe licença para abrir botica na cidade de Itajubá, Província de Minas Gerais, ficando sem vigor a Portaria de 2 de outubro de 1869, pela qual se lhe permitiu ter botica aberta na freguesia do Embaú, município de Lorena, Província de São Paulo. Esta Licença deixará de ter efeito se dentro de um ano dela não usar o concessionário. Palácio do Rio de Janeiro, em 12 de abril de 1871". Seguem-se os termos protocolares do expediente.

De Evaristo da Silva Campista era a Farmácia Humanitária, na "rua da cadeia". Anunciava em 1872, em "O Itajubá", a venda em sua botica do "legítimo Robb antissifilítico de Laffecteur, óleo de fígado de bacalhau claro e ferruginoso de Chevrier, Quínium de Labarroque, gragias de Grimau, xarope peitoral de Pededo, Anacknita de Kemps, salsaparrilha de Ayer, peitoral de cereja, xarope de Naffé"...

O *Almanaque Sul-Mineiro* de Bernardo Saturnino da Veiga, de 1865, citava, naquele ano, três farmacêuticos em Itajubá: Bartolomeu Almagro, Francisco Tomás de Aquino Marinho e Frederico Fernandes Schumann. O mesmo *Almanaque,* na edição de 1874, registra apenas dois: Cel. Evaristo da Silva Campista e Frederico Fernandes Schumann.

O Livro n.º 1 do arquivo da Prefeitura, aberto em 30 de junho de 1849, registra várias *Cartas* de farmacêuticos: — a de Manuel Nicolau de Almeida, em 14 de agosto de 1879; de João Baptista da Fonseca Júnior, em 9 de julho de 1880; de Francisco de Oliveira Bezerra, em 20 de janeiro de 1880; do Tte. Juvêncio Pereira Rabelo, em 17 de junho de 1880 (dois anos mais tarde é que o Tte. Juvêncio apresentaria o seu diploma e a Licença da Junta Central de Higiene Pública, conforme assentamento de 22 de julho de 1882, no Livro "Para Registros de Portarias, Ofícios e mais correspondências oficiais recebidas pela Câmara Municipal", do arquivo da Prefeitura ; de Antônio Martins de Meneses Júnior, em 23 de novembro de 1881; de Zacarias Ribeiro Rennó, diplomado em 24 de janeiro de 1887; de José Baptista de Carvalho Neto, proprietário da Farmácia Carvalho Neto, da Rua Duque de Caxias (Cel. Francisco Brás), esquina da Travessa do Comércio. Em 1889 já não existia essa botica. Seu proprietário mudou-se para Paraíso.

As farmácias de João Baptista da Fonseca Júnior (Rua Gonçalves Dias, n.º 1, esquina da Rua Major Pereira) e de Francisco de Oliveira Bezerra (Farmácia Nossa Senhora dos Remédios, na Rua dos Remédios, n.º 17) tinham os seus anúncios na "Gazeta Comercial", edições de 1880 a 1881.

A referida folha itajubense anunciava, nos mesmos anos, os vinhos antileucorréicos do Dr. Artur Barbosa Rodrigues, preparados pelo boticário Salatiel Pio de Almeida, proprietário da Farmácia Humanitária, de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira); os colares de Royer, eletromagnéticos, "contra convulsões e para facilitar a dentição das crianças", à venda na Farmácia de João Baptista da Fonseca Júnior; o Fenol Boboeuf, "desinfetante higiênico, antipútrido, cauterítico, antiepidermico, anti-hemorrágico — pelas virtudes que lhe são conhecidas cura de pronto queimaduras por fogo, fósforo, vapor, água fervente, ácidos, golpes graves ditos leves (sic), esfoladuras, picadas de insetos, mordeduras venenosas", à venda na mesma farmácia de Fonseca Júnior, "à Rua Gonçalves Dias, n.º 1, esquina da Rua Major Pereira". Na mencionada "Gazeta Comercial", jornal itajubense, Nicolau da Silva Willemens, "técnico em hirudinicultura", anunciava ter em casa ("Largo dos Passos, esquina da Rua Direita"), para vender ou alugar, "bichas hamburguesas", sanguessugas estas que se aplicavam no corpo, na velha terapêutica, para sangrias, no tratamento de pleuris, congestões cerebrais, oftalmias, etc. Muito me alongaria se fosse citar os curiosos anúncios das farmácias antigas, que aparecem nos jornais da época, e alguns medicamentos policrestos, de mil virtudes, que curavam tudo, como os "pós ferruginosos de Mota Júnior", anunciados na "Gazeta de Itajubá", de Pedro Bernardo Guimarães, em 1910, "medicamento certo e seguro para as dispepsias, diarréias, dores de cabeça, dores nervosas, palpitações, peso do estômago, azia, menstruações difíceis, flores brancas e anemias..."

No século passado houve ainda a farmácia de José Amaro Rangel Correa, que também funcionou sob a razão de Correa & Lima. Ficava na Rua Silvestre Ferraz.

Célebre farmacêutico de Itajubá, ao qual deve a cidade inumeráveis serviços, foi José Manso Pereira Cabral, proprietário da Farmácia Lavoisier, que existiu onde se encontra hoje o Cine-Teatro Apolo. Também esteve na Praça Adolfo Olinto.

Em 1854 o imposto exigido para as boticas era de 6 mil réis (Ata de 6 de outubro de 1854).

No primeiro quartel deste século algumas farmácias fizeram tradição em Itajubá. Entre estas, as mais antigas foram:

Farmácia Jorge Braga, de Jorge de Oliveira Braga, na Praça Teodomiro Santiago; Farmácia Santa Teresa, de Eurico Vianna, na Praça Venceslau Brás; Farmácia Meneses, de Antenor Menezes, na Rua Silvestre Ferraz; Farmácia São José, na Praça Adolfo Olinto, primeiramente do Dr. Carlos Sebastião Ribeiro de Azevedo e Tomás Aldano, dois ilustres farmacêuticos do início do século. Esta farmácia foi depois continuada por Sebastião Cabral dos Santos; Farmácia da Estação, de José Roque, na Rua Miguel Braga; Farmácia e Drogaria

Xavier, de Florival Xavier, outro notável farmacêutico nos velhos tempos; Farmácia Boa Vista, da Rua D. Maria Carneiro, de Eduardo Sales Paiva, ainda existente.

As farmácias do Itajubá de hoje figuram no volume *Itajubá Contemporâneo*.

Em 22 de março de 1952 foi fundada a Associação dos Farmacêuticos de Itajubá. Sua primeira diretoria ficou assim constituída:

Presidentes de Honra: Cel. Jorge de Oliveira Braga e Cel. Arlindo de Araújo Vianna (oficial farmacêutico e químico da Fábrica de Armas); Presidente Executivo: Florival Xavier; Vice-Presidente: Ten. Pedro Paulo de Carvalho; Secretário Geral: Francisco Pinto de Carvalho; Sub-Secretário: Newton Romanelli; Tesoureiro: Antônio Chaves Salomon; Sub-Tesoureiro: Sebastião Dias Chaves; Procurador: Deocleciano Lemos; Conselheiros Fiscais: Sebastião Cabral dos Santos, Eurico Vianna e Benedito Eloy; Membros da Comissão de Finanças: Florival Xavier, Joaquim Magalhães Couto e Ruy Gomes Braga; Membros da Comissão de Publicidade: Eduardo Sales Paiva, Carlos Cabral dos Santos, Vital Eufrásio de Carvalho e Raimundo Alves.

Por proposta do associado Ruy Gomes Braga, competente farmacêutico dos velhos idos, e aprovada por unanimidade, foi, na mesma data, constada em Ata de fundação uma menção de saudade dos colegas falecidos Miguel Chiaradia, Tomás Aldano, Domingos Aldano, Antônio Rennó Neto, Comendador Frederico Schumann, José Manso Pereira Cabral, Alaor Gama Pinto e Tomás Martins do Amaral.

Poder-se-ia acrescentar Antônio Braga, proprietário de farmácia na década de 1940. Era pai do Dr. Antônio Braga Filho, médico.

O mais antigo dentista de que tenho notícia em Itajubá foi Charles Claudi Barrouin, formado pela Faculdade de Paris, e que também era médico. Montou seu consultório de clínico e gabinete dentário em 1872.

No mesmo ano, montava na Rua do Porto seu gabinete e *atelier* de prótese o profissional Domingos Vieira do Prado, "artista dentário" que fazia "dentadura em base de ouro e em vulcanite, por pressão de ar ou com molas" e chumbava dentes com prata e com ouro, segundo anúncio em "O Itajubá" de 15-09-1872; de passagem pela cidade, e no mesmo ano, esteve o dentista J.F.M. Guaryannas.

Severiano Carneiro de Faria figura no *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, de Saturnino da Veiga, como dentista. Era também farmacêutico.

Vêm depois João Bernardes da Costa Barros (de 1885 a 1890); José Carlos Godoy, chegado a Itajubá em 1888, e Emílio Mallet, em 1891.

"O Itajubá", em números de 1883 e 1884, anunciava os seguintes dentistas:

Ernesto Lopo Mallet, chegado a Itajubá em novembro de 1883 (número de 01-12-1883 ; Alfredo Franklin de Matos, que se oferecia para fazer todos os serviços de sua arte, "dentaduras em base de ouro, platina e vulcanite; Fran-

cisco S. Gorgulho, estabelecido em casa do Cap. Luís Antônio Pinto de Noronha, onde permaneceria até 1900; José Pinto Júnior, com gabinete instalado na residência de Luís José de Sousa Vianna, em 1884.

No princípio deste século tiveram gabinete odontológico em Itajubá os seguintes profissionais, todos ilustres e que muito fizeram, além dos misteres de dentista, pela grandeza de Itajubá, com brilhantes e assinaladas participações em atividades da administração pública, na vida social e artística da cidade:

Tte. Balduíno Vieira Salgado, com consultório na Rua Cel. Francisco Brás ("A Verdade" de 08-08-1891 trazia esta notícia: "DENTISTA — Balduino Salgado, residente em Pindamonhangaba, ex-discípulo do acreditado dentista Domingos Vieira do Prado, muito conhecido neste e em muitos outros lugares por ele percorridos, participa ao público que brevemente inaugurará nesta cidade o seu gabinete dentário, contando captar a confiança e merecer a coadjuvação do amável povo itajubense". A casa em que residiu, na Rua Cel. Francisco Brás, já não existe. Já pertenceu à EFEI. Em seu lugar ergue-se hoje um moderno prédio de vários pavimentos); Frederico Teixeira de Magalhães Leite, com gabinete na Rua Major Pereira; Lopes da Gama, em 1902; Antônio Carneiro Santiago Júnior, com gabinete na Rua Cel. Rennó, em 1904; Euclides Lima, em 1910; Mateus Rabelo, com consultório na Rua Pereira Cabral, em 1911; Augusto de Carvalho, chegado em 1903 e trabalhou com Balduíno Salgado; Antônio Cantelmo, residente à Rua Comendador Schumann; José Francisco Pereira (Zequinha Machado); Ivo Martins de Meneses; Henrique Meneses.

Citem-se ainda, entre os mais antigos, os seguintes:

Drs. Luís Gonzaga Salomon, Mário Vasconcelos, Geraldo Grossi, Carlinda de Azevedo Menezes, J. Pinto Brandão, Joaquim Brochado, Mário Rodrigues da Silva, Geraldo Sales Dias, Mário Pinto, Sebastião Pereira Machado, Norival Dias, Estácio Tavares de Melo, Antônio Severino de Paiva, Ademar Cid, Bertolino Mendes de Carvalho, Antônio Rodrigues da Silva, José Ribeiro da Costa, Antenor Ribeiro da Costa, Salomão Lopes da Silva, Paulo Pinto, João Baptista Braga, Francisco Rangel, João Salgado, Antônio Ribeiro Fortes, Ítalo Rinaldo Dotto, Afonso Brito, Ascânio Brandão, Geraldino Carvalho e Saul da Rocha Faria.

Em 20 de maio de 1955 foi fundada a Associação Itajubense dos Dentistas. Foi assim composta a primeira diretoria:

Presidente: Dr. Estácio Tavares de Melo; Vice-Presidente: Dr. Ivo Martins de Meneses; 1.º Secretário: Dr. Antônio Severino de Paiva; Dr. Antônio Ribeiro Fortes; Tesoureiro: Dr. Antenor Ribeiro da Costa; Bibliotecário: Dr. Saul da Rocha Faria; Orador: Dr. Bertolino Mendes de Carvalho; Comissão Social e de Estudos: Drs. Geraldino Carvalho, Geraldo de Sales Dias e Mário Vasconcelos; Comissão Fiscal: Drs. Luís Gonzaga Salomon, Henrique Meneses e Antônio Rodrigues.

* * *

76 — CEMITÉRIOS

Quando, em 1819, o Padre Lourenço da Costa Moreira chegou com a caravana fundadora ao local escolhido para a sede da Capela Nova, cogitou imediatamente de cercar um retângulo do terreno para nele se inumarem os primeiros mortos da Boa Vista do Sapucaí. O local então escolhido foi a área "de dez braças por vinte e cinco ditas para nela se sepultar cadáveres sem distinção de povos", conforme registra o Livro do Juizado de Paz de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), folha 112, do arquivo da Prefeitura. A "quadra" foi doada por Francisco Alves, e ficava a 78 braças abaixo do adro da capela de sapé (local onde depois se construiu a Matriz), entre a Ladeira do Capitão Arruda (parte da atual Rua Pereira Cabral) e o "brejo de baixo", mais ou menos entre o local onde ora se encontra o supermercado Alvorada e a Rua Pereira Cabral. Confirmam-no as ossadas encontradas em escavações feitas no quintal da casa da esquina, ao lado da Caixa Econômica Federal, quando se abriam ali umas fossas para a instalação da Escola Normal, fundada em 1894 no governo municipal do Coronel Francisco Brás. Esse improvisado campo-santo durou poucos anos, pois o rápido desenvolvimento do povoado levou o Padre Lourenço a construir o cemitério ao alto, mais amplo e cercado de muros de adobe, no extremo da Rua Direita (atual Cel. Rennó).

Esse novo cemitério existiu no quarteirão ora inteiramente urbanizado, no término da Rua Cel. Rennó. A rua fronteira a essa necrópole tem hoje o nome de Pedro Bernardo Guimarães, professor e primeiro historiador da cidade. Onde passa o início dessa rua era o adro da pequena capela dedicada a Nossa Senhora do Rosário, daí a denominação de "cemitério do Rosário", encontrada em alguns documentos.

Os primeiros fazendeiros, que ocuparam as sesmarias mais distantes do grande município de então, nem sempre podiam enviar os seus mortos ao arraial, em virtude das grandes distâncias e da falta de veículos. Os defuntos, na maioria dos casos, eram transportados em redes, pendentes de um longo pau apoiado, nas extremidades, aos ombros de escravos. Além disso, o uso da época, talvez por influência européia, permitia cemitérios particulares. Em algumas fazendas havia capelinhas e pequenos campos-santos juntos a elas, nem sempre construídos com licença eclesiástica. Na falta destes, os enterramentos se faziam em pastos e outros locais pouco respeitosos. Destes cemitérios de fazendas, um dos maiores e mais antigos foi o do Ano Bom, o qual, no livro de batizados de escravos, no meado do século findo, está anotado como pertencente ao Sargento-Mor Francisco Pereira de Magalhães (pág. 147). Nada mais resta dessa necrópole.

Leiamos este trecho da Ata de 5 de abril de 1854, da Câmara Municipal:

"Convém que esta Câmara, em vista do 53.º do Artigo 65 (das Posturas), designe por Editais quais os cemitérios que deverão servir para jazigo dos mortos; sobre isto observa a Comissão que existem neste município diversos lugares com o título somente de cemitério, onde muitas pessoas, que por ignorância, falta de ternura e mesmo de religião, fazem nele enterrar pessoas de

suas famílias, defraudando assim os Direitos das Fábricas, e privando aos mortos dos primeiros sufrágios, e do completo descanso de seus restos mortais; pois que como sejam estes lugares quase todos em pastos onde giram criações daninhas, acontece muitas vezes verem-se membros de cadáveres mutilados, desenterrados, e dispersos pelos matos ou campos. Em vista do que é a Comissão de parecer que se designe somente neste distrito o cemitério de dentro da vila, e do Piranguçu, únicos com alguma decência construídos, e nos outros distritos que se proceda a proposta dos Fiscais e suprimam-se todos os mais que atualmente existem, e para esta observância que se entenda com os subdelegados a fim de que determinem aos inspetores para que proíbam tais enterramentos em seus quarteirões onde existem tais cemitérios, e assim mais que se participe esta deliberação ao Revmo. Vigário a fim de tomar em consideração na parte que lhe toca".

Era também costume dos velhos tempos os sepultamentos nas igrejas. A Lei de 1.º de outubro de 1828 proibiu tal uso, sendo que, contudo, ainda neste final de século XX se fazem algumas exceções, inumando dentro dos templos eclesiásticos que se notabilizaram pela virtude ou notáveis trabalhos prestaram à religião. Em Portugal, em 1846, essa proibição chegou a provocar longa bernarda, episódio este que passou à História com a denominação de *Maria da Fonte*. Os mortos ilustres e os reis eram sepultados dentro das igrejas, daí a revolta ante tal proibição. Ignoro se a Matriz ou outro templo de Itajubá chegou a guardar os ossos de algum eminente cidadão da terra, o que é bem provável. Os livros de óbitos, contudo, nada informam a esse respeito.

A necrópole do Rosário, há quase um século desaparecida, era singelíssima. Além de uma ou outra sepultura de tijolos, os demais sepulcros só eram indicados por amontoados de terra e uma pequena cruz de madeira. Esse cemitério figura no grande painel pintado por Luís Teixeira, vista geral da cidade do final do século XIX, reproduzida de uma tela histórica de Feliciano José Pinto da Silva.

Não havia, até 1856, nenhuma inscrição tumular — é esta a informação oficial que se colhe em Atas da velha Câmara, entre outras a de 8 de abril daquele ano.

A Câmara sempre julgou caber à Fábrica da Matriz as despesas com os reparos do cemitério, o que evidencia que mesmo o antigo cemitério era propriedade da Paróquia, e não da Municipalidade (Atas de 05-06-1854 e de 09-01-1857). Esclareça-se que *Fábrica,* como termo eclesiástico, significa tesouraria. Portanto, *fabriqueiro* era o tesoureiro da Paróquia.

Os baixos muros de adobe do campo-santo antigo estavam em ruínas. Os jornais da cidade constantemente reclamavam contra o mau estado da velha necrópole. Nas Atas de 10 e de 11 de julho de 1862 vamos encontrar o sacristão da Matriz, Antônio da Silva Miranda, pedindo à Câmara o auxílio de 50 mil réis para os consertos necessários. A Edilidade, porém, baseando-se no Art. 66 das Posturas, negou esse auxílio, alegando dever tal despesa pesar unicamente para o cofre da Fábrica paroquial. Os edis nada queriam com cemitérios...

Mas, os animais profanadoramente pastavam dentro da necrópole, pisavam sobre as tumbas e quebravam jazigos. Até os porcos fossavam suas terras, revolvendo sepulturas, trazendo ossadas à luz do sol. A própria Câmara assim se manifestou na sessão de 09-07-1862:

"Que se nomeie uma comissão de três membros para orçar as despesas a fazer-se com a reparação dos danos que sofreu o cemitério desta vila, dando seu parecer imediatamente a fim de que se evite o escândalo e a imoralidade que resulta da invasão sacrílega de um asilo sagrado".

A sessão de 11 de julho de 1862, da Câmara Municipal, foi para examinar mais de perto o caso do cemitério. Quanto ao mau cheiro, reclamado por tanta gente, concluiu-se que se não davam às covas os sete palmos de profundidade, conforme se exigia, e clamava-se contra o Sr. Vigário, a quem julgavam caber a irregularidade e tomar todas as providências...

A 13 de janeiro de 1864 queixava-se a Municipalidade da negligência do coveiro, que deixava os cadáveres de um dia para o outro sem sepultara e que, além disso, não fechava nunca o portão da necrópole...

No entanto, dez anos mais tarde, em 1874, Bernardo Saturnino da Veiga, no seu *Almanaque Sul-Mineiro,* considerava o campo-santo itajubense como "digno de menção"...

Em 1875, durante a missa de 14 de março, o Padre Martiniano Pinto Dias, vigário da Paróquia, nomeou a comissão composta do Capitão Antônio José Rennó, Alferes Bernardo de Araújo Guimarães e Dr. Aureliano Moreira Magalhães, destinada a angariar donativos para a reconstrução dos muros do cemitério, e a dirigir essas obras ("O Itajubá" de 21-03-1875).

Em 24-02-1883 assim se lia em "O Itajubá":

"Aos que entrarem no cemitério desta cidade será doloroso ver o capim que com grande viço cresceu, ao ponto de inquirirem uns aos outros se aquele lugar é sagrado e depósito de ossos humanos, ou alguma capineira reservada para negócio"...

Desde muito já se sentia a necessidade da mudança do cemitério para um local mais aconselhado pela higiene e de maiores possibilidades de ampliação. Pela Ata de 13-01-1864 se vê que a idéia era antiga. Naquela data falou-se na construção de um novo sepulcrário no terreno "do herdeiro do finado Antônio Soares dos Santos", concluindo a Câmara nada poder fazer às suas expensas, dada a exigüidade dos cofres municipais.

Na sessão de 15 de dezembro de 1883, da Câmara, o Vereador João Carneiro Santiago Sobrinho fazia sentir a necessidade de aumentar e conservar o campo-santo, que ainda se achava em ruínas. Mencionava a existência de cinco contos de réis doados pelo já então falecido Domingos Barbosa de Brito, e de uma outra verba em poder da Comissão indicada para esse fim. Na "Gazeta Comercial" de 30-07-1880 se encontra uma das prestações de contas dessa Comissão:

"*Receita e Despesa das obras do Cemitério encarregadas pela Comissão a José Gaspar Pereira Leite:* Assinaturas pagas desde setembro de 1877 até março de 1880: 928$100 (novecentos e vinte e oito mil e cem réis). Alcance contra a Comissão: 17$100. Existem algumas assinaturas para receber, bem como as contas que existem em poder do abaixo assinado em um livro, com todos os esclarecimentos. As pessoas que concorreram poderão vir examinar. Itajubá, 27 de julho de 1880 — José Gaspar Pereira Leite".

E assim registrava "O Itajubá" de 24-10-1885:

"Sabemos que o Dr. Juiz Provedor oficiou ao Sr. Alexandre Mendes Brito, testamenteiro de seu irmão finado Domingos de Brito, convidando-o a iniciar as obras do novo cemitério".

A importância confiada a Alexandre Mendes de Brito pelo seu irmão Domingos Barbosa de Brito, então já falecido, era de 5 contos de réis, grande soma para a época, destinada às obras do cemitério. A Assembléia Provincial, segundo nota publicada em "A Verdade" de 07-04-1887, concedeu para essas obras, a verba de 700 mil réis. Em 28 de março de 1887, Alexandre Mendes de Brito, administrador do novo cemitério, reiniciou essas obras ("A Verdade", de 31-03-1887). Os trabalhos realizados pelos missionários, que "tiveram grande impulso" quando estavam na cidade, achavam-se paralizados ("A Verdade", de 04-03-1886).

Foi em 1885 que chegou a Itajubá o famoso missionário jesuíta Padre Bartolomeu Taddei, acompanhado dos Padres pregadores Pedro Matteucci S. J. e José Marcondes Homem de Melo, este último vigário de Cruzeiro, SP. Até então, nada havia ainda sido movimentado para a construção de um novo cemitério. O Padre Taddei animou o povo e as almas nobres para realizá-lo. Julgou mais conveniente a acrópole da cidade, o alto do *Potreiro,* para nele se construir a nova morada dos mortos. A primeira coisa a fazer era comprar o terreno para isso.

A 25 de maio de 1885, conforme se registrou no Livro de Tombo da Paróquia, foi passada a escritura da compra desse terreno, pela importância de 800 mil réis, tendo sido vendedores José Domingues Vila-Nova e sua esposa D. Antônia Maria Ferreira dos Santos. Como representante do vigário, presente ao ato estava o Dr. Aureliano Moreira Magalhães. A escritura então lavrada, autenticada com as assinaturas de várias testemunhas, diz que o terreno então vendido era de "quarenta braças em quadro" e que se situava no local conhecido por morro do *Potreiro,* terreno esse a ser "demarcado pelo comprador na parte mais próxima do atual cemitério, acima da estrada que segue para a cidade de Cristina". Cumpre observar que esta estrada, conforme se vê no mapa de Itajubá anexo ao *Relatório Sobre a Escola Normal de Itajubá,* criada no governo do Cel. Francisco Brás e impresso em 1897, realmente passava entre o referido morro do Potreiro e o morro da Batalha (alto do atual bairro do Cruzeiro e onde se encontra o Convento das Irmãs da Providência), e era exatamente a que ora se conhece por Rua da Floresta, isto é, a Rua Irmã São Raphael.

José Domingues Vila-Nova, o vendedor do terreno, era português. Também tinha terras em Piranguçu, onde residia.

Informam pessoas idôneas, cuja palavra não é para ser posta em dúvida, que o terreno para o novo cemitério foi doado à Paróquia. À vista, porém, não só do texto da escritura, como de referências de jornais da época, que falam haver sido comprado o referido terreno, conclui-se que o benfeitor tenha oferecido o dinheiro para essa compra, benfeitor esse cujo nome ficou omitido pela imprensa e na documentação existente. Veja-se, por exemplo, esta nota estampada em "O Itajubá" de 24-10-1885:

"NOVO CEMITÉRIO — Sabemos que o Dr. Juiz Provedor oficiou ao Sr. Alexandre Mendes de Brito, testamenteiro de seu finado irmão Domingos de Brito, convidando-o a iniciar as obras do novo cemitério, para o que pôs à sua disposição o terreno já comprado para o novo cemitério". Fala-se, pois, em "terreno já comprado".

E o doador da área fronteira à nova necrópole, foi o mesmo que vendeu o terreno. Vê-se que o alto do Potreiro lhe pertencia. Assim documenta "O Itajubá", ano XIII, n.º 3, de 07-02-1886:

"ADRO DO CEMITÉRIO — Registramos com verdadeiro júbilo que, a pedido do Sr. Padre Bartolomeu Taddei, o Sr. José Domingues Vila-Nova, sempre generoso em todas as suas ações, concedeu gratuitamente as braças de terreno que necessárias sejam para o adro do novo cemitério".

O benemérito Coronel Antônio José Rennó cooperou com grande parte da mão-de-obra para o preparo do terreno para o cemitério. "O Itajubá" de 14-03-1886 informava que pusera ele todos os seus escravos para o trabalho de terraplenagem dessa obra. E ele possuía cerca de 100 cativos. "A Verdade", de 18-03-1886, noticiava que desde o dia 15 de março daquele ano já 40 escravos estavam nas obras do desaterro, e comentava: "A esta obra já o mesmo Sr. tem prestado valiosíssimo auxílio, que naturalmente será imitado por todos os cidadãos do lugar, sem o que, pela insuficiência da quota existente, esta obra urgentíssima não poderá ser realizada tão cedo".

Em 1.º de fevereiro de 1886, a Câmara Municipal, "incorporada", foi à casa em que se hospedara o Padre Bartolomeu Taddei S. J. Na mesma ocasião — assim noticiou "O Itajubá" de 07-02-1886 — a Câmara fez sentir ao ilustrado e venerando Padre Bartolomeu, que querendo perpetuar na memória do povo o auxílio que o mesmo prestou na construção do novo cemitério, deliberou dar à nova rua que vai ter ao cemitério a denominação de Rua Bartolomeu Taddei.

No dia seguinte despedia-se de Itajubá o ilustre Missionário. "O Itajubá" de 07-02-1886 trazia a reportagem das festividades, com a banda de música *União e Trabalho,* com discursos do Dr. Aureliano Magalhães, Cap. Leite, João Ramos de Lima e outros, com fogos e outras manifestações que diziam da gratidão do povo de Itajubá para com o Padre que tornava em realidade as obras do novo jazigo para os itajubenses.

Mas o povo itajubense, quando chegavam ao término as obras da necrópole, exigiu de novo a presença do dinâmico Padre Bartolomeu, ao qual se deviam as iniciativas para a concretização dessa necrópole.

"O Itajubá" de 30-09-1888 trazia esta notícia:

"MISSIONÁRIO — Sabemos que o Revmo. Vigário da cidade, Presidente da Câmara Municipal, Juízes de Direito e Municipal e os membros das comissões das obras do cemitério e da Matriz desta cidade, dirigiram ofício ao Revmo. Missionário Padre Bartolomeu Taddei, pedindo a sua presença nesta cidade, para a bênção do cemitério novo, felizmente concluindo". Aliás, quase concluído...

Com novas festividades o povo de Itajubá recebeu de novo o Missionário que tornou em realidade o atual campo-santo ("O Itajubá" de 20-01-1889).

Em 18 de janeiro de 1889 voltou à cidade o grande missionário Padre Bartolomeu Taddei S. J. Desta feita era acompanhado do Padre Mário Arcioni S. J. Ficou admirado de que ainda não se tivessem concluído os muros. Sentiu que se tornavam necessárias, mais uma vez, as suas iniciativas. Organizou, então, procissões ao alto do morro, na qual cada fiel levava, de conformidade com suas forças, uma pedra ou porção de areia, tijolos ou um pouco de cal, e, assim, em poucos dias, piedosamente, todo o material foi posto no lugar da obra. Os pedreiros, também como cooperação, ergueram rápida e gratuitamente os muros. Como contribuição, o Padre Taddei distribuía a todos os fiéis medalhas e santinhos. Assim se concluiu o novo cemitério de Itajubá.

Escrevendo para o Colégio de São Fiel (Portugal) assim, entre outras referências, disse o Padre Arcioni S. J. com respeito às missões do Padre Taddei:

"Ao mesmo Missionário deve Itajubá o engrandecimento de sua Matriz (para a qual reuniu dez contos de réis de esmolas), um novo e grande cemitério, e a larga estrada de mais de um quilômetro entre este e a povoação, estrada a que o povo chama Rua do Padre Taddei. Vi a boa ordem com que nesta obra andavam empregados setecentos homens, visitando ele amiúde, para recompensar com medalhinhas aos mais ativos e ralhar com os preguiçosos. Na procissão final um dos principais do lugar pronunciou um discurso sobre a ação civilizadora das missões" *(Padre Bartolomeu Taddei S. J.*, Editora Vozes Ltda., pág. 27). Taddei é denominado o Apóstolo do Coração de Jesus no Brasil, pois, deve-se-lhe a instituição, em nosso País, do Apostolado da Oração, iniciado na França em 3 de dezembro de 1844 pelo Padre François Gautrelet S. J.

A 25 de janeiro de 1889 foi bento o novo e atual cemitério de Itajubá. Os seus muros, entretanto, só em princípios de março ficaram terminados. Segundo "A Verdade" de 31-01-1889, na coluna *Gasetilha,* cerca de 3.000 pessoas compareceram ao ato inaugural. Ainda virgem de cinzas humanas, a nova cidade dos mortos, mais de um mês depois, terminados os muros, foi oficialmente visitada pela Comissão daquelas obras e várias autoridades e pessoas gradas

do lugar. Foi quando de lá regressavam, segundo contam os antigos, que o Cel. Joaquim da Mota Paes, Barão de Camanducaia, disse a Frederico Schumann, em tom de pilhéria:

— Quem irá inaugurar este cemitério? Eu é que não sou, pois, não moro aqui e já estou de partida para Conceição...

Quis a fatalidade, no entanto, que fosse ele próprio o primeiro a ser inumado no novo campo-santo. Quando, acompanhado de criados e amigos, ia pela estrada de Piranguinho, um raio roubou-lhe tragicamente a vida. Era 5 de março de 1889. A Baronesa de Camanducaia fez retornar a comitiva, agora trazendo o corpo do Barão, circunstância lutuosa que, inaugurando o cemitério, veio ligar o nome do eminente titular do Império à história de Itajubá, justamente naquele ano de 89 em que os títulos honoríficos dados pela Corte também encontravam sua sepultura...

O bispo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, quando esteve em Itajubá, em 1889, em visita pastoral, acentuou a generosa oferta de cinco contos de réis feita à Igreja pelo benemérito Domingos Barbosa de Brito, importância empregada na compra do terreno para a necrópole e na conclusão dos muros, bem como na construção do portão e das grades metálicas, assim anotando ainda no Livro de Tombo:

"Há dois cemitérios, o antigo, que não funciona desde fevereiro deste ano, e o novo, colocado numa bela colina não muito distante do antigo. Este último está murado e com um portão de ferro, não tendo ainda capela própria, mas uma Cruz alta no centro. É vasto, dividido em quadras e está limpo e decente, correndo convenientemente o serviço que lhe é peculiar.

"Deve ser considerado como paroquial, ou da Fábrica, por ter sido feito com donativos e serviços dos fiéis, muito concorrendo para a completa realização dessa importante obra o esforço e intervenção do infatigável Missionário Revmo. Padre Bartolomeu Taddei".

Realmente, conforme observa o Bispo, o cemitério de Itajubá é paroquial, construído com doações feitas à Igreja. Hoje está bastante ampliado, com terrenos doados pelo benemérito Dr. João Luís Carneiro Rennó.

Épocas houve em que a Municipalidade entendeu ser a proprietária do cemitério, e que a ela cabia estipular regulamentos para o seu funcionamento, o que era para estranhar, pois o novo requietório estava feito em terreno adquirido pela Igreja e por iniciativa paroquial. "O Itajubá" de 07-08-1887 publicava:

"A Câmara Municipal, em sua última sessão, nomeou a comissão composta dos Srs. Dr. Adolfo Olinto, Dr. Pereira dos Santos e Dr. Aureliano Magalhães, para a confecção do regulamento para o novo cemitério desta cidade". O mesmo jornal, em 12-05-89 informava já ter essa comissão elaborado o solicitado regulamento. "A Verdade" de 09-05-1889 acrescentava:

"A Câmara Municipal nomeou uma comissão composta dos Vereadores Pereira Júnior, Antônio Cândido Rennó e do cidadão Fructuoso Ramos de Lima, para rever e dar parecer sobre o regulamento do novo cemitério, organizado pelos Srs. Drs. Pereira dos Santos, Adolfo Olinto e Aureliano Magalhães, que foi apresentado em sessão anteontem".

No entender de alguns, sobretudo de pessoas que não comungam na doutrina católica, o cemitério deveria ser mesmo municipal... Alegam estes que os padres "exploram" o povo, que cobram "exorbitâncias" para inumações, quando, segundo julgam, deveria haver gratuidade nesses serviços...

Com a queda da Monarquia tudo pareceu correr como queriam os que assim ajuizavam.

O jornal itajubense "A Verdade", de 09-10-1890, publicou, na íntegra, a lei da secularização dos cemitérios, imposta pelo regime republicano, então triunfante. A Intendência Municipal (a forma provisória do Governo Municipal que substituía a Câmara), assim teve conhecimento da Lei, imediatamente foi à residência do fabriqueiro (tesoureiro) para exigir a entrega das chaves dos dois cemitérios, a do velho e a do novo. E nomeou arbitrariamente Nicolau da Silva Willemens e José Nicolau respectivamente administrador e coveiro do campo-santo. "A Verdade" de 16-05-1891 registrou o fato.

Em 5 de junho de 1890 a Intendência Municipal, na pessoa de Antônio José Leite, Adjunto da Intendência, acompanhado de dois policiais, apreendeu as chaves do cemitério, bem como todas as ferramentas e demais utensílios do coveiro. Na verdade, o Intendente (que hoje se diria Prefeito), não compreendeu exatamente o sentido da Lei...

O Cônego Augusto Leão Quartin, no Livro do Tombo, historiou longamente o acontecimento, acrescentando seus argumentos para provar, escudado em lei e em documentos, que o cemitério de Itajubá é propriedade da Paróquia e não da Municipalidade, como entendera o referido Antônio José Leite. A Câmara, lembrou o Cônego Quartin, não dera um tostão para as obras da necrópole...

O Decreto n.º 327, de 13 de janeiro de 1891, reproduzido em "A Verdade" de 21-02-1891, sancionado pelo Presidente do Estado, saiu como queria a Intendência: determinava ser o cemitério novo de Itajubá "de exclusiva administração municipal". E o Art. 31 assim rezava:

"Nenhum enterramento será feito no velho cemitério, quer em sepulturas rasas, quer em catacumbas ou túmulos, sob a multa de 50$000 (cinqüenta mil réis) e oito dias de prisão".

Ante os argumentos do Cônego Quartin, o cemitério retornou à Igreja. Mais tarde, porém, conforme documenta o Livro de Tombo, voltou a Câmara Municipal a exigir a posse do cemitério, chegando a pendência, por deliberação do Vigário, então o Padre Marçal Ribeiro, a ser submetida à respeitada opinião do eminente jurista e parlamentar Ferreira Vianna. Um dos documentos mais interessantes então trasladados pelo Padre Marçal, foi a declaração de José Domingues Vila-Nova, na qual esse senhor não só confirma ter vendido à Paróquia o terreno, como ainda que as obras foram feitas às expensas do povo, sob a direção do Padre Taddei, como ainda afiança que a faixa de terreno para a abertura da Rua Bartolomeu Taddei fora doada por ele, José Domingues Vila-Nova, a pedido do próprio Padre Taddei. Outro documento histórico, trasladado no Tombo pelo Padre Marçal, foi a declaração de Eusébio Pereira, pela

qual se sabe este senhor, com o auxílio de José Luís da Silva, foi o festeiro da festa de São Sebastião de 1894, e que aplicara a renda do leilão (4 contos e 750 mil réis), e mais 500 mil réis que ele, Eusébio Pereira agenciara, na construção do gradil do cemitério novo.

O famoso causídico Ferreira Vianna, do Rio de Janeiro, depois de examinar todas as peças do processo, deu o seu parecer, com a data de 25 de setembro de 1902, assim concluindo:

"A Municipalidade, pois, de Itajubá nenhum direito tem ou pode exercer sobre o cemitério da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, e ao Fabriqueiro da Paróquia e ao Revmo. Vigário corre o dever de defender o cemitério católico da usurpação e ainda da profanação, requerendo como meio preventivo a manutenção da sua posse".

Nicolau da Silva Willemens, que, a 15-05-1891, havia sido, pela Intendência Municipal, indevidamente nomeado administrador do cemitério, teve de ser legalmente destituído do cargo. José Gaspar Pereira Leite, o Fabriqueiro de então, foi, em virtude de sua irregular conivência com os usurpadores, igualmente demitido em 16-04-1892 pelo Cônego Augusto Leão Quartin, que nomeou para substituí-lo o Cap. José Francisco dos Santos Bretanha.

A "Cidade de Itajubá", de 21-09-1902, publicou a fala da reunião de 2 de setembro daquele ano, da Câmara Municipal, com respeito à posse do cemitério:

"O Sr. Presidente (Cel. João Carneiro Santiago Júnior) apresentou à consideração da Câmara e pôs em discussão as opiniões apresentadas por jurisconsultos abalisados referentes ao direito de propriedade que tem a Câmara sobre o cemitério desta cidade. Usando da palavra o Vereador Manso Cabral disse que quiseram dar à sua proposta relativamente ao direito de propriedade que tem a Câmara sobre o cemitério, uma feição muito diferente dos fins que o levaram a apresentá-la e que de fato em vista da decisão dos jurisconsultos, a Câmara tem necessidade de reivindicar os seus direitos e nesse sentido propõe que fique para isso autorizado o Sr. Agente Executivo, procurando em primeiro lugar a adquirir as chaves por meios suasórios e, em caso negativo, empregar os meios que garante a lei. Encerrada esta e posta a votos, foi aprovada contra os votos dos Vereadores Faria Sobrinho (Francisco José de Faria Sobrinho) e Noronha Júnior" (Joaquim Pinto de Noronha Júnior).

Em 15 de março de 1917, a Câmara Municipal, afinal, aprovando uma proposta do Vereador Thiago Carneiro Santiago, reconhecia oficialmente, com uma lei especial, a legitimidade de posse da necrópole, assim dizendo no Art. 1.º:

"É de exclusiva propriedade e administração da Igreja Matriz o cemitério público desta cidade, respeitada as leis de higiene municipais".

Em 2 de setembro de 1889 o Cônego Raimundo Marcolino da Luz Cintra, Secretário da Visita Pastoral, salientava no Tombo o empreendimento do Padre Taddei, que foi auxiliado pelo Padre Mário Arcioni, bem como confirmava o donativo de cinco contos de réis de Domingos Barbosa de Brito e o concurso de fiéis. E mencionava a intromissão da Câmara. Citava a comissão

encarregada das obras do campo-santo, composta dos Srs. Dr. Adolfo Augusto Olinto (Juiz de Direito da Comarca), Dr. Aureliano Moreira Magalhães (Juiz Municipal do Termo) e Capitão Antônio José Rennó (Presidente da Câmara Municipal e Agente Executivo).

Foram longe as querelas em torno da posse do cemitério... Consta que, numa reunião festiva, durante a qual se ventilou o problema do cemitério, uma senhora da alta sociedade local perguntou a várias autoridades presentes:

— Até quando vão os Srs. brigar por causa de ossos?!...

Construído o cemitério novo, imediatamente o Agente Executivo Municipal, Cap. Antônio José Rennó, baixou, em 22 de março de 1889, um Edital proibindo sepultamentos no cemitério velho ("A Verdade" de 18-04-1889). Essa ordem não foi logo cumprida, pois ainda se fizeram sepultamentos na velha necrópole depois desse Edital, contra o que reclamava e protestava o jornal "O Itajubá", em 31-03-1889.

O Padre Tertuliano Vilela de Castro, vigário empossado em 1898, decidiu reformar o cemitério velho, embora não mais se fizessem ali enterramentos. Diz-nos esse sacerdote no Livro do Tombo:

"Achando-se o cemitério velho desta cidade em estado de ruínas, tendo desabado parte dos muros, servindo aquele lugar sagrado de pasto de animais, resolvi nomear em comissão os cidadãos Abel Pereira dos Santos, Arlindo Vieira Goulart, Cândido Pereira dos Santos e Luís Ramos de Lima para angariarem donativos e esmolas que serão aplicadas em quase reconstrução daquele cemitério. Aceitando o meu convite, os referidos cidadãos obtiveram a quantia de um conto e quatrocentos e setenta e quatro mil réis (1:474$000) assim distribuída: Sr. Abel Pereira dos Santos, 510 mil réis; Sr. Arlindo Vieira Goulart, 493 mil réis; Sr. Cândido Pereira dos Santos, 321 mil réis; Sr. Luís Ramos de Lima, 150 mil réis; Total: 1:474$000. A Comissão despendeu nas obras a quantia de um conto, trezentos e noventa mil réis (1:390$000) conforme documentos que me apresentou, havendo, portanto, um saldo de oitenta e quatro mil réis (84$000) que me foi entregue, para lhe dar conveniente aplicação. Prestaram, pois, esses dignos cidadãos um relevante serviço, e por isso merecem gerais aplausos do católico povo desta Paróquia. Eu lhes deixo aqui exarado meu profundo agradecimento, bem como a todos aqueles que concorreram com esmolas para a realização dessas obras que eram de há muito reclamadas. Itajubá, 15 de novembro de 1898. — O Vigário Tertuliano Vilela de Castro".

O cemitério velho, pois, embora já desativado, chegou a ser reformado.

Porém, reconduzidos os ossos do velho campo-santo para o novo, quis logo a Municipalidade arrasar a antiga cidade dos mortos. Antes disso, como era de dever, fez-se publicar pela "Gazeta de Itajubá", de 29-01-1905 e de 05-02-1905, o seguinte Edital:

"O farmacêutico José Manso Pereira Cabral, Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal de Itajubá, na forma da Lei, etc.

"Faz saber aos que o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que, de conformidade com o contrato hoje feito com o Revmo. Sr. Padre Marçal Ribeiro, Vigário e Fabriqueiro desta cidade, devidamente autorizado pelo

Revmo. Sr. Bispo Diocesano, terão começo, dentro do prazo de 15 dias, a contar da presente data, os serviços de arrasamento do cemitério velho, e fica marcado esse período de tempo às pessoas que queiram, por conta própria, trasladar os restos de antepassados para sepulturas rasas ou túmulos reservados no cemitério novo, independente de despesas com os emolumentos eclesiásticos, sendo que, os que não forem reclamados com a devida oportunidade serão removidos para uma sepultura comum aberta no cemitério que hoje serve. E para que chegue ao conhecimento de todos, mandou lavrar o presente que será afixado no lugar do costume e publicado pela imprensa. Dado e passado aos 28 dias do mês de janeiro de 1905 — Eu, Sebastião Cabral, amanuense da Câmara, o escrevi — José Manso Pereira Cabral".

Três anos antes, na reunião de 01-07-1902, conforme noticiava o jornal "Cidade de Itajubá" de 14-09-1902, a Câmara Municipal deliberou consultar o Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa "sobre a possibilidade de abrir aquele campo-santo sem perigo para a saúde pública, atento aí acharem-se os restos das vítimas da varíola de 1874, nesta cidade". E ficou nomeada a comissão para tanto, composta do próprio Dr. Xavier Lisboa, de Fructuoso Ramos de Lima e do farmacêutico e vereador José Manso Pereira Cabral.

O parecer do provecto Dr. Xavier Lisboa foi o de não trazer prejuízo à saúde pública o "arrasamento do cemitério velho", recomendando, contudo, que não se fizessem escavações muito profundas, "principalmente na parte em que foram inumados os variolosos" ("Gazeta de Itajubá", de 08-05-1905).

E, assim, desapareceu o campo-santo em que foram sepultados tantos vultos ilustres do passado itajubense, inclusive o Padre Lourenço da Costa Moreira, o fundador da cidade, que não teve quem lhe recolhesse as cinzas e lhe desse um jazigo condigno no novo sepulcrário!...

Em 1940, pelas colunas do jornal "O Itajubense", a velha rixa do cemitério foi novamente levantada por pessoas que apenas *supunham* ser ele de propriedade municipal... O campo-santo retornou, então, ao cenário das críticas, das censuras e dos ataques, que não se coadunavam com a verdade e com o seu histórico.

A família Rennó construiu, a expensas suas, a capela do cemitério novo, sob as condições de tornar-se ela o jazigo da família. Em 26 de outubro de 1895 o Vigário Cônego Antônio Moreira de Sousa e Almeida, à página 25 do Livro do Tombo, transcreveu a Portaria da Cúria Diocesana de São Paulo (à qual a Paróquia de Itajubá então pertencia), expedida por D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, "Prelado Doméstico de Sua Santidade o Papa Leão XIII", que dizia:

"Havemos por bem, pela presente, conceder licença para que o Revmo. Pároco possa benzer a Capela mortuária, existente no cemitério da referida Paróquia, *Jazigo da Família Rennó,* onde se acha sepultado o Coronel Antônio José Rennó na forma do Ritual Romano, podendo na mesma capela celebrar-se o Santo Sacrifício da Missa no dia de Finados do corrente ano.

... ...

"Dada e passada na Câmara Episcopal de São Paulo, sob o nosso sinal e selo de nossas Armas, aos 17 de outubro de 1895. E eu, o Padre Júlio Marcondes de Araújo e Silva, Escrivão da Câmara Eclesiástica e Secretário do Bispado, a escrevi".

A Câmara Municipal autorizou a construção de um cemitério no Rio Manso (Ata de 21-07-1925), mas somente a 8 de julho de 1933, conforme se registrou no Livro de Tombo, é que o Vigário teve a permissão do Bispo para benzer a necrópole desse bairro rural, ora sede distrital.

A Lei n.º 63, de 16 de dezembro de 1922, concedia à Santa Casa de Misericórdia o privilégio, por vinte anos, para explorar em todo o município o serviço funerário.

"O Itajubá" de Francisco Brás Neto e José Maria Afflalo, em 1924, trazia anúncio da Empresa Funerária de João Francisco de Matos, que se incumbia "da construção de túmulos, por preços razoáveis". Posteriormente, várias casas funerárias já se estabeleceram em Itajubá, a Funerária Central, a Funerária D'Angellis, a Funerária Itajubá e a Empresa Funerária da Santa Casa.

As contendas ocorridas, em várias épocas, com respeito à propriedade e administração do cemitério são, quase sempre, oriundas de crenças religiosas ou de descontentamento com a direção eclesiástica. A solução para pôr fim a tais rixas é simples: basta que se crie um cemitério municipal. Se a Paróquia foi que construiu a necrópole, e por isso, com muita razão e justiça, defende a legitimidade de sua posse, jamais se escudou em privilégios ou monopólios, que não existem, para cuidar de sepultamentos. Que impede, pois, a Municipalidade de construir o seu cemitério?!

E essa solução já tem sido tentada na Câmara. Na reunião de 11-07-1961, o Vereador Marcos Antônio Grilo apresentou o Projeto de Lei n.º 632, que dispunha sobre a criação de um cemitério público municipal.

A Lei n.º 489, de 18 de janeiro de 1962, determinava a construção, no bairro da Boa Vista, ou na Vila Poddis, de um cemitério municipal, o que não se concretizou.

Segundo o Livro de Tombo, 2.º vol., da Matriz de São José, houve uma comissão composta de Luís Martins Riera, Marcos Rennó Grilo e Padre Generoso Siqueira de Carvalho, pároco da Matriz de São José, nomeada pelo Prefeito José Maria da Silveira Campos, encarregada de escolher o melhor lugar para o cemitério municipal. Essa comissão opinou por uma área sem construção, existente na Vila Rubens, ao lado da estrada para a Capetinga. O referido Livro do Tombo traz todo o Parecer da comissão, datado de 18 de julho de 1963.

Em 10 de setembro de 1974, na Câmara Municipal, o Vereador Dr. José Chaiben Mauad se levantou contra a "exorbitância" cobrada pela Igreja para uma quadra na necrópole, e para realizar enterros, no que o Edil encontrou a solidariedade dos companheiros Felipe Deliani Dastre e Dr. Gilberto Faria de Azevedo. O Vereador José Aldano Santana tomou a palavra para elucidar a Casa com respeito a importâncias cobradas pela Paróquia, mostrando razões para isso. Na reunião seguinte, a 17-09, o Vereador Sebastião Imar Riera

propunha a construção de um cemitério municipal no bairro da Piedade. Oito anos depois, na reunião da Câmara, o mesmo vereador retornava à questão, e, segundo registra a Ata de 14 de junho de 1982, "disse que é preciso que se crie urgentemente em Itajubá um cemitério municipal, pois os operários, os povos de baixa renda, têm sido sepultados como animais. Solicita dos Srs. vereadores que olhem por este problema e deixem de lado as siglas partidárias, abraçando consigo esta luta".

Até o momento em que termino estas pesquisas (1985), nenhuma providência foi tomada no sentido de se tornar em realidade o realmente necessário cemitério municipal. O grande crescimento da cidade está a exigir que tal se concretize.

A velha cidade de Baependi, muito menor que Itajubá, há um século que deu o seu exemplo, mantendo três cemitérios — o paroquial, o municipal e o das Mercês, este para sepultamento de fiéis filiados a Irmandade religiosa.

O atual cemitério de Itajubá, um dos maiores do sul de Minas, com seus túmulos alinhados e contornados de canteiros, reformado no paroquiato do Padre Teodoro Kock, é limpo e cuidado permanentemente por uma equipe de zeladores ali mantidos pela Igreja. Já não se fazem nele inumações na terra, mas em sepulcrários de concreto, de "gaveta", estando a parte antiga já inteiramente tomada por jazigos perpétuos.

* * *

77 — O GOVERNO DIOCESANO

Quando, em 1819, o Padre Lourenço da Costa Moreira fundou o arraial da Boa Vista do Sapucaí, hoje transformado em cidade de Itajubá, pertencia a Paróquia à Diocese de São Paulo. E assim foi até o final do século.

Fora o Papa Benedito XIV quem, com a Bula *Condor lucis aeternae*, de 6 de dezembro de 1745, criara os Bispados de Mariana e de São Paulo, abrangendo este último parte da região sul-mineira. Antes disso, toda a região mantiqueirense pertencia ao então vasto Bispado do Rio de Janeiro.

Criaram-se as comarcas ou varas eclesiásticas. Nos seus primórdios, a Freguesia de Itajubá era diretamente subordinada à Vara Eclesiástica de Guaratinguetá, integrande da Diocese de São Paulo. Criou-se depois a Comarca Eclesiástica de Pouso Alegre (a qual, embora abrangesse 14 paróquias mineiras, continuava pertencendo à Diocese de São Paulo), anexando-se a ela a Paróquia de Itajubá, segundo registra Bernardo Saturnino da Veiga no *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, pág. 43.

Enquanto Itajubá pertencia à Diocese de São Paulo, foram os seguintes os seus pastores episcopais:

1.º — D. Mateus de Abreu Pereira, de 1819 a 1824;

2.º — D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, de 1827 a 1847;

3.º — D. Antônio Joaquim de Melo, de 1852 a 1861;

4.º — D. Sebastião Pinto Rego, de 1863 a 1868;

5.º — D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, de 1873 a 1894;

6.º — D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, de 1894 a 1897;

7.º — D. Antônio Cândido de Alvarenga, de 1898 a 1901.

Nas vacâncias, a Diocese bandeirante foi governada por Vigários Capitulares.

Foi D. Manuel de Andrade, em 8 de novembro de 1831, que elevou o Curato da Capela Nova à categoria de Freguesia, decisão confirmada pelo Decreto Imperial de 14 de julho de 1832. Em 27 de setembro de 1848, segundo Furtado de Menezes (*Clero Mineiro,* 1.º vol., pág. 195), foi criada finalmente a Paróquia da Boa Vista do Itajubá.

Pelos meados do século passado, conforme, já se viu em capítulo anterior, o município de Itajubá chegou a abranger mais de vinte dos atuais municípios. Tão grande extensão territorial criou uma situação embaraçosa para a administração paroquial, pois algumas de suas Freguesias e Curatos pertenciam à Diocese de Mariana, enquanto outras, entre as quais Itajubá, estavam subordinada à Diocese de São Paulo. A Paróquia itajubense ficou, deste modo, entre dois báculos. Tal dualidade pastoral trouxe dificuldade até para a cobrança de emolumentos, pois, não se sabia se devia prevalecer o regulamento do bispo mineiro, se do paulista... O Governo Provincial preocupou-se com essa situação, e exigiu de Itajubá informações sobre as divisas diocesanas do município, uma vez que já se estavam criando rixas (Ata de 04-10-1853). A Câmara Municipal fez constar na Ata de 19-12-1853 a seguinte deliberação:

"A Comissão encarregada de examinar a Circular do Exmo. Governo desta Província, de 17 de agosto passado, em que se exigem informações com respeito aos atuais limites das Dioceses, é de parecer que se informe que este município se acha colocado em limites de duas Dioceses, que esta Vila, e as Paráquias de Soledade de Itajubá *(Delfim Moreira)* e São Caetano da Vargem Grande *(Brasópolis)* pertencem à Diocese de São Paulo, e que a Freguesia de Santa Rita à Diocese mineira, onde se vê que a Diocese paulista abrange parte dos limites desta Província".

Nas reuniões do dia 9 e 10 de janeiro de 1854, a Câmara Municipal de Itajubá, por proposta do Vereador Guilherme Luís de Sá, tratou do assunto, deliberando-se submeter à consideração do Episcopado bandeirante a séria pendência pois alguns dos paroquianos já se achavam indispostos até contra

o Vigário por causa disso, e este, diante de certa hostilidade surgida, e da incompreensão reinante entre alguns Edis, teve de usar do púlpito para acusar a Municipalidade de parte da culpa daquelas manifestações populares contra o governo espiritual (Atas de 9, 10 e 30 de janeiro de 1854).

Tomadas as providências, foi "fixada pelo rio Lourenço Velho a divisa entre os Bispados de São Paulo e Mariana, o que foi convencionado pelos respectivos bispos, na conferência realizada em São Gonçalo, em 15 de outubro de 1857, e comunicado aos Vigários por Ofício de 18 de novembro do mesmo ano" *(A Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubilar de 1950,* pág. 191).

No ano seguinte, a 12 de janeiro de 1858, decidiu a Municipalidade itajubense submeter à consideração do Governo Imperial a divisa então assentada pelos dois bispos, D. Antônio Joaquim de Melo e D. Antônio Ferreira Viçoso.

A primeira visita de um bispo a Itajubá foi a de D. Antônio Joaquim de Melo, em 16 de outubro de 1855. Três dias antes, a 13, a Câmara Municipal nomeava uma Comissão para tratar das festividades e comodidades que se deviam proporcionar ao ilustre prelado (Ata de 13-10-1855).

D. Antônio esteve na cidade até o dia 29, conforme anotou o Bispo D. Lino no 2.º Livro de Batizados de Escravos, pág. 170, do arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Soledade. As visitas pastorais anteriores, segundo registrou o mesmo D. Lino no referido livro (que então servia de Tombo), foram feitas por intermédio de "Visitadores comissionados pelos Prelados de então".

"O Itajubá" de 14-07-1883 noticiava que o Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias, Vigário da Paróquia, seguiria no dia 16 do mesmo mês e ano para São Paulo, a fim de trazer o bispo. Não o trouxe pessoalmente, mas representado pelo seu Visitador.

Inclua-se, a esta altura, a primeira visita do grande Missionário Padre Bartolomeu Taddei S.J., já mencionado no capítulo anterior, que, em 1885, esteve em Itajubá devidamente autorizado para administrar "o sacramento da confirmação a uma extraordinária multidão de pessoas", conforme informa D. Lino (Livro do Tombo).

A segunda visita feita pelo próprio Pastor Diocesano foi a do mencionado D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. Chegou a Itajubá em 13 de agosto de 1889. Iniciou solenemente sua visita no dia seguinte, retirando-se em 1.º de setembro.

Em 8 de janeiro de 1880, isto é, nove anos antes, a Câmara Municipal, conforme reza a Ata desse dia, havia tomado providências para engalanar condignamente a cidade a fim de receber D. Lino. Pelo que anotou, porém, o próprio D. Lino no Livro de Batizados de Escravos, que até então também servia de Tombo (pág. 170), sua primeira visita só se daria em 1889. Em 1880 apenas estivera o seu "Visitador comissionado".

O grande antiste, de seu próprio punho, assim registrou no Livro de Tombo:

"Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de São Paulo, do Conselho de Sua Majestade, &, &, &.

Fazemos saber que, tendo nós resolvido visitar pessoalmente a Freguesia de Nossa Senhora da Soledade da cidade de Itajubá, sul da Província de Minas Gerais e Bispado de São Paulo, da qual é Vigário Encomendado o Revmo. Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias, partimos da Freguesia da Soledade *(atual Delfim Moreira)*, onde nos achávamos em visita, no dia 12 de agosto próximo findo às 10 e meia horas da manhã, pousando na fazenda da Água Limpa, em casa do Ilmo. Sr. Agostinho Pereira Leite, onde no dia seguinte administramos a crisma a 120 pessoas devidamente preparadas, sendo 49 do sexo masculino e 71 do feminino; e nesse mesmo dia (13), gratos ao bondoso acolhimento e generosos obséquios que nos foram prodigalizados pelo referido fazendeiro e sua respeitável família, partimos ao mesmo dia para a cidade, onde chegamos às 4 e meia horas da tarde, sendo encontrado a três quartos de légua pelo Revmo. Pároco e inumerável multidão de pessoas de diferentes classes sociais; fazendo parte destas o Revmo. Pároco da Soledade e outros cavalheiros que nos acompanharam da sede daquela Paróquia e da fazenda da Água Limpa. No dia seguinte, 14 de agosto, depois de recebidas diversas comissões de saudação, dirigimo-nos à Capela de Nossa Senhora dos Remédios e aí, paramentando-nos, saímos processionalmente para a igreja Matriz, onde, às três horas da tarde, realizaram-se as cerimônias do Pontifical Romano, compatíveis com as circunstâncias do lugar e da ocasião, referentes à entrada pontifical, abertura e começo dos atos da visita.

"Seguiu-se um solene *Te-Deum* em ação de graças, capitulado pelo Revmo. Monsenhor Vigário da Paróquia e com assistência de todo o clero presente, precedendo uma instrução por nós feita sobre a natureza e fins da visita pastoral e ordem que se devia observar na marcha dos trabalhos.

"Apraz-nos registrar os nomes dos Revmos. Sacerdotes que tomaram parte em todas as solenidades ou diversas destas, a saber: — Os Revmos. Monsenhor Doutor Vigário da Paróquia Martiniano de Oliveira Pinto Dias; Cônego Vigário de Una (sic), Raimundo Marcolino da Luz Cintra, Secretário da Visita; Claro Monteiro de Melo, que nos auxiliou na prédica; Padre Porfírio de Sousa Martins, nosso Secretário Particular; Cônego Vicente de Melo César, Vigário de Pouso Alegre; Padre Bento Monteiro do Amaral, Coadjutor de São José do Paraíso; Padre Francisco Padovano, Vigário de Soledade de Itajubá *(Delfim Moreira)*; Padre Ambrósio Amâncio de Sousa Coutinho, Vigário de São Caetano da Vargem Grande *(Brasópolis)*; Padre Francisco Biondi, Vigário de Piranguçu; Padre Joaquim Inácio Vianna, Vigário de Santa Rita do Sapucaí, Bispado de Mariana, sendo que este e o Revmo. Cônego Vigário de Pouso Alegre demoraram-se apenas até o fim da festa da Padroeira.

"E para constar neste nosso provimento tudo quanto ocorreu por ocasião e em ordem a mesma visita, passamos a descrevê-la, e tudo é o que consta do original por nós confeccionado, escrito e assinado de próprio

punho, documento que será transcrito no Livro de Tombo da Paróquia e referendado com a nossa assinatura para a todo tempo constar e mais fins convenientes".

Notou D. Lino a falta do Livro de Tombo próprio da Matriz. Até então os registros dos eventos paroquiais se faziam nos livros de batizados de escravos. Até mesmo alguns acontecimentos de caráter profano ali se anotavam, como foi o caso da visita da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, documentada junto com o assentamento de cativos, como se já houvesse mesmo uma predestinação entre a Libertadora e os mancípios...

O ilustre e diligente Prelado determinou imediatamente a aquisição de um livro próprio para o Tombo, cujas folhas foram rubricadas pelo Secretário da Visita Pastoral, Cônego Raimundo Marcolino da Luz Cintra. O termo de abertura é de 22 de agosto de 1889. Deste então todos os acontecimentos da Paróquia ali se acham registrados. D. Lino iniciou-o com algumas notas históricas da cidade.

Sentiu ainda o Senhor Bispo a falta de um harmônium na Matriz, e nomeou uma comissão de senhoras encarregada de realizar a subscrição para a compra desse instrumento musical, assim composta:

D. Amélia Cândida Vianna Braga (Presidente), D. Lúcia Rennó (Tesoureira), D. Cândida Rennó, D. Maria dos Santos Pereira, D. Ana Inocência Schumann, D. Emiliana Olinto, D. Lucinda Carneiro Santiago, D. Maria Joaquina Carneiro, D. Maria de Macedo Magalhães, D. Júlia Pereira e D. Ana de Mattos (auxiliares) ("O Itajubá", de 04-09-1889).

Após 22 dias de permanência em Itajubá, despediu-se D. Lino, tendo sido acompanhado, até certa distância, por 200 cavalheiros. No momento da seperação, discursou o Dr. Aureliano Magalhães.

Crismou então D. Lino Deodato 1.258 pessoas, sendo 579 homens e 679 mulheres. No dia 23 iniciara ele o solene Tríduo de prece na Matriz, "pela paz da Igreja, soberania, independência e liberdade do Soberano Pontífice, o Santíssimo Padre Leão XIII, conforme dispunha a Pastoral do mesmo bispo, de 16 de junho daquele ano, a qual foi integralmente cumprida". As pregações foram feitas pelo culto orador sacro Padre Claro Monteiro de Melo.

Fora D. Lino quem desmembrara o bairro de São Pedro da Paróquia de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira), para anexá-lo à Paróquia de Itajubá, conforme assim se documentou no Livro de Batizados de Escravos, na parte que servia de Tombo, do arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Soledade:

"Portaria do Exmo. Vigário Geral Governador do Bispado, autorizando a anexação da fazenda de José Francisco de Faria, denominada São Pedro, da Paróquia da Soledade de Itajubá, à desta Paróquia:

"O Vigário Geral Governador do Bispado, atendendo ao que lhe representou José Francisco de Faria, e em vista das informações das respectivas Paróquias, há por bem desmembrar sua fazenda denominada São Pedro,

da Freguesia da Soledade de Itajubá, pelo que diz respeito à Estola, e anexá-la à Igreja desta cidade de Itajubá, onde de ora em diante, tanto o impetrante como sua família e mais pessoas residentes na dita fazenda, deverão procurar os socorros espirituais para cuja administração fica autorizado o Revmo. Pároco da mesma cidade. Será esta registrada no Livro de Tombo daquelas Matrizes para todo o tempo constar. São Paulo, 20 de outubro de 1878 — Joaquim Manuel Gonçalves de Andrade (Cônego)".

A última visita de Pastor diocesano do Episcopado bandeirante, a Itajubá, foi a de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, que o fez representado pelo seu Visitador, Cônego João Evangelista Braga, chegado à cidade em trem da então Estrada de Ferro Sapucaí, em 10 de abril de 1897, ao meio-dia. O representante do bispo foi recebido com todas as pompas e as solenidades que exigiam sua alta dignidade eclesiástica. Hospedou-o o Cel. Francisco Brás Pereira Gomes, pai de Venceslau Brás. Recebeu então o Cônego João Evangelista Braga as saudações do Cônego Antônio Moreira de Sousa e Almeida, Vigário da Paróquia; do Padre Carlos de Cerqueira, Vigário de Santa Rita do Sapucaí; do Padre Francisco Padovano, Vigário de Delfim Moreira; do Padre Hilário Monte Raso, Vigário de Pedralva. Ficou o Visitador até o dia 17 de abril, sábado da Aleluia. Durante essa Semana Santa pregara na Matriz o Vigário de Pouso Alegre, Padre José Paulino de Andrada.

Em fevereiro de 1897 o semanário católico "Pátria" levantou a idéia da criação da Diocese de Pouso Alegre. Seu redator, o Vigário pouso-alegrense Monsenhor José Paulino de Andrada, decidiu concretizar a idéia. O sul de Minas ainda estava administrado espiritualmente por duas Dioceses, a de São Paulo, à qual pertencia Itajubá, e a de Mariana. Estavam as duas Mitras separadas pelo rio Lourenço Velho. Urgia, pois, uma Diocese no sul de Minas. Já os Veigas haviam tentado o melhoramento, pleiteando para Campanha a sede episcopal, não o conseguindo então. O bispo bandeirante apoiou as iniciativas do Padre José Paulino, que tratou diligentemente de angariar recursos financeiros para a formação do patrimônio necessário à nova sede episcopal. Adquiriu então o incansável sacerdote uma chácara, na qual, nos velhos tempos, se instalara o Colégio Mendonça, e, em 8 de setembro de 1899, ali instalou o Seminário Menor de Pouso Alegre. Essa chácara histórica foi posteriormente adquirida pelo Ministério do Exército, para a instalação do 8.º Regimento de Artilharia Montada. Tratou o Padre José Paulino de adquirir mais algumas propriedades para a futura Diocese, e mandou fazer os reparos e as devidas adaptações na Matriz, a fim de satisfazer as exigências para sua elevação à catedral.

Aos 4 de agosto de 1900, pelo Decreto da S.C. Consistorial *Regio Latissime Patens*, foi, finalmente, por determinação de SS. o Papa Leão XIII, criada a Diocese de Pouso Alegre. Em 21 de julho de 1901 tomou posse seu primeiro bispo, D. João Baptista Correa Nery. Uma comissão da Câmara Municipal de Itajubá, composta dos Vereadores Francisco José de Faria Sobrinho e José Manso Pereira Cabral, foi incumbida de transmitir-lhe a solidariedade e as felicitações do povo itajubense.

Agora, sob o báculo pouso-alegrense, a primeira visita pastoral recebida por Itajubá foi em 19 de outubro de 1901. Essa primeira visita de D. Nery, além do Livro do Tombo, ficou registrada no jornal "Gazeta de Itajubá", de 9 e 27 de outubro e 3 de novembro de 1901. Chegara no trem das 11 horas e mais de 5 mil pessoas, diz a referida folha, o esperaram na gare da estação ferroviária, com apoteóticas festividades. O estimado D. Nery se fazia acompanhar dos Missionários Padres Mariano Esperança e José Domingues. Uma segunda visita fizera ele a Itajubá em 22 de abril de 1903. Vinha, desta feita, acompanhado do Cardeal D. Júlio Tonti, Arcebispo de Ancira e Núncio Apostólico junto ao Governo Brasileiro. Duas bandas de música, a *União e Trabalho* e a *Juventude Itajubense*, e grande multidão, receberam os ilustres prelados na estação ferroviária, que ali chegaram no trem da manhã. Durante o banquete, orou o Comendador Schumann, que também ergueu entusiásticos vivas a SS. Leão XIII, ao bispo diocesano e ao Núncio Apostólico. Falou ainda o Dr. Martiniano Antônio de Barros, Juiz de Direito de Santa Rita do Sapucaí. De Itajubá seguiram os dignos príncipes da Igreja para Campanha, e até à estação de Pedrão acompanharam-nos alguns itajubenses, entre os quais o Dr. Luís Rennó e Comendador Schumann, e ainda o Vigário, Padre Marçal Ribeiro, bem como a banda de música *União e Trabalho*. Numa terceira visita feita a Itajubá em 27 de setembro de 1906 (desta feita acompanhado do pregador Padre Carlos Cerqueira), sugeriu D. Nery ao Vigário, Padre Marçal, a construção da nova Matriz de Itajubá.

Transferido para Campinas, D. João Nery, a 30 de outubro de 1908, deixou a Diocese de Pouso Alegre. Substituiu-o D. Antônio Augusto de Assis, cuja posse se deu solenemente em 17 de novembro de 1909. A primeira visita deste novo bispo a Itajubá foi feita em 23 de junho de 1910. Pessoalmente, ainda voltaria a Itajubá em 31 de outubro de 1912.

Em 7 de fevereiro de 1916 D. Assis foi nomeado bispo de Guaxupé. Em 14 do mesmo mês e ano já estava nomeado o 3.º bispo de Pouso Alegre, D. Otávio Chagas de Miranda, sagrado, em Campinas, em 4 de junho de 1916 e empossado a 29 do mesmo mês. Sua primeira visita à Paróquia de Itajubá foi aberta em 20 de abril de 1917. Vinha acompanhado dos missionários Padres José Rengoachea e Fernando Serrano, bem como do então Padre Oscar de Oliveira, seu secretário, e que décadas mais tarde também seria bispo. Foi ao seu encontro, em Santa Rita do Sapucaí, uma comissão de itajubenses, composta de Francisco de Assis Pantoja, Dr. Amadeu Chiaradia, Plínio Brasil, Aureliano Schumann e Balduíno Vieira Salgado. Ao desembarcar na estação ferroviária de Itajubá, na qual o aguardava grande multidão, foi saudado por José Manso Pereira Cabral.

Muitas outras visitas fez D. Otávio a Itajubá, hospedando-se, em muitas dessas ocasiões, em casa do saudosíssimo clínico Dr. Xavier Lisboa. Lembrem-se as realizadas pomposamente nas seguintes datas (datas de abertura), sempre acompanhado do seu motorista e criado de inteira confiança, o bem-humorado Mirabeau:

Em 30-03-1921, em companhia dos Missionários Padres Moisés Miranda e Benedito Ascarate;

Em 15-09-1930;

Em 09-10-1935, em companhia do Missionário Padre Lourenço Gil. Foi saudado pelo Dr. Luís Pereira de Toledo;

Em 24-04-1940, em companhia do Padre Aurélio Mesquita. Foi alvo de excepcional homenagem de todo o povo, em frente à residência do Major João Antônio Pereira, onde orou o Dr. José Ernesto Coelho;

Em 18-10-1944, em companhia do Missionário Padre Simão Glock. Foi saudado pelo Dr. Luís Pereira de Toledo;

Em 02-1926 e 18-05-1948, nestas datas não pessoalmente, mas nas pessoas dos Visitadores, respectivamente Monsenhor Teófilo Guimarães e Cônego João Aristides de Oliveira Resende.

Em 22 de agosto de 1954, na cidade de Mariana, foi sagrado bispo D. Oscar de Oliveira, nomeado que foi auxiliar de D. Otávio Chagas de Miranda, já que este se achava com a saúde combalida. Sua primeira visita pastoral a Itajubá foi feita em 11 de outubro de 1955. Em 2 de fevereiro de 1958, conforme determinações do Papa, publicadas no "Osservatore Romano" de 28 de dezembro de 1957, D. Oscar de Oliveira tomou posse do múnus de Coajutor e Administrador da Diocese pouso-alegrense. Em abril do ano seguinte deixou Pouso Alegre para empossar-se como Arcebispo de Mariana.

D. Otávio Chagas de Miranda faleceu em 29 de outubro de 1959. Em 29 de junho de 1960 tomava posse o seu sucessor, D. José d'Ângelo Neto, sagrado em 26 de maio do mesmo ano em São João del-Rei.

A primeira visita pastoral de D. José a Itajubá foi aberta em 10 de agosto de 1960. Saudaram-no, em nome do povo itajubense, no adro da Matriz de Nossa Senhora da Soledade, os Drs. Vicente Vilela Vianna e Luís Fernando Faria de Azevedo, e ainda a menina Beatriz de Oliveira Bernardes.

O Bispado de Pouso Alegre está presentemente elevado a Arcebispado. A notícia foi publicada em "L'Osservatore Romano" de 02-06-1962, bem como a da promoção de D. José a primeiro Arcebispo Metropolitano da nova sede arquiepiscopal de Pouso Alegre, conforme os dizeres da comunicação de D. Armando Lombardi, Núncio Apostólico no Brasil. A instalação da Arquidiocese se deu solenemente em 23 de setembro de 1962, conforme registro no 2.º Livro do Tombo da Matriz de São José.

O Cardeal que muito honrou Itajubá com suas visitas foi D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota. Em 28 de maio de 1947 Sua Eminência foi recebido na estação ferroviária por invulgar multidão. Saudaram-no os

Drs. José de Lima Medeiros e José Ernesto Coelho. Hospedou-se em casa do Dr. Venceslau Brás, ao qual votava velha amizade. Em 29 de agosto do mesmo ano passava ele por Itajubá, acompanhando a imagem de Nossa Senhora Aparecida, quando então foi saudado pelo Dr. Luís Pereira de Toledo e pelo Prof. Gabriel Ferreira Leite. Ainda em 1947, em 21 de dezembro, retornava a Itajubá, desta feita para paraninfar, no dia seguinte, a nova turma de engenheiros pelo Instituto Eletrotécnico (EFEI). A 30 de abril de 1949 passara por Itajubá, a caminho da Vila Maria, onde presenciara a inauguração, em 1.º de maio, da capela de Santana. No dia seguinte, 2 de maio de 1949, Itajubá envaidecia-se de tê-lo novamente como hóspede, ocasião em que o insigne príncipe da Igreja presidiu a solenidade do lançamento da pedra fundamental da Granja-Escola Venceslau Neto.

Embora também não sendo Pastor da Diocese, igualmente fez solene visita a Itajubá o Bispo da Campanha, D. João de Almeida Ferrão, para um encontro com Venceslau Brás. Chegou no dia 26 de dezembro de 1910, ficando hospedado em casa de seu conterrâneo e amigo Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa. Em 27 foi o almoço íntimo com o ex-Presidente da República. A 28 retirou-se para Campanha.

* * *

78 — SACERDOTES

Itajubá, considerada Freguesia em 14 de julho de 1832, foi elevada à Paróquia em 27 de setembro de 1848, segundo Furtado de Menezes, *Clero Mineiro*, 1.º vol., págs. 193 e 195. Soleníssimas festas em Itajubá, conforme se registrou no Livro do Tombo (Livro de Batizados de Escravos, págs. 164/165), foram as da consagração da Paróquia ao Sagrado Coração de Jesus, celebradas em 9 de novembro de 1884, conforme determinava D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho em Carta Pastoral de 26 de agosto do mesmo ano. Muitas luzes, muita música, fogos em quantidade e badalar alegre dos sinos foi o que se viu naquele dia. Foram necessários três sacerdotes, Padre Martiniano de Oliveira Pinto Dias (vigário), Padre Francisco Biondi (vigário de Piranguçu) e Cônego José Luís de Melo (vigário de Brasópolis), que foi o pregador.

Foram os seguintes os vigários efetivos, e alguns dos interinos, da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, de Itajubá:

Padre Lourenço da Costa Moreira, fundador de Itajubá, de 1819 a 1827. Posteriormente, mesmo afastado da vigararia, jamais se retirou de Itajubá, senão num curto período em que foi capelão de Piranguçu, em 1853, quando ali ajudou o Padre Joaquim José de Oliveira a benzer a nova igreja, conforme assim deixou anotado o Bispo D. Lino no histórico que lançou no Livro de Tombo daquela hoje cidade. Em 1821, o Bispo D. Mateus de Abreu Pereira concedeu-lhe as prerrogativas de Vigário Colado da Boa

Vista do Sapucaí, o que prova que a autoridade diocesana já reconhecia então o novo povoado do Padre Lourenço, hoje cidade de Itajubá, como um novo núcleo eclesiástico, já desligado da Capela Velha. Por ser doente, com uma perna já quase sem movimentos, com bronquite e reumático, o Bispo deixou-o como coadjutor. Tinha permissão para celebrar na capela de São José, erigida junto à sua residência, todas as vezes que se agravavam os incômodos. Faleceu em 14 de junho de 1855 e foi sepultado no cemitério velho do Rosário.

Padre Fortunato Pereira de Castro, de 1827 a 1840. Durante os 13 anos que permaneceu na Boa Vista do Sapucaí, muito cooperou para o desenvolvimento do lugar. Além do Padre Lourenço, foi coadjutor, de 1826 a 1831, o Padre Pedro Nolasco César.

Padre José Vicente Ferreira Braga, em 1840 e 1841. Foi o primeiro padre nascido em Itajubá. Ordenou-se em 1839 com apenas 20 anos de idade, e faleceu prematuramente em 1845.

Padre João Baptista de Alvarenga, interino, em 1841. Foi quem concluiu a Matriz iniciada pelo Padre Lourenço, já aberta ao culto desde 1832.

Padre Joaquim José de Oliveira, de 1841 a 1844. Foi este vigário que conseguiu retirar da Berta a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, onde estava sendo objeto de exploração, idolatria e abusos, e trazê-la solenemente para uma capelinha improvisada na Praça João Martinho Moyë, dando origem à atual capela dos Remédios, zelada pelas Irmãs da Providência.

Padre José Honório da Silva, em 1844 e 1845.

Padre Joaquim José de Oliveira, de 1845 a 1853. Era a segunda vez que desempenhava o cargo de Vigário de Itajubá.

Padre Lourenço da Costa Moreira, de 1847 a 1851, interinamente, como substituto do Padre Joaquim de Oliveira, na qualidade de pro-pároco. Era a segunda vez que assumia a direção da Paróquia.

Sobre o Padre Joaquim José de Oliveira, encontrei o seguinte documento, transcrito no Livro n.º 1, para "nele se lançar os Registros desta Vila", do arquivo da Prefeitura:

"Lourenço Justiniano Pereira, Professor na Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Rosa, Chante da Catedral desta Imperial cidade de São Paulo, Delegado do Capelão-Mor do Exército por Sua Majestade Imperador e Vigário Capitular pelo Ilmo. e Reverendíssimo Cabido sede vacante *et-caetera*. Aos que esta Provisão virem saúde e paz para sempre em o Senhor. Faço saber que atendendo ao que me representou o Reverendo Joaquim José de Oliveira, Vigário Encomendado da Freguesia de Itajubá Novo, hei por bem pela presente provê-lo ao mesmo emprego por tempo de um ano se antes disso não mandar contrário, e lhe concede faculdade para administrar todos os sacramentos, a qual ocupação servirá como convém ao discípulo de Deus e bem das almas de seus fregueses aos quais absolverá

dos pecados ainda mesmo dos reservados do Bispado. Residirá sempre em sua Paróquia, e do seu distrito não sairá sem licença minha, observará em tudo mais o que determina a Constituição do Bispado naquilo em que está adotado e não tem legítimo uso em contrário. Recomendo-lhe muito considerar em o alto Ministério do seu emprego tendo sempre diante dos olhos a estreita conta que há de dar a Deus pela conduta de seus fregueses. Mando por Santa obediência a todos os fregueses da dita Freguesia reconheçam ao dito Padre Joaquim José de Oliveira por seu legítimo Vigário Encomendado e como tal lhe obedeçam em tudo quanto são obrigados. Findo o dito tempo de um ano que será aos dezesseis dias de dezembro de 1852 ficará esta em vigor, e para continuar requeira novo Provimento juntando esta com a qual haverá todos os emolumentos proes e precalços que por direito lhe pertencer, e a côngrua consignada por Lei. Dada nesta Câmara Capitular de São Paulo sob meu sinal e selo da Mesa Capitular aos 16 de dezembro de 1851, e Eu o Padre Maximiano José Correa da Silva, Escrivão Ajudante da Câmara Capitular a subscrevi — Lourenço Justiniano Pereira — Registrada no Livro 34 folhas 9, São Paulo, 16 de dezembro de 1851 — Barbosa — Provisão do Vigário Encomendado da Freguesia do Itajubá Novo por tempo de um ano a favor do Reverendo Joaquim José de Oliveira, para fazer saber e assinar — Nada mais se continha na dita Provisão que bem e fielmente a copiei — Secretário da Câmara Municipal da vila de Itajubá, 7 de julho de 1852, e Eu Luís Rodrigues de Miranda, Secretário que o escrevi".

O Padre Lourenço da Costa Moreira esteve no exercício de vigário também de 22 de novembro de 1853 a 10 de dezembro do mesmo ano (Ata de 10 de janeiro de 1854, da Câmara Municipal).

O Padre Joaquim José de Oliveira reassumiu, pela quarta vez, o vicariato itajubense, em fins de dezembro de 1853, permanecendo no posto mais 4 meses.

Padre José Joaquim da Costa, Pro-Pároco em 1852.

Padre José Lopes de Camargo, de 1853 a 1854, nomeado por D. Antônio Joaquim de Melo, bispo de São Paulo, em 26 de novembro de 1852. Sua posse se deu em 6 de julho de 1853. É o que consta no Livro n.º 1, "para nele se lançar os Registros desta vila", do arquivo da Prefeitura.

Padre Pedro Celestino de Alcântara Pacheco, de 1854 a 1857, nomeado por Provisão de 22 de abril de 1854. Na Ata de 13 de junho de 1857, da Câmara Municipal, ficou registrado que, naquele ano, o Vereador Joaquim Pinto de Noronha propunha que se oficiasse ao Bispo diocesano, solicitando-lhe "a conservação do Vigário Pedro Celestino" na Paróquia, o qual se achava transferido, do que se inferem as boas qualidades desse sacerdote. O bispo, contudo, não atendeu ao pedido da Municipalidade, e nomeou o Padre Flamíneo...

Padre Cândido Cipriano da Rocha, em 1857.

Padre Flamíneo Alves Machado do Nascimento, em 1857.

Padre Benedito Teixeira da Silva Pinto. Vigário de 1857 e 1859.

Padre Guido Antônio de Paula e Silva, nomeado em 15 de dezembro de 1859. Foi vigário de Itajubá até 1862.

Padre Benedito Teixeira da Silva Pinto, em 1862 e 1863.

Padre Antônio Caetano Ribeiro, nomeado em abril de 1861. Antes disso já se encontrava esse sacerdote na Paróquia de Itajubá, tanto assim que concorrera nas eleições de 1860, para vereador municipal. Na Ata da Câmara, de 16 de abril de 1861, já se fazia constar um ofício seu, pedindo desligamento da Edilidade, por motivo de ter sido nomeado Vigário de Itajubá. O Padre Antônio Caetano Ribeiro era dinâmico e patriota. Foi Presidente da Câmara e Agente Executivo Municipal (Prefeito). Foi Vigário até 1864. Depois disso permaneceu ainda por alguns tempos em Itajubá, na qualidade de coadjutor, e no quatriênio seguinte figurou novamente como vereador pelo legislativo municipal.

Padre Pedro José da Veiga. No Livro de Batizados de Escravos (pág. 102) há a seguinte nota sua: "Hoje começo meus assentos de batismo de cativos no presente livro por ter tomado posse desta Igreja no dia 8 de maio de 1864". Na reunião de 7 de julho de 1864, da Câmara Municipal, sugeria o Vereador Antônio Luís Pinto que fosse, pela Municipalidade, enviado um agradecimento ao Bispo Diocesano pela nomeação do Padre Pedro José da Veiga. Nas velhas Atas da Irmandade de São Benedito, existentes no arquivo da Capela deste santo, o Padre Veiga em 1868 ainda era o vigário da Paróquia.

Padre João Baptista Teixeira Monteiro, como substituto durante o paroquiato do Padre Pedro da Veiga. Também estava em Itajubá, de 1864 a 1866.

Padre José Luís Coelho Pereira de Magalhães, em 1868 e 1869. Foi sepultado em Itajubá, em 17 de julho de 1869.

Padre Antônio Caetano Ribeiro, de 1869 a 1870. Mais uma vez assumia o vicariato.

Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias, nomeado por Provisão de 18 de agosto de 1870. Tomou posse em 18 de setembro do mesmo ano. Bernardo Saturnino da Veiga, no *Almanaque Sul-Mineiro* de 1874, confirma sua presença em Itajubá, naquele ano. Foi vigário até 1881.

Padre Aureliano de Sousa Cunha Carvalho. Foi vigário em 1881. Não encontrei o seu nome nos registros da Igreja. Aqui o incluo baseado em publicações aparecidas em folhas da época, como esta do jornal itajubense "Gazeta Comercial" de 28-08-1881, onde consta esta sua nota:

"DESPEDIDA — Cheio de gratidão e penetrado do mais vivo reconhecimento, parto desta cidade eminentemente hospitaleira, cujos habitantes se distinguem pelos sentimentos da mais elevada generosidade; agradeço do fundo d'alma as demonstrações de apreço e simpatia que me foram tão cavalheirosamente dispensadas pelo polido povo de Itajubá; a todos protesto

gratíssima memória dos dias felizes que em tão bela sociedade passei. No lugar de minha residência encontrarão tãos bons amigos a melhor vontade de minha parte, e os pequenos serviços com franqueza. Peço desculpas a quantos me honraram com suas visitas por não ter podido me despedir pessoalmente. — Itajubá, 17 de agosto de 1881 — O Vigário, Aureliano de Sousa Cunha Carvalho".

Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias, de 1881 a 1887. Reassumiu o vicariato por provisão de 11 de outubro de 1881.

Padre Claro Martins. Nomeado em 18 de junho de 1887. Tomou posse a 3 de julho do mesmo ano. Figura na lista dos párocos de Itajubá, gentilmente a mim remetida pelo Diretor da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias. Reassumiu, mais uma vez, o vicariato por Provisão de 5 de dezembro de 1887, permanecendo no posto até 18 de março de 1890, dia em que faleceu inesperadamente. Foi sepultado em Itajubá.

Cônego José Rodrigues de Oliveira. "O Itajubá" n.º 48, de 23 de abril de 1890, assim noticiou: "Foi nomeado Vigário da Paróquia desta cidade o Revmo. Cônego José Rodrigues de Oliveira, ex-deputado no Estado de São Paulo".

Não encontrei, nos livros do arquivo paroquial e da Prefeitura nada que prove a presença desse sacerdote em Itajubá.

Padre Ambrósio Amâncio de Sousa Coutinho, então Vigário da Vargem Grande, que, por decisão de 24 de março de 1890, passou a responder pela Paróquia de Itajubá. Nesse período, também interinamente assumiu a Paróquia o Padre Francisco Biondi, pároco de Piranguçu.

Cônego Augusto Leão Quartin. Tomou posse em 3 de maio de 1890. Deixou a Paróquia itajubense em 1893. Foi transferido para o Espírito Santo do Pinhal.

Padre Ambrósio Amâncio de Sousa Coutinho. Por Provisão de 9 de setembro de 1893, foi nomeado vigário de Itajubá, cargo que deixou no ano seguinte. Está mencionado pela imprensa itajubense da época e consta no Livro de Tombo.

Cônego Felisberto Edmundo da Silva. Por Portaria de 3 de novembro de 1894, de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, foi este sacerdote designado para exercer cumulativamente o cargo de vigário de Brasópolis (São Caetano da Vargem Grande de então) e de Itajubá, o que efetivamente se deu até 31 de dezembro de 1894.

Cônego Antônio Moreira de Sousa e Almeida. Nomeado vigário em 10 de dezembro de 1894. Tomou posse em 1.º de janeiro de 1895. Por determinação de 8 de maio de 1895, de D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, ficou o Cônego Sousa e Almeida incumbido de prestar a assistência religiosa cumulativamente à Paróquia de Brasópolis. Em fevereiro de 1898 foi removido para Caçapava.

Padre Tertuliano Vilela de Castro, nomeado por Portaria de 14 de fevereiro de 1898. Tomou posse em 27 de março do mesmo ano, tendo como testemunha o Padre Francisco Padovano, Vigário de Soledade de Itajubá (Delfim Moreira). Foi vigário de Itajubá até setembro de 1899.

Padre José Calazans Pinheiro. Vigário por alguns dias, sendo nomeado Pro-Pároco, cargo em que permaneceu mesmo depois da posse do Padre Marçal. A grande e memorável festa litúrgica e o *Te-Deum* soleníssimo celebrados para assinalar a passagem do século foram oficiados pelo Padre Calazens, conforme consta no Livro do Tombo. Permaneceu na Paróquia até 1901.

Padre Marçal Pereira Ribeiro, nomeado por Portaria de 30 de agosto de 1899. Tomou posse em 8 de setembro do mesmo ano. Foi Vigário de Itajubá até 1910. Obteve licença de seis meses, sendo-lhe "passada carta comendatícia em 13 de agosto de 1900", ficando em seu lugar o Pro-Pároco Calazans.

Cônego José Salomon. Tomou posse em 1.º de setembro de 1910. A Portaria de 8 de agosto de 1910, de D. Antônio Augusto de Assis, havia nomeado o Cônego José Pinto Gonçalves para o cargo de Vigário de Itajubá. Não encontrei a posse desse sacerdote, mas, em seu lugar, a do Cônego José Salomon, ou Cônego Zequinha, como era conhecido. Por motivo de doença, ficou o Cônego Zequinha substituído, de 1921 a 1926, pelo Padre Rooyen, ano em que este assumiu efetivamente a Paróquia. Anos depois, recuperada a saúde, voltou o Cônego José Salomon às atividades sacerdotais, ficando como capelão da igreja da Vila Vicentina, cargo em que permaneceu até falecer, em 1974.

Padre João Baptista van Rooyen, nomeado por Portaria de D. Otávio Chagas de Miranda, em 5 de fevereiro de 1926. Sua posse se deu a 7 do mesmo mês. Era de nacionalidade holandesa. Ficou desde então a Paróquia confiada à direção dos padres do Sagrado Coração, Ordem missionária essa fundada em Issoudun, na França, no ano de 1854, pelo Padre Jules Chevalier, hoje operante em todas as partes do mundo. O Padre Rooyen foi vigário até 1934. Foi o construtor da atual Matriz de Nossa Senhora da Soledade, de Itajubá.

Padre Arnaldo Geerts. Também holandês. Nomeado por Portaria de 5 de abril de 1934, e empossado a 8 do mesmo mês. Despediu-se de Itajubá em 23 de agosto de 1936, tendo então usado da palavra o Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes.

Padre José Willing, alemão, nomeado em 24 de agosto de 1936, empossado a 30 do mesmo mês, tendo por uma das testemunhas o Dr. Venceslau Brás. Foi vigário até 1947.

Padre João Paulo Agostinho Picard, holandês, nomeado em 24 de janeiro de 1947, e empossado em 2 de fevereiro do mesmo ano. Durante sua ausência, por ocasião de sua ida à Holanda, foi substituído pelo Padre Frederico van Leewe. Deixou o Padre Agostinho a Paróquia em janeiro de 1959.

Padre Pedro Verdurmen. Holandês. Posse em 1.º de fevereiro de 1959. Permaneceu como Vigário de Itajubá até 6 de janeiro de 1960. Posteriormente esteve em Itajubá como coadjutor.

Padre João Paulo Agostinho Picard. Reassumiu a Paróquia em 6 de janeiro de 1960, nela permanecendo até 1965.

Padre Teodoro Kock, vigário de 1965 a 6 de janeiro de 1980. Cuidou do cemitério, reformando-o, construindo a nova capela, embelezando-o com plantações de flores e fazendo o alinhamento de ruas e túmulos.

Padre Hélio Pontes, em 1980, interino.

Padre João José de Almeida. Assumiu a Paróquia em 27 de janeiro de 1980, permanecendo até 1983.

Padre Salvador Andreetta, de 1983 a 1985.

Padre João José de Almeida. Reassumiu a Paróquia em 1985.

Em 8 de dezembro de 1958, por ato de D. Oscar de Oliveira, bispo coadjutor da Diocese, foi o município de Itajubá dividido em duas paróquias, a de Nossa Senhora da Soledade e a de São José.

A 1.º de janeiro de 1959 era nomeado o primeiro pároco de São José, Padre Generoso Siqueira de Carvalho, cuja posse ocorreu em 1.º de fevereiro do mesmo ano. Permaneceu até 1964.

O 2.º vigário da Matriz de São José foi o Padre Vicente Pereira Gomes, de 1965 a 1981. Sua posse ocorreu em 6 de janeiro de 1965.

O 3.º foi o Padre Maurício Pieroni, em 1981 e 1982.

O 4.º pároco de São José é o Padre Arquimedes Carvalho de Andrade, desde 1983.

Não me foi possível a relação completa dos coadjutores de Itajubá, pois nem os arquivos da Matriz a possuem. Não deviam ser muitos os do século passado e no início deste. Poucas vezes possuiu então a Paróquia outro sacerdote além do pároco.

O Padre José Geraldo de Sousa foi o mais antigo coadjutor da Paróquia de Itajubá, na qual esteve em 1819, ano da fundação, em companhia do Padre Lourenço da Costa Moreira, o que se prova à vista do livro de batizados de escravos, página 28, onde se registrou o batizado feito por ele, naquele ano, da escrava Joaquina.

Foram coadjutores da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade os seguintes sacerdotes (relação incompleta e fora de ordem cronológica):

Benedito de Oliveira Salomon, Mathias Nysters, João José Pereira, José Joaquim de Santana, Edmundo Augusto de Castro, Walter Grol, Vitório de Almeida, Frederico van Leeuwe, Adriano Bayings, Teófilo Guimarães, Cristiano Pilzecker, Leonardo Hendricks, Teodoro Hebinck, Afonso de Graaf, Alberto Brandts, Geraldo Pelzers, Lamberto Prins, José dos Passos e Silva, Joaquim dos Passos e Silva, José Maria Pinto, Santo Marini, Adriano van Iersel, Donato van Hest, Ildefonso Sigrist, Augusto José de Carvalho, Paulo

de Castro Moreira, Pedro Strabeli, João Polman, João Baptista Rinja, Luís Bertazzi, Roberto Bertazzi, Adão vonBach, Aloísio Pereira Pinto, João Pedro Lafforgue, Nicolau Ruyter, Antônio Degenhart, Luís Neiwenhuis, Adriano Kort, José Maria Beer, Eysbrando Cornélio Paulo Hartgers, Everardo van Oostrom, Domingos Perrone, Francisco Biondi, Lauro de Castro, João Schuur, Plínio Pereira Negrão, Leonardo van Liempt, Cornélio Ham, Arlindo Giacomelli, Antônio van Ess, Reinério Hettinga, Geraldo Vesters, João Galiart, José Wynands, Antônio Leonardo Mário Pennock, Luís Hernandez da Cunha, José Vicente Pivato, Humberto Rademakers, Antônio Ribeiro da Luz, Tarcísio de Lima, Wanderley Ribeiro dos Reis, Luís van Woesik e Tiago Tiburge.

A Capela de Santa Teresinha, no Pacatito, já teve três capelães militares, da Guarnição de Itajubá, os Capitães Padre Aymar Rocha (nomeado por Portaria Ministerial de 23 de julho de 1947), José Inácio Melo (classificado em Itajubá por Portaria Ministerial de 26 de maio de 1956) e Cássio Ferreira.

Dos missionários holandeses do Sagrado Coração, três foram sepultados em Itajubá: os Padres Paulo Hartgers (01-02-1933), Nicolau Ruyter (09-03-1950) e Donato van Hest (19-10-1983).

Foram ainda seputados em Itajubá os seguintes sacerdotes:

Lourenço da Costa Moreira (14-06-1855), José Luís Coelho Pereira de Magalhães (17-07-1869) e Antônio Ribeiro da Luz (15-10-1885), estes três no cemitério antigo; Martiniano de Oliveira Pinto Dias (20-03-1890), Edmundo Augusto de Castro (01-11-1944), Benedito de Oliveira Salomon (14-02-1950) e José Salomon (02-08-1974).

Entre os mais consagrados oradores sacros já surgidos nos púlpitos itajubenses, citem-se o escritor e respeitado tribuno Padre Arlindo Vieira S.J., que, de 23 de janeiro de 1944 a 29 do mesmo mês e ano, realizou conferências na Matriz de Nossa Senhora da Soledade, e o erudito Padre J. Jatobá.

Ficaram na memória dos itajubenses as conferências do Padre jesuíta Pedro Alagiagian, em 28 de julho de 1961, que falou dos horrores que presenciou em países comunistas, das torturas e maus tratos infligidos aos que não aceitam o regime da escravidão soviética. Esteve ele 23 anos na Rússia, 11 como missionário e 12 como prisioneiro no terrível calabouço de Lubiank (prisão de Moscou), pelo "crime" de pregar o Evangelho e falar em Nosso Senhor Jesus Cristo!...

Em várias ocasiões vêm recebendo as Paróquias itajubenses as visitas de missionários Redentoristas e de outras Ordens, sempre com a participação de grandes tributos sacros.

Algumas biografias de sacerdotes citados neste cepítulo, que tiveram maior participação na vida e na história de Itajubá, figuram no volume *Colmeia Itajubense*.

* * *

79 — IRMANDADES, DEVOÇÕES, APOSTOLADO E CONFERÊNCIAS

A mais antiga Irmandade de Itajubá deve ter sido a de Nossa Senhora do Rosário. Segundo João Camilo de Oliveira Torres, em *História de Minas* (Distribuidora Record, 1967, pág. 24), essa "Irmandade só aceitava pretos, livres ou escravos". São Benedito e Nossa Senhora do Rosário eram os santos de sua devoção. "Estas Irmandades gozavam de plena liberdade e seus dirigentes eram eleitos por eles mesmos, e as suas festas tinham seus próprios programas". Ajudavam os Irmãos a se libertarem da escravidão. "Era quase um sindicato de escravos"...

Conquanto uma Irmandade de homens de cor, procuravam, contudo, os seus Irmãos, prestigiar a Confraria elegendo os brancos, ou seus *senhores*, para comporem as Mesas diretoras. E nos congados que promoviam no dia 6 de janeiro de cada ano, a rainha era sempre uma *sinhazinha* escolhida entre as mais conceituadas famílias do lugar.

A Irmandade do Rosário já existia no segundo quartel do século passado, quando a capela de Nossa Senhora do Rosário foi então construída em frente ao cemitério velho. No inicio deste século desapareceram o templo e a necrópole. Em 1874, segundo Bernardo Saturnino da Veiga *(Almanaque Sul-Mineiro)*, a Mesa Administrativa dessa Confraria era assim constituída:

Tesoureiro: Ten.-Cel. Manuel José Pereira Júnior; Procurador: Antônio José Máximo; Secretário: Amaro José de Campos; Andador: Liberato de Paiva Paixão. A Presidência, sem dúvida, estava confiada ao vigário.

O Cônego José Salomon muito incentivou a devoção ao Rosário. No Livro do Tombo vemos que ele, em 14 de dezembro de 1911, instituiu solene e canonicamente a Confraria do Santíssimo Rosário, distribuindo medalhas e rosários aos Irmãos, em número de 300. Em 15 de janeiro do ano seguinte, a Mesa Administrativa dessa Confraria ficou assim constituída:

Presidente: D. Adelina Ribeiro Salomon; Vice-Presidente: D. Benedita Gonçalves Pinto; Tesoureira: D. Ana de Faria Carvalho; Secretária: D. Alzira Machado Camargo; Conselheiras: D. Laura Ribeiro Pinto, D. Maria Mendes Leite, D. Benedita Salomon e D. Maria Dalle Cabral; Sacristãs: D. Ambrosina Magalhães Leite e D. Maria José Noronha.

A Irmandade de São Benedito é também das mais antigas, e se confundia, às vezes, com a do Rosário, quase não havendo distinção entre uma e outra. Existiu desde a fundação de Itajubá, mas só foi ereta canonicamente em 22 de maio de 1904. É o que se lê na "Gazeta de Itajubá", de 05-06-1904. A primeira Mesa diretora foi organizada em 29 de maio e a posse se deu em 2 de junho do mesmo ano. Assim foi constituída a primeira diretoria:

Vigário Padre Marçal Pereira Ribeiro, Presidente; Claudino Manoel da Costa, 1.º Vice-Presidente; Vicente Luís dos Santos, 2.º Vice-Presidente; Peregrino de Magalhães, Tesoureiro; Benedito Veríssimo Rennó; 1.º Secre-

tário; Américo João Ribeiro, 2.º Secretário; Amaro de Oliveira, Procurador; Antônio Florentino Penna, Zelador; Raimundo Umbelino, José Baiano Rennó, Manuel Salomon, Herculano Henrique da Cruz, Conselheiros.

Contava, então, com 53 Irmãos. Seu restaurador e animador foi o Padre Marçal Pereira Ribeiro.

Quando, em 1843, o Padre Joaquim José de Oliveira levou para a cidade, em aparatosa e solene procissão, a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, até então venerada nas Anhumas, já existia na Paróquia a Irmandade de São Benedito, conforme o documento que na época se lavrou, mas só muitos anos mais tarde é que essa Confraria construiu sua capela. Antes, as reuniões eram feitas no Consistório da igreja Matriz, sob a presidência do vigário. Não me foi possível encontrar as primeiras Atas da Irmandade de São Benedito. A mais antiga Mesa Administrativa de que se tem notícia, tinha por tesoureiro o cidadão Manuel José Dias Pereira. Em 20 de janeiro de 1867, sob a presidência do Padre Pedro José da Veiga, foi eleita nova Mesa, ficando assim constituída:

Tesoureiro: Evaristo da Silva Campista; Secretário: Carolino Luis de Almeida; Procurador: Marcelino Cirilo de Sousa; Zelador: Luís Rodrigues de Sales; Empregados: Antônio Joaquim do Prado, Carolina Cândida Garcia e outros.

Em 1874, segundo o *Almanaque Sul-Mineiro* de Saturnino da Veiga, ficou assim organizada a diretoria da Irmandade:

Tesoureiro: João Guilherme Ferreira de Castro; Procurador: Inácio Custódio Pereira Dias; Secretário: Antônio Simplício Pereira Dias; Andador: José Francisco Benguela; Zelador: Antônio Fernandes da Silva.

Com a abolição da escrevatura, houve uma interrupção da Irmandade de São Benedito, constituída quase exclusivamente de cativos. Ocorreu uma cisão entre os Irmãos. Por isso, pensou-se, então, em fundar-se uma nova Irmandade, sob a mesma invocação mas com nova constituição. No Dia dos Santos Reis de 1890 os confrades se reuniram para novas decisões, lavrando-se dessa reunião a Ata da qual transcrevo este trecho:

"Aos seis dias do mês de janeiro de mil oitocentos e noventa, no Consistório da Igreja Matriz desta cidade, sob a presidência do Revmo. Vigário, Tesoureiro Arlindo Barbosa de Matos, Procurador Manuel Sabino da Silva, Zelador João Baptista de Miranda, Juíza da Vara Genoveva Gama Andrada, interino Higino Miranda comigo Secretário abaixo assinado, o Sr. Presidente declarou que estando completa a Mesa estava aberto (sic) os trabalhos pelo mesmo Sr. Presidente foi entregue um Ofício assinado pelo Irmão José Gaspar Pereira Leite autorizado pelo festeiro e festeira declarando que um grupo de Irmãos da ex-Irmandade de São Benedito reunia-se para eleger novos empregados declarando mais que era nula essa reunião, visto ter ela um novo compromisso, para fazer nova Irmandade pois que a que está depois da Lei de 13 de maio não deve continuar, pedindo mais que o Sr. Presidente não presidisse a dita reunião, que era um capricho que estava fazendo, e que não estava de acordo com o com-

promisso, tomando conhecimento a Mesa do dito Ofício, e Secretário declarou que protestava contra tal Ofício, que não era capricho dos mesários, mas sim do Sr. Pereira Leite, mandar um Ofício naquelas condições à Mesa, que estava cumprindo com as leis do compromisso, que manda fazer todos os dias 6 de janeiro eleição para novos empregados, e que entendia que o Ofício dirigido ao Revmo. Vigário, a Mesa nada tinha com ele visto a Irmandade não estar dissolvida e nem constar de Ata, que o Sr. Pereira Leite estivesse autorizado a mandar vir compromisso para formar nova Irmandade pois em tudo que a obrigação do Sr. Pereira Leite era vir declarar à Mesa o motivo por que não fez a festa no tempo marcado, pois fazem (sic) 3 anos e já tem tirado esmola e não dá andamento algum, logo em seguida o Sr. Presidente pôs a votos se a Mesa tomava em consideração o Ofício dirigido, ou se fazia eleição para os novos empregados a Mesa resolveu por unanimidade que procedesse a eleição".

Pelo que se anotou na Ata de 26 de abril de 1868 da Irmandade, a imagem de São Benedito foi feita naquele ano pelo escultor Manuel Joaquim Ferreira Funchal, pela quantia de 170 mil réis. Foi benta no dia 25 de abril de 1868, pelo Padre Antônio Caetano Ribeiro, dia em que foi novamente benta também a imagem de São Sebastião, "que foi encarnada de novo pela quantia de trinta mil réis por uma subscrição promovida pelo Coletor Inácio Teodoro de Araújo Júnior", a quem a Matriz ficou devendo — diz a referida Ata — "uma imagem como ela merece muito por este santo ter advogado perante Nosso Senhor Jesus Cristo a favor da Nação Brasileira pelo triunfo dela contra o Lopes, aquele aventureiro do Paraguai, e assim mais ter advogado nesta florescente cidade a remoção da peste varíola da qual fomos ameaçados". Voltando à imagem de São Benedito, lembro ainda que essa escultura foi providenciada pelo Cel. Evaristo da Silva Campista e pelo cativo João Plácido, "escravo de D. Lucinda Cândida dos Prazeres, os quais não pouparam meios para que a Irmandade possuísse esta imagem como fé viva da invocação" — informa ainda a mesma Ata.

Nos primórdios de Itajubá houve, na Paróquia, grande devoção a Nossa Senhora da Boa Morte, existindo até uma Irmandade sob seu patrocínio, que promovia anualmente solenidades e festas em seu louvor. "Mas isto foi por pouco tempo; — informa o Livro de Tombo (págs. 146/147) — consta que havia juízes e juízas, muitos oficiais de Mesa, e que os fiéis concorriam com suas esmolas ao Tesoureiro; mas este já é falecido; e tendo-se muito antes afrouxado a devoção, não se fez mais festa, de maneira que não se sabe se a Irmandade tinha ou não haveres; isto aconteceu muito antes de 1842". "Tem esta Irmandade seu resplendor de prata".

Em 1874 ainda existia a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, pois, Bernardo Saturnino da Veiga, naquele ano, no *Almanaque Sul-Mineiro,* citava sua Mesa:

Tesoureiro: Manuel José Pereira Guimarães; Procurador: Abílio Augusto Cardoso de Oliveira; Secretário: Joaquim Pinto de Noronha; Andador: Valentim Rodrigues do Nascimento.

Seu Tesoureiro em 1872 fora José Gaspar Pereira Leite.

Doze anos depois, em 1884, a Mesa da Irmandade da Senhora da Boa Morte nomeou a seguinte comissão de senhoras, encarregada de angariar donativos para realizar, a 15 de agosto daquele ano, a festa da Padroeira da Irmandade:

D. Lúcia Pereira dos Santos Rennó, senhora do Cel. Antônio José Rennó; D. Ana Maria de Jesus Lima, consorte de Fructuoso Ramos de Lima; e D. Maria Inácia de Macedo, esposa do Dr. Aureliano Magalhães.

Também centenária na Paróquia é a Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos. No Livro de Batizados de Escravos (que, então, servia de Tombo), pág. 147, há o seguinte apontamento:

"Irmandade do Sr. Bom Jesus dos Passos. — Foi criada esta Irmandade em 1851; tem Compromisso aprovado. Tem-se feito o festejo em tempo próprio; com procissões, os Passos próprios estampados a óleo; dois sermões: do Encontro e do Calvário. Tem oficiais de Mesa e Irmãos; que são nomeados todos os anos no sábado da Aleluia; há Irmãos pedintes em cada altar; e entregam ao Tesoureiro o que tiram, recebendo deste recibo, etc. A Irmandade tem já um terreno comprado no Largo desta vila para a construção de uma Capela própria".

O Largo a que se refere esse documento é o Largo dos Passos, atual Praça Teodomiro Santiago. Como sabem os itajubenses, nenhum templo chegou a ser ali construído. Nesse terreno, já neste século, foi construído o cinema *Bijou-Salon,* depois transformado em Bar Acadêmico.

Em 13 de janeiro de 1895 foi instalado na Matriz o Apostolado da Semana Santa, pelo Cônego Antônio Maria de Sousa e Almeida. No termo de abertura do Livro de Atas desse Apostolado ficou esclarecido o seguinte: "Servirá este livro para o expediente do Apostolado que se vai organizar nesta Paróquia com o fim exclusivo de solenizar-se a grande festa das Endoenças na Semana Santa, em cada biênio". A Comissão Diretora foi composta de 4 membros:

O Pároco (Presidente), Miguel Carlos da Silva Braga (Tesoureiro), Olímpio Augusto de Magalhães (Secretário) e Eusébio Pereira (Procurador).

A Ata inaugural teve a assinatura de 50 paroquianos, dos mais destacados elementos da sociedade local.

Dos velhos tempos é também a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em 1874, sua Mesa, segundo Saturnino da Veiga *Almanaque Sul-Mineiro,* era assim constituída:

Tesoureiro: Joaquim Barbosa de Matos; Procurador: Francisco Teodoro de Araújo: Secretário; Ezequiel Augusto Nunes Bandeira; Andador: Onofre Furquim da Luz Pereira. A Presidência cabia ao vigário.

Os "Irmãos de Mesa" da Irmandade do Santíssimo Sacramento, segundo "O Itajubá" de 29-06-1873, eram, naquele ano, Frederico Schumann, João Carneiro Santiago Sobrinho, Cândido Caetano Ferreira, Francisco Gomes

Júnior, João José Pereira, Manuel Correa de Miranda, Liduardo Rodrigues de Sousa e José Gomes Vieira.

A Corte de São José foi instituída canonicamente na Paróquia de Itajubá pelo Cônego José Salomon, em 19 de março de 1912, mas sua fundação se dera no ano anterior, conforme elucida a seguinte Ata:

"Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e onze, na sacristia desta Matriz, presentes o Revmo. Sr. Vigário Padre José Salomon, José de Castro, José de Oliveira Salomon e Cornélio de Faria, pelo mesmo Revmo. Vigário foi declarado que o fim da presente reunião era ficar criada a Corte de São José, o que se deu por aclamação, tendo sido eleito presidente o Revmo. Sr. Padre José Salomon; Vice-Presidente o Sr. José Pereira de Castro; Tesoureiro o Sr. José de Oliveira Salomon, e Secretário o Sr. Cornélio de Faria, cuja diretoria ficou empossada de seus respectivos cargos pelo atual presidente. A sessão foi aberta e encerrada com as formalidades que manda a nossa Santa Igreja".

O Apostolado da Oração foi fundado em Itajubá pelo missionário jesuita Padre Bartolomeu Taddei, em 1885.

E já é também antigo na Paróquia o Apostolado do Sagrado Coração.

A Confederação do Divino Espírito Santo foi fundada em Itajubá em 14 de julho de 1905. Ficou sua primeira diretoria assim formada:

Presidente: Padre Marçal Pereira Ribeiro; Vice-Presidente; João Gomes de Lima; Secretário: Carmo Cascardo; Tesoureiro: Joaquim Gomes de Lima.

De sua diretoria também fizeram parte, posteriormente, Dr. Antônio Salomon, João Cândido Pereira Rennó, Jerônimo Poddis, Luís Ribeiro de Faria, Vicente Brás Carneiro, Cândido José de Oliveira e outros.

Há ainda na Paróquia de Nossa Senhora da Soledade a Associação de Santa Inês, a Congregação de São Geraldo, a Associação de Adoração Noturna e a Pia União das Filhas de Maria. Desta última, a mais antiga diretoria que conheço é a seguinte, eleita em 1915:

Diretor: Padre José Vicente Pivato; Diretora: Irmã Maria Máxima; Presidente: D. Laura Pinto; Vice-Presidente: D. Maria José Chaves; Secretária: D. Maria Henriqueta de Sousa Grell; Tesoureira: D. Maria Mendes Leite; Consultoras: D. Anita Rennó e D. Cecília Noronha; Conselheiras: D. Maria Gomes, D. Evangelina Rennó, D. Maria Ribeiro de Carvalho e D. Maria Amélia de Lima.

A Irmandade do Sagrado Coração de Jesus é de tradição na história da Igreja em Itajubá. No início deste século esteve presidida por D. Cândida Pereira de Guimarães Rennó. Em 1903 as zeladoras reuniram-se no consistório da Matriz, e elegeram a seguinte e nova diretoria:

D. Maria Sophia Schumann, Presidente; D. Matilde Dalle Cabral (reeleita), Vice-Presidente; D. Maria Eufrásia de Alexandria, Secretária; e D. Maria Carmelita Salgado, Tesoureira.

A primeira devoção despertada em terra itajubense, e a primeira imagem elevada a um altar no município, foi a de Nossa Senhora dos Remédios. Ela antecede até mesmo à fundação da cidade, pois, quando o Padre Lourenço da Costa Moreira, naquela memorabilíssima manhã de 19 de março, celebrou a primeira missa na então Boa Vista do Sapucaí, já a Senhora dos Remédios era venerada nas Anhumas, no quilombo da Berta. Foi assunto do capítulo 9.

Outra devoção de Itajubá, que já vai ficando na tradição, é a de Nossa Senhora da Piedade, cultuada em sua capela própria, no bairro urbano de mesmo nome, a alguns quilômetros do centro da cidade. Nasceu esta devoção de uma imagem encontrada por D. Virgínia Antônia dos Santos, no dia 11 de outubro de 1914, no lugar conhecido por Tranqueiras, perto da Cruz do Barão, na estrada de Piranguinho. Sua festa, sempre muito concorrida e animada, ocorre em 15 de agosto.

O primeiro orago de Itajubá, conforme se sabe, foi São José, por ter sido o seu dia, 19 de março, o da fundação da Capela Nova. Mas o esposo de Maria só permaneceu neste seu trono apenas 13 anos... O enérgico e impulsivo Padre Lourenço, em 1832, desmantelada sua procissão de cinco léguas na refrega do *Encontro*, ele, levado pelo rancor contra a incompreensão de seus fregueses da Capela Velha, que o receberam a pauladas e foiçadas, substituiu o padroeiro por Nossa Senhora da Soledade, mandando esculpir uma imagem igual a da Soledade de Itajubá (Delfim Moreira)...

A imagem de São José, levara-a então o Padre para sua casa, no bairro urbano da Boa Vista, colocando-a no pequeno altar que construíra em sua residência, e onde também celebrava missas, sobretudo quando a doença não o permitia ir até à Matriz.

A Liga Católica Jesus-Maria-José foi canonicamente instituída em Itajubá pelo Bispo D. Otávio Chagas de Miranda em 15 de agosto de 1930. Além dos sacerdotes da Paróquia, assinalam-se nomes que muito cooperaram para as atividades da Liga, em várias épocas, tais como Menotti Venturelli, Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira, Antônio Pereira Rennó, Oscar Noronha, Otávio dos Santos Sousa, Mário Almeida, Dr. José Ernesto Coelho, Sebastião Inocêncio Pereira, Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima, João Cândido Pereira Rennó, João Herculano da Silva, Miguel Ramos, Sebastião Pereira Pinto, Virgílio de Oliveira Salomon, Francisco Pereira Ribeiro, Euclides Miranda, Simão Pereira Maduro, Florival Xavier, Benedito Cabral, Sebastião Miranda, José Pereira de Oliveira, João de Oliveira, Aleixo Veríssimo Rennó, Levino de Oliveira, Salvino de Campos Sales, Albino Inácio, Joaquim Miranda, Antônio Abel da Silva, Vitor Del-Ducca, José Venturelli Filho, Sebastião Francisco da Silva, Avelino Pinto de Sousa, Lázaro Severino de Paiva, Álvaro Salomon e muitos outros bons católicos de Itajubá.

Em 23 de setembro de 1931, o Presidente da Liga Jesus-Maria-José, então o Padre João Baptista van Rooyen, nomeou a comissão composta do Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima, Joaquim Miranda e Henrique Meneses, para irem ao Rio de Janeiro como representantes da Liga na inauguração do monumento de Cristo Redentor, do cimo do Corcovado.

Ficou memorável o grande Congresso promovido pela Liga, em 12 de junho de 1949, quando, com a presença de D. Otávio Chagas de Miranda, milhares de congressistas, de diversas localidades, se encontraram em Itajubá, havendo então apoteóticos desfiles e várias conferências.

Anteriormente existia na Paróquia de Itajubá a Liga do Menino Jesus. com o objetivo da formação religiosa nos corações das crianças.

Outra notável instituição católica em Itajubá é a Congregação Mariana, fundada em 18 de maio de 1930 pelo ardoroso servo de Deus que foi o Padre Paulo Hartgers. Sua primeira diretoria ficou assim constituída:

Diretor: Padre Paulo Hartgers; Presidente: Rui Gomes Braga; Vice-Presidente: Humberto Werdine; 1.º Assistente: Reinaldo Rabelo; 2.º Assistente: Antônio Ribeiro; 1.º Secretário: Antônio Severino de Paiva; 2.º Secretário: Francisco de Paula Rodrigues; Tesoureiro: Aramis Ferreira de Almeida; Instrutor: Francisco Miranda.

Entre os notáveis empreendimentos da Congregação Mariana, ficaram nos Anais itajubenses a Semana Mariana, realizada de 22 a 29 de maio de 1932, e a Concentração Mariana Feminina, de 15 de agosto de 1953.

De 22 a 29 de outubro de 1933 realizou-se em Itajubá, com brilhantismo e grande afluência de fiéis do município e de todas as cidades vizinhas, o Congresso Católico, durante o qual foram pronunciadas aproveitáveis palestras sobre vários temas religiosos muito oportunos.

Belo espetáculo, de real alcance pedagógico e doutrinário, foi a Concentração Catequética realizada no dia 25 de outubro de 1959, no Estádio Cel. Bello Lisboa.

Apoteótico desfile em Itajubá, com participação de colegiais e carros alegóricos, foi realizado em 19 de março de 1955, preparativo do 36.º Congresso Eucarístico Internacional, que foi realizado no Rio de Janeiro, naquele ano.

O Movimento Familiar Cristão foi iniciado em Itajubá em 26 de março de 1960, tendo sido a primeira paróquia da Diocese a dar início a tão necessária instituição.

A Congregação de São Vicente de Paulo foi fundada em Itajubá a 19 de julho de 1897 pelo Cônego Antônio Moreira de Sousa e Almeida, Ayres Dalle Afflalo, Custódio Leite de Araújo, Dr. Américo da Silva e Oliveira, Cândido Prado, Heliodoro S. Monteiro, Justino Paulistano de Olivas, José Gaspar Pereira Leite, Agostinho Pereira Leite e Alberto da Silveira Braga.

Em 1950 foi fundada em Itajubá, com muito entusiasmo, a JOC (Juventude Operária Católica), tendo à frente o Padre João Polman.

Aos 6 de fevereiro de 1913 foi instalada, na Paróquia de Itajubá, a Conferência de São Vicente de Paulo, acontecimento que assim ficou registrado em Ata:

"Aos seis dias do mês de fevereiro de mil novecentos e treze, às seis e meia horas da tarde, na sacristia da Igreja Matriz desta cidade, presentes os confrades Joaquim Severino de Paiva Azevedo, Dr. Antônio Salomon, Pedro Bernardo Guimarães, Manuel Rodrigues Pinto, João Gomes de Lima, Dr. Carlos Sebastião Ribeiro de Azevedo, Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, José Hilário de Sousa Pinto, Saturnino de Sousa Pinto, Cap. João José Rennó, Pedro Strutz, Augusto Salomon, Carmo Cascardo, Joaquim Gomes de Lima e Galdino Luís da Rosa, pelo Revmo. Vigário Cônego Salomon, depois de feitas as orações do estilo, foi declarada aberta a sessão. Em ato contínuo, o Revmo. Vigário, agradecendo a presença dos confrades e expondo os fins desta reunião, leu a súmula dos deveres dos Vicentinos e dos inúmeros e valiosos serviços que, por meio da caridade cristã, pode a Conferência prestar ao desenvolvimento da Religião. Usou então da palavra o distinto confrade e valente soldado pela causa de Cristo, Dr. Antônio Salomon, que, depois de várias considerações, tendentes a prestigiar a sua proposta, aventou a idéia de ser aclamado Presidente efetivo da Conferência nesta Paróquia o zeloso e distinto católico Sr. Joaquim Severino de Paiva Azevedo. Submetida à votação, a proposta foi aceita unanimemente. Declarou em seguida o Sr. Presidente efetivo que, em obediência aos desejos de seus confrades, aceitava o cargo que lhe era confiado e contava, para o cabal desempenho de sua missão, com o eficaz auxílio de todos. Disse ainda que escolhia para Vice-Presidentes os confrades Dr. Antônio Salomon e Pedro Bernardo Guimarães; para Tesoureiro João Gomes de Lima e para Secretário Manuel Rodrigues Pinto. Constituiu assim a Mesa e empossada logo após, foi, com as orações costumeiras, encerrada a sessão, do que, para constar, eu Manuel Rodrigues Pinto, Secretário, lavrei esta Ata que assino com o Revmo. Vigário, Presidente Honorário, membros da Mesa e mais confrades presentes".

Foram-se depois instalando as Conferências sob as diversas invocações, tais como de Nossa Senhora dos Remédios, de São Luís Gonzaga, de Santo Antônio de Pádua, de São José Operário, de São João Bosco, de Nossa Senhora da Soledade, de Nossa Senhora Aparecida, de São Francisco de Assis, de Nossa Senhora Auxiliadora, de Santo Agostinho e de outras.

Outras mais instituições e iniciativas dignas de nota são assinaladas na Paróquia de Itajubá, tais como os Cooperadores Salesianos, arregimentados por um grupo de bons católicos, entre os quais o Dr. Estácio Tavares de Melo, D. Andradina dos Santos Grilo, José Puliti, José Aldano Santana, Romeu Luchini e Antônio Abel da Silva; a Associação da Propaganda da Fé; a Cruzada Eucarística; a Legião de Maria, e outras.

A Ata da 1.ª seção de Catequese é de 23 de outubro de 1933, realizada sob a presidência de D. Floripes Menezes. A Vice-Presidente era D. Georgina Restani, e Secretária-Relatora D. Gasparina Maia. Aclamado Presidente de Honra de todas as seções o Padre João Baptista van Rooyen. Usaram da palavra o Cônego Otaviano Lamaneres, Cura da Catedral de Pouso Alegre, e o Padre Adriano Bayings, então vigário de Piranguçu. A 2.ª seção era a de catequistas de profissionais liberais. Foi realizada no dia

seguinte, 24, sob a presidência do Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima, tendo como Vice-Presidente o Dr. Guálter Gonçalves, e Secretário-Relator Maria Carvalho. Oraram nessa reunião o Padre João Baptista van Rooyen, o então Padre (posteriormente bispo) Delfim Ribeiro Guedes, vigário de Delfim Moreira, os Drs. José Ernesto Coelho e Manuel Cintra Barbosa Lima, e José Alfredo Gomes. A 3.ª seção era a de catequese de Professores e Estudantes, presidida pelo Dr. Antônio Rodrigues de Oliveira, sendo Vice-Presidente Jorge de Boucherville, e Secretário-Relator Luís Rocha Filho. A Ata desta é de 28 de outubro de 1933. Falaram, na instalação, D. Laura Lacombe, Dr. Hamilton Nogueira e o Dr. Manuel Cintra Barbosa Lima.

A Ação Social Católica da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade teve início em 29 de janeiro de 1928 com a realização de uma assembléia presidida pelo Padre João Baptista van Rooyen, ficando nomeado Tesoureiro o Dr. Antônio Salomon, e Secretário Benedito Justino dos Santos. Falaram, nessa reunião, salientando a necessidade da instrução religiosa e do combate ao erro e aos vícios os Drs. Manuel Cintra Barbosa Lima e Antônio Salomon, e ainda o coadjutor Padre Paulo Hartgers. Posteriormente também participaram da diretoria da Ação Católica o farmacêutico Ruy Gomes Braga e Menotti Venturelli.

O Congresso Católico de Itajubá, de 1933, teve início com a Assembléia Geral de 22 de outubro, sob a presidência do Padre João Baptista van Rooyen, e ficou historiado na seguinte Ata:

"Aos vinte e dois dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e três, na igreja Matriz de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, o Revmo. Pe. João Baptista van Rooyen, DD. Presidente da Comissão Central e Executiva do Congresso Católico, nesta cidade, às dezenove horas, tomou o lugar de honra da Mesa, tendo à sua direita o Sr. Dr. José Ernesto Coelho, representante da seção de operários; em cadeiras, aos lados da Mesa, sentaram-se, à direita, o Revmo. Padre Mathias Nysters, Presidente da Comissão de Cerimônias Religiosas, os Srs. Drs. Manuel Cintra Barbosa Lima, Presidente da seção das profissões liberais e Antônio Rodrigues de Oliveira, Presidente da seção de professores e estudantes; à esquerda os Srs. Majores João Antônio Pereira, membro da Comissão de Honra e representante da indústria e comércio, e Severiano Ribeiro Cardoso, Tesoureiro geral da Comissão Central Executiva; Professor Jorge de Boucherville, Vice-Presidente da seção de professores e estudantes, e o Sr. João Pinto de Souza, Presidente da Comissão de propaganda e imprensa; noutro plano anterior à Mesa, ao lado do altar-mor, tomaram assento as Exmas. Senhoras D. Anita Pinto Santiago, D. Emília Sanches Coelho, D. Maria Rennó Guimarães, Srta. Lygia Coelho, Dr. Luís de Lima Vianna, Revmo. Padre Adriano Bayings, ornamentos da Comissão de música e canto; na frente e ao lado direito, à mesa dos secretários, ocuparam lugar os Srs. Dr. Vicente Sanches, Secretário Geral, Dr. João Pereira de Sousa, Aristóteles do Nascimento Teixeira e Mário Carvalho, 1.º, 2.º e 3.º Secretários adjuntos".

Cantou o *Peuples, louez le Chist*, de J. S. Bach o quarteto composto da Sra. D. Anita Pinto Santiago, Srta. Lygia Coelho, Dr. Luís de Lima

Vianna e Revmo. Padre João Baptista van Rooyen, sob a regência do Padre Adriano Bayings.

A 4.ª parte foi constituída da leitura de correspondência de manifestantes e das enviadas às autoridades eclesiásticas do País.

"Em seguida foi atentamente ouvida a *Ave-Maria* de Carlos Gomes, cantada pela Sra. D. Emília Sanches Coelho, acompanhando-a ao piano a Sra. D. Maria Rennó Guimarães e que mereceu dos presentes muitas palmas".

A 6.ª parte foi constituída da conferência intitulada "A Recristianização da Sociedade", proferida pelo Padre João Baptista van Rooyen.

A 7.ª parte foi a declamação de *Charitas* pela Srta. Luísa Meneses, da Escola Normal Sagrado Coração de Jesus. Estavam presentes algumas Irmãs da Providência.

* * *

80 — TEMPLOS CATÓLICOS

A primeira missa em Itajubá foi celebrada em um altar tosco, preparado pelos homens que acompanharam o Padre Lourenço, na madrugada de 19 de março de 1819. O primeiro templo do lugar foi um capão de mato, coberto com as franças, verdes de algumas árvores...

Em roda desse altar improvisado, nos dias seguintes, brancos e escravos ergueram paredes de pau-a-pique, e, em pouco mais de uma semana, estava pronta a capelinha coberta de sapé. Secas as paredes, foram elas pintadas com tabatinga amarela. Esta foi a primeira Matriz, ou seja, a primeira igreja edificada em Itajubá. O outeiro, sobre o qual se levantou tão singela ermida, pertencia à sesmaria de Francisco Alves, que imediatamente o doou à Igreja, conforme registra o Livro de Tombo. Hoje, em seu lugar, se ergue a bela Matriz de Nossa Senhora da Soledade.

Os homens da caravana fundadora atiravam-se à faina de construir choupanas ou casas maiores, para nelas acomodarem as famílias que ficaram na Soledade, bem como cuidavam de alguma plantação, para o que houve perfeito entendimento com os fazendeiros, já estabelecidos, havia alguns anos, pelas imediações. Enquanto isso, o Padre Lourenço, vagarosamente, com seus próprios escravos e a ajuda dos fiéis, foi levantando, ao redor da ermida, as paredes de taipa para a capela definitiva. Esse templo ainda não estava concluído em 1832, ano em que o decreto imperial de 14 de julho autorizava a transferência da sede da Capela Velha para a Nova. Padre Lourenço imediatamente decidiu levar para a Capela Nova todos os paramentos, livros e objetos do culto, o que ocasionou o memorável *Encontro*. E a igreja só ficou concluída anos mais tarde, embora sempre servindo ao culto.

A Matriz de Nossa Senhora da Soledade tem passado por várias reformas e reconstruções. Em 1862, isto é, trinta anos após o *Encontro*, suas paredes estavam rachadas e o teto ameaçava desabar. Até a Municipalidade se preocupou com o mau estado do templo (Ata de 31-01-1863). As missas conventuais passaram a ser celebradas na pequena capela de Nossa Senhora dos Remédios, existente no local onde ora se encontra a Praça João Martinho Moyë. A atual igreja dessa devoção foi construída cerca de trinta metros, ou pouco menos, afastada da velha.

Essa primitiva igreja Matriz não tinha torre, e o campanário foi construído ao lado do templo, e separado deste. O sino grande fora fundido na Campanha, em 1857, por José Carlos Onofre. É o mesmo que ainda existe, que badala grosso nos dias de festa da igreja e nos funerais.

No *Livro de Registros de Propostas e Pareceres de Comissões*, do arquivo da Prefeitura, há a seguinte anotação:

"Quanto ao último em que se fala do péssimo estado em que se acha a Matriz, e até ameaçando ruína, parece-me que seria acertado esta Câmara nomear uma comissão de pessoas inteligentes para examinar, e quando porventura o seu estado seja perigoso, entender-se com o Reverendo Vigário, a fim de não celebrar mais na dita Matriz, mas sim na igreja dos Remédios. Eis o parecer que entendi dever dar ao relatório do Sr. Fiscal. Sala das Sessões, 30 de janeiro de 1863. — Araújo Palhares".

Somente oito anos mais tarde, porém, é que se daria início à nova Matriz, pondo-se ao chão a pequena capela de taipa, construída pelo padre fundador. Registra o Livro de Tombo que, em 1.º de janeiro de 1871, conforme ao que determinava o bispo diocesano D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, "reuniram-se no Consistório da antiga Matriz diversas pessoas convocadas pelo Revmo. Pároco a fim de verificarem o estado" do templo, e organizarem subscrições em favor da construção da nova Matriz. Em novembro do mesmo ano — registra o Tombo — "deu-se o começo aos trabalhos pelo serviço de taipas, passando-se em agosto de 1872 para os de carpintaria". Em 1873 ficou quase pronto esse templo, mas ainda sem condições de reabrir suas portas aos fiéis. O Procurador do Diretório das obras da Matriz, "legalmente nomeado pelo Exmo. Governo da Província", foi José Gaspar Pereira Leite ("O Itajubá" de 22-12-1872). O empreiteiro das obras foi Manuel Machado Carvalho ("O Itajubá" de 24-04-1873). A Mesa Diretora da igreja de 1873 foi a seguinte:

Padre Martiniano de Oliveira Pinto Dias, Presidente; José Gaspar Pereira Leite, Tesoureiro; João Guilherme Ferreira de Castro, Secretário (esses três seriam os mesmos que, dez anos depois, retomariam os trabalhos de conclusão); Cel. Antônio José Rennó, João Carneiro Santiago Sobrinho, Major Francisco José Pereira, Dr. José Manuel Pereira Cabral, Alferes Luís Francisco Rennó, Cap. José Manuel dos Santos Pereira e Marcelino José de Toledo.

Essas obras, contudo, ficaram incompletas, sem terminar o interior "do corpo da igreja", segundo "A Verdade" de 18-03-1886.

Em "O Itajubá" de 20-04-1873, lia-se esta notícia:

"OBRAS DA MATRIZ — Foram ontem suspensas as pernas das asas e cumeeira desta igreja, comparecendo a esse ato grande número de pessoas e a banda de música que gratuitamente se prestou a executar com toda a perícia diversas peças que muito agradaram aos circunstantes. Este festejo foi anunciado por muitos foguetes e girândolas que subiram aos ares às 4 horas da madrugada, ocasião em que se embandeirou o templo. Terminou por um jantar oferecido aos aficiais da obra, reinando em tudo a maior harmonia".

Somente dez anos depois é que seria concluído o interior, ficando terminadas as obras da nave, em condições de poder ser consagrado o templo.

Em 1883, em Despacho de 22 de novembro, deu o bispo a permissão para a bênção da igreja, o que se deu em 16 de março de 1884, com missa solene celebrada pelo Vigário, Padre Martiniano de Oliveira Pinto Dias, "auxiliado pelos Revmos. Padres Francisco Biondi, Vigário de Piranguçu, e Antônio Ribeiro da Luz, de Santa Rita do Sapucaí, Bispado de Mariana". Depois da bênção, "foram processionalmente transladados da capela dos Remédios, que servia de Matriz, para o novo templo o Santíssimo Sacramento e Imagens, havendo em seguida missa solene em que pregou o Revmo. Vigário de Santa Rita, e no *Te-Deum* à noite o de Piranguçu". Um dos maiores beneméritos da nova igreja foi Domingos Barbosa de Brito, que contribuiu com 20 contos de réis, respeitável importância para a época.

A Câmara Municipal, na reunião de 1.º de março de 1884, fazia constar em Ata a seguinte lembrança do Vereador Antônio José Leite: "Proponho mais que a Câmara mande limpar as ruas da cidade para passar a procissão do dia 16 do corrente, ocasião da inauguração da igreja".

Realmente, no dia 16 de março daquele ano, conforme as anotações no Tombo feitas pelo Cônego Raimundo Marcolino da Luz Cintra, Secretário da visita diocesana de D. Lino, foi festivamente inaugurado o novo templo e realizada a soleníssima e aparatosa procissão que transladou as imagens da capela dos Remédios (que de 1863 a 1884 serviu como Matriz) para a igreja recém-construída. Nessa festa inaugural ocuparam a tribuna sagrada os Padres Francisco Biondi, vigário de Piranguçu, e Antônio Ribeiro da Luz, vigário de Santa Rita do Sapucaí. "O Itajubá", nas edições de 23 de fevereiro, e de 8, 15 e 22 de março de 1884, noticiou amplamente todo o acontecimento, para cujo brilhantismo muito cooperou a Comissão composta das piedosas senhoras D. Cândida Rennó, esposa de João José Rennó; D. Ana Maria de Jesus Lima, esposa de Fructuoso Ramos de Lima; D. Amélia Cândida Vianna Braga, esposa de Miguel Carlos da Silva Braga, e D. Maria Macedo Magalhães, esposa do Dr. Aureliano Moreira Magalhães. O Diretório das obras, constituído pelo vigário, foi o seguinte:

Presidente: Monsenhor Martiniano de Oliveira Pinto Dias; Tesoureiro: José Gaspar Pereira Leite; Secretário: João Guilherme Ferreira de Castro.

Nessa referida construção foram empregados alguns velhos "legados pios", registrados no Tombo, "deixados por devotos defuntos", desde 1848. Leilões e tômbolas realizaram-se piedosamente em benefício da nova Matriz, durante 20 anos. Em 1880 o vigário, do púlpito, pedia o "adjutório" de carros de bois para essa obra ("Gazeta Comercial", de 31 de outubro de 1880).

A Matriz, em diversas épocas, recebeu valiosos donativos e ofertas de objetos do culto. O Cônego Quartin, em 1893, dava a informação de que o Cel. Antônio José Rennó oferecera, "espontaneamente, um rico pálio branco, bordado e orlado de galão e franja de ouro de qualidade superior, com seis varas de metal branco fino, de preço excedente a 1.000$000 (um conto de réis). Outros objetos preciosos existem em nossa Matriz, oferecidos pelo mesmo Sr. Coronel e por sua Exma. esposa" ("A Verdade" de 24-06-1893).

O referido Cônego Quartin informava ainda:

"Pelo Sr. João Carneiro Santiago Sobrinho foram oferecidos à igreja os seguintes objetos: um altar com toda a madeira, um rico Crucifixo incrustrado de prata, obra antiga do Porto, que vale 500$000 (quinhentos mil réis); uma linda casula com seus pertences, uma alva, três toalhas sanguíneas, galhetas, um Missal, estante, cálice e patena de prata. Já há tempos foi oferecida pelo mesmo senhor uma banqueta de madeira dourada, com seis castiçais e um Crucifixo para o altar de N.S. dos Passos. Pelo Sr. Olímpio de Magalhães foi oferecido um cálice e patena de prata, e uma casula com pertences" ("A Verdade", de 24-12-1892).

Francisco de Paula Vicente de Azevedo, Barão da Bocaina, também ofertou à Matriz valiosos objetos. Em 1893 ofereceu 200 mil réis ("A Verdade" de 13-05-1893). O mesmo jornal, em 11-02-1893, trazia a menção de vários doadores de peças para o culto e para a ornamentação da Matriz, e que foram D. Lúcia (esposa do Cel. Rennó), Cel. João Carneiro Santiago Júnior, Cap. João Ribeiro de Paiva e Luz, Higino Miranda, Manuel de Brito, Antônio de Brito, D. Francelina Miranda, D. Josefina Miranda, Flamíneo Miranda, Francisco Miranda, José Alves da Rocha Pereira e Alberto de Noronha.

Em 1888 o Governo da Província havia concedido a verba de 4 contos de réis para as obras da Matriz ("O Itajubá" de 21-10-1888).

A igreja então construída era de mau gosto arquitetônico, com o campanário ainda desunido do corpo do edifício. Figura em várias fotografias e quadros do velho Itajubá. Está assim descrita pelo Dr. Alfredo Moreira Pinto, que a visitou em 1899:

"A Matriz está situada em uma pequena elevação, no princípio da Rua Coronel Rennó. É de feio exterior e não tem torres. Tem cinco janelas na frente. O seu interior é muito singelo, não possuindo obras de tábua nem ornamentação alguma. Tem o altar-mor a imagem de Nossa Senhora e aos lados duas pequenas imagens de N.S. do Rosário e Santa Cecília. No corpo da igreja há quatro altares, sendo dois nos corredores. Nos dois altares

laterais ficam em um, S. José e Nossa Senhora da Conceição, e no outro Nossa Senhora da Boa Morte; nos dois corredores, em um o Sr. dos Passos, tendo em baixo o Senhor Morto, e em outros três nichos com as imagens de São Benedito, Nossa Senhora do Rosário, São Sebastião, São Pedro e Santa Cecília. Nos corredores há dois púlpitos e oito tribunas, sendo quatro de cada lado. À direita da igreja fica a capela do Sacramento com o altar-mor e nele Nossa Senhora das Dores e dois nichos laterais com o Senhor da Paixão e o Santíssimo Coração de Jesus. À esquerda da igreja fica a sacristia com um altar e nela as três Pessoas da Santíssima Trindade" (Trabalho transcrito pelo Dr. Nelson de Senna no *Anuário de Minas Gerais*, de 1909).

D. Lino, bispo diocesano, dez anos antes das descrições do Dr. Moreira Pinto, isto é, em 1889, longamente deixava suas impressões sobre o mesmo templo, que julgou "vasto, espaçoso e cômodo e um dos mais importantes desta parte do sul de Minas". Julgou "belas" as "galerias de arcos de madeira de cada lado e que se ligam no corpo por outra galeria de igual forma e também de madeira, que se prende ao teto e nele se sustenta". Não gostou, contudo, do exterior. A fachada principal, diz ele, "tem um frontispício que termina por uma cruz de ferro; mas em lugar das torres, fazem parte das obras dois telheiros que desformoseiam essa fachada que naturalmente devia ser a parte mais elegante do templo; notando-se que, apesar dos serviços recentemente feitos, a frente está quase toda manchada de rajas de barro vermelho, que correm das paredes por ocasião das grandes chuvas".

A imagem de Nossa Senhora das Dores, da Matriz de Nossa Senhora da Soledade, é centenária. Sua doação está assim anotada no Livro de Tombo, o qual também servia para assentamentos de batizados de escravos, fol. 151 verso:

"Nós abaixo assinados, eu Antônio Pedro da Silva e minha mulher Maria Inácia do Espírito Santo, declaramos que muito de nossa espontânea vontade fazemos doação à Igreja Matriz desta vila de u'a imagem de Nossa Senhora das Dores ornada e paramentada". E no dia 19 de setembro de 1858 "foi benta a imagem de Nossa Senhora das Dores, de que trata a doação acima, por mim, fazendo-se em seguida sua festa com missa cantada, e procissão. O Vigário Interino Benedito Teixeira da Silva Pinto".

Em 11 de setembro de 1887 davam-se início as obras de reparação da Matriz, tendo sido nomeada uma comissão para dirigir esses trabalhos, composta do Dr. Adolfo Augusto Olinto, Cel. Antônio José Rennó e Dr. Aureliano Moreira Magalhães. Dizia "O Itajubá" de 11-09-1887 que o templo assim remodelado seria um "dos mais elegantes e asseados do sul de Minas".

O Cônego Augusto Leão Quartin foi quem cuidou zelosamente do interior da igreja, renovando-lhe a pintura, enriquecendo-lhe a nave com ornamentos, enfeitando os altares e conseguindo novos paramentos e objetos do culto. Às imagens do Senhor Morto e do Senhor dos Passos, que se en-

contravam em um canto da sacristia, deu ele um novo altar em a nave, bento que foi em 13 de fevereiro de 1891. Contratou o exímio artista plástico Antônio Domingos Pimenta para pintar retábulos de altares e estandartes, bem como as paredes da sala da casa paroquial (afrescos estes até hoje conservados por D. Maria Helena Lisboa, atual proprietária dessa casa). Pintou ainda A. D. Pimenta um sudário, de corpo todo, em tamanho natural, ainda conservado na Matriz. Foi o Cônego Quartin quem adquiriu o novo harmônio. Em 1889, D. Júlia Josefina Pereira, esposa do Cel. Joaquim Francisco Pereira Júnior, e D. Matilde Goulart Brasil, esposa do Dr. Christiano Pereira Brasil, ofertaram um artístico quadro para o Batistério, representando João Batista deitando as águas batismais em Jesus, à margem do Jordão ("A Verdade" de 19-09-1889).

Em janeiro de 1887, com festividades e participação da banda de música *União dos Artistas,* foi benta a Capela do Santíssimo Sacramento da Matriz, iniciativa de José Gaspar Pereira Leite, que angariou donativos para essa piedosa realização. "O Itajubá" de 30-01-1887 noticiou o acontecimento.

Em setembro de 1902, conforme noticiou "A Evolução" de 13 daquele mês e ano, o Padre Marçal Ribeiro, vigário de então, adquiriu, no Rio de Janeiro, todo o material necessário à instalação da iluminação a gás acetileno na Matriz, o que de fato se efetivou, depois de pintado de novo o interior do templo, em 8 de dezembro do mesmo ano.

Quando o Padre Bartolomeu Taddei esteve em Itajubá pela segunda vez, em 1889, conseguiu reunir 10 contos de réis de esmolas para as obras de remodelação da Matriz, importância considerável para a época *(Padre Bartolomeu Taddei,* Editora Vozes, pág. 27). Urgia a reconstrução do templo. Ninguém gostava de sua fachada, nem mesmo o bispo de Pouso Alegre, D. Nery, que, na Ata de 30 de setembro de 1906, lançada no Livro do Tombo, recomendou a imediata modificação da frente. O Padre Marçal Pereira Ribeiro, em obediência às ordens diocesanas, tratou de angariar novos donativos e de dar início aos serviços, para isso nomeando uma comissão sob a presidência do Cel. João Carneiro Santiago Júnior.

A maior obra então realizada foi a construção da torre, trabalho feito pelo construtor Moisés Luigi. Coube ao Cônego José Salomon inaugurá-la em 29 de junho de 1912. Os sinos, até então colocados em campanário isolado, foram levados para o alto, para que suas badaladas repercutissem sobre toda a cidade. E foi o mesmo Cônego Zequinha quem erigiu a Via-Sacra na Matriz, em 28 de fevereiro do mesmo ano.

Em 15 de agosto de 1911, o Prof. Pedro Bernardo Guimarães, realizara, no Clube Itajubense, em benefício das obras da Matriz, uma conferência sobre a influência no tupi-guarani na geografia brasileira e na linguagem nacional. A renda foi toda destinada aos cofres paroquiais. "Antes e depois da conferência fez-se ouvir na flauta, acompanhado ao piano pela Senhorita Isaura Carneiro, o maestro Francisco Nisticó, que, com o brilho costumado, executou a *Serenata* de Köhler e o *Rigoletto* de Verdi" ("Gazeta de Itajubá", de 13-08 e 06-08 de 1911).

O Padre Marçal Pereira Ribeiro desejou um altar de São José na Matriz. A "Gazeta de Itajubá", de 25-09-1904, noticiava:

"COMISSÃO — O Revmo. Sr. Padre Marçal Ribeiro, digno vigário desta cidade, nomeou uma comissão composta dos Srs. Frederico Teixeira de Magalhães Leite, Arlindo Vieira Goulart, José Manso Pereira Cabral e das associações Centro Operário D. João Nery e Liga Operária, para a construção de um novo altar de São José, na igreja Matriz, e aquisição da respectiva imagem".

Sete anos mais tarde, a "Gazeta de Itajubá", de 24-09-1911, assim comentava:

"SÃO JOSÉ — Com numerosa concorrência realizou-se a 18 do andante a trasladação de uma imagem de São José, da residência do Sr. Luís Teixeira para a igreja Matriz. Era uma antiga imagem que foi confiada àquele distinto pintor conterrâneo para ser reencarnada, e como se desempenhou dessa incumbência, viram todos no dia 18". Certamente, trata-se da histórica imagem que esteve na Matriz primitiva, de 1819 a 1832, entronizada como a do orago de até então, e que o Padre Lourenço havia levado para sua residência, no sopé do morro da Boa Vista.

Em assembléia realizada em 24 de maio de 1926, o vigário, João Baptista van Rooyen, expôs o plano da construção da nova Matriz de Itajubá, pois, achava que a então existente, pequena e feia, "absolutamente não condizia com o progresso da cidade e com o espírito religioso do povo". D. Otávio Chagas de Miranda, concordando com o projeto do Padre Rooyen, determinou, em Provisão de 28 de maio do mesmo ano, a construção da nova Matriz. A Comissão diretora das obras ficou assim constituída:

Presidente: Padre João Baptista van Rooyen; Secretário: Dr. Antônio Salomon; Tesoureiro: Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes; Consultores: Cel. Jorge de Oliveira Braga, Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa, Dr. Francisco Sanches e Cel. José Rennó Pereira.

Preparada a capela de São Benedito (que não era a atual, mas a existente no extremo da Rua Dr. João Azevedo, no local hoje transformado em rua), examinou-a o Padre Rooyen em 15 de julho de 1926, declarando então estar esse templo em condições de servir de Matriz até que se construisse a nova.

A construção da nova e atual Matriz de Nossa Senhora da Soledade foi dirigida pelo Dr. Conrado Zepff.

Em fins de julho de 1926 iniciaram-se os trabalhos de demolição. A pedra fundamental do novo templo foi lançada em 15 de agosto daquele ano. No ano seguinte, a 26 de maio de 1927, ainda com a nave toda obstruída de andaimes e com as telhas à vista, o culto divino passou a ser oficiado na própria Matriz em construção. Em 28 de junho de 1931 foi inaugurado o altar do Sagrado Coração de Jesus, oferta do Dr. Antônio Maximiano Xavier Lisboa. O ato foi abrilhantado com missa solene, celebrada no novo altar, com acompanhamento da esplêndida orquestra do

maestro Francisco Nisticó, destacando-se o violinista Vito Nisticó. Em primeiro de novembro do mesmo ano, com o mesmo brilhantismo, era inaugurado o altar de São José, oferta do Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes. No ano seguinte, 20 de fevereiro de 1932, inaugurava-se o altar de São Sebastião, oferta de Silvério Sanches. O novo e belo altar-mor, construído pelo marmorista João Puliti, foi solenemente consagrado em 15 de agosto de 1950, por D. Delfim Ribeiro Guedes. Na tarde de 19 de agosto de 1951 assinalava-se ali uma outra inauguração — o órgão elétrico *Hammond*, executado, então, pelo maestro Ângelo Camin, Professor da Universidade Católica e do Conservatório Musical, e organista do Teatro Municipal de São Paulo, presente em Itajubá especialmente para essa inauguração. A atual pintura da Matriz foi feita pelo artista holandês Henk Asperslagh, inagurada solenemente pelo Padre Agostinho Picard em 10 de fevereiro de 1957, tendo então falado o Dr. Francisco Pereira Rosa. Foi o mesmo Asperslagh quem pintou os quadros da Via-Sacra, que substituiram os 14 belos trabalhos em relevo, obras de cerâmica, que lá se encontravam. Esse hábil artista plástico diplomou-se pela Escola de Belas-Artes de Haia, Holanda, da qual foi também professor, e foi presidente da Organização dos Pintores e Artistas da Holanda. Há trabalhos seus nas catedrais de Haia, Rotterdam, Bruxelas e de Santiago do Chile, e em suntuosas outras igrejas, como as de Amsterdam, Antuérpia e outras. Suas diversas pinturas na Matriz de Nossa Senhora da Soledade de Itajubá, pela perfeição magistral e concepção do artista batavo, chegam a tornar-se uma atração turística...

O segundo templo construído na cidade de Itajubá foi a Capela de Nossa Senhora dos Remédios. No final da Rua do Porto, depois denominada Rua dos Remédios (hoje Rua Xavier Lisboa), residia Joaquim José dos Reis, homem de vida íntegra e muito religioso, grande devoto de Nossa Senhora. Ofereceu-se ao Padre Joaquim José de Oliveira para transformar um cômodo de sua residência em uma capela, porque, conforme já ficou historiado, decidira o referido sacerdote, então vigário, trazer para a cidade a imagem de Nossa Senhora dos Remédios, que vinha sendo custodiada nas Anhumas por D. Antônia da Silva Ribeiro, onde estava entregue a irregularidades do culto, à idolatria e à exploração. Padre Joaquim de Oliveira, realmente, em 1843, retirou das Anhumas a imagem, levando-a em procissão para a capela improvisada por Joaquim José dos Reis. Anos depois, foi colocada a imagem em uma capela maior, de pau-a-pique — construída junto à casa do referido zelador.

No Livro de Batizados de Escravos, que então servia de Tombo, ficou assim anotado: "Nossa Senhora dos Remédios — Está principiada a Capela desta Santa na rua que segue para o Rio de Janeiro" (Vol. n.º 2, pág. 147). A comissão diretora das obras foi constituída de Luís José de Sousa Vianna (Presidente), Miguel Carlos da Silva Braga (Tesoureiro) e Fructuoso Ramos de Lima (Secretário) ("A Verdade" de 26-05-1894, "O Itajubá" de 01-11-1873 e *Almanaque Sul-Mineiro*, de 1874, de Saturnino da Veiga). Em 1894 era Fabriqueiro (tesoureiro) e Zelador dessa capela Francisco Mendes de Brito. Visitando, em 1899, esse templo, disse o Dr. Alfredo Moreira Pinto: "Além da Matriz, possui a cidade ainda a capela dos Re-

médios, com o altar de Nossa Senhora dos Remédios e dois nichos com São João e Santo Antônio. É pequena e sem arquitetura" (*Apud* Nelson de Sena, *Anuário de Minas Gerais*, 1999). Chegadas as Irmãs da Providência, trataram elas de construir uma nova e condigna capela. Fizeram-na alguns metros mais afastada da primitiva, em terreno que já lhes pertencia. A pintura interna foi feita por Luís Teixeira, trabalhos artísticos estes ora desaparecidos. Em 18 de outubro de 1916 o bispo de Pouso Alegre, D. Otávio Chagas de Miranda, atendendo ao que lhe solicitava o Capelão Padre João Galiart, concedeu autorização para benzê-la e "abri-la ao culto público", permitindo se oficiassem nela todos os atos religiosos, "exceto os sacramentos do Batismo e do Matrimônio". Em 27 de novembro do mesmo ano erigia-se nela o Via-Sacra.

O terceiro templo edificado em Itajubá foi a Capela de Nossa Senhora do Rosário, na atual Rua Pedro Bernardo Guimarães, ao alto, entre as Ruas Cel. Rennó e Francisco Brás. Nos seus fundos ficava o cemitério velho. Esse templo figura na grande tela de Luís Teixeira, reproduzida do artista Feliciano José Pinto da Silva.

Por ocasião da visita da Princesa Isabel e do Conde d'Eu, em 1868, segundo a Ata lavrada no Livro de Tombo da Matriz de Nossa Senhora da Soledade pelo Padre José Luís Coelho Pereira de Magalhães, achava-se, naquele ano, "em princípio de edificação a Capela de Nossa Senhora do Rosário". "O Itajubá" de 25-08-1872 falava do estado de ruínas dessa capela. O mesmo jornal, exatamente dois anos depois, em 25-08-1874, informava que se desejou fazer a reforma desse templo, mas Joaquim Luís Gomes Nogueira, procurador da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, reclamava que "tendo de dar começo às obras da Capela da mesma Senhora, no dia 15 de setembro p.f., e não havendo dinheiro algum em cofre para o dito fim", pedia "a todos os irmãos" que entrassem, "com urgência", "com os seus débitos de jóias e anuais, e bem assim todos aqueles que com sua assinatura subscreveram quantias para esse piedoso fim".

"A verdade", de 11-04-1889, trazia esta reclamação contra as cantorias fúnebres na capela do Rosário:

"REZA — Contra o disposto nas Posturas Municipais continuam as rezas aos defuntos. Ainda na noite de 8 do corrente muitas pessoas, na igreja do Rosário, *botaram cantiga* em altas vozes junto ao cadaver de Honorato, liberto, infringindo a lei e incomodando a população com a algazarra que fizeram os devotos das rezas fúnebres. É justo que o Sr. Fiscal e a autoridade policial não consintam no abuso, aplicando a multa respectiva aos contraventores do preceito legal".

D. Lino Deodato, em 1889, no Livro do Tombo, deixou escrito que a Capela do Rosário, "pequena e arruinada", servia apenas "de necrotério por ficar próxima ao cemitério", e que não se achava "em condições de servir para os atos do culto". Em 5 de julho de 1892 o Vereador Antônio Cândido Rennó propunha que se oficiasse ao Cônego Augusto Leão Quartin, Vigário da Paróquia, cientificando-o do estado ruidoso em que se encontrava

o velho templo do Rosário. Como o cemitério contíguo a ela já se encontrava extinto, decidiu a Paróquia mandar demolir a capela, o que de fato se fez em 1894. Em Alvará de 25 de janeiro de 1915, de D. Antônio Augusto de Assis, Bispo de Pouso Alegre, ficou o Cônego José Salomon autorizado a vender os terrenos do "patrimônio de Nossa Senhora do Rosário".

Encontram-se no arquivo da Matriz de Nossa Senhora da Soledade os documentos de "aforamento" dos terrenos de Nossa Senhora do Rosário, de 1894, nos quais figuram Francisco José dos Santos Bretanha como Fabriqueiro, e foreiros Ana Cândida dos Passos, Fileto José de Abreu, Tobias Pereira dos Santos e Antônio Ferreira Strutz, e testemunhas Olímpio Augusto de Magalhães, Paulino Gonçalves de Faria, Lourenço Nogueira, João Carneiro Santiago Júnior, Júlio Amaral, Olímpio Leopoldino Gomes Nogueira e Lourenço Luís Guedes. Pelo que se depreende desses documentos, a Irmandade do Rosário possuia outros terrenos além do existente na praça fronteira ao cemitério velho, esses outros na Rua Duque de Caxias (atual Cel. Francisco Brás).

A quarta igreja construída em Itajubá foi a antiga capela de São Benedito. Conquanto já há muito existente a Confraria de São Benedito na Paróquia, só no início deste século é que teria seu templo próprio. Antes disso, apenas havia, no alto do morro de São Benedito (ora inexistente) um Santo Cruzeiro, levantado e zelado pela Irmandade, conforme revelam alguns documentos e jornais antigos.

Em 1880 pessoas piedosas iniciaram uma subscrição para erigir o templo de São Benedito. José Gaspar Pereira Leite organizou uma *loteria* para esse fim ("Gazeta Comercial", de 11-09-1881). Em 1895 a genitora de José Rennó Pereira fez a doação de 300 mil réis "para começar a capela", mas foi em 1904 que a Irmandade começou a movimentar-se para a construção da capela do santo padroeiro, promovendo para isso, todos os domingos, leilões de prendas, a partir de 20 de novembro ("Gazeta de Itajubá" de 06-11-1904).

No início deste século, à Rua Eugênio Sales, dando a frente para a atual Rua Dr. João de Azevedo, foi erguida uma pequena Capela de São Benedito, pouco maior que as conhecidas santas-cruzes de beira de estrada. Em 1905, graças aos esforços e a piedade da ex-escrava Inês Maria de Jesus, foi bastante ampliada a Capela. Inês, incansável e muito devota, angariava esmolas e as entregava a José Rennó Pereira, com as quais este prestante senhor pagava o pedreiro Jeremias Rennó, que se tornara empreiteiro da obra. Em 1907 foi finalmente inaugurada. Em 8 de novembro de 1926, o Padre van Rooyen nela erigiu a Via-Sacra.

Com o grande aumento de devotos que logo depois se verificou, tornou-se esse templo pequeno e sem possibilidade de ampliação, pois se encontrava entre duas casas. Decidiu o Padre José Wiling, vigário de então, edificar uma nova e grande igreja de São Benedito, no bairro da Varginha, com planta traçada pelo engenheiro civil Dr. José Ernesto Coelho. A nova

e atual Capela de São Benedito, à Rua José Joaquim, foi solenemente consagrada ao culto em 30 de maio de 1946. Em 1954 foi erigida no novo templo a Via-Sacra.

Demolida a antiga igreja de São Benedito, foi possível o prolongamento da Rua Dr. João Azevedo, abrindo-se a rampa que dá acesso ao Morro Chique.

O quinto templo de Itajubá, por ordem cronológica, é a Capela de Nossa Senhora Aparecida, da Vila Vicentina. Foi concluída em 1926. Em 27 de julho do mesmo ano foi benta e aberta ao culto divino. A Via-Sacra foi nela erigida em 2 de março de 1927. Em 7 de outubro de 1956 foi inaugurado seu novo altar-mor, tendo sido solenemente bento pelo Bispo Auxiliar da Diocese, D. Oscar de Oliveira. Sua pintura interna foi obra de Luís Teixeira, anos depois modificada por outro artista, creio que pelo pintor José de Melo. Tem essa igreja, no pátio, à sua frente, o Crucifixo em tamanho natural.

O sexto templo católico de Itajubá é a Capela do Convento das Irmãs da Providência. É dedicada a Nossa Senhora Auxiliadora. Foi benta por D. Otávio Chagas de Miranda em 26 de abril de 1933. A Via-Sacra ali se erigiu em 5 de maio do mesmo ano, pelo Padre Mathias Nysters.

O sétimo templo erguido na Paróquia foi a igreja de São José. Em 31 de janeiro de 1937 foi benta, por D. Otávio Chagas de Miranda, a Capela Provisória dessa invocação, instalada num prédio cedido por Fortunato Pereira, Gerente da Fábrica de Tecidos Codorna, prédio este fronteiro à referida Fábrica, na Rua D. Maria Carneiro. A primeira missa foi aí celebrada pelo Padre Carlos Heijlen. Em 7 de novembro de 1938 foi passada a escritura para a construção do templo definitivo, na Boa Vista, tendo sido sua pedra fundamental lançada solenemente em 15 de setembro de 1940, benta que foi pelo Cônego Delfim Ribeiro Guedes, representante do bispo diocesano. A planta foi traçada pelo Dr. José Ernesto Coelho. Menos de dois anos depois, em 15 de março de 1942, foi benta a então Capela (hoje Matriz) de São José. O bispo, nesta solenidade, esteve representado pelo Cônego Aurélio Mesquita. Em 17 de agosto de 1947 foram bentos os sinos, tocados por acionamento elétrico. O órgão elétrico desta igreja foi inaugurado em 20 de outubro de 1957, pelo organista Zbigniew H. Morozowicz, acompanhado pela orquestra do maestro Evaristo de Barros. Em 08-12-1958 tornar-se-ia esse templo a Matriz da nova Paróquia de Itajubá, a Paróquia de São José. Em 27 de março de 1966 foi inaugurada sua Casa Paroquial, tendo lançado as bênçãos litúrgicas o Bispo Arquidiocesano Dom José d'Ângelo Neto.

O oitavo templo de Itajubá é a Capela de Santa Teresinha, do Pacatito. O terreno foi doado, em parte, pelo Dr. João Sebastião Ribeiro de Azevedo, tendo sido a outra parte adquirida por subscrição entre oficiais e servidores civis da Fábrica de Armas, do Ministério do Exército. A escritura foi passada em 14 de julho de 1937. Dois dias depois, data do aniversário da Fábrica de Armas, era benta a pedra fundamental. Sua planta é igualmente de autoria do Dr. José Ernesto Coelho. A padroeira, a santinha de

Lisieux, foi escolha do Cel. Aventino Ribeiro, diretor da F.I., então Fábrica de Canos e Sabres Para Armas Portáteis. A Capela de Santa Teresinha foi benta e aberta ao culto divino em 25 de março de 1940. Seu novo altar foi bento em 6 de janeiro de 1952, obra do marmorista João Puliti. Possui essa capela sua Casa Paroquial.

O nono templo católico erguido em Itajubá é a Capela de São José, da Santa Casa de Misericórdia. Essa capela existia antes, instalada provisoriamente numa das salas do hospital, graças ao fervor dos fundadores do nosocômio e das Irmãs da Providência. Em 29 de junho de 1954 foi lançada a pedra fundamental. A construção foi dirigida pelo engenheiro Dr. Pedro Mendes dos Santos. Este novo templo foi inaugurado em 1.º de maio de 1957. Neste ato, além de outros oradores, falou, em nome do Prefeito, a Srta. Maria de Lourdes Guimarães.

O Bairro Oriente (Bairro do Cruzeiro) já tem também o seu templo, dedicado a Nossa Senhora das Graças. O mesmo se diga do bairro de São Sebastião, e ainda o de Santo Antônio, com capelas desses santos. Das capelas rurais, uma das mais antigas é a do Rio Manso. Foi benta e consagrada ao culto, segundo o Livro do Tombo, em 14 de abril de 1914. Ainda rurais são as capelas do Rancho Grande, do Juru (dedicada a São João Bosco), do Ano Bom e a do Jerivá, filiais à Matriz de São José. A capela da Piedade, no bairro deste nome, foi benta em 1934 pelo Padre João Baptista van Rooyen. Um novo templo foi ali construído, cuja pedra fundamental foi lançada em 16 de maio de 1948. A capela do Itererê foi iniciada em 1942. Em 26 de setembro de 1948 foi inaugurada a Capela da Serra dos Toledos, consagrada a Nossa Senhora Aparecida. No século passado, em 1853, segundo o Livro do Tombo (Livro de Batizados de Escravos, pág. 147), foi bento o Oratório do Ano Bom.

Existem ainda na cidade as capelas do Morro Grande, do Instituto Padre Nicolau (dedicada a Nossa Senhora do Sagrado Coração) e a do Asilo dos Velhos. Terminava eu a elaboração desta História quando fiquei ciente do movimento piedoso levantado no bairro do Pinheirinho, tendo à frente o Cônego Augusto José de Carvalho (Cônego Carvalhinho), para a construção ali de uma igreja consagrada a São Judas Tadeu. Será, pois, o mais recente templo construído na cidade.

Em 30 de janeiro de 1937 foi inaugurada a Casa Paroquial de Nossa Senhora da Soledade, construída pelo Vigário Padre Arnaldo Geerts, passando, então, os sacerdotes dessa Paróquia, a terem residência própria. A mesma Paróquia tem igualmente o seu Salão Paroquial, destinado a reuniões, teatro dos Marianos, etc., cuja construção fora iniciada em 1942. Conforme já ficou dito, a Paróquia de São José também tem sua Casa Paroquial (pedra fundamental em 14 de agosto de 1960), bem como a Capela de Santa Teresinha a tem, destinada à residência dos capelões militares da Guarnição e outros, cuja pedra fundamental foi lançada em 13 de março de 1960, tendo sido inaugurada solenemente em 15 de julho de 1960, com a presença do Cel.

Monsenhor Alberto da Silva Reis, Capelão Chefe do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas.

Era antigo o propósito de se construir uma igreja da Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, com frente para a praça que, desde o Padre Lourenço, já trazia o nome da devoção — Largo dos Passos. É hoje a Praça Teodomiro Santiago. No livro de batizados de escravos, que também serviu de Livro de Tombo, pág. 147, assim consta: "A Irmandade (*do Senhor dos Passos*) tem já um terreno comprado no Largo desta vila para a construção de uma capela própria".

"A verdade" de 16-01-1892 assim comentava:

"TERRENO DEVOLUTO — Há muitos anos existe à Rua Marquês do Herval (*atual Pereira Cabral*), em frente ao Largo, hoje Cesário Alvim (*Praça Teodomiro Santiago*), um terreno que fora destinado para uma capela para o Senhor dos Passos. Já em tempo ali existiu também um montão de pedras, que eram para essa obra, da qual ninguém cuidou, tendo-se *derretido* as tais pedras com o correr dos anos. Hoje, que não há mais idéias de fazer a referida capela e nem é preciso, visto haver sido erigido na Matriz um altar dos Passos, quer o Revmo. vigário converter o valor do terreno para as obras da mesma Matriz, providência que achamos acertada".

O mesmo jornal, em 02-12-1893, noticiava:

"AFORAMENTOS DE TERRAS — Por ordem superior vão ser dados em aforamentos os terrenos das Irmandades ou Confrarias, existentes nesta cidade, começando pelo dos Passos, em frente à Praça Cesário Alvim, conforme o Edital que hoje publicamos".

Esse terreno foi, mais tarde, adquirido por D. Amélia Braga, e nele foi edificado o prédio no qual o espanhol José Martin Garcia instalou o seu Cinema *Bijou-Salon,* prédio este depois transformado em Bar Acadêmico, entre a Caixa Econômica Federal e o Clube Itajubense. É hoje inexistente.

A "Gazeta de Itajubá", de 23-04-1911, fala de uma Capela de Santa Cruz do Bonfim, então existente. Assim noticiava:

"A 3 do corrente, na pitoresca capelinha de Santa Cruz do Bonfim, nos arredores desta cidade, serão celebrados os tradicionais festejos de Santa Cruz. São festeiros o Sr. Gonippo Puliti e a Exma. Sra. Dona Ana Maria de Jesus Lima, virtuosa esposa do nosso amigo Sr. Fructuoso Ramos de Lima".

* * *

81 — AS IRMÃS DA PROVIDÊNCIA

O Padre João Martinho Moyë nasceu em Cutting (Diocese de Metz, França), a 27 de janeiro de 1730. Tornou-se sacerdote aos 24 anos de idade, em 9 de março de 1754. Realizou notáveis missões na China. Em 2 de julho de 1783 retornou à França. Fundou a Congregação das Irmãs da Providência. Faleceu em Treves, Alemanha, em 4 de maio de 1793. Foi beatificado por Pio XII em 21-11-1955.

Na biografia desse predestinado servo de Deus, escrita por A. G. Foucault, encontra-se, no Apêndice, esta nota histórica:

"Em 1904, Madre Maria Raphael, Religiosa da Providência de Gap (França), sendo diretora do Instituto de Surdos-Mudos em Auch, cidade do sul da França, soube, por intermédio da Revma. Madre E. Tonti, Religiosa do Sacre-Coeur e irmã do Exmo. Sr. Núncio Apostólico no Brasil, Monsenhor Tonti, que uma pessoa piedosa desejava promover (no Brasil), na cidade do Carmo do Rio Claro em Minas, a fundação de um Colégio para meninas e moças.

"Madre Maria Raphael, dotada de um coração nobre e generoso, ouvia desde muito tempo a voz de Deus a pedir-lhe que fizesse o sacrifício de sua pátria, para levar a outras regiões o conhecimento e o amor do santo nome de Deus. A comunicação feita pela Revma. Madre Tonti inflamou mais ainda o zelo em que ardia sua alma, e a abnegada Religiosa solicitou então de seus superiores a licença para ir, com algumas Irmãs, lançar em terras longínquas os alicerces de um estabelecimento de instrução cristã, obra tão cara ao Venerável Padre Moyë. Concedida a licença, seis Irmãs da Providência, a cuja frente se achava Madre Maria Raphael, embarcaram em Bordéus no dia 10 de junho de 1904, chegando ao Rio de Janeiro a 29 do mesmo mês, e ao Carmo do Rio Claro no dia 2 de julho".

A "pessoa piedosa" que desejava estabelecer um colégio no Carmo do Rio Claro era a veneranda D. Maria Goulart de Andrade. Procurou cercar de carinho e de conforto as Irmãs chegadas de Gap, as quais imediatamente ali fundaram o ambicionado colégio. E fundado também ali foi o Noviciado da Congregação, transferido que foi para Itajubá. Em Itajubá, onde chegaram em 6 de junho de 1907, encontraram as filhas espirituais do Padre Moyë outra senhora de grande e nobre alma, a abastada e virtuosa D. Amélia Cândida Vianna Braga, que diligentemente providenciou tudo para que as Irmãs fossem bem recebidas e acomodadas. Cedeu-lhes o grande prédio então existente na esquina da Rua Cel. Rennó com a Santos Pereira, de sua propriedade,

onde provisoriamente começaram o colégio. E sempre orientadas pela Madre Maria Raphael, a fundadora da Congregação no Brasil, que não quisera ficar em Carmo do Rio Claro, fundaram as Irmãs a Escola Normal Sagrado Coração de Jesus e o Instituto para Surdas e Mudas, este ora inexistente. Em pouco tempo construiram essas abnegadas Religiosas o prédio próprio, amplo e de sobrado junto à Capela de Nossa Senhora dos Remédios, a qual também lhes passou a pertencer.

Ao chegarem a Itajubá, as Irmãs pioneiras ainda não conheciam o português. Serviu-lhes como intérprete o Prof. Jorge de Boucherville, perfeito conhecedor do francês.

Por coincidência, ou disposição do Alto, a fundadora Madre Maria Raphael faleceu no mesmo dia em que também desapareceu sua protetora em Itajubá, D. Amélia Braga. Essa data memorável foi 12 de agosto de 1925.

Com o início em 30 de maio de 1957, o povo de Itajubá promoveu inúmeras festividades para assinalar o cinqüentenário do estabelecimento das Irmãs da Providência na cidade, esta cidade que tanto lhes deve, não só pela grande obra educacional que vêm realizando, mas pela carinhosa e santa assistência que vêm prestando nos setores da caridade, na direção da Santa Casa de Misericórdia, do Asilo Santa Isabel (ora desaparecido), do Asilo dos Velhos e Maternidade Xavier Lisboa. Para a realização desses festejos, foi nomeada a seguinte Comissão de Honra:

Presidente: Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes; Membros: Padre Agostinho Picard, Vigário da Paróquia; Dr. Walter Cabral, Juiz de Direito; Antônio Rennó Pereira, Prefeito Municipal; Nagib Mohallem Filho, Presidente da Câmara; Dr. Evaristo Cabral Rennó, Promotor de Justiça; Cel. Moacyr Nery Costa, Diretor da Fábrica de Armas; Ten.-Cel. Eduardo Congro, Comandante do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, Dr. Antônio Salomon, Presidente do Conselho Vicentino.

Da Comissão Central fizeram parte ativamente D. Maria Henriquetta de Souza Grell, D. Gasparina Maia, Srta. Jandyra Coelho, Srta. Nair Prado, Srta. Maria de Lourdes Sanches Coelho e outras pessoas. A Comissão de Publicidade foi constituída do Dr. José Nogueira Leite, Dr. Márcio Brás de Oliveira Marques e o jornalista João Aldano da Silva. Houve ainda a Comissão de Finanças, de que tomaram parte D. Etelvina Rennó, Prof. Gabriel Ferreira Leite, Lourdes Ribeiro Cardoso, Fani Fonseca, Nilza Faria Azevedo, Rosalina Sanches e Alaíde Marzullo.

Entre as primeiras Irmãs da Providência falecidas em Itajubá, e que grandes serviços prestaram, e que muitas saudades deixaram, lembro as seguintes (as datas entre parânteses são as do falecimento ou do sepultamento):

Maria Raphael, já citada; Maria do Coração de Jesus (colega de Bernadete Sabirous, na França, a vidente da Gruta de Massabiele, em Lourdes (19-04-1923); Maria Felicidade (01-01-1930); Maria Teresa (07-11-1934), Maria Irénée (08-02-1948); São Luís, brasileira de Pedralva (1949); Radegunda (04-02-1950); Maria Eduardo (23-04-1953); Maria Rosalie (16-05-1953); Maria Berchmans (05-09-1953); Maria da Anunciação (29-05-1954); Maria Zacarias (02-02-1955); Maria Marcel (12-03-1956); Maria Francisca (23-10-1956); Maria Ângela da Eucaristia (29-03-1957); Maria Auxence (22-08-1957); Maria Adélia (18-09-1958); Maria Letícia (26-07-1959); Maria do Salvador, uma das pioneiras (1960); Maria Marcial, também uma das pioneiras (23-11-1960); Maria São Paulo (09-04-1961); Maria Eugênia, também pioneira (16-04-1961); Maria Rosa de Lima, que foi a Superiora da Congregação após a morte da Madre Raphael (09-07-1968); Maria Otávia (29-07-1962).

* * *

82 — OUTRAS RELIGIÕES

O primeiro pregador de religião diferente do Catolicismo, em Itajubá, parece-me ter sido o Reverendo Modesto Perestrello B. de Carvalho, pois, antes dele, não encontro documentada nenhuma referência a outro divulgador de novas doutrinas.

Perestrello, em julho de 1873, fez uma conferência sobre os ensinamentos da Reforma luterana, e distribuía dois folhetos aos que compareceram à sua palestra, intitulados *O Purgatório* e *O Que Crêem os Protestantes*. Prometeu voltar dentro de alguns dias para novas palestras doutrinárias ("O Itajubá" de 20-07-1873).

Naquele mesmo ano, em setembro, era o Pastor protestante Miguel Gonçalves Torres quem realizava conferências religiosas aos itajubenses, no Hotel Diniz e no Teatro Santa Cecília ("O Itajubá" de 14-09-1973).

Uma das mais memoráveis propagandas do protestantismo em Itajubá foi feita pelo eminente filólogo Eduardo Carlos Pereira, autor da clássica e até hoje muito estimada *Gramática Expositiva*, compêndio que já passou de cem edições e que ainda vem educando gerações de brasileiros. O ilustre gramático, fundador da Igreja Presbiteriana Nacional Independente, foi, em 1881, residir na Campanha, quando então principiou suas viagens missionárias pelo sul de Minas.

Eduardo Carlos Pereira esteve em Itajubá nos anos de 1882, 1884, 1885 (em palestras no Hotel Mendonça) e em 1887. Em novembro de 1884 trazia em sua companhia um outro pastor, de nome G. W. Chamberlain. Por ocasião de sua primeira visita, lançou este convite ao povo, pelo "O Itajubá" de 11-11-1882:

"AO PÚBLICO — Haverá hoje, 11, amanhã e segunda-feira, conferências religiosas, às 7 e meia horas da noite, para o que convida-se (sic) o público desta cidade".

O mesmo jornal, na edição de 16 de novembro do mesmo ano, e em outras, estampou comentários e reportagens sobre as conferências do eminente mestre do idioma, pronunciadas nos dias 11, 12 e 13 no salão da Câcara Municipal. Dizia o repórter à certa altura:

"Mais uma vez o sensato, generoso e ilustrado público desta cidade deu de si exuberante prova de que respeita a liberdade de consciência. Mostrou que na sua inabalável crença de acordo com a religião de seus antepassados, jamais receia a conversão e a perturbação de suas consciências. Fato honroso à civilização desta cidade e ao gênio hospitaleiro de seus habitantes. Nas três conferências, esteve sempre presente um auditório ilustrado, numerosíssimo, a par de muitas das Exmas. Famílias desta cidade".

Eduardo Carlos Pereira foi aparteado pelo Dr. Aureliano Moreira Magalhães, que, munindo-se de sua Bíblia, contestou todas as conclusões do missionário protestante, o mesmo fazendo o Dr. Pedro Gomes Pereira de Moraes, Juiz Municipal do Termo — noticiou "O Itajubá".

Os presbiterianos foram os primeiros protestantes que se estabeleceram em Itajubá. Fizeram seus primeiros adeptos no bairro de São João, nas divisas do município. Além do consagrado gramático, pregaram em Itajubá os oradores presbiterianos Álvaro dos Reis, Manuel Antônio de Meneses, Osias Gonçalves, Pascoal Pitta, Frank Baher e Jorge Goulart. Também muito deve o presbiterianismo em Itajubá, nos velhos idos, a Thomaz Wood, João Damasceno, Luís Carvalho, Dr. Belarmino Martins de Meneses, Joaquim Flausino de Paiva, Dr. Irineu Braga (irmão do escritor Erasmo Braga), Dr. Ivo Meneses e Francisco Chamarelli.

Em 1891 foi apresentado um recenseamento da cidade, feito pela comissão nomeada pela Câmara Municipal, composta do Dr. José Machado Pinheiro Lima (Presidente), Dr. Miguel Arcanjo de Sousa Vianna, Sebastião Pereira Cabral, Cornélio de Faria e Luís Antônio Pinto de Noronha ("A Verdade" de 22-05-1890). Essa comissão só encontrou 1 "acatólico" em 1890, em toda Itajubá (A Verdade", de 09-05-1891).

Nos dias 5 e 6 de maio de 1902 esteve em Itajubá o Ministro S. Mello e realizou conferências sobre a doutrina que defendia. Diz a "Gazeta de Itajubá", de 11-05-1902: "A primeira delas foi interrompida por atritos nascidos de alguns apartes, que promoveram verdadeira confusão entre os assistentes, a ponto de um começo de luta corporal, sendo que a segunda entretanto, correu na melhor ordem e foi ouvida com respeito por grande número de pessoas".

Em 4 de março de 1904 foi o Pastor Alfredo Teixeira quem realizaria sua palestra doutrinária na sala da Câmara Municipal "Gazeta de Itajubá" de 06-03-1904).

Em 13 de janeiro de 1929 instalou-se em Itajubá o primeiro Ministro residente, Rev. Antônio Nunes de Carvalho. A 30 de março de 1934 foi organizada a Igreja Presbiteriana de Itajubá, por uma comissão composta dos Reverendos Mário Lício, Antônio Nunes de Carvalho, Jacob Silva e Valdivino Ribeiro dos Santos.

Sucedeu ao Rev. Carvalho o Rev. Paulo Freire de Araújo, que se tornou depois deputado pelo PR. A este sucedeu o Rev. Abdias Nobre, tempos depois transferido para Barra do Piraí. Foi substituído pelo Pastor presbiteriano Mário Lício.

Tem a Igreja Presbiteriana três templos em Itajubá: — um na Rua Benedito Pereira (Morro Chique), outro nas imediações do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, na Rua Oswaldo Cruz, inaugurado em 20 de outubro de 1957, da qual foi pastor o Rev. Dewel Lomônaco Braga, e o terceiro, inaugurado em 18 de fevereiro de 1962, na Rua Euclides Cintra.

O segundo credo protestante introduzido em Itajubá foi o da Assembléia de Deus. A Igreja Pentecostal foi fundada em 11 de maio de 1934, em Itajubá pelo Pastor Hilário José Ferreira. Foram depois pastores pentecostais os Rvs. Olavo Petinam, Gustavo Bergstron, Florentino Zacarias, Paulo Sales, João Joaquim de Oliveira e Afonso Faria. Os pentecostais têm o seu templo na Rua Miguel Braga, n.º 38, edificado durante a administração espiritual dos Revs. Petinam e Bergstron.

Pela ordem cronológica, vêm em terceiro lugar os batistas, cujo templo foi inaugurado em 21 de abril de 1962 no antigo estádio municipal, hoje inteiramente urbanizado. A Igreja Batista foi fundada, em Itajubá, em 18 de abril de 1948. Foi seu pastor o Rev. Antônio José da Mata.

Em 5 de abril de 1959 foi encerrado em Itajubá, no Clube Nova Aurora, o Congresso das Testemunhas de Jeová, iniciado em 3 do mesmo mês. A conferência de encerramento ficou a cargo do ministro Ronaldo C. Fallick, da Sociedade Torre de Vigia, do Rio de Janeiro. O Salão do Reino das Testemunhas de Jeová tem por superintendente o Pastor Antônio Caxeta.

A Igreja Adventista já iniciou seus trabalhos em Itajubá, cujo templo foi instalado provisoriamente à Rua Capitão Rennó. O Salão da Igreja Adventista do 7.º Dia teve como primeiro dirigente o Pastor Zoe Vargas Garcia.

Outro credo protestante já estabelecido em Itajubá, e que tem feito muitos adeptos, é a Congregação Cristã do Brasil, iniciada pelo Rev. João Bento Duarte.

Iniciaram também suas atividades em Itajubá, em 30 de abril de 1961, os prosélitos de um novo credo denominado Brasil Para Cristo, com um templo provisório instalado na Rua Oswaldo Cruz.

Consta já terem existido em Itajubá, há vários anos, alguns adeptos da Igreja Metodista, mas nada encontro documentado sobre fundações suas em Itajubá. O mesmo se diga com respeito ao Exército da Salvação.

Outros credos protestantes vêm realizando trabalhos em Itajubá, com novas denominações. Entre outras, a Igreja do Evangelho Quadrangular (Atas de 11-08-1976 e 20-10-1976 da Câmara Municipal); a Igreja Adventista do 7.º Dia Independente (Ata de 09-03-1981, da Câmara Municipal) e a Igreja Evangélica dos Filhos de Deus (Ata de 16-11-1981, da Câmara Municipal).

O Espiritismo vem tendo, desde o início do século, vários adeptos em Itajubá, alguns dos quais faziam suas experiências mediúnicas em suas próprias residências. É presentemente grande o número dos seguidores do kardecismo.

Em 10 de março de 1941 Francisco Pinto de Miranda e Aldegondes Ribeiro do Amaral fundaram o Grupo Família Espírita, já filiado à Liga Espírita Mineira e à Federação Espírita Brasileira.

O Centro de Estudos Evangélicos Allan Kardec foi fundado em 4 de junho de 1950 por César Sabak e Aurélio Correale, cuja primeira diretoria foi assim constituída:

Presidente: João de Moura; Vice-Presidente: José Aparecido Lemes; 1.º Secretário: Ismar Bortoni Dias; 2.º Secretário: Ridoval Pereira; 1.º Tesoureiro: Cézar Augusto Loureiro; 2.º Tesoureiro: Gabriela Piazzaroli; Diretores dos Trabalhos: Temístocles Reis Vasques e Aurélio Correale.

Funciona o Centro Espírita em prédio próprio, construído em terreno doado pela Municipalidade, na Rua Francisco Masselli, n.º 54.

Outra tradicional organização espírita de Itajubá é a do Centro denominado Fé, Esperança e Caridade, do qual foi um dos principais iniciadores Manuel Vieira Pinto.

Em 15 de fevereiro de 1954 foi fundado o Centro Espírita de Estudos e Caridades Vicente de Paulo.

Existem em Itajubá mais de seis tendas de Umbanda, que se encontram em diversos pontos da cidade, na Varginha, no Morro Santo Antônio, na Boa Vista, na Rua Abel dos Santos, na Rua José Joaquim, na Floresta (Canudos), e outros.

O Centro Espírita Gruta de São Jorge foi presidido por Antônio Camargo de Oliveira. O Centro Espírito Santo teve como presidente Benedito de Oliveira. Do Centro Espírita São Benedito foi presidente Mário Augusto Pereira. O Centro Espírita São Sebastião foi presidido por D. Sebastiana Pereira.

A Tenda de Umbanda Ogum Ayres teve como presidente Joaquim Rodrigues dos Santos.

Inclua-se neste capítulo a sociedade de estudos esotéricos, denominada Centro de Irradiação Mental Obreiros de Cristo, iniciada pelo seu Presidente-Delegado Ariovaldo Mendonça de Sousa.

* * *

83 — MONUMENTOS

Em resposta a um ofício do Governo Provincial, em 1856 informava a Câmara Municipal, não existir na cidade de Itajubá nenhum monumento, nem mesmo a mais simples inscrição tumular (Atas de 9 de abril de 1856 e Parecer da Comissão, de 8 de abril de 1858).

Quem, pela primeira vez, teve a idéia de erigir um monumento em Itajubá foi o Vereador João Antônio Grilo. Propunha ele, na sessão de 1.º de novembro de 1879, "que esta Câmara, em atenção aos relevantes serviços prestados a este município pelo finado e distinto cidadão o Major Francisco José Pereira, tome a iniciativa de abrir neste município uma subscrição popular para de seu produto erigir-se nesta cidade, no local que for oportunamente designado, um modesto monumento que perpetue a memória de tão prestante cidadão, nomeando-se para esse fim uma comissão que tome a si promover a mesma subscrição constituindo comissões paroquiais nas diversas freguesias do município".

Nada se fez, porém, ao benemérito Major Francisco José Pereira...

O primeiro monumento que se ergueu em Itajubá foi a herma do Dr. Venceslau Brás Pereira Gomes, inaugurada no seu aniversário natalício, quando iniciava seu quatriênio da Presidência da República. Tem a seguinte inscrição:

A
CIDADE DE ITAJUBÁ
OS
AMIGOS E
ADMIRADORES
DO
DR. VENCESLAU BRÁS
26-02-1914

Por ocasião das celebrações do 1.º centenário de nascimento do eminente estadista, a Câmara Municipal mandou colocar na mesma herma uma placa comemorativa.

O segundo monumento em praça pública, erigido em Itajubá, deve-se à iniciativa do Cônego José Salomon. Na Ata de 15 de fevereiro de 1919, da Câmara Municipal, vamos encontrar este sacerdote pedindo auxílio à Municipalidade, para a construção do monumento que deveria assinalar o 1.º cen-

tenário da fundação de Itajubá. Teve o vigário a cooperação valiosa do Padre José Joaquim Santana, ao qual coube a memorável oração inaugural. É a estátua de Cristo Redentor, colocada no adro da Matriz de Nossa Senhora da Soledade. Traz a seguinte inscrição:

CHRISTUS VIVIT, REGNAT, IMPERAT
XIX — III — MCMXIX
ITAJUBA

O busto de José Manso Pereira Cabral foi o 3.º monumento erigido em Itajubá. Tão feliz e inadiável iniciativa partira de seu dedicado amigo e admirador Rosendo de Oliveira. Na Ata de 12 de novembro de 1923 assim se lançou:

"Em discussão o pedido da Comissão do levantamento do busto do grande morto Manso Cabral, o Sr. Presidente (*Jorge de Oliveira Braga*) declarou ser suspeito, visto fazer parte da mesma comissão, por esse motivo passava a Presidência para o Sr. Severiano Ribeiro Cardoso. Este, assumindo a Presidência, pôs em discussão o mesmo e a Câmara resolveu assinar a importância de 500 mil réis para o mesmo fim e muito justo, de novo assumindo a Presidência pelo Sr. Presidente".

Traz a seguinte lápide:

A
JOSÉ MANSO
P. CABRAL
O POVO
DE
ITAJUBA
AGRADECIDO
25-XII-1925

A herma de José Manso Pereira Cabral, solenemente inaugurada em 25 de dezembro de 1925, foi assim como a do Dr. Venceslau Brás, colocada na Praça Teodomiro Santiago. Com a remodelação do jardim desta praça, foram esses monumentos removidos, ficando o do Dr. Venceslau na praça de mesmo nome, e o de José Manso na Praça Pereira dos Santos.

O 4.º monumento de Itajubá é o busto de Teodomiro Santiago, iniciativa do Vereador João Luís da Silva. Seu projeto de construção foi apresentado à Câmara em 30 de março de 1950. A comissão encarregada de angariar donativos para essa obra, nomeada pela Câmara, foi constituída dos Vereadores Drs. Gaspar Lisboa, João Sebastião Ribeiro de Azevedo, Sebastião Osório e Euclides Cintra.

A herma de Teodomiro Carneiro Santiago foi festivamente inaugurada em 7 de janeiro de 1951. Neste ato usaram da palavra dos Drs. José Ernesto Coelho, Francisco Pereira Rosa (Juiz de Direito da Comarca), João Sebastião Ribeiro de Azevedo (pela Câmara Municipal), José de Almeida Granado (pelo Instituto Eletrotécnico e Mecânico, ora EFEI), Vicente Vilela Vianna, Mário Carneiro Vilela (representante da família do homenageado) e a Srta. Ivone Teresinha de Barros (pelo Grupo Escolar Teodomiro Santiago). A lápide então desvelada traz os seguintes dizeres:

AO
DR.
TEODOMIRO CARNEIRO SANTIAGO
HOMENAGEM
DO
POVO DE ITAJUBÁ
07-01-1951

Esse monumento foi feito por subscrição popular, tendo a Câmara contribuído com 15 mil cruzeiros (Lei de 05-04-1950).

O 5.º monumento da Cidade das Armas foi o Marco Rodoviário, inaugurado em 1.º de maio de 1957, no início da Avenida Padre Lourenço.

Por ordem cronológica, o 6.º monumento itajubense é o que se erigiu em 16 de julho de 1957, na Praça Padre Moyë, fronteira à Capela dos Remédios, para perpetuar o reconhecimento de Itajubá pela obra magnífica realizada pelas Irmãs da Providência nos setores da instrução e da caridade. É um singelo mas significativo bloco de granito com a efígie do Padre João Martinho Moyë, fundador da grande Congregação, e a placa com estes dizeres:

HOMENAGEM DO POVO ITAJUBENSE
NA COMEMORAÇÃO DO CINQÜENTENÁRIO
DA CHEGADA DAS IRMÃS DA PROVIDÊNCIA
A ITAJUBÁ
16-06-1907 — ITAJUBÁ — 16-06-1957

O 7.º monumento público erigido em Itajubá foi festivamente inaugurado em 16 de dezembro de 1957, Dia do Reservista, na Praça Adolfo Olinto. É o monumento do Expedicionário itajubense, simbolizado por um soldado, trabalho de fundição da firma Bronzarte Ltda., de São Paulo. Estão ali inscritos os nomes dos *Pracinhas* itajubenses, heróis da guerra contra a Alemanha nazista, e que imperecíveis louros colheram nos campos da Itália. Em capítulo anterior já ficou mencionado este monumento, com acréscimo de outros dados históricos. Já havia sido delineado pela Câmara Municipal, que,

na sessão de 11 de março de 1948, aprovou o Projeto n.º 15, de autoria do Vereador Dr. Euclides Pereira Cintra, que determinava essa homenagem. Nove anos depois contou com o trabalho e iniciativas de Murilo Teixeira, funcionário da Prefeitura. Teve ajuda da Guarnição Militar de Itajubá e do povo da cidade. Nas solenidades de inauguração falaram o Dr. José Ernesto Coelho, o Major Newton Ribeiro, o Major José Maria de Viveiros, o Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, João Pereira de Andrade e Dr. José de Lima Medeiros. Esse monumento ora se encontra na Praça Dr. Pereira dos Santos.

O 8.º monumento público é o bloco comemorativo colocado no jardim fronteiro à Estação Rodoviária, por ocasião das celebrações do 1.º centenário da elevação de Itajubá à categoria de cidade. Tem a seguinte lápide:

MARCO COMEMORATIVO DO 1.º CENTENÁRIO DA
ELEVAÇÃO DE ITAJUBÁ À CATEGORIA DE CIDADE
1862 — AGENTE EXECUTIVO
MANUEL JOSÉ PEREIRA GOMES
1962 — PREFEITO
DR. VICENTE VILELA VIANNA
ITAJUBÁ 04-10-1962

9.º monumento da Cidade das Armas é a herma do Major João Antônio Pereira, inaugurada em 20 de setembro de 1964, na Praça Getúlio Vargas, em cuja placa assim se lê:

OS DESCENDENTES DO MAJOR PEREIRA MANDARAM
FAZER ESTE BUSTO PARA COLOCÁ-LO DIANTE DA
CASA DOS POBRES. A CIDADE O REIVINDICOU
PARA PRAÇA PÚBLICA!

Em 1985, o monumento do Major João Antônio Pereira, foi transportado para a Escola Estadual que tem o seu nome.

Finalmente, o 10.º monumento erigido em praça pública, em Itajubá foi a herma de Jorge de Oliveira Braga, inaugurada em 19 de março de 1966, na Praça Adolfo Olinto. São os seguintes os dizeres de sua lápide:

HOMENAGEM DO POVO
AO ADMINISTRADOR E PROFISSIONAL HONRADO
CAPAZ E HUMANO

* * *

84 — ASSUNTOS DIVERSOS

LOTERIA: — O primeiro agente de loteria de que se tem notícia em Itajubá é Joaquim Antônio da Silva, do século passado, sócio da Sociedade Lotérica Itajubense, conforme publicação feita em "O Itajubá" de 13-06-1885. Foram agentes lotéricos, no início deste século, Luís Ramos de Lima (década de 1900), Artur Mattos (década de 1910 a 1920), Achilles Salomon, João Mendes Leite e Nicandro Dias Coelho.

CALÇAMENTO: — O primeiro calçamento de rua de que se tem notícia em Itajubá é o da Rua Direita, ora Cel. Rennó. "O Itajubá" de 22-12-1872 comentava: "Rápido vai o calçamento da Rua Direita desta cidade, mas o trabalho é péssimo".

Ainda se usavam, nessas obras, pedras brutas, dos mais variados tamanhos e formas.

O segundo calçamento foi iniciado naquele mesmo ano de 1872, e o arrematante dessas obras foi Luís José de Sousa Vianna. Foi a pavimentação de um trecho da Rua do Comércio, atual Rua Santos Pereira.

IMPRESSÕES DE ITAJUBÁ: — Seria estender demais este capítulo se se quisesse aqui transcrever impressões que ilustres visitantes deixaram sobre Itajubá. Anoto apenas estas de 1910:

O Dr. Porphyro Camelo, em "O País" de 02-12-1910, chama Itajubá de "Princesa do Sul", de "Princesa do Sapucaí", e observa: "Itajubá parece ser um centro nascido ontem, nada mostrando que de longe lembre as coisas e aspectos das velhas povoações mineiras, cheias de ruas tortuosas, desniveladas e imundas, habitadas por uma população madraça, em geral, sobre quem a passagem de dois ou três séculos não fez mais do que sedimentar o espírito rotineiro e a falta de iniciativa".

"Itajubá, que se amplia em grande vargedo perfeitamente drenado e seco, é uma cidade limpa e caiada, vendo-se, relativamente, raríssimos pardieiros. É iluminada a luz elétrica e já possui serviço de abastecimento de água potável; ainda não possui rede de canalização de esgoto, aliás de facílima construção, devido às magníficas condições da topografia local, e à passagem de um caudal ao pé da população".

No mesmo ano, era o cinegrafista Aristides Junqueira que, comissionado pelo Governo mineiro, e sabendo da fama de cidade limpa e aprazível gozada por Itajubá, filmou todo o torrão itajubense, fita esta destinada a ser exibida em Turim, "por ocasião da próxima exposição a realizar-se naquela cidade italiana", conforme noticiava a "Gazeta de Itajubá", de 18-12-1910.

COOPERATIVAS: — Foram várias as que se instalaram em Itajubá, tais como a dos Servidores Públicos, dirigida pelo Vereador Sebastião Marciano de Farias; a Agropecuária, da qual foram diretores o Dr. Carlos Ribeiro Filho, Filadelfo Bustamante Nogueira e Hugo Jannotti; a dos Bancários, em

26 de março de 1955, inaugurada em 1.º de maio do mesmo ano, realização dos bancários Iro Machado, Rubens Fonseca, Hortêncio Peres, Matias Marques, Nércio Ferreira Bonafé, Gabriel Ferreira Leite, Luís Gomes Vianna, João Ribeiro e outros.

Uma das mais notáveis cooperativas de Itajubá é a Sociedade dos Motoristas do Sul de Minas, fundada em 17 de julho de 1954. Sua primeira diretoria ficou assim constituída:

1.º Presidente: Paulo Fonseca; 2.º Presidente: Antônio Pereira Machado; 3.º Presidente: Humberto Consoli; 4.º Presidente: Olavo Mendonça; 1.º Tesoureiro: José Muniz; 2.º Tesoureiro: Urias Rodrigues; 3.º Tesoureiro: Felício Primo Castelani; 1.º Secretário: João Ramos de Carvalho; 2.º Secretário: Francisco Rennó Pereira Júnior; 3.º Secretário: José Alexandre; Conselho Fiscal: Saturnino Barbosa (Presidente); José Lino Caetano, José Filipe, Hilário Paes e José Geraldo Coura; Conselho Deliberativo: José Paes (Presidente), Paulino Faria Filho, José Índio, Francisco Pianelli, José Santiago, José Correa e Hilário Dastre.

O primeiro posto de abastecimento dessa Sociedade foi festivamente inaugurado em 21 de abril de 1955, no início da Avenida Padre Lourenço.

SINDICATOS: — Foram muitos os sindicatos instalados em Itajubá, em várias épocas, como o dos Bancários, o dos Alfaiates, o dos Comerciários, o Rural e outros. Tem sua sede própria, bonito e espaçoso prédio na Rua Cel. Alcides Faria, o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Itajubá, prédio este inaugurado festivamente em 15 de agosto de 1957.

CASAMENTO CIVIL — O jornal itajubense "A Verdade", de 22-05-1890, informava que, a partir de 24 de maio daquele ano, seria iniciado o casamento civil, em cumprimento ao decreto do Governo Provisório, e o 4.º Juiz de Paz, Justino Paulistano de Olivas fazia publicar o Edital a esse respeito. Em 12 de junho do mesmo ano, a referida folha apresentou os primeiros noivos "habilitados a contrair núpcias" pela nova disposição legal. Eram eles João Hortense Vargas e Mariana Pereira Guimarães, "idolatrada filha do Sr. Cap. Joaquim José Pereira dos Santos", e Sebastião Barbosa e Ursulina Ribeiro dos Santos. O primeiro, o de Hortense com Mariana, teve como testemunhas o Dr. Américo da Silva e Oliveira e Cap. João José Rennó. E noticiava "A Verdade" de 03-07-1890:

"Após o ato religioso, celebrado na Matriz, seguiu-se o civil, na casa de residência do Sr. Dr. Cabral, Juiz de Direito da Comarca, onde se achavam o 1.º Juiz de Paz Cap. João Caetano da Silva Vieira e seu escrivão, os parentes e amigos dos noivos.

"Assinado o ato respectivo, proferiram discursos os Srs. Dr. Américo da Silva e Oliveira e Dr. José Pereira dos Santos, Juiz Municipal do Termo, em que salientaram as vantagens da nova lei e terminaram saudando os

contraentes e seus dignos progenitores, ao som de música e ao estrugir de muitos foguetes. Foi este o primeiro casamento civil efetuado nesta Paróquia. Seguiu-se o baile, que atingiu o amanhecer do dia seguinte".

Observe-se, contudo, que o primeiro ato governamental para o registro civil é de 1861, regulamentado em 1863. Atingia, então, somente as pessoas que não professavam a religião católica, pois estas tinham seus assentamentos nos livros da Igreja, então validados pelo Estado, já que o Catolicismo era a religião oficial.

Na reunião de 8 de outubro de 1863 assim se lançou em Ata da Câmara Municipal:

"Um outro ofício do Secretário do Governo, com data de 30 de junho último, a fim de que na parte que competir a esta Câmara mando pôr em execução o Decreto n.º 3.069, de 17 daquele mês, que regula os registros dos casamentos, nascimentos e óbitos das pessoas que professam religião diferente da do Estado. Arquive-se".

O registro civil para todas as pessoas, e o desaparecimento, para este efeito, da consideração do credo religioso, só se adotou definitivamente com o advento da República. Antes, entre 1863 e 1869, houve vários decretos, avisos e leis nesse sentido, ora incompletos ou injustos, ora inobservados pelas autoridades. Em 1889, porém, a luta legislativa estava terminada. "Fora esta, como se vê, — diz o historiador Rocha Pombo — uma campanha quase tão longa e difícil como a da Abolição".

BRUXO: A polícia pôs a mão num curandeiro e bruxo, conhecido por *Botinha,* com freqüentado "consultório" na Rua da Varginha (atual José Joaquim), "com uma clientela regular de pessoas rústicas e ignorantes" — é o que registra a "Gazeta de Itajubá" de 20-11-1904.

"O Itajubá" de 5 de agosto de 1883 noticiava ter sido preso, por 8 dias, o mandingueiro José Inácio Gonçalves, e a "Gazeta Comercial", de 17-04-1881, estampa os versos de um desses mata-sanos, cuja primeira estrofe assim dizia:

"Eu sou negro feiticeiro,
Tenho nome de João,
Moro na Rua das Flores,
Na casa do finado Jongam (sic)...

A Rua das Flores é a atual Avenida Cesário Alvim.

CORPO DE BOMBEIROS: — O Deputado Dr. Euclides Pereira Cintra, em 1959, tomava providências para instalar em Itajubá o serviço de bombeiros, conforme registra a Ata da Câmara Municipal de 23 de novembro daquele ano. Na reunião de 24 de agosto de 1965 da Câmara o Vereador José Geraldo Maciel apresentava à Casa um requerimento do sentido de tornar-se em realidade o Corpo de Bombeiros em Itajubá. E Itajubá, graças a esses esforços, somados com outras iniciativas da Municipalidade, possui hoje com regularidade as instalações e os serviços desses bravos soldados do fogo.

LIMPEZA PÚBLICA: — O asseio da cidade sempre constituiu uma preocupação das autoridades e do povo de Itajubá, desde o século passado. As Atas da Câmara Municipal, *ab urbe condita*, registram reclamações contra o lixo e medidas sugeridas pela Edilidade para por cobro à deficiência da limpeza pública. Ultimamente vem-se lamentando o estendal de monturos às margens do Sapucaí, sobrevoados por urubus, do lixo deixado pelos caminhões da limpeza pública, nas imediações do Distrito Industrial, causando, assim, má impressão a quem trafega pela rodovia Itajubá-Poços de Caldas. A Prefeitura criou uma equipe de homens e mulheres, de garis e "Margaridas" para varrer as ruas, e esses serviços vêm sendo satisfatoriamente feitos. Dispõe a Prefeitura de caminhões apropriados para a coleta do lixo, que é feita em toda a cidade.

DESMONTE: — A folha itajubense "A Verdade", de 14-11-1891, fala de um desaterro feito em frente à estação ferroviária, bem como no rebaixamento e nivelamento de uma rua nova. Essa rua nova é a atual Eugênio Sales, e o terreno em frente à primitiva estação ferroviária é a Praça Pereira dos Santos.

Esse desaterro foi concluído neste século, sob a direção do Dr. Fritz Hoffmann, que, com jato de água bombeada do ribeirão José Pereira removeu todo o morro de São Benedito, ao mesmo tempo que aterrou todo o pantanal onde depois se fez a estação rodoviária e a nova estação ferroviária, e a Praça José Brás.

RECENSEAMENTO: — Nos velhos tempos, antes da criação do IBGE, eram comissões designadas pela Câmara Municipal que procediam ao serviço de contagem da população. "A Verdade" de 22-05-1890 trazia esta notícia:

"Para promover e dirigir o serviço de recenseamento neste município, foi nomeada a seguinte comissão:

"Presidente: Dr. José Machado Pinheiro Lima. Membros: Dr. Miguel Archanjo de Sousa Vianna, Sebastião Pereira Cabral, Cornélio de Faria e Luís Antônio Pinto de Noronha".

Na edição de 09-05-1891 "A Verdade" publicava o resultado desses trabalhos. Na cidade de então havia apenas 1.728 habitantes...

COMPANHIAS DE SEGUROS: — "A Verdade" de 29-08-1889 assim publicava:

"A Companhia de Seguros de Vida New-York Life Insurance, cuja sede é nos Estados Unidos, tem atualmente nesta cidade o seu agente, o Sr. José Jorge da Silva Penna, digno e ilustrado moço, nosso comprovinciano, filho do notável e distinto ex-representante da Nação, Dr. José Jorge da Silva. SS. se demorará no intuito de celebrar diversos contratos".

"O Itajubá" de 04-09-1889 confirmava a presença, na cidade, do representante da New-York Life Insurance Company, e informava ser esta uma "companhia mútua de seguros de vida e montepio dos Estados Unidos da

América, fundada em 1845, 44 anos de prosperidade, única companhia estrangeira de seguros de vida autorizada a funcionar no Império do Brasil". A agência no Brasil ficava no Rio, na Rua do Hospício, n.º 31, sendo gerente R. J. Kinsman Benjamin.

E as companhias brasileiras também foram surgindo. Na década de 1910 eram agentes dessas empresas de seguro, em Itajubá, Henrique de Sousa, Joaquim Rodrigues Pinto, Olímpio Augusto de Magalhães e Próspero Sanches. Em 1915 também o eram Cornélio de Faria, Caetano Gonçalves de Oliveira, Francisco Pereira Ribeiro e Cirilo Spolzino.

FENÔMENOS NO FIRMAMENTO: — O dia 21 de fevereiro de 1938, em Itajubá, foi de grande expectativa e curiosidade, como também de algum pavor, sobretudo entre a população rural, por motivo de uma anunciada "aurora boreal", fenômeno que os jornais marcavam para aquela data. Nada se viu, no entanto, senão uma fraca mancha vermelha no céu, na direção de Piquete.

No século passado, segundo Xavier da Veiga nas suas *Efemérides Mineiras*, no dia 15 de agosto de 1892 foi visto "um colossal foguete de lágrimas", de "excepcional beleza", que tomou várias cores, e que percorreu lentamente "do Ocidente para o Oriente", visto em várias cidades sul-mineiras.

Fenômeno curioso visto em Itajubá foi o de 3 de outubro de 1880, assim noticiado pela "Gazeta Comercial" de 10 e de 24 daquele mês e ano:

"*Meteoro* — Na noite de 3 do corrente, às 8 horas e meia mais ou menos, apareceu nesta cidade um grande meteoro que passou de O. a E. com grande detonação".

E:

"*Meteoro* — O mesmo que passou pela Vargem Grande, e que de certo veio de mais longe fazendo escala por esta cidade na noite de 3 do corrente, foi findar, como ponto terminal, sua viagem na Soledade de Itajubá da*(Delfim Moreira)* pelas 9 horas pouco mais ou menos da noite no largo da Matriz produzindo sempre a mesma detonação".

INCÊNDIOS: — Alguns, pelas suas proporções, ficaram na história da cidade. Em 28 de julho de 1854 o fogo destruiu o "chiqueiro" e o paiol, à entrada da cidade (então vila), pertencentes a José Manuel de Sousa Rodrigues, destruindo grande estoque de milho, e todo um depósito de fumo em corda, e matando um certo número de porcos. O Fiscal da Câmara Antônio M. Vieira pedia a atuação das "autoridades policiais", pois achava que "o fogo fora ali deitado por mãos criminosas".

Na noite de 15 para 16 de julho de 1890 ardeu a casa de Antônio de Araújo ("Gazeta Comercial", de 19-07-1880).

Em 31 de outubro de 1880 incendiaram-se, provocando enorme explosão, a casa e a oficina do pirotécnico Antônio Rodrigues Pereira, matando sua irmã, D. Laurinda Pereira e destruindo grande quantidade de pólvora,

foguetes e bombas. O jornal itajubense "Gazeta Comercial", que noticiou, em várias edições, a trágica ocorrência, salienta o gesto humanitário do Dr. Américo da Silva e Oliveira e dos farmacêuticos Antônio Bueno do Prado Pinheiro e Francisco de Oliveira Bezerra, que prestaram gratuitamente os socorros às vítimas.

Sete anos mais tarde, em 9 de junho de 1887, outra violenta explosão mandou aos ares a oficina do pirotécnico Saturnino Barbosa, existente no Largo dos Andradas (Praça Getúlio Vargas). Ardeu toda a pólvora estocada, bem como 80 dúzias de foguetes e 150 dúzias de bombas. Logo após a explosão seguiu-se o incêndio, que devorou duas casas. Morreu Saturnino Barbosa e a menina Maria Benedita, filha de João Machado de Carvalho Sobrinho, que ficou gravemente ferido. Arlindo Vieira Goulart, Olímpio Nogueira, Antônio Strutz, Henrique de Faria, Justino Paulistano de Olivas, Dr. Aureliano Moreira Magalhães e Flamíneo Miranda, brava e humanitariamente, enfrentando as chamas, procuraram retirar as vítimas que encontraram a assistência caritativa e pronta de Frederico Schumann e Dr. Américo de Oliveira. O prédio da oficina, que desapareceu, ficando apenas algumas pedras do alicerce, pertencia a Luís José de Sousa Vianna.

Em 7 de novembro de 1933 Itajubá acordou, durante a madrugada, com o barulho e o clarão produzido pelas altas labaredas que destruiam um grande depósito de madeiras do industrial João Antônio, nas proximidades do Colégio das Irmãs da Providência. O fogo não atingiu outras casas contíguas graças à operosidade e a coragem dos homens do 4.º Batalhão de Engenharia e dos estudantes da República Pé de Anjo, que tudo fizeram para dominar as chamas. "A Noite", jornal do Rio de Janeiro, no dia seguinte estampou uma reportagem do acontecimento.

Em 05 de outubro dee 1949 semelhante catástrofe principiou a destruir a Fábrica de Tecidos Codorna, não ocorrendo maiores danos graças ao pronto acudimento dos operários da Prefeitura Municipal, do pessoal da REFESA e de outras pessoas.

Em 19 de abril de 1951 foi incendiada a casa comercial da firma Ferreira Lopes & Cia., na Avenida Cel. Carneiro Júnior, e parte das Casas Pernambucanas, então instaladas em prédio contíguo.

Um dos maiores incêndios ocorridos em Itajubá foi o do Fórum, na noite de 20 de outubro de 1952, ateado por um indivíduo que ali penetrara. O quadro foi dantesco.

Outro sinistro produzido pelas chamas foi o de 15 de maio de 1958, no prédio de Paulo Ricotta, da Travessa (ora Rua) Santos Pereira, onde funcionava a Distribuidora Itajubense, de Eduardo Storino, tendo as labaredas atingido ainda o escritório de contabilidade de Edvaldo Carneiro Pinto e a residência de Domingos Ricotta.

Em 2 de junho de 1959 foi a Fábrica de Macarrão dos Irmãos Ferrini que ardeu, na Rua Miguel Braga. Outro incêndio ocorreria na mesma Fábrica, em novembro de 1979.

Em 17 de outubro de 1961 foi a bela residência do abastado João Antônio, na convergência das Ruas Joaquim Francisco e José Joaquim, que se incendiou totalmente.

Em 6 de fevereiro de 1962 ocorreu o incêndio da casa comercial denominada Eletrolândia Santa Teresinha.

Em 30 de agosto de 1970, perto das 2 horas da tarde, violenta explosão, sem igual neste século em Itajubá, causada por dinamites ali armazenadas, fez desabar a Casa Adami, de Antônio Adami, na Boa Vista, esquina das Ruas Miguel Braga e D. Maria Carneiro, matando cinco pessoas e ferindo outras. Os mortos foram: Benedito Baganha, comerciante em Ouro Fino; José Domingos Teixeira, soldado do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate; João Pedro Alves, comerciário; Antônio de Araújo Leite, ferroviário, e Pedro Siqueira Monti, de Pedralva.

Em todas essas contigências prestou auxílio pronto e inestimável o 4.º Batalhão de Engenharia, pois a cidade ainda não possuía o serviço de bombeiros.

CIDADE CONTRA CIDADE — Brilhou Itajubá no original e muito apreciado programa de Sílvio Santos, da Televisão, denominado *Cidade Contra Cidade,* da TV Tupi, Canal 4, de São Paulo, na noite de 20 de dezembro de 1968, quando a representação de Itajubá venceu a de Piracicaba, SP, demonstrando inequívoca fibra de esportividade e elevado espírito de congraçamento. Foi uma série de espetáculos competitivos, prestigiados pela presença do Prefeito de Itajubá, Capitão Luís Carlos Tigre Maia, neto do consagrado jornalista e poeta Bastos Tigre.

* * *

85 — SÍMBOLOS DE ITAJUBÁ

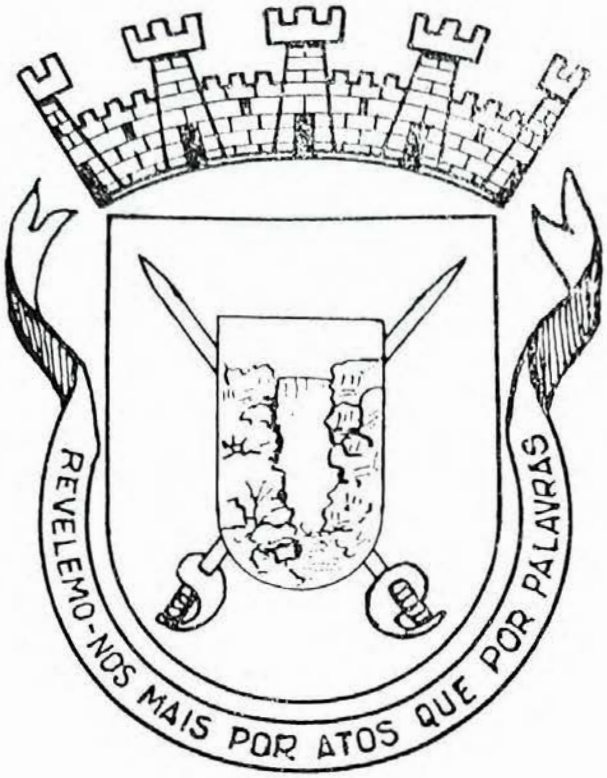
O BRASÃO DA CIDADE.

Resolução n.º 66 da Câmara Municipal de Itajubá:

"Cria o símbolo da cidade.

"A Câmara Municipal de Itajubá decreta e promulga a seguinte resolução:

"Art. 1.º — Na resolução n.º 38, de 12-03-1963, façam-se as seguintes modificações nos artigos abaixo referidos:



"O Art. 1.º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1.º — Fica modificado o símbolo próprio de Itajubá, criado de acordo com o § único do Art. 154 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

"§ 1.º — O Brasão representando o Município com as suas tradições de fundação e de particularidade especial é de autoria do Professor José Armelim Bernardo Guimarães.

"§ 2.º — Consta o Brasão de escudo português, preito de reconhecimento aos nossos fundadores lusitanos.

Art. 2.º — Passa a vigorar com a redação que se segue:

"Art. 2.º — O escudo é encimado pela coroa de cinco torres visíveis, cor de prata, símbolo heráldico das cidades cabeças de Comarca.

"§ 1.º — A cachoeira ao centro no fundo dourado, é a ITAGYBÁ, isto é, a cascata junto à cidade de Delfim Moreira, a primitiva Itajubá, ao redor da qual surgiu o primeiro povoado, cujos habitantes, chefiados pelo Padre Lourenço da Costa Moreira, desceram o Sapucaí e fundaram a atual Itajubá.

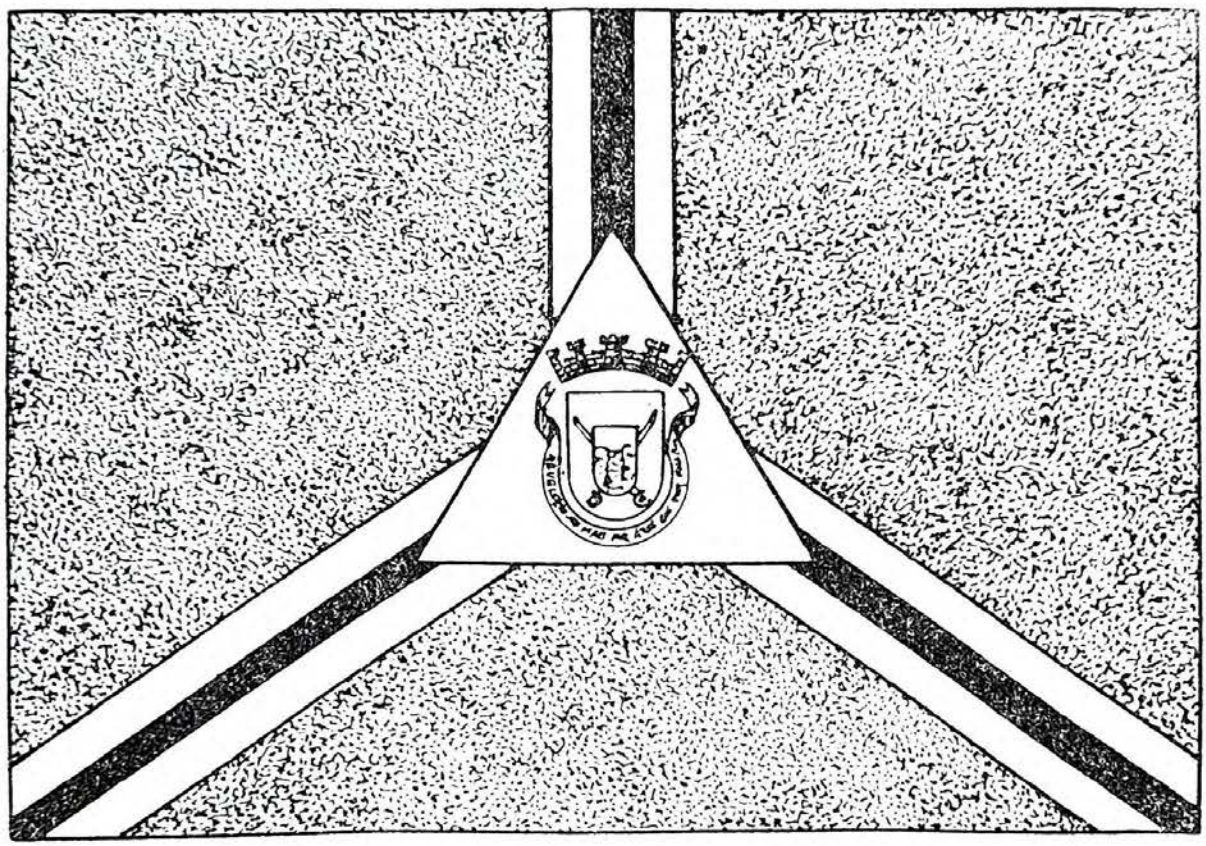
"§ 2.º — As espadas cor de prata, cruzadas ao centro, significam o elevado mister patriótico de Itajubá, qual seja o de armar o Exército Nacional, fabricando-lhe as armas.

"§ 3.º — A inscrição da faixa em letras vermelhas REVELEMO-NOS MAIS POR ATOS QUE POR PALAVRAS é uma frase do inolvidável itajubense Teodomiro Carneiro Santiago, exortação cívica que perdura nas tradições desta cidade.

"O Art. 3.º continua com a mesma redação da Resolução n.º 38.

"Art. 4.º — Revogadas as disposições em contrário, esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

"Sala das Sessões da Câmara, 3 de janeiro de 1967 — Paulo Paulistano de Faria, Presidente da Câmara; Dr. Olavo Bilac de Miranda, Vice-Presidente; Luís Rennó Chaves, Secretário".



A BANDEIRA de Itajubá.

Lei n.º 776.

"Luís Carlos Tigre Maia, Prefeito do Município de Itajubá, Estado de Minas Gerais, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal promulgou e ele sanciona a seguinte Lei:

"Art. 1.º — Fica instituída a Bandeira do Município de Itajubá, de conformidade com o disposto no Art. 1.º, § 3.º, da Constituição Federal, e cujo uso será regulamentado, através de decreto, pelo Executivo Municipal.

"Art. 2.º — A mencionada Bandeira, elaborada pelo heraldista Arcino é Antônio Peixoto de Faria, da Enciclopédia Heráldica Municipalista, segundo sugestões do Professor José Armelim Bernardo Guimarães, e apresentará as seguintes características:

"Terciada de azul, formando as terças figuras geométricas irregularmente trapezoidais, constituídas por três faixas amarelas carregadas de sobrefaixas pretas, dispostas no sentido vertical, em banda e em barra, partindo dos vértices de um triângulo branco central, onde o Brasão é aplicado.

"De conformidade com a tradição heráldica portuguesa, da qual herdamos os canones e regras, as bandeiras municipais poder ser oitavadas, esquarteladas ou terciadas, tendo por cores as mesmas constantes do campo do escudo, ostentando ao centro o Brasão da Cidade.

"A Bandeira Municipal de Itajubá obedece esta regra geral, sendo terciada. O Brasão ao centro da Bandeira simboliza o Governo Municipal e o triângulo onde é aplicado representa a própria cidade, sede do Município.

"As faixas que partem desse triângulo dividindo a Bandeira em terças, simbolizam a irradiação do Poder Municipal a todos os quadrantes do território municipal, e as terças assim constituídas representam as propriedades rurais existentes nesse território.

"O azul simboliza, em heráldica, a Justiça, Nobreza, Perseverança, Zelo e Lealdade; o branco é o hierógrafo da Paz, Trabalho, Prosperidade e Amizade; o amarelo representa a Glória, Esplendor, Riqueza, Poder e Mando, e o preto a Austeridade, Sabedoria, Firmeza, Moderação e Constância.

"O conjunto das cores da Bandeira, com base na representação icnográfica de Brasão, é uma afirmação da divisa contida no listel que o ornamenta o escudo:

"COM PERSEVERANÇA E LEALDADE (azul) O POVO ITAJUBENSE TRABALHA EM PAZ (branco), COM SABEDORIA, AUSTERIDADE E FIRMEZA (preto), VISANDO A ALCANÇAR A GLÔRIA, ESPLENDOR E RIQUEZA (amarelo), PARA SUA CIDADE.

"Art. 3.º — Fica aberto o crédito especial de NCr$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos) para fazer face às despesas contidas no Art. 1.º, às expensas da parte da maior arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM).

"Art. 4.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

"Prefeitura Municipal de Itajubá, 6 de dezembro de 1967 — Eng. Luís Carlos Tigre Maia, Prefeito Municipal — Prof. Olavo Bilac de Miranda, Secretário".

* * *

SALVE, ITAJUBÁ!

1.ª Parte:

Onde foi a taba do Puri,
Da tribo dos mansos Coroados,
Junto às margens do Sapucaí
Surgiram nossos antepassados.

Vinham todos com fibra e ardor
Trazendo, em dia de São José,
Unidos ao padre fundador,
A flama do progresso e da fé.

Refrão:

Itajubá, Itajubá,
"Cidade fácil de ser amada"
Assim teu dom a todos persuade;
Itajubá, Itajubá,
"Cidade Luz" já foste aclamada
Pois ouviste a voz da liberdade.

2.ª Parte:

Itajubá, nome que é cascata,
Um caudal de bênçãos e de amor,
O seu progresso claro retrata
Um povo de nobreza e valor.

Celeiro de ciência e dinamismo,
Majestosa urbe sul-mineira,
Berço do trabalho e do civismo,
Pérola rara da Mantiqueira!

•••••

Itajubá, 15 de junho de 1984
Adésio Alves Teixeira

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

A.G.S.J. — Padre Bartolomeu Taddei S. J., Editora Vozes, Petrópolis.

ALBUQUERQUE — Georgina de, Diretora da Escola Nacional de Belas Artes, do Rio de Janeiro — Carta de resposta a consulta.

ALBUQUERQUE — Pedro de Alcântara Cavalcanti de, *Perfil de Um Grande Estadista,* impresso pelo "Jornal do Comércio", 1956.

AMARAL Júnior — José, — Crônica sobre a *Toca do Salão.*

ANDRADE — Darcy Bessone de Oliveira — *Venceslau, Um Pescador na Presidência,* Sociedade de Estudos Históricos Pedro II, 1968.

"A NOITE", do Rio de Janeiro, n.º de 24-09-1923.

"A NOITE ILUSTRADA", do Rio de Janeiro, n.º de 06-10-1936.

ANTONIL — André João, — *Cultura e Opulência do Brasil,* Editora Itatiaia Limitada — Editora da Universidade de São Paulo, 3.ª edição, 1982.

ARAÚJO — Thomaz de Aquino, — *Os Correios na História da Campanha.* Em colaboração com Carmegildo Filgueiras, Belo Horizonte, 1973.

ARQUIVO da Prefeitura e da Câmara Municipal de Itajubá (Livros diversos e as Atas desde a instalação da vila em 1849 até 1982).

ARQUIVO da Cúria Arquidiocesana de São Paulo.

ARQUIVO da Cúria Arquidiocesana de Pouso Alegre.

ARQUIVO da Paróquia de Nossa Senhora da Soledade, de Itajubá, (Livros de Tombo e livros de Batizados, de Casamentos e de Óbitos, desde a fundação da cidade, e Histórico de Nossa Senhora dos Remédios em Itajubá).

ARQUIVO da Paróquia de São José, de Itajubá (Livros de Tombo).

ARQUIVO da Paróquia de Delfim Moreira (a primitiva Itajubá).

ARQUIVO da Paróquia de Piranguçu.

ARQUIVO da Irmandade de São Benedito, de Itajubá (Livros de Atas).

ARQUIVO do Clube Itajubense (Livros de Atas).

ARQUIVO do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate (Informações de interesse histórico)

ATLAS Econômico de Minas Gerais, de 1938, organizado por determinação de Israel Pinheiro da Silva, então secretário de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais.

AUTOS da Devassa da Inconfidência Mineira. 7 volumes.

BARBOSA — Waldemar de Almeida, — *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, Editora Saterb, Belo Horizonte, 1971.

BASTOS — Tavares, — *A Província*, Companhia Editora Nacional, 2.ª edição, 1937.

BENTO — Coronel Cláudio Moreira, histórico do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate, 1982.

BINDÃO — Monsenhor Oswaldo de Barros, Vigário de Guaratinguetá, SP — Carta de resposta a consulta, acompanhada de xerox. 1981.

"BOLETIM INFORMATIVO" da Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Várias edições.

BRAGA — Rubem, — *Com a FEB na Itália*, Livraria Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1945.

"BRASÓPOLIS" — Jornal da cidade de mesmo nome, de 29-12-1940.

BUENO — Prof. Júlio, — *História da Campanha*, 2.ª edição, Tipografia Colombo, 1941, Campanha.

CALMON — Pedro, *História do Brasil*, Livraria José Olímpio Editora, 1961, 7 volumes.

CALÓGERAS — Pandiá, — *Formação Histórica do Brasil*, 5.ª edição, Biblioteca do Exército, 1957.

CAMPISTA — Dr. Geraldino, — *Itajubá (1703-1832)*, Livraria J. Leite, Rio de Janeiro.

CAPRI — Roberto, — *Minas Gerais e Seus Municípios*, Pocai Weiss & comp., São Paulo, 1916.

CAVALCANTI — Amaro, — *Notícia Histórica*, Imprensa Oficial, 1898.

CODIFICAÇÃO das Leis do Município de Itajubá.

COELHO — Helvécio Vasconcelos, — *Os Galvão de França no Povoamento de Santo Antônio de Guaratinguetá.*

COELHO — Jandyra, — Palestra sobre as festas antigas de Itajubá, pronunciada em 1962 ao microfone da ZYI-5, Rádio Itajubá.

"CORREIO DE PEDRALVA", algumas edições.

CRUZ — Modesto Donatini Dias da, Diretor do Serviço Nacional de Proteção aos Índios — Carta de resposta a consulta, 1950.

ENCICLOPÉDIA Jackson.

ESCOLA Federal de Engenharia de Itajubá. Histórico publicado pela Fundação Teodomiro Santiago, 1985.

ESCOLA Nacional de Belas-Artes — *Catálogo Geral,* Rio de Janeiro, 1923.

"EU SEI TUDO" — Rio de Janeiro, n.º de agosto de 1931.

FARIA — Cornélio de, — Crônicas diversas e Caderno de apontamentos históricos.

FARIA — Correa de, *Compêndio da Língua Indígena Brasílica,* publicado no Volume II dos "Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará".

FERNANDES — Basilídio José, — Apontamentos sobre as atividades do 4.º BECmb nas revoluções.

FERRAZ — Manuel de Figueiredo, artigo *As primeiras eleições do Brasil no século passado,* em "O Estado de São Paulo" de 26-11-1972.

FILGUEIRAS — Carmegildo, — Ver ARAÚJO — Thomaz de Aquino.

"FOLHA DE MINAS", n.º de 07-06-1953.

"FOLHA POPULAR", de São José do Paraíso, números de 1907.

FOUCAULT — A. G., — *O Venerável João Martinho Moyë,* Oficina Gráfica do "Santuário de Aparecida", 1933.

FREIRE — Laudelino, — *Um Século de Pintura.*

FTD — *História do Brasil,* Curso Superior, Livraria Paulo de Azevedo, Rio de Janeiro.

FRANÇA — Eurico Nogueira, — *Música no Brasil.*

"GAZETA DE CRISTINA", n.º de 1.º de julho de 1894.

"GAZETA DE NOTÍCIAS", n.º de 25-11-1913 e outros de 1907.

GUIMARÃES — Dr. José, genealogista e pesquisador de História, de Ouro Fino — Estudos diversos e respostas a consultas.

GUIMARÃES — Pedro Bernardo, — *Município de Itajubá,* Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1915.

GUIMARÃES — Pedro Bernardo, — *Fatos da História de Minas,* 2.ª edição, Papelaria Mendes, Rio de Janeiro, 1911.

GUIMARÃES, Pedro Bernardo, — *O Que Nos Resta do Pindorama,* Tipografia e Papelaria Pinto, Itajubá, 1914.

HABERLANDT — Michael, — *Etnografia,* Editorial Labor S.A., 1940.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Publicações várias.

"INSTITUTO DOM BOSCO" — Edição Comemorativa do 1.º Centenário de Itajubá, de 19-03-1919.

JORNAIS ITAJUBENSES — Coleções de "O Itajubá", "A Notícia", "A Época", "Gazeta Comercial", "A Verdade", "F.I." (Revista e jornal de mesmo título), "Gazeta de Itajubá", "Cidade de Itajubá", "O Sul de Minas", "O Dínamo", "Jornal do Povo", "A Marreta", "O Labor", "O Semeador", "O Itajubense", "Correio de Itajubá", "O Noturno" e números avulsos de diversos outros periódicos.

KULAY — Padre, Diretor do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo. — Carta de resposta a consultas, 1953.

LAGO — Laurênio, — *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal,* Imprensa Militar, Rio 1940.

LATIF — Miran M. de Barros, — *As Minas Gerais,* Editora S.A. "A Noite", Rio de Janeiro.

LEFORT — Monsenhor José do Patrocínio, — *Cidade da Campanha,* Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1972.

LEFORT — Monsenhor José do Patrocínio, — *O Sul de Minas e as Bandeiras,* 1974.

LEFORT — Monsenhor José do Patrocínio, — *Descoberta e Povoamento do Sul de Minas,* 1970.

LIMA — Dr. José Ernani de, Crônicas diversas em "O Sul de Minas" e informações por carta.

LIMA Júnior — Augusto de, — *A Capitania das Minas Gerais,* 1943 Editor Zélio Valverde, Rio de Janeiro.

LOPES — Theodorico, — Ver TORRES, Gentil.

LUNA — Luís, — *O Negro na Luta Contra a Escravidão,* Editora Leitura, 1968, Rio de Janeiro.

MACHADO — Tenente Edgard Altino, Arquivista do Ministério do Exército — Resposta a consulta sobre combatentes de Itajubá na Guerra do Paraguai, 1955.

MAÇONARIA — Carta de resposta a consultas, de 16-10-1959.

MAPA, elaborado, em 1978, pela equipe técnica das Diretorias de Cartografia e Geografia do Instituto de Geociências Aplicadas da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, quando Secretário o Dr. José Israel Vargas e Diretor Geral do Instituto o Prof. David Márcio Santos Rodrigues.

MARINHO — Cônego José Antônio, *História do Movimento Político que no Ano de 1842 Teve Lugar na Província de Minas Gerais,* Tipografia Almeida, Lafayette, 1939.

MARIZ — Vasco, — *Figuras da Música Brasileira Contemporânea,* Editora Universidade de Brasília, 2.ª edição, 1970.

MARTINS — Antônio, *Poliantéia de Teodomiro Carneiro Santiago,* 1936.

MATTOS — Aníbal, — *Pré-História Brasileira,* Companhia Editora Nacional, 1938.

MEIO SÉCULO — Publicação comemorativa do cinqüentenário da Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI), 1963.

MENESES — Furtado de, *Clero Mineiro,* 2 vols, 1933, Rio de Janeiro.

MORAES — Aurino, — *Minas na Aliança Liberal e na Revolução,* Edições Pindorama, Belo Horizonte, 1933.

MORAES — A. Vilhena de, Diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro — Carta de resposta a consulta, 1955.

"NAÇÃO BRASILEIRA" — Revista, n.º 15, de novembro de 1924, Ano II.

NOGUEIRA — José Luís de Almeida, — *Academia de São Paulo — Tradições e Reminiscências — Estudantes, Estudantões, Estudantadas,* 9 vols.

"O ARAGUARI", n.º de 20 de janeiro de 1935.

OLIVEIRA — Antônio Camargo de, narrativas das revoluções de 1924, 1930 e 1932, das quais participou como cabo do 4.º Batalhão de Engenharia.

OLIVEIRA — Cônego João Aristides de, *A Diocese de Pouso Alegre no Ano Jubiliar de 1950,* Polso Alegre

OLIVEIRA — Avelino Inácio de, Mapa Geológico do Brasil, publicação oficial do Ministério da Agricultura, 1938.

"O VARGEM-GRANDENSE" — Coleção.

PELÚCIO — José Alberto, *Baependi,* 1942.

PEREIRA — Lúcia Miguel, *Machado de Assis.*

PESSANHA — Luís Gonçalves da Silva, *Relatório Sobre a Escola Normal de Itajubá,* Imprensa Oficial de Minas Gerais, Ouro Preto, 1897.

PINTO — Alfredo Moreira, — *Apontamentos para o Dicionário Histórico e Geográfico do Brasil,* 1894.

POMBO — Rocha, *História do Brasil,* W.M. Jackson Inc., 1935, 5 vols.

POMBO — Rocha, *História de São Paulo,* Companhia Melhoramentos de São Paulo.

PROENÇA — M. Cavalcanti, *Ribeira de São Francisco,* Biblioteca Militar, 1944.

REBELO — Marques, — *Cenas da Vida Brasileira,* edição de "O Cruzeiro", Rio de Janeiro, 1951.

REIS — Fidelis, crônica em "O Jornal", do Rio de Janeiro, de 30-11-1956.

RESENDE — Francisco de Paula Ferreira de, *Minas Recordações,* José Olímpio, Rio de Janeiro, 1944.

REVISTAS de Itajubá — Coleções de "A Mocidade", "Século XX", "F.I." e "O Estudante" (1928).

"REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO", várias edições.

"REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO", 1922.

RIBEIRO — João, *História do Brasil*, Livraria Francisco Alves, 1916.

ROMERO — Edgard de Araújo, Chefe da Seção de Identificação de Peças Numismáticas do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro — Carta resposta a consulta.

RONDON — General Cândido Mariano da Silva, do Conselho Nacional de Proteção aos Índios — Carta de resposta a consulta, 1954.

ROSSI, Pompeu, *História de Ouro Fino*, Imprensa Oficial do Estado, 1981.

SANTOS Filho — Licurgo, *História da Medicina no Brasil*, Editora Brasiliense, S. Paulo, 1947, 2 vols.

SANTOS — Lúcio José dos, *História de Minas Gerais*, Companhia Melhoramentos de São Paulo.

SCHADEN — Egon, artigo em "O Estado de São Paulo", edição comemorativa do 4.º Centenário de São Paulo, de 25-01-1954.

SENNA — Nélson, *Anuário de Minas Gerais*, de 1906, 1907, 1909 e 1913.

SILVA — Cap. Agostinho Antônio da, conferência sobre as atividades do 4.º Batalhão de Engenharia de Combate.

SILVA — Ribeiro, *Antigüidades*, opúsculo.

SILVEIRA — Victor, *Minas Gerais em 1925*, Imprensa Oficial de Minas Gerais.

SOUSA — Benefredo de, *Datas e Fatos da Terra do Rio Verde*, Tipografia da Escola Profissional de Pouso Alegre, 1971.

TAUNAY — Affonso d'Escragnolle, *História das Bandeiras Paulistas*, Edições Melhoramentos, São Paulo, 2 vols., e *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, mapa anexo à obra, 3.ª edição, 1952.

TORRES — Gentil, em colaboração com Theodorico Lopes — *Ministro da Guerra do Brasil*, 4.ª edição, Rio de Janeiro, 1950.

TORRES — João Camilo de Oliveira, — *História de Minas*, Distribuidora Record, Rio de Janeiro, 1967.

TRATTNER — Ernest R., *Arquitetos de Idéias*, 5.ª edição, Editora Globo.

"TRÊS TEMPOS" — número dedicado a Itajubá, 1962.

TRINDADE — Monsenhor Raimundo, Diretor do Museu da Inconfidência de Ouro Preto — Carta de resposta a Consulta, 1953.

VALE — Flausino R., *Músicos Mineiros,* Imprensa Oficial, 1948.

VALLADÃO — Alfredo, *Campanha da Princesa,* 1937, 4 vols.

VALLIN — Pedro E., — *Album dos Municípios de Minas Gerais.*

VARNHAGEN — Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, *História do Brasil,* 3.ª edição, Companhia Melhoramentos de São Paulo, 5 vols.

VASCONCELOS — Diogo de, *História Antiga de Minas Gerais,* Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1904.

VEIGA — Bernardo Saturnino da, *Almanaque Sul-Mineiro,* de 1874.

VEIGA — José Pedro Xavier da, *Efemérides Mineiras,* Imprensa Oficial do Estado, 1897, 4 vols.

VIANNA — Arlindo de Araújo, Coronel do Exército. — Pesquisas de combatentes da Guerra do Paraguai, partidos de Itajubá, feitas nos arquivos do Ministério do Exército, no Rio de Janeiro, 1955.

VIANNA — Hélio, — *História do Brasil,* Edições Melhoramentos, 1972, 3 vols.

"VILA BRAZ", n.º de 30/11/1913.

Também incluo nessas fontes subsidiárias as incontáveis informações de pessoas idôneas e cultas, coligidas em quase cinqüenta anos de pesquisas.

ÍNDICE

		PÁGS.
	Notas preliminares	11
1 —	Antes do Padre Lourenço	17
2 —	Os aborígenes	20
3 —	Descobrimento do rio Sapucaí	24
4 —	Geografia de Itajubá	27
5 —	O solo de Itajubense	34
6 —	Delfim Moreira, a Nossa Senhora da Soledade do "Itagybá"	37
7 —	*Itagybá*, a cascata histórica	42
8 —	O *Fraca-Roupa*	46
9 —	O Quilombo da Berta	51
10 —	Padre Lourenço da Costa Moreira	53
11 —	O novo vigário de Soledade de Itajubá	57
12 —	Fundação da nova Itajubá	61
13 —	Início do povoado	65
14 —	A Capela Nova torna-se a sede da Freguesia	69
15 —	O *Encontro*	77
16 —	Prossegue a luta do Padre Lourenço	85
17 —	O arraial que surge	92
18 —	A Revolução de 1842	96
19 —	Nossa Senhora dos Remédios	99
20 —	Emancipação política de Itajubá	106
21 —	A instalação da vila	113
22 —	Vila da Boa Vista de Itajubá	120
23 —	Cidade de Itajubá	126
24 —	Movimento separatista	135

Págs.

25 — São Paulo e a margem esquerda do Sapucaí 139
26 — A Guerra do Paraguai 145
27 — A visita da Princesa Isabel e do Conde d'Eu 151
28 — A escravatura e a Cidade Luz 158
29 — Reverências à Corte, à Pátria, ao povo brasileiro e a Portugal 174
30 — A austeridade da velha Câmara Municipal 181
31 — Estradas e meios de transporte 185
32 — Pontes 198
33 — A Estrada de Ferro 204
34 — Itajubá e Sapucaí na onomástica dos titulares do Império .. 218
35 — O comércio do século passado 222
36 — Mercado e Matadouro Municipal 232
37 — O comércio deste século 238
38 — A Guarda Nacional 245
39 — A Maçonaria 249
40 — A velha política 251
41 — A República 266
42 — A política nos primeiros decênios da República 274
43 — O Governo Municipal na Monarquia 284
44 — A Intendência e a Câmara com Conselhos Distritais 299
45 — A Câmara Municipal na Primeira República 305
46 — O Governo Municipal com a democracia restabelecida 313
47 — A Agricultura 324
48 — A Pecuária 337
49 — A Indústria 341
50 — A água potável 351
51 — A Justiça 361
52 — A Polícia 366
53 — A instrução no século passado 370
54 — A instrução primária e secundária neste século 377
55 — Escolas de curso médio, profissionalizante e normal 389
56 — O curso superior 393

PÁGS.

57 — As Letras 401
58 — A Imprensa 406
59 — A Música 415
60 — As artes plásticas 427
61 — O Teatro 431
62 — O cinema 436
63 — Diversões 440
64 — O telefone, telégrafo, rádio e televisão 443
65 — O Correio 450
66 — Clubes e organizações recreativas, associativas ou culturais .. 454
67 — Esportes 464
68 — Folclore, festas tradicionais e tipos populares 469
69 — Iluminação pública e energia elétrica 473
70 — Estabelecimentos de crédito 481
71 — O 4.º Batalhão de Engenharia de Combate 483
72 — A Aviação 498
73 — Instituições assistenciais 501
74 — A saúde pública, hospitais e postos de atendimento 508
75 — Médicos, farmacêuticos e dentistas 521
76 — Cemitérios 531
77 — O Governo Diocesano 543
78 — Sacerdotes 551
79 — Irmandades, devoções, apostolados e conferências 559
80 — Templos católicos 568
81 — As Irmãs da Providência 581
82 — Outras religiões 583
83 — Monumentos 587
84 — Assuntos diversos 591
85 — Símbolos de Itajubá 597
Bibliografia principal 603

REVISÃO FINAL
RESPONSABILIDADE DO AUTOR

IMPRENSA OFICIAL
BELO HORIZONTE — ABRIL DE 1987

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS